SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 28 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3605

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
AVISO DE EDITAL PREGÃO Nº 006/2026 – FORMA ELETRÔNICA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma eletrônica, do tipo menor preço, com aplicação do Sistema Registro de Preços.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso de Plataforma Integrada de Gestão Educacional, em ambiente web e modelo SaaS (Software as a Service), com arquitetura multi-município, destinada à gestão integrada das redes públicas municipais de educação, incluindo hospedagem, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva ordinária, atualizações, segurança, backup, interoperabilidade e portabilidade de dados, bem como serviços de implantação, parametrização, conversão e migração de dados, capacitação inicial integrada e banco de horas para customizações evolutivas extraordinárias, conforme o Termo de Referência e seus anexos. A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços.

CADASTRO DAS PROPOSTAS: Até as 08h00m do dia 15/09/2026.
ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 15/09/2026 das 08h:01min às 08h30 min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 15/09/2026 a partir das 09h00 min, após a avaliação das propostas pelo Pregoeiro.
LOCAL DO EDITAL: https://bllcompras.com ou https://ciedepar.com.br/licitacoes/
*** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).**

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, na sede do CIEDEPAR, sita na Rua Voluntários da Pátria n° 400, 4º Andar, Sala 402, Centrto – Curitiba - PR ou pelo e-mail: licitacao@ciedepar.com.br .

Curitiba, 26 de agosto de 2026.

LUIS GUILHERME C. BORSATTO
Pregoeiro
Portaria 016/2025

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:3C470AE5

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 90032/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90032/2026
O Município de Chopinzinho-PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 15 de setembro do ano de 2026, na Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Prazo de execução
Construção Civil para Sistema de Abastecimento de Água Potável	Obra	150 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licita2@chopinzinho.pr.gov.br,
no sítio eletrônico da Prefeitura de Chopinzinho https://www.chopinzinho.pr.gov.br/licitacao ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 9 9937-0154.
Chopinzinho-PR, 27 de agosto de 2026.

Divisão de Licitação e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:EB6224CF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2024

Espécie: Extrato do 2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 226/2024. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Instituto de Assistência Social e Saúde São Rafael. CNPJ: 30.836.461/0001-60. Objeto: Dilação de prazo de execução e vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Novo Prazo: 23/09/2027. Valor do Aditivo: R$ 1.971.000,00 (um milhão, novecentos e setenta e um mil reais). Origem: Inexigibilidade nº 33/2024. Fundamento Legal: Artigos 106 e

107 da Lei Federal 14.133/2021. Data da assinatura: 27/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Nivaldo Stanguerlin, pela empresa

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:1844473C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 261/2023

Espécie: Extrato do 4º Termo de Aditivo ao Contrato nº 261/2023. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Gente Seguradora S/A. CNPJ: 90.180.605/0001-02. Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência contratual por mais 12 (doze) meses, reajuste de valores conforme Indice Nacional de Preços ao consumidor Amplo (IPCA), bem como alteração de Gestores e Fiscais. Valor Total: R$ 34.161,19 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e dezenove centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 46/2023. Fundamento Legal: Artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 27/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Leonardo Masiero Duarte, pela Empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:DFBE4C77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 923 - 2026 - DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - APAE

PORTARIA Nº 923/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e, e tendo em vista a celebração de Termo de Parceria a ser firmado entre o Município de Chopinzinho e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho,
RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por acompanhar, fiscalizar, controlar, supervisionar e avaliar o cumprimento do objeto do Termo de Parceria que será celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho, composta pelos seguintes servidores:
– Gislaine Tania Galeazzi;
– Ronalda Inês Stramari;
– Danieli Lucia Belli Petris.

Art. 2º Designar o servidor **WESLLEN BORTOLASSI PRESSINATO** para atuar como Gestor e os servidores **ADRIANA CASAGRANDE** e **MARCIANE GIELOW** para atuarem como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, do Termo de Parceria, estabelecendo-se as seguintes atribuições:
I – Ao Gestor compete:
a) acompanhar a execução do Termo de Parceria;
b) controlar o andamento das atividades e a conformidade dos resultados;
c) supervisionar o desempenho global da parceria;
d) comunicar formalmente eventuais irregularidades;
e) adotar as providências necessárias para a fiel execução do ajuste.
II – Aos Fiscais compete:
a) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela entidade parceira;
b) avaliar a execução física e operacional das atividades previstas;
c) registrar e reportar ao Gestor quaisquer desconformidades observadas;
d) subsidiar o Gestor com informações técnicas para as medidas corretivas necessárias.
Art. 3º Os designados deverão desempenhar suas funções em conformidade com a legislação aplicável e as orientações administrativas pertinentes, zelando pela proteção do interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 27 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:2E1F46D3

SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DO CMDR

ATA nº 150 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Chopinzinho/PR. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis reuniram-se nas dependências da Secretaria de Agricultura os integrantes do conselho, participaram da reunião Sr. Idevaldo Peretti, secretário de Agricultura, Sra. Lucia Baraldi do CLAF Chopinzinho, Evanir Acorsi da AMR, Sr. Luiz Pasquali do IDR Paraná, Sr. Claudia Mara três do Casa Familiar, Vanderlei do Banco do Brasil, para primeiro assunto aprovação de novas CAF's sendo: Celso José Marafon CPF 58840788972, Altair Girelli CPF 487033119-53, Gilmar Sfredo Junior CPF 076856289-96, Welinton Kelin Lopes CPF 131653139-06, Fernando de Souza CPF 079831329-04, Juliano Anselmo Rosa CPF 044621079-00 sendo todos aprovados. Repassado também as questões das transferências para as associações mediante projeto dinheiro da comunidade e também emendas impositivas sendo, protocolo 3003/2025 para a ADAC de emendas impositivas no valor de 45924,40, protocolo 1667/2026 para a APROSAT no valor de 140000,00, protocolo 3071/2026 para a ACMRL no valor de 40462,20,Associação de Meliponicultores protocolo 1126/2026 no valor de 54000,00, protocolo 1772/2026 para a Sociedade Rural no valor de 45000,00 e protocolo 344/2026 para a comunidade de Nsr das Graças no valor de 50000,00 sendo todos apresentados e aprovados, sendo também discutido as questões dos asfaltos em construção no município sendo mais nada a declarar foi se encerada a reunião.

Publicado por:
Greisiane Aparecida Medeiros de Moraes
Código Identificador:08AFB565

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL Nº 47-2025 - DISPENSA ELETRÔNICA REGISTRO DE PREÇO Nº 39-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-240, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-250, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** JEFERSON FERREIRA ROCHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 30.508.001/0001-02, com sede na rua Marechal Deodoro, nº 693, Centro, cep.: 86.960-000, na cidade de Barbosa Ferraz – Pr, neste ato representada pelo Sr. JEFERSON FERREIRA ROCHA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado com sede na rua Aimoré, nº 109, centro, cep.: 86.970-000, na cidade de Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 9.297.012-4SSP/PR e CPF. nº 058.339.239-30.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado a vigência para 22 de agosto de 2027, conforme Cláusula Segunda da Ata Contratual primitiva.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Ata Contratual Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Ata Contratual, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

JEFERSON FERREIRA ROCHA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:AEADAFCF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-000, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 19.576.309/0001-52, com sede na av Boqueirão, nº 762/301, Igara, cep.: 92.410-392, na cidade de Canoas – RS, neste ato representada pelo Sr. ÁLVARO LOCATELLI, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na rua Erva Mate, nº 714, bairro Igara, cep.: 92.412-550, na cidade de Canoas – RS portador da cédula de identidade Rg. nº 5.067.232.08-1/RS e CPF. nº 938.131.630-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E VIGÊNCIA – Conforme Cláusula Nona do Contrato Primitivo, fica prorrogado o prazo de prestação de serviço para 09 de setembro de 2027 e prazo de vigência para o dia 09 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 27 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:6859A962

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026 - PSS Nº 01/2026

PROCESO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, de 24 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão oficial de publicação do município de Corumbataí do Sul, no dia 24/07/2026:
CONVOCA os candidatos aprovados abaixo relacionados **(anexo I)**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação do aludido certame, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 04/2026 do PSS nº 01/2026, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão oficial de publicação deste município, no dia 21/08/2026, **para comparecer no dia 31 de agosto de 2026, na Cetarh Ambiental Ltda., situada na Rua São Paulo, nº 393 – Jardim Country Club, Campo Mourão - PR, no horário das 13h30 (treze horas e trinta minutos),** para proceder a consulta médica admissional necessária.
Após o feito, o convocado deverá **comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, sito a Rua Tocantins, 153, centro, Corumbataí do Sul – Pr, no dia 01 de setembro de 2026, as 09h (nove horas)**, munidos de fotocópia devidamente autenticada de toda documentação **(anexo II)**, além da declaração de não acumulação de cargos ou empregos públicos - art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal **(anexo III)** ou quando for o caso, a declaração de acumulação de cargo ou emprego público **(anexo IV)** e ainda a declaração de existência ou ausência de penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade na esfera Federal, Estadual ou Municipal **(anexo V),** para fim de serem apreciados tais documentos e somente após, ser contratado e entrar no exercício de suas funções, de acordo com a respectiva lotação dentro das prioridades e necessidades do Município de Corumbataí do Sul.
Esclarece por oportuno, que **o não comparecimento no prazo do presente edital, implicará em reconhecimento de DESISTÊNCIA TÁCITA**, do classificado, autorizando o Executivo Municipal, se for conveniente para a administração, convocar outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. Esclarece finalmente, que a **apresentação de documentação incompleta ou fraudulenta, implicará na sua imediata exclusão do certame**, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis á espécie.

Corumbataí do Sul, PR, 27 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

ANEXO I
Cargo: PROFESSOR (CARGA HORÁRIA 20 HORAS)

Classificação	Nome	Inscrição	CPF
5º	Cássia Fernanda de Oliveira Inocêncio Pereira	150/2026	089.722.109-51
6º	Isabela Lima de Oliveira Simão	127/2026	063.007.949-89
7º	Ângela Pereira Israel	214/2026	062.801.499-60
8º	Marcia Nunes de Jesus Oliveira	071/2026	079.603.749-37
9º	Marta Ramos	170/2026	037.532.459-33

10º	Suellen Cristina Dos Santos Paim	106/2026	037.483.539-01
11º	Vanilda Aparecida Sartori	005/2026	547.457.309-00

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

ANEXO II
RELAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA A CÓPIA AUTENTICADA

1. Cópia da Cédula de Identidade (RG);
2. Cópia do CPF;
3. Cópia do cadastro/extrato de inscrição do NIT/PIS/PASEP;
4. Cópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
5. Cópia do Título de Eleitor;
6. Cópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação do Serviço Militar (se do sexo masculino);
7. Cópia da Certidão de nascimento/casamento;
8. Cópia da Certidão de nascimento do dependente, juntamente com o CPF do mesmo;
9. Cópia do comprovante de residência;
10. Cópia do (Diploma) e/ou Certificado de Conclusão juntamente com o Histórico Escolar exigido para o cargo pretendido;
11. Cópia do Registro no Conselho de Classe (quando exigido para o cargo);
12. Certidão de regularidade junto ao Conselho de Classe (quando exigido para o cargo)
13. Certidões: (caso seja positiva, apresentar a certidão explicativa da mesma)

a) Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal Criminal (4ª região): solicitar pelo link: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

b) Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual – (poderá ser retirada no Fórum criminal da Cidade/Comarca que reside)

c) Certidão de quitação eleitoral, solicitar pelo link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral

14. Declaração de não acúmulo de Cargo ou Emprego Público **(anexo III)** deste Edital de Convocação;
15. Declaração de acúmulo de Cargo ou Emprego Público **(anexo IV)**, constando (outro vínculo, Órgão/Entidade do outro vínculo, carga horária do outro vínculo, horário de trabalho do outro vínculo, bem como a remuneração do mesmo), para os casos que o candidato exercer outro Cargo ou Emprego que se enquadrar nas exceções da Constituição Federal;
16. Declaração de existência ou ausência de penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade na esfera Federal, Estadual ou Municipal **(anexo V)**;
17. Declaração de bens (constando bens e valores) ou cópia da declaração de IRRF;
18. Exame Médico de Capacitação funcional, emitida pelo médico do trabalho;
19. 01 (uma) foto 3X4.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, CPF nº _____ Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2026, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **não exerço** nenhum cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, que se enquadre nos **impedimentos legais previstos no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal**, bem como não recebo benefício proveniente do Regime Próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social (art. 37, § 10 da CF), AUTORIZANDO o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da minha nomeação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**
Corumbataí do Sul, Pr, em _____de _____de _____.

_____
Declarante

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, CPF nº_____ Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2026, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **exerço** outro cargo ou emprego público, da forma abaixo especificada:
Esfera: ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal
Tipo de Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Cargo em Comissão ( ) Cargo Eletivo ( ) Aposentadoria pelo Regime: _____ ( ) Outros _____
Cargo/Emprego Público: _____
Instituição: _____
Carga Horária Semanal: _____
Horário de expediente: _____
AUTORIZO o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido certame, anulando-se todos os atos decorrentes da minha contratação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**
Corumbataí do Sul, Pr, em _____de _____de _____.

_____
Declarante

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,_____, infra-assinado, brasileiro(a), portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cidade/UF, _____, _____ de _____de _____.

_____
Declarante

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:8F9822F5

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
EXTRATO DE CONTRATO 10-2026

EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
Dispensa de licitação 007/2026 do Poder Legislativo Municipal.
Contratante: Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – PR

CNPJ: 95.589.370/0001-12
Contratada: **WANDERSON DOS SANTOS CARVALHO DA SILVA**
CNPJ: 61.*2*.1*1/0**1-90
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de informática, sob demanda, por horas técnicas, compreendendo manutenção, instalação, configuração, suporte técnico e demais serviços correlatos em equipamentos e sistemas de informática, conforme as necessidades da Câmara Municipal.
Valor: R$ 22.400,00 (Vinte e dois mil e quatrocentos reais)
Data de Assinatura: 27/08/2026
Prazo de Vigência: 26/08/2027

Publicado por:
Rafael Costa Ferreira
Código Identificador:69D0FF31

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1701-2026

LEI No 1701/2026

Denomina "Rua João Oradi Favin" a via pública municipal situada entre o Loteamento Sol Nascente e o Loteamento Favin, no Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **JEAN CARLOS CARDOSO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:

Considerando o disposto no § 2º do art. 177 do Regimento Interno da Câmara Municipal;
Considerando o disposto no art. 31, inciso XV e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu;
Art. 1º Fica denominada como "Rua João Oradi Favin" a via pública municipal situada entre o Loteamento Sol Nascente e o Loteamento Favin, localizada no Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.
Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a colocação de placas indicativas e a devida comunicação do ato aos órgãos de prestação de serviços públicos (Correios, Copel, Sanepar e empresas de telecomunicação).
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:3A833304

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1702-2026

LEI No 1702/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar Termo de Concessão de Direito Real de Uso de bens imóveis e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu, **JEAN CARLOS CARDOSO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte.

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder mediante assinatura de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, bem imóvel à empresa **62.918.799 JEAN CARLA BROBOWSKI DA SILVA**, inscrita no MF/CNPJ sob nº 62.918.799/0001-57, estabelecida na Rodovia PR-473, S/Nº, Complemento Stand Trailer, Foz do Chopim, Zona Rural, CEP 85.598-000, no Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, que vai atuar no ramo de: **bar, lanchonete, restaurante e similares**, nos termos que asseguram as Leis Municipais nº 379/2004 e 380/2004, na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto-Lei 271/1967, os seguintes imóveis:
I – Um Lote, com área de 1.094,02 m² (mil, noventa e quatro metros e 2 decímetros quadrados), localizado na região da Balsa no Distrito de Foz do Chopim, neste Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, conforme matrícula nº 24.489, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos - PR, tendo como Proprietário o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.589.320/0001-44.

Parágrafo Único: Para fins da presente concessão, a empresa constante no "caput" terá como atividade principal **bar, lanchonete, restaurante e similares**.
Art. 2º O imóvel concedido, é de propriedade do Município de Cruzeiro do Iguaçu, podendo a Concessionária apenas dele fazer uso, para as finalidades descritas nesta Lei.
Parágrafo Único - Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar atos, atitudes ou uso inadequado dos bens, por parte da Concessionária.

A concessionária compromete-se, durante a vigência da presente concessão:
Construir pelo menos um quiosque com área de no mínimo 70 m² (setenta metros quadrados) e churrasqueiras, além de outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento dos usuários da balsa, visitantes e turistas que circulam na região do Alagado de Cruzeiro do Iguaçu;
Manter em perfeito estado de conservação, os bens públicos acima descritos, que constituem o direito real de uso;
Gerar no mínimo 1 (um) emprego direto de imediato, preferencialmente de pessoa deste Município e manter durante toda a vigência da concessão, devidamente registrado em CTPS;
Não mudar a finalidade, interromper, suspender, locar ou ceder à terceiros, a qualquer título, o uso dos bens ora entregue;
Permitir que a concedente realize vistorias para avaliação do cumprimento das obrigações assumidas;
Não realizar quaisquer obras, edificações ou benfeitorias, sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura, ressalvadas as reformas essenciais à segurança e higiene das edificações, instalações e equipamentos existentes;
Não permitir que terceiros se apossem do imóvel, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbação de posse que se verifique;
Zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, qualquer obra de manutenção que se fizer necessária;
Arcar com todas as despesas de consumo de água, energia elétrica, internet, alvarás, eventuais taxas, tarifas ou impostos, débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários e demais tributos ou obrigações legais incidentes sobre o imóvel ou a atividade da empresa;
Restituir a área imediatamente, ao término do prazo fixado no Art. 4º ou diante da comprovação do descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, sem direito de retenção e independentemente de pagamento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal.

O Município dá a Concessionária o Direito Real de Uso dos Bens referidos nesta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado a critério das partes, observado o melhor interesse público.

Parágrafo Único: a concessão que trata esta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal, com aviso prévio de 30 dias, caso sua finalidade esteja em desacordo com esta Lei ou ainda não esteja sendo atendida a quantidade mínima de empregos propostos na alínea "c" do Art. 3º.

A presente concessão fica dispensada de prévio processo licitatório, nos termos do Parágrafo Único do Art. 17, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu, considerando o manifesto interesse público no desenvolvimento e geração de emprego e renda no município.

Outras condições para essa concessão serão estabelecidas no Contrato de Concessão de Direto Real de Uso, a ser firmado com a empresa, após a aprovação desta Lei.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:2905B282

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO 45-2026

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90045-2026 – UASG **985473**

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria para **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições tipo almoço e jantar buffet livre, bem como café da manhã/lanche, para atendimento das necessidades da Administração Municipal, nas cidades de Dois Vizinhos/PR e Francisco Beltrão/PR, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital**.

DATA E HORA DE ABERTURA: 15 de Setembro de 2026 às 08h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço global por item.
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos &pagina=1

No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão
com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3191-1330.

Cruzeiro do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:7AC92469

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISAO

DECISÃO

Trata-se, em síntese, de procedimento licitatório, Contratação de empresa especializada para prestaçao de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de peças, materiais e carga de gas, para atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.
Parecer jurídico 041/2026, informa que há regularidade no processo e entende pela possibilidade da realização do processo licitatório.
Dotação orçamentaria fornecida.
Desta forma, encaminha-se para adjudicação e posterior homologação do pregão eletrônico 90041/2026 e demais atos necessários.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:9916C61A

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISAO

DECISÃO

Trata-se, em síntese, de procedimento licitatório, locação de brinquedos infláveis evento alusivo ao dia das crianças conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Parecer jurídico 043/2026, informa que há regularidade no processo e entende pela possibilidade da realização do processo licitatório.
Dotação orçamentaria fornecida.
Desta forma, encaminha-se para adjudicação e posterior homologação do pregão eletrônico 90043/2026 e demais atos necessários.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:0C913366

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6589-2026

DECRETO Nº6589/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**870.625,77** (oitocentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:5B524E22

SECRETARIA DE FINANCAS
INEXIGIBILIDADE

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 043/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 043/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o Jean Carlos Cardoso, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei Federal 14.133/2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 26/08/2027.
VALOR R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
OBJETO: Contratação de serviços do Registro de Imóveis para a realização de atos previstos na Tabela XIII da Lei Estadual do Paraná nº 21.869/2023, compreendendo certidões, buscas, registros e averbações de interesse do Município**.**
CONTRATADO: **SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS**, CNPJ nº 26.982.018/0001-20, estabelecida na Avenida Dedi Barichello Montagner n°120 – Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 043/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE LOCACAO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR
	CONTRATADO: **SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS**, CNPJ nº 26.982.018/0001-20, estabelecida na Avenida Dedi Barichello Montagner n°120 – Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000
OBJETO:	**Contratação de serviços do Registro de Imóveis para a realização de atos previstos na Tabela XIII da Lei Estadual do Paraná nº 21.869/2023, compreendendo certidões, buscas, registros e averbações de interesse do Município.**
VALOR TOTAL:	R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO:	3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 043/2026

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 043/2026, em favor **SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS**, CNPJ nº 26.982.018/0001-20, estabelecida na Avenida Dedi Barichello Montagner n°120 – Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000, com o VALOR de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:9C614BD8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 300/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO
TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 300/2025, ORIUNDO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES E A SILVIA KOERICH.
O Prefeito do município de Enéas Marques, Sr. EDSON LUPATINI, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de atualização na ata de registro de preço para o caso em tela, em conformidade com a redação do artigo 124, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de troca de marca de item da empresa SILVIA KOERICH, conforme processo digital nº 1037/2026 e autorizado pelo Gestor, pelo presente TERMO DE APOSTILAMENTO, a realização da troca de marca de item.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Por esse termo de apostilamento, realiza-se a troca de marca do item nº 36 com a descrição (Ar-condicionado Piso Teto Hitachi 46.000 BTUS Inverter Quente e Frio, Tecnologia: Inversor Ciclo: Quente e Frio Capacidade: 46000 BTU/h Classificação energética: A 220v) para o modelo: Ar Condicionado Split Teto Inverter 55000 BTUs Hisense Quente/Frio - 220V.
CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas na ata de registro de preço originária e não alteradas por este instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e Regulamentação Municipal.
Enéas Marques, 27 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:04B028DB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2026

PROCESSO LICITATÓRIO:
76/2026

PREGÃO ELETRÔNICO:
20/2026

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADOS, COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, DE NATUREZA CONTINUADA DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MAQUINAS PESADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 2.104.417,26 (Dois milhões cento e quatro mil quatrocentos e dezessete reais e vinte e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 11/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

DATA:
26/08/2026

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:B390FFE5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
77/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
21/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO
AQUISIÇÃO DE ADUELA/GALERIA DE CONCRETO, SEÇÃO INTERNA: 2,50X2,50M

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 119.654,00 (cento e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 09/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

DATA
27/08/2026

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:4BD41BF5

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 098/2026

Designa o fiscal e gestor do convênio firmado com a Cohapar – Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municipios.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (PR), o Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições constitucionais e,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração; e

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal e gestor do contrato formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora ROSIANA SILVA SOUSA DE ALMEIDA, matrícula nº 1.137, ocupante do cargo de Secretária de Ação Social, para exercer a função de GESTORA do Convênio para repasse de recursos financeiros destinados à produção de até 10 (dez) moradias para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$ 1.300.000,00, cabendo-lhe o acompanhamento da execução técnica e administrativa do ajuste, a interlocução com o órgão concedente e a adoção das providências necessárias à boa e regular aplicação dos recursos.

Art. 2° Designar o servidor RAFAEL DEZOTTI DE ALMEIDA, matrícula nº 640, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para exercer a função de FISCAL do Convênio para repasse de recursos financeiros destinados à produção de até 10 (dez) moradias para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$ 1.300.000,00, cabendo-lhe o acompanhamento da execução técnica e administrativa do ajuste.

Art. 3° Os servidores designados deverão observar rigorosamente os princípios da legalidade, moralidade, economicidade, publicidade, eficiência e demais normas aplicáveis à gestão de recursos públicos.

Art. 4° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Nossa Senhora das Graças - PR, 27 de agosto de 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:079562CB

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 535/2026

ERRATA À PORTARIA Nº 534/2026
O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA**, para corrigir erro material constante na Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3604, de 27 de agosto de 2026.
Onde se lê:
PORTARIA Nº 534/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Laryssa Claudia Mariano, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 25/08/2026 à 25/08/2026 para Cornélio Procopio-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

Leia-se:
PORTARIA Nº 535/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Laryssa Claudia Mariano, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face

a viagem do dia 25/08/2026 à 25/08/2026 para Cornélio Procopio-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.
Permanecem inalteradas todas as demais disposições da referida Portaria.
Nossa Senhora das Graças/PR, 27 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:298AE8C4

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 545/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor do Sr. Gilson Borges Schuindt, motorista, referente ao pagamento de 1(uma) diária, face a viagem do dia 26/08/2026 a 27/08/2026 para Jacarezinho – PR., a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 27 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:9CAD52B1

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 546/2026

Altera a composição da Comissão de Sindicância Administrativa instituída pela Portaria nº 502/2026 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no art. 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1º SUBSTITUIR a servidora **Maria Fátima Costa de Almeida**, Assistente Administrativo, pelo servidor **Marcos Paulo Ladislau**, **Agente Comunitário de Saúde**, na Comissão de Sindicância Administrativa instituída pela **Portaria nº 502/2026**, que passa a atuar como **Presidente da Comissão**.
Art. 2º Em razão da substituição prevista no artigo anterior, a Comissão passa a ser composta pelos seguintes servidores integrantes do quadro desta municipalidade:
I – Marcos Paulo Ladislau, Agente Comunitário de Saúde, que atuará como Presidente da Comissão;
II – Eliane dos Santos Pereira, Motorista, membro;
III – Naiani Tizziani, Psicólogo, membro.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da **Portaria nº 502/2026**.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças/PR, 27 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D32C8BBB

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 15/2026

Nomeia Agente de Contratação, e Equipe de Apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

VANESSA CRISTINA GERVÁSIO SALOMÃO, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, no uso de suas atribuições s legais.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor efetivo MARCOS TEIXEIRA COSTA matrícula n° 969, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Nossa Senhora das Graças/PR, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º Nomeia-se os(as) servidores(as) efetivas como membros (as) titulares: Leiliane Timóteo (Matrícula nº 960 e Edson Reami Henrique (Matrícula nº 39) para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3º Nomeia-se a servidora efetiva como membra suplente: Keli Cristina da Costa Silva (Matrícula nº 957) para exercer a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo único. As servidoras mencionadas no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições.
Art. 4º Integram o rol de atribuições da Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.
§ 1º A Agente de Contratação convocará os membros da Equipe de Apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações do Executivo e Legislativo.
§ 2º A Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.
Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

VANESSA CRISTINA GERVÁSIO SALOMÃO
Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora Das Graças

Publicado por:
Nerailder da Silva
Código Identificador:F6506A40

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 544/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada:

- TARCILA JULIA FELIX DOS SANTOS PRIMO, matrícula nº 641 – Referentes ao exercício: 2016/2021. Conforme dispõe o Artigo nº 113-A da Lei Municipal nº 323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 31/08/2026 à 29/09/2026.

Ficando 60 (sessenta) dias de Licença a desfrutar posteriormente.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 27 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:D61D03D7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º CONTRATO Nº 28/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2026**, parte integrante do(a) Inexigibilidade nº 16/2026
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA – CNPJ nº.** 00.485.542/0001-00
Objeto:	**"Fica alterado o § 1º da Cláusula Sexta do Contrato nº 28/2026, para estabelecer que o veículo objeto da contratação será disponibilizado pela CONTRATADA para retirada pelo CONTRATATANTE em sua filial situada no Município de Erechim – Rs, com tanque cheio permanecendo inalterados o objeto, o preço, as especificações, o prazo de entrega, as garantias e as demais condições contratuais.** **"A presente alteração decorre da condição de retirada comunicada pela CONTRATADA antes da assinatura do contrato e registrada nos autos, não implicando reconhecimento de direito a acréscimo, reembolso ou recomposição de preços em favor da CONTRATADA".**
Prazo de vigência	**13/11/2026**
Prazo de execução	**13/11/2026**
Data assinatura	27/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:74C66E83

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º CONTRATO Nº 7/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 7/2026**, parte integrante do(a) Concorrência nº 9/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**PAULO CEZAR LEMES LTDA – CNPJ nº.** 17.387.040/0001-30
Objeto:	**O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato originário nº 7/2026 celebrado entre as partes em 29/01/2026, passando o mesmo a ter sua execução até 09/10/2026.**
Prazo de vigência	**29/01/2027**
Prazo de execução	**09/10/2026**
Data assinatura	26/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:570B075C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3º TERMO CONTRATO 4/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 4/2026**, parte integrante do(a) Pregão nº 79/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**J A ESTRUTURAS METALICAS LTDA – CNPJ nº.** 48.304.194/0001-45
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da clausula quinta - Da vigência do contrato, aditado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, até 03/10/2026.** **II - o Acréscimo quantitativo nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 7.411,69 (sete mil, quatrocentos e onze reais e sessenta e nove centavos).**
Prazo de vigência	**03/10/2026**
Data assinatura	20/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:E9639A27

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 113/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 113/2026 Pregão Eletrônico N°. 44/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	METALURGICA FREITAS LTDA- CNPJ nº. 05.852.250/0001-73
Objeto	**Contratação de empresa objetivando a aquisição de Grade Aradora Intermediaria Controle Remoto, visando o atendimento as associações rurais do município. Conforme Termo de Convênio Nº 918866/2021 do município de São Jorge D'Oeste/PR com o Ministério da Agricultura e Pecuária.**
Valor	R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)
Prazo de execução	12 (doze) meses, até 27/08/2027
Prazo de vigência	até 27/08/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 27/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:6C85E115

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÕES ELEITORAIS DE CHOPINZINHO/PR

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA nº. 07/2026

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça adiante assinado, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; artigo 120, incisos II e III, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993; e artigo 58, incisos VII e XII, da Lei Complementar Estadual n.º 85/1999 e na Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal da República, do artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n° 8.625/1993, do artigo 2º, inc. IV, alínea "a", da Lei Complementar Estadual n° 85/1999;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 129, inciso II da Constituição Federal e no artigo 120, inciso II da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia";

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III da Constituição Federal prescreve que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, o qual faculta ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO o artigo 2º, caput, da Lei Complementar nº 85/1999, que antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica Nacional;

CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal supramencionado, em seus artigos 67, §1º, inciso III e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, "atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes" e "efetuar a

articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área";
CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição Federal Estabelece que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: […]";
CONSIDERANDO que o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná estatui que "a administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade (…)";
CONSIDERANDO que o artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) elenca as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais;
CONSIDERANDO a expressa vedação legal de "ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado" (art. 73, inciso III, da Lei nº 9.504/97);
CONSIDERANDO que a prática de coagir, constranger, pressionar ou influenciar o voto de servidores públicos, valendo-se de posição hierárquica ou da máquina pública, configura assédio eleitoral, caracterizando crime eleitoral (art. 300 e art. 301 do Código Eleitoral) e Ato de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992);
CONSIDERANDO que o uso indevido da máquina pública, o desvio de função de servidores e a utilização de bens públicos para fins eleitorais ensejam, além das sanções eleitorais e de improbidade, a responsabilização civil com o consequente ressarcimento integral dos danos causados ao erário municipal;
CONSIDERANDO o recebimento de Notícia de Fato (sob sigilo) nesta Promotoria de Justiça, relatando supostas ordens para que servidores públicos municipais participem de ações de campanha e direcionamento de votos, o que exige a imediata atuação preventiva deste órgão ministerial;
O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, através deste agente signatário em exercício perante a 2ª Promotoria de Justiça de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, expede a presente **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao Poder Executivo e Legislativo de Chopinzinho e Saudade do Iguaçu, bem como aos Secretários(as) Municipais dos respectivos municípios, a fim de que observem e adotem as seguintes providências necessárias para garantir a mais absoluta neutralidade da máquina pública no pleito eleitoral, devendo **ABSTER-SE DE:**
1. Coagir ou Pressionar: Praticar qualquer ato de assédio eleitoral, ameaça, coação ou constrangimento contra servidores públicos (efetivos, comissionados, terceirizados ou estagiários) com o intuito de direcionar votos a qualquer candidato, partido ou coligação, garantindo a todos o direito fundamental à livre orientação política.
2. Assédio Digital e Redes Sociais: Abster-se de exigir, constranger ou orientar que servidores e terceirizados façam publicações, curtidas, compartilhamentos ou gravem vídeos de apoio político-partidário em suas redes sociais privadas, bem como se abster de utilizar grupos de mensagens corporativos/institucionais (como WhatsApp e Telegram) para propaganda eleitoral ou convocação para atos de campanha.
3. Uso de Vestimentas e Adereços: Abster-se de obrigar, induzir ou constranger os agentes públicos a utilizarem uniformes, roupas com cores específicas, bottons, adesivos ou quaisquer outros adereços que façam alusão a determinado candidato, partido ou coligação, durante o horário de expediente e no interior das repartições públicas.
4. Reuniões de Expediente: Abster-se de utilizar reuniões de trabalho, treinamentos ou eventos institucionais para realizar discursos políticos, apresentar candidatos, pedir votos ou promover o enaltecimento de campanhas eleitorais perante os servidores.
5. Utilização de Mão de Obra: Ceder servidores públicos ou utilizar de seus serviços para atividades de campanha eleitoral, comitês, distribuição de material de propaganda ou gestão de redes sociais de candidatos, durante o horário de expediente normal.
6. Uso de Bens e Materiais Públicos: Ceder ou usar em benefício de candidato, partido ou coligação bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, bem como materiais de expediente, computadores, telefones, veículos oficiais e acesso à internet da rede pública.
7. Propaganda em Repartições: Permitir, tolerar ou promover a fixação, guarda ou distribuição de material de propaganda eleitoral (panfletos, adesivos, santinhos, cartazes) no interior das repartições públicas municipais, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.
8. Retaliações: Promover transferências de setor, exonerações de cargos em comissão, perda de funções gratificadas ou qualquer forma de perseguição administrativa a servidores que se recusem a participar de atos de campanha política.
Neste ínterim, visando garantir a eficácia da presente Recomendação Administrativa, requisita-se que a presente Recomendação seja ampla e imediatamente divulgada a todos os servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, mediante fixação em murais das secretarias e departamentos, publicação no Diário Oficial do Município, bem como envio aos e-mails institucionais de todos os agentes públicos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Por fim, fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta, para envio de resposta por escrito acerca do acatamento ou não da presente Recomendação, acompanhada das provas de sua publicidade.
O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL adverte que o descumprimento desta Recomendação implicará a adoção imediata das medidas judiciais cabíveis no âmbito da Justiça Eleitoral, incluindo o ajuizamento de Representação por Conduta Vedada e de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por abuso de poder político e de autoridade. Adverte, ainda, que ensejará a apuração da responsabilidade criminal eleitoral dos envolvidos, sem prejuízo da adoção de providências necessárias na defesa do Patrimônio Público para eventual propositura de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.
Chopinzinho, datado e assinado eletronicamente.

PEDRO TENÓRIO SOARES VIEIRA TAVARES
Promotor de Justiça

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:844D7140

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 153/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 153/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.981,70 (dez mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 14 – Direitos da Cidadania
Sub-função: 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.070 – Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
Fonte: 2950 – Fortalecimento da Rede de Proteção as Violências Contra as Mulheres - Superávit
Despesa: 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Valor em R$: 1.950,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental

Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 5.031,70

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 3.000,00
Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 10.981,70.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Valor do Superávit Financeiro R$: 5.031,70

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 5.031,70.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.01 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Função: 14 – Direitos da Cidadania
Sub-função: 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.070 – Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
Fonte: 2950 – Fortalecimento da Rede de Proteção as Violências Contra as Mulheres - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica
Valor em R$: 1.950,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319004 – Contratação Por Tempo Determinado
Valor em R$: 1.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 2.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.069 – Atividades de Proteção e Bem Estar Animal
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 319013 – Contribuições Patronais
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 5.950,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:D4FC8DA0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 80/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021
A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 11 de setembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o Registro de preços para a execução futura e eventual de serviços, compreendendo: borracharia em geral, lavagens, consertos, lubrificações, montagens, tip top e balanceamento, na frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 179.870,36 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e trinta e seis centavos).
MODO DE DISPUTA: "ABERTO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 11 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 11 de setembro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 11 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do

site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:6A541410

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 07/2026

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA nº. 07/2026
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Promotor de Justiça adiante assinado, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; artigo 120, incisos II e III, da Constituição do Estado do Paraná; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993; e artigo 58, incisos VII e XII, da Lei Complementar Estadual n.º 85/1999 e na Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e,
CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal da República, do artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n° 8.625/1993, do artigo 2º, inc. IV, alínea "a", da Lei Complementar Estadual n° 85/1999;
CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";
CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 129, inciso II da Constituição Federal e no artigo 120, inciso II da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia";
CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III da Constituição Federal prescreve que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, o qual faculta ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;
CONSIDERANDO o artigo 2º, caput, da Lei Complementar nº 85/1999, que antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição Federal e Estadual e na Lei Orgânica Nacional;
CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal supramencionado, em seus artigos 67, §1º, inciso III e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, "atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes" e "efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área";
CONSIDERANDO que o artigo 37 da Constituição Federal Estabelece que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: […]";
CONSIDERANDO que o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná estatui que "a administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dosPoderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade (…)";
CONSIDERANDO que o artigo 73 da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) elenca as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais;
CONSIDERANDO a expressa vedação legal de "ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado" (art. 73, inciso III, da Lei nº 9.504/97);
CONSIDERANDO que a prática de coagir, constranger, pressionar ou influenciar o voto de servidores públicos, valendo-se de posição hierárquica ou da máquina pública, configura assédio eleitoral, caracterizando crime eleitoral (art. 300 e art. 301 do Código Eleitoral) e Ato de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992);
CONSIDERANDO que o uso indevido da máquina pública, o desvio de função de servidores e a utilização de bens públicos para fins eleitorais ensejam, além das sanções eleitorais e de improbidade, a responsabilização civil com o consequente ressarcimento integral dos danos causados ao erário municipal;
CONSIDERANDO o recebimento de Notícia de Fato (sob sigilo) nesta Promotoria de Justiça, relatando supostas ordens para que servidores públicos municipais participem de ações de campanha e direcionamento de votos, o que exige a imediata atuação preventiva deste órgão ministerial;
O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, através deste agente signatário em exercício perante a 2ª Promotoria de Justiça de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, expede a presente RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA ao Poder Executivo e Legislativo de Chopinzinho e Saudade do Iguaçu, bem como aos Secretários(as) Municipais dos respectivos municípios, a fim de que observem e adotem as seguintes providências necessárias para garantir a mais absoluta neutralidade da máquina pública no pleito eleitoral, devendo ABSTER-SE DE:
1. Coagir ou Pressionar: Praticar qualquer ato de assédio eleitoral, ameaça, coação ou constrangimento contra servidores públicos (efetivos, comissionados, terceirizados ou estagiários) com o intuito de direcionar votos a qualquer candidato, partido ou coligação, garantindo a todos o direito fundamental à livre orientação política.
2. Assédio Digital e Redes Sociais: Abster-se de exigir, constranger ou orientar que servidores e terceirizados façam publicações, curtidas, compartilhamentos ou gravem vídeos de apoio político-partidário em suas redes sociais privadas, bem como se abster de utilizar grupos de mensagens corporativos/institucionais (como WhatsApp e Telegram) para propaganda eleitoral ou convocação para atos de campanha.
3. Uso de Vestimentas e Adereços: Abster-se de obrigar, induzir ou constranger os agentes públicos a utilizarem uniformes, roupas com cores específicas, bottons, adesivos ou quaisquer outros adereços que façam alusão a determinado candidato, partido ou coligação, durante o horário de expediente e no interior das repartições públicas.
4. Reuniões de Expediente: Abster-se de utilizar reuniões de trabalho, treinamentos ou eventos institucionais para realizar discursos políticos, apresentar candidatos, pedir votos ou promover o enaltecimento de campanhas eleitorais perante os servidores.
5. Utilização de Mão de Obra: Ceder servidores públicos ou utilizar de seus serviços para atividades de campanha eleitoral, comitês, distribuição de material de propaganda ou gestão de redes sociais de candidatos, durante o horário de expediente normal.
6. Uso de Bens e Materiais Públicos: Ceder ou usar em benefício de candidato, partido ou coligação bens móveis ou imóveis pertencentes àadministração direta ou indireta do Município, bem como materiais de expediente, computadores, telefones, veículos oficiais e acesso à internet da rede pública.
7. Propaganda em Repartições: Permitir, tolerar ou promover a fixação, guarda ou distribuição de material de propaganda eleitoral (panfletos, adesivos, santinhos, cartazes) no interior das repartições públicas municipais, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.
8. Retaliações: Promover transferências de setor, exonerações de cargos em comissão, perda de funções gratificadas ou qualquer forma de perseguição administrativa a servidores que se recusem a participar de atos de campanha política.

Neste ínterim, visando garantir a eficácia da presente Recomendação Administrativa, requisita-se que a presente Recomendação seja ampla e imediatamente divulgada a todos os servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, mediante fixação em murais das secretarias e departamentos, publicação no Diário Oficial do Município, bem como envio aos e-mails institucionais de todos os agentes públicos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
Por fim, fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta, para envio de resposta por escrito acerca do acatamento ou não da presente Recomendação, acompanhada das provas de sua publicidade.
O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL adverte que o descumprimento desta Recomendação implicará a adoção imediata das medidas judiciais cabíveis no âmbito da Justiça Eleitoral, incluindo o ajuizamento de Representação por Conduta Vedada e de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por abuso de poder político e de autoridade. Adverte, ainda, que ensejará a apuração da responsabilidade criminal eleitoral dos envolvidos, sem prejuízo da adoção de providências necessárias na defesa do Patrimônio Público para eventual propositura de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.

Chopinzinho, datado e assinado eletronicamente.
PEDRO TENORIO SOARES VIEIRA TAVARES:05337189450
Assinado de forma digital por PEDRO TENORIO SOARES VIEIRA TAVARES:05337189450
Dados: 2026.08.24 14:33:42 -03'00'

PEDRO TENÓRIO SOARES VIEIRA TAVARES
Promotor de Justiça

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:98B62B93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 178/2026

Portaria Nº 178, de 27 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e considerando a necessidade de designar um Gestor e um Fiscal para o Termo de convênio de apoio para aquisição veículos utilitários referentes ao Protocolo nº 24.661.023-1;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora **ELIANA ALVES TOMBA** – RG: 8.026.335-0, para exercer a função de Gestora do Termo de convênio apoio de aquisição veículos utilitários;

Art. 2º - Designar o Servidor **GABRIEL DE LIMA**– RG: 14.013.268-3, para exercer a função de Fiscal do Termo de convênio apoio de aquisição veículos utilitários;

Art. 3º - O Gestor e o Fiscal designados deverão cumprir as atribuições e responsabilidades estabelecidas do Termo de convênio apoio de aquisição veículos utilitários, nas normas aplicáveis.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 27 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:149C91CE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 179/2026

Portaria Nº 179, de 27 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao Servidor **VALDECI APARECIDO DA ROSA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **BORRACHEIRO,** deste Município, as férias que são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2025/2026**, a partir de **31/08/2026,** com retorno em **30/09/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 27 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:0286517A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO – CP - 001/2022 – Nº 78 - PROFESSORA - ALESSANDRA PEREIRA FOGAÇA

Edital de Chamamento – CP - 001/2022 – nº 78

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

CONVOCAR
– A candidata aprovada no Concurso Público - 01/2022, para o cargo de:
– PROFESSORA
44º - ALESSANDRA PEREIRA FOGAÇA

3.0 - Deverá no prazo de 05 (cinco) dias uteis, se apresentar:

Período:	28/08 a 03/09/2026
Local:	PREFEFEIURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Endereço:	Av. Mal. Mascarenhas de Morais, 115 - Centro

4.0 - Portando cópia e originais dos seguintes documentos:
a) Cédula de Identidade - RG
b) CPF/MF
c) carteira ou órgão de classe
d) Histórico Escolar
e)Cartão do PIS/PASEP
f) Atestado Medico pré-admissional
g) 02 fotos 3x4
h) Titulo Eleitoral
i) Conta Corrente Banco ITAU
j)Declaração de não ocupação em outros cargos ou funções publicas
k)Certidão de casamento
l)Certidão de filhos menores de 14 anos
m)Certidão de antecedentes criminais
n)certidão de alistamento militar ou reservista

Adrianópolis, 27 de agosto de 2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:BC951285

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 467/2026 - TRANSFERÊNCIA FUNCIONAL - MADSON MARCOS DE OLIVEIRA

PORTARIA nº 467/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Transferência funcional e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**

ART. 1º - Fica transferida a lotação funcional do Servidor Público Sr. **MADSON MARCOS DE OLIVEIRA**, portador da RG nº 5.761.323-8 PR**,** para a Secretaria Municipal de Transportes.
ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 27 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:8777BD0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 468/2026 - APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO A SERVIDOR PÚBLICO EM DECORRÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - OSEIAS DE ALMEIDA PEREIRA

PORTARIA nº 468/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Aplicação da Penalidade de Demissão a Servidor Público em decorrência de Processo Administrativo Disciplinar"

Considerando, o Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2026, instaurado por meio da Portaria nº 334/2026, de 01 de Julho de 2026;
Considerando, que a Comissão Processante, após a regular instrução do processo, assegurando a servidora o contraditório e a ampla defesa;
Considerando, que foram analisados os documentos, depoimentos, provas produzidas, manifestação defensiva e demais elementos constantes dos autos;
Considerando, o Parecer Jurídico da Procuradoria;
Considerando, finalmente, a competência desta autoridade para o julgamento do processo e aplicação da penalidade.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Art. 1º - Aplicar ao servidor **OSEIAS DE ALMEIDA PEREIRA**, matrícula nº **2210**, ocupante do cargo de **Motorista**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, a penalidade de **DEMISSÃO**, em razão da prática da conduta apurada no Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2026.
Art. 2º - A penalidade decorre da conclusão pela responsabilidade administrativa do servidor, conforme elementos constantes dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº **007/2026**, especialmente o Relatório Final da Comissão Processante e os demais fundamentos constantes da decisão de julgamento.
Art. 3º - A demissão produzirá seus efeitos a partir desta data, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 4º - Determinar ao setor competente que proceda às anotações funcionais decorrentes da aplicação da penalidade e adote as demais providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 27 de Agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:0FFEE7E4

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS/ADP Nº 05/2026

Resolução CMS/ADP Nº 05/2026
O Conselho Municipal de Saúde de Adrianópolis – CMS, no uso das atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal Nº 1.083/2022 de 14/09/2022, bem como prerrogativas regimentais e em consonância às deliberações do plenário na reunião ordinária, realizada em 26 de agosto de 2026,
Resolve:
Art. 1º: APROVAR, pela unanimidade dos presentes, o **Plano de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses do Município de Adrianópolis/PR**, instrumento que estabelece as ações de prevenção, vigilância, monitoramento, assistência e controle das arboviroses no âmbito municipal, visando à organização dos serviços de saúde e à resposta oportuna diante de situações de aumento da transmissão e ocorrência de surtos ou epidemias.
Art.2º: Revogam-se as disposições em contrario.

Adrianópolis, 26 de agosto de 2026.

ERIK FRANCIS PEREIRA DA LUZ
Presidente do CMS/Adrianópolis PR

Homologo a Resolução CMS/PR nº 05/2026 nos termos do § 2º, Art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

ALEXANDER PAULISTA RIBEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:3C736EB9

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS/ADP Nº 06/2026

Resolução CMS/ADP Nº 06/2026
O Conselho Municipal de Saúde de Adrianópolis – CMS, no uso das atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal Nº 1.083/2022 de 14/09/2022, bem como prerrogativas regimentais e em consonância às deliberações do plenário na reunião ordinária, realizada em 26 de agosto de 2026,
Resolve:

Art. 1º: APROVAR, pela unanimidade dos presentes, o uso do **saldo remanescente no valor de R$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais), referente à Resolução SESA nº 1.428/2023**, para aquisição de **equipamentos destinados à Sala de Raios-X do Município de Adrianópolis/PR**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no respectivo **Termo de Referência**, visando à estruturação e qualificação dos serviços de diagnóstico por imagem ofertados pela rede municipal de saúde.
Art.2º: Revogam-se as disposições em contrario.

Adrianópolis, 26 de agosto de 2026.

ERIK FRANCIS PEREIRA DA LUZ
Presidente do CMS/Adrianópolis PR

Homologo a Resolução CMS/PR nº 06/2026 nos termos do § 2º, Art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

ALEXANDER PAULISTA RIBEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:B0C06BB2

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS/ADP Nº 07/2026

Resolução CMS/ADP Nº 07/2026
O Conselho Municipal de Saúde de Adrianópolis – CMS, no uso das atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal Nº 1.083/2022 de 14/09/2022, bem como prerrogativas regimentais e em consonância às deliberações do plenário na reunião ordinária, realizada em 26 de agosto de 2026,
Resolve:
Art. 1º: APROVAR, pela unanimidade dos presentes, a **adesão do Município de Adrianópolis/PR à Resolução SESA nº 0707/2026**, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**, destinada à **aquisição de veículo utilitário** para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e fortalecimento das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal.
Art. 2º: A utilização dos recursos deverá observar as disposições estabelecidas na **Resolução SESA nº 0707/2026**, bem como a legislação vigente aplicável, incluindo as normas relativas à aquisição e utilização do veículo.
Art.3º: Revogam-se as disposições em contrario.

Adrianópolis, 26 de agosto de 2026.

ERIK FRANCIS PEREIRA DA LUZ
Presidente do CMS/Adrianópolis PR

Homologo a Resolução CMS/PR nº 07/2026 nos termos do § 2º, Art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

ALEXANDER PAULISTA RIBEIRO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:9F050B2D

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 159/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

RESOLUÇÃO Nº 159/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA SA.
VALOR TOTAL: R$ 8.097,95 (oito mil e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos).
PRAZO: 12 (doze) meses.

Adrianópolis, 20 de Agosto de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:0034C945

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº122 /2026

EMENTA: Denomina via pública urbana localizada no Bairro Pedra Branca, no Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 42, inciso XXIX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada **Rua Francisca Gonçalves da Luz** a via pública urbana atualmente sem denominação oficial, localizada no Bairro Pedra Branca, inserida no perímetro urbano do Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná.

§ 1º A via pública denominada no caput deste artigo tem início no ponto de coordenadas **E = 667.047,39 m / N = 7.123.087,03 m** e término no ponto de coordenadas **E = 667.175,55 m / N = 7.123.260,24 m,** conforme levantamento técnico.

§ 2º A via possui extensão aproximada **de 215,00 m** (duzentos e quinze metros) e largura de **8,00 m** (oito metros).

Art. 2º A denominação estabelecida por este Decreto deverá ser incorporada aos cadastros, mapas e demais registros oficiais do Município, para fins de identificação e referência da via pública.

Art. 3º A Secretaria Municipal competente deverá adotar as providências necessárias à atualização dos registros cadastrais e demais documentos oficiais relacionados à denominação da via.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal providenciará a instalação de placas indicativas com a denominação **Rua Francisca Gonçalves da Luz**, em ambas as extremidades da via, no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:A4EA4F8F

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 123 / 20026

DECRETO Nº 123 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Nomear membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico – COMASB

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal N º 1360 de 16 de julho de 2026, resolve:

Art. 1º Nomear representantes para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico – COMASB, que será composto da seguinte forma:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Titular: Oederson Oliver Melo
Suplente: Raphaella Negrello
Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: Leticia de Fatima Honorio Cavaleiro
Suplente: Everson Luan Adolphatto
Secretaria Municipal de Saúde, preferencialmente vinculado à Vigilância Sanitária

Titular: Lais Ribeiro Tolfo Ferreira
Suplente: Thais de Lima Dranka
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos.
Titular: Mayara Alanna de Lima Nogueira Zoellner.
Suplente: Elisiane Rosario da Cruz
Representante da concessionária de serviços de saneamento básico (SANEPAR)
Titular: Luiz Fernando Xavier de Oliveira
Suplente: Leandro Piska Albanske

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Setores Organizados da Sociedade, tais como associação do comércio, da indústria, clubes de serviços, sindicatos e pessoas comprometidas com a questão ambiental;

Titular: Mery Terezinha Halabura Woiciekovski
Suplente: Juliana Azevedo Pucci
Associação de Moradores de Leão/Associação de Moradores de Riberãozinho/Associação de Moradores Taboão;
Titular: Samoel Mazepa
Suplente: Adriano de Oliveira Pires Filho
Titular: Larissa Mara Marquette Martins
Suplente: Tanja Iracema Keller
Titular: Mislene de Jesus Oliveira
Suplente: Alcione da Silva Gonçalves
Associação de Catadores ou similares regularmente constituída, com atuação no Município (CATASUL);
Titular: Alcides Miguel Amorim
Suplente: Aparecida de Farias

Art. 2° -Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 27 de agosto de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudinei Hitnak
Código Identificador:9E3EFC2F

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1369/2026

SÚMULA: Regulamenta a criação, a composição e o funcionamento do Fórum Permanente Municipal de Educação de Agudos do Sul, integra-o ao Sistema Municipal de Ensino e estabelece suas competências e providências correlatas

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando as diretrizes prevista tanto na Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 a 2024, quanto a Lei nº 15.388/2026 que aprova o Novo PNE de 2026 a 2036 e a Lei 220/2025 que criou o Sistema Nacional de Educação;
Considerando a necessidade de traduzir políticas educacionais que garantam a democratização da gestão e a qualidade social da Educação;
Considerando a competência do Município na coordenação da política municipal de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas;
RESOLVE:
Art. 1º. Regulamentar o processo de criação, composição e de funcionamento do Fórum Permanente Municipal de Educação (FME) de Agudos do Sul, Paraná.
Art. 2º. O Fórum é órgão colegiado que passa a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Agudos do Sul, Paraná, com caráter deliberativo, consultivo, propositivo, indicador, fomentador e de acompanhamento das ações na área de
Educação Básica e Superior.
Art. 3º. O Fórum Permanente Municipal de Educação tem a finalidade precípua de:
I – Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, instituída por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, bem como divulgar as suas deliberações;
II – Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional da Educação;
III – Elaborar seu regimento interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação, que serão aprovados por maioria simples de seus membros, homologados e publicados pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – Oferecer suporte técnico para organização da Conferência Municipal de Educação e outros eventos educacionais (seminários, simpósios, fóruns, rodas de debates, audiências...);
V – Participar da construção do Plano Municipal de Educação, bem como planejar e organizar espaços de debate, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e as deliberações dele emanadas;
VI – Acompanhar a criação e implementação da legislação específica da Educação Básica no Município de Agudos do Sul, Paraná e de seus instrumentos, assim como promover estudos e debates sobre esta política.
Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação contará com membros indicados titulares e suplentes, nomeados por ato administrativo efetuado pelo Chefe do Poder Executivo por um período de 02 (dois) anos, sendo possível a recondução
por igual período, das seguintes instituições, colegiados, sindicatos, associações, segmentos e outros órgão que assumem compromisso com a educação:
I – Representantes do Gabinete do Prefeito;
II – Representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
IV – Representantes do Conselho Municipal de Educação;
V – Representantes do Conselho Municipal CACS – FUNDEB;
VI – Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
VII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VIII – Representantes dos professores da Educação Infantil;
IX – Representantes dos professores do Ensino Fundamental;
X – Representantes dos professores do Ensino Médio;
XI – Representantes de alunos da Educação de Jovens e Adultos;
XII – Representantes dos professores da Educação do Campo;
XIII – Representantes da Educação Especial;
IX – Representantes dos alunos do Ensino Superior;
X – Representantes de pais de estudantes (APMF);
XI – Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais;
XII – Representantes dos Gestores Escolares;
XIII – Representantes dos Conselhos Escolares;
XIV – Representantes do Conselho Tutelar;
XV – Representantes das Associações Comunitárias;
XVI – Representantes da Escola Estadual;
XVII – Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
Parágrafo Único. Os membros do Fórum Municipal de Educação definirão critérios para a inclusão de representantes de outros órgãos/ entidades.
Art. 5º. A elaboração do Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação deve ser objeto de sua primeira reunião, sendo aprovado em reunião de pauta específica pela maioria simples de seus membros e homologado pela Secretaria
Municipal de Educação.
Parágrafo único. O Regimento apresentará a estrutura, os procedimentos, as normas de funcionamento e processo de eleição da Coordenação do Fórum Municipal de Educação, dentre outros aspectos.
Art. 6º. O Fórum Municipal de Educação poderá reunir-se ordinária e extraordinariamente, na periodicidade estabelecida no seu Regimento Interno.
Art. 7º. A coordenação do Fórum Municipal de Educação será de responsabilidade do(a) Coordenador(a), Vice-coordenador(a) e secretário(a) eleitos entre os seus pares na primeira reunião ordinária de início de cada gestão.

Art. 8º. A eleição de Coordenador(a), Vice-coordenador(a) e secretário(a) para a primeira gestão do Fórum Municipal de Educação será definida por aclamação entre os presentes na primeira reunião.
Art. 9º. A partir do 2ª mandato, a coordenação em exercício enviará ofícios para eleição da coordenação e substituição de membros dos órgãos que compõem o
Fórum Municipal de Educação faltando um mês para o término do seu mandato.
Art. 10. O Fórum Municipal de educação estará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação e será coordenado, recebendo desta, todo o suporte e infraestrutura necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento de suas funções.
Art. 10. A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Agudos do Sul, 27 de agosto de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:2A1806F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 016/2026

AVISO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO Nº 016/2026

OBJETO: **"CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS/REGIONAIS, MEDIANTE PAGAMENTO DE CACHÊ, COM BASE NA LEI 14.133/2021, PARA APRESENTAÇÕES NOS PALCOS 02 E 03 LOCALIZADOS NAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO, DURANTE O EVENTO 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO NOS DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2026, NO PARQUE MUNICIPAL AMBIENTAL ANÍBAL KHURY"**.

Inscrições: A partir da data de publicação do edital, por tempo indeterminado ou até o preenchimento das vagas.

Local: Os interessados deverão protocolar a documentação, conforme edital, em horário de expediente, no Setor de Protocolo, situado no prédio da Prefeitura Municipal, na Av. Emílio Johnson, 360, Centro, Almirante Tamandaré/PR, CEP 83.501-000, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Informações Complementares: O presente edital poderá ser obtido através do site www.tamandare.pr.gov.br – **EDITAIS DE LICITAÇÃO 5ª FESTA DO MORANGO**, Portal da Transparência e demais informações poderão ser obtidas com o Departamento de Licitações, através do e-mail: licitacoes@tamandare.pr.gov.br.

Formalização de Consultas/Esclarecimentos: Departamento de Licitações, através do e-mail: licitacoes@tamandare.pr.gov.br.

Almirante Tamandaré, 27 de agosto de 2026.

LUANA PEREIRA LOPES
Agente de Contratação Responsável

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:B7AFDC53

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 28/08/26 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 15/09/26 às 09h00min.

Objeto: **"FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO E MATERIAIS DE APOIO À ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COMPREENDENDO ANDADORES, MULETAS AXILARES AJUSTÁVEIS, MULETAS DE ANTEBRAÇO, BENGALAS E CADEIRAS DE BANHO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**

Valor Máximo: **R$ 185.690,50 (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8654.

Almirante Tamandaré, 27 de agosto de 2026.

PEDRO JUERGEN MOECKE
Agente de Contratação Responsável / Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:97141AB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 281/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 281/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 281//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO PARCELADA DOS MEDICAMENTOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração. A prorrogação deverá ser solicitada pela contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do prazo inicial, para análise e aprovação pela Administração. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo do contrato original, contendo a justificativa e a concordância das partes.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 12.999,90 (doze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).**

Data de Assinatura: 25.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:38994DF1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 282/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 282/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 282//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO PARCELADA DOS MEDICAMENTOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração. A prorrogação deverá ser solicitada pela contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do prazo inicial, para análise e aprovação pela Administração. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo do contrato original, contendo a justificativa e a concordância das partes.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).**

Data de Assinatura: 25.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:811324BA

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 154/2021

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000013249/2026.
OBEJTO: Serviços de transporte especializada em prestação de serviços de transporte de alunos, bem como serviços de transporte de incentivo a cultura, esportes e serviços sociais.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA EUGENIO WOLLE NETTO TRANSPORTES E TURISMO.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL.
Ficam prorrogados excepcionalmente os prazos de execução e vigência do contrato administrativo 154/2021, por mais 06 (seis) meses, com início em 27 de julho de 2026 e término em 27 de janeiro de 2027.

Data da Assinatura: 24/07/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:90E6682E

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 207/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000013397/2026.
OBEJTO: Prestação de serviços de pintura de sinalizações viária horizontal, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA SINALIZAÇÕES SÃO MIGUEL LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
Prorrogam-se os prazos de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 207/2025, por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 21 de julho de 2026 e finalizando-se em 21 de julho de 2027.

Data da Assinatura: 20/07/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:57E006B0

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 240/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015493/2026.

OBEJTO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à unidades de saúde 24 horas.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA FRANZON SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS.

Prorrogam-se os prazos de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 240/2025, por mais 180 (cento e oitenta) dias, iniciando-se em 12 de agosto de 2026 e finalizando-se em 07 de fevereiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.

O valor do contrato não será alterado, permanecendo o mesmo valor especificado na cláusula segunda do contrato originário, de R$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 06/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:915FDD7C

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 323/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000013998/2026.
OBEJTO: Aquisição de medicamentos para atender as demandas das unidades básicas de saúde e da unidade de saúde 24 horas.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS.

Prorrogam-se os prazos de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 323/2025, por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 08 de setembro de 2026 e finalizando-se em 08 de dezembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.

O valor do contrato não será alterado, permanecendo o mesmo valor especificado na cláusula segunda do contrato originário, de R$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 07/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:0731ABCC

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 461/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000011696/2026.

OBEJTO: Pavimentação de via urbana em CBUQ, 5.030,75 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, paisagismo e urbanismo, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos. Trecho: Rua Amanzor Sales Dias (Trecho entre a Rua São Pedro e Rua Benvindo Ribeiro) Área Pavimentada: 5.030,75 m² Colocação de placas de comunicação visual.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA PRISMA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO.

Pelo presente Termo Aditivo, fica formalizada a supressão quantitativa de itens do Contrato de Prestação de Serviços nº 461/2025, conforme detalhamento constante do Parecer Técnico nº 20260611-001 e da Planilha de Aditivo (Glosas) anexa ao processo nº 0018.000011696/2026.

Parágrafo Primeiro. A supressão incide sobre os seguintes serviços e quantitativos, justificada pela fiscalização da obra em virtude de:

Muros de contenções: Necessidade de readequação da execução conforme as condições reais do local.

Área de pavimento: Ajuste de quantitativos devido a aferição "in loco" e correção de erros de projeto.

Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP: Redução do quantitativo com base na análise do teor de ligante apresentado nos ensaios tecnológicos.

Parágrafo Segundo. O valor total da supressão é de R$ 116.118,85 (cento e dezesseis mil, cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), o que corresponde a 9,20% (nove vírgula vinte por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO VALOR CONTRATUAL.

Em decorrência da supressão de itens estabelecida na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, o valor global do Contrato de Prestação de Serviços nº 461/2025, que era de R$ 1.261.397,35 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), passa a ser de R$ 1.145.278,50 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio do Departamento de Contabilidade, informou que o contrato nº 461/2025 possui um saldo de R$ 393.482,24 a liquidar, e que a supressão ora pactuada não demanda dotação orçamentária adicional, uma vez que se trata de uma redução do valor contratado, o que está em conformidade com as diretrizes financeiras da Administração.

Data da Assinatura: 20/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:7571CF52

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000006939/2026.

OBEJTO: Elaboração de projetos executivos de pavimentação, terraplanagem, drenagem, sinalização viária, calçamento, elaboração de orçamento e demais elementos necessários a serem utilizados na execução de obras em diversas vias do Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA DAVANTI ENGENHARIA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº 46/2024 para:

a) Prorrogar o prazo de execução contratual;

b) Acrescentar quantitativos de serviços ao objeto contratual, alterando o valor global do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

2.1. Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato nº 46/2024 por mais 90 (noventa) dias, com início em 25 de maio de 2026 e término em 22 de agosto de 2026.

2.2. A presente prorrogação fundamenta-se nas justificativas técnicas apresentadas no Parecer Técnico nº 20260508-001, que apontam a necessidade de elastecer o prazo em decorrência dos acréscimos quantitativos de serviços. Tais justificativas se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 57, §1º, incisos II e IV, da Lei nº 8.666/93, que permitem a prorrogação em caso de superveniência de fatos excepcionais ou imprevisíveis que alterem fundamentalmente as condições de execução do contrato, ou atraso/paralisação decorrente de fato da Administração.

2.3. A conexão entre a ampliação do escopo dos serviços e a necessidade de prorrogação do prazo é lógica e razoável, sendo a prorrogação um meio indispensável para a consecução dos benefícios gerados pelo acréscimo de serviços e para o atendimento ao interesse público na captação de recursos e melhoria da infraestrutura municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DE VALOR.

3.1. Fica autorizado o acréscimo quantitativo de serviços ao Contrato nº 46/2024 no valor de R$ 144.161,61 (cento e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e um centavos).

3.2. O referido acréscimo representa um percentual de 24,57% (vinte e quatro vírgula cinquenta e sete por cento) sobre o valor inicial atualizado do contrato. Este percentual está dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) para acréscimos em contratos de obras e serviços, conforme estabelecido no Art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

3.3. As justificativas para este acréscimo, conforme Parecer Técnico nº 20260508-001, incluem a ampliação da capacidade de atendimento devido ao aumento da demanda por projetos para captação de recursos junto a órgãos concedentes (Governo Federal, Estadual e Itaipu Binacional), o atendimento a demandas supervenientes surgidas após a celebração do contrato (constante abertura de programas e editais), e a necessidade de garantir a documentação técnica para evitar a perda de oportunidades de captação de recursos, bem como o crescimento na necessidade de elaboração, revisão e adequação de projetos de engenharia. Tais alterações enquadram-se na possibilidade de alteração unilateral prevista no Art. 65, I, alínea 'a', da Lei nº 8.666/93, visando à melhor adequação técnica aos seus objetivos.

3.4. Em decorrência do acréscimo ora avençado, o valor global do Contrato nº 46/2024, que era de R$ 586.716,76 (quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), passará a vigorar com o valor de R$ 730.878,37 (setecentos e trinta mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e sete centavos).

3.5. Esta alteração está em conformidade com a Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 46/2024, que prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões de serviços dentro dos limites legais.

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL.

5.1. A CONTRATADA atualiza neste ato a garantia de execução contratual para refletir o novo valor total do contrato (R$ 730.878,37), conforme o disposto na Cláusula Décima Segunda, item 12.9, do Contrato nº 46/2024, pelo que apresenta o comprovante da garantia atualizada antes da assinatura deste Termo Aditivo.

Data da Assinatura: 22/05/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:AE0D4161

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA – CRAVI E O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000014847/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA – CRAVI
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
1.1 O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Comodato de Bem Imóvel, firmado entre as partes em 15 de agosto de 2024, que trata da cessão de uso gratuito do imóvel localizado na Rua Porto Alegra, nº 289, Jardim Gramado, Almirante Tamandaré/PR, para funcionamento da Unidade de Saúde Roma.
CLÁUSULA SEGUNDA: DA RENOVAÇÃO DO PRAZO.
2.1 O prazo de vigência do Contrato de Comodato original fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar do término da vigência anterior, assegurando a continuidade da cessão de uso.

Data da Assinatura: 14/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:CC8AB104

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 182/2023

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000014620/2026.
OBEJTO: Prestação de serviços de borracharia para consertos de pneus dos veículos e equipamentos pesados pertencentes à frota municipal.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA DAVID MIRANDA DA ROCHA-ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência, por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 02 de setembro de 2026 e finalizando-se em 01 de setembro de 2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO.
Fica mantido o valor do contrato administrativo de serviços contínuos, em R$ 282.166,65 (duzentos e oitenta e dois mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), e este valor deverá custear as despesas no período prorrogado informado na cláusula primeira deste termo aditivo.

Data da Assinatura: 19/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:EACD4F27

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE ERRATA AO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 350/2025

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000015831/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA À FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA CORREÇÃO.
Fica constatado erro material na data de assinatura aposta no Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 350/2025.
Para sanar o referido erro, a data do documento passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê: "Almirante Tamandaré/PR, 9 de janeiro de 2.025"

Leia-se: Almirante Tamandaré/PR, 9 de janeiro de 2026"

Data da Assinatura: 14/08/2026.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5BECABB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 129/2026

‘’Institui o Sistema Municipal de Arrecadação de Receitas Públicas no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras Providências.’’

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 69, inc. IV, Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal n° 14.133, de 21 de de 01 de abril de 2021, conforme art. 62, III, art. 78, I, art. 79, I e regulamento.
DECRETA:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR INTERMÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Este decreto institui e regulamenta a arrecadação de receitas públicas da Administração Municipal por instituições bancárias, consoante o artigo 111, parágrafo único da Lei Orgânica do município.
Art. 2º A arrecadação de receitas públicas do município, incluindo os juros, multas e acréscimos legais, será efetuada pelas instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio de seus estabelecimentos bancários, desde que cumpridos os requisitos contidos neste decreto;
Parágrafo único. Para fins do disposto neste decreto, entende-se por:
I - estabelecimentos bancários: a agência matriz, às agências filiais, os postos de atendimento e os correspondentes bancários;
II - agente arrecadador: o conjunto dos estabelecimentos bancários de uma mesma instituição, autorizada a arrecadar as receitas públicas municipais.
Art. 3º As instituições bancárias interessadas em se tornarem agentes arrecadadores do Município deverão realizar seu credenciamento, mediante o cumprimento do prazo e requisitos do edital de abertura de credenciamento.
§ 1º Excepcionalmente para o exercício fiscal do ano vigente, a instituição bancária encaminhará o ofício mencionado no caput com o pedido de autorização para o ano em curso.
§ 2º A adesão de novas instituições poderá ocorrer para o ano da solicitação, após o cumprimento dos requisitos técnicos e legais constantes do artigo 5º e incisos deste decreto;
§ 3º Os pedidos de credenciamento e autorização de arrecadação previstos no caput, e §1º, virão sempre acompanhados da documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e outras, de conformidade com o estabelecido no inciso III, do artigo 62, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como de documentação hábil capaz de comprovar a habilitação junto ao Banco Central.
Art. 4º A prestação dos serviços de arrecadação das receitas municipais se dará nos termos de contrato a ser firmado com as instituições bancárias interessadas, conforme minuta constante do Anexo I (tributos em geral), deste decreto, pelo prazo de 3 anos.
§ 1º O pedido de credenciamento a que se refere o artigo 3º deverá especificar para qual (ais) grupo(s) de arrecadação o Agente Arrecadador tem interesse em contratar, conforme caput, atendendo ao detalhamento técnico e normas pertinentes a cada grupo.
§ 2º Nos contratos a que se refere o caput deste artigo, competirá à Secretaria e Departamentos da Administração Municipal responsáveis pela arrecadação de tributos em geral e pelos valores envolvidos na gestão do trânsito:
I - acompanhar e fiscalizar a sua execução para fazer cumprir os encargos e as obrigações, bem como atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, observadas as regras estabelecidas na legislação que trata dos contratos administrativos, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
II - apurar e informar a quantidade de registros processados pelo sistema, para efeito de remuneração pelos serviços prestados relativos ao artigo 14.
Art. 5º Após a formalização do contrato de prestação dos serviços bancários de que trata este decreto, o agente arrecadador do Município deverá, previamente ao início da prestação dos serviços:
I - adotar padrões de arquivos eletrônicos compatíveis com a receita arrecadada e os procedimentos bancários usualmente empregados (padrão FEBRABAN, e outros);
II - executar testes de transmissão/recepção e processamento de arquivos;
III - dispor de mecanismos de transmissão de arquivos eletrônicos, obrigatoriamente com protocolos de transmissão e recepção de arquivos, não podendo alterá-lo sem que haja comunicação prévia ao Departamento de Controle Financeiro ou disponibilização de mecanismo alternativo.

Seção II
Do Banco Centralizador

Art. 6º O Secretário Municipal de Fazenda, por meio de ofício circular, informará aos agentes arrecadadores qual será a instituição financeira centralizadora dos valores da arrecadação de que trata este decreto, identificando-a como banco centralizador, bem como os dados bancários para transferência do produto da arrecadação.
Parágrafo único. Poderão ser informadas mais de uma conta corrente, bem como mais de uma instituição financeira em função dos vínculos legais das receitas arrecadadas.

Seção III
Das Receitas Que Deverão Ser Arrecadadas Pelos Agentes Arrecadadores

Art. 7º Os agentes arrecadadores contratados nos termos do presente decreto, ficam autorizados a receber as seguintes receitas do Município:
I - Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;
II - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
III - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis e direitos a eles relativos - ITBI;
IV - Taxas de Serviços;
V - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
VI - Contribuições;
VII - Preços Públicos;
VIII - Outras Receitas.

Seção IV
Das Obrigações Gerais dos Agentes Arrecadadores e dos Prazos de Repasses Financeiros e de Dados

Art. 8º Os agentes arrecadadores deverão:
I - proceder à abertura de conta corrente de livre movimentação, em nome do Município de Almirante Tamandaré, por onde deverão transitar obrigatoriamente todos os valores das importâncias arrecadadas;
II – dispor de meios eletrônicos para transferência através de TED ou outro meio equivalente o produto financeiro da arrecadação, que será transferido diariamente, para as contas correntes informadas de acordo com o artigo 6º deste decreto, isento de tarifa;
III - implantar o recebimento de receitas municipais por meio do Documento de Arrecadação do Município de Almirante Tamandaré - DAM, ou outros instrumentos de arrecadação, em todos os canais de recebimento citados no artigo 14 deste decreto;
IV - receber as receitas municipais por meio de DAM e outros instrumentos, observadas as instruções específicas de cada tributo, baixadas a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMF, em especial:
a) até a data de vencimento contida no documento de arrecadação;
b) pelo valor integral contido no documento de arrecadação, incluindo o principal, juros, multas e os acréscimos legais, efetuando os cálculos quando necessário;
c) sem emendas ou rasuras;
V - autenticar, mecânica ou eletronicamente, os documentos de arrecadação nos campos próprios, de modo a identificar o estabelecimento recebedor, a máquina utilizada, o número da operação, a data e a quantia recebida ou disponibilizar para o contribuinte, o comprovante de pagamento, quando for o caso;
VI - disponibilizar no prazo de até 48 horas, até às 12h00min do segundo dia ao da arrecadação, o arquivo com informação referente ao produto financeiro da arrecadação das receitas municipais decorrentes

dos contratos firmados de acordo com o Anexo I referenciado no artigo 4º deste decreto, através do Portal Web do banco;
VII - não proceder a nenhum estorno, uma vez lançado em conta o valor recebido, sem a prévia anuência do Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças;
VIII - se houver depósito não identificado em conta corrente emitir aviso de crédito.
IX - providenciar o envio de extratos mensais da conta corrente mencionada no artigo 8º, I, ao Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, contendo toda a movimentação, até o 5º dia útil do mês subsequente, ou disponibilizar mecanismo de consulta diária à movimentação (home banking ou similar);
X - disponibilizar no portal eletrônico da instituição bancária, os avisos de crédito e débito da conta corrente mencionada no inciso I deste artigo.
Parágrafo único. A utilização de outros instrumentos bancários de cobrança (cobrança registrada, DDA's e outros) dependerá de adaptação tecnológica do Município.
Art.9º O agente arrecadador responderá por quaisquer erros e/ou omissões cometidos na arrecadação efetuada por seu intermédio, ainda que cometidos pelos seus funcionários ou prepostos.
§ 1º A utilização dos serviços de autoatendimento e/ou Internet/Office Banking, não exime o agente arrecadador dos erros e omissões a ele imputáveis, em especial a utilização de códigos de barras com digitação incorreta e demais critérios com inconsistência no recebimento.
§ 2º Ressalvada a responsabilidade por declaração do próprio contribuinte ou do interessado, consignada nos documentos de arrecadação, a instituição bancária é obrigada a verificar o exato preenchimento dos campos do documento de arrecadação, efetuar os cálculos quando necessário e/ou conferir a soma dos valores dele constantes.
Art. 10. A instituição bancária sucessora será responsável pelo cumprimento das obrigações da instituição integrante da rede arrecadadora do Município que for sucedida, com relação às ações e omissões ocorridas antes da sucessão.
Art.11. Os agentes arrecadadores deverão apresentar relatório mensal de cobrança à Secretaria Municipal da Fazenda, até o 5º dia útil após o encerramento do período de apuração da prestação de serviços, contendo documento com a discriminação dos serviços prestados e o respectivo recibo.
Art. 12 O acatamento de cheques, pelo agente arrecadador, bem como o débito efetivado em conta corrente de seus clientes para pagamentos das receitas públicas, ficará a critério do agente, que assume a inteira responsabilidade pela integral liquidação.
Art. 13 Os agentes arrecadadores não poderão, para os seus clientes, restringir o recebimento de valores devidos ao Município, a qualquer título, por conta do valor a ser recolhido.
Parágrafo único. A condição imposta no caput não se aplica quando da utilização de correspondentes bancários.
Seção V
Dos Canais de Atendimento e do valor pago pela prestação dos serviços

Art. 14. A tarifa a ser paga pela prestação de serviços, objeto do presente decreto, por diferentes canais de atendimento abaixo identificados, será aquela previamente acordada entre os contratantes, mediante proposta apresentada:
I - Guichês das agências, por documento autenticado;
II - Débito Automático em conta corrente, por documento autenticado;
III - Outros meios eletrônicos, excetuado o débito automático (item II) por documento autenticado;
IV - Correspondentes bancários por documento autenticado;
Parágrafo único. Os valores acordados e contratados previstos no inciso I a IV deverão renumerar todo o serviço prestado, incluídas as transferências mencionadas no artigo 8º, II deste decreto.
Art. 15. A precificação de outros instrumentos bancários, tais como a cobrança registrada e o DDA - Débito Direto Autorizado, ocorrerá após a implantação, pelo Município, dos instrumentos tecnológicos necessários;
Art. 16. Alterações nos valores constantes do artigo 14 e implantação de valores do artigo 15 se darão por ato do Prefeito Municipal conforme IPCA/IBGE ou média de precificação de mercado, sendo o menor desses;
Art. 17. A implantação de mecanismo de cobrança que por sua natureza implique a utilização de uma única instituição financeira serão precedidos de procedimentos licitatórios concorrenciais específicos que regulamentarão a escolha do contratado.
Art. 18. Fica facultado aos agentes arrecadadores substituir a arrecadação por meio do canal "Guichê de Caixa", em suas agências, para seus clientes e não clientes, mediante comunicação prévia ao Departamento de Controle Financeiro/SMF e o estabelecimento de prazo mínimo de 2 meses de aviso nas agências e nos meios eletrônicos (internet/office banking e caixas eletrônicos), desde que disponibilizem, comprovadamente, outros canais de atendimento presenciais, equivalentes a correspondentes bancários, em quantidade no mínimo igual à rede de agências da instituição bancária no Município de Almirante Tamandaré.
Seção VI
Do Repasse Financeiro em Atraso
Art. 19. O produto da arrecadação das receitas públicas municipais, quando não for depositado dentro do prazo previsto no inciso II do artigo 8º deste decreto, será atualizado monetariamente com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, calculada entre a data em que o depósito deveria ter ocorrido e a data em que o depósito efetivamente ocorrer, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser imputadas ao agente arrecadador.
§ 1º O valor da atualização monetária deverá ser recolhido na mesma data em que se efetivar o depósito em atraso.
§ 2º Quando o valor da atualização monetária não for recolhido na mesma data em que se efetuar o depósito em atraso, será atualizado desde a data em que ocorreu o referido depósito com atraso, até o dia do seu efetivo pagamento, com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.
§ 3º Os encargos previstos neste artigo terão aplicação automática e os valores apurados serão parte integrante na conciliação do arquivo de prestação de contas com o repasse financeiro.

Seção VII
Da Guarda dos Documentos de Controle de Arrecadação

Art. 20 Os agentes arrecadadores manterão pelo prazo de 5 anos, em meio eletrônico, as informações e os documentos de controle de arrecadação. Excepcionalmente poderão manter a guarda em papel ou outros meios legais correspondentes.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não desobriga o agente arrecadador de, a qualquer tempo, certificar a legitimidade de autenticação aposta em documento de arrecadação, nos termos do inciso V do artigo 8º deste decreto.

Seção VIII
Das Diferenças de Arrecadação

Art. 21. O agente arrecadador é responsável por quaisquer diferenças de arrecadação resultantes da não observância do artigo 9º deste decreto.
Art. 22. Os agentes arrecadadores ficam autorizados a inibir o recebimento de documentos bancários com diferença de valores.
Art. 23. Nos casos de valores arrecadados e não repassados ao Município de Almirante Tamandaré, mesmo de exercícios anteriores, ficam os bancos obrigados, logo após o recebimento da notificação do Departamento de Controle Financeiro, no prazo máximo de 30 dias, a recolher os tributos com juros, multas e correção, conforme variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, da data do recolhimento até a data do devido crédito, evitando-se assim a cobrança judicial contra o contribuinte que cumpriu com sua obrigação e a defasagem de numerário do Erário Municipal, sendo que os expedientes serão enviados diretamente ao responsável pelo setor de arrecadação de cada banco.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Seção I
Do Cancelamento da Autorização

Art. 24. Durante a execução do contrato, o agente arrecadador que descumprir as regras estabelecidas pelo presente decreto, após

procedimento de verificação e respeitado o direito de defesa, poderá ter sua autorização cancelada, arcando com o ônus deste cancelamento, bem como estando sujeito às penalidades estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Seção II
Das Disposições Gerais
Art. 25. Aos agentes arrecadadores com contratos de prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais vigentes na data de publicação deste decreto, também se aplica o disposto no artigo 3º deste decreto, para adesão a novos contratos.
Parágrafo único. A publicação deste decreto respeitará a vigência dos contratos de prestação de serviços assinados com as instituições bancárias arrecadadoras até seu término.
Art. 26. Para efeito de contagem dos prazos de repasse financeiro e de prestação de contas será considerado útil o dia em que houver expediente nos estabelecimentos bancários localizados nesta Cidade, ainda que não estejam abertos ao público.
Parágrafo único. Para fins do disposto neste decreto, o município considera dias não úteis apenas:
I - sábados;
II - domingos;
III - feriados nacionais;
IV - feriados no Estado do Paraná;
V - feriados no Município de Almirante Tamandaré;
VI - o último dia do ano, conforme artigo 2º da Resolução CMN 2.932/2002.
Art. 27. Por razões de interesse público e observados os princípios que regem a Administração Pública, fica ressalvado ao Município o direito de destacar determinadas receitas, subordinando-as ao recolhimento por meio de canais de recebimento e agentes arrecadadores específicos, com a aquiescência dos estabelecimentos eleitos, cujas instruções e comunicações dar-se-ão em atos normativos específicos.
Art. 28. Fica delegada à Secretaria Municipal da Fazenda a expedição de ofícios atinentes à atividade de arrecadação bancária.
Art. 29. Os casos omissos e as dúvidas que venham a ser suscitadas quanto à aplicação deste decreto serão dirimidas pela Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.
Art. 30. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente o Decreto de n°022, de 25 de fevereiro de 2019.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 26 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

ANEXO I
Termo de Autorização Nº. ____ de Prestação de Serviços de Arrecadação de Receitas Públicas Municipais, entre o MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e o BANCO _____
Aos ____ dias do mês de _____ de 20___, nesta cidade de Almirante Tamandaré, presente de um lado o MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. _____, CPF/MF Nº. _____, e de outro lado o BANCO _____, doravante denominado BANCO, inscrito no CNPJ/MF Nº. _____, com sede na Rua _____, Cidade de _____, representado pelos seus diretores Sr. _____, CPF/MF Nº. _____ e Sr. _____, CPF/MF Nº. _____, tendo em vista do contido no Processo Administrativo 01- _____/20___, resolvem firmar o presente Termo de Prestação de Serviços de Arrecadação, com fundamento no DECRETO MUNICIPAL _____/2026, mediante as seguintes cláusulas:
Cláusula primeira. Do Objeto:
O presente contrato tem por objeto a autorização, pelo MUNICÍPIO ao BANCO, da prestação de serviços de arrecadação de receitas públicas municipais, nos termos do Artigo 4º. do Decreto _____/2026 - Anexo I - Tributos em Geral:
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI;
Taxas de Serviços;
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
Contribuições;
Preços Públicos;
Outras Receitas.
Cláusula segunda. Da Vigência:
A presente autorização terá vigência até o término do exercício fiscal de XXXX, iniciando-se, excepcionalmente, em ____ de janeiro de XXXX, em atendimento ao contido no Artigo 3º. e seu parágrafo primeiro do Decreto ____/2026.
Cláusula terceira. Das dotações orçamentárias para cobertura das despesas
As despesas decorrentes do presente Termo de Autorização, relativas às tarifas estabelecidas no Artigo 14 do Decreto _____/2026, correrão à conta da dotação orçamentária _____._____.____.____._____._._.___, relativa ao exercício de XXXX e para o exercício de XXXX será informada nova dotação, de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA para o referido exercício.
Cláusula quarta. Do Valor
O valor estimado para o presente contrato é de R$ _____ (_____ reais), considerando-se as tarifas aplicáveis e o histórico de documentos arrecadados pelo BANCO.
Cláusula quinta. Do Pagamento O pagamento pela prestação dos serviços será feito nos termos do Artigo 11 do Decreto _____/2026 e nos prazos estabelecidos pelo Artigo 92, Lei Federal 14.133/2021, após o adimplemento das despesas, cujo requerimento deverá vir acompanhado das seguintes certidões:
Certidão Negativa conjunta expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, no âmbito de suas competências;
Certidão Negativa de Débitos ou de não contribuinte, expedida pelo Estado e pelo Município em que estiver localizada a sede da instituição autorizada;
Certidão Negativa de Débitos junto a Previdência Social, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação;
Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da legislação de regência.
Parágrafo único. O BANCO deverá fazer constar no requerimento de pagamento a indicação de conta bancária (banco, agência e conta corrente) para crédito do valor referente aos serviços prestados.
Cláusula sexta. Da Sistemática Operacional e das Obrigações
As condições da prestação do serviço, os prazos, os instrumentos e obrigações do contratado são os estabelecidos no Decreto _____/2026.
Cláusula sétima. Do Foro
Fica eleito o Foro Regional da Comarca de Almirante Tamandaré, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Termo de Autorização, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presente de duas testemunhas, em única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Almirante Tamandaré, ___ de _____ de 20___

Secretário Municipal de Fazenda

Banco_____
Banco _____

CPF/MF
1ª. Testemunha

CPF/MF
2ª. Testemunha

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:84CF0958

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.599/2026

"INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO, VALORIZAÇÃO E COMEMORAÇÃO DO KARATÊ NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, RECONHECE O KARATÊ COMO MANIFESTAÇÃO ESPORTIVA, EDUCACIONAL E CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das prerrogativas legais e de acordo com o que estabelece o art. 69, incisos IV, da Lei Orgânica do Município, SANCIONO, a seguinte LEI:
Art. 1º Fica instituída, no Município de Almirante Tamandaré, a Semana Municipal de Incentivo, Valorização e Comemoração do Karatê, a ser realizada anualmente na semana que compreenda o dia 20 de junho, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.
Art. 2º O Município de Almirante Tamandaré reconhece o Karatê como modalidade esportiva e manifestação de relevante interesse social, educacional e cultural, considerando sua contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos.
Art. 3º A Semana Municipal de Incentivo, Valorização e Comemoração do Karatê terá como objetivos:
I – incentivar a prática do Karatê no Município;
II – promover a inclusão social por meio do esporte;
III – estimular a disciplina, o respeito, a responsabilidade, a concentração e a convivência social;
IV – incentivar a participação de crianças e adolescentes em atividades esportivas;
V – promover ações voltadas à prevenção da violência, ao combate ao bullying e à promoção da cultura de paz;
VI – valorizar atletas, professores, mestres, instrutores e entidades que atuam na modalidade;
VII – incentivar a participação feminina e de pessoas com deficiência na prática do Karatê;
VIII – proporcionar oportunidades para descoberta e desenvolvimento de novos talentos esportivos;
IX – preservar e divulgar os valores, princípios, tradições e conhecimentos relacionados ao Karatê;
X – estimular a realização de competições, apresentações, seminários, palestras, oficinas e atividades educativas relacionadas à modalidade.
Art. 4º Durante a Semana Municipal de Incentivo, Valorização e Comemoração do Karatê poderão ser realizadas, entre outras, as seguintes atividades:
I – demonstrações e apresentações de Karatê;
II – aulas abertas e gratuitas;
III – campeonatos e festivais municipais;
IV – palestras e seminários sobre esporte, disciplina, cidadania e cultura de paz;
V – atividades em escolas e espaços públicos municipais;
VI – homenagens a atletas, professores, mestres e personalidades que contribuam para o desenvolvimento do Karatê no Município;
VII – atividades de integração entre academias, associações, projetos sociais e instituições de ensino;
VIII – ações destinadas à inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
IX – campanhas de incentivo à prática esportiva;
X – outras atividades que contribuam para a divulgação e valorização da modalidade.
Art. 5º O Poder Público Municipal poderá promover ações de incentivo ao Karatê por meio de parcerias com:
I – federações e confederações esportivas;
II – associações e entidades da modalidade;
III – academias e escolas de Karatê;
IV – instituições de ensino;
V – organizações da sociedade civil;
VI – empresas e entidades privadas;
VII – demais instituições interessadas.
Art. 6º O Município poderá, observada a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária, apoiar programas e projetos destinados à formação esportiva e ao desenvolvimento de atletas de Karatê, especialmente crianças e adolescentes.
Art. 7º O Poder Executivo poderá incentivar a participação de atletas e equipes de Almirante Tamandaré em competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, observados os critérios estabelecidos na legislação e a disponibilidade orçamentária.
Art. 8º Os atletas que representarem oficialmente o Município de Almirante Tamandaré em competições esportivas poderão ser contemplados por programas municipais de incentivo ao esporte, quando existentes, observados os requisitos e critérios definidos em legislação específica.
Art. 9º As atividades previstas nesta Lei poderão ser realizadas em espaços públicos municipais, escolas, centros esportivos, ginásios, praças e demais locais adequados à prática da modalidade, observadas as normas de utilização e segurança aplicáveis.
Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 25 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:7DA87049

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 579/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme o disposto no artigo 6°, LX e 8° da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e Decreto 145, de 11 de dezembro de 2023,
RESOLVE:
Art. 1°. DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, para atuar nos processos licitatórios promovidos na Secretaria de Saúde de Almirante Tamandaré:
I - ERNESTO ANTÔNIO ROSSI, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob n° 732.067.769-53;
Art. 2°. O membro nomeado como agente de contratação, quando não for indicado para atuar no respectivo processo licitatório, passará a compor a equipe de apoio e assessoramento dos trabalhos de cada licitação.
Art. 3°. Quando atuar em licitação na modalidade pregão, o agente de contratação será denominado Pregoeiro.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 26 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:48411578

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 34/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 20/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: LIDIA FLORIANO FERREIRA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:1122B920

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 35/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 21/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: REGIANE FERREIRA DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de GARI - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:2343FD4A

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 36/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 22/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: MARCIA PIRES DE MORAIS BOTELHO

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:DFF00D03

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 37/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 23/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: ZILDA FERREIRA DA SILVA DOS SANTOS

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:9B8DB0FC

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 38/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 24/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: STEPHANIE APARECIDA DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:BC7737E8

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 39/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 25/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: LUCIMAR DE FRANÇA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:C4971CA0

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 40/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 26/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: CARLOS VALDECIR DE RAMOS

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:EE0EC60E

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 41/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 28/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: DIELISON PEREIRA DE OLIVEIRA

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE MAGAREFE - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.803,70 (um mil, oitocentos e três reais e setenta centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:D9FD0778

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 42/2026 (TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2025)

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 29/2025 – PSS Nº 002/2025.

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – CNPJ nº 78.069.143/0001-47.

CONTRATADO: VIVIANE SILVA DE CAMARGO

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços por tempo determinado para o exercício do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TEMPORARIO, com carga horária de 40 horas semanais.

REMUNERAÇÃO: R$ 1.659,12 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) mensais, acrescido dos adicionais legais vigentes.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.

JUSTIFICATIVA: Inexistência de concurso vigente para preenchimento da vaga e necessidade de manter a regularidade na oferta do serviço.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.

Altamira do Paraná, PR 27 de agosto de 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:A8F14925

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, dispõe sobre a Normativa que estabelece a organização do acompanhamento pedagógico e da hora-atividade a ser cumprida pelos professores(as) das instituições de ensino da rede pública municipal.

A Secretária Municipal de Educação do município de Altamira do Paraná, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);
CONSIDERANDO A Lei Municipal nº 132/2005, que reestrutura o Plano de Carreira do Magistério;
CONSIDERANDO A Lei Federal nº 11.738/2008, em seu § 4o Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.
CONSIDERANDO A Lei Municipal nº 843/2026, que altera o art. 17 e 20 da Lei Municipal nº §2° do art. 20, para adequação da Lei Federal nº 11.738/2008 e à Lei Federal nº 14.113/2020;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 517/2015, alterada pela Lei nº 575/2018 e Projeto de Lei nº 18/2025);
CONSIDERANDO a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 005/2026 – DEDUC/SEED que estabelece a organização da hora-atividade a ser cumprida pelos professores das instituições de ensino da rede pública do Paraná no ano letivo de 2026.
CONSIDERANDO a necessidade de orientar as instituições da Rede Municipal de Ensino sobre a obrigatoriedade do cumprimento da hora-atividade e acompanhamento pedagógico;

INSTRUI:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta que a hora-atividade é o período dedicado pelo docente, obrigatoriamente cumprido no recinto escolar, para:
I – planejar, preparar e avaliar seu trabalho didático;
II – colaborar com a administração escolar;
III – participar de reuniões pedagógicas e de articulação das com a comunidade;
IV – aperfeiçoamento do seu trabalho profissional, capacitação.

Art. 2º Considerando o disposto no art. 1º que trata da Lei Municipal 132/2005, instrui-se que a **hora-atividade**é destinada ao estudo, planejamento, avaliação do trabalho realizado com os estudantes,elaboração de materiais, reuniões pedagógicas, organização de relatórios e pareceres pedagógicos,atendimentos aos pais, entre outros.

Art. 3º Os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Municipal, terão direito ao equivalente a 1/3 da jornada de trabalho dedicada a referida hora-atividade, que compreenderão à 6 (seis) horas relógio, para jornadas de 20 horas semanais e 12 (doze) horas relógio, para a jornada de 40 horas semanais.

Art. 4º O município proporcionará à todo o corpo docente da rede pública de ensino a participação em cursos e programas de aperfeiçoamento continuado, em horário efetivo de trabalho (hora-atividade). Resguardando o mínimo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.
Art. 5º A coordenação pedagógica e supervisão escolar deverão dar suporte pedagógico, orientação e fazer os devidos acompanhamentos aos docentes em hora-atividade e também em sala de aula, dando a estes profissionais instruções quanto à organização das atividades, rotina pedagógica e verificando os planos de aula, estas rotinas precisam estar organizadas por semana ou por quinzena e devem ter objetivos de aprendizagem claros.

Art. 6º A direção escolar deverá acompanhar o trabalho da coordenação, da supervisão, da equipe docente, manter os documentos norteadores da instituição atualizados, cumprir e fazer cumprir os dispostos no Regimento Escolar da instituição. Deve também dispor de um Plano de Ação documentado que conste as metas estabelecidas para a instituição de ensino e elaborar formas de resolver os conflitos que possam haver entre a equipe.

CAPÍTULO II - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Altamira do Paraná, 27 de agosto de 2026.

GILMARA DO COUTO LOPES
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Portaria nº 58/2025

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:8921038D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 342/2026

SÚMULA: Designa servidores para comporem a Equipe Técnica responsável pela realização, acompanhamento e avaliação da Prova de Conceito – POC, referente ao procedimento de contratação de

solução tecnológica para pesquisa, formação, tratamento, análise e elaboração de cestas de preços nas compras públicas.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços tecnológicos, mediante disponibilização de solução integrada em nuvem, no modelo Software as a Service – SaaS, destinada à pesquisa, formação, tratamento, análise e elaboração de cestas de preços nas compras públicas;
CONSIDERANDO que o Termo de Referência prevê a realização de demonstração/prova de conceito com o proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o julgamento da proposta de preço e a negociação;
CONSIDERANDO que a prova de conceito deverá ser realizada por equipe formalmente designada pela Administração, mediante critérios objetivos e previamente definidos, com registro dos procedimentos e resultados em ata ou relatório próprio;
CONSIDERANDO o Anexo I – Prova de Conceito, que estabelece o checklist de avaliação técnica, os critérios essenciais, a metodologia de pontuação e os requisitos para aprovação ou reprovação da solução ofertada;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a EQUIPE TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO – POC, destinada a realizar, acompanhar, avaliar e registrar a demonstração da solução tecnológica para contratação de plataforma integrada em nuvem destinada à pesquisa e elaboração de cestas de preços nas compras públicas.

Art. 2º Ficam designados para compor a Equipe Técnica de Avaliação da Prova de Conceito os seguintes servidores:
I – Evellen Beatriz dos Santos Oliveira, matrícula nº 508905, que exercerá a função de **Coordenadora da Equipe Técnica**;
II – Cristiano de Castro Klipe, matrícula nº 14009, que exercerá a função de **Membro Técnico Avaliador**;
III – Adriano Henrique Dias Novais, matrícula nº 508894, que exercerá a função de **Membro Técnico Avaliador**.
§ 1º A coordenação dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I deste artigo, sem prejuízo da participação conjunta dos demais membros na avaliação técnica.
§ 2º As conclusões e o resultado da prova de conceito deverão refletir a manifestação técnica da equipe avaliadora, observados os critérios e requisitos estabelecidos no Termo de Referência, no aviso de contratação e no Anexo I – Prova de Conceito.
Art. 3º Compete à Equipe Técnica de Avaliação:
I – conduzir e acompanhar a realização da Prova de Conceito;
II – solicitar à proponente a demonstração prática das funcionalidades previstas no Termo de Referência e no checklist de avaliação;
III – aplicar os critérios objetivos de avaliação previamente estabelecidos;
IV – verificar o atendimento dos requisitos técnicos, funcionais e de desempenho exigidos para a solução;
V – avaliar cada critério do checklist como **"ATENDE"** ou **"NÃO ATENDE"**, atribuindo a respectiva pontuação prevista;
VI – verificar, de forma específica, o atendimento integral dos requisitos classificados como essenciais, de caráter eliminatório;
VII – solicitar a realização de pesquisas, aplicação de filtros, cálculos, tratamento de amostras, exclusões justificadas, geração de relatórios, exportação de documentos e demais operações previstas no checklist;
VIII – registrar as evidências apresentadas durante a demonstração, podendo utilizar capturas de tela, relatórios gerados, arquivos exportados, registros do sistema e outros meios idôneos;
IX – registrar eventuais indisponibilidades, limitações, falhas ou ocorrências verificadas durante a prova, indicando as circunstâncias relevantes para a avaliação;
X – elaborar e assinar a ata, relatório ou documento equivalente contendo o registro da realização da prova, as evidências consideradas, a pontuação obtida e o resultado final;
XI – declarar tecnicamente a solução como **APROVADA** ou **REPROVADA**, exclusivamente de acordo com os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório e no Anexo I – Prova de Conceito;
XII – encaminhar o resultado da avaliação ao setor responsável pela condução do procedimento para adoção das providências administrativas subsequentes.
Art. 6º A atuação da Equipe Técnica ficará restrita à avaliação técnica da solução apresentada, não lhe competindo realizar julgamento de preço, análise jurídica, decisão sobre habilitação ou adjudicação do objeto, ressalvadas as informações técnicas necessárias à instrução do procedimento.

Art. 7º Os membros da Equipe Técnica deverão declarar eventual situação de impedimento ou conflito de interesses que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, devendo, nessa hipótese, comunicar imediatamente à autoridade competente para adoção das providências necessárias.

Art. 8º A participação dos servidores designados nesta Portaria será considerada serviço público relevante, não sendo devida remuneração adicional, salvo previsão legal específica.

Art. 9º A Equipe Técnica permanecerá designada até a conclusão da Prova de Conceito e a formalização do respectivo relatório ou ata de avaliação, sem prejuízo de eventual convocação para prestar esclarecimentos técnicos durante a instrução do procedimento.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, 25 DE AGOSTO DE 2026

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:91D98DB8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
ADENDO Nº 038 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – 2026

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 222/2023, e a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Contratações – PAC é instrumento de planejamento que consolida as demandas previstas pela Administração Pública;

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓTICA A INTERNET PARA ATENDER 0 MUNICÍPIO DE AMAPORÃ-PR.

RESOLVE:
Art. 1º Fica inserido ao Plano Anual de Contratações – 2026 o objeto abaixo descrito:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓTICA A INTERNET, EM LINK DEDICADO COM IP PÚBLICO (IPV4/30 E IPV6/56) COM 100% DE GARANTIA DE BANDA E SERVIÇOS DE SOLUÇÃO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓTICA, INTERLIGAÇÃO LAN TO LAN, ATRAVÉS DE VLAN, PARA ATENDER 0 MUNICÍPIO DE AMAPORÃ-PR.
.

VALOR ESTIMADO**: R$ 63.202,80 (Vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).**

3 – PERÍODO ESTIMADO
É estimado que a contratação seja firmada no mês de setembro/2026

Amaporã/PR, 27 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:5ABA4835

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 238/2026

PORTARIA Nº 238/2026

SÚMULA: Concede Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providencias.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art.1º – Conceder 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** a Servidora Pública Municipal Sra. **MAISA SILVA DOS SANTOS,** lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **RECEPCIONISTA,** a partir de **19/08/2026,** conforme atestado médico arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:B1CD1B2C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 239/2026

PORTARIA Nº 239/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o retorno de servidor(a) ao exercício de suas funções antes do término da licença-prêmio e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AMAPORÃ,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a concessão de licença-prêmio de 90 (noventa) dias ao(à) servidor(a), por meio da Portaria nº 176/2026;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal e a convocação do(a) servidor(a) para retornar ao exercício de suas funções;

CONSIDERANDO que o período de licença-prêmio teve início em 22 de junho de 2026, com previsão de término em 19 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO a convocação para retorno ao trabalho a partir de 25 de agosto de 2026, permanecendo 25 (vinte e cinco) dias do período de licença-prêmio em haver, para posterior fruição;

RESOLVE:
Art. 1º Fica determinado o retorno do(a) servidor(a) **MARCIA RODRIGUES FERREIRA**, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A) 20H**, ao exercício de suas funções, a partir de 25 de agosto de 2026, interrompendo-se, a partir desta data, a licença-prêmio concedida pela Portaria nº 176/2026.

Art. 2º Em razão do retorno antecipado por necessidade da Administração, ficam 25 (vinte e cinco) dias de licença-prêmio remanescentes, referentes ao período aquisitivo correspondente, registrados em haver do(a) servidor(a), para fruição em momento oportuno, mediante requerimento e autorização da Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2026**.**

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:A69DF1DA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 240/2026

PORTARIA Nº 240/2026

SÚMULA: Prorroga Contrato de Trabalho por Tempo Determinado em conformidade com o Decreto nº 036/2026 de 09 de março de 2026, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º – Prorroga Contrato de Trabalho por Tempo Determinado em conformidade com o Decreto nº 036/2026 de 09 de março de 2026 da Sra. **IVONE MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA ALVES,** portadora da Cédula de Identidade nº 124524423 - SSP-PR e do CPF nº 079.652.959-03, lotada no Departamento de Educação, Esportes e Cultura, no cargo de **PROFESSOR(A)**, a partir de **20/08/2026.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20/08/2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:F79EE967

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 241, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 241, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil no Município de Amaporã, e dá outras providências.

O **PREFEITO MARCOS MARIN**, usando das competências e atribuições que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei Municipal nº 1.147/2026, que trata da estrutura da COORDENADORIA

MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL no Município de Amaporã;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil- COMPDEC do Município de Amaporã, Estado do Paraná, responsável por gerenciar as ações de defesa civil no município e motivar a integração, auxiliar nas questões administrativas e desenvolver as ações em campo, especialmente no momento do desastre;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC no Município de Amaporã**, conforme segue:
I – **Coordenador Municipal:** Jorge Alessandro Almeida Sakamae, CPF nº 865.819.889-87;
II – **Secretário:** Cleyton Dias Rocha, CPF nº 074.259.919-18;
III – **Diretor Operacional:** Emerson Luiz da Silva, CPF nº 067.126.429-06.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Amaporã, 27 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:5C7388A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 094/2023 - PREGÃO ELETRONICO N°. 032/2023.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, n°. 591, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA,** brasileiro, casado, residente domiciliado na cidade de Anahy, sito, Rua Bandeirantes, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº. 764.217.169-20 e Portador da Cédula de Identidade nº. 5.341.856-2 SSP/PR. **CONTRATADA**: a empresa**, MIZAEL DA SILVA S/S LTDA** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Bandeirantes, 886, Centro, Anahy/PR CEP: 85.425-000, inscrita no **CNPJ nº. 23.723.046/0001-34**, representada neste ato pelo Sr. **MIZAEL DA SILVA**, portador do RG: 66557120 SESP-PR e CPF: 021.334.379-75. Firmam o presente termo aditivo ao Contrato, sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, e ainda as que não explicitadas. Tendo em vista o que consta no Processo de Pregão Eletrônico nº. 032/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de fonoaudiologia, para atuar na rede municipal de ensino atendendo a escola e CMEIS do Município de Anahy-PR, com carga horária de 48 horas mensais. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado em até 12 (doze) meses, **O PRAZO DA VIGÊNCIA** previsto no contrato n°. 094/2023 firmado em 24 de agosto de 2023. A prorrogação compreende o período entre 27/08/2026 à 27/08/2027. **CLÁUSULA TERCEIRA: DA REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA**: Quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, acordam as partes em repactuar o valor do contrato aplicando-se o percentual do índice do IGPM de 2,756530 % (dois vírgula sete cinco seis cinco três zero por cento) acumulado dos entre o mês 08/2025 (início da vigência atual) até o mês 07/2026 (último mês com índice cadastrado), Assim, o valor originalmente pactuado em R$ 70.373,26 (setenta mil trezentos e setenta e três reais e vinte e seis centavos). chega-se ao valor de **R$ 72.313,20 (setenta e dois mil, trezentos e treze reais e vinte centavos)**. **CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA:** Justifica o presente aditivo diante do da autorização através do Memorando n° 239/2026 da Secretaria de Coordenação Geral e Parecer Jurídico n° em anexo, em conformidade a pesquisa de mercado comprovando a vantajosidade da contratação. **CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**: A Administração Municipal optou de forma expressa pela aplicação da Lei 8.666/1993, conforme se depreende da parte preambular do contrato, dando cumprimento ao art. 191 da Lei no 14.133/2021. **CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**: Foro do mesmo a Comarca de CORBÉLIA, Estado do Paraná, **Anahy-PR, 26 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:ED7AA08B

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.529/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 01 (uma) diária e meia para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	27 e 28 de agosto de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 27 e 28 de agosto, onde participará de compromissos administrativos, técnicos e institucionais de interesse do Município de Anahy: - Evento de assinatura de Convênio junto a Secretaria de Estado das Cidades - SECID; - Gabinete dos Deputados Estaduais: Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	364/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária e meia.
Valor Total:	R$ 1.050,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:75966932

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.530/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor Claudinei da Silva Correia, Diretor de Departamento, portador do RG. 3.926.005-0/PR, matrícula funcional nº 9083-7, lotado no Departamento de Administração, 01 (uma) diária e meia, para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	27 e 28 de agosto de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, participar juntamente com o Prefeito de compromissos administrativos, técnicos e institucionais de interesse do Município de Anahy. - Evento de assinatura de Convênio junto a Secretaria de Estado das Cidades – SECID; - Gabinete dos Deputados Estaduais: Gugu Bueno, Ademar Traiano e Marcio Nunes. O deslocamento será realizado com o veículo TRACKER placa: SEP1B95.
Protocolo nº	365/2026.
Quant. de diárias:	01 (uma) diária e meia.
Valor total	R$ 750,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:9AA1DDDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
EDITAL Nº. 06/2026 – (COMISSÃO ESPECIAL)

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE ANDIRÁ/PR (Mandato 2024- 2028)

A Comissão Especial designada para conduzir o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Andirá-PR, instituída pela Resolução nº. 09/2026 do CMDCA de 28 de abril de 2026,

CONSIDERANDO O Edital de Abertura nº 01/2026, referente ao Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Andirá/PR, mandato 2024–2028, em atendimento à Recomendação Administrativa nº 01/2026 e ao despacho proferido no Procedimento Administrativo nº MPPR-0005.26.000312-3;

CONSIDERANDO O Edital Preliminar nº 02/2026; Edital nº. 04/2026; Retificação do Edital Preliminar nº 05/2026.
RESOLVE:

Art. 1ª - Homologar as inscrições deferidas no Edital Preliminar nº.02/2026 de 23/06/2026, conforme segue:

Inscrição	Candidato
02	Nathalia Pontara da Cunha
04	Rosemari de Melo Silva
09	Jhuan Gustavo Carvalho Santos
11	Elidiane de Souza Costa Marques

Art. 2ª – Homologar as inscrições deferidas na Retificação do Edital nº. 05/2026 de 18/08/2026, conforme segue:

Inscrição	Candidato
01	Nathalia Senci Fortunato
02	Debora Layane Albino
03	Thamires Fernanda Gandra Rossegali
04	Wesley Ismério de Oliveira Francisco
05	Jaqueline Santana David Tobias
06	Amanda Naiane Rodrigues de Almeida
07	Fabiano André Fernandes
11	Herold Henrique da Costa

Art. 3º - Ficam convocados os candidatos que tiveram suas inscrições devidamente homologadas no Processo de Escolha Suplementar para Membros do Conselho Tutelar do Município de Andirá/PR – Mandato 2024–2028, para a realização das Provas Objetiva e Discursiva, conforme data, horário e local estabelecidos neste Edital.

Art. 4º - **A prova acontecerá no dia 30/08/2026 das 08h às 12h na Escola Municipal Ana Nery, à rua São Paulo nº. 68 - Centro, nesta cidade.**

Art. 5º - O candidato deverá chegar com 30 minutos de antecedência, munido de documento de identidade original com foto.
Parágrafo único: **O portão fechará às 7h40min impreterivelmente, não sendo admitida entrada fora do horário sobre qualquer argumento.**
Art. 6º - a prova seguirá o disposto no item 10, 11 e 12 do Edital nº. 01/2026 conforme transcrito abaixo:

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA
10.1 O candidato apto para realizar as provas objetiva e discursiva deverá apresentar um documento de identificação com foto.
10.2 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame durante a realização das provas objetiva e discursiva, qualquer que seja o local da prova.
10.3 Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas e da folha de versão definitiva da prova discursiva por erro do candidato.
10.4 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções nela contidas e na capa do caderno de questões.
10.5 O candidato deverá assinalar as respostas das questões da prova objetiva na folha de respostas, preenchendo os campos apropriados com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta.
10.6 Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato, tais como marcação rasurada, marcação não preenchida integralmente, marcação feita a lápis, ou qualquer outro tipo diferente da orientação contida na folha de respostas ou na capa do caderno de questões, incluindo, na prova discursiva, a transcrição da versão definitiva de acordo com a numeração e a sequência correta indicada na folha de versão definitiva da prova discursiva.
10.7 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
10.8 A prova discursiva deverá ser feita com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato quando da correção pela banca examinadora, obedecidos, ainda, os demais critérios previstos nos itens.
10.9 O candidato poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva e deixar definitivamente o local de realização da prova somente após decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do seu início.
10.10 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas respectivas folhas de respostas e folha de versão definitiva da prova discursiva e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas todas as folhas de respostas e as folhas de versão definitiva da discursiva da sala.
10.11 Ao terminar as provas objetiva e discursiva, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a folha de respostas da prova objetiva e folha de versão definitiva da prova discursiva devidamente preenchidas e assinadas.

11. DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA
11.1 Prova objetiva será composta por 40 questões de múltipla escolha, sendo uma resposta correta e será assim distribuída:

QUESTÕES	PESO POR QUESTÃO
15 questões de língua portuguesa	2,0

05 questões de conhecimentos gerais	1,0
05 questões de informática	1,0
15 questões sobre legislação relacionadas à criança e adolescente	2,0
TOTAL DE PONTOS DA PROVA OBJETIVA	**70,0**

11.2 Prova discursiva será composta por uma redação que deverá ser elaborada a partir de um tema proposto, baseado em um ou mais textos ou fragmentos de textos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual **"dissertação**". O seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, ideias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual. A Redação será avaliada de acordo com a Tabela, conforme segue:

Aspectos		**Pontuação máxima**
1	Atendimento e desenvolvimento do tema / Informatividade e argumentação	**7,5**
2	Coesão intra e entre parágrafos (referencial e sequencial, diversificada e recorrente) / Coerência (progressão, articulação, não contradição)	**7,5**
3	Atendimento à estrutura textual proposta (organização do texto dissertativo-argumentativo e dos parágrafos)	**7,5**
4	Modalidade gramatical: pontuação, grafia (inclusive legibilidade), concordância, regência e colocação pronominal	**7,5**
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA		**30**

11.3 A prova discursiva de redação, de caráter eliminatório e classificatório, terá a pontuação máxima de 30 (trinta) pontos.
11.4 A folha de versão definitiva da redação será o único documento válido para a avaliação da redação. as folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da redação.
11.5 O candidato disporá de, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo 30 (trinta) linhas para elaborar a versão definitiva da redação, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.
11.6 A versão definitiva da redação deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.
11.7 A folha de versão definitiva da redação não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.
11.8 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas no texto de apoio da redação para sua realização.
11.9 O candidato terá sua redação avaliada com nota 0 (zero) se:
a) Não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
b) Não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
c) Apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
d) Redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
e) Não apresentar sua redação na folha da versão definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
f) Apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
11.11 O sigilo e a impessoalidade da prova serão mantidos durante o processo de correção, resguardando do corretor (banca corretora) a identidade do candidato.
11.12 Quanto ao resultado da prova discursiva de redação, caberá interposição de recurso, conforme cronograma (ANEXO I do Edital 04/2026).

12. DA ELIMINAÇÃO
Será ainda eliminado(a) o(a) candidato(a) que:
a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou não estiver presente na sala ou no local de realização das provas no horário determinado para o seu início;
b) Não apresentar o documento de identificação exigido no subitem 9.1, conforme previsto neste Edital;
c) For surpreendido(a), durante a realização das provas, em comunicação com outro(a) candidato(a), utilizando material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros;
d) For surpreendido(a), durante a realização das provas, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital: e) Equipamentos eletrônicos mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablet, smartwatch, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;
f) Livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação e impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;
g) Bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;
h) Utilizar ou portar qualquer tecnologia, tais como aparelho celular, aparelho eletrônico, smartwatch ou relógio de qualquer espécie, wearable tech (tecnologia vestível), que venha a emitir qualquer som ou vibração durante a realização da prova, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital;
i) Realizar qualquer tipo de registro fotográfico, seja por quaisquer meios, após a entrada no local de prova;
j) For surpreendido(a) dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
k) Faltar com o devido respeito em relação a qualquer membro da equipe de aplicação das provas, às autoridades presentes ou aos demais candidatos;
l) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não os permitidos;
m) Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal e/ou para quaisquer atividades que não as permitidas pela equipe de aplicação de provas;
n) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou a(s) folha(s) de versão definitiva da discursiva;
o) Descumprir as instruções contidas no caderno de questões, na folha de respostas e na folha de versão definitiva da discursiva;
p) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
q) Não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, a coleta da impressão digital durante a realização das provas;
r) For surpreendido(a) portando qualquer tipo de arma;
s) Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
t) Se, a qualquer tempo, for constatado que o candidato utilizou qualquer meio ilícito ou não permitido neste Edital para fins de aprovação própria ou a de terceiros, em quaisquer das fases do certame, as provas respectivas serão anuladas e o(s) candidato(s) será(ão) automaticamente eliminado(s).
Art. 7º - É de responsabilidade do candidato a leitura e interpretação do edital e o acompanhamento das publicações, que serão disponibilizadas em diário oficial para que não aleguem desconhecimento.

Andirá, Paraná, 27 de agosto de 2026.

REBECA GONÇALVES
Membro da Comissão Especial

RAFAEL VITAL DOS SANTOS
Membro da Comissão Especial

LÍDIA MARIA GARCIA
Membro da Comissão Especial

VALDETE APARECIDA BENTO CAVALHEIRO BONACIN
Membro da Comissão Especial

CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO
Membro da Comissão Especial

FRANCIELI MUNHÃO MARTINS
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:8295FFAF

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNPESPA

Ata da reunião ordinária do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá (FUNPESPA), realizada às nove horas da manhã do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e seis na sala de reuniões do FUNPESPA. Acompanharam e participaram da reunião: André Henrique Dassie, Presidente do FUNPESPA, Carlos Henrique Claro de Carvalho, Vice-Presidente, Adriana de Fátima Pereira Salustiano, Contadora, Luiz Eduardo de Lima Generoso, Advogado e Kaike Monteiro Borges, Controlador Interno. Do Conselho de Administração participaram Leônidas de Resende Teixeira, Silvane Marcela Mazur, Glaucia Aparecida da Silva Prezoto, Mikaely Alves Moreira, Stephanie dos Santos Papini Souza, Neide Aparecida Cavalcante Nardoni e Taciana de Souza. Do Conselho Fiscal houve a participação de Denise Andreoti Mendes. Justificaram as ausências: Aurenilson Cipriano, Marissol Angélica Felix, Flávia Maria da Silva e Fernando Previato Bazzo (motivo trabalho). A ata da reunião anterior foi aprovada pelos Conselheiros e publicada na edição nº 3587 de 04/08/2026, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná. André iniciou a reunião apresentando os dados relativos aos investimentos, sendo que no mês de julho o FUNPESPA registrou um retorno positivo no mês no valor de R$ 897.034,79 (oitocentos e noventa e sete mil e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos) sendo que desse montante R$ 738.066,98 (setecentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos) foi retorno positivo dos ativos da renda fixa e R$ 158.967,81 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos) foi o retorno positivo dos ativos da renda variável. Em julho, tivemos um mês positivo para os mercados brasileiros. O Ibovespa encerrou o mês com valorização de aproximadamente 3,5%, chegando próximo dos 178 mil pontos e acumulando alta superior a 10% no ano. Esse desempenho ocorreu apesar de um cenário ainda bastante desafiador, com juros elevados, incertezas fiscais e políticas, questões geopolíticas e as novas tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Um dos fatores positivos foi a melhora dos indicadores de inflação. O IPCA-15 de julho apresentou alta de apenas 0,06%, abaixo das expectativas, o que aumentou a percepção do mercado de que o Banco Central poderia continuar reduzindo a taxa Selic gradualmente. Ao mesmo tempo, a Selic permaneceu em um patamar elevado, de 14,25% ao ano, mantendo a renda fixa bastante atrativa. Em 31/07/2026 o saldo da carteira do FUNPESPA era de R$ 90.802.151,33 (noventa milhões oitocentos e dois mil cento e cinquenta e um reais e trinta e três centavos). A carteira está distribuída da seguinte forma: 77,29% em renda fixa e 22,71% em renda variável/Estruturado/Fundo Imobiliário. A gestão e administração dos recursos se encontram alocadas desta forma: 39,66% no Banco do Brasil; 38,68% na Caixa Econômica Federal; 18,76% no Itaú Unibanco e 2,90% no Sicredi. A meta atuarial (IPCA + 5,46% a.a.) no mês de julho ficou em 0,56% e o retorno foi de 1,01%. No ano a meta está em 6,65% e o retorno em 7,03%, o que representa em valores o total de R$ 5.938.943,96 (cinco milhões novecentos e trinta e oito mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos). Foi apresentado e depois aprovado pelos Conselheiros, o Parecer do Comitê de Investimentos da competência de julho de 2026. Adriana apresentou os dados do balanço do mês de julho de 2026. Em julho o total de entradas foi de R$ 2.885.479,06 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e seis centavos) que são receitas advindas da soma da parte funcional dos servidores ativos (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), inativos e pensionistas, da parte patronal (Prefeitura, Funpespa, Câmara e Samae), rendimentos de aplicações, compensação previdenciária, parcelamento, aporte atuarial, assim como a transferência que a Prefeitura repassa para pagamento das aposentadorias e pensões de sua responsabilidade menos a variação negativa das aplicações. Na sequência apresentou o total das saídas: R$ 2.101.988,17 (dois milhões, cento e um mil, novecentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos) que são as despesas com as aposentadorias, pensões, folha de pagamento, o PASEP, despesas de manutenção como água, luz, telefone, os sistemas, as assessorias, aluguel e compensação previdenciária. Adriana comentou sobre o aumento no valor das despesas de manutenção do Fundo e explicou que foi devido a pagamentos esporádicos, como o Cálculo de ALM, a compra de uma impressora, a revisão e seguro do carro que ocorreram neste mês. Considerando as entradas e saídas constatou-se um superávit de R$ 783.490,89 (setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e nove centavos). A receita da taxa de administração foi de R$ 91.282,92 (noventa e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos) e a despesa foi de R$ 72.985,92 (setenta e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Denise chamou a atenção para os valores recebidos da parte patronal e funcional que com relação a junho teve um aumento da parte funcional e da parte patronal houve uma diminuição. No momento do questionamento, Adriana não lembrou o motivo do recebimento a maior da parte patronal, mas logo depois da reunião verificou e explicou aos conselheiros pelo grupo de whatsapp que a diferença se deve ao fato de que geralmente a Câmara de Vereadores faz o repasse dentro do próprio mês, contudo o repasse da parte funcional de junho não foi realizado no mês de junho e sim no mês de julho, então por isso houve essa diferença. O balanço de julho de 2026 foi aprovado por unanimidade. Havendo qualquer dúvida, Adriana pediu para nos encaminhar. Desde a data da última reunião tivemos a concessão dos seguintes benefícios: no dia 05/08/2026 aposentadoria por tempo de contribuição para Glaucia Aparecida da Silva Prezoto no cargo de Agente Comunitário de Saúde e para Silvia Renata Carvalho de Campos no cargo de Educador Infantil. André apresentou o Relatório de Controle Interno das áreas mapeadas referente ao 1º semestre de 2026, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida André passou a palavra para o advogado Luiz explanar sobre dois requerimentos que foram encaminhados ao Conselho de Administração. Em um deles o servidor ativo Leonel da Silva requer a conversão de tempo trabalhado sob condições especiais em comum, porém não apresentou a documentação necessária para a análise, como Laudo Técnico das Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT e o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP. Luiz disse que o pedido já foi analisado por meio de Parecer Jurídico, portanto o Conselho de Administração concordou em responder com um ofício explicando que o assunto não é de competência e atribuição dos Conselhos, mas sim da Procuradoria Jurídica conforme resposta já encaminhada ao servidor. O outro requerimento é do pensionista Julio Coelho Sabará, que requer a incorporação integral de Função Gratificada - FG recebida pela sua esposa enquanto ainda estava na ativa. Luiz explicou que a FG já foi incorporada proporcionalmente na aposentadoria e na pensão, sendo aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pois a ex-servidora exerceu a função por cerca de quatro anos, por isso a incorporação foi proporcional ao tempo trabalhado. Do mesmo modo, o Conselho de Administração concordou em responder com um ofício explicando que o assunto não é de competência e atribuição dos Conselhos, mas sim da Procuradoria Jurídica conforme resposta já encaminhada ao pensionista. Devido ao horário avançado a continuação da leitura e revisão do Regimento Interno do FUNPESPA (Decreto nº 7.400 de 21 de julho de 2016) ficou para a próxima reunião, que ficou agendada para o dia 21 (de setembro de 2026. Sendo o que tinha a tratar, o Presidente André Henrique Dassie agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião, a qual foi redigida por mim, Mikaely Alves Moreira, Secretária, com a anuência eaprovação de todos e será enviada para publicação no Diário Oficial.

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Presidente do FUNPESPA

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:9483B2C8

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 376/2026 PREGÃO Nº 044/2026 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, SENDO ÓLEO DIESEL COMUM S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO E ARLA 32 A GRANEL, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES OU À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA:

MAGIOLI & MILANI LTDA, inscrito no **CNPJ: 23.883.405/0001-10** no valor total dos itens vencidos de **R$ 4.963.800,00** (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 27.08.2026 A 26.08.2027

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

LEONARDO BRUNO MAGIOLI
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:2D1A02A1

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.309 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	MARIANA YASMIM GRANATTO OTÁVIO MILANI BUENO DE GODOI LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO JULIANA CASAGRANDE FELIX ANA PAULA DE FREITAS GOMES ANA JULIA FELISBINO DE FREITAS ROGENIA ALVES FRANCIELI MUNHÃO MARTINS SIMONE GODOI AUDI DE MELLO AMANDA EMANUELLY FREGOLÃO DE SOUZA MARLENE MARIA DA SILVA MITROVINI CLEUSA ROSA DA SILVA MADOGLIO LISANDRA CRISTINA DA SILVA DANIEL LUIZ MILANI KELEN CRISTINA RIBEIRO PEREIRA RAFAEL VITAL DOS SANTOS FABIO BIANCARDI BALDINI ANTONIO EDUARDO BONIFÁCIO LUIZ ANTONIO DE AGUIAR IVANA APARECIDA COSTA NUNES MAYARA OLIVEIRA MIRANDA PALUDETTO PAULO HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES ADRIELE SIMOES BONANCIN CAMILA NARDONI GONÇALEZ CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Fiscal Substituto:	TATIANE APARECIDA MARCHIORI TIAGO AUGUSTO LUIZ DE OLIVEIRA REGINALDO REINALDO GABRIELA RODRIGUES REYNALDO SILVANE MARCELA MAZUR EDUARDO FIDELIS DA SILVA ANA MARIA FERREIRA PIUGA EVELISE NOGUEIRA DA SILVA LUCIENI RODRIGUES DOS SANTOS SILVA TACIANA DE SOUZA REBECA GONÇALVES SONIA APARECIDA DE CARVALHO DE PAULA MARIA CRISTINA CORREA ROCHA ANA CLAUDIA MONTEIRO MARTINS JAMECELANI OLIVEIRA DIAS SIDNEIA INACIO PRIMO SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI KAREN CAROLINE HARUE TAKANO LOURENÇÃO CLAUDIA BODNARCZUK TROINA JULIO CESAR CARVALHO MARCEL LEMANA DANIEL TAVARES DE ANDRADE MARIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA ROBERTA CORDEIRO FARINHA MATSUDA MACEDO THIAGO ELIAS DOS SANTOS RAFAEL GUSTAVO DE SOUZA GUERRA RAIMUNDO ELEOTERIO BENFICA JUNIOR CRISTIANA DA SILVA SANTOS
Gestor Titular:	ROSILENE MARQUES FERNANDES FARINHA
Gestor Substituto:	GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI
Ata nº	064/2026 **VIGÊNCIA:** 27.08.2026 A 26.08.2027
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Nº licitação	044/2026
Contratado:	**MAGIOLI & MILANI LTDA**
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, SENDO ÓLEO DIESEL COMUM S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO E ARLA 32 A GRANEL, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES OU À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA
Valor:	**R$ 4.963.800,00**

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026, 83º da Emancipação Política;

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:65F1FBE5

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE EXTINÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE EXTINÇÃO do CONTRATO Nº 115/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2024, a partir do dia **27/08/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, DIESEL COMUM E S10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS** e a empresa **MAGIOLI & MILANI LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **23.883.405/0001-10.**

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Andirá, 27.08.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

LEONARDO BRUNO MAGIOLI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:62E54AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, COMPATIBILIZAÇÃO TÉCNICA, EXECUÇÃO DA OBRA, FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, TESTES, COMISSIONAMENTO E ENTREGA FINAL DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA QUADRA ESPORTIVA COBERTA, LOCALIZADA NA RUA TUPI, ESQUINA COM A RUA 15 DE NOVEMBRO, NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, CONTEMPLANDO RECUPERAÇÃO E REFORÇO DA ESTRUTURA EXISTENTE, FECHAMENTO LATERAL, EXTENSÃO DA COBERTURA, ARQUIBANCADAS, VESTIÁRIOS, SANITÁRIOS, PINTURA EPÓXI DA QUADRA, ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA, PORTÕES INDEPENDENTES, PINTURA GERAL E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ENTREGA COMPLETA DO OBJETO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER E A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir do dia 31/08/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h:59 min do dia 07/12/2026.
INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: às 09h:00min do dia 07/12/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 226) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 27 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:41F8DAA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2027

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2027
Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 15h30min horas, na sala de Reuniões Álvaro Andrade Margoto na Câmara Municipal de ANDIRÁ-PR, em modo presencial. Deu-se início a Audiência Pública para elaboração do PPA-PlanoPlurianual 2026-2029, elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício de dois mil e vinte e sete. Em um primeiro momento Aurenilson Cipriano, Contador da Prefeitura Municipal de Andirá, iniciou falando sobre a obrigatoriedade da realização da Audiência pública, citando a Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 onde traz sobre a necessidade da Transparência, Controle e a Fiscalização sobre os recursos públicos, e equilíbrio entre as Receitas e Despesas, mencionando que a referida audiência é em conjunto como segue: Executivo, Legislativo, FUNPESPA – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Andirá e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE. Seguiu a apresentação falando da integração dos Instrumentos de Planejamento (PPA-LDO-LOA), Indicadores para o ano de 2026, sendo: Inflação (% anual) com base no IPCA 4,01 e PIB Crescimento % Anual 1,70; tendo como base o Relatório Focus – Banco Central do Brasil, e Parâmetros Elaborados pela SPE/MF. Índice Previsão das Receitas e Despesas (PIB + IPCA) 5,71, tirados de fontes dos sites (HTTP://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus) e do site (HTTPS://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php) em 22/05/2026. Apresentou as Receitas previstas para 2026 sendo elas: Receitas Correntes que se divide em: Receita Tributária R$26.549.214,49; Receita de Contribuições R$2.269.831,55; Receita Patrimonial R$ 1.331.829,72; Receita Agropecuária R$ 0,00; Receita Industrial R$ 0,00; Receita de Serviços R$ 289.148,56; Transferências Correntes R$95.884.969,04; e Outras Receitas Correntes R$ 230.912,92 totalizando as Receitas Correntes no valor de R$ 126.555.906,29. Receitas de Capital subdividida em: Operações de Crédito R$1.162.810; Alienação de Bens R$ 62.892,74; Amortização de Empréstimos R$ 0,00; e Transferências de Capital R$10.085.685,39 e Outras Receitas de Capital R$ 0,00 que totaliza as Receitas de Capital no valor de R$11.310.864,29. Onde tem um valor geral de Receitas para o ano de 2027 no valor de R$ 137.866.770,58. Em seguida apresentou as Despesas, sendo elas divididas em Despesas Correntes (I): Pessoal e Encargos Sociais R$ 61.310.391,41; Juros e Encargos da Dívida R$ 1.834.068,50; e Outras Despesas Correntes R$ 53.518.070,77; perfazendo um total de Despesas Correntes o valor de R$116.662.530,69. Despesas de Capital (II), que são os Investimentos R$14.911.005,44; Inversões Financeiras R$ 0,00; Transferência de Capital R$0,00; e Amortização da Dívida R$ 1.749.500,50; que perfaz um total de R$16.660.505,94 de Despesas de Capital. Reserva Contingência no valor de R$633.824,44 totalizando as Despesas para o ano de 2027 no valor de R$133.956.861,07. Em seguida Aurenilson apresentou as Despesas por Secretaria, sendo: Executivo Municipal; Secretaria Municipal de Administração e Planejamento; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos; Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo; Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante; Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Reserva de Contingência, gerando um total de Despesas por Secretaria que estão provisionadas para 2027. Incluindo o Legislativo Municipal R$ 3.088.713,00; Fundo de Previdência Municipal R$ 610.000,00 totalizando R$130.419.800,00. Deu continuidade a apresentação das Despesas, agora demonstrando por Ações, iniciando pelo Legislativo Municipal, dados levantados por Anderson Cesar do Carmo Zeneratto, de R$ 3.280.216,20, valor este desmembrado por elementos da despesa; Executivo Municipal: Manter o Gabinete da Prefeita R$ 850.287,47; Manter a Assessoria Jurídica do Município R$143.054,37; Promover o Pagamento de Precatórios Judiciais R$ 1.070.072,11; Promover o pagamento de Ações Trabalhistas e Judiciais R$ 145.330.58; Manter a Procuradoria Geral do Município R$ 831.843,65 e Manter a Controladoria Geral do Município R$ 129.838,41 obtendo um total geral dessa secretaria o valor de R$3.170.426,59. Em seguida falou das Despesas por Ações da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tem orçado para 2027 o valor de R$13.111.992,97 divididos em: Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Administração R$12.197.238,84; Manter a Cantina R$ 15.066,65; Manter e Conservar os Prédios Públicos Municipais R$ 719.871,56; Apoiar as Associações e Sindicatos R$ 66.993,91; Manter as Indenizações e Restituições R$ 6.770,09; Manter os Departamentos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento R$ 87.937,95; Promover o Treinamento de Servidores Municipais R$ 18.113,98. Deu continuidade apresentando o orçamento da Secretaria Municipal de Finanças que tem as seguintes ações: Manter o Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças R$1.991.482,63; Manter os Departamentos da Secretaria de Finanças R$253.921,01; Contribuir com o PASEP R$ 1.003.193,02; Manter o pagamento de Confissões de Dívidas R$ 187.264,81; Manter o pagamento de amortização de empréstimos R$ 1.337.491,63; Manter o pagamento de juros e encargos de empréstimos R$ 1.518.167,60 totalizando o valor de R$

6.291.520,71 para o ano de 2027. Em seguida falou da Secretaria Municipal de Educação, sendo: Manter o Gabinete de Educação R$ 1.771.585,40; Manter o Programa de Merenda Escolar R$ 541.292,43; Manter o Programa de Merenda dos Centros de Educação Infantil R$ 403.720,43; Construir, Ampliar e Reformar Prédios Escolares R$ 123.057,07; Emendas Impositivas - Manter as Escolas Municipais – Demais Recursos R$ 164.608,55; Manter as Escolas Municipais – FUNDEB R$ 9.656.004,28; Manter as Escolas Municipais – Demais Recursos R$ 4.019.385,79; Promover o Programa de Treinamento de Professores e Demais Servidores R$ 13.770,94; Manter o Programa de Transporte Escolar R$ 3.016.509,36; Emendas Impositivas – Manter o Programa de Transporte Escolar R$ 6.451,51; Apoiar Estudantes Universitários R$ 869.662,24; Ampliar e Reformar Centro de Educação Infantil R$ 204.047,06; Manter os Centros de Educação Infantil – Fundeb R$ 5.145.108,96; Manter os Centros de Educação Infantil – Demais Recursos R$ 2.575.286,73; Emendas Impositivas – Manter os Centros de Educação Infantil – Demais Recursos R$ 169.212,75; Manter a Educação Especial – FUNDEB R$ 617.251,96; Manter a Educação Especial R$ 141.058,47 e Manter o Centro Municipal de Atendimento Multidiciplinar – CEMAM R$ 141.058,47 totalizando assim para o ano de 2027 as despesas da Secretaria Municipal de Educação o valor de R$ 29.579.072,15. Seguindo com as Despesas por Ações, falou ainda sobre a Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, sendo: Manter o Gabinete da Secretaria de Saúde R$ 300.801,66; Promover o Programa de Qualificação dos Servidores da Saúde R$ 5.353,93; Manter o Apoio Técnico Operacional do Conselho Municipal de Saúde R$ 4.018,82; Manter os Postos de Saúde Municipal R$ 8.754.331,94; Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde R$ 1.126.009,18; Manter o Consórcio Paraná Saúde R$ 217.198,86; Manter os Serviços de Transporte da Saúde R$ 2.862.132,13; Manter os Serviços de Atendimento do Pronto Socorro R$ 3.962.083,13; Manter o SAMU R$ 14.255,01; Manter o NASF – Núcleo de Apoio Saúde da Família R$ 426.474,90; Emendas Impositivas – Manter os Serviços de Atendimento do Pronto Socorro R$ 134.429,10; Emendas Impositivas – Manter os Postos de Saúde do Município R$ 403.283,92; Manter o Programa Saúde da Família R$ 2.577.237,06; Manter o Programa Saúde Bucal R$ 609.966,30; Manter os Agentes Comunitários de Saúde R$ 2.500.985,08; Construir, Ampliar e Reformar Unidades Básicas de Saúde R$ 546.146,75; Manter os Serviços de Atendimento Médico Hospitalar R$ 1.031.056,87; Manter os Serviços de Atendimento Especializados R$ 1.776.331,81; Manter o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial R$ 741.211,86; Emendas Impositivas – Manter os Serviços de Atendimento Especializados R$ 67.214,55; Manter o Programa Melhor em Casa R$861.474,88; Manter a Assistência Farmacêutica R$ 95.079,52; Manter os Serviços de Vigilância Sanitária R$ 371.069,69; Promover o Controle de Doenças Transmissíveis R$ 1.311.386,16; Manter o Programa VIGIASUS R$ 36.262,46, totalizando assim para o ano de 2027 as despesas da Secretaria Municipal de Saúde o valor de R$ 30.735.765,57. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, sendo dividido por: Manter o Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDECTIM R$ 470.205,78; Manter o Centro de Eventos Com. Guido Veltrini R$ 168.243,51; Manter e Promover o Turismo e Eventos Municipais R$ 115.949,26; Revitalizar a Infraestrutura do Centro de Eventos Comendador Guido Veltrini R$975.000,00; Promover e Apoiar a Marcha para Jesus R$10.000,00; Adequar Infraestrutura Turística R$ 110.000,00; Manter a Agência do Trabalhador R$35.801,30; Manter a Sala do Empreendedor R$17.267,43; Aquisição de Imóvel para Aeroporto Municipal R$ 10.000,00; Promover a Ciência, Tecnologia, Informação e Inovação R$ 23.475,79; Manter o Aeroporto Municipal R$ 27.017,30; Infraestrutura no Parque Industrial R$ 3.377,16; e Manter o Programa Bolsa Aluguel Empresa R$139.113,22 tendo um valor total para essa secretaria em 2026 R$2.105.450,77. Aurenilson demonstrou os valores para o ano de 2027 da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos sendo: Manter o Gabinete da Secretaria de Viação e Serviços Públicos R$3.417.000,00; Manter a Sinalização e Nomenclatura de Ruas R$ 43525,14; Emendas Impositivas - Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos R$12.648,60; Manter o Transporte Coletivo R$ 148.595,17; Construir, Ampliar e Reformar Parques, Praças e Jardins R$ 315.100,00; Recuperar o Sistema de Distribuição de Água R$ 1.068.331,56; Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos R$ 4.882.491,36; Manter o Sistema de Iluminação Pública R$ 2.204.697,71; Manter o Programa Bombeiro Comunitário R$ 101.173,05; Manter os Salões de Velório do Município R$24.903,20; Manter o Cemitério Municipal R$ 263.518,90; Manutenção o Terminal Rodoviário R$ 67.467,84; Manter Parques, Praças e Jardins R$ 162.819,78; Emendas Impositivas – Manter Parques, Praças e Jardins R$162.819,78 gerando um total para esta secretaria o valor de R$ 9.875.092,09. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo tem R$ 2.268.746,15 orçado para 2027 que se divide nas ações: Manter o Gabinete da Secretaria de Obras R$1.276.985,26; Manter o Departamento de Obras Públicas R$ 38.417,48; Manter os Prédios Públicos Municipais R$ 39.509,43; Recuperar, Recapear e Pavimentar Ruas do Município R$ 535.599,75; Construir, Ampliar e Reformar Prédios Públicos R$11.257,21; Manter o Consórcio Intermunicipal – CODENOP R$ 5.940,43; Implantar o Programa Itaipu Mais Energia R$ 100.000,00; Urbanizar ruas e avenidas R$ 61.036,59; Aquisição de Imóvel de Interesse Municipal R$100.000,00; Aquisição de Imóvel para Habitações Populares R$100.000,00. Em seguida o contador apresentou as despesas por ações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante ressaltando que é secretaria que tem mais ações no município, sendo elas: Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social R$3.917.550,00; Manter o Conselho Tutelar R$ 55.650,00; Emendas Impositivas - Manter o Conselho Tutelar R$15.750,00; Manter o Fundo Municipal de Assistência Social R$9.450,00; Manter o Conjunto Habitacional "Elias Vaz Correia" República - PSE – AC R$23.100,00; 2.079. - Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI R$ 232.785,00; Manter o Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos R$17.955,00; Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência R$2.100,00; Manter o Serviço no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos – PSB R$171.675,00; Emendas Impositivas - Manter as Entidades Assistenciais do Município R$ 32.550,00; Emendas Impositivas - Manter Serviço Jovens e Adultos com Deficiência R$ 52.500,00; Manter Serviço Idoso em Abrigo - PSE – AC R$ 403.410,00; Manter Serviço Jovens e Adultos com Deficiência - PSE-MC R$13.860,00; Manter o Programa Bolsa Família - IGD – PSB R$ 86.310,00; Manter o Benefício Eventual - Auxilio Funeral R$ 52.500,00; Manter o Benefício Eventual - Auxílio Natalidade R$22.050,00; Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – CRAS R$90.405,00; Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI – CREAS R$139.860,00; Manter o Apoio Técnico Operacional Conselho Mul de Assistência Social R$18.270,00; Manter o Programa IGD SUAS – PSB R$15.750,00; Manter a Central do Trabalhador R$27.825,00; Manter os Benefícios Eventuais – PSB R$ 547.155,00; Manter o Programa de Segurança Alimentar R$4.200,00; Emendas Impositivas - Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF – CRAS R$31.500,00; Manter o Departamento de Vigilância Socioassistencial – SUAS R$24.150,00; Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher R$ 3.150,00: Manter o Fundo Municipal da Criança e Adolescente R$42.000,00; Manter o Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto R$40.425,00; Manter a Casa Lar R$340.200,00; Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança R$308.700,00; Apoiar Serviços, Programas e Projetos para Criança e Adolescente R$12.810,00; e Manter o Serviço de Acolhimento Familiar R$ 16.800,00; totalizando para essa secretaria o valor de R$ 6.772.395,00, provisionados para o ano de 2027. A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação está dividida em algumas ações, sendo elas: Manter o Gabinete de Cultura e Comunicação R$438.399,66; Manter a Divulgação Oficial do Município R$ 61.954,06; Aquisição de Imóvel para Centro Cultural R$10.000,00; Manter Centros Culturais – Casa da Memória e Museu de Artes Naturais R$ 281.639,63; Manter a Biblioteca Pública Municipal e o Telecentro R$ 48.931,71; Manter o Cine Teatro São Carlos R$ 164.474,59; Manter a Banda Musical Municipal R$ 84.629,45; Decorar Ruas e Praças R$ 160.321,81; Manter os Eventos Culturais e Cívicos R$ 5.000,00; Manter os Eventos Culturais e Cívicos R$ 73.295,69; Manter a Escola de Comunicação e Artes R$158.615,21; Manter a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura R$193.500,00 e totalizando dessa forma a importância de R$ 1.680.761,83 para o ano de 2027. Aurenilson apresentou também as ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, sendo: Manter o Gabinete de Esportes e Lazer R$ 890.427,30; Construir, Ampliar e

Reformar Centros Esportivos R$ 77.017,33; Manter as Atividades Esportivas e Recreativas R$ 429.265,82; Emendas Impositivas - Manter as Atividades Esportivas e Recreativas R$ 76.068,35 e que totaliza R$ 1.472.778,79 para a Secretaria de Esportes. E para finalizar, apresentou as ações da última secretaria do orçamento de 2027, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo: Manter o Gabinete de Agricultura e Meio Ambiente R$1.985.867,53; Emendas Impositivas - Manter e Proteger os Animais R$ 37.946,93; Manter o Departamento de Agricultura R$ 30.266,13; Manter e Proteger os Animais R$ 13.409,59; Manter os Abastecedouros Municipais R$ 41.786,76; Pavimentar Áreas Rurais do Município R$2.251,44; Firmar Convênios de Assistência Técnica ao Meio Rural R$ 10.564,89; Manter as Estradas Rurais R$178.304,07; Emendas Impositivas - Manter as Estradas Rurais R$19.440,16; Manter o Departamento de Pecuária R$ 5.141.17; Manter o Departamento de Meio Ambiente R$ 12.747,66; Manter o Programa de Reposição do Estoque Pesqueiro R$ 1.338,48; Construir Barracão para Reciclável R$5.000,00; Manter Fundos de Vale R$269.540,38; totalizando para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o valor de R$ 5.971.560,24. Aurenilson falou que a Prefeitura tem previsto para 2027, Reserva Parlamentar para Emendas Impositivas no valor de R$1.310.040,00 e Reserva de Contingência o valor de R$633.824,44 que podem ser utilizados para uma emergência no município ou se caso não houver algum ocorrido, pode ser utilizado entre os dias 10/12 à 30/12 do respectivo ano. Espaço aberto para dúvidas o Assessor Jurídico da Câmara, Guilherme Leite, perguntou quais as ações que o Município está tomando em relação a Reforma Tributária, o **IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços), dos estados e municípios, inicia com uma alíquota de teste de 0,1%, o Secretário Municipal de Finanças, Dirceu Luiz, respondeu ao questionamento, dizendo que o departamento de tributação está processo de adaptação. Aurenilson finalizou dizendo que demais dúvidas podem ser enviadas por e-mail, contabilidade@andira.pr.gov.br. Passando a palavra para Adriana de Fátima Pereira Salustiano, contadora do FUNPESPA – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos de Andirá deu continuidade na audiência pública demonstrando as especificações da Receita para o ano de 2027, sendo Receitas Correntes R$36.390.040,60. Receitas de Contribuições R$ 6.057.081,00. Falou ainda sobre a Receita Patrimonial no valor de R$ 6.781.726,00; Outras Receitas Correntes R$951.660,00; Receitas Correntes Intraorçamentárias R$ 22.599.573,60; que totaliza as Receitas Correntes no valor de R$36.390.040,60. Apresentou ainda as Despesas por Ação que se dividem em: Manter o Gabinete do Fundo de Previdência R$ 903.565,62; Promover o Pagamento de Ações Judiciais R$ 141.070,00; Contribuir com o Pasep R$ 13.500,00; Manter os Benefícios Previdenciários R$ 27.750.524,00; Manter a Compensação Previdenciária R$ 429.979,99; Manter os Benefícios de Responsabilidade do Município R$615.013; Reserva Previdenciária R$ 7.151.401,00 totalizando assim as Despesas por Ação o valor de R$ 37.005.053,60. Adriana apresentou também as Despesas separadas por categoria, sendo as Despesas Correntes (I) que engloba: Pessoal e Encargos Sociais R$ 29.073.962,00 e Outras Despesas Correntes R$ 759.787,60. As Despesas de Capital que são os Investimentos, no valor de R$ 19.903,00 e a Reserva RPPS no valor de R$ 7.151.401,00 que totaliza as Despesas por Categoria o valor de R$37.005.053,60. Adriana comentou que a despesa do Funpespa fica maior que a receita, a diferença é o valor que é de responsabilidade da Prefeitura, Aurenilson complementou que na prefeitura é o inverso, a receita fica maior que a despesa devido ao valor que é transferido para o Funpespa e para a Câmara e que no todo a receita e despesa fecham, lembrando que o orçamento é único. Adriana abriu a palavra para os presentes para eventuais dúvidas, que não houveram. Sem mais indagações a contadora encerrou a apresentação. Na sequência, Matheus Vinicius Gomes, contador do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, apresentou a proposta orçamentária da autarquia para o exercício de 2027, no âmbito da elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA. Inicialmente, apresentou o quadro das receitas, destacando a previsão de R$ 13.039.350,00 em Receitas Correntes, sendo R$ 4.800,00 referentes à Receita Tributária, R$ 340.900,00 à Receita Patrimonial, R$ 12.688.550,00 às Receitas de Serviços e R$ 5.100,00 a Outras Receitas Correntes. Apresentou, ainda, a previsão de R$ 707.580,00 em Receitas de Capital, correspondentes às Transferências de Capital, e R$ 285.000,00 em Receitas Intraorçamentárias. Dessa forma, a receita total estimada para o SAMAE no exercício de 2027 corresponde a R$ 14.031.930,00. Em seguida, o contador apresentou as despesas previstas para o exercício de 2027, totalizando R$ 14.031.930,00. As Despesas Correntes foram estimadas em R$ 12.614.150,00, sendo R$ 3.983.100,00 destinados a Pessoal e Encargos Sociais e R$ 8.631.050,00 referentes a Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital foram estimadas em R$ 1.325.580,00, integralmente destinadas a Investimentos, além da previsão de R$ 92.200,00 para a Reserva de Contingência. Dando continuidade, Matheus apresentou as Metas e Prioridades do SAMAE para o exercício de 2027, destacando R$ 1.788.050,00 para Manter o Gabinete; R$ 132.000,00 para Contribuir com o PASEP; R$ 3.530.900,00 para Manter a Coleta e Destinação dos Resíduos Sólidos; R$ 7.375.900,00 para Manter os Serviços de Água e Esgoto e de Manutenção Geral; R$ 405.000,00 para Construir e Ampliar a Rede de Água e Esgoto; R$ 300,00 para Construir, Ampliar e Reformar Imóveis do SAMAE; R$ 707.580,00 para Implementar o Programa de Eficiência Energética e Fontes Renováveis; e R$ 92.200,00 destinados à Reserva de Contingência. Por fim, foram disponibilizados os canais de contato do SAMAE para esclarecimentos e informações adicionais, sendo o endereço eletrônico **contato@samaeandira.com.br**, o site **www.samaeandira.com.br** e o telefone **(43) 3538-7575**. Nada mais havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a Audiência Pública e eu Aurenilson Cipriano – Contador, lavrei a presente ata esclarecendo que houve lista de presença dessa audiência. Esta segue assinada por Aurenilson Cipriano, Adriana de Fátima Pereira Salustiano, Matheus Vinicius Gomes, Anderson Cesar do Carmo Zeneratto, e por mim. Andirá, treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

ASSINATURAS
_____
_____
_____

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:E036CCB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 11/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 11/2026
QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ** ESTADO DO PARANÁ E ASSOCIAÇÃO JACAREZINHENSE DE REABILITAÇÃO AO DEFICIENTE AUDITIVO E ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL – AJADAVI. – CNJP: 81880130/0001-68 **OBJETO:** O OBJETO DESTE CONVÊNIO É A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS PELO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA **AJADAVI** – ASSOCIAÇÃO JACAREZINHENSE DE REABILITAÇÃO AO DEFICIENTE AUDITIVO E ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL, MEDIANTE CUSTEIO DE DESPESAS COM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL E PEQUENOS REPAROS NA ESTRUTURA FÍSICA DA ENTIDADE. OS RECURSOS DESTINAM-SE À MANUTENÇÃO DOS ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS OFERECIDOS ÁS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ-PR, GARANTINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO, ACESSIBILIDADE, SEGURANÇA, HIGIENE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, CONTRIBUINDO PARA A INCLUSÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS USUÁRIOS E SUAS FAMÍLIAS.

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00.
VIGÊNCIA: entra em vigor a partir da sua assinatura até a data de 12 de agosto de 2027.
DATA: 27 de agosto de 2026.

EDNYRA AP. SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

RAPHAEL ALVES PEREIRA
Presidente

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:BE5FB1E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE LICITAÇÃO CON. 007/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026

O MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que, concluídas as alterações, complementações e compatibilizações dos documentos técnicos integrantes do instrumento convocatório, fica REABERTA a Concorrência Eletrônica nº 007/2026, anteriormente suspensa, conforme as condições a seguir:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO.
OBJETO: Contratação integrada de empresa especializada para elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, fornecimento, instalação, configuração, integração, testes, comissionamento, treinamento, operação assistida e entrega de Sistema de Telemetria para Saneamento e Automação dos Sistemas do SAMAE de Antonina/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital retificado, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e nos demais documentos técnicos.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 1.802.750,22 (um milhão, oitocentos e dois mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 02/09/2026 às 08h30 do dia 07/12/2026.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/12/2026, às 09h00.
DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o Portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para a realização do certame.
O edital retificado e seus anexos poderão ser obtidos na plataforma BLL Compras e no Portal da Transparência do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.
As informações deverão ser solicitadas exclusivamente pela plataforma ou, excepcionalmente, pelo e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br.
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br.

Antonina, 28 de agosto de 2026.

HALLAN CORDEIRO CORREA
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:EAA94DAB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: EMPRESA JURANDIR FELTZ DO CARMO,
CNPJ: 07.874.801/0001-25
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando mão de obra e o fornecimento de peças, componentes e acessórios originais ou de qualidade equivalente, para o veículo oficial da marca Volkswagen, modelo Gol, ano de fabricação 2016, placa BAX-9143, sob responsabilidade da Secretaria de Finanças.
VALOR: R$ 8.735,00 (oito mil setecentos e trinta e cinco reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
DATA DO FIRMAMENTO: 21 de agosto de 2026
ASSINADO POR: Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita Do Município De Antonina/PR; Sr. Rafael Neves Alves, Secretário Municipal De Finanças; E Sr. Jurandi Feltz do Carmo, Pela Empresa Jurandir Feltz Do Carmo ME.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:9950D034

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 003/2026- CEOEDEM - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA A ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ANTONINA/PR

EDITAL N° 003/2026- CEOEDEM

Homologação das inscrições para a escolha de Diretores das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR

Jacqueline Aparecida Gaspar de Abreu Balera, Presidente da Comissão Especial para Organização das Eleições para Direção das Escolas Municipais da Rede Pública Municipal de Ensino de Antonina/PR, designada pelo decreto 257/2026 torna público por este edital , o que segue:

1-Homologadas e candidatos aptos para consulta à comunidade
Segue abaixo as inscrições homologadas e candidatos que participarão da segunda etapa de consulta a comunidade que ocorrerá no dia 19 de agosto de 2026 no período das 09:00h às 16:00h.
.

Candidato	Escola
Ednei Strapassan	Escola Municipal Profª. Aracy Pinheiro Lima E.I.E.F.
Giovana Cristina de Souza	Escola Municipal Profª. Caetana Martins E.I.E.F.
Josiane Rodrigues da Veiga	Escola Municipal Prof. Gil Feres E.I.E.F.
Marcia Regina Carvalho Cordeiro	Escola Municipal Prof. João Paulino Vieira Filho
Maria Alice Ribeiro Barreto	Escola Municipal Profª. Maria Rosa Martins Cecyn E.I.E.F.
Maria Gabriela Nunes da Conceição	Escola Municipal Profª. Cleuza Mari de Lima Tagliatela E.I.E.F.
Neuzicléia Pilar Correa	Escola Rural Municipal Profª. Olímpia Breyer- E.I.E.F.
Regina de Fátima Bastos Maurício	Escola Municipal Dr. Miranda Couto- E.I.E.F.

Antonina, 11 de agosto de 2026

JACQUELINE APARECIDA GASPAR DE ABREU BALERA
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:89788A07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2026 - PROCESSO SELETIVO Nº 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **31/08/2026, às 9h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta no Processo Administrativo n.º 20296/2026 --- SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	6h às 15h	1
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	10h às 19h	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
11°	DENISE RAMOS OLIVIAK DE LIMA	17391/2026
12°	TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS	16236/2026
*13°	*DIANE KEULY SOARES CAVALVANTE	*16047/2026
*14°	*ADRIELLE PAULA DE SOUZA	*16057/2026

** Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 27 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal Nº 113/2023
IEDA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:C329854B

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

CONTRATANTE: Município de Balsa Nova, Estado do Paraná, com sede à Avenida Brasil, nº 665, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.105.527/0001-42, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.523.394-9 e do CPF/MF nº 039.931.399-09, e

CONTRATADA: BRONZE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 40.909.896/0001-40, Rua Maestro Francisco Antonello, nº 1966, Bairro: Fanny, CEP: 81.030-100, na cidade de Curitiba/PR.

OBJETO: Lote 02 Local: Distrito Bugre, no Município; Objeto: Recape asfáltico em CBUQ, 8.450,03 m², incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, revestimento, base e sub-base, recomposição de meio-fio e sarjeta, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: - Lote 2 - Rodovia Aníbal Khury (Entre a Est. 314+14,82m e Est.382+12,96m) Área Pavimentada: 8.450,03 m² Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução 180 (cento e oitenta dias).

VALOR: R$ 1.294.000,00 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil reais). As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta
06 Sec. Municipal de Obras
001 Gabinete do Secretário
15.451.0004.1034 Recapeamento e reestruturação de pavimento asfáltico
4.4.90.51.00.00 Obras e instalações asfáltica

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

Balsa Nova, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:8DF9FB52

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DOS CREDENCIADOS

HOMOLOGAÇÃO DOS CREDENCIADOS

Credenciamento nº 001/2026
Processo Administrativos nº 13368/2026

A Comissão Permanente de Avaliação de Credenciamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Edital de Chamamento Público referente ao Credenciamento nº 001/2026.

O credenciamento é voltado a pessoas jurídicas interessadas na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**.

O edital permanece possui vigência de 2 (dois) anos a partir da sua publicação, com possibilidade de prorrogação e as inscrições estão abertas durante toda a vigência do Edital em fluxo contínuo, permitindo o ingresso de novos interessados a cada ciclo, conforme os critérios definidos no próprio edital.

1 RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO	REQUERENTE	DATA	HORA	Situação
14185/2026	FRATERNITAS	16/06/2026	13H 41	DEFERIDO
14202/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	16/06/2026	14H 33	INDEFERIDO
19298/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026	12H 36	DEFERIDO
19840/2026	FREIRE SILVA INSTITUIÇOES PARA IDOSOS	13/08/2026	14H 12	DEFERIDO

2 DISPOSIÇÕES FINAIS

A convocação do credenciados ocorrerá de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando os critérios do Edital.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados poderão contatar a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na **Avenida Iguaçu, nº 959, Centro – Balsa Nova**, ou pelo telefone **(41) 3636-8045**.

Balsa Nova, 27 de agosto 2026.

GLACI ANTONIA MERCHIORI,
Matricula N.º 541910
Presidente Da Comissão Permanente De Avaliação

VANESSA APARECIDA ABRAMOSKI,
Matrícula N.º 42901
Secretário Da Comissão Permanente De Avaliação

NILCEIA APARECIDA DA SILVA,
Matrícula N.º 541926
Membro Da Comissão Permanente De Avaliação

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:BB1D15A6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 599/2026

PORTARIA N. º 599/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 21542/2026,
RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferido(a) o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
CAROLINE LOPES DO ESPIRITO SANTO **Origem:** SMECE – Escola Municipal Padre Boleslau Liana **Destino:** SMECE – Escola Municipal Irma Rosalina	PSS – Profissional da Educação - Professor	541982	27/08/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:16EBD3E2

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 600/2026

PORTARIA Nº 600/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 3176/2022;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
OSMAIR BONATO RAMOS	30801	03/09/2026	17/10/2026	2012/2017	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:D5DDE2DE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 601/2026

PORTARIA N. º 601/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do Processo administrativo n. º 20248/2026,
RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar sindicância visando averiguar os fatos relatados no Processo administrativo n. º 20248/2026. O procedimento será conduzido pelo servidor **FERNANDO APARECIDO CÂMARA**, Assistente Social, matrícula n. º 46821.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:92FE34AA

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DEFINITIVO DOS CREDENCIADOS

RESULTADO DEFINITIVO DOS CREDENCIADOS

Credenciamento nº 001/2026
Processo Administrativos nº 13368/2026

A Comissão Permanente de Avaliação de Credenciamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições legais, divulga o resultado **DEFINITIVO** do Edital de Chamamento Público referente ao Credenciamento nº 001/2026.

O credenciamento é voltado a pessoas jurídicas interessadas na **PRESTAÇÃO DESERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**.

O edital permanece possui vigência de 2 (dois) anos a partir da sua publicação, com possibilidade de prorrogação e as inscrições estão abertas durante toda a vigência do Edital em fluxo contínuo, permitindo o ingresso de novos interessados a cada ciclo, conforme os critérios definidos no próprio edital.

1 RESULTADO DEFINITIVO

PROCESSO	REQUERENTE	DATA	HORA	Situação
14185/2026	FRATERNITAS	16/06/2026	13H 41	DEFERIDO
14202/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	16/06/2026	14H 33	INDEFERIDO
19298/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026	12H 36	DEFERIDO
19840/2026	FREIRE SILVA INSTITUIÇOES PARA IDOSOS	13/08/2026	14H 12	DEFERIDO

2 DISPOSIÇÕES FINAIS

A convocação do credenciados ocorrerá de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando os critérios do Edital.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados poderão contatar a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na **Avenida Iguaçu, nº 959, Centro – Balsa Nova**, ou pelo telefone **(41) 3636-8045**.

Balsa Nova, 27 de agosto 2026.

GLACI ANTONIA MERCHIORI,
Matricula N.º 541910
Presidente Da Comissão Permanente De Avaliação

VANESSA APARECIDA ABRAMOSKI,
Matrícula N.º 42901
Secretário Da Comissão Permanente De Avaliação

NILCEIA APARECIDA DA SILVA,
Matrícula N.º 541926
Membro Da Comissão Permanente De Avaliação

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:2F3247DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **17/09/2026, às 08:30**, no portal: https://bllcompras.com, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, SOB DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BANDEIRANTES-PR.** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://bllcompras.com, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 31 de agosto de 2026.

Bandeirantes – PR, 26 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:ED153978

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 04.12/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de MERENDEIRA, MOTORISTA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA E COVEIRO na
Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a Portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 04/2025 de 25/08/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/08/2025 – Edição 3350 – págs.549 a 558)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 004/2025 de

01/10/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 02/10/2025 – Edição 3376 – págs. 539 a 540*).

CONSIDERANDO o Ofício nº 162/2026 de 11/08/2026 protocolado sob o nº 407/2026 em 13/08/2026 solicitando convocação de um servidor para o cargo: Motorista PSS.

CONSIDERANDO a Portaria de Final de Lista nº 130/2026 de 26/08/2026.

CONVOCA o candidato aprovado para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 04/2025 (PSS), a saber:

MOTORISTA – 40 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE:
MÁRCIO ANDREI DE SOUZA	28/03/1975	3°

O candidato acima relacionado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **28/08/2026 à 03/09/2026** munido de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 04/2025 no art. 15 em seus itens 15.3). conforme abaixo descrito.

15.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
EXAME TOXICOLÓGICO ATUALIZADO (para o cargo de MOTORISTA)
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO
MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG;
CARTÃO DO CPF;
CARTEIRA DE MOTORISTA (CNH) PARA CARGO DE MOTORISTA;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA NAS
ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA;
CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO;

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 15.1 do art. 15 do Edital de abertura nº. 04/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 27 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:A4858DF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0131/2026

DECRETO MUNICIPAL N° 0131 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula:Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de Bela Vista da Caroba em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, na Resolução nº 5158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos e na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.
Parágrafo Único. A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2º- Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização**:**
regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais;
valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
formação continuada dos profissionais da educação;
uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3º- São objetivos da Política Municipal de Alfabetização
elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 4º- Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
promoção da participação das famílias no processo educativo;
apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5º- A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6º- Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização**:**
gestores municipais;
equipes pedagógicas;
gestores escolares;
professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
comunidade escolar.

Art. 7º- A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
adesão às avaliações formativas e externas;
monitoramento contínuo das aprendizagens;
recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º- Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento política Municipal de Alfabetização:
acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
sistematização de dados por estudante, turma e escola;
avaliação da efetividade das ações implementadas;
uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9°- Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bela Vista da Caroba a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Educação.

Art. 10- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:313F7C62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0132/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 0132, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito do Município de Bela Vista da Caroba – PR, em articulação com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que regulamenta o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e os Municípios para assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças;

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR e a necessidade de fortalecer as ações de avaliação, monitoramento, acompanhamento e coordenação da política municipal de alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir instância permanente de governança, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR, como instância permanente de acompanhamento, monitoramento, avaliação e articulação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de assegurar sua implementação e garantir o direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR atuará em regime de colaboração com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, alinhando suas ações às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Estratégia Alfabetiza Juntos, do Programa Educa Juntos e da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º - Compete ao Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR:
I – acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar os mecanismos de avaliação e monitoramento das ações de alfabetização da Rede Pública Municipal de Ensino;
III – subsidiar tecnicamente a Secretaria Municipal de Educação na execução das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
IV – articular, em âmbito municipal, as ações e os eixos estratégicos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – promover a articulação técnico-pedagógica entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assegurando a continuidade do processo de alfabetização;
VI – monitorar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização, utilizando os resultados das avaliações diagnósticas municipais, estaduais e nacionais, especialmente o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, a Avaliação de Fluência Leitora, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e o Indicador Criança Alfabetizada;
VII – acompanhar a execução das metas previstas no Plano Municipal de Educação e nos programas e ações voltados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
VIII – analisar periodicamente os resultados de aprendizagem por estudante, turma, escola e rede, propondo intervenções pedagógicas quando necessário;
IX – elaborar relatórios periódicos sobre a execução da Política Municipal de Alfabetização, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Educação;

X – promover a mobilização das famílias, da comunidade escolar e dos demais atores envolvidos no processo de alfabetização;
XI – propor estratégias para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização e para a melhoria contínua dos resultados educacionais.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º - O Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR será composto pelos seguintes representantes:
I – 01 (um) Articulador ou Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA;
II – 01 (um) representante da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 01 (um) representante dos gestores escolares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV – 01 (um) representante dos gestores escolares da Rede Pública Municipal de Educação Infantil;
V – 01 (um) representante dos Professores Alfabetizadores atuantes no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.
Parágrafo único. Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão indicados pelos respectivos segmentos e designados por Portaria do Prefeito Municipal para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 5º - O Comitê será coordenado pelo(a) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA, designado(a) pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º - O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por sua coordenação ou pela maioria absoluta de seus membros.
§ 1º - As deliberações serão tomadas por maioria simples, observado o quórum da maioria absoluta dos membros.
§ 2º - A participação no Comitê constitui serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - O Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR constitui a instância de governança responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 8º - As Secretarias Municipais e os demais órgãos da Administração Pública prestarão o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:490960CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0175/2026

PORTARIA Nº 0175/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art. 1º - 10 dias de férias a partir de 26 de agosto de 2026, a servidora **NIRA DA ROSA**, portadora do RG sob Nº 5.xxx.xxx-2 e CPF 018.xxx.xxx-03, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos a 26 de agosto de 2026, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 27 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:476F4B29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

O Município de Boa Ventura de São Roque - PR, torna público que abrirá prazo para recebimento de propostas adicionais, para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE BANDAS/GRUPOS LOCAIS PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL DURANTE O EVENTO FESTVENTURA 2026, EVENTO ALUSIVO ÀS COMEMORAÇÕES DO 31º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.**
As propostas deverão ser apresentadas em documento que contenha a identificação completa da empresa e a indicação dos valores unitários e totais, devidamente assinadas pelo representante legal. O envio deverá ser realizado por meio do endereço eletrônico licitacao@boaventura.pr.gov.br. As demais condições de participação encontram-se descritas no Termo de Referência.

TIPO:		Menor Preço por item.
ENVIO DE PROPOSTAS:		De 28 de Agosto de 2026 às 00h01min.
		Até 03 de Setembro de 2026 às 00h00min.

INFORMAÇÕES: Esclarecimentos e anexos poderão ser solicitados junto ao Agente de Contratação do Município de Boa Ventura de São Roque, Paraná, pelo telefone 0800 115 91 91, pelo e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br ou diretamente no Departamento de Licitações, localizado no Paço Municipal, Rua Moisés Miranda, nº 422, Centro.
A pasta técnica, contendo o inteiro teor deste Aviso, bem como seus eventuais modelos, adendos e anexos, estará disponível para consulta no endereço eletrônico https://boaventura.pr.gov.br, na aba "Licitações".

Boa Ventura de São Roque, 27 de Agosto de 2026.

SILAS DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto 34/2025

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:BB31BF7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 237/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 237/2026

SÚMULA: AUTORIZA A UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA FESTVENTURA 2026,

DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E DESIGNA A COMISSÃO ORGANIZADORA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ESPECIALMENTE PELO ART. 94-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

CONSIDERANDO a realização da FestVentura 2026, nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO o interesse público na realização de evento destinado à promoção cultural, turística, econômica e social do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar a Praça de Alimentação, garantindo segurança, higiene, acessibilidade, diversidade de produtos, adequada circulação do público e ordenamento dos espaços;
CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e o Processo Administrativo nº 001/2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 94-A da Lei Orgânica do Município de Boa Ventura de São Roque, que admite autorização de uso de bem público para atividades específicas e transitórias mediante Decreto;
CONSIDERANDO o interesse público na participação gratuita de entidades sem fins lucrativos na modalidade Social/Institucional, possibilitando a arrecadação destinada às suas próprias finalidades institucionais;

DECRETA:
Art. 1º: Fica autorizada, de forma específica, temporária e precária, a utilização dos espaços públicos destinados à **Praça de Alimentação da FestVentura 2026**, localizada no espaço destinado à realização do evento, no pátio da Igreja Ucraniana São Miguel Arcanjo, no Município de Boa Ventura de São Roque/PR, exclusivamente durante a realização da FestVentura 2026.
Art. 2º A utilização dos espaços será destinada aos participantes selecionados mediante o **Edital de Chamamento Público nº 001/2026**, observadas as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e nos respectivos Termos de Autorização Temporária de Uso.
Art. 3º
A autorização prevista neste Decreto terá caráter:
temporário;
precário;
pessoal;
intransferível;
vinculado exclusivamente à realização da FestVentura 2026.
Parágrafo único. A autorização não gera direito adquirido, preferência ou expectativa de utilização dos espaços em futuras edições do evento.
Art. 4º: Os participantes comerciais deverão recolher ao Município os valores estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, sendo:
R$ 1.000,00 (mil reais) por espaço para o Comércio Local;
R$ 2.000,00 (dois mil reais) por espaço para o Comércio de Outros Municípios.
Art. 5º: Fica autorizada a gratuidade dos espaços destinados à modalidade **Social/Institucional**, exclusivamente para entidades sem fins lucrativos enquadradas nas condições estabelecidas no Edital.
Parágrafo único. A gratuidade prevista neste artigo é concedida em razão do interesse público na participação de entidades sem fins lucrativos e deverá ser utilizada exclusivamente para arrecadação destinada às próprias finalidades institucionais da entidade.
Art. 6º: Fica designada a **Comissão Organizadora da Praça de Alimentação da FestVentura 2026**, composta pelos seguintes servidores:
Vilsinei Bernardino de Ramos;
José Luiz Rodrigues de Quadros;
Crisieli Kloster Leite;
Nardina Pereiras dos Santos.

Art. 7º: Compete à Comissão Organizadora:
analisar a documentação dos interessados;
organizar e distribuir os espaços da Praça de Alimentação;
acompanhar a montagem e desmontagem dos espaços;
orientar os participantes quanto às regras do Edital e do presente Decreto;
acompanhar o funcionamento da Praça de Alimentação;
registrar ocorrências durante o evento;
solicitar a correção de irregularidades;
determinar, quando necessário e dentro de sua competência, a retirada de produtos, equipamentos ou estruturas não autorizadas;
comunicar aos órgãos competentes situações que dependam de fiscalização sanitária, segurança, defesa civil ou outra fiscalização especializada;
elaborar a Ata de Ciência e Concordância dos participantes;
elaborar a Ata de Encerramento da Praça de Alimentação após o término do evento;
juntar ao Processo Administrativo nº 001/2026 os documentos e registros relativos ao procedimento.
Art. 8º: A Comissão Organizadora não poderá receber, administrar ou movimentar valores relativos às autorizações de uso.
Parágrafo único. Todos os pagamentos deverão ser realizados diretamente aos cofres municipais, por meio dos canais oficiais indicados no Edital de Chamamento Público nº 001/2026.
Art. 9º: Os participantes deverão observar integralmente:
o Edital de Chamamento Público nº 001/2026;
o respectivo Termo de Autorização Temporária de Uso;
as orientações da Comissão Organizadora;
as normas sanitárias, de segurança, acessibilidade, prevenção de incêndios e demais normas legais aplicáveis.
Art. 10º: A presente autorização não substitui as licenças, autorizações ou demais documentos eventualmente exigidos por órgãos competentes para o exercício das atividades desenvolvidas pelos participantes.

Art. 11º: A utilização dos espaços deverá restringir-se às áreas e atividades autorizadas, sendo vedada a cessão, transferência, sublocação ou compartilhamento do espaço com terceiros sem autorização expressa da Administração Municipal.
Art. 12º: O descumprimento das disposições do Edital, do Termo de Autorização, deste Decreto ou das normas aplicáveis poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, observada a legislação vigente e, quando aplicável, o contraditório e a ampla defesa.
Art. 13°: A autorização de uso prevista neste Decreto fica limitada ao período necessário à montagem, funcionamento e desmontagem da Praça de Alimentação da FestVentura 2026, respeitado o limite previsto no art. 94-A, §4º, da Lei Orgânica Municipal.
Art. 14º: Este Decreto deverá ser juntado ao Processo Administrativo nº 001/2026 e divulgado pelos meios oficiais do Município.
Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 27 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:C49CDB08

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 238/2026

DECRETO N.º 238/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 383.000,00 (trezentos e oitenta e três mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 383.000,00 (trezentos e oitenta e três mil reais), mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.001	Departamento de Pessoal	
4.122.301.2.10	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
350	0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
710	0000 Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
760	0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	123.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.365.521.2.47	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2380	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	220.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2440	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
	SUBTOTAL	240.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.87	AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3930	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	**383.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
830	0000 Recursos Ordinários (Livres)	13.000,00
	SUBTOTAL	13.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.87	AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3900	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	33.000,00

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	240.000.00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	110.000.00
	TOTAL	350.000,00

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 27 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:3EDCBB41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 95/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 95/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: COMPEC - COMER DE PEÇAS E SERV P TRATORES LTDA ME.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SERVIÇOS MECÂNICOS, TROCA DE ÓLEO E ALINHAMENTO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

VALOR DO CONTRATO: R$ 292.768,50 (duzentos e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: Célio Roberto Ferreira .

Boa Vista da Aparecida – PR, em **27 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:E6C6015A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 11/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 11/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: GERALDO CESAR JUNG LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO UNIFICADO INTERGERACIONAL DE ASSISTÊNCIA E REFERÊNCIA SOCIAL - CUIDAR, LOCALIZADO NA RUA ARISTIDES MORTEAN, S/N, BAIRRO IGUAÇU, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR., COMPREENDENDO

TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHAS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO..

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 1.235.400,00 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais)**.**

VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 1.336.979,29 (um milhão, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e nove mil e vinte e nove centavos).

VALOR DO CONTRATO GLOSADO: R$ 1.292.473,31 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e um centavos).

Boa Vista da Aparecida – PR, em **27 de agosto de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:90FBB9E1

LICITAÇÃO
TERMO DE ERRATA E RETIFICAÇÃO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025:

TERMO DE ERRATA E RETIFICAÇÃO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025:
Com intuito de corrigir o erro material, por não se tratar de reajuste de contrato, verificado no TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N°66/2025 datado de 26 de agosto de 2026, e conforme orientação e a pedido do Paraná Cidade segue as alterações feitas no Aditivo e também no EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025:

Onde se lê:
Cláusula Primeira – Do Reajuste
Fica reajustado em 8,34% (oito vírgula trinta e quatro porcento) o valor original do contrato, correspondendo, em real, ao montante de R$ 44.531,25 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), passando o valor de R$ 533.971,62 (quinhentos e trinta e três mil e novecentos e setenta e um mil e sessenta e dois centavos) para o valor total de R$ 578.502,87 (quinhentos e setenta e oito mil e quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos), em razão da medição final.
Leia-se:
Cláusula Primeira – Do Valor
Fica aditado em 8,34% (oito vírgula trinta e quatro porcento) o valor original do contrato, correspondendo, em real, ao montante de R$ 44.531,25 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), passando o valor de R$ 533.971,62 (quinhentos e trinta e três mil e novecentos e setenta e um mil e sessenta e dois centavos) para o valor total de R$ 578.502,87 (quinhentos e setenta e oito mil e quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos), em razão da medição final.

Onde se lê:
VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 533.971,62 (quinhentos e trinta e três mil e novecentos e setenta e um mil e sessenta e dois centavos).

VALOR DO CONTRATO REAJUSTADO: R$ 578.502,87 (quinhentos e setenta e oito mil e quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

VALOR DO CONTRATO GLOSADO: R$ 532.188,68 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Leia-se:
VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 533.971,62 (quinhentos e trinta e três mil e novecentos e setenta e um mil e sessenta e dois centavos).

VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 578.502,87 (quinhentos e setenta e oito mil e quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

VALOR DO CONTRATO GLOSADO: R$ 532.188,68 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Permanecem inalteradas, válidas e ratificadas todas as demais cláusulas, condições e repactuações estabelecidas no TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N°66/2025, e do EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025, qual essa Errata passa a fazer parte integrante para todos os fins de direito.

Boa Vista da Aparecida, 27 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:5A175595

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 736/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 736/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 6º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÃO** no valor de **R$ 307.100,00 (Trezentos e sete mil e cem reais)** com a seguinte especificação:

	07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
F1000	07.001.04.123.0005.2.009 – Tesouraria e Administração Financeira		
115	3.3.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	R$	150.000,00
TOTAL		**R$**	**150.000,00**
	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
F1000	08.001.20.606.0025.2.041 – Apoio e Promoção Agrária		
958	4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	157.100,00
TOTAL		**R$**	**157.100,00**
TOTAL GERAL		**R$**	**307.100,00**

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto na forma do artigo 1º é indicado como recurso, a redução parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

	02 – GABINETE DO PREFEITO		
F1000	02.001.04.122.0003.2.002 – Encargos com o Gabinete do Prefeito		
1	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	157.100,00
F1000	02.001.04.122.0003.2.004 – Comunicação Social e Publicidade		
11	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	50.000,00
F1000	02.001.14.422.0021.2.037 – Alistamento Militar e Documentação		
12	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	100.000,00
TOTAL		**R$**	**307.100,00**

Art. 3º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 5º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:AD6348D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 759 /2026

Dispõe sobre a designação de representantes do Município de Bocaiúva do Sul para atuação junto ao Programa Leite das Crianças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a designação dos representantes municipais para atuação junto ao Programa Leite das Crianças;
CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Ofício nº 143/2026;
DECRETA:
Art. 1º Ficam designadas as servidoras abaixo relacionadas para atuarem como representantes do Município de Bocaiúva do Sul junto ao **Programa Leite das Crianças**:
I – Representante Titular:
MICHELE MARIA MOREIRA CARDOSO, CPF nº 109.046.229-83, ocupante do cargo de Coordenadora do CRAS de Bocaiúva do Sul.
II – Representante Suplente:
DAIANE DE MATTOS DOS SANTOS, CPF nº 092.317.839-20.
Art. 2º As representantes designadas deverão exercer as atribuições inerentes à representação municipal junto ao Programa Leite das Crianças, observando as normas, orientações e procedimentos estabelecidos pelo Comitê e pelos órgãos responsáveis pela execução e acompanhamento do Programa.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 27 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Emmily Isabella Castilho Ribeiro
Código Identificador:45814438

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 760/2026 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE SAÚDE DE BOCAIÚVA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 760/2026

SÚMULA: Nomeia membros do Conselho Municipal de Saúde de Bocaiúva do Sul E dá outras providências.

JOÃO DE LIMA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 85 da Lei n°13 de 2005.**
DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE (CMS),** conforme abaixo especificado:

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Maria Elizabete de Siqueira Rocha

VICE- PRESIDENTE

Leila Franco Abrahao

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Alexandre Narozny de Carvalho.

TESOREIRA

Virginia Beatriz Maciel.

TRABALHADORES DA SAÚDE

SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Delegada: Leila Franco Abrahão.
Suplente: Marina Giacomitti Furlan.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ (CRF)

Delegado: Jucivaldo Pedro Rocha Chaves.
Suplente: Francisco José Borges Ferreira.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM

Delegado: Virginia Beatriz Maciel.
Suplente: Josiane de Fatima da Silva Moreira Aoki.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO (CREFITO-8)

Delegada: Jaqueline Suellen Broto.
Suplente: Luciana Ventura de Pina.

GESTOR

Delegado: Alexandre Narozny de Carvalho.
Suplente: Kaira Figueró.

Delegado: Marcos Antonio Longhi de Toledo Filho.
Suplente: João Carlos Bandeira dos Santos.

PRESTADORES DE SERVIÇO

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAES E AMIGOS EXCEPCIONAIS

Delegada: Jocélia Bueno do Nascimento Castro.
Suplente: Daniela Renata dos Santos Petters.

LABAN - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Delegada: Roseli do Rocio Bernardi.
Suplente: Jeverson Haas Gomes.

USUÁRIOS

ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS SÃO MARCOS

Delegado: Antônio Maschio Machado.
Suplente: Célia de Franco Abrahão.

ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE TERAPÊUTICA VITÓRIA

Delegado: Victor Hugo Pires dos Santos.
Suplente: Jady Heloise Ferreira de Morais.

ASSOCIAÇÃO MARIA TEREZA

Delegada: Mary Elizabeth Kelliher.
Suplente: Sandra Regina Ferrari.

CAPELA SÃO JOÃO BATISTA OLARIA

Delegada: Maria Elizabete de Siqueira Rocha.
Suplente: Luiz Gonzaga Martins.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Delegado: Adilson Lenz.
Suplente: Sandra Natel dos Santos.

PASTORAIS SOCIAIS – PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO

Delegado: Luiz Guilherme de Franco Abrahão.
Suplente: Joaquim Bernardi Neto.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Delegado: João Edson Nodari.
Suplente: Cleiton Jose Rocha da Silva.

CASA DE ACOLHIDA DE IDOSOS CUIDADO DE ANJOS

Delegado: Gisele Gonçalves dos Santos de Oliveira.
Suplente: Lorena da Silva de Oliveira.

Art.2º - Revogada as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (27/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Crislayne Borges Chiquiti
Código Identificador:8F5B114D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - RESCISÃO CONTRATO 126/2026 – CHAMADA PÚBLICA 03/2025 INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL INTERNO
CONTRATADO: ROSIMARA DE FREITAS CAMARGO
CPF: XXX.114.XXX-24
DATA DA RESCISÃO: 27/08/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2026.

JOÃO DE LIMA

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:ED331535

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 212/2025

ADITIVO DE PRAZO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAR O PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL EM CONFORMIDADE COM LEI Nº 12.587 DE 03/01/2012, COM ÊNFASE NA MOBILIDADE ATIVA, O TRANSPORTE PÚBLICO E NA CIRCULAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA**.**

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA CULTURA

CNPJ: 78.350.188/0001-95

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 3 (TRÊS) MÊS, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 212/2025, CELEBRADO EM 26 DE AGOSTO DE 2025, COM FUNDAMENTO NA LEI 14.133/2021, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 27 DE AGOSTO DE 2026 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026.

BOCAIÚVA DO SUL, 24 DE AGOSTO DE 2026.

MOACIR DE JESUS
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:C77D10B7

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 89/2026

ADITIVO DE VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS

CONTRATADO: BRASLED ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 32.480.398/0001-05

TERMO ADITIVO: FICA ACRESCIDO AO CONTRATO Nº 89/2026 O VALOR DE R$102.519,80 (CENTO E DOIS MIL, QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS), TOTALIZANDO O VALOR DO CONTRATO PARA R$ 512.609,36 (QUINHENTOS E DOZE MIL, SEISCENTOS E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), EM OBSERVÂNCIA AO LIMITE LEGAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), PREVISTO NO ART. 124, INCISO I, ALÍNEA “B”, COMBINADO COM O ART. 125 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

BOCAIÚVA DO SUL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

MOACIR DE JESUS
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:10A2C6FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DECISÃO NORMATIVA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR
EXTRATO DE PARECER ADMINISTRATIVO E DECISÃO NORMATIVA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2026 *(Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 25/2026)*

• **Origem:** Departamento de Licitações e Contratos.
• **Objeto do Credenciamento:** Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva na rede de iluminação pública do Município de Bom Jesus do Sul – PR.
• **Assunto:** Aceitabilidade de Engenheiro Civil como Responsável Técnico e Validação de Acervo.
• **Requerente Originária:** Instaladora e Construtora VF Ltda. (estendendo-se os efeitos a todas as proponentes em idêntica situação).
• **Decisão:** O Agente de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Portaria Municipal nº 5800/2026**, resolve:

• **DEFERIR** o pleito formulado pela requerente originária e, em caráter geral e normativo, **ESTABELECER a plena aceitabilidade de profissionais diplomados em Engenharia Civil como Responsáveis Técnicos** hábeis de qualquer empresa proponente para o atendimento ao Edital de Credenciamento nº 08/2026, assegurando tratamento isonômico a todos os licitantes.
• **CONDICIONAR** a aceitação do Engenheiro Civil e de seus acervos técnicos (CATs) ao cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos perante a Comissão de Contratação:

• **I. Comprovação de Acervo Técnico (CAT):** Apresentação de CAT e Atestado de Capacidade Técnica de serviços de iluminação pública ou equivalentes em volume mínimo de 50% do estimado no edital (equivalente a pelo menos **125 horas** de serviço);
• **II. Vínculo Técnico:** Comprovante idôneo de vínculo do profissional com a proponente (CTPS, contrato de prestação de serviços ou contrato social).

• **VIGÊNCIA:** O entendimento normativo é de aplicação imediata e vinculante a todas as propostas apresentadas até o encerramento do prazo de vigência do edital (**26 de agosto de 2027**).

Bom Jesus do Sul - PR, 27 de agosto de 2026.

GABRIEL LEMES DA ROSA SCHERES
Agente de Contratação

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0FBBA76C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°162-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°162/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: KODILEO COMÉRCIO DE CORTINAS E DECORAÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção sob medida e instalação de cortinas e persianas, incluindo materiais (tecidos blackout e telas screen), acessórios (varões de alumínio, suportes, ilhós em inox e bandôs) e mão de obra técnica.
VIGÊNCIA: 27/08/2026 à 26/08/2027.
VALOR: R$ 24.989,00 (vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°35/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E539FBDD

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1213/2026

LEI Nº 1213/2026

> "Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em consonância com a Política Estadual de Alfabetização do Paraná e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização – PMA, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Sul, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, promovendo o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as unidades escolares, observando:

I – A Constituição Federal;
II – A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
III – A Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
IV – O Plano Nacional de Educação;
V – O Plano Estadual de Educação do Paraná;
VI – O Plano Municipal de Educação;
VII – A Política Estadual de Alfabetização do Paraná;
VIII – O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IX – As demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização observará os seguintes princípios:
I – Garantia do direito à aprendizagem;
II – Equidade;
III – Educação inclusiva;
IV – Valorização dos profissionais da educação;
V – Gestão democrática;
VI – Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VII – Participação das famílias;
VIII – Monitoramento permanente da aprendizagem;
IX – Colaboração entre Estado e Município.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – Assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada estudante;
II – Fortalecer as práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;
III – Promover formação continuada aos profissionais da educação;
IV – Realizar avaliações diagnósticas e acompanhamento sistemático da aprendizagem;
V – Desenvolver ações de recomposição das aprendizagens;
VI – Fortalecer a fluência leitora;
VII – Ampliar a participação das famílias no processo educativo;
VIII – Reduzir desigualdades educacionais.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
II – Formação continuada dos profissionais da educação;
III – Avaliação diagnóstica, formativa e somativa;
IV – Monitoramento da fluência leitora;
V – Acompanhamento individual da aprendizagem;
VI – Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – Atendimento educacional inclusivo;
VIII – Fortalecimento da gestão pedagógica;
IX – Uso de materiais didáticos e práticas pedagógicas alinhados às evidências científicas;
X – Participação da família e da comunidade.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – Coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – Elaborar normas complementares;
III – Promover formação continuada;
IV – Acompanhar indicadores de aprendizagem;
V – Realizar avaliações diagnósticas;
VI – Elaborar relatórios anuais de monitoramento;
VII – Articular ações com o Estado e a União no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será monitorada por meio de indicadores educacionais, avaliações diagnósticas, acompanhamento da fluência leitora, visitas técnicas e demais instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por decreto no prazo de até 10 (Dez) dias, estabelecendo os procedimentos para sua implementação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, 27 de agosto de 2026.

HÉLIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1623EE04

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1214/2026

LEI Nº 1214/2026

"Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Bom Jesus do Sul, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Bom Jesus do Sul, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.
Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura e se constitui como principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício no âmbito do Município de Bom Jesus do Sul.
Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico e deve ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Bom Jesus do Sul.
Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação, promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando, em primeiro plano, o interesse público e o respeito à diversidade cultural.
Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município planejar e implementar políticas públicas para:
I - Assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
II - Universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
III - Contribuir para a construção da cidadania cultural;
IV - Reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
V - Combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
VI - Promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
VII - Qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
VIII - Democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
IX - Estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
X- Consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
XI - Intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
XII - Contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que

possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.
Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, família, assistência social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.
Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:
I - O direito à identidade e à diversidade cultural;
II - O direito à livre criação e expressão;
III - O direito ao livre acesso à cultura;
IV - O direito à livre difusão;
V - O direito à livre participação nas decisões de política cultural;
VI - O direito autoral;
VII - O direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – (i) simbólica, (ii) cidadã e (iii) econômica – como fundamento da política municipal de cultura.
SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Bom Jesus do Sul, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme disposto no art. 216 da Constituição Federal.
Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.
Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.
Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana como instrumentos de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e as nações.
SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.
Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.
Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.
Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, desfrutar e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.
Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.
Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.
Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura enquanto:
I - Sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
II - Elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
III - Conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.
Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.
Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.
Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.
Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no
Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes

federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - Diversidade das expressões culturais;
II - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
III - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
IV - Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
V - Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
VI - Complementaridade nos papeis dos agentes culturais;
VII - Transversalidade das políticas culturais;
VIII - Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
IX - Transparência e compartilhamento das informações;
X - Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
XI - Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
XII - Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.
Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
II - Assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
III - Articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
IV - Promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
V - Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
VI - Estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I
DOS COMPONENTES

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - Coordenação:
a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II - Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
a) Conselho Municipal de Cultura;
b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.
III - Instrumentos de gestão:
a) Plano Municipal de Cultura – PMC;
b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
IV - Sistemas setoriais de cultura:
a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
b) Sistema Municipal de Museus – SMM;
c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;
d) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura as instituições, unidades, equipamentos e espaços públicos constituídos ou que venham a ser criados ou incorporados ao Município, destinados à promoção, preservação, valorização, difusão e desenvolvimento da cultura, compreendendo, entre outros:
I – Bibliotecas públicas municipais;
II – museus, memoriais e espaços de preservação da memória e da história local;
III – centros, casas e espaços culturais;
IV – teatros, anfiteatros e demais espaços destinados à realização de apresentações artísticas e culturais;
V – Galerias, salas de exposições e espaços destinados às artes visuais;
VI – centros, escolas e espaços municipais destinados à formação e capacitação nas áreas de música, dança, teatro, artes visuais, artesanato e demais manifestações artísticas;
VII – arquivos históricos e demais unidades destinadas à preservação, organização e disponibilização do patrimônio documental e cultural do Município;
VIII – espaços destinados à promoção e valorização das manifestações da cultura popular, tradicional e regional;
IX – Espaços públicos destinados à realização de eventos, festivais, feiras, exposições e demais atividades culturais;
X – Demais equipamentos, unidades e espaços culturais que venham a ser instituídos, adquiridos, construídos, incorporados ou reconhecidos pelo Poder Público Municipal.
Art. 36. São atribuições Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I - Formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
II - Implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
III - Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
IV - Valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
V - Preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
VI - Pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
VII - Manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
VIII - Promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;
IX - Assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
X - Descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
XI - Estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
XII - Estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
XIII - Elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - Captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
XV - Operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Cultura e dos Fóruns de Cultura do Município;
XVI - Realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
XVII - Exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.
Art. 37. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:
I - Exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
II - Promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
III - Instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultural e nas suas instâncias setoriais;
IV - Implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;
V - Emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Cultura;
VI - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
VII - Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
VIII - Subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
IX - Auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
X - Colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município;
XI- Coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado, deliberativo, consultivo e normativo, fiscalizador integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
§ 1º. O Conselho Municipal de Cultura tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.
§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Cultural que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.
§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.
§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Cultura deve contemplar a representação do Município de Bom Jesus do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.
Art. 40. O Conselho Municipal de Cultura será constituído por 8 titulares e igual número de suplentes, sendo 50% da representatividade da Sociedade civil e 50% do poder público, com a seguinte composição:
I – Membros titulares, e seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo Municipal;
II –Membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos setores e quantitativos previstos no Artigo 35 e que estejam constituídos na data em que for realizada a escolha.
§ 1º O Conselho Municipal de Cultura deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.
§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;
§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Cultura é detentor do voto de Minerva.
Art. 41. O Conselho Municipal de Cultura é constituído pelas seguintes instâncias:
I - Plenário;
II- Colegiados Setoriais;
III - Comissões Temáticas;
IV - Grupos de Trabalho;
V- Fóruns Setoriais e Territoriais.
Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Cultura, compete:
I - Propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;
II - Estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
III- Definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
IV- Estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
V- Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
VI- Apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
VII- Contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
VIII- Apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
IX- Apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.
XII - Contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
XIII - Acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.
XIV - Promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Cultura, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV - Promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;
XVI - Incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
XVII - Delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Cultural a deliberação e acompanhamento de matérias;
XVIII - Aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.
XIX - Estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Cultura.
Art.43. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.
Art.44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Cultural para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.
Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.
Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.
Art. 47. O Conselho Municipal de Cultura deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.
§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.
§ 2º. Cabe Secretaria Municipal de Educação e Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Cultura. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC, deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.
§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.
§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos representantes dos segmentos culturais existentes no município.

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - Plano Municipal de Cultura – PMC;
II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.
Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve o mesmo é submetido ao Conselho Municipal de Cultura e, que após apreciado e achado conforme pelos conselheiros, passa a ser cumprido pela secretaria responsável.
Parágrafo único. Os Planos devem conter:
I - Diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
II - Diretrizes e prioridades;
III - Objetivos gerais e específicos;
IV - Estratégias, metas e ações;
V - Prazos de execução;
VI - Resultados e impactos esperados;
VII - Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - Mecanismos e fontes de financiamento; e
IX - Indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de que devem ser diversificados e articulados.
Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Bom Jesus do Sul.
I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;
III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e
IV - Outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FMC
Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FNC, vinculado ao do Secretaria Municipal de Educação Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.
Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado do Paraná.
Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.
Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:
I - Dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Bom Jesus do Sul e seus créditos adicionais;
II - Transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
III - Contribuições de mantenedores;
IV - Produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
V - Doações e legados nos termos da legislação vigente;
VI - Subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
VII - Reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - Retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
IX - Resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;
X - Empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XIII - saldos de exercícios anteriores; e
XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura – SECULT na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:
I - Não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e
II - Reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.
§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, o Departamento Municipal de Cultura definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.
§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.
§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.
§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
§ 1º Poderá ser dispensada a contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.
§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.
§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.
§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.
§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61.A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.
§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados pelo Departamento Municipal de Cultura.
§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 62. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:
I - Avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;
II - Adequação orçamentária;
III - Viabilidade de execução; e
IV - Capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 64. Cabe a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.
§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.
§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:
I - Coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;
II - Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
III - Exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamento culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.
Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:
I - A qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
II - A formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V
DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:
I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
II - Sistema Municipal de Museus – SMM;
III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;
IV - Outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.
Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Cultura consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.
Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura, – SMC, conformando subsistemas que se conectam a estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.
Art. 74. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.
Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.
Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Cultura com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 77. O Fundo Municipal da Cultura–FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.
Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.
Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura–FMC.
Art. 79. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.
§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:
I - Políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;
II - Para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.
§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Cultura.
Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 81. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Cultura.
§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura acompanhará a conformidade da programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.
Art. 82. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.
§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.
Art. 83. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.
CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.
Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Cultura.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 86. O Município de deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.
Art. 87. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal,
a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 88. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul, 27 de agosto de 2026.

HÉLIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:26F1A307

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DL27/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Empresa **REVOLUX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 32.882.191/0001-59, com sede na Rua Dom Pedro, 1320, Rio Hern, na Cidade de Scheroeder, Estado de Santa Catarina, objetivando a contratação de empresa para aquisição de refletores LED 230W para reposição e manutenção do Ginásio Municipal de Esportes Augusto Angelo dos Santos de Bom Jesus do Sul, Paraná, com fundamento no Parecer Jurídico do Advogado do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)**, em favor da empresa **REVOLUX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, cujo pagamento far-se-á em parcela única, mediante emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 27 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DE0E705E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 442, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº 492-8/3, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **26 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **CEONC.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:130E85F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2026
DISPENSA DE VALOR N.º 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 06/2026
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY, inscrita no CNPJ sob o nº. **01.551.484/0001-20, situada à Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey/PR, CEP: 85430-000,** torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL,** nos termos artigo n.º 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	***DIA 01/09/2026, ÀS 17:00 HORAS***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	camarabraganeylicitacao@gmail.com
LINK DO EDITAL:	https://www.camarabraganey.pr.gov.br/imprensa/publicacoes/EDITAIS-DISPENSA-DE-LICITACAO/1/2023

1. DO OBJETO:
1.1. Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a **contratação de empresa prestadora de serviço em segurança do trabalho, a fim de orientação e elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Exames ocupacionais e Avaliações Psicossociais (NR-1) com o envio das informações para o E-Social para a Câmara Municipal de Braganey,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:
– **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;
– **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;
_ **ANEXO III** – DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI;

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Braganey, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Dotação – 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.– Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos – 001 – Recurso do Tesouro (Descentralizado).

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
Nos termos do art. 48 da Lei 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014, a participação nesta dispensa é EXCLUSIVA às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor individual (MEI)
O fornecedor deverá apresentar juntamente com a proposta de preço declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI nos termos da Lei 123/06.

VALOR ESTIMADO
O valor global estimado para contratação será de **R$ 1.870,00 (Um mil e oitocentos e setenta reais).**

PERÍODO PARA ENVIO/PROTOCOLO DA PROPOSTA DE PREÇOS EDOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
A presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a partir da data da divulgação no Sitio oficial da Câmara municipal de Braganey, sendo que a proposta de preços e os respectivos documentos de habilitação deverão concomitantemente serem encaminhados ao **e-mail:**

camarabraganeylicitacao@gmail.com, preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA.**
O protocolo também poderá ocorrer fisicamente na Câmara municipal de Braganey, no setor de protocolo, localizado à Avenida Arthur Pereira, nº 993, Centro, na cidade de Braganey/PR, CEP 85430-000.
Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentos de habilitação: **01/09/2026 às 17:00h.**

PROPOSTA DE PREÇOS
A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
As propostas de preços que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

HABILITAÇÃO JURÍDICA E FÍSICA
Condições de Habilitação
A vencedora da Dispensa deverá enviar a documentação por do endereço eletrônico camarabraganeylicitacao@gmail.com ou entregá-la pessoalmente no endereço Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey no prazo de até 03 (três) dias corridos, após o envio de e-mail de solicitação.
Os documentos de Habilitação a serem apresentados obedecem à regra do artigo 62 da Lei 14.133/2021, sendo:
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu;
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
Para o julgamento será adotado o critério de menor preço global, atendidas as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste Instrumento.
Encerrada a fase de recebimento de propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e compatibilidade do valor apresentado.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.
Não havendo oferecimento de propostas adicionais no prazo de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado.

DO PAGAMENTO
O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis, após a entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Poderá a Câmara municipal de Braganey revogar o presente Aviso de Dispensa de Licitação em razão do valor, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
A Câmara municipal de Braganey deverá anular o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara municipal de Braganey.
Será publicado no site oficial da Câmara Municipal de Braganey novas propostas contendo menor preço, disponível: https://www.camarabraganey.pr.gov.br/imprensa/publicacoes/EDITAIS-DISPENSA-DE-LICITACAO/1/2023.

Braganey, 27 de agosto de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente Da Câmara Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 06/2026

DO OBJETO
O objeto do presente termo de referência consiste na **contratação de empresa prestadora de serviço em segurança do trabalho, a fim de orientação e elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Exames ocupacionais e Avaliações Psicossociais (NR-1) com o envio das informações para o E-Social para a Câmara Municipal de Braganey.** Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Registro de Preços:
( ) SIM (x) NÃO

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R$	Valor Total R$
CNAE: 71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho					
01	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Com envio das informações para o E-Social	01	Un.	R$325,00	R$325,00
02	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) Com envio das Informações para o E-social	01	Un.	R$325,00	R$325,00
03	Exames periódicos Com envio das Informações para o E-social	05	Un.	R$80,00	R$400,00
04	Exames demissionais Com envio das Informações para o E-social	02	Un.	R$80,00	R$160,00
05	Exames admissionais Com envio das Informações para o E-social	02	Un.	R$80,00	R$160,00
06	Avaliações Psicossociais - Conforme Norma Regulamentadora -1(NR-1). Com envio das Informações para o E-social (caso necessite).	05	Un.	R$100,00	R$500,00
TOTAL:				**R$1.870,00**	

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Resolução n.º 09, de 25 de outubro de 2023.
Natureza do objeto:
Comum (X) Especial ( )
JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO
A contratação de uma empresa especializada em serviços de segurança do trabalho é fundamental para garantir a segurança e saúde dos colaboradores, bem como para cumprir as obrigações legais atualmente exigidas, tendo como objetivo atuar de maneira preventiva, com ações que visem eliminar ou atenuar os riscos ocupacionais do ambiente de trabalho.
O Legislativo Municipal necessita da presente contratação a fim de dar andamento e aprimorar o atendimento aos direitos dos agentes públicos no tocante às verbas trabalhistas, como por exemplo, adicional de insalubridade e periculosidade.
Pela legislação vigente, anualmente o Poder Legislativo ficará obrigado a fazer uma revisão nos programas, tendo em vista, que as condições de trabalho é algo mutável e exige reavaliação periódica

para o fim de trazer as informações reais e técnicas necessárias à correta implementação de políticas de folha de pagamento, nos termos da lei, informações que serão encaminhadas ao E-Social.
Para finalizar, o Legislativo Municipal não possui em seu quadro de servidores, o cargo de engenheiro ou técnico do trabalho, cargos habilitados para a emissão dos referidos documentos, justificando, portanto, a contratação.
É relevante para a Câmara Municipal manter em dia os documentos legais que integram a política de recursos humanos, além de ensejarem atualização periódica para que este órgão possa implementar uma correta política de pagamento salarial, com todos os critérios e exigências que a legislação prevê. Desta forma, a contratação é medida indiscutivelmente necessária.
Ainda, considerando que os laudos envolvem a avaliação dos locais de trabalho, categorias profissionais e estudos de cada cargo, o tipo de julgamento a ser adotado deverá ser o menor preço global, visto ser este o mais vantajoso para o Poder Legislativo.
Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Câmara Municipal de Braganey.

CRITERIO DE JULGAMENTO
A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço ( ) por item; ( ) por lote; (X) global.
Justificativa
A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se em razão da natureza integrada e complementar dos serviços que compõem o objeto da contratação, os quais envolvem a prestação de serviços especializados em Segurança e Saúde do Trabalho, compreendendo a orientação e elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, realização de exames ocupacionais, avaliações psicossociais, bem como o envio das respectivas informações ao eSocial.
Os serviços possuem relação direta entre si e dependem da integração das informações obtidas durante sua execução, sendo mais adequado que sejam realizados por uma única empresa especializada. A contratação conjunta permite maior uniformidade dos procedimentos, compatibilidade entre os documentos elaborados, centralização das informações, facilidade de acompanhamento e fiscalização e definição clara da responsabilidade técnica pela execução dos serviços.
A adoção do menor preço global também contribui para a economicidade e eficiência administrativa, evitando a necessidade de contratação e gerenciamento de diferentes fornecedores para atividades correlatas e interdependentes, o que poderia ocasionar dificuldades de coordenação, divergências de informações, duplicidade de procedimentos e aumento dos custos administrativos.
Dessa forma, considerando que o objeto constitui uma solução integrada de serviços de Segurança e Saúde do Trabalho, o julgamento pelo menor preço global mostra-se mais adequado ao interesse público, permitindo à Administração selecionar a proposta que apresente o menor dispêndio para a execução integral do objeto, desde que atendidas todas as especificações, condições e exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
A adoção desse critério encontra amparo no art. 33, inciso I, e art. 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelecem o menor preço como critério de julgamento e determinam a consideração do menor dispêndio para a Administração, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento de contratação.
Assim, o critério de menor preço global mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e compatível com a natureza dos serviços, garantindo a contratação de uma solução única, integrada e eficiente para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Braganey.

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
Condições de Habilitação
A vencedora da Dispensa deverá enviar a documentação por do endereço eletrônico camarabraganeylicitacao@gmail.com ou entregá-la pessoalmente no endereço Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey no prazo de até 03 (três) dias corridos, após o envio de e-mail de solicitação.
Os documentos de Habilitação a serem apresentados obedecem à regra do artigo 62 da Lei 14.133/2021, sendo:
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores;
Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu;
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário fiscal e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o participante desatender ás exigências habilitatórias, será examinada a proposta de menor valor subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda à presente Dispensa de Licitação.
Condições Especiais De Habilitação
A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto contratado, mediante apresentação obrigatória dos seguintes documentos:
Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência anterior na elaboração de PCMSO, PGR e realização de exames médicos ocupacionais;
Comprovante de inscrição e regularidade da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina (CRM), quando envolvida a prestação de serviços médicos;
Comprovante de inscrição e regularidade no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, quando houver envolvimento de engenheiro(s) ou técnico(s) de segurança do trabalho;
Além disso, os profissionais responsáveis técnicos pela prestação de serviços, com seus respectivos registros profissionais ativos (ex: CRM para Médico do Trabalho, CREA/CFT para Engenheiro/Técnico de Segurança do Trabalho);
Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa, que poderá ser demonstrada através de: carteira de trabalho (CTPS), contrato de prestação de serviços, Ficha de Registro de Empregado (FRE), contrato social, declaração de contratação futura, etc.
6.3. Condições Especiais De Contratação
Não se aplica ao objeto contratado.

MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO
Cronograma de prazos para execução:
Item 01 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) com envio das informações para o E-Social;
7.2.1 Inicio da execução será de 02 (dois) dias uteis apos a assinatura do contrato.
7.2.2 O serviço solicitado bem como documentos e anexos referente a execução do serviço deste Termo de Referência que se contrata poderão ser entregue no seguinte endereço: Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, ou pelo endereço eletrônico camarabraganeylicitacao@gmail.com ou camaramunicipalbraganey@hotmail.com .

7.2.3 A entrega do serviço deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.
7.2.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
7.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.2.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.2.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3 Item 02 - Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) com envio das Informações para o E-social;
7.3.1 Inicio da execução será de 02 (dois) dias uteis apos a assinatura do contrato. 7.3.2 O serviço solicitado bem como documentos e anexos referente a execução do serviço deste Termo de Referência que se contrata poderão ser entregue no seguinte endereço: Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, ou pelo endereço eletrônico camarabraganeylicitacao@gmail.com ou camaramunicipalbraganey@hotmail.com .
7.3.3 A entrega do serviço deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.
7.3.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
7.3.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.3.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.3.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.3.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 Item 03 - Exames periódicos com envio das Informações para o E-social;
7.4.1 Inicio da execução será 02 (dois) dias uteis apos a assinatura do contrato.
7.4.2 O serviço solicitado bem como documentos e anexos referente a execução do serviço deste Termo de Referência que se contrata poderão ser entregue no seguinte endereço: Avenida Arthur Pereira, n.º 993, Centro, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, ou pelo endereço eletrônico camarabraganeylicitacao@gmail.com ou camaramunicipalbraganey@hotmail.com .

7.4.5 A entrega do serviço deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.
7.4.6 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
7.4.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.4.8 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.4.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.4.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5 Item 04 - Exames demissionais com envio das Informações para o E-social;
7.5.1 A execução do serviço deverá ocorrer no prazo de até 7 (sete) dias úteis após recebimento da Nota de Empenho/ordem de entrega.
7.5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.5.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6 Item 05 - Exames adimissionais com envio das Informações para o E-social;
7.6.1 A execução do serviço deverá ocorrer no prazo de até 7 (sete) dias úteis após recebimento da Nota de Empenho/ordem de entrega.
7.6.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.6.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7 Item 06 - Avaliações Psicossociais - Conforme Norma Regulamentadora -1 (NR-1);
7.7.1 A execução do serviço deverá ocorrer no prazo de até 30 (dias) dias úteis após recebimento da Nota de Empenho/ordem de entrega.
7.7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.7.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.8 Obrigações Da Contratante
7.8.1 Receber o objeto de serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
7.8.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
7.8.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
7.8.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
7.8.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto de serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
7.8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7.9 Obrigações Da Contratada
7.9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
7.9.2 Efetuar a entrega do objeto de serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na

qual constarão as indicações referentes à: ao modelo, à procedência e ao prazo de validade;
7.9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
7.9.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias documentais e no precesso operacional;
7.9.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.9.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.9.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
7.10 Será permitida a Subcontratação:
( ) Sim (x) Não

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas e dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21 e do e do art. 6º da Resolução n.º 04/2023.
A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.
A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: qualidade nos serviços prestados de envio ao E-Social e exames periódicos ocupacionais e avaliações conforme descritos neste termo de referência.
A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.
O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas nos termos da legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.
Fica designado o servidor Bruno Gonçalves da Lomba, matrícula nº. 106, , para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.
A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O presente objeto se enquadra como serviço contínuo?
( ) SIM (x) NÃO

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.
Para fins de reajuste inflacionário do valor, tem-se que a data base será 14/08/2026, data em que se formalizou a pesquisa de mercado.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:
Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo o servidor responsável foi o Sr. Bruno Gonçalves da Lomba, nomeada como agente de contratação pela Portaria 14/2025.
A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 08/2023, especialmente nos termos do art. 5º, incisos II e IV. Nesse sentido, procedeu-se à consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com o intuito de identificar editais de licitação e contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa. **Todavia, não foram localizados parâmetros, registros compatíveis com a realidade da Câmara Municipal que pudessem ser utilizados como referência na composição da cesta de preços deste Termo de Referência.**
Complementarmente, realizou-se pesquisa direta junto a, no mínimo, 07 (sete) fornecedores, por meio do envio de solicitações formais de cotação, encaminhadas via e-mail.
Com base, nos processos acima citados, foi realizada pesquisa com no mínimo 07 (sete) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação via e-mail camarabraganeylicitacao@gmail.com para as seguintes empresas:
Exata Segurança e Medicina do Trabalho, com a razão social Bernardi e Xavier – Segurança e Medicina do Trabalho LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.083.931/0001-57, endereço eletrônico exatacorbelia@gmail.com, contato (45) 3242-1663, localizada á Rua Lírio, n.º 1854, sala 03, Centro, Corbélia - Pr CEP 85420-000, passou orçamento no montante de **R$1.870,00 (um mil e oitocentos e setenta reais).**
Importech SST – Saúde e Segurança do Trabalho LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 36. 533.938/0001-14, endereço eletrônico importechsst@gmail.com, contato (45) 3039-3509, localizada à Rua Recife, n.º 134, Centro, Cascavel - Pr, sala 02, CEP 58.810-030, passou orçamento no montante de **R$ 2.010,00 (dois mil e dez reais).**
Facilita Gestão de Riscos Ocupacionais LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 43.118.267/0001-90, endereço eletrônico, contato@facilitaocupacional.com.br ,comercial1@facilitaocupacional.com.br, contato (45) 99831-0029, localizado na Rua Recife, n° 348, Centro, Cascavel – Pr, CEP: 85.810-030, passou orçamento no montante de **R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)**
JC Seguranca e Medicina do Trabalho Ltda - Prime Gestão Medicina em Segurança do Trabalho, inscrita no CNPJ sob o n.º 53.675.451/0001-95 endereço eletrônico contato@primemedicinadotrabalho.com.br contato (45) 9 8806-8138, localizada na Avenida Brasil, n° 5431,Edifício Francisco Vaccas, sala 2, Centro, Cascavel – Pr, CEP: 85.812-030 passou orçamento no montante de **R$ 5.430,00 (cinco mil quatrocentos e trinta reais).**
Vizimed Segurança e Medicina do Trabalho entrou em contato via aplicativo WhatsApp mas não enviou orçamento no prazo conforme solicitação.
Engmed – Saúde e segurança do trabalho LTDA não se teve retorno do contato.
Genusclin Soluções em Segurança do Trabalho Ltda não se teve retorno do contato.
De forma sucinta, foram apresentados os seguintes orçamentos:

Bernardi e Xavier – Segurança e Medicina do Trabalho LTDA	R$ 1.870,00
Importech SST – Saúde e Segurança do Trabalho LTDA	R$ 2.010,00
Facilita Gestão de Riscos Ocupacionais LTDA	R$ 4.700,00
Prime Gestão Medicina em Segurança do Trabalho	R$ 5.300,00

10.13 A proposta que mais atendeu o critério de menor preço global foi da Empresa **Exata Segurança e Medicina do Trabalho**, com a razão social Bernardi e Xavier – Segurança e Medicina do Trabalho LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.083.931/0001-57, que passou orçamento no montante de **R$1.870,00 (um mil e oitocentos e setenta reais).**

DA FORMA DE PAGAMENTO
11.1. O pagamento, decorrente da entrega do(s) produto(s) objeto desta licitação, será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, no prazo de em até **30 (trinta) dias,** contados do recebimento definitivo dos produtos em cada autorização de fornecimento, após a

apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 25/08/2026

Aprovado em: 27/08/2026

BRUNO GONÇALVES DA LOMBA
Responsável Pela Emissão Do Termo De Referência
Diretor Geral
Agente De Contratação

ADRIANO DA SILVA
Presidente Da Câmara Municipal De Braganey

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
Dispensa de Valor n.º: 06/2026

PROPOSTA:

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Unt R$	Valor Total R$
1		Ex: mês	xx	xxx.xxx,xx	xxx.xxx,xx
VALOR TOTAL R$ →				R$ XXX.XXX,XX	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R$ xx.xxx,xx
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS
No valor da proposta apresentada estão inclusos os Impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas pertinentes à entrega do(s) objeto(s), bem como aquelas decorrentes de eventuais substituição(ões) do(s) mesmo(s).

Declaro que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Razão social
CNPJ Nº:
Endereço:
Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente
Local, de de 2026.

_____
Nome Completo (RG: xx.xxx.xxx-x / CPF: xxx.xxx.xxx-xx)
Representante Legal

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI

Dispensa de Valor n.º: 06/2026

A empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, sediada à xxxxxxx, representada pelo Sr. XXXXX, inscrito no CPF sob o nº xxxxxx, e portador da Cédula de Identidade RG nº xxxx, **DECLARA**, sob as penas da lei, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei complementar e no decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

Local, de de 2026.

_____
Nome Completo
Representante Legal

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:72AE1B39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0101/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 0101/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa BTS CONSTRUÇÕES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 59.331.000/0001-17, sediada na, RUA Rodolfo Cremm,4328 Jd. Colina Verde, na cidade de MARINGÁ, Estado do PR, CEP: 87035-480, neste ato representada pela **Sra** JESSY CIAN DOS SANTOS**,** portador do **CI/RG Nº. 133202250** e inscrito no **CPF/MF Nº. 098.128.509-02** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 056/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projeto Técnico Simplificado (PTS), com dimensionamento do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (SPCI), incluindo a realização de vistorias técnicas, levantamento de dados, elaboração de memoriais e demais documentos necessários, bem como a prestação de serviços para obtenção e emissão do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB, junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 7.900,00 (sete mil, novecentos reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e

rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de Agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:75FFDD22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 001 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/ 2025 INEXIGIBILIDADE Nº 025/ 2025

EXTRATO DO 001 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/ 2025
Inexigibilidade Nº 025/ 2025
CONTRATANTE: Município de Braganey, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: SENSUS DIGITAL -INFORMAÇÕES EM GESTÃO E CONTABILIDADE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação técnica continuada, atualização legislativa e suporte remoto voltado à área de contabilidade pública, por meio de plataforma digital online, com acesso a boletins técnicos, videoaulas, modelos de documentos, mentorias quinzenais, fóruns de discussão, comunidade técnica, ferramentas de inteligência artificial e atendimento especializado, visando à formação e ao aperfeiçoamento de servidores da administração pública municipal de Braganey-PR.
FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de execução e vigência contratual.
NOVA VIGÊNCIA: Até 15/08/2027.
CLÁUSULAS RATIFICADAS: Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais não modificadas por este termo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:664C4AC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 29/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 68/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 68/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor LOTE, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 29/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CENTER NUTRI OESTE COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	25.452.163/0001-36	R$ 17.835,00
CLARA NUTRI LTDA	60.857.270/0001-45	R$ 49.186,13
EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA	26.325.797/0001-90	R$ 28.000,00
ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	27.455.068/0001-11	R$ 116.986,16
N M LICITACOES LTDA	52.339.425/0001-23	R$ 49.822,34
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	R$ 277.392,28
RCA MATERIAIS MÉDICOS EPP	20.740.209/0001-07	R$ 25.788,00
TRIXIS MEDICAL LTDA	65.331.471/0001-28	R$ 46.935,78
VACCARIN & ALFF LTDA -ME	18.574.431/0001-27	R$ 42.123,50
Vtomas LTDA	44.735.088/0002-46	R$ 44.800,00
VTR COMERCIAL LTDA	52.932.346/0001-21	R$ 28.250,00

Braganey, 27 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:5781E114

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 56/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico N°. 56/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de Projeto Técnico Simplificado (PTS), com dimensionamento do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (SPCI), incluindo a realização de vistorias técnicas, levantamento de dados, elaboração de memoriais e demais documentos necessários, bem como a prestação de serviços para obtenção e emissão do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB, junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico N°. 56/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
BTS CONSTRUÇÕES LTDA	59.331.000/0001-17	R$ 7.900,00

Braganey, 27 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:1F70100C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO CHAMADA PÚBLICA N° 002.2026 - AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026
O **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná**, torna público que realizará **CHAMADA PÚBLICA**, com fundamento no art. 14, § 1º, da Lei Federal nº 11.947/2009 e nas Resoluções do

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE relativas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando à aplicação mínima de 45% dos recursos recebidos no âmbito do Programa, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 1.659.363,50 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DOS PROJETOS DE VENDA: até o dia **21 de setembro de 2026, às 17h30min**.
ABERTURA E JULGAMENTO: dia **22 de setembro de 2026**, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, situado na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Cafelândia/PR.
A documentação e os Projetos de Venda poderão ser apresentados presencialmente no Departamento de Compras e Licitações ou encaminhados por correspondência eletrônica para o e-mail **adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br**, observados os prazos e condições estabelecidos no Edital.
O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis no endereço eletrônico **www.cafelandia.pr.gov.br**. Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações pelo telefone **(45) 3241-4364** ou pelo e-mail acima indicado.

Cafelândia/PR, 27 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:92C6A609

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO CONCORRÊNCIA N° 008.2026 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 127/2026**, na modalidade **Concorrência n° 008/2026**, PROCESSO COMPRASGOV: Contratação: 987985-24/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço, tendo por objeto a implantação de iluminação pública no contorno viário situado entre as rodovias PR-547 e PR-180, compreendendo todos os serviços, materiais, equipamentos e demais elementos necessários à sua completa execução, em estrita conformidade com o Projeto Básico e/ou Executivo, os projetos técnicos, o Memorial Descritivo, a planilha orçamentária, as composições de custos e o cronograma físico-financeiro integrantes deste Edital. A obra compreende, entre outros serviços previstos nos documentos técnicos, a implantação da infraestrutura elétrica subterrânea, instalação de eletrodutos e caixas de passagem, condutores elétricos, entradas de serviço, quadros de distribuição, sistemas de aterramento, postes metálicos, luminárias LED, relés fotoelétricos, identificação dos circuitos, testes, medições, comissionamento e entrega do sistema em pleno funcionamento. O valor total estimado da obra é de R$1.020.277,79 (um milhão, vinte mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ocorrerá **15 de setembro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 27 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F2DD3268

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **CASA & CORES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 37.364.053/0001-00, endereço AV AMAMBAI, 2700 - CEP: 79949194 - BAIRRO: JARDIM PARAISO, CIDADE Naviraí/MS E-MAIL: pariscollorlicitacao@gmail.com. TELEFONE: (45) 99155-0123, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, VANESSA MORAES VILALBA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE PINTURA (MASSA ACRÍLICA, TINTA, SOLVENTE, DILUENTE, ROLO DE LÃ, PINCEL E CORRELATOS) PARA DAR CONTINUIDADE EFICIENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 86.457,60 (Oitenta e Seis Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Sete Reais e Sessenta Centavos).
Assinaturas: Junior Motter e VANESSA MORAES VILALBA
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:678E114C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **ZANELLI & BARROS DE SOUZA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 84.806.264/0001-27, endereço AVENIDA DESEMBARGADOR MUNHOZ DE MELLO, 354 - CEP: 85415000 - BAIRRO: centro, CIDADE Cafelândia/PR E-MAIL: zanellibarros@gmail.com, TELEFONE: (45) 3241-1402, neste ato

representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ANGELO ZANELLA BARROS DE SOUZA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE PINTURA (MASSA ACRÍLICA, TINTA, SOLVENTE, DILUENTE, ROLO DE LÃ, PINCEL E CORRELATOS) PARA DAR CONTINUIDADE EFICIENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Valor Total: R$ 42.550,00 (Quarenta e Dois Mil, Quinhentos e Cinqüenta Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ANGELO ZANELLA BARROS DE SOUZA
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:13CCBBB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro - CEP: 85415-049; Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: empresa **MINERAÇÃO CONCRETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 79.618.476/0001-40, endereço RODOVIA BR 369 - KM 458, S/N SALA 03 - CEP: 85420000 - BAIRRO: ZONA RURAL, CIDADE Corbélia/PR E-MAIL: mineracaotrevo.concreto@hotmail.com, TELEFONE: (45) 9 9800-7465, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) sócio administrador ou responsável legal, ROBINSON ALEXANDRE CANDIDO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CONCRETO USINADO.

Valor Total: R$ 918.811,00 (Novecentos e Dezoito Mil, Oitocentos e Onze Reais).
Assinaturas: Junior Motter e ROBINSON ALEXANDRE CANDIDO
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7D24C35C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.071/2026

Lei nº 2.071/2026.

Súmula: Institui o "Dia Municipal em Memória das Vítimas do Trânsito".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DO VEREADOR OSMAR FERREIRA (CHIQUINHO DA SAÚDE) E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o dia 7 de maio como o **"Dia Municipal em Memória das Vítimas do Trânsito."**

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 997/2009: Esta Lei é de autoria do Vereador Osmar Ferreira

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9EB64E5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 2.072/2026

Lei nº 2.072/2026.

Súmula: Institui o "Dia do Campista Católico" no Município de Cafelândia - PR.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, DE AUTORIA DO VEREADOR APARECIDO BATISTA DA SILVA (CIDOSOM) E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Cafelândia - PR, o **"Dia do Campista Católico",** a ser celebrado, anualmente, no dia 20 de Junho.

Parágrafo único. A data instituída por esta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Cafelândia-PR.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se campista católico o fiel que participa de acampamentos promovidos por organizações, comunidades ou autoridades da Igreja Católica Apostólica Romana, com o objetivo de vivência comunitária, formação espiritual, aprofundamento da fé, oração, celebração sacramental, partilha fraterna e convivência com a natureza, à luz dos ensinamentos evangélicos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 997/2009: Esta Lei é de autoria do Vereador Aparecido Batista da Silva

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4EA85B51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 065/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Publica nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública Municipal, Srta. Michelli Lazzeri, portadora do R.G. nº 9.***.806-6 II/PR, 02 (duas) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Erechim - Rio Grande do Sul, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 28 (vinte e oito) de agosto de 2026.
Horário de saída: 21h00min.

Motivo: Acompanhamento, assessoria e registro fotográfico e audiovisual das alunas da Casa da Cultura durante sua participação no Festival de Dança de Erechim - RS, incluindo a produção, organização e publicação dos materiais institucionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Data do retorno: 30 (trinta) de agosto de 2026.
Horário do retorno:21h00min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:0769EE73

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 066/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 066/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública, Sra. Cleide Meurer, portadora do R.G. nº 6.***.443-6, 02 (duas) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Erechim - Rio Grande do Sul, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 28 (vinte e oito) de agosto de 2026.
Horário de saída: 21h00min.

Motivo: Acompanhar e coordenar as meninas da Casa da Cultura durante sua participação no Festival de Dança de Erechim - RS.

Data do retorno: 30 (trinta) de agosto de 2026.
Horário do retorno:21h00min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:95CA980E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 067/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 067/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Públca, Sra. Elaine Regina Barbosa, portadora do R.G. nº 14.***.633- 8, 02 (duas) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Erechim - Rio Grande do Sul, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 28 (vinte e oito) de agosto de 2026.
Horário de saída: 21h00min.

Motivo: Acompanhar e coordenar as meninas da Casa da Cultura durante sua participação no Festival de Dança de Erechim - RS.

Data do retorno: 30 (trinta) de agosto de 2026.
Horário do retorno:21h00min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:973F1354

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIARIA Nº 068/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 068/2026.

SÚMULA: Concede Diárias a Secretária Municipal de Educação e Cultura nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Sra. Patricia Freitas Tenfen, portadora do R.G. nº 1.***.903-7, 02 (duas) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Erechim - Rio Grande do Sul, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 28 (vinte e oito) de agosto de 2026.
Horário de saída: 21h00min.

Motivo: Acompanhar e coordenar as meninas da Casa da Cultura durante sua participação no Festival de Dança de Erechim - RS.

Data do retorno: 30 (trinta) de agosto de 2026.
Horário do retorno:21h00min.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:857F9E48

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 425/2026 - DRH

PORTARIA N. º 425/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
TATIANE DOBERSTEIN	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	74401	10/08/2026	13/10/2026
CLAUDINEIA MARIA DE SOUZA ALBERTON	EDUCADOR INFANTIL	75451	11/08/2026	15/09/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 27 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:53D88A72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 222 - NOMEAÇÃO SECRETÁRIA DE ADMISTRAÇÃO

DECRETO Nº 222/2026

SÚMULA: Nomeia Secretário do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR partir de 27/08/2026, **JULIETE ANDRESSA BREGANHOLI**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário – S1, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - SEAFIPLAN, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se às disposições em contrário**.**

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao, 27º dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:0C442CF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 157/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 157/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: ILIZENI INES VOLTOLINI FERRARI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 4.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:326E8906

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 158/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 158/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: A. D. DAMINELLI - EIRELI
CNPJ/CPF: 10.749.758/0001-80
REPRESENTANTE LEGAL: ALINE DIAS DAMINELLI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 3.380,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:D35277C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 159/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 159/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL - EIRELI
CNPJ/CPF: 29.426.310/0001-54
REPRESENTANTE LEGAL: MATEUS DE SOUZA VIEIRA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 20.145,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 28/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:F694DF10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 160/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 160/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: CIRURGICA ITAMBÉ LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.847.096/0001-11
REPRESENTANTE LEGAL: HELTON YUDI HONDA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 6.108,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:3A0AF3B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 161/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 161/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 24.586.988/0001-80
REPRESENTANTE LEGAL: RENAN DIEGO RODRIGUES SALLA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 6.519,60
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:6036898B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 162/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 162/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: CIRURGICA PRIME LTDA
CNPJ/CPF: 46.116.717/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 849.067,50
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:2996A0B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 163/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 163/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 40.274.237/0001-85
REPRESENTANTE LEGAL: CARLA EVA PRICHOA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 20.070,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:DD6F426A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 164/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 164/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI
CNPJ/CPF: 25.279.552/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: MAICON UILIANS BACKES
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 33.276,60
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:30412037

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 165/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 165/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: JHONATAN BONI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 21.947,40
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:22CB2415

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 166/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 166/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: KADFAR MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 32.116.161/0001-31
REPRESENTANTE LEGAL: Valdiney de Abreu
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 7.200,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:B171C3BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 167/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 167/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 48.097.911/0001-05
REPRESENTANTE LEGAL: JULIANO LAMBERTI DIAS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 12.516,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:0C7AAC6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 168/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 168/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 04.470.877/0001-05
REPRESENTANTE LEGAL: EGON PAULO GRAMS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 67.446,40
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:46932BF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 169/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 169/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CNPJ/CPF: 07.752.236/0008-08
REPRESENTANTE LEGAL: LUCAS HENN NAGEL
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 81.620,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:EE328271

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 170/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 170/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ/CPF: 02.816.696/0001-54
REPRESENTANTE LEGAL: FERNANDO PARUCKER DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 23.762,76
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:18D3DA9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 171/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 171/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 81.706.251/0001-98
REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANA CAPELETTI
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 53.817,80
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:0190B60E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 172/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 172/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.
FORNECEDOR: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 35.959.514/0001-53
REPRESENTANTE LEGAL: SIMONE POZZEBON
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 18.468,20
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:CF804554

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 142/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 142/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2026
MODALIDADE PREGÃO Nº 51/2026

OBJETO: Aquisição de Vans e veículos em atenção as Resoluções do Governo do Estado/ Governo Federal, através dos protocolos 25.069.042-8, 25.685.368-0 e 25.685.389-2 e Proposta InvestSUS nº 087471630002500, os veículos deverão estar emplacados e plotados.
FORNECEDOR: GAMMAPAR NEGOCIOS LTDA
CNPJ/CPF: 54.554.322/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: DENIS LOFRANO TEIXEIRA DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 287.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:4E8AEDBE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 143/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 143/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/ 2026
MODALIDADE PREGÃO Nº 51/ 2026

OBJETO: Aquisição de Vans e veículos em atenção as Resoluções do Governo do Estado/ Governo Federal, através dos protocolos 25.069.042-8, 25.685.368-0 e 25.685.389-2 e Proposta InvestSUS nº 087471630002500, os veículos deverão estar emplacados e plotados.
FORNECEDOR: SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ/CPF: 26.991.097/0001-35
REPRESENTANTE LEGAL: BRIANNE CABRAL MARQUES
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 373.600,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 27/08/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:17A7B716

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 147 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA Nº 147/2026

SÚMULA: Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato, para atuar nos contratos pertinentes a Secretárias Municipais do Município de Califórnia.

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Artº. 1º Designar, para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato, exercendo todas as funções, as mesmas inerentes e designadas em legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Prefeitura do Município de Califórnia, Paraná, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VANIA CRISTINA MACHADO – Gestor de Contratos
ANA MARIA DOS SANTOS – Fiscal de Contratos
CARLOS ALBERTO VILAS BOAS – Fiscal de Contratos
CLAUDIO DE JESUS DA SILVA BORGES – Fiscal de Contratos
CLEVERSON PEDRO DE AGUIAR – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

JULIETE ANDRESSA BREGANHOLI – Gestor de Contratos
SILVANA MARY DA SILVA BATISTA – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

JULIETE ANDRESSA BREGANHOLI – Gestor de Contratos
DEISYELLE DE SOUZA – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MIRENE FÁTIMA DA COSTA DIAS – Gestor de Contratos
LETICIA KARYMEN FOLLADOR DE MELO – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OBRAS

VINICIOS GONÇALVES DE MELO LIMA – Gestor de Contratos
LUIZ FELIPE INACIO MACHADO – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

JULIANO PAZINI – Gestor de Contratos
JENIFFER HELEN TEODORO – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

LUIZ AUGUSTO FERREIRA – Gestor de Contratos
RAFAELLI FERREIRA DE ALMEIDA – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

LUCAS ANTÔNIO MELO DE OLIVEIRA – Gestor de Contratos
MARCELO LUIZ SANTOS – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

WALCIR HENRIQUE DE DEUS – Gestor de Contratos
WILLIAN DE LUCAS ANANIAS PIRES – Fiscal de Contratos

CHEFIA DE GABINETE

ADAUTO ASSIS – Gestor de Contratos
GABRIEL REZES DE ARAÚJO – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL, TURISMO E CULTURA

IZAIAS PALMA LOPES – Gestor de Contratos
JAIR VALDIR DERETTI – Fiscal de Contratos

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, IDOSO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

JULIETE ANDRESSA BREGANHOLI – Gestor de Contratos
TALITA DE ALMEIDA – Fiscal de Contratos

Artº. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito de todo e qualquer contrato firmado, pertinente e secretaria designada.

Artº. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 137/2026 de 12/08/2026, publicada no Diário Oficial dos Munucípios, entrando a presente em vigor a partir desta data.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 27° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:C48C45DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
EXTRATO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026

EXTRATO CONTRATO 07/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA ATENDER À DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPINA DO SIMÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Pedro Seleme, 3462, centro, Cep: 85.148-000, Estado do Paraná, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º **01.663.274/0001-23**, neste ato representado pelo seu presidente, o Sr. **Estevão da Cruz Petricovski.**

CONTRATADA: ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE, inscrita no **CNPJ Nº 32.816.440/0001-08**, localizada na Rua Minas Gerais n° 684, Bairro dos Estados, Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85035-040, neste ato representada por seu Sócio Administrador **Sr. Alexandre Augusto Viante**.

VALOR: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)

VIGÊNCIA: 26 DE AGOSTO DE 2027.
ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2026
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:F2932BB7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 35/2025-PMCS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 51/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA DE CAMINHÃO BASCULANTE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 51/2025
PAULO RICARDO CONSTRUÇÕES LTDA, sediada na Rua Afonso Botelho, nº 1610 – Bairro Santa Cruz Cep: 85012-030, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 60.250.103/0001-31 doravante designada EMPRESA DETENTORA DA ATA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Paulo Ricardo de Freitas Pinto.

VALOR: R$ 568.800,00 (Quinhentos e Sessenta e Oito Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA: 26 DE AGOSTO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:E07E51E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO

PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2024-PMCS
CONTRATO Nº 114/2024

SEGUNDO ADITIVO – PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM AOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE, QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: MINEIA SCARIOT BRUSKE-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.639.875/0001-51**, sediada na Rodovia do Caqui, 1710, Loja 01 e Apto. 05, Araçatuba, Cep. 83.430-000 Campina Grande do Sul – PR, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Mineia Scariot Bruske**, brasileira, casada, sócia administradora.

PRAZO ADITIVADO: 12 (doze) meses.
VALOR ADITIVADO: R$ 40.075,00 (quarenta mil e setenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 10 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:E07790DF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO
CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2023-PMCS

QUARTO ADITIVO – PRAZO DE VIGÊNCIA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DE CREDITOS, INCLUINDO RECEBIMENTO E REPASSE DE VALORES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS ÁGUAS PR/SP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º **77.984.870/0001-77**, pessoa Jurídica de direito privado, situada à Rua Das Flores, 506, Conradinho, CEP: 85.045-300 Guarapuava - Pr, neste ato representada por **Valmir Dzivielevski e Eric Ranullfo Martins.**

VIGÊNCIA: 28 DE AGOSTO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:98CB718F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
Comunico que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 58/2026, tendo como objeto SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBAS DE ÁGUA SUBMERSA E COMPONENTES ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL, realizado em 01/06/2026, teve o LOTE 01 considerado FRACASSADO.

Campina Grande do Sul, 27 de agosto de 2026.

RAFAEL CARLOS BERLEZE
Pregoeiro

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:3C66C89B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 704/2026

Exonera a pedido, GABRIELA BERQUO DIAS, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) Solicitação feita através do Protocolo n.º 5786/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **Exonera a pedido**, partir de 26 de agosto de 2026, a servidora **GABRIELA BERQUO DIAS,** matrícula n.º 3253, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/08/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:8235041E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 705/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR			
3.3.90.33.00.00	Passagens e despesas com locomoção	0103	417.000,00
TOTAL			**417.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete Mil Reais)), proveniente da fonte: 0103.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:9080EB16

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

Protocolo 1301/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO (Lei 13.019/2014) PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA E PARADESPORTIVA EQUOCAVALARIA,
CNPJ/MF Nº 29.138.520/0001-47

Parceiro: Associação Terapêutica e Paradesportiva Equocavalaria - ATPE
CNPJ/MF nº 29.138.520/0001-47

Objeto: 10 (dez) vagas para atendimento na modalidade equoterapia para crianças e adolescentes, em situação de risco e vulnerabilidade social, portador, ou não, de deficiência e transtorno global de desenvolvimento que sejam usuários do SUS – Sistema Único de Saúde

Vigência: 12 (doze) meses

Valor global: R$48.000,00

Trata-se de Dispensa de Chamamento Público (Lei nº 13.019/2014) para celebração de Termo de Fomento com a instituição parceira acima indicada.

As considerações trazidas pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde atendem ao interesse público e, de acordo com os pareceres do Sr. Procurador-Geral e do Sr. Controlador-Geral, obedeceram aos princípios constitucionais e aos termos legais, de forma que acato a justificativa e a homologo, para os devidos fins.

Determino que esta homologação esteja disponível na rede mundial de computadores – Internet – no site da Prefeitura do Município de Campo Magro, ainda na data de hoje, como forma de atender o art. 32, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014. Determino, ainda, seja publicada, em órgão oficial de comunicação, Diário Oficial deste Município, em data possível.

Campo Magro, 27 de agosto de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:11F3935B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.505/2026

Dá nova redação ao art. 85 da Lei Municipal nº 728/2012, para dispor sobre a gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.: O art. 85 da Lei Municipal nº 728/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 85. Fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, vinculado ao custeio de ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o plano regional de saneamento básico e ambiental, cuja realização é de competência do Município e não constitui obrigação contratual do prestador.

§1º Constituem recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I – dotações orçamentárias;
II – o produto das multas arrecadadas pelo Poder Público Municipal, oriundas de infrações ambientais tipificadas em lei;
III – recursos pagos por pessoas físicas ou jurídicas que, independentemente de ação judicial, procurem reparar o dano ambiental oriundo de sua atividade ou obra;
IV – doações ou legados recebidos de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos e privados, nacionais, estrangeiros e internacionais;
V – contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
VI – recursos resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas ou privadas, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;
VII – rendimentos de qualquer natureza auferidos como remuneração decorrente da aplicação de seu patrimônio;
VIII – outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico;
IX – royalties ecológicos;
X – rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta de natureza ambiental promovidos pelo Ministério Público no Município de Campo Magro, ou de condenações cíveis e criminais de natureza ambiental;
XI – repasses mensais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR relativos ao seu faturamento no Município de Campo Magro, bem como recursos da exploração de águas para abastecimento público;
XII – taxas de licenciamento ambiental.

§2º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes situações:

I – desassoreamento de corpos hídricos e drenagem no perímetro de Campo Magro;
II – contratação de equipamentos para realização de obras de drenagem, desassoreamento e infraestrutura;
III – contratação de projetos para recuperação ambiental, saneamento e infraestrutura;
IV – aquisição de bens móveis, material de consumo e equipamentos;
V – aquisição de mudas para arborização, florística e paisagística da cidade;
VI – pagamento de coleta e tratamento de resíduos sólidos e recicláveis;
VII – realização de obras de infraestrutura;
VIII – aquisição de material gráfico para realização de palestras, orientação da população e educação ambiental;
IX – realização de parceria pública e/ou privada em questões de sustentabilidade, mediante convênios ou congêneres;
X – contratação e implantação de programas e projetos de proteção animal e equilíbrio dos ecossistemas.

§3º Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente aprovar, fiscalizar e definir as diretrizes do Plano de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, com a participação de representantes da sociedade civil ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico.

§4º O Fundo Municipal de Saneamento Básico será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente ou órgão equivalente, à qual competirá a gestão administrativa do Fundo, cabendo-lhe a gerência e a aplicação dos recursos mediante Plano de Aplicação, que deverá ser apresentado, aprovado, deliberado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente e homologado pelo Prefeito Municipal.

§5º A atribuição da gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico deve ter aprovação expressa do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente."

Art. 2º.: Ficam expressamente revogados o §4º do art. 85 da Lei nº 728/2012, na redação dada pela Lei nº 1.364/2024, e qualquer outro dispositivo introduzido por legislação superveniente que atribua ao Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente, ou a órgão diverso da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, a gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como qualquer disposição em sentido contrário ao disposto nesta Lei.

Art. 3º.: As demais disposições da Lei nº 728/2012 permanecem inalteradas.

Art. 4º.: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 27 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:35BF1219

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/2026
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: KONSERV SISTEMA DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 03.803.992/0001-83
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados, para diversas funções em regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração
DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo 4171/2026, fica prorrogado a vigência e o prazo de execução, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 25 de julho de 2026 para 25 de janeiro de 2027
DO VALOR: O valor previsto para fazer frente à execução do aditivo é de R$ 1.485.788,28 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos)
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, passando de 25 de julho de 2026 para 25 de janeiro de 2027
DATA DE ASSINATURA: 25 de julho 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:10341AB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 008/2026
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: KONSERV SISTEMA DE SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 03.803.992/0001-83
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados, para diversas funções em regime de dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração

DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo 4169/2026, fica prorrogado a vigência e o prazo de execução, pelo período de 12 (doze) meses, passando de 30 de julho de 2026 para 30 de janeiro de 2027.
DO VALOR: O valor previsto para fazer frente à execução do aditivo é de R$ 385.710,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dez reais)
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, passando de 30 de julho de 2026 para 30 de janeiro de 2027
DATA DE ASSINATURA: 30 de julho 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:8D724EDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 53/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 034/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MATHEUS BEZERRA DE SOUZA
CNPJ: 40.115.973/0001-90
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro, compreendendo o fornecimento, instalação e conserto de chaves e fechaduras, para atender às necessidades das secretarias municipais de Campo Magro.
VALOR TOTAL: R$ 60.450,00 (Sessenta mil, quatrocentos e cinquenta reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato
DATA DE ASSINATURA: 25 de agosto de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D384F0BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 54/2026 ORIGINÁRIO DA DISPENSA 035/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADO: MEDWITT MEDICINA LTDA
CNPJ: 39.400.075/0001-03
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina ocupacional, compreendendo a realização de exames clínicos admissionais, demissionais, exames clínicos de retorno ao trabalho e aplicação de testes psicológicos utilizando o inventário fatorial de personalidade – IFP-II, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas do município de Campo Magro
VALOR TOTAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: A empresa contratada deverá prestar os serviços de medicina ocupacional durante o período de 12 (doze) meses, conforme demanda da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas
DATA DE ASSINATURA: 25 de agosto de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:1D8797C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 315/2026

DATA: 10.08.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 415.000,00 (Quatrocentos e Quinze Mil Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:
03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO
03.001 - DIVISAO ADMINISTRATIVA
03.001.4.122.1004.2111.3.3.90.39.00.00.00 - Outr Sc R$ 15.000,00
00511/00511.01.07Taxas - Prestação de Serviços 15.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
05.001- DIVISÃO DE FINANÇAS
05.001.4.123.1005.2126-3.3.90.39.00.00.00.00 – Outr S R$30.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
05.003.4.121.1104.2119-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTR$10.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 10.000,00
09.000 - SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNIC SAUDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out R$330.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 315.000,00
00510/00510.01.07Taxas - Exercício Poder Polícia 5.000,00
00511/00511.01.07Taxas - Prestação de Serviços 10.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULT E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1092.1129-4.4.90.51.00.00.00.00–Obras R$30.000,00
00504/00504.99.99Outros Royalties e Compensações 30.000,00
Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
05.001 - DIVISAO DE FINANCAS
05.001.4.123.1005.2126-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outr S R$25.000,00
00511/00511.01.07Taxas - Prestação de Serviços 25.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
05.002 - DIVISAO TRIBUTOS, ARRECADAÇÃO E FISCALIZ
05.002.4.129.1014.2121-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serv T R$30.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 30.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
05.003.4.121.1104.2119-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serv T R$10.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 10.000,00
09.000 - SECRETARIA DE SAUDE - FUNDO MUNIC SAUDE
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
09.001.10.301.1038.2160-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$5.000,00
00510/00510.01.07Taxas - Exercício Poder de Polícia 5.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNC OBRAS, INFRAEST SERV PÚBL
13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
13.001.15.451.1010.2204-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat R$ 90.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 90.000,00
13.001.15.451.1010.2204-3.3.90.39.00.00.00.00 - Out R$ 110.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 110.000,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULT E PECUARIA
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
14.001.20.606.1015.2209-3.3.90.39.00.00.00.00- UT R$145.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários 115.000,00
00504/00504.99.99Outros Royalties e Compensações 30.000,00
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 10 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoaldo Antonio Dallazen
Código Identificador:E8D7FEB2

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 074/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 363/2026 de 27.08.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 074/2026 de 04.08.2026,** a presente licitação tem por objeto a aquisição de lixeiras para utilização nos espaços públicos da Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 241/2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço por item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***GESUL COMERCIAL EIRELI*** com o valor de ***R$ 27.390,00 (Vinte e sete mil trezentos e noventa reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 418/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 074/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: GESUL COMERCIAL EIRELI.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de lixeiras para utilização nos espaços públicos da Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 241/2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 27.390,00 (Vinte e sete mil trezentos e noventa reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 532 - 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.30.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:94E71615

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 142/2026 - EXTRATO CTO 417/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 142/2026.

Processo Adm. Nº 248/2026.
Solicitação Nº 296/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 81.610,00 (oitenta e um mil, seiscentos e dez reais), a favor da empresa ***PAULO CESAR ZANARDI-TORNEARIA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Piem, nº 258, Centro, município de Capitão Leônidas Marques-Pr, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.282.378/0001-13, para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 417/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 142/2026.
Processo Adm. Nº 248/2026.
Solicitação Nº 296/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: PAULO CESAR ZANARDI-TORNEARIA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

VALOR: R$ 81.610,00 (oitenta e um mil, seiscentos e dez reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 535 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.39.00 – 511, 504 e livre;**
*** 513 – 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.39.00;**
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:70BA4556

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO
DECRETO 337/2026

DECRETO Nº 337, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 008/2018, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Parcelamento e Remembramento do Solo Urbano no Município de Capitão Leônidas Marques e dá outras providências, especialmente em seus arts. 19, § 3º, e 26-A, § 3º, que estabelecem a atuação da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis na análise dos laudos técnicos de avaliação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimento administrativo adequado para a avaliação de imóveis de interesse do Município de Capitão Leônidas Marques;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior segurança, transparência e objetividade na apuração dos valores dos imóveis de interesse da Administração Pública Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica constituída a **Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis do Município de Capitão Leônidas Marques**, com a finalidade de analisar, realizar ou promover avaliações de imóveis de interesse do Município, bem como subsidiar os respectivos processos administrativos, observada a legislação aplicável.
Art. 2º Compete à Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, observada a legislação aplicável:
I – Analisar os laudos técnicos de avaliação apresentados nos processos administrativos, manifestando-se quanto à sua homologação ou não, nos casos previstos na legislação municipal;
II – Realizar ou promover avaliações de imóveis, quando necessário ao atendimento do interesse público municipal;
III – Atuar, especialmente, nos processos administrativos que envolvam:
a) aquisição de imóveis pelo Município;
b) alienação de imóveis pertencentes ao patrimônio municipal;
c) permuta de imóveis;
d) desapropriação, quando necessária a avaliação para instrução do respectivo procedimento;
e) doação ou recebimento de imóveis, quando necessária a apuração de seu valor;
f) locação ou outras formas de utilização de imóveis, quando necessária a avaliação do valor de mercado;
g) atualização ou regularização de valores patrimoniais de imóveis pertencentes ao Município;
h) avaliação de áreas ou imóveis para fins de parcelamento, loteamento ou desmembramento do solo, quando exigida pela legislação municipal;
i) demais situações em que a Administração Municipal necessite de avaliação de imóvel para instrução de processo administrativo de interesse público.
Art. 3º A Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis será composta por 5 (cinco) membros, sendo servidores públicos municipais e representantes da sociedade civil, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme segue:
PRESIDENTE:
ELEANDRO RUTH SCHMIDT
MEMBROS:
DAIANI GIRARDI VIEIRA
GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
CARLOS GIUSEPPE LUCIETTO
DIRCEU VITORASSI
§ 1º A composição da Comissão deverá assegurar a participação conjunta de servidores públicos municipais e representantes da sociedade civil, observada a qualificação e a experiência dos seus integrantes para o desempenho das atribuições de avaliação de imóveis.
§ 2º Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, independência e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.
§ 3º A participação na Comissão não implica alteração do vínculo funcional dos servidores municipais integrantes, nem gera vínculo funcional com o Município para os representantes da sociedade civil.
Art. 4º Compete ao Presidente da Comissão:
I – Coordenar os trabalhos da Comissão;
II – Convocar e conduzir as reuniões necessárias;
III – distribuir os processos e demandas entre os membros;
IV – Providenciar a elaboração e assinatura dos documentos, relatórios e manifestações produzidos pela Comissão;
V – Encaminhar os resultados das avaliações e manifestações da Comissão ao setor competente para o prosseguimento do processo administrativo;
VI – Adotar as demais providências necessárias ao regular funcionamento da Comissão.
Art. 5º Na análise ou realização das avaliações, a Comissão deverá considerar, sempre que aplicável, as características do imóvel, sua localização, dimensões, condições de conservação, utilização, infraestrutura disponível, características do mercado imobiliário, documentação apresentada e demais elementos técnicos necessários à adequada apuração do valor.
Parágrafo único. Quando necessário, a Comissão poderá solicitar aos órgãos e setores da Administração Municipal documentos, informações, cadastros, plantas, matrículas, dados fiscais e demais elementos necessários à análise ou realização da avaliação.
Art. 6º As avaliações e manifestações da Comissão deverão ser formalizadas mediante relatório, parecer ou documento técnico compatível com a natureza e a complexidade do objeto, contendo, quando aplicável, a identificação do imóvel, sua localização, características, metodologia utilizada, elementos considerados e valor apurado.
Art. 7º A Comissão poderá solicitar apoio técnico de servidores municipais ou de profissionais legalmente habilitados, quando a natureza da avaliação exigir conhecimento técnico específico, observada a legislação aplicável.
Parágrafo único. A atuação da Comissão não afasta a necessidade de elaboração de laudo ou avaliação por profissional legalmente habilitado, quando exigida pela legislação ou pela natureza do objeto.
Art. 8º As manifestações e avaliações realizadas pela Comissão terão caráter técnico-administrativo e servirão de subsídio à decisão da autoridade competente, não substituindo as autorizações legais, legislativas ou os demais procedimentos exigidos pela legislação para cada hipótese.
Art. 9º Os membros da Comissão exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções ordinárias de seus respectivos cargos, salvo disposição legal em contrário.
Art. 10. Os trabalhos da Comissão serão realizados sempre que houver demanda da Administração Municipal ou necessidade de manifestação nos processos administrativos que envolvam avaliação de imóveis.
Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, observada a legislação vigente.
Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:5B52AD17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
APLICAÇÃO DE SANSÃO ADMINISTRATIVA DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.

PORTARIA Nº 361/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE SANSÃO ADMINISTRATIVA DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Decisão da Comissão Processante nomeada pela Portaria N.º 233/2026, e, em face dos elementos constantes no Processo instaurado;

R E S O L V E

Art. 1º - DETERMINAR a aplicação das penalidades abaixo relacionadas, em face da Empresa Papel e Caneta Express One Ltda, CNPJ 41.412.829/0001-89, tendo em vista a decisão da Comissão Processante, instaurada pela Portaria N.º 233/2026, para apuração de responsabilidade por ocorrência do descumprimento do contrato de fornecimento nº 138/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 035/2025.

Aplicação das seguintes penalidades:

I - MULTA no valor de **R$ 407,62** (quatrocentos e sete reais e sessenta e dois centavos), correspondente a 15% sobre o valor do contrato inadimplido, conforme cláusula Décima do contrato e artigo 156, §3º da Lei 14.133/21;
II - IMPEDIMENTO DE LICITAR e contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do Contrato de Fornecimento nº 035/2025 e artigo 156, §4o da Lei 14.133/21.
III - RESCISÃO do contrato nº 035/2025, por inexecução parcial, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
IV - Determinar que seja registrada a sanção no Cadastro Municipal de Fornecedores, conforme art. 161 da referida Lei;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, 27 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:45DFA48B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA CREDENCIAMENTO 013/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e sete do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 013/2026 de 12.08.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento futuro e eventual, de forma parcelada, de marmitas (refeições prontas acondicionadas em embalagem apropriada), visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Capitão Leônidas Marques – PR, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foram registrados, conforme protocolos em anexo ao processo, o interesse das seguintes empresas em se credenciarem: ***L G QUADRI RESTAURANTE LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 22.748.657/0001-74; ***IVETE TEREZINHA TREVISAN LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 24.931.535/0002-25; ***CHURRASCARIA TAVARES LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 52.606.041/0001-20; e ***RESTAURANTE TORRES LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 14.580.143/0001-24. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura dos envelopes. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e as solicitações de credenciamento e as cartas propostas. As empresas CHURRASCARIA TAVARES LTDA e RESTAURANTE TORRES LTDA deixaram de apresentar documentos de habilitação, por este motivo foram inabilitadas. As empresas restantes acima relacionadas, foram habilitadas e credenciadas, atendendo a todos os requisitos do edital. Foram considerados habilitados e credenciados os interessados que cumpriram todas as exigências do Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumpriram. As interessadas não habilitadas, poderão interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacao@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação, que exercerá o juízo de retratação e, caso mantenha sua decisão, o encaminhará à autoridade competente para julgamento. As interessadas que não foram habilitadas/credenciadas terão suas documentações disponíveis para serem retiradas por até 15 (quinze) dias da divulgação, bem como apresentar a documentação faltante por meio de novo protocolo. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. Fica aqui registrado que as empresas declaram ciência de que o fornecimento do objeto será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições para o fornecimento do objeto. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, os interessados serão comunicados via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Os atos administrativos que dizem respeito a este Processo de Credenciamento serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de Licitações e Contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar ou anular o procedimento de credenciamento, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital tem validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a efetiva contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, ficando então no aguardo de convocação para que possam também firmar o contrato de prestação de serviços, observada a necessidade e conveniência da administração. Nada mais havendo, estando em conformidade com as disposições do edital e tendo transcorridos todos os procedimentos legais, encerra-se esta sessão de julgamento e análise, cujos atos foram aqui registrados, lavrando-se esta Ata circunstanciada, a qual será assinada pelos membros da Comissão Julgadora, ficando no aguardo dos prazos para dar seguimento ao processo.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

KAUANY DAMIÃO GOMES
Membro

PATRICIA SINHORIN PRATES
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:34BDCC4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 407/2023. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 084/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato

devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI*, e de outro lado a empresa ***SUELI APARECIDA NOVAK FAGUNDES 04177502936,*** situada na Av. Iguaçu, 266, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000, inscrita no CNJP n. º 20.772.007/0001-39**,** neste ato representada legalmente por *SUELI APARECIDA NOVAK FAGUNDES*, inscrita no CPF sob n. º 041.775.029-36. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, e conforme previsão contratual, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência e de prestação de serviços para até mais 12 (doze) meses, (prestação de serviços de tapeçaria, para atuação no âmbito do município de Cap. L. Marques), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, mantidas as demais condições firmadas em 23 de agosto de 2023 e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado a vigência até 22.08.2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ratificam-se as demais disposições do Contrato não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

SUELI APARECIDA NOVAK FAGUNDES 04177502936
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:7BE2CD44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 408/2023. TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 085/2023.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, senhor *MAXWELL SCAPINI*, e de outro lado a empresa ***NELCI TEREZINHA DE OLIVEIRA NARDINO 05029641971,*** situada na Rua Sambaqui, 149, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000, inscrita no CNJP n. º 15.318.051/0001-33**,** neste ato representada legalmente por ***NELCI TEREZINHA DE OLIVEIRA NARDINO***, inscrita no CPF sob n. º 050.296.419-71. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de 21.06.93, e conforme previsão contratual, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência e de prestação de serviços para até mais 12 (doze) meses, (prestação de serviços de tapeçaria, para atuação no âmbito do município de Cap. L. Marques), em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, mantidas as demais condições firmadas em 25 de agosto de 2023 e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado a vigência até 25.08.2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ratificam-se as demais disposições do Contrato não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

NELCI TEREZINHA DE OLIVEIRA NARDINO 05029641971
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:F667409D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 084/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 355/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***G DA SILVA DORING,*** com sede na Av. Iguaçu, nº 322, Centro, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 11.693.782/0001-08, neste ato devidamente representada por sua Titular, Senhora *GRACIELI DA SILVA DORING,* portadora do CPF sob n. º 076.117.889-90. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:

Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até mais 12 (doze) meses, o reajuste (4,4430%) de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), na quantidade e valor nos itens 01, 03, 04, 06, 14, 15, 20, 22, 23, 24, 25, 28 e 29, contratado a favor da referida empresa, conforme Termo firmado em 28 de agosto de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência para até 28 de agosto de 2027, a partir do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

Modifica-se somente o valor contratado, conforme a aquisição de Uniformes/Fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para os Agentes da Defesa Civil do Município de Capitão Leônidas Marques-PR, em atendimento a solicitação da Defesa Civil, no limite de até vinte e cinco por cento do total de R$ 42.513,20 (quarenta e dois mil quinhentos e treze reais e vinte centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

G. DA SILVA DORING
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:22C089F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS PE 072/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 362/2026 de 27.08.2026.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 072/2026 de 30.07.2026,** destinado a aquisição de materiais de copa e cozinha, de limpeza e higienização, em atendimento às escolas e centros municipais de educação infantil, Secretaria Municipal de Educação e demais unidades vinculadas à SEMED, em atendimento a solicitação nº 204/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e

condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço Por item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***KF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA*** com os itens nº 01, 02, 08, 24, 33 e 35 no valor de R$ 25.112,88 – ***FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA*** com os itens nº 03, 04, 06 e 09 no valor de R$ 7.081,64 – ***G DA SILVA DISTRIBUIDORA LTDA*** com os itens nº 05, 07, 11, 26 e 30 no valor de R$ 9.610,00 – ***POWER REFIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA*** com o item nº 10 no valor de R$ 6.004,80 – ***AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA*** com os itens nº 12, 16, 25, 31, 44 e 45 no valor de R$ 6.335,00 – ***IDEAL COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA*** com os itens nº 13, 15, 32 e 30 no valor de R$ 3.186,20 – ***HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME*** com os item nº 14, 17, 36, 41, 42, 43, 46 e 47 no valor de R$ 20.385,40 – ***DALO EMPREENDIMENTOS LTDA*** com o item nº 18 no valor de R$ 2.400,00 – ***ECOFARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA*** com os itens º 19 e 23 no valor de R$ 910,00 **–** ***IMPERIUM HB IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA*** com os itens nº 20, 21, 48 e 49 no valor de R$ 19.114,50 – ***VENDAS E LOCAÇÃO LTDA*** com o item nº 22 no valor de R$ 1.838,00 – ***IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA*** com os itens nº 27 e 28 no valor de R$ 30.525,00 – ***DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA*** com os itens nº 29, 37, 38, 39 e 40 no valor de R$ 6.910,00 – ***MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA*** com o item nº 34 no valor de R$ 3.250,00 – ***SUELEN DAIANE KANIS*** com o item nº 51 no valor de R$ 10.000,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 152.662,92 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 402/2026 ao 416/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 072/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: KF COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA – G DA SILVA DISTRIBUIDORA LTDA – POWER REFIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA – IDEAL COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA – HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME – DALO EMPREENDIMENTOS LTDA – ECOFARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – IMPERIUM HB IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA – VENDAS E LOCAÇÃO LTDA – IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA – DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA – MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – SUELEN DAIANE KANIS.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de copa e cozinha, de limpeza e higienização, em atendimento às escolas e centros municipais de educação infantil, Secretaria Municipal de Educação e demais unidades vinculadas à SEMED, em atendimento a solicitação nº 204/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 152.662,92 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 249 – 06.010.12.367.1022.2139.3.3.90.30.00 – 103, 104**
*** 229 – 06.007.12.365.1019.2137.3.3.90.30.00 – 103, 104**
*** 239 – 06.008.12.365.1019.2138.3.3.90.30.00 – 103, 104**
*** 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00 103 e livre**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:6C36868B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº 315/2026
REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 102/2026.
PROCEDIMENTO SUBSEQUENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PUBLICO Nº 007/2026.
Fundamentação: Conforme previsão contratual (cláusula décima quarta) e Lei Federal nº 14.133/2021.
- Pelo presente Termo, rescinde-se de forma amigável a contratação para fornecimento de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para as Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme art.14 da Lei 11.947/2009 e suas alterações posteriores, Resolução 04/2026 e Resolução 03/2025.
Firmado entre o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI,* e a Senhora ***RAFAELA TASSO KRAUSE BIANCO,*** residente na Barra Grande, zona rural, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CPF sob nº 134.398.819-54, conforme o ajuste que segue:
1º - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e a Contratada resolvem rescindir o referido Contrato, formalizado em 16 de julho de 2026.
2º - A presente rescisão se dá por ato amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, conforme Lei de Licitações.
3º - Nestes termos, fica rescindido o valor contratado de R$ 16.176,44 (dezesseis mil cento e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), e, as partes dão uma a outra quitação total de suas obrigações, nada mais uma podendo reivindicar da outra.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

RAFAELA TASSO KRAUSE BIANCO
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:00BB6C83

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 132/2022. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 465/2022.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. *REGINA CRISTINA ANTUNES*, e de outro lado a empresa ***INGA DIGITAL LTDA***, sita à Avenida Cerro Azul, 864, Sobreloja, Zona 02, sala 03, município de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.010-000, inscrita no CNPJ sob n. º 14.376.039/0001-12, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *PAULO CEZAR CARDOSO*, portador do CPF sob n. º 847.146.119-68. Fundamentando-se na Lei 8.666/93 de

21.06.93, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:

Constitui objetivos deste Termo Aditivo, nos termos contratuais firmado em 01.09.2022, a alteração do preço da prestação dos serviços com aplicação de reajuste conforme o índice (IGP-M) referente ao item nº 02, e, a ***prorrogação da vigência*** para mais até 12 (doze) meses, mantidas as demais condições firmadas no termo original e aditivos subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Fica alterado o valor em 2,4035%, passando de R$ 12.943,32 (doze mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos) para R$ 13.254,36 (treze mil duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seus centavos), referente ao período de renovação, sendo um valor mensal de R$ 1.104,53 (um mil cento e quatro reais e cinquenta e três centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogada a vigência para até 01.09.2027.

CLÁUSULA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

INGA DIGITAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:29923B0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 078/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 311/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***CONSULFARMA INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA***, sita à Rua Faria Santos, 47, Bairro Petrópolis, município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.670-150, inscrita no CNPJ sob n. º 03.191.328/0001-20, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *LUIZ ANDRE DE CARVALHO*, portador do CPF sob n. º 426.412.330-53. Fundamentando-se na Lei 14.133 de 01.04.2021, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte*:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, o reajuste (4,4430%) de acordo com as variações do IPCA –Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Item 02 – Locação de software integrado de gestão de serviços de saúde com suporte, manutenção de R$ 4.540,62 (quatro mil quinhentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos) para R$ 4.742,36 (quatro mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Item 04 - Suporte e Manutenção Solução de Infraestrutura em Nuvem com (até 100 estações de trabalho) de R$ 2.706,84 (dois mil setecentos e seis reais e oitenta e quatro centavos) para R$ 2.827,10 (dois mil oitocentos e vinte e sete reais e dez centavos).

Item 05 - Hora técnica sob demanda e necessidades para consultoria ou customização de R$ 259,06 (duzentos e cinquenta e nove reais e seis centavos) para R$ 263,50 (duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

Item 06 - Visita Técnica Mensal de 08 (oito) horas mês de R$ 2.702,19 (dois mil setecentos e dois reais e dezenove centavos) para R$ 2.822,24 (dois mil oitocentos e vinte dois reais e vinte e quatro centavos).

Item 08 - Manutenção do pacote de Mensageria (WhatsApp) com até 30.000 mensagens por mês de R$ 1.325,89 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos) para R$ 1.384,79 (um mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Item 10 - Manutenção da funcionalidade Portal da Transparência de R$ 190,96 (cento e noventa reais e noventa e seis centavos) para R$ 199,44 (cento e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Item 12 - Manutenção da funcionalidade do aplicativo agente de endemias (ACE) de R$ 649,93 (seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos) para R$ 678,80 (seiscentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Item 14 - Manutenção da funcionalidade de Integração com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná – CISOP de R$ 202,38 (duzentos e dois reais e trinta e oito centavos) para R$ 211,37 (duzentos e onze reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

CONSULFARMA INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:0FF74704

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2026.

SÚMULA: "Confere Título de Cidadão Carlopolense para o senhor Luis Fernandes Bagatim e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas de acordo com Artigo 146, Parágrafo Único do Regimento Interno**:**

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS/PR APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Carlopolense para o senhor Luis Fernandes Bagatim, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões João Luiz Claro, 26 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente

LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Primeiro Secretario

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:DB807DE5

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026.

SÚMULA: "Confere Título de Cidadão Carlopolense para o senhor Paulo Moreira e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas de acordo com Artigo 146, Parágrafo Único do Regimento Interno**:**

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS/PR APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:
DECRETO LEGISLATIVO
Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Carlopolense para o senhor Paulo Moreira, em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Artigo 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões João Luiz Claro, 26 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente

LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Primeiro Secretario

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:3DE27390

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 307/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**FABIANE PORTELA BARBOSA, CNPJ 43.826.156/0001-39**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso
Vigência do Contrato:	27/08/2026 à 27/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 13.359,60 (treze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Contratante
FABIANE PORTELA BARBOSA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:5520D525

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 308/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**LOGOS SPORTS COMERCIO E FORMACAO LTDA, CNPJ 27.268.072/0001-70**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso
Vigência do Contrato:	27/08/2026 à 27/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 28.461,60 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Contratante
LOGOS SPORTS COMERCIO E FORMACAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:64D96E68

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 309/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026 PROCESSO INTERNO Nº 80/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME, CNPJ 27.022.704/0001-11**
Objeto:	Prestação de serviços de oficineiros para atender as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Assistência Social, Turismo e Cultura e Mulher, Igualdade Racial e Idoso zz
Vigência do Contrato:	27/08/2026 à 27/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais)**

Dotação Orçamentária
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.39.00.00. - 106 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.438.3.3.90.39.00.00. - 102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27.001.12.365.0501.6.439.3.3.90.39.00.00. - 104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
28.002.08.122.0331.2.409.3.3.90.39.00.00. - 1934 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.001.13.392.0365.2.443.3.3.90.39.00.00. - 1063 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1011 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.001.08.244.0405.2.504.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
33.002.08.241.0406.2.479.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Contratante
ULISSES RIBEIRO DA SILVA-ME
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E4456712

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 104/2026-DP.

Súmula: - "Concede Licença Prêmio e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais**,** e com fundamento no **art. 106 da Lei Municipal nº 1.608/2023, resolve:**

Art. 1º. CONCEDER licença-prêmio às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, no período de **1º de setembro de 2026 a 29 de novembro de 2026, com retorno às atividades em 30 de novembro de 2026:**

1. PEDRA ROSEMERI DOMINGUES DO CARMO, matrícula **nº 2781;**

2. SIMONE APARECIDA DA SILVA, matrícula **nº 7441.**

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente ato.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis, 21 de agosto de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:3BB144DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL Nº 02/2026 - CHAMAMENTO FAMÍLIA ACOLHEDORA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO DE FAMÍLIAS INTERESSADAS EM INTEGRAR O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS – PARANÁ

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público o presente Edital de Chamamento Público destinado ao credenciamento e à habilitação de famílias interessadas em integrar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.709, de 10 de abril de 2025, a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01/2009), bem como pelas demais normas aplicáveis à matéria.

O presente Chamamento Público tem por finalidade formar cadastro de famílias residentes no Município de Carlópolis, consideradas aptas ao exercício da função de Família Acolhedora, para acolhimento temporário de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação da autoridade judiciária competente, garantindo-lhes proteção integral, convivência familiar e comunitária, atendimento individualizado e respeito à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto o credenciamento, a seleção, a avaliação, a capacitação e a habilitação de famílias residentes no Município de Carlópolis interessadas em integrar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, visando à formação de cadastro de famílias aptas ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial, em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.
§1º O credenciamento das famílias não gera direito à imediata inclusão no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, constituindo apenas expectativa de convocação, conforme a necessidade do serviço, o perfil da criança ou adolescente e a avaliação técnica da equipe responsável.
§2º A habilitação das famílias observará rigorosamente os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.709/2025, neste Edital e nas avaliações realizadas pela Equipe Técnica do Serviço.

Art. 2º DA FINALIDADE
O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora constitui modalidade de acolhimento prevista no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, destinada ao acolhimento excepcional e provisório de crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados, oferecendo ambiente familiar, proteção integral e atendimento individualizado durante o período de afastamento do convívio familiar.

Parágrafo único. O acolhimento em Família Acolhedora possui caráter excepcional e temporário, não implicando qualquer modalidade de adoção, guarda definitiva ou substituição permanente da família de origem, observando-se integralmente as determinações da autoridade judiciária competente.

Art. 3º DOS OBJETIVOS DO SERVIÇO
Constituem objetivos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:
I – proporcionar acolhimento familiar provisório a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva determinada judicialmente;
II – garantir o direito à convivência familiar e comunitária, reduzindo os impactos decorrentes do afastamento da família de origem;
III – assegurar atendimento individualizado, respeitando a história de vida, as necessidades e as particularidades de cada criança ou adolescente;
IV – favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando, prioritariamente, à reintegração familiar, quando possível;
V – contribuir para a efetivação da proteção integral prevista na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Política Nacional de Assistência Social;
VI – oferecer alternativa ao acolhimento institucional, priorizando o ambiente familiar como espaço privilegiado para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente;
VII – assegurar a articulação permanente entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e os demais órgãos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º DOS PRINCÍPIOS
O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será desenvolvido observando, dentre outros, os seguintes princípios:
I – proteção integral da criança e do adolescente;
II – prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal;
III – excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento;
IV – preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
V – respeito à dignidade, à individualidade, à identidade, à cultura, à religião e às características pessoais da criança e do adolescente;
VI – garantia da convivência entre irmãos, sempre que recomendada pela autoridade competente e pela equipe técnica;
VII – atuação interdisciplinar da equipe técnica do Serviço;
VIII – respeito às determinações da autoridade judiciária competente;
IX – atuação integrada entre a rede socioassistencial, as políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 5º DA VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA
O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Carlópolis e será executado por Equipe Técnica responsável pela coordenação, seleção, capacitação, acompanhamento e monitoramento das famílias acolhedoras, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.709/2025 e demais normativas aplicáveis.

Parágrafo único. O Serviço será desenvolvido em articulação permanente com a Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e demais órgãos da rede de proteção.

CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º DAS INSCRIÇÕES
As inscrições para o credenciamento de famílias interessadas em integrar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora serão realizadas no período estabelecido no Anexo VII – Cronograma do Chamamento Público constante deste Edital, mediante apresentação da documentação exigida e preenchimento da Ficha de Inscrição disponibilizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§1º As inscrições serão gratuitas e implicam a plena ciência e aceitação das normas estabelecidas neste Edital, na Lei Municipal nº 1.709/2025 e demais legislações aplicáveis.
§2º O ato da inscrição não gera direito à habilitação ou ao acolhimento de crianças ou adolescentes, constituindo apenas manifestação de interesse em participar do processo de seleção.
§3º As inscrições poderão ser prorrogadas por ato da Secretaria Municipal de Assistência Social, quando houver interesse público ou necessidade de ampliação do cadastro de Famílias Acolhedoras.

Art. 7º DO LOCAL E HORÁRIO
As inscrições deverão ser realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Padre Hugo, nº 406, Centro, Carlópolis – Paraná, no horário das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h00, em dias úteis.

Parágrafo único. Eventuais alterações de local, horário ou período de inscrição serão divulgadas nos meios oficiais do Município.

Art. 8º DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
Poderão inscrever-se no presente Chamamento Público pessoas ou famílias que atendam aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.709/2025, especialmente:
I – possuir idade mínima de 24 (vinte e quatro) anos;
II – residir no Município de Carlópolis há, no mínimo, 02 (dois) anos;
III – apresentar boas condições de saúde física e mental;
IV – não ser usuário ou dependente de substâncias psicoativas, bem como não possuir membro residente no mesmo domicílio nessa condição que comprometa a segurança e o desenvolvimento da criança ou adolescente acolhido;
V – comprovar idoneidade moral, cível e criminal, mediante apresentação das certidões exigidas neste Edital;
VI – possuir disponibilidade para participar das capacitações, reuniões, entrevistas, visitas domiciliares e demais atividades promovidas pela Equipe Técnica;
VII – declarar ciência de que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora possui natureza temporária e não se confunde com adoção;
VIII – possuir disponibilidade de tempo e condições familiares para oferecer acolhimento, proteção, cuidados, convivência familiar e acompanhamento à criança ou adolescente durante o período de acolhimento.
§1º É indispensável que todos os membros do núcleo familiar manifestem concordância com a participação da família no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
§2º A inscrição não será deferida quando constatada qualquer incompatibilidade com os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.709/2025 ou neste Edital.

Art. 9º DA DOCUMENTAÇÃO

No ato da inscrição deverão ser apresentados os documentos originais ou cópias legíveis dos seguintes documentos:
I – Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada;
II – documento oficial de identificação com foto e CPF dos requerentes;
III – Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento atualizada;
IV – comprovante de residência atualizado em nome de um dos requerentes ou declaração de residência assinada pelo titular, acompanhada do respectivo comprovante;
V – Título de Eleitor com domicílio eleitoral no Município de Carlópolis há, no mínimo, 02 (dois) anos;
VI – comprovante de atividade remunerada de, pelo menos, um dos membros da família;
VII – comprovante de rendimentos, quando solicitado pela Equipe Técnica;
VIII – Cartão do INSS, quando beneficiário da Previdência Social;
IX – atestado médico que comprove boas condições de saúde física;
X – declaração ou laudo psicológico que ateste condições adequadas de saúde mental;
XI – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais de todos os moradores maiores de 18 (dezoito) anos;
XII – documento contendo dados bancários em nome do responsável pela inscrição.
§1º A Equipe Técnica poderá solicitar documentos complementares sempre que entender necessário à adequada instrução do processo de habilitação.
§2º A ausência de qualquer documento obrigatório impedirá o prosseguimento da inscrição até sua regularização.
§3º A apresentação de documentos ou informações falsas implicará o indeferimento da inscrição ou o desligamento do Serviço, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 10. DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL
Recebida a documentação, a Equipe Técnica procederá à análise documental para verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.
§1º Verificada a existência de pendências sanáveis, a família será notificada para complementação da documentação no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado da ciência da notificação.
§2º O não atendimento da diligência no prazo estabelecido implicará o indeferimento da inscrição.
§3º A aprovação da documentação não gera direito à habilitação, permanecendo a família sujeita às demais etapas previstas neste Edital.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E HABILITAÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 11. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO
O processo de seleção das famílias inscritas será conduzido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora da Secretaria Municipal de Assistência Social e compreenderá as seguintes etapas:
I – inscrição e protocolo da documentação;
II – análise documental;
III – estudo psicossocial;
IV – visitas domiciliares;
V – participação obrigatória na capacitação;
VI – emissão de parecer técnico conclusivo;
VII – homologação da habilitação e inclusão no Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras.
§1º Todas as etapas possuem caráter eliminatório.
§2º A habilitação somente será concedida às famílias consideradas aptas em todas as etapas do processo seletivo.
§3º O cumprimento de uma etapa constitui requisito para participação na etapa subsequente.

Art. 12. DA ANÁLISE DOCUMENTAL
A análise documental consistirá na conferência dos documentos apresentados, visando verificar o atendimento dos requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.709/2025 e neste Edital.
§1º A Equipe Técnica poderá solicitar esclarecimentos ou documentos complementares quando entender necessário à adequada instrução do processo.
§2º A ausência de documentos obrigatórios ou a apresentação de informações falsas implicará o indeferimento da inscrição, sem prejuízo das responsabilidades legais cabíveis.

Art. 13. DO ESTUDO PSICOSSOCIAL
O estudo psicossocial será realizado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, mediante utilização de instrumentais técnicos próprios, observados os princípios éticos e metodológicos das respectivas profissões.
§1º O estudo psicossocial compreenderá, entre outros procedimentos:
I – entrevistas individuais;
II – entrevistas familiares;
III – aplicação de instrumentos técnicos de avaliação;
IV – análise da dinâmica familiar;
V – levantamento da rede de apoio da família;
VI – avaliação das motivações para o acolhimento;
VII – identificação das potencialidades e fragilidades da família para o exercício da função de Família Acolhedora.
§2º A Equipe Técnica poderá utilizar outros instrumentos de avaliação que considerar necessários para subsidiar seu parecer.
§3º A avaliação observará, prioritariamente, a capacidade da família em proporcionar ambiente seguro, afetivo, acolhedor e protetivo à criança ou adolescente.

Art. 14. DAS VISITAS DOMICILIARES
As visitas domiciliares constituem etapa obrigatória do processo de habilitação e serão realizadas pela Equipe Técnica durante o processo de seleção.
§1º As visitas têm por finalidade verificar, dentre outros aspectos:
I – condições de habitabilidade do imóvel;
II – organização e dinâmica familiar;
III – disponibilidade de espaço adequado ao acolhimento;
IV – convivência entre os membros da família;
V – condições de segurança, higiene e acessibilidade da residência;
VI – existência de ambiente favorável ao desenvolvimento integral da criança ou adolescente.
§2º Poderão ser realizadas tantas visitas quantas forem consideradas necessárias pela Equipe Técnica.

Art. 15. DA CAPACITAÇÃO
As famílias que obtiverem parecer favorável nas etapas anteriores participarão obrigatoriamente do processo de formação inicial promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§1º A capacitação terá caráter eliminatório e será realizada por profissionais habilitados da secretaria de assistência social ou por instituição contratada para essa finalidade.
§2º A programação mínima da capacitação compreenderá:
I – princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
II – Sistema de Garantia de Direitos;
III – funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
IV – atribuições da Família Acolhedora;
V – aspectos do desenvolvimento infantil e adolescente;
VI – vínculos familiares e comunitários;
VII – convivência familiar, limites e cuidados cotidianos;
VIII – ética, sigilo profissional e proteção de dados;
IX – atuação da rede socioassistencial;
X – papel da Equipe Técnica e acompanhamento do serviço.
§3º A frequência mínima exigida será de **100% (cem por cento)** da carga horária prevista para a formação inicial, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Coordenação do Serviço.

Art. 16. DO PARECER TÉCNICO
Concluídas todas as etapas da seleção, a Equipe Técnica emitirá parecer técnico conclusivo quanto à aptidão ou não da família para integrar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
§1º O parecer técnico considerará, entre outros aspectos:
I – cumprimento dos requisitos legais;
II – resultado do estudo psicossocial;
III – visitas domiciliares;
IV – participação e aproveitamento na capacitação;

V – disponibilidade e motivação da família;
VI – manifestação favorável de todos os membros do núcleo familiar.
§2º O parecer técnico possui natureza opinativa e subsidiará a decisão administrativa quanto à habilitação da família.

Art. 17. DA HABILITAÇÃO
Serão consideradas habilitadas as famílias que:
I – atenderem aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.709/2025;
II – apresentarem toda a documentação exigida;
III – obtiverem parecer psicossocial favorável;
IV – concluírem integralmente a capacitação obrigatória;
V – demonstrarem condições físicas, emocionais, sociais e familiares compatíveis com o exercício da função de Família Acolhedora.

Parágrafo único. A habilitação não assegura o acolhimento imediato de crianças ou adolescentes, constituindo apenas condição para inclusão no Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras.

Art. 18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO
As famílias habilitadas integrarão o Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras, administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
§1º A inclusão no cadastro não estabelece ordem cronológica de convocação.
§2º A indicação da família para acolhimento observará, entre outros critérios:
I – o perfil e as necessidades da criança ou adolescente;
II – a composição familiar;
III – a preservação de grupos de irmãos, sempre que possível;
IV – a avaliação técnica da compatibilidade entre a família acolhedora e a criança ou adolescente;
V – o superior interesse da criança e do adolescente.
§3º Sempre que possível, será priorizada a manutenção de grupos de irmãos na mesma Família Acolhedora, observadas as condições técnicas e estruturais da família habilitada.

CAPÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 19. DAS RESPONSABILIDADES GERAIS
A Família Acolhedora exercerá, durante o período de acolhimento, a guarda da criança ou do adolescente nos termos da decisão judicial, assumindo a responsabilidade pelos cuidados cotidianos, observadas as orientações da Equipe Técnica, da autoridade judiciária competente e da legislação aplicável.

Parágrafo único. A Família Acolhedora compromete-se a oferecer ambiente familiar seguro, acolhedor, afetivo e respeitoso, favorecendo o desenvolvimento integral da criança ou do adolescente durante todo o período do acolhimento.

Art. 20. CONSTITUEM RESPONSABILIDADES DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:
I – acolher a criança ou o adolescente em ambiente familiar, garantindo proteção, cuidado, afeto, respeito e dignidade;
II – assegurar alimentação adequada, vestuário, higiene pessoal, repouso e demais necessidades básicas;
III – proporcionar acesso e acompanhamento aos serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e demais políticas públicas, sempre em articulação com a Equipe Técnica;
IV – acompanhar a frequência e o desempenho escolar da criança ou do adolescente, incentivando sua permanência e desenvolvimento no ambiente educacional;
V – zelar pela integridade física, emocional, psicológica e moral da criança ou do adolescente;
VI – preservar a história de vida, identidade, cultura, crenças, vínculos familiares e comunitários da criança ou adolescente;
VII – respeitar a individualidade, a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
VIII – participar das reuniões, capacitações, atendimentos, entrevistas e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
IX – colaborar com a elaboração, execução e avaliação do Plano Individual de Atendimento – PIA;
X – comunicar imediatamente à Equipe Técnica qualquer fato relevante envolvendo a criança ou o adolescente acolhido;
XI – permitir e colaborar com a realização de visitas domiciliares e acompanhamento pela Equipe Técnica;
XII – manter absoluto sigilo sobre a história de vida, situação familiar e informações pessoais da criança ou adolescente acolhido, preservando sua intimidade e privacidade;
XIII – contribuir para a preparação da criança ou adolescente visando à reintegração familiar, colocação em família substituta ou outra medida determinada judicialmente;
XIV – respeitar integralmente as orientações da Equipe Técnica durante todo o período de acolhimento.

Art. 21. DAS VEDAÇÕES
É vedado à Família Acolhedora:
I – delegar a terceiros a responsabilidade pelos cuidados permanentes da criança ou adolescente acolhido;
II – utilizar qualquer forma de castigo físico, tratamento cruel, degradante, discriminatório, humilhante ou constrangedor;
III – divulgar fotografias, vídeos, informações pessoais ou qualquer dado que permita a identificação da criança ou adolescente acolhido, inclusive em redes sociais, salvo mediante autorização judicial ou determinação legal;
IV – expor a criança ou adolescente a situações que coloquem em risco sua integridade física, psicológica ou moral;
V – transferir a criança ou adolescente para outra residência sem prévia autorização da Equipe Técnica e da autoridade competente;
VI – utilizar o acolhimento com finalidade diversa daquela prevista na legislação vigente;
VII – praticar qualquer ato incompatível com os princípios do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 22. DA COMUNICAÇÃO COM A EQUIPE TÉCNICA
A Família Acolhedora deverá manter comunicação permanente com a Equipe Técnica do Serviço, informando imediatamente qualquer situação relevante relacionada à criança ou adolescente acolhido.
§1º Consideram-se situações relevantes, entre outras:
I – problemas de saúde;
II – acidentes;
III – evasão escolar;
IV – mudança de endereço;
V – dificuldades de adaptação;
VI – ocorrência de violência;
VII – desaparecimento;
VIII – prática de ato infracional;
IX – qualquer situação que possa comprometer a proteção integral da criança ou adolescente.
§2º A omissão de informações relevantes poderá ensejar reavaliação da permanência da família no Serviço.

Art. 23. DA PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DO SERVIÇO
Durante todo o período em que permanecer cadastrada, a Família Acolhedora deverá participar das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente:
I – reuniões periódicas;
II – capacitações continuadas;
III – atendimentos psicossociais;
IV – grupos de apoio;
V – supervisões técnicas;
VI – demais atividades de acompanhamento definidas pela Coordenação do Serviço.

Parágrafo único. A participação nas atividades previstas neste artigo constitui requisito para permanência da família no Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras.

Art. 24. DA INADAPTAÇÃO
Na hipótese de dificuldades significativas de adaptação entre a criança ou adolescente e a Família Acolhedora, esta deverá comunicar imediatamente a Equipe Técnica para avaliação da situação e adoção das providências cabíveis.

§1º Nenhuma criança ou adolescente poderá ser devolvido diretamente ao acolhimento institucional ou à família de origem por iniciativa exclusiva da Família Acolhedora.
§2º A decisão acerca da continuidade ou encerramento do acolhimento observará avaliação técnica e determinação da autoridade competente, sempre considerando o superior interesse da criança ou do adolescente.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 25. DA EQUIPE TÉCNICA
O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será coordenado e acompanhado por Equipe Técnica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Serviço, observadas as atribuições previstas na Lei Municipal nº 1.709/2025 e nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 26. COMPETE À EQUIPE TÉCNICA:
I – coordenar e executar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
II – realizar ações permanentes de divulgação, mobilização e sensibilização da comunidade para captação de novas Famílias Acolhedoras;
III – receber, analisar e instruir os pedidos de inscrição das famílias interessadas;
IV – realizar estudo psicossocial, entrevistas, visitas domiciliares e demais procedimentos necessários à avaliação das famílias inscritas;
V – emitir parecer técnico conclusivo acerca da aptidão das famílias para integrarem o Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras;
VI – promover a formação inicial e a capacitação continuada das Famílias Acolhedoras;
VII – manter atualizado o Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras;
VIII – proceder à indicação da família acolhedora mais adequada ao perfil da criança ou adolescente, observando critérios técnicos e o superior interesse da criança e do adolescente;
IX – acompanhar sistematicamente a criança ou adolescente acolhido, a Família Acolhedora e a família de origem durante todo o período de acolhimento;
X – elaborar, executar, acompanhar e revisar o Plano Individual de Atendimento – PIA, em articulação com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
XI – promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando prioritariamente à reintegração familiar, quando possível;
XII – articular a rede socioassistencial e as demais políticas públicas para assegurar atendimento integral à criança ou adolescente acolhido;
XIII – orientar permanentemente a Família Acolhedora quanto às suas responsabilidades e atribuições;
XIV – elaborar relatórios técnicos destinados ao Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos competentes, sempre que necessário;
XV – comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer situação de risco, violação de direitos ou descumprimento das obrigações previstas neste Edital ou na legislação vigente;
XVI – acompanhar o processo de desligamento da criança ou adolescente do Serviço, garantindo que a transição ocorra de forma planejada e segura;
XVII – exercer outras atribuições inerentes à execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 27. DO ACOMPANHAMENTO TÉCNICO
O acompanhamento técnico será realizado de forma contínua, individualizada e interdisciplinar, abrangendo a criança ou adolescente acolhido, a Família Acolhedora e a família de origem.
§1º O acompanhamento compreenderá, entre outras ações:
I – visitas domiciliares periódicas;
II – atendimentos psicossociais;
III – entrevistas individuais e familiares;
IV – reuniões de acompanhamento;
V – orientações técnicas;
VI – encaminhamentos à rede de serviços;
VII – avaliação da evolução do acolhimento.
§2º A periodicidade das visitas e atendimentos será definida pela Equipe Técnica, considerando as particularidades de cada caso.

Art. 28. DOS RELATÓRIOS TÉCNICOS
A Equipe Técnica elaborará relatórios técnicos periódicos contendo informações sobre a evolução do acolhimento, o desenvolvimento da criança ou adolescente, a atuação da Família Acolhedora e a situação da família de origem.
§1º Os relatórios subsidiarão as decisões administrativas e judiciais relacionadas ao acolhimento.
§2º Sempre que solicitado, os relatórios serão encaminhados ao Juízo da Infância e Juventude, ao Ministério Público e aos demais órgãos competentes.

Art. 29. DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL
Compete à Equipe Técnica promover a articulação permanente entre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e as demais políticas públicas, assegurando à criança ou ao adolescente acolhido acesso aos serviços de:
I – assistência social;
II – saúde;
III – educação;
IV – cultura;
V – esporte e lazer;
VI – profissionalização;
VII – habitação, quando cabível;
VIII – demais políticas públicas necessárias à garantia da proteção integral.

Parágrafo único. A articulação com a rede de atendimento observará os princípios da integralidade, da intersetorialidade e da proteção integral previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Política Nacional de Assistência Social.

Art. 30. DO SIGILO PROFISSIONAL
Os profissionais que atuam no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deverão preservar o sigilo das informações obtidas em razão do exercício de suas atribuições, observadas as normas legais, éticas e profissionais aplicáveis.

Parágrafo único. As informações relativas à criança ou adolescente acolhido somente poderão ser compartilhadas com profissionais e órgãos diretamente envolvidos no acompanhamento do caso, respeitada a legislação vigente.

CAPÍTULO VI
DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 31. DO ACOMPANHAMENTO
O acompanhamento da criança ou adolescente acolhido, da Família Acolhedora e da família de origem será realizado de forma contínua, sistemática e interdisciplinar pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, durante todo o período de acolhimento.

Parágrafo único. O acompanhamento terá caráter protetivo, preventivo e orientador, visando assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e promover as condições necessárias à reintegração familiar ou à definição da medida judicial cabível.

Art. 32. DOS OBJETIVOS DO ACOMPANHAMENTO
O acompanhamento técnico terá como objetivos:
I – garantir a proteção integral da criança ou adolescente acolhido;
II – acompanhar sua adaptação ao ambiente familiar;
III – orientar continuamente a Família Acolhedora;
IV – fortalecer a família de origem para possibilitar, quando viável, a reintegração familiar;
V – prevenir situações de risco ou violação de direitos;
VI – subsidiar tecnicamente as decisões administrativas e judiciais;
VII – acompanhar a execução do Plano Individual de Atendimento – PIA.

Art. 33. DAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO
O acompanhamento compreenderá, entre outras, as seguintes ações:
I – visitas domiciliares periódicas à Família Acolhedora;
II – visitas domiciliares à família de origem, quando autorizadas e recomendadas;
III – atendimentos individuais e familiares;
IV – acompanhamento psicossocial;
V – acompanhamento pedagógico, quando necessário;
VI – reuniões técnicas de avaliação dos casos;
VII – articulação com os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas;
VIII – encaminhamentos aos serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer;
IX – elaboração de pareceres e relatórios técnicos.
§1º A frequência das visitas e atendimentos será definida pela Equipe Técnica, considerando as necessidades de cada caso.
§2º Sempre que identificada situação de risco, poderão ser intensificadas as ações de acompanhamento.

Art. 34. DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO – PIA
Após o acolhimento, será elaborado o Plano Individual de Atendimento – PIA, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Lei Municipal nº 1.709/2025.
§1º O Plano Individual de Atendimento será elaborado de forma interdisciplinar, com participação da Equipe Técnica, da Família Acolhedora, da criança ou adolescente, quando possível, e da família de origem, observadas as determinações judiciais.
§2º O PIA deverá estabelecer, dentre outros aspectos:
I – os objetivos do acolhimento;
II – as necessidades identificadas;
III – as ações a serem desenvolvidas;
IV – os responsáveis por sua execução;
V – os prazos para avaliação e revisão.
§3º O Plano Individual de Atendimento será revisto sempre que necessário ou por determinação da autoridade competente.

Art. 35. DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA
A Equipe Técnica realizará avaliações periódicas do acolhimento, considerando:
I – o desenvolvimento físico, emocional, psicológico e social da criança ou adolescente;
II – a adaptação à Família Acolhedora;
III – a evolução da família de origem;
IV – o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Individual de Atendimento;
V – a necessidade de manutenção, alteração ou encerramento da medida protetiva.
Parágrafo único. As avaliações subsidiarão os relatórios encaminhados ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 36. DO MONITORAMENTO DO SERVIÇO
Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social promover o monitoramento contínuo do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, visando:
I – avaliar a qualidade da execução do Serviço;
II – acompanhar o cumprimento da legislação vigente;
III – verificar a efetividade das ações desenvolvidas;
IV – identificar necessidades de aperfeiçoamento do Serviço;
V – promover ações de educação permanente e qualificação da Equipe Técnica e das Famílias Acolhedoras.

Art. 37. DA FISCALIZAÇÃO
O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora estará sujeito ao acompanhamento e fiscalização pelos órgãos competentes, especialmente:
I – Poder Judiciário;
II – Ministério Público;
III – Conselho Tutelar;
IV – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
V – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
VI – demais órgãos de controle, no âmbito de suas competências legais.

Parágrafo único. Os órgãos de fiscalização poderão solicitar informações, documentos e relatórios necessários ao acompanhamento da execução do Serviço, observadas as normas relativas ao sigilo das informações.

Art. 38. DA AVALIAÇÃO DO SERVIÇO
A Secretaria Municipal de Assistência Social promoverá avaliação contínua do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, visando o aperfeiçoamento de sua execução e a garantia da qualidade do atendimento prestado.

Parágrafo único. Os resultados das avaliações poderão subsidiar a revisão de procedimentos internos, a atualização dos instrumentos técnicos, a elaboração de planos de capacitação e o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pelo Serviço.

CAPÍTULO VII
DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 39. DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO
A Família Acolhedora habilitada e que receber criança ou adolescente mediante determinação judicial fará jus ao recebimento do Auxílio Financeiro previsto na Lei Municipal nº 1.709/2025, destinado exclusivamente ao custeio das despesas decorrentes do acolhimento.
§1º O auxílio financeiro possui natureza indenizatória e não gera vínculo empregatício, funcional, previdenciário ou qualquer outro vínculo entre a Família Acolhedora e o Município de Carlópolis.
§2º O pagamento do auxílio será devido somente durante o período de efetivo acolhimento da criança ou adolescente, observado o Termo de Guarda expedido pela autoridade judiciária competente.

Art. 40. DO VALOR DO AUXÍLIO
O valor do auxílio financeiro corresponderá a **01 (um) salário-mínimo** por criança ou adolescente acolhido.
§1º Na hipótese de acolhimento de mais de uma criança ou adolescente pela mesma Família Acolhedora, será acrescido o percentual de **20% (vinte por cento)** por acolhido excedente, observado o limite máximo de **02 (dois) salários-mínimos**, independentemente do número de acolhidos.
§2º Em caso de acolhimento de criança ou adolescente com necessidades especiais, devidamente comprovadas por laudo médico, o valor do auxílio poderá ser acrescido em até **50% (cinquenta por cento)**, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.709/2025.
§3º Consideram-se situações passíveis de majoração do auxílio aquelas previstas na Lei Municipal nº 1.709/2025.

Art. 41. DA FINALIDADE DO AUXÍLIO
O auxílio financeiro destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da criança ou adolescente acolhido, compreendendo, entre outras despesas:
I – alimentação;
II – vestuário;
III – higiene pessoal;
IV – medicamentos e tratamentos de saúde não disponibilizados pela rede pública;
V – material escolar;
VI – transporte relacionado às necessidades da criança ou adolescente;
VII – atividades culturais, esportivas e de lazer;
VIII – outras despesas indispensáveis ao desenvolvimento e bem-estar da criança ou adolescente.

Parágrafo único. É vedada a utilização do auxílio para finalidade diversa daquela prevista neste artigo.

Art. 42. DO PAGAMENTO
O pagamento do auxílio será efetuado pelo Município de Carlópolis, mediante depósito em conta bancária de titularidade do responsável pela Família Acolhedora.
§1º O pagamento será realizado após a confirmação do início do acolhimento e da emissão da documentação administrativa pertinente.
§2º A continuidade do pagamento dependerá da permanência da criança ou adolescente no acolhimento e da manutenção das condições previstas neste Edital e na Lei Municipal nº 1.709/2025.

Art. 43. DA SUSPENSÃO OU CESSAÇÃO DO AUXÍLIO
O pagamento do auxílio financeiro será suspenso ou encerrado nas seguintes hipóteses:
I – encerramento do acolhimento por determinação judicial;
II – desligamento da Família Acolhedora do Serviço;
III – descumprimento das obrigações previstas neste Edital, na Lei Municipal nº 1.709/2025 ou no Termo de Adesão;
IV – utilização irregular dos recursos públicos;
V – outras hipóteses previstas na legislação vigente.

Parágrafo único. A suspensão do auxílio não afasta a obrigação do Município de assegurar a continuidade da proteção integral da criança ou adolescente acolhido.

Art. 44. DA FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
A utilização do auxílio financeiro poderá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Equipe Técnica, sempre que necessário.
§1º A Equipe Técnica poderá solicitar informações ou esclarecimentos acerca da utilização do auxílio, exclusivamente para verificar se os recursos estão sendo empregados em benefício da criança ou adolescente acolhido.
§2º Verificada irregularidade na utilização do auxílio, a Secretaria Municipal de Assistência Social adotará as providências administrativas cabíveis e comunicará imediatamente o fato à autoridade judiciária competente, quando necessário.

Art. 45. DO RESSARCIMENTO
A Família Acolhedora que utilizar o auxílio financeiro em desacordo com sua finalidade ou descumprir as obrigações previstas na Lei Municipal nº 1.709/2025 ficará sujeita ao ressarcimento dos valores recebidos durante o período da irregularidade, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 46. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES
A concessão e a manutenção do auxílio financeiro observarão, além da Lei Municipal nº 1.709/2025, os atos administrativos expedidos pelo Poder Executivo Municipal que regulamentem os procedimentos operacionais para pagamento.

Parágrafo único. O recebimento do auxílio financeiro não impede a criança ou adolescente acolhido de acessar outros benefícios, programas ou serviços públicos a que tenha direito, desde que observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DO DESLIGAMENTO DA FAMÍLIA ACOLHEDORA E DO ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO

Art. 47. DO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO
A Família Acolhedora poderá, a qualquer tempo, solicitar seu desligamento do Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras, mediante requerimento formal dirigido à Secretaria Municipal de Assistência Social.
§1º O pedido de desligamento será analisado pela Coordenação do Serviço, observadas as circunstâncias do caso concreto.
§2º Caso a família esteja com criança ou adolescente acolhido, o desligamento somente será efetivado após avaliação da Equipe Técnica e adoção das medidas necessárias para garantir a continuidade da proteção integral, respeitada a decisão da autoridade judiciária competente.

Art. 48. DO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO
A Família Acolhedora poderá ser desligada do Serviço nas seguintes hipóteses:
I – descumprimento dos requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.709/2025 ou neste Edital;
II – perda das condições que fundamentaram sua habilitação;
III – mudança de domicílio para outro município;
IV – utilização do auxílio financeiro em desacordo com sua finalidade;
V – descumprimento das orientações técnicas ou das determinações da autoridade judiciária;
VI – prática de atos incompatíveis com os princípios e objetivos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
VII – exposição da criança ou adolescente a situação de risco, negligência, violência ou qualquer forma de violação de direitos;
VIII – prestação de informações falsas durante o processo de inscrição, habilitação ou acompanhamento.
§1º O desligamento compulsório será precedido de avaliação técnica, assegurada à família a oportunidade de apresentar esclarecimentos, sempre que a natureza da situação permitir.
§2º Constatada situação que represente risco imediato à criança ou ao adolescente, a Secretaria Municipal de Assistência Social adotará as providências urgentes cabíveis e comunicará imediatamente à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Art. 49. DA INADAPTAÇÃO AO ACOLHIMENTO
Na hipótese de dificuldades de adaptação entre a criança ou adolescente e a Família Acolhedora, a situação será avaliada pela Equipe Técnica, que adotará as medidas necessárias à superação das dificuldades ou, quando necessário, recomendará o encerramento do acolhimento.
§1º A inadaptação, por si só, não implicará o desligamento automático da Família Acolhedora do Cadastro Municipal.
§2º Havendo situações reiteradas de inadaptação, a Equipe Técnica realizará nova avaliação psicossocial da família e emitirá parecer técnico quanto à sua permanência ou desligamento do Serviço, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.709/2025.

Art. 50. DO ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO
O acolhimento será encerrado mediante decisão da autoridade judiciária competente, observadas as hipóteses previstas na legislação vigente.
§1º O encerramento poderá ocorrer, entre outras situações:
I – reintegração familiar;
II – colocação em família substituta;
III – maioridade civil, quando aplicável;
IV – alteração da medida protetiva por determinação judicial;
V – outras hipóteses previstas em lei ou determinadas pela autoridade competente.
§2º O encerramento do acolhimento será precedido de planejamento realizado pela Equipe Técnica, visando reduzir os impactos da transição e preservar o superior interesse da criança ou do adolescente.

Art. 51. DO DESLIGAMENTO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE
A Equipe Técnica elaborará plano de desligamento sempre que houver previsão de encerramento do acolhimento, contemplando as ações necessárias para assegurar uma transição segura e organizada.
§1º O plano de desligamento deverá considerar:
I – a preparação da criança ou adolescente;
II – a preparação da Família Acolhedora;
III – o fortalecimento da família de origem ou da família substituta, quando for o caso;
IV – a articulação com a rede de proteção;
V – outras medidas necessárias ao acompanhamento do caso.
§2º Sempre que possível, o desligamento será realizado de forma gradativa, respeitando as necessidades emocionais da criança ou adolescente.

Art. 52. DO REGISTRO DO DESLIGAMENTO
O desligamento da Família Acolhedora ou da criança ou adolescente acolhido será formalizado mediante registro administrativo próprio, acompanhado dos documentos técnicos pertinentes e das determinações da autoridade competente.

Parágrafo único. O histórico do acolhimento permanecerá arquivado junto ao Serviço, observadas as normas de sigilo, proteção de dados pessoais e preservação das informações relativas à criança, ao adolescente e às famílias envolvidas.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. DA CONVOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS HABILITADAS

As famílias consideradas habilitadas integrarão o Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras e serão convocadas conforme a necessidade do Serviço, observados os critérios técnicos estabelecidos pela Equipe Técnica e o superior interesse da criança ou do adolescente.
§1º A inclusão no Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras não gera direito subjetivo ao acolhimento imediato.
§2º A escolha da Família Acolhedora observará, dentre outros critérios:
I – o perfil e as necessidades da criança ou adolescente;
II – a avaliação técnica da compatibilidade entre a criança ou adolescente e a família;
III – a preservação de grupos de irmãos, sempre que possível;
IV – a disponibilidade da família habilitada;
V – o melhor interesse da criança ou adolescente.

Art. 54. DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
A Família Acolhedora deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Assistência Social qualquer alteração referente:
I – ao endereço residencial;
II – à composição familiar;
III – ao estado civil;
IV – ao telefone ou endereço eletrônico;
V – às condições de saúde que possam interferir no acolhimento;
VI – a qualquer outra situação relevante para permanência no Serviço.

Parágrafo único. A omissão de informações poderá ensejar reavaliação da habilitação da família.

Art. 55. DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO
As informações relativas às crianças, adolescentes, famílias acolhedoras e famílias de origem possuem caráter sigiloso e serão tratadas exclusivamente para fins de execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, observada a legislação vigente.
§1º Todos os profissionais envolvidos deverão preservar o sigilo funcional e profissional.
§2º A divulgação de qualquer informação, imagem, documento ou dado que possibilite a identificação da criança ou adolescente dependerá de autorização judicial ou das hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 56. DA FISCALIZAÇÃO
Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhar a execução deste Edital, sem prejuízo das atribuições do Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no âmbito de suas competências legais.

Art. 57. DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos ou as situações não previstas neste Edital serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, observadas:
I – a Lei Municipal nº 1.709/2025;
II – a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
III – a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
IV – a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
V – a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
VI – as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;
VII – as demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 58. DA VIGÊNCIA
O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Parágrafo único. O Cadastro Municipal de Famílias Acolhedoras permanecerá vigente até a publicação de novo chamamento público ou enquanto houver interesse da Administração Pública, podendo ser atualizado ou complementado mediante novo edital.

Art. 59. DA PUBLICIDADE
Este Edital será publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Carlópolis, bem como no sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Assistência Social e demais meios oficiais de divulgação.

Art. 60. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, OS SEGUINTES ANEXOS:

Anexo I – Ficha de Inscrição da Família Acolhedora;
Anexo II – Checklist de Documentos;
Anexo III – Declaração de Ciência quanto à distinção entre Acolhimento Familiar e Adoção;
Anexo IV - Termo de Ciência;
Anexo V – Termo de Disponibilidade da Família Acolhedora;
Anexo VI - Termo de Adesão da Família Acolhedora;
Anexo VII – Termo de Desligamento;
Anexo VIII – Cronograma do Chamamento Público.

Carlópolis/PR, 27 de agosto de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretaria de Assistência Social

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:EC00C22F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

SÚMULA: Convocação de Vereador Suplente.

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Convocar o 2º suplente do partido UNIÃO (União Brasil), senhor **JOARES MEIRA DA SILVA**, para ocupar a vaga do Vereador **MILTON KULTZ**, licenciado entre os dias 30/08/2026 e 01/10/2026, tendo em vista a renuncia do 1º suplente, Senhor **LEOCIR RECK**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:E174CB3C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

Pregão Eletrônico nº 32/2026
Processo Administrativo nº 76/2026
Tipo: Menor Preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET, COM TRANSPORTE DE DADOS VIA FIBRA ÓPTICA COM TV, COM NO MÍNIMO, 500Mbps DE BANDA SIMÉTRICA (DOWNLOAD/UPLOAD) PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, SETORES DO MUNICÍPIO.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 16/09/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira/Agente de

Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG 987497, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 28 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2C2793E6

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 33/2026
Processo Administrativo nº 77/2026
Tipo: Menor Preço.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV MULTI-HD), INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS, DESTINADO AO MONITORAMENTO INTERNO DOS AMBIENTES QUE COMPÕE OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE CATANDUVAS.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 17/09/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira/Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG 987497, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 28 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:26B42502

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 34/2026
Processo Administrativo nº 78/2026
Tipo: Menor Preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (DOMICILIARES, COMERCIAIS e PÚBLICO) NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, COM TRANSPORTE ATÉ O ATERRO SANITÁRIO DESTINADO À DISPOSIÇÃO FINAL.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal "Compras.gov.br", no dia 18/09/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira/Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado UASG 987497, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 28 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:4F672812

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO N° 215/2026 - DECLARA A DESTINAÇÃO DE IMÓVEL À PROGRAMAS HABITACIONAIS MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

DECRETO N° 215/2026

Súmula: Declara a destinação de imóvel à programas habitacionais moradias de interesse social, revogando-se as disposições em contrário.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, Senhor Ademar Luiz Burckhardt, no exercício das funções e das atribuições que lhe são inerentes e amparado nos artigos 5°, letra "m", e 6°, "caput", do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações; Lei 295/2023; bem como, face ao contido no art. 56, V da Lei Orgânica do Município, , além de toda legislação vigente pertinente ao caso,

DECRETA

Art. 1° - Fica decretado a destinação do lote vinculado à **matrícula n° 12.779,** abaixo descrito, situado no perímetro urbano do município, para **implementação de programas habitacionais, moradias de interesse social**:

"Ao Norte - por duas linhas reta e secas, a primeira com azimute 349º35'13", distância de 119,88 metros, confronta com Lote rural nº 50-J, anteriormente denominado de Parte Destacada dos Lotes nº 50 e 51, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, a segunda com azimute 349º35'13", distância de 79,00 metros, confronta com o Lote rural nº 50-G, subdivisão do Lote nº 50, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Sul - por uma linha reta e seca, com azimute 169º24'30", distância de 185,42 metros, confronta com o Lote nº 50-N-1, subdivisão de Parte Destacada dos lotes nº 50 e 51, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Leste - por uma linha reta e seca, com azimute 253º16'35", distância de 105,00 metros, confronta com a Rua Antônio Zeca; Ao Oeste - por uma linha reta e seca, com azimute 80º39'03", distância de 103,80 metros, confronta com o Lote rural nº 50-N-3, subdivisão do Lote rural nº 50-N, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta.

Art. 2° - A presente destinação deverá ser registrada e averbada no respectivo Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-PR.

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Catanduvas/PR, em 10 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Heitor Nicanor Pontes Cardoso da Silva
Código Identificador:1EDCA3DA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO N° 216/2026 - DECLARA A DESTINAÇÃO DE IMÓVEL À PROGRAMAS HABITACIONAIS MORADIAS DE INTERESSE SOCIAL, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, Senhor Ademar Luiz Burckhardt, no exercício das funções e das atribuições que lhe são inerentes e amparado nos artigos 5°, letra "m", e 6°, "caput", do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações; Lei 295/2023; bem como, face ao contido no art. 56, V da Lei Orgânica do Município, , além de toda legislação vigente pertinente ao caso,

DECRETA

Art. 1° - Fica decretado a destinação do lote vinculado à **matrícula n° 12.780,** abaixo descrito, situado no perímetro urbano do município, para **implementação de programas habitacionais, moradias de interesse social**:

"Uma área de terras rural constituída pelo Lote n° 50-N-3 (cinquenta-n-três), subdivisão do lote n° 50-N, medindo 28.400,00m² (vinte e oito mil e quatrocentos quadrados), ou seja 2,84ha, sem benfeitorias, situado na Gleba n° 03 (três), da Colônia Tormenta, no perímetro urbano do Município e Comarca de Catanduvas - PR, com os seguintes limites e confrontações: Ao Norte - por quatro linhas reta e secas, a primeira com azimute 349º35'13", distância de 88,00 metros confronta com o Lote urbano nº 51-M, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, a segunda com azimute 349º35'13" e distância de 55,00 metros confronta com lote rural nº 51-Remanescente, subdivisão do Lote nº 51-A, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, a terceira com azimute 349º35'13", distância de 55,00 metros, confronta com o Lote urbano nº 51-A-B, anteriormente denominado de Parte Destacada do Lote nº 51-A, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta, a quarta com azimute 349º35'13" e distância de 100,12 metros, confronta com Lote rural nº 50-J, anteriormente denominado de Parte Destacada dos Lotes nº 50 e 51, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Sul - por uma linha reta e seca, com azimute 169º24'30", distância de 200,26 metros, confronta com o lote nº 50-N-1, subdivisão de Parte Destacada dos Lotes nº 50 e 51, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Leste - por uma linha reta e seca, com azimute 260º39'03", distância de 103,80 metros, confronta com o Lote rural nº 50-N-2, subdivisão do lote rural nº 50-N, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Sudoeste - por uma linha reta e seca, com azimute 146º06'09", distância de 98,17 metros, confronta com o Lote rural nº 51-J, Destacado do Lote nº 51, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta; Ao Oeste - por uma linha reta e seca, com azimute 88º14'16", distância de 64,78 metros, confronta com Lote rural nº 35 Remanescente, subdivisão do Lote nº 35-Remanescente, da Gleba nº 03, da Colônia Tormenta."

Art. 2° - A presente destinação deverá ser registrada e averbada no respectivo Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-PR.

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Catanduvas/PR, em 10 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Heitor Nicanor Pontes Cardoso da Silva
Código Identificador:1697B708

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 242/2026 - EXONERA SERVIDOR EM RAZÃO DE APOSENTADORIA

DECRETO Nº 242/2026

Súmula: Exonera servidor em razão de aposentadoria e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 27 de agosto de 2026, em razão de aposentadoria, o servidor CELSO THISEN, CPF nº ***.519.899-**, matrícula nº 43-4, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Em decorrência da exoneração prevista no artigo anterior, fica declarado vago o cargo de Assistente Administrativo, ocupado pelo servidor mencionado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Município de Catanduvas/PR, em 27 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:A25AC079

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NOTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO

Fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA**, para que no prazo de 30 (TRINTA) dias corridos, contados a partir da publicação desta, proceda à limpeza, mantenha limpo, roçado e drenado o(s) lote(s) urbano(s) de sua propriedade, sob pena de aplicação de multa no valor equivalente a **20 UFM** (vinte unidades fiscais do Município) e lançado como dívida ativa nos termos da Lei 011/2012, haja vista a reincidência no descumprimento de notificação aplicada anteriormente. Cabe salientar que, constatado pela Administração Pública Municipal o descumprimento da presente notificação, a mesma procederá através de sua Secretaria de Obras, conforme a seu critério, a limpeza do(s) respectivo(s) terreno(s)e efetuando o lançamento da(s) despesa(s) decorrente(s) do ato

Catanduvas, 27 de agosto de 2026.

OZIEL DE OLIVEIRA
Secretário de administração

NOTIFICADO
BRASIL TELECOM S/A
ATUAL OCUPANTE
RESPONSÁVEL

Rua SÃO PAULO-480
MENINO DEUS
Catanduvas PR

Cada UFM equivale o valor de R$ 101,01 (cento e um reais e um centavo), Exercício fiscal 2026.

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:5E53EC27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026**

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Pregão Eletrônico nº 49/2026**, após a análise e verificação da documentação e a proposta apresentada, bem como resultado dos recursos, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação.

Centenário do Sul/PR, 12 de Agosto de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:71624212

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cerro Azul APROVOU, e eu, Rogério da Silva Godoi, Presidente da Câmara Municipal, PROMULGO o seguinte: DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Ficam APROVADAS, COM RESSALVAS, as Contas do Município de Cerro Azul, referentes ao exercício financeiro de 2018, nos termos do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, consubstanciado no Acórdão de Parecer Prévio nº 195/20 – Segunda Câmara, e do Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Cerro Azul.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício PREFEITO VALDEMIR SANTOS PORFÍRIO, Câmara Municipal de Cerro Azul, em 25 de agosto de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:8A395A44

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 324/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Cerro Azul e sua Diretoria Executiva, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 75, de 30 de novembro de 2017, que regulamenta o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Cerro Azul.

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Cerro Azul, para mandato de 02 (dois) anos:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
a) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
Titular: WENDER G. MOREIRA
Suplente: LARANA A. MANGGER MIGUEL
b) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: EMANOELLE DE CASSIA STIVAL
Suplente: JOÃO PAULO MONTEIRO FERNANDES
c) Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-Paraná
Titular: KARLA FABIANE ZIELINKI
Suplente: MARCOS ROBERTO SANTOS
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associações e/ou Cooperativas da Agricultura Familiar ou de Produtores Rurais
Titular: RAFAEL DE ALMEIDA MONTEIRO CROPOLATO
Suplente: _____
Titular: _____
Suplente: _____
b) Produtores Orgânicos
Titular: JOSÉ WILSON
Suplente: ADEMIR COUTINHO

c) Comunidades
Titular: GENESIO ANGELO ANACLETO
Suplente: _____
d) Sindicatos Rurais ou da Agricultura Familiar
Titular: FRANCISCO EUDES DA SILVA
Suplente: JOÃO CARLOS OLIVEIRA
Titular: EDUARDO DE PAULA
Suplente: _____
e) Movimentos e Pastorais de Entidades Religiosas
Titular: MARIALBA LOVATO
Suplente: VALDETE PEREIRA DE SOUZA
Titular: _____
Suplente: _____
f) Povos e Comunidades Tradicionais
Titular: _____
Suplente: _____
g) APAE Cerro Azul
Titular: DUCIMARA TABORDA PRESTES
Suplente: PAMELA DA COSTA ROSA
h) Feira Livre de Cerro Azul
Titular: ROSIMERE RAAB ROCHA
Suplente: _____
i) PROVOPAR Cerro Azul
Titular: _____
Suplente: _____
Art. 2º Fica homologada a composição da Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Cerro Azul, eleita em reunião plenária, conforme respectiva ata, ficando assim constituída:
I – Presidente: ADEMIR COUTINHO;
II – Vice-Presidente: ROSIMERE RAAB ROCHA;
III – Secretário(a): JOÃO PAULO MONTEIRO FERNANDES.
Art. 3º O mandato dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, nos termos da regulamentação vigente.
Art. 4º A função de membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA de Cerro Azul é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Cerro Azul/PR, 25 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Cerro Azul

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:D95BDA65

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 331/2026.

Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, MARILEI JAQUETTI ANDOLFATO, portadora do CPF nº 609. ***. ***-34, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Comunicação, símbolo CC-03, ficando lotado na Secretaria Municipal de Governo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

Art. 1º Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, MARILEI JAQUETTI ANDOLFATO, portadora do CPF nº 609. ***. ***-34, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Comunicação, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-03, ficando lotado na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:FC20D41A

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 332/2026.

Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, MARILEI JAQUETTI ANDOLFATO, portadora do CPF nº 609. ***. ***-34, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Merenda Escolar, símbolo CC-03, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

Art. 1º Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, MARILEI JAQUETTI ANDOLFATO, portadora do CPF nº 609. ***. ***-34, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Merenda Escolar, símbolo CC-03, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:45CEA71D

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 333/2026.

Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, MIRIELLEN CERBELO CARVALHO, portadora do CPF nº 149. ***. ***-02, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Manutenção, símbolo CC-03, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

Art. 1º Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, MIRIELLEN CERBELO CARVALHO, inscrita no CPF sob o nº 149. ***. ***-02, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Manutenção, símbolo CC-03, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:6AF44DA6

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 334/2026.

Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, MIRIELLEN CERBELO DE CARVALHO, portadora do CPF nº 149.***.***-02, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico, símbolo CC-03, integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Turismo.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,

DECRETA:

Art. 1º Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, MIRIELLEN CERBELO DE CARVALHO, portadora do CPF nº 149. ***. ***-02, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-03, ficando lotado na Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:DC22801F

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL Nº 012.005/2026 – CONVOCAÇÃO PSS

A **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Edital nº 005/2026, **TORNA PÚBLICA** a presente **CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS**, para fins de apresentação e demais providências necessárias à contratação, conforme a ordem de classificação e a necessidade da Administração Pública.

Os candidatos relacionados neste Edital ficam **CONVOCADOS a comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos – RH**, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da publicação deste Edital, para apresentação da documentação exigida e demais procedimentos necessários à formalização da contratação.

O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, poderá implicar a **perda**

do direito à contratação, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026.
A convocação observará rigorosamente a **ordem de classificação**, bem como a necessidade e disponibilidade de vagas da Administração.

SEDE - Geral		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Rosemari Raab Rocha	**AC**
2°	Rosemeri Von Der Osten	**AC**
3°	Claudete de Jesus Farias Bestel	**AC**
4°	Andréia Cristiane Coutinho	**AC**
5°	Ivete da Aparecida dos Santos Pedroso	**AC**
6°	Renata do Rosário Miranda	**PCD**
7°	Adriane do Carmo Lourenço	**AC**
8°	Marcos Pereira dos Santos	**AC**
9°	Jaqueline Tavares de Araújo	**AC**
10°	Andreia Falavigna de Oliveira	**AC**
11°	Katiele Coutinho de França	**AD**
12°	Franciele Socher	**AC**
13°	Vanessa Mangger	**AC**
14°	Idimeia da Silva	**AC**
15°	Niquele Cristini de Souza	**AC**
16°	Laercio dos Anjos do Nascimento	**AC**
17°	Mariete Santana De França	**AC**
18°	Cristiane Mottim	**AC**
19°	Tatiana Aparecida Santana	**AC**
20°	Suzana Aparecida Board Platner	**AC**
21°	Marcia Regina Correa de Moraes Silva	**AC**

REGIÃO 1 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Silmara do Rocio dos Santos	**AC**
2°	Eudete Vaz do Nascimento Camargo	**AC**

REGIÃO 2 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Fabiana de Pontes	**AC**
2°	Janete krawczuk	**AC**

REGIÃO 3 - GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATA(O)**	**PONTUAÇÃO**
1°	Silvia Leticia Siqueira	**AC**
2°	Sirlene Cordeiro de Matos	**AC**
3°	Danieli Aparecida Martins	**AC**

Cerro Azul/PR, 25 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:2A0882A0

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 50 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – REFIS/2026, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – REFIS/2026, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Cerro Azul – REFIS/2026, referente ao exercício financeiro de 2026, destinado a promover a regularização de débitos de pessoa física ou jurídica junto ao Município de Cerro Azul/PR, inclusive aqueles relativos a:

I - Impostos;

II - Taxas;

III - Contribuições de melhorias;

IV - Multas;

V- Outros débitos não tributários.

Art. 2º Os débitos tributários e não tributários, descritos no artigo anterior podem ser constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 3º O REFIS/2026 nos termos desta Lei terá vigência de 1º de setembro de 2026 até o dia 04 de dezembro de 2026.

§ 1º O contribuinte poderá optar pelo pagamento em cota única até final do REFIS/2026, ou seja, até 04 de dezembro de 2026, com dispensa total da multa e dos juros, mantendo-se a correção monetária.

§ 2º Caso não opte pelo pagamento em cota única, o contribuinte poderá efetuar o parcelamento dos débitos nos termos abaixo discriminados:

I - redução de 80% (oitenta por cento) dos juros e da multa de mora, para pagamento em até 12 (doze) meses, mantendo-se a correção monetária, inclusive com sua incidência sobre cada parcela mensal;

II - redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros e da multa para pagamento em 24 (vinte e quatro) meses, mantendo-se a correção monetária, inclusive com sua incidência sobre cada parcela mensal;

III - para pagamentos acima de 24 (vinte e quatro) meses, será mantido integralmente juros, multa, e correção monetária, inclusive a incidência desta sobre cada parcela mensal;

IV - o parcelamento poderá ser solicitado em até 60 (sessenta) parcelas, desde que o valor mínimo da prestação não seja inferior a R$ 100,00 (cem reais).

§ 3º Para os débitos acima de R$ 50,000,00 (cinquenta mil reais) o parcelamento poderá ocorrer em até 80 (oitenta) meses, desde que o valor mínimo da prestação não seja inferior a R$ 100,00 (cem reais), nesse caso será mantido integralmente juros, multa, e correção monetária, inclusive a incidência desta sobre cada parcela mensal

Art. 4º Fica estabelecido o IPCA como índice para correção dos valores devidos inclusive para as parcelas em atraso.

Art. 5º Os contribuintes com débitos tributários ou não tributários já parcelados poderão aderir ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2026, nesse caso os pagamentos já realizados serão abatidos, ou seja, amortizados no valor das inscrições que estavam parceladas.

Art. 6º A opção pelo REFIS/2026 sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários ou não, nele incluídos.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS/2026 sujeita o contribuinte:

I - Ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II - Ao pagamento regular dos débitos municipais com vencimento posterior a vigência desta lei.

Art. 7º Resulta em rescisão automática do parcelamento a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não.

§ 1º Resulta em rescisão automática do parcelamento a falta de pagamento de até 2 (duas) parcelas, quando quitadas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 2º O contribuinte será excluído do REFIS/2026 mediante ato do gestor do setor de tributação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º No caso de rescisão do parcelamento do REFIS/2026, os pagamentos realizados serão abatidos, ou seja, amortizados no valor das inscrições que estavam parceladas.

§ 4º A exclusão do contribuinte do REFIS/2026 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 8º No caso de rescisão de parcelamento anterior, é possível ao contribuinte aderir ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2026, contudo, para que a adesão seja aceita, é necessário o pagamento da primeira parcela equivalente:

I - a 10% (dez inteiros por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja inscrição com histórico de somente um parcelamento anterior rescindido; ou

II - a 20% (vinte inteiros por cento) do total dos débitos consolidados, caso haja inscrição com histórico de mais de um parcelamento anterior rescindido.

Parágrafo único. Esses valores serão calculados automaticamente pelo sistema do fisco no momento da emissão da guia da primeira parcela do reparcelamento.

Art. 9º A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2026 dar-se-á mediante requerimento expresso ou verbal do contribuinte junto ao setor de tributação, o qual será aperfeiçoado através do acordo de parcelamento ou do pagamento da parcela única, também devendo comprovar o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em caso de débitos já executados judicialmente.

Parágrafo único. No requerimento do contribuinte e no acordo de parcelamento deverão constar a forma de adesão ao REFIS/2026 com o número de parcelas e seus respectivos valores, observados o valor mínimo de cada parcela e o número de máximo de meses estipulados nos parágrafos 2º e 3º, do art. 3º, da presente Lei.

Art. 10. A inclusão no REFIS/2026 fica condicionada ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos a ser formulado pelo contribuinte bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

Parágrafo único. Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar as custas judiciais e se cabíveis os honorários arbitrados que serão pagos integralmente, juntamente com o pagamento da primeira parcela

Art. 11. A critério do Município após parecer jurídico e avaliação pela comissão executiva de avaliação poderá o optante pelo REFIS/2026, saldar parcial ou totalmente seus débitos de qualquer natureza, ainda que não tributários, por dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 12. O contribuinte poderá compensar do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos e certos oriundos de despesas correntes e de investimentos que possua contra o município, permanecendo no REFIS/2026 o saldo do débito que eventualmente remanescer.

Parágrafo único. O contribuinte, que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção além da declaração do valor dos débitos a parcelar a declaração do valor de seu crédito liquido a origem respectiva.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei entende-se por débitos tributários e não tributários os valores inscritos ou não em dívida ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, a respeito dos quais não haja qualquer pendência de defesa administrativa ou de recurso judicial, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento e, tratando-se de débitos originalmente exigíveis em prestação, somente aqueles totalmente vencidos.

§ 1º Havendo defesa administrativa ou recurso judicial, o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar.

§ 2º A adesão poderá ser formalizada até 04 de dezembro de 2026.

Art. 14. O pedido de parcelamento deverá ser formulado pelo próprio sujeito passivo ou por representante munido de procuração com poderes para tal em caso de pessoa física, ou pelo sócio administrador ou representante legal no caso de pessoa jurídica.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:8E43F889

SECRETARIA DE GOVERNO
RETIFICAÇÃO DECRETO Nº: 328/2026.

Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº. 98*****64- SSP/PR e CPF n° 064. *****-70, do exercício da função gratificada (FG2), ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 001, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:

ART.1º - Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº 98. ******-64 SSP/PR e CPF n° 064. ******-70, do exercício da função gratificada (FG2), ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:F0C7D756

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1162, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 14(CATORZE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAQUEL DE FATIMA BRAINE, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 1162, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 14(catorze) dias de férias regulares a servidora pública municipal Raquel de Fatima Braine, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 14(catorze) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Raquel de Fatima Braine, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 01/07/2024 a 30/06/2025 Para usufruir a partir de 15 de setembro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E1C53016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1163, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALYARA MONTEIRO DA SILVA DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO.

PORTARIA Nº 1163, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Alyara Monteiro da Silva de Matos, ocupante do cargo de Agente Comunitário.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:
Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Alyara Monteiro da Silva de Matos, ocupante do cargo de Agente Comunitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2025 a 09/06/2026. Para usufruir a partir de 21 de setembro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:FA7404DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1164, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA EVELINE ROSNER DE PONTES LEAL, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO.

PORTARIA Nº 1164, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Carla Eveline Rosner de Pontes Leal, ocupante do cargo de Agente Comunitário.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Carla Eveline Rosner de Pontes Leal, ocupante do cargo de Agente Comunitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 10/06/2025 a 09/06/2026. Para usufruir a partir de 11 de setembro do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:94942A8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 017/2026

CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO: 987501 - 8/2026

O Prefeito Municipal, Edson Cordeiro do Nascimento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da **Lei Federal nº 14.133/2021** e alterações posteriores, considerando a análise e o relatório conclusivo exarado pelo Pregoeiro, **resolve:**

I. HOMOLOGAR o resultado do **Pregão Eletrônico nº 017/2026**, que tem como objeto a Aquisição de rações comerciais destinadas a alimentação de cães sob a responsabilidade do Setor de Proteção Animal, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – Sistema Registro de Preços, nas seguintes condições:

II. ADJUDICAR OS ITENS ABAIXO EM FAVOR DAS EMPRESAS:

· **CAVIZO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIA LTDA - CNPJ: 50.552.522/0001-74**.
Vencedora do item 01.
Valor total: R$ 43.290,00 (quarenta e três mil, duzentos e noventa reais).
· **AGRO J.R. CERRO AZUL LTDA – CNPJ: 62.673.953/0001-78.**
Vencedora do item 02.
Valor total: R$ 3.535,00 (três mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 27 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:4882F1DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N. 335/26

DECRETO N.335/2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 482.067,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispõe o paragrafo 2º do artigo 167 da CFB e o artigo 45 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETO

Art. 1º Fica autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 482.067,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e sessenta e sete reais), autorizado pela Lei n.º 49/2026, para reforço de dotações consignadas no orçamento geral do Município de Cerro Azul, para o exercício financeiro de 2026, com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo descriminado:

Órgão:	14.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
Unidade Orçamentária:	14.01	Manutenção do Departamento de Esportes	
27.812.0340.2.059		Manutenção do Departamento de Esportes	
Fonte:	403	Parque Turístico	
4.4.90.51.00		Obras e Instalações	R$ 482.067,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 482.067,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R$ 482.067,00

Art. 2° Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1°, os recursos conforme especificados abaixo:

I – Excesso de Arrecadação no valor de R$ 482.067,00 na fonte 403 – Governo Federal.

Art. 3° O Poder Executivo fica autorizado a suplementar por Decreto, o crédito a que se refere o art. 10, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4° Fica incluída no Anexo II – Metas da Administração Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Municipal nº 39/25 e na Lei Municipal nº 40/25 – Plano Plurianual, a ação discriminada no art. 10, desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:FEDF5911

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI N. 49/26

LEI Nº49 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 482.067,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 482.067,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e sessenta e sete reais), para inclusão na Lei Municipal nº 61 de 18 novembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cerro Azul para o exercício financeiro de 2026, de projeto orçamentário com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo descriminado:

Órgão:	14.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
Unidade Orçamentária:	14.01	Manutenção do Departamento de Esportes	
27.812.0340.2.059		Manutenção do Departamento de Esportes	
Fonte:	403	Parque Turístico	
4.4.90.51.00		Obras e Instalações	R$ 482.067,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 482.067,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R$ 482.067,00

Art. 2° Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1°, os recursos conforme especificados abaixo:

I – Excesso de Arrecadação no valor de R$ 482.067,00 na fonte 403 – Governo Federal.

Art. 3° O Poder Executivo fica autorizado a suplementar por Decreto, o crédito a que se refere o art. 10, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4° Fica incluída no Anexo II – Metas da Administração Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Municipal nº 39/25 e na Lei Municipal nº 40/25 – Plano Plurianual, a ação discriminada no art. 10, desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:8903F47F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 08/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÚMULA: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE FUNCIONAL.

PORTARIA Nº 08/2026 – Secretaria Municipal de Saúde

SÚMULA: Instaura Sindicância Administrativa para apuração de possível irregularidade funcional.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, ALCICLÉIA DA GUIA JAQUETTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, pela Lei Orgânica Municipal e demais normas correlatas, especialmente nos termos da Lei Municipal nº 03/2022 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul, e

CONSIDERANDO:

O teor do Processo Administrativo encaminhado a esta Secretaria Municipal de Saúde, contendo informações relacionadas à servidora R.F.B.;

A existência de elementos que apontam para a necessidade de esclarecimento acerca de possíveis irregularidades envolvendo valores depositados em favor da referida servidora;

Que os fatos atribuídos à referida servidora apresentam circunstâncias próprias, recomendando-se sua apuração individualizada, sem antecipação de qualquer juízo quanto à existência de infração funcional ou responsabilidade da servidora;

O dever da Administração Pública de zelar pela legalidade, moralidade, eficiência e interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

Que, conforme dispõe o art. 219 da Lei Municipal nº 03/2022, a sindicância será instaurada por ordem do chefe da unidade administrativa à qual estiver subordinado o servidor;

Que, nos termos do art. 220 da Lei Municipal nº 03/2022, a sindicância será conduzida por comissão especialmente designada;

Que compete à Comissão Sindicante realizar as oitivas e demais diligências que entender necessárias à completa elucidação dos fatos, nos termos do art. 223 da Lei Municipal nº 03/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa com a finalidade de apurar fatos relacionados a possível irregularidade funcional atribuída à servidora R.F.B., ocupante de cargo efetivo no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente quanto à origem, natureza, regularidade e circunstâncias dos valores depositados em seu favor, conforme elementos constantes do Processo Administrativo.

Art. 2º Designar, nos termos do art. 220 da Lei Municipal nº 03/2022, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Sindicante, todos servidores efetivos e estáveis do Município de Cerro Azul/PR:

I – Evellyn Thais Pereira - Cpf Nº 056.7**.*** -05 – Presidente;
Ii – Ivaneza Raquel de Castro - Cpf Nº 066.3**.***-60 – Membro;
Iii – Alexandra Merise Bestel - Cpf Nº 016.1**.***-14 – Membro.

Parágrafo único. Compete à Presidente da Comissão designar, dentre seus membros, aquele que exercerá a função de Secretário(a) dos trabalhos, sem prejuízo do direito a voto, conforme dispõe o inciso II do art. 220 da Lei Municipal nº 03/2022.

Art. 3º A Comissão Sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão deverão observar rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, bem como o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Concluídos os trabalhos, deverá ser apresentado relatório na forma do art. 224 da Lei Municipal nº 03/2022, indicando os fatos apurados e, sendo o caso, a existência de eventual irregularidade funcional e de indícios de autoria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Cerro Azul/PR, 27 de Agosto de 2026.

ALCICLÉIA DA GUIA JAQUETTI
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Thamires Vitoria Ap. Adriano Dos Santos
Código Identificador:2A759061

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 209/2026

DECRETO: 209/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 844.440,27 (oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 844.440,27 (oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

06 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

06.001 - Administração S. M. A. S.

06.001.0008.0244.0018.2017 - Manutenção da Unidade da Assistência Social

3390930000 - Indenizações e restituições
R$ 49.440,27
07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.002 - Fundef/fundeb

07.002.0012.0365.0020.2062 - EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
R$ 795.000,00
Total: R$ 844.440,27

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

10400 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
R$ 795.000,00
920 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais
R$ 49.440,27

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A9ECB139

GABINETE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 13/2026

Conselho Municipal da Assistência Social
Clevelândia-Pr

Resolução de Aprovação do CMAS – Clevelândia/PR

Resolução CMAS nº 13/2026

SÚMULA – Aprova a Planilha de item para aquisição de um veículo utilitário com o recurso referente a emenda parlamentar nº 4105706202230001, destinado a Unidade Beneficiária APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia :

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS – de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1.421/95 alterada pela Lei 2.421/2012 e conforme deliberação em reunião extraordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Trabalho destinado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Clevelândia CNPJ nº 78.686.128/0001-49, juntamente com a Planilha de Item contendo a aquisição de um Veículo Utilitário de 07 lugares com o recurso da emenda parlamentar que tem como espelho da programação nº 4105706202230001 – incluindo o valor do rendimento da aplicação.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 12 de agosto de 2026.

ALINE DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E65EBF00

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026 - PROCESSO Nº 48/2026

Objeto: Solicitar reabertura de processo licitatório objetivando a alienação (Leilão) das árvores nativas existentes no Loteamento da Luz, Bairro Sinval Martins. Cumpre ressaltar que o corte das árvores em questão foi regularmente liberado pelo Instituto Água e Terra - IAT, conforme Autorização de Exploração n°. 2041.4.2023.13723, válida até 14 de agosto do próximo ano. Esta extração vegetal, que será realizada no imóvel municipal situado a Rua 7 de Setembro, s/n°, bairro Sinval Martins Araújo, em gleba urbana denominada de lote n°. 01 da quadra n°. 500 (Matrícula n°. 14.986), tem o escopo de viabilizar a instalação do Loteamento da Luz, empreendimento este onde serão construídas unidades habitacionais de interesse social.

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

MADEREIRA SERBEMA LTDA - CNPJ: 79.849.022/0001-80

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	124,61	M³	MADEIRA EM PÉ - Araucaria angustifolia (pinheiro-do-paraná)	284,4572	25.446,2117
2	19,3	M³	MADEIRA EM PÉ - Nativas Diversas	109,3927	2.111,2791
3	45,91	M³	Lenha	35,8014	1.643,6423

Clevelândia, 27 de agosto de 2026

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:9DFFCAFC

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 – PROCESSO Nº. 50/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 50/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2026 – PROCESSO Nº. 50/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e PELLIZZARO AUTOPECAS LTDA.
1. DO OBJETO:
1.1 Contratação, para futura e eventual Prestação de Serviços de alinhamento e geometria, balanceamento, cambagem e alinhamento de caster para veículos, rodizio e conserto de pneus, para fins de manutenção da frota Municipal, a fim de garantir a segurança de todos os usuários dos transportes e atendimento das necessidades da população
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 Em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$. 419.788,50 (quatrocentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.
Clevelândia, 27 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:70D7E9E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 100/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e' c/c art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; no art. 79, inc. VI e art. 92, ambos da Lei nº 1.348, de 30 de julho de 2014, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Conceder **Licença Paternidade**, pelo período de 05 (cinco) dias, ao servidor ANDRÉ LUÍS CARNEIRO ROMÃO, brasileiro, , técnico de gestão legislativa, portador da Cédula de Identidade RG nº *.218.***-**-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.106.***-**, a partir do dia 26 de agosto de 2026, sem prejuízo da remuneração.

Colombo, 27 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:871DCD23

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 99/2026

Institui procedimentos para a tramitação de processos de licitação e de contratação direta no âmbito da Câmara Municipal de Colombo.

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento nos artigos 13, III e 25, VII, da Lei Orgânica Municipal, e nos artigos 37, IV e XI, 'e', e 38, V, ambos do Regimento Interno da Câmara;

Considerando a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando que o Poder Executivo Municipal editou o Decreto Municipal nº 133, de 19 de novembro de 2021, regulando a aplicação da Lei nº 14.133/2021, e a necessidade de revisar a Portaria nº 039/2023 que instituiu procedimentos para a tramitação de processos de licitação e de aquisição direta no âmbito da Câmara Municipal de Colombo;

Considerando a Lei Municipal nº 1.777, de 27 de maio de 2024, que instituiu o Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Colombo, vinculado à Divisão de Administração, atribuindo-lhe as competências para a coordenação e execução centralizada dos procedimentos de aquisição de bens e de contratação de serviços no âmbito da Câmara;

Considerando a necessidade de adequar os procedimentos previstos na Portaria nº 039, de 9 de maio de 2023, à nova estrutura administrativa, revisando-os e consolidando-os nesta Portaria,

RESOLVE:

Dispor sobre os procedimentos que deverão ser adotadas pela Câmara Municipal de Colombo nos processos de licitação e de contração direta, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos relativos aos processos de licitação e de contratação direta no âmbito da área administrativa da Câmara Municipal de Colombo obedecerão ao disposto nesta Portaria, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º Os processos de licitação e de contratação da Câmara Municipal de Colombo observarão os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Na ausência de disciplina específica na legislação municipal ou em regulamento próprio, aplicam-se subsidiariamente, no que couber, aos processos administrativos da Câmara Municipal de Colombo os princípios e as regras da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 4º O disposto nesta Portaria não se aplica ao processo legislativo.

Art. 5º As licitações e as contratações realizadas pela Câmara Municipal de Colombo adotarão as definições e conceitos do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º O Plano de Contratações Anual é o documento que consolida as demandas que a Administração Municipal pretende contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração, com o objetivo de racionalizar as contratações da Câmara Municipal de Colombo, para garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

Art. 7º O Plano de Contratações Anual será elaborado em duas fases, a primeira para fins orçamentários, e a segunda para organização do calendário de licitações e divulgação no sítio eletrônico oficial.
§ 1º A primeira fase será desenvolvida com a elaboração da proposta orçamentária disponibilizada pela Divisão de Finanças, e a segunda, pela Divisão de Administração.
§ 2º Quando do encaminhamento da proposta orçamentária, cada órgão da Câmara Municipal deverá indicar os objetos que pretende contratar no exercício seguinte, informando o item a ser contratado, com base na natureza de despesa.
§ 3º A segunda fase do Plano de Contratações Anual será realizada pela Divisão de Administração que concentrará, sempre que possível, as demandas por objetos de mesma natureza, de forma a reduzir custos, unificar e organizar os processos de contratação ao longo do exercício, em formato de calendário anual.
§ 4º Os órgãos encaminharão à Divisão de Administração, os objetos que pretendem contratar no exercício seguinte, informando:
I - o item a ser contratado, com base na natureza de despesa;
II - a unidade de fornecimento do item;
III - a quantidade estimada a ser adquirida ou contratada;
IV - a estimativa preliminar do valor;
V - a classificação da prioridade de contratação entre baixa, média e alta, considerando a necessidade a ser suprida;
VI - a data desejada para a contratação; e
VII - a existência de vinculação ou dependência de contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos processos de contratação serão realizados.
§ 5º Os órgãos utilizarão, preferencialmente, os dados do Catálogo Eletrônico e Padronização do Governo Federal.
§ 6º Desde que justificado, as demandas cuja natureza não permitirem quantificação com exatidão, poderão ser descritas de forma estimativa, quando da elaboração do Plano de Contratações Anual.

Art. 8º O Plano de Contratações Anual apresentará linguagem e formato que facilitem sua compreensão e será divulgado e mantido atualizado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.
§ 1º Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual somente poderá ser alterado desde que justificadamente.
§ 2º As alterações aprovadas deverão ser incorporadas à versão atualizada do Plano de Contratações Anual e divulgadas pelos mesmos meios previstos no caput.

Art. 9º Para fins da estimativa preliminar de valor, poderá ser adotada metodologia simplificada, com a consulta de um único preço ou do último preço praticado pela Administração Municipal, atualizado.
Parágrafo único. A estimativa prevista neste artigo possui caráter exclusivamente preliminar e destina-se ao planejamento da contratação, não substituindo a estimativa formal do valor da contratação a ser realizada na fase preparatória, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e desta Portaria.

Art. 10. Para a elaboração do Plano de Contratações Anual serão adotados os seguintes prazos:
I - os setores demandantes encaminharão todas as contratações pretendidas até o dia 30 de junho à Divisão de Finanças (Fase I) que, após a verificação de compatibilidade orçamentária, enviará para a Divisão de Administração (Fase II);
II - os demandantes poderão solicitar alterações no Plano de Contratações Anual à Divisão de Administração até o dia 30 de novembro;
III - integram a terceira linha de defesa o órgão central de controle interno competente e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no exercício de suas respectivas competências.

CAPÍTULO III
DO CONTROLE DE RISCOS

Art. 11. Para o controle das contratações públicas realizadas pela Câmara de Colombo serão adotados mecanismos de gestão de riscos, estruturados em 3 (três) linhas de defesa, nos termos do art. 169 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:
I - integram a primeira linha de defesa os agentes públicos que atuam na fase preparatória dos processos de contratação, os agentes de contratação, os pregoeiros, os membros de equipes de apoio, os membros de comissão de contratação e de comissão permanente de licitação, e os que atuam na gestão e na fiscalização dos contratos, bem como os diretores e chefes de divisão;
II - integram a segunda linha de defesa o Departamento Jurídico e o Controle Interno da Câmara Municipal de Colombo; e
III - integram a terceira linha os órgãos de controle externo.

Art. 12. A implementação das práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo é de responsabilidade da alta administração da Câmara Municipal, observadas as competências da Presidência e da Diretoria Geral.
§ 1º Compete ao Setor de Compras e Licitações coordenar e executar, no âmbito dos processos de contratação, os mecanismos de gerenciamento de riscos relacionados às atividades de planejamento, seleção do fornecedor e formalização da contratação.
§ 2º Compete à Diretoria Geral e à Presidência supervisionar a implementação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive quanto à capacitação dos agentes públicos e à gestão e fiscalização dos contratos.
§ 3º A distribuição das atribuições prevista neste artigo não afasta a responsabilidade de cada agente público pelos atos praticados no exercício de suas competências.

Art. 13. Os mecanismos de gestão de riscos e controle preventivo serão desenvolvidos contemplando:
I - a adoção de práticas formais e sistemáticas de gerenciamento de riscos, com definição da identificação, avaliação, controle, tratamento e mitigação dos riscos relacionados à legalidade, integridade e obtenção dos resultados pretendidos nos processos de contratação;
II - a elaboração, quando pertinente, de mapas, matrizes ou outros instrumentos de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos relacionados ao processo de contratação, com indicação das respectivas medidas preventivas e de mitigação;
III - o aperfeiçoamento dos sistemas de controle interno, observado o princípio da segregação de funções.
Parágrafo único. A matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado constitui instrumento contratual específico e será adotada nas hipóteses e condições previstas no art. 22 da Lei nº 14.133/2021, sendo obrigatória nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 14. As licitações e os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Colombo observarão as seguintes diretrizes:
I – padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas dos contratos;
II – busca da maior vantagem competitiva para a Câmara Municipal, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
III – utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
IV – acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Parágrafo único. Aplicam-se às licitações da Câmara Municipal de Colombo as disposições constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO V
DA CENTRALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Art. 15. As contratações da Câmara serão centralizadas no Setor de Compras e Licitações, subordinado à Divisão de Administração, que realizará os procedimentos necessários à execução dos processos de contratação.
§ 1º As fases preparatórias dos processos de contratação serão executadas pelo Setor de Compras e Licitações, podendo haver delegação desta competência em situações específicas, devendo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ser formalizado pelos setores demandantes.
§ 2º O Setor de Compras e Licitações coordenará a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, em conjunto com o setor demandante e, quando necessário, com a área técnica competente, utilizando como elemento inicial as informações constantes do Documento de Formalização de Demanda — DFD.

Art. 16. Para o início do processo de contratação será necessário o Documento de Formalização de Demanda (DFD), que deverá conter, no mínimo, os seguintes campos: **OBJETO:** descrição sucinta do bem ou serviço pretendido; **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** motivação e o problema a ser resolvido, indicando a solução já utilizada anteriormente pela Câmara, caso aplicável, e o prazo para início e conclusão da execução do serviço ou fornecimento; **DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:** especificação e quantitativo estimado do objeto, com elementos suficientes para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.
Parágrafo único. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, o processo de contratação será executado observando as seguintes fases:
I - fase preparatória: objetiva caracterizar o problema a ser resolvido, identificar no mercado a melhor solução disponível e viável técnica e economicamente, definir o procedimento e as condições de contratação, gerenciar riscos e produzir as minutas dos documentos necessários ao processo de contratação;
II - fase de seleção de fornecedor: corresponde à etapa de avaliação da proposta e das condições de habilitação dos proponentes, a fim de selecionar o fornecedor a ser contratado; e
III - fase de gestão e fiscalização do contrato: corresponde à execução sistemática de procedimentos que visem ao adimplemento contratual, por meio de ferramentas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Colombo, inclusive mediante uso de recursos de tecnologia da informação.

CAPÍTULO VI
DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 17. Serão considerados agentes da fase preparatória do processo de contratação todos aqueles que desempenharem atividades relacionadas à elaboração dos documentos que a integrarão.
§ 1º O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência serão elaborados sob a coordenação do Setor de Compras e Licitações, com a participação do setor demandante e da área técnica competente, quando houver, podendo o agente de contratação e a equipe de apoio prestar auxílio técnico e procedimental, observada a segregação de funções prevista no art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
§ 2º Poderá ser adotada uma comissão para contratações que demandem conhecimento técnico do objeto a ser contratado.
§ 3º Será admitida a contratação de terceiros para auxiliar na fase preparatória.
§ 4º A atuação do Setor de Compras e Licitações na elaboração, coordenação e revisão dos documentos da fase preparatória não transfere ao Setor a responsabilidade pelas informações técnicas, quantitativos, especificações, requisitos e justificativas de necessidade fornecidos pela unidade demandante ou pela área técnica, os quais permanecem sob responsabilidade desta.

Art. 18. A Presidência da Câmara poderá designar servidores integrantes da Comissão de Contratação para compor a equipe de apoio do agente de contratação ou do pregoeiro, mediante designação específica e observada a segregação de funções.

Art. 19. A fase preparatória inclui as seguintes atividades:
I - elaboração do Estudo Técnico Preliminar, caracterizando o interesse público da contratação, com base na descrição do Documento de Formalização de Demanda (DFD);

II - elaboração do Termo de Referência, incluindo a pesquisa de preços que definirá o valor máximo da contratação, com base na solução indicada no Estudo Técnico Preliminar;
III - elaboração da matriz de alocação de riscos, se necessário;
IV - autorização para abertura do processo de contratação;
V - elaboração da minuta do edital, se for o caso;
VI - elaboração da minuta de ata de registro de preços, se for o caso;
VII - elaboração da minuta de contrato, se for o caso;
VIII - análise jurídica do processo de contratação, se for o caso;
IX - autorização para publicação do edital, se for o caso;
X - inserção de dados do processo de contratação no sítio eletrônico oficial; e
XI - publicação do edital ou do ato que autoriza a contratação.
§ 1º Na elaboração dos instrumentos destinados aos fornecedores, não serão realizadas repetições de informações, sendo consideradas parte do edital todas as informações presentes em todos os seus anexos.
§ 2º O Termo de Referência elaborado na fase interna será público para acesso de qualquer interessado.

Art. 20. O Estudo Técnico Preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:
I - a natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;
II - as soluções existentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Câmara Municipal e por outras administrações, se for o caso, e os seus impactos econômicos; e
III - a definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.
Parágrafo único. A observância das soluções já utilizadas anteriormente pela Câmara e por outras administrações não impedirá a adoção de solução inovadora, caso seja a que melhor resolva o problema detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares.

Art. 21. O Termo de Referência constitui documento necessário para a contratação de bens e serviços, e deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
I - definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
III - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
IV - requisitos da contratação;
V - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
VI - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada;
VII - critérios de medição e de pagamento;
VIII - forma e critérios de seleção do fornecedor;
IX - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
X - adequação orçamentária.

Art. 22. O Projeto Básico constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter:
I - levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários à execução da solução escolhida;
II - soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
III - identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como de suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, considerados os riscos e perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo;
IV - informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para sua execução;
V - subsídios para a montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos sua programação, estratégia de suprimentos, normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; e
VI - orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, quando exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Art. 23. O início da fase preparatória dos processos de contratação será autorizado pelo Diretor Geral da Câmara.

Art. 24. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Parágrafo único. Sem prejuízo da divulgação prevista no caput, é obrigatória a publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação, bem como sua divulgação no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

Art. 25. Compete à Presidência da Câmara a designação de servidores de provimento efetivo, com formação compatível ou treinamento específico em licitação e contratação administrativa, para atuarem como agente de contratação, pregoeiro, membro de equipe de apoio ou de Comissão de Contratação.
Parágrafo único. O treinamento deve ser certificado por Escola de Gestão Pública ou pela Escola do Legislativo da Câmara de Colombo.

CAPÍTULO VII
DA PESQUISA DE PREÇOS E
DEFINIÇÃO DE VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

Art. 26. O valor máximo da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto e, sempre que possível, a realidade do mercado local.

Art. 27. A pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente em painel oficial para consulta de preços ou banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP;
II - contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso e estejam atualizados no momento da pesquisa;
IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja justificada a escolha dos fornecedores consultados e que os orçamentos tenham sido obtidos com antecedência não superior a 6 (seis) meses da data de divulgação do edital ou do ato de contratação;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, observado o período e as condições estabelecidos na legislação aplicável.

§ 1º Deverão ser priorizados, sempre que possível, os parâmetros previstos nos incisos I e II, registrando-se nos autos eventual impossibilidade de sua utilização.
§ 2º Poderão ser utilizadas, como elementos complementares da pesquisa, informações constantes de contratações anteriores da própria Câmara Municipal e do Portal Informação para Todos — PIT, ou ferramenta equivalente disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que pertinentes e comparáveis ao objeto pesquisado.
§ 3º A pesquisa direta com fornecedores deverá:
I - ser realizada mediante solicitação formal, inclusive por correio eletrônico;
II - indicar as características e condições relevantes da contratação;
III - conceder prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto; e
IV - registrar, sempre que possível, os fornecedores consultados que não apresentaram resposta.
§ 4º A proposta obtida diretamente de fornecedor deverá conter, no mínimo:
I - descrição do objeto;
II - valor unitário e total;
III - CPF ou CNPJ do proponente;
IV - endereço físico ou eletrônico e telefone de contato;
V - data de emissão; e
VI - identificação do responsável pela proposta.
§ 5º É vedada a adoção de preferência ou distinção na escolha dos fornecedores consultados em razão de sua sede ou domicílio, devendo a seleção das empresas consultadas ser compatível com o mercado pertinente ao objeto.
§ 6º Consultas telefônicas, verificações presenciais de preços e outras formas informais de levantamento poderão ser utilizadas como elementos auxiliares ou complementares da pesquisa, desde que certificadas pelo agente responsável, mas não substituirão, isoladamente, a solicitação formal prevista no inciso IV do caput.
§ 7º Não serão admitidas estimativas obtidas em sítios de leilão, quando os valores divulgados não representarem preços correntes de mercado, nem preços promocionais condicionados a circunstâncias incompatíveis com a contratação pública.
§ 8º Os preços coletados deverão ser submetidos a análise crítica quanto à identidade ou equivalência do objeto, às condições comerciais, às quantidades, ao local de entrega ou execução e aos demais fatores que possam interferir na comparação.

Art. 28. Para definição do valor estimado ou máximo da contratação poderão ser utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme as características do objeto e do mercado pesquisado.
§ 1º O cálculo deverá, preferencialmente, incidir sobre conjunto de 3 (três) ou mais preços válidos, oriundos de um ou mais dos parâmetros previstos no art. 27.
§ 2º Deverão ser desconsiderados, mediante justificativa, os preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.
§ 3º A escolha do método utilizado deverá ser justificada no processo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.
§ 4º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos estatísticos, desde que tecnicamente justificados e aprovados pela autoridade competente.
§ 5º Excepcionalmente, será admitida a definição do valor estimado com base em menos de 3 (três) preços válidos, desde que a insuficiência de referências seja devidamente justificada no processo e aprovada pela autoridade competente.

Art. 29. Nas contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, a estimativa do valor da contratação será realizada, sempre que possível, mediante os parâmetros previstos no art. 27 desta Portaria.
§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto pelos parâmetros ordinários de pesquisa, o futuro contratado deverá comprovar previamente que os preços propostos estão em conformidade com aqueles praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, mediante apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à contratação ou por outro meio idôneo.
§ 2º Nas hipóteses de dispensa em que seja viável a obtenção competitiva de propostas, estas poderão integrar a pesquisa e subsidiar a seleção do fornecedor, sem prejuízo da justificativa de preço e da razão da escolha do contratado.
§ 3º A obtenção de 3 (três) propostas não constitui requisito para caracterização da inexigibilidade de licitação, cuja instrução deverá demonstrar a inviabilidade de competição e os demais requisitos legais aplicáveis.

Art. 30. Nas contratações por inexigibilidade de licitação para participação em cursos ou capacitações, poderão ser utilizados, para comprovação de preço, materiais informativos do organizador do curso, disponíveis publicamente, como folder, página na internet ou outros meios, sem prejuízo da tentativa de negociação do valor, quando houver participação de mais de um servidor municipal.
§1º. Nas contratações de que trata o caput deste artigo, deverá ser apresentada proposta comercial nos termos do § 1º do art. 27 desta Portaria.
§ 2º Quando a contratação decorrer de inexigibilidade fundada no art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, deverão ser demonstrados no processo os requisitos específicos da hipótese legal, inclusive a notória especialização do contratado e a adequação de sua atuação à plena satisfação do objeto.

Art. 31. As obras e serviços de engenharia de vulto ou de alta complexidade serão realizadas pelo Poder Executivo Municipal, nos termos do Termo de Cooperação Técnica firmado entre os Poderes.

Art. 32. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas — BDI e dos Encargos Sociais — ES cabíveis, será definido mediante utilização dos seguintes parâmetros, observada a ordem estabelecida:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras — Sicro, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — Sinapi, para as demais obras e serviços de engenharia;
II - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal ou de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
III - contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, observado o índice de atualização de preços correspondente; e
IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma da regulamentação aplicável.
§ 1º Nas contratações realizadas sem recursos da União, poderão ser utilizados outros sistemas de custos adotados pelo Município, nos termos do § 3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
§ 2º A indisponibilidade de determinado insumo ou serviço no parâmetro precedente deverá ser registrada no processo antes da utilização do parâmetro subsequente.

CAPÍTULO VIII
DAS REGRAS GERAIS DE PROCESSAMENTO
Seção I
Da instrução

Art. 33. Na instrução do processo dever-se-á:
I - ler os autos com a máxima atenção;
II - emitir despacho ou parecer, restringindo-se unicamente ao assunto em exame, de maneira clara, concisa e isenta;
III - citar os dispositivos da legislação;
IV - instruir o processo de maneira a possibilitar a rápida solução deste, não o retendo por prazo superior ao necessário;
V - observar princípios éticos que devem ser dispensados às informações contidas nos documentos, mantendo absoluta discrição sobre eles;
VI - organizar os documentos no processo de acordo com o fluxo administrativo;
VII - informar, obrigatoriamente, no despacho ou parecer, o setor ao qual se destina.

Art. 34. A solicitação de parecer jurídico ou técnico requer prévia e formal requisição, na qual deverá constar de forma detalhada as questões jurídicas e técnicas a serem esclarecidas.

Art. 35. Os processos administrativos de licitação serão autuados observando-se, no que couber, o seguinte desmembramento:

I - Processo Licitatório: reunirá os principais documentos das fases interna e externa da licitação, que são:
a) DFD – Documento de Formalização de Demanda
b) estudos técnicos preliminares;
c) termo de referência ou projeto básico;
d) orçamento estimado;
e) disponibilidade orçamentária**;**
f) edital;
g) a motivação circunstanciada das condições do edital;
h) minuta de contrato, quando necessário;
i) motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 da Lei nº 14.133/2021;
j) pareceres jurídico e técnico;
k) publicidade e impugnação do edital;
l) certame;
m) julgamento;
n) adjudicação
o) homologação ou decisão de revogação/anulação;
p) inclusão das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

II - **Processo de Contratação Direta**: reunirá os principais documentos, como:
a) DFD – Documento de Formalização de Demanda
b) estudo técnico preliminar;
c) termo de referência;
d) cotação de preços;
e) disponibilidade orçamentária;
f) habilitação;
g) pareceres jurídico e técnico;
h) autorização do Diretor Geral;
i) contrato e suas alterações, quando for o caso;
j) Ordem de compra ou empenho;
k) nota fiscal;
l) Comprovante de pagamento
m) inclusão das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 36. O trâmite dos processos poderá ser realizado concomitantemente entre vários setores, desde que as informações inseridas sejam independentes e não cause prejuízo ao processo.

Art. 37. O setor que receber um processo e detectar a existência de quaisquer irregularidades deverá devolvê-lo ao setor que deu causa, comunicando as razões da devolução, bem como solicitando as correções necessárias.

Art. 38. O pedido de cópia de documento ou cópia dos autos deverá ser encaminhado por meio de requerimento, preferencialmente em meio digital, para o Setor de Compras e Licitações.

Art. 39. O conhecimento dos termos dos processos administrativos obedecerá ao que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216, todos da Constituição Federal.

Seção II
Da habilitação

Art. 40. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação à distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 41. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 42. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade junto às pessoas jurídicas que foram sancionadas pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Seção III
Dos prazos

Art. 43. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para a prática dos atos administrativos nos processos de licitação e de contratação direta, podendo ser prorrogado pela chefia imediata.
Parágrafo único. O prazo para a emissão de pareceres jurídicos e técnicos é de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 44. Os prazos previstos nesta Portaria serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:
I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal.
§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:
I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou do recebimento do processo;
II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios, ou pela confirmação do recebimento da comunicação eletrônica.
§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
§ 3º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

Seção IV
Dos agentes de contratação e da equipe de apoio

Art. 45. As funções de agente de contratação serão exercidas por servidor de provimento efetivo designado pelo Presidente da Câmara, cabendo-lhe conduzir o certame licitatório, os procedimentos auxiliares a que se refere a Lei Federal nº 14.133/2021, e a instrução dos processos de contratação direta.

Art. 46. A designação de servidores efetivos para as funções de agente de contratação e para compor a equipe de apoio observará que os servidores tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou que possuam formação compatível, ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público, ou atestada pelo Escola do Legislativo da Câmara de Colombo.

Parágrafo único. Cabe à equipe de apoio dar todo suporte necessário para o bom desenvolvimento das atividades do agente de contratação, assegurando o andamento e a eficiência do procedimento de contratação.
Art. 47. A Comissão Permanente de Licitação pode ser designada como equipe de apoio em contratações.

Seção V
Da gestão e da fiscalização dos contratos

Art. 48. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais e, quando cabível, coordenada por gestor do contrato, designados pela Presidência da Câmara.
§ 1º Compete ao gestor do contrato coordenar as atividades relacionadas à execução administrativa do ajuste, inclusive quanto a prazos, alterações, prorrogações, reajustes, repactuações, pagamentos, providências sancionatórias e encerramento contratual, encaminhando à autoridade competente as matérias que ultrapassem sua competência.
§ 2º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados dentro de sua competência.
§ 3º O fiscal comunicará ao gestor do contrato ou à autoridade competente, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse suas atribuições.
§ 4º O gestor e os fiscais poderão contar com o apoio do Departamento Jurídico e do Controle Interno da Câmara Municipal para dirimir dúvidas e subsidiar o exercício de suas funções, respeitadas as competências próprias de cada unidade.

Art. 49. Na designação de servidores para atuar como gestor ou fiscal de contrato serão consideradas a natureza e a complexidade do objeto, a formação acadêmica ou técnica, a experiência e o conhecimento do servidor, bem como a necessidade de observância da segregação de funções.
I - a designação deverá guardar compatibilidade com as atribuições, a formação, a experiência ou o conhecimento do agente em relação ao objeto ou às atividades de gestão e fiscalização;
II - será observada a segregação entre funções mais suscetíveis a riscos, vedada a concentração de atribuições que comprometa a independência dos controles.

Art. 50. O recebimento do objeto observará o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
§ 1º O recebimento provisório de obras e serviços será realizado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando cabível.
§ 2º O recebimento provisório de compras será realizado de forma sumária pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, sujeito à posterior verificação de conformidade.
§ 3º O recebimento definitivo de obras, serviços e compras será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
§ 4º O edital, o termo de referência ou o contrato estabelecerá os prazos e os procedimentos aplicáveis aos recebimentos provisório e definitivo.

CAPÍTULO IX
DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO
Seção I
Regras gerais

Art. 51. O processo licitatório será autuado, protocolado e identificado de forma a assegurar a integridade, a autenticidade, a sequência cronológica e a rastreabilidade dos atos praticados, sendo adotado preferencialmente o meio eletrônico.
Parágrafo único. Quando utilizado processo físico, suas folhas serão numeradas sequencialmente e os documentos serão organizados de forma a preservar sua integridade e ordem cronológica.

Art. 52. O Setor de Compras e Licitações coordenará a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, em conjunto com o setor demandante e, quando necessário, com a área técnica competente, observados o Documento de Formalização de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e os demais elementos da fase preparatória, podendo solicitar esclarecimentos, especificações e informações complementares aos setores envolvidos.
Parágrafo único. O Setor de Compras e Licitações deve juntar ao processo:
I - as pesquisas de preços elaboradas nos termos do art. 27 desta Portaria;
II - a indicação dos recursos orçamentários.

Art. 53. Concluídos os documentos da fase preparatória de competência do Setor de Compras e Licitações, o processo será submetido à Diretoria Geral para autorização de seu prosseguimento mediante licitação.
§ 1º O pedido de autorização deverá estar acompanhado dos documentos exigidos nesta Portaria para a etapa em que se encontrar o processo.
§ 2º Não autorizado o prosseguimento, os autos serão devolvidos ao Setor de Compras e Licitações para arquivamento, complementação ou retificação, conforme determinado pela Diretoria Geral.

Art. 54. Autorizado o prosseguimento da licitação, o Setor de Compras e Licitações elaborará ou consolidará as minutas do edital e do contrato, quando cabível, podendo contar com o apoio dos agentes públicos responsáveis pelo planejamento e pela condução do certame.
Parágrafo único. Concluídas as minutas, o processo será encaminhado ao agente de contratação ou ao pregoeiro designado para as providências de sua competência.

Art. 55. Para fins de elaboração do Edital de Licitação, observar-se-á o contido no Termo de Referência ou Projeto Básico, formulado pelo Setor de Compras e Licitações.

Art. 56. O instrumento convocatório deverá conter as informações essenciais referidas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021

Art. 57. São partes integrantes do Edital de Licitação os seguintes anexos:
I - modelo de proposta de preços;
II - modelo de Carta de Credenciamento; se for o caso
III - Declaração de Idoneidade e Responsabilidades;
IV - Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes;
V - minuta do contrato;
VI - outros anexos impostos em legislação específica.

Art. 58. O agente de contratação encaminhará o processo de licitação com a minuta do Edital e do Contrato para o exame do Departamento Jurídico que emitirá parecer prévio sobre a legalidade e regularidade do certame e das minutas de edital e de contrato, e proporá as medidas e providências saneadoras, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 59. Recebido o processo com a análise jurídica, o agente de contratação adotará ou promoverá o saneamento das providências cabíveis e, concluída a instrução técnica e jurídica, encaminhará o processo à autoridade competente para autorização da divulgação do edital.
Parágrafo único. Autorizada a divulgação, o agente de contratação ou o pregoeiro promoverá as providências necessárias à publicação do edital e à realização do certame.

Art. 60. As licitações serão processadas e julgadas nos termos da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e de acordo com os fatores nele referidos, de maneira a possibilitar a sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 61. Compete ao agente de contratação:

I - elaborar edital, processar licitações, receber e responder pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;
II - receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
III - desclassificar propostas nas hipóteses previstas no instrumento convocatório;
IV - receber os recursos, apreciar a sua admissibilidade e encaminhá-los à Presidência da Câmara Municipal na hipótese de não se reconsiderar a decisão;
V - receber e examinar os documentos de habilitação, de acordo com os requisitos do instrumento convocatório;
VI - dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;
VII - encaminhar o processo à Presidência da Câmara Municipal para adjudicação do objeto e homologação da licitação;
VIII - propor à Presidência da Câmara a revogação ou anulação da licitação;
IX - propor à Presidência da Câmara a aplicação de sanções.

§ 1º O agente de contratação pode promover as diligências que entender necessárias em qualquer fase da licitação, inclusive solicitar pronunciamentos do Departamento Jurídico.
§ 2º É facultado ao agente de contratação, em qualquer fase da licitação, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância das propostas.

Art. 62. Concluída a habilitação dos proponentes e o julgamento das propostas, e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado para a Presidência, que poderá:
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV – adjudicar o objeto e homologar a licitação.
§ 1º A Presidência poderá solicitar pareceres jurídicos e técnicos adicionais em qualquer fase do processo.
§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a Presidência indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
§ 3º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
§ 4º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

Art. 63. O ato de homologação e o extrato decorrente do contrato será divulgado no sítio eletrônico da Câmara Municipal e no Diário Oficial e permanecerá à disposição do público.
Parágrafo único. Após a homologação, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP os documentos elaborados na fase preparatória que não tenham integrado o edital e seus anexos, na forma do art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 64. Após a formalização da contratação, o processo será encaminhado para acompanhamento da execução contratual e somente será arquivado após o encerramento das obrigações dele decorrentes, sem prejuízo da adoção de processo específico para a gestão contratual quando assim definido pela Administração.

Seção II
Do sistema de registro de preço e do registro cadastral

Art. 65. A Câmara Municipal pode adotar, nas contratações relativas a prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens, o sistema de registro de preços a ser implantado pelo Poder Executivo Municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 133/2021.

Art. 66. A Câmara adotará o sistema de registro cadastral implantado pelo Poder Executivo Municipal para fins de unificação de cadastro e vinculação ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 87 da Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, a Câmara realizará anualmente um chamamento público pela internet para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.

Seção III
Do pregão

Art. 67. A Câmara de Colombo adotará o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
§ 1º O pregão observará o rito estabelecido na Lei nº 14.133/2021, nesta Portaria e, subsidiariamente, no que couber, nos regulamentos federais vigentes editados para a execução da Lei nº 14.133/2021 que forem adotados pela Câmara Municipal.
§ 2º O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual nem às obras e aos serviços de engenharia, ressalvados os serviços comuns de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 68. O agente responsável pela condução do certame será designado ‘pregoeiro’.

Art. 69. O pregão será realizado, obrigatoriamente, sob a forma eletrônica, admitida a forma presencial apenas quando houver motivação circunstanciada, hipótese em que a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
§1º. O pregão eletrônico será processado por meio de sistema de compras eletrônicas, atualmente a plataforma BLL Compras – Bolsa de Licitações do Brasil, sem prejuízo da adoção de outro sistema que venha a ser disponibilizado à Câmara Municipal.
§ 2º A utilização de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado ficará condicionada ao atendimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e à integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.

Seção IV
Do credenciamento

Art. 70. O credenciamento poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 79 da Lei nº 14.133/2021:
I - contratação paralela e não excludente, quando for viável e vantajosa a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
II - seleção a critério de terceiros, quando a escolha do contratado couber ao beneficiário direto da prestação;
III - mercados fluidos, quando a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabilizar a seleção por procedimento competitivo ordinário; e
IV - comércio eletrônico, quando a Câmara pretender contratar bens ou serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas — Sicx, caso venha a utilizar essa ferramenta.
§ 1º O credenciamento será precedido de edital de chamamento público divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, permitindo-se o cadastramento permanente de novos interessados enquanto vigente o credenciamento.
§ 2º Na hipótese do inciso I, quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser estabelecidos critérios objetivos e impessoais para distribuição da demanda.
§ 3º Os valores e as condições de contratação observarão as regras aplicáveis a cada modalidade de credenciamento e deverão ser previamente definidos ou objetivamente determináveis.
§ 4º O edital estabelecerá as condições de credenciamento, contratação, distribuição da demanda, descredenciamento e demais regras necessárias à execução do objeto.

CAPÍTULO X
DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Seção I
Disposições Gerais

Art. 71. A contratação direta, por inexigibilidade, será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses descritas nos incisos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 72. É dispensável a realização de licitação nas hipóteses referidas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Seção II
Da Divulgação Eletrônica e do Sistema Utilizado

Art. 73. As contratações enquadradas nas hipóteses de dispensa de licitação previstas nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 serão precedidas, preferencialmente, da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido, admitida a apresentação de propostas por eventuais interessados.
Parágrafo único. Fica dispensada a divulgação prévia referida no caput quando inviável ou manifestamente desnecessária em razão das circunstâncias do caso concreto, hipótese que deverá ser justificada nos autos pelo Setor de Compras e Licitações.

Art. 74. Para a divulgação do aviso, o recebimento de propostas e, quando cabível, a disputa de lances nas contratações diretas de que trata esta Seção, a Câmara Municipal poderá utilizar sistema eletrônico de compras, atualmente a plataforma BLL Compras – Bolsa de Licitações do Brasil, sem prejuízo da adoção de outro sistema que venha a ser disponibilizado à Câmara.

§1º. O uso do sistema eletrônico referido no caput observará o respectivo manual de operação e as regras de cadastro de fornecedores nele estabelecidas, cabendo ao Setor de Compras e Licitações a condução do procedimento.
§ 2º Quando utilizado sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, deverá ser assegurada sua integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 75. Os fornecedores interessados encaminharão suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico adotado, até a data e o horário fixados no aviso, devendo declarar, no que couber, a inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública e o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso.

Parágrafo único. Encerrado o prazo do aviso, o Setor de Compras e Licitações verificará a conformidade da proposta mais vantajosa com as especificações do objeto e a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado, prosseguindo-se com a habilitação nos termos previstos nesta Portaria.

Art. 76. Caso o procedimento reste fracassado ou deserto, o Setor de Compras e Licitações poderá:
I - republicar o aviso, reabrindo o prazo para apresentação de propostas;
II - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas; ou
III - fixar prazo para que os interessados adequem suas propostas ou sua situação de habilitação.

Seção III
Da Instrução do Processo

Art. 77. O pedido de contratação direta para a aquisição de bens ou contratação de serviços e de obras deve ser precedido de Documento de Formalização de Demanda (DFD) endereçado ao Setor de Compras e Licitações, devendo o setor demandante indicar os resultados a serem obtidos e a descrição do objeto, com elementos suficientes para a elaboração de Estudo Técnico Preliminar.

Art. 78. O processo de contratação direta será autuado, protocolado e identificado de forma a assegurar a integridade, a autenticidade, a sequência cronológica e a rastreabilidade dos atos praticados, sendo adotado preferencialmente o meio eletrônico.
Parágrafo único. Quando utilizado processo físico, suas folhas serão numeradas sequencialmente e os documentos serão organizados de forma a preservar sua integridade e ordem cronológica.

Art. 79. O Setor de Compras e Licitações deve elaborar Termo de Referência ou de Projeto Básico, com base na solicitação do setor demandante, descrevendo o objeto e suas características técnicas, orçamento, eventuais exigências técnicas que devem ser cumpridas pelo contratado, os critérios para a escolha do contratado, as condições de execução da contratação, destacando-se prazos de execução e recebimento, com as justificativas sobre o cabimento da contratação direta e demais motivações que forem consideradas cabíveis, podendo solicitar aos demais setores esclarecimentos e especificações para subsidiar a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

Art. 80. O processo de contratação direta será instruído, conforme a natureza e a complexidade do objeto, com:
I - Documento de Formalização de Demanda — DFD e, quando cabíveis, Estudo Técnico Preliminar, análise de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo;
II - estimativa da despesa, calculada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e desta Portaria;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço; e
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. A dispensa da análise jurídica somente será admitida nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, observados os critérios do art. 53, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 81. Quando não for possível estimar o valor da contratação pelos parâmetros previstos no art. 27 desta Portaria, o contratado deverá comprovar previamente que o preço proposto está em conformidade com aquele praticado em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, mediante apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação ou por outro meio idôneo.

Art. 82. Estimado o valor da contratação, a Divisão de Finanças informará a existência de dotação orçamentária e a rubrica que responderá pela despesa.

Art. 83. Concluída a instrução preparatória da contratação direta, o processo será submetido à Diretoria Geral para autorização de seu prosseguimento, sem prejuízo da autorização final da contratação pela autoridade competente.

Art. 84. Autorizado o prosseguimento, serão providenciados os documentos de habilitação, a minuta do instrumento contratual, quando necessária, e os demais elementos da instrução, após o que o processo será encaminhado ao Departamento Jurídico para controle prévio de legalidade.
§ 1º A análise jurídica deverá apreciar os elementos juridicamente relevantes e indispensáveis à contratação, com exposição dos pressupostos de fato e de direito considerados.
§ 2º A análise jurídica poderá ser dispensada exclusivamente nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, nos termos do art. 53, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 85. Instruído o processo, será encaminhado para a Presidência da Câmara Municipal, que poderá:
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - autorizar a contratação direta.

Art. 86. Autorizada a contratação direta, serão adotadas as providências necessárias à formalização do ajuste e ao início de sua execução.
Parágrafo único. O ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato será divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal, sem prejuízo das demais publicações e divulgações exigidas nesta Portaria e na Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XI
DAS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR E DO PRONTO PAGAMENTO

Art. 87. As pequenas compras e prestações de serviços de valor inferior ao limite previsto no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 poderão observar o procedimento simplificado estabelecido neste Capítulo, desde que devidamente enquadradas em hipótese legal de contratação e observados os princípios aplicáveis às contratações públicas.
Parágrafo único. A utilização do procedimento simplificado não afasta a necessidade de demonstração da necessidade administrativa, da compatibilidade do preço, da existência de recursos orçamentários e da regular liquidação da despesa.

Art. 88. As contratações previstas neste Capítulo observarão, no mínimo:
I - Documento de Formalização de Demanda — DFD, admitida forma simplificada;
II - pesquisa ou comprovação de compatibilidade do preço com o mercado, proporcional à natureza e à simplicidade do objeto;
III - indicação da disponibilidade orçamentária;
IV - autorização prévia do Diretor Geral;
V - documento fiscal idôneo;
VI - comprovação do recebimento do bem ou da execução do serviço; e
VII - regular liquidação da despesa pela Divisão de Finanças.
§ 1º As contratações cujo valor seja de até metade do limite previsto no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 poderão ser realizadas mediante pronto pagamento, desde que previamente autorizadas pelo Diretor Geral e atendidos os requisitos previstos neste artigo.
§ 2º O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência poderão ser dispensados nas contratações de baixa complexidade previstas neste Capítulo, devendo ser elaborados, ainda que de forma simplificada, quando a natureza ou os riscos do objeto assim recomendarem.
§ 3º É vedado o fracionamento indevido de despesa com a finalidade de enquadrar a contratação nos limites previstos neste Capítulo.
§ 4º A adoção do pronto pagamento não dispensa o registro documental dos elementos necessários à comprovação da regularidade da despesa.

CAPÍTULO XII
DOS CONTRATOS

Art. 89. Os contratos administrativos observarão integralmente as cláusulas necessárias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e deverão identificar, entre outros elementos cabíveis, as partes e seus representantes, o objeto, o ato que autorizou sua celebração, o processo de licitação ou contratação direta correspondente e sua sujeição à Lei nº 14.133/2021.
Parágrafo único. Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

Art. 90. O gestor e os fiscais do contrato serão designados por ato próprio da autoridade competente, com registro no respectivo processo administrativo e ciência expressa dos servidores designados.
Parágrafo único. O contrato poderá fazer remissão ao ato de designação, dispensada a inclusão nominal do gestor ou dos fiscais em suas cláusulas.

Art. 91. O contrato deve conter obrigatoriamente o índice de reajustamento do preço com data base vinculada à data do orçamento estimado.
Parágrafo único. Nos contratos de serviços contínuos será observado o critério de reajustamento previsto no art. 92, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, mediante reajustamento em sentido estrito quando não houver dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra e mediante repactuação quando houver dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.

Art. 92. Os contratos e seus termos aditivos serão mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.
§ 1º A divulgação no PNCP constitui condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e ocorrerá, contada da assinatura, no prazo de:
I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de contratação decorrente de licitação; e
II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.
§ 2º Os contratos celebrados em situação de urgência produzirão efeitos a partir da assinatura, devendo ser divulgados nos prazos previstos no § 1º, sob pena de ineficácia.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 93. Os contratos decorrentes de licitações ou contratações diretas validamente realizadas sob o regime da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 ou dos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 permanecerão regidos pela legislação adotada no respectivo procedimento durante toda a sua vigência.
Parágrafo único. É vedada a aplicação combinada da Lei nº 14.133/2021 com a legislação mencionada no caput ao mesmo procedimento ou contrato.

Art. 94. As licitações para contratação de serviços de publicidade, nos termos da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, observarão suas regras específicas e serão conduzidas pelos agentes e órgãos competentes nos termos da Lei nº 14.133/2021 e desta Portaria.

Art. 95. O Decreto Municipal nº 133/2021 poderá ser aplicado subsidiariamente às contratações da Câmara Municipal, no que couber e desde que suas disposições sejam compatíveis com a Lei nº 14.133/2021, com esta Portaria e com a estrutura e a autonomia administrativa do Poder Legislativo.
Art. 96. O Departamento Jurídico e o Setor de Compras e Licitações manterão atualizados os modelos e minutas-padrão de instrumentos convocatórios, de contratos e dos demais documentos referidos nesta Portaria.

Parágrafo único. Até a atualização dos modelos e minutas referidos no caput, poderão ser utilizados os formulários e modelos que já vinham sendo utilizados, com as adequações necessárias.

Art. 97. Ficam revogadas as Portarias nº 039, de 9 de maio de 2023 e nº 047, de 28 de março de 2025.

Art. 98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 25 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:4ECF8CE3

COLOMBO PREVIDÊNCIA
TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 01/2026 do Contrato 02/2025.
Processo: Inexigibilidade 08/2025.
Partes: Colombo Previdência e Hirtácides Advogados Associados.
Objeto: Contratação de serviços Assessoria e Consultoria Jurídica, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que integra o Processo Administrativo 31324/2025 da Inexigibilidade 08/2025.
Do valor: Os valores sofrerão reajustes de acordo com a variação da tabela IPCA do acumulado nos últimos 12 meses, o qual gerou um percentual de 4,44%. Com o reajuste o valor mensal ficou em R$ 6.475,28 (seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte oito centavos) ao mês, totalizando um valor de R$ 77.703,36 (setenta e sete mil setecentos e três reais e trinta e seis centavos) no ano.
Do prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo em 12 (doze) meses, com início em 10 de setembro de 2026 e término em 09 de setembro de 2027.
Da dotação: As despesas resultantes deste correrão à conta da seguinte dotação orçamentária 02.003.2.025.3.3.90.35.01.02.00.00 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica.
Data: 27 de agosto de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão - Diretor Superintendente

Publicado por:
Luiz Vanderley Dallasuana
Código Identificador:B86525E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 262/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2026

Processo: 25551/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho
Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, CNPJ nº 03.541.088/0008-13
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Elizabet Alzira Bontorin, matrícula funcional n.º 6252 - Fiscal de Contrato: Sr Leomar Fernandes de Faria, matrícula funcional n.º 19.484 - Fiscal Técnico: Sr Leandro Maschio, matrícula funcional n.º 6247
Objeto: Contratação de serviços de capacitação profissional destinado aos servidores e integrantes de Associações vinculados às secretarias municipais de Colombo/Pr.
Valor: O valor da contratação é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Local e data da emissão: Colombo, 11 de agosto de 2026
Assinatura: José Osmair Possebam

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:99D5C7B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo: 39.862/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ n.º 37.052.250/0001-85
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 70.780,00 (setenta mil, setecentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 21 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:DA61BB55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 076/2026.

Processo:	7690/2026 – Dispensa Nº 076/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **GABRIEL FURUYA ALBERTI AQUITETURA LTDA - ME. CNPJ: 64.910.741/0001-92.**
Objeto:	Contratação de Empresa especializada na área de Engenharia para Elaboração de Projetos de Portais a serem instalados nas divisas do Município de Colombo com seus municípios limítrofes, compreendendo Projetos Arquitetônicos e Complementares.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 121.495,39 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - I - Lei Nº 14.133/2021
Data:	27/08/2026.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:FE4FC3D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 075/2026

Processo:	33382/2026 – Dispensa Nº 075/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **MAYARA FURLAN GABRIEL DE ALMEIDA ZORNITTA LTDA. CNPJ: 36.170.879/0001-67.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de tinta spray acrílica em aerossol, em cores diversas, para intervenções artísticas em grafite previstas no cronograma anual da Secretaria, incluindo a revitalização de espaços públicos, produção de murais temáticos, oficinas de arte urbana, ações de educação antirracista, valorização da cultura afro-brasileira e promoção da igualdade racial em diferentes regiões do município, a fim de atender o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 17.649,85 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).
Embasamento Legal:	Artigo 75 - II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	27/08/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:24F4EC5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO N 17316/2026

N° do Empenho:	**17316/2026.**
Data:	**27/08/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 17.649,85 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
Nº da Dispensa de Licitação	**075/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **MAYARA FURLAN GABRIEL DE ALMEIDA ZORNITTA LTDA. CNPJ: 36.170.879/0001-67.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de

	tinta spray acrílica em aerossol, em cores diversas, para intervenções artísticas em grafite previstas no cronograma anual da Secretaria, incluindo a revitalização de espaços públicos, produção de murais temáticos, oficinas de arte urbana, ações de educação antirracista, valorização da cultura afro-brasileira e promoção da igualdade racial em diferentes regiões do município, a fim de atender o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:99F39035

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.° 006/2026 AO CONTRATO N.º 599/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2023

Processo: 6358/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal da Saúde
Contratada: IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ n.º 07.394.613/0001-08.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de vigilância armada** para o Pronto Atendimento do Alto Maracanã, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: Através do presente termo, as partes resolvem aditar o valor de R$ 122.850,72 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos), para repactuação e reequilibrio financeiro, em face de nova Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028 (CCT 000251/2026) e alteração da alíquota FAP (Fator Acidentário de Prevenção), referente aos meses de agosto a 04 de dezembro de 2026.
Dotação: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1882/2025.
Local e data de emissão: Colombo, 26 de agosto de 2026
A**ssinatura:** Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D24FCBA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 - SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10099/2026

INTERESSADA:
IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMATICA LTDA.

DECISÃO DE RECURSO

Trata-se do procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, englobando tanto a execução de pontos com fornecimento de materiais inclusos, quanto a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda (alocação de horas técnicas).
O Secretário Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia do Município de Colombo, no uso de suas atribuições acolhe o despacho nº 190/2026 – PGM, bem como o Memorando nº 243/2026 SEPIT, e decide pelo IMPROVIMENTO do recurso apresentado pela empresa IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMATICA LTDA.
É a decisão.

Dê-se prosseguimento.
Colombo, 27 de agosto de 2026.

ADEMIR ALBERTI CHAVES GARCIA
Secretário Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia.

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:B47E7AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38099/2025

INTERESSADAS:
M.A. ENGENHARIA E SERVICOS LTDA
FERROFAZ ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS LTDA
NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA

DECISÃO

Trata-se de RECURSO do procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº.044/2025 cujo objeto trata-se da Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços de "Abrigos para Pontos de Ônibus Tipo Chapéu Chinês Duplo" atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Viação.
O Secretário Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, acolhe o Despacho nº 187/2026 – PGM/CCL e Relatório de Analise efetuado pela equipe de Planejamento da Secretaria Municipal de Obras e Viação, decide pelo pelo **PROVIMENTO** do Recurso apresentado pela empresa NEVES ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇOES LTDA, com a consequente inabilitação da empresa M.A. ENGENHARIA E SERVICOS LTDA e **DESPROVIMENTO** do recurso apresentado pela empresa FERROFAZ ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS LTDA, mantendo a decisão do Pregoeiro.
É a decisão.

Colombo, 27 de agosto de 2026.

ALCIONE LUIZ GIARETON
Secretário Municipal de Obras e Viação

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:5C39B3DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26696/2025

INTERESSADA:
SIGMAMEDICA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA

DECISÃO

Trata-se de RECURSO do procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº.049/2025 cujo objeto trata-se da Prestação de serviços por meio do Sistema de Registro de Preços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, dos equipamentos de Raio-X dos estabelecimentos municipais de saúde.
A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, acolhe o Parecer nº 598/2026 – PGM/CCL e o Memorando nº. 046/2026 – Departamento de Manutenção, decide pelo pelo **DESPROVIMENTO** do recurso apresentado pela empresa SIGMAMEDICA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA, mantendo a decisão do Pregoeiro.
É a decisão.

Colombo, 27 de agosto de 2026.

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:39AE08E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO – CMS/COLOMBO Nº 04/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Colombo, no uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.142de 28

de dezembro de 1990. Lei Municipal nº 971 de 28 de novembro de 2006, bem como prerrogativas regimentais.
Considerando a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 30 e 31, que define que o processo de planejamento deverá ser ascendente, a partir das necessidades de saúde da população, com base no perfil epidemiológico, demográfico e socioeconômico, contando com a participação popular durante o processo de elaboração e discussão do plano de saúde, cabendo aos Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades.
Considerando a análise da solicitação de aprovação da incorporação de medicamentos de saúde mental a REMUME municipal, bem como a ATA da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo.

Resolve:

Art. 1°. – Aprovar a inclusão do medicamento Sertralina 50mg à REMUME, apreciado e aprovado em plenária da 6ª Reunião Ordinária de 2026, realizada em 30/07/2026.

Art. 2°. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3°. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 31 de julho de 2026.

ANA MARA HARBS DE OLIVEIRA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de Colombo

Publicado por:
Claudia Arcie
Código Identificador:B3BC8327

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008 2026

CONTRATO Nº 008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 029/2026 - Dispensa Eletrônica N.º 007/2026.

CONTRATADO: Licentech Global Technologies 002 Ltda, CNPJ N.º 63.777.307/0001-13.

OBJETO: Fornecimento de até 25 (vinte e cinco) Licenças de Antivírus para atender a demanda da Câmara Municipal de Contenda, conforme especificações constantes no Edital, Termo de Referência, e demais dispositivos que compõe o processo de dispensa de licitação.

VALOR TOTAL: R$ 3.249,75 (três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001 - Câmara Municipal; 01.031.0001.2.002 - Manutenção do Poder Legislativo; 3.3.90.40.06.00 - Locação de Software. Fonte de Recurso: 0001 - Recursos Ordinários Livres.

VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75 e seus incisos da Lei Federal Nº 14.133/21, e, Art. 54 e seguintes da Lei Municipal N.º 2.047/23.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:27EB44F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 213/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 213/2026

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Instrutores Esportivos e Auxiliares Esportivos, sob demanda, destinados ao atendimento das atividades, projetos, programas e ações esportivas desenvolvidas pelas Secretarias municipais, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$766.170,80 (Setecentos e sessenta e seis mil, cento e setenta reais e oitenta centavos)**.
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 31/08/2026 as 08h30m do dia 16/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 16/09/2026 as 09h:00m do dia 16/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 16/09/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 27 de agosto de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:6997B1F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2025

PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Aquisição de ração seca para cães, gatos e equinos, visando à alimentação saudável e equilibrada de animais em situação de vulnerabilidade, atendidos pelo Programa Banco de Ração e Utensílios para Animais do Município de Contenda
PRAZO DE VIGÊNCIA: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
CONTRATADO: PET VET COMERCIO DE RAÇÕES LTDA, CNPJ nº 45.264.075/0001-18
DATA: 25 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:6238B2CD

IPRECONTENDA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2022 DISPENSA Nº 003/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de licença de uso de website, contemplando a elaboração, manutenção, suporte e hospedagem de site institucional do IPRECONTENDA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/09/2026 a 31/08/2027
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/10/2027

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11.001.09.122.0026.2.202 3.3.90.40.00. FONTE: 100

VALOR TOTAL: 6.901,56 (Seis mil novecentos e um reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATADA: L2F SISTEMAS WEB LTDA – ME / PLENUS SISTEMAS

CNPJ 12.491.159/0001-35

DATA: 26/08/2026

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Presidente do IPRECONTENDA

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:56F60C5D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 300/2026

Estabelece Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, incisos IV daLei OrgânicaMunicipal:

DECRETA:

Art. 1º Estabelece ponto facultativo no âmbito da Prefeitura Municipal e em todas as suas Secretarias no dia 4 de setembro de 2026, em razão do Desfile Cívico do Município e feriado nacional 7 de setembro – Dia da Independência do Brasil.

Parágrafo único. As atividades da Secretaria de Saúde e demais serviços essenciais no âmbito municipal terão regulamento próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data e revoga disposições contrárias.

Contenda Paraná, 27 de agosto de 2025.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:00B09EA3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.387/2026

Súmula: "Institui o Regime de Adiantamento/ Suprimento de Fundos para pequenas despesas de pronto pagamento no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído o Regime de Adiantamento, também denominado Suprimento de Fundos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal, destinado à realização de despesas que, por sua natureza excepcional, urgência ou pequeno vulto, não possam subordinar-se ao procedimento ordinário de execução da despesa pública.
§ 1º O regime de adiantamento constitui exceção ao procedimento normal de execução orçamentária e financeira, devendo ser utilizado exclusivamente nas hipóteses previstas nesta Lei.
§ 2º A utilização do regime de adiantamento observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência, planejamento, segregação de funções e controle.
Art. 2º O regime de adiantamento reger-se-á pelas disposições desta Lei, da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
Art. 3º Poderão ser realizadas mediante regime de adiantamento exclusivamente as seguintes despesas:
I – despesas de pequeno vulto e pronto pagamento;
II – despesas urgentes e imprevisíveis cuja demora na contratação possa ocasionar prejuízo ao interesse público;
III – despesas decorrentes de viagens oficiais, quando não for possível sua realização pelos procedimentos ordinários;
IV – despesas com transporte, pedágio, estacionamento, pequenas manutenções emergenciais e outras correlatas indispensáveis à continuidade dos serviços públicos;
V – outras despesas excepcionais expressamente autorizadas pela autoridade competente, mediante justificativa fundamentada.
§ 1º A utilização do regime de adiantamento deverá ser devidamente motivada no processo administrativo.
§ 2º A mera conveniência administrativa não caracteriza hipótese de urgência.
Art. 4º É vedada a utilização do regime de adiantamento para:
I – aquisição de bens permanentes;
II – contratação de obras e serviços de engenharia, salvo pequenos reparos emergenciais devidamente justificados;
III – despesas continuadas ou previsíveis;
IV – pagamento de despesas já realizadas;
V – despesas que possam ser submetidas regularmente aos procedimentos de contratação previstos na legislação;
VI – pagamento de multas, juros ou encargos decorrentes de atraso;
VII – despesas de caráter pessoal;
VIII – concessão de auxílio, subvenção ou transferência de recursos;
IX – despesas sem documentação fiscal idônea.
Art. 5º É expressamente vedado o fracionamento de despesas com o objetivo de enquadrá-las nos limites do regime de adiantamento ou afastar procedimentos de contratação previstos na legislação.
Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá, mediante decreto, os valores máximos:
I – por concessão de adiantamento;
II – por despesa individual;
III – por unidade administrativa;
IV – por exercício financeiro.
§ 1º Os valores deverão observar o limite previsto no § 2º do Art. 95 da Lei 14.133/2021 e ser compatíveis com a realidade econômica do Município e revisados periodicamente.
§ 2º Os valores serão definidos observando os princípios da razoabilidade, economicidade e controle da despesa pública.
Art. 7º O adiantamento será concedido mediante empenho prévio em nome do servidor responsável pela sua aplicação.
Art. 8º Não poderá receber adiantamento o servidor que:
I – possua prestação de contas pendente;
II – tenha contas rejeitadas sem regularização;
III – esteja em débito com o Município;
IV – seja responsável por dois adiantamentos simultaneamente, salvo autorização expressa e justificada;
V – esteja afastado por férias, licença ou outro impedimento durante o período de aplicação.
Art. 9º O processo administrativo de concessão deverá conter:
I – solicitação fundamentada;
II – justificativa da necessidade;
III – identificação do responsável;

IV – dotação orçamentária;
V – autorização da autoridade competente;
VI – parecer do setor financeiro quando exigido.
Art. 10. Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente para a finalidade autorizada.
Art. 11. Toda despesa realizada deverá ser comprovada mediante documento fiscal emitido na forma da legislação vigente.
Parágrafo único. Não serão aceitos documentos com rasuras, emendas ou emitidos em desacordo com a legislação tributária.
Art. 12. O responsável deverá prestar contas no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do período de aplicação.
§ 1º O prazo máximo de aplicação dos recursos será de 60 (sessenta) dias, salvo justificativa excepcional.
§ 2º Os saldos não utilizados deverão ser recolhidos aos cofres municipais.
Art. 13. A prestação de contas deverá conter:
I – relatório circunstanciado das despesas realizadas;
II – documentos fiscais originais;
III – comprovantes de pagamento;
IV – comprovante de recolhimento de saldo, quando houver;
V – demais documentos exigidos em regulamento.
Art. 14. Compete à Unidade de Controle Interno:
I – acompanhar a execução do regime de adiantamento;
II – verificar a regularidade das prestações de contas;
III – emitir parecer técnico quando necessário;
IV – recomendar medidas corretivas;
V – comunicar irregularidades à autoridade competente.
Art. 15. As prestações de contas serão submetidas à análise técnica e aprovação da autoridade competente.
Art. 16. O responsável responderá administrativa, civil e penalmente pelos recursos recebidos.
Art. 17. A não prestação de contas no prazo legal implicará:
I – instauração de procedimento administrativo;
II – obrigação de restituição dos valores;
III – impedimento para recebimento de novo adiantamento;
IV – demais sanções previstas na legislação.
Art. 18. Constatada irregularidade na aplicação dos recursos, o responsável deverá restituir os valores atualizados monetariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
Art. 19. As concessões de adiantamento e respectivas prestações de contas deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência do Município, observadas as restrições legais relativas à proteção de dados pessoais.
Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.
Art. 21. Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.
Art. 22. Fica revogada a Lei Municipal nº 377, de 10 de dezembro de 1981 e demais disposições contrárias.
Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:5B1F8188

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.388/2026

Súmula: "Dispõe sobre a autorização para efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e criar fonte de recurso no valor de R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Contenda para o Exercício de 2026, no valor de R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID/USO/FONTE	VALOR
08.000	SECRETARIA DE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.245.0021.1059	Construção/Reforma/Ampliação Centro de Convivência		
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	1.00.914	600.000,00
TOTAL 600.000,00			

Art. 2º. Para dar abertura ao crédito autorizado no artigo anterior será utilizado o seguinte recurso:
I – O valor de R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) de Provável Excesso de Arrecadação da seguinte Rubrica de Receita:

Rubrica de Receita	ID/USO/ FONTE	Descrição Receita	VALOR
2.4.2.9.99.0.1.04.00.00.00.00	1.00.914	TRANSFERENCIA RESOLUÇÃO Nº 25/2025	600.000,00
TOTAL			**600.000,00**

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor nesta data revogada as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:7AD69B9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
Aditivo 03 - Contrato n° 39/2024 – Pregão Eletrônico nº 25/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA CRISTO REY LTDA, CNPJ sob nº 21.614.679/0001-89. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, de 04 de setembro de 2026 a 03 de março de 2027. Os valores unitários permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R$ 194.999,76. Permanecem inalteradas as demais cláusulas inalteradas. Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

ADITIVO Nº 02 ao Contrato n° 63/2025 – Pregão Eletrônico nº 41/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: EMR SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob nº 58.938.717/0001-69. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027. Fica reajustado o valor mensal com base no INPC,acumulado nos últimos 12 (doze) meses, referente ao mês de julho de 2026, na ordem de 4,098050%. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 50.965,08. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

ADITIVO Nº 02 ao Contrato n° 64/2025 – Pregão Eletrônico nº 41/2025 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: VERITAS SOLUÇÕES LTDA, CNPJ sob nº 43.526.783/0001-54. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027. O valor mensal permanece inalterado O valor total do presente termo aditivo é de R$ 95.554,80

Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:A32A181D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO AUTORIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 19-2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO
Inexigibilidade nº 19/2026
Processo Licitatório nº 96/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, é inexigível de licitação nos termos do Artigo 75, inciso I, do diploma legal invocado, a contratação direta por inexigibilidade. Objeto: Contratação da FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TAEKWONDO para Realização do evento COPA PARANA DE TAEKWONDO 2026. Contratada: Federação Paranaense de Taekwondo, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 80.064.116/0001-23. Valor total de R$ 30.000,00. Publique-se.Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:2D00FD7B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 05 ao Contrato nº 39/2025 – Concorrência Pública nº 04/2025. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 04.949.630/0001-68. Fica prorrogado o prazo de execução em mais 90 dias, de 31.08.2026 a 28.11.2026. Fica prorrogado automaticamente o prazo de vigência. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:CC5754C0

GABINETE DO PREFEITO
DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – CEMA.

DECRETO Nº 9108/2026 Coronel Vivida, 27 de agosto de 2026.

Súmula: Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 3651/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização,
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os membros abaixo relacionados para compor o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA, responsável pelo acompanhamento, monitoramento e fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização:
I – Secretária Municipal de Educação: **Grasieli Cerbatto.**
II – Diretora do Departamento de Educação: **Simone Pellin Cenci.**
III – Articuladora Municipal RENALFA: **Vanessa Schuastz.**
V – Representantes da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação: **Aline Gracieli da Silva Fronza e Marlides Brustolim Ferreira.**
V – Representante dos Diretores Escolares: **Celoí Galvan Debacker.**
VI – Representante dos Coordenadores Pedagógicos: **Camila Heloise Cardoso Janezcko.**
VII – Representante dos Professores da Educação Infantil: **Adriana Companhoni Ribeiro.**
VIII – Representantes dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: **Ioleane Paula Galvão Librelatto.**
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA exercerá as competências previstas na Lei Municipal 3.651 de 26/08/2026, atuando na coordenação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º A participação dos membros no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, 27 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:B3380623

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 PROCESSO Nº 69/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2026
PROCESSO nº 69/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI - PRIORIDADE REGIONAL

OBJETO: Constituí objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção e instalação de placas de identificação, totens, toldos e grades de ferro, destinados aos prédios e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social desta municipalidade**, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 74.688,84 (Setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 14:00 do dia 28/08/2026 às 08:00 horas do dia 16/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 16/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 16/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 27 de agosto 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:F7C17B68

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 PROCESSO Nº 71/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2026
PROCESSO nº 71/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução informatizada para Gestão Púbica, em ambiente web sob o modelo de computação em nuvem (Cloud), incluindo-se no objeto o licenciamento e os serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, armazenamento de dados, manutenção legal, corretiva e evolutiva**, conforme condições e demais exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.209.702,87 (Um milhão duzentos e nove mil setecentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 28/08/2026 às 13:00 horas do dia 16/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 13:01 às 13:29 horas do dia 16/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 13:30 horas do dia 16/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 27 de agosto 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:2AB4107C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
PORTARIA N. 11/2026 – 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N. 11/2026 – 27 de agosto de 2026

Autoriza o pagamento de despesas de viagem e da outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º ***AUTORIZAR*** o pagamento das despesas de viagem do vereador relacionados na tabela abaixo:

Nomes: Teodoro Tupã Jeguavy Alves RG 8.346.695-2 CPF 032.069.029-67
Destino: Curitiba – PR
Motivo: Participar da 12º Jornada da Questão Agraria do Paraná
Data de ida : 28 de agosto de 2026
Data de volta: 29 de agosto de 2026
Meio de transporte: veiculo particular
Quantidade de diárias: 2 diárias
Valor unitário da diária: R$ 649,99
Total de diária pago: R$ 1.299,98

Art. 2º Fica determinado ao departamento de contabilidade que proceda o pagamento das respectivas diárias, meio de locomoção e inscrição, se for o caso.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor a partir de 27 de agosto o revogada as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste – PR, 27 de agosto de 2026

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:719CF646

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2934/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 495.600,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
03.001.04.122.0003.2.008. Atividades da Secretaria de Administração

19 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 364.000,00
20 - 3.1.90.13.00.00 1000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 25.000,00
21 - 3.1.90.16.00.00 1000 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 200,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIADEASSISTÊNCIASOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.241.0014.2.036. Serviço de Acolhimento Institucional ao Idoso
178 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 38.400,00
179 - 3.1.90.13.00.00 1000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
08.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001.15.452.0016.2.051. Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos

239 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 51.000,00

241 - 3.1.90.16.00.00 1000 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 9.000,00
Total Suplementação: 495.600,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0002.2.004. Manutenção do Conselho Tutelar

2 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	33.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE FAZENDA	
04.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.010.	Atividades da Secretaria de Finanças	
34 - 3.1.90.11.00.00 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	98.400,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.15.452.0016.2.051.	Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos	
240 - 3.1.90.13.00.00 1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 364.200,00	

Total Redução: 495.600,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:F8CB3715

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2935/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
06.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
06.001.12.361.0010.2.024.	Atividades do Ensino Fundamental	
120 - 3.1.90.11.00.00 101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	244.000,00
122 - 3.1.90.13.00.00 101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	34.000,00
06.001.12.365.0010.2.027.	Atividades da Educação Infantil	
143 - 3.1.90.11.00.00 101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
145 - 3.1.90.13.00.00 101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	16.000,00

Total Suplementação: 364.000,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita 1.7.5.1.50.01.00.0000 Fonte 101 364.000,00

Total da Receita:364.000,00
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:42E7774B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2936/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 556.000,00 (quinhentos e cinqüenta e seis mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0006.2.013. Fortalecimento da Atenção Primária

50 - 3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 389.000,00

53 - 3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 74.000,00

55 - 3.1.90.16.00.00 303 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 13.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ENSINO
06.001.12.361.0010.2.024. Atividades do Ensino Fundamental

121 - 3.1.90.11.00.00 103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 71.000,00

123 - 3.1.90.13.00.00 103 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 6.000,00

125 - 3.1.90.16.00.00 103OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 3.000,00

Total Suplementação: 556.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0005.2.012.	Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	
43 - 3.3.71.70.00.00 303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	150.000,00
45 - 3.3.90.30.00.00 303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
47 - 3.3.90.32.00.00 303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GARTUITA	130.000,00
05.001.10.302.0008.2.017.	Fortalecimento da Atenção Especializada - CONSAMU	

83 - 3.3.71.70.00.00 303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	146.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA,	TURISMO

	ESPORTES E	
06.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
06.001.12.361.0010.2.023.	Transporte Escolar Municipal	
117 - 3.3.90.39.00.00 103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00

Total Redução: 556.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:620D4197

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2937/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 555/2026 de 26/05/2026.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS	
03.001.04.122.0003.2.008.	Atividades da Secretaria de Administração	
346 - 3.3.90.46.00.00 1000	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	132.000,00

Total Suplementação: 132.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
03.001.04.122.0003.2.008. Atividades da Secretaria de Administração

19 - 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 132.000,00

Total Redução: 132.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:FEFE7B81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2938/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0006.2.013 Fortalecimento da Atenção Primária
321 - 3.3.90.39.00.00 3387 OUTROS SERV. TERC. – PESSOA JURÍDICA.....R$ 20.000,00.
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
341 - 3.3.90.30.00.00 3933 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 5.000,00.
Total Suplementação:..... R$ 25.000,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:DBE9463C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2939/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0006.2.013 Fortalecimento da Atenção Primária
71 - 3.3.90.48.00.00 303 OUTROS AUX. FINANC. PESSOAS FÍSICAS..... R$ 23.000,00.
07.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.08.244.0014.2.041 Manutenção da Política de Assistência Social
425 - 3.3.90.30.00.00 341 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 2.000,00.
422 - 3.3.90.30.00.00 901 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 4.000,00.
Total suplementação..... R$ 29.000,00.

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.1.1.3.03.41.01.0100 Fonte 303..... R$ 23.000,00.
Receita 1.7.1.6.50.01.07.0000 Fonte 901..... R$ 4.000,00.
Receita 1.7.1.9.99.01.04.0000 Fonte 341..... R$ 2.000,00.
Total da Receita..... R$ 29.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:535282A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 138/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 01(uma) diária para o Senhor Ailson de Alcantara Carneiro, motorista, lotado na secretaria de saúde referente à viagem para a cidade de Ponta Grossa – PR; no dia 28 de agosto de 2026, para buscar paciente de alta no hospital São Camilo.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:3716ABCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADITIVO PRAZO PR 63/2022

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
7° Termo aditivo do contrato nº.326/2022, decorrente de Pregão n° 63/2022 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE UM
PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO EM AGRONOMIA, PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DE
SUPORTE PARA A BOA GESTÃO ORGANIZACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E AGRICULTORES DA
AGRICULTURA FAMILIAR DIAMANTENSE ESPECIALMENTE RELATIVA A PROJETOS,
ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DO PAA, PNAE, AGROINDÚSTRIA, REGISTROS, NORMAS,
LANÇAMENTOS, CONTROLES, ORIENTAÇÃO AOS PRODUTORES ASSOCIADOS EVENTOS
ESTATUTÁRIOS, GUARDA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS E AFINS; ATENDER A
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa BIOLABORE COOP.DE TRAB. E ASSISTENCIA
TECNICA DO PR , inscrita no CNPJ sob nº. 07.769.127/0001-19, com sede no endereço RUA
MINAS GERAIS, 1613, CENTRO, CENTRO MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR neste ato
representada por DOUGLAS FERNANDO KUNZ, portador do RG n° , portador do CPF sob n°
033.262.989-94, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 29/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 326/2022, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 63/2022, com base na cláusula nona, do contrato primitivo e no
artigo 65 da lei 8.666/93, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato, renovando o
vencimento primitivo da cláusula segunda do contrato supra descrito, para o dia 29 do mês de
Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (29-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
BIOLABORE COOP.DE TRAB. E ASSISTENCIA
TECNICA DO PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:077.691.270-00119
DOUGLAS FERNANDO KUNZ
PREFEITO MUNICIPAL RG:
CPF:033.262.989-94

DIAMANTE DO OESTE 27 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:546EAF06

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADITIVO VALOR PR 63/2022

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
8° Termo aditivo do contrato nº.326/2022, decorrente de Pregão n° 63/2022 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA DE UM
PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO EM AGRONOMIA, PARA REALIZAÇÕES DE AÇÕES DE
SUPORTE PARA A BOA GESTÃO ORGANIZACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES E AGRICULTORES DA

AGRICULTURA FAMILIAR DIAMANTENSE ESPECIALMENTE RELATIVA A PROJETOS,
ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DO PAA, PNAE, AGROINDÚSTRIA, REGISTROS, NORMAS,
LANÇAMENTOS, CONTROLES, ORIENTAÇÃO AOS PRODUTORES ASSOCIADOS EVENTOS
ESTATUTÁRIOS, GUARDA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS E AFINS; ATENDER A
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa BIOLABORE COOP.DE TRAB. E ASSISTENCIA
TECNICA DO PR , inscrita no CNPJ sob nº. 07.769.127/0001-19, com sede no endereço RUA
MINAS GERAIS, 1613, CENTRO, CENTRO MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR neste ato
representada por DOUGLAS FERNANDO KUNZ, portador do RG n° , portador do CPF sob n°
033.262.989-94, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 70.742,40
(setenta mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) , corresponde ao acréscimo
de 1,0% com finalidade de JUSTIFICATIVA: Empresa solicita aditivo de valor, conforme
requerimento em anexo, o referido valor se deve, ao reajuste de acordo com o INPC dos últimos 12
meses.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme Contrato sob nº 326/2022, firmado em 29/08/2022 entre as
partes, referente à licitação modalidade Pregão Eletrônico sob nº 63/2022, com base na cláusula
nona, resolvem aumentar em 4.10% o valor do contrato, tendo um aumento de R$ 2.786,37 (dois mil
setecentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos), ficando um aumento para 12 meses de R$
70.742,40 (setenta mil setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
BIOLABORE COOP.DE TRAB. E ASSISTENCIA
TECNICA DO PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:077.691.270-00119
DOUGLAS FERNANDO KUNZ
PREFEITO MUNICIPAL RG:
CPF:033.262.989-94
DIAMANTE DO OESTE 27 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:0B8E0536

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 055/2026
DATA: 24/08/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas
atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER a Sr.ª ROZELI APARECIDA CAMPANHOLI inscrito sob a
matrícula nº 000599-1, ocupante do cargo efetivo de Contadora, ligado à Secretaria de
Finanças e Contabilidade, quatro (04) diárias (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$
1.800,00) para os 24, 25, 26 e 27 de 2026, em decorrência de viagem até a cidade de
Curitiba - PR. Para participação do Evento I SEMANA PROGOV DE AUDITORIA INTERNA.
Boas Práticas em Auditoria Interna e Aplicação dos Roteiros de Consistência de Dados
(RCD). Transporte: Ônibus.

Art. 2º CONCEDER a Sr.ª CRISTINA DE MORAIS CREPALDI inscrito sob a matrícula
nº: 459875-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo (Controle Interno),
ligado à Secretaria de Finanças e Contabilidade , quatro (04) diárias (valor unitário: R$
450,00/valor total: R$ 1.800,00)) para os 24, 25, 26 e 27 de 2026, em decorrência de
viagem até a cidade de Curitiba - PR. Para participação do Evento I SEMANA PROGOV DE
AUDITORIA INTERNA. Boas Práticas em Auditoria Interna e Aplicação dos Roteiros de
Consistência de Dados (RCD). Transporte: Ônibus.

Art. 3º – Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 24 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:C50325DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/2026

Edital Compras Governamentais:160/2026

Objeto: Aquisição de materiais armarinhos e utensílios para serem utilizados por todas as secretarias, departamento e setores, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 28/8/2026

Data fim de recebimento de propostas: 11/9/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5489F08F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90067/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90067/2026

Edital Compras Governamentais:574/2026

Objeto: Aquisição de britador móvel de mandíbulas e peneira vibratória, incluindo fornecimento, transporte, entrega técnica, montagem (quando aplicável), testes de funcionamento e capacitação operacional, destinado ao processamento de rochas e rejeitos de cascalheiras para a manutenção e recuperação da malha viária rural do Município.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 28/8/2026

Data fim de recebimento de propostas: 15/9/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6EBE5F2F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90068/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90068/2026

Edital Compras Governamentais:575/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de serviços funerários, incluindo fornecimento de urnas, translado, preparação do corpo, disponibilização de túmulo social padronizado, fornecimento e instalação da placa de identificação e demais itens correlatos, que serão concedidos pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, de acordo com a Lei Municipal n° 1664/2011 e suas alterações, às pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes no Município de Dois Vizinhos.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 28/8/2026

Data fim de recebimento de propostas: 16/9/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2A521BA2

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – EDUCAÇÃO INFANTIL 40H

Classificação	Candidato
80.	Fernanda do Espirito Santo
81.	Elzita da Silva Guedes
82.	Vanieli Comiran

Dois Vizinhos, 25 de agosto de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B6BE9F6D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PSS – 012/2025

CANDIDATOS CONVOCADOS – ENSINO FUNDAMENTAL MATUTINO

Classificação	Candidato
61.	Franciele Fatima Pelentier

Dois Vizinhos, 26 de agosto de 2026.

LEDA MARIA FERRARI
Gestora Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Decreto N° 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5BA144F0

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23775/2026

DECRETO Nº 23775/2026

Exonera, a pedido, a servidora Daiane Cristina Miotto Schmoeler do cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós (Turno Matutino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **DAIANE CRISTINA MIOTTO SCHMOELER**, matrícula 20667-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós (Turno Matutino), lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Lonny Lange, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 23074/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0BFC5E49

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23776/2026

DECRETO Nº 23776/2026

Dispõe sobre a extinção consensual e amigável do Termo de Concessão de Direito Real de Uso nº 002/2019 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

CONSIDERANDO a manifestação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha Carlos Gomes pela devolução do bem concedido através do Termo de Concessão de Direito Real de Uso nº 002/2019, constante do Memorando/CI 2.732/2026 1-Doc;
CONSIDERANDO a conveniência, a oportunidade administrativa e a inexistência de prejuízos ao erário público;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada a extinção, por mútuo acordo, do Termo de Concessão de Direito Real de Uso nº 002/2019, celebrado em 21 de agosto de 2019, entre o Município de Dois Vizinhos e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha Carlos Gomes, incrita no CNPJ sob o nº20.040.478/0001-52.

Art. 2º A extinção do Termo de Concessão de que trata o artigo anterior passa a vigorar a partir de 26 de agosto de 2026, data em que cessam reciprocamente os direitos e obrigações estabelecidos no ajuste original.

Art. 3º O bem público vinculado à execução da concessão, Trator Agrícola FT 6075 PRO (Patrimônio nº 15496), retorna à posse e à gestão plena do Concedente, a partir da data especificada no artigo 2º, conforme disposições contidas no Termo de Distrato e Recebimento Definitivo com Reversão de Posse.

Art. 4º As partes dão plena, rasa e irrevogável quitação em relação ao Termo de Concessão extinto, declarando nada mais ter a reclamar uma da outra quanto a perdas, danos e indenizações.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9B173A22

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23778/2026

DECRETO Nº 23778/2026

Define os serviços e fornecimentos contínuos no Âmbito da Administração Municipal de Dois Vizinhos - PR, e dá outras providencias.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando os preceitos do Art. 107, da Lei nº14.133/2021, que regulamenta a prorrogação de contratos administrativos de prestação de serviços e fornecimentos contínuos;
Considerando que a Lei de Licitações e Contratos define em seu artigo 6º inciso XV serviços e fornecimentos contínuos como sendo serviços

contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;
Considerando que a essencialidade e habitualidade na contratação dos serviços que especifica;
Considerando que o que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público;
Considerando a definição apresentada na Instrução Normativa nº 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que assim diz "SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente".
Considerando o disposto pelo TCU no seu Manual de Licitações e Contratos, orientações básicas. Terceira Ed, ren. atual. e ampl. Brasília, 2006, p. 334: determinando que cada município defina o que é "serviço continuado", para efeito de renovação de contratos nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021,
Considerando ainda o Acórdão 440/2020 proferido pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná anteriormente à publicação da nova lei de licitações já entendia pela possibilidade de interpretação extensiva da regra do Art. 57, II da lei 8.666/93, para abranger as hipóteses de contratos de fornecimento permanente de bens de uso continuado à Administração municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º Disciplina a contratação de serviços e fornecimentos contínuos como sendo serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas no âmbito do Município de Dois Vizinhos - PR;
Art. 2º Os serviços continuados, prestados por terceiros, bem como o fornecimento permanente de bens de uso continuado que podem ser contratados pela Administração Municipal são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do Município, havendo alocação de empresas para executar os serviços e ou fornecem bens que seguem uma rotina continuada, a luz do Art. 107, da lei14.133/2021, quais sejam:
1 Coleta de lixo hospitalar;
2 Coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos e comerciais, recicláveis ou não;
3 Serviços de limpeza e manutenção de próprios públicos;
4 Varrição e limpeza de ruas e bocas de lobo;
5 Transporte escolar por ônibus, vans ou afins;
6 Serviços de poda de árvores e corte de grama;
7 Serviços de transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais (classe IIA e IIB NBR 10.004 ABNT) até o aterro licenciado;
8 Concessões e Permissões de serviços públicos em geral
9 Serviços manutenção rede elétrica nos prédios municipais e iluminação pública;
10 Serviços médicos em geral, compreendendo suas especialidades;
11 Serviços de assessoria, consultoria e elaboração de projetos na área de engenharia, bem como, fiscalização de obras;
12 Serviços de manutenção e limpeza das vias, logradouros e terrenos baldios, que envolvam contratação de mão de obra mensal ou por horas;
13 Serviço de casa de apoio para tratamento de saúde;
14 Serviços de locação de sistemas/softwares de gestão pública;
15 Serviços de comunicação multimídia (SCM), para acesso à internet;
16 Serviços de manutenção em equipamentos de informática, servidores de internet, configuração e suporte técnico de rede e servidores de arquivo;
17 Serviços de manutenção e reparos mecânicos nos veículos do Município, exemplo: solda, torno, hidráulica, alinhamento, balanceamento, cambagem, estofaria em veículos, troca de óleo, filtro, pintura e sistema de injeção eletrônica em geral;
18 Serviços de pintura de faixas, fachadas, letreiros e comunicação visual (pintura de placas);
19 Serviços de publicidade, exemplo: veiculação de matérias, programas de campanhas e demais atos da municipalidade na imprensa de modo geral TV, rádios, jornal, aplicativos e sites;
20 Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em gestão pública, envolvendo áreas contábil, administrativa, jurídica e área de saúde, entre outras desta natureza;
21 Serviços de monitoramento e segurança dos prédios públicos municipais;
22 Locação de imóveis;
23 Serviços de orientadores das oficinas culturais das secretarias municipais;
24 Serviços de acolhimento institucional de longa permanência em regime integral para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência, serviços que devem ser assegurados pela Política Municipal de Assistência Social em sua rede de proteção especial de alta complexidade;
25 Serviços de apoio às atividades operacionais subsidiárias;
26 Fornecimento de passagens nacionais terrestres e aéreas;
27 Fornecimento de energia elétrica e telecomunicações;
28 Serviços topográficos;
29 Serviços de desenvolvimento e hospedagem de site, e-mails institucionais da prefeitura municipal;
30 Serviços de assessoria e consultoria em acompanhamento e monitoramento de convênios;
31 Serviços de assessoria e apoio operacional na tramitação de processos diversos de interesse da administração recebimento e retirada de documentos e demais assuntos de interesse do município de Dois Vizinhos - PR, na capital do Estado do Paraná e Distrito Federal;
32 Contratos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos;
33 Locação de maquinas e equipamentos;
34 Serviço de coleta de lixo industrial, oriundo de atividade de manutenção de veículos e maquinas;
35 Serviço de manutenção técnica, (condicionadores de ar, eletrodomésticos, eletrônicos, centrais telefônicas, manutenção de eletroeletrônicos, motosserras, roçadeiras dentre outros);
36 Exploração de cascalho;
37 Serviço de chaveiro;
38 Assinatura de jornais e periódicos;
39 Gestão de contrato de telefonia;
40 Serviços de arbitragem esportiva;
41 Internação veterinária;
42 Aquisição continuada de gêneros alimentícios;
43 Fornecimento de combustíveis;
44 Fornecimento de persianas verticais e horizontais para os prédios públicos;
45 Fornecimento de hardware;
46 Serviços de inseminação artificial;
47 Fornecimento de Pedras Irregulares;
48 Serviços de Assentamento de Pedras Irregulares;
49 Serviços Securitáriosem geral;
50 Serviços de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores;
51 Serviços na área de segurança, engenharia e medicina do trabalho;
52 Publicação de atos oficiais do Município;
53 Serviços de telefonia;
54 Fornecimento de cestas básicas;
55 Auxílio funeral;
56 Fornecimento de pneus;
57 Fornecimento de peças de reposição e manutenção para a frota municipal;
58 Serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e utilitários, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas e viárias;
59 Serviço de hora máquina;
60 Serviços de locação de sistemas/softwares;
61 Serviços de recapagem de pneus;
62 Serviços Educacionais, Sistema de Ensino e Gestão Pedagógica;
63 Serviços de Planejamento e Decorações para Páscoa e Natal;
64 Serviços em análises clínicas para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
65 Serviços assistenciais de saúde no âmbito ambulatorial e hospitalar para usuários do SUS;

66 Serviço de manutenção periódica nos equipamentos médico-hospitalares, garantindo a segurança e o funcionamento adequado dos equipamentos utilizados na rede de saúde;
67 Serviços de atendimento complementar à rede SUS para pacientes com Déficit Intelectual, Transtorno Global do Desenvolvimento e Múltiplas Deficiências, por equipe multidisciplinar especializada;
68 Prestação de Serviços Sociais Terceirizados do Programa Criança Feliz, Mediante o Regime de Execução Indireta;
69 Fornecimento de gêneros alimentícios;
70 Assinatura de plataforma de pesquisa jurídica;
71 Fornecimento de aplicativo para gerenciamento de estacionamento rotativo;
72 Serviços de costura;
73 Serviços de instalação e manutenção de ar-condicionado;
74 Fornecimento de mudas de flores e outras variedades de plantas ornamentais;
75 Fornecimento de lanches;
76 Fornecimento de material esportivo;
77 Serviços de lavageme higienização de veículos;
78 Serviço de Recarga e Fornecimento de extintores e correlatos;
79 Fornecimento do auxílio natalidade;
80 Fornecimento de gás engarrafado de uso doméstico e botijões;
81 Aquisição de material de construção;
82 Serviço de Plataforma de CRM de Multiatendimento;
83 Serviço de desinsetização, desratização e limpezas e higienização de reservatórios de água;
84 Serviço de material gráfico;
85 Aquisição de armarinhos e utensílios domésticos;
86 Serviço de avaliação de imóveis;
87 Serviço de segurança não armada;
88 Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
89 Serviços de Acolhimento Institucional;
90 Locação de brinquedos;
91 Serviços de manutenção corretiva de sistema de monitoramento eletrônico;
92 Serviços de exploração de embarcações recreativas a pedal no Parque Lago Dourado;
93 Aquisição de troféus e medalhas para premiação.;
94 Cessão de uso de software de automação financeira para gestão pública;
95 Serviços de proteção social básica no domicílio (SPSBD);
96 Serviço especializado para administração, gerenciamento e fornecimento de sistema digital de auxílio material escolar.
97 Aquisição de rações animais, secas e úmidas, destinadas a alimentação de cães e gatos;
98 Fornecimento de tecidos, aviamentos e materiais de artesanato;
99 Aquisição de Nitrogênio Líquido;
100 Aquisição de Sêmen e Materiais;
101 Serviços com drone;
102 Aquisição, montagem e instalação de mobiliário e equipamentos;
103 Aquisição de itens relacionados à tecnologia da informação;
104 Serviços com caminhão Munck;
105 Prestação de serviços de seguro de vida, de imóveis e de veículos;
106 Aquisição de produtos de nutrição enteral e de suplementação alimentar;
107 Contratação de serviços e locações para eventos públicos;
108 Sinalização horizontal e vertical de vias públicas;
109 Fornecimento de fogos de artifício, execução de show pirotécnico;
110 Aquisição de uniformes;
111 Aquisição de suprimentos para impressão;
112 Aquisição de brinquedos;
113 Aquisição de material de expediente;
114 Serviços de fiscalização eletrônica veicular;
115 Aquisição de refeições;
116 Aquisição de medicamentos, material odontológico e material médico hospitalar;
117 Aquisição de filtros, óleos lubrificantes, hidráulicos e fluidos;
118 Aquisição de material de higiene e limpeza;
119 Serviços terceirizados de mão de obra;
120 Serviços de backup;
121 Aquisição de medicamentos, vacinas e microchips para cães e gatos.

Art. 3º Os editais de licitação deverão incluir regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pelas empresas contratadas para a prestação de serviços continuados e fornecimento permanente de bens de uso continuado.

Art. 4º Deverão ser incluídas nos editais as exigências relacionadas a legislação vigente, às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira para a contratação das empresas prestadoras dos serviços continuados e fornecimento permanente de bens de uso continuado.

Art. 5ºA fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada será realizada por gestores e fiscais de contratos.

§ 1º Para cada contrato deverá ser obrigatoriamente designado pelo Gestor, ou respectivo responsável, o fiscal de contrato.

§ 2º Ao fiscal do contrato compete:

I - Verificar a conformidade da prestação dos serviços e fornecimento permanente de bens de uso continuado bem como da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
II - Atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes à prestação dos serviços e fornecimento permanente de bens de uso continuado.
III - Prestar informações a respeito da execução dos serviços e de fornecimento permanente de bens de uso continuado e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada; e
IV - Quando cabível, manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas.

§ 3º O não desempenho ou desempenho insatisfatório das obrigações da contratada, mediante aferição do gestor ou do fiscal do contrato, bem como dos órgãos de controle, sujeitarão as contratadas às sanções cabíveis, principalmente se a respectiva falha ensejar perdas para o erário municipal.

Art. 6ºÉ vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de apoio ao usuário.

Art. 7º Eventuais prorrogações do prazo de vigência dos contratos de serviços continuados ou de fornecimento permanente de bens de uso continuado deverão respeitar as disposições previstas no Art. 107 da Leinº 14.133/2021.

Parágrafo único. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o termo aditivo.

Art. 8ºO descumprimento total ou parcial das obrigações e encargos sociais e trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Capítulo que trata Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei nº14.133/2021.

Art. 9º Revoga-se o Decreto nº 23735/2026.

Art. 10. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:56AF42C8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 90024/2026; **OBJETO:** Aquisição de equipamentos, materiais hospitalares e veterinários e microchips de identificação animal para adequação e regularização do castramóvel municipal, conforme Termo de Constatação Nº 100662/2025 do CRMV-PR; **CONTRATADA**: EVOLUÇÃO VET EQUIPAMENTOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.830.196/0001-38, sediado(a) na Rua Jose Bento, nº 235, Andar 1, Bairro: Cambuci, situada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01.523-030, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu administrador a Sra. Marinalva Lima Pimentel Franco, inscrita no CPF: 315.xxx.xxx-06.; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 12 (doze) meses; **VALOR ESTIMADO:** R$ 9.045,00 (nove mil e quarenta e cinco reais).; **RECONHECIMENTO:** 27 de agosto de 2026, por **Neri Machado,** Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ; **RATIFICAÇÃO:** 27 de agosto de 2026, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:204EA120

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 097/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 097/2026

Contrato	370/2026 – Pregão Eletrônico nº 90054/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Dez Soluções em Telecomunicações Ltda - CNPJ nº 10.216.357/0001-65
Objeto	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de disponibilização de link de acesso à internet, por meio de conexão em fibra óptica e rádio digital, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 219.600,00 (duzentos e dezenove mil e seiscentos reais)
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	24 de agosto de 2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 450/2025 - Pregão Eletrônico nº 90064/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Brasitur Eventos e Turismo Ltda - CNPJ nº 23.361.387/0001-07
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta – Preço – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação – Prorroga-se o prazo de vigência até 27 de agosto de 2027.
Data de Assinatura	26 de agosto de 2026.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 166/2023 - Pregão Eletrônico nº 094/2023	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	DGM Soluções Radiológicas Ltda - CNPJ nº 23.376.852/0001-83
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – Do Valor - Acresce-se ao contrato o total de R$ 550.518,24 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Terceira – Da Vigência do Contrato – Prorroga-se o prazo de vigência até 06 de setembro de 2027.
Data de Assinatura	24 de agosto de 2026.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 493/2025 - Inexigibilidade de Licitação nº 059/2025	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda - CNPJ nº 07.797.967/0001-95
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta – Preço – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 25.692,24 (vinte cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação – Prorroga-se o prazo de vigência até 02 de setembro de 2027.
Data de Assinatura	26 de agosto de 2026.

Termo de Credenciamento nº 026/2026 - Edital de Credenciamento nº 007/2024	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Clínica Médica Inen Ltda – CNPJ nº 03.852.940/0001-05
Objeto	Chamamento público de pessoa física ou jurídica, para prestação de serviços médicos na especialidade de endocrinologia para a realização de consultas no Centro Integrado de Especialidades Médicas de Dois Vizinhos.
Prazo de Vigência	Até 10/07/2027
Data de Assinatura	21 de agosto de 2026.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E032EE17

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RERRATIFICAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação referente ao Decreto nº 23767/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição nº 3604, páginas 140 e 141) em 27 de agosto de 2026, em virtude de erro material do Departamento de Gestão de Pessoas, sendo que:

Onde se lê:

20084-1	Joao Luiz Pereira Soares	

Leia-se:

20084-1	Joao Luiz Pereira Soares	23002/2026

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F6D966B6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026.
OBJETO**: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de segurança desarmada para apoio, suporte e vigilância durante a realização de eventos e atividades esportivas realizadas pela Secretaria de Esportes.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90024/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: NIGRUM SEGURANÇA PRIVADA LTDA**, CNPJ: 32.580.584/0001-08, com proposta no valor total de **R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3FDD4103

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026.
OBJETO**: Aquisição de fantasias tipo mascote (corpo inteiro) para ações institucionais em datas comemorativas e eventos do Município de Dois Vizinhos**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90031/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**:**

• **CRIATIVA PRODUTOS LTDA,** CNPJ Nº: 55.491.907/0001-92, **Itens 17, 18, 22 e 23 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais)**;
• **DREAMS MAGIC DECOR LTDA,** CNPJ Nº: 66.321.826/0001-60, **Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21 e 24 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 255.900,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e novecentos reais)**;

Pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ED520B36

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90056/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90056/2026.
OBJETO**: Registro de Preços para eventual contratação de serviços funerários, incluindo fornecimento de urnas, translado, preparação do corpo, disponibilização de túmulo social padronizado, fornecimento e instalação da placa de identificação e demais itens correlatos, que serão concedidos pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, de acordo com a Lei Municipal n° 1664/2011 e suas alterações, às pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes no Município de Dois Vizinhos.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o parecer do Senhor Pregoeiro constante da ata do Pregão Eletrônico nº 90056/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório, declarando-o **FRACASSADO.**

Dois Vizinhos, 27 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B20FB6AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA 35° REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ata da 35ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, realizada no dia 30 de Julho de 2026 às 13h30min no recinto da nova sede do CMS, Biblioteca Municipal Doutor Ulysses. Estiveram presentes os Senhores André Luís Simões, Rodrigo Pereira da Silva, Anderson Leme da Silva, Elias Anderson Straube e Israel Feitosa, bem como às senhoras Vilma Matilde de Oliveira, Joceli Ferreira da Rosa Cruz e Zeila de Fatima Scheffer. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. André Luís Simões, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência, solicitou ao Sr. Rodrigo que procedesse à leitura da ata correspondente à 34ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Concluída a leitura, o Presidente abriu espaço para que os membros do plenário apresentassem eventuais manifestações, correções, esclarecimentos ou sugestões de alteração. Durante a apreciação, foi proposta pelo Presidente uma alteração na redação de determinado trecho, com o objetivo de adequar o sentido do texto ao que havia sido efetivamente discutido na reunião anterior. Realizada a alteração, a ata foi novamente submetida à apreciação do plenário e, posteriormente, colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na continuidade, o Presidente solicitou ao Sr. Rodrigo que realizasse a leitura da ata referente à Pré-Conferência Municipal de Saúde de Doutor Ulysses, segmento de trabalhadores de saúde, procedendo-se em seguida a leitura da ata referente à 13ª Conferência Municipal de Saúde de Doutor Ulysses. Após a conclusão das leituras, o Presidente disponibilizou novamente a palavra aos integrantes do plenário para eventuais considerações. Não havendo manifestações adicionais, foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. Em seguida, o Dr. André abordou a situação relacionada aos delegados indicados para participação na Conferência Estadual de Saúde, esclarecendo que, para a etapa estadual, está sendo exigido que os representantes estejam vinculados formalmente à determinada organização ou entidade. Informou que os delegados indicados durante a Conferência Municipal compuseram o Conselho como representantes da comunidade, sem vínculo formal com uma organização específica, circunstância que inviabiliza sua indicação nos critérios atualmente estabelecidos. Diante disso, informou que seria necessária a substituição da representante Sr.ª Vilma. O Presidente explicou que, no caso de representação por instituição religiosa, deverá ser apresentado ofício do Dirigente, indicando formalmente o novo representante, acompanhado de documento emitido pela própria instituição que comprove sua regularidade de filiação e atuação na respectiva entidade. Na sequência, sendo questionada a Sr.ª Zeila quanto ao interesse em participar da Conferência Estadual, tendo ela informado que não possuía interesse. O Presidente esclareceu que não seria obrigatória a indicação de membro do Conselho Municipal de Saúde, podendo ser escolhido representante de uma das igrejas ou organizações que tenham participado da Conferência Municipal, desde que atendidos os critérios exigidos para a representação. Reforçou, ainda, que eventual interessado deveria providenciar seu cadastro e documentação com a maior brevidade possível, considerando os prazos estabelecidos. Caso não fosse possível efetivar nova indicação, seriam encaminhadas somente as propostas aprovadas na Conferência Municipal se tal fosse possível. Dando prosseguimento, foram retomados os assuntos pendentes de reuniões anteriores. O Dr. André questionou sobre a aquisição dos equipamentos destinados à medição de cloro e turbidez da água, assunto que já havia sido discutido anteriormente pelo Conselho. O Sr. Anderson informou que a Sr.ª Joceli prestaria os esclarecimentos necessários. Na sequência, a Sr.ª Joceli informou que o equipamento já havia sido adquirido e encontrava-se aguardando a entrega. Na mesma oportunidade, foi retomada a discussão referente aos pagamentos de horas extras, questão anteriormente apresentada durante a Prestação de Contas e que havia gerado questionamentos por parte do Conselho. O Sr. Rodrigo relatou que, a partir da análise realizada, haviam sido identificadas situações que necessitavam de esclarecimentos e providências. Informou, inicialmente, a existência de um caso envolvendo profissional submetido ao regime 12x36, que teria recebido pagamento correspondente a aproximadamente 98 horas extras, sem ter trabalhado, considerando que o referido profissional atua em dois empregos, não sendo possível realizar horas extras. Também foi apresentada a situação de outro profissional que, conforme análise mencionada durante a reunião, estaria recebendo pagamentos correspondentes há horas extras referentes a todos os sábados, domingos e feriados, embora, segundo as informações

apresentadas ao Conselho, não houvesse registro de sua presença no ambiente de trabalho nesses períodos. O Dr. André relembra que havia sido apresentado ao Conselho Municipal de Saúde o Relatório de Prestação de Contas incluindo as horas extras, tendo sido a época requerido pelo presidente que houvesse o cumprimento do novo Decreto municipal que aprimora o controle de horas extras, o que será inclusive alvo de avaliação do conselho na próxima prestação de contas, e questionou se a Secretaria estaria efetivamente informando e justificando a necessidade dos pagamentos de horas extras. O Sr. Israel informou que havia sido emitido um novo decreto, estabelecendo novos procedimentos, os quais passariam a ser observados a partir da próxima folha de pagamento. O Presidente ressaltou que a situação deveria ser solucionada com a maior brevidade possível. O Sr. Rodrigo questionou sobre os pagamentos já realizados, especialmente quanto à possibilidade de ressarcimento ao erário dos valores eventualmente pagos sem a correspondente prestação do serviço, ressaltando que a edição do decreto não afastaria a necessidade de análise dos fatos ocorridos anteriormente. O Dr. André informou que a situação já havia sido apontada e que as providências cabíveis estavam sendo adotadas. O Sr. Israel reforçou que os pagamentos de horas extras, deverão ser devidamente justificados pelos Secretários responsáveis, e assinados pelos servidores.. Na sequência, o Dr. André perguntou ao Sr. Rodrigo se os pagamentos questionados haviam voltado a ocorrer nos meses mais recentes. O Sr. Rodrigo informou que os pagamentos de horas extras referentes ao profissional que exerce função de Coordenador permaneciam ocorrendo até o mês corrente, porém esclareceu que não aprofundará novamente o assunto naquele momento, considerando que, em reunião anterior, havia sido informado que a situação seria solucionada. Diante da informação, o Presidente ressaltou que, caso a situação permanecesse ou voltasse a ocorrer, o assunto deveria ser novamente apresentado ao Conselho Municipal de Saúde para análise e providências. Destacou, também, a necessidade de elaboração do relatório detalhado das horas extras, contemplando os pagamentos realizados e suas respectivas justificativas, e planejamento adequado, devendo o documento ser encaminhado, conforme já solicitado anteriormente. O Sr. Israel informou que, na reunião anterior em que foram levantados os apontamentos, havia sido realizada análise das situações identificadas, tendo sido constatadas algumas questões que não poderiam ser detalhadas ao Conselho naquele momento, pois são alvo de procedimentos específicos de averiguação, que estão em andamento. Informou, entretanto, que havia sido solicitado à Secretaria Municipal de Saúde o encaminhamento de justificativas, sem que, até aquele momento, tivesse recebido resposta. O Dr. André reiterou que o decreto determinava que todos os Secretários Municipais, inclusive o Secretário de Saúde, encaminhasse relatório contendo as horas extras pagas e suas respectivas justificativas. Diante disso, destacou a necessidade de cobrança formal do referido relatório, caso este ainda não tivesse sido apresentado. O Presidente questionou o Sr. Anderson se os relatórios estavam sendo encaminhados conforme estabelecido no procedimento. O Sr. Anderson informou que não haviam sido encaminhados ainda. Diante disso, o Dr. André solicitou formalmente que o relatório fosse providenciado e encaminhado, devendo contemplar não apenas a relação das horas extras pagas, mas também as justificativas para sua realização, a necessidade dos pagamentos, possibilidades de reorganização do trabalho, eventual adoção de regime de disponibilidade, possibilidade de contratação de profissionais ou estagiários e alternativas que possam contribuir para a redução da realização de horas extraordinárias. O Presidente destacou que a situação deveria ser encaminhada ao Secretário responsável para as providências necessárias e que o Conselho Municipal de Saúde atuaria na intermediação da questão, buscando garantir sua efetiva resolução. Ficou estabelecido que, na próxima reunião, o assunto será novamente incluído para verificação do encaminhamento dos relatórios às Secretarias responsáveis e sua posterior apreciação. O Sr. Israel informou que esgotado o prazo de adaptação, concedid, o novo decreto passaria a ser exigido nas próximas folhas de pagamento. O Sr. Rodrigo reiterou que a adoção de novos procedimentos não poderia excluir a análise dos fatos e pagamentos anteriores que já haviam sido apresentados e discutidos no Conselho. O Dr. André esclareceu que já existe procedimento administrativo em andamento, devendo ser observadas as etapas pertinentes e o necessário sigilo das informações. Ressaltou, entretanto, que a preocupação do Conselho passou a ser mais ampla, não se restringindo a uma situação individual, mas abrangendo a necessidade de estabelecimento de critérios e controles gerais para os pagamentos de horas extras. Reforçou que a questão já havia sido deliberada pelo CMS e deveria ser solucionada com brevidade. Na sequência, passou-se à pauta do dia, tendo como primeiro item a apresentação da Resolução SESA nº 795/2026, referente à construção de uma Unidade Básica de Saúde Tipo I no Município de Doutor Ulysses. O Sr. Anderson apresentou a matéria ao plenário, informando que a resolução contempla o Município com a construção de uma UBS Tipo I, mediante recurso no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Esclareceu que, para a continuidade do processo, seria necessária a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde e a emissão da respectiva resolução, observando-se o prazo estabelecido pelo Governo do Estado. Informou ainda que o projeto seguirá o padrão definido pelo Estado e que, inicialmente, a Administração Municipal pretende utilizar um terreno pertencente ao Município, com contrato de comodato com a vigência encerrada, sendo necessárias as providências administrativas pertinentes para regularização da utilização do terreno. Segundo o Sr. Anderson, a intenção inicial é que, após a construção da nova Unidade, os atendimentos sejam transferidos para o novo espaço, permanecendo a estrutura atualmente existente disponível para utilização em outros serviços da área da Saúde, cuja finalidade ainda não foi definida. O Sr. Israel questionou sobre a aquisição do mobiliário e dos equipamentos necessários à estruturação da nova UBS, observando que outros Municípios têm enfrentado dificuldades para realizar essa aquisição. O Sr. Anderson esclareceu que o mobiliário será de responsabilidade do Município, uma vez que o recurso disponibilizado contempla especificamente a construção e edificação da Unidade. Acrescentou que, após a construção, serão avaliadas alternativas para aquisição dos equipamentos necessários e que existe a expectativa de que novos recursos estaduais possam ser disponibilizados para essa finalidade. Ressaltou também que, considerando o prazo de execução da obra, haverá tempo para planejamento da estruturação da Unidade e busca de recursos complementares. Em relação aos procedimentos para utilização dos recursos, o Sr. Anderson explicou que, nos processos relacionados à aquisição de veículos, após abertura do protocolo e inserção da documentação, o Município dispõe de prazo de 180 dias para iniciar a licitação após o recebimento do recurso. Quanto às obras, informou que ainda não possuía todos os detalhes referentes aos trâmites e cronograma de disponibilização dos recursos, mas avaliava a possibilidade de que os valores fossem liberados conforme a execução das etapas da obra. Após a apresentação e os esclarecimentos, a proposta foi submetida à apreciação do plenário e aprovada por unanimidade, ficando autorizada a emissão da respectiva resolução do Conselho Municipal de Saúde para encaminhamento aos órgãos competentes. Passando para os assuntos gerais. O Sr. Anderson informou sobre o processo de locação de veículos, esclarecendo que foram licitados um total de 10 (dez) veículos, sendo facultado ao Município utilizarem a quantidade necessária de acordo com a demanda. Informou que, inicialmente, foram utilizados 05 (cinco) veículos, quantidade correspondente ao contrato anterior, com valor informado de aproximadamente R$4.000,00 por veículo. Na sequência, apresentou informações sobre o processo de implantação do serviço de telemedicina, previsto no plano de governo. Informou que o processo encontrava-se em fase preparatória e que, durante a análise, surgiram algumas dúvidas que estavam sendo novamente avaliadas. Explicou que a implantação do serviço está organizada em três etapas, sendo a primeira destinada ao treinamento dos profissionais; a segunda correspondente à implantação do atendimento, inicialmente com cobertura de 100% das Unidades de Saúde rurais; e a terceira, posteriormente, condicionada à decisão da gestão quanto à possibilidade de disponibilização do atendimento de forma individualizada aos pacientes. Informou, por fim, que existe a expectativa de que o serviço esteja disponível no Município no mês seguinte ou, dependendo da conclusão dos procedimentos, no ano subsequente. O Dr. André solicitou ao Secretário maiores esclarecimentos sobre o funcionamento da telemedicina e requereu o encaminhamento ao CMS do termo de adesão e demais documentos pertinentes, para que se possa ter conhecimento dos critérios e o fluxo de atendimento. O Sr. Anderson informou que realizaria alguns ajustes na documentação e posteriormente encaminhará o material. Como informação preliminar, esclareceu que o atendimento deverá ser realizado na área de Clínica Geral. O Sr. Israel avaliou que a

implantação do serviço poderá contribuir para minimizar dificuldades relacionadas ao acesso médico no Município. O Sr. Rodrigo informou que, no momento, não existe a mesma dificuldade anteriormente observada quanto à disponibilidade de médicos. O Dr. André esclareceu que a proposta deve ser analisada também sob a perspectiva de redução do deslocamento dos profissionais e melhoria do fluxo de atendimento. O Sr. Anderson acrescentou que o serviço deverá contribuir para reduzir significativamente as filas, funcionando de maneira semelhante ao atendimento presencial, com triagem, avaliação, emissão de receitas e encaminhamentos, quando necessários, contando com o acompanhamento de um profissional de saúde presente na Unidade. O Dr. André questionou sobre a disponibilidade de internet nas Unidades de Saúde, considerando a necessidade de conexão adequada para realização das consultas por videoconferência. O Sr. Anderson informou que as Unidades possuem a maior capacidade de internet disponível dentro das condições de cada região e que foram realizados testes, inclusive utilizando dispositivos móveis, com resultados considerados satisfatórios. Na continuidade dos assuntos gerais, o Sr. Anderson informou sobre o andamento do processo referente ao serviço de Raio-X. Relatou que a licitação havia sido concluída e que a empresa responsável já havia sido contratada. Após avaliação da sala localizada na UBS do Bairro do Cerrado, verificou-se a necessidade de realização de alguns ajustes e retoques na estrutura. Informou que, naquele momento, permanecia pendente apenas uma reunião de alinhamento com a empresa para definição do início dos trabalhos. Por fim, o Sr. Rodrigo apresentou ao plenário os resultados das coletas e análises de água realizadas no ano corrente, disponibilizando os dados para conhecimento e acompanhamento dos conselheiros. Informou que a maioria dos resultados apresentou condições satisfatórias para o consumo humano. Esclareceu que, nos pontos em que foram identificados resultados com presença de Coliformes Totais, foram adotadas as providências necessárias, tendo as situações identificadas sido corrigidas. Acrescentou que, de maneira geral, embora não fosse possível afirmar a regularidade da cloração da água em todos os pontos avaliados, os resultados apresentados demonstraram, de modo geral, condição satisfatória quanto à qualidade da água analisada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Dr. André Luís Simões, encerrou a reunião às dezessete horas, agradecendo a presença de todos e reforçando o convite para participação na próxima reunião ordinária do Conselho. Eu, Rodrigo Pereira da Silva, Secretário do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

André Luís Simões	
Rodrigo Pereira da Silva	
Anderson Leme da Silva	
Joceli Ferreira da Rosa Cruz	
Zeila de Fatima Scheffer	
Dionatan G. Machado	
Ozéias Nicolau de Pina	
Pedro Desplanches	
Vilma Matilde de Oliveira	
Israel Feitosa	
Elizeu de Matos	
Seni de Andrade Roesler	
Eli Matias Ribeiro dos Santos	
Elias Straube	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CBF2B41A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 264/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 264/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 553.756,66 (quinhentos e cinqüenta e três mil setecentos e cinqüenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
05.001.04.128.0001.2.005.		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	
31 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	879,04
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0013.2.039.		Manutenção de Desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
93 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	238.379,78
96 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.055,91
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
110 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.302,79
07.001.10.301.0013.2.042.		Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de ACS	Saúde -
476 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.330,96
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
231 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	82.706,65
232 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.278,93
233 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	26.676,69
09.001.12.361.0006.2.026.		Manutenção do Transporte Escolar - Esnino Fundamental	
530 - 3.3.90.33.00.00	3024	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	20.072,76
09.001.12.365.0003.2.085.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola	
482 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	820,88
271 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	108,65
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
278 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.415,36
483 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	435,65
282 - 3.1.91.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.648,85
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.051.		Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
345 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.120,68
346 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.039,25
614 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.248,12
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
354 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	714,22
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
378 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.903,08
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
404 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.805,19
405 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.412,91
407 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.400,31
Total Suplementação:			**553.756,66**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, Conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
03.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA JURÍDICA	
03.001.02.092.0001.2.003.		Manutenção da Assessoria Jurídica	
20 - 3.3.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
123 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	282.069,44

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.073.		Proteção Social Básica	
170 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.245.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
191 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.060.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30% - Profissionais do Campo	

510 - 3.1.90.11.00.00	3024	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.072,76
09.001.12.361.0004.2.062.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 30%	
251 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	152.091,66
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
339 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.030.		Manutenção do Cemitério Municipal	
398 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
400 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.04.121.0001.2.060.		Manutenção do Departamento de Projetos	
448 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.500,00
449 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.500,00
450 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	522,80
Total Redução:			**553.756,66**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F2394117

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 265/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 265/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.625,28 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.2.017.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70%	
602 - 3.1.90.11.00.00	1080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.625,28
Total Suplementação:			**4.625,28**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.5.53.01.00.00000000	Fonte: 1080	4.625,28
Total da Receita:		**4.625,28**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5DA4A3C9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 266/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 266/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 193.084,81 (cento e noventa e três mil e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.361.0004.1.059.		Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb 70% - Profissionais do Campo	
615 - 3.1.90.11.00.00	31040	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	107.924,61
616 - 3.1.90.11.00.00	31604	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.527,60
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.098.		Aquisição de Maquinas e Equipamentos - 005563/2024	
460 - 4.4.90.52.00.00	30017	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	83.632,60
		Total Suplementação:	**193.084,81**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:098483BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0267/2026 EXONERAR A PEDIDO A SENHORA REGIANE DA CONCEIÇÃO LEAL DE ANDRADE.

DECRETO Nº 0267/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o pedido apresentado pelo servidor;

DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR a pedido a senhora **REGIANE DA CONCEIÇÃO LEAL DE ANDRADE** portadora do CPF/MF nº 163.xxx.xxx-78, do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 26 de Agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BFFAE7F9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0078/2026. ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0019/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0078/2026.

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0019/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: ELOTECH GESTAO PUBLICA LTDA inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.896.194/0001-94, sediado na Rua Tupã n°1643, cep 87060-510, Bairro Recanto dos Magnatas, cidade de Maringá, Estado do Paraná.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE VISANDO O FORNECIMENTO (LOCAÇÃO DE LICENÇA), INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, CONFORME CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E VALORES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL R$ 697.700,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E SETE MIL E SETECENTOS REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 27 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0BBEB949

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0090/2026 CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES ABAIXO DESCRIMINADOS

PORTARIA Nº. 0090/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° - Conceder adicional de insalubridade aos servidores abaixo descriminados, considerando que os servidores estão trabalhando na área da saúde;

NOME	CPF	CARGO
ERICK SUEL RODRIGUES HOFFMAN	114.xxx.xxx-55	MOTORISTA
NATHAN JORGE RIBEIRO	079.xxx.xxx-55	MOTORISTA
DINAIR DA APARECIDA ALELUIA	016.xxx.xxx-08	MOTORISTA
BRUNO ROSA FERREIRA	111.xxx.xxx-40	MOTORISTA
IMAR DOS SANTOS	797.xxx.xxx-10	MOTORISTA
ROBSON FRON DA SILVA TAVARES	074.xxx.xxx-90	MOTORISTA
JACIARA DO ROCIO DONATO BRAINE	081.xxx.xxx-82	ENFERMEIRO SAUDE DA FAMÍLIA

Art. 2° – O Adicional de Insalubridade de que trata o art. 1° será concedida a razão de 20% sobre o salário base.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 25 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E28E9ED4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 003/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 003/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°003/2025, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
MARCELO JOÃO TEIXEIRA	18	OPERADOR DE MÁQUINA II (TRATOR AGRÍCOLA)

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.
Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 26/08/2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F88FDC6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 222/2026

DECRETO Nº 222/2026

Súmula: Concede Progressão Funcional Vertical Por Titulação em conformidade à Lei 833/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro na Lei Municipal nº 833/2023 e requerimento solicitando progressão funcional, protocolo digital nº 149/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional Vertical Por Titulação a servidora do município de Fernandes Pinheiro, conforme cargo e nível disposto no quadro abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível com a Progressão	Protocolo
1191-1	FRANCELIZE APARECIDA DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde Estatutário	N1	N2	149/2026 (ONLINE)

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 27 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:07BB90C3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 118/2026

EMENTA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATO

A Prefeita do Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 117 da Lei 14.133/21– Leis de Licitações e Contratos Administrativos.
Art. 1º Nomear como fiscais de Contratos:
I – Secretaria de Administração:
Titular: MIGUEL ANGELO PAVELSKI
Suplente: FELIPE PEREIRA DA SILVA
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria.

II – Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente:
Titular: LUCIANO RICARDO GAEDICKE
Suplente: ERICK CHAGAS MUSTEFAGA
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria.

III – Secretaria de Assistência Social:
Titular: SIMONE ELIZA FABRIS SILVEIRA
Suplente: LEANDRO BATISTA DA SILVA
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria.

IV – Secretaria de Educação Cultura Turismo e Esportes:
1 - Titular: IZABEL SOARES DE ANDRADE JORGE
Suplente: EMANOELE FRANCO VIZINONI
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria exceto de Merenda Escolar;
2 – Titular: MAURICILA DE CAMPOS FRANÇA
Suplente: LUCIANE SPEGIORIN SUREK
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os Decorrente de Licitações para aquisição de Merenda Escolar.

V – Secretaria de Viação Obras e Urbanismo:
1- Titular: DANIELE CRISTINA GOMES
Suplente: CLAUDIO SENOSKI
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria exceto Obras Públicas;
2- Titular: ERON BRAYAN AIOLFI
Suplente: SIDNEI ANTONIO DE LIMA
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos decorrentes de Licitações para Execução de Obras Públicas;

VI – Secretaria de Saúde:
1 – Titular: STEFFANY MEIRA PIRES
Suplente: JOÃO HENRIQUE DE SOUZA HRENTECHECHEN
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria exceto aquisição de medicamentos e materiais odontológicos.
2 – Titular: CARLA ADRIANA TROG
Suplente: PRISCILA ZANONI
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria destinados para a aquisição de medicamentos para a Farmácia Pública Municipal.
3 – Titular: PAULA FERNANDA GURA
Suplente: LUIZ RICARDO MARAFIGO ZANDER
a) ao fiscal designado caberá o acompanhamento de todos os contratos da Secretaria destinados para a aquisição de Materiais e Medicamentos para o Setor de Odontologia.
Art. 2º – Nomeia como Controlador dos Encargos Sociais e Tributários a seguinte servidor: Juarez Miguel da Silva

Art. 3º Aos Fiscais de Contratos, ora nomeados, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto nas Leis Federais nº 8.666/93 e 14.133/21, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
– Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
– Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
– Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
– Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
– Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
– Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
– Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
– Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
– Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
– Ao Controlador dos Encargos Sociais e Tributários caberá a fiscalização de que as empresas contratadas estão mantendo todas as condições exigidas para fins de Habilitação;

Art. 4º O Setor de Compras disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.
Art. 5º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 045/2025.
Fernandes Pinheiro, 27 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:418C5F2A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 119/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no ofício da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica alterada a carga horária de jornada suplementar no exercício das funções de magistério concedida pela **Portaria nº 016/2026** a servidora LUCIANE SPEGIORIN SUREK, matrícula 1182-1, passando de **20 (vinte) horas para 12 (doze) horas semanais** a partir de 01/09/2026.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 27 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:DF571EC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
39/2026 - PE

ESTADO DO PARANÁ	Página: 1 / 1	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	PREGÃO ELETRÔNICO	
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul	Nr.: 39/2026	
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132	Processo Adm.:	78/2026
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br	Data do Processo:	30/06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	78/2026
b) Nr. Licitação:	39/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	27/08/2026
e) Objeto da Licitação:	Registro de Preço para Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, mediante fretamento de ônibus, com disponibilização de motorista devidamente habilitado, incluindo fornecimento de combustível e manutenção dos veículos, visando atender às demandas do Município de Flor da Serra do Sul/PR.

Participante: FLOR DO SUL COMERCIO E SERVICOS LTDA (10.199.692/0001-00)				
Item	Especificação	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros, com fornecimento de ônibus com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) lugares, incluindo condutor devidamente habilitado e combustível. A contratação será realizada com base no valor por quilômetro rodado, os locais das viagens serão definidos pelo setor responsável, o veículo deverá conter, banheiro, sistema de som ambiente, aparelho de ar-condicionado e poltronas confortáveis adequadas para viagens intermunicipais. O Veículo deverá possuir idade máxima de 20 (vinte) anos, a partir da data de fabricação. O veículo deverá estar devidamente abastecido, em perfeitas condições de uso, equipado com tacógrafo devidamente aferido e calibrado pelo INMETRO, bem como estar regularmente registrado e licenciado junto ao DETRAN, atendendo integralmente às exigências do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis. O veículo e o condutor deverão permanecer à disposição durante todo o trajeto contratado.	10.000,000 KM	11,96	119.600,00
Total do Participante:				119.600,00
Total Geral: 119.600,00				

Flor da Serra do Sul, 27 de Agosto de 2026

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:448889F4

LICITAÇÕES
EXTRATO ADITIVOS

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 043/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo
Contrato Nº : 70/2025
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL
Contratada : NIGRUM SEGURANCA PRIVADA LTDA
Vigência : Data do Aditivo: 27/08/2026 Nova data final : 27/08/2027
Objeto : Aditivo nº 043/2026 Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança desarmada, visando atender às demandas de eventos oficiais, festividades e jogos promovidos pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR.
FLOR DA SERRA DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
Aditivo : 044/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contrato Nº : 71/2025
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL
Contratada : JOHN RR SEGURANCA LTDA
Valor : R$ 41,000.00
Vigência : Data do Aditivo: 27/08/2026 Nova data final : 27/08/2027
Objeto : Aditivo nº 044/2026 Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança desarmada, visando atender às demandas de eventos oficiais, festividades e jogos promovidos pelo Município de Flor da Serra do Sul – PR.
FLOR DA SERRA DO SUL, 27 DE AGOSTO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C6BE30D4

LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISTRATO (RESCISÃO) DO CONTRATO N° 069/2026

Extrato de distrato (Rescisão) do Contrato n° 069/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL.
CONTRATADA: **MARINARI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**
OBJETO: **Aquisição de impressora 3D destinada à implantação e estruturação da Sala Maker, visando o desenvolvimento de atividades educacionais, tecnológicas e de inovação voltadas a crianças e adolescentes no Município de Flor da Serra do Sul/PR.**
RESCISÃO/DISTRATO: Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo e conveniente para a Administração.
DATA DA RESCISÃO/DISTRATO: 27 de Agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:60B879C7

RH
PORTARIA 325/2026

PORTARIA Nº 325/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026.

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026, Processo Nº 78/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros, sob o regime de fretamento, com fornecimento de ônibus e micro-ônibus, motorista devidamente habilitado, combustível e manutenção dos veículos, mediante remuneração por quilômetro rodado, para atender às demandas das diversas Secretarias e Departamentos do Município de Flor da Serra do Sul/PR.	Silmar Pedro Magro
	Fiscal Titular
	Adilson Ribeiro
	Fiscal Suplente
	Luis Dal Pai

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 27 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A7EC236A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.640, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.640, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Concede antecipação de férias regulamentares ao servidor Jorge Aparecido da Silva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Jorge Aparecido da Silva, Motorista/40h, matrícula 2-01227, antecipação de 10 (dez) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 16/12/2025 a 15/12/2026, para fruição no período de 08 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4121F7F5

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5127 DE 31 DE JULHO DE 2026

DECRETO N. º 5127/2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei n.º 803/2025 de 19 de dezembro de 2025:

DECRETA

Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 190.479,68 (cento e noventa mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) para o reforço e criação das seguintes dotações:

06			**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
06.002			**Divisão da Família**	
06.002.08.122.0006.2.015			**Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social**	
662	4.4.90.52.00.00	31879	Equipamentos e Material Permanente	249,26
09			**SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**	
09.003			**Divisão de Obras e Urbanismo**	
09.003.15.452.0013.1.029			**Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a Divisão de Serviços Urbanos**	
675	4.4.90.52.00.00	31016	Equipamentos e Material Permanente	15.437,33
676	4.4.90.52.00.00	33898	Equipamentos e Material Permanente	14.793,09
12			**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**	
12.001			**Divisão de Indústria**	
12.001.22.661.0015.1.036			**Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais**	
674	4.4.90.52.00.00	33868	Equipamentos e Material Permanente	160.000,00
Total das Suplementações				**190.479,68**

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Adicional descrito no Art. 1.º deste Decreto serão provenientes do Superávit Financeiro das Fontes 11016, 31898 e 31868 no valor de R$ 190.230,42 apuradas no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2025, conforme Art. 43 § 1.º, I da Lei Federal 4.320/64 e do Excesso de Arrecadação da fonte 31879 no valor de R$ 249,26, contabilizado na receita 1.3.2.1.01.11.01.00.00.00.00, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 31 de Julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:11643051

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
REPUBLICAÇÃO DO DECRETO N.º 5137 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N. º 5137/2026 – REPUBLICAÇÃO

Abre Crédito Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei n.º 822/2026 de 26 de Agosto de 2026:
DECRETA
Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais) para a criação das seguintes dotações:

08			**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.004			**Divisão de Cultura**	
08.004.13.392.0011.2.052			**Desenvolvimento de Ações Culturais**	
670	3.3.90.48.00.00	11063	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.000,00
10			**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
10.001			**Fundo Municipal de Assistência Social**	
10.001.20.608.0014.2.067			**Promoção das Atividades Agropecuárias**	
671	3.1.90.16.00.00	01000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.000,00
12			**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**	
12.001			**Divisão de Indústria**	
12.001.22.661.0015.1.042			**Aquisição de Barracão Industrial**	
672	4.4.90.61.00.00	31878	Aquisição de Imóveis	24.472,67
673	4.4.90.61.00.00	33878	Aquisição de Imóveis	575.527,33
			Total das Suplementações	**612.000,00**

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art. 3.º deste Decreto serão provenientes do Superávit Financeiro da Fonte 31878 no valor de R$ 575.527,33, apurada no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, conforme o Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, do Excesso de Arrecadação da Fonte 11063 e 31878 contabilizado na Receitas 1.3.21.01.11.01.00.00.00.00 e 1.7.19.60.01.00.00.00.00.00, apurados no exercício de 2026, no valor de R$ 34.472,67, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, e da anulação parcial da dotações no valor de R$ 2.000,00, conforme Art. 43 §
1.º, II da Lei Federal 4.320/64.

02			**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001			**Gabinete do Prefeito**	
02.001.04.122.0002.2.002			**Manutenção do Gabinete do Prefeito**	
4	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	2.000,00
Total dos Cancelamentos				**2.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 26 de Agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:B423BD56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE ANULAÇAO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 135/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 16/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE GUARAPUAVA (CNPJ Nº 77.903.789/0001-15)
OBJETO: "ANULAÇÃO da Ata de registro de preço nº 135/2026 do Dispensa nº 16/2026 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, INCLUINDO A EMISSÃO, RENOVAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO"
DA ANULAÇAO: O presente Termo visa anuluar a Ata de registro de preços em observaçao ao princípio da auto tutela, tendo em vista divergencia insanável entre proposta e solicitaçao do ente.
DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:D2E8051C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DAS REQUISIÇÕES DE DIÁRIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026

PUBLICAÇÃO DAS REQUISIÇÕES DE DIÁRIAS MÊS DE AGOSTO DE 2026
Requisição de diária nº 033/2026
Nome: **EVERTON DANIEL NATTEL**
Cargo: Vereador
Destino: Curitiba - PR
Período: de 12/08/2026 á 14/08/2026
Observação:
O PODER FISCALIZADOR E JULGADOR DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
NÚMERO DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.404.90 (MIL QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
Requisição de diária nº 034/2026
Nome: **ANTONIO JOARILSO LINS RODRIGUES**
Cargo: Vereador
Destino: Curitiba - PR
Período: de 12/08/2026 á 14/08/2026
Observação:
O PODER FISCALIZADOR E JULGADOR DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
NÚMERO DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.404.90 (MIL QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
Requisição de diária nº 035/2026
Nome: **FRANCISCO OLINQUEVICZ NETO**
Cargo: Vereador
Destino: Curitiba - PR
Período: de 12/08/2026 á 14/08/2026
Observação:
O PODER FISCALIZADOR E JULGADOR DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
NÚMERO DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.404.90 (MIL QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
Requisição de diária nº 036/2026
Nome: **ALAERCIO SALES**
Cargo: Vereador
Destino: Curitiba - PR
Período: de 12/08/2026 á 14/08/2026
Observação:
O PODER FISCALIZADOR E JULGADOR DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

NÚMERO DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.404.90 (MIL QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
Requisição de diária nº 037/2026
Nome: **ROBSON LUIZ DA CRUZ**
Cargo: Servidor
Destino: Curitiba - PR
Período: de 18/08/2026 á 21/08/2026
Observação:
Portal e LGPD e-SIC e Ouvidoria
Guia Atualizado Para Municípios
NÚMERO DE DIÁRIAS: 03 (TRÊS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.770,20 (MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS E VINTE CENTAVOS).
Requisição de diária nº 038/2026
Nome: A**LISON BRUNO NICOLAICO DE JESUS**
Cargo: Servidor
Destino: Curitiba - PR
Período: de 18/08/2026 á 21/08/2026
Observação:
Gestão de Mídias Sociais no Setor Público
Operação, Publicidade e LGPD
NÚMERO DE DIÁRIAS: 03 (TRÊS) INTEGRAIS E UMA PARCIAL, R$ 1.770,20 (MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS E VINTE CENTAVOS).

Publicado por:
Robson Luiz da Cruz
Código Identificador:B797527F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **RODRIGO CASTILHO DE PAULA** Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1853C17D

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2024 A 2025 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **PABLO HECTOR CASANOVA** Lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D0E2C02E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº348 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido a Sra. **DEYSE FRANCINE RODRIGUES,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:38760D23

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 349 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido a Sra. **ELUIZA NAKALSKI,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1E2B1F79

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **GUILHERME HENRIQUE DUTSOL** Lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:CEA52018

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **JOÃO ARIS POMPEO DA SILVA,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0FE7FDE5

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 352 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **JOSE RODRIGO DE AGUIAR,** Lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B056D0CA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 353 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **JULIANO PETRY** Lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:40925B2C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 354 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **LUCIANO GUSTAVO PELENTIER DE OLIVEIRA,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:18738F32

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 355 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **LUIZ OTAVIO PUFF,** Lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:99E1FD5E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 356 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **NEANDER BENAZZI,** Lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:E78D1866

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 357 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **SANDRO XAVIER,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:3FD364EA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 358 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2025 A 2026 no mês de Agosto de 2026, concedido a Sra. **SIMONI BOIKO SANTAREM,** Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C3790BF7

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 359 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a conversão em abono pecuniário, de um terço das férias concedidas ao Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
.
.

RESOLVE

Art. 1° - Fica deferido o pagamento em pecúnia de dez dias de férias regulamentares do período aquisitivo de 2024 A 2025 no mês de Agosto de 2026, concedido ao Sr. **ARSENIO SERPA** Lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 27 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:DD6D2FB5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 536/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de General Carneiro – Paraná, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso da atribuição legais,

DECRETA:
CONSIDERANDO o compromisso do Município de General Carneiro com a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a política municipal de alfabetização, articulada às políticas nacional e estadual de educação;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as ações desenvolvidas em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização – CEMPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro – Paraná.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal terá como finalidade formular, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, em articulação com a política de alfabetização do território estadual e com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização terá como princípio fundamental a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização, considerando as especificidades do território municipal, a equidade educacional e a redução das desigualdades de aprendizagem.

Art. 4º São objetivos do Comitê Estratégico Municipal:
I – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as unidades escolares;
III – acompanhar os resultados de aprendizagem dos estudantes;
IV – utilizar evidências e dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões;
V – implementar estratégias de alfabetização e recomposição das aprendizagens;
VI – acompanhar as ações relacionadas à alfabetização na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VII – promover a equidade e a inclusão educacional;
VIII – incentivar práticas pedagógicas exitosas;
IX – promover o compartilhamento de boas práticas;
X – acompanhar as metas e indicadores da política municipal de alfabetização;
XI – fortalecer a articulação com as ações desenvolvidas pelo Estado do Paraná no âmbito da política de alfabetização;

Art. 5º Compete ao Comitê:
I – elaborar e acompanhar o Plano Municipal de Ação da Política de Alfabetização;
II – realizar diagnóstico da situação da alfabetização no município;
III – analisar resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas;
IV – acompanhar os indicadores de alfabetização;
V – propor estratégias de intervenção pedagógica;
VI – acompanhar estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VII – planejar ações de recomposição das aprendizagens;
VIII – propor e acompanhar ações de formação continuada;
IX – apoiar as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares;
X – promover ações de incentivo à leitura e à escrita;
XI – acompanhar a implementação das políticas e programas de alfabetização;
XII – promover a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XIII – elaborar relatórios de acompanhamento das ações;
XIV – avaliar os resultados da Política Municipal de Alfabetização;
XV – propor ajustes e aperfeiçoamentos nas ações desenvolvidas.

Art. 6º O Comitê Estratégico Municipal será composto por representantes:
I – da área responsável pelo acompanhamento e análise das avaliações educacionais;
II – da articuladora municipal do município;
III – da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – das equipes gestoras das unidades escolares;
V – dos professores alfabetizadores do infantil V, 1º e 2º ano;
VI – dos professores alfabetizadores das escolas do campo;
VII – da equipe pedagógica da Educação Infantil;
VIII – da equipe pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IX – da Educação Especial;
X – do Conselho Municipal de Educação;

Art. 7º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo trimestralmente, e extraordinariamente sempre que necessário.
Parágrafo único. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata. contendo pauta, participantes, discussões, encaminhamentos e responsáveis.

Art. 8º O Comitê deverá manter documentação comprobatória das ações desenvolvidas, incluindo:
I – atas de reuniões;
II – plano de ação;
III – relatórios de monitoramento;
IV – registros das formações;
V – resultados das avaliações;
VI – registros das ações de intervenção;
VII – registros de boas práticas;

VIII – documentos de acompanhamento das metas;
IX – demais documentos relacionados à Política Municipal de Alfabetização.

Art. 9º O Comitê deverá elaborar anualmente Relatório de Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, contendo os avanços, desafios, resultados, metas alcançadas e ações previstas para o período seguinte.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá promover a articulação das ações municipais com as iniciativas desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná no âmbito da política estadual de alfabetização e do regime de colaboração.

Art. 11. A atuação do Comitê deverá observar os princípios de:
I – colaboração;
II – equidade;
III – inclusão;
IV – gestão democrática;
V – valorização dos profissionais da educação;
VI – uso pedagógico dos resultados das avaliações;
VII – garantia do direito à aprendizagem;
VIII – respeito às especificidades do território municipal.

Art. 12. A participação dos membros do Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:23307890

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Licitatório nº 144/2026
Concorrência Eletrônica nº 003/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, Estado do Paraná, por intermédio da Agente de Contratação designada pela Portaria Municipal nº 340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **21 de setembro de 2026, às 09h00min**, por meio da plataforma **Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL**, no endereço eletrônico **https://bll.org.br/**, sessão pública da **Concorrência Eletrônica nº 003/2026**, conforme condições estabelecidas no respectivo Edital.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no sítio eletrônico oficial do Município de General Carneiro/PR e na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL. Eventuais pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhados pelo e-mail **licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção da **Unidade Básica de Saúde – UBS Planalto**, **correspondente à Unidade de Saúde da Família – Porte 1, padrão do Estado do Paraná, localizada na Rua Francisco Olinquevicz, Loteamento São Francisco, Município de General Carneiro/PR**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução e entrega da obra, conforme projetos arquitetônicos e complementares, memorial descritivo, caderno de encargos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo.

Valor máximo da contratação: R$ 1.446.719,33 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e dezenove reais e trinta e três centavos).

General Carneiro – PR, 27 de agosto de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:874D7889

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026
Processo Licitatório nº 123/2026
Adjudicação/Homologação: 27/08/2026
Credenciadas:
GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA – CNPJ nº 31.531.493/0001-10
AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA – 06.068.257/0001-61
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR
Objeto: "Chamamento Público para o credenciamento de postos revendedores de combustíveis automotivos, localizados no Município de General Carneiro/PR, para o fornecimento parcelado de **Etanol Hidratado Combustível, Gasolina Comum, Óleo Diesel S10, Óleo Diesel S500 e ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo)**, destinados ao abastecimento da frota municipal de veículos, máquinas e equipamentos, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.**"**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:18AD2222

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REUNIÃO GERAL ORDINÁRIA 351 (26/08/2026)

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de dois mil de vinte e seis as 16:00 horas, compareceram à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde número 351 (trezentos e cinquenta e um), devidamente convocados 15 (quinze) interessados, conforme consta no verso da página 65 (sessenta e cinco) e pagina 66 (sessenta e seis), do livro próprio de assinaturas, dos quais 13 (treze) são membros titulares do Conselho Municipal de Saúde com direito a voto, sendo realizado compromisso na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, localizada na Avenida Amazonas Nº 280. Item I da Ordem do Dia – Apreciação e Aprovação da Atualização da REMUME: A Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline Tonelli Lopes, fez uso da palavra para explanar sobre a apreciação e aprovação da atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME. Informou que, após análise técnica realizada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica, fundamentada na Deliberação CIB/PR nº 653/2025, foi emitido parecer favorável à inclusão dos medicamentos Escitalopram 10 mg e Sertralina 50 mg na REMUME do Município de Goioerê. Após a explanação, o item foi submetido à apreciação, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Item II da ordem do dia – Apreciação da Prestação de Contas da Intervenção Municipal da Santa Casa de Goioerê; A Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline Tonelli Lopes, fez uso da palavra para relembrar aos presentes que a Santa

Casa de Goioerê completará, na sexta-feira (28/08/2026), um ano sob intervenção municipal. Na sequência, a Sra. Gabriela Fabricio Martins fez uso da palavra para explicar que, conforme o Decreto nº 4.466/2025, publicado em 28/08/2025, a Santa Casa permanece sob intervenção municipal, sob o comando do interventor Adilson Souza de Brito, juntamente com os atuais integrantes da equipe de intervenção: Izaias Ferreira Lima, Gabriela Fabricio Martins, Isabela Zabot Rocha e Magali Jorge Fonzar. Informou, ainda, que foi realizada a implantação de uma Direção Hospitalar, composta por colaboradores da própria instituição, sendo Adilson Benatti designado como Diretor Administrativo e Karine Sestak como Diretora Assistencial. Foi realizada explanação acerca das ações assistenciais, estruturais e de manutenção realizadas na instituição durante o período de intervenção municipal, destacando-se, dentre elas: I. Avaliação e atualização dos Protocolos de Segurança do Paciente, bem como a obtenção da certificação de Alta Conformidade às Práticas de Segurança do Paciente – ANVISA e a renovação da Licença Sanitária; II. Regularização e controle dos equipamentos hospitalares, realização de inventário dos bens, móveis e equipamentos da instituição; durante o levantamento, observou-se a existência de diversos equipamentos novos que permaneciam armazenados dentro de suas respectivas caixas, sem utilização, apesar de a instituição apresentar demandas e necessidades relacionadas ao funcionamento dos serviços. Diante disso, foram identificados os equipamentos passíveis de utilização imediata, visando à sua adequada destinação e instalação nos setores que apresentavam necessidade, contribuindo para a melhoria da estrutura, da organização e da qualidade dos serviços prestados pela instituição. Foram realizadas formalização de distrato com empresas que não apresentavam resultados satisfatórios à entidade e contratação de profissional eletromecânico para atendimento das necessidades urgentes da instituição; III. Reestruturação da equipe de compras, visando à melhoria dos processos internos e à recuperação da credibilidade institucional, bem como a quitação de débitos com prestadores de serviços médicos referentes ao exercício de 2025 e o parcelamento de dívidas existentes principalmente das empresas de medicamentos trazendo melhor credibilidade a instituição; IV. Melhoria das condições de higiene, biossegurança e Controle de Infecção Hospitalar, por meio da implantação de cronogramas de limpeza e desinfecção e da realização de capacitações das equipes. A Sra. Gabriela relembrou, ainda, que, durante o ano, ocorreu um incêndio na lavanderia do hospital, o que ocasionou a necessidade de terceirização dos serviços de lavanderia, visando garantir a continuidade e a segurança das atividades hospitalares; a Sra. Karine Sestak faz uso da palavra para explanar que a lavanderia também possui disponibilidade de enxoval para "locação" (lençol, camisola e etc) material este que estava em falta na instituição, funcionários foram realocadas a outros setores que haviam necessidade de contratação; esclarecido aos conselheiros que a empresa é de Cascavel/PR. V. Manutenção da estrutura física da instituição e reorganização da distribuição dos recursos humanos, visando melhor adequação das equipes às necessidades dos setores; VI. Implementação de ações voltadas à redução de desperdícios, bem como implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); VII. Padronização dos medicamentos, por meio da atualização dos protocolos institucionais, visando à adoção de alternativas com melhor relação custo-efetividade e à garantia da disponibilidade dos medicamentos de acordo com as necessidades da instituição; não houve falta de medicamentos e/ou insumos no período. A Sra, Karine Sestak explanou sobre medicações de alto custo disponibilizados pelo hospital, uma destas no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) que salvou vida de 18 (dezoito) pacientes que haviam sido diagnosticado com AVE e/ou infarto, a medicação junto com a agilidade da equipe salva vidas VIII. Otimização da gestão de leitos, com ações voltadas ao aumento da taxa de ocupação (melhora progressiva) bem como implantação de leitos de Saúde Mental mediante readequação estrutural da instituição; ressaltado sobre ativação do portal transparência da instituição através do site da prefeitura; IX. Estruturação das áreas destinadas aos serviços particulares, com o objetivo de organizar e aprimorar o atendimento e os processos relacionados a esses serviços. X. Implantação de normas e rotinas para o setor de Departamento Pessoal, incluindo o monitoramento da jornada de trabalho, controle de atestados e afastamentos, acompanhamento de horas extras, entre outras medidas de organização e controle a Instituição hoje possui um total de 177 (cento e setenta e sete) colaboradores CLT. XI. Regularização dos serviços médicos e exames especializados, incluindo a contratação de empresa prestadora de serviços para a realização de exames de ultrassonografia, substituição do laboratório de análises clínicas e revisão dos contratos existentes, visando à adequação dos serviços e à melhoria da assistência prestada; XII. Captação de novos recursos por meio de Emendas Parlamentare, parcerias com entidades, Sistag e etc. O Sr. Adilson de Brito, interventor, fez uso da palavra para explanar que foram realizadas inúmeras tentativas de captação de novos recursos junto à Secretaria de Estado da Saúde – SESA/PR. Contudo, apesar dos esforços empreendidos e da existência de previsão/possibilidade de aporte financeiro por parte do Estado, houve negativa por parte da SESA/PR/ Secretário de Saúde de Estado, conforme consta no Processo nº 24.750.233-5. Após, o Sr Izaias Ferreira Lima fez uso da palavra para apresentar as receitas e despesas referentes ao período de setembro de 2025 a julho de 2026, verificou-se que as receitas totalizaram R$ 23.630.800,63 (vinte e três milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos reais e sessenta e três centavos), sendo R$ 1.222.353,32 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos) provenientes de aporte municipal e R$ 1.776.080,04 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, oitenta reais e quatro centavos) provenientes de emendas parlamentares. No mesmo período, o total de despesas pagas foi de R$ 23.625.304,95 (vinte e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e quatro reais e noventa e cinco centavos); explanado sobre a importância do aporte financeiro do estado visto dificuldade financeira da instituição; esclarecido todas as dúvidas referente a receita e despesas e para finalizar, a Sra Gabriela enfatizou que a continuidade da intervenção administrativa junto à Santa Casa de Misericórdia mostra-se necessária e indispensável neste momento. Embora, após a análise de todo o material apresentado, reste demonstrado que houve avanços consideráveis durante o período de intervenção, ainda persistem diversas questões de natureza administrativa, financeira, estrutural, assistencial e operacional que necessitam ser regularizadas, atualizadas e consolidadas. Explanado dúvidas sobre municípios da microrregião incluindo aporte financeiro; esclarecido que amanhã essa mesma prestação de contas será apresentada aos secretários de saúde dos municípios; houve questionamento sobre a "entrega" da Santa Casa quando acabar a intervenção, explanado sobre sociedade, estatuto e como funciona para formar uma nova diretoria considerando que intervenção não pode realizar mudanças no estatuto, apenas, a nova diretoria constituída; Dessa forma, entende-se que a manutenção da intervenção administrativa é necessária visando garantir o funcionamento e garantir a continuidade das ações

já iniciadas, o acompanhamento das medidas implementadas e a adoção das providências necessárias à regularização da instituição, de modo a assegurar que, futuramente, a Santa Casa possa retomar sua autonomia de gestão de forma segura, responsável e sustentável, preservando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, visto isso, a proposta para manter a intervenção por pelo menos mais um ano. Não havendo mais nada a se tratar e tendo sido cumprida a ordem do dia, o Sr. presidente José Antônio de Lima encerrou a reunião ordinária às 20:20 horas. Goioerê/PR, 26 de agosto de 2026.

Jacqueline Tonelli Lopes	
Gisele Kloster	
Renata Zamproni Dias	
Helena Meneses de Jesus	
Jessica Cateli Soares Mardegan	
Lilian Andreza Ohara	
Marli Menezes de Oliveira	
Adilson Benatti	
Francisco Monteiro	
Adriana Aparecida Menezes	
Iris Schurt	
Jose Torres da Silva	
Jose Antonio de Lima	

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:C46F8AB5

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.954/2026

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DA INTERVENÇÃO-REQUISIÇÃO DECLARADA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA DE GOIOERÊ PELO DECRETO Nº 9.466/2025, COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ; e

CONSIDERANDO o disposto no § 2º do artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.466, de 27 de agosto de 2025, que expressamente prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência da Intervenção-Requisição declarada na Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta de Goioerê;

CONSIDERANDO que a Intervenção-Requisição foi declarada com a finalidade primordial de preservar a continuidade dos serviços hospitalares, assegurar a assistência à população e promover a reorganização administrativa, financeira e estrutural da instituição, diante de cenário que comprometia sua capacidade de funcionamento regular e sua sustentabilidade;

CONSIDERANDO o Ofício nº 206/2026, de prestação de contas e demonstrativo das ações realizadas no período de setembro de 2025 a julho de 2026, encaminhado e apresentado pelo Interventor ao Prefeito Municipal e à sua equipe de primeiro escalão, aos representantes da Secretaria Municipal de Saúde e aos representantes da Santa Casa, em reunião realizada no dia 15 de agosto de 2026, no Gabinete do Prefeito – Paço Municipal;

CONSIDERANDO a justificativa formal apresentada pelo Interventor em 19 de agosto de 2026, na qual demonstrada a existência de circunstâncias administrativas, financeiras, estruturais e operacionais, não sanadas integralmente, que ainda impedem que a instituição reassuma, de forma segura e sustentável, a gestão integral de suas atividades sem o acompanhamento e a atuação direta do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO que a Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta é a mantenedora do único estabelecimento que garante assistência hospitalar no Município de Goioerê pelo Sistema Único de Saúde – SUS, mediante contratualização com as esferas de Governo, e que presta serviços de referência à microrregião da COMCAM – Consórcio dos Municípios da Microrregião de Campo Mourão, abrangendo, além de Goioerê, os Municípios de Farol, Moreira Sales, Janiópolis, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Boa Esperança e Juranda;

CONSIDERANDO a expressiva relevância assistencial da Unidade Hospitalar, que registra médias mensais de 3.500 (três mil e quinhentos) atendimentos ambulatoriais e hospitalares, 120 (cento e vinte) cirurgias eletivas, de urgência e partos realizadas em suas 05 (cinco) salas cirúrgicas, 1.500 (mil e quinhentos) exames de raio-X, 120 (cento e vinte) tomografias, 270 (duzentas e setenta) internações nas especialidades de clínica médica, pediatria, ortopedia, obstetrícia e cirurgia geral, além de aproximadamente 25 (vinte e cinco) nascimentos por mês;

CONSIDERANDO que a Intervenção-Requisição proporcionou avanço institucional e permitiu a implementação de medidas destinadas ao reordenamento da gestão e à recuperação da capacidade operacional do Hospital, conforme demonstrado na prestação de contas apresentada, porém, dada a complexidade da situação, os resultados obtidos até o presente momento ainda não permitem concluir que a instituição tenha alcançado condições suficientes para caminhar de forma autônoma;

CONSIDERANDO que ainda existem fragilidades na estrutura administrativa e, especialmente, na estrutura financeira da entidade, bem como necessidades de natureza estrutural, operacional e de equipamentos, que demandam a continuidade das ações de reorganização, planejamento, controle e acompanhamento por parte da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que os levantamentos e acompanhamentos realizados durante o período de intervenção demonstram a existência de significativa diferença negativa entre as receitas auferidas e as despesas necessárias à manutenção das atividades hospitalares, evidenciando desequilíbrio econômico-financeiro de natureza estrutural que, se não enfrentado de maneira planejada e gradual, poderá comprometer a própria continuidade dos serviços prestados à população;

CONSIDERANDO que a insuficiência de receitas para fazer frente às despesas ordinárias e extraordinárias demonstra que, neste momento, a simples devolução da administração à entidade, sem que estejam consolidadas as medidas de saneamento e recuperação, representaria risco concreto de descontinuidade dos serviços, agravamento do passivo existente e comprometimento da assistência hospitalar oferecida à população;

CONSIDERANDO que permanecem pendentes medidas de reorganização administrativa e estrutural, entre elas a adequação do organograma do Hospital, com definição de setores e esferas de ação e a adequação do quadro mínimo de pessoal administrativo e assistencial, inclusive mediante a inclusão de folguistas, de modo a minimizar gastos extraordinários com horas extras;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento dos esforços institucionais junto ao Governo do Estado do Paraná e ao Governo Federal para a captação de novos recursos destinados a fazer frente às despesas hospitalares, bem como do fortalecimento da parceria junto aos Municípios da microrregião;

CONSIDERANDO que subsistem demandas relacionadas à estrutura física do Hospital, notadamente a construção de ala com 06 (seis) quartos destinados a isolamentos hospitalares, medida de segurança necessária à separação de pacientes portadores de doenças infecciosas ou de baixa imunidade, bem como a reforma e a readequação de ambiente existente, a ser destinado à internação de pacientes acometidos de doenças ocasionadas pelo uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou de transtornos psíquicos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a manutenção, a recuperação e, quando necessário, a substituição dos equipamentos essenciais ao atendimento, em especial os da Unidade de Terapia Intensiva e do Pronto Atendimento, mediante a utilização de recursos de emendas parlamentares e de outras fontes oriundas do Ministério da Saúde e do Governo do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que a prorrogação da intervenção constitui medida de caráter excepcional, temporário e instrumental, destinada não à substituição permanente da entidade gestora, mas à criação das condições necessárias para que o Hospital possa, futuramente, alcançar efetiva autonomia administrativa, financeira e operacional, com a devolução da entidade à sociedade goioerense em melhores condições de governabilidade, estrutura, equipamentos, recursos humanos e equilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERANDO que a retirada prematura da intervenção, sem que tenham sido efetivamente superadas as dificuldades que deram causa à medida, poderia resultar em retrocesso na recuperação administrativa e financeira da instituição, colocando em risco os avanços já obtidos e, sobretudo, a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde disponibilizados à população;

CONSIDERANDO que permanecem, no todo ou em parte, as causas determinantes da intervenção referidas no artigo 2º do Decreto Municipal nº 9.466/2025, bem como que ainda não foram integralmente alcançadas as metas previstas no artigo 3º do mesmo Decreto;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo de relevância pública as ações e serviços de saúde, ainda que prestados pela iniciativa privada, os quais ficam sujeitos à regulamentação, à fiscalização e ao controle do Poder Público;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 9º e 15, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que atribuem à direção municipal do Sistema Único de Saúde os cuidados necessários com a saúde pública e autorizam a requisição de bens e serviços de pessoas jurídicas para o atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias;

CONSIDERANDO, por fim, que a prorrogação da Intervenção-Requisição se revela necessária, adequada e proporcional ao interesse público, por ser a medida apta a assegurar a continuidade e a regularidade da assistência hospitalar à população de Goioerê e da microrregião, enquanto persistirem as condições que motivaram a intervenção originária;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado, por 12 (doze) meses, o prazo de vigência da Intervenção-Requisição do Poder Executivo Municipal na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA, pessoa jurídica de direito privado, instituída sem finalidade lucrativa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.887.471/0001-63, com sede na Av. Paraná, nº 441, bairro Santa Casa, em Goioerê – PR, declarada pelo Decreto Municipal nº 9.466, de 27 de agosto de 2025.
§ 1º A prorrogação de que trata o caput deste artigo conta-se do termo final do prazo estabelecido no § 2º do artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.466/2025, vigorando até o dia 27 de agosto de 2027.
§ 2º A Intervenção-Requisição poderá cessar antes do seu termo final ou ter o seu prazo novamente prorrogado, pelo prazo necessário à plena adequação da Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta às possibilidades de eficaz atendimento à população, bem como às normas e princípios aplicáveis à espécie, nos níveis federal, estadual e municipal, relativos à saúde.
§ 3º O encerramento da Intervenção-Requisição fica condicionado à demonstração objetiva de que foram superadas as circunstâncias que motivaram a sua decretação, especialmente mediante a comprovação de que as receitas são suficientes para suportar as despesas necessárias ao funcionamento do Hospital, de que a estrutura administrativa se encontra adequadamente organizada e de que existem condições materiais, estruturais e de equipamentos compatíveis com a prestação segura e contínua dos serviços.
Art. 2º Para a continuidade dos trabalhos da presente Intervenção, permanecena função de Interventor Municipal o Sr.ADILSON SOUZA DE BRITO, Vice-Prefeito do Município de Goioerê.
§ 1º Retira-se como membros da Comissão Interventora, Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Chefe do Poder Executivo municipal.
§ 2º Ficamnomeados para compor também a como membros da comissão interventora, conforme estabelecidas no artigo 4º do Decreto Municipal nº 9.466/2025:
Jacqueline Tonelli Lopes – Secretária de Saúde de Goioerê;
Roseli Aparecida Paini – Secretária de Saúde de Quarto Centenário;
Marcelo Francisco de Matos – Secretário de Saúde do Município de Juranda;
Marcelo Wecsley Ferreira Araujo – Representante do Município de Janiopolis;

Art. 3º Permanecem vigentes e inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 9.466, de 27 de agosto de 2025, e de suas eventuais alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 27 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5F4B1BC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 544/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, GABRIELA MARTINS GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 08/09/2026 a 17/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 27 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:821C15F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026
OBJETO: Registro de Preços visando aquisições futuras e parceladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Faixas F e C, com retirada na usina e transporte realizados pelo Município de Goioerê/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Viação e Obras do município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 28/08/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 10/09/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 27 de agosto de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:3C84565F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 510/2022

Pelo presente Termo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ, sob o nº 37.092.326/0001-04, com sede em Londrina, Estado do Paraná, na Rua Paranaguá, nº 865, apt nº 1003, Centro, CEP 86.015-030, neste ato representada pelo senhor HUGO FERNANDES DASMACENO, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 510/2022, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 09 (nove) meses do Contrato nº 510/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo original estendido, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E AMBULATÓRIAIS (03) Para execução do PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) junto a população cadastrada na área urbana da EFS, vinculada a Unidade de Atenção Primária Saúde da Família, do Município de Goioerê, composto p/01 médico devidamente	Serv.	9	18.176,40

	cadastrado e habilitado no CRM (Conselho Regional de Medicina) visando a prestação de serviços na área de CLINICA GERAL, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda á sexta, compreendendo os objetivos gerais e específicos da ESF (ações a atividades, atendimento ambulatorial, execução de programas de prevenção e visitas domiciliares) conforme determinação e necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Goioerê.			

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 163.587,60 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
182	12.001	2.030	3.3.90.34.00.00.00.00	00494

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Goioerê-Pr, 26 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

HUGO FERNANDES DASMACENO
Sociedade Paranaense de Medicina LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:FEE79B1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2023

Pelo presente Termo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, neste termo nominado de CONTRATANTE, e a empresa SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ, sob o nº 37.092.326/0001-04, com sede em Londrina, Estado do Paraná, na Rua Paranaguá, nº 865, apt nº 1003, Centro, CEP 86.015-030, neste ato representada pelo senhor HUGO FERNANDES DASMACENO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 119/2023, referente a Inexigibilidade nº 073/2023, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano do Contrato nº 119/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo original estendido, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E AMBULATÓRIAIS (05) Para execução do PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) junto a população cadastrada na área urbana da EFS, vinculada a Unidade de Atenção Primária Saúde da Família, do Município de Goioerê, composto p/01 médico devidamente cadastrado e habilitado no CRM (Conselho Regional de Medicina) visando a prestação de serviços na área de CLINICA GERAL, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda á sexta, compreendendo os objetivos gerais e específicos da ESF (ações a atividades, atendimento ambulatorial, execução de programas de prevenção e visitas domiciliares) conforme determinação e necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Goioerê.	Serv.	12	18.176,40

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 218.116,80 (duzentos e dezoito mil, cento e dezesseis reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
182	12.001	2.030	3.3.90.34.00.00.00.00	00494

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Goioerê-Pr, 26 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

HUGO FERNANDES DASMACENO
Sociedade Paranaense de Medicina LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:11AFB2FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 157/2026
HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na execução de serviços de primeiro emplacamento, substituição de placas oficiais conforme padrão Mercosul e substituição de placas danificadas ou ilegíveis, destinados à frota de veículos pertencente à Prefeitura Municipal de Goioerê/PR.
CONTRATADO: C. S. INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 20.650,00
27/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:63A9A285

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ATA Nº. 016/2026 - HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO CADASTRAMENTO DE ARTISTAS

Ata nº 016/2026 de Homologação dos inscritos no Cadastramento de Artistas de Goioerê, conforme Regulamento de Cadastro de Artistas e Espaços Culturais, publicado no Órgão Oficial 21/07/2021.
As inscrições realizadas no período de junho/03 de 2026 e, foram avaliadas pela Secretaria Municipal de Cultura e pelos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais, deliberou-se, que:

INSCRITO HOMOLOGADO – Pessoa Física

Nome do artista	CPF/MF	Seguimento	Parecer
Luiz Bezerra	023.231.979-08	Cultura Popular e Tradicional.	Deferido

WALDERLENES SANTOS DE SOUSA
Conselho Municipal De Política Cultural
Presidente

HENRIQUE DE LIMA FERNANDES
Conselho Municipal De Política Cultural
1º Secretário

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:32AFD6A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.953/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 152.900,00 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$9.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	9.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$3.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	3.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$51.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	51.500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.004 - DEPARTAMENTO DE EAD - ENSINO A DISTANCIA	
13.004.12.364.7.2050-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$16.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	16.500,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$72.900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	72.900,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$12.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	12.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.001 - GABINETE SECR.MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC.HIDRIC	
16.001.4.122.4.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$72.900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	72.900,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$68.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 27 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:1F9B2310

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador		Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FEP	27/08/2026	R$ 91.871,06
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	RPM	27/08/2026	R$ 1.796,18
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	27/08/2026	R$ 2.327,80

Goioerê, 27 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:BE62D4F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO ADM 84/2026

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da infraestrutura necessária à instalação de 08 (oito) módulos sanitários pré-fabricados do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Mais Banheiros, compreendendo fundações em concreto armado, instalações hidrossanitárias e elétricas, sistema individual de tratamento de esgoto, interligações e demais serviços complementares, conforme edital e anexos.

VALOR ESTIMADO: R$ 67.057,92.

LOCAL: Portal LICITANET (www.licitanet.com.br).

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 15/09/2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do edital e seus anexos poderá ser obtida no sítio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal LICITANET.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: setor de licitações ou pelo e-mail: licitagoioxim@yahoo.com.br ou pelo Fone: (42) 3656-1002.

Goioxim, 27 de agosto de 2026

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Licitações/Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:6B86E6D8

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL Nº 78, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 CONCURSO PUBLICO 01/2023

EDITAL Nº 78, DE 27 DE AGOSTO DE 2026
CONCURSO PUBLICO 01/2023

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 09/2023, Resultado Final do Concurso Público Nº 01/2023, publicado no Diário Oficial do Município, dia 14 de abril de 2023, na Internet no endereço www.diariomunicipal.com.br/amp, na mesma data e na existência de vagas conforme Lei Municipal 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO
A Convocação dos candidatos aprovados no concurso público 01/2023, relacionado neste edital, para o provimento no cargo efetivo, para o qual foi habilitado. O convocado deverá comparecer, em um prazo de 30 dias, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 17:00, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Goioxim, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital, tudo na forma do item 16.5 (Requisitos para nomeação) do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal 002/2023. Fica advertido o convocado, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação, passando para o final da lista, e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte:

Cargo	Classificação	Nome
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	6°	CLECIELE RIBAS DA CRUZ

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Goioxim, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

anexo i – DO EDITAL 78/2026
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 01/2023

Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:

Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Cópia da carteira de trabalho
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminal estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
Certidão negativa de antecedentes criminais Federais;
Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
Carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista - Centro;
Carteira de Habilitação categoria B para o cargo de motorista – Jacutinga, Rincão e Wagner;
Exame médico admissional;
Demais documentos que a Prefeitura Municipal de Goioxim achar necessários, posteriormente informados**.**

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:A460CC8D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 28/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: O S COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA CNPJ sob n.º 44.727.632/0001-27 ENDEREÇO: ROD PR 364 KM 49, 2208 - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALVORADA EMAIL: alvorada_autopecas@hotmail.com.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS AO USO DA OFICINA MUNICIPAL, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 96.474,60

DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 27/08/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:6D6A6DAE

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 108/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 108/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 28/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: AUTO CENTER GOIOXIM LTDA CNPJ sob n.º 13.227.465/0001-21 ENDEREÇO: RODOVIA PR 364 KM 48, 10 KM 48 - CEP: 85162000 - BAIRRO: ALTO DOS MILAGRES EMAIL: autocentergoioxim@outlook.com.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS AO USO DA OFICINA MUNICIPAL, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 102.170,75

DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 27/08/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:4CBEB7E6

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 28/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Goioxim

FORNECEDOR: JOAO VANILSON THIBES CNPJ sob n.º 13.399.818/0001-70 ENDEREÇO: RUA LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 197 LOJA - CEP: 85162000 - BAIRRO: CENTRO EMAIL: jvthibes@hotmail.com.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS AO USO DA OFICINA MUNICIPAL, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL..

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação.

VALOR ATA: 74.280,19

DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.

SIGNATÁRIOS: O MUNICÍPIO DE GOIOXIM Estado do Paraná, por intermédio do prefeito municipal, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Eder dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado em Goioxim – PR, portador do CPF 062.993.229-85 RG: 92741893

Goioxim, 27/08/2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:96E493DF

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI COMPLEMENTAR N° 03 -2026 -MODIFICA OS REQUISITOS PARA PROVIMENTO E A CARGA HORÁRIA DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

Altera o Anexo III e o art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 003, de 31 de março de 2025, para modificar os requisitos para provimento e a carga horária do cargo de Assessor Especial de Gabinete, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º O campo "Requisitos para Provimento", constante da descrição do cargo de provimento em comissão de **Assessor Especial de Gabinete**, prevista no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 003, de 31 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"[...]
ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE
Requisitos para Provimento:
a) idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
b) experiência profissional comprovada de, no mínimo, 12 (doze) meses no âmbito da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, no desempenho de atividades administrativas, de gestão, assessoramento ou apoio institucional.
[...]"
§ 1º A experiência profissional de que trata a alínea "b" deverá ser comprovada mediante certidão, declaração funcional ou outro documento oficial equivalente, expedido pelo órgão ou entidade pública competente.
§ 2º O documento comprobatório deverá permitir a identificação do órgão ou entidade, do período de exercício e das atividades desempenhadas pelo interessado, para fins de verificação do atendimento ao requisito estabelecido neste artigo.
Art. 2º O art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 003, de 31 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 15.** O Gabinete do Executivo assiste direta e imediatamente ao Prefeito Municipal, sendo composto pelo Chefe de Gabinete e demais órgãos de apoio:
I – Assessor Especial de Gabinete, carga horária de **40 (quarenta) horas semanais**;"
Art. 3º Permanecem inalteradas as atribuições, a simbologia, a remuneração, o quantitativo de vagas e as demais especificações relativas ao cargo de Assessor Especial de Gabinete, ressalvadas as alterações relativas aos requisitos para provimento e à carga horária promovidas por esta Lei Complementar.
Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:D241FD34

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 976-2026 - DISPÕE SOBRE PROGRAMA PLANTA GOIOXIM

Institui diretrizes para o Programa "Planta Goioxim", destinado à promoção da arborização urbana, da educação ambiental e da valorização das espécies vegetais no Município de Goioxim, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono com base no artigo 56, I da Lei Orgânica Municipal a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes do Programa "Planta Goioxim", destinado à promoção da arborização urbana, da educação ambiental, da valorização das espécies vegetais e da preservação dos recursos naturais no âmbito do Município de Goioxim.

Art. 2º Constituem diretrizes do Programa "Planta Goioxim":
I – incentivar o plantio de árvores, flores, plantas ornamentais, medicinais e espécies nativas adequadas ao território municipal;
II – estimular a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais;
III – fomentar ações de conscientização e educação ambiental junto à comunidade;
IV – incentivar a valorização e a divulgação de informações sobre as espécies vegetais existentes no Município;
V – estimular a participação da população, instituições de ensino, produtores rurais, associações e entidades da sociedade civil em ações voltadas à preservação ambiental;
VI – incentivar práticas sustentáveis que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental e da arborização urbana e rural.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá, observados os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira:
I – promover campanhas educativas e de conscientização ambiental;
II – incentivar o plantio de espécies vegetais adequadas aos espaços públicos e privados;
III – apoiar iniciativas de preservação e recuperação da vegetação nativa;
IV – promover ações de incentivo à produção e utilização de mudas de espécies apropriadas ao território municipal;
V – elaborar e disponibilizar materiais educativos ou informativos sobre espécies vegetais existentes no Município;
VI – desenvolver outras ações compatíveis com os objetivos desta Lei.
V- Atividades envolvendo pais e filhos.

Art. 4º O Poder Executivo poderá elaborar material informativo, impresso ou em meio digital, destinado à divulgação das espécies vegetais existentes no Município, contendo, sempre que possível:
I – nome popular e científico;
II – características da espécie;
III – importância ambiental, paisagística, cultural, medicinal ou econômica;
IV – orientações gerais sobre cultivo e conservação.

Art. 5º Para a implementação das ações decorrentes desta Lei, o Poder Executivo poderá celebrar convênios, termos de cooperação, parcerias ou outros instrumentos congêneres com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil, cooperativas, associações e demais instituições, observada a legislação vigente.

Art. 6º A execução das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, correndo as despesas por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:8110C155

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 977-2026 - INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA PATERNIDADE NO ÂMBITO MUNICIPAL

Institui a Semana Municipal da Paternidade no Município de Goioxim e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono com base no artigo 56, I da Lei Orgânica Municipal a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Paternidade a ser realizada anualmente no mês de agosto, em alusão ao Dia dos Pais.

Art. 2º A Semana Municipal da Paternidade tem como objetivos:
I – Incentivar a participação ativa dos pais na vida dos filhos;
II – Fortalecer os vínculos familiares;
III – Promover a conscientização sobre a importância do cuidado, educação e acompanhamento dos filhos;
IV – Estimular o diálogo sobre responsabilidades familiares;
V – Valorizar a figura paterna como agente fundamental na formação das crianças e adolescentes.

Art. 3º Na Semana Municipal da Paternidade poderão ser realizadas ações como:
I- Palestras nas escolas;
II- Campanhas educativas;
III- Rodas de conversa com famílias;
IV- Homenagens a pais que representam exemplos de dedicação e responsabilidade;
V- Atividades envolvendo pais e filhos.

Art. 4º A realização das ações previstas nesta Lei, poderá ocorrer mediante a atuação integrada do Poder Público com instituições de ensino, entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil e demais parceiros interessados, observadas a conveniência administrativa, a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária e financeira do município.

Art. 5º O Poder executivo poderá regulamentar está Lei por ato próprio, no que couber.

Art. 6º As ações previstas nesta Lei, poderão ser executadas conforme disponibilidade orçamentária e financeira do município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:95FBD63D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 978-2026 - DISPÕES SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO VALOR DE R$ 717.100,00

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar Especial no valor de R$ 717.100,00 (Setecentos e dezessete mil e cem reais) no orçamento vigente e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar especial por Excesso de Arrecadação no valor de RS 392.100,00 (trezentos e noventa e dois mil e cem reais) nas seguintes contas de despesas:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**Departamento de Educação**	
12.361.0008-2067	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 2026**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
00611- 00101	Fundeb 60%	R$: 246.500,00
31.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇOES PATRONAIS**	
00631- 00101	Fundeb 60%	R$: 43.500,00

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**	
11.004	**Departamento de Desenvolvimento Social**	
08.241.0011-2084	**INCENTIVO PROJETO VIAJA MAIS 60 - FASE III DEL.CEDIPI 4/2026**	
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01556- 00943	Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	R$: 26.500,00

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**	
11.004	**Departamento de Desenvolvimento Social**	
08.245.0012-2085	**ATIVIDADES DA SEC. MUN. DA MULHER, PESSOA IDOSA E IG. RACIAL- CUSTEIO - DELIBERAÇÃO: CEDM 07-2026**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01611- 00840	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$: 32.000,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01612- 00840	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$: 35.000,00

13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUARIA**	
13.002	**Departamento de Desenvolvimento Rural FDR**	
20.606.0013.2086	**EXECUÇAO DOS SALDOS EMENDAS PARLAMENTARES**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
01741 – 00892	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	R$: 1.250,00
01742 – 00878	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	R$: 1.400,00
01743 - 00831	Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)-FT 831	R$: 5.950,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme quadro abaixo:

Conta de receira	Descrição conta	Fonte de recursos	Excesso verificado
17.29.51.01.05.00.00.00.00	TRANSFERENCIA DO FEDIM REEST. REDE PROT E DEF. MULHER - CUSTEIO	00840	67.000,00
17.29.51.01.06.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DEST. À ASSISTÊNCIA SOCIAL-DELIB. 034-2024 - PR VIAJA 60 FASE III	00943	26.500,00
17.51.50.01.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	00101	290.000,00
13.21.01.11.07.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00831	5.950,00
13.21.01.11.06.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00878	1.400,00
13.21.01.11.06.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00892	1.250,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementa por Anulação de Dotações no valor de R$ 325.000,00 (Trezentos e vinte e cinco mil reais) nas seguintes contas de despesas:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.002	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2024	**ATIVIDADES DA ATENÇAO BASICA EM SAUDE - FUNDO A FUNDO**	
31.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL**	
01090- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 280.000,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01140- 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$: 45.000,00

Art. 4 º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo 3º, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.001	**Departamento de Atenção Primária**	
10.301.0010-2023	**ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01080- 00489	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	R$: 325.000,00

Art. 5º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 945/2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:1199FA7B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 190 DE 27 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER JORNADA SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 190 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Concede jornada suplementar aos servidores e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na lei nº 607 de 24 de abril de 2019;

RESOLVE

Art. 1º – Conceder jornada suplementar aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Professor, a partir da data de 11 de agosto de 2026, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Matricula	Servidor(a)	Carga horária
137856	SAVANIA RAMOS SIQUEIRA	20 horas
57461	ZELINDA DE LOURDES RIBEIRO	20 horas

Art. 3º – A jornada suplementar será remunerada conforme os critérios estabelecidos em lei, mediante apuração e controle do setor competente.

Art. 4º – Esta portaria tem efeitos retroativos com data de 11 de agosto de 2026, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:86A31940

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 190 DE 27 DE AGOSTO DE 2026, VALDEIR DOS SANTOS MARCONDES.

PORTARIA Nº 190 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) VALDEIR DOS SANTOS MARCONDES, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias, a contar de 28 de agosto de 2026, ao servidor(a) VALDEIR DOS SANTOS MARCONDES, ocupante do cargo de Gari de Rua, matricula funcional nº137836, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:0F06BAF7

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 191 DE 27 DE AGOSTO DE 2026 ALTERA GRATIFICAÇÃO TAMARA FREITAS LINHARES

PORTARIA Nº 191 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Altera a gratificação concedida à servidora Tamara Freitas Linhares, e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei Complementar nº 003/2025 de 31 de março de 2025, Lei Complementar nº 05/2025 de 28 de agosto de 2025, Lei Complementar nº 06/2025 de 26 de setembro de 2025, Lei Complementar nº 07/2025 de 13 de novembro de 2025 e Lei Complementar nº 01/2026 de 31 de março de 2026,

R E S O L V E

Art. 1º. Alterar a gratificação concedida à servidora TAMARA FREITAS LINHARES, matrícula funcional nº 137960, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, designada para desempenhar suas funções junto à Secretaria de Saúde do Município de Goioxim.

Art. 2º. Fica concedida à servidora mencionada no artigo anterior gratificação de função correspondente a 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos, em razão das atribuições exercidas junto à Secretaria de Saúde.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:E8C0521B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 192 DE 27 DE AGOSTO DE 2026 DESIGNAR ADAVILSO DA SILVA CORREIA CHEFE DE FROTAS E MOTORISTAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 192 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Designar o servidor Adavilso da Silva Correia para desempenhar as funções de Chefe de Frotas e Motoristas da Saúde, concedendo gratificação, e dá outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei Complementar nº 003/2025 de 31 de março de 2025, Lei Complementar nº 05/2025 de 28 de agosto de 2025, Lei Complementar nº 06/2025 de 26 de setembro de 2025, Lei Complementar nº 07/2025 de 13 de novembro de 2025 e Lei Complementar nº 01/2026 de 31 de março de 2026,

R E S O L V E

Art. 1º. Designar o servidor ADAVILSO DA SILVA CORREIA, matrícula funcional nº 91771, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para desempenhar as funções de Chefe de Frotas e Motoristas da Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Goioxim.

Art. 2º. Fica concedida ao servidor acima mencionado gratificação de função com símbolo F-01, sobre seus vencimentos, em razão das atribuições e responsabilidades inerentes à função de Chefe de Frotas e Motoristas da Saúde.

Art. 3º. O servidor permanecerá vinculado ao seu cargo efetivo de Motorista, sem prejuízo das demais atribuições inerentes ao cargo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:9170974D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 157/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e do Pregoeiro Gabriel Ribeiro do Monte, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 157/2026**, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de peças e prestação de serviços de parte elétrica de veículos, para atender as demandas das secretarias desse Município, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A Secretaria Municipal de Administração e a Diretoria de Compras, **ALTERAM E MODIFICAM**, por meio deste, o seguinte:
1. DA ALTERAÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA
Em razão de solicitação dos licitantes interessados e visando ampliar a participação e facilitar o acesso dos fornecedores ao certame, fica alterada a plataforma eletrônica para realização do **Pregão Eletrônico nº 157/2026**, passando da **Bolsa de Licitações e Leilões – BLL** para o **Sistema Compras.gov.br – Portal de Compras do Governo Federal**.
Dessa forma, todas as referências constantes do Edital e seus anexos à **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões** e ao respectivo sistema eletrônico ficam substituídas, quando aplicáveis, por referências ao **Sistema Compras.gov.br**.
2. DA ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DO EDITAL
Ficam alterados os dispositivos do Edital que fazem referência à plataforma BLL, especialmente os itens **3.1, 3.2, 3.3, 3.6, 4.1 a 4.10, 5.1, 5.19, 8.28 e 15.2**, os quais deverão ser interpretados e aplicados considerando a realização do certame por meio do **Sistema Compras.gov.br**.
O item 3.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema Compras.gov.br – Portal de Compras do Governo Federal."
O item 3.3 passa a vigorar com a seguinte redação:
O acesso ao Sistema Compras.gov.br será realizado mediante autenticação do usuário por meio de sua conta Gov.br, observados os níveis de segurança e os mecanismos de autenticação disponibilizados pela plataforma, inclusive mediante assinatura eletrônica/digital, quando exigida para a prática do ato
O item 3.6 passa a vigorar com a seguinte redação:
"3.6. Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de cadastrar propostas, anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, deverão ser direcionadas ao suporte do Sistema Compras.gov.br, sem prejuízo dos canais de comunicação disponibilizados pelo Município."
O item 4, referente ao credenciamento na plataforma BLL, passa a ser denominado:
"4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR"
As disposições relativas ao cadastramento, credenciamento, apresentação de propostas, envio de documentos, lances, negociação, recursos e demais atos praticados por meio eletrônico deverão observar as funcionalidades e procedimentos próprios do **Sistema Compras.gov.br**.
3. DA NOVA PLATAFORMA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME
O Pregão Eletrônico nº 157/2026 será realizado exclusivamente por meio do **Sistema Compras.gov.br – Portal de Compras do Governo Federal**, devendo os licitantes interessados providenciar seu cadastro/credenciamento e observar os procedimentos necessários à participação no certame.
As orientações para acesso e participação encontram-se disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal.
FICA SUPRIMIDO DO ITEM 4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ANEXO 05 (HABILITAÇÃO), OS SUBITENS 4.2, 4.3 E 4.4.
4. DA NOVA DATA DO CERTAME
Em razão da alteração da plataforma eletrônica e para assegurar tempo adequado aos interessados para conhecimento das alterações e adoção das providências necessárias à participação, fica estabelecida a seguinte data para realização do Pregão Eletrônico nº 157/2026:
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia **16/09/2026**.
5. DA RATIFICAÇÃO
O presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 157/2026, ficando **inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento**.
O Edital modificado e o presente Adendo serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial do Município e no **Sistema Compras.gov.br**, para conhecimento de todos os interessados.
Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente, pelo telefone (44) 3642-9924/9928 ou pelo e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Comuniquem-se os interessados.
Publique-se.

Guaíra (PR), em 27 de agosto de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:E44A77C5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 401/2026

Pregão Eletrônico nº 143/2026
Processo Administrativo nº 240/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **G. GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 30.090.371/0001-72.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, assegurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continuidade da assistência à população.

Valor Total: R$ 4.926,00 (quatro mil novecentos e vinte e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:F5938F97

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 402/2026

Pregão Eletrônico nº 143/2026
Processo Administrativo nº 240/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ nº 46.884.097/0001-43.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, assegurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continuidade da assistência à população.

Valor Total: R$13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BDE2CCB7

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 403/2026

Pregão Eletrônico nº 143/2026
Processo Administrativo nº 240/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 22.525.517/0001-37.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, assegurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continuidade da assistência à população.

Valor Total: R$24.078,00 (vinte e quatro mil e setenta e oito reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:73A33773

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 404/2026

Pregão Eletrônico nº 143/2026
Processo Administrativo nº 240/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **LIGHT BRASIL LTDA, CNPJ nº 53.557.733/0001-98.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, assegurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continuidade da assistência à população.

Valor Total: R$14.000,00 (quatorze mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:DEAA1A7E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 405/2026

Pregão Eletrônico nº 137/2026
Processo Administrativo nº 228/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **FERRO VELHO BOA ESPERANCA LTDA, CNPJ nº 76.477.199/0001-05.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guincho e remoção de veículos pertencentes a frota oficial do município e veículos apreendidos pelo setor de transito da Guarda Municipal, com equipamentos regularizados e regulamentados (guincho/plataforma), conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **27 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:224A37F6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 549/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 398/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA., CNPJ nº 29.252.265/0001-69.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 134/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 174.996,00 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:061F5762

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 554/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 401/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 143/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **G. GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 30.090.371/0001-72.**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, as-segurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continui-dade da assistência à população, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 143/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 4.926,00 (quatro mil novecentos e vinte e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:10D701A9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 555/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 402/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 143/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ nº 46.884.097/0001-43.**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, as-segurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continui-dade da assistência à população, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 143/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8281A059

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 556/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 403/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 143/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 22.525.517/0001-37.**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, as-segurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continui-dade da assistência à população, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 143/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$24.078,00 (vinte e quatro mil e setenta e oito reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E3D767F3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 557/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 404/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 143/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LIGHT BRASIL LTDA, CNPJ nº 53.557.733/0001-98.**

Objeto do Contrato: Aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento

contínuo e parcelado dos estoques, as-segurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continui-dade da assistência à população, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 143/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$14.000,00 (quatorze mil reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E866DE97

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 558/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 405/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 137/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **FERRO VELHO BOA ESPERANCA LTDA, CNPJ nº 76.477.199/0001-05.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guincho e remoção de veículos pertencentes a frota oficial do município e veículos apreendidos pelo setor de transito da Guarda Municipal, com equipamentos regularizados e regulamentados (guincho/plataforma), conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 137/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais)

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **27 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 27 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:2A8B8D0F

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 520/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026, cujo objeto é futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, sendo as empresas vencedoras:

TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA., inscrita no **CNPJ nº 29.252.265/0001-69**, vencedora do lote 1 da licitação, com valor total máximo de **R$ 174.996,00 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).**

EURO GRASS BR GRAMADOS SINTETICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 22.599.861/0001-70**, vencedora do lote 2 da licitação, com valor total máximo de **R$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais)**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:3FB88DDD

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 523/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 137/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 137/2026, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guincho e remoção de veículos pertencentes a frota oficial do município e veículos apreendidos pelo setor de transito da Guarda Municipal, com equipamentos regularizados e regulamentados (guincho/plataforma), sendo a empresa vencedora:

FERRO VELHO BOA ESPERANCA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 76.477.199/0001-05**, vencedora do item 1, 2 e 3 da licitação, com valor total máximo de **R$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5D2DFD0A

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 524/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de

Pregão Eletrônico nº 143/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 143/2026, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de aquisição de materiais e produtos odontológicos, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação visa garantir o abastecimento contínuo e parcelado dos estoques, assegurando a regular prestação dos serviços odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde e a continuidade da assistência à população, sendo as empresas vencedoras:

G. GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 30.090.371/0001-72**, vencedora do item 2 da licitação, com valor total máximo de **R$ 4.926,00 (quatro mil novecentos e vinte e seis reais).**

GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 46.884.097/0001-43**, vencedora do item 12, 19, 20, 21, 22 e 31 da licitação, com valor total máximo de **R$13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais).**

J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 22.525.517/0001-37**, vencedora do item 24, 28, 40, 47 e 48 da licitação, com valor total máximo de **R$24.078,00 (vinte e quatro mil e setenta e oito reais).**

LIGHT BRASIL LTDA, inscrita no **CNPJ nº 53.557.733/0001-98**, vencedora do item 33 da licitação, com valor total máximo de **R$14.000,00 (quatorze mil reais).**

Art. 2º - Declarar que restaram DESERTOS os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51 e 52 da licitação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9FAC8B98

PROJUR

2. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AKT4944	275710S000010968	18/06/2026	56732	
AYI2J33	275710S000011008	20/06/2026	56732	
MIJ8B25	275710S000011013	20/06/2026	56732	

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 27/08/2026 08:16 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:67CD9A81

PROJUR

3. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ADH8B31	275710T000005881	24/08/2026	55411
AXH8H53	275710T000005876	24/08/2026	55411
AZD7J23	275710NIC0001662	04/08/2026	50020
BCV3A69	275710T000009702	24/08/2026	60501
CFD4I67	275710NIC0001668	04/08/2026	50020
IRC1F43	275710NIC0001652	04/08/2026	50020
IUY1204	275710NIC0001654	04/08/2026	50020
IXK9B00	275710NIC0001656	04/08/2026	50020
MBC6I62	275710NIC0001655	04/08/2026	50020
MKN7270	275710NIC0001665	04/08/2026	50020
MLJ6J76	275710NIC0001653	04/08/2026	50020
QAJ1128	275710NIC0001661	04/08/2026	50020
TPR1F44	275710NIC0001670	04/08/2026	50020

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 27/08/2026 08:16 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:AD6970E8

PROJUR

4. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABU3H07	275710S000012123	19/08/2026	56732
AIY0C07	275710S000012143	20/08/2026	60503
AJX2C17	275710T000009454	23/08/2026	57380
AOG4B26	275710S000012081	17/08/2026	60503
AOL9656	275710S000012099	17/08/2026	56732
ARD6A29	275710T000009059	22/08/2026	70481
ATS5887	275710S000012135	20/08/2026	60503
AUJ9G37	275710S000012108	18/08/2026	60503
AUZ2B76	275710T000001922	20/08/2026	57380
AXK2A25	275710S000012089	17/08/2026	60503
AYI9G39	275710S000012115	19/08/2026	60503
AYR7H03	275710S000012100	18/08/2026	56732
BAH9F38	275710S000012088	17/08/2026	60503
BBR1I86	275710T000009813	22/08/2026	57380
BCY8H48	275710S000012124	19/08/2026	60503
BEN5J36	275710S000012091	17/08/2026	60503
BPJ6C73	275710T000003624	23/08/2026	51851
BPJ6C73	275710T000003620	23/08/2026	59080
CHE5240	275710T000009062	22/08/2026	67690
CHE5240	275710T000009063	22/08/2026	66020
CKX6590	275710S000012083	17/08/2026	60503
DUR5C12	275710S000012134	20/08/2026	60503
EKQ1A01	275710S000012110	18/08/2026	60503
ELD6F16	275710T000007166	21/08/2026	54600
EWC4J01	275710S000012137	20/08/2026	60503
FOI8780	275710T000009060	22/08/2026	58780
FPZ8I83	275710S000012140	20/08/2026	60503
FYV2679	275710S000012103	18/08/2026	60503
FZA0E99	275710S000012082	17/08/2026	60503
HRM5876	275710S000012102	18/08/2026	60503
IEB3J74	275710S000012116	19/08/2026	60503
IYF4J94	275710S000012144	20/08/2026	60503
IZO1G93	275710S000012136	20/08/2026	60503
JBM9C67	275710S000012084	17/08/2026	60503
JCC7E40	275710S000012149	20/08/2026	60503

JQE3B28	275710S000012128	19/08/2026	60503
LNX3496	275710S000012097	17/08/2026	60503
MDQ7C85	275710T000009453	23/08/2026	57380

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 25/08/2026 07:07 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 2

MEX0C86	275710T000008733	21/08/2026	57380
MID1D93	275710S000012104	18/08/2026	60503
MLX2F65	275710S000012121	19/08/2026	60503
MZS1B15	275710T000003623	23/08/2026	51180
MZS1B15	275710T000003621	23/08/2026	51851
MZS1B15	275710T000003622	23/08/2026	50100
OBQ0C06	275710S000012098	17/08/2026	60503
OOA8G30	275710S000012087	17/08/2026	60503
OOJ5G22	275710T000008735	22/08/2026	57380
OOJ8601	275710S000012131	20/08/2026	56732
PXB9E99	275710S000012086	17/08/2026	56732
QAA7699	275710S000012111	18/08/2026	60503
QAV5H11	275710S000012120	19/08/2026	60503
QAX7D31	275710T000001923	23/08/2026	57380
QCN8F25	275710S000012105	18/08/2026	60503
RAB7B31	275710S000012146	20/08/2026	60503
RAZ4B68	275710S000012139	20/08/2026	56732
REW5I04	275710S000012085	17/08/2026	56732
RXN5C08	275710S000012109	18/08/2026	60503
SEG8B81	275710T000008813	21/08/2026	57380
SEI3F14	275710S000012145	20/08/2026	56732
SMC4F85	275710S000012113	19/08/2026	56732
TBZ7D70	275710S000012122	19/08/2026	60503
UBI0I45	275710S000012107	18/08/2026	60503
UBK3F66	275710S000012093	17/08/2026	60503
UCB7F59	275710T000007576	22/08/2026	59670

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:3B5BF03D

PROJUR
5. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AHS5370	275710T000007164	21/08/2026	59670
AOR0694	275710T000007165	21/08/2026	65992
BDB7C09	275710T000009802	21/08/2026	57380
LRV7B55	275710T000009807	21/08/2026	57380
MDI4H12	275710T000009803	21/08/2026	57380

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F4FC08A9

PROJUR
6. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 09/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AWI7G27	275710T000003619	19/08/2026	70481

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 21/08/2026 07:43 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:91780DAC

PROJUR
7. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI LAVRADA A AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO COMETIDA COM O VEÍCULO DE SUA PROPRIEDADE, PODENDO V. S.ª INDICAR O CONDUTOR INFRATOR, BEM COMO OFERECER DEFESA DA AUTUAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à GUATRAN até 08/10/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACY3078	275710T000009058	18/08/2026	64080
APM7926	275710T000007573	18/08/2026	65992
APP8854	275710T000006425	18/08/2026	55500
AVI5I02	275710T000003614	18/08/2026	53800
AYW3I72	275710T000003617	18/08/2026	51930
CPJ2770	275710T000006426	18/08/2026	55500
DZI8F33	275710T000006424	18/08/2026	55090
ENT3030	275710T000009451	19/08/2026	54790
MHL7J56	275710T000003612	18/08/2026	55417
MJK1A73	275710T000003611	18/08/2026	55417
OBS7A35	275710NIC0001651	31/07/2026	50020
RHM2B94	275710T000003615	18/08/2026	55417
TAX6E79	275710NIC0001650	31/07/2026	50020
UBN1H95	275710T000003616	18/08/2026	59670

Emitido por: SERGIO LOPERA em: 20/08/2026 08:16 Desenvolvido pela Celepar Página: 1 de 1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B1E0780A

PROJUR
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUAÍRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026

Registrado no memorando online sob o nº 2394/2026

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaíra, **IGOR MOSCOVITS QUEIROZ,** considerando o afastamento da conselheira tutelar J.D.J, e com base no dispositivo da Lei Municipal Nº 1.593/2008, de 27/08/2008, na forma do artigo 62**, CONVOCA,** o 13º Suplente ***WILLIAM PATRICK DO NASCIMENTO ALMEIDA,*** *RG Nº: 14.864.975-8,* para assumir o cargo vago.

Conselheiro Tutelar	RG Nº	Início
WILLIAM PATRICK DO NASCIMENTO ALMEIDA	*14.864.975-8*	29/08/2026

O convocado deverá apresentar-se dia 29/08/2026 às 07h30 horas, na sede do Conselho Tutelar, para tomar posse do cargo junto ao plantonista do Conselho Tutelar diante da necessidade imperiosa de conselheiro tutelar. Caso não tenha interesse, deverá apresentar documento pedindo a dispensa da convocação ou quedar o prazo inerte sem a apresentação no Conselho Tutelar.

Guaíra/PR, 27 de agosto de 2026

IGOR MOSCOVITS QUEIROZ
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:2E5663D9

PROJUR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026 – REGISTRADO NO MEMORANDO Nº 212/2025 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ

Estabelece diretrizes para identificação das defasagens, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações de recuperação e recomposição das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Guaíra/PR e dá outras providências.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da AMOP e a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à aprendizagem e à consolidação das habilidades essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover intervenções pedagógicas tempestivas diante das dificuldades e defasagens identificadas;

CONSIDERANDO que os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e trimestrais e demais instrumentos de acompanhamento devem subsidiar o planejamento das ações de recomposição das aprendizagens;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos permanentes de acompanhamento da evolução dos estudantes;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para a organização das ações de recuperação e recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino de Guaíra/PR.

Art. 2º A recomposição das aprendizagens constitui conjunto sistemático, intencional e contínuo de ações pedagógicas destinado a assegurar a consolidação de conhecimentos e habilidades essenciais ainda não apropriados pelos estudantes.

Art. 3º São princípios das ações de recomposição:

I – garantia do direito à aprendizagem;

II – equidade educacional;

III – intervenção pedagógica tempestiva;

IV – utilização de evidências de aprendizagem;

V – respeito aos diferentes níveis e ritmos de aprendizagem;

VI – acompanhamento contínuo;

VII – articulação entre professores, equipe pedagógica, gestão escolar, Secretaria Municipal de Educação e famílias.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos das ações de recomposição das aprendizagens:

I – identificar as defasagens de aprendizagem;

II – recuperar habilidades essenciais não consolidadas;

III – assegurar condições para o desenvolvimento e consolidação da alfabetização;

IV – fortalecer as aprendizagens relacionadas à leitura, escrita e Matemática;

V – reduzir progressivamente as defasagens;

VI – promover intervenções adequadas ao nível de aprendizagem dos estudantes;

VII – acompanhar individualmente a evolução dos estudantes;

VIII – prevenir a continuidade e o agravamento das defasagens ao longo da trajetória escolar.

CAPÍTULO III

DO DIAGNÓSTICO

Art. 5º A identificação das necessidades de recomposição será realizada considerando:

I – avaliações diagnósticas;

II – avaliações formativas;

III – avaliações trimestrais;

IV – observações e registros dos professores;

V – atividades e produções realizadas pelos estudantes;

VI – histórico de aprendizagem;

VII – outros instrumentos pedagógicos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Os resultados deverão ser analisados pelas equipes pedagógicas e professores, possibilitando a identificação das habilidades que necessitam de intervenção.

Art. 7º O diagnóstico deverá subsidiar a elaboração das estratégias de recomposição e não terá caráter meramente classificatório.

CAPÍTULO IV

DAS FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO

Art. 8º A recomposição das aprendizagens será desenvolvida continuamente e poderá ocorrer:

I – durante as aulas regulares;

II – mediante intervenções específicas realizadas pelo professor regente;

III – por meio de agrupamentos pedagógicos temporários;

IV – mediante atendimento pedagógico específico;

V – no reforço escolar realizado no contraturno;

VI – nas atividades de atendimento pedagógico, oficinas ou outras estratégias das escolas de tempo integral ou jornada ampliada;

VII – mediante outras estratégias pedagógicas definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º A recuperação contínua deverá ocorrer durante todo o ano letivo e constitui responsabilidade da unidade escolar e dos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Art. 10. Identificada dificuldade de aprendizagem, deverão ser realizadas intervenções pedagógicas tempestivas, evitando-se o acúmulo e agravamento das defasagens.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO DAS INTERVENÇÕES

Art. 11. As intervenções deverão ser planejadas considerando as habilidades não consolidadas e o nível de aprendizagem apresentado pelo estudante.

Art. 12. Poderão ser adotadas:

I – retomada de habilidades essenciais;

II – atividades diferenciadas;

III – agrupamentos temporários;

IV – atendimento individualizado ou em pequenos grupos;

V – metodologias diversificadas;

VI – materiais concretos e jogos pedagógicos;

VII – recursos tecnológicos;

VIII – materiais estruturados adotados pela Rede Municipal;

IX – materiais disponibilizados pelos programas educacionais aos quais o Município tenha aderido;

X – outras estratégias consideradas pedagogicamente adequadas.

Art. 13. As ações de recomposição deverão utilizar estratégias diferenciadas e adequadas às dificuldades identificadas, evitando a mera repetição das mesmas atividades anteriormente desenvolvidas.

CAPÍTULO VI

DAS APRENDIZAGENS PRIORITÁRIAS

Art. 14. No Ensino Fundamental, as ações de recomposição deverão considerar prioritariamente:

I – alfabetização;

II – apropriação do sistema de escrita alfabética;

III – leitura e fluência leitora;

IV – compreensão e interpretação;

V – produção escrita;

VI – numeracia;

VII – raciocínio lógico-matemático;

VIII – resolução de problemas;

IX – conhecimentos matemáticos essenciais.

Art. 15. A priorização prevista no artigo anterior não exclui intervenções em outros componentes curriculares quando identificada necessidade pedagógica.

CAPÍTULO VII

DA MATRIZ CURRICULAR PRIORIZADA E DAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Art. 16. Com base no currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação definirá as habilidades priorizadas e as respectivas expectativas de aprendizagem, organizadas em Matriz Curricular Priorizada da Rede Municipal, observadas a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da AMOP, a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino e as orientações do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, do Ministério da Educação.

§ 1º A Matriz Curricular Priorizada constituirá instrumento orientador para o diagnóstico, o planejamento das intervenções, a recuperação contínua e as ações de recomposição das aprendizagens, com ênfase nas habilidades essenciais que necessitem de consolidação.
§ 2º A priorização curricular não implicará supressão dos demais direitos e objetivos de aprendizagem previstos no currículo da Rede, devendo ser utilizada como referência para a organização das intervenções pedagógicas destinadas à superação das defasagens identificadas.

CAPÍTULO VIII
DO ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES

Art. 17. Os estudantes submetidos às ações específicas de recomposição deverão ser acompanhados sistematicamente.
Art. 18. O acompanhamento deverá permitir identificar:
I – situação inicial;
II – habilidades não consolidadas;
III – objetivos da intervenção;
IV – estratégias realizadas;
V – evolução apresentada;
VI – resultados das avaliações posteriores;
VII – necessidade de continuidade, modificação ou encerramento da intervenção.
Art. 19. As estratégias deverão ser revistas sempre que os resultados demonstrarem ausência de evolução satisfatória.

CAPÍTULO IX
DA ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO ESCOLAR

Art. 20. O reforço escolar constitui uma das estratégias de recomposição das aprendizagens e será destinado aos estudantes que necessitem de atendimento pedagógico complementar.
Art. 21. O encaminhamento ao reforço escolar deverá considerar os resultados das avaliações e o acompanhamento pedagógico realizado pela unidade escolar.
Art. 22. A organização das turmas, os critérios de prioridade, o número máximo de estudantes, o funcionamento, a frequência, o acompanhamento e a expansão da oferta de reforço escolar serão disciplinados em Instrução Normativa específica.

CAPÍTULO X
DAS FAMÍLIAS

Art. 23. Os pais ou responsáveis deverão ser informados sobre as dificuldades identificadas, as estratégias adotadas e a evolução da aprendizagem do estudante.
Art. 24. A unidade escolar deverá orientar as famílias quanto à importância do acompanhamento e apoio ao processo de aprendizagem.

CAPÍTULO XI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 25. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – orientar as ações de recomposição;
II – analisar os resultados da Rede;
III – estabelecer estratégias e prioridades;
IV – disponibilizar ou orientar a utilização de materiais pedagógicos;
V – promover formação continuada;
VI – acompanhar a execução das ações;
VII – avaliar os resultados alcançados.
Art. 26. Compete às equipes gestoras e pedagógicas:
I – analisar os resultados;
II – identificar os estudantes que necessitam de intervenção;
III – orientar os professores;
IV – acompanhar as ações realizadas;
V – manter os registros necessários;
VI – promover a articulação com as famílias;
VII – informar à Secretaria Municipal de Educação as necessidades identificadas.
Art. 27. Compete aos professores:
I – identificar as dificuldades;
II – realizar intervenções contínuas;
III – planejar estratégias diferenciadas;
IV – registrar o desenvolvimento dos estudantes;
V – avaliar a evolução da aprendizagem;
VI – manter articulação com a equipe pedagógica.

CAPÍTULO XII
DO MONITORAMENTO

Art. 28. A Secretaria Municipal de Educação realizará acompanhamento periódico das ações de recomposição das aprendizagens.
Art. 29. O monitoramento deverá considerar, entre outros:
I – número de estudantes identificados com defasagens;
II – habilidades com maiores índices de não consolidação;
III – número de estudantes submetidos às intervenções;
IV – evolução dos níveis de aprendizagem;
V – número de estudantes encaminhados ao reforço escolar;
VI – número de estudantes que superaram as defasagens identificadas.
Art. 30. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar o planejamento pedagógico da Rede e das unidades escolares.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A recomposição das aprendizagens integra o processo educacional e deverá constituir ação contínua da Rede Municipal de Ensino.
Art. 32. O encaminhamento do estudante para atendimento específico não afasta a responsabilidade pela continuidade das intervenções pedagógicas durante as aulas regulares.
Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações, protocolos, formulários e instrumentos complementares necessários à execução desta Instrução Normativa.
Art. 34. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 35. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:65B97E90

PROJUR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026 - REGISTRADO NO MEMORANDO ONLINE SOB O Nº 212/2025 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA - ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre a organização, aplicação, registro, análise e acompanhamento das avaliações diagnósticas, formativas e trimestrais dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Guaíra/PR e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da AMOP e a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de obtenção de informações sistemáticas sobre a aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de utilização dos resultados das avaliações como instrumentos de planejamento, acompanhamento e intervenção pedagógica;

CONSIDERANDO a necessidade de identificação tempestiva das dificuldades e defasagens de aprendizagem;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para a organização, aplicação, registro, análise e utilização dos resultados das

avaliações da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra/PR.

Art. 2º A avaliação da aprendizagem constitui processo contínuo, diagnóstico e formativo, destinado a acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Art. 3º A avaliação diagnóstica tem por finalidade identificar os conhecimentos e habilidades consolidados pelos estudantes, bem como aqueles que necessitam de intervenção pedagógica.

Art. 4º A avaliação diagnóstica será realizada na Educação Infantil – Infantil 5 e no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, conforme cronograma e orientações estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Na Educação Infantil – Infantil 5, o processo diagnóstico observará os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Proposta Pedagógica Curricular.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E FORMATIVA DA PLATAFORMA CNCA - COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA CAED/MEC

Art. 6º A reprodução e a distribuição das avaliações observarão o cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação. A aplicação ocorrerá nas datas estabelecidas pelo programa. A correção das avaliações ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que adotará os procedimentos necessários para o processamento e acompanhamento dos resultados.

Art. 7º A Diretora da unidade educacional realizará o cadastro necessário na Plataforma CAED/MEC, inclusive os procedimentos de cadastro e atualização dos estudantes, conforme orientações e prazos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º A Avaliação Diagnóstica Municipal será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que ficará encarregada da organização, aplicação e correção dos instrumentos avaliativos, bem como da sistematização e análise dos resultados. A aplicação poderá ser realizada por profissionais designados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as orientações estabelecidas pela própria Secretaria e as orientações específicas da Plataforma CAED/MEC, garantindo a padronização, a imparcialidade e a confiabilidade do processo avaliativo.

Art. 9º Os resultados das avaliações diagnósticas e formativas serão disponibilizados às equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino para análise e planejamento de ações pedagógicas destinadas à superação das dificuldades e defasagens de aprendizagem identificadas.

Parágrafo único. Deverão ser planejadas intervenções pedagógicas nas turmas que apresentarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, inclusive ações individualizadas de reforço escolar e recomposição das aprendizagens quando necessárias.

Art. 10. Compete à Direção da unidade educacional adotar as providências necessárias para assegurar o adequado desenvolvimento da Avaliação Diagnóstica Municipal, especialmente quanto à organização dos espaços e horários, orientação e mobilização da comunidade escolar, impressão e organização dos instrumentos avaliativos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, disponibilização dos materiais necessários e garantia da segurança, integridade e sigilo dos instrumentos avaliativos, observando rigorosamente as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11. Caberá à Secretaria Municipal de Educação acompanhar e analisar os dados das avaliações diagnósticas e formativas da Plataforma CAED/MEC, promovendo as orientações pedagógicas necessárias às unidades educacionais.

Art. 12. Os dados extraídos das avaliações diagnósticas e formativas subsidiarão as ações de intervenção pedagógica, reforço escolar e recomposição das aprendizagens, observadas as normas específicas da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO IV

DA PROVA PARANÁ E PROVA PARANÁ MAIS - AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Art. 13. A Prova Paraná e a Prova Paraná Mais, quando destinadas às turmas atendidas pela Rede Municipal de Ensino, serão realizadas de acordo com as orientações, público-alvo, 2º e 5º anos, cronogramas e procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR.

Art. 14. A aplicação ocorrerá nos períodos e datas definidos pela SEED/PR, observadas as orientações específicas de cada edição e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. O lançamento das respostas será realizado pela Diretora da unidade educacional, por meio do aplicativo ou sistema oficial indicado pela SEED/PR, observados os prazos e orientações vigentes.

Art. 16. Os resultados disponibilizados nos sistemas oficiais deverão ser analisados por estudante, turma e unidade educacional, constituindo instrumento de diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem.

Art. 17. A análise dos resultados deverá subsidiar o planejamento das intervenções pedagógicas, com utilização dos materiais e guias pedagógicos disponibilizados pelos órgãos competentes, bem como das orientações da Secretaria Municipal de Educação e do Núcleo Regional de Educação, quando cabíveis.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA LEITORA

Art. 18. A Avaliação de Fluência Leitora será realizada na Rede Municipal de Ensino do Município de Guaíra, tendo como público-alvo prioritário os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, observando os critérios, procedimentos, orientações técnicas e metodológicas estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, bem como as orientações dos sistemas e plataformas oficiais vinculados à avaliação.

Art. 19. A organização, coordenação, execução, acompanhamento e demais providências necessárias à realização da Avaliação de Fluência Leitora ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que deverá assegurar o cumprimento dos critérios e orientações estabelecidos pela SEED/PR.

Art. 20. Compete à Direção da unidade educacional assegurar as condições necessárias para a realização da avaliação, incluindo a organização dos espaços e horários, a mobilização dos estudantes, a orientação da equipe escolar, a disponibilização dos equipamentos e materiais necessários e, quando determinado pela Secretaria Municipal de Educação, a impressão dos instrumentos avaliativos, observando integralmente as orientações da SME e os critérios estabelecidos pela SEED/PR.

Art. 21. A aplicação da avaliação deverá observar os procedimentos, critérios, protocolos e orientações técnicas estabelecidos pela SEED/PR e pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo a padronização do processo e a confiabilidade dos resultados.

Art. 22. Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora deverão ser utilizados como instrumento de diagnóstico e acompanhamento da

aprendizagem, subsidiando ações de intervenção pedagógica, recomposição das aprendizagens, planejamento docente e acompanhamento da evolução dos estudantes.

Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para regulamentar procedimentos de aplicação, acompanhamento, correção, análise e utilização dos resultados, sempre em consonância com as normas, critérios e orientações vigentes da SEED/PR.

CAPÍTULO VI

DO PROGRAMA MAIS IDEB

Art. 24. O Programa Mais IDEB, desenvolvido pela Rede de Educação dos Municípios Lindeiros, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e a Itaipu Binacional, será desenvolvido na Rede Municipal de Ensino de Guaíra, com utilização dos materiais do Aprova Brasil, da Soluções Moderna/Editora Moderna, destinados aos estudantes do 1º ao 5º ano.

Art. 25. O Programa tem como objetivo fortalecer as aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e para a melhoria dos resultados educacionais e do IDEB.

Art. 26. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, orientar e acompanhar a aplicação dos materiais e simulados, bem como monitorar os resultados disponibilizados pela plataforma da Soluções Moderna/Aprova Brasil.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para regulamentar o cronograma, os procedimentos de aplicação, o acompanhamento dos resultados e as ações pedagógicas decorrentes do Programa Mais IDEB.

Art. 27. Compete à equipe gestora e pedagógica acompanhar a aplicação dos instrumentos, orientar os professores quanto à utilização dos materiais e da plataforma e promover, juntamente com os docentes, ações de intervenção a partir dos resultados obtidos.

Art. 28. Os resultados dos simulados poderão compor a nota de trabalho trimestral, conforme os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela unidade educacional, integrando-se às demais avaliações realizadas no trimestre.

Art. 29. Os resultados disponibilizados pela plataforma da Soluções Moderna/Aprova Brasil deverão ser utilizados para subsidiar o planejamento dos professores, a análise das habilidades e descritores com baixo desempenho, as ações de intervenção pedagógica e o acompanhamento da evolução da aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO VII

DAS AVALIAÇÕES TRIMESTRAIS

Art. 30. As Avaliações Trimestrais serão realizadas em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade educacional, o currículo vigente e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, considerando a avaliação como processo contínuo, diagnóstico, formativo e processual.

Art. 31. Os resultados das avaliações deverão ser analisados pelos professores e pela equipe pedagógica, com a finalidade de identificar as aprendizagens consolidadas e aquelas que necessitam de intervenção, subsidiando o replanejamento das práticas pedagógicas, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento individual dos estudantes.

Art. 32. O processo avaliativo deverá utilizar diferentes instrumentos e estratégias, considerando as habilidades e conhecimentos trabalhados no trimestre, bem como os avanços e as dificuldades dos estudantes.

Art. 33. Os resultados deverão compor o processo de avaliação da aprendizagem, conforme os critérios estabelecidos no PPP e no Regimento Escolar, subsidiando o planejamento docente, o replanejamento e as ações de intervenção e recomposição das aprendizagens.

Art. 34. Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar e acompanhar o processo avaliativo, cabendo às unidades educacionais aplicar, analisar e utilizar os resultados para promover a aprendizagem dos estudantes.

Art. 35. Compete à Direção e à equipe pedagógica garantir o cumprimento dos critérios avaliativos estabelecidos no PPP, acompanhar os resultados e promover, junto aos professores, as intervenções pedagógicas necessárias para assegurar a aprendizagem de todos os estudantes.

CAPÍTULO VIII

DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Art. 36. Os resultados das avaliações deverão possibilitar análise por estudante, turma, ano escolar, unidade educacional e Rede Municipal.

Art. 37. Após cada ciclo avaliativo, a equipe gestora, a equipe pedagógica e os professores deverão analisar os resultados, identificando:

I – habilidades consolidadas;

II – habilidades parcialmente consolidadas;

III – habilidades não consolidadas;

IV – estudantes que necessitam de intervenção pedagógica;

V – estudantes que necessitam de ações específicas de recomposição das aprendizagens ou reforço escolar.

Art. 38. Os resultados das avaliações deverão subsidiar o planejamento pedagógico e a definição das intervenções necessárias.

CAPÍTULO IX

DA MATRIZ CURRICULAR PRIORIZADA E DAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Art. 39. Com base no currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação definirá as habilidades priorizadas e as respectivas expectativas de aprendizagem, organizadas em Matriz Curricular Priorizada da Rede Municipal, observadas a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da AMOP, a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino e as orientações do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, do Ministério da Educação.

§ 1º A Matriz Curricular Priorizada constituirá documento orientador para a elaboração e análise das avaliações, o diagnóstico das aprendizagens, o planejamento das intervenções pedagógicas, o reforço escolar, a recomposição das aprendizagens e o acompanhamento da evolução dos estudantes.

§ 2º A priorização curricular não implicará supressão dos demais direitos e objetivos de aprendizagem previstos no currículo da Rede Municipal, devendo ser utilizada como referência para a identificação das habilidades essenciais e das respectivas expectativas de aprendizagem.

§ 3º A Matriz Curricular Priorizada da Secretaria Municipal de Educação constituirá documento comprobatório próprio e complementar a esta Instrução Normativa, podendo ser atualizada sempre que necessário, conforme as necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO X

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 40. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – organizar os cronogramas;

II – orientar as unidades escolares;

III – disponibilizar ou indicar instrumentos de avaliação;

IV – acompanhar e analisar os resultados da Rede;

V – promover formação e orientação para utilização pedagógica dos dados;

VI – utilizar os resultados no planejamento das políticas pedagógicas.

Art. 41. Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares:

I – assegurar a realização das avaliações;

II – organizar os procedimentos de aplicação;

III – acompanhar os registros;

IV – promover análise coletiva dos resultados;

V – acompanhar as intervenções decorrentes das avaliações.

Art. 42. Compete aos professores:

I – participar da aplicação dos instrumentos e da correção, quando esta for de sua competência, ressalvadas as avaliações cuja correção seja atribuída à Secretaria Municipal de Educação;

II – analisar os resultados;

III – utilizar os dados no planejamento pedagógico;

IV – realizar intervenções diante das dificuldades identificadas;

V – manter os registros necessários ao acompanhamento da aprendizagem.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares quanto aos instrumentos, cronogramas, registros e procedimentos avaliativos.

Art. 44. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.

Art. 45. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B102A063

PROJUR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2026 - REGISTRADO NO MEMORANDO ONLINE SOB O Nº 212/2025 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA - ESTADO DO PARANÁ

Regulamenta o Programa Permanente de Reforço Escolar instituído pela Lei Municipal nº 2.228/2022, estabelece diretrizes para sua organização, oferta, ampliação, acompanhamento e avaliação na Rede Municipal de Ensino de Guaíra/PR, revoga a Instrução Normativa nº 09/2025 e dá outras providências.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.228, de 28 de abril de 2022, que instituiu o Programa Permanente de Reforço Escolar aos estudantes das Escolas Municipais;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.228/2022 atribui à Secretaria Municipal de Educação competência para estabelecer princípios e regras para execução do Programa;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar atendimento pedagógico complementar aos estudantes com dificuldades ou defasagens de aprendizagem;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar progressivamente a oferta de reforço escolar na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO os resultados das avaliações diagnósticas como instrumentos para identificação dos estudantes que necessitam de atendimento;
CONSIDERANDO as recomendações decorrentes de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR quanto ao aperfeiçoamento e à ampliação da oferta de atividades de reforço escolar e recomposição das aprendizagens;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO PROGRAMA PERMANENTE DE REFORÇO ESCOLAR
Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta o Programa Permanente de Reforço Escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Guaíra/PR.
Art. 2º O reforço escolar constitui atendimento pedagógico complementar e integra as estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens da Rede Municipal.
Art. 3º São objetivos do Programa:
I – atender estudantes com dificuldades ou defasagens de aprendizagem;
II – proporcionar intervenção pedagógica complementar;
III – contribuir para a alfabetização e consolidação das habilidades essenciais;
IV – reduzir as defasagens de aprendizagem;
V – ampliar progressivamente o número de estudantes atendidos;
VI – assegurar atendimento adequado aos diferentes níveis de aprendizagem;
VII – contribuir para a melhoria dos resultados educacionais da Rede Municipal.
CAPÍTULO II
DO INGRESSO E DOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE
Art. 4º O encaminhamento ao reforço escolar será realizado mediante análise pedagógica, considerando:
I – avaliações diagnósticas;
II – avaliações formativas e trimestrais;
III – registros dos professores;
IV – desempenho em alfabetização, leitura, escrita e Matemática;
V – histórico de aprendizagem;
VI – outros instrumentos de acompanhamento adotados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º Quando a demanda for superior à capacidade de atendimento disponível, serão priorizados:
I – estudantes do 3º ao 5º ano ainda não alfabetizados;
II – estudantes com maiores defasagens em leitura e escrita;
III – estudantes com maiores defasagens em conhecimentos matemáticos essenciais;
IV – estudantes que apresentem maior distanciamento entre as habilidades esperadas para sua etapa de escolarização e aquelas efetivamente consolidadas;
V – demais estudantes, conforme avaliação pedagógica.
§ 1º Os critérios de prioridade possuem natureza pedagógica e deverão estar fundamentados nos resultados das avaliações e registros de acompanhamento.

§ 2º A ordem de atendimento poderá ser revista conforme a evolução dos estudantes e a identificação de novas necessidades.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

Art. 6º Nas escolas de tempo parcial, o reforço escolar será ofertado preferencialmente no contraturno escolar, conforme organização definida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Nas escolas de tempo integral ou jornada ampliada, o atendimento poderá ocorrer durante a própria jornada escolar, mediante atendimento pedagógico, oficinas ou outras estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Cada turma ou grupo de reforço escolar será constituído por **no máximo 12 (doze) estudantes,** de modo a possibilitar acompanhamento adequado às necessidades de aprendizagem.

Art. 9º Os estudantes serão agrupados, sempre que possível, conforme suas necessidades pedagógicas e níveis de proficiência.

Art. 10. Poderão ser constituídos grupos com estudantes de diferentes turmas ou anos escolares, desde que apresentem necessidades pedagógicas compatíveis.

Art. 11. A composição das turmas será dinâmica e poderá ser alterada durante o ano letivo de acordo com a evolução da aprendizagem.

CAPÍTULO IV

DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO

Art. 12. O atendimento deverá priorizar:

I – alfabetização;

II – apropriação do sistema de escrita alfabética;

III – leitura e fluência leitora;

IV – compreensão e interpretação;

V – produção escrita;

VI – numeracia;

VII – raciocínio lógico-matemático;

VIII – resolução de problemas;

IX – conhecimentos matemáticos essenciais.

Art. 13. As atividades deverão utilizar metodologias diversificadas e adequadas às dificuldades identificadas.

Art. 14. O reforço escolar não deverá constituir mera repetição das atividades realizadas na turma regular, devendo proporcionar intervenções específicas de acordo com as necessidades dos estudantes.

CAPÍTULO V

DA MATRIZ CURRICULAR PRIORIZADA E DAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

Art. 15. Com base no currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação definirá as habilidades priorizadas e as respectivas expectativas de aprendizagem, organizadas em Matriz Curricular Priorizada da Rede Municipal, observadas a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da AMOP, a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino e as orientações do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, do Ministério da Educação.

§ 1º A Matriz Curricular Priorizada constituirá instrumento orientador para o planejamento das atividades de reforço escolar, a definição das habilidades a serem desenvolvidas, o diagnóstico das aprendizagens, as intervenções pedagógicas e o acompanhamento da evolução dos estudantes.

§ 2º A priorização curricular não implicará supressão dos demais direitos e objetivos de aprendizagem previstos no currículo da Rede Municipal, devendo ser utilizada como referência para a identificação das habilidades essenciais e das necessidades de intervenção, recuperação, reforço escolar e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO E DA FREQUÊNCIA

Art. 16. Cada estudante atendido deverá possuir registro de acompanhamento contendo, no mínimo:

I – diagnóstico inicial;

II – habilidades a serem desenvolvidas;

III – frequência;

IV – intervenções realizadas;

V – evolução da aprendizagem;

VI – resultados das avaliações periódicas;

VII – situação ao término do atendimento.

Art. 17. A permanência do estudante no reforço escolar será periodicamente reavaliada.

Art. 18. O estudante poderá ser desligado do reforço quando demonstrar, mediante avaliação pedagógica, consolidação satisfatória das habilidades que motivaram seu encaminhamento.

Parágrafo único. A vaga liberada deverá possibilitar, sempre que houver demanda, o ingresso de outro estudante, observados os critérios de prioridade.

CAPÍTULO VII

DA AMPLIAÇÃO PROGRESSIVA DA OFERTA

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação promoverá a ampliação progressiva da oferta de reforço escolar na Rede Municipal de Ensino.

Art. 20. A expansão da oferta considerará:

I – resultados das avaliações diagnósticas;

II – número de estudantes com defasagens;

III – número de estudantes ainda não alfabetizados;

IV – demanda existente em cada unidade escolar;

V – disponibilidade de profissionais;

VI – disponibilidade e adequação dos espaços físicos;

VII – organização da jornada escolar;

VIII – condições de acesso e transporte dos estudantes;

IX – disponibilidade orçamentária e financeira;

X – demais condições administrativas necessárias.

Art. 21. A expansão deverá priorizar as unidades escolares que apresentarem situação de aprendizagem mais crítica, conforme avaliações diagnósticas e demais indicadores utilizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Educação buscará assegurar progressivamente a oferta de reforço escolar aos estudantes das escolas seriadas de tempo parcial, observadas as necessidades identificadas e as condições administrativas para implementação.

Art. 23. Quando a estrutura física de determinada unidade escolar não comportar a abertura de turma ou grupo específico, o atendimento poderá ocorrer:

I – em outra unidade escolar com espaço disponível;

II – mediante constituição de polos de atendimento;

III – mediante reorganização de espaços e horários;

IV – em outro local adequado definido pela Administração Municipal, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII

DO PLANO DE EXPANSÃO

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação manterá planejamento para expansão progressiva da oferta de reforço escolar no período de 2026 a 2029.

Art. 25. O planejamento deverá contemplar, no mínimo:

I – unidades escolares atendidas;

II – demanda identificada;

III – número de estudantes identificados com necessidade de reforço;

IV – número de estudantes efetivamente atendidos;

V – número de vagas ofertadas;

VI – número de turmas ou grupos;

VII – demanda ainda não atendida;

VIII – unidades prioritárias para expansão;

IX – metas anuais;

X – cronograma de implementação;

XI – necessidades de pessoal, materiais e infraestrutura;

XII – indicadores de acompanhamento.

Art. 26. O planejamento será atualizado periodicamente com base nos resultados das avaliações diagnósticas, na demanda identificada e nos resultados alcançados.

CAPÍTULO IX

DO MONITORAMENTO

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação realizará monitoramento periódico do Programa.

Art. 28. Serão acompanhados, no mínimo:

I – número de estudantes identificados para atendimento;

II – número de estudantes efetivamente atendidos;

III – número de vagas ofertadas;

IV – número de turmas em funcionamento;

V – unidades escolares contempladas;

VI – frequência dos estudantes;

VII – evolução da aprendizagem;

VIII – número e percentual de estudantes que superaram as dificuldades que motivaram o atendimento;

IX – demanda ainda não atendida.
Art. 29. Os resultados do monitoramento subsidiarão o planejamento pedagógico e a ampliação progressiva do Programa.

CAPÍTULO X
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 30. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar e orientar o Programa;
II – estabelecer orientações pedagógicas;
III – acompanhar os resultados;
IV – organizar e acompanhar a expansão da oferta;
V – promover formação dos profissionais;
VI – disponibilizar ou orientar a utilização de materiais pedagógicos;
VII – consolidar e analisar os indicadores do Programa.
Art. 31. Compete à direção e à equipe pedagógica:
I – identificar e encaminhar os estudantes;
II – organizar os atendimentos em articulação com a Secretaria Municipal de Educação;
III – acompanhar a frequência;
IV – acompanhar os resultados;
V – manter os registros necessários;
VI – orientar os professores;
VII – informar e orientar as famílias;
VIII – comunicar à Secretaria Municipal de Educação as necessidades de ampliação.
Art. 32. Compete ao professor responsável pelo reforço escolar:
I – planejar as intervenções a partir das dificuldades identificadas;
II – desenvolver atividades adequadas aos níveis de aprendizagem;
III – registrar frequência e atividades;
IV – avaliar periodicamente a evolução dos estudantes;
V – manter articulação com o professor regente e a equipe pedagógica;
VI – elaborar os registros e relatórios definidos pela Secretaria Municipal de Educação;
VII – participar das formações e orientações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO XI
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 33. Os pais ou responsáveis deverão ser informados sobre o encaminhamento do estudante ao reforço escolar, os objetivos do atendimento, os dias e horários e a importância da frequência.
Art. 34. As ausências reiteradas deverão ser registradas e comunicadas aos pais ou responsáveis para orientação e adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. O reforço escolar constitui estratégia complementar de recomposição das aprendizagens e não substitui as intervenções pedagógicas e a recuperação contínua realizadas durante o período regular de ensino.
Art. 36. A oferta e a organização dos atendimentos serão definidas anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando os resultados das avaliações, a demanda identificada e as condições de funcionamento da Rede Municipal.
Art. 37. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações, protocolos, formulários, cronogramas e demais instrumentos complementares necessários à execução desta Instrução Normativa.

Art. 38. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.
Art. 39. Fica revogada integralmente a Instrução Normativa nº 09/2025, de 07 de novembro de 2025.
Art. 40. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, 27 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EC9A4398

PROJUR
PORTARIA Nº 522/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: CONCEDE ELEVAÇÃO DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, POR CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 28 da Lei Municipal nº 1.247/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 2.367/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a elevação de referência de vencimento à Servidora Pública Municipal, a título de incentivo pela conclusão de Curso de Graduação, conforme segue:

Nome	Matrícula nº	Da Referência	Para a Referência	A partir de
Eli Piske de Matos	30186-01	29	32	01/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de setembro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:077C54AC

PROJUR
PORTARIA Nº 525/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 2.237/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da Portaria nº 381/2026 de 26/06/2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 60 (sessenta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:18395533

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 129/2026

Súmula: Revoga parcialmente o Decreto nº 072/2026, anulando a dotação orçamentária financiada por superávit financeiro do recurso do Bloco do IGD PAB (fonte 3978), reduzindo o crédito adicional suplementar aberto em R$ 26.414,54 (vinte e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta quatro centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a necessidade de ajuste fiscal e a conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000:
DECRETA:
Art. 1º - Fica revogada a seguinte alocação orçamentária constantes do art. 1º do Decreto nº 072/2026, exclusivamente a financiada por superávit financeiro de fonte 3978 (Bloco IGD PAB), conforme discriminado abaixo, resultando na anulação de R$ 1.400,00 do crédito adicional suplementar aberto:

Secretaria	Projeto/Código	Fonte Revogada	Valor Anulado (R$)
Secretaria de Assistência Social	Execução das Políticas da Assistência Social - CRAS (002.08.244.0010-2.031)	3978	1.400,00
Total Anulado			**1.400,00**

§ 1º - O total do crédito adicional suplementar passa a ser 25.014,54.
Art. 2º - Para fins de equilíbrio orçamentário, fica revogada parcialmente a parcela correspondente do art. 2º do Decreto nº 072/2026, anulando parcialmente o superávit financeiro de fonte 3978 no valor de R$ 1.400,00.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data em que não haja empenhos ou liquidações pendentes nas dotações anuladas, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 27 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:5DABC9B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 130/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 52.150,00 (cinquenta e dois mil, cento e cinquenta reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 52.150,00 (cinquenta e dois mil, cento e cinquenta reais), conforme abaixo:
15 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS
001 – Departamento de Obras e Viação
04 – Administração
0122 – Administração Geral
0007 – Manutenção e Conservação de Próprios Municipais
2.019 – Manutenção do Departamento de Obras
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 189..... R$ 50.000,00

27 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
001 – Departamento de Administração Assistência Social
08 – Assistência Social
0244 – Assistência Comunitária
0010 – Assistência Social Geral
2.029 – Manutenção da Sede Administrativa da Assistência Social
3.3.90.14 – Diárias – Cód. 379..... R$ 1.400,00
3.3.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção..... R$ 750,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 52.150,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro e do excesso de arrecadação como segue:

Fonte de Recurso 000 – Recurso Livre..... R$ 50.000,00
Fonte de Recurso 978 – BL IGD PAB..... R$ 1.400,00

1.3.2.1.01.1.1.54.0 – Rend. Aplicação Financeira – Fonte 1978..... R$ 750,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 52.150,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 27 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:3FC5E99C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 071/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 31/08/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Motorista
Taeron de Oliveira Silva

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1104BB3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 840/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto n° 840/2026 de 27/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO03.001.04.122.0002.2.101 FUNCIONAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO / RECURSOS HUMANOS

15 - 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA -3504

R$ 57.000,00

Total Suplementação: 57.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, Estado do PR, em 27 de Agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito(a)

Publicado por:
Ricardo Luis da Cunha Pires
Código Identificador:1CC0F7F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 29/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende homologar os credenciados habilitados considerando ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026 da inexigibilidade 29/2026, do objeto a seguir especificado:

1. HOMOLOGO, O Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços profissionais especializados em nutrição, psicologia, psicopedagogia e tradução da Língua Guarani, o credenciado abaixo:

PSICOPEDAGOGA
4216/26 | Claudete dos Santos da Silva | 720.88.789-9
4257/26 | Antonyella da Costa Lopes | 153.767.429-38

TRADUTOR
4206/26| Felipe dos Santos | 37.687.638-97

2. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura do contrato.

Guaraqueçaba/PR, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:21E10299

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO ATO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 72 c/c art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICOo objeto da presente dispensa de licitação à empresa EDITORA BEM PARANA LTDA**,** inscrita no CNPJ **nº** 76.637.305/0001-70

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação e veiculação de atos administrativos da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba em jornal diário de grande circulação, conforme a demanda da Administração e as exigências legais aplicáveis, incluindo avisos de licitações, editais, extratos de contratos, termos aditivos, rescisões, comunicados e demais atos administrativos cuja publicação seja legalmente exigida ou necessária

4. CONTRATADA: EDITORA BEM PARANA LTDA**,** inscrita no CNPJ **nº** 76.637.305/0001-70

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha fundamenta-se pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR).

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021,

7. VALOR TOTAL:R$ 10.308,90 (dez mil, trezentos e oito reais, noventa centavos).

8. PRAZO DE VIHEN CIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS: A documentação completa e integral do processo, incluindo o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), de Dotação, encontra-se devidamente autuada e disponível para consulta no Portal da Transparência do Município.

Guaraqueçaba/PR, 27 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:ACBF9762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52 |

AVISO DE CONVOCAÇÃO — SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, o Sr. ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, TORNA PÚBLICO E CONVOCA os profissionais inscritos, interessados e a comunidade em geral para a SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO a ser realizada juntamente com a Comissão de Licitações / Comissão de Contratação, destinada à composição da Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas no processo licitatório de contratação de Agência de Propaganda e Publicidade.

DATA DA SESSÃO: 31 de agosto de 2026 (segunda-feira)
HORÁRIO: 15:00 horas
LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba — Sala de Licitações / Central de Compras (Travessa Sete de Setembro, Centro, Guaraqueçaba/PR).

OBJETO: Sorteio público, conduzido juntamente com a Comissão de Licitações, dos membros titulares e suplentes da Subcomissão Técnica entre os profissionais habilitados e inscritos no Chamamento Público nº 001/2026.

REGRAS E METODOLOGIA DO SORTEIO:
1. O sorteio processar-se-á em sessão pública para a escolha de 03 (três) membros titulares e constituição da lista de suplência, observando a proporção legal fixada pelo art. 10, §§ 1º, 2º e 9º da Lei Federal nº 12.232/2010, garantindo-se que no mínimo 1/3 (um terço) do colegiado seja constituído por profissionais sem nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município.
2. Nos termos do art. 10, § 5º da Lei Federal nº 12.232/2010, é facultado a qualquer interessado impugnar integrante da relação de aptos, mediante justificativa jurídica fundamentada, protocolada até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão pública de sorteio.

Guaraqueçaba/PR, 27 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:077AEDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 30/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 41.521.882/0001-18
Objeto: Aquisição e Instalação de 02 (dois) parques infantis (playgrounds) destinados ao uso dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, via adesão à Ata de Registro de Preços nº 022/2025, oriunda do Município de Rolim de Moura/RO

Valor global: R$ 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais)

Vigência do contrato: 06 (seis) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.52.10.00 1103 Equipamento e Material Permanente

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 18 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:0A75DC46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 32/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 32/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: CONCEITO METAL PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 41.521.882/0001-18
Objeto: Aquisição e Instalação de 03 (três) parques infantis (playgrounds) destinados ao uso dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, via adesão à ATA N° 312/2024, SEDESE – GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, do item abaixo relacionado para o Município de Guaraqueçaba/PR.

Valor global: R$ 106.350,00 (cento e seis mil, trezentos e cinquenta reais)
Vigência do contrato: 06 (seis) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.52.10.00 1103 Equipamento e Material Permanente

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 27 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:080130D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 219/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA OSMAR SCHOTTEN, inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, Bairro: Centro, Guaraqueçaba/PR, CEP: 83.390-000 representada pelo senhor OSMAR SCHOTTEN empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 61/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 11/2025, celebram o presente Termo Aditivo de **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 61/2025, celebrado em, cujo objeto é a** Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Educação.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA.

As partes de comum acordo procedem ao aditivo de prazo ao Contrato Administrativo nº 61/2025, aumento quantitativo de 25% no item Diesel S10,

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

(30) 04.001.12.361.0003.2103.3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO
(30) 04.001.12.361.0003.2103.3.3.90.30.00.00 1103 MATERIAL DE CONSUMO
(30) 04.001.12.361.0003.2103.3.3.90.30.00.00 1104 MATERIAL DE CONSUMO
(40) 04.001.12.361.0003.2104.3.3.90.30.00.00 1122 MATERIAL DE CONSUMO
(40) 04.001.12.361.0003.2104.3.3.90.30.00.00 1144 MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 61/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 27 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:4F9BD268

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 11/2026 - CMAS

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APRECIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE À PROGRAMAÇÃO Nº 410965820220003, CADASTRADA NO SISTEMA DE GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – SIGTV, AÇÃO 219G – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 352 de 14 de junho de 2010, em reunião extraordinária realizada dia 25 de agosto de 2026, conforme ATA n° 09/2026, e:

CONSIDERANDO a necessidade de apreciação e análise da prestação de contas referente à Programação nº 410965820220003, cadastrada no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SIGTV, Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, cujo recurso foi repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, na modalidade Fundo a Fundo;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 745/2026/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC-GND4, referente à solicitação de regularização da prestação de contas;

CONSIDERANDO que, após análise dos extratos bancários, foram identificados pagamentos no valor total de R$ 33.165,91, bem como registrada a devolução de R$ 101.186,09, referente ao saldo do recurso pactuado e aos rendimentos de aplicação financeira;

CONSIDERANDO a necessidade de comprovação da aquisição dos itens previstos na programação e a existência de inconsistências na documentação apresentada;

CONSIDERANDO a informação e a documentação apresentadas quanto à aquisição de mesas e cadeiras, especialmente a previsão de aquisição de 60 cadeiras no documento encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS, registrada em ata, pela não aprovação da prestação de contas, com ressalva específica quanto à aquisição de mesas e cadeiras;

RESOLVE:

Art. 1º Não aprovar a prestação de contas referente à Programação nº 410965820220003, cadastrada no Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SIGTV, Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS.

Art. 2º A prestação de contas não foi aprovada pois o recurso repassado não foi utilizado para aquisição dos itens previstos na programação aprovada, em desacordo com a finalidade e objetos pactuados, não comprovando a execução do recurso conforme estabelecido, ressalvado o disposto no **art. 3º** quanto à aquisição de mesas e cadeiras.

Art. 3º Fica registrada **RESSALVA** específica quanto aos itens mesas e cadeiras, considerando a informação e a comprovação apresentadas de que esses bens foram efetivamente adquiridos pelo Município em conformidade com o objeto e a programação aprovada.

Parágrafo único. A aquisição de mesas e cadeiras, incluindo a previsão de aquisição de 12 mesas e 60 cadeiras constante no documento encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, deverá ser considerada pelos órgãos competentes para fins de análise e regularização da prestação de contas.

Art. 4º A ressalva prevista no artigo anterior não altera a decisão de não aprovação da prestação de contas, permanecendo mantida a deliberação do CMAS quanto à necessidade de regularização das pendências apontadas.

Art. 5º Esta Resolução deverá ser encaminhada aos órgãos competentes, juntamente com a ata da reunião do CMAS e demais documentos pertinentes, para conhecimento e providências cabíveis.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 27 de agosto de 2026.

ANELIZE FORNARI CRISTOFOLI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:45EAD57B

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 22/2026 - CMDCA

SÚMULA: APROVA A RENOVAÇÃO DE ATESTADO DE REGISTRO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA JUNTO AO CONSELHO CMDCA.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598

de 25 de agosto de 2014, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de agosto de 2026, conforme ATA n°16/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação do atestado de registro do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme número de Atestado de Registro 02, com validade de 02 (dois) anos;

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 27 de agosto de 2026.

LUCIANE FORNARI DE MENEZES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:A8EA2FD7

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 23/2026 - CMDCA

SÚMULA: APROVA RENOVAÇÃO DO ATESTADO DE REGISTRO DO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA JUNTO AO CONSELHO CMDCA.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598 de 25 de agosto de 2014, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de agosto de 2026, conforme ATA n°16/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação do atestado de registro do Serviço de Acompanhamento de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme número de Atestado de Registro 04, com validade de 2 (dois) anos;

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 27 de agosto de 2026.

LUCIANE FORNARI DE MENEZES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:E0BB96CC

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 24/2026 - CMDCA

SÚMULA: APROVA OS NOVOS MEMBROS DO CMDCA PARA GESTÃO BIÊNIO 2026/2028.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598 de 25 de agosto de 2014, em reunião extraordinária realizada no dia 27 de agosto de 2026, conforme ATA n° 16/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a eleição e posse da mesa diretora do Conselho para o biênio 2026/2028, ficando composta pelos seguintes membros:

Representantes do Governo Municipal - (Governamental):

Departamento Municipal de Administração
Titular: Jeferson Coronetti
Suplente: Lúcio Diego Guerra

Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
Titular: Claudia Batista
Suplente: Roque Brezolin

Departamento Municipal de Assistência Social
Titular: Deisimara Vivian Tubin - **2ª SECRETÁRIA**
Suplente: Ana Claudia da Conceição da Silva

Departamento Municipal de Educação
Titular: Claudio Chiavagatti
Suplente: Mariazinha de Fatima Hennerich Cristofoli

Departamento Municipal de Fazenda
Titular: Vanessa Aline Franken – **PRESIDENTE**
Suplente: Luis Henrique Boldori

Departamento Municipal de Saúde
Titular: Luciane Fornari de Menezes
Suplente: Matheus Alves de Lima

Representantes da Sociedade Civil - (Não-Governamental):

Escola Municipal Professora Maria Francisca dos Santos
Titular: Carla Regina
Suplente: Alessandra Albino

Escola Estadual Elias Abrahão
Titular: Evandro Albino
Suplente: Maria de Fátima Botokoski

Colégio Estadual Projeto Rondon
Titular: Rauliana Garbin
Suplente: Elizandra Vaz

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Juliana Boldori dos Santos - **1ª SECRETÁRIA**
Suplente: Claudinei dos Santos

Associação de Proteção a Maternidade e a Infância – APMI
Titular: Celso Tavares - **VICE – PRESIDENTE**
Suplente: Deisi Maira Ramos

Centro Municipal de Educação Infantil - Anjo Gabriel
Titular: Simone Nonemacher
Suplente: Pollyany Vaz

Observadores:

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Sidineia Pedrozo
Suplente: Valdecir Ferreira de Oliveira

Alunos do Colégio Estadual Projeto Rondon

Titular: Talison Augusto Moraes
Suplente: Dandara Moreira Zeni

Alunos da Escola Estadual Elias Abrahão

Titular: Anelize de Oliveira
Suplente: Isabeli Terezinha dos Santos

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 27 de agosto de 2026.

LUCIANE FORNARI DE MENEZES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:15CF2551

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 38, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidores para atuarem como Pontos Focais Titulares e Substitutos no acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Governança Pública – PROGOV, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2026, expedida pelo Departamento Municipal de Controladoria com o assunto: Fortalecimento da Governança Pública e adoção de medidas administrativas destinadas ao aperfeiçoamento dos indicadores da Avaliação da Atuação Governamental – PROGOV.

CONSIDERANDO o MEMORANDO Nº 114/2026 Assunto: Providências para implementação da Governança do PROGOV, Referência: Processo Administrativo nº 2167/2026 - Recomendação Administrativa nº 11/2026 - Despacho do Prefeito Municipal

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer atuação integrada, planejamento permanente, indicadores objetivos e documentação comprobatória para o aperfeiçoamento da Avaliação da Atuação Governamental – PROGOV;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento sistemático dos itens avaliados, elaboração e execução de planos setoriais de melhoria, organização das evidências e cumprimento dos prazos estabelecidos;

CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de servidores responsáveis pela articulação e acompanhamento das ações do PROGOV em cada unidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como Pontos Focais Titulares e Substitutos no acompanhamento e execução das ações relacionadas ao Programa de Governança Pública – PROGOV, no âmbito da Administração Pública Municipal:

Departamento Municipal de Administração e Planejamento
I - Ponto Focal Titular: Lúcio Diego Guerra
II - Ponto Focal Substituto: Elessandra de Oliveira

Departamento Municipal de Controladoria
I - Ponto Focal Titular: Lauricio Ribeiro Cavalheiro

Departamento Municipal de Contabilidade
I - Ponto Focal Titular: Gabriel Lemos
II – Ponto Focal Substituto: Adilson Antônio Boller

Departamento Municipal de Assistência Social
I - Ponto Focal Titular: Deisimara Vivian Tubin
II – Ponto Focal Substituto: Ana Cláudia da Conceição da Silva

Departamento Municipal de Saúde
I - Ponto Focal Titular: Anelize Fornari Cristofoli
II – Ponto Focal Substituto: José Carlos Peron

Departamento Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
I - Ponto Focal Titular: Gilberto Jaime da Veiga
II – Ponto Focal Substituto: Marizete da Silva Vieira

Departamento Municipal de Licitações
I - Ponto Focal Titular: Indianara Patrícia Brizola
II – Ponto Focal Substituto: Caroline Polese

Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
I - Ponto Focal Titular: Cláudio Luíz Chiavagatti,
II – Ponto Focal Substituto: Edna dos Santos Batista

Art. 2º Compete aos Pontos Focais designados:

I – acompanhar os itens do PROGOV relacionados à respectiva área;

II – promover a articulação entre os servidores e setores envolvidos na execução das ações;

III – acompanhar os prazos, metas, indicadores e recomendações relacionados à respectiva unidade;

IV – auxiliar na elaboração, execução e atualização do Plano Setorial de Melhoria;

V – organizar e manter atualizadas as evidências comprobatórias relativas aos itens avaliados;

VI – acompanhar a elaboração e atualização dos Roteiros de Consistência de Dados – RCD;

VII – prestar as informações necessárias ao acompanhamento e monitoramento do PROGOV;

VIII – comunicar ao Departamento Municipal de Administração e Planejamento eventuais pendências, dificuldades ou riscos relacionados ao cumprimento das ações;

IX – participar das reuniões de monitoramento e das demais atividades relacionadas ao PROGOV, quando convocados.

Art. 3º Compete ao Departamento Municipal de Administração e Planejamento coordenar administrativamente a implantação da governança do PROGOV, consolidando os planos setoriais, indicadores e relatórios, bem como mantendo o processo devidamente instruído e organizado.

Art. 4º Compete aos Diretores Municipais aprovar os respectivos Planos Setoriais de Melhoria, definir os responsáveis pela execução das ações, assegurar o cumprimento dos prazos e manter atualizadas as evidências comprobatórias.

Art. 5º Compete ao Departamento Municipal de Controladoria exercer as atividades de orientação, monitoramento e validação das evidências relacionadas ao PROGOV, preservada a responsabilidade de cada unidade administrativa pela execução das respectivas ações corretivas.

Art. 6º Os Departamentos Municipais deverão revisar ou elaborar, quando necessário, atos normativos, regulamentos, manuais, fluxogramas, procedimentos operacionais e formulários relacionados aos critérios avaliados pelo Tribunal de Contas.

Art. 7º Deverão ser implementadas, pelas respectivas unidades administrativas, as recomendações decorrentes das auditorias internas já concluídas ou em andamento, naquilo que se relacionarem às suas competências.

Art. 8º Fica estabelecida rotina permanente de autoavaliação dos Roteiros de Consistência de Dados – RCD, bem como de orientação prévia aos responsáveis pelo preenchimento dos questionários do PROGOV.

Art. 9º Deverá ser mantido repositório digital organizado por departamento, item avaliado e tipo de evidência, com atualização permanente pelos responsáveis de cada unidade.

Art. 10. Serão realizadas reuniões periódicas entre o Gabinete do Prefeito, o Departamento Municipal de Administração e Planejamento, o Departamento Municipal de Controladoria e os Diretores Municipais, com a finalidade de monitorar a execução dos planos setoriais, indicadores, prazos e resultados do PROGOV.

Art. 11. As áreas de Administração Financeira, Saúde, Assistência Social, Aquisições e Contratações e Meio Ambiente terão prioridade no acompanhamento e na implementação das ações de melhoria, sem prejuízo das demais áreas avaliadas pelo PROGOV.

Art. 12. O Ponto Focal Substituto atuará nas ausências, impedimentos ou afastamentos do respectivo Ponto Focal Titular, assegurando a continuidade das atividades de acompanhamento do PROGOV.

Art. 13. A designação prevista nesta Portaria não implicará prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores, sendo exercida sem prejuízo das demais funções inerentes aos respectivos cargos.

Art. 14. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 27 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:405D9E38

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LEILÃO ELETRONICO 02.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 02/2026

O **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA,** Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria nº 04/2026, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie; e o leiloeiro oficial contratado, André Luiz Wuitschik, Matriculado na Junta Comercial do Paraná, em conformidade de Leiloeiro Oficial 20/327-L, designado pela portaria Municipal 35/2026 em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto nº. 21.981 de 1932, e art. 32, I, da Lei nº. 8.934/94, de 18 de novembro de 1994 , suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie, **TORNA PÚBLICO** a realização de licitação no dia **23/09/2026**, às **10:30 horas**, o evento será realizado exclusivamente na forma **ON-LINE** através do site ANDRÉ LUIZ LEILÕES www.andreluizleiloes.com.br; e Considerando que o Leiloeiro André Luiz Wuitschik é um agente de vendas no Superbid Exchange, através do SUPERBID EXCHANGE www.superbid.net na modalidade **LEILÃO**, na forma **ON-LINE** visando a alienação dos **BENS** especificados no item nº.1 deste edital, sendo a presente licitação do tipo **"MAIOR LANCE"**, de cada **LOTE**, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Federal nº. 21.981/32, de 19 de outubro de 1932, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº. 22.427/33, de 01 de fevereiro de 1933, e de mais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.

Honório Serpa, 27 de Agosto de 2026

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:F5B9C1EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PORTAL COMPRAS.GOV.BR / CONTRATAÇÃO: 989981-7/2026

O município de Honório Serpa, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Portaria nº 04/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor preço, em sessão pública eletrônica a partir das **09h00min horas** (horário de Brasília- DF) do dia **10 de Setembro de 2026**, através do site www.comprasnet.gov.br, destinado a ***AQUISIÇÃO DE 105 (CENTO E CINCO) CAMISETAS PERSONALIZADAS PARA OS ALUNOS PARTICIPANTES DA FORMATURA DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD 2026, COM FORNECIMENTO INTEGRAL EM ENTREGA ÚNICA.*** Conforme termo de referência que é parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima citado ou no site www.honorioserpa.pr.gov.br, informações complementares podem ser obtidas pelo e-mail licitacao@honorioserpa.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3245-1130.

Honório Serpa, 27 de Agosto de 2026

ÉRICA PATRÍCIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:C278A742

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 78/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 35/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Contratação de empresa especializada para realização de revisão e manutenção preventiva do veículo Citroën C3 Aircross, placas TBU7H20, ano/modelo 2025/2025, pertencente ao Município de Honório Serpa/PR e utilizado pelo Departamento Municipal de Assistência Social, compreendendo o fornecimento de peças, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços constantes do orçamento apresentado, visando garantir o adequado funcionamento, conservação e segurança do veículo. A contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço de manutenção de veículo automotor e observando-se o limite legal vigente,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa**:** Dados do contratado: **LE LAC VEICULOS SA - FCB CNPJ: 73.402.711/0009-13** situada na Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, n°520, Francisco Beltrão – PR. Valor da contratação: de **R$ 700,00 (setecentos reais).**

Honório Serpa, 27 de Agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:D522A515

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO- 9-Z1

EDITAL Nº 09-Z.1 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidata aprovada no Teste Seletivo Simplificadonº 04/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 09-K/2025 de 19 de dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovado (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 04/2025, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: PROFESSOR PSS 40 HS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
39	Marilete Fatima Pagno	38°

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 27 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:E45FFD5D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-39

PORTARIA 39/2026

O cidadão, **João Carlos Garbin**, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Convocar para reassumir suas atividades, o funcionário, Pedro Cesar Ribeiro Cordeiro**,** portador do RG nº 8.374.090-6 SSP/PR, lotado no Departamento Municipal de Serviços Urbanos, na Prefeitura Municipal de Honório Serpa, sempre exercendo a função de Motorista Caminhão/Ônibus, a qual retornará a suas funções na data de 01 setembro de 2026.
Esta Portaria entra em vigor dia 27 de agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2024.

PREFEITO MUNICIPAL
João Carlos Garbin

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:EA391F1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 170/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 170/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe
foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 412.100,00 , destinados ao reforço das seguintes
Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGISTICA	
Unidade - 08001 - DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.452.0013.2015000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Despesa - 648 - 449052 - 00877 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	412.100,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	412.100,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
241999011100000000 - 365 - Emenda Parlamentar (PIX) Mini Pá LC
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 27 de setembro de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FDD42D63

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2026 - ENFERMEIRO

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

Nº 001/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 28 de agosto (sexta-feira) até o dia 03 de setembro (quinta-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do

Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).

• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.

• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.

• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I
CARGO: ENFERMEIRO

121725	Enfermeiro	**ALMIR APARECIDO GIMENES JÚNIOR**	**1º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.

OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____
Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____
Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:ED829FF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
ERRATA - EDITAL 05/2026

ERRATA
Republicamos, para fins de correção de informação, o **Edital nº 05/2026**, referente ao Chamamento Público para Credenciamento de Profissionais Pessoa Jurídica da área da Saúde para o ano-exercício de 2026/2027, em razão da necessidade de **retificação** de informação constante no documento anteriormente publicado, permanecendo inalterado as demais informações constantes no referido edital.

Onde se leu:
PEDIASUIT
O Protocolo PediaSuit de Terapia Intensiva, é uma terapia que utiliza macacão terapêutico ortopédico combinado à um programa de 80 horas de tratamento realizadas em 4 semanas, seguidas de 2 semanas de terapia de manutenção. Este ciclo pode ser repetido de acordo com a necessidade de cada paciente.
O programa combina atendimentos de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia (em sua devida área de atuação) e pode aliar outros tratamentos de reabilitação nas horas da terapia de manutenção.
Deve ser realizada em ambiente contendo a gaiola, suit terapêutico, equipamentos complementares e de segurança pertinentes. **Deverá ser enviado registro fotográfico do espaço no ato do credenciamento.**

Em todas as sessões, em guia única, o atendimento deve ser realizado pela equipe mínima, composta por:
Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional e Fonoaudiólogo
Qualificação exigível: Curso Superior em Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia.Certificação e/ou curso com formação adicional no Protocolo PediaSuit
Leia-se:
PEDIASUIT
O Protocolo PediaSuit de terapia intensiva em reabilitação consiste em abordagem terapêutica que utiliza macacão terapêutico ortopédico associado a programa intensivo de reabilitação, com carga de até 80 (oitenta) horas de tratamento, distribuídas em 4 (quatro) semanas, seguido de período de manutenção, conforme indicação e necessidade individual do paciente. O programa poderá contemplar Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, cada qual dentro de sua respectiva área de atuação e de acordo com as necessidades clínicas e funcionais do paciente, podendo ser associados outros recursos

terapêuticos de reabilitação quando tecnicamente indicados. O atendimento deverá ser realizado em ambiente adequado à execução do protocolo, dispondo de macacão terapêutico ortopédico, gaiola de habilidades (Monkey Cage e/ou Spider Cage), equipamentos e materiais necessários à execução segura das atividades, observadas as normas sanitárias e de segurança. **Deverá ser apresentado, no ato do credenciamento, registro fotográfico das instalações e dos equipamentos disponíveis para a execução do serviço.**

Equipe profissional
A execução do protocolo deverá contar com profissionais habilitados e regularmente inscritos em seus Conselhos Profissionais, em número suficiente para assegurar a adequada assistência ao paciente, conforme avaliação e plano terapêutico individualizado.
Poderão compor a equipe:
Fisioterapeuta;
Terapeuta Ocupacional;
Fonoaudiólogo, quando houver indicação de intervenção fonoaudiológica.
A atuação de cada profissional deverá ocorrer exclusivamente dentro de suas respectivas competências profissionais e conforme o plano terapêutico estabelecido para o paciente.

Qualificação exigível:
Para a execução do Protocolo PediaSuit, será exigido:

Curso Superior completo em Fisioterapia, Terapia Ocupacional ou Fonoaudiologia, conforme a função exercida;
Registro ativo no respectivo Conselho Profissional;
Comprovação de capacitação, curso ou formação específica no Protocolo PediaSuit, compatível com a atuação profissional.

A instituição deverá apresentar a relação dos profissionais que executarão o serviço, acompanhada dos respectivos comprovantes de formação, habilitação profissional e capacitação específica.

Permanecem inalterados os demais itens.

Irati, 27 de agosto de 2026.

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA
Médica Diretora Técnica - CRM-PR 42576
CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:51C2C994

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 162/2026

RESOLUÇÃO Nº162/2026

Em consideração ao Chamamento Público Nº 06/2026, para credenciamento de profissionais pessoas jurídicas da área da saúde para o ano de 2026/2027, vem editar e estruturar medida legal.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias:
RESOLVE

Art. 1º - Vem INCLUIR no anexo II do edital de credenciamento de serviços de saúde, para a seguinte forma o item:

LOTE 07	EXAMES LABORATORIAIS	VALOR UNITÁRIO FIXO
2213	DOSAGEM DE ANTICORPO ANTI-CCP *cód. 90622	R$ 48,00
2214	PESQUISA DE ANTÍGENO NS1 *cód. 90623	R$ 19,00
2215	DOSAGEM DE VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) * cód. 90624	R$ 45,00
2216	DOSAGEM DE CLORO/CLORETO * cód. 90625	R$ 6,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 26 de setembro de 2026 revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 27 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:0694E01A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº.75.738.484/0001-70, com sede administrativa à Rua Pedro Álvares Cabral, nº. 2677, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ROBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade com RG sob n.º 5.xxx.xxx-4 SESP-Pr., e inscrito no CPF/MF sob nº. 916.xxx.xxx-34, **CONVOCA** o servidor o Sr. ARAMILSON APARECIDO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.xxx.xxx-2 SSP-PR e inscrito no CPF nº. 077.xxx.xxx-31, ocupante do cargo de Professor, para o retorno, considerando que Vossa Senhoria não comparece ao trabalho desde 30/07/2026, data do retorno estipulado judicialmente.
As faltas injustificadas acarretarão em prejuízos salariais e poderá configurar em abandono de cargo depois de transcorrido o prazo legal de 30 dias.

Iporã - PR, 27 de Agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3AFFA31F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 186/2026

REGULAMENTA A COMPETIÇÃO DE TRÊS TAMBORES NO ÂMBITO DA EXPO IPORÃ 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a realização da "Expo Iporã 2026", evento de grande relevância para o fomento da cultura, do turismo e da economia local;
CONSIDERANDO o esporte como ferramenta de integração social e a competição de Três Tambores como tradicional modalidade equestre que valoriza os costumes da região;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas claras e transparentes para a organização e execução da Competição de Três Tambores, garantindo a isonomia entre os participantes e a lisura do certame;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a arrecadação de receitas advindas das inscrições e a destinação de recursos públicos para a premiação, em estrita obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública;

DECRETA:

CAPÍTULO I -DO OBJETO E DOS OBJETIVOS
Art. 1º Fica instituído o regulamento da Competição de Três Tambores, a ser realizada durante a Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, nas dependências do Parque de Exposições do Município.

Art. 2º A competição tem como objetivos:
I - Fomentar a prática de esportes equestres no Município;
II - Promover a integração entre competidores e a comunidade;
III - Valorizar a cultura e as tradições locais;
IV - Incrementar as atividades de lazer e turismo durante a Expo Iporã 2026.

CAPÍTULO II- DA ORGANIZAÇÃO
Art. 3º A organização e fiscalização da Competição de Três Tambores ficará a cargo da Secretaria Municipal de Promoção ao Esporte, Lazer e Turismo que poderá designar uma comissão organizadora para auxiliar na execução do evento.

Art. 4º Todos os resultados e tempos da prova serão oficialmente registrados e gerenciados por meio do sistema SGP.

CAPÍTULO III -DAS CATEGORIAS E DAS INSCRIÇÕES
Art. 5º A competição será disputada nas seguintes categorias:
I – Test Horse;
II - Categoria Feminina;
III - Categoria Mirim.
Art. 6º As inscrições deverão ser realizadas previamente, em local e prazo a serem definidos e divulgados pela comissão organizadora.

Art. 7º Ficam estabelecidos os seguintes valores para a taxa de inscrição:
I – Test Horse: R$ 60,00 (sessenta reais)
II - Categoria Feminina: R$ 500,00 (quinhentos reais);
III - Categoria Mirim: R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
Parágrafo Único: O Competidor que pretender inscrever um cavalo extra, pagará os seguintes valores:
I – Test Horse: R$ 60,00 (sessenta reais)
II – Categoria Feminina: R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
III – Categoria Mirim: R$ 200,00 (duzentos reais)

Art. 8º Será facultado ao competidor, em cada fase classificatória, o direito de adquirir uma oportunidade extra de competição ("passada"), mediante o pagamento de taxa no valor de R$ 100,00 (cem reais) por passada extra.

Art. 9º Os valores arrecadados com as taxas de inscrição e com as passadas extras constituem receita pública e deverão ser recolhidos obrigatoriamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou outra guia oficial, com destinação ao Tesouro Municipal.

CAPÍTULO IV- DA ESTRUTURA E CRONOGRAMA DA COMPETIÇÃO
Art. 10. A estrutura da competição, para ambas as categorias, seguirá o cronograma e as regras de classificação dispostos neste capítulo.

Art. 11. A primeira fase classificatória ocorrerá no dia 09 de outubro de 2026 (sexta-feira), com a seguinte programação:
I – A Comissão da Competição definirá o horário de início da etapa preliminar, aberta a todos os inscritos.
II - As 15 (quinze) competidoras com os melhores tempos da etapa preliminar classificar-se-ão para a etapa noturna.
III - Às 20:00 horas, durante a programação oficial da Expo Iporã, as 15 (quinze) classificadas competirão novamente, e as 5 (cinco) melhores desta etapa garantirão vaga na Grande Final.

Art. 12. A segunda fase classificatória ocorrerá no dia 10 de outubro de 2026 (sábado), com a seguinte programação:
I – A Comissão da Competição definirá o horário de início da etapa preliminar, aberta a todos os inscritos.
II - As 15 (quinze) competidoras com os melhores tempos desta etapa preliminar classificar-se-ão para a etapa noturna.
III - Às 20:00 horas, durante a programação oficial da Expo Iporã, as 15 (quinze) classificadas competirão novamente, e as 5 (cinco) melhores desta etapa garantirão vaga na Grande Final.

Art. 13. A terceira fase classificatória ocorrerá no dia 11 de outubro de 2026 (domingo), com a seguinte programação:
I – A Comissão da Competição definirá o horário de início da etapa preliminar, aberta a todos os inscritos.
II - As 15 (quinze) competidoras com os melhores tempos desta etapa preliminar classificar-se-ão para a etapa seguinte que poderá realizar-se no período da tarde ou a noite.
III - As 05 (cinco) competidoras com os melhores tempos desta etapa preliminar classificar-se-ão para a Grande Final.

Art. 14. A Grande Final ocorrerá no dia 11 de outubro de 2026 (domingo), às 20:00 horas, e será disputada pelas 15 (quinze) competidoras classificadas nas fases anteriores (cinco de cada classificatória).

Art. 15. A classificação final, do 1º ao 5º lugar, será definida com base nos melhores tempos obtidos exclusivamente na prova da Grande Final.

CAPÍTULO VDA PREMIAÇÃO
Art. 16. A premiação total da competição é de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), distribuída conforme a classificação final em cada categoria.

Art. 17. A premiação para a **Categoria Feminina** será assim distribuída:
I - 1º Lugar: R$ 7.000,00 (sete mil reais);
II - 2º Lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
III - 3º Lugar: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
IV - 4º Lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais);
V - 5º Lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
VI – 6º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
VII – 7º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
VIII – 8º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
IX – 9º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
X – 10º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)

Art. 18. A premiação para a **Categoria Mirim** será assim distribuída:
I - 1º Lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
II - 2º Lugar: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
III - 3º Lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais);
IV - 4º Lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais);
V - 5º Lugar: R$ 1.000,00 (um mil reais).
VI – 6º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
VII – 7º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
VIII – 8º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
IX – 9º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)
X – 10º Lugar – R$ 500,00 (quinhentos reais)

Art. 19. O pagamento da premiação será efetuado pela Administração Municipal após a homologação do resultado final da competição, mediante processo administrativo próprio.

CAPÍTULO VIDAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 20. As regras de prova, bem-estar animal, indumentária e outras especificidades técnicas seguirão as normas oficiais da modalidade, conforme definido pela comissão organizadora.

Art. 21. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela comissão organizadora do evento, cujas decisões serão soberanas.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **vinte e sete**dias do mês de**agosto**de**dois mil e vinte e seis.**

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0ABDC1CF

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026
PROCESSO: Nº 143/2026
LICITAÇÃO: Pregão (Eletrônico) nº 061/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ/PR - **CNPJ: 75.738.484/0001-70**
CONTRATADA: P. C. R. ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA- **CNPJ:** 07.598.969/0001-55
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE IPORÃ, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
VALOR: R$ 425.500,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5E624B1F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1359/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ALTERA A PORTARIA N°. 037/2025 de 07/01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

I – **ALTERAR,** a partir de 23 de fevereiro de 2026 a Portaria n°. 037/2025 de 07 de janeiro de 2025, que **DESIGNA A SERVIDORA SANDRA MARIA UDENAL ROCHINSKI, PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, ficando alterado para exercer a função de **SECRETÁRIA ESCOLAR**, nas seguintes Instituições de Ensino: Escola Municipal José Vicente da Silva - Ensino Fundamental, Escola Municipal Willy Barth – Ensino Fundamental, Centro Municipal de Educação Infantil Crescer e Aprender, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Lazara Fanti Marques, Centro Municipal de Educação Infantil Recanto dos Pequeninos, Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rita de Cassia e Centro Municipal de Educação Infantil Sonho Meu, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 23 de fevereiro de 2026.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:76F895E0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1360/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VALTERINA DA SILVA SANTOS CAMILO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 26 de agosto de 2026, 03 (três) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VALTERINA DA SILVA SANTOS CAMILO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 762.xxx.xxx-68, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR (02 PADRÕES)**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 26 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 27 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1572C273

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1361/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ELIANA GATTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 24 de agosto de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ELIANA GATTI,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 028.xxx.xxx-16, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNINA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 24 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 27 de agosto de 2026

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4270BBC7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1362/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 24 de agosto de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 105.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NOVA SANTA HELENA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 24 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 27 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DA81607B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1363/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SUMARA TUMELERO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 24 de agosto de 2026, ½ (meio) período de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora SUMARA TUMELERO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 013.xxx.xx-38, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 011/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 24 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 27 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D28A16F4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1364/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA THAYNA TOMASELI DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 26 de agosto de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **THAYNA TOMASELI DA SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 541.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 017/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, no cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 26 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 27 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D4C0C360

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
CANCELAMENTO DE SORTEIO PARA CONSTITUIÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA - AGÊNCIA PUBLICIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
OBJETO: SORTEIO PARA CONSTITUIÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA JULGAMENTO DE PROPOSTAS TÉCNICAS EM LICITAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.
1. RELATÓRIO
O procedimento fundamenta-se nas disposições da Lei Federal nº 12.232/2010, aplicando-se de maneira subsidiária a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Lei Federal nº 4.680/1965.
O edital de chamamento público fixou o prazo final para recebimento das inscrições até as 17h30 do dia 20 de agosto de 2026, estabelecendo como diretriz que a subcomissão técnica seria composta por, no mínimo, três membros, assegurada a proporção mínima legal de um terço de integrantes sem vínculo com o Poder Legislativo municipal.
O instrumento convocatório previu expressamente, em seu item 04.01, bem como no item 6 do Termo de Referência, que a escolha dos integrantes dar-se-ia por meio de sorteio em **sessão pública**, cuja data, horário e local deveriam ser oportunamente divulgados em jornal de circulação local e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Irati, em **prazo não inferior a 10 (dez) dias** da realização do ato.
Constatou-se, contudo, que a sessão pública destinada ao sorteio dos membros da subcomissão técnica foi agendada e realizada sem a observância do interstício legal e editalício mínimo de 10 (dez) dias de antecedência entre a publicação do aviso e a data da sessão.
Diante da inobservância do prazo estabelecido, submeteu-se o procedimento ao exame da Presidência e do Agente de Contratação

para adoção das providências cabíveis no âmbito do poder de autotutela.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. DA VIOLAÇÃO AO PRAZO MÍNIMO LEGAL E EDITALÍCIO

O artigo 10, § 4º, da Lei Federal nº 12.232/2010 estabelece comando cogente no sentido de que a relação dos profissionais inscritos para o sorteio da subcomissão técnica deve ser publicada com antecedência mínima de dez dias em relação à sessão pública:

Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.

§ 1º As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação.

§ 2º A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.

§ 3º Nas contratações de valor estimado em até 10 (dez) vezes o limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a relação prevista no § 2º deste artigo terá, no mínimo, o dobro do número de integrantes da subcomissão técnica e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.

§ 4º A relação dos nomes referidos nos §§ 2º e 3o deste artigo será publicada na imprensa oficial, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

§ 5º Para os fins do cumprimento do disposto nesta Lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2º, 3o e 4o deste artigo, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

§ 6º Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

§ 7º A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste artigo.

§ 8º A sessão pública será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no § 4º deste artigo e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

§ 9º O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o órgão ou entidade responsável pela licitação, nos termos dos §§ 1º, 2o e 3o deste artigo.

§ 10. Nas licitações previstas nesta Lei, quando processadas sob a modalidade de convite, a subcomissão técnica, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e sempre que for comprovadamente impossível o cumprimento do disposto neste artigo, será substituída pela comissão permanente de licitação ou, inexistindo esta, por servidor formalmente designado pela autoridade competente, que deverá possuir conhecimentos na área de comunicação, publicidade ou marketing.

Essa exigência foi expressamente incorporada ao item 04.01 do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 e ao item 6 do respectivo Termo de Referência. A inobservância desse interstício temporal configura infração direta à norma legal de regência e às cláusulas do próprio instrumento convocatório.

3. DECISÃO ADMINISTRATIVA

Ante o exposto, com fundamento no artigo 10, §§ 4º e 5º, da Lei Federal nº 12.232/2010, no artigo 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 53 da Lei Federal nº 9.784/1999, **DECIDO**:

a) **ANULAR**, de ofício, a **sessão pública de sorteio** dos membros da subcomissão técnica do Chamamento Público nº 001/2026 realizada no dia 26/08/2026, bem como todos os atos dela decorrentes, em razão da inobservância do prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência para a divulgação oficial da data do ato;

b) **DETERMINAR** a publicação integral da relação dos profissionais regularmente inscritos nos veículos oficiais de imprensa e no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Irati, designando nova data para a realização da sessão pública de sorteio, com estrita observância do interstício mínimo de 10 (dez) dias entre a publicação e o evento;

c) **REABRIR** o prazo para eventual impugnação aos profissionais inscritos, a ser protocolada até 48 (quarenta e oito) horas antes da nova data designada para o sorteio, nos moldes do edital;

d) **DETERMINAR** a publicação desta decisão nos meios oficiais de divulgação para ciência de todos os interessados e regular prosseguimento do certame.

Irati – PR, 27 de agosto de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Irati

GERSON VICENTE DOMINGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:23F291C9

PROCURADORIA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2026

O Prefeito de Irati, Estado do Paraná, Emiliano Augusto Rocha Gomes, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

I – A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovados em Concurso Público conforme edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022 e homologado pelo Edital de Concurso Público Nº 009/2023 publicado em 27 de janeiro de 2023, em Diário Oficial do Município de Irati.

II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Irati – PR, situada na Rua Coronel Emílio Gomes, nº 22, no Salão Nobre, no horário das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e livres de eventuais recessos Municipais, contados a partir da data de publicação, ou seja, de 28/08/2026 a 03/09/2026, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme descritos:

a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) 1 (uma) foto 3x4 recente;
n) Comprovante de endereço atual;

o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
r) Quanto aos exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função, esses serão agendados durante o procedimento de juntada dos documentos no prazo do item II, ficando assim a cargo da Prefeitura, todavia reafirmando que o candidato deverá constar como apto após o exame para fins de nomeação.
s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pela prefeitura municipal no ato da convocação, dos locais onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

OBSERVAÇÕES:
Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
Além dos documentos listados acima, a Prefeitura Municipal de Irati/PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

III – Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos pré-admissionais.

IV – O não comparecimento para atender o presente Edital na data estabelecida, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito a vaga do Concurso Público, conforme item 26 do Edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
57º VANDERSON LOHAN SETNARSKI
58º TANIA DE CASSIA FERRAZ
59º LUCAS BANDEIRA DE ARAUJO
60º ADENA SARAY TUMASZ
61º ELLEN CAROLINE BALESTRERI
62º DEBORA CRISTINA PEREIRA PRADO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (PCD)
10º INEIAS DE SIQUEIRA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM
46º DEBORA CRISLAINE DA ROCHA
47º VANESSA KROPINISKI DRUCZKOSKI
48º JUSSARA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS
49º ANGELICA REGINA DE DEUS
50º LICE REGINA JOHNSON FRANCA

AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOLOGICO
12º KAROLINA KRENISKI SOBCZAK
V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irati, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FC5316FD

PROCURADORIA
DECRETO Nº 626/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam designadas para fazerem parte do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, os membros Representantes do Poder Público, Representantes do Setor Produtivo, Ambientalista e ou/ Instituições de Ensino e Pesquisa, Representantes da Sociedade Civil Organizada, legalmente constituídos conforme segue: conforme o art. 5º da Lei nº 5.116/2024, os seguintes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a) Representantes da Secretaria Municipal de Ecologia e Meio Ambiente/Secretaria Municipal de Fazenda:
Titular: Alessandro Trybeck
Suplente: Leonardo Gavlak Neto

b) Representantes do Corpo de Bombeiros de Irati
Titular: Carla Adriana Prado Spak Sobol
Suplente: Jorge Augusto Ramos

c) Representantes da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Titular: Leandro Polak
Suplente: José Osvaldo Kozlinski

d) Representantes do Instituto Água e Terra - IAT
Titular: Jonas André Bankersen
Suplente: Marco Antonio Bento

e) Secretaria de Educação
Titular: Lisia Hubert Esmanhotto
Suplente: Isabel Ruva

II – REPRESENTANTES DOS SETORES PRODUTIVOS, AMBIENTALISTAS DA SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

a) Representantes da Universidade Estadual do Centro Oeste de Irati - UNICENTRO
Titular: Célia Santos de Souza Pereira
Suplente: Julio Manoel França da Silva

b) Representantes do Centro Universitário Campo Real - Câmpus Irati
Titular: Rafaela Franqueto
Suplente: Angelo Antonio Delponte

c) Representantes da Rádio Najuá
Titular: Jussara Harmuch
Suplente: Paulo Henrique Sava

d) Representantes da Faculdade São Vicente de Irati
Titular: Paulo Fernando Pinheiro
Suplente: Elisa Stroberg Schultz

e)Representantes do Instituto Federal do Paraná – IFPR/Campus Irati
Titular: Lilian Bastian
Suplente: Patricia Elisabel Bento Tiuman

III – Representantes da Sociedade Civil Organizada

a) Representantes da APMF do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA
Titular: Carla do Rocio Mosele Ragugneti
Suplente: Gilberto Ivan Dias Soares

b) Representantes do ARECI
Titular: Jean Rafael Barabacz
Suplente: Robson Cavassim Raffo

c) Representantes da Subseção da OAB/Irati
Titular: Antônio Cesar Havresko
Suplente: Tulio do Amaral Bittencourt

d) Representantes do Rotary Club de Irati
Titular: Wanderley Carlos Perdoncini
Suplente: Laercio Pereira de Oliveira

e) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irati
Titular: Acir Burak
Suplente: Lulian Cristina de Oliveira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 203/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 28 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FB2D4C06

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026 SELEÇÃO DE COMERCIANTES PARA COMERCIALIZAÇÃO DURANTE O DESFILE CÍVICO MUNICIPAL DE 07 DE SETEMBRO DE 2026.

Irati, 27 de agosto de 2026.

1.APRESENTAÇÃO

1.1 – A Prefeitura Municipal de Irati, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de comerciantes interessados em participar da comercialização durante o **Desfile Cívico Municipal de 07 de Setembro de 2026**, a ser realizado no Município de Irati – PR.

1.2 – O presente chamamento tem por finalidade organizar e disciplinar a participação de comerciantes que desejem realizar a comercialização de alimentos, bebidas e demais produtos durante o evento, garantindo organização, segurança, diversidade de segmentos, adequada ocupação do espaço público e melhor atendimento ao público participante.

1.3 – O Desfile Cívico Municipal constitui evento de interesse público, destinado à celebração da Independência do Brasil, à valorização dos símbolos nacionais e à integração da comunidade, reunindo estudantes, instituições, entidades, forças de segurança, órgãos públicos e população em geral.

2.OBJETIVOS

2.1 – São objetivos específicos deste chamamento:

I – Organizar a ocupação dos espaços públicos destinados à comercialização durante o Desfile Cívico Municipal;
II – Proporcionar aos participantes do evento opções diversificadas de alimentação e comercialização;
III – Fomentar a atividade econômica e oportunizar a participação de comerciantes e empreendedores;
IV – Garantir a adequada organização dos comerciantes, evitando a concentração de produtos ou segmentos semelhantes;
V – Assegurar o cumprimento das normas sanitárias, de segurança, limpeza e demais determinações estabelecidas pela organização do evento;
VI – Conciliar a atividade comercial com a realização do Desfile Cívico, garantindo a livre circulação do público e a segurança dos participantes.

3.DO LOCAL, DATA E PRAZOS

3.1 – O Desfile Cívico Municipal será realizado no dia 07 de setembro de 2026, na Rua Dr. Munhoz da Rocha, Irati – PR, a partir das 8h30.

3.2 – Os comerciantes selecionados poderão realizar a comercialização exclusivamente nos espaços previamente determinados pela Comissão Organizadora, respeitando as áreas, horários e orientações estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

3.3 – **As inscrições** serão recebidas no período das 08 horas do dia 31 de agosto de 2026 até às 17 horas do dia 03 de setembro de 2026, junto à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, situada na Rua XV de Novembro, nº 437, 2º andar, Centro de Atendimento ao Cidadão, Centro, Irati – PR.

3.4 – O comerciante selecionado somente estará apto a exercer a atividade após a apresentação da documentação exigida, comprovação de eventual pagamento da taxa correspondente e assinatura do respectivo Termo de Responsabilidade.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Chamamento Público comerciantes, empreendedores e empresas regularmente constituídas, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, que possuam atividade compatível com os produtos que pretendam comercializar.

4.2 – Para participação, deverão ser observadas as exigências legais, sanitárias e de segurança aplicáveis à atividade desenvolvida.

4.3 – É obrigatória a apresentação de Alvará Sanitário atualizado para as atividades que envolvam manipulação, preparo ou comercialização de alimentos e bebidas, quando exigido pela legislação aplicável.

4.4 – Não será permitida a comercialização de produtos diferentes daqueles informados no ato da inscrição sem autorização prévia da organização.

5. DAS VAGAS E DOS ESPAÇOS

5.1 – Para o Desfile Cívico Municipal de 07 de Setembro de 2026, serão disponibilizados espaços públicos destinados exclusivamente à exploração comercial durante o evento, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

5.2 – A utilização pelos interessados dos espaços públicos destinados às atividades econômicas durante o evento, com direito à exploração comercial, será viabilizada mediante o pagamento de taxa de uso e ocupação do solo, na forma do Código Tributário Municipal.

5.3 – A autorização para utilização do espaço público é temporária e específica para o período e finalidade estabelecidos neste Edital.

5.4 – Fica disponibilizado o total de 06 (seis) vagas destinadas à exploração comercial temporária, distribuídas nas seguintes modalidades:
I – Até 03 (três) vagas para equipamentos tipo *trailer* ou *food truck*, devendo obrigatoriamente contemplar segmentos comerciais distintos entre si;

II – Até 03 (três) vagas para carrinhos de pipoca e/ou equipamentos móveis manuais de pequeno porte, com dimensões máximas de até 2,00 m (dois metros) de largura por 1,00 m (um metro) de comprimento.

5.5 – Serão considerados segmentos comerciais distintos aqueles que apresentem produtos principais diferentes, cabendo à Comissão Organizadora avaliar a similaridade entre os produtos ofertados para fins de seleção.

5.6 – A título exemplificativo, poderão ser considerados segmentos distintos: hambúrgueres e lanches, pastelaria, churros e doces, crepes, cachorro-quente, produtos de milho, entre outros, desde que haja compatibilidade com o evento e com a estrutura disponível.

5.7 – A definição dos segmentos comerciais para as vagas destinadas a trailers e food trucks observará a **ordem cronológica de inscrição**, considerando-se a data e o horário de protocolo do pedido, desde que o interessado atenda integralmente às exigências deste Edital.

5.8 – Para fins de preenchimento das até 03 (três) vagas destinadas a trailers e food trucks, serão considerados os **03 (três) primeiros interessados regularmente inscritos que apresentarem segmentos comerciais distintos**, de modo a garantir a diversidade de produtos no evento.

5.9 – Caso o interessado que se inscreva primeiro ofereça produto ou segmento já contemplado por inscrição anterior, sua inscrição permanecerá válida, porém a vaga destinada a trailer ou food truck será destinada ao **próximo interessado que apresente segmento comercial distinto**, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

5.10 – Após o preenchimento das 03 (três) vagas destinadas a trailers e food trucks, os demais interessados que atendam aos requisitos deste Edital poderão compor **lista de suplentes**, observada a ordem cronológica de inscrição e a diversidade de segmentos.

5.11 – Para as vagas destinadas aos carrinhos de pipoca e/ou outros equipamentos móveis de pequeno porte, serão considerados os **03 (três) primeiros interessados regularmente inscritos e habilitados**, observada a ordem cronológica de inscrição e o atendimento às dimensões máximas estabelecidas neste Edital.

6.DA PROIBIÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

6.1 – Considerando o caráter cívico, familiar e comunitário do Desfile Cívico Municipal de 07 de Setembro, fica expressamente proibida a comercialização, distribuição ou fornecimento de bebidas alcoólicas nos espaços autorizados por este Edital.

6.2 – A proibição prevista no item anterior aplica-se a todos os participantes, independentemente da categoria ou modalidade de equipamento utilizado.

7. DAS TAXAS

7.1 – A utilização de espaços públicos no evento pelos interessados, com direito à exploração comercial, será viabilizada mediante o pagamento de taxa de uso e ocupação do solo, de 1 URM, conforme prevê a tabela IV, item 3.

7.2 O valor referente a taxa pela ocupação temporária do espaço público toma por base a Unidade de Referência Municipal (URM), fixada em R$ 108,37 (cento e oito reais e trinta e sete centavos)

7.3 – A taxa deverá ser recolhida mediante guia própria emitida pelo Departamento de Tributação do Município, devendo o comprovante de quitação ser apresentado até às 16h00min do dia 04 de setembro de 2026.

7.4 – A ausência de comprovação do recolhimento tempestivo importará renúncia tácita à vaga, convocando-se imediatamente o próximo suplente da lista de classificação.

8. DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 – No ato da inscrição, o interessado deverá apresentar:
I – Cópia do CPF e documento de identificação do responsável;
II – Cartão CNPJ;
III – Certidão Negativa Municipal;
IV – Ficha de inscrição e Termo de Responsabilidade devidamente preenchidos e assinados;
V – Alvará Sanitário atualizado, quando a atividade envolver manipulação, preparo ou comercialização de alimentos e bebidas;

8.2 – A ausência de documentação obrigatória poderá resultar na inabilitação do interessado.

9. DAS RESPONSABILIDADES DOS COMERCIANTES

O comerciante deverá:
I - Respeitar metragem autorizada
II - Realizar montagem e desmontagem do estande
III - Possuir extintor ABC 4kg
IV - Informar carga elétrica dos equipamentos
V - Manter limpeza e organização
VI - Cumprir normas sanitárias e de segurança
VII Responsabilizar-se pela segurança e guarda de seus bens e equipamentos, bem como pelo cumprimento das normas trabalhistas e demais obrigações legais aplicáveis aos seus empregados e colaboradores, quando houver.
VIII - O funcionamento dos comerciantes deverá ocorrer das **08h até 1h após a finalização do desfile.**

10. DAS RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO
I - Infraestrutura geral
II - Energia elétrica em pontos designados
III - Segurança do evento
IV - Limpeza das áreas comuns
V - Programação cultural

11. DAS PENALIDADES
A prestação de informação falsa ou omissão de dados relevantes no ato da inscrição, especialmente quanto às dimensões das estruturas, e o descumprimento das normas ensejará:
I – Cobrança da diferença de valores;
II – Cancelamento da autorização de funcionamento no evento;
III – Impedimento de participação em futuras edições.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – O comerciante autorizado responde de forma pessoal e exclusiva pela integridade de seus equipamentos, produtos, mercadorias, dinheiro e pertences, devendo adotar as cautelas necessárias à guarda e vigilância de seus bens.

12.2 – O Município de Irati não responde por prejuízos, furtos, roubos ou danos materiais decorrentes de condutas de terceiros ou de culpa exclusiva do comerciante.

12.3 – Os dados pessoais coletados no presente procedimento serão utilizados exclusivamente para fins de instrução e controle administrativo do chamamento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

12.4 – Os casos omissos ou situações não previstas serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

TIRCIANA STREGE BINI
Secretária Municipal de Indústria e Comércio

ANEXO I – TERMO DE RESPONSABILIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE I – DESFILE CÍVICO 2026
Eu, , portador(a) do CPF nº
, responsabilizo-me pelo cumprimento dos itens dispostos abaixo:

1.São deveres do credenciado ou autorizado nos espaços informados para comércio no Desfile Cívico 2026:
I – Respeitar e acatar as orientações e/ou determinações da comissão organizadora do evento;
II – Respeitar o local e a metragem disponibilizada para exercício de suas atividades;
III– Não desenvolver atividade divergente da solicitada em termo próprio;
IV– Agir com urbanidade e disciplina;
V– Estar ciente que a autorização é pessoal e intransferível;
VI– A segurança do estande é de responsabilidade exclusiva do comerciante;

VII– Montagem e desmontagem de carrinhos/trailer/food truck e equipamentos são de responsabilidade do comerciante;
VIII– Bem como pelo cumprimento das normas trabalhistas e demais obrigações legais aplicáveis aos seus empregados e colaboradores, quando houver.
IX- Não transitar ou estacionar veículo durante o evento, exceto em horários de reabastecimento;
X– A energia elétrica será disponibilizada em pontos localizados, sendo responsabilidade do expositor a ligação;
XI– Informar previamente as especificações técnicas de aparelhos elétricos;
XII– Manter no estande, no mínimo, 1 extintor tipo ABC 4kg dentro da validade;
XIII– Caso utilize GLP, manter o botijão fora da área do estande;
XIV– Apresentar ART de montagem da estrutura, quando necessário.

....., em ..... de de 2026.

(assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO II – FICHA CADASTRAL DO COMERCIANTE
FICHA DE INSCRIÇÃO e TERMO DE RESPONSABILIDADE

NOME:

CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

EMAIL:

A proponente acima qualificada declara como deveres para todos os fins de direito, na qualidade de participante deste regulamento, instaurado pela Prefeitura Municipal de Irati-PR para uso dos espaços no DESFILE CÍVICO 2026, que:
a) Estou ciente de que esta autorização é pessoal e intransferível e seu uso indevido poderá levar a empresa e seu titular à responsabilidade administrativa, civil e penal.
b) A área requerida a ser utilizada no evento do DESFILE CÍVICO 2026 é de m² contemplando engate de reboque, toldos e todos os demais acessórios necessários para a atividade de:

CATEGORIA PRETENDIDA:
( ) TRAILER / FOOD TRUCK
( ) CARRINHO DE PIPOCA
( ) OUTRO CARRINHO DE PEQUENO PORTE
PRODUTOS QUE PRETENDE COMERCIALIZAR:

Me comprometo a respeitar esta metragem e quaisquer dimensões adicionais constatadas pela equipe organizadora, poderão ser cobradas posteriormente.
c) A listagem completa dos equipamentos deverá conter as especificações técnicas dos mesmos e constar as especificidades de onde serão conectados. (Deve incluir, mas não se limitar a informações sobre tensão elétrica requerida, potência consumida e eventual necessidade de tomadas específicas para os equipamentos e materiais elétricos utilizados), sendo os equipamentos necessários, conforme relação abaixo:
.
.
.

d) O comerciante poderá fazer a montagem de seu espaço com antecedência, devendo estar concluída até às 08h do dia 07/09/2026. A montagem/desmontagem do estande, assim como, quaisquer equipamentos, objetos e funcionários serão custeados e de responsabilidade absoluta do comerciante;
e) Fica sob responsabilidade do comerciante o acondicionamento de todo o resíduo gerado em seu espaço, sendo ele orgânico ou reciclável, para posterior coleta pela equipe de limpeza, que estará fazendo a manutenção em tempo integral no evento;
f) A segurança do estande durante o período de sua ocupação é de responsabilidade exclusiva do comerciante. Esta responsabilidade se estende inclusive a períodos noturnos. No caso de eventualidades, como roubo ou qualquer outra ocorrência relacionada a segurança do estande, cabe ao requerente assumir todas as medidas necessárias para a sua proteção e ressarcimento de eventuais danos. Esta disposição visa assegurar a integridade dos bens expostos a tranquilidade dos participantes ao longo do evento
g) Cumprimento das normas trabalhistas e demais obrigações legais aplicáveis aos seus empregados e colaboradores, quando houver.
h) O comerciante não poderá transitar ou estacionar o veículo durante o evento em horário de reabastecimento, previamente estabelecido pela comissão.
i) A energia elétrica será exclusivamente disponibilizada por meios de pontos localizados em postes designados. A responsabilidade pela interligação desses pontos de energia até o estande é integralmente do comerciante;
j) O comerciante deverá ter em seu estande, no mínimo 1 (um) extintor do tipo ABC 4kg, com prazo de validade vigente, devidamente fixado conforme normas técnicas e com placa de sinalização de acordo com a legislação vigente;
k) O comerciante que fará utilização de (GLP) botijão de gás, deverá mantê-lo fora da área do estande, permanecendo este em área livre;
l) O comerciante deve solicitar para montagem da sua tenda, stand ou afins, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da montagem da estrutura, a qual serve para assegurar a responsabilidade técnica sobre o espaço.

Ainda, declara que:

m) Declaro, sob as penas da lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz e que nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, não possui condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
n) Declaro que recebi do órgão toda a documentação relativa a este procedimento, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto deste feito.
o) Declaro que não possuo impedimento legal para participar deste chamamento público ou para exercer a atividade comercial objeto da autorização, ciente da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.
p) Declaro que assumo inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos e informações apresentados, sujeitando-me a eventuais averiguações que se façam necessárias.

q) Declaro que me comprometo a manter, durante a execução do evento e deste termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de exigências deste regulamento e demais determinações repassadas pela comissão organizadora.
r) Declaro, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo de seleção, concordo que o mesma seja encaminhada para o seguinte endereço: E-mail:
……..…….., ou Telefone: ( )..... ;
caso venha a alterar o citado e-mail ou telefone comprometo-me em comunicar expressamente a Secretaria de Indústria e Comércio, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
r). Declaro que tenho ciência de que os dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- Lei de Acesso à Informação e demais legislações aplicáveis, inclusive a LGPD (Lei nº 13.709/2018) ".
s) Declaro estar ciente de que o Município de Irati não será responsável por quaisquer danos materiais, furtos, roubos, extravios, acidentes, incêndios ou prejuízos ocorridos com meus bens, mercadorias, equipamentos, funcionários ou prepostos, durante a

montagem, realização ou desmontagem do DESFILE CÍVICO 2026, assumindo integral responsabilidade civil, administrativa e eventualmente criminal pelos atos decorrentes da minha atividade.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

....., em ..... de de 2026.

(assinatura do representante legal da proponente)

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:47CD9747

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 015/2026-CMDCA

SÚMULA: Aprova a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para custeio de diárias destinadas à participação em evento.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2026, conforme Ata nº 550 do CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificação permanente dos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que a capacitação continuada constitui instrumento essencial para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para custeio de diárias destinadas à participação em evento, conforme apresentado pela APAE de Irati (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais).

Art. 2º O evento aprovado refere-se ao 48º Congresso Estadual das APAEs, que ocorrerá em Guarapuava/PR nos dias 05 e 06 de outubro de 2026.

Art. 3º O custeio das diárias observará a legislação municipal vigente, bem como as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis ao FMDCA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, Paraná, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:100D9355

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 072/2026 – 1° RETIFICADOR. Processo Administrativo n° 106/2026.
Objeto: Credenciamento de Pessoa jurídica para prestação de serviços especializados na realização de procedimentos clínicos, cirúrgicos, exames, internação, vacinação e assistência médica veterinária para animais de pequeno porte.
Tipo: Credenciamento
Recebimento das propostas: A partir de 15 de setembro de 2026 até 15 de setembro de 2027, em horário de expediente, no Departamento de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Cel. Emilio Gomes, nº 022, Centro, Irati-PR, CEP 84.500-054 ou https://irati.oxy.elotech.com.br/governo-digital/servicos/protocolo--geral com o assunto Documentação para Credenciamento - Edital nº 072/2026.
Fundamento Legal: Lei Federal n° 14.133/2021.

Editais disponíveis em: https://irati.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes.

Irati, 27 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:3E0EC5A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 339/2026

Súmula: Dispõe sobre a convocação em Regime Suplementar de trabalho.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e Inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1036/2026 do Ofício nº 152/2026 da Secretaria da Educação e Cultura – SEMED que solicita a revogação de Regime Suplementar de Trabalho da Professora da Rede Municipal.

R E S O L V E :

Art. 1º. Convocar em Regime Suplementar de Trabalho, conforme previsão dos Arts. 60 a 63 e Art. 86 da Lei Municipal n.1778/2020 de 03 de fevereiro de 2020 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Itambaracá) a professora abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDORA	MAT.	CARGA HORÁRIA	INÍCIO
KARINE SOARES DA SILVA	400841	20 HORAS	03/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:54E709E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 340/2026

Súmula: Dispõe sobre revogação de Regime Suplementar de Trabalho das Professoras da Rede Municipal e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e Inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1036/2026 do Ofício nº 152/2026 da Secretaria da Educação e Cultura – SEMED que solicita a revogação de Regime Suplementar de Trabalho da Professora da Rede Municipal.

R E S O L V E :

Art. 1º. Revogar o Turno Suplementar de Trabalho das Professoras **ANA HELENA DE FREITAS** mat. **PEREIRA** - 400767 **e REGINA FERRO** – 400813 da Rede Municipal de Educação a partir de 03 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:E9946F33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 341/2026

SÚMULA: Revoga na Portaria nº 061/2025 e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1021/2026 do Ofício nº 248/2026 da Secretaria Municipal de Saúde que solicita alteração da lotação da referida servidora.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar na Portaria nº 061/2025 a Função de Secretário Escolar a Senhora Silvana de Lima referente, sem que isto resulte na anulação da Portaria referida, vez que outros servidores foram beneficiados pelo ato.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:F0E03A00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 342/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1036/2026 do Ofício nº 156/2026 da Secretaria da Educação e Cultura - SEMED; que solicita o Enquadramento dos Profissionais do Magistério integrante do Quadro Próprio do Magistério, conforme prevê os Arts. 94 e 97 da Lei nº 1.778/2020 de 03 de fevereiro de 2020, que dispõe do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Itambaracá – PR.

R ES O L V E:

Art. 1º. Deferir o Enquadramento dos Professores com carga horaria de 20 horas no mês de agosto de 2026, na forma a seguir relacionada:

NOME	MATRÍCULA	NÍVEL	CLASSE
ELAINE APARECIDA DOS SANTOS	400834	C	2
FÁTIMA APARECIDA SAÚGO	400740	C	8

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:82F1A826

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 343/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 1036/2026 do Ofício nº 152/2026 - SEMED referentes aos Art. 72 e 73 a Lei nº 1.778/2020 da Tabela de Gratificações do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder **FUNÇÃO GRATIFICADA de COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA** a Professora concursada relacionada abaixo, conforme Lei nº 1.7780/2020 constante na Tabela de Gratificações do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério, a partir de agosto de 2026.

MAT. NOME	HORA	INSTITUIÇÃO
400594 - Jacira Silva do Vale	40 h	Cemei Maria Guedes Maluta

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:BA8272CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO0 136/26 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 149.000,00 (cento equarenta e nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.002.00.000.0000.0.000. JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
02.002.05.153.0009.2.003. MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
CONTRIBUIÇÕES 13 - 3.1.90.13.00.00 01000 PATRONAIS 5.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
157 - 3.1.90.94.00.00 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 6.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.018. MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DOMINGOS
LAUDENIR VITORINO - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO
197 - 3.3.90.14.00.00 01104 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00

07.001.12.361.0004.2.021. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
222 - 3.3.90.14.00.00 01104 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00
07.001.12.361.0004.2.025. MANUTENÇÃO DO PROJETO PIÁ 25%
233 - 3.1.90.11.00.00 01104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 20.000,00
235 - 3.1.90.13.00.00 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 3.000,00

07.001.12.365.0004.2.023. MANUTENÇÃO DO CMEI SILVIA MARIA BRAGA ALVES
261 - 3.1.90.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 30.000,00

07.001.12.365.0004.2.024. MANUTENÇÃO DO CENTRO MUN. EDUC. INFANTIL BRANCA DE NEVE
279 - 3.1.90.13.00.00 01101 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.301.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PIONEIRA ESTER M. P. DE MELO
312 - 3.1.90.13.00.00 01303 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 20.000,00

08.001.10.302.0003.2.040. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PACS
368 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 30.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
10.002.08.243.0014.2.033. MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
517 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 5.000,00
Total Suplementação: 149.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.018. MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DOMINGOSLAUDENIR VITORINO - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO
188 - 3.1.90.11.00.00 01104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 33.000,00

07.001.12.367.0004.2.052. MANUTENÇAO DO FUNDEB EDUCAÇAO ESPECIAL 70%
298 - 3.1.90.11.00.00 01101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.304.0003.2.037. MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
427 - 3.1.90.11.00.00 01303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 50.000,00

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.003.08.244.0014.2.034. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
547 - 3.3.90.48.00.00 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS
FÍSICAS 16.000,00
Total Redução: 149.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,em 27 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:A6EC69A8

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 135/26 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE PESSOAL
04.001.11.124.0010.2.005. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PESSOAL
771 - 3.3.90.40.00.00 03000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 15.000,00

04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
754 - 3.3.90.40.00.00 03000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
05.001.04.124.0010.2.007. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
772 - 3.3.90.30.00.00 03000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

05.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TESOURARIA
05.003.04.123.0010.2.009. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
773 - 3.3.90.40.00.00 03000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.15.452.0012.2.012. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E ATI`S
716 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 15.000,00

06.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
06.003.15.452.0012.2.013. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RUAS E AVENIDAS
769 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 40.000,00
652 - 3.3.90.39.00.00 31507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 100.000,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.080. MANUTENÇÃO DA PISTA DE CAMINHADA
770 - 3.3.90.39.00.00 03000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, TRABALHO E EMPREGO
13.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO, TRABALHO E EMPREGO
13.001.23.661.0016.2.071. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE INDUSTRIA E COMERCIO
774 - 3.3.90.14.00.00 03000 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00
Total Suplementação: 230.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:3CD3503D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 198/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 198/2026
DATA: 26/08/2026

SÚMULA: Nomeia os membros do CAE – Conselho de Alimentação Escolar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 82 da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeados os membros do CAE - Conselho de Alimentação Escolar de Itapejara D'Oeste, estado do Paraná, a saber:
a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Titular: Josy Onning Cisseski
Suplente: Kelly de Paris Ramão
b) REPRESENTANTES DE PROFESSORES, ALUNOS E TRABALHADORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:
Titular: Ivaldecir Gnoatto
Suplente: Jackson Everton Scatolin
Titular: Gissela Gnoatto Calderoli
Suplente: Suzana Hreneczen
c) REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO:
Titular: Eliane Telehen
Suplente: Cristina Raquel Ribeiro
Titular: Caroline Vieira Elautério
Suplente: Gisele Regiane Battistus
d) REPRESENTANTES DO GRUPO ORGANIZADO DA SOCIEDADE CIVIL:
Titular: Naiara de Moura
Suplente: Claudio Marques Berlanda
Titular: Eliane Bortoluzzi Antoniolli
Suplente: Jane Kelly Semler Szpak
Art.2º Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
Art.3º O mandato dos conselheiros será exercido gratuitamente e seus serviços serão considerados relevantes ao Município.
Art. 4º O CAE - Conselho de Alimentação Escolar é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, tendo como atribuições:
I – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
II – Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
III – Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2F73A99C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90005/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Dispensa Eletrônica Nº 90005/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final, homologação de Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de vagas em cargos públicos destinados a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90005/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Instituto Omni, com o valor total de R$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.
Itapejara D'Oeste – PR, 27 (vinte e sete) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:DE7A4B35

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 015/2026
Processo nº 015/2026, RATIFICO, nos termos do Artigo 31 da Lei Nº 13.019/2014, contendo parecer da Assessoria Jurídica deste Município, que declarou inexigível a licitação em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPEJARA D'OESTE - APAE, inscrita no CNPJ 80.872.856/0001 - 96, no valor total de R$ 100.000,00 (Cem mil reais). Registre-se e Publique-se.
Itapejara D'Oeste – PR, 27 (vinte e sete) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:E5D0AFC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2026 - REEQUILIBRIO

CONTRATO Nº 141/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: ARC DISTRIBUIDORA EIRELI
CNPJ: 24.972.018/0001-13.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM ENTREGUES CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIA MUNICIPAIS.
DO VALOR: R$ 71.208,75 (SETENTA E UM MIL, DUZENTOS E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BCD3EBEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2025 – RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATO Nº 207/2025
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO Nº 085/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: PARANA PERFURAÇÕES LTDA
CNPJ: 41.434.367/0001-09
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
DO VALOR: R$ 108.000,00 (CENTO E OITO MIL REAIS).
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 09 DE AGOSTO DE 2026 E 08 DE AGOSTO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5A3D28B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 246/2025
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO Nº 110/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: FARMÁCIA MÃE RAINHA LTDA
CNPJ: 13.602.344/0001-12
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO A FARMÁCIA MUNICIPAL E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, COMPREENDIDO ENTRE 30 DE SETEMBRO DE 2026 E 29 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:09D55AA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2026 – ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 20/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: SARMENTO CONCURSOS LTDA - EPP.
CNPJ: 08.377.069/0001-40.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM PROCESSO DE SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CARGOS DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROVA, ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, IMPRESSÃO LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZAÇÃO DO CERTAME, LEITURA/DIGITALIZAÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS, RECURSOS, HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU - PR
DO VALOR: R$ 18.388,70 (DEZOITO MIL, TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 25 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:CF844E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 226/2023 – ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 226/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 104/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: DR-COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITARIOS.
CNPJ: 41.013.834/0001-19.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE FRALDAS INFANTIS E ADULTAS PARA ATENDIMENTO DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".
DO VALOR: R$ 68.500,00 (SESSENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F620A27B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 198/2026

Município de Itaperuçu, Estado do Paraná, com sede à Rua Av Crispim Furquim de Siqueira, n°1800, Butieirinho, inscrito no CGC/MF nº 95.422.846/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Edilson Ruiz de Freitas, portador da Cédula de Identidade RG nº 00043295799 e do CPF/MF nº 723.663.709-20, e

CONTRATADA: T PARANA SOLUÇOES LTDA. CNPJ 44.595.522/0001-59

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, com comprovada especialização na execução de obras de pavimentação, para realização completa dos serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ nas Ruas: Cezário Temczuk, Gregório Temczuk, Vitória Temczuk, Júlio Temczuk E Ana Pucka Temczuk – ***VILA ISAAK*** - lote 1.

VALOR: R$ 2.850.100,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil e cem reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (sento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Itaperuçu-PR, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:CC9E4409

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2023 – RENOVAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº 155/2023
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADA: PEGASO CONSULTORIA EDUCACIONAL S.S. LTDA.
CNPJ nº 10.476.540/0001-08
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EDUCACIONAL".
DO REAJUSTE: R$ 2.559,60 (DOIS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DA RENOVAÇÃO: R$ 60.123,60 (SESSENTA MIL, CENTO E VINTE E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, DE 26 DE SETEMBRO DE 2026 e 25 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 25 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:3BC500DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 75/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias a servidora **Débora da Neves,** portadora do RG: 794***87, Matrícula: 57371, ocupante do cargo de Professor com Pós Graduação, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 21 de setembro de 2026 à de 30 setembro de 2026.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:A64C000F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 76/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias a servidora **Nilza da Guia Tavares,** portadora do RG:110***940**,** Matrículas: 38911 e 65501**,** ocupante do cargo de Professor Efetivo com Pós Graduação, referente ao período aquisitivo de 2025 á 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 14 de setembro de 2026 à 28 de setembro de 2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:B3CFDEFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 77/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder período de gozo de férias de 30 (trinta) dias ao servidor **Amilton Joel Vaz dos Santos** RG**:** 482***61, Matrícula:3601 ocupante do cargo de guardião, referente ao período aquisitivo de 2023 à 2024 a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2026 à 07 de outubro de 2026.

Parágrafo Único - Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias, referente ao servidor citado no caput deste artigo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:D40E7310

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 78/2026, 07 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder período de gozo de férias de 30 (trinta) dias a servidora **Sônia Maria de Christo,** portador do RG**:** 572***73,Matrícula:4571 ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 2023 à 2024 a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2026 à 07 de outubro de 2026.

Parágrafo Único - Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias, referente ao servidor citado no caput deste artigo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:9797A258

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 79/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias ao servidor **Ariel Christo Paulo,** portador do RG: 859***42, Matrícula: 39211 , ocupante do cargo de Professor com Pós Graduação, referente ao período aquisitivo de 2023 á 2024, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2026 à 07 de outubro de 2026.

Parágrafo Único - Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias, referente a servidora citada no caput deste artigo.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:379884C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 80/2026, 07 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder período de gozo de férias de 30 (trinta) dias ao servidor **João Brandt Neto,** portador do RG**:** 437***46, Matrícula: 67681 ocupante do cargo de Coordenador de Transporte Escolar, referente ao período aquisitivo de 2025 à 2026 a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2026 à 27 de setembro de 2026.

Parágrafo Único Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias, referente ao servidor citato acima.

Art. 2º - Conceder ao servidor supra citado a conversão de 1/3 (um terço constitucional de férias em abono pecuniário.

Art.3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:39F3D8D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 81/2026, 01 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a Gratificação de Educação Especial 50% (cinquenta por cento) para servidora **Aline Rodrigues Bittencourt**, portadora do RG: 127***718, Matrícula: 63451, ocupante do cargo efetivo de Professor.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:4565DC6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 82/2026, 01 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a Gratificação de Educação Especial 50% (cinquenta por cento, para a servidora **Sauandra Caroline da Silva de Souza**, portadora do RG: 946***60, Matrícula: 67961, ocupante do cargo efetivo de Professor.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:70A9A569

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 83/2026, 01 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a Gratificação de Educação Especial 50% (cinquenta por cento, para a servidora **Bruna Camille Fukuda Teixeira Cavali,** portadora do RG: 128***130, Matrícula: 62251, ocupante do cargo de Professor Educador Infantil.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:58983885

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 84/2026, 01 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu,Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
Art.1º- Conceder a Jornada Suplementar pelo período de três meses, para a servidora **Géssica Cristiny da Silva Braga Lima,** portadora do RG**:** 158***587, Matricula**:** 59441, ocupante do cargo de Professor.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:50162BDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 85/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder período de gozo de férias de 30 (trinta) dias ao servidor servidor **João Carlos Manfrin,** portador do RG: 57124989, Matrícula: 5541 ocupante do cargo de guardião, referente ao período aquisitivo de 2024 à 2025 a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2026 à 07 de outubro de 2026.

Parágrafo Único - Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias, referente ao servidor citado no caput deste artigo.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:639D01F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 86/2026, 01 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder o pagamento proporcional retroativo referente a Jornada Suplementar realizada no mês de junho,14 dias de atividades desenvolvidas, conforme ofício de nº 21/2026, para a servidora **Suellen Caroline Santos Pedroso,** portadora do RG**:** 101****262, Matricula**:** 59341, ocupante do cargo de Professor.
Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:98A8A284

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 88/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias a servidora **Lucineia Pinheiro,** portadora do RG: 859***61,Matrícula:8881 ocupante do cargo de Assistente Administrativo,referente ao período aquisitivo de 2025 á 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 14 de setembro de 2026 à 28 de setembro de 2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:69DF5AA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 89/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,CULTURA E TURISMO, de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o período de gozo de férias a servidora **Jane Maria Vidal Santana da Silva,** portadora do RG: 339***47,Matrícula: 38731 ocupante do cargo de Professor com Pós Graduação, referente ao período aquisitivo de 2024 á 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 14 de setembro de 2026 à 28 de setembro de 2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:CEDCA15C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 91/2026, 14 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Revogar a Jornada Suplementar para a servidora **Aline Coutinho,** portadora do RG**:** 137***028, Matricula**: 67051** , ocupante do cargo de Professor.
Art.2°- Realizar o pagamento proporcional referente á Jornada Suplementar, exercida entre os dias 01 de agosto de 2026 á 12 de agosto de 2026.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data, revogadas suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:1D90CB11

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 92/2026, 17 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a Jornada Suplementar para a servidora **Loriane Oliveira de Souza Rodrigues,** portadora do RG**:** 127***745, Matricula**:** 59101 , ocupante do cargo de Professor.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:BF8B90A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 95/2026,21 DE AGOSTO DE DE 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º- Prorrogar a Jornada Suplementar por tempo determinado conforme portaria 38/2026,para as servidoras ocupantes do cargo de professor citados abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo
39621	ANGELA APARECIDA CORDEIRO	PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO
60091	JACIRA PASK	PROFESSOR
58351	JOCIMARA SANTOS DE DEUS	PROFESSOR
59421	MIRIAN RODRIGUES COSTA	PROFESSOR
58211	VALDIR CASTRO MIRANDA	PROFESSOR COM CURSO SUPERIOR
54471	EDICLEIA VITORIA BERNARDO	PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se suas disposições em contrário.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria: 045/2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:0988E651

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº10, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, do Regimento Interno e do Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no Município de Ivaí/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IVAÍ/PR – CMDCA, no uso de suas atribuições

legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Municipal nº 1.116/2015,
CONSIDERANDO a necessidade de organização, qualificação e fortalecimento do atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Ivaí/PR;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada em 27 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Ivaí/PR, instrumento de planejamento e organização das ações, serviços, programas e políticas públicas destinadas ao atendimento dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas.
Art. 2º Aprovar o Regimento Interno do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que estabelece as normas de organização, funcionamento, atribuições e procedimentos relacionados à execução do serviço no Município de Ivaí/PR.
Art. 3º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), como instrumento orientador das ações socioeducativas desenvolvidas com os adolescentes atendidos pelo serviço.
Art. 4º Os documentos aprovados por esta Resolução deverão orientar a execução e o aprimoramento das ações do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Município de Ivaí/PR, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
Art. 5º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, o Regimento Interno e o Projeto Político-Pedagógico, aprovados por esta Resolução, passam a integrar os instrumentos oficiais de organização e planejamento do atendimento socioeducativo no Município de Ivaí/PR.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí/PR, 27 de agosto de 2026.

ADRIANE RAIFUR DE CASTRO FIDÊNCIO
Presidente DoCMDCA – IVAÍ/PR

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:08B175D7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 249/2026

PORTARIA Nº 249/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra **LORISLEI APARECIDA MANOSSO DE CASTRO**, PROFESSORA, **LICENÇA ESPECIAL**, no período de 31 de agosto de 2026 a 29 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 24 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:DD719251

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, dispõe sobre o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovará e Eu Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte

LEI:-

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, dispõe sobre o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC, estabelecendo normas para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres no âmbito do Município de Ivatuba.

Art. 2º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil observará os princípios, diretrizes e normas previstos:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
III – a Lei Estadual nº 21.720, de 14 de novembro de 2023;
IV – as normas expedidas pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC;
V – as diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná.

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I – proteção da vida;
II – redução dos riscos de desastres;
III – prevenção como prioridade da ação governamental;
IV – atuação integrada entre os órgãos públicos e a sociedade;
V – planejamento permanente;
VI – transparência na gestão dos recursos públicos;
VII – cooperação entre os entes federativos;
VIII – proteção do patrimônio público, privado e ambiental.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 4º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil tem por finalidade promover ações permanentes destinadas à redução dos riscos de desastres e à proteção da população, do patrimônio público e privado e do meio ambiente.

Art. 5º Constituem objetivos da Política Municipal:
I – reduzir os riscos de desastres;
II – proteger a população em situações de emergência e estado de calamidade pública;
III – fortalecer a capacidade de resposta do Município;
IV – integrar as ações dos órgãos municipais com os sistemas estadual e nacional de proteção e defesa civil;

V – incentivar a participação comunitária;
VI – promover ações educativas de prevenção;
VII – estimular a cultura de proteção e defesa civil;
VIII – promover a recuperação das áreas atingidas por desastres.

Art. 6º São diretrizes da Política Municipal:
I – atuação preventiva e permanente;
II – integração entre planejamento urbano, meio ambiente, saúde, assistência social, agricultura, educação, infraestrutura e demais políticas públicas;
III – utilização de informações técnicas para identificação de áreas de risco;
IV – fortalecimento da capacidade institucional do Município;
V – incentivo à participação da sociedade civil;
VI – utilização racional dos recursos públicos destinados às ações de proteção e defesa civil.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SIMPDEC

Art. 7º Fica criado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, destinado à articulação, coordenação e integração das ações de proteção e defesa civil no Município de Ivatuba.

Art. 8º Integram o SIMPDEC:
I – a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
II – o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC;
III – o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;
IV – os órgãos da Administração Municipal que possuam atribuições relacionadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres;
V – os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC;
VI – os órgãos estaduais e federais que atuem no Município;
VII – entidades privadas, organizações da sociedade civil e voluntários que atuem em cooperação com o Município.

Art. 9º O SIMPDEC será coordenado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, observadas as competências previstas nesta Lei.

CAPÍTULO IV
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC
Seção I
Da Criação

Art. 10. Fica criada, como órgão permanente da Administração Pública Municipal, integrante da estrutura administrativa do Poder Executivo, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito, responsável pelo planejamento, coordenação, articulação, execução e monitoramento das ações de proteção e defesa civil no Município.

§1º A COMPDEC será vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, sem prejuízo da atuação integrada com as demais Secretarias Municipais.

§2º O Prefeito Municipal designará, por decreto, o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 11. A COMPDEC será composta por:
I – Coordenador Municipal;
II – 02 (dois) membros designados pelo Chefe do Poder Executivo para prestar apoio técnico e administrativo.

§1º O Coordenador e os demais membros da COMPDEC serão designados por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§2º O exercício das funções na COMPDEC não será remunerado.

§3º A COMPDEC poderá contar com o apoio de voluntários regularmente cadastrados, integrantes dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC e de servidores de outros órgãos e entidades públicas.

Seção II
Das Competências

Art. 12. Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I – coordenar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II – elaborar, implementar e atualizar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III – identificar, mapear e monitorar áreas sujeitas a riscos de desastres;
IV – promover ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
V – coordenar as ações de atendimento à população atingida por desastres;
VI – elaborar estudos, levantamentos e relatórios técnicos relativos à gestão de riscos;
VII – promover campanhas educativas e ações de conscientização da população;
VIII – promover treinamentos, simulados e capacitação de agentes públicos, voluntários e comunidade;
IX – manter articulação permanente com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, com os órgãos federais e demais instituições relacionadas ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
X – manter atualizados os registros, cadastros e informações exigidos pelos sistemas oficiais de proteção e defesa civil;
XI – coordenar os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC;
XII – administrar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, na forma desta Lei;
XIII – exercer outras atribuições correlatas necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CMPDEC
Seção I
Da Instituição

Art. 13. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC.

Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II – propor diretrizes para o aperfeiçoamento das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres;
III – acompanhar a execução do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
IV – acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;
V – emitir recomendações sobre programas, projetos e ações relacionados à proteção e defesa civil;
VI – incentivar a participação da comunidade nas ações de proteção e defesa civil;
VII – colaborar na integração entre o Poder Público, entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil;
VIII – exercer outras atribuições correlatas previstas em regulamento.

Seção II
Da Composição

Art. 15. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, designados por ato do Prefeito Municipal, observada a seguinte composição:
I – o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, que o presidirá;
II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura;
IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
VII – 01 (um) representante da sociedade civil organizada;
VIII – 01 (um) representante das forças de segurança (Policia Militar, Policia Civil ou Guarda Municipal);
VII – 01 (um) representante das organizações religiosas.

§1º Os membros titulares e suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades e designados por decreto do Poder Executivo.

§2º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§3º O exercício da função de Conselheiro será considerado serviço público relevante, não remunerado.

Seção III
Do Funcionamento

Art. 16. O Conselho reunir-se-á:
I – ordinariamente, uma vez por semestre;
II – extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.
§2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§3º O funcionamento do Conselho poderá ser disciplinado por Regimento Interno aprovado por seus membros e homologado por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 17. O Município elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil, instrumento de planejamento destinado à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de desastres.

Art. 18. O Plano Municipal deverá conter, no mínimo:
I – diagnóstico das áreas de risco;
II – identificação das vulnerabilidades do Município;
III – protocolos de monitoramento e alerta;
IV – definição das responsabilidades dos órgãos integrantes do SIMPDEC;
V – procedimentos para atendimento à população atingida;
VI – plano de comunicação em situações de emergência;
VII – levantamento dos recursos humanos, materiais e logísticos disponíveis;
VIII – estratégias para recuperação das áreas atingidas;
IX – outras informações exigidas pela legislação e pelos órgãos estaduais e federais de proteção e defesa civil.

Art. 19. O Plano Municipal será revisado sempre que necessário e, obrigatoriamente, a cada quatro anos ou sempre que ocorrer alteração significativa das áreas de risco ou da estrutura administrativa do Município.

CAPÍTULO VII
DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – NUPDEC

Art. 20. Os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC poderão ser instituídos pelo Poder Executivo, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, para atuação em bairros, comunidades, distritos ou áreas rurais do Município.

Art. 21. Os NUPDEC serão constituídos por cidadãos voluntários, representantes da comunidade e outros colaboradores interessados em participar das ações de proteção e defesa civil, observada a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Parágrafo único. A constituição dos NUPDEC será precedida de cadastramento e orientação promovidos pela COMPDEC, podendo seus integrantes participar de cursos, treinamentos, simulados e demais atividades de capacitação.

Art. 22. Compete aos NUPDEC:
I – colaborar na identificação de áreas de risco;
II – apoiar ações preventivas e educativas;
III – auxiliar na divulgação de alertas e orientações à população;
IV – colaborar com a COMPDEC em situações de emergência;
V – incentivar o voluntariado e a cultura de prevenção.

Art. 23. A organização, funcionamento e coordenação dos NUPDEC serão regulamentados por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO VIII
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC
Seção I
Da Instituição

Art. 24. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, destinado a captar, controlar e aplicar recursos voltados ao desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil no Município de Ivatuba.

Parágrafo único. O FUMPDEC constitui instrumento de apoio financeiro à implementação da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e ao fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC.

Seção II
Dos Objetivos

Art. 25. O FUMPDEC tem por finalidade assegurar recursos destinados ao planejamento, prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reconstrução em áreas atingidas por desastres, bem como ao fortalecimento da estrutura municipal de proteção e defesa civil.

Art. 26. Constituem objetivos específicos do Fundo:
I – financiar programas, projetos e ações de proteção e defesa civil;
II – fortalecer a capacidade operacional da COMPDEC;
III – viabilizar a aquisição de equipamentos, veículos, materiais permanentes e de consumo;
IV – apoiar ações de assistência humanitária;
V – custear obras e serviços destinados à redução dos riscos de desastres;
VI – fomentar programas de educação, treinamento e capacitação;
VII – apoiar a elaboração e atualização do Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VIII – atender outras despesas compatíveis com as finalidades desta Lei.

Seção III
Das Receitas

Art. 27. Constituem receitas do FUMPDEC:
I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais;
II – transferências voluntárias da União, do Estado, de outros Municípios e de organismos nacionais ou internacionais;
III – recursos provenientes do Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP;
IV – recursos provenientes do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil ou de outros programas federais;

V – recursos decorrentes de convênios, contratos, acordos, ajustes e instrumentos congêneres;
VI – auxílios, contribuições, subvenções e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
VII – emendas parlamentares;
VIII – rendimentos provenientes de aplicações financeiras de seus recursos;
IX – valores provenientes de indenizações destinadas às ações de proteção e defesa civil;
X – restituições de recursos repassados;
XI – outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

Parágrafo único. Os saldos financeiros apurados ao final de cada exercício permanecerão vinculados ao Fundo, sendo automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

Seção IV
Da Aplicação dos Recursos

Art. 28. Os recursos do FUMPDEC poderão ser aplicados em:
I – elaboração de estudos, projetos e diagnósticos técnicos;
II – mapeamento e monitoramento de áreas de risco;
III – obras preventivas e de mitigação;
IV – recuperação de áreas atingidas por desastres;
V – reconstrução de infraestrutura pública danificada;
VI – aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas;
VII – aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs;
VIII – aquisição de materiais permanentes e de consumo;
IX – aquisição de alimentos, água potável, medicamentos, materiais de higiene, colchões, cobertores, lonas, kits emergenciais, custeio de abrigo provisório e demais bens e serviços destinados à assistência humanitária da população afetada;
X - apoio à recuperação de moradias danificadas ou destruídas por desastre, mediante aquisição de materiais de construção, execução de serviços, fornecimento de auxílio material ou celebração de convênios e parcerias, observada a legislação vigente;
XI – contratação de serviços técnicos especializados;
XII – capacitação de servidores, agentes públicos e voluntários;
XIII – campanhas educativas e ações de conscientização;
XIV – desenvolvimento de sistemas de monitoramento, comunicação e alerta;
XV – despesas operacionais necessárias às ações de proteção e defesa civil;
XVI - aquisição de softwares, sistemas de monitoramento, drones e equipamentos tecnológicos;
XVII – outras despesas compatíveis com os objetivos do Fundo.

Seção V
Da Gestão Financeira

Art. 29. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil será administrado por Gestor designado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 30. Compete ao gestor do Fundo:
I – administrar os recursos financeiros;
II – acompanhar a execução orçamentária;
III – promover a execução das despesas do Fundo, observada a legislação vigente;
IV – elaborar relatórios financeiros;
V – prestar contas aos órgãos competentes;
VI – acompanhar a execução dos programas financiados pelo Fundo;
VII – manter atualizados os registros financeiros e contábeis;
VIII – exercer outras atribuições correlatas.

Seção VI
Da Movimentação Financeira

Art. 31. Os recursos do FUMPDEC serão depositados e movimentados exclusivamente em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial.

§1º A movimentação financeira da conta será realizada pelo Gestor do Fundo em conjunto com o Secretário Municipal de Fazenda do Município, observadas as normas do sistema financeiro utilizado pelo Poder Executivo.

§2º Os recursos do Fundo serão aplicados exclusivamente nas finalidades previstas nesta Lei.

§3º Os rendimentos provenientes das aplicações financeiras constituirão receita do próprio Fundo.

Seção VII
Da Prestação de Contas

Art. 32. A execução orçamentária, financeira e patrimonial do FUMPDEC observará as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando aplicável, e das demais normas pertinentes.

Art. 33. A prestação de contas dos recursos administrados pelo FUMPDEC será realizada na forma da legislação vigente, sujeitando-se ao controle interno do Município, ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aos demais órgãos competentes.

Art. 34. As informações relativas à arrecadação e aplicação dos recursos do Fundo deverão ser disponibilizadas no Portal da Transparência do Município, observado o disposto na legislação sobre transparência pública e acesso à informação.

CAPÍTULO IX
DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 35. Compete à COMPDEC coordenar, no âmbito municipal, as ações de proteção e defesa civil nas situações de emergência e de estado de calamidade pública, observadas as competências dos demais órgãos da Administração Pública.

Art. 36. Reconhecida situação de emergência ou estado de calamidade pública, a COMPDEC adotará as medidas necessárias ao atendimento da população afetada, podendo solicitar apoio aos órgãos estaduais e federais competentes, na forma da legislação vigente.

Art. 37. O Município poderá adotar medidas administrativas excepcionais previstas na legislação federal e estadual para enfrentamento da situação de emergência ou estado de calamidade pública, observados os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade e interesse público.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. O Poder Executivo adotará as medidas administrativas necessárias à implementação desta Lei, podendo regulamentá-la por decreto, no que couber.

Art. 39. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 40. O Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de parceria e outros instrumentos congêneres com órgãos públicos e entidades públicas ou privadas para execução das ações de proteção e defesa civil.

Art. 41. Os bens adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC integrarão o patrimônio do Município e serão destinados exclusivamente às ações de proteção e defesa civil.

Art. 42. Fica revogada a Lei Municipal nº 201, de 17 de dezembro de 1997.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:C6CC9E96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Recepcionista Temporário (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
6º	085	Millena Santos da Silva

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:A5BB95F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 008/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Riany Pacheco de Paula, inscrita no CPF/MF sob nº. 643.***. ***-49.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 008/2025, cujo termo final estava previsto para 31 de agosto de 2026, cujo objeto é o Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Monitor de alunos (temporário)** no Município de Ivatuba, no Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **40 (quarenta)** horas semanais
VALOR MENSAL: R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 31 de agosto de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:601F031C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.027, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir bomba hidráulica destinada ao sistema de abastecimento de água do Jardim Refúgio e a outorgar concessão administrativa de uso do bem móvel à Associação dos Moradores do Jardim Refúgio, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovará e Eu Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte

LEI:-

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mediante procedimento previsto na legislação vigente, **bomba hidráulica destinada ao sistema de abastecimento de água do Jardim Refúgio**, visando assegurar condições adequadas de funcionamento, eficiência e continuidade do abastecimento de água aos moradores da localidade.

Parágrafo único. O equipamento deverá atender às especificações e características técnicas necessárias ao adequado funcionamento do sistema de abastecimento, conforme avaliação e definição do órgão técnico competente do Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar **concessão administrativa de uso, a título gratuito**, à **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM REFÚGIO**, inscrita no CNPJ sob nº **05.785.781/0001-90**, do equipamento adquirido nos termos do art. 1º desta Lei.

§ 1º A concessão administrativa de uso terá por finalidade exclusiva possibilitar a utilização da bomba hidráulica no sistema de abastecimento de água destinado aos moradores do Jardim Refúgio,

em atendimento ao interesse público e à continuidade do abastecimento da comunidade.

§ 2º A concessão administrativa de uso não implicará transferência da propriedade do equipamento, que permanecerá integrante do patrimônio do Município de Ivatuba.

§ 3º É vedada a utilização do equipamento:
I – para finalidade diversa da prevista nesta Lei;
II – para atendimento de finalidade particular ou estranha ao sistema de abastecimento de água do Jardim Refúgio;
III – para exploração econômica ou obtenção de lucro;
IV – mediante transferência, empréstimo, locação, subcessão ou disponibilização a terceiros, a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município;
V – em desacordo com as especificações técnicas do fabricante ou com a legislação aplicável.

Art. 3º A concessão administrativa de uso somente será formalizada após a regular instrução de processo administrativo que demonstre, no mínimo:
I – a regular constituição e funcionamento da Associação dos Moradores do Jardim Refúgio;
II – a regularidade de representação da entidade;
III – a efetiva utilização do sistema de abastecimento de água para atendimento dos moradores do Jardim Refúgio;
IV – a compatibilidade da bomba a ser adquirida com as características do poço e do sistema de abastecimento existente;
V – a regularidade do poço e da captação de água, quando exigível, perante os órgãos competentes;
VI – a existência de interesse público na disponibilização do equipamento.

Art. 4º A concessão administrativa de uso será formalizada mediante **Termo de Concessão Administrativa de Uso**, no qual serão estabelecidas as condições de utilização, conservação, manutenção, controle, fiscalização, responsabilidades, hipóteses de extinção e demais obrigações das partes.

Art. 5º O prazo da concessão administrativa de uso será de **05 (cinco) anos**, contado da assinatura do Termo de Concessão Administrativa de Uso, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante decisão fundamentada da Administração Municipal, desde que:
I – permaneça caracterizado o interesse público;
II – seja demonstrada a adequada utilização e conservação do equipamento;
III – permaneçam preenchidos os requisitos legais e as condições estabelecidas nesta Lei e no respectivo Termo.

Art. 6º A bomba hidráulica permanecerá incorporada ao patrimônio do Município de Ivatuba, sendo vedada sua alienação, transferência, locação, empréstimo, oneração ou qualquer outra forma de disposição pela concessionária.

Art. 7º Constituem obrigações da concessionária, sem prejuízo de outras estabelecidas no Termo de Concessão Administrativa de Uso:
I – utilizar o equipamento exclusivamente para a finalidade prevista nesta Lei;
II – zelar pela guarda, conservação e adequado funcionamento do equipamento;
III – realizar a operação do equipamento de acordo com as orientações técnicas aplicáveis;
IV – responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva do equipamento, ressalvadas as situações em que o Município, mediante justificativa técnica e interesse público, determine ou assuma diretamente determinada intervenção;
V – comunicar imediatamente ao Município qualquer defeito, dano, avaria ou ocorrência que possa comprometer o funcionamento ou a integridade do equipamento;
VI – permitir o acesso dos servidores e agentes públicos municipais responsáveis pela fiscalização;
VII – restituir o equipamento ao Município nas hipóteses de extinção da concessão, na forma estabelecida nesta Lei e no respectivo Termo.

Art. 8º A concessionária responderá pelos danos causados ao equipamento decorrentes de dolo, culpa, negligência, imprudência, imperícia ou utilização em desacordo com sua finalidade, com as orientações técnicas ou com as disposições desta Lei e do Termo de Concessão Administrativa de Uso.

Parágrafo único. A responsabilidade prevista no caput não afasta eventual responsabilidade civil, administrativa ou penal decorrente da utilização inadequada do equipamento ou da prática de atos contrários à legislação.

Art. 9º A fiscalização da utilização do equipamento será exercida pelo Município, por meio dos órgãos competentes e do Sistema de Controle Interno.

Art. 10. A concessão administrativa de uso poderá ser revogada ou extinta, mediante decisão administrativa devidamente fundamentada, independentemente de indenização pela utilização do bem, quando ocorrer:
I – interesse público superveniente;
II – descumprimento desta Lei;
III – descumprimento das obrigações previstas no Termo de Concessão Administrativa de Uso;
IV – desvio de finalidade;
V – utilização inadequada do equipamento;
VI – transferência, empréstimo, locação ou subcessão do equipamento sem autorização do Município;
VII – interrupção injustificada da finalidade pública que fundamentou a concessão;
VIII – paralisação ou cessação das atividades da entidade;
IX – implantação de solução definitiva de abastecimento de água que torne desnecessária a utilização do equipamento;
X – descumprimento da legislação aplicável.

Art. 11. Extinta a concessão administrativa de uso, a concessionária deverá restituir o equipamento ao Município no prazo e nas condições estabelecidos no Termo de Concessão, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular.

Art. 12. A entrega do equipamento à Associação ficará condicionada:
I – à conclusão do procedimento de aquisição e à incorporação do bem ao patrimônio municipal;
II – à assinatura do Termo de Concessão Administrativa de Uso;
III – à adoção das providências necessárias à regular utilização do equipamento perante os órgãos competentes, quando exigidas pela legislação vigente.

Art. 13. A presente Lei autoriza exclusivamente a aquisição e a disponibilização do equipamento nela previsto, não implicando, por si só, transferência ao Município da responsabilidade pela operação integral do sistema de abastecimento de água administrado pela entidade, nem reconhecimento ou regularização de eventual delegação da prestação do serviço público, que permanecerá submetida à legislação aplicável.

Art. 14. A aquisição do equipamento de que trata esta Lei será realizada em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas e estará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:F53CFE5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 176/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 15 dias de férias à servidora Ana Paula Dos Reis, matricula nº 727, detentora do cargo de provimento de Diretora Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 18/10/2024 à 17/10/2025, a partir de 08/09/2026 retornando em 23/09/2026, conforme Protocolo nº. 1851/2026 - PMI de 11/08/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:ADB2493A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 177/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 15 dias de férias ao servidor Jean Antônio do Carmo, matricula nº 636, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, referente ao período aquisitivo de 07/03/2025 à 06/03/2026, a partir de 31/08/2026 retornando em 15/09/2026, conforme Protocolo nº. 1955/2026 - PMI de 27/08/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 27 (vinte e sete) dia do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:8FA3796D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 093/2026, DE 27DE AGOSTO DE 2026 – GABINETE DA PREFEITURA DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N° 061/2026, REFERENTE A CONSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, NO QUADRIÊNIO 2023-2027.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ, Edison Rodrigues de Almeida no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei orgânica do municipal, bem como a plena observância da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o DECRETO Nº. 061/2026, referente a constituição dos membros do FUNBEB de Jaguapitã/Pr., ficando substituída a representante titular do Segmento de Pais de Alunos da Educação Básica Pública GISLENE RODRIGUES GONDIM SILVA - CPF: 030.417.919-19, pela representante titular VANESSA THABATA VICENTE - CPF: 055.345.899-06, a qual passa a compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, desta municipalidade, conforme estabelece a Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JAGUAPITÃ/PR, 27 de AGOSTO de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal de Jaguapitã/PR

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:98B9D818

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 038/2026

Atendendo ao disposto no art. 2º, da Lei nº 9.452/97, de 20 de março de 1997**, NOTIFICAMOS,** aos Partidos Políticos e as Entidades de Classe e Empresariais, com sede no Município de Jaguapitã, da **liberação dos seguintes recursos federais ao Município de Jaguapitã:**

ORIGEM/OBJETO DOS RECURSOS	VALOR (R$)	DATA
PM JAGUAPITÃ - PNAT	19.381,73	24/08/2026
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PNAE ALIMENTAÇÃO PRE ESCOLA	8.487,00	19/08/2026
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – PNAE ALIMENTAÇÃO CRECHE	15.150,50	19/08/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – PAGAMENTOS DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	32.420,00	26/08/2026

Jaguapitã, PR, 27 de agosto de 2026

TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Secretária Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:DDA01E26

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: JULIANO VEZENTIN COMERCIAL LTDA – CNPJ nº 08.694.780/0002-00.

PREGÃO ELETRÔNICO: nº 39/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 134/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 7/2026.

OBJETO: Registro de preços objetivando futuras e eventuais aquisições de mobiliário e eletrodomésticos, destinados a atender às necessidades das Secretarias Municipais de Jaguapitã/PR.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Acréscimo quantitativo do Lote 33 – Máquina de Lavar, em razão da necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, formalizada por meio do Protocolo nº 3818/2026, visando atender ao aumento da demanda relacionada às atividades de manejo, limpeza e higienização de materiais utilizados no atendimento e acolhimento temporário de animais.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 3.379,98 (três mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos), correspondente ao acréscimo de 02 (duas) unidades, ao valor unitário de R$ 1.689,99.

VALOR TOTAL ATUALIZADO DA ATA: R$ 99.897,55 (noventa e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Jaguapitã – PR, 27 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:0D420481

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 576/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 01/09/2026, as aprovadas no Concurso Público – Edital 001/2024, com resultado Definitivo nº 17/2024 de 30/08/2024, anexo III, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, para ingresso no Cargo Público de Professor, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 20 (vinte) horas:

NOME	CPF
DAIANE PASSOS MUNIZ	***.938.959-**
ROMI ANE BRITO MORAES	***.938.479-**
PALOMA CANDIDO DA SILVA	***.309.569-**
INGRID ADRIELE MACHADO DE SOUZA	***.981.989-**
CINTHIA CRISTINA CARDOSO	***.654.249-**
BRUNA BIANCA JESUS DA SILVA	***.291.099-**
DAIANA FATIMA SOUZA DE LIMA	***.963.899-**
LUCIA APARECIDA DOS SANTOS	***.249.839-**
PAMELA CANDIDO DA SILVA	***.437.029-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E9FDC610

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 578/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **NATALY SABÔ**, psicóloga, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento a cidade de Londrina – Pr., para a participação em curso de capacitação "transtornos, diagnósticos e manejos clínicos na primeira infância – módulo III". Saída dia 27/08/2026 às 06h30, e retorno às 13h30 do mesmo dia, conforme Processo nº.3873/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 27 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:2320BAEC

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 579/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **NATHALIA RAMIN SILVA**, psicóloga, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento a cidade de Londrina – Pr., para a participação em curso de capacitação "transtornos, diagnósticos e manejos clínicos na primeira infância – módulo III". Saída dia 27/08/2026 às 06h30, e retorno às 13h30 do mesmo dia, conforme Processo nº.3872/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 27 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:270A0CCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 347/2026

Institui o Programa "Amigo da Escola" no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Município de Jardim Olinda e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a parceria entre família, escola e comunidade;

CONSIDERANDO que a participação das famílias contribui para a melhoria do ambiente escolar e do processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO os princípios da gestão democrática do ensino público previstos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, o Programa Amigo da Escola, destinado a incentivar a participação voluntária dos pais, mães ou responsáveis legais pelos estudantes matriculados nas unidades escolares municipais.

Art. 2º O Programa tem por objetivos:

I – fortalecer a integração entre família e escola;

II – estimular a participação da comunidade escolar nas atividades educativas;

III – promover ações de apoio pedagógico e de fortalecimento da aprendizagem;

IV – contribuir para a melhoria do ambiente escolar, respeitada a autonomia da gestão da unidade de ensino.

CAPÍTULO II
DA PARTICIPAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

Art. 3º Poderão participar do Programa os pais, mães ou responsáveis legais por estudantes regularmente matriculados na rede municipal, mediante cadastro e aprovação da direção da unidade escolar.

Art. 4º A participação será voluntária, espontânea e gratuita, não gerando vínculo empregatício, previdenciário, funcional ou qualquer obrigação remuneratória entre o voluntário e o Município.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pelos participantes deverão observar as necessidades da unidade escolar e serão previamente definidas pela direção da escola, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DAS ATIVIDADES

Art. 6º Os participantes poderão colaborar, entre outras, nas seguintes atividades:

I – apoio pedagógico complementar, sob orientação da equipe escolar;

II – incentivo à leitura e acompanhamento de projetos educacionais;

III – apoio em oficinas, feiras, eventos culturais e atividades esportivas;

IV – acompanhamento de projetos de reforço escolar, contação de histórias e ações de incentivo à aprendizagem;

V – colaboração em atividades que promovam a integração entre família e escola.

Parágrafo único. É vedado ao voluntário exercer atribuições exclusivas dos profissionais da educação, realizar avaliação de estudantes, ministrar aulas de forma autônoma, substituir professores ou desempenhar atividades privativas de servidores públicos.

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 7º São deveres dos participantes:

I – cumprir as orientações da direção escolar;

II – preservar o patrimônio público;

III – respeitar o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;

IV – manter sigilo sobre informações pessoais dos estudantes;

V – observar as normas de segurança e convivência da escola.

Art. 8º A participação dependerá da assinatura de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DA COORDENAÇÃO

Art. 9º Compete ao Departamento Municipal de Educação:

I – coordenar o Programa;

II – elaborar os formulários e o Termo de Adesão;

III – acompanhar a execução das atividades;

IV – expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. As atividades do Programa deverão observar as normas de proteção integral à criança e ao adolescente, bem como as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Art. 11. A participação poderá ser encerrada a qualquer tempo, por iniciativa do voluntário, da direção da unidade escolar ou do Departamento Municipal de Educação, mediante justificativa.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, quando houver.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de 26, de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Altanira de Oliveira Reis
Código Identificador:7AB47915

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 270 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.270/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CCORRELATOS inscritano CNPJ sob nº. 32.282.308/0001-63. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas

datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:06EC943F

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 271 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.271/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 04.767.168/0001-88. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:A680CB41

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 272 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°2 Termo do contrato nº.272/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 39.610.184/0001-47. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:D75FF6F4

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 273 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.273/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a CIRURGICA NOSSA SENHORA - EEIRELI inscritano CNPJ sob nº. 24.586.988/0001-80. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:A92EF4B0

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 274 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.274/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a CIRURGICA PARANAVAI - EEIRELI inscritano CNPJ sob nº. 30.766.874/0001-15. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:9F33391B

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 275 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.275/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 34.223.536/0001-98. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:10E9B3F2

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 276 PREGAÕ 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.276/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a LOGMEDI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 52.179.963/0001-06. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:3B3529B9

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 277 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.277/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a MENER MEDICAMENTOS, PERFUMARIA E ALIMENTOS LLDA inscritano CNPJ sob nº. 08.882.699/0001-72. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:ECC60349

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 278 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.278/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 48.368.182/0001-84. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:8DD6E86E

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 279 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.279/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 52.808.009/0001-27. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:80C8E557

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 280 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.280/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a PLENA MEDICA HOSPITALAR - EEIRELI inscritano CNPJ sob nº. 29.032.903/0001-36. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:9369C91E

LICITAÇÃO
1º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 281 PREGÃO 22 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°2 Termo do contrato nº.281/2025, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Pregão n° 22/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a SANTINI MEDICAMENTOS LLTDA inscrita no CNPJ sob nº. 58.676.108/0001-89. aditivam o contrato com término 20/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 20 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:48F74EF2

LICITAÇÃO
5º EXTRATO TERMO ADITIVO PZ CTO 172 DISP 82 2024

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°5 Termo do contrato nº.172/2024, objetivando a Contratação de empresa especializada para locação de sistema integrado de gestão saúde – módulo farmácia, compreendendo a implantação do sistema, treinamento, suporte técnico e manutenção, visando atender as necessidades do departamento municipal de saúde. decorrente de Dispensa n° 82/2024, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a MSYS TECNOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 25.136.820/0001-36. aditivam o contrato com término 26/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda 26 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:7FE43674

LICITAÇÃO
6º EXTRATO TERMO ADITIVO REDIMENSIONAMENTO CTO 172 DISPENSA 82 2024

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°6 Termo do contrato nº.172/2024, objetivando a Contratação de empresa especializada para locação de sistema integrado de gestão saúde – módulo farmácia, compreendendo a implantação do sistema, treinamento, suporte técnico e manutenção, visando atender as necessidades do departamento municipal de saúde. decorrente de Dispensa n° 82/2024, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a MSYS TECNOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 25.136.820/0001-36. aditivam o contrato na importância de R$ 16.327,80 (dezesseis mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 125 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 26 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:92D0E253

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 53 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 193/2026
ID CONTRATO 2326
PROCESSO ADM 95/2026
CERTAME DISPENSA 53/2026.
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: MICHELLI DE SOUZA SANTOS- ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO, SOPRO (METAIS E MADEIRAS) E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL MARCELINO ALVES DOS SANTOS, DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA PR.
DO VALOR TOTAL: R$ 32.401,00 (trinta e dois mil quatrocentos e um reais)
RED 800 13.001.13.392.1300.1.302.4.4.90.52.00.00 – 10521 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
DA VIGÊNCIA: 27 DE AGOSTO DE 2026 A 31 DE DEZEMBRO DE 2026
DO FISCAL DE CONTRATO: POLIANI CRISTINA MELO DA SILVA – Chefe da Divisão de Cultura e Esportes. DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:41DE84A7

LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA 53 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo administrativo: 95-2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA*, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Diretor do Departamento de Cultura e Esporte, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **MICHELLI DE SOUA SANTOS - ME** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO, SOPRO (METAIS E MADEIRAS) E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL MARCELINO ALVES DOS SANTOS, DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA PR**, pelo valor de **R$ 32.401,00 (trinta e dois mil quatrocentos e um reais)**, conforme proposta constante dos autos;
Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo mercado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **MICHELLI DE SOUZA SANTOS - ME** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSÃO, SOPRO (METAIS E MADEIRAS) E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL MARCELINO ALVES DOS SANTOS, DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA PR**, pelo valor de **R$ 32.401,00 (trinta e dois mil quatrocentos e um reais)** por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.
Sem prejuízo:
a) proceda-se o devido registro da dispensa;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;
d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 27 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:459691F7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **MATEUS BATISTA DE OLIVEIRA,** correspondente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2025 a 27 de janeiro de 2026.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 24 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:88946C47

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 185/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias a servidora, **KARINE DOS SANTOS REIS,** correspondente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2024 a 05 de maio de 2025.
Gozo a partir de 08 de setembro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 27 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:DF2FD200

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **MARCELO MARTINS CORREA,** correspondente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2025 a 02 de fevereiro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 27 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:42DFB495

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA ADMINISTRATIVA 25-2026

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 025, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Prorroga, pelo período de 06 (seis) meses, a concessão do benefício de Aluguel Social à Sra. Juliana Clemente da Silva e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 983/2025, que instituiu o benefício assistencial e habitacional denominado Aluguel Social, bem como sua regulamentação por meio do Decreto Municipal nº 205/2025, que define o fluxo administrativo para concessão, acompanhamento e eventual prorrogação do referido benefício;
CONSIDERANDO que, por meio da Portaria Administrativa nº 012, de 16 de janeiro de 2026, foi autorizada a concessão do benefício de Aluguel Social à Sra. **Juliana Clemente da Silva**, CPF nº **087..-05**, pelo período inicial de 06 (seis) meses;
CONSIDERANDO que o art. 3º da Portaria Administrativa nº 012/2026 estabeleceu a possibilidade de prorrogação do benefício, desde que mantidas as condições que deram origem à concessão, mediante nova avaliação técnica, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 205/2025;
CONSIDERANDO a Solicitação nº 206/2026, encaminhada pelo Departamento Municipal de Assistência Social, requerendo a prorrogação do benefício pelo período de mais 06 (seis) meses, após acompanhamento e avaliação da situação socioassistencial da beneficiária;
CONSIDERANDO a permanência das condições que justificaram a concessão do benefício, conforme avaliação e manifestação do Departamento Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO que permanece como objeto do benefício o Contrato de Locação do imóvel firmado entre Maria Helena Gonçalves Souza, locadora, e Juliana Clemente da Silva, locatária, referente ao imóvel situado à Rua XV de Novembro, nº 351, Casa, Bairro Centro, Jardim Olinda/PR, observadas as condições e exigências estabelecidas pela legislação municipal;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **PRORROGADA**, pelo período de **06 (seis) meses**, a concessão do benefício de **Aluguel Social** à Sra. **Juliana Clemente da Silva**, CPF nº **087..-05**, nos termos da Lei Municipal nº 983/2025 e do Decreto Municipal nº 205/2025.
Parágrafo único. O período de prorrogação de que trata o caput terá início imediatamente após o término da vigência da concessão anteriormente autorizada pela Portaria Administrativa nº 012/2026, garantindo-se a continuidade do benefício, observados os requisitos legais e administrativos aplicáveis.
Art. 2º O benefício continuará consistindo no pagamento mensal do valor do aluguel do imóvel locado, limitado ao valor máximo previsto em lei e conforme contrato apresentado, atualmente no montante de **R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)** mensais.
Art. 3º A manutenção do benefício durante o período de prorrogação ficará condicionada à permanência das condições socioeconômicas que fundamentaram sua concessão, bem como ao cumprimento das demais exigências estabelecidas na Lei Municipal nº 983/2025 e no Decreto Municipal nº 205/2025.
Art. 4º O pagamento mensal do benefício permanecerá condicionado à apresentação do respectivo **recibo de aluguel**, conforme dispõe o art. 14 do Decreto Municipal nº 205/2025, sob pena de suspensão automática do benefício.

Art. 5º O Departamento Municipal de Assistência Social, por meio de sua equipe técnica, permanecerá responsável pelo acompanhamento, fiscalização e eventual revisão do benefício durante todo o período de prorrogação.
Art. 6º Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas na Portaria Administrativa nº 012/2026 que não conflitarem com o disposto nesta Portaria.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em continuidade ao período de concessão anteriormente autorizado.

Jardim Olinda, 20 de agosto de 2026.

SAMARA DE MELO NASCIMENTO
Diretora do Departamento de Assistência Social

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:C44F7689

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 69/2026

DECRETO Nº 69, DE 27 AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o cancelamento de empenhos, que constam em resto a pagar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista O Decreto 83/2025 artigo 4º dos Prazos e Validade, parágrafo III.
Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;
Considerando que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto ou serviço não ter sido entregue.

D E C R E T A:
Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul-PR, através do setor contábil autorizado a cancelar os empenhos abaixo relacionados:

EMPENHOS		
4084/2023	4085/2023	985/2022
4531/2023	3984/2021	3989/2021
3990/2021	3991/2021	3993/2021
3994/2021	3995/2021	4678/2021
4368/2025	1033/2025	4720/2025
3/2023	4381/2025	1658/2023
1400/2024	2173/2025	4268/2022

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, Jundiaí do Sul-PR 27 de agosto de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esther Nery de Barros Rodrigues Andrade
Código Identificador:361B3AFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
RESULTADO/ EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 15 /2026

Objeto – Aquisição de Bens Permanentes (Frigobar, cadeiras, micro-ondas e fragmentadoras)
Sendo vencedora as empresas:
D.A.C MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.101.450/0001-25, a qual apresentou o preço unitário de R$ 800,00 (Oitocentos reais), para a cadeira presidente ergonômica, totalizando R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), para 20 unidades.
EBA OFFICE COMERCIO DE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrito no CNPJ nº 09.015.914/0001/69, a qual apresentou o preço unitário em R$ 390,00 (Trezentos e noventa reais) para a fragmentadora.
GWL NEGOCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 64.318.724/0001-60, que apresentou o preço de R$ 599,00(Quinhentos e noventa e nove reais) para o micro-ondas e R$ 990,00(Novecentos e noventa) para o Frigobar 120 Litros, totalizando R$ 7.920,00(Sete mil novecentos e vinte).

O processo pode ser acompanhado na íntegra no portal da Câmara Municipal da Lapa
em : https://camaralapa.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais e no Portal
Nacional de Compras Públicas PNCP em https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Lapa, 27 de agosto de 2026

JOELMA APARECIDA PINTO POLATO
Diretora de Compras, Almoxarifado e Manutenção.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:865D4ED0

GABINETE
DECRETO N° 29901, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 21697, de 26/08/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 713.215,00 (Setecentos e Treze Mil, Duzentos e Quinze Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.03 Departamento de Transporte Escolar	
12.361.0015.2273 Repasse Estadual - PEATE	
462: 3.3.90.33.00.00.139 – Passagens e despesas com locomoção	R$ 14.215,00
12.361.0015.2274 Manter Linhas - Transporte Escolar	
464: 3.3.90.33.00.00.104 – Passagens e despesas com locomoção	R$ 657.000,00
1.361.0015.2275 PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar)	
467: 3.3.90.33.00.00.1043 – Passagens e despesas com locomoção	R$ 42.000,00
TOTAL.....	**R$ 713.215,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 104, conta nº 7.470-5	R$ 657.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 139, conta nº 17.027-5	R$ 14.215,00
Excesso de Arrecadação da fonte 1043, conta nº 28.357-6	R$ 42.000,00
TOTAL.....	**R$ 713.215,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 27 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 27 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F1DC54E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
SILVANA DE CASSIA MACIEL	EDUCADOR INFANTIL

Lapa, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5B107FFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 03/2026, de 18 de maio de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
HELOISA DA SILVA BAGGIO	PSICOLOGO

Lapa, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Inscrição no órgão de classe
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C8496B92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 03/2026, de 18 de maio de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
ANDREA APARECIDA LUCIANE KLEM LIMA	ASSISTENTE SOCIAL

Lapa, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Inscrição no órgão de classe
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BE919A29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.
AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
TATIANE CRISTINA FERREIRA AMORIN	PROFESSOR
ANGELA GURSKI FERRARI CAMPOS	PROFESSOR

Lapa, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:085948DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
PORTARIA N° 08, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de Gestor/Fiscal e Suplente de Convênios celebrados entre o município da Lapa e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB, para a execução do Convênio 24.546-248-4.

O Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente André Rezende Cherubini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;

CONSIDERANDO os termos dos Art. 117 e 184 da Lei Federal n° 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, cabendo à Administração designar representantes;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade; e

CONSIDERANDO o Decreto n° 26.815 de 31 de março de 2023.

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores abaixo relacionados para exercer a função de gestor, fiscal e suplente de Convênios celebrados entre o município da Lapa e o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB para a execução do Convênio 24.546.248-4.

Gestor
NOME: Paulo Cesar Urbanich
E-MAIL: agriculturalapa@gmail.com
TELEFONE:(41) 3547-8008

Fiscal
NOME: Rafel Dallagrana Santos
E-MAIL: agriculturalapa@gmail.com
TELEFONE:(41) 3547-8008

Suplente
NOME: Ana Lúcia Londero
E-MAIL: agriculturalapa@gmail.com
TELEFONE:(41) 3547-8008

Art. 3° - O acompanhamento e a fiscalização dos Convênios serão realizados pelos servidores acima mencionados.

Art. 4° - Os Gestores/Fiscais dos Convênios serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos bens contratados, podendo utilizar, entre outras ferramentas de controle e checagem.

Cientifique-se,
Publique-se e
Arquive-se.

Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, em 27 de agosto de 2026.

ANDRÉ REZENDE CHERUBINI
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A651CB23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
CONTRATO-INEXIGIBILIDADE 03/2026 -REPUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026

ACÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.684.775/0001-30, com sede na Rua Pernambuco, 451, na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representada por seu PresidenteADRIANO RODRIGUES BARBOSA,brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, doravante denominadaCONTRATANTEe do outro lado a empresaCCGP – CENTRO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA,inscrita no CNPJ sob n.º 36.282.191/0001-79, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1475, Sala 911, Bairro Estreito, na cidade de Florianópolis – SC - CEP 88070-800, representada neste ato pela representante legal,ARIANE CRISTINA ALVES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 4138107 SSP-SC e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 079.423.569-73, doravante denominadaCONTRATADA,todos representados conforme documentos anexados ao processo, firmam entre si o presenteContrato,referente aoProcesso de Inexigibilidade nº03/2026, Processo Administrativo nº 09/2026, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21, legislação correlata e com as seguintes cláusulas:
1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1.O objeto do presenteéCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E LEI ORGÂNICA COM ADEQUAÇÕES AO PROLEGIS MUNICIPAL DE LARANJAL/PR.
1.2.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1.A Proposta da CONTRATADA.
1.3.ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS DE ACORDO COM A PROPOSTA
1.3.1.Os serviços contratados são de acordo com a programação e tabela abaixo:
1.3.1.1.Conteúdo programático
1.3.1.2.Serviços especializados de Assessoria para Revisão e Atualização do Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal de Laranjal-PR.
1.4.ASPECTOS GERAIS DA ASSESSORIA
1.4.1.Duração prevista05 meses.
1.4.2.Conformidade normativa, garantindo harmonia com a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual do Paraná, bem como com as disposições da Lei 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais legislações aplicáveis ao Poder Legislativo Municipal.
1.4.3.Atualização Institucional, modernizando dispositivos ultrapassados, suprimindo normas em desuso e introduzindo inovações que fortaleçam a atuação legislativa, fiscalizatória e administrativa da Câmara.
1.4.4.Segurança Jurídica,proporcionando regras claras e objetivas que reduzam riscos e questionamentos jurídicos, assegurem maior transparência e melhorem a governança interna.
1.4.5.Eficiência e Funcionalidade, por meio da reorganização de procedimentos legislativos, regimentais e administrativos, alinhados às exigências contemporâneas de celeridade, publicidade e participação social.
1.4.6.Fortalecimento Democrático,com instrumentos que incentivem a transparência, o controle social e o diálogo institucional entre os Poderes, em benefício da coletividade local.
1.5. FASES DO PROJETO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA
1.5.1.Reunião Presencial na Câmara Municipal para alinhamento das Ações de Revisão e Atualização Legislativa.
1.5.2.Análise do Regimento Interno – RI e Lei Orgânica – LOM e Apresentação dos Apontamentos Técnico-Jurídico do RI e LOM.
1.5.3.Proposição de Esboço da Atualização do RI e LOM.
1.5.4.Assessoria para Proposição e Condução da Audiência Pública.
1.5.5.Auxílio nos Procedimentos e Trâmites Internos para Atualização Legislativa.
1.5.6.Assessoria Técnico-Jurídico durante o Processo de Tramitação, Revisão, Atualização e Implementação da Nova Lei Orgânica Municipal.
1.5.7.Revisão Linguística, Diagramação e Edição Final das Legislações em Versão Digital para Divulgação.
1.5.8.Reunião Presencial paraEntrega e Apresentação da Versão Finaldo RI e LOM na Câmara Municipal de Laranjal-PR.
1.6. SERVIÇOS BÔNUS
1.6.1. Assessoria de comunicaçãopara elaborar releases de imprensa durante o processo de atualização legislativa para informar a comunidade.
1.6.2.Consultoria Técnico-Jurídicosobre o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal da Câmara Municipal por 12 meses (sem parecer por escrito).
1.7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
1.7.1. PASSO 1:Reunião Presencial na Câmara Municipal para levantamento das demandas e orientações iniciais.
1.7.2. PASSO 2:Análise, Revisão e Proposição do Esboço do RI e LOM para apreciação dos Servidores e Vereadores.

1.7.3. PASSO 3:Discussão do texto final com a Comissão e Assessoria Jurídica para alinhamento das demandas e correções necessárias.
1.7.4. PASSO 4:Auxílio no processo de tramitação do Projeto de Lei na Câmara Municipal.
1.7.5. PASSO 5:Apresentação da versão final do RI e LOM na Câmara Municipal e minicurso sobre as novas leis vigentes para tirar as dúvidas e destacar pontos importantes.
1.7.5.1.A CGP vai criar um grupo no whatsapp para que a Comissão tenha acesso direto e irrestrito aos assessores, a fim de dar celeridade e eficiência durante todo o processo.
1.8. COMPROMISSO
1.8.1. Para dar celeridade e segurança, a CGP se compromete a realizar toda a assessoria para implementação da Nova Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno em até 05 meses; caso não haja empecilhos e/ou dificuldade de comunicação interna entre os Vereadores que possa atrasar as etapas do processo.
1.8.2.A CGP e sua equipe de assessores ficarão à disposição durante todo o processo, orientando em todas as etapas através de e-mail, whatsapp e telefone.
1.8.3.Todos os textos, artes, diagramação e edições serão previamente apresentadas à Comissão de Atualização de RI e LOM da Câmara Municipal para aprovação antes da apresentação da versão final.
1.9. INCLUSO NA PROPOSTA
1.9.1.Visitas técnicas presenciais na Câmara Municipal de Laranjal/PR;
19.9.2Revisão e Atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal;
19.9.3Adequação do RI às exigências doPROLEGIS
19.9.4Edição e diagramação das versões digitais do RI e LOM;
19.9.5Impressão de 1 (uma) cópia do RI e LOM;
19.9.6Minicursos Presencial (2hrs) sobre Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal;
19.9.720% de desconto em qualquer curso da CGP em 2026/2027;
19.9.8Remuneração dos Assessores;
19.9.8Transporte, hospedagem e alimentação nos encontros presenciais;
19.9.9Impostos sobre o serviço prestado;
19.9.10Meses de assessoria via whatsapp sobre o RI e LOM (sem parecer escrito

CCGP – CENTRO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Total R$
1	Unid.	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E LEI ORGÂNICA COM ADEQUAÇÕES AO PROLEGIS MUNICIPAL DE LARANJAL/PR.	R$ 70.000,00
			VALOR TOTAL GLOBAL	R$ 70.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
2.1.O Valor Total Global do Contrato com Câmara Municipal de Laranjal/PR é deR$ 70.000,00 (setenta mil reais),será efetuado em4 (quatro) parcelas mensais de R$ 17.500,00 dezessete mil e quinhentos reais),considerando a primeira parcela somente após a entrega do parecer técnico do Regimento Interno (RI) e Lei Orgânica (LOM) e assim sucessivamente, em até (05 dias) uteis após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e aprovada pelo setor competente.
2.1.1.As despesas com locomoção, hospedagem, alimentação nos encontros presenciais, e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto são obrigação da CONTRATADA.
2.1.2.No valor acima estão incluídas também, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2.1.1.As despesas com locomoção, hospedagem, alimentação nos encontros presenciais, e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto são obrigação da CONTRATADA.
2.1.2.No valor acima estão incluídas também, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO
3.1.O prazo para a entrega do objeto é de 05 (cinco) meses, após a assinatura do Contrato e emissão da NAD (Nota de Autorização de Despesa), que será enviada para o endereço eletrônico da adjudicatária, indicado na proposta, a qual é obrigada a confirmar o recebimento, e na hipótese da Contratada não confirmar o recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesa), no prazo de 04 (quatro) horas, será considerado o recebimento tácito do documento para todos os fins estabelecido neste Contrato.
3.2.Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, a empresa contratada poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da Câmara Municipal aceitar a solicitação.
3.3.A entrega dos serviços será após aprovação da Comissão de Atualização de RI e LOM da Câmara Municipal, os textos atualizados do Regimento Interno (RI) e Lei Orgânica (LOM), serão enviados para Câmara Municipal na versão final editada e diagramada em arquivo no formado digital (PDF) e no formato Word (editável).
3.4.A empresa deverá entregar a Câmara Municipal uma cópia impressa do Regimento Interno (RI) e da Lei Orgânica (LOM).
3.5.A entrega será conferida, se os serviços entregue não corresponder às especificações exigidas e estiver em desacordo com a proposta, será solicitado à contratada ajuste, que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias uteis, após NOTIFICAÇÃO mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), sem qualquer ônus para a Contratante.
3.6.A entrega deverá ser realizada sem qualquer despesa para a Câmara Municipal, tais como: impostos, transporte, hospedagem, alimentação nos encontros presenciais, e quaisquer outras despesas inerentes à entrega do objeto.
3.7.O objeto dessa Contratação deve-se fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, contendo em local de fácil visualização a indicação do Banco, Agência e Conta para recebimento do valor contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS DA OBRA INTELECTUAL
4.1.A empresa concederá os direitos patrimoniais da obra intelectual (o texto da LOM e do RI) para a administração pública, de forma que a Câmara Municipal possa alterar o texto futuramente sem a autorização do autor, nos termos do artigo 93 da Lei Federal de Licitações 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA
5.1.O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, após assinatura e publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO
6.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO
7.1.O pagamento pelos serviços será efetuado em 4 (quatro) parcelas mensais deR$ 17.500,00 dezessete mil e quinhentos reais),considerando a primeira parcela somente após a entrega do parecer técnico do Regimento Interno (RI) e Lei Orgânica (LOM) e assim sucessivamente, em até (05 dias) uteis após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e aprovada pelo setor competente.
7.2.Havendo erro da Nota Fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que a adjudicatória tome as medidas saneadoras necessárias.
7.3.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
7.4.É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND/INSS).

7.5.Deverá constar na Nota Fiscal em local de fácil visualização a indicação do Banco, Agência e Conta para recebimento do valor contratado.
7.6.A empresa Contratada fica sujeita a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, em se enquadrando, nas disposições constantes nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho 2023 e alterações leais.
7.7.A Contratada optante pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não terá retenção tributária para impostos e contribuições abrangidos por esse regime. No entanto, o pagamento estará condicionado à apresentação de comprovação oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1.São obrigações da Contratante:
8.1.1.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e na Proposta da Contratada.
8.1.2.Verificar minuciosamente, no prazo, a conformidade do objeto recebido com as especificações constantes do solicitado e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;
8.1.3.Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
8.1.4.Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
8.1.5.Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato.
8.1.6.A Câmara Municipal de Vereadores deLaranjal-PR, não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Proposta e do Contrato, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
9.1.1.Entregar o objeto conforme especificações, constantes na Proposta e do Contrato, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
9.1.2.Comunicar à Contratante, que antecede a entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.1.3.Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
10.1.A gestão e fiscalização do Contrato seguirá o disposto no instrumento convocatório e demais normativas pertinentes da CONTRATANTE.
10.2.A fiscalização de que trata esta cláusulaseráatravés dos Servidores da Câmara Municipal, NEUSA PRESTES FERNANDES (Portaria nº 01/2026), não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1.A CONTRATADA poderá ser apenada com:
11.1.1.Advertência;
11.1.2.Multa;
11.1.3.Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município.
11.2.Poderão ser aplicadas as seguintes multas:
11.2.1.de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do Contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
11.2.1.1.0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;
11.2.1.2.0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.
11.2.2.de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
11.2.2.1.15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA;
11.2.2.2.20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato pela sua inexecução total.
11.3.O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato.
11.4.No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, fica facultado a CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento do Contrato.
11.5.A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.
11.6.As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOCANCELAMENTODOCONTRATO
12.1.1.OContrato com o FORNECEDOR será cancelado pela Câmara Municipal quandoo FORNECEDOR:
12.1.2.forliberado;
12.1.3.descumpriras condições do Contrato,sem justificativa aceitável;
12.1.4.sofrersanção em que seja declarada suainidoneidade; e
12.2.demonstrarfatosuperveniente,decorrentedecasofortuitoou forçamaior,que prejudique o cumprimento do contrato.
12.3.O Contrato será cancelado, total ou parcialmente, pelaCâmara Municipal:
12.3.1.pelodecursodoseuprazo devigência;
12.3.2.por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas no contrato, devidamente demonstrado;e por razões de interesse público, devidamente justificadas.
12.4.No cancelamento do Contrato do FORNECEDOR, poriniciativa da Câmara Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação,pessoal ou por publicaçã onoDiário Oficial do Município.
12.5.Nos casos de Revisão dos Preços e de Cancelamento do Contrato, a Câmara Municipal, mediante decisão fundamentada, poderásuspender preventivamente o Contrato com o FORNECEDOR.
12.6.A decisão de suspensão será publicadano Diário Oficial do Município.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO CONTRATO:
13.1.Fica afastada qualquer hipótese de reajuste do valor estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14.1.Os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta daDOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO	01 – PODER LEGISLATIVO
UNIDADE	001 – CÂMARA MUNICIPAL
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	01.001.1.031.101
NATUREZA DA DESPESA	33.90.39.00.00
FONTE DE RECURSO	001

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DA PUBLICIDADE
15.1.Extrato deste Contrato será publicado no Diário Oficial do Município.
15.2.Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da Proposta de Preço e do Contrato, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação –

LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a CONTRATADA desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL
16.1.As partes elegem o Foro desta Comarca de Laranjal, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Laranjal - PR, 28 de julho de 2026.

ADRIANO RODRRIGUES BARBOSA
Presidente Da Câmara Municipal

ARIANE CRISTINA ALVES
CCGP – Centro De Treinamento E Capacitação LTDA

Testemunhas:

Nome completo
CPF
RG

Nome completo
CPF
RG

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:192799C8

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2026

DECRETO LEGISLATIVO, Nº 07/2026

SÚMULA: Decreta Luto Oficial no âmbito da Câmara Municipal De Laranjal – Pr, em razão do falecimento do senhor Luiz Ferreira Dos Santos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o falecimento do Senhor **LUIZ FERREIRA DOS SANTOS**, ocorrido nesta data;
CONSIDERANDO os laços de parentesco que o falecido mantinha com o Vereador **RONALDO FERREIRA DOS SANTOS**, seu neto;
CONSIDERANDO o sentimento de pesar e solidariedade desta Casa Legislativa para com o Vereador Ronaldo Ferreira dos Santos e seus familiares, neste momento de dor e consternação;
CONSIDERANDO o respeito e o reconhecimento desta Câmara Municipal à memória do Senhor Luiz Ferreira dos Santos;
DECRETA:
Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL, pelo período de 01 (um) dia**, no âmbito da **Câmara Municipal de Laranjal – Paraná**, em razão do falecimento do Senhor **LUIZ FERREIRA DOS SANTOS**.
Art. 2º Durante o período de luto, ficam suspensas as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal, ressalvadas aquelas consideradas essenciais e os atos necessários ao cumprimento das obrigações legais.

Art. 3º A Câmara Municipal de Laranjal manifesta seu profundo pesar e solidariedade ao Vereador **RONALDO FERREIRA DOS SANTOS** e a todos os familiares e amigos do Senhor Luiz Ferreira dos Santos, desejando-lhes força e conforto neste momento de profunda tristeza.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira Santos
Código Identificador:E8409337

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

Considerando o que consta no processo administrativo 94/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) FANTASIA DO ZÉ GOTINHA, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 257/2025, GERENCIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PR**, reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos nos termos do artigo 86, parágrafo 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa CRIATIVA PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº **55.491.907/0001-92**, empresa sediada e estabelecida Rua da Pedreira 593, Bairro Campo Pequeno, CEP 83.404-010, Município de Colombo-PR, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srº. Otavio Lisboa Junior, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.501.619-**, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal-PR, 27 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:E4A9B83F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023
REPUBLICADO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ

NÚMERO: 8º Aditivo Contratual Prazo de Execução e vigência

DATA DO CONTRATO: 17 julho de 2026

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EXECUÇÃO: 60 (sessenta)dias

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:57D9FD45

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 133/2025
Procedimento Licitatório nº 144/2025
PREGAO ELETRONICO nº 52/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: ALISSON JOSE PROTCI ME, inscrita no CNPJ sob o n° 30.261.354/0001-50, com endereço na Rua Goiás, 10 - CEP: 85.275.000 - Bairro: Centro, Cidade de Laranjal/PR, neste ato representado pelo Sr. Alisson Jose Protci, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 101161862 e inscrito no CPF/MF sob o n° ***.737.349-**, residente e domiciliado no endereço acima citado.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS (AÇO CARBONO, TUBOS, PERFIS, CHAPAS, CANTONEIRAS, BARRAS, ROLDANAS, FECHOS E ACESSÓRIOS), BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SOLDAGEM E TORNO MECÂNICO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPAROS E ADEQUAÇÕES EM ESTRUTURAS METÁLICAS, PORTÕES, COBERTURAS E DEMAIS INSTALAÇÕES PERTENCENTES AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL - PR

DATA DO CONTRATO: 26/08/2026
VIGÊNCIA: 12 MESES
VALOR: o saldo renovado de 100% do valor original

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:83B51FB8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2026
Procedimento Licitatório nº 94/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 16/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: CRIATIVA PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº CNPJ nº **55.491.907/0001-92**, empresa sediada e estabelecida Rua da Pedreira 593, Bairro Campo Pequeno, CEP 83.404-010, Município de Colombo-PR, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srº. Otavio Lisboa Junior, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.501.619-**.
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) FANTASIA DO ZÉ GOTINHA, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 257/2025, GERENCIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PR**.
DATA DO CONTRATO: 27 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:165DFAAF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONVENIO ITAIPU - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Instrumento de Repasse

Grau de Sigilo
#PUBLICO

INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4113254/2025

INSTRUMENTO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE ITAIPU, E O MUNICÍPIO DE LARANJAL - PR, PARA IMPLANTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SANEAMENTO AMBIENTAL, MANEJO DE ÁGUA E SOLO, ENERGIAS RENOVÁVEIS E OBRAS SOCIAIS, COMUNITÁRIAS E DE INFRAESTRUTURA DO PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o repasse de recursos da entidade binacional ITAIPU, em conformidade com as disposições deste Instrumento de Repasse, ao qual os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS
I – CONTRATANTE – CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por KELLY CRISTINA SOUZA GONÇALVES BOTTEGA, CPF nº 000.258.071-37, residente e domiciliada em Rua Francisco Ribas, 200, 2º andar, Ponta Grossa - PR, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, na qualidade de REPRESENTANTE de ITAIPU, entidade binacional, constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília/DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, e em Assunção, Paraguai, na Avenida España, 850, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.395.988/0001-35.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ-MF sob o nº
95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor MAYCON LOPES SIMIONI, CPF nº 070.805.019-03, residente e domiciliado em Rua Pernambuco, 501, Centro, Laranjal - PR, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS
I – OBJETO DO INSTRUMENTO DE REPASSE
Implementação das ações/atividades selecionadas por Itaipu, conforme o Plano de Ações que integra este instrumento.
II – DESCRIÇÃO FINANCEIRA
· Recursos do Repasse por ITAIPU: R$ 3.765.309,20 (três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e nove reais e vinte centavos).

· Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R$ 418.367,69 (quatrocentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).
· Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida): R$ 4.183.676,89 (quatro milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos).
· Conta vinculada do CONTRATADO: agência nº 1946, conta nº 3709.567221434-3.
III – PRAZOS
· Vigência Contratual: 24 meses.
· Encerramento do Instrumento de Repasse: até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento ou conclusão da execução da atividade, o que ocorrer primeiro.
· Arquivamento: serão mantidos nos arquivos do CONTRATADO pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.
IV – FORO
Justiça Federal de Ponta Grossa, Seção Judiciária.

V-A – ENDEREÇOS FÍSICOS
Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Rua Pernambuco, 501, Centro - CEP 85275-000 - Laranjal - PR.
Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Francisco Ribas, 200, 2º andar, Centro - CEP 84010-260 - Ponta Grossa - PR.

V-B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Endereço eletrônico do CONTRATADO: mayyconlopessimioni@gmail.com; nevesconsultoria@hotmail.com; fulviaduda@gmail.com; adrianacollito@gmail.com; arq_simon@hotmail.com.
Endereço eletrônico da CONTRATANTE: regovpg@caixa.gov.br.
Pelo presente documento, as partes nominadas no Instrumento de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE AÇÕES
1 – O Plano de Ações aprovado pela Itaipu é parte integrante do presente Instrumento de Repasse, independente de transcrição.
1.1 – A documentação técnica das atividades selecionadas deve ser apresentada à CONTRATANTE nos prazos previstos no cronograma físico/financeiro aprovado no Plano de Ações.
1.2 – O descumprimento dos prazos pode acarretar na aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução das atividades do Instrumento de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE
I. Analisar a compatibilidade da documentação técnica com os projetos selecionados;
II. Celebrar o Instrumento de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO;
III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira da atividade;
IV. Transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, em conta vinculada sob bloqueio, observado o disposto na CLÁUSULA QUINTA deste Instrumento;
V. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
VI. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Anteprojetos, Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, a ITAIPU, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
VII. Verificar a documentação do resultado do processo licitatório apresentado pelo CONTRATADO, conforme previsto no Processo de Seleção;
VIII. Aferir a execução das atividades pactuadas neste instrumento;
IX. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
X. Notificar previamente o CONTRATADO, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução da atividade do instrumento;
XI. Receber e analisar os documentos comprobatórios do Encerramento do Instrumento de Repasse apresentados pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da não apresentação do Encerramento do Instrumento de Repasse no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos;
XII. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar a emissão do termo de encerramento do contrato;
XIII. Manter, por si e por seus prepostos, completo sigilo sobre os dados, informações, documentos e pormenores fornecidos pelo CONTRATADO, bem como a não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto deste instrumento, exceto quanto aos órgãos legalmente incumbidos de fiscalização, sem a prévia autorização dada pelo CONTRATADO, por escrito, obrigando-se, também, a não utilizar o nome ou a logomarca do CONTRATADO sem sua prévia autorização, respondendo civil e criminalmente pela inobservância destas obrigações.

2.2 – DO CONTRATADO
I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Instrumento de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. Definir o regime de execução da atividade do Instrumento de Repasse como indireto;
III. Respeitar as normas aplicáveis na utilização de recursos financeiros da ITAIPU conforme CLÁUSULA SEXTA;
IV. Elaborar os anteprojetos ou os projetos técnicos e apresentar toda documentação técnica necessária à execução do objeto pactuado neste instrumento, bem como os documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, observando o item 1.1 da CLÁUSULA PRIMEIRA;
V. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução da atividade pactuada no Instrumento de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART ou RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
VI. Apresentar à CONTRATANTE a declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
VII. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos anteprojetos ou projetos e da execução dos serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e o objeto pactuado neste instrumento, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
VIII. Selecionar as áreas de intervenção em conformidade com as localizações informadas no momento da seleção, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
IX. Realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, nos termos da Lei de Licitações vigente;
X. Apresentar os documentos comprobatórios do resultado do processo de contratação, observando os requisitos previstos na etapa de Verificação do Processo de Licitatório, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao CONTRATADO;
XI. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;
XII. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Instrumento de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
XIII. Comprovar a boa e regular aplicação da totalidade dos recursos transferidos pela CONTRATANTE e da contrapartida do CONTRATADO, destinados à consecução das atividades no prazo fixado neste Instrumento de Repasse;
XIV. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XV. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução da atividade contratada;

XVI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação dos recursos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Instrumento de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
XVII. Afixar placas e adesivos indicativos das obras/equipamentos, conforme orientações constantes no processo de seleção de ITAIPU;
XVIII. Iniciar o procedimento licitatório observando o cronograma, conforme o objeto pactuado neste instrumento;
XIX. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária e tributária, bem como os de natureza securitária, de seu pessoal, próprio ou terceirizado, designado pelo CONTRATADO ou por empresas por ele contratadas que, a qualquer título, exercer atividades relacionadas a este Instrumento de Repasse, não sendo transferida à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade a este título;
XX. Responsabilizar-se por prejuízos causados pelo CONTRATADO ou pelos seus prepostos a pessoas ou bens, na execução deste instrumento e resultantes de atos ou omissões dolosas ou culposas, tais como negligência, imprudência ou imperícia;
XXI. Refazer, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a CONTRATANTE, as atividades realizadas em desacordo com o Plano de Ações;
XXII. Não utilizar os recursos recebidos da CONTRATANTE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Ações e neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
XXIII. Propiciar, no local de realização da atividade, os meios e as condições necessárias para que a CONTRATANTE possa realizar supervisões;
XXIV. Cumprir, na execução das atividades deste instrumento, as normas legais e regulamentares de proteção, preservação e conservação ambiental aplicáveis, obtendo as necessárias licenças ou autorizações ambientais, ou comprovando, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade junto ao órgão ambiental competente;
XXV. Restituir à ITAIPU eventual saldo dos recursos financeiros repassados ao CONTRATADO, inclusive aquele proveniente de rendimentos de aplicação financeira, em virtude da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento de Repasse;
XXVI. Transferir, mediante iniciativa de ITAIPU, os recursos financeiros originalmente destinados, o saldo de recursos não utilizados e os rendimentos de aplicação financeira deste contrato para contas vinculadas a outros contratos de mesma titularidade ou de titularidade de outros MUNICÍPIOS;
XXVII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Instrumento de Repasse pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da aprovação, por ITAIPU, do Encerramento do Instrumento de Repasse;
XXVIII. Realizar as despesas para execução das atividades deste Instrumento de Repasse, expresso no Plano de Ações, dentro da vigência deste instrumento;
XXIX. Fazer constar no CTEF a obrigação das empresas contratadas, quando da emissão de notas fiscais ou equivalentes, indicar no corpo das notas fiscais ou equivalentes o número deste Instrumento de Repasse e a fonte dos recursos financeiros;
XXX. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;

XXXI. Tomar outras providências necessárias à boa execução das atividades do Instrumento de Repasse;
XXXII. Caso seja instalada placa de inauguração de conclusão das obras, garantir sua conformidade com o modelo de placas definido por ITAIPU;
XXXIII. Fazer citação de destaque à ITAIPU em qualquer divulgação/publicidade do objeto contratado;
XXXIV. Utilizar dos sistemas informatizados disponibilizados por ITAIPU para registro fotográfico, documentos fiscais, relatórios, boletins e demais documentos e procedimentos relacionados aos Instrumentos de Repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item II das CONDIÇÕES GERAIS.
3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item II das CONDIÇÕES GERAIS previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços.
3.2 – Quando o valor da atividade inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente para a execução da atividade, em função da atualização de preços praticados no mercado e/ou da modificação dos projetos/atividades, poderão ser aportados novos recursos de contrapartida pelo CONTRATADO.
3.3 – Quando o valor da atividade inicialmente pactuado se demonstrar superior ao necessário para a execução da atividade, em função da atualização de preços praticados no mercado e/ou da modificação dos projetos/atividades, deve ser realizado o reequilíbrio financeiro do contrato, respeitando a contrapartida mínima do CONTRATADO.
3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA ATIVIDADE

4 – O CONTRATADO manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução das atividades deste Instrumento de Repasse.
4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização da verificação do resultado do processo licitatório pela CONTRATANTE.
4.2 – Eventual execução das atividades realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.
4.3 – As obras devem iniciar com a brevidade possível, preferencialmente no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de emissão da autorização para início da atividade pela CONTRATANTE.
4.4 – Obras e/ou serviços a serem executados com contrapartida física do CONTRATADO podem ser iniciados assim que assinado o Instrumento de Repasse.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5 – A execução das atividades será acompanhada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO.
5.1 – No acompanhamento da execução das atividades serão verificados:
I. A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Processo de Seleção;
II. A compatibilidade entre a execução das atividades, o que foi estabelecido no Plano de Ações, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
III. A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO em sistema disponibilizado por ITAIPU;
IV. O cumprimento das atividades do Plano de Ações nas condições estabelecidas;
V. A conformidade financeira.
5.2 – A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30(trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 – A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, encaminhará a ITAIPU para as devidas providências.
5.4 – A disponibilização dos recursos financeiros de ITAIPU na conta vinculada do CONTRATADO será realizada sob bloqueio e ocorrerá após formalizado o Instrumento de Repasse ou após aprovação do Processo Licitatório da(s) atividade(s) pela CONTRATANTE, no valor da licitação, limitado ao percentual financeiro estabelecido no Instrumento de Repasse, em caso de desconto na licitação.
5.5 – O repasse do recurso financeiro poderá ser realizado em parcelas, de forma a garantir os recursos necessários para a execução do Instrumento de Repasse.
5.6 – O desbloqueio de recursos ocorrerá na periodicidade mensal, mediante apresentação da documentação constante na CLÁUSULA SEXTA.
5.7 – O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar no sistema de ITAIPU a documentação referente a cada desbloqueio.
5.8 – Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.
5.9 – A aferição da execução das atividades será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Ações, conforme os marcos estabelecidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Marcos de vistoria por Instrumento de Repasse

	IR até R$750 mil	**IR de R$750 mil até R$1,5 milhões**	**IR de R$1,5 até R$5 milhões**	**IR acima de R$5 milhões**
Número de vistorias	Acompanhamento (vistoria) do serviço na etapa de 100% da execução financeira (conclusão), ou seja, 1 vistoria in loco	Acompanhamento (vistoria) do serviço nas etapas de até 50% e 100% da execução financeira (conclusão), ou seja, 2 vistorias in loco.	Acompanhamento (vistoria) do serviço a cada etapa de até 33% de execução financeira, ou seja, 3 vistorias in loco.	Acompanhamento (vistoria) do serviço a cada etapa de até 20% de avanço da execução financeira, ou seja, 5 vistorias in loco.

5.10 – É facultado à CONTRATANTE a antecipação ou postergação das vistorias intermediárias, permanecendo o número total de vistorias estabelecidas na Tabela 1.
5.11 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Instrumentos de Repasse firmados pelos seus antecessores.
5.12 – O desbloqueio dos recursos financeiros será suspenso total ou parcialmente no caso de inadimplemento do CONTRATADO com relação a qualquer cláusula prevista neste instrumento.
5.13 – A falta de entrega da documentação prevista na CLÁUSULA SEXTA pelo CONTRATADO, ou demais irregularidades constatadas, implicará a suspensão dos desbloqueios dos recursos solicitados, até que os problemas sejam sanados.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
6 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Ações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.
6.1 – Antes da realização de cada desbloqueio, o CONTRATADO apresentará, no sistema fornecido por ITAIPU, os documentos detalhados nos subitens a seguir.
6.1.1 – Autorização de Desbloqueio, contendo:
- O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- O nº do Instrumento de Repasse a que se refere o pagamento a ser realizado;
- A atividade do Plano de Ações relativa ao pagamento;
- Informações das notas fiscais ou documentos equivalentes;
- Dados bancários do fornecedor/prestador de serviços para a realização do pagamento.
6.1.2 – Cópia das notas fiscais ou equivalentes, observando as seguintes disposições:
- Ser referentes às despesas compatíveis com as atividades previstas no Plano de Ações e realizadas no período de vigência do Instrumento de Repasse;
- Ser emitidas pelo fornecedor contratado, em nome e CNPJ do CONTRATADO;
- Corresponder ao valor solicitado para desbloqueio.
6.1.3 – A documentação fiscal deve ser apresentada acompanhada da "Declaração de Correspondência de Recursos e Despesas" do CONTRATADO, atestando que os comprovantes fiscais correspondem à execução do objeto e utilização exclusiva dos recursos do instrumento, detalhando as fontes de recursos e que serão mantidos nos arquivos pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do encerramento do instrumento.
6.1.4 – Quando a atividade for contratação de obras/empreendimentos, também devem ser apresentados:

- Boletim de medição;
- Relatório Resumo do Empreendimento;
- Evidências físicas por meio de registro(s) fotográfico(s);
- Na conclusão da obra, termo de aceitação provisório ou definitiva da obra;
- Termo de Responsabilidade do uso do sistema de abastecimento de água e/ou sistema de geração fotovoltaica para o último desbloqueio.

6.1.5 – Quando a atividade for aquisição de equipamentos, também devem ser apresentados:
- Termo de Responsabilidade do uso, funcionamento e guarda do equipamento, conforme modelo definido no Programa;
- Evidências físicas da entrega por meio de registro fotográfico, com destaque da comunicação visual do Programa, conforme modelo definido no Programa.

6.1.6 – Quando a atividade for elaboração de planos, estudos e projetos, além dos documentos fiscais, o CONTRATADO também deve apresentar plano, estudo ou projeto contratado, conforme etapa executada, para solicitação de desbloqueio dos recursos financeiros e análise da CONTRATANTE.
6.2 – Os pagamentos serão realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, informados pelo CONTRATADO na solicitação do desbloqueio.
6.3 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Instrumento de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item III das CONDIÇÕES GERAIS.
6.4 – No caso de recursos financeiros destinados ao pagamento de obras/empreendimentos, a última parcela dos recursos ficará condicionada à vistoria final in loco para constatação da execução da atividade, ou seja, após a entrega da obra.
6.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal.
6.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Instrumento de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta.
6.5.2 – Desde que autorizado pela ITAIPU, os rendimentos de aplicação financeira e eventuais saldos financeiros poderão ser utilizados para a execução de novas atividades ou ampliação das já existentes, após pagamento de tarifa extraordinária, conforme CLÁUSULAS DÉCIMA PRIMEIRA E DÉCIMA QUINTA.
6.5.3 – O saldo de recursos repassados e os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas que não tenham sido aplicados devem ser devolvidos a ITAIPU ao final da execução das atividades contratadas, considerando o previsto no inciso XXVI do item 2.2 da CLÁUSULA SEGUNDA, devendo constar no termo Encerramento do Instrumento de Repasse.
6.5.4 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução das atividades contratuais, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.
6.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à ITAIPU, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição.
6.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 6.6, a CONTRATANTE solicitará à agência da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta indicada por ITAIPU.

6.7 – Deverão ser restituídos, ainda, os recursos transferidos referentes à atividade, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:
a) Quando não houver qualquer execução física referente à atividade pactuada neste instrumento nem utilização de recursos;
b) Quando for executada parcialmente a atividade pactuada neste instrumento;
c) Quando não for apresentada documentação comprobatória de boa e regular aplicação dos recursos;
d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste instrumento;
e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 6.5.2;
f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do instrumento celebrado.
6.7.1 – Nos casos de conclusão, distrato, extinção ou rescisão contratual em que a atividade for executada parcialmente, o CONTRATADO deve devolver os recursos utilizados na parte que não possua funcionalidade, devidamente atualizados, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta indicada por ITAIPU.
6.7.2 – Para aplicação do item 6.7.1, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.
6.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos a ITAIPU, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data de referência e a data de efetivo crédito do montante devido na conta de ITAIPU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7 – Os bens remanescentes decorrentes do Instrumento de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRERROGATIVAS

8 – ITAIPU é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Ações.
8.1 – Sempre que julgar conveniente, a ITAIPU pode solicitar à CONTRATANTE informações referentes às contas vinculadas, bem como poderá promover visitas *in loco* nos projetos com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Instrumento de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

9 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Instrumento de Repasse e a especificação da despesa.
9.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número deste Instrumento de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Instrumento de Repasse.
9.1.1 – O CONTRATADO deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA – ENCERRAMENTO DO INSTRUMENTO DE REPASSE

10 – O Encerramento do Instrumento de Repasse consiste na etapa de comprovação de que os recursos previstos neste instrumento tiveram boa e regular aplicação, em atendimento ao que foi planejado e aprovado entre as partes no Plano de Ações.
10.1 – A documentação deve ser inserida no sistema fornecido por ITAIPU.
10.2 – No encerramento do Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar o Relatório de Conclusão do Objeto, contendo as justificativas de cumprimento parcial ou não cumprimento do objeto, quando for o caso e o Termo de Aceitação Definitiva no caso de obras de engenharia, conforme modelo definido para o Programa.
10.3 – Findo o presente Instrumento de Repasse, observado o fiel cumprimento das atividades e das obrigações pactuadas, os bens patrimoniais adquiridos, construídos e/ou produzidos serão revertidos ao CONTRATADO.
10.4 – A CONTRATANTE fará o acompanhamento da execução deste instrumento, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à correta aplicação dos recursos, e o atingimento dos objetivos estabelecidos.
10.5 – Quando a entrega do relatório de conclusão do objeto pelo CONTRATADO não ocorrer no prazo fixado ou caso seja identificada inconsistência na documentação apresentada, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 dias para sua apresentação/regularização, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.
10.6 – Caso o CONTRATADO não apresente o relatório ou regularize as pendências apresentadas, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE comunicará a ITAIPU, para adoção das medidas necessárias.
10.6.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, o CONTRATADO deve apresentar à CONTRATANTE e inserir no sistema de ITAIPU, documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.
10.7 – Transcorrido o prazo sem que as irregularidades/inconsistências tenham sido solucionadas, não será celebrado o termo de encerramento do instrumento de repasse, sob a pena de aplicação do previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

11 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO nos seguintes casos em que esse der causa:

Tabela 2 – Serviços Extraordinários

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS		TARIFA	VALOR MÍNIMO
ANÁLISE TÉCNICA		1,60%	14.900,00
VERIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO		0,40%	2.000,00
ALTERAÇÃO CONTRATUAL EXTRAORDINÁRIA	ADITIVO	R$ 2.100,00	-
	PARECER DE REPROGRAMAÇÃO	1,60%	8.000,00
VISTORIAS TÉCNICAS EXTRAORDINARIAS		R$ 6.900,00	-

11.1 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS/EQUIPAMENTOS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

12 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido por ITAIPU, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos.
12.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Instrumento de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação de ITAIPU, bem como o objeto de aplicação dos recursos.
12.2 – Para as atividades que envolvam aquisição de equipamentos, com exceção de materiais de consumo, compreendidas pelos abastecedouros comunitários, distribuidores de dejetos, cisternas, triturador de galhos, biodigestor – pequeno porte entre outros a identificação da parceria se dará por meio da adesivagem contendo os logos da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13 – Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término de acordo com o prazo descrito no item III das CONDIÇÕES

GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo, a ser apresentado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, e aprovação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

14 – O Instrumento de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência.

14.1 – Constitui motivo para rescisão do Instrumento de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

I. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Ações;

II. Não apresentação das prestações de contas parciais/final, no prazo estabelecido;

III. Não aprovação do Encerramento do Instrumento de Repasse;

IV. A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

15 – O presente Instrumento de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias do término da vigência, a qual será apreciada pela ITAIPU.

15.1 – A alteração contratual referente ao valor do Instrumento de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, não sendo condicionante para o desbloqueio dos recursos.

15.2 – Nos casos em que for admitida a redução ou exclusão de atividades, é necessária a solicitação justificada do CONTRATADO e o atendimento das condições abaixo:

a. não represente prejuízo à funcionalidade da atividade pactuada;

b. haja a redução da participação financeira do valor de repasse proporcional à redução de metas e etapas, com a devolução dos recursos liberados relativos às etapas e às metas reduzidas, inclusive aqueles provenientes de sua aplicação financeira;

c. o CONTRATADO formalize compromisso de arcar com as despesas necessárias à imediata operacionalização da atividade, quando couber;

d. o novo Plano de Ações seja aprovado contemplando os ajustes propostos.

15.3 – As adequações no Plano de Ações de natureza meramente operacional, que não constituam alterações significativas do Instrumento de Repasse, poderão ser realizadas por um Relatório justificado do CONTRATADO com a aprovação de ITAIPU, conforme modelo disponibilizado pela ITAIPU.

15.4 – As tarifas de formalização do Aditivo e dos eventuais serviços que sejam necessários para execução das atividades incluídas serão de responsabilidade do CONTRATADO, exceto nos casos demandados por ITAIPU.

15.5 – Havendo necessidade de reprogramação deste Instrumento de Repasse, o CONTRATADO deve apresentar a documentação técnica à CONTRATANTE que, após a análise, emitirá o Parecer de Reprogramação a ser submetido à ITAIPU para aceite ou rejeição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16 – Ao CONTRATADO é vedado:

I. Realizar despesas a empregado da ITAIPU, a qualquer título;

II. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;

III. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

V. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;

IX. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

X. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17 – O CONTRATADO deve estar ciente de que poderá ser suspenso seu acesso aos recursos de ITAIPU, por período de 12 a 60 meses, conforme Tabela 3, nos seguintes casos:

a. A divulgação/publicidade das atividades contratadas sem a devida citação de destaque de ITAIPU, conforme estabelecido no Manual de Identidade Visual do Programa, disponível no endereço eletrônico: https://www.itaipu.gov.br/institucional/comunicacao-social/logomarcas;

b. Inexecução e/ou cumprimento parcial do(s) objeto(s) estabelecido(s) no Instrumento de Repasse;

c. Inexecução e/ou descumprimento das obrigações estabelecidas no Instrumento de Repasse, exceto prazos das etapas do Plano de Ações;

d. Irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos.

Tabela 3 - Prazos de Penalidades

OCORRÊNCIA	PRAZOS (MESES)	PENALIDADE
a - b	12	SUSPENSÃO NO ACESSO AOS RECURSOS DA ITAIPU
c	24	
d	60	

17.1 – Caso sejam verificadas irregularidades na destinação e/ou uso dos recursos para execução das atividades que compõem o instrumento de repasse durante a vigência, além da suspensão no acesso aos recursos, o CONTRATADO deve devolver à ITAIPU a totalidade dos recursos investidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

18 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Instrumento de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

18.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Instrumento serão consideradas como regularmente feitas se inseridas no sistema de ITAIPU ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item V-A e V-B das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

19 – Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

– Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

20 – As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, sempre que viável, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Instrumento de Repasse, o foro da Justiça Federal, descrito no item IV das CONDIÇÕES GERAIS, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

_____
Assinatura Da Contratante
Nome: KELLY CRISTINA SOUZA GONÇALVES BOTTEGA
CPF: 000.258.071-37

_____
Assinatura Do Contratado
Nome: MAYCON LOPES SIMIONI
CPF: 070.805.019-03

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:22E1FF06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA N° 11/2026

A Câmara de Municipal de Loanda – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que a Administração pretende realizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de piso laminado no Plenário desta Casa de Leis, destinado à área reservada ao público.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.
DATA DE INÍCIO: 31/08/2026 às 08:00 hrs.
DATA FINAL: 02/09/2026 às 17:00 hrs.
Os interessados em apresentar proposta, devem enviá-las no e-mail:**licitacaocamaraloanda@uol.com.br** e no assunto dispor o número da dispensa, juntamente com todos os documentos de habilitação.
A íntegra dos documentos e anexos que compõem o presente Aviso de Dispensa de Licitação podem ser consultados diretamente no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Loanda.

Loanda/PR, 27 de agosto de 2026.

RENATO YUJI OBANA
Agente de Contratação

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:BA19C37C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a eventual contratação de solução tecnológica integrada de gestão pública (ERP) em modelo SaaS (Software as a Service), com hospedagem em nuvem pelo fornecedor, abrangendo licenciamento de uso, implantação, migração de dados, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, para a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo de Previdência do Município de Loanda- PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:

· **ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº39.988.022/0001-47, vencedora do certame pelo valor global de R$858.056,00(oitocentos e cinquenta e oito mil e cinquenta e seis reais);

Loanda, 27 de agosto de 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:4D3CB0B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO E NOVA DATA PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

O Município de Lobato, Estado do Paraná, por intermédio da Agente de Contratação/Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **RETOMADO** o procedimento licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº 16/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**.
A suspensão do procedimento havia sido determinada em razão da instauração de fiscalização de acompanhamento pelo **Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR**, por meio da **Demanda nº 735 – Ação de Fiscalização nº 3969**, que solicitou documentos e informações relacionados ao procedimento licitatório.
Após a análise dos apontamentos realizados no âmbito da referida fiscalização, foram promovidas pela Administração Municipal as providências e adequações pertinentes, com o **saneamento dos "Achados" identificados**, estando o procedimento apto a prosseguir.
Dessa forma, fica determinada a **retomada do Pregão Eletrônico nº 16/2026**, com a designação de **nova data para a abertura da sessão pública** e a concessão de novo prazo para encaminhamento das propostas, observadas as disposições do Edital, de seus anexos e da legislação aplicável.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão virtual: 15 de setembro de 2026.
Horário: 09h00min.
Todas as referências de tempo constantes do Edital, deste Aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília – DF**.
Data e horário limite para encaminhamento das propostas: as propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as **08h20min do dia 15 de setembro de 2026**.
Local: https://bnccompras.com/Home/Login, "Acesso Identificado", no qual o Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para download.
Valor máximo estimado da licitação: R$ 682.425,50 (seiscentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), sendo que o valor máximo de cada item encontra-se definido no **Termo de Referência – Anexo I**.
Sem prejuízo das demais publicações legalmente exigidas, integrarão a publicidade do procedimento licitatório, quando cabível e observadas as disposições legais relativas ao acesso a informações e à proteção de dados, os documentos da fase preparatória que devam ser disponibilizados ao público, inclusive o **Estudo Técnico Preliminar – ETP** e os documentos relativos à **formação do preço de referência**, mediante disponibilização no sítio eletrônico oficial do Município e no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.
Os interessados deverão observar integralmente as disposições constantes do Edital e de seus anexos, especialmente quanto aos prazos, condições de participação, apresentação das propostas e demais regras aplicáveis à sessão pública.
Lobato/PR, 27 de agosto de 2026.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação/ Pregoeira
Decreto Nº 102/2025, de 16 de Abril de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:F6B77786

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 169/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO DE ALINE ALVES DA SILVA REFERENE AO EDITAL DO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025.

DECRETO N.º 169/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 293/2025 de 29/08/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Aline Alves da Silva	Professor/20 hrs (Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia)	01/09/2026 a 31/08/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:00B4C3F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 81/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

CREDENCIANTE: Município de Lobato, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.367/0001-08.
CREDENCIADO: J H M NOGUEIRA CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 54.068.839/0001-57.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços complementares de Odontologia, destinados ao atendimento das demandas do Núcleo Integrado de Saúde do Município de Lobato/PR.
PROFISSIONAL INDICADA: Jayne Helena Miquilini Nogueira, inscrita no CRO/PR nº 34818, cirurgiã-dentista, portadora do PIS/INSS nº212.87320.66-1.
CARGA HORÁRIA: 100 (cem) horas mensais, totalizando 1.200 (mil e duzentas) horas anuais.
VALOR DA HORA: R$ 34,66 (trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).
VALOR MENSAL ESTIMADO: R$ 3.466,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais).
VALOR ANUAL ESTIMADO: R$ 41.592,00 (quarenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
06.003.10.301.0014.2.077.3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção da Atenção Primária em Saúde – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
06.003.10.301.0014.2.047.3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção da Rede Municipal de Saúde – Atenção Primária – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 27 de agosto de 2026 a 27 de agosto de 2027.
Lobato/PR, 27 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:59D0C8A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO – PARANÁ, CNPJ. 76.970.367/0001-08.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ. 90.180.605/0001-02.
INTERVENIENTE-ANUENTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, CNPJ. 80.910.201/0001-65.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 35/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 17/2025
CONTRATO: Nº 57/2025
OBJETO DO ADITIVO: Inclusão de veículo pertencente ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE na cobertura securitária do Contrato nº 57/2025, mediante formalização do respectivo endosso à apólice de seguro, compreendendo as coberturas e condições previstas no instrumento contratual e no respectivo endosso.
VEÍCULO INCLUÍDO: FIAT/STRADA FREEDOM CD13, ano de fabricação 2026, ano/modelo 2027, placa UCM2A60, chassi nº 9BD281BKPVYBR4788, de propriedade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 1.781,20 (mil setecentos e oitenta e um reais e vinte centavos), correspondente ao prêmio adicional referente ao período remanescente da cobertura securitária.
VIGÊNCIA DA COBERTURA DO VEÍCULO: de 19 de agosto de 2026 a 08 de agosto de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme previsto no Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Lobato/PR, 27 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:3747F86E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 279/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026, PRORROGAR A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE POR UM PERÍODO DE MAIS 15(QUINZE) DIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HELENA APARECIDA DOS SANTOS CARLUCI

PORTARIA Nº. 279/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições e,

I – Considerando o contido no Art. 60 e § 3º da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social do Regime Geral do INSS;

II – Considerando o teor do atestado médico, datado em **24/08/2026**, devidamente periciado e conforme laudo expedido pelo Dr. Davi Junior Mariano Lemenides – CRM/SP nº. 223.662,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a concessão da **Licença para Tratamento de Saúde** por um período de mais **15(quinze) dias,** compreendido entre **24/08/2026 a 07/09/2026,** da servidora pública municipal **Helena Aparecida dos Santos Carluci**, portadora do RG nº. *.900.***00 e CPF nº. ***.301.329-**, ocupante do cargo de **Educador Infantil** com carga horária semanal de 30 horas, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato,** contratada através do processo seletivo simplificado, regida pelo Regime Geral de Previdência Social a cargo do INSS.

Art. 2º - Os ônus financeiros ficarão a cargo do INSS, regime jurídico a que pertence, cabendo à servidora buscar junto ao INSS o benefício previdenciário de auxílio-doença a partir do 16º dia de afastamento ocorrido em 27/07/2026, nos termos do artigo 60 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 24/08/2026, data do atestado médico apresentado.

Art. 4º - Os efeitos desta Portaria ficarão prorrogados até a data da alta da servidora, com atestado de capacidade laborativa de retorno ao trabalho, obtida junto ao INSS e à perícia da municipalidade.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:8490D925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 280/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026, DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IRENE CESNIK OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR PARA O EXERCÍCIO DE SUBSTITUIÇÃO

PORTARIA Nº. 280/2026 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 30, § 1º, da Lei Municipal nº. 1.170/2011-E de 08/11/2011;

CONSIDERANDO a readaptação da servidora **Edjani Maria Tomazini de Souza Valoto** ocupante do cargo efetivo de Professor, com carga horária semanal de 20 horas, conforme Decreto nº. 126/2026 de 30/06/2026,

RESOLVE

Art. 1.º - DESIGNAR a servidora pública municipal Irene Cesnik, portadora do RG nº. 3.***.663-* e CPF nº. 016.***.***-96, ocupante do cargo efetivo de Professor com carga horária semanal de 20 horas, lotada na Escola Municipal Elias Abrahão – Ensino Fundamental para o exercício de Substituição da professora Edjani Maria Tomazini de Souza Valoto, no horário matutino, durante o período compreendido entre 26/08/2026 a 18/12/2026.

Parágrafo único - Para atender o contido no artigo anterior, a servidora indicada no *caput* perceberá, a título de contraprestação salarial, o valor correspondente previsto no § 1º do Art. 30, da Lei Municipal nº. 1.170/2011-E, sem prejuízo de sua remuneração habitual.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:BA699728

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO N.º 168/2026, DE 27 DE AGOSTO DE 2026. ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE LOBATO/PR

SÚMULA - Altera a composição da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família de Lobato/PR e dá outras providências.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a composição da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, instituída pelo Decreto nº 056/2025 de 17 de fevereiro de 2025, que passa a ser integrada pelos seguintes membros:

1-) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

a-) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: JOSÉ IGOR CAMARGO DE MORAES
Suplente: KELI CRISTINA CAVALLARI

Titular: SOLANGE PEREIRA BERETA
Suplente: ELIANE DA SILVA CAROSSA

b-) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: KEILA MARA DE BRITO
Suplente: ALINE MALAVAZI GUTIERREZ

Titular: NUBIA DE OLIVEIRA DIAS
Suplente: MARIA ILZA BARBOSA BARBALHO
c-) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: GISELI APARECIDA CAVALCANTE COSTA
Suplente: MARILZA DO CARMO MANTUANI

Titular: MARIANGELA DA SILVA RIBEIRO MARTINS
Suplente: SILVANA BARBOSA FERREIRA GAZZONE

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da prefeitura do Município de Lobato, aos 27 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:2E7FBEC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
CONTRATADA: H I S OKUHARA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.008.910/0001-73.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 148/2025, cujo objeto é o registro de preços de empresa especializada na prestação de serviços de análises clínicas laboratoriais, incluindo coleta, transporte, quando necessário, análise de amostras e emissão de laudos, conforme solicitação das Unidades de Saúde do Município de Lupionópolis/PR.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, a partir de 27 de agosto de 2026, com término em 26 de agosto de 2027, totalizando 24 (vinte e quatro) meses de vigência.
VALOR: Mantido o valor global estimado de **R$ 606.758,00 (seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais)**, permanecendo inalterados os preços unitários registrados, sem reajuste.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO –
Prefeito Municipal

:::

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:04B7C50C

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 044/2026

SÚMULA: Prorrogar o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

DECRETA

ART. 1º - PRORROGAR por 01 *(um)* ano, o Resultado Final do PROCESSO **SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS - SAÚDE**, contratação temporária de profissional **Farmacêutico,** para atuar no Centro de Saúde de Lupionópolis e Hospital Municipal, conforme Lei Municipal nº 12/2016 de 01/06/2016, art. 2º, inciso IV e art. 5º.

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Lupionópolis, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:6AE606D8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

ART. 1º - REVOGAR a partir de 28 de agosto de 2026, os efeitos da Portaria nº 020/2025**.**

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Lupionópolis, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:116B4CB7

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEX. 14 CHAM. PUB. 07

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 49/2026 Inexigibilidade nº 14/2026, a qual tem como objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, ROÇAGEM E SERVIÇOS GERAIS, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 25/08/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

59.786.877 ADELVANE DE SOUZA

Lupionópolis-Pr, 27/08/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:5FB25CC1

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEX. 14 CHAM. PUB. 7

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 49/2026 Inexigibilidade nº 14/2026, a qual tem como objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE

PEDREIRO, PINTOR, ROÇAGEM E SERVIÇOS GERAIS, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 25/08/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

59.786.877 ADELVANE DE SOUZA

Lupionópolis-Pr, 27/08/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:A6FB00E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2026

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ECOPLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 19.867.870/0001-90, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rodovia Br 470, nº 1040 - Km 70, Bloco 02, Galpão 03 E 04 - Bairro Benedito, cidade de Indaial, estado de Santa Catarina, CEP 89.084-405, neste ato representado pelo Sr(a) Procurador **RHAYAN HENRIQUE BARBOSA**, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 13.262.382-1 SESP- PR, inscrito (a) no **CPF 096.828.119-29.**

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 13/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2024, gerenciada pelo Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo - CINDESP, visando à aquisição de uniformes escolares e tênis para os alunos da rede municipal de ensino.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 330.331,00 (trezentos e trinta mil trezentos e trinta e um reais).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:E4FB8774

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 26/2026- CMAS

Resolução nº 26/2026

Súmula: Aprovar o valor reajustado para as Transferências Voluntarias 2026/2027 e o valor para o incentivo de aprimoramento.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.310 de 17 de setembro de 2019;
Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 24 de agosto de 2026.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o valor reajustado para as Transferências Voluntárias 2026/2027, sendo os seguintes serviços e as respectivas metas e valores:
I. Proteção Social Básica – Criança e Adolescente: meta 436; per capita: R$ 110,06 (cento e dez reais e seis centavos); Valor Total: R$ 575.826,80 (quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos);
II. Proteção Social Básica – Idoso: meta 150; per capita: R$ 79,95 (setenta e nove reais e noventa e cinco centavos); Valor Total: R$ 143.918,98 (cento e quarenta e três mil e novecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos);
III. Serviço de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência: meta: 95; per capita R$ 137,47 (cento e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos); Valor Total: R$ 156.712,70 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e doze reais e setenta centavos);
IV. Serviço de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: meta:10; per capita R$ 1.444,77 (um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos); Valor Total: R$ 173.371,96 (cento e setenta e três mil, trezentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos);
V. Serviço de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Idosos: Meta 27; per capita R$ 1.255,88 (um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos); Valor Total: R$ 406.903,78 (quatrocentos e seis mil, novecentos e três reais e setenta e oito centavos);

Artigo 2º - Aprovar o valor de R$ 46.828,18 (quarenta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezoito centavos) para incentivar o aprimoramento de cada serviço, sendo:
I. Proteção Social Básica – Criança e Adolescente: R$14.008,68 (quatorze mil e oito reais, e sessenta e oito centavos) a ser divido de acordo com a meta;
II. Proteção Social Básica – Idoso: R$4.819,50 (quatro mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta centavos);
III. Serviço de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência: R$8.000,00 (oito mil reais);
IV. Serviço de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: R10.000,00 (dez mil reais);
V. Serviço de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Idosos: R$10.000,00 (dez mil reais).
Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 27 de agosto de 2026.

THAIS CAROLINE LARINI PRESENSE LISBOA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:8E9E5313

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
LEI ORDINÁRIA 4547/2026

Ementa: Dispõe sobre a criação do Jardim Sensorial no Município de Mandaguari.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Edilson dos Santos Montanheri, Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituída a criação de um Jardim Sensorial, de caráter público, educativo, terapêutico e inclusivo, no Município de Mandaguari, visando promover a educação ambiental, o bem-estar da população e a inclusão de pessoas com deficiência, incluindo crianças

com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências.
Parágrafo único: O Jardim Sensorial deverá ser concebido como um espaço acessível, interativo e acolhedor, estimulando os sentidos de forma segura e adaptada para o público com necessidades específicas, como pessoas com TEA, deficiência visual, intelectual ou múltipla.

Art. 2º O Jardim Sensorial será implantado em áreas públicas municipais, preferencialmente em praças, parques ou áreas verdes, podendo ser vinculado a escolas, unidades de saúde, centros de reabilitação, espaços culturais ou áreas de lazer.

Art. 3º O Jardim Sensorial deverá conter elementos que estimulem os cinco sentidos humanos:
I – Tato: caminhos com diferentes texturas (areia, cascalho, madeira, grama, pedras lisas), plantas com superfícies variadas (ásperas, lisas, peludas);
II – Olfato: cultivo de ervas aromáticas e flores perfumadas (como lavanda, alecrim, hortelã, manjericão);
III – Visão: uso de plantas e flores de diversas cores, formatos e tamanhos, com paisagismo acessível e atrativo;
IV – Audição: inserção de elementos como fontes de água, sinos dos ventos, e incentivo à presença de pássaros e sons naturais;
V – Paladar: cultivo de espécies comestíveis seguras, como hortaliças, frutas e temperos, com manejo adequado.

Art. 4º O espaço deverá ser acessível a todas as pessoas, devendo contar com:
I – Sinalização tátil e visual;
II – Placas em braille e linguagem acessível;
III – Pisos podotáteis e caminhos adaptados;
IV – Rampas de acesso e estrutura adequada para pessoas com mobilidade reduzida.
Art. 5º. O Poder Executivo poderá firmar parcerias com:
I – Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Cultura e Obras;
II – Escolas, universidades e instituições de ensino técnico;
III – Organizações não-governamentais e entidades assistenciais;
IV – Empresas privadas e cooperativas, por meio de termos de cooperação, convênios ou patrocínio, respeitada a legislação vigente.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (24/08/2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:19D5CABE

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Mandaguari – PR, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Portaria CMM nº 17/2024 e na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 6º, inciso XLI, 17 e 71, após constatada a regularidade dos atos praticados no procedimento licitatório,
HOMOLOGA o resultado do Pregão Eletrônico nº 2/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de veículo 0 km para a Câmara Municipal de Mandaguari – PR, cujo edital foi publicado e republicado nos dias 17/07/2026 e 03/08/2026, respectivamente, conforme resultado da sessão pública realizada em 14/08/2026 e demais atos constantes dos autos.
Fica **ADJUDICADO** o objeto à empresa **SAINT EMILION AUTOMOVEIS PECAS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 12.579.490/0001-01**, pelo valor total de **R$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais)**.
Considerando que o procedimento se encontra devidamente instruído e que foram observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, **homologo o resultado do Pregão Eletrônico nº 2/2026**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Publique-se.
Mandaguari, 27 de agosto de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:2855CBE1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 423/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOÃO BATISTA FRUJUELLI,

DECRETO Nº. 423/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil João Batista Frujuelli, com vigência de 27/08/2026 a 27/08/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil João Batista Frujuelli**, com vigência de **27/08/2026 a 27/08/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Elisangela Parra Ferreira Neves
Vice-presidente: Josilene Vitorino de Oliveira

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Patrícia dos Santos Firmino Silva
Suplente: Cristina de Jesus Bezerra
Titular: Júlia da Silva Aranha
Suplente: Inez Aparecida da Cunha de Souza

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONÁRIOS
Titular: Josilene Vitorino de Oliveira
Suplente: Carmelucia Gomes da Silva
Titular: Rosani Dickel
Suplente: Michelly Marques da Silva

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Matheus de Oliveira Fagundes
Suplente: Camila Rodrigues Rocha
Titular: Igor Rodrigues de Oliveira
Suplente: Angélica Aparecida Cordeiro

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Elias Miguel dos Santos
Responsável Legal: Juliana de Fatima dos Santos
Suplente: Rosejanaina Dorsainvil
Responsável Legal: Roseline Joseph

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Laura Gabriela Batista da Silva

Suplente: Maryane de Oliveira Fagundes

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Leila Maria Brussolo
Suplente: Wilbert Charles
Titular: Carlos Alexandre da Silva
Suplente: Ronald Chery

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (27/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:9B503F31

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 289/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 108/2025

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 108/2025

Dispõe sobre a convocação da classificada através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação da candidata abaixo relacionada a comparecer no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munida dos documentos, com vista a assumir a vaga para o cargo no qual foi aprovada no PSS aberto através do Edital n.º 108/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 171/2025.

PSICÓLOGO 20 HRS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
10	EDUARDA HENRIQUES MARTINEZ SIMÕES DA SILVA	60

Mandaguari, 27 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:F5100087

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.61/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
BECK ASSESSORIA LTDA	61.480.229/0001-65	R$ 3.500,00

Mandaguari (PR), 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:CD788DD2

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.62/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
HORUS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA	59.048.127/0001-23	R$ 3.194,00

Mandaguari (PR), 27 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:80B49E0F

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.63/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
57.790.830 SARAH CHRISTIAN BUENO	57.790.830/0001-87	R$ 5.000,00

Mandaguari (PR), 27 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:78D9C0C8

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.64/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA	07.325.044/0001-30	R$ 600,00

Mandaguari (PR), 27 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6753F042

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS LIBRAS/PORTUGUÊS, EM EVENTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 14/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 14/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 14/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 27 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:42EC235C

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026-PMM
AMPLA CONCORÊNCIA

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO VISA ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS DE DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE MANDAGUARI. A MEDIDA TEM COMO OBJETIVO MODERNIZAR A FROTA, REDUZIR CUSTOS COM MANUTENÇÃO, GARANTIR MAIOR EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 15/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 15/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 15/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Compras.Gov

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 27 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:4E247973

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 61/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BECK ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.480.229/0001-65, com endereço na Rua José Klosoviski, 771, CEP: 85.200-104, na cidade de Pitanga/Pr, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **BRUNO CAMILO BECK**, inscrito no CPF sob o nº 087.085.569-70.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PALESTRA PARA O EVENTO AGOSTO LILÁS COM O TEMA "MULHER: PROTAGONISTA DE SUA HISTÓRIA", EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DA MULHER.

VALOR: 3.500,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 26 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:97D373FC

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2025
PROCESSO Nº 168/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **VIDRAÇARIA EURO VIDROS LOANDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 36.050.373/0001-14, com endereço na Rua Pastor Epaminondas S Lima, 799, Bairro: Centro, CEP:87900-000, na cidade de Loanda/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ILSON MOREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 042.432.819-47, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 65/2025, bem como pela legislação

vigente em especial o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços n° 266/2025, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 28/08/2026, conforme solicitado pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente à prorrogação será de R$ 111.675,61 (cento e onze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:

Descrição do objeto:

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
03	VIDRO TEMPERADO 10MM - vidro temperado, espessura 10MM, cor: incolor, transmitância: transparente	M²	205	R$ 544,76	R$111.675,61

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 19 de Agosto de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9F564592

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025
PROCESSO Nº 208/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **EGC COMERCIO E ATACADISTA DE INFROMATICA E ELETROELETRONICOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.768.037/0001-98, com endereço na ROD BR 101 KM 101 S/N, CONDE, CEP: 58322-000, na cidade de Conde/BA, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora **EMMANUELA CAMINHA VELOSO FREIRE COSTA**, inscrita no CPF sob o nº 052.613.584-00, inscrito no CPF sob o nº 317.658.198-06, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo *a* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2025**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Unidade	Marca homologada	Marca (TROCA)
2	FONTE ALIMENTAÇÃO - ATX 500W 110/220V	UNID	KNUP KP-522	FONENG HDWF 004
22	CABO ÁUDIO E VÍDEO HDMI - (macho x macho)	UNID	EXBOM Cod 00105	TOMATE 4002

CLÁUSULA SEGUNDA:
O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca do item acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 18 de junho de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C0ACBA51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
PORTARIA 023/2026

PORTARIA N° 023
DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: "Designa servidor para estudo prévio, implantação e manutenção do programa Pro-Gestão".

A **SECRETÁRIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 27 da Lei nº 514/2009, **RESOLVE**:

Art. 1°. Designar o Servidor EDILSON DO SOCORRO CORDEIRO, servidor efetivo, matrícula nº 1005, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.***.***-10 como responsável por executar os estudos prévios e o planejamento para implantar o Pro-Gestão no Mandiprev, bem como o designa para supervisionar todas as tarefas necessárias à implantação, certificação e a manutenção da qualificação obtida.
Art. 2º A designação do servidor não afasta o dever de cada setor colaborar e atuar proativamente para alcançar e manter a certificação.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARLETE DOS SANTOS RIBEIRO
Secretária Executiva do Mandiprev

Publicado por:
Gislaine Ribeiro da Cruz
Código Identificador:AAB6DDFA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
PORTARIA 024/2026

PORTARIA Nº 024/2026

A Secretária Executiva do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Mandirituba - MANDIPREV**,** no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 27 da Lei nº 514/2009:
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias ao servidor abaixo relacionado, bem como a conversão de 10 dias em Abono Pecuniário, nos termos do art. 80, §8º da Lei nº 02/1991 (Estatuto dos Servidores Municipais).

FUNCIONÁRIO
Cleverson Ezequiel Blenski

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
10/06/2024 à 09/06/2025	10/08/2026 à 29/08/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo

seus efeitos a partir 10 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

Mandirituba, 27 de agosto de 2026.

ARLETE DOS SANTOS RIBEIRO
Secretária Executiva

Publicado por:
Gislaine Ribeiro da Cruz
Código Identificador:68A2E73E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2026 COMPRASGOV: 122/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2026 UASG 455978

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2026
COMPRASGOV: 122/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 48/2026
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO
Data da Sessão: 15 de setembro de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ 617.537,42 (seiscentos e dezessete mil quinhentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos)
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 27 de agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Responsável Pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:06B68BAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR N.º 02/2026, DE 27 DE MAIO DE 2026, COM PUBLICAÇÃO EM 28 DE MAIO DE 2026, EDIÇÃO N.º 3539.

JULGAMENTO
O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, Estado do Paraná, senhor FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, em especial nos termos dos artigos 167 e seguintes da Lei Municipal n.º 02 de 22 de fevereiro de 1991, após análise minuciosa, **ACOLHE** o Relatório de fls. 01 até 14, como razões de decidir por:
1 - ARQUIVAMENTO da presente Sindicância Administrativa Disciplinar n.º 02/2026;

Mandirituba, 12 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Maria da Cruz de Lima
Código Identificador:3BD3CB9C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 330 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 25% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para as professoras abaixo relacionadas:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
4601	Ana Carla Voznhaki Moleta	Secretaria Municipal de Educação
4586	Gleicy Kelly de Fatima Monteiro	Secretaria Municipal de Educação
4611	Mariana Ivankio de Oliveira	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:7A1691A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 331 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 25% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para a professora abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
3410	Rosangela de Fátima Araujo	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 20 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:48550CF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº. 332 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 480/2008 e considerando requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Adicional pelo exercício da Docência na Educação Especial, conforme Art. 38-A da Lei Municipal nº. 480/2008 a Professora abaixo:

MATR MATR	PROFESSOR	LOCAL
4599	Joice Rocha Zappe	Escola Mun. Nossa Senhora do Rocio

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 27 de julho de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:3B7B1DA1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 333 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata PAULA LARISSA PEREIRA DA CRUZ,efetuada por meio da portaria n.° 282, de 27 de julho de 2026, para exercer o cargo de provimentoefetivo de Técnico de Enfermagem, sob regime Estatutário, com carga horária de 40 horassemanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público – Edital n.º 001/2025, nos termos do art. 17, § 6º, da Lei Municipal n.º 02, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:3BCAA0F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO 30-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 30/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° **01.614.343/0001-09**, torna público que fará realizar dia **16/09/2026**, no sistema de disputa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil **bll.org.br**, abertura da sessão pública do **Pregão - Eletrônico** Nº 30/2026 do tipo: MENOR PREÇO POR LOTE, Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Decreto Municipal nº 1714/2024 de 25/01/2024 Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de transporte escolar, mediante disponibilização de veículos próprios e motoristas devidamente habilitados e qualificados, para atendimento dos alunos da APAE e da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino do Município de Manfrinópolis, mediante licitação.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até dia **16/09/2026,** às **07:00 horas**.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia **16/09/2026,** às **08:00 horas**.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **16/09/2026,** às **08:30 horas**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3199-0070** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.
Manfrinópolis, em 26/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:4B67432E

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0254/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0254/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0254/2026
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	LAODEMIR GUEPFRI		**MATR.**	**1012228**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO MUNICIAPL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
	EFETIVO	X	COMISSIONADO		SANDERO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA: AWQ-1649
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
26/08/2026	26/08/2026	CHOPINZINHO	PR	PARA ; RETIRAR MÁQUINA LEVADA PARA MANUTENÇÃO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 26 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:96175A8A

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4145/2026 - 17.08.2026

Sumula: Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais pertencentes ao Município de Manfrinópolis para o Exercício de 2026 e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA
Art. 1º Ficam nomeados os Senhores JOSÉ PAULO GOMES DOS SANTOS, LUCIANO RENATO DE LIMA, ADEMIR ANTONIO CARBONERA, SUSANA FRANCISCONI e LAODEMIR

GUEPFRI, sob a presidência do primeiro a formarem a Comissão de Avaliação de Bens Patrimoniais pertencentes ao Município de Manfrinópolis para o Exercício de 2026, observados os critérios de valores de mercado de acordo com o seu estado de conservação e depreciação conforme o caso, devendo emitir o laudo de avaliação com a descrição detalhada dos bens após cada avaliação.
Parágrafo Único: As avaliações destinam-se para fins de interesses diversos da Administração, tais como: desafetação, concessão, permissão de uso e baixa patrimonial.
Art. 2º Os serviços prestados pela comissão são relevantes de interesse público, não cabendo ônus a nenhum dos integrantes da comissão.
Art. 3º Revogadas as disposições sem contrario este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 17 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:DF664568

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 2142/2026 - 04.08.2026

Nomeia Chefe de Divisão de Assistência Social e Oficinas do Município de Manfrinópolis, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 9º, II, bem como pela Lei Municipal nº 529/2014, de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores,
DECRETA:
Art. 1° Fica nomeada a **Sra. CLEDINA DE OLIVEIRA**, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de CHEFE DE DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL E OFICINAS do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, Nível 2-C, devendo perceber a remuneração prevista em Lei, **a partir de 05 de agosto de 2026.**
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 04 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:C8A46D17

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4563/2026 - 26.08.2026

Concede férias proporcionais a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, bem como conforme Processo nº 100/2026 – SRH, de 10 de abril de 2026 e Processo nº 207/2026 – SRH, de 25 de agosto de 2026, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4377/2025, de 15 de dezembro de 2025 que concede férias proporcionais a Servidor Público, referente ao Período Aquisitivo de 01.03.**2024** até 28.02.**2025**, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4469/2026, de 15 de abril de 2026 que concede férias proporcionais a Servidor Público, referente ao Período Aquisitivo de 01.03.**2024** até 28.02.**2025**,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias restantes de férias ao Servidor Público Municipal **Sr. MARCIO DE LIMA WULFF**, cadastrado sob matrícula nº 8781, ocupante de Cargo Efetivo de VETERINÁRIO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de 28 de agosto de 2026 ate 06 de setembro de 2026, referente ao **Período Aquisitivo de 01.03.2024 até 28.02.2025**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:C3B8BE18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PAUTA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA (31/08/2026).

Pauta da 29ª Sessão Ordinária do segundo ano legislativo da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mangueirinha (31/08/2026).

-Matérias a apresentar:
-Projeto de lei 067/2026 - Desafeta do uso público e incorpora à categoria de bens públicos dominicais os imóveis de propriedade do Município de Mangueirinha que especifica, destinados à transferência dominial autorizada pela Lei Municipal nº 2.532, de 13 de abril de 2026, e dá outras providências.
-Projeto de Decreto Legislativo n.º 003/2026- Dispõe sobre a aprovação das contas do Poder Executivo do Município de Mangueirinha, relativas ao exercício financeiro de 2024.

- Indicações e Requerimentos a serem apresentadas:
-Não há indicações apresentadas.

-Matérias constantes na Ordem do Dia:
-Em primeira votação.
-Projeto de lei Complementar 03/2026- Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 19, de 29 de setembro de 2022, que instituiu o Código Tributário do Município de Mangueirinha/Pr, para modificar alíquotas do IPTU, ITBI e ISSQN, instituir tabela de preços públicos e ressarcimento de serviços operacionais, estabelecer medidas de compensação tributária, e dá outras providências.
-Projeto de lei 058/2026- Altera o art. 13 da Lei Municipal n.º 2.285, de 29 de setembro de 2022, que dispõe sore a Planta de Valores Genéricos para lançamento e cobrança dos impostos imobiliários do Município de Mangueirinha, e dá outras providências.
-Projeto de lei 060/2026- Altera o art. 2º da Lei Municipal n.º 1.652, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre incentivo fiscal para implantação de novos projetos de loteamento no Município de Mangueirinha, e dá outras providências.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:958DAE2B

LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE CHAMAMENTO Nº 003/2026 – PMM

O Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, o **ADIAMENTO** da sessão pública referente ao **Edital de Chamamento nº 003/2026 – PMM**, cujo objeto consiste no credenciamento de profissionais com formação superior em Comunicação, Publicidade ou Marketing, ou que comprovadamente atuem em uma dessas áreas, para compor a

Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação destinada à contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração.
Fica alterada a data da abertura dos envelopes de intenção de credenciamento, anteriormente prevista para o dia **27 de agosto de 2026, passando a vigorar conforme abaixo:**
DATA E HORA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 13 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN.
Em razão do adiamento da abertura, ficam igualmente alteradas as seguintes datas:
PUBLICAÇÃO DOS CREDENCIADOS: 14 DE AGOSTO DE 2026.
DATA E HORA DO SORTEIO: 28 DE AGOSTO DE 2026 ÀS 09H00MIN.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital.
Mangueirinha – PR, 27 de agosto de 2026.

Departamento de Licitação
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:DC851874

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2026 – PMM
O Departamento de Licitação do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO, por prazo indeterminado, o PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2026 – PMM**, cujo objeto consiste no **registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.**
A suspensão do certame decorre da necessidade de realização de ajustes técnicos no edital e em seus anexos, visando ao aperfeiçoamento do instrumento convocatório e à garantia da regularidade do procedimento licitatório. A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada por meio de novo aviso.

Mangueirinha – PR, 27 de agosto de 2026.

Departamento de Licitação
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:E2512A76

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 – PMM
O Departamento de Licitação do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO, por prazo indeterminado, o PREGÃO ELETRÔNICO nº 049/2026 – PMM**, cujo objeto consiste no **registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de hortaliças e sementes nativas destinadas ao atendimento dos produtores rurais do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**
A suspensão do certame decorre da necessidade de realização de ajustes técnicos no edital e em seus anexos, visando ao aperfeiçoamento do instrumento convocatório e à garantia da regularidade do procedimento licitatório. A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada por meio de novo aviso.

Mangueirinha – PR, 27 de agosto de 2026.

Departamento de Licitação
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:59665EF4

PROCURADORIA
DECRETO Nº 209, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 209, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, art. 66, e

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto institui o Comitê Municipal com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e seus cuidadores, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pela Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal:
I - promover a articulação e a integração de programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II - utilizar os instrumentos normativos indicados pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa e criar instrumentos complementares quando couber;
III - acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV - acompanhar a implantação, implementação, monitoramento e avaliação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI e do Cadastro de Cuidadores do Paraná;
V - promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção, promoção e participação destinadas à população idosa;
VI - contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, ações e serviços destinados à população idosa, com foco no envelhecimento ativo e saudável assegurando atenção integral à pessoa;
VII - acompanhar e apresentar ao Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa a construção de diagnóstico local, Plano de Ação, monitoramento de sua execução, e demais instrumentos de adesão que venham a ser solicitados pelo Estado; e
VIII - participar de capacitações, reuniões e outros eventos presenciais ou remotos promovidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e observar as orientações e diretrizes expedidas.

Art. 3º O Comitê Municipal será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que proverá apoio técnico e administrativo para seu funcionamento.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que integram o Comitê Municipal comprometem-se a:
I - identificar as possibilidades, em suas áreas de atuação, de ações e investimentos voltados a fortalecer o envelhecimento ativo e saudável da população como oportunidade para o desenvolvimento econômico e social;

II - apresentar os programas, serviços e investimentos previstos em seus planos estratégicos e orçamentários que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas; e
III - informar a criação, aprimoramento ou alteração de iniciativas sob sua responsabilidade que envolvam ou impactem, direta ou indiretamente, as pessoas idosas.

Art. 5º Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa os seguintes órgãos e entidades:

Segmento	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social	Fernanda Martinello Baum	Carmem Regina Barbosa Santian
Secretaria Municipal de Educação	Beatriz Damer de Oliveira	Ligia W. Diesel Pastório
Secretaria Municipal de Industria e Comércio	Abgail Ferrari Lima	Edson Paulo Marcondes de Siqueira
Secretaria Municipal de Engenharia/Obras	Luiz Fernando da Silveira	Adolfo Ferreira da Luz Neto
Secretaria Municipal de Esporte e Cultura	Jessica de Andrade Giroletti	Nicole Farias Almeida
Secretaria Municipal de Saúde	Noelen Deon	Danielle Saugo
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Marina Battochio	Angela Aparecida dos Santos
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Eva Aparecida Schramm	Ana Eliza dos Santos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Maria Helena Santos Fonseca	Rita Albina Marasca Maffini
Associação dos Servidores Públicos	Walmir Antonio Giordani	Agustinho Marinho
Associação dos Corredores de Rua de Mangueirinha – ACORMANG	Walter Pereira de Aguiar	Monica F. Almeida
Associação Comercial - ACIMAN	Priscila Frank Batistella	Ana Paula Makcmovicz
Associação dos Idosos Água Viva	Lisete Maria Feldkircher	Valci B. de Oliveira
Associação dos Idosos Pouso Alegre	Valdomiro Ferreira da Silva	Santo Oldoni
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Ladijane Brunetti	Juliana Tiepo
Divisão de Assistência e Apoio a Terceira Idade	Eleni Aparecida Stein Carli	Jocelaine Asevedo Estolaski
Divisão de Habitação e Interesse Social	Sandro Marcio de Mello	Anna Luiza Lauefer Passos
Segurança Pública – Policia Militar	João Ricardo Alves da Silva	Sergio Roberto Alves Salgueiro

§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos dirigentes dos órgãos ou entidades que representam e designados em ato do Poder executivo, conforme art. 3º.
§ 2º O Comitê Municipal poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas de notório conhecimento e atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e na temática do envelhecimento, para participação eventual e contributiva nas reuniões.
§ 3º O Comitê Municipal se reunirá, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenação.

Art. 6º O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o monitoramento do Plano de Ação, acompanhado de relatório complementar para ciência e acompanhamento.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:55ED86E9

PROCURADORIA
LEI Nº 2.557, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2.557, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 1.959.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil reais), e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **Leandro Dorini**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a abertura de crédito especial para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor de R$ 1.959.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

SECRETARIA	VALOR
07 - Secretaria de Finanças	**R$ 850.000,00**
85 – 33.90.93.00.00.00.00(1000) - indenizações e restituições	R$ 50.000,00
106 – 33.90.47.00.00.00.00(1000) - obrigações tributárias e contributivas	R$ 800.000,00
09 - Secretaria de Viação e Infraestrutura Rural	**R$ 799.000,00**
388 – 33.90.39.00.00.00.00(504) - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 799.000,00
11 - Secretaria de Assistência Social	**R$ 10.000,00**
239 – 33.90.30.00.00.00.00(934) - material de consumo	R$ 10.000,00
14 - Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	**R$ 300.000,00**
358 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 300.000,00
Valor Total	**R$ 1.959.000,00**

Art. 3º Para cobertura do que trata o artigo 2º deste crédito especial, fica indicado como recurso a anulação de dotação e superávit financeiro conforme segue:

05 – Secretaria de Administração	**R$ 100.000,00**
46 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 100.000,00
07 – Secretaria de Obras Públicas, Planejamento e Projetos	**R$ 799.000,00**
81 – 33.90.30.00.00.00.00(504) - material de consumo	R$ 500.000,00
83 – 33.90.39.00.00.00.00(504) - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 299.000,00
11 - Secretaria de Assistência Social	**R$ 10.000,00**
242 – 44.80.52.00.00.00.00(934) – equipamentos e material permanente	R$ 10.000,00
16 - Secretaria de Política as Mulheres	**R$ 200.000,00**
392 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 200.000,00
Total Anulação	**R$ 1.109.000,00**
Superávit Financeiro Fonte 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 850.000,00
Total Excesso e Superávit	**R$ 850.000,00**
Valor Total	**R$ 1.959.000,00**

Art. 4º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.480, de 07 de novembro de 2025, que estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2026 a 2029.

Art. 5º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.482, de 14 de novembro de 2025, que estabeleceu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:108FD20C

PROCURADORIA
LEI Nº 2.558, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2.558, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 203.988,00 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e oito reais), e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **Leandro Dorini**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a abertura de crédito especial para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor de R$ 203.988,00 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e oito reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

12 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
324- 44.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 203.988,00
Valor Total	**R$ 203.988,00**

Art. 3º Para cobertura do que trata o artigo 2º deste crédito especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso de Arrecadação Fonte 4082 - CONVÊNIO 998053/2026 - MAPA - Aq. Maq. e Equipamentos	R$ 203.988,00
Valor Total	**R$ 203.988,00**

Art. 4º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.480, de 07 de novembro de 2025, que estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2026 a 2029.

Art. 5º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.482, de 14 de novembro de 2025, que estabeleceu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:0B888BEF

PROCURADORIA
LEI Nº 2.559, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2.559, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 859.305,19 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinco reais e dezenove centavos), e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **Leandro Dorini**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a abertura de crédito especial para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor de R$ 859.305,19 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinco reais e dezenove centavos), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

SECRETARIA	VALOR
10 - Secretaria de Saúde	**R$ 859.305,19**
224 – 33.90.39.00.00.00.00(2494) - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 859.305,19
Valor Total	**R$ 859.305,19**

Art. 3º Para cobertura do que trata o artigo 2º deste crédito especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 166/2016	R$ 550.000,00
Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 741/2026	R$ 24.776,19
Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 746/2026	R$ 284.529,00
Valor Total	**R$ 859.305,19**

Art. 4º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.480, de 07 de novembro de 2025, que estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2026 a 2029.

Art. 5º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.482, de 14 de novembro de 2025, que estabeleceu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:E79401EF

PROCURADORIA
LEI Nº 2.560, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2.560, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Fica autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **Leandro Dorini**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a abertura de crédito especial para o exercício financeiro de 2026.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

11 - Secretaria de Assistência Social	
246 – 33.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES	R$ 100.000,00
Valor Total	**R$ 100.000,00**

Art. 3º Para cobertura do que trata o artigo 2º deste crédito especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso de Arrecadação Fonte 2038 - Emenda Ind. com Fin. Definida 202643140004 - APAE	R$ 100.000,00
Valor Total	**R$ 100.000,00**

Art. 4º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.480, de 07 de novembro de 2025, que estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2026 a 2029.

Art. 5º Fica incluído os valores das alterações orçamentárias demonstrados nos artigos 2º e 3º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº 2.482, de 14 de novembro de 2025, que estabeleceu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:636436D8

PROCURADORIA
LEI Nº 2.561, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2.561, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Parcelamento Excepcional de Débitos Previdenciários dos Municípios – PEM 2025, relativamente aos créditos tributários constituídos no Procedimento Fiscal nº 0910200.2025.00884, e dá outras providências.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aprovou e eu **Leandro Dorini**, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Parcelamento Excepcional de Débitos Previdenciários dos Municípios – PEM 2025, nos termos dos arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025, da Instrução Normativa RFB nº 2.283, de 9 de outubro de 2025, e demais normas federais aplicáveis.

Art. 2º A autorização de que trata esta Lei compreende os créditos tributários constituídos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no âmbito do Procedimento Fiscal nº 0910200.2025.00884, referentes a fatos geradores ocorridos entre 01/07/2021 e 31/12/2023, assim discriminados:
I – Processo nº 10340-721.224/2026-07, referente à Contribuição Previdenciária dos Segurados, no valor originariamente lançado de R$ 846.275,11 (oitocentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e onze centavos);
II – Processo nº 10340-721.224/2026-07, referente à Contribuição Previdenciária da Empresa e do Empregador, no valor originariamente lançado de R$ 2.430.023,74 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil, vinte e três reais e setenta e quatro centavos);
III – Processo nº 10340-721.222/2026-18, referente à Contribuição Previdenciária da Empresa e do Empregador, no valor originariamente lançado de R$ 7.686.858,10 (sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).
§ 1º O valor total originariamente constituído nos lançamentos relacionados neste artigo corresponde a R$ 10.963.156,95 (dez milhões, novecentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos).
§ 2º Os valores previstos neste artigo correspondem aos montantes constantes dos respectivos documentos de lançamento e ficam sujeitos à atualização, consolidação, reduções e demais critérios aplicáveis pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na data da formalização do parcelamento.

Art. 3º O parcelamento autorizado por esta Lei observará as condições, prazos, reduções, encargos, critérios de atualização, quantidade de prestações e demais requisitos estabelecidos na legislação federal aplicável ao PEM 2025.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a praticar os atos administrativos, fiscais, contábeis, financeiros e orçamentários necessários à formalização, consolidação, execução e manutenção do parcelamento autorizado por esta Lei, observada a legislação aplicável.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal, observadas a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e a legislação orçamentária municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá consignar, nos exercícios financeiros subsequentes, dotações suficientes ao cumprimento das obrigações decorrentes do parcelamento enquanto perdurar sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:5020E881

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 25/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **ANA LUCIA DA SILVA DIAS – CPF: xxx.876.928-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.**
Cláusula 2ª - Plantar, transplantar e cuidar de vegetais e plantas decorativas; zelar pela conservação de parques, praças e jardins; Preparar a terra e sementeiras destinadas ao plantio e transplante de vegetais e plantas decorativas dos parques, praças e jardins; Plantar cortar e conservar gramados; Adubar a terra, fazer enxertos e molhar as plantas; Executar tratos culturais, capinas plantio e transplante de mudas de folhagem, preparação de covas, amarra de árvores aos tutores e outros; Zelar pela conservação e manutenção de parques, praças e jardins; Manter sob sua guarda materiais destinados ao seu trabalho; Participar de ações de manutenção e limpeza de prédios, ruas, logradouros, terrenos e outros. Coletar, selecionar e acondicionar o lixo comum ou contaminado, conforme orientações. Auxiliar nos trabalhos relativos à construção civil, calçamento, pavimentação em geral, preparar argamassa, auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de material, quebrar pedras, auxiliar nos serviços de pintura em geral e outros, em conformidade com a política da Instituição. Auxiliar na jardinagem, cuidar de arvores e manutenção dos equipamentos urbanos e rurais, conforme orientação do responsável. Varrer, escovar, lavar, remover lixo das ruas e logradouros, limpeza de bueiros, terrenos baldio, praças e outros conforme orientação do responsável e a política da Instituição. Executar serviços de transporte, armazenagem, carga e descarga de materiais, equipamentos e outros. Auxiliar na operação de tratores, veículos, caminhão e outros, conforme a política da Instituição e orientação do responsável. Zelar pela conservação e limpeza dos prédios públicos. Cavar sepultura, auxiliar em sepultamento, exumação e outros conforme a política da Instituição. Manejar instrumentos agrícolas, realizar apreensão de animais soltos em vias públicas, aplicar inseticidas e fungicidas, conforme a política da Instituição. Auxiliar nos serviços de abastecimento, lubrificação, lavagem de veículos, bem como a limpeza e organização das oficinas, sob orientação do responsável. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o

exercício da função, bem como atividades inerentes ao cargo assumido.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 32/2025 até do dia 26/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .
Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 27 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

ANA LUCIA DA SILVA DIAS
Agente de Serviços Gerais

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:F9C2098E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº26/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **ANALIA APARECIDA SANTANA MARTIM – CPF: xxx.439.909-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **ZELADOR(A).**

Cláusula 2ª - Orientar e exercer tarefas inerentes às zeladoria e conservação de próprios municipais. Zelar e cuidar da conservação de próprios municipais tais como: unidades de recreação, escolas, praças, logradouros, prédios e instalações. Percorrer a área sob responsabilidade, inspecionando no sentido de impedir depreciações. Comunicar toda irregularidade verificada. Efetuar pequenos consertos e reparos. Providenciar os serviços de manutenção em geral. Zelar pela limpeza e conservação de praças, recintos e prédios. Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade. Executar outras tarefas correlatas

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 33/2025 até do dia 26/08/2027.

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 27 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

ANALIA APARECIDA SANTANA MARTIM
Zelador(a)

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:1389F7E7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 27/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **FRANCIELI HELEN THAIS MIRANDA DA SILVA PEREIRA – CPF: xxx.979.519-xx**

As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **PROFESSOR.**

Cláusula 2ª - Planejar e operacionalizar o processo ensino-aprendizagem de acordo com os pressupostos epistemológicos da disciplina ou área de estudo em que atuar; Pesquisar e propor práticas de ensino que enriqueça a teoria pedagógica, adequada às características da clientela majoritária da escola pública; Participar das atividades de atualização e aperfeiçoamento visando aprofundar conhecimentos pertinentes à educação; Participar com o pessoal técnico-administrativo e demais profissionais, de reuniões do conselho de classe, pedagógicas, administrativas, festivas e outras atividades da escola, que exijam decisões coletivas; Manter-se informado das diretrizes e determinações da escola e dos órgãos superiores; Participar da elaboração do projeto pedagógico da escola; Divulgar as experiências educacionais realizadas; Indicar material didático e bibliográfico a serem utilizados nas atividades escolares; Participar de reuniões ordinárias e extraordinárias quando for convocado; Cumprir e fazer cumprir o horário e o calendário escolar; Avaliar o trabalho do aluno, de acordo com o proposto no Regimento Escolar e diretrizes pedagógicas; Planejar e executar as propostas de recuperação, segundo as diretrizes pedagógicas e o regimento escolar; Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 34/2025 até do dia 26/08/2027

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 27 de Agosto de 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

FRANCIELI HELEN THAIS MIRANDA DA SILVA PEREIRA
Professor(a)

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:3B738042

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 016/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 016/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2026
A Prefeitura Municipal de Marilena/PR, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, o Edital de Chamada Pública por Credenciamento para **contratação de empresa especializada para prestação de serviços em administração de pessoal de segurança ambiental e medicina do trabalho, destinados ao funcionalismo ativo da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná.**
As propostas juntamente com os documentos de habilitação, serão recebidas na Prefeitura Municipal de Marilena/PR, junto ao Departamento de Licitações, **por tempo indeterminado**, nos dias de segunda a sexta-feira das 08:00H as 11:30H e das 13:00H as 17:00H, onde os interessados poderão solicitar a inscrição no credenciamento á partir da publicação deste chamamento para credenciamento, a contratação será conforme a necessidade do Município seguindo as especificações do edital. A contratação será mediante sistema de ordem de protocolo, e a forma de rodizio entre as credenciadas será conforme demanda dos serviços ora necessários.
O Edital completo do Chamamento Público por credenciamento poderá ser obtido na Prefeitura de Marilena, sala de licitações, sito a Rua Dante Pasqualetto, 855, telefone: (44 3900-3910), e também via e-mail marilenalicita@gmail.com , no horário de 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a quinta feira e na sexta-feira das 08:00 as 11:30 horas e das 14:00 ás 17:00 horas.
Marilena-Pr, 27 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:9A759374

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº140/2025

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73 E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA, CNPJ Nº. 09.205.479/0001-77;

CONTRATADA: AGROPOLPA – INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA DE FRUTAS LTDA, CNPJ Nº25.297.174/0001-99;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLPA DE FRUTAS CONGELADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.
FONTE DE RECURSO:
176 - 01303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
177 - 3494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
425 - 3497 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE – ESTADUAL – EXERCICO ANTERIOR

ALTERAÇÃO DE PRAZOS E VALOR: NOS TERMOS DOS ARTIGOS 105, 106 E 107 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, FICA PRORROGADO O CONTRATO Nº 140/2025 POR IGUAL PERÍODO, ABRANGENDO OS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA. O PRAZO DE VIGÊNCIA, ANTERIORMENTE FIXADO ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2026, FICA PRORROGADO ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027. O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL, ATUALMENTE FIXADO EM R$ 42.850,00 (QUARENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), FICA REAJUSTADO EM DECORRÊNCIA DA VARIAÇÃO INFLACIONÁRIA ACUMULADA NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2025 A JULHO DE 2026. APLICA-SE O ÍNDICE IPCA DE 4,44% (QUATRO INTEIROS E QUARENTA E QUATRO CENTÉSIMOS POR CENTO), INCIDENTE SOBRE OS VALORES UNITÁRIOS DOS ITENS QUE COMPÕEM O CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO PARA R$ 44.751,20 (QUARENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO ORIGINAL QUE NÃO CONFLITAREM COM O PRESENTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 27 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:24374C41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
PORTARIA Nº 931/2026

EMENTA: Instaura Processo Administrativo de Sindicância Inquisitória para apurar a atuação funcional de agentes públicos no manejo de gestante gemelar de alto risco falecida no Hospital Regional do Litoral, gerido pelo Estado do Paraná, em 25/08/2026, designa os membros da Comissão Permanente de Sindicância e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em estrita observância ao Estatuto dos Servidores Públicos (Lei nº 1.165/2008) e ao Decreto nº 5.193/2026;
CONSIDERANDO o teor do Ofício n.º 233/2026 remetido pela Secretaria Municipal de Saúde, que solicitou a abertura de procedimento administrativo de caráter investigatório para perquirir se houve ou não qualquer espécie de irregularidade funcional de agentes públicos no manejo pretérito, em estabelecimentos locais de saúde, de paciente de alto risco falecida no Hospital Regional do Litoral em 25/08/2026, gerido pelo Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o Despacho do Chefe do Poder Executivo, que reconheceu o poder-dever da Administração Pública de investigar a regularidade da atuação funcional dos seus servidores no exercício das suas funções, sem que isto importe prévio juízo de culpabilidade, e de aplicar as sanções previstas na legislação de regência na hipótese de identificação de eventual conduta irregular.
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída Sindicância Administrativa Inquisitorial, na forma do 228 da Lei Municipal n.º 1.165/2008, para apurar a existência ou não de irregularidades funcionais no manejo pretérito, em estabelecimentos locais de saúde, da paciente de alto risco mencionada no Ofício n.º 233/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, falecida no Hospital Regional do Litoral, em 25/08/2026, gerido pelo Estado do Paraná.
Art. 2º Para a condução dos processos ora reunidos, ficam designados os seguintes servidores, dentre os membros da Comissão Permanente de Sindicância constantes no Decreto nº 5.193/2026:

CARGO NA COMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
PRESIDENTE	Henrique Buck Zella	100682/1
MEMBRO	Nathalia Battistella	74926/1
MEMBRO	Ernesto Cordeiro Junior	82600/1
SUPLENTE	Edicleia Espinel Santos	101226
SUPLENTE	Tatiani Ribeiro	77330/2
APOIO JURÍDICO	Jeferson Almar Borges	72486/1

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior, sem prejuízo de prorrogação motivada, nos termos do art. 237, §3º, da Lei nº 1.165/2008.
Art. 4º Fica assegurado o contraditório e a ampla defesa aos indiciados, nos moldes do art. 239, alínea "a", da Lei nº 1.165/2008, quanto à integralidade das peças e do objeto ora estabelecidos.
Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 27 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E2C47812

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº22-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº107/2026

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis, torna público que realizará, às09h00 do dia 16 de setembro de 2026, por meio do Portal de Compras daBolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br),PREGÃO ELETRÔNICO nº22/2026, pelo critério demenor preço por item, pararegistro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de**pneus novos**, destinados ao atendimento das demandas de manutenção da frota de veículos leves da Prefeitura Municipal de Mato Rico – PR. Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone 0800 888 5155, WhatsApp (42) -3633 1160, **42 9 2002 9738** ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, e no portal BNC **https://www.bnc.org.br** de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 27 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:9FDD4353

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº169/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº169/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº13/2026

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE MATO RICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.684.510/0001-31.

Fornecedor: MVB MUSIC LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 39.432.161/0001-90.

Objeto: registro de preços para eventual aquisição de computadores completos, impressoras, notebooks, equipamentos de informática, peças de reposição e acessórios de tecnologia para o Município de Mato Rico - PR.

Valor Global Estimado: R$ 2.939,85(dois mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: 14/08/2026/ a 14/08/2027.

Data de Assinatura:14/08/2026
Fundamento Legal: arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

Informações: A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do órgão gerenciador.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:6B42C4F0

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº35/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1936/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº106/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº35/2026

O Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a instrução do Processo Administrativo nº 1936/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 5º, 11, 23, 72 e 75, inciso I, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o procedimento de contratação direta destinado à prestação de serviços técnicos de engenharia e consultoria ambiental para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

OBJETO

A contratação compreende, de forma integrada: (i) estudos, projetos e documentação para a Autorização Ambiental de Encerramento do Aterro Sanitário Municipal; (ii) estudos, levantamento da vegetação, documentação, protocolo e acompanhamento da Autorização para Supressão de Vegetação Nativa perante o SINAFLOR e o órgão ambiental competente;
(iii) elaboração do Plano de Controle Ambiental - PCA da área de transbordo de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU; e (iv) estudos e documentos técnicos necessários ao licenciamento ambiental da área destinada ao novo Cemitério Municipal.

FORNECEDOR ADJUDICATÁRIO

ECO2 SOLUÇÕES AMBIENTAIS, inscrita no CNPJ nº 49.851.968/0001-10, pelo valor global de R$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais), por ter apresentado o menor valor entre as três cotações comparáveis consideradas no processo.

Item	Descrição	Unidade	quantidade	Valor Unitário	Valor (R$)
1	Autorização Ambiental de Encerramento do Aterro Sanitário Municipal	Serviço	1	15.200,00	15.200,00
2	Autrozação para supresão de Vegetação nativa - SINAFLOR /orgão competente	Serviço	1	4.400,00	4.400,00
3	Plano de controle Ambiental PCA da area de transbordo de RSU	Serviço	1	3.200,00	3.200,00
4	Estudos e docuemntos técnicos para licenciamento ambienteal do novo Cemitério Municipal	Serviço	1	7.400,00	7.400,00
Valor total				30.200,00	

FUNDAMENTAÇÃO E RESULTADO

A adjudicação e a homologação decorrem da instrução da contratação direta, da justificativa de preço e da razão da escolha do fornecedor, observada a proposta economicamente mais vantajosa. A pesquisa registrou, além da proposta vencedora de R$ 30.200,00, propostas de R$ 35.550,00 e R$ 36.000,00, com média de R$ 33.916,67, evidenciando a economicidade do valor selecionado.
Ficam ratificados os atos praticados no âmbito do Processo Administrativo nº 1936/2026, condicionada a formalização contratual à comprovação, nos autos, dos requisitos de habilitação e qualificação exigíveis, da disponibilidade orçamentária, da inexistência de impedimentos e das demais providências previstas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.
Determina-se o prosseguimento do feito para formalização da contratação, publicação e demais providências administrativas e legais cabíveis, observadas as condições do Termo de Referência e da minuta contratual.
Mato Rico-PR, 26 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:D242AF16

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 289 2026 EXONERAR SECRETARIO DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMÉRCIO ADAUTO G PADILHA

PORTARIA Nº 289/2026

SÚMULA – Exonera Secretário de Agropecuária, Industria e Comércio.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - O Sr. **ADAUTO GONÇALVES PADILHA**, portador da cédula de identidade civil nº 14.243.109-2 e inscrição no CPF nº 115.415.729-63, do Cargo Agente Politico de "**SECRETÁRIO DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMÉRCIO**".

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 27 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:26DD6935

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA FASMO Nº 28/2026

PORTARIA FASMO Nº 28/2026

Regulamenta, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o procedimento para solicitação, análise, autorização e registro de trocas de plantões médicos, e dá outras providências.

A DIRETORA-GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES -
FASMO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO a natureza essencial dos serviços médicos prestados pela Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, regularidade e segurança da assistência à saúde prestada aos usuários;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, padronizar e controlar as escalas médicas, evitando alterações excessivas, desorganização operacional e prejuízos ao fechamento da folha de pagamento;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica, transparência, previsibilidade e eficiência aos procedimentos administrativos relacionados à gestão das escalas médicas;

CONSIDERANDO que a presente Portaria não altera jornada contratual, carga horária mensal, remuneração, regime de plantão, direitos trabalhistas, obrigações previstas em acordo coletivo ou critérios legais de pagamento, destinando-se exclusivamente à regulamentação administrativa das trocas de plantão;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Interno da FASMO quanto à formalização dos atos administrativos em processo oficial;
1

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o procedimento para solicitação, análise, autorização e registro de trocas de plantões médicos.
§ 1º. Para fins desta Portaria, considera-se troca de plantão a alteração pontual da escala previamente aprovada, mediante substituição consensual entre dois profissionais médicos, condicionada à prévia autorização da FASMO.
§ 2º. A troca de plantão não constitui direito subjetivo do profissional, tratando-se de faculdade administrativa condicionada ao interesse público, à continuidade do serviço, à regularidade da escala, à viabilidade operacional e à autorização da autoridade competente.
§ 3º. Nenhuma troca de plantão produzirá efeitos perante a FASMO sem prévia autorização formal, registro no sistema ou documento oficial e ciência dos setores responsáveis pela escala, controle de frequência e folha de pagamento.

Art. 2º. As trocas de plantão deverão observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- solicitação formal, por meio do sistema eletrônico, protocolo próprio, formulário oficial ou outro meio definido pela FASMO;
- indicação dos profissionais envolvidos, das datas e horários dos plantões objeto da troca;
- anuência expressa dos dois profissionais envolvidos;
- compatibilidade técnica e funcional entre os profissionais, observada a especialidade, habilitação, vínculo e escala correspondente;
- inexistência de prejuízo à continuidade da assistência médica;
- inexistência de extrapolação irregular da jornada ou da carga horária mensal contratada;
- preservação dos intervalos de descanso legalmente exigidos;
- ausência de impacto financeiro indevido, pagamento em duplicidade, geração irregular de horas extras ou inconsistência na folha de pagamento;
- autorização prévia pela Diretoria Administrativa.
2

Art. 3º. Cada profissional médico poderá realizar, no máximo, 02 (duas) trocas de plantão por mês de competência.
§ 1º. Para fins de contagem do limite mensal, será considerada troca tanto a cessão quanto a assunção de plantão, computando-se a alteração para ambos os profissionais envolvidos.
§ 2º. O limite previsto no *caput* poderá ser excepcionalmente ultrapassado apenas por autorização expressa da Diretoria Administrativa, mediante justificativa fundamentada em necessidade institucional, interesse público, urgência assistencial, força maior, calamidade, emergência em saúde pública ou risco de descontinuidade do serviço.
§ 3º. Não será admitida a utilização sucessiva de trocas de plantão como forma de alteração permanente ou habitual da escala mensal aprovada.
§ 4º. A FASMO poderá indeferir pedidos de troca quando verificar que o profissional vem utilizando o mecanismo de forma reiterada, incompatível com a organização do serviço ou prejudicial ao fechamento da folha de pagamento.

Art. 4º. As trocas de plantão deverão ocorrer, obrigatoriamente, dentro do mesmo mês de competência.
§ 1º. Não será admitida troca que transfira plantão, compensação ou responsabilidade de cobertura para mês posterior.
§ 2º. A troca não poderá resultar em pendência de compensação futura não registrada, saldo informal entre profissionais ou ajuste particular sem controle administrativo da FASMO.
§ 3º. É vedada a realização de troca que gere divergência entre a escala executada e os registros oficiais de frequência, plantão e folha de pagamento.

Art. 5º. Não será autorizada troca que resulte em plantão contínuo superior a 24 (vinte e quatro) horas pelo mesmo profissional.
§ 1º. Também não será autorizada troca que comprometa o intervalo mínimo de descanso, a segurança do trabalhador, a segurança do paciente ou a qualidade da assistência prestada.
3

§ 2º. Havendo dúvida quanto à regularidade da jornada resultante da troca, o pedido deverá ser submetido à Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 6º. O pedido de troca deverá ser apresentado com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do primeiro plantão envolvido.
§ 1º. Em situações excepcionais e devidamente justificadas, poderá ser admitido pedido em prazo inferior, desde que haja tempo hábil para análise, autorização, registro e comunicação aos setores envolvidos.
§ 2º. Não serão aceitas trocas comunicadas apenas verbalmente, por aplicativo de mensagens ou por ajuste informal entre profissionais, salvo se posteriormente regularizadas por meio oficial antes da realização do plantão e autorizadas pela autoridade competente.
§ 3º. A mera ciência informal da chefia, da equipe ou de outro profissional não substitui a autorização formal exigida nesta Portaria.

Art. 7º. Até a autorização formal da troca, permanece responsável pelo plantão o profissional originalmente escalado.
§ 1º. Após a autorização, o profissional que assumir o plantão passa a ser integralmente responsável pelo seu cumprimento, inclusive quanto à pontualidade, permanência, registro de frequência e observância das normas internas da FASMO.
§ 2º. A ausência injustificada do profissional que assumiu o plantão poderá ensejar as providências administrativas cabíveis, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade do profissional originalmente escalado, quando houver irregularidade, omissão de informação ou ajuste informal não autorizado.

Art. 8º. A autorização da troca deverá ser comunicada aos setores responsáveis pela escala médica, controle de frequência e folha de pagamento.
§ 1º. A Diretoria Administrativa e Financeira deverá manter registro mensal das trocas autorizadas.
§ 2º. A escala mensal oficial deverá ser atualizada ou acompanhada de documento complementar que registre as trocas autorizadas.
4

Art. 9º Serão indeferidos os pedidos de troca que:
- ultrapassem o limite mensal previsto nesta Portaria, salvo exceção expressamente autorizada;
- envolvam profissionais sem habilitação, especialidade, vínculo ou compatibilidade funcional adequada;
- comprometam a continuidade do serviço ou a cobertura mínima da escala;
- gerem plantão contínuo superior a 24 horas;
- impliquem descumprimento de intervalo mínimo de descanso;
- transfiram plantão para mês diverso, salvo exceção expressamente autorizada;
- possam gerar pagamento indevido, duplicidade, inconsistência ou dificuldade relevante no fechamento da folha;
- sejam solicitados fora do prazo sem justificativa adequada;
- estejam desacompanhados da anuência expressa dos profissionais envolvidos;
- contrariem o interesse público, a segurança assistencial ou as normas internas da FASMO.

Art. 10. A realização de troca de plantão sem autorização formal poderá ensejar a desconsideração administrativa da troca, o registro da ausência do profissional originalmente escalado e a apuração de responsabilidade dos envolvidos, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.
Parágrafo único. A FASMO poderá adotar as providências administrativas necessárias para correção de registros, glosas, descontos, ajustes de frequência ou apuração de eventual prejuízo, conforme a legislação aplicável, o contrato de trabalho, o ACT vigente e as normas internas.

Art. 11. Esta Portaria não altera a jornada contratual, a carga horária mensal, o regime de plantão, os direitos trabalhistas, as obrigações previstas em ACT ou os critérios legais de remuneração, destinando-se exclusivamente à regulamentação administrativa das trocas de plantão.
5

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Geral da FASMO, ouvidos, quando necessário, a Diretoria Administrativa e Financeira e a Diretoria Jurídica.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às escalas elaboradas após sua vigência, revogadas as disposições internas em contrário.

Morretes/PR, 27 de agosto de 2026.

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora-Geral
Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO

ANEXO - SOLICITAÇÃO DE TROCA DE PLANTÃO

EU,_, MÉDICO(A), CRM SOB O Nº_, SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA TROCAR O MEU PLANTÃO DO DIA /_/2026, ( ) DIURNO, ( ) NOTURNO, PARA O DIA /_/2026, ( ) DIURNO, ( ) NOTURNO. ESCLARECENDO QUE O(A)_, MEDICO(A), CRM SOB O Nº_, ME SUBSTITUIRÁ NO PLANTÃO DO DIA /_/2026, ( ) DIURNO, ( ) NOTURNO**.**

MOTIVO DA MINHA SOLICITAÇÃO:

.

ASSINATURA ASSINATURA
MEDICO(A) SOLICITANTE MÉDICO(A) SUBSTITUTO

( ) AUTORIZADO ( ) NÃO AUTORIZADO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:60DBF3CE

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA FASMO Nº 29/2026

PORTARIA FASMO Nº 29/2026

Regulamenta, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o procedimento para comunicação de ausência, apresentação, recebimento, análise, registro e tratamento administrativo de atestados médicos, e dá outras providências.

A **DIRETORA-GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES -**
FASMO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO a natureza essencial dos serviços prestados pela Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, especialmente no âmbito da assistência direta à saúde;

CONSIDERANDO que a ausência de profissionais assistenciais impacta diretamente a organização das escalas de trabalho, a composição das equipes, a continuidade do atendimento e a segurança dos pacientes;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o procedimento de comunicação de ausências, apresentação de atestados médicos, análise documental, registro funcional e processamento da folha de pagamento;

CONSIDERANDO que a apresentação tardia de atestados, quando ausente justificativa para a demora, dificulta a substituição tempestiva

do profissional, ocasiona retrabalho administrativo e pode comprometer a regularidade da assistência;

CONSIDERANDO que a regulamentação interna não se destina a restringir o direito ao afastamento por motivo de saúde, mas a disciplinar o fluxo administrativo necessário à organização do serviço público de saúde;

1

CONSIDERANDO que documentos médicos e informações de saúde possuem natureza sensível e devem ser tratados com sigilo, finalidade específica e acesso restrito;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Interno da FASMO quanto à formalização dos atos administrativos em processo oficial;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o procedimento para comunicação de ausência, apresentação, recebimento, análise, registro e tratamento administrativo de atestados médicos apresentados por seus profissionais.
§ 1º. Esta Portaria aplica-se aos empregados públicos, contratados temporários, profissionais vinculados por Processo Seletivo Simplificado, servidores cedidos e demais agentes que atuem no âmbito da FASMO, especialmente aqueles vinculados à assistência direta à saúde, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais integrantes das equipes assistenciais.
§ 2º. A presente Portaria não afasta a aplicação da legislação trabalhista, previdenciária, sanitária, de proteção de dados pessoais, dos contratos, ACTs, normas internas e demais regras aplicáveis.
§ 3º. O procedimento aqui disciplinado tem finalidade administrativa, assistencial e organizacional, destinando-se a assegurar a continuidade do serviço, a regularidade das escalas, o controle de frequência, o processamento da folha de pagamento e a segurança dos pacientes.

Art. 2º. O profissional que não puder comparecer ao trabalho por motivo de saúde deverá comunicar sua ausência à chefia imediata e a Diretoria Administrativa e Financeira, conforme definido pela FASMO.
§ 1º. A comunicação deverá ocorrer imediatamente ou tão logo o profissional tenha ciência da impossibilidade de comparecimento.
§ 2º. Quando a ausência atingir plantão, escala assistencial, atendimento
2

previamente agendado ou setor de funcionamento contínuo, a comunicação deverá ser feita com a maior antecedência possível, a fim de viabilizar a substituição do profissional e evitar desassistência.
§ 3º. A comunicação da ausência não substitui a apresentação do respectivo atestado médico, salvo nas hipóteses em que o afastamento esteja disciplinado de forma diversa em lei, ACT ou norma interna.
§ 4º. Na impossibilidade clínica, internação, urgência, emergência, incapacidade momentânea de comunicação ou outro motivo relevante, a comunicação poderá ser realizada por familiar, responsável, colega ou terceiro indicado pelo profissional, devendo ser regularizada pelo próprio profissional tão logo possível.

Art. 3º. O atestado médico deverá ser encaminhado à FASMO no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas contadas de sua emissão**, preferencialmente por meio eletrônico, com posterior entrega da via original impressa.
§ 1º. Na impossibilidade justificada de encaminhamento no prazo previsto no *caput*, o atestado deverá ser apresentado tão logo cesse o impedimento, cabendo ao profissional justificar a impossibilidade de envio tempestivo.
§ 2º. Quando o atestado for emitido em final de semana, feriado, período noturno ou fora do horário ordinário de funcionamento administrativo, o envio eletrônico deverá ser realizado no prazo previsto no *caput*, e a regularização administrativa ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.
§ 3º. O documento original impresso deverá ser apresentado no primeiro dia de retorno ao trabalho, salvo quando se tratar de atestado eletrônico ou documento digital com meio válido de conferência de autenticidade.
§ 4º. A apresentação tardia sem justificativa poderá ensejar análise administrativa pelo setor competente, especialmente quando gerar prejuízo à escala, à continuidade do serviço, ao controle de frequência ou ao fechamento da folha de pagamento.
§ 5º. Enquanto não apresentado o atestado ou justificativa suficiente, a ausência poderá ser registrada provisoriamente como pendente de comprovação, sem prejuízo de posterior regularização.
§ 6º. A ausência não comprovada por documento idôneo, ou não justificada na
3

forma legal, contratual ou normativa, poderá ser tratada como falta injustificada, observadas as normas aplicáveis.

Art. 4º. O atestado médico deverá conter elementos mínimos que permitam sua identificação e análise administrativa, tais como: I - nome do profissional atendido; II - data de emissão; III - período de afastamento recomendado ou indicação de comparecimento ao atendimento; IV - identificação do profissional emitente; V - número de inscrição no respectivo conselho profissional; VI - assinatura física, assinatura digital, código de validação, certificação eletrônica ou outro meio idôneo de autenticidade.
§ 1º. A FASMO não exigirá a indicação de CID ou diagnóstico como condição ordinária para recebimento do atestado, ressalvadas as hipóteses em que a informação conste voluntariamente do documento, seja necessária por obrigação legal, previdenciária, ocupacional ou seja apresentada ao serviço médico competente.
§ 2º. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade, legibilidade, período, validade formal ou pertinência do documento, o setor competente poderá solicitar esclarecimentos, complementação ou validação, preservado o sigilo das informações de saúde.
§ 3º. A apresentação de documento ilegível, incompleto, rasurado, sem identificação mínima do emitente ou sem período de afastamento poderá ensejar solicitação de regularização.

Art. 5º. O recebimento e tratamento administrativo dos atestados médicos observará o sigilo e a proteção de dados pessoais sensíveis.
§ 1º. O acesso aos atestados e informações de saúde deverá ser restrito aos setores e profissionais que necessitem das informações para fins de controle de frequência, organização de escala, folha de pagamento, medicina do trabalho, cumprimento de obrigações legais ou análise administrativa.
§ 2º. Os setores responsáveis deverão adotar cautelas para armazenamento, tramitação e arquivamento dos documentos, observadas a finalidade, necessidade, segurança da informação e legislação de proteção de dados
4

pessoais.

Art. 6º. O profissional afastado por atestado médico não poderá exercer atividades laborais em outros locais e/ou que sejam incompatíveis com o afastamento durante o período indicado no documento, especialmente quando tais atividades comprometerem a finalidade do afastamento, a recuperação da saúde ou a boa-fé na relação funcional.
Parágrafo único. A constatação de indícios de irregularidade, falsidade documental, uso indevido de atestado ou exercício de atividade incompatível com o afastamento poderá ensejar apuração administrativa, sem prejuízo de comunicação aos órgãos competentes quando cabível.

Art. 7º. Os atestados de acompanhamento de familiar, comparecimento a consulta, exame, procedimento ou atendimento de terceiro serão analisados conforme a legislação aplicável, ACT vigente, contrato de trabalho e normas internas da FASMO.
§ 1º. O documento deverá indicar, quando aplicável, a necessidade de acompanhamento e o período correspondente.

§ 2º. A apresentação do documento não gera, automaticamente, abono integral de jornada ou plantão, devendo ser observadas as hipóteses legais, convencionais e normativas de falta justificada.

Art. 8º. Nos afastamentos superiores aos limites legais de responsabilidade remuneratória do empregador, ou quando exigido pela legislação previdenciária, a FASMO adotará as providências necessárias para encaminhamento, registro ou orientação do profissional quanto ao órgão previdenciário competente.
Parágrafo único. O profissional deverá colaborar com a entrega dos documentos necessários à regularização funcional, previdenciária e administrativa do afastamento.

Art. 9º. Esta Portaria não restringe o direito do profissional ao afastamento por motivo de saúde, não interfere na autonomia do profissional emitente do atestado
5

e não autoriza exposição indevida de dados médicos, destinando-se exclusivamente a disciplinar o fluxo administrativo de comunicação, entrega, registro e controle dos atestados.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Geral da FASMO, ouvidos, quando necessário, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Diretoria Jurídica e o serviço de medicina do trabalho competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições internas em contrário.

Morretes/PR, 27 de agosto de 2026.

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora-Geral
Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO

6

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:B13BAE7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2937 DE 25 DE AGOSTO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2937/2026 de 25/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 59.160,00 (cinquenta e nove mil e cento e sessenta reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.217		ALMOXARIFADO	
81 - 4.4.90.52.00.00	31501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.160,00
		Total Suplementação:	59.160,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotações de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02		SECRETARIA DE GOVERNO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0040.2.004		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GOVERNO	
20 - 4.4.90.52.00.00	31501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.160,00
		Total Redução:	59.160,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 25 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:91BEAD76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DE VETO Nº 003 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

MENSAGEM DE VETO Nº 003 DE 27 DE AGOSTO DE 2026
PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2669/2026

Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores
Senhor João Vitor Peluso da Silva
Palácio Marumbi – Morretes/PR

Comunico a Vossa Excelência que, com fundamento no artigo 57, § 2º, da Lei Orgânica do Município, decidi **vetar integralmente** o Projeto de Lei Ordinária nº 2669/2026, de iniciativa deste respeitável Poder Legislativo, em razão de **vício de inconstitucionalidade material**, consistente na violação ao artigo 37, inciso XII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A proposição tem por súmula: "Institui reajuste salarial para fins de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados no âmbito do Poder Legislativo Municipal referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado nos últimos 12 meses – período de 2025/2026".

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

RAZÕES DO VETO

Em resumo, trata-se do Projeto de Lei nº 2669/2026, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, que *"Institui reajuste salarial para fins de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados no âmbito do Poder Legislativo Municipal referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado nos últimos 12 meses – período de 2025/2026."*
O Projeto de Lei em comento dispõe acerca do reajuste dos valores dos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados de Procurador, Contador, Tecnólogo em Gestão Pública, Técnico em Contabilidade, Diretor Geral, Assessor Especial de Nível Superior, Diretor Financeiro/Administrativo, Diretor Legislativo, Chefe de Gabinete da Presidência e Assessor Parlamentar.
Pois bem.
Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, os Municípios possuem autonomia para fixar a remuneração dos servidores que atuam no Poder Legislativo Municipal, bem como assegura aos servidores públicos a revisão geral anual da remuneração, desde que formalizado em lei específica, respeitando as normas constitucionais e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Destaca-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)
V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...)
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)"

Assim sendo, o aumento salarial pretendido será formalizado por meio de legislação específica, dentro do limite da razoabilidade e proporcionalidade, acompanhado de Estudo de Impacto Financeiro, de acordo com as disposições da LRF.
Embora o Poder Legislativo Municipal detenha autonomia administrativa para organizar seus serviços, estruturar o respectivo quadro de pessoal e propor a fixação da remuneração de seus servidores, o exercício dessas relevantes competências institucionais deve ocorrer em harmonia com as disposições constitucionais aplicáveis à Administração Pública.
Nesse contexto, o art. 37, inciso XII, da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece expressamente:

"XII – os ***vencimentos dos cargos do Poder Legislativo*** e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo** (grifos nosso)."

A norma constitucional institui limite material à competência do Poder Legislativo para fixar os vencimentos de seus servidores, elegendo os valores praticados pelo Poder Executivo como parâmetro máximo para os cargos correspondentes ou materialmente assemelhados. Não se trata, portanto, de simples recomendação de política remuneratória, mas de comando constitucional vinculante, destinado, segundo a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a assegurar certo grau de isonomia entre os vencimentos praticados pelos diferentes Poderes.
No caso em exame, conforme informado pelo Setor de Contabilidade do Poder Executivo, os valores remuneratórios previstos no Projeto de Lei nº 2669/2026 para os cargos de Técnico em Contabilidade, Contador e Procurador do Poder Legislativo, considerada a proporcionalidade das respectivas jornadas de trabalho, superam os parâmetros correspondentes adotados pelo Poder Executivo.
Para a aplicação do art. 37, inciso XII, da Constituição da República Federativa do Brasil, a análise técnico-contábil não se limitou à nomenclatura dos cargos. Foram considerados também a correspondência ou semelhança entre as funções, as atribuições exercidas, os requisitos de investidura, o grau de responsabilidade, a complexidade das atividades, as peculiaridades de cada cargo e a respectiva jornada de trabalho.
A esse respeito, merece destaque o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao analisar situação em que servidores do Poder Legislativo recebiam vencimentos básicos superiores aos pagos a servidores do Poder Executivo. Na ocasião, o Tribunal reconheceu a incompatibilidade dessa circunstância com o art. 37, inciso XII, da Constituição da República Federativa do Brasil. Senão vejamos:

"Relatório de Inspeção**. Art. 37, XII, da Constituição Federal. Vencimento básico de servidores do Poder Legislativo maiores que o de servidores do Poder Executivo**. Precedentes. Inconstitucionalidade do objeto inspecionado. Encaminhamento à Presidência." (TCE-PR 19747019, Relator.: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, Primeira Câmara, Data de Publicação: 12/12/2019)

A matéria examinada pelo Tribunal de Contas possui relação direta com a limitação constitucional que impede que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo, sobretudo quando houver correspondência ou semelhança entre as atribuições dos cargos analisados.
Dessa forma, o referido precedente reforça que os valores previstos no Projeto de Lei nº 2.669/2026 devem observar o limite previsto no art. 37, inciso XII, da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme apontado na análise técnico-contábil elaborada pela Contabilidade Municipal.
Por fim, registra-se que a presente análise não questiona a competência da Câmara Municipal para propor a revisão dos vencimentos de seus servidores, tampouco aponta vício formal de iniciativa. O que se destaca é que o exercício dessa competência deve observar os limites materiais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente para preservar a isonomia remuneratória entre os diferentes Poderes.
Quanto à iniciativa do Projeto de Lei, reconhece-se que ela compete à Câmara Municipal, conforme previsto no art. 15, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, razão pela qual se mostra adequada a sua apresentação pelos nobres Vereadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:
Diante do exposto, conclui-se pelo veto integral ao Projeto de Lei nº 2.669/2026, em razão de sua inconstitucionalidade material, decorrente da incompatibilidade com os limites constitucionais aplicáveis à revisão dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal.
Ainda que se reconheça a competência da Câmara Municipal para propor a revisão da remuneração de seus servidores, constata-se que os valores previstos na proposição não observam o limite estabelecido pelo artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal, conforme demonstrado na análise técnico-contábil elaborada pela Contabilidade Municipal. Assim, o veto integral revela-se a providência adequada para preservar a constitucionalidade da proposição.
Nesses termos, submeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa as razões que fundamentam o veto integral à presente proposição, para os fins legais e regimentais cabíveis.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

TCE-PR 19747019, Relator.: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, Primeira Câmara, Data de Publicação: 12/12/2019. disponível em: <Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE-PR: 19747019 Jurisprudência>?

Art. 15 da Lei Orgânica do Município de Morretes. (...) VII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:63F64602

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9275 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9275 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Altera a composição da Comissão Especial responsável pela elaboração/revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Morretes, instituída pela Portaria nº 7.124, de 03 de outubro de 2025, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Morretes**, Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente do disposto nos Arts. 69, inciso IV, e 87, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Especial responsável pela elaboração/revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Morretes, instituída pela Portaria nº 7.124, de 03 de outubro de 2025.

Art. 2º O artigo 3º da Portaria nº 7.124, de 03 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte composição:
I – **Jose Leandro Mazur Jorge**, matrícula funcional nº 515204 – Presidente;
II – **Eleziane Cristina de Carvalho**, matrícula funcional nº 230721 – Membro;
III – **Karen Luiza Miranda**, matrícula funcional nº 214000 – Membro;
IV – **Daniele Do Rocio Meduna**, matrícula funcional nº 226301 – Membro;
V – **Deisy Meduna Valério**, matrícula funcional nº 213996 – Membro;
VI – **Leandro Bonsenhor Zanciskoski**, matrícula funcional nº 115542 – Membro;
VII – **Loana Conforto Ferreira**, matrícula funcional nº 264661 – Membro;
VIII – **Lucia Hissae Shingo**, matrícula funcional nº 266601 – Membro;
IX – **Poliana Tonetti de Araujo**, matrícula funcional nº 286551 – Membro;
X – **Karin Cristina Duarte Saif**, matrícula funcional nº 115553 – Membro;
XI – **Raphaela Biudes da Luz Costa**, matrícula funcional nº 293921 – Membro;
XII – **Bruno José Santiago Cagni**, matrícula funcional nº 115616 – Membro;
XIII – **Isaac Miranda**, matrícula funcional nº 515082 – Membro.
Art. 3º Fica excluída da composição da Comissão Especial a servidora **Jessica Ronchini Montalvão**, matrícula funcional nº 115547, anteriormente designada como Presidente.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 7.124, de 03 de outubro de 2025.

Art. 5º Os membros da Comissão exercerão suas atividades sem prejuízo de suas funções, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:765D1C00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 78/2026
Pregão Eletrônico nº 29/2026

Objeto: Aquisição De Concreto Betuminoso Usinado A Quente - Cbuq Pronto Para Aplicação A Frio, Acondicionado Em Sacos De 25 Kg, Destinado À Manutenção, Recuperação E Melhoria Das Condições De Trafegabilidade Das Vias Públicas Pavimentadas Sob A Responsabilidade Do Município De Morretes/Pr, Visando Atender Às Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 78/2026 e Pregão Eletrônico N.º 29/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA, inscrita no CNPJ n.º49.149.027/0001-30, vencedora do item 1 no valor total de R$ 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 27 de agosto de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:428EBA7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - PSS SAÚDE Nº 01/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRETES – PR, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Saúde nº 01/2025, CONVOCA o candidato abaixo relacionado para comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, no dia **31 de agosto de 2026,** no horário das 13h00 às 16h00, sito à Rua General Carneiro, nº 58, Morretes – PR, CEP 83350-000, munido da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025:**

LISTA DE DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS:

1	Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial. Em caso de deficiência física, o médico deverá considerar o emprego público e suas atribuições. Os candidatos que se declararem pessoa com deficiência deverão apresentar o Atestado de Perícia Médica comprovando a deficiência.
2	Carteira de Identidade (RG)
3	CPF e Comprovante de situação cadastral – CPF (emitido pela internet). Site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp
4	Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (se houver)
5	CPF e Carteira de Identidade do Cônjuge (se houver)
6	Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso)
7	CPF dos filhos menores de 21 anos (se dependente), ou menores de 24 anos se estudantes;
8	Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino);
9	Comprovante de PIS ou PASEP (Se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal ou do PASEP no Banco do Brasil, ou apresentar Cartão Cidadão.
10	Comprovante de residência.
11	Comprovante de escolaridade: Certificado de conclusão - para ensino médio/técnico correspondente.
12	Título de eleitor com Declaração de Regularidade Eleitoral (pode ser emitida pela internet). Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/atendimento-eleitor?id=1765222034562 (vide opção 6 e 8)
13	Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos. Site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor (vide opção 2)
14	Dados da conta bancária **(Caixa Econômica Federal) – solicitação de abertura de conta salário disponibilizada no momento da apresentação dos documentos.**
15	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal Regional Federal (TRF)** do último domicílio do candidato
16	Certidão de antecedentes criminais obtidas no **Tribunal de Justiça (TJ)** do último domicílio do candidato;
17	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Federal.** Site: www.dpf.gov.br
18	Certidão de antecedentes criminais da **Polícia Civil** do último domicílio do candidato;
19	Declaração de Bens (modelo em anexo);

20	Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos (modelo em anexo);
21	Caso o candidato convocado possua outro cargo público, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce seu cargo, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.
22	Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente (modelo em anexo);
23	1 foto 3 X 4
24	Títulos declarados no momento da inscrição

OBSERVAÇÕES: **Não serão aceitos protocolos.**

CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA:

EMPREGO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL - CLASSIFICAÇÃO GERAL		
Classificação	**Nome completo**	**Identificação final CPF**
02	Marcela Zamboni Maceno	***.***.279-13

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO OU DE ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS OU PROVENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome:	Documento Identidade:
Cargo Aprovado:	Edital de Concurso nº
Lotação:	Carga horária:

( ) **DECLARO** que **não exerço** qualquer outro cargo público**,** função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas **em desrespeito as disposições previstas no artigo 37 da Constituição Federal de 1988**.
O art. 37 da Constituição Federal de 1988 assim dispõe:
XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
a) a de dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

( ) **DECLARO** que **não** estou em **licença sem vencimento** em outro órgão público federal, estadual ou municipal.
( )**DECLARO** que **exerço** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) **CUMULÁVEL**, nos termos da Constituição Federal de 1988:
a) _____ cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
b _____ cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.
c) _____ cuja jornada de trabalho é de _____ às _____ horas.

Em caso de acumulação de cargo, emprego ou função pública, é **IMPRESCINDÍVEL** que o candidato forneça a **declaração atualizada do órgão competente onde exerça seu cargo**, emprego ou função pública. No documento deverá constar:
a)Órgão competente;
b) Cargo/Emprego/Função;
c) Lotação e Local de Trabalho;
d) Carga horária e Jornada de Trabalho.
DECLARO que em caso de acumulação **lícita de cargo**, emprego ou função pública, **não** haverá incompatibilidade entre as cargas horárias a serem cumpridas, e que o limite de horas dos cargos em acumulação não ultrapassará 60 horas semanais.
DECLARO, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor da norma acima transcrita e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas na legislação vigente, caso venha a **incorrer em acumulação ilegal**, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a Prefeitura Municipal de Morretes qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;
DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime de falsificação ideológica previsto no Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Morretes,_____de_____de 2026

_____
Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____ nomeado para o cargo efetivo de _____, portador da cédula de identidade Registro Geral nº _____, SSP/_____ e CPF/MF Nº _____, DECLARO para os devidos fins que:

( ) Não possuo bens e/ ou valores.

( ) Possuo os seguintes bens móveis e imóveis (constando valor de aquisição e valor venal), títulos, aplicações financeiras no país ou no exterior, constantes da relação abaixo:

1._____

2._____

3._____

4._____

E por ser verdade, firmo a presente, sendo o único responsável pelas informações prestadas.

Morretes, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador (a) do RG nº _____, CPF nº_____, candidato(a) aprovado(a) para o cargo de _____, DECLARO que não sofri penalidades disciplinares no exercício de cargo público.

Morretes, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do declarante

Publicado por:
Lilian Cristiane Machado
Código Identificador:17B362D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 630/2026

LEI Nº 630/2026

Dispõe sobre a concessão de uso de área pública municipal para implantação de empreendimentos geradores de emprego e renda, estabelece

contrapartidas, prevê a possibilidade de doação do bem ao concessionário ao final do prazo da concessão, mediante cumprimento de condições, e dá outras providências.

Tania Cristina da Silva Basso, Prefeita Municipal de Nova América da Colina-Pr, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, FAZ SABER que o Legislativo Municipal APROVOU e Executivo Municipal SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regula a concessão de uso de área pública de propriedade do Município de Nova América da Colina a pessoas físicas ou jurídicas, para fins de implantação e operação de empreendimentos econômicos lícitos capazes de gerar emprego e renda para a população local.

Art. 2º A concessão de uso prevista nesta Lei tem por objetivos:
I – promover o desenvolvimento econômico e social do Município;
II – ampliar a oferta de empregos formais e informais no território municipal;
III – conferir função social e econômica às áreas públicas ociosas;
IV – estimular o empreendedorismo e atrair investimentos privados;
V – otimizar a utilização do patrimônio público municipal.
Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I – Concessão de Uso: contrato administrativo pelo qual o Poder Público Municipal outorga ao concessionário o direito de uso de bem público por prazo determinado, mediante contrapartidas e obrigações estabelecidas nesta Lei e no instrumento contratual;
II – Concessionário: pessoa física ou jurídica, devidamente habilitada, selecionada mediante Chamamento Público para utilização da área pública;
III – Contrapartida Social: obrigação do concessionário de gerar e manter postos de trabalho conforme metas fixadas em contrato;

CAPÍTULO II
DA ÁREA PÚBLICA OBJETO DA CONCESSÃO

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Área Institucional 01, registrada sob a Matrícula nº 9.193 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Assaí/PR, com área total de 1.656,96 m², situada no Loteamento Residencial Cruzeiro, nesta cidade. O imóvel foi transferido ao patrimônio municipal conforme R.1 e R.2/M.9.193 (Prot. 35.409, protocolado em 12/08/2024, com base em requerimento firmado em 28/11/2023 e formalizado perante o Registro de Imóveis em 05/09/2024), tendo como transmitente a empresa E. K. Empreendimentos Imobiliários Ltda., passando ao domínio público municipal nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/1979, junto à 2ª Serventia de Registro de Imóveis de Assaí-PR.
§ 1º A concessão poderá abranger a área total ou frações dela, conforme definido no edital de Chamamento Público, desde que respeitada a vocação econômica e o zoneamento urbanístico vigente.
§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante lei específica, incluir outras áreas públicas ociosas no programa de concessões previsto nesta Lei.
§ 3º A inclusão de outras áreas deverá ser precedida de avaliação técnica e imobiliária, aprovada pela Secretaria competente e submetida à apreciação da Câmara Municipal.

Art. 5º São permitidas na área concedida as seguintes atividades econômicas:
I – comércio varejista e atacadista;
II – prestação de serviços em geral, inclusive alimentação;
III – indústria de pequeno e médio porte;
IV – agroindústria e beneficiamento de produtos rurais;
V – oficinas e serviços de manutenção e reparo;
VI – serviços de saúde, educação profissionalizante e capacitação;
VII – outras atividades lícitas reconhecidas pelo Poder Executivo como geradoras de emprego e renda, desde que compatíveis com o zoneamento.
§ 1º É vedada a instalação de atividades que causem dano ambiental, poluição sonora ou visual incompatível com o entorno residencial, ou que contrariem a legislação urbanística municipal.
§ 2º A definição das atividades permitidas em cada processo de Chamamento Público será especificada no respectivo edital, observado o disposto neste artigo.

CAPÍTULO III
DO PRAZO DA CONCESSÃO

Art. 6º O prazo da concessão de uso será de 10 (dez) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato e da efetiva entrega da área ao concessionário, mediante lavratura de Termo de Recebimento.
§ 1º Findo o prazo contratual, o concessionário que cumprir integralmente todas as obrigações poderá requerer a prorrogação por mais 5 (cinco) anos, mediante avaliação da Administração quanto ao desempenho social e financeiro do empreendimento.
§ 2º A prorrogação somente será concedida mediante:
I – comprovação do cumprimento das metas de geração de emprego em todo o período;
II – regularidade fiscal e previdenciária do concessionário; e
III – parecer favorável da Procuradoria-Geral do Município.
§ 3º Não haverá prorrogação automática. O requerimento deverá ser protocolado com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de antecedência ao término do contrato.
§ 4º Expirado o prazo sem prorrogação, o Município poderá promover novo Chamamento Público para a área.

CAPÍTULO IV
DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 7º A concessão de uso será precedida de Chamamento Público, procedimento seletivo de caráter competitivo, que garantirá ampla publicidade, isonomia entre os participantes e seleção pela melhor proposta para o Município.

Art. 8º O edital do Chamamento Público conterá, obrigatoriamente:
I – descrição detalhada da área, com planta de situação e dados registrais;
II – finalidade permitida, atividades admitidas e restritas;
III – prazo da concessão e condições de prorrogação;
IV – meta mínima de geração de empregos e prazos para cumprimento;
V – critérios objetivos de classificação e julgamento das propostas;
VI – exigências de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira;
VII – prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de propostas, contados da publicação;
VIII – minuta do contrato de concessão de uso.

Art. 9º As propostas serão avaliadas e classificadas conforme os seguintes critérios e ponderações:

Nº	CRITÉRIO	PESO	PONTOS
I	Número de empregos diretos a serem gerados e mantidos	40%	40
II	Plano de negócios: viabilidade e prazo de abertura do empreendimento	20%	20
III	Contratação de mão de obra residente no Município	10%	10
IV	Impacto ambiental positivo ou neutro (certidões e laudos)	5%	5
	TOTAL	**100%**	**100**

§ 1º Em caso de empate na pontuação total, terá preferência o proponente que oferecer maior número de empregos (critério I); persistindo o empate, decidirá o Impacto ambiental positivo ou neutro (critério IV).
§ 2º O edital será publicado no Órgão Oficial do Município, no sítio eletrônico da Prefeitura e afixado em local público de grande circulação.

CAPÍTULO V
DAS CONTRAPARTIDAS DO CONCESSIONÁRIO
Seção I – Da Contrapartida Social (Geração de Emprego)

Art. 10. O concessionário obriga-se a gerar e manter, no mínimo, 05 (cinco) postos de trabalho diretos e formais, conforme o cronograma mínimo abaixo, salvo meta superior proposta pelo próprio concessionário e aceita pela Administração:

PERÍODO	EMPREGOS DIRETOS MÍNIMOS	OBSERVAÇÃO
Até o 6º mês	2 postos	Fase de implantação
Do 7º ao 12º mês	4 postos	Fase de operação inicial
A partir do 13º mês	5 postos (mínimo)	Operação plena – meta mínima
A partir do 4º ano	5 postos + crescimento	Avaliação bienal obrigatória

§ 1º Os postos de trabalho deverão ser ocupados por residentes no Município de Nova América da Colina.
§ 2º Entende-se por posto de trabalho formal aquele vinculado a contrato de trabalho nos termos da CLT ou como microempreendedor individual – MEI comprovado.
§ 3º O concessionário apresentará ao Município, semestralmente, relação nominal dos empregados com comprovação vínculo empregatício (GFIP, eSocial ou documento equivalente).
§ 4º O não atingimento da meta de empregos por dois períodos semestrais consecutivos caracteriza inadimplência contratual e sujeitará o concessionário às sanções previstas nesta Lei, inclusive à rescisão.

Seção II – Das Benfeitorias e Investimentos

Art. 11. Todas as obras, edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário na área pública serão executadas à sua exclusiva expensa, mediante aprovacão prévia do projeto pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.
§ 1º As benfeitorias não serão indenizadas pelo Município ao término ou rescisão contratual, revertendo automaticamente ao patrimônio público municipal.
§ 2º Excetua-se do disposto no § 1º as benfeitorias realizadas nos 12 (doze) meses anteriores ao término regular do prazo contratual, as quais poderão ser objeto de indenização parcial, mediante avaliação e acordo previamente assinado pelas partes.
§ 3º O investimento mínimo em benfeitorias e instalações deverá ser declarado no plano de negócios apresentado no Chamamento Público e comprovará dentro do prazo de 12 (doze) meses da entrega da área.
§ 4º Verificada a hipótese de doação da área ao concessionário, nos termos do art. 21 desta Lei, as benfeitorias nela incorporadas acompanham o imóvel doado, não se aplicando, nesse caso, a regra de reversão automática prevista no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO VI
DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
Seção I – Obrigações do Concessionário

Art. 12. São obrigações do concessionário:
I – instalar o empreendimento no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato;
II – manter o empreendimento em funcionamento efetivo durante toda a vigência do contrato;
III – cumprir as metas de geração e manutenção de empregos conforme cronograma do art. 9º;
IV – manter a área e as instalações em bom estado de conservação e limpeza;
V – obter e manter em dia todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao funcionamento;
VI – apresentar relatório semestral de atividades com comprovação de empregos gerados;
VII – permitir fiscalização pelo Município a qualquer tempo, mediante prévio aviso de 48 horas;
VIII – não sublocar, ceder ou transferir total ou parcialmente o uso da área sem anuência prévia e expressa do Município;
IX – devolver a área ao término do contrato em perfeitas condições de uso.

Seção II – Obrigações do Município

Art. 13. São obrigações do Município:
I – entregar a área ao concessionário desocupada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, após assinatura do contrato;
II – lavrar Termo de Recebimento descrevendo o estado da área na data da entrega;
III – não interferir no funcionamento do empreendimento, salvo por motivo de interesse público devidamente fundamentado;
IV – exercer a fiscalização contratual de forma regular, respeitando a atividade produtiva do concessionário;
V – facilitar a obtenção de licenças municipais necessárias ao empreendimento, no âmbito de sua competência;
VI – divulgar o empreendimento em ações institucionais de desenvolvimento econômico local.

CAPÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 14. O Poder Executivo designará fiscal de contrato para acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 1º O fiscal de contrato registrará em relatório bimestral o desempenho do concessionário quanto às metas de emprego, pagamentos e conservação da área.

Art. 15. O concessionário submeterá relatório semestral à Secretaria Municipal responsável, contendo:
I – relação atualizada dos empregados com CPF, função;
II – cópias das guias de recolhimento do FGTS (GFIP) ou extração do eSocial;
III – relatório sucinto das atividades realizadas e resultados econômicos.
§ 1º O primeiro relatório deverá ser entregue no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato.
§ 2º O descumprimento do dever de apresentação dos relatórios acarretará multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por mês de atraso, corrigível pelo IPCA.

CAPÍTULO VIII
DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 16. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei e no contrato sujeitará o concessionário às seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:
I – advertência por escrito, com prazo para regularização;
II – multa, em valores fixados no contrato, não inferiores a R$ 300,00 (trezentos reais) nem superiores a R$ 3.000,00 (três mil reais) por infração, corrigíveis pelo IPCA;
III – rescisão unilateral do contrato pelo Município, com retomada da área.
§ 1º As sanções serão aplicadas de forma graduada e progressiva, assegurado o contraditório e ampla defesa ao concessionário no prazo de 15 (quinze) dias.
§ 2º As multas poderão ser descontadas da caução ou garantia contratual.

Art. 17. Constituem causas de rescisão unilateral do contrato pelo Município, sem pagamento de indenização ao concessionário:
I – não atingimento da meta mínima de empregos por dois períodos semestrais consecutivos após o 13º mês;
II – cessão ou transferência não autorizada do uso da área;
III – uso da área em finalidade diversa da autorizada;
IV – abandono do empreendimento por mais de 90 (noventa) dias;
V – condenação criminal transitada em julgado do concessionário por crimes contra a Administração Pública;
VI – interesse público superveniente devidamente motivado, caso em que será devida indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis comprovadas.

Art. 18. Na hipótese de rescisão, o concessionário terá prazo de 30 (trinta) dias para desocupar e entregar a área ao Município, sob pena de ocupação irregular com multa diária de R$ 100,00 (cem reais), sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, disciplinando os procedimentos do Chamamento Público, a minuta do contrato-padrão e os formulários de acompanhamento.

Art. 20. A concessão de uso prevista nesta Lei não implica, durante o prazo de sua vigência, transferência de propriedade do bem público ao concessionário, sendo vedado ao concessionário oferecer a área pública em garantia a terceiros, ressalvada a hipótese de doação ao término do prazo total da concessão, nos termos do art. 21 desta Lei.

Art. 21. Findo o prazo total da concessão, compreendendo os 10 (dez) anos iniciais e a eventual prorrogação de 5 (cinco) anos de que trata o art. 6º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao concessionário a área objeto da concessão, desde que cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – cumprimento integral, durante todo o período de 15 (quinze) anos, das metas de geração e manutenção de empregos fixadas nesta Lei e no contrato de concessão;
II – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do concessionário à época do requerimento;
III – comprovação de que o empreendimento permaneceu em efetivo e ininterrupto funcionamento durante todo o prazo contratual, sem período de abandono superior a 90 (noventa) dias;
IV – inexistência de sanções administrativas não regularizadas aplicadas ao concessionário no âmbito do contrato;
V – avaliação técnica e imobiliária atualizada do bem, realizada por órgão ou profissional competente, a ser juntada ao processo administrativo de doação;
VI – parecer favorável e fundamentado da Procuradoria-Geral do Município sobre o atendimento aos requisitos deste artigo e sobre a legalidade do ato;
VII – autorização expressa da Câmara Municipal para a doação, mediante lei específica, respeitado o quórum exigido pela Lei Orgânica do Município para alienação de bens públicos.
§ 1º A doação de que trata este artigo tem por fundamento o interesse público consistente na consolidação, em caráter permanente, dos postos de trabalho gerados na área concedida, constituindo contrapartida ao investimento privado realizado e mantido ao longo de 15 (quinze) anos.
§ 2º O processo administrativo de doação será instruído com relatório da Secretaria responsável, comprovando o cumprimento de cada um dos requisitos dos incisos I a IV deste artigo, e será submetido a prévia manifestação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando exigível.
§ 3º A escritura pública de doação conterá cláusula de reversão ao patrimônio municipal na hipótese de o imóvel doado vir a ser utilizado, nos 5 (cinco) anos subsequentes à doação, para finalidade diversa daquela que motivou a concessão originária, ou de encerramento das atividades geradoras de emprego nesse mesmo período.
§ 4º Não preenchidos os requisitos deste artigo, a área retornará à plena disponibilidade do Município ao término do prazo contratual, aplicando-se o disposto no art. 6º, § 4º, desta Lei, sem que o concessionário faça jus a qualquer indenização adicional além do previsto no art. 11 desta Lei.

Art. 22. O Município poderá retomar o bem, mediante indenização das benfeitorias necessárias e úteis, quando o exigir o interesse público, devidamente motivado e com notícia prévia de 90 (noventa) dias ao concessionário.

Art. 23. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Poder Executivo Municipal, ouvida a Procuradoria Geral do Município, com base na legislação federal aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Orgânica do Município.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova América da Colina – PR, 27 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:255D2750

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 123/2026

PORTARIA 123/2026

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊCIAS.

A Prefeita Municipal, de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e considerando o requerimento apresentado pelo servidor, a documentação médica juntada aos autos e o Parecer Jurídico emitido no Processo Administrativo referente ao Ofício nº 50/2026, e;

CONSIDERANDO que o servidor ODINEI PAULO VENANCIO, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, lotado na Unidade de Saúde William Francisco da Silva Nascimento, requereu licença para tratamento de sua própria saúde, com início em 12 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO o entendimento jurídico pela possibilidade de integração da lacuna normativa por analogia, com aplicação do art. 120 do Estatuto Municipal, no que for compatível, especialmente quanto à comprovação médica e ao limite de 30 (trinta) dias de remuneração pelo Município;
CONSIDERANDO que a concessão deve ocorrer por prazo certo, mediante atestado médico que indique expressamente o período de afastamento, não sendo recomendável a concessão por prazo indeterminado com base apenas no atestado médico inicialmente apresentado;
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder ao servidor **ODINEI PAULO VENANCIO**, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, matricula n.º 119/0, a licença para tratamento de saúde, com início em 12 de agosto de 2026, pelo período de 30(trinta) dias, ou conforme novo atestado médico complementar apresentado no processo administrativo.
Art. 2º – A licença de que trata esta Portaria será concedida sem prejuízo da remuneração, observado o limite de até 30 (trinta) dias de responsabilidade do Município, mediante aplicação analógica do § 2º do art. 120 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, conforme orientação constante do parecer jurídico.
Art. 3º – Persistindo a incapacidade laboral após o período de responsabilidade remuneratória do Município, o servidor deverá ser encaminhado à perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de sua vinculação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para avaliação quanto à eventual concessão de benefício por incapacidade temporária, nos termos da legislação previdenciária aplicável.
Art. 4º – O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder aos registros funcionais pertinentes e adotar as providências necessárias ao acompanhamento do afastamento, inclusive quanto ao encaminhamento ao INSS, quando cabível.
Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Nova América da Colina, aos 19 dias do mês de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:24C81642

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 23/2026

PORTARIA N.º 023/2026

SÚMULA: Prorroga licença para Servidor Público do Legislativo Municipal de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até dia 28/10/2026 a licença para tratamento de saúde, para o Servidor Público do Legislativo Municipal abaixo relacionado:

José Thomazi, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, sob a matricula nº 891, a partir de 30/08/2026 a 28/10/2026, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Legislativo Municipal, aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

MARCIO RUHNKE
Presidente

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:2238DBCC

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA 24/2026

PORTARIA N.º 024/2026

SÚMULA: Prorroga o período de vigência da designação temporária de servidora substituta estabelecida pela Portaria nº 019/2026 e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que a Portaria nº 019/2026 designou **Larissa Gabriela Barichello Ceresoli**, em caráter substitutivo, temporário e excepcional, para exercer as atribuições do cargo em comissão de Assessora Parlamentar CC02, em substituição ao servidor **José Thomazi**, durante seu afastamento para tratamento de saúde;
CONSIDERANDO que a designação estabelecida pela Portaria nº 019/2026 possui vigência até 31 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 023/2026, foi prorrogada a licença para tratamento de saúde do servidor **José Thomazi**, permanecendo o afastamento até **28 de outubro de 2026**, conforme documentação médica apresentada;
CONSIDERANDO que permanece a situação fática e administrativa que fundamentou a designação temporária da servidora substituta, bem como a necessidade de continuidade dos serviços administrativos e de assessoramento da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO que a presente medida constitui exclusivamente prorrogação do período de substituição temporária anteriormente estabelecido, sem criação de novo cargo, nova vaga ou ampliação definitiva do quadro de pessoal;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica **prorrogado, de 1º de setembro de 2026 até 28 de outubro de 2026**, o período de vigência da designação de **Larissa Gabriela Barichello Ceresoli**, estabelecida pela Portaria nº 019/2026, para exercer, em caráter substitutivo, temporário e excepcional, as atribuições do cargo em comissão de **Assessora Parlamentar CC02**, em substituição ao servidor **José Thomazi**, durante seu afastamento para tratamento de saúde.
Parágrafo único. A substituição temporária cessará automaticamente em caso de retorno antecipado do servidor titular ao exercício de suas funções, ainda que antes da data prevista no caput deste artigo.
Art. 2º. Permanecem **inalterados e em pleno vigor os demais termos e disposições da Portaria nº 019/2026** que não conflitarem com a presente Portaria.
Art. 3º. As despesas decorrentes da continuidade da substituição correrão por conta de dotação orçamentária própria, observadas a legislação aplicável e as regras pertinentes à despesa com pessoal.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026**.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

MÁRCIO RUHNKE
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:369BF56D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – AMPLA CONCORRÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026 (CONTRATAÇÃO N° 987995-20/2026 – COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas em atendimento ao Termo de Convênio nº 182/2026 firmado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Nova Prata do Iguaçu.
DATA DA REALIZAÇÃO: 14/09/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 27 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:A9635BCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2038/2026

LEI Nº 2038/2026
DATA: 27/08/2026

SÚMULA: Institui diretrizes municipais de informação, conscientização e convivência segura relacionadas ao uso de bicicletas elétricas, equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, ciclomotores e veículos similares no Município de Nova Prata do Iguaçu e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu **ELIZETE CAVAZIN**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Esta Lei institui diretrizes municipais de informação, conscientização, prevenção de acidentes e convivência segura relacionadas ao uso, nas vias e nos espaços públicos do Município de Nova Prata do Iguaçu, dos seguintes veículos e equipamentos:

I – bicicletas elétricas;
II – equipamentos de mobilidade individual autopropelidos;
III – ciclomotores; e
IV – outros veículos ou equipamentos similares, conforme sua classificação na legislação federal de trânsito.

§ 1º A classificação dos veículos e equipamentos mencionados neste artigo observará exclusivamente o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

§ 2º Esta Lei não cria categoria municipal de veículo nem altera os requisitos técnicos, as características, os equipamentos obrigatórios, as exigências de habilitação, registro, licenciamento ou emplacamento estabelecidos pela legislação federal.

§ 3º Não se incluem nas disposições desta Lei os equipamentos destinados à locomoção de pessoas com deficiência ou com comprometimento de mobilidade, ressalvadas as normas federais que lhes forem aplicáveis.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I – promover a proteção da vida e da integridade física dos usuários das vias e dos espaços públicos;
II – contribuir para a prevenção de acidentes envolvendo veículos e equipamentos de mobilidade elétrica;
III – assegurar a prioridade e a segurança dos pedestres, especialmente crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida;
IV – ampliar o acesso da população a informações corretas sobre a classificação e as exigências legais aplicáveis a cada veículo ou equipamento;
V – prevenir a comercialização e a utilização de veículos sob classificação diferente daquela correspondente às suas características técnicas;
VI – incentivar a mobilidade urbana responsável, segura e ambientalmente sustentável; e
VII – promover a convivência harmoniosa entre pedestres, ciclistas, condutores de veículos automotores e usuários de equipamentos de mobilidade individual.

Art. 3º Para os fins desta Lei, serão adotados os conceitos, classificações e requisitos técnicos previstos:

I – na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;
II – na Resolução CONTRAN nº 996, de 15 de junho de 2023; e
III – nas demais normas federais que venham a alterar, complementar ou substituir a regulamentação mencionada nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Em caso de alteração da legislação federal, serão observadas as classificações e exigências supervenientes, independentemente de alteração desta Lei.

Art. 4º Os usuários dos veículos e equipamentos abrangidos por esta Lei deverão observar integralmente a legislação federal de trânsito, a sinalização viária e as determinações da autoridade com circunscrição sobre a via, especialmente quanto:

I – aos locais em que a circulação seja permitida;
II – aos limites de velocidade aplicáveis;
III – aos equipamentos obrigatórios de segurança;
IV – à prioridade de circulação dos pedestres;
V – às exigências de habilitação, registro, licenciamento e emplacamento, quando aplicáveis à categoria do veículo;
VI – à utilização de capacete e de outros equipamentos de proteção, quando exigidos pela legislação federal;
VII – ao transporte de passageiros, admitido somente nas hipóteses autorizadas pela legislação e pelo fabricante; e
VIII – à proibição de modificações que alterem a potência, a velocidade máxima ou a classificação legal do veículo sem a correspondente regularização.

§ 1º O estacionamento ou a imobilização dos equipamentos deverá respeitar a legislação vigente e não poderá obstruir:

I – calçadas e passeios públicos;
II – rampas de acessibilidade;
III – pisos táteis;
IV – faixas de travessia;
V – pontos de embarque e desembarque;
VI – entradas de imóveis;
VII – ciclovias ou ciclofaixas; e
VIII – a livre circulação de pedestres e de pessoas com mobilidade reduzida.

§ 2º As disposições deste artigo possuem caráter educativo e de reforço à observância da legislação federal, não criando novas infrações ou penalidades municipais de trânsito.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais, fornecedores, locadores e prestadores de serviços que comercializem, disponibilizem ou aluguem os veículos e equipamentos abrangidos por esta Lei deverão fornecer ao consumidor, antes da conclusão do negócio, informações claras, precisas e ostensivas sobre:

I – a classificação legal do veículo ou equipamento;
II – a potência nominal do motor;
III – a velocidade máxima de fabricação;
IV – a necessidade ou dispensa de registro, licenciamento e emplacamento;
V – a necessidade ou dispensa de habilitação para condução;
VI – os equipamentos de segurança obrigatórios;
VII – as restrições gerais de circulação previstas na legislação de trânsito; e
VIII – as consequências decorrentes de modificações capazes de alterar a classificação original do veículo.

§ 1º As informações poderão ser prestadas por meio físico ou eletrônico, desde que estejam disponíveis ao consumidor antes da aquisição, contratação ou utilização do equipamento.

§ 2º É vedada a divulgação de publicidade ou informação que apresente como bicicleta elétrica ou equipamento de mobilidade individual autopropelido veículo que, em razão de sua potência, velocidade, presença de acelerador ou demais características técnicas, seja legalmente classificado como ciclomotor, motocicleta, motoneta ou triciclo.

§ 3º Nos serviços de locação ou compartilhamento, o fornecedor deverá:

I – manter os equipamentos em condições adequadas de segurança e funcionamento;
II – fornecer os equipamentos de segurança exigidos pela legislação para a respectiva categoria; e
III – informar ao usuário as regras gerais de utilização e circulação antes da liberação do equipamento.

§ 4º O disposto neste artigo será aplicado sem prejuízo das normas previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação federal de trânsito.

Art. 6º A regulamentação operacional da circulação dos veículos e equipamentos abrangidos por esta Lei, incluindo a definição de vias, espaços permitidos, limites locais de velocidade, sinalização e restrições técnicas, compete ao órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, na forma do Código de Trânsito Brasileiro e das resoluções do CONTRAN.

Parágrafo único. A definição de velocidades ou de locais de circulação diferentes dos parâmetros gerais previstos na regulamentação federal dependerá dos estudos técnicos de engenharia exigidos pela legislação de trânsito.

Art. 7º Esta Lei não:

I – cria órgão, cargo, emprego ou função pública;
II – cria programa administrativo permanente ou despesa obrigatória para o Poder Executivo;
III – atribui novas competências a secretarias, departamentos ou servidores municipais;
IV – cria cadastro municipal de veículos ou proprietários;
V – institui registro, licenciamento, emplacamento, autorização ou taxa municipal;
VI – cria infração ou penalidade municipal de trânsito;
VII – autoriza apreensão, remoção, depósito, retenção ou leilão de veículos;
VIII – interfere na competência da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via; ou
IX – dispensa o cumprimento das exigências previstas na legislação federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, aos 27 dias do mês de agosto do ano de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:FCEE2647

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 021/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO TEMPORÁRIA DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR DURANTE PERÍODO DE FÉRIAS.

RESOLUÇÃO Nº 021/2026

Súmula: Dispõe sobre a efetivação temporária de Conselheira Tutelar Suplente, para substituição de Conselheira Tutelar durante período de férias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e;
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/NPI/PR nº 025/2023, que dispõe sobre a homologação do resultado final da eleição do Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares de Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/NPI/PR nº 018/2026, que dispõe sobre a convocação de conselheira tutelar suplente, para substituição de conselheira tutelar durante período de férias.
R E S O L V E
Art. 1º - Efetivar temporariamente como titular, a Conselheira Tutelar ALICE ALVES SOMAVILA, inscrita no CPF sob nº 0**.***.***-*7, para substituição da Conselheira Tutelar MARLETE BLASIUS KOERICH, durante período de férias.
Art. 2º - As atividades serão exercidas pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 03/09/2026.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 27 de agosto de 2026.

NIQUELI DUARTE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:46FC7693

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 022/2026 - SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO TEMPORÁRIA DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE, PARA SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DURANTE PERÍODO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 022/2026

Súmula: Dispõe sobre a efetivação temporária de Conselheiro Tutelar Suplente, para substituição de Conselheiro Tutelar durante período de licença sem remuneração.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e;
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/NPI/PR nº 025/2023, que dispõe sobre a homologação do resultado final da eleição do Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares de Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CONSIDERANDO a Resolução CMDCA/NPI/PR nº 020/2026, que dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar suplente, para substituição de Conselheiro Tutelar durante período de licença sem remuneração.
R E S O L V E
Art. 1º - Efetivar temporariamente como titular, o Conselheiro Tutelar ANTONIO MAIER, inscrito no CPF sob nº 5**.***.***-*9, para substituição do Conselheiro Tutelar GILMAR STEFAINSKI, durante período de licença sem remuneração.
Art. 2º - As atividades serão exercidas pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 04/09/2026.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 27 de agosto de 2026.

NIQUELI DUARTE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:31DFACCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO POSTO ESPERANDIO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO ARP Nº 89/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 36/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob n. 30.372.351/0001-94.

CONTRATADO: ESPERANDIO & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob n. 17.759.866/0001-83

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 125 da Lei nº 14.133/21 e Art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:
§1º - Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA (POR 12 MESES) E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 25/09/2027**, nos termos do art.

125 da Lei 14.133/21 e art. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 304/2024 da ARP nº 89/2025, cujo objeto é a aquisição de COMBUSTÍVEL, para atender as necessidades do Transporte desta Fundação de Educação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM	30.000	LITROS	R$ 6,19	R$ 185.700,00
2	ETANOL	10.000	LITROS	R$ 3,49	R$ 34.900,00
TOTAL					R$ 220.600,00

Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 26 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente da Fundação de Educação

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:E9375141

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 02/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° 00.858.248/0001-98.

FUNDAMENTO LEGAL: da Lei nº 14.133/2021.
Fica acertado entre as partes o 2º termo de apostilamento a alteração da **RAZÃO SOCIAL E O CNPJ** a **partir 27 de agosto de 2026,** nos termos da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é a reforma da UBS Catedral, **ficando da seguinte forma:**
CLAUSULA PRIMEIRA – RAZÃO SOCIAL E O CNPJ
Exclua-se do contrato a razão social:
FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.673/0001-33.
Inclui-se a seguinte razão social:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, devidamente inscrita no CNPJ nº 09.113.516/0001-17.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas da concorrência eletrônica 02/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-Pr., 27 de agosto de 2026.

Fundação de Saude de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:66D7C8A8

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
1º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO - ARP Nº 188/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, inscrito no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33

CONTRATADO: SERVIOESTE SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA, sob o CNPJ nº 03.392.348/0001-60;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, e clausula da ARP Nº 188/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO/RENOVAÇÃO
§ 1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO DA ARP Nº 188/2025 POR 12 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 15/08/2027**, com base nos termos do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 ambos da Lei Federal 14.133/21, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOES DO GRUPO B e dos GRUPOS A e E, para atender as necessidades desta Fundação e de seus demais anexos.
Sem mais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu – PR, 11 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Fundação de Saude de Paicandu

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:65F86184

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº243/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 08h30min**, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS 40 horas.**

Nome das candidatas	Classificação
ANA PAULA DE OLIVEIRA VIANA KIATKOSKI	112ª
VERA LÚCIA FERNANDES	113ª
ROSELI RODRIGUES DA CUNHA	114ª
VÂNIA APARECIDA ALVES DA SILVA	115ª
VIVIANE ANTONIA DE SOUZA	116ª
JOSIANE DA SILVA COSTA	117ª
LEIDIANE RODRIGUES OLIVEIRA	118ª
MARCIA MARTINS DE OLIVEIRA	119ª
EDINEIA APARECIDA DUTRA CARVALHO	120ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Elaine Martins Pires, Claudia da Silva Oliveira, Adriana Guilherme Bueno, Mari Aparecida Colaco, Ana Paula Pontes Rodrigues, Gisele da Costa Vicente, Amanda Pontes da Silva, Patricia Alves de Melo Camargo e Elenita Cardoso Ceciliano.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A96C6C59

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 244/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 09h20min**, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **ENFERMEIRO 30HS PSS.**

Nome das candidatas	Classificação
BRUNA LETICIA VIEIRA GOES THEODORO	26ª
ERICA GONÇALVES SOARES SEHN	27ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Genilda Inocêncio Tsuboi e Carlos Alexandre Lazaro de Souza.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A5B418EA

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 245/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 09h30min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **FARMACÊUTICO 30HS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
ANA CAROLINA PAULINO DE OLIVEIRA DANTAS	10ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;

e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CRF, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Joice Regina dos Santos.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:727B3220

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 246/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 10h40min**, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM 35HS PSS.**

Nome das candidatas	Classificação
JULIANA SALLES GUILHERME DA SILVA	77ª
DEROLINA DE ALMEIDA AHMANN	78ª
FERNANDA CARVALHO MANCINI	79ª
SAMIRA SUELEN GOMES	80ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento Tangriã Tâmara Quintino Moreira, Gabriela Regina Oliveira Martins Paludo, Rosimeire Cristina Reis Zanchim Cornelio e Kátia Aparecida de Moura Camilo.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FCF2B143

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 247/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor **THIAGO ALVES CEFALO**, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 11:00min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40HS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
MARCIA GARCIA AMANCIO BIALUCA	16ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b)Certidão de Quitação Eleitoral,disponível em **www.trepr.jus.br/eleitor/certidões/quitacaoeleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f)Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**,emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do COREN, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Lucimara Felix Constancio.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:264DC88F

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 344/2026

De 21 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 21 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 35HS P.S.S., a Senhora ANA PAULA FARIAS, portadora do Registro Geral número 10***733* SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 078.***.489-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 21 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DAE5F16C

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 345/2026

De 21 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 21 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 35HS P.S.S., a Senhora MARIANA ELISA ALVES DO CARMO, portadora do Registro Geral número 47.***.290-X SSP-SP, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 418.***.838-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 21 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9D079937

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 346/2026

de 24 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 24 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 HS P.S.S., a Senhora VIVIAN ANTONIO LOPES DE SOUZA, portadora do Registro Geral nº 001.***.38* SESP/MS, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 006.***.711-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E49CA2E2

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 347/2026

De 24 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 24 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de FARMACÊUTICO 30HS PSS, a Senhora TATIANE ELOIZA GONCALVES, portadora do Registro Geral nº 10.***.923-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 081.***.479-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A9360D08

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 348/2026

de 24 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 21 de agosto de 2026, do Emprego Público de MOTORISTA PSS, desde 11 de junho de 2026, o Servidor Público Municipal, Senhor ALMIR RODRIGUES DE SENA, portador do Registro Geral número 8.***.769-* SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 047.***.919-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DF69A7F2

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 349/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***31 de agosto a 29 de setembro de 2026***, a Servidora Pública Municipal, Senhora CLARICE CALDEIRA MANIEZO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **9892**/SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.769.***-33, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 01 de agosto de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EF1C5548

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 350/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 9 (nove) dias de férias, no período compreendido entre ***16 a 24 de setembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora DIRLENE APARECIDA PELISSARI BASTOS, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.218.***-1 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.364.***-34, ocupante do Cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGENDAMENTO, CIRURGIAS E TFD, – C 03 desde 01 de abril de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:09A862C0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 351/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 30 de setembro de 2026*,** ao servidor público municipal, Senhor MARCIO MACEDO PEDRO**,** portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.394.***-7 SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.927.***-87, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 18 de junho de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3B41EA05

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 352/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 30 de setembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora MARIA DE FATIMA RODRIGUES CHARAL, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.068.***-7 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.632.***-78, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS desde 8 de setembro de 2014.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:63801026

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 353/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***16 de setembro a 15 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora *MARINETE DE ALMEIDA COSTA BERALDO*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.240.***.6 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.218.***-72, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS desde 01 de fevereiro de 2010.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:891ED888

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 354/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***8 a 17 de setembro de 2026,*** a Servidora Pública Municipal, Senhora PATRICIA BASTOS DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.869.***-9 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 801.***.509-**, ocupante do cargo efetivo de PSICOLOGA , desde 26 de agosto de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0B0AE8AE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 355/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***8 a 22 de setembro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora TEREZINHA APARECIDA DA SILVA portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.087.***-5- SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.351.***50, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 16 de maio de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:17DC0302

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 356/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias no período de ***1 a 10 de setembro de 2026***, à Servidora Pública Municipal, Senhora ANDREA FRANK DE SOUZA MAGRI, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº ***4308**SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.070.***-50, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE PSF, desde 04 de maio de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:94E8F141

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 357/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***9 a 28 de setembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora *APARECIDA DE FATIMA GONCALVES*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.919.***-2/SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.522.***-07, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF desde 06 de setembro de 2019.

. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:541FD103

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 358/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***8 a 27 de setembro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora BEATRIZ DAMASQUI QUEIROZ, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 10.***.371-* SESP/PR devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 066.***.159-**, ocupante do emprego público de NUTRICIONISTA PSS desde 12 de junho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C12B5086

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 359/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre ***1 a 10 de setembro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora CRISTIANE RENATA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 7.***.961-* SESP/PR devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 005.***.279-**, ocupante do emprego público de NUTRICIONISTA PSS desde 1 de outubro de 2024.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1A1C3E16

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 360/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***8 de setembro a 7 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora GABRIELA BERTO SENTINELO RAMALHO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 9.***.694-* SESP/PR devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 071.***.169-**, ocupante do emprego público de DENTISTA PSS desde 13 de agosto de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:22C11335

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 361/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***14 de setembro a 13 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora IRENE LOPES DE MELO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 3.***.145-* SESP/PR devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 757.***.099-**, ocupante do emprego público de ENFERMEIRA PSS desde 14 de outubro de 2024.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B2DC2EF1

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 362/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***21 de setembro a 20 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora CAMILA CABRAL LEMES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **859**-8 SSP/MT, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 104.***.099-**, ocupante do cargo CLT de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS PSF desde 17 de maio de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7452578F

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 363/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***24 de setembro a 8 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora NAYARA GERMANO DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 39.***.960-* SESP/SP devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 090.***.209-**, ocupante do emprego público de FISIOTERAPEUTA PSS desde 2 de junho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AD24927E

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 364/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***31 de agosto a 29 de setembro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora *CELIA RAMOS DE ALMEIDA*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 9.***.843-* SSP-PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 565.***.109-**, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS desde 21 de agosto de 2014.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3DF78A28

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 365/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***8 de setembro a 7 de outubro de 2026,*** a Servidora Pública Municipal, Senhora *DEBORAH SIMOES GOMES*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.464.***-8 SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.072.***-11, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE desde 20 de junho de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:526C48B0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº366/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 50 (cinquenta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***2 de setembro a 21 de outubro de 2026,*** a servidora pública municipal, Senhora GERALDA MARIA GOMES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.547.***-8 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 757.***.209-**, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , desde 1 de junho de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B44866AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 497/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 31 de agosto de 2026, do Cargo em Comissão de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria da Fazenda, Símbolo CC-03, desde 1 de agosto de 2025, a Servidora Pública Municipal LARIANE MARIA RIGOLIN, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.769.349-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.361.559-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:25A8B406

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 498/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 31 de agosto de 2026, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Contabilidade, Símbolo CC-06, desde 2 de junho de 2025, o Servidor Público Municipal KAIQUE NASCIMENTO CARRION, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.718.416-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.942.229-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C2D83B5A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 499/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 31 de agosto de 2026, do Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Tesouraria, Símbolo CC-02, desde 2 de junho de 2025, o Servidor Público Municipal JOSE ODAIR DA SILVA, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.000.711-*- SESP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.861.929-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A631CC56

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 500/2026

de 26 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 26 de agosto de 2026, do Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino) - PSS, o Servidor Público Municipal LUIZ ADÃO MANCUZO, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.868.149-**, admitido em 6 de abril de 2026.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3114B474

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO DE REEQUILIBRIO DO ARROZ

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ATA REG. DE PREÇOS Nº 47/2025
- PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52;
CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 60.496.699/0001-54;
FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o **3º TERMO ADITIVO DE EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos Termos do art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21, cujo objeto é a Aquisição de Cestas Básicas compostas dos gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza abaixo descritos, na Modalidade de Registro de Preços-Pregão Eletrônico, entregues de forma parcelada para atender usuários em situação de vulnerabilidade social assistidas pelos CRAS - Centro de Referência da Assistência Social Eurides Ferreira da Silva e CRAS Catedral. para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
CLÁUSULA SEGUNDA
A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	Unid.	DESCRIÇÃO	QUANT	REGIST.	APROV
1	Unid.	CESTA BASICA - ARROZ AGULHINHA PCTE 5KG 01 AÇUCAR GROSSO GRANULADO PCTE 5KG 01 SAL REFINADO PCT 1KG 01 PAPEL HIGIENICO PCT 4 ROLOS 01 BISCOITO DOCE TIPO MAISENA PCT 360GR 01 CAFÉ EM PÓ PCT 500GR 01 FEIJÃO PCT 1KG 02 MACARRÃO ESPAGUETE PCT 1KG 02 MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL UD 300GR 02 OLEO COMESTIVEL LTS 900ML 02 FARINHA DE MANDIOCA PCT 1KG 01 FARINHA DE TRIGO PCT 1KG 01 ACHOCOLATADO EM PÓ PCT 400GR 02 FUBÁ DE MILHO PCT 1 KG 01 LEITE LONGA VIDA INTEGRAL LTS 1 L Sardinha em lata UD 125GR 04 LINGUICA CALABRESA PCTE DE 400GR 02 SABÃO EMPEDAÇO UN 180GR 05 SABONETE EM BARRA UD	4000	242,34	**238,74**

		84GR 04 PASTA DENTAL; EM CREME UD 90GR 03 SABÃO EM PÓ UD 800GR 02. OBS:(REFERENTE AO ARROZ AGULHINHA PCTE 5KG - 1 UNID. POR CESTA = VALOR UNIT.R$ 17,50).			

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições da ARP Original.

Paiçandu – PR, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeitura Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:714E1741

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RENOVAÇÃO DE ARP 49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 28/2025, homologado em 21/08/2025, integrante do Processo Administrativo nº 69/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa S.A. DE CARVALHO & CIA LTDA, CNPJ nº 06.541.298/0001-23, com endereço RUA 31 DE MARÇO, CEP 87155000, representada por SERGIO ALEXANDRE DE CARVALHO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 022.228.999-66, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva e preventiva em poços artesianos localizados em comunidades rurais e propriedades públicas (como escolas e unidades de saúde), sem substituição de equipamentos ou materiais** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pelaentidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante

oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, opedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 22 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

S.A. DE CARVALHO & CIA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 784	1.390,00	**Total: 18.070,00**
Item: 1	Unidade: SERVICO	Marca: Serviço	Modelo:	

Descrição: SERVIÇO DE RETIRADA DE BOMBA SUBMERSA, INCLUINDO MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, DESMONTAGEM DE CONEXÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS, IÇAMENTO CONTROLADO COM USO DE GUINCHO OU TRIPÉ E ACONDICIONAMENTO SEGURO DO EQUIPAMENTO RETIRADO, - Serviço de retirada de
bomba submersa, incluindo mão de obra especializada, desmontagem de conexões hidráulicas e elétricas, içamento controlado com uso de guincho ou tripé e acondicionamento seguro do equipamento retirado, garantindo a integridade da bomba para posterior reinstalação.
Quantidade: 13 **Valor Unit.: 1.390,00** Total Item: 18.070,00

LOTE 2

Quant.: 1

Num: 067

2.450,00

Total: 31.850,00

Item: 2

Unidade: SERVICO

Marca: Serviço Modelo:

Descrição: SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, ABRANGENDO A DESOBSTRUÇÃO DO ESPELHO D'ÁGUA, RETIRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E BIOLÓGICOS, APLICAÇÃO DE SOLUÇÃO DESINFETANTE (EX: HIPOCLORITO DE SÓDIO), E CIRCULAÇÃO DE ÁGUA PARA PURGA DO POÇO,
- Serviço de higienização e limpeza de poço tubular profundo, abrangendo a desobstrução do espelho d'água, retirada de resíduos sólidos e biológicos, aplicação de solução desinfetante (ex: hipoclorito de sódio), e circulação de água para purga do poço, conforme normas da ABNT NBR 12.244.
Quantidade: 13 **Valor Unit.: 2.450,00** Total Item: 31.850,00

LOTE 3

Quant.: 1

Num: 098

900,00

Total: 11.700,00

Item: 3

Unidade: SERVICO

Marca: Serviço Modelo:

Descrição: INSTALAÇÃO DE PAINEL DE COMANDO ELÉTRICO, INCLUINDO MONTAGEM, FIXAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA DE COMPONENTES COMO DISJUNTORES, RELÉS, CONTATORAS E PROTEÇÃO TÉRMICA, ALÉM
DA CONFIGURAÇÃO DE AUTOMAÇÃO BÁSICA PARA FUNCIONAMENTO - Instalação de painel de comando elétrico, incluindo montagem, fixação e ligação elétrica de componentes como disjuntores, relés, contatoras e proteção térmica, além da configuração de automação básica para funcionamento da bomba submersa, com teste final de operação.
Quantidade: 13 **Valor Unit.: 900,00** Total Item: 11.700,00

LOTE 4

Quant.: 1

Num: 207

900,00

Total: 11.700,00

Item: 4

Unidade: SERVICO

Marca: Serviço Modelo:

Descrição: SERVIÇO DE REINSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA, COM MÃO DE OBRA TÉCNICA PARA REBAIXAMENTO E ACOPLAMENTO DA BOMBA, CONEXÃO HIDRÁULICA E ELÉTRICA, VEDAÇÃO ADEQUADA E ALINHAMENTO DO CONJUNTO, ASSEGURANDO O FUNCIONAMENTO PLENO DO SISTEMA DE RECALQUE. -
Serviço de reinstalação de bomba submersa, com mão de obra técnica para rebaixamento e acoplamento da bomba, conexão hidráulica e elétrica, vedação adequada e alinhamento do conjunto, assegurando o funcionamento pleno do sistema de recalque.
Quantidade: 13 **Valor Unit.: 900,00** Total Item: 11.700,00

LOTE 5

Quant.: 1

Num: 342

1.800,00

Total: 23.400,00

Item: 5 Unidade: SERVICO Marca: Serviço Modelo:

Descrição: TESTE DE VAZÃO COM MOTOBOMBA SUBMERSA, COMPREENDENDO MONTAGEM DO SISTEMA PROVISÓRIO DE BOMBEAMENTO, MEDIÇÃO DA VAZÃO E DA COLUNA MANOMÉTRICA, AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO POÇO E DA BOMBA, E EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO COM RESULTADOS E OBSERVAÇÕES
SOBRE A - Teste de vazão com motobomba submersa, compreendendo montagem do sistema provisório de bombeamento, medição da vazão e da coluna manométrica, avaliação da eficiência do poço e da bomba, e emissão de laudo técnico com resultados e observações sobre a produtividade do aquífero.
Quantidade: 13 **Valor Unit.: 1.800,00** Total Item: 23.400,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 96.720,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:6546BE72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2026 - GRUPO ALFA SERV LTDA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2026 - GRUPO ALFA SERV LTDA

Contrato n.º: 07/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CNPJ: 77.780.252/0001-05
Contratada: GRUPO ALFA SERV LTDA
CNPJ: 23.811.945/0001-99
Processo Administrativo: 747/2026
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n°. 10//2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para terceirização de serviço de servente de limpeza para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Valor: O valor total da presente contratação é de R$ 55.104,00 (cinquenta e cinco mil cento e quatro reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.
Data da assinatura: 27/08/2026.

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:4B7CAEC2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 41.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 02/09/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: ***Aquisição de camisetas esportivas personalizadas.***

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br.

27/08/2026.

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:33F5176F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.72.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 15/09/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Sistema de Registro de Preços (SRP), para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água, bem como controle e manejo de escorpiões, conforme as necessidades das unidades vinculadas à Administração Municipal.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

27 de agosto de 2026

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:DD6B939A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 08/2026 – PROCESSO DIGITAL 5202/2026 RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho. Em nome de **RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA** , inscrita no CNPJ nº. **49.943.519/0001-00,** através do processo administrativo n°. 5202/2026.

Publique-se.

Palmeira, 27 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:8E11EC28

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI COMPLEMENTAR Nº 041, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR

Dispõe sobre a aprovação da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Palmeira/PR, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:
TÍTULO I
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Lei Complementar institui a Política Municipal de Saneamento Básico e aprova a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Palmeira/PR, em conformidade com:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
III – a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
IV – o Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;
V – a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
VI – a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
VII – demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Saneamento Básico constitui instrumento estratégico de planejamento da gestão pública municipal e orientará a formulação de políticas, programas, projetos e ações voltadas aos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se serviços públicos de saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:
I – abastecimento de água potável;
II – esgotamento sanitário;
III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
IV – drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
Art. 3º A Política Municipal de Saneamento Básico observará os seguintes princípios fundamentais:
I – universalização do acesso;
II – integralidade dos serviços;
III – segurança, regularidade, continuidade e qualidade;
IV – eficiência e sustentabilidade econômico-financeira;
V – adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais;
VI – transparência das ações e controle social;
VII – proteção da saúde pública;
VIII – proteção do meio ambiente;
IX – redução das desigualdades sociais e regionais;
X – uso racional dos recursos naturais;
XI – integração com as políticas de desenvolvimento urbano, habitação, saúde, meio ambiente, recursos hídricos e defesa civil;
XII – promoção da resiliência urbana e adaptação às mudanças climáticas.
CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:
I – garantir a universalização progressiva dos serviços públicos de saneamento básico;
II – promover a melhoria das condições sanitárias e ambientais do Município;
III – prevenir doenças e reduzir riscos à saúde pública;
IV – proteger os recursos hídricos e o meio ambiente;
V – assegurar a eficiência operacional dos sistemas;
VI – promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental;
VII – ampliar a participação social na formulação e avaliação das políticas públicas;
VIII – incentivar a educação ambiental e sanitária;
IX – reduzir perdas nos sistemas de abastecimento de água;
X – incentivar soluções tecnológicas apropriadas e sustentáveis.

TÍTULO II
CAPÍTULO I
DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Art. 5º Fica aprovada a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Palmeira/PR, anexo integrante desta Lei Complementar.

Art. 6º O PMSB deverá contemplar:
I – diagnóstico da situação dos serviços públicos de saneamento básico;
II – prognóstico e alternativas para universalização dos serviços;

III – programas, projetos e ações necessários;
IV – metas de curto, médio e longo prazo;
V – ações de emergência e contingência;
VI – mecanismos de avaliação sistemática;
VII – indicadores de desempenho operacional, ambiental e social;
VIII – estimativas de investimentos e fontes de financiamento.

Art. 7º O PMSB deverá ser compatibilizado com:
I – o Plano Diretor Municipal;
II – o Plano Plurianual – PPA;
III – a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
IV – a Lei Orçamentária Anual – LOA;
V – o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS;
VI – os Planos de Recursos Hídricos;
VII – demais instrumentos de planejamento territorial e ambiental.

TÍTULO III
CAPÍTULO I
DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO
Art. 8º O Município observará as metas de universalização estabelecidas na Lei Federal nº 14.026/2020, visando:
I – atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com abastecimento de água potável;
II – atendimento de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
III – ampliação da cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana;
IV – ampliação das estruturas de drenagem urbana e manejo das águas pluviais.
Parágrafo único. As metas previstas neste artigo deverão observar os cenários populacionais, a viabilidade técnica e econômica e a sustentabilidade ambiental.

CAPÍTULO II
DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Art. 9º A prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderá ocorrer diretamente pelo Município ou mediante delegação, concessão, permissão, parceria, convênio, consórcio público ou outro instrumento legalmente admitido.

Art. 10 Os serviços públicos de saneamento básico deverão atender aos requisitos mínimos de:
I – qualidade;
II – regularidade;
III – continuidade;
IV – eficiência;
V – segurança;
VI – modicidade tarifária;
VII – sustentabilidade econômico-financeira.

TÍTULO IV
CAPÍTULO I
DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Art. 11 A regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico observarão as normas de referência estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Art. 12 Compete à entidade reguladora:
I – fiscalizar a prestação dos serviços;
II – acompanhar o cumprimento das metas contratuais e legais;
III – estabelecer padrões e indicadores de qualidade;
IV – assegurar a modicidade tarifária;
V – garantir os direitos dos usuários.

TÍTULO V
CAPÍTULO I
DO CONTROLE SOCIAL
Art. 13 O controle social dos serviços públicos de saneamento básico será assegurado mediante:
I – audiências públicas;
II – consultas públicas;
III – acesso às informações;
IV – divulgação de relatórios de desempenho;
V – participação da sociedade civil nos processos de planejamento e avaliação.
Art. 14 O Município garantirá ampla publicidade aos documentos, estudos, relatórios, metas e indicadores relacionados ao PMSB.

TÍTULO VI
CAPÍTULO I
DO MONITORAMENTO E DA REVISÃO DO PMSB
Art. 15 O PMSB será objeto de monitoramento permanente pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 16 A revisão do PMSB deverá ocorrer em prazo não superior a 10 (dez) anos, nos termos da legislação federal.
Parágrafo único. O PMSB poderá ser atualizado a qualquer tempo em razão de alterações técnicas, legais, institucionais, ambientais ou socioeconômicas.
Art. 17 O Poder Executivo deverá elaborar relatórios periódicos de acompanhamento das metas, indicadores e ações previstas no PMSB.
TÍTULO VII
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 18 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 19 O Município poderá buscar recursos financeiros junto aos governos estadual e federal, organismos nacionais e internacionais, instituições financeiras e demais entidades públicas ou privadas.
TÍTULO VIII
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 20 Integram esta Lei Complementar:
I – o documento da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB;
II – os programas, projetos e ações;
III – as metas e indicadores;
IV – o plano de investimentos;
V – os planos de contingência e emergência.
Art. 21 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 3.914, de 02 de julho de 2015.

Art. 22 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:231F583B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1783/2026 – DIOGO EMANUEL KUHN & CIA LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada: **DIOGO EMANUEL KUHN & CIA LTDA**
CNPJ/CPF: 36.374.350/0001-65
Processo Administrativo: 3546/2026
Modalidade de Licitação: **PREGÃO, na forma Eletrônica nº.55/2026**
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos agrícolas
Valor da contratação: R$ 4.179,50 (quatro mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos)
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Data da assinatura: 25/08/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7F5C7376

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1784/2026 – DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:
DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ/CPF:
41.720.898/0001-50
Processo Administrativo: 3546/2026
Modalidade de Licitação: **PREGÃO, na forma Eletrônica nº.55/2026**
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos agrícolas
Valor da contratação:
R$ 15.083,25 (quinze mil, oitenta e três reais e vinte e cinco centavos).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Data da assinatura: 25/08/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:BA2EE7C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1785/2026 – RS SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA

Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:**RS SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA**
CNPJ/CPF:57.744.608/0001-48
Processo Administrativo: 3546/2026
Modalidade de Licitação: **PREGÃO, na forma Eletrônica nº.55/2026**
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos agrícolas
Valor da contratação:R$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

Data da assinatura: 25/08/2026

Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B645902B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 1786/2026 – TOMAZONI AGRONEGOCIOS LTDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1786/2026 –
TOMAZONI AGRONEGOCIOS LTDA
Contratante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA - CNPJ: 76.179.829/0001-65.
Contratada:**TOMAZONI AGRONEGOCIOS LTDA**
CNPJ/CPF:51.159.482/0001-68
Processo Administrativo: 3546/2026
Modalidade de Licitação: **PREGÃO, na forma Eletrônica nº.55/2026**
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de equipamentos agrícolas
Valor da contratação:R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).
Período de vigência: O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
Data da assinatura: 25/08/2026
Publique-se.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:694E7C7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 26.493, DE 19/08/2026 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO À SERVIDORA ADRIANA ROCHINSKI

Dispõe sobre concessão de adiantamento.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5830/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00
Fonte 21000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Adriana Rochinski	*021.xxx.xxx-65*	*R$ 500,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:23EA461C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 26.514, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEIO DE ALIMENTAÇÃO DE DELEGAÇÃO ESPORTIVA

Dispõe sobre concessão de Auxílio Financeiro para Custeio de Alimentação de Delegação Esportiva.

O **Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná,** no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo nº 6427/2026 e com fundamento na Lei Municipal nº 6.316, de 20 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de auxílio financeiro para custeio de alimentação de delegação esportiva, destinado exclusivamente à cobertura de despesas com alimentação de atletas e/ou paratletas que representem oficialmente o Município em competições esportivas realizadas fora do território municipal.

Art. 2º Fica o servidor responsável pelo recebimento do auxílio obrigado a prestar contas, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 6.316, de 20 de março de 2026.
Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do retorno da competição.
Servidor: Ernesto Kindl Junior – Professor de Edução Física
CPF: 976.xxx.xxx-68
Valor total do auxílio: R$ 2.472,40 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)
Evento: Desafio AMCG de Vôlei
Local: Ipiranga / Paraná

Previsão orçamentária:
Dotação: 11.001.27.811.0026.2.080.3.3.90.48.00.00
Fonte: 21000

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:079C32FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.504 DE 27/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$9.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$9.000,00 (nove mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
14.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Infraestrutura Rural
14.002.20.606.0037.2.101. Manutenção das atividades do Departamento de Infraestrutura Rural
540 – 3.3.90.33.00.00 – 000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$9.000,00

Total Suplementação: R$9.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

14.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
14.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana
14.001.15.451.0035.2.097. Manutenção das atividades do Departamento de Obras e
525 - 3.3.90.40.00.00 - 000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - R$9.000,00

Total Redução: R$9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:B5E77D35

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.505 DE 27/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$7.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$7.000,00 (sete mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
171 – 4.4.90.51.00.00 – 000 - OBRAS E INSTALACOES R$7.000,00

Total Suplementação: R$7.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.2.033. Pagamento de salários e encargos sociais
178 – 3.3.90.39.00.00 – 000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$7.000,00

Total Redução: R$7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:567145FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 27 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 31 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

DÚRCILEIA DA FONSECA BENTO BARSCZ

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:319ACB07

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 20 HORAS

Palmeira, 27 de agosto de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 27 de agosto de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Nome completo: RENATA DENISE DE ANDRADE KUCZIRCA
Inscrição: 112
Emprego público: PROFESSOR 20 HORAS

RENATA DENISE DE ANDRADE KUCZIRCA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5667AD37

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DECRETO Nº 19.507, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 15.260 DE 25 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Altera e inclui dispositivos do Decreto nº 15.260 de 25 de Março de 2022, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Palmeira,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob o nº 4632/2026,

Decreta:

Art. 1º – Fica alterado o inciso I e incluído o inciso V ao artigo 1º do Decreto nº 15.260 de 25 de Março de 2022 que nomeia subcomissão de seleção, destinada a avaliar tecnicamente os planos de trabalho apresentados em procedimentos de chamamento público, cujo objeto vise parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º ----------

I – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Turismo:
a) Caroline Marie Sundin de Paula – Matrícula funcional nº 204078 - Presidente;
b) Joslei Sequineli – Matrícula funcional nº 400088 – Membro;
c) Friedrich Norbert Kliewer – Matrícula Funcional n.º 400081 – Membro.
----------*V – Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação:*
Igor Henrique Michalski Moreira- Matrícula funcional nº 400085 – Presidente;
Renato Ricardo Schnell Junior- Matrícula funcional nº 301549 – Membro;
Meire Cristine Nery Dias- Matrícula funcional nº 301550 – Membro."(NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas demais disposições constantes no Decreto nº 15.260 de 25 de março de 2022.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:49EF454D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.515, DE 27/08/2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO AO SERVIDOR MAURICIO ARAUJO FERREIRA

Dispõe sobre concessão de adiantamento.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6813/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de motorista, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Mauricio Araujo Ferreira	*069.xxx.xxx-09*	*R$ 2.400,00*

Prefeitura, Sede do Município, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:F94E0442

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.516, DE 27/08/2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO À SERVIDORA MARIANGELIS RUPEL

Dispõe sobre concessão de adiantamento.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6816/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo(a) com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:
Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Mariangelis Rupel	*103.xxx.xxx-21*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:467E0999

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 84/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS DESTINADOS AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES, À PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, À INCLUSÃO SOCIAL E À QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELO SENAC.

VALOR: R$ 37.920,00 (Trinta e sete mil, novecentos e vinte reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.
CONTRATADO: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
CNPJ: 03.541.088/0003-09
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	4410	09.003.08.243.0801.6073	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital/PR, 27 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 84/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS DESTINADOS AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES, À PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, À INCLUSÃO SOCIAL E À QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELO SENAC.

Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social, ante as justificativas que se embasam no artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supra supramencionada, tendo como contratada **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL,** empresa inscrita no CNPJ: 03.541.088/0003-09.

Para a efetivação da presente dispensa levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

DETERMINO a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e, após sua conclusão, a devida ciência ao gestor e ao fiscal do contrato, bem como ao departamento de controle de recebimento, para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Palmital/PR, 27 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

REF: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS DESTINADOS AOS USUÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES, À PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, À INCLUSÃO SOCIAL E À QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO, CONFORME PROPOSTA APRESENTADA PELO SENAC, artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021.

A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 84/2026, Dispensa de Licitação n° 25/2026, atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação n° 25/2026, para a contratação dos serviços supramencionados, junto a empresa vencedora: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, inscrita no CNPJ: 03.541.088/0003-09.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital/PR, 27 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:8CAACC2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL

PREGÃO Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R. PROF ZELDA C CURSI MASTRIANI 265, 0 A - CEP: 86182530 - BAIRRO: JARDIM DAVILA, Cambé/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº06.175.908/0001-12, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor LUIZ CARLOS DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 3**.***.***-34.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR

DATA DO CONTRATO: 18/08/2026
VIGÊNCIA: 16/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 368,35 (Trezentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:30A324F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 18/2026 - ALTERA REDAÇÃO DA LC Nº 9-2023

LEI COMPLEMENTAR Nº 18 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Altera a redação do art. 181 da Lei Complementar nº 9, de 2023, que instituiu o Código de Obras do Município de Palmital, e revigora a vigência da Lei nº 847, de 2011, revogada por equívoco material.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:
Art. 1º O art. 181 da Lei Complementar nº 9, de 2023, que instituiu o Código de Obras do Município de Palmital, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 181. Revoga-se a Lei nº 857/2011." (NR)
Art. 2º Fica revigorada, a partir da data de publicação da Lei Complementar nº 9, de 2023, a vigência da Lei nº 847, de 2011, que "Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2011 e dá outras providências", indevidamente revogada pela redação originária do art. 181 da referida Lei Complementar em razão de erro material.
Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palmital-PR, 28 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:D253C810

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
LEI Nº 1380/2026 - FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 1380 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Palmital – Estado do Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL – ESTADO DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO
Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Palmital, Estado do Paraná, órgão colegiado de caráter permanente, integrante do Sistema Municipal de Ensino, com a finalidade de promover o diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil, acompanhar as políticas públicas educacionais, monitorar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação, coordenar as Conferências Municipais de Educação, acompanhar a execução de suas deliberações e promover a articulação com os Fóruns e Conferências Estadual e Nacional de Educação.
Parágrafo Único. O Fórum Municipal de Educação possui caráter consultivo, propositivo, articulador, mobilizador, de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas da Educação Básica e da Educação Superior, no âmbito do Município.
CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS
Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I - convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar e acompanhar a implementação de suas deliberações;
II - elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como o Regimento das Conferências Municipais de Educação;
III - acompanhar e avaliar a implementação das deliberações das Conferências Municipais de Educação;
IV - promover a articulação entre as Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Educação;
V - organizar seminários, simpósios, audiências públicas, fóruns, encontros e demais espaços de debate sobre as políticas educacionais;
VI - acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação, propondo medidas para o cumprimento de suas metas e estratégias;
VII - acompanhar a elaboração, revisão e implementação da legislação educacional municipal;
VIII - acompanhar indicadores educacionais e propor ações voltadas ao fortalecimento da qualidade social da educação;
IX - definir, em seu Regimento Interno, critérios para a inclusão de representantes de outros órgãos, entidades ou segmentos da sociedade civil.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO
Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e suplentes, indicados por seus respectivos órgãos, instituições ou entidades, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º O Fórum será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I - Secretaria Municipal de Educação;
II - Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
III - Conselho Municipal de Educação;
IV - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB;
V - Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
VI - Educação Infantil;
VII - Ensino Fundamental;
VIII - Ensino Médio, quando houver;
IX - Educação de Jovens e Adultos;
X - Educação Especial;
XI - Instituições de Ensino Superior, quando houver;
XII - Instituições Privadas de Ensino, quando houver;
XIII - Estudantes que atingem a maior idade;
XIV - Pais, mães ou responsáveis por estudantes;
XV - Gestores Escolares;
XVI - Conselho Tutelar;
XVII - Poder Executivo;
XVIII - Sindicato dos profissionais do magistério municipal;
XIX - Movimentos sociais com atuação na área da educação, quando houver;
XX - Educação do Campo, quando houver.
§ 2º Outros órgãos, entidades ou segmentos poderão integrar o Fórum Municipal de Educação, mediante deliberação de seus membros e previsão em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º A estrutura organizacional, os procedimentos administrativos e as normas de funcionamento do Fórum Municipal de Educação serão definidos em seu Regimento Interno, aprovado pela maioria simples de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á ordinariamente conforme calendário estabelecido em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou pela maioria absoluta de seus membros.
Art. 6º A Coordenação do Fórum Municipal de Educação será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador, eleitos entre seus membros titulares, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
Parágrafo Único. A Secretaria Executiva será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo apoio técnico e administrativo ao funcionamento do Fórum.
Art. 7º A primeira composição do Fórum Municipal de Educação será organizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º A renovação dos representantes e da Coordenação observará os procedimentos definidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Fórum Municipal de Educação ficará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que assegurará o apoio técnico, administrativo e a infraestrutura necessários ao seu funcionamento, preservada sua autonomia deliberativa.
Art. 10. A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 11. Esta Lei será implementada em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei Federal nº 15.388 de 14 de abril de 2026 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE 2026-2036, a legislação que institui o Sistema Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação.
Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, em 28 de Agosto de 2026
.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:9BF6DA7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 517/2026

PORTARIA Nº 517/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidora em cargo de Agente Político e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º- A Servidora Púbica Municipal **Sra. ROSILDA GOMES DA SILVA,** inscrita no CPF/MF n.º 599.***.***-72 no cargo de **Agente Político – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO** do Município de Palmital, com remuneração salarial CC 1.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data e com efeitos retroativos a 02/12/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 27 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:7FB81AEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 518/2026

PORTARIA Nº 518/2026

SÚMULA: Designa Servidores para comporem a Comissão Temporária de Avaliação Técnica de Credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE,

DESIGNAR

Art. 1º - Os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão Temporária de Avaliação Técnica de Credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde**, com a finalidade de realizar a análise, avaliação e emissão de parecer técnico quanto à documentação e às condições apresentadas pelos interessados nos processos de credenciamento promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde:

CHEILA PECHEKA DE JESUS RIBEIRO - Secretária de Saúde
ALINE DE SOUZA PINTO - Enfermeiro
EVANDRO COSTA PEDRO - Chefe de Gabinete da Secretária de Saúde

Art. 1º - Compete à Comissão:
I – analisar a documentação técnica apresentada pelos interessados no credenciamento;
II – verificar o atendimento aos requisitos e critérios estabelecidos no respectivo edital ou instrumento de credenciamento;
III – realizar, quando necessário, diligências para esclarecimento ou complementação das informações apresentadas;
IV – emitir parecer técnico quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para o credenciamento;
V – registrar em ata ou relatório próprio os atos e conclusões decorrentes das avaliações realizadas;

VI – desempenhar outras atividades necessárias ao regular cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º A Comissão exercerá suas atribuições de forma temporária, exclusivamente para os procedimentos de avaliação técnica relacionados aos processos de credenciamento da Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo constituída até a conclusão dos trabalhos ou até ulterior deliberação da Administração.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e transparência, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento de credenciamento.

Art. 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não ensejará o pagamento de qualquer remuneração adicional, salvo disposição legal em contrário.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 27 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:F59C4469

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

COM BASE NO ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, torna público, para conhecimento dos interessados, que tem intenção de realizar contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192 – Litoral do Paraná, incluindo mão de obra, equipamentos, materiais, produtos, EPIs e demais insumos necessários à execução dos serviços.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Início: 31 de agosto de 2026, às 08h00.
Limite: 02 de setembro de 2026, às 17h00.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Endereço eletrônico para envio das propostas:
licitacao@cislipalitoral.com.br

Link de acesso: (https://www.gov.br/pncp/pt-br - https://www.cislipalitoral.com.br/)

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Desinsetização das áreas internas e externas da Central de Regulação do SAMU 192	04 aplicações	R$ 736,75	R$ 2.947,00
02	Limpeza, higienização e desinfecção das 02 caixas d'água da Central de Regulação do SAMU 192, com 500 litros cada	04 serviços	R$ 215,25	R$ 861,00
03	Desratização das áreas internas e externas da Central de Regulação do SAMU 192	04 aplicações	R$ 245,00	R$ 980,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO				**R$ 4.788,00**

As empresas interessadas deverão encaminhar suas propostas para o e-mail **licitacao@cislipalitoral.com.br**, em arquivo anexo e devidamente assinado.

A proposta deverá conter: **razão social, CNPJ, nome do responsável, telefone, e-mail, validade da proposta e prazo de execução dos serviços**.

Todos os custos, encargos, tributos, materiais, equipamentos, mão de obra e demais despesas necessárias à execução dos serviços deverão estar incluídos nos preços apresentados.

Paranaguá/PR, 27 de agosto de 2026.

DANIELA MOREIRA DA SILVA
Agente De Contratação
Portaria Nº 54/2026

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:20234796

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 27 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 212.373,10 (duzentos e doze mil, trezentos e setenta e três reais e 10 centavos)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Gestão administrativa Cislipa**	
01.001.10.122.0901.2001.		**GESTÃO ADMINISTRATIVA**	
06 3.1.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	212.373,10
		Total da Suplementação:	**212.373,10**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**Gestão administrativa Cislipa**	
01.001.10.122.0901.2001..		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
02 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P.CIVIL	212.373,10
		Total da Suplementação:	**212.373,10**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Paraná, em 27 de Agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:13F16BC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.789

PORTARIA N° 2.789

"Designa servidores como gestor e fiscal de contrato."

O PREFEITO MUNICIPAL PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com o contido no protocolado sob nº 58.368/2026,

RESOLVE:

I - Designar a Servidora Pública Municipal, Bianca Maciel da Silva, ocupante do cargo de Médico Veterinário, portadora do RG n° 10.218.660-5 e CPF n° 063.935.389-45 como gestora do convênio com o Instituto Água e Terra - IAT referente ao Programa de esterilização permanente de cães e gatos do Governo do Paraná.

II - Designar a Servidora Pública Municipal, Giovanna Lapkoski Bonatto, ocupante do cargo de medica veterinária, portador do RG n° 10.969.036-8 e CPF n° 108.360.669-79 como fiscal do convênio com o Instituto Água e Terra - IAT referente ao Programa de esterilização permanente de cães e gatos do Governo do Paraná.

III - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Paranaguá, “Palácio São José”, em 27 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F965B382

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.790

PORTARIA Nº 2.790

"Designa servidoras como gestor e fiscal de contrato."

O PREFEITO MUNICIPAL PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com o contido no protocolado sob nº 58.368/2026,

RESOLVE:

I - Designar a Servidora Pública Municipal, Bianca Maciel da Silva, ocupante do cargo de Médico Veterinário, portadora do RG n° 10.218.660-5 e CPF n° 063.935.389-45 como gestora do convênio para Campanha de Vacinação Vetmóvel Paraná com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável do Paraná - SEDEST.

II - Designar a Servidora Pública Municipal, Giovanna Lapkoski Bonatto, ocupante do cargo de Médico Veterinário, portadora do RG n° 10.969.036-8 e CPF n° 108.360.669-79 como fiscal do convênio para Campanha de Vacinação Vetmóvel Paraná com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável do Paraná - SEDEST.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 27 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AC29C59B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 180/2024 ELEVADORES OTIS LTDA CNPJ: 29.739.737/0008-89

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 180/2024
ELEVADORES OTIS LTDA
CNPJ: 29.739.737/0008-89

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ELEVADORES OTIS LTDA

Data: 28/08/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 180/2024.** “O presente Instrumento tem como objetivo a Substituição de Fiscal de Contrato, conforme segue:

FISCAL ANTERIOR: Josemir Francisco Braga, Matrícula 2387.
FISCAL TITULAR: Anor Mateus Rosina, Matrícula 4100.
FISCAL SUBSTITUTO: José Luiz de Oliveira Nascimento, Matrícula 8017.

Fundamentação Legal: Art. 67, da Lei 8.666/93; ”

Inexigibilidade de Licitação n°: 059/2024

Assinaturas:
ANDERSON WANDERCI PINTO BARBOZA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:4EAD9F65

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

MUNICIPIO DE PARANAGUÁ/PR
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026
PROCESSO Nº 45.113/2026
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Tubos e Aduelas de Concreto para Drenagem Urbana visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas.
TIPO: Menor Preço Total do Lote.
DATA DA ABERTURA: 15/09/2026 – **HORÁRIO:** 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 5.401.927,76 (cinco milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e vinte sete reais e setenta e seis centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: www.bll.org.br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 27 de agosto de 2026.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:AAC393CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 99.068/25
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 036/2026
Recorrente: Testurite Industrial Brasileira Ltda
Recorrida: Leopardo Atacadista Ltda
Objeto: Aquisição de Tintas e Materiais de Pintura, em atendimento as Secretarias Municipais de Paranaguá

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Empresa **Testurite Industrial Brasileira Ltda**, inconformada com a aceitação da proposta da empresa **Leopardo Atacadista Ltda** para o item 21, no valor de **R$ 38,96**. Em síntese, a Recorrente alega que o montante ofertado apresenta valor manifestamente inferior aos praticados pelo mercado, caracterizando preço inexequível.

A licitante Recorrida foi notificada para apresentar contrarrazões e se manifestar sobre a viabilidade de seu preço, não tendo apresentado dentro do prazo legal.

É o relatório. Passo a decidir.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A alegação de inexequibilidade de preços exige análise cautelosa por parte desta Administração. Conforme entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (**Súmula nº 262 do TCU**), a presunção de inexequibilidade de uma proposta é **relativa**, devendo o órgão licitante obrigatoriamente conceder à empresa a oportunidade de demonstrar a viabilidade de seus custos.

Em cumprimento aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, esta Pregoeira realizou diligência junto à Recorrida.

A recorrida não logrou êxito em demonstrar a viabilidade econômica do preço proposto, deixando de apresentar planilhas e documentos fiscais capazes de obter a presunção de inexequibilidade trazida pela Recorrente, restando configurado o risco de inadimplemento contratual.

3. DECISÃO

Diante de todo o exposto, esta Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, decide:

CONHECER do recurso interposto pela **Testurite Industrial Brasileira Ltda**, para no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, desclassificando a proposta da empresa **Leopardo Atacadista Ltda** por inexequibilidade e convocando a próximo licitante classificada na ordem do certame.

Publique-se e intime-se os interessados.

Paranaguá, 27 de agosto de 2026.

MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:62E7CB30

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAGUÁ 2026

Aos trinta dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá, localizado na Rua João Eugênio, nº 959 - Centro Histórico, tendo como Pauta: 1. Expedientes do Conselho; 2. Deliberação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2026; 3. Protocolo Interno — Acompanhamento de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA nas UBS do ESF; 4. RDQA — 1º quadrimestre de 2026 — Análise e discussão; 5. Horário estendidos das 17h às 23h, nas UBS Alexandra, Garcia, Branquinho e Jardim Iguaçu; 6. Deliberação referente emendas parlamentares Nº. 45530012, Nº. 28740010 e Nº. 43810001; 7. Deliberação para Alteração no Plano de Ação Financiamento SESA para CAPS 2023; 8. Assuntos Gerais. Estavam presentes os conselheiros: **Gestores:** Josinéia de Araújo e Carla Cristina Pires Neri (Secretaria Municipal de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos:** Murilo Cereda da Silva (Secretaria Municipal de Saúde). **Trabalhadores em Saúde:** Alessandra de Cássia Luquetta (CREFONO - Conselho Regional de Fonoaudiologia - 3ª Região), Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Janaína O'Donnell Cabral (SINPEFEPAR - Sindicato dos Profissionais/ Professores/ Tecnólogos de Educação Física do Paraná), Anaclete Fernandes Magno (SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá). **Usuários:** Waltencir de Oliveira (STIA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral), Daniele Lourenço Pontes (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá), Amando José Batista e Jean Carlos Kuiavinski Freire (Congregação Mariana Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Gilmara Gastaldon Piantá (SINTRACON PARANAGUÁ – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Imobiliário de Paranaguá e Litoral - TITULAR), Paulo Henrique de Oliveira Alves (Ministério Chama do Avivamento – CMA – SUPLENTE), Hilda Maria Leite Werner (Centro de Avaliação Educacional Multiprofissional Professora Nadja Marli Plaisant da Paz e Silva Pinho – CAEM), Sonia Maria Resende Monteiro e Jurema dos Santos (Pastoral da Criança), Matsuko Mori Barbosa (União Brasileira de Mulheres – UBM – Seção Paraná), Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina). **Ausentes com Justificativa:** Andressa Pereira Lima Marchi (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO 8ª Região), Sueli Ferreira dos Santos (Associação Pro Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio – TITULAR), José Dougiva da Silva Costa (ABEAP – Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas da Categoria dos Estivadores). **Convidados:** Rafaela M. Soccio Coelho Netto (Saúde Mental), Rebeka Costa Mendes (Câmara), Daniele Voitach (SEMSA), Marcio Valgas (SEMSA). **Nilson Nishida (CRF): -** "Boa tarde, conselheiros e nossos convidados. Obrigado por terem vindo na tarde de hoje. Vou pedir à nossa primeira secretária, Matsuko, que faça a leitura da pauta." A senhora Matsuko fez a leitura da pauta e da ordem do dia e, em seguida, passou a palavra ao presidente. **Nilson Nishida (CRF): - "**Pessoal, antes de iniciarmos a aprovação da pauta, vou apenas inverter o item nº 4 para depois do item nº 7, tudo bem? Até lá, a Valeska estará verificando quem fará a apresentação. Alguém tem mais alguma alteração a fazer? Não? Então, coloco a pauta em votação. Quem aprova permaneça como está; quem se abstém ou é contrário, por favor, manifeste-se. **Aprovada.** Passamos ao expediente do Conselho. Hoje temos um expediente bem tranquilo. Recebemos o Ofício nº 1457/2026, da SEMSA, referente à solicitação de inclusão de pauta e aos documentos pertinentes aos assuntos que serão tratados. Quanto às justificativas de ausência, registramos a da conselheira Sueli Ferreira, da Associação Pró-Obras, e a do nosso vice-presidente, José Dougiva, representante da ABEAP, que está acompanhando um de seus associados. Inclusive, ele pediu desculpas, pois no sábado precisou sair às pressas para atender um associado que estava internado no Hospital Angelina Caron. Infelizmente, esse associado veio a falecer no mesmo dia. Hoje, ele está acompanhando outro associado no Hospital Erasto Gaertner. Se houver tempo, ele ainda pretende passar pela reunião, mas saiu bem cedo para acompanhá-lo. Assim que retornar a Paranaguá, pretende vir diretamente para cá. A intenção dele é sair do hospital aproximadamente neste horário em que estamos iniciando a reunião. Assim, é possível que não consiga chegar antes do encerramento dos trabalhos. De qualquer forma, ele pede desculpas pela ausência e informa que estará presente nas próximas reuniões. Nosso segundo secretário, Macedo, está de férias. Por esse motivo, não está presente hoje. Certo? Há mais algum conselheiro que gostaria de apresentar justificativa de ausência? Não? Então, encerramos o expediente.Passamos à deliberação da ata da primeira reunião extraordinária de 2026.Todos receberam a ata? Alguém tem alguma alteração a fazer? Não? Então, vou colocá-la em votação.Quem aprova permaneça como está. Quem se abstém ou é contrário, por favor, manifeste- se.**Aprovada.**Apenas para justificar, em razão das atividades da plenária e dos compromissos acadêmicos da Valeska, algumas atas estão pendentes. No entanto, até o final deste ano, todas estarão concluídas.Se alguém precisar de qualquer informação relacionada a esse assunto, pedimos que nos comunique para que possamos verificar. Não se preocupem, pois ela está realizando todo o trabalho corretamente, e os documentos serão apresentados oportunamente nesta plenária.Além disso, ela está na fase de conclusão do estágio da faculdade e possui autorização para se ausentar quando necessário em razão desse compromisso. Inclusive,

para conhecimento de todos, ela está aqui no período da tarde. No período da manhã, está realizando o estágio da faculdade. De qualquer forma, permanecemos à disposição, caso seja necessário atendimento em outro horário. Item 3 – Protocolo Interno de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas UBS e ESF. Por favor, apresente-se informando seu nome, em razão da gravação." **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - "Boa tarde. Sou Josinéia, enfermeira de formação e atuo na área de Saúde da Família. Conforme solicitado, desenvolvemos um protocolo interno de acompanhamento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse protocolo estabelece, basicamente, como será o atendimento da criança com TEA dentro da unidade de saúde. A criança será avaliada pela equipe de saúde e, que vai ver a necessidade de ser acompanhado por dois acompanhantes. Ela te direto a um acompanhante, todos tem direito, tanto quem tem TEA ou qualquer pessoa que tenha alguma deficiência por lei, ou seja a gente seguiu a lei, mas esse paciente, dependendo do jeito que está a unidade ninguém vai questionar o paciente, muitas vezes são crianças agitadas, outras crianças chegam em crise, e as vezes essa criança precisa de mais de dois acompanhantes, mas dentro da unidade essa criança vai ser acompanhada. Esse protocolo já foi encaminhado para as unidades pra ser seguido. Eu encaminhei para o Macedo encaminhar pra vocês." **Nilson Nishida (CRF):** - "Alguém tem perguntas? Caso precisem de mais alguma informação, vocês já sabem qual é a área técnica responsável. Também podem encaminhar as solicitações à Secretaria Executiva do Conselho, que faremos as verificações necessárias." **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - "Nosso principal objetivo é garantir um atendimento humanizado às crianças com TEA." **Nilson Nishida (CRF):** - "Solicito, por gentileza, que esse protocolo também seja encaminhado à Secretaria Municipal de Inclusão, para que tenham conhecimento do documento. Pretendemos, inclusive, conversar com a equipe daquela Secretaria para que compreendam melhor os fluxos e encaminhamentos da área da saúde." **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - "Sim, se eles tiverem alguma dúvida e quiserem marcar um horário comigo ou com um de nós, ficamos à disposição. E se alguém souber de alguém que tenha alguma dificuldade em qualquer unidade pra fazer esse atendimento, também fico à disposição." **Nilson Nishida (CRF):** - "Obrigado. Conselheiros, em relação a essa discussão, tínhamos uma pauta sobre esse tema. Inclusive, é demanda da Conferência Municipal anterior nossa. Então, a gente tem interesse. Inclusive, a gente tem tentado conversar com a Secretaria da Inclusão. Vamos ver se o nosso vice, também, e o nosso segundo-secretário, voltando, as da mesa e alguns conselheiros. Retomamos a conversa com a Secretaria da Inclusão e ver se a gente consegue fazer uma reunião com eles, e padronizar tanto o atendimento deles quanto o nosso aqui, pra não dar conflito de interesse, né? Tá bom? Mais alguém que queria... Falar alguma coisa? Não? Então, em votação, quem aprova permaneça como está, quem se abstém ou é contrário, por favor, se manifeste. Aprovado. Item 5. Horário estendidos das 17h às 23h, nas UBS Alexandra, Garcia, Branquinho e Jardim Iguaçu." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Murilo, sou farmacêutico de formação, servidor do município, atualmente componho a parte gestora da Atenção Primária eMulti em unidades básicas de saúde. Eu vim apresentar pra vocês, todos estão cientes que paralelo ao processo do fim da FASP, logo que terminou os contratos não teve mais atividades desenvolvidas pela FASP, já no dia seguinte foi instaurada a estratégia dos horários estendidos em quatro unidades básicas de saúde. Qual é o objetivo desse horário estendido? As unidades de saúde durante os horários de segunda a sexta-feira das oito às dezessete funcionam como estratégias da saúde da família, com uma equipe mínima de médicos, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente comunitários de saúde e que são responsáveis pela atenção primária à saúde do município. Então eles estão dentro de um território e as ESFs compete as linhas de cuidado, então o pré-natal, questão de doenças crônicas, só que isso acontece no horário comercial das oito às dezessete horas, também compete agudizações, alguns casos agudos. A gente pensa que se está com uma diarreia tem que ir à UPA e não necessariamente as unidades básicas de saúde ela também deve acolher essas demandas, porém não é a ação prioritária, tanto que hoje na organização das ESFs aqui em Paranaguá a gente tem oito consultas agendadas e seis consultas de demanda espontânea por ESF. O que são demandas espontâneas? Justamente isso, quando uma pessoa chega tem que ter acesso. Muitas queixas em relação a super lotação de UPA é porque tem muitas pessoas classificadas como verde que são não urgentes, que poderiam ser atendidos nas unidades de saúde, mas por a unidade não conseguir abraçar acaba superlotando a UPA. E uma outra questão a ser considerada é o horário de funcionamento da atenção primária, que as unidades ficam abertas até as dezessete horas, muitas vezes a pessoa que trabalha nesse mesmo horário procura a UPA pra qualquer serviço que ela tenha que procurar. Então a estratégia foi, não é ESF com horário estendido e isso tem que ficar bem claro, uma equipe mínima de profissional médico, de enfermagem nas unidades Branquinho, Alexandra, Garcia e Jardim Iguaçu passaram a atender das dezessete horas às vinte e três horas de segunda à sexta, todos os dias. São esses profissionais que trabalham na ESF? Não, não necessariamente porque daí é por um credenciamento, se o profissional que trabalha se credenciar ele pode atuar, mas aí é por outro vínculo. E quais são as demandas a serem atendidas? Essas que eu falei, agudizações, questões pontuais, esporadicamente vai vir uma pessoa que não está esclarecida que vai querer fazer uma troca de receita, nesse primeiro momento ela vai ser atendida, mas vai ser orientada que essas questões devem ser atendidas no horário de atendimento da ESF. É uma forma também de a gente conseguir acolher pessoas que geralmente a APS não acolhe das oito às dezessete. Então num primeiro momento a pessoa vem para uma consulta além do horário da ESF. Quando há a necessidade de um exame, de algo que o paciente precisará retornar estão sendo orientados a retornar no horário agendado na ESF. Isso é uma forma também de a gente pensar no médio prazo, longo prazo a criar vínculo com pessoas que hoje a gente não tem dentro da unidade estendendo os horários. Foi feito um procedimento operacional padrão de como deve acontecer esses atendimentos, como é algo, a gente tem reparado que tem aumentado bastante o número de atendimentos, por dia a gente já está atingindo o número de oitenta a noventa consultas nesses horários, ao longo das quatro unidades. Outra coisa que eu esqueci de falar, mas é bem importante. A unidade básica do Serraria do Rocha está em forma, e quando ela for inaugurada ela também atenderá estendido. Os lugares são porque é mais estratégico, divididos, espalhados, não tem no Valadares porque já tem o Rodrigo Gomes. Na Alexandra e no Jardim Iguaçu elas dispõem de farmácia, então nessas unidades está tendo o serviço da farmácia, está sendo regularizado conforme o Conselho Regional de Farmácia porque não estava, então nesse momento atualmente o Secretário está reunido com o Conselho Regional de Farmácia para regularizar essa questão das farmácias lá, mas é algo nesse sentido. Peço perdão, eu esqueci, mandei agora para a Valeska o POP, porque no POP está bem claro o que é, o que deve, o que não deve, a orientação é que todo mundo seja acolhido. Por exemplo se vai lá um pré-natal o médico do estendido não vai fazer acompanhamento, mas ele vai acolher, atender e a gente vai encaixar numa agenda de pré-natal do ESF." **Nilson Nishida (CRF):** - "Os técnicos que estão atendendo o estendido estão sendo contratados como?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Credenciamento, os médicos e enfermeiros. O pessoal da recepção, por exemplo, é uma escala dos cargos comissionados, eles fazem a recepção." **Nilson Nishida (CRF):** - "A farmácia?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "A farmácia é do quadro próprio e vai ser convocado três farmacêuticos agora para organizar a questão da escala." **Paulo Henrique (MCA):** - "Eu estive no Jardim Iguaçu junto com a conselheira Dani e estão de parabéns, só uma coisa que foi pedido pelos profissionais que eu acho que vale pra todo mundo, é a questão de segurança, eles pediram segurança, guarda municipal porque a maioria é mulher." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Excelente colocação, tem a questão do botão do pânico, que tem uma lista de servidores autorizados que já tem o aplicativo que chama botão do pânico que é alinhado, atrelado à Secretaria de Segurança e o profissional que estará atuando nesses lugares quando ele perceber qualquer coisa ele aciona o botão do pânico, a guarda municipal já se desloca até o local." **Hilda Werner (CAEM):** - "Surgiu alguns questionamentos em relação a vacina, se nesses horários estendidos será ofertada ou não?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Não, porque a vacinação entra bastante na questão da estratégia, questão de epidemiologia, registro e esse profissional que vem para o estendido não tem acesso a esse sistema." **Hilda Werner (CAEM):** - "A farmácia também não vai ter?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Não, será até às dezesste." **Hilda Werner (CAEM):** - "Ajudaria na questão do trabalho." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Ajudaria, mas no Nazir Chimura a vacina funciona das sete da manhã às dezenove horas, todos os dias de segunda à sexta." **Daniele Pontes (UMAMP):** - "Boa tarde! Sou da comunidade do Jardim

Iguaçu, somos muito ativos, está estendido tudo bem, mas tem aquelas coisas corriqueiras. Uma mãe veio três horas da tarde, consultou na Copel e chegou com uma receita e precisava fazer uma inalação. E ela foi na minha casa e perguntou: Como é que eu vou fazer isso Dani? Fui no postinho tem todo o equipamento pra fazer a inalação, mas não tem o mínimo que é uma máscara. Como está esse surto de gripe, criança pequena não tem horário e nem dia pra fazer. Tem tudo de material pra se fazer, mas não tem máscara. Tanto que eu a levei pra fazer na minha casa." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Você sabe me dizer se foi feito alguma ouvidoria, um registro disso?" **Daniele Pontes (UMAMP):** - "Não, eu falei que ia trazer para o Conselho." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "É que é algo bem importante, quando falta material básico, digamos assim, a gente receber porque a gente não consegue estar em outros lugares, mas a gente precisa questionar, né? Por que não foi pedido? Onde que tá faltando? Onde que falhou a logística?" **Daniele Pontes (UMAMP):** - "É porque lá tem tudo, equipamento, tem o cilindro, faltava só a máscara." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Bem importante, relatar e registrar também." **Daniele Pontes (UMAMP):** - "Mas assim, no meu posto somos muito bem recebidos, o pessoal é muito educado." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Mais alguém tem alguma questão em relação ao estendido?" **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Essa questão do horário estendido, ele vai ser contínuo ou éprovisório?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "É um planejamento por essa gestão, não é pra ser provisório, a partir de agora, vai ter essa escala." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Manteria os horários normais dos postos com horário contínuo?" **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Sim, das oito às dezessete horas." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Eu perguntei, porque fui ao posto da Vila Garcia, fui porque eu precisava e já pra fiscalizar também. Porque recebi informações que eles estão fazendo horário de almoço por conta e estão mesmo até tirei foto, tudo apagado na recepção no horário de almoço, nem pra pegar receita, nem nada." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Qual unidade básica? Ela fecha no caso?" **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Vila Garcia, então pra consulta fecha, mas se precisar de alguma coisa da recepção eles estão fazendo horário de almoço e aí nesse horário você vai meio dia tem gente, outros a moça falou que só volta uma hora." **Nilson Nishida (CRF):** - "Na verdade pode ter horário de almoço, só que tem que ser explícito no horário lá." **Hilda Werner (CAEM):** - "Tem uma escala?" **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "As luzes apagadas, ninguém atende." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "A unidade não é pra estar fechada, é para estar aberta, todos os servidores tem direito a uma hora de almoço, mas na unidade tem que ter acolhimento. A pessoa não pode chegar e a porta estar fechada sem nenhum comunicado." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "É um horário que a pessoa vai buscar receita porque não vão dar um atestado pra pegar receita." **Paulo Henrique (MCA):** - "É bom a gente saber esses horários, se tem intervalo, se vai fechar ou não. A gente não é inimigo dos nossos colegas." **Nilson Nishida (CRF):** - "Tem que estar identificado. Inclusive, em relação ao horário que o Paulo passou esses dias, em relação ao treinamento também da equipe. Então, se for fazer o treinamento da equipe, sempre está anotado no posto o que está em horário de treinamento, por quê, tudo certinho. Pra população saber o que está acontecendo no posto." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Sim, tudo tem que ser informado. Aproveitando nessa mesma linha, é uma coisa que a gente tem implementado aos poucos, algumas unidades vão ter mais de um ESF. Por exemplo no Branquinho temos quatro ESF, ou seja, é uma unidade que tem quatro médicos, quatro enfermeiros, quatro técnicos e ACS X de acordo com a demanda da população, mas cada um atende um território, uma área. É comum que algumas unidades tenham apenas uma como é o caso do Porto Seguro. É muito comum, é corriqueiro, já existiam as reuniões de equipe, é muito importante que a gente que trabalha na saúde tem que alinhar, tem muitas atualizações, as vezes tem um caso especifico que demanda de mais de um profissional, então essas reuniões de equipe aconteciam com a unidade em funcionamento. De um tempo pra cá, a gente tem adotado uma estratégia de uma vez por mês a unidade fechar por uma ou duas horas dependendo das demandas pra que as equipes se conversem, estejam alinhadas. Ou então, por exemplo, como o Nilson falou, treinamentos às vezes é importante eles fazer, terem esse momento. Só que isso a gente tem batido bastante na tecla de informar com antecedência, tanto nas redes quanto expor no prédio, então isso é algo importante vocês saberem que é algo que a gente tem trabalhado, estamos começando, na minha visão é muito importante porque quando a gente alinha a comunicação, porque a comunicação é a chave de tudo, e quando você alinha isso fica tudo melhor." **Nilson Nishida (CRF):** - "Certo? Alguém tem mais alguma dúvida? Não? Obrigado. Pessoal, foi encaminhado pela Valesca o POP do estendido. Eu posso colocar em votação hoje ou vocês querem analisar para depois? O Murilo está aqui, sabem que ele é presente, qualquer dúvida, ele vai tirar também. Posso colocar em votação? Bom. Então, tá bom. Então, em votação, quem aprova permaneça como está. Quem se abstém ou é contrário, por favor, se manifeste. Aprovado. Em relação ao próximo item. Deliberação referente emendas parlamentares Nº. 45530012, Nº. 28740010 e Nº. 43810001." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Boa tarde. Me chamo Daniele, estou como superintendente aqui na secretaria de saúde. Eu atualmente estou fazendo o cadastro das emendas parlamentares que são indicações de deputados que vem para o município pra ajuda de custeio, então passei pro Conselho essas três emendas, elas vieram para a atenção primária e elas vêm para ajudar a custear o que a gente já tem de serviço, com esses valores a gente não pode criar serviços novos, porque a partir do momento que você cria você tem que manter, então tem que ter outro planejamento. Tudo que é custeio é pra ajudar, melhorar os serviços que a gente já tem, por exemplo se o custeio veio para média complexidade, se a gente quiser fazer um mutirão de especialidade, mutirão de exames, isso eu posso porque é algo que eu vou atender a população, mas não obrigatoriamente preciso dar a continuidade de fazer mutirão o resto do ano. Esses tipos de serviço que a gente consegue as vezes fazer um diferencial, mas via de regra ele vem pra fortalecer e manter o que a gente já tem, tá? Então, essas três emendas de hoje, uma de 5 milhões, a outra de 300 mil e a outra de 250, eles vieram destinados para fortalecer os serviços da atenção primária. Então, sempre que tiver emenda, eu vou passar para vocês. Depois que a gente utiliza o valor, temos que fazer a prestação de contas dento do Investe SUS, tudo acontece dentro do sistema, tenho que colocar nota fiscal, liquidado, se o Ministério da Saúde entender que a gente... talvez usou o dinheiro e não podia ter pago, faz o apontamento, daí a gente faz um ofício, tenta reajustar. Nesse meio do caminho, também, é discricionário do gestor, se no momento da proposta ele... Não, vamos investir nisso. Mas, no decorrer do tempo, ele dizer, não, acho que vamos ter que mudar a proposta também, a gente tem esse acesso de mandar um ofício. A única coisa é que eu não consigo mudar o plano de trabalho no sentido assim. Se veio pra média e alta, tem que usar na média e alta, né? E se veio pra atenção primária, é pra atenção primária. Mas a gente tem essa flexibilidade, tá bom? Mas, assim, conforme a gente for utilizando, daí eu vou passando pro Conselho também, as prestações de conta, pra gente sempre estar conversando, tá bom? Mas, acho que é isso." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Tem discriminação, vai ser usado em equipamento, vai ser usado em..." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "O custeio, ele pode ser pago a questão dos contratos que a gente tem hoje, como eu falei..." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Contrato de?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Ah, que exemplo que eu vou dar? Quando a gente fala de insumos, por exemplo, eu tenho oxigênio nas unidades, então, eu posso utilizar ali, no pagamento daquilo. Que ele vem, digamos, pra ajudar o custeio mesmo a atenção primária, fortalecer, se a gente achar que tem necessidade, às vezes, de colocar mais um médico lá, um exemplo, eu consigo pagar. Então, tudo isso, né, dentro do que a lei ali, a legislação permite, a gente consegue custear." **Matsuko Mori (UBM):** - "Essa emenda no valor de 5 milhões é bem significativa, né? Eu acredito que tenha condições de, com esse valor, dar uma boa melhorada no que se propõe, né? Vou ler aqui, porque estou aqui com papel, onde tem a justificativa, né? Presente curso tem como objetivo fortalecer e ampliar as ações e serviços públicos de saúde no âmbito da atenção primária à saúde no município de Paranaguá, garantindo a continuidade e a melhoria da assistência prestada à população. O incremento financeiro será destinado ao custeio das atividades desenvolvidas pelas equipes de saúde, incluindo a realização de exames, contratação de serviços especializados, aquisição de insumos e manutenção das ações voltadas à prevenção. Então, por exemplo, não vai poder mais soltar máscara para inalação, né? Vai ter dinheiro para comprar esse tipo de insumo." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É isso, eu falei ali, a questão dos especialistas, essas coisas." **Matsuko Mori (UBM):** - "Tem mais aqui. Manutenção das ações voltadas à prevenção, diagnóstico, acompanhamento e tratamento de condições crônicas e demais demandas da atenção primária. A aplicação do recurso contribuirá

para a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, redução da demanda reprimida e fortalecimento da rede municipal de saúde, promovendo maior resolutividade, qualidade e atendimento ofertado pelo SUS. Daí eu vi que esse valor de 150 mil é apontado para a estratégia de rastreamento e controle de condições crônicas, que eu acho que é uma coisa até eu estava vendo o relatório quadrimestral, acho que seria interessante, considerando o envelhecimento da população, o perfil de adoecimento por doenças crônicas, diabetes, hipertensão, que haja a estratificação de risco, o relatório da cobertura da população estimada do território com essas condições. Por exemplo, Jardim Iguaçu atende uma população de 15 mil moradores. Dentro dessa população de 15 mil, 10% aproximadamente da população estima-se que tenha hipertensão. Então isso equivale a X pacientes hipertensos. Desses, qual percentual tem risco alto? Que precisa de um acompanhamento mais cuidadoso. Então seria interessante, assim como já fez, insulina dependente, que a gente tivesse. Então, 150 mil para isso, e por último aqui, de 300 mil, também estratégia de rastreamento e controle de condições crônicas." **Nilson Nishida (CRF):** - "Conselheiros, entenderam que isso é para custeio de tudo o que a Secretaria já faz na atenção básica? Esse valor só veio para ajudar a pagar essas questões. Que claro, como é um recurso específico do Estado, e a gente está aprovando aqui os recursos, o que foi acordado do Ministério... Desculpa, aqui tem o do Estado também. Esse é do Federal das Emendas. A gente tem aberto o processo administrativo através da nossa Secretaria Executiva para acompanhar esses recursos. Então a gente vai pedir tudo o que for gasto com esse recurso anotado certinho nesse protocolo, certo? Conselheiros, daí vai vir o nosso fiscal, tudo o que foi realmente gasto nessas ações, tudo bem?" **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Só voltando para a minha questão dos prazos, da apresentação do Murilo, nós pedimos para ele se for possível incluir, para que em 180 dias ele nos traga o relatório de como está funcionando esse horário estendido se realmente está funcionando, porque às vezes pode ser que estenda e não tenha resultado." **Nilson Nishida (CRF):** - "Não, pode ser que não haja, mas até lá está tudo regularizado em relação aos servidores, a contatação do pessoal, tudo certinho também." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "Não, tranquilo. Fechando 30 dias a gente encaminha para o grupo, pode ser?" **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Não, acho que 30 dias é muito cedo." **Murilo Cereda (SEMSA):** - "É bom pra gente ter uma linha do tempo." **Nilson Nishida (CRF):** - "Murilo, você pode fazer, mas não precisa entregar para a gente, ela quer dos 180 dias, mas se puder fazer... Inclusive tem, o chamamento de profissionais, tudo vê se deu certinho daí, mas pode ser em 180 dias." **Matsuko Mori (UBM):** - "Só sobre a sugestão da emenda, você falou que tem o portal lá, mas tinha colocado, né?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Isso, agora é obrigatório." **Matsuko Mori (UBM):** - "Será que você poderia passar o link para nós?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Esse é acesso nosso só." **Nilson Nishida (CRF):** - "A gente tem acesso, obrigatório." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Não sei como que é o acesso de vocês." **Nilson Nishida (CRF):** - "Nós temos acesso, inclusive vamos falar isso no final." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Porque o meu acesso, acho que de técnica vai ser diferente." **Nilson Nishida (CRF):** - "É o mesmo." **Paulo Henrique (MCA):** - "Só uma ressalva, então vai ter esse número que a gente vai poder acompanhar, certo?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Sim, o protocolo, como ela falou, tem esse site, a gente tem acesso também, inclusive eu tenho que falar com vocês sobre isso. É, é nos assuntos gerais. É porque não tem aprovação de nada. É, pessoal, então só duas questões. Eu vou finalizar esse e depois eu só aprovo daí o relatório. Tá bom? É, mais alguma dúvida? Então lembrando que a gente vai abrir protocolo, a gente vai caminhar, vai verificar se todo recurso foi utilizado, pra onde foi, tudo certinho, certo? É, porque recurso a gente pode perder também, né? Dizer que a gente não vai receber também não dá. Certo? Como eu tenho falado nas reuniões anteriores. Então eu vou colocar em aprovação as emendas parlamentares que estão em votação, quem aprova permaneça como está, quem se abstém ou é contrário, por favor se manifeste. Aprovado. Pessoal, em relação à essa questão, por solicitação da conselheira, estaremos pedindo daqui 180 dias um relatório certinho pra ver se está tudo certo. Se foi viável mesmo, se tem todos os profissionais atendendo certinho, se está tudo ok daí. Certo? Alguém é contrário? Não? Então ficamos assim daí, 180 dias. Passo a palavra a Daniele." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É, eu queria pedir desculpa primeiramente pro Concelho, mas a gente foi ver, o Macedo não tinha passado a apresentação pra mim, passou pra Valeska, né? Mas eu não sei, eu não consegui..." **Nilson Nishida (CRF):** - "Não, é o Macedo que cuida disso." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É, mas ele que montou." **Nilson Nishida (CRF):** - "Não, não, mas não é o Macedo que cuida disso, tá?" **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Tá. Mas ele que montou." **Nilson Nishida (CRF):** - "O Macedo não tem culpa nenhuma disso." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Não, não estou dizendo que ele tem culpa, mas é que daí..." **Nilson Nishida (CRF):** - "É vocês que tem que organizar e passar pro Macedo, na verdade." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "É, eu acho que teve um erro na digitação de datas aí." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, pessoal, só uma questão então. Antes de a gente continuar na pauta, eu vou colocar na pauta depois porque tem uma discussão bem grande em relação a isso e vai dar problema mais pra frente, porque esse relatório já era apresentado no mês passado, é o segundo mês que a gente está com problema na apresentação. Então, como está pautado na próxima pauta, eu vou abrir na próxima pauta. A próxima pauta agora é da Deliberação para Alteração no Plano de Ação Financiamento SESA para CAPS 2023, e a gente discute o RQDA depois." **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "Boa tarde a todos. Rafaela, psicóloga, servidora pública. Hoje eu venho aqui pra gente verificar a possível aprovação de uma mudança do plano de ação que já foi aprovado lá em 2024. Então, contextualizando, nós recebemos, enquanto CAPS, um valor de 87 mil por ano da Secretaria do Estado. Esse valor pode ser utilizado para bens não permanentes. Então, de modo geral, como o CAPS funciona com bastante oficinas, atividades manuais, atividades expressivas, nós utilizamos esse recurso direcionado para materiais de oficinas. E lá em 2024, quando eu montei esse plano de ação, que foi aprovado em 25 de junho de 2024 aqui no Conselho, nesse plano de ação a gente colocou que seriam materiais educativos e esportivos, materiais de festividades e homenagens, material de expediente, uniformes, tecidos, alinhamentos, sementes, mudas, plantas e ferramentas. Porém, esse dinheiro não foi gasto até o momento. E dado a uma necessidade célere de a gente conseguir gastar, porque nós temos que gastar ainda em 2024, 2025 e já chegando em 2026, nós conseguimos, digamos, pegar carona em uma licitação da educação que considera esses materiais de oficinas. Então, eu passei para vocês, lá pela Valesca, essa nova proposta, que são em sua maioria materiais educativos, esportivos e materiais de expediente e coloquei em anexo exatamente o que nós solicitamos, quanto nós solicitamos e esse processo ele está caminhando pelo processo 17.466 de 2026 do qual se encontra hoje já na Secretaria de Governo. Então, a ideia é a gente alterar o que nós tínhamos pedido de forma mais, vamos supor, dividida, com planta, a semente, o material de uniforme, para direcionar nesse momento para materiais de oficinas, para as atividades expressivas e aí os demais materiais que já foi aprovado de 2025 por vocês, também a gente utilizar esses de panfletos, de uniforme, de sementes, para complementar também. Então, seria isso. Alguma dúvida?" **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Só uma questão. Por que não foi utilizado? Não foram feitas as oficinas?" **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "As oficinas, elas acontecem. Nós temos ainda materiais de artesanato. Logo no início de 2025 todo o material de artesanato que tinha no almoxarifado da saúde foi direcionado para o CAPS. Então, nós estamos fazendo o controle desses materiais para que ele dure de uma forma longitudinal, mas obviamente uma hora esses materiais vão acabar e por isso a gente precisa dar sequência investindo novamente. Ele não foi gasto porque ele pegou esse período de 2024, período de transição e aí, assim, o processo aberto desde lá e ele segue para que a gente consiga gastar outros recursos." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "Oitenta e sete mil por ano, para esse tipo de material não é muito." **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "Não, dá dois mil setecentos e cinquenta por mês." **Anaclete Magno (SISMUP):** - "É muito pouco." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Quem ministra essas oficinas?" **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "Técnico de enfermagem, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfermeiro, depende do tipo de oficina." **Gilmara Piantá (SINTRACON):** - "Não é contratado oficineiro?" **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "Não pode ser custeado com profissionais e nem com bens permanentes, por exemplo, com carro, com computador. Então, a gente direciona o mesmo para materiais de oficinas que é uma coisa que a gente utiliza bastante. Geralmente, nós temos aí por semana em torno de 5, 7 oficinas por semana." **Nilson Nishida (CRF):** - "Alguém tem alguma mais alguma pergunta? É só em relação à alteração dos dados, inclusive, está ali, esse documento estava timbrado em nome da FASP. Como a gente tem toda essa

demanda agora, devido ao processo que vocês já conhecem, a gente pediu que ela alterasse também o projeto para só o timbre da Secretaria Municipal de Saúde, porque atualmente quem cuida do CAPS é a própria Secretaria Municipal de Saúde. Então, a gente já pediu a alteração dos documentos, para a gente estar tudo certinho também e não ter dificuldades lá na frente. A Rafaela continua à frente lá através da Secretaria, servidora de carreira, muito competente, sempre trouxe as informações para nós aqui. Então, só essas alterações desses detalhes que mudam relativamente. Não necessariamente precisaria mandar, porque como não muda o escopo do projeto, não precisaria necessariamente passar aqui. Mas, como a Rafaela tem um contato bom conosco e sempre quis passar bem certinho, como está acontecendo lá, por isso que ela passou conosco. Essas alterações são simples alterações de alguma compra de material. Isso, normalmente, a gente verifica depois, lá no final, se foi possível comprar o que foi alterado, porque isso não muda o escopo. O atendimento foi feito, só foi mudado o tipo de material, porque vocês sabem que alguma vez o material está mais barato, outro mais caro, acaba remanejando, certo? Alguém tem mais alguma pergunta? Não? Esse é um daqueles processos que a gente vai verificar depois na finalização, porque é um dinheiro que vai ser gasto, depois tem que vir todas as notas, tudo certinho do que foi gasto para nós daí, tá bom? Então, vou colocar em votação essa alteração. Quem aprova permaneça como está, quem desaprova ou se abstém, por favor, se manifeste. Aprovado. Obrigado Rafaela." **Rafaela Soccio (SEMSA):** - "Obrigada." **Nilson Nishida (CRF):** - "Então, em relação a RDQA, vamos lá. Como houve dificuldade, é que a gente tem uma discussão e a gente sempre teve um acordo neste Conselho, que era a apresentação pelo Secretário Municipal de Saúde. Inclusive, como a gente recebe o documento completo, a gente nunca pediu pra apresentar ele da extensão completa, até porque a gente acompanha a saúde pública todos os dias com as fiscalizações, como o Paulo, alguns outros conselheiros foram nas unidades básicas, a gente tem essas informações, a gente tem as informações dos projetos passados aqui, dos recursos elencados. Então, a gente acompanha no dia a dia esse processo. Por isso que a gente normalmente, o que a gente apresenta no relatório quadrimestral, no relatório de gestão e a gente solicita a gestão é que sejam apresentados projetos novos, porque que algumas das deliberações não foram contempladas, dificuldades na gestão e quem melhora isso pra responder é o próprio Secretário Municipal de Saúde. Só que, infelizmente, o atual secretário não tem o convencimento de vir a essa reunião e é o que eu peço a todos os gestores que estão presentes aqui que vocês são representantes dele, ele tem que vir à reunião, ele é o gestor do município é o CPF dele que está sendo contabilizado, é ele que vai assinar esse documento no final com o Conselho Municipal de Saúde, então ele tem que estar presente infelizmente é ele que responde sobre isso inclusive nessa reunião como todos, como vários conselheiros sabem, é que nós pedimos oficialmente que o excelentíssimo prefeito dessa cidade estivesse presente na reunião, porque o secretário a gente saberia que não estaria presente pra responder essas perguntas. Qual o projeto de governo que está sendo feito? Porque o nosso problema não é o problema do atendimento. Tem dificuldade? Tem, mas vocês como gestores principalmente os que estão aqui, sempre foram solícitos, nos atenderam sempre, responderam às perguntas como aqui da questão da criança, da inalação o Murilo e a Josinéia colocou aqui, já se preocupou ali com o usuário já vão verificar essa questão. O que a gente precisa é saber o que está acontecendo e o projeto de governo que está acontecendo e quem melhor pra isso explicar tanto o prefeito quanto o secretário e a gente sempre teve abertura de todos os prefeitos e secretários que passaram aqui que tem essa gestão do Conselho os anteriores, eu não falo de um, de dois isso faz alguns anos já todos sabem que a gente já faz vários anos que vários conselheiros estão aqui e a gente sempre foi recebido pelo prefeito e pelo secretário de saúde inclusive da anterior responde a gente até hoje se precisar da parte dela, ela nos responde até hoje e nos atende até hoje então assim, o que fica complicado é que essa atual gestão nem os dois nossos principais gestores não conversam com a gente e não traz as informações corretas, como o Paulo falou a gente tem um programa de parar de boatos tanto na gestão quanto nas mídias e a mídia hoje em dia tem muita informação correta ou não, por isso que a gente precisa do gestor aqui, pra conversar e a gente alinhar esse comunicado, aqui estão todos os usuários do SUS que representam a população e são eles que vão passar a informação do que está ocorrendo, do que está formando a gente sempre fez isso sempre com apoio de quais postos que precisariam da reforma precisariam do melhor atendimento dos horários estendidos isso passou por aqui, dos atendimentos das ilhas junto com o Ministério Público, junto com a comunidade inclusive hoje o posto de saúde da Nova Brasília está sendo reformado com o apoio da comunidade, tem o prédio da Copel sendo usado, a de Encantadas quem nos utilizou foi a própria comunidade a associação da ilha que nos disponibilizou a casa pra poder ser atendido, então isso é necessário, infelizmente a gente precisa dos dois aqui porque são eles que vão dizer, são eles que foram eleitos pela população e tem a proposta de governo do que vão fazer e não os técnicos, a parte técnica a gente responde, a gente tem processo administrativo pra fazer, só que a gente precisa da gestão política que a gente precisa e não é política de partidária é política pública, a gente precisa ter essa discussão, o problema do fechamento da FASP não foi o fechamento em si, a gente sabe que ela vai ser fechada e não tem como retornar, é uma lei municipal só que o que está tendo? Processo judicial, trabalhista, processo do Ministério Público, porque do jeito que ela foi fechada foi errado, teria que ter sido conversado aqui, teria que ter sido conversado no sindicato dos trabalhadores, dos funcionários, no Conselho Curador que nem no Conselho Curador foi passado, tudo isso sempre foi na conversa, mesmo na época mais conturbada do Conselho, que a gente tinha dificuldade da gestão, que inclusive os relatórios de gestão foram consideradas não aprovadas neste Conselho a gente tinha uma conversa mais aberta, a gente tinha uma conversa dizendo pra onde a gente ia, como seria feito, como seria organizado isso, só que a gestão não conseguiu implantar isso, por isso do relatório de gestão não aprovado, mas isso foi corrigido depois, inclusive a outra gestão foi lá e continuou o trabalho e os superintendentes continuavam, então o problema nosso não é não apresentar no Conselho, o problema é que a gente não está tendo informações suficientes pra fazer o nosso trabalho. A gente está tendo dificuldade de a gestão dizer qual o plano de governo que foi realizado aqui, porque a gente não sabe o que ele quer, cada hora é uma coisa, cada hora é uma coisa diferente, a gente não tem esse projeto de governo estabelecido que o próprio prefeito apresentou no Tribunal Eleitoral, porque todo político é obrigado a fazer isso, apresentar seu plano de governo pra todas as áreas técnicas pros quatro anos de governo." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Não foi apresentado desde o primeiro ano de governo onde a Patrícia era secretária?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Foi apresentado aqui inclusive o relatório de gestão dela está aprovado. O nosso problema, que foi a partir desse secretário. **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Mas o plano de governo foi apresentado?" **Nilson Nishida (CRF):** - "Foi, só que ele não está sendo seguido, esse é o problema. A FASP está lá, não foi alterado no plano municipal de saúde, a FASP está lá, como vocês acabaram de falar, tem datas erradas só que o Macedo, ele só compila os dados o Macedo, ele é só o técnico é só os superintendentes que vão fazer, certo?" **Daniele Voitach (SEMSA): - "**Não, deixa eu explicar aqui quem faz toda a apresentação é a equipe técnica, porém o Macedo e não está aqui e agora a meia hora que a gente foi ver que na hora dele compilar os dados, ele compilou metade de 2023 e final de 2025 então a gente por segurança eu prefiro..." **Nilson Nishida (CRF):** - "Só que vocês têm que inclusive mandar um comunicado para a população, porque vocês sabem que já fizeram né? **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Na lei 141 que eu estava olhando a gente tem um prazo pra apresentar na Câmara, no Conselho não tem uma dada específica, claro só que a gente vai apresentar pra vocês." **Nilson Nishida (CRF):** - "Só que a gente solicita, a gente que deu o prazo, só que vocês têm um porém, esse projeto já foi apresentado errado na câmara, já foi apresentado em audiência pública, então já façam um comunicado formalmente que houve um erro e apresentem isso a população na audiência pública, porque isso vocês já fizeram a apresentação como é que o documento está errado se esse documento já foi apresentado." **Daniele Voitach (SEMSA):** - "Eu não sei se lá na audiência foi o mesmo documento." **Nilson Nishida (CRF):** - "Só verifiquem isso o mais rápido possível e solicitem o secretário que esteja aqui, porque a nossa conversa é diferente da audiência pública é como eu te falei essas mudanças, essas questões a gente gostaria que o secretário estivesse presente para a gente conversar com ele todos os conselheiros aqui os conselheiros aqui, cada um tem a sua opinião a gente não vai denegrir a imagem dele como ele está falando. Todo mundo aqui conversa como vocês apresentaram aqui e a gente precisa dele para a gente conversar é o CPF dele que está sendo computado no

registro.” **Paulo Henrique (MCA):** - “Só uma questão. Eu cheguei aqui ele veio me atacando, o secretário assim, gente, vou falar uma coisa pra vocês porque eu estou fazendo as visitas na UBS com conselheiros. Algumas coisas, eu falei, nós vamos conversar que é coisa simples de se resolver e eu vou mostrar para você que nós junto com a equipe e o Conselho vamos resolver, que é coisa simples. Agora sim, o que não pode ele fala assim, que eu estou lá atrapalhando, eu não atrapalho nada, tá? Eu não atrapalho. Eu acho que é uma falta de respeito da parte dele falar isso, entendeu? Eu respeito cada um, quando eu vou no CAPS, só que a diferença é que o Paulo, tanto os outros é que a gente conversa um por um com as pessoas, a gente abraça as pessoas, fala com as pessoas, isso é importante, porque olha o Conselho como pessoa, são gente, são mais do que doentes são pessoas então, é isso que eu queria deixar, qualquer lugar que fui, fui muito bem recebido, tem algumas demandas que nós vamos mandar, eu estou juntando isso, para mandar para a mesa diretiva, a gente vai chamar, vamos conversar, coisa fácil de resolver se nós conversamos, dialogarmos vai ser tranquilo, não vejo problema, beleza? É só isso que eu queria deixar, então fiquem tranquilos, ninguém está lá para ferrar com ninguém, se a gente precisa estar perto da população, e dos profissionais. Porque uma coisa é estar sentado aqui outra coisa é estar no campo, eu sou de campo, minha formação é inspetor de qualidade, eu sou de campo eu gosto de campo beleza? Então, assim, é isso o Paulo não é contrário, e o Paulo também não é incompetente e vocês também não são incompetentes, todos são competentes, cada um de suas forças, cada um com suas qualidades.” **Nilson Nishida (CRF):** - “É isso que eu estou falando, é a nossa palavra com os usuários e a gente precisa conversar.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “Eu sei. Não vou entrar no mérito do que está acontecendo em relação ao secretário, não é da minha competência mas, por exemplo, eu sei que a função do Conselho é fiscalizar, é levar as demandas nossa para a população para ver como está funcionando, mas, por exemplo, essas fiscalizações que vocês estão fazendo estão sendo programadas? Elas têm um cronograma? Para quem está sendo passado?” **Nilson Nishida (CRF):** - “A gente não passa para a gestão e a gente tem isso em acordo com o Ministério Público, a gente faz uma reunião com o Ministério Público a gente não avisa até porque são usuários da rede e a gente tem permissão de entrada caso ocorra algum problema a gente verifica, inclusive nós já tivemos de servidores, realmente, a gente parou na polícia militar inclusive esse processo foi encaminhado o próprio juiz determinou que isso é função do Conselho e que é um processo administrativo, a gente não precisa avisar quando a gente vai no posto de saúde, se fosse uma unidade com pacientes internados aí sim até poderia. O que nossos conselheiros não podem fazer é entrar no consultório, no atendimento médico ou no consultório, mas nas áreas livres do posto de saúde eles podem entrar a qualquer horário.” **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - “Só uma questão que eu quero ver que me perguntaram como que as pessoas do Conselho se identificam na Unidade?” **Nilson Nishida (CRF):** - “Nossa identificação é o decreto. Eu peço então que vocês que passem a informação porque vocês mesmos estão decretados como conselheiros vocês têm essa informação que repassem quem são os conselheiros tem os nomes, eles se identificam eles têm identidade, a gente pede que vão com colete, mas o colete não é obrigatório e não foi feito para essa gestão, alguns têm alguns não têm, então assim por identificação mais fácil vocês têm o decreto, vocês sabem quem são conselheiros, só informem as equipes quem são os conselheiros.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “E os relatórios dessas fiscalizações?” **Nilson Nishida (CRF):** - “Foram feitos, está lá na sala do Conselho e está a disposição da Secretaria de Saúde.” **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - “Tinha rotina do Conselho ir visitar as unidades?” **Nilson Nishida (CRF):** - “Sim, a gente sempre teve, a gente sempre conversou com o secretário de saúde sobre isso. Peço desculpa, a gente vai repassar as equipes peço que informem quem é responsável da equipe que a gente passa as informações necessárias que precisa daí, tá bom? Inclusive a gente não dá nome de funcionário para protegê-los, da unidade básica, nos relatórios nunca vai ter o nome do funcionário, vai ser sempre o nome da mesa diretiva.” **Josinéia de Araújo (SEMSA):** - “Até pode colocar o nome do profissional.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Não, a gente não põe por perseguição e a gente já teve na gestão, a gente não sabe como funciona a gestão, infelizmente vocês sabem como funciona essa gestão, a gente não vai passar a informação do funcionário, a gente vai passar do posto como um todo, mas passe então um indicado pelo secretário, para a gente conversar sobre isso nas reuniões daí, do Conselho, tá bom? A mesma coisa do RDQA, se ele não quiser vir, então ele que mande o representante formalmente, que faça esse trabalho daí, porque o Macedo não é função dele, ok?” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “Então não é função, a única coisa que ele que montou mesmo.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Sim, só verifique que vocês já apresentaram esse documento em outra ocasião, por isso que a gente pede a informação correta, porque essa informação já foi apresentada, inclusive, tem vídeo no YouTube.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “É, mas talvez esteja certo.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Espero que sim, tá bom? Só verifiquem certinho daí, tá bom? Vamos então, em relação à questão do que ela falou sobre a questão das emendas. Agora é obrigatório, pelo controle geral do município, inclusive COGEM, próprio município, vocês mesmos, a gestão nos mandou a informação, dizendo que o Tribunal de Contas, agora é obrigatório nós estarmos nos documentos oficiais da Prefeitura, inclusive, no documento que tem as emendas, que é o PROGOV, que é o obrigatório para todos os conselhos municipais, inclusive, eu preciso da informação, que a gente não tem se a gente já foi credenciado, se o secretário de saúde ou o prefeito já incluiu o Conselho de Saúde no PROGOV.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “Aí tem que ver com o gabinete.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Tá, a gente vai encaminhar para verificar isso, inclusive, vai ter um treinamento em Pato Branco sobre isso, para os conselheiros de saúde. Eu peço agora aqui, inclusive, os próprios gestores que são conselheiros de saúde, se querem ir nesse treinamento, que passem imediatamente para a Valeska, porque como é uma cidade longe da nossa, tem que comprar passagem, tem que ver se é aérea, se é terrestre, como é que vai o hotel, e a gente tem que passar para a gestão para ver como vai ser feito essa compra, desse pagamento. O curso será no dia 9 de julho, das 8h às 17h, para mexer nesse PROGOV. Algum conselheiro teria interesse ainda de ir?” A conselheira Matsuko confirmou interesse. **Nilson Nishida (CRF):** - “Eu peço para passar as informações para a Valeska para ir. Tem mais alguém? É em Pato Branco, do dia 9 de julho.”As conselheira Gilmara e Anaclete também confirmaram interesse. **Nilson Nishida (CRF):** - “Só passem as informações para a Valeska, porque a gente vai tentar toda a parte para transporte, hospedagem, alimentação, para poderem ir. Os gestores têm a parte da diária que a gente poderia verificar com a Secretaria para pedir liberação daí. Então, para todos conhecerem, a gente é obrigatório estar no PROGOV e o secretário e o prefeito, tem que incluir o Conselho nesse sistema e, a partir de agora, o Conselho tem que estar acessando esse sistema para poder acompanhar também.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “Eu vou passar para a Valeska quem está mexendo com o PROGOV, porque a gente não mexe com a Secretaria.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Mas a gente vai precisar ter, e vai ter que ter alguém da Secretaria porque vai ter que acompanhar junto com o Conselho também. Então tem que ver com o secretário também quem vai ficar responsável sobre isso.” **Daniele Voitach (SEMSA):** - “O PROGOV a gente não mexe.” **Nilson Nishida (CRF):** - “É obrigatório agora. E eu estou solicitando pelo Conselho de Saúde que vai ter que ter alguém da Secretaria para acompanhar o conselheiro, porque a gente é voluntário e a gente vai pedir para alguém da Secretaria acompanhar com a gente. Então vai precisar de um técnico para acompanhar esse sistema com a gente. E vocês fazem parte do Conselho também. Então vocês terão acesso também agora. **Daniele Voitach (SEMSA):** - “Eu não sou do Conselho.” **Nilson Nishida (CRF):** - “Não, você não é, mas existem membros do Conselho que terão acesso também. Assuntos gerais, alguém tem alguma questão? Paulo, pode fazer o favor de ler o relatório final da plenária, como a minha voz está ruim, eu estou gripado, por isso que eu nem conversei com vocês aí perto. O Paulo fez o favor de compilar e fazer a relatoria da plenária.” **Anaclete Magno (SISMUP):** - “Não foi passado para os conselheiros?” **Nilson Nishida (CRF):** - “Não, porque lembra que eu ia passar aqui primeiro para depois encaminhar. Vamos ver se está certo, se tiver alguma dificuldade, depois a gente passa. Isso foi solicitado da plenária para a leitura das propostas.” **Matsuko Mori (UBM):** - “É, só antes da leitura, Paulo, deixar claro que as propostas que o Paulo vai ler ali, acho que 90% a gente tirou do documento orientador, que foi encaminhado pelo Conselho Nacional de Saúde. Então não é proposta tirada da nossa cabeça, é pautada em cima das diretrizes do próprio Conselho Nacional, de acordo com os eixos temáticos.” **Paulo Henrique (MCA):** - “Relatório Final. Conforme deliberação da

Plenária Municipal para a 14ª Conferência Estadual de Saúde de 2026, realizada sobre o tema **"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do povo é cuidar do Brasil"**, o evento ocorreu no dia **27 de junho de 2026**, das **13h30 às 17h30**, no auditório da 1ª Regional de Saúde de Paranaguá, situado na Avenida Gabriel de Lara, nº 667. A plenária foi realizada em conformidade com o Regimento Interno e com a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Nos termos da referida lei, o SUS contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde. As Conferências de Saúde são realizadas, ordinariamente, a cada quatro anos, com representação dos diversos segmentos da sociedade, tendo como finalidade avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política pública de saúde. São convocadas pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, pelo Conselho de Saúde. **EIXO 1 – DEMOCRACIA, SAÚDE COMO DIREITO E SOBERANIA NACIONAL: Propostas – 1.** Que o Governo do Estado do Paraná continue investindo no fortalecimento do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), na produção de vacinas e fármacos, no Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos, localizado em Piraquara, referência nacional na produção de soros antivenenos (como o antiloxoscélico para acidentes com aranha-marrom) e de antígenos para diagnóstico de doenças, como a leishmaniose, bem como no Parque Tecnológico da Saúde, na Cidade Industrial de Curitiba, e em outros centros de pesquisa e produção de Imunobiológicos e medicamentos, garantindo a soberania nacional nessa área estratégica. 2. Que a Secretaria de Estado da Saúde realize concursos públicos para o preenchimento de vagas permanentes, evitando a contratação de profissionais por meio de empresas terceirizadas. A terceirização fragiliza a continuidade do serviço público, dificulta a formação de equipes estáveis e compromete a qualidade da assistência. Além disso, favorece vínculos precários e sucessivas contratações emergenciais, em detrimento da consolidação do SUS. 3. Que os Conselhos Nacional e Estadual de Saúde incentivem a criação de Conselhos Locais de Saúde nos municípios, conforme a Resolução nº 714, de junho de 2023, do Conselho Nacional de Saúde, bem como promovam, periodicamente, cursos presenciais e on-line destinados à formação de novos conselheiros e à atualização dos conselheiros em exercício, fortalecendo sua atuação democrática, autônoma e qualificada. 4.Fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e os serviços especializados de saúde. **EIXO 2 – FINANCIAMENTO ADEQUADO E SUFICIENTE PARA O SUS, COM BASE NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E NA SUSTENTABILIDADE FISCAL E SOCIAL: Propostas: 1.** Promover uma gestão pública contrária à pejotização dos serviços de saúde, fortalecendo as relações de trabalho e garantindo condições dignas para todos os profissionais do SUS. 2. Fortalecer a Saúde Digital, ampliando o acesso às informações com transparência, especialmente aos serviços da Ouvidoria do SUS, assegurando acessibilidade para pessoas com deficiência e para a população idosa. 3. Que o Poder Executivo facilite o acesso às informações públicas, priorizando a divulgação da execução de políticas públicas estruturantes, em detrimento de ações fragmentadas ou projetos isolados. **EIXO 3 – OS DESAFIOS PARA O SUS NA AGENDA NACIONAL DA DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE: EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL : Propostas: 1.** Criar coletivos comunitários voltados às questões ambientais, mobilizando trabalhadores da saúde para desenvolver ações de educação em saúde, educação popular, educação permanente, cursos, seminários e conteúdos acadêmicos relacionados aos impactos ambientais sobre a saúde. 2. Fortalecer os sistemas de alerta precoce, ampliar a vigilância epidemiológica para doenças sensíveis às mudanças climáticas, como dengue e leptospirose, e garantir capacitação contínua dos profissionais de saúde, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). 3. Que as três esferas de governo atuem de forma integrada e articulada, envolvendo as áreas de meteorologia, saúde, defesa civil, saneamento básico, assistência social, meio ambiente e planejamento urbano, desenvolvendo ações coordenadas de prevenção, resposta e proteção da população diante das emergências climáticas. **EIXO 4 – MODELO DE ATENÇÃO E GESTÃO, TERRITÓRIOS INTEGRADOS E CUIDADO INTEGRAL: Propostas: 1.** Considerando que as projeções indicam que, nos próximos 25 anos, o Paraná terá aproximadamente um terço de sua população com mais de 60 anos — cerca de 3,7 milhões de pessoas, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) — propõe-se que o Programa Envelhecer com Saúde no Paraná, que reúne estratégias intersetoriais voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças, cuidado integral e garantia de direitos da pessoa idosa, seja implementado em todos os municípios do Estado. 2. mplantar um prontuário eletrônico único nacional no SUS, permitindo que o histórico clínico do usuário seja acessado em qualquer ponto da rede de atenção, com utilização estratégica e padronizada da telessaúde, sob soberania tecnológica nacional e rigorosa proteção dos dados pessoais e de saúde, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), garantindo que as informações produzidas pelo sistema público sejam utilizadas prioritariamente em benefício do interesse coletivo. 3. Integrar as vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental, laboratorial e em saúde do trabalhador às atividades cotidianas da Atenção Primária à Saúde, fortalecendo a territorialização da vigilância por meio da atuação conjunta entre Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e equipes técnicas especializadas, possibilitando a identificação precoce de riscos ambientais, ocupacionais e sociais. 4. Garantir o acesso ao aborto previsto em lei no âmbito do SUS, na perspectiva da atenção integral à saúde, em toda a rede de atendimento, desde os serviços de urgência e emergência, passando pela Atenção Primária à Saúde até os serviços especializados, em consonância com as políticas públicas vigentes. O acesso aos serviços de aborto legal constitui importante medida de proteção à saúde e aos direitos das pessoas atendidas, contribuindo para a redução de procedimentos inseguros e de suas consequências. 5. Criar uma Carreira Nacional do SUS, com o objetivo de garantir estabilidade, remuneração adequada, valorização profissional e condições seguras de trabalho para os trabalhadores da saúde. 6. Retomar a Estratégia Saúde da Família (ESF) como modelo prioritário de organização da Atenção Primária à Saúde, assegurando financiamento estável e critérios de distribuição de recursos que considerem a vulnerabilidade social, o perfil epidemiológico e as características territoriais. A Atenção Primária deve contar com acesso regulado a exames, consultas especializadas e suporte diagnóstico, fortalecendo seu papel como coordenadora do cuidado na Rede de Atenção à Saúde. Então foram essas propostas." **Matsuko Mori (UBM):** - "Considerando que essa plenária, como já tivemos essa Conferência que levou todas as propostas para o município, essas propostas são direcionadas para levar para a Conferência Estadual e algumas para a Nacional." **Nilson Nishida (CRF):** - "Certo? Pessoal, como foi a Plenária, ela está aí aberta ainda, tá? Então, assim, a gente vai fechar esse relatório, leiam com calma, vejam se precisam alterar alguma coisa. O Paulo fez com todo carinho, mas se precisar alguma coisa, se verificar se teve alguma mudança, não tem problema, a gente pode verificar. Então, leiam durante a semana porque ele só vai entregar esse relatório no dia 4. E, mesmo assim, ainda vai estar em aberto porque, lembrando a todos que a conferência foi adiada para o ano que vem. Então, a plenária de trabalhadores, inclusive gestores e trabalhadores que estão presentes na reunião, a plenária nossa só vai ser feita porque eu me incluo, sou trabalhador, só vai ser feita depois de fevereiro do ano que vem. Porque, agora, as plenárias municipais ou conferências municipais podem ser realizadas do final de novembro até o final de fevereiro. Então, o prazo foi adiado para o final do ano. Então, quem fez, fez. Quem não fez, deixa para o final do ano. Aí, tem que seguir o próximo prazo. Quem fez até 4 de julho está valendo, mas, depois, só pode ser feito no final de novembro. Alguém tem algo para ser apresentado no conselho? Não? Então, encerramos a reunião, agradeço a presença de todos. Eu Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni, transcrevi a ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:EDBB1A8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 23 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas e o Relatório do Programa Operação Verão Maior de 2025.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° **"Aprovar"**, a Prestação de Contas e o Relatório do Programa Operação Verão Maior de 2025, conforme os termos abaixo:

1. Identificação do repasse
Município: Paranaguá
CNPJ: 10.428.937/0001-16
Número da Resolução: Resolução SESA nº 1729/2025
Valor total recebido: R$ 1.556.679,00
Conta bancária específica: BANCO DO BRASIL – Agência: 0259-3 – Conta: 97701-2

2. Discriminação dos valores recebidos e gastos realizados
Foram aplicados os recursos de forma parcial conforme detalhamento abaixo:
Reforço das equipes assistenciais – R$ 1.045.920,74;
Adquirir materiais, insumos e medicamentos necessários – R$ 176.122,87;
Totalizando: R$ 1.222.043,61;
Saldo financeiro: 334.635,39.

3. Relato das ações realizadas
Foram executadas as seguintes ações durante o período:

Ação 1 – Garantia da assistência médica durante a Operação Verão:
Foi realizado o credenciamento de empresas especializadas para execução de plantões médicos nas unidades de Encantadas, Brasília e Paranaguá, assegurando atendimento médico ininterrupto durante os meses de dezembro de 2025, janeiro e fevereiro de 2026, período de maior fluxo populacional decorrente da temporada de verão.

Ação 2 – Fortalecimento da assistência à saúde:
Foram adquiridos medicamentos, equipamentos permanentes e insumos hospitalares destinados ao abastecimento das unidades participantes da Operação Verão, garantindo a manutenção dos estoques estratégicos, ampliação da capacidade diagnóstica e suporte adequado aos atendimentos de urgência e emergência prestados à população residente e flutuante.

Ação 3 – Impacto na atenção à saúde da população:
As ações executadas possibilitaram a ampliação da capacidade de atendimento durante a temporada, a manutenção de equipes médicas em regime de plantão, o fornecimento contínuo de medicamentos essenciais, a disponibilização de equipamentos para apoio diagnóstico e a oferta de insumos estratégicos, contribuindo para a melhoria da qualidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Ação 4 – Metas e resultados alcançados:
Foram executados R$ 1.222.043,61 dos recursos recebidos, correspondentes à contratação de serviços médicos, aquisição de medicamentos, equipamentos e insumos, garantindo a continuidade dos atendimentos durante toda a Operação Verão 2025/2026. Ao término da execução permaneceu saldo financeiro de R$ 334.635,39, a ser deliberado posteriormente quanto à sua destinação

4. Comprovação dos gastos
A comprovação dos gastos dar-se-á pelos seguintes documentos, que integram o processo de prestação de contas:
Nota de empenho (comprovante bancário repassado ao contratante – consórcio ou outro);
Contrato/Instrumento de repasse (Contrato do Programa – consórcio ou outro);
Declaração de conformidade da execução com as diretrizes da **Resolução SESA nº 1729/2025**.

Art. 2º – Fica declarado que os recursos foram aplicados conforme os princípios da legalidade, economicidade, transparência e controle social, estando à disposição dos órgãos de fiscalização internos e externos.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:34FD52DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 24 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a Prestação de contas – RDQA Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 1º Quadrimestre 2026.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Notificar a apresentação do RDQA - Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior referente ao 1º Quadrimestre 2026 ao Pleno do Conselho.

Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:C8FB7743

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 25 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito SUS, na modalidade Fundo a Fundo no valor de R$ 100.000,00.
Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:C28A0AE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 26 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito SUS, na modalidade Fundo a Fundo no valor de R$ 300.000,00.
Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:7AD21731

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 27 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 622/2026, habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito SUS, na modalidade Fundo a Fundo no valor de R$ 100.000,00.
Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:DCAE6FF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 28 DE 25 DE AGOSTO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dispõe sobre a conclusão acerca da Adesão à Resolução SESA Nº 707/2026, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 25 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.333/2003; 3.233/2011.
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012;
Considerando o Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
Considerando a apresentação e questionamentos realizados na 6ª Reunião Ordinária do mês de agosto de 2026;
Resolve**:**
O Art. 1° Emitir parecer pela **"aprovação"** da Adesão à Resolução SESA Nº 707/2026, habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo – 01 (uma) Ambulância Básica no valor de R$ 250.000,00.
Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

NILSON HIDEKI NISHIDA
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá

Publicado por:
Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni
Código Identificador:12A34681

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 054/2026 – RETIFICADO

Extrato de Contrato de Rateio Nº 054/2026 – RETIFICADO
Contratante: Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
CNPJ: 76.279.959/0001-70
Contratado: Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA
CNPJ: 15.255.346/0001-08
OBJETO: o presente contrato tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo ente Consorciado, ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental, para ratear as despesas do contrato de programa nº 001/2025, sendo o objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e operação do aterro sanitário no Município de Paranavaí, e coleta e transporte e destinação final do

chorume, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Previsão Legal: Lei nº 11.107/2025 art. 8º, e Decreto 6.017/2007 art. 2º, VII e art. 13.

Justificativa: Repasse de recursos necessários para despesas do contrato de programa nº 001/2025, contrato de Rateio, referente ao rateio das despesas da Contratação de empresa especializada para os serviços de Manutenção e Operação de Aterro Sanitário; e coleta, transporte e destinação final de chorume, sendo os mesmos destinados ao Aterro Sanitário Municipal de Paranavaí/PR, sob gestão do Consórcio CICA, decorrente da Concorrência n. 001/2026, Processo Administrativo n. 006/2026, Contrato Empresa Transresíduos n. 002/2026, Contrato Empresa Eficiência n. 003/2026.

Valor mensal: R$ 24.164,15 (vinte e quatro mil cento e sessenta e quatro reais e quinze centavos)
Valor total: R$ 120.820,75 (cento e vinte mil oitocentos e vinte reais e setenta e cinco centavos)
Vigência: O referido contrato de rateio é pelo prazo de 05 meses, sendo este, referente ao exercício financeiro 2026.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito do Município de Presidente Castelo Branco

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:8AC187DE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO 135/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR.
Contratada: **VIACAO GARCIA LTDA.**
CNPJ:78.586.674/0001-07.
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESLOCAMENTO PROGRAMADO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM REGIME DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD), POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM ELETRÔNICOS (BP-E) PARA UTILIZAÇÃO DE LINHAS REGULARES DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, NOS TRECHOS DE INTERESSE DO CIS/AMUNPAR.
Dotação Orçamentária: [2026] - 35 - 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.3.90.39.99.05.
Prazo de Vigência:26/08/2026 a 26/08/2027.
Valor: R$ 5.384.505,75 (cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e setenta e cinco centavos).
TIPO/Nº: Termo de Credenciamento nº 135/2026.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí, 27 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:84C8EE0A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 107/2026

PORTARIA Nº 107/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Contrato referente à Chamada Pública 04/2026 - Prestação de serviços de implantação, gerenciamento, administração, fiscalização, emissão, fornecimento e manutenção de cartão-alimentação**,** nos termos da Resolução nº 16/2025 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
LIDIANE DE CASTRO AMORIM DE OLIVEIRA	FISCAL	Nº 60-1
SIDINEIA TRAVAIN	SUPLENTE	Nº 430-2
EMPRESAS:		
UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA		
BIQ BENEFÍCIOS LTDA		
VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA		

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:178DE149

PROCURADORIA
DECRETO Nº27.976/2026

Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí.

O Prefeito Municipal de Paranavaí, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas voltadas à Infância e Adolescência no Município,

DECRETA

Art. 1º Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Paranavaí, a ser realizada no dia 11 de novembro de 2026 no Município de Paranavaí, com o objetivo de promover a participação social e a discussão das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º A Conferência Municipal terá como tema geral: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"**.**

Art. 3º A Conferência será organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEASMF, por meio da Comissão Organizadora constituída para essa finalidade.
Art. 4º As despesas decorrentes da realização da Conferência correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º O funcionamento da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será estabelecido em Regulamento próprio.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:E64CBE20

PROCURADORIA
LEI Nº 5.613/2026

Institui o programa habitacional paranavaí para todos, autoriza o poder executivo a promover parcerias para a execução de programas habitacionais de interesse social, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I — DO PROGRAMA E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Programa Habitacional Paranavaí Para Todos, com a finalidade de promover o acesso à moradia digna para a população do Município, por meio de empreendimentos habitacionais de interesse social executados em regime de parceria com entidades públicas e privadas, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º São objetivos do Programa Paranavaí Para Todos:
I — combater o déficit habitacional no Município, em especial para as famílias de baixa e média renda;
II — promover o adequado aproveitamento de imóveis públicos ociosos e o preenchimento de vazios urbanos;
III — fomentar o desenvolvimento urbano ordenado, a otimização da infraestrutura instalada e a qualificação do espaço público;
IV — estimular a cadeia produtiva da construção civil, com geração de emprego e renda no Município;
V — assegurar a concretização da função social da cidade e da propriedade, em conformidade com o Plano Diretor Municipal e a legislação urbanística;
VI — facilitar o acesso da população a linhas de crédito e programas de financiamento habitacional de âmbito federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO II — DAS PARCERIAS E DA CONCESSÃO DE IMÓVEIS

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover parcerias para a execução de programas de Habitação de Interesse Social (HIS), em diversas modalidades, podendo, para tanto, conceder terrenos urbanos de sua propriedade para a construção dos empreendimentos.

§ 1º Os empreendimentos habitacionais de que trata esta Lei serão, prioritariamente, vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, ou outro programa habitacional que venha a substituí-lo, e financiados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou de outras fontes de financiamento à produção habitacional.

§ 2º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União e do Estado do Paraná, especialmente com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), bem como com instituições financeiras e agentes operadores de programas habitacionais, sem caráter de exclusividade, observadas as diretrizes desta Lei e a legislação aplicável, não gerando as referidas parcerias obrigação de transferência de recursos municipais sem o correspondente lastro orçamentário.

Art. 4º Os terrenos de propriedade municipal inicialmente destinados à execução do Programa Paranavaí Para Todos são aqueles descritos e identificados no Anexo Único desta Lei, que dela faz parte integrante.

Parágrafo único. Novos imóveis poderão ser incorporados ao Programa mediante lei específica.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar, por ato próprio, a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) sobre as áreas indicadas no Anexo Único desta Lei, em favor da empresa do ramo da construção civil vencedora do procedimento licitatório de que trata o Capítulo III.

§ 1º A Concessão de Direito Real de Uso será outorgada em caráter resolúvel e exclusivamente para fins de viabilizar a implantação dos respectivos empreendimentos habitacionais, autorizando a concessionária a constituir hipoteca sobre os direitos reais concedidos em favor do agente financeiro responsável pela operação de crédito para a construção.

§ 2º Exaurida a finalidade da concessão, com o registro das unidades habitacionais em nome dos beneficiários finais, e cumpridas todas as obrigações contratuais, a Concessão de Direito Real de Uso se extinguirá, transferindo-se a propriedade plena das frações ideais do terreno aos adquirentes das unidades.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar todos os atos, contratos, escrituras públicas e demais instrumentos necessários à plena efetivação da Concessão de Direito Real de Uso objeto desta Lei.

CAPÍTULO III — DA SELEÇÃO DO PARCEIRO PRIVADO

Art. 6º A seleção da empresa do ramo da construção civil, responsável pela elaboração dos projetos e execução das obras dos empreendimentos habitacionais, será realizada mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade concorrência, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas pertinentes.

Art. 7º O edital de licitação e o respectivo contrato administrativo deverão prever, sem prejuízo de outras cláusulas necessárias à defesa do interesse público:
I — o objeto da parceria, com a descrição detalhada do empreendimento a ser construído;
II — as especificações técnicas mínimas e a obrigação da empresa vencedora de apresentar, previamente à assinatura do contrato, o cronograma físico-financeiro detalhado compatível com os projetos e orçamentos executivos aprovados pela Administração;
III — as obrigações da empresa vencedora e do Município;
IV — as sanções para o caso de inadimplemento contratual;
V — a forma de integração com os programas de financiamento habitacional;
VI — a obrigação de observância dos critérios de seleção de beneficiários definidos pelo Município.

CAPÍTULO IV — DOS INCENTIVOS E DAS CONTRAPARTIDAS

Art. 8º Ficam concedidos os seguintes incentivos fiscais aos empreendimentos habitacionais de interesse social realizados no âmbito do Programa Paranavaí Para Todos:
I — isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel, desde a outorga da CDRU até a data de expedição do "Habite-se" da última unidade do empreendimento;
II — isenção das taxas municipais para a expedição de alvará de construção;
III — isenção das taxas municipais para a expedição da certidão de "Habite-se" ao término do empreendimento.

Parágrafo único. A eficácia dos incentivos fiscais de que trata este artigo fica condicionada à elaboração de estudo de impacto orçamentário-financeiro que demonstre o cumprimento integral das exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente a demonstração de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, ou, alternativamente, a comprovação de que a renúncia está acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento permanente de receita, na forma dos incisos I e II do referido dispositivo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, como contrapartida, obras de infraestrutura complementares ou aporte financeiro para viabilizar os empreendimentos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a inclusão desses valores no custo final da obra a ser financiado pelo mutuário.

Parágrafo único. As obras de infraestrutura e os aportes financeiros referidos no caput dependem de prévia dotação orçamentária específica e suficiente e não geram despesa obrigatória de caráter continuado sem a correspondente fonte de custeio e a demonstração de sua adequação orçamentária e financeira, em conformidade com os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10. O valor de avaliação do terreno cedido por meio de CDRU será contabilizado como subsídio do Município ao programa, sendo este valor integralizado ao financiamento habitacional do beneficiário final a título de contrapartida ou entrada, reduzindo o valor a ser financiado.

Art. 11. O subsídio de que trata o artigo 10 estará limitado ao valor da avaliação do imóvel, conforme laudo a ser emitido por comissão competente do Município, distribuído proporcionalmente pela fração ideal correspondente a cada unidade habitacional a ser produzida.

CAPÍTULO V — DOS BENEFICIÁRIOS E DAS UNIDADES HABITACIONAIS

Art. 12. As unidades habitacionais produzidas no âmbito do Programa Paranavaí Para Todos serão destinadas, preferencialmente, aos beneficiários previamente inscritos e selecionados pelo órgão municipal responsável pela política habitacional, conforme critérios objetivos a serem definidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A seleção dos beneficiários observará, obrigatoriamente, os critérios de elegibilidade e as normativas do programa de financiamento habitacional federal ou estadual ao qual o empreendimento estiver vinculado.

§ 2º Serão prioritariamente atendidas as famílias com renda familiar bruta mensal enquadrada nas faixas 1 e 2 dos programas federais de habitação, podendo o atendimento ser estendido a outras faixas de renda, conforme a viabilidade de cada empreendimento e a regulamentação do Poder Executivo.

§ 3º Fica autorizada a aquisição, a preço de custo, de unidades habitacionais pelo Município para a implementação de Programa de Locação Social, conforme regulamentação específica a ser expedida por ato do Poder Executivo.

Art. 13. Para ser beneficiário do Programa, o interessado deverá, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:
I — residir, comprovadamente, no Município de Paranavaí há, no mínimo, 05 (cinco) anos ininterruptos;
II — possuir renda familiar bruta mensal compatível com as faixas de atendimento do programa de financiamento aplicável;
III — não ser proprietário, promitente comprador ou cessionário de outro imóvel residencial, em qualquer parte do território nacional;
IV — possuir inscrição ativa e atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e no cadastro habitacional do Município.

Art. 14. São impedidos de acessar os benefícios desta Lei, em conformidade com as vedações dos programas habitacionais federais:
I — quem for titular de contrato de financiamento ativo no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em qualquer parte do país;
II — quem, nos últimos 10 (dez) anos, tenha recebido benefício similar oriundo de recursos orçamentários da União, do Estado ou do Município, ou de fundos habitacionais específicos, como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

CAPÍTULO VI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Ficam os imóveis descritos no Anexo Único desta Lei desafetados da categoria de bens dominiais, passando a integrar a categoria de bens de uso especial, com destinação exclusiva para a implantação de Habitação de Interesse Social no âmbito do Programa Paranavaí Para Todos, nos termos do art. 69 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. Eventuais restrições urbanísticas de loteamentos que incidam sobre os imóveis de que trata o caput poderão ser superadas por esta Lei, em razão do prevalente interesse público e social na promoção da moradia.

Art. 16. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, no edital de licitação ou no contrato administrativo por parte da empresa concessionária, a Concessão de Direito Real de Uso será revogada, revertendo o terreno e todas as benfeitorias e acessões nele edificadas ao patrimônio do Município, independentemente de qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os Serviços de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos com o objetivo de buscar a redução de custos ou a gratuidade para a primeira titulação dos imóveis em nome dos beneficiários finais do Programa.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

ANEXO ÚNICO
IMÓVEIS DESTINADOS AO PROGRAMA HABITACIONAL PARANAVAÍ PARA TODOS

Item	Cadastro	Inscrição Cadastral	Matrícula	Localização / Logradouro	Área (m²)
01	50.612	02.18.022.0391	43.551	Lote 0001, Quadra 0022, Loteamento Jardim Itália II, Rua Estrada Mirasol, s/n	16.516,53
02	57.382	02.20.012.0075	49.819	Lote 0001, Quadra 0012, Loteamento Jardim Paraíso II, Rua Natalício Pedro de Lima, s/n	5.444,91
03	57.416	02.01.053.0174	48.012	Lote 0009, Quadra 0003, Loteamento Jardim Olímpico, Rua Luiz Ribeiro, s/n	7.260,25
04	53.014	01.04.412.0120	31.164	Lote 0011, Quadra 0009, Conjunto Habitacional Santa Maria, Rua Benedicta de Almeida Silvestre, s/n	8.340,58
05	146.129	01.06.361.0515	32.133	Lotes 1 a 34, Quadra 61, Loteamento Parque Morumbi, Rua João Dias Barbosa, s/n	10.548,30
06	146.145	01.06.363.0295	32.135	Lotes 1 a 20, Quadra 63, Loteamento Parque Morumbi, Rua 22, s/n	9.008,50

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:F5A57995

PROCURADORIA
LEI Nº 5.614/2026

Institui o Programa "Escola de Talentos do Futuro", destinado à oferta de bolsas de estudo e cursos de formação e qualificação profissional em tecnologia e inovação no âmbito do Município de Paranavaí e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Paranavaí, o Programa "Escola de Talentos do Futuro", com o objetivo de promover a capacitação, qualificação e o aperfeiçoamento profissional de jovens e trabalhadores, alinhando a formação educacional às demandas do mercado de trabalho contemporâneo e às transformações digitais.

Art. 2º O Programa tem as seguintes finalidades:
I – oferecer cursos de formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas de Tecnologia da Informação, Programação, Inteligência Artificial, Edição de Vídeos, Ferramentas Digitais, Gestão de Tráfego Pago e outras correlatas ao desenvolvimento tecnológico e digital;
II – disponibilizar cursos de qualificação e requalificação com o objetivo de promover a inserção produtiva de jovens, trabalhadores e empreendedores;
III – conceder bolsas de estudo integrais para alunos do Ensino Médio, jovens egressos do ensino médio e trabalhadores, com foco em educação profissional, tecnológica e inovação;
IV – fomentar parcerias com instituições públicas e privadas, de ensino técnico, superior e de inovação, para a oferta dos cursos e capacitações;
V – estimular o empreendedorismo digital e a cultura da inovação.

CAPÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 3º Poderão participar do Programa:
I – estudantes regularmente matriculados na rede de ensino pública ou privada, residentes no Município de Paranavaí;
II – jovens residentes no Município que busquem inserção no mercado de trabalho;
III – trabalhadores residentes no Município que busquem requalificação profissional.

Art. 4º A seleção dos bolsistas e participantes observará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:
I – residência comprovada no Município de Paranavaí;
II – escolaridade compatível com o nível do curso pretendido;
III – avaliação teórica de conhecimentos básicos e aptidão, a ser realizada por comissão específica;
IV – atendimento aos requisitos socioeconômicos e documentais previstos em edital.

Parágrafo único. O candidato selecionado deverá formalizar sua participação mediante assinatura de Termo de Compromisso.

CAPÍTULO III

DAS BOLSAS DE ESTUDO E DOS CURSOS

Art. 5º As bolsas de estudo previstas nesta Lei serão concedidas de forma integral, condicionadas à disponibilidade orçamentária.

Art. 6º Os cursos serão ofertados preferencialmente na modalidade presencial, admitindo-se, excepcionalmente, o formato híbrido ou a distância, conforme regulamentação e natureza do conteúdo técnico.

Art. 7º A manutenção do benefício fica condicionada a:
I – frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades;
II – aproveitamento acadêmico satisfatório, conforme normas da instituição executora;
III – observância das normas de conduta e disciplina do Programa.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Comissão Organizadora para seleção e acompanhamento do Programa, composta por representantes do Poder Executivo Municipal e de instituições de ensino parceiras.

Art. 9º Compete à Comissão Organizadora:
I – coordenar e acompanhar o processo de seleção dos candidatos;
II – definir os procedimentos de análise, avaliação e critérios de pontuação;
III – garantir a transparência do processo mediante a publicação dos resultados no órgão oficial de divulgação do Município;
IV – acompanhar e supervisionar a execução dos cursos e a concessão das bolsas;
V – avaliar os resultados alcançados, propondo ações e medidas de aprimoramento;
VI – elaborar e divulgar relatórios anuais de desempenho.

CAPÍTULO V

DAS SANÇÕES E DO DESLIGAMENTO

Art. 10. A desistência injustificada ou o abandono do curso pelo bolsista implicará:
I – cancelamento imediato da bolsa de estudos;
II – impedimento de participação em novos programas de capacitação custeados pelo Município pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Casos de desistência por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, poderão ser isentados da sanção prevista no inciso II, mediante análise da Secretaria coordenadora.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO, RECURSOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação.

Art. 12. Para a execução do disposto nesta Lei, o Município poderá celebrar convênios, parcerias, termos de cooperação e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública e com instituições privadas, observada a legislação aplicável.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:911846D5

PROCURADORIA
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.977.768/0001-81 com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, 900 - Centro, Paranavaí/PR, CEP 87702-000, neste ato representado pela **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, através de seu titular, Sra. Célia Aparecida Zanatta Jorge Elias, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e, de outro lado, a empresa **LEIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 02, Meia Praia, Município de Itapema/SC, CEP 88.220-000, neste ato representada por seu sócio-administrador/procurador, Sr. Carlito Mello de Liz, inscrito pelo CPF sob o n°181.488.089-53, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, têm entre si justo e acordado o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1. O presente Termo tem por objeto o reconhecimento de dívida e o pagamento de indenização, pelo Município de Paranavaí, referente à efetiva e contínua prestação dos serviços especializados de consolidação, compilação, digitalização, versionamento e disponibilização informatizada das normas jurídicas municipais na plataforma Portal Leis/LeisMunicipais, desempenhados com reconhecida relevância e essencialidade pública no Município para a manutenção da publicidade, segurança jurídica, transparência dos atos normativos e viabilização das consultas diárias pelos órgãos da Administração Pública e pela sociedade civil, executados no período cumulado de 07/04/2026 a 13/07/2026 (compreendendo os intervalos de 07/04/2026 a 09/06/2026, com 63 dias, e de 10/06/2026 a 13/07/2026, com 33 dias, totalizando 96 dias de prestação contínua ininterrupta), sem a devida cobertura contratual formal, conforme fundamentação fática e jurídica constante do Processo Administrativo instaurado por meio do Memorando nº 903/2026/PGM e dos Ofícios nº 01/2026 e nº 02/2026 da empresa COMPROMISSÁRIA, em consonância com a Portaria nº 2.512/2025 da Controladoria Geral do Município de Paranavaí.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO RECONHECIMENTO E VALOR 2.1. A Administração Municipal reconhece, em favor da COMPROMISSÁRIA, o crédito líquido e certo no valor total de **R$ 2.453,76 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos)**, correspondente à justa indenização pelos serviços prestados e aceitos pelo ente público (sendo R$ 1.610,28 relativos ao período de 07/04/2026 a 09/06/2026 e R$ 843,48 relativos ao período de 10/06/2026 a 13/07/2026). 2.2. O valor ora reconhecido foi apurado mediante conferência técnica e atestado de compatibilidade com os preços de mercado, excluindo-se qualquer margem de lucro exorbitante ou encargos financeiros moratórios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3.1. As despesas decorrentes deste ajuste correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 001 Funcional Programática: 0002 Natureza da Despesa: 3.3390.40.06 Fonte de Recursos: 000 - (18.001.0002.0062.002.2.661-3.3390.40.06- 000 (1894)).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO 4.1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante depósito em conta bancária de titularidade da COMPROMISSÁRIA, após a publicação deste extrato no Diário Oficial do Município e a regular liquidação da despesa pela unidade competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO 5.1. Com o recebimento da importância estipulada na Cláusula Segunda, a COMPROMISSÁRIA outorga ao MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ a mais plena, rasa, geral e irrevogável quitação quanto ao objeto deste instrumento e aos fatos que lhe deram origem, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, na esfera administrativa ou judicial, renunciando expressamente a quaisquer juros, correção monetária pretérita ou indenizações suplementares.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 6.1. O presente ajuste fundamenta-se no princípio da vedação ao enriquecimento sem causa da Administração, bem como no disposto no art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria nº 2.512/2025 da Controladoria Geral do Município de Paranavaí, aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO 7.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos deste Termo que não puderem ser resolvidos administrativamente.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Paranavaí, 19 de agosto de 2026.

Município de Paranavaí
CÉLIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS

Leis LTDA.
CARLITO MELLO DE LIZ

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:A32D510F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ADILSON FRANCISCO, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE**residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente à variação do INPC no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 26/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de: **R$ 112.484,72 (cento e doze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).**

Fornecedor: **VITTALY BORDADOS E MATELADOS**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
82	Colchonete, Material: Espuma, Revestimento: Courvin, Densidade: 33, Comprimento: 1,30 M, Largura: 0,70 M, Espessura: 10 CM, Aplicação: Escolar / Creche, Características Adicionais: Antiácaro, Antimofo E Antialérgico CODIGO CATMAT 411046.	Unid.	1.082	R$ 103,96	R$ 112.484,72

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora

dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2025), datada de 27 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Vittaly Bordados E Matelados LTDA
CNPJ: 38.027.007/0001-70
Endereço: :Avenida: Arvelino Durante, 3466, Bloco B, Centro, CEP 86720-000 SABAUDIA - PR
Nome do Representante:
JOÃO CARLOS LOPES OKUYAMA E MARCIA REGINA BIELESKI
CPF: 730.878.319-72 e 878.445.759-72
Email: contato@vittaflex.com.br
Telefone: (44) 99149-3299 (43) 3152-0007

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0EC0BADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF 025.577.729-92, doravante denominado **contratante** e a empresa **INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.501.153/0001-36, estabelecida à Rua Rocha Pombo, 1335 – Centro, na cidade de Campo Mourão – PR, CEP 87.300-450, e-mail instituto@institutomakro.com.br, neste ato representada por **Gabriela Beloti**, inscrita no CPF 270.966.158-65, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria educacional para avaliação, elaboração e estruturação do Plano Municipal de Educação (PME) 2025-2034 do Município de Paranavaí, contemplando diagnóstico educacional, condução de processos participativos, definição de diretrizes, metas e estratégias, bem como elaboração da minuta legislativa, em conformidade com a Constituição Federal e com o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente., cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.".
VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses , contados a partir da assinatura do contrato administrativo.
FONTE DE RECURSOS: A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
06.001.001.2450.3339035010200000000 (719) - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica - Pessoa Jurídica.
FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos LTDA
Representada Por
GABRIELA BELOTI
Contratada

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:B659636A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1613/2026

PORTARIA Nº 1613/2026

Designa servidores para exercer a função de Fiscal do Contratonº 130/2024.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Locação de Imóvelnº 130/2024, celebrado em agosto de 2024, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias Municipal de Sáude e ADROALDO BELLANDA (locatário), cujo objeto é a Locação de imóvel para sediar as dependências do SINAS- SistemaIntegrado de Atendimento em Saúde, localizado na Rua Rio Grande do Norte, nº 1.840, Centro de Paranavaí/PR, oriundo da Inexigibilidade de Licitação 45/2024 e Processo Administrativo nº 120/2024:

Ordenador de Despesa: Andréia Martins de Souza.
• Gestora do Contrato: Rosana Letícia de Oliveira Franco.
• Fiscal Titular: Marielza Sestario Pinheiro.
• Fiscal Suplente: Valeska Aparecida de Abreu

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante na Autorização e Justificativa para Aditivo contido no Processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:02BA4535

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

Eu, THAIS SOARES DA SILVA, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação, por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira:

ADJUDICO E HOMOLOGO

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Eletrônico 39/2026, o participante:

GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTDA					
Lote: 1					
Item	**Produto**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	TROFÉU/ESCULTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO, CONFORME IMAGEM, MEDINDO 36 CM DE ALTURA.	UND	70	R$250,00	R$17.500,00
2	TROFÉU/ESCULTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO, CONFORME IMAGEM, MEDINDO 25 CM DE ALTURA.	UND	100	R$148,00	R$14.800,00
3	GRAVAÇÕES A LASER EM CADA TROFÉU COM AS INSCRIÇÕES RELATIVAS A EDIÇÃO E NOME DO EVENTO, NOME DO MUNICÍPIO, UF E MODALIDADE. AS GRAVAÇÕES PODEM CONTER ATÉ 50 CARACTERES.	UND	170	R$11,76	R$1.999,20
Total Geral					**R$34.299,20**

Paranavaí, 27 de agosto de 2026.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:13EC2A87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO Nº 78/2020

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO Nº 78/2020
(RESCISÃO CONSENSUAL – Proc. Digital 42259/2026)
REF: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2020
Processo Administrativo nº 87/2020

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal Fomento Econômico e Inovação Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF sob nº 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrita no CPF sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF sob nº 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF sob nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação o Sr. **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI** inscrito no CPF sob nº 642.680.559-91, doravante denominado **contratante** e a empresa **EMPRESAS FL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à CALC DOS MIRTILOS, número 33, ANDAR 2, CONDOMÍNIO CENTRO – COMERCIAL ALPHAVILLE, CEP 06.453-019 na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no C.N.P.J. sob nº 17.922.286/0001-65, neste ato devidamente representada pelo Titular Sr. **LUIS RICARDO DE MAGALHÃES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 20132298 SSP/MT e inscrito no CPF. sob nº 027.181.071-89, doravante denominado **contratado** resolvem celebrar esta rescisão amigável, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em **SOFTWARE PARA ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA DENOMINADA SISTEMA TRAZ VALOR PARA PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES OU QUE IRÃO PERTENCER A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ-PR, INCLUINDO LOCAÇÃO DO SISTEMA, TREINAMENTO E SUPORTE**.

DA MOTIVAÇÃO DA RESCISÃO AMIGÁVEL

As Secretarias Municipais, representadas pelos(as) ordenadores(as) de despesas relacionados acima, em conjunto com a Contratada, resolvem **RESCINDIR de forma amigável** o Contrato nº 78/2020, pelos motivos e fundamentos expostos no Memorando nº 128/2026/SEAD/DIRETORIA DE FROTAS que solicita a respectiva rescisão contratual, sendo que a respectiva rescisão está amparada no §1º e inciso II do art. 79 da Lei 8.666/93 que rege as relações jurídicas do Contrato 78/2020.
Parágrafo primeiro: as partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original ou dos respectivos termos, tampouco ter ocorrido o descumprimento das Cláusulas que o integram, acordando com a quitação total das obrigações de ambas as partes em relação a este contrato, para nada mais reclamarem, judicialmente ou extrajudicialmente.
Parágrafo segundo: Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos não especificados neste termo de rescisão contratual, serão aproveitados nos termos do Contrato 78/2020 e na Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Rescisão Contratual entra em vigor na data da última assinatura. Demais documentos disponíveis no Processo Digital nº 42259/2026, integram o presente termo.

Paranavaí-PR, data da última assinatura digital

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura
Contratante

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Contratante

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação
Contratante

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Contratante

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação
Contratante

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer
Contratante

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda
Contratante

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete
Contratante

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Contratante

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Contratante

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município
Contratante

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Contratante

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

EMPRESAS FL LTDA
Contratada

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:5E3EDD33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NOTIFICAÇÃO MUNICIPAL Nº 001/2026

Dispõe sobre o afastamento preventivo remunerado de servidor público municipal.

Assunto: Afastamento Preventivo de Servidor
Interessado: Servidor matrícula n° 12018-1
Cargo: Engenheiro Civil

Trata-se de manifestação acerca da necessidade de adoção de medida cautelar consistente no afastamento preventivo do servidor matrícula n° 12018, sem prejuízo de sua remuneração, integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano- Sedur, a pedido da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
A presente medida é adotada no âmbito do **Processo Administrativo Disciplinar n° 23/2026**, instaurado em seu desfavor por meio da **Portaria n° 1547/2026** para apuração de eventuais infrações aos arts. 108, I, III, IV, VI e XIII da Lei Municipal n° 3.891/2012.
A decisão fundamenta-se no artigo 136 da referida Lei Municipal (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paranavaí). O afastamento ocorre em atendimento à deliberação e recomendação favorável exarada pela Comissão Permanente de Disciplina no Memorando n° 25, proferida após a avaliação dos fatos e relatos submetidos.
Ressaltamos que a referida medida possui natureza exclusivamente preventiva e cautelar, não constituindo penalidade disciplinar nem implicando em reconhecimento antecipado de responsabilidade pelos fatos objeto da apuração. O objetivo do afastamento é assegurar a regular apuração da infração disciplinar, garantir a conveniência da instrução processual, preservar a normalidade das relações funcionais e evitar o agravamento de conflitos no ambiente de trabalho.
Diante do exposto, com fundamento no art. 136 da Lei Municipal n° 3.891/2012, DETERMINO:
1.O **afastamento preventivo do servidor** matrícula 12018, com manutenção integral de sua remuneração e contagem de tempo de serviço a partir do dia 24 de agosto de 2026;
2. Que o afastamento perdure pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias, ou até a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado,** o que ocorrer primeiro;
3. A ciência do servidor e comunicação aos setores competentes para cumprimento da presente decisão.
Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 27 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:1025CD37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.612/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 47881/2026, no qual a servidora solicita exoneração do cargo de Agente Administrativo;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, a servidora **PAULA RENATA DE LIMA GONÇALVES,** matrícula nº 8024-1, nomeada pelo Decreto Municipal nº 15.034/2014, do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A exoneração da servidora citada no *caput* dar-se-á a partir de 30 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 27 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:2D33FF99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TERMO DE ENCERRAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

Certifico, para os devidos fins, que foi encerrado o edital de chamamento público nº 006/2026 que tinha como objetivo a seleção de propostas apresentadas por Organizações da Sociedade Civil, objetivando a celebração de Termo de Fomento tendo por objeto o pleno desenvolvimento da Educação Infantil no âmbito municipal, a serem financiados integralmente com recursos oriundos de Emenda através do plano de ação: 09032024-071515/2024.
Declara-se o chamamento fracassado, nos termos da legislação aplicável, permanecendo o Edital de Chamamento Público nº 006/2026 – SEDUC formalmente encerrado.

Nada mais havendo, lavra-se o presente Termo de Encerramento para que produza seus efeitos administrativos e seja devidamente juntado aos autos do processo.

Paranavaí, 27 de agosto de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal Nº 27.051/2025.

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:39229C2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 – PROCESSO Nº 133/2026

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de luminárias LED ornamentais, com potência máxima de 150 W, para instalação em topo de poste, destinadas à manutenção, reposição e continuidade operacional do sistema de iluminação pública do Município, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 659.985,00.
DATA DE ABERTURA: 11 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI –
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:9A80352F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 135/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 137/2026 – PROCESSO Nº 139/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 87/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação de Artes Marciais Frajola,** inscrita no CNPJ nº 44.168.621/0001-54. **OBJETO**: Desenvolvimento de um projeto social que promoverá treinamentos gratuitos na modalidade de Jiu-jitsu, para 15(quinze) atletas com idades de 11(onze) aos 18 (dezoito) anos de ambos os sexos. **VALOR TOTAL:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08(oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 27 de Agosto de 2026.

DANIEL ANTUNES DE LIMA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:43D6B3F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 136/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 138/2026 – PROCESSO Nº 140/2026.
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 156/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação de Artes Marciais Frajola,** inscrita no CNPJ nº 44.168.621/0001-54. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, desenvolvimento de um projeto social que promoverá treinamentos gratuitos na modalidade de Kickboxing para 25(vinte e cinco) atendidos, adolescente entre 12 a 18 anos e adultos entre 18 e 59 anos de ambos os sexos, para os populares e bairros vizinhos da escola. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08(oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 27 de Agosto de 2026.

DANIEL ANTUNES DE LIMA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4B846539

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 137/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 139/2026 – PROCESSO Nº 141/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 32/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Quebra Freio Bike Clube Pato Branco,** inscrita no CNPJ nº 24.592.400/0001-00. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, realizar o evento "Desafio Pato Branco 2026", com participação estimada de 500 ciclistas sendo crianças e adultos de diversas cidades e mais de 700 pessoas em torno do evento. **VALOR TOTAL:** R$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-

43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 27 de Agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE GIROLOMETTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4C64B67A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 138/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 140/2026 – PROCESSO Nº 142/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 221/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *Associação de Natação de Pato Branco/PR- Pato Natação*,** inscrita no CNPJ nº 54.772.189/0001-60. **OBJETO**: Organização e gerência de uma equipe natação, que tem por meta fomentar a prática esportiva na modalidade, no município de Pato Branco. Este é um projeto social esportivo totalmente gratuito para 48 (quarenta e oito) crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos de idade de ambos os sexos. As atividades serão realizadas as terças e quintas-feiras no Centro Aquático do Largo da Liberdade. **VALOR TOTAL:** R$ 10.000,00 (dez mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 27 de Agosto de 2026.

ADELAR MONTEIRO BARRETO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:07E5AD1D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 140/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 141/2026 – PROCESSO Nº 143/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 204/2025.
REMANEJAMENTO 16/2026.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Associação dos Bolonistas do Sudoeste,** inscrita no CNPJ nº 73.657.744/0001-57. **OBJETO:** Fomentar a modalidade de Bolão com suas equipes masculina e feminina formada por 30(trinta) pessoas de ambos os sexos, de idades entre 14 a 80 anos, que representarão o município em suas competições oficiais e no Campeonato paranaense da modalidade. **VALOR TOTAL:** R$ 15.000,00 (quinze mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 27 de Agosto de 2026.

ADÃO NICANOR HOFFMANN -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:29585F69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 221/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 140/2026 – PROCESSO N.º 142/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva individual 221/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Natação de Pato Branco/PR- Pato Natação,*** inscrita no CNPJ nº 54.772.189/0001-60, com sede na Rua Jóse Tatto N°35, Bairro Fraron, CEP 85.503-290, em Pato Branco-PR, telefone: (46)98804 0678, endereço eletrônico: adelarmb@gmail.com. Para organização e gerência de uma equipe natação, que tem por meta fomentar a prática esportiva na modalidade, no município de Pato Branco. Este é um projeto social esportivo totalmente gratuito para 48 (quarenta e oito) crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos de idade de ambos os sexos. As atividades serão realizadas as terças e quintas-feiras no Centro Aquático do Largo da Liberdade.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 25 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER-
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:F06E2E41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 87/2025
INEXIGIBILIDADE N.º 137/2026 – PROCESSO N.º 139/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°87/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação de Artes Marciais Frajola,** inscrita no CNPJ nº 44.168.621/0001-54, com sede na Rua Iguaçú, n° 372, Bairro Centro, CEP: 85.501-052, Telefone (46) 99917-1622, endereço eletrônico: alessandrofurtoso@yahoo.com.br , neste ato representado por seu Presidente o Sr. Daniel Antunes de Lima, portador do CPF 01 049.956.729-31, inscrito no RG 8.596.751-7 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Araucária, n° 159, Bairro Santa Terezinha, CEP: 85.501-160, em Pato Branco - PR, Telefone 46 9 9937-8848. Para Desenvolvimento de um projeto social que promoverá treinamentos gratuitos na modalidade de Jiu-jitsu, para 15(quinze) atletas com idades de 11(onze) aos 18 (dezoito) anos de ambos os sexos. Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 24 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER.
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:726D2BB7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA INDIVIDUAL Nº 204/2025 REMANEJAMENTO 16/2026 INEXIGIBILIDADE N.º141/2026 – PROCESSO N.º143/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:

"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a Emenda Individual nº 204/2025 Remanejamento16/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando à transferência de recurso acima descrito, em favor da ***Associação dos Bolonistas do Sudoeste***, inscrito no CNPJ nº 73.657.744/0001-57, com sede no endereço Rua Itapuã, nº 3050, bairro São Luiz, CEP: 85.504-060, em Pato Branco-PR, Telefone: (46) 99908-7135, eletrônico: abs.bolonista@gmail.com, para fomentar a modalidade de Bolão com suas equipes masculina e feminina formada por 30(trinta) pessoas de ambos os sexos, de idades entre 14 a 80 anos, que representarão o município em suas competições oficiais e no Campeonato paranaense da modalidade.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.Pato Branco, 26 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER -
Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito Município de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:8373DBF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROCESSO Nº 01/2026

O Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, CEP: 85.501-064, torna público, o **Chamamento Publico n° 01/2026**, que tem por objeto a participação na **INVENTUM 2026 – 6ª Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pato Branco**, promovida pelo Município de Pato Branco, por intermédio da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, no período de 4 a 8 de novembro de 2026, no Centro Regional de Eventos Prefeito Astério Rigon, situado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 600, Bairro Fraron, Pato Branco/PR, nas modalidades e condições previstas em edital.
PRAZO E FORMA DE PARTICIPAÇÃO: As propostas poderão ser apresentadas a partir da publicação do Edital, por meio do sistema eletrônico de protocolo, disponível no endereço: https://patobranco.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&service=01M0X2DRT19W3X3HRKVQVQK07D
VIGENCIA DO EDITAL: 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação.
O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente no site oficial da INVENTUM, em https://inventum.org.br/, e no Portal Oficial do Município de Pato Branco, em https://patobranco.pr.gov.br/, sem prejuízo da publicação do respectivo aviso no Diário Oficial do Município e de sua divulgação por outros meios considerados adequados e pertinentes. Informações adicionais poderão ser obtidas pelo telefone (46) 3220-6081 ou pelo e-mail contato@inventum.org.br. Pato Branco, 27 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:CFEAF7A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE RETIFICAÇÃO
Nº 02 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente Termo de Retificação ao Edital de Chamamento Público nº 01/2026, com fundamento no poder de autotutela da Administração Pública (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal) e nos princípios da legalidade, isonomia, objetividade e publicidade que regem os atos da Administração, tendo em vista a necessidade de delimitar objetivamente o critério "residente em área periférica do Município de Pato Branco", previsto no item 6.6.2, inciso II, do Edital, sem qualquer alteração da política de cotas do item 6.6.1 nem da pontuação adicional já vigente, para os fins e efeitos a seguir. CONSIDERANDO o Diagnóstico Socioterritorial de Pato Branco – 2024, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que identifica a Região Sul do Município como a que concentra os mais elevados índices de vulnerabilidade social, com destaque para os bairros Alvorada e São Cristóvão, e aponta indicadores relevantes também em bairros da Região Oeste, notadamente Planalto e São João, considerando os dados de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, benefícios socioassistenciais, violações de direitos e medidas socioeducativas por bairro; CONSIDERANDO os dados do Observatório Social/Painel do Cadastro Único do Município de Pato Branco (posição de junho/julho de 2026), que corroboram essa concentração nos bairros das Regiões Sul e Oeste do Município; CONSIDERANDO a necessidade de conferir tratamento uniforme, objetivo e previamente conhecido a todos os proponentes na aplicação do critério "residente em área periférica"; 1. DAS ALTERAÇÕES 1.1 Fica incluído o item 6.6.2.4 ao Edital de Chamamento Público nº 01/2026, com a seguinte redação: 6.6.2.4 Para fins exclusivos de aplicação da pontuação adicional prevista no inciso II do item 6.6.2.1 (residente em área periférica), consideram-se áreas periféricas do Município de Pato Branco os seguintes bairros: a) Região Sul: Alvorada, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste e Veneza; b) Região Oeste: Bela Vista, Planalto e São João. 6.6.2.4.1 A comprovação da condição prevista no inciso II do item 6.6.2.1 será realizada mediante a autodeclaração de que trata o item 6.6.2.2, cotejada com o endereço de residência ou domicílio informado e comprovado pelo proponente. 6.6.2.4.2 A relação de bairros constante deste item tem validade exclusiva para fins de aplicação da pontuação adicional prevista neste Edital, não constituindo classificação geral ou definitiva das áreas periféricas do Município de Pato Branco para quaisquer outras finalidades administrativas. 1.2 Tendo em vista que a presente retificação ocorre após a abertura do prazo de inscrições, os proponentes que já tiverem apresentado, até a data de publicação deste Termo de Retificação, autodeclaração de residência em área periférica referente a bairro não constante da relação estabelecida no item 6.6.2.4 não sofrerão desclassificação, autuação ou qualquer outra sanção em razão dessa circunstância, sendo apenas desconsiderada, para fins de atribuição da pontuação adicional, a respectiva autodeclaração, uma vez que a delimitação territorial ora estabelecida não era, até então, de conhecimento prévio dos proponentes. 2. DA PUBLICIDADE 2.1 Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, passando a integrar o Edital de Chamamento Público nº 01/2026 para todos os efeitos. 2.2 Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação. Pato Branco/PR, 27 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura

E

MAURICIO MACULAN -
Diretor do Departamento de Cultura.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:4183851B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE RETIFICAÇÃO
Nº 02 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente Termo de Retificação ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026, com fundamento no poder de autotutela da Administração Pública (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal) e nos princípios da legalidade, isonomia, objetividade e publicidade que regem os atos da Administração, tendo em vista a necessidade de delimitar objetivamente o critério "residente em área periférica do Município de Pato Branco", previsto no item 6.6.2, inciso II, do Edital, sem qualquer alteração da política de cotas do item 6.6.1 nem da pontuação adicional já vigente, para os fins e efeitos a seguir. CONSIDERANDO o Diagnóstico Socioterritorial de Pato Branco – 2024, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que identifica a Região Sul do Município como a que concentra os mais elevados índices de vulnerabilidade social, com destaque para os bairros Alvorada e São Cristóvão, e aponta indicadores relevantes também em bairros da Região Oeste, notadamente Planalto e São João, considerando os dados de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, benefícios socioassistenciais, violações de direitos e medidas socioeducativas por bairro; CONSIDERANDO os dados do Observatório Social/Painel do Cadastro Único do Município de Pato Branco (posição de junho/julho de 2026), que corroboram essa concentração nos bairros das Regiões Sul e Oeste do Município; CONSIDERANDO a necessidade de conferir tratamento uniforme, objetivo e previamente conhecido a todos os proponentes na aplicação do critério "residente em área periférica"; 1. DAS ALTERAÇÕES 1.1 Fica incluído o item 6.6.2.4 ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026, com a seguinte redação: 6.6.2.4 Para fins exclusivos de aplicação da pontuação adicional prevista no inciso II do item 6.6.2.1 (residente em área periférica), consideram-se áreas periféricas do Município de Pato Branco os seguintes bairros: a) Região Sul: Alvorada, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste e Veneza; b) Região Oeste: Bela Vista, Planalto e São João. 6.6.2.4.1 A comprovação da condição prevista no inciso II do item 6.6.2.1 será realizada mediante a autodeclaração de que trata o item 6.6.2.2, cotejada com o endereço de residência ou domicílio informado e comprovado pelo proponente. 6.6.2.4.2 A relação de bairros constante deste item tem validade exclusiva para fins de aplicação da pontuação adicional prevista neste Edital, não constituindo classificação geral ou definitiva das áreas periféricas do Município de Pato Branco para quaisquer outras finalidades administrativas. 1.2 Tendo em vista que a presente retificação ocorre após a abertura do prazo de inscrições, os proponentes que já tiverem apresentado, até a data de publicação deste Termo de Retificação, autodeclaração de residência em área periférica referente a bairro não constante da relação estabelecida no item 6.6.2.4 não sofrerão desclassificação, autuação ou qualquer outra sanção em razão dessa circunstância, sendo apenas desconsiderada, para fins de atribuição da pontuação adicional, a respectiva autodeclaração, uma vez que a delimitação territorial ora estabelecida não era, até então, de conhecimento prévio dos proponentes. 2. DA PUBLICIDADE 2.1 Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, passando a integrar o Edital de Chamamento Público nº 02/2026 para todos os efeitos. 2.2 Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco/PR, 27 de agosto de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e Mauricio Maculan - Diretor do Departamento de Cultura

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:A843F604

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 02 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente Termo de Retificação ao Edital de Chamamento Público nº 03/2026, com fundamento no poder de autotutela da Administração Pública (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal) e nos princípios da legalidade, isonomia, objetividade e publicidade que regem os atos da Administração, tendo em vista a necessidade de delimitar objetivamente o critério "residente em área periférica do Município de Pato Branco", previsto no item 7.6.2, inciso II, do Edital, sem qualquer alteração da política de cotas do item 7.6.1 nem da pontuação adicional já vigente, para os fins e efeitos a seguir. CONSIDERANDO o Diagnóstico Socioterritorial de Pato Branco – 2024, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que identifica a Região Sul do Município como a que concentra os mais elevados índices de vulnerabilidade social, com destaque para os bairros Alvorada e São Cristóvão, e aponta indicadores relevantes também em bairros da Região Oeste, notadamente Planalto e São João, considerando os dados de famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único, benefícios socioassistenciais, violações de direitos e medidas socioeducativas por bairro; CONSIDERANDO os dados do Observatório Social/Painel do Cadastro Único do Município de Pato Branco (posição de junho/julho de 2026), que corroboram essa concentração nos bairros das Regiões Sul e Oeste do Município; CONSIDERANDO a necessidade de conferir tratamento uniforme, objetivo e previamente conhecido a todos os proponentes na aplicação do critério "residente em área periférica"; 1. DAS ALTERAÇÕES 1.1 Fica incluído o item 7.6.2.4 ao Edital de Chamamento Público nº 03/2026, com a seguinte redação: 7.6.2.4 Para fins exclusivos de aplicação da pontuação adicional prevista no inciso II do item 7.6.2.1 (residente em área periférica), consideram-se áreas periféricas do Município de Pato Branco os seguintes bairros: a) Região Sul: Alvorada, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste e Veneza; b) Região Oeste: Bela Vista, Planalto e São João. 7.6.2.4.1 A comprovação da condição prevista no inciso II do item 7.6.2.1 será realizada mediante a autodeclaração de que trata o item 7.6.2.2, cotejada com o endereço de residência ou domicílio informado e comprovado pelo proponente. 7.6.2.4.2 A relação de bairros constante deste item tem validade exclusiva para fins de aplicação da pontuação adicional prevista neste Edital, não constituindo classificação geral ou definitiva das áreas periféricas do Município de Pato Branco para quaisquer outras finalidades administrativas. 1.2 Tendo em vista que a presente retificação ocorre após a abertura do prazo de inscrições, os proponentes que já tiverem apresentado, até a data de publicação deste Termo de Retificação, autodeclaração de residência em área periférica referente a bairro não constante da relação estabelecida no item 7.6.2.4 não sofrerão desclassificação, autuação ou qualquer outra sanção em razão dessa circunstância, sendo apenas desconsiderada, para fins de atribuição da pontuação adicional, a respectiva autodeclaração, uma vez que a delimitação territorial ora estabelecida não era, até então, de conhecimento prévio dos proponentes. 2. DA PUBLICIDADE 2.1 Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Pato Branco, passando a integrar o Edital de Chamamento Público nº 03/2026 para todos os efeitos. 2.2 Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação. Pato Branco/PR, 27 de agosto de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e Mauricio Maculan - Diretor do Departamento de Cultura.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:C2026454

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE AVISO 01 - AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 – PROCESSO Nº 131/2026

Retificação da publicação que circulou no dia 27 de agosto de 2026 - Edição 3604

Onde se lê: **DATA DE ABERTURA:** 14 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
Leia-se: DATA DE ABERTURA: 14 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.

As demais condições editalícias permanecem inalteradas. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br ***Pregoeira – Naudieri Provensi.***

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:27106F96

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
NOTIFICACAO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Conforme determina o Artigo 2º da Lei 9.452/97, NOTIFICAMOS aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, que o município de Pato Branco recebeu no dia 12/08/2026 a 20/08/2026 os Recursos Federais, abaixo descritos:

FUNDEB	12/08/2026	542.344,37
SAMU 192	12/08/2026	231.374,65
CUSTEIO DO PROGRAMA AGORA TEM ESPECIALISTAS MAC - COMPONENTE CIRÚRGICO	12/08/2026	70.562,82
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL	17/08/2026	150.344,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE BUCAL	17/08/2026	38.560,49
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - ATENCAO A SAUDE DE PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI - ADPF 347	17/08/2026	28.750,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	17/08/2026	30.000,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULACIONAL	17/08/2026	48.502,91
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DEMAIS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	17/08/2026	16.556,00
FUNDEB	18/08/2026	637.251,38
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA/EAP	18/08/2026	614.000,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PROMOCAO À SAÚDE	18/08/2026	12.500,00
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	18/08/2026	288.538,00
FAEC - TERAPIAS ESPECIALIZADAS EM ANGIOLOGIA	18/08/2026	55.042,74
FAEC - CIRURGIA BARIATRICA	18/08/2026	9.520,00
FAEC - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CELULAS	18/08/2026	25.648,98
FAEC - HEMODINÂMICA EM ATENDIMENTO DE URGÊNCIA	18/08/2026	178.570,96
FAEC - DIAGNÓSTICO DE TROMBOFILIA EM GESTANTE	18/08/2026	2.075,00
MERENDA, PROG NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	19/08/2026	126.700,50
FAEC - RADIOTERAPIA	19/08/2026	124.680,00
FAEC - NEFROLOGIA	19/08/2026	437.661,20
FAEC - CADEIRAS DE RODAS	19/08/2026	3.927,00
FNAS GBF- CADASTRO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA	19/08/2026	10.054,81
FUNDEB	19/08/2026	1.835.913,43
FUNDEB	20/08/2026	214.390,04
FPM – FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS	20/08/2026	1.048.061,97
ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	20/08/2026	319,03
IPM – IPI EXPORTAÇÃO	20/08/2026	37.684,38
DISTRIBUICAO SALARIO EDUCACAO	20/08/2026	483.176,00

Pato Branco 27 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicado por:
Indiane Ferreira de Souza
Código Identificador:5D86CB25

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.996, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito especial no orçamento do exercício de 2026 no valor de R$ 288.289,93 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 6.638, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberta nova fonte de recurso, novas naturezas de despesas e de crédito especial no orçamento vigente, no valor de R$ 288.289,93 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.05	**FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	
19.572.0068	**Gestão dos Recursos do Fundo de CTI**	
2.616	Manutenção do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia	
3.3.90.14 - 564 (46138)	Diárias	10.000,00
4.4.90.51 - 564 (46139)	Obras e Instalações	278.289,93

Total	**288.289,93**

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
564	Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI) (Lei 5942/2022)	288.289,93

Total	**288.289,93**

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 6.527, de 26 de novembro de 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 6.477, de 15 de julho de 2025, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:FF9C675B

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.638, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento do exercício de 2026 no valor de R$ 288.289,93 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de nova fonte de recurso, novas naturezas de despesas e a abertura de crédito especial no orçamento vigente, no valor de R$ 288.289,93 (duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.05	**FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	
19.572.0068	**Gestão dos Recursos do Fundo de CTI**	
2.616	Manutenção do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia	
3.3.90.14 - 564 (46138)	Diárias	10.000,00
4.4.90.51 - 564 (46139)	Obras e Instalações	278.289,93

Total	**288.289,93**

Art. 2º Para a cobertura do crédito especial de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos de fonte vinculada do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
564	Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI) (Lei 5942/2022)	288.289,93

Total	**288.289,93**

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a executar os ajustes necessários no Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 6.527, de 26 de novembro de 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Lei nº 6.477, de 15 de julho de 2025, e na Lei Orçamentária Anual, instituída pela Lei nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:C2D28FC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2026
CONCORRÊNCIA Nº 06/2026
OBJETO: *Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução de obra de Reforma do Posto de Saúde do Centro de Paula Freitas, Estado do Paraná, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme especificações, em conformidade com as disposições deste Projeto Básico.* **Entrega das propostas: até 15/09/2026 às 08h14min. Abertura das Propostas: 15/09/2026 às 08h15min.**
O edital encontra-se disponível no endereço Av. Agostinho de Souza, n.º 646, Paula Freitas/PR, das 08h00min às 17h00min ou no site: www.paulafreitas.pr.gov.br
E-mail: licita.paulafreitas@yahoo.com

27/08/2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:3F94FBD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.460/2026 – DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigo 7, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1. ° Incisos I e II , DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**04.00**	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
UNIDADE	**04.01**	**GABINETE DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**	
ATIVIDADE	04.122.0003.2.005	*Manutenção do gabinete do secretário de administração*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.3000	Contratação por tempo determinado	R$ 50.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.3000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 100.000,00
ÓRGÃO	**07.00**	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**	
UNIDADE	**07.01**	**GABINETE DO SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESP**	
ATIVIDADE	12.361.0006.2.010	*Manutenção das Unidades Escolares*	
DOTAÇÃO	3.1.90.04.00.1103	Contratação por tempo determinado	R$ 100.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00.1103	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	R$ 230.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.13.00.1103	Contribuições patronais	R$ 100.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.46.00.1103	Auxílio alimentação	R$ 70.000,00
TOTAL			**R$ 650.000,00**

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar o superavit financeiro do exercício de 2025 da fonte 1000 no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) e o excesso de arrecadação da fonte 1103 no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 26 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:054C80B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 3.461/2026 – DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na autorização contida na Lei Municipal nº 1.709/2025 de 17 de dezembro de 2025, Artigo 7, e na Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 Artigo 43 § 1. ° Inciso III, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento geral de 2026. Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 34.445,90 (Trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais com noventa centavos), com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**08.00**	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
UNIDADE	**08.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
ATIVIDADE	10.302.0009.2.024	*Transferências ao Consórcio Intermunicipal de Saúde*	
DOTAÇÃO	3.3.71.70.00.3499	Rateio pela participação em consórcio público	34.445,90

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo precedente, fica a Secretaria Municipal de Finanças, autorizada a utilizar a anulação da seguinte dotação:

ÓRGÃO	**08.00**	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
UNIDADE	**08.02**	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
ATIVIDADE	10.301.0009.2.025	*Manutenção das Ações de Saúde Pública*	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.3499	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	34.445,90

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

WAGNER LUIZ BLEY BONATO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Felipe Joly da Cruz
Código Identificador:C62ED810

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2026

Concurso Público - Edital nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público nº 01/2026, Homologado em 13 de agosto de 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionados para apresentarem-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos, munidos da documentação exigida, para fins de admissão nos cargos para os quais foram classificados, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme disposto no item 19.6 do Edital do Concurso em epigrafe.

Cargo: Operador de Máquinas-Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Inscrição nº
4.º Lugar	Vinícius Novakowski Barbosa	23812811

Paula Freitas, 27 de agosto de 2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:314D86C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -**

PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2026 Homologado em 29 DE JUNHO DE 2026, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Professor – Ensino Fundamental - 20 h

Classificação	Nome
13º Lugar	Flávia Larissa Lemanski

Paula Freitas, 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:4CE2C541

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS EDITAL Nº 07/2026- TORNA PÚBLICO A DESISTÊNCIA DO CANDIDATO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2026

Edital nº 07/2026- Torna público a desistência do candidato referente ao Concurso Público - Edital Nº 01/2026

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público - Edital nº 01/2026, homologado em 13 de agosto de 2026, RESOLVE:
Tornar pública a desistência do candidato aprovado no Concurso Público, de que trata o Edital de Convocação nº 001/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3603, em 26/08/2026, do candidato abaixo relacionado:

Cargo: Operador de Máquinas - 40hrs

Classificação	Nome
03º Lugar	Fábio Zay

Paula Freitas, 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:72421BF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA N. º 214/2026 – DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

CONSIDERANDO o encerramento do prazo recursal relativo à homologação preliminar das inscrições do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026, bem como que nenhum dos recursos interpostos foi provido, não havendo alteração no resultado anteriormente publicado;
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - O MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS/PR torna pública a HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 03/2026, conforme relação abaixo, observada a ordem de inscrição, o cargo e a modalidade de concorrência.

ATENDENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS
AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
01	BRAYAN GURGINSKI	***.793.159-**	03/09/2002
03	EMANUELLY VITÓRIA PLANTES DE SÁ	***.801.279-**	12/02/2008
05	THAIS APARECIDA DA CUNHA	***.228.629-**	14/01/2008
07	ÉRICA DE OLIVEIRA BATISTA	***.043.749-**	13/12/2006
08	YASMIN FILUS ALMEIDA VIEIRA	***.760.629-**	26/12/2006
10	CELINE FILISBERTO	***.891.669-**	18/09/2006
11	THAIS CATARINA FRANCO DE LIMA	***.711.269-**	18/04/2003
12	MILENA ANDREINA KUBOWSKI	***.948.259-**	29/11/1999
13	MELISSA ALVAREZ	***.248.459-**	17/02/2002
14	RIILARY VITORIA DOS SANTOS SCHRAN	***.839.689-**	09/12/2007
15	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	***.686.489-**	01/01/1992
16	ANA CLARA MATTE	***.598.449-**	12/08/2006
17	VITORIA CINTIA DOS SANTOS	***.154.289-**	18/03/2005
18	GISLAINE DE LIMA	***.917.559-**	11/02/2001
19	ALINE CRISTINA DA SILVA MACIEL	***.363.739-**	06/01/1993
20	CAMILE VITORIA MANDRYK	***.718.869-**	18/09/2002
21	GABRIEL DARDIN OLIVEIRA	***.729.758-**	03/12/2004
22	EDUARDA JAQUELINE PIETRALA	***.391.869-**	14/06/2004
23	MARIANA EDUARDA MARQUES	***.286.889-**	04/01/2006
24	FERNANDO AUGUSTO THOMAS	***.515.229-**	08/11/1999
25	BARBARA BENETTI HEY	***.360.139-**	18/07/1997
26	YASMIN JOBINS	***.745.709-**	19/03/2008
27	THAUANY PAOLA DE ALMEIDA	***.660.549-**	10/05/2007
29	DIOGO FELIPE DE SOUZA PEREIRA	***.543.769-**	04/12/2007
30	ALESSANDRA VITÓRIA BANHUKI FERREIRA	***.813.199-**	28/12/2000
31	ANIELY KAOANY SCHNEIDER	***.183.719-**	26/07/2004
32	VIVIANE ROCZINSKI	***.024.709-**	28/11/1984
33	LUCINEIA GAIEVICZ	***.269.999-**	19/05/2001
34	KARINA TAMARA RRANKEL	***.***.***-**	Não informado
37	EMILY KERKHOF	***.827.249-**	04/04/2007
39	BRENDA DE OLIVEIRA P	***.234.169-**	12/04/2002
42	GEANE LOTH CRUZ	***.732.759-**	06/04/1981
43	ANA LUIZA FELIZ DOS SANTOS	***.941.429-**	01/05/2008
44	ALLANA RAISSA DA SILVA	***.031.879-**	04/10/2001
48	RAFAELA CARNEIRO	***.859.729-**	08/02/2002

PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
41	EMILLY ALVES DOS SANTOS	***.051.209-**	07/02/2003

ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS
AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
02	MARIANE VITOR MARTINS	***.911.962-**	11/03/1989
09	ANALICE LEVANDOSKI	***.959.349-**	20/05/1989
40	JOSELAINE DOS SANTOS MARTINS KUTZKE	***.250.529-**	28/11/1988
45	FRANCIELI DAIANE B	***.171.679-**	12/04/1983
47	TAYANE BROLINI	***.026.439-**	18/11/1997
49	BIANCA BURLINSKI	***.921.589-**	19/07/1993

PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
ATENDENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
04	VINICIUS HENRIQUE KEISER	***.918.861-**	29/05/2004
06	ANDRÉ LUIZ REIS	***.038.249-**	29/06/2006
35	GILBERTO DE MORAES JUNIOR	***.016.639-**	01/06/2006
36	GILAINE GONÇALVES DAS CHAGAS	***.326.729-**	18/11/2008
38	VINICIUS HENRIQUE DE LARA	***.752.929-**	26/09/2005
46	PEDRO OTAVIO C.	***.751.939-**	11/05/2008

ASSISTENTE SOCIAL – 20 HORAS

Inscrição	Nome	CPF	Data de Nascimento
28	RONISI DE OLIVEIRA LUTZ	***.230.460-**	16/08/1977

Art. 2º - Os dados pessoais constantes desta Portaria são divulgados de forma minimizada, com mascaramento parcial do CPF, em observância aos princípios da necessidade, adequação e segurança previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal, 27 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B815876B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 002/2026 Nº PROC. ADM. 013/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 002/2026
Nº PROC. ADM. 013/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PAULO FRONTIN , de acordo com a regulamentação Edital realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por EDER RENATO STELMACH e tendo como autoridade LORENA APARECIDA SOARES.

PUBLICAÇÃO: 27/08/2026 15:17
INÍCIO REC. PROPOSTA: 27/08/2026 16:00
FIM REC. PROPOSTA: 14/09/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 14/09/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 479.700,0000

OBJETO DO PROCESSO

AQUISIÇÃO DE CILINDROS PARA ARMAZENAMENTO DE OXIGÊNIO, VÁLVULAS REGULADORAS COM FLUXÔMETRO E FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO NOS ITENS EM QUE APLICÁVEL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN-PR.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:A87046B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2026 EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 196/2026

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora **MARIA REGIANE KATRUCHA**, matrícula nº 714, ocupante do cargo de Nutricionista, por meio do qual solicita seu desligamento do quadro de pessoal do Município;
CONSIDERANDO que a extinção do vínculo empregatício decorre de manifestação expressa de vontade do servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Fica rescindido, a pedido, o contrato de trabalho da servidora **MARIA REGIANE KATRUCHA**, matrícula nº 714, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Fundação Municipal de Saúde, com efeitos a partir de 26 de agosto de 2026, extinguindo-se o vínculo empregatício nesta data.
Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda à baixa funcional da servidora e adote as providências necessárias à elaboração da rescisão contratual, pagamento das verbas rescisórias devidas, anotações nos assentamentos funcionais e demais registros legais pertinentes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros em 26 de agosto de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 26 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:7AF47D3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2026

PORTARIA Nº 197/2026

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA SIMONE ESTÁCIO DE PAULA NIEROTKA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.474/2025;
CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Saúde por meio do Memorando nº 062/2026/SMS;
CONSIDERANDO que a servidora exercerá atividades de assessoramento direto à Secretária Municipal de Saúde que demandam elevado grau de responsabilidade, confiança e comprometimento, extrapolando as atribuições ordinárias do seu cargo de origem;
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER a gratificação de função no percentual de **30% (trinta por cento)** incidente sobre o salário-base à servidora **SIMONE ESTÁCIO DE PAULA NIEROTKA**, nos termos da Lei Municipal nº 1.474/2025, em razão da designação para o exercício da função de **Assessora Municipal de Saúde**, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º No desempenho da referida função de confiança, a servidora prestará assessoramento técnico e administrativo direto à Secretária Municipal de Saúde, cabendo-lhe a execução das atribuições descritas no Memorando nº 062/2026/SMS.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos administrativos e financeiros retroativos a **1º de agosto de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 26 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:D27F8218

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 199/2026 DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO E COM AS CONCLUSÕES DOS DOCUMENTO

PORTARIA Nº 199/2026

Dispõe sobre a regularização do pagamento do adicional de insalubridade dos servidores da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, em conformidade com as condições ambientais de trabalho e com as conclusões dos documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 189, 190, 191 e 192 da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, que disciplinam as atividades e operações insalubres, sua caracterização, classificação e o respectivo adicional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 195 da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, quanto à caracterização e classificação da insalubridade mediante avaliação técnica por profissional legalmente habilitado;

CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho e promoveu alterações no Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho**, que aprovou as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

CONSIDERANDO a **Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres**, especialmente seu **Anexo nº 14 – Agentes Biológicos**, que estabelece critérios para a caracterização da insalubridade decorrente da exposição ocupacional a agentes biológicos;

CONSIDERANDO que, conforme o Anexo nº 14 da NR-15, a caracterização da exposição ocupacional aos agentes biológicos é realizada mediante avaliação qualitativa, considerando a natureza e as condições da exposição;

CONSIDERANDO a **Norma Regulamentadora nº 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde**, aplicável às atividades desenvolvidas no âmbito da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin;

CONSIDERANDO o **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT** e o **Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LIP** da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, elaborados para avaliação das condições ambientais de trabalho, dos fatores de risco ocupacional e das atividades e operações insalubres e perigosas;

CONSIDERANDO que o LIP utiliza, para avaliação dos agentes biológicos, a metodologia prevista no Anexo nº 14 da NR-15, mediante avaliação qualitativa da exposição, de acordo com a natureza da atividade desenvolvida;

CONSIDERANDO que os documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho devem refletir as condições efetivamente existentes nos ambientes e atividades laborais, sendo necessária nova avaliação quando houver alteração das condições de trabalho;

CONSIDERANDO o **Relatório Técnico para Análise de Adicionais de Insalubridade – por Servidor**, elaborado pela **APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho**, referente à competência **07/2026**, tendo como fonte o Relatório de Movimentos por Eventos da folha de pagamento da Fundação Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o referido relatório técnico realizou análise individualizada dos servidores que, na competência 07/2026, recebiam o evento de **Insalubridade 40%**, totalizando 69 servidores;

CONSIDERANDO que, após a reavaliação técnica, o relatório concluiu pela existência de **58 servidores com direito ao adicional de insalubridade em grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento), e 11 servidores sem direito ao adicional**, em razão da ausência de exposição a agentes de risco ambiental que justifique sua percepção;

CONSIDERANDO que o relatório técnico registra, quanto aos agentes biológicos, que a análise foi realizada segundo os critérios técnicos previstos no Anexo nº 14 da NR-15 e que, nas situações em que reconhecida a exposição, o enquadramento foi realizado em grau médio;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a folha de pagamento da Fundação Municipal de Saúde às conclusões técnicas referentes às condições efetivamente verificadas;

CONSIDERANDO, ainda, a existência de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Reclamação Trabalhista nº **0000693-60.2022.5.09.0026**, movida por **IVONE SILVERA ZIOMKO CHEPERNATE** em face da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, cuja determinação deve ser integralmente observada;

CONSIDERANDO que a referida decisão judicial determinou que o adicional de insalubridade da servidora seja calculado sobre seu salário-base, em percentual idêntico ao que recebe atualmente, bem como os respectivos reflexos em férias acrescidas de um terço, décimo terceiro salário e FGTS;

CONSIDERANDO que o trânsito em julgado da referida decisão ocorreu em **14 de dezembro de 2024**, conforme informado pela Assessoria Jurídica do Município por meio do Memorando nº 19/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a **regularização do pagamento do adicional de insalubridade** dos servidores da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, em conformidade com as conclusões constantes do **Relatório Técnico para Análise de Adicionais de Insalubridade – por Servidor**, elaborado pela APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho, observados o LTCAT, o LIP e demais documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho aplicáveis.

Art. 2º Para fins de aplicação desta Portaria, serão consideradas as condições de trabalho, as atividades efetivamente desempenhadas pelos servidores e os respectivos enquadramentos técnicos constantes dos documentos de Segurança e Saúde do Trabalho.

Art. 3º As alterações decorrentes desta Portaria produzirão efeitos financeiros a partir da **competência de agosto de 2026**.

Art. 4º Fica **adequado de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento)** o adicional de insalubridade dos servidores relacionados no **Anexo I** desta Portaria.

§ 1º Os servidores relacionados no Anexo I passam a perceber o adicional de insalubridade em **grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento)**.

§ 2º A alteração prevista neste artigo constitui adequação do percentual anteriormente pago ao grau de insalubridade indicado na avaliação técnica individualizada realizada pela Segurança e Saúde do Trabalho

Art. 5º Fica **cessado**, a partir da competência de agosto de 2026, o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores relacionados no **Anexo II** desta Portaria.

Parágrafo único. A cessação prevista no caput decorre da conclusão técnica de que, nas condições de trabalho analisadas, **não foi constatada exposição a agentes de risco ambiental que justifique a percepção do adicional de insalubridade**.

Art. 6º Fica expressamente **ressalvada das alterações previstas nos Anexos I e II** desta Portaria a situação funcional da servidora **IVONE SILVERA ZIOMKO CHEPERNATE**, em razão da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº **0000693-60.2022.5.09.0026**.

§ 1º Em relação à servidora mencionada no caput, deverá ser observado o determinado na decisão judicial, mantendo-se o adicional de insalubridade **no percentual atualmente percebido**, calculado sobre o **salário-base**, nos termos da sentença transitada em julgado.

§ 2º O disposto neste artigo prevalece enquanto vigente e aplicável a decisão judicial referida no caput, não podendo as alterações administrativas previstas nesta Portaria implicar descumprimento da determinação judicial.

Art. 7º Compete ao setor responsável pela folha de pagamento da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin proceder às alterações necessárias nos registros funcionais e nas respectivas rubricas de pagamento, observando:

I – a adequação do adicional de insalubridade de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento) dos servidores relacionados no Anexo I;

II – a cessação do adicional de insalubridade dos servidores relacionados no Anexo II;

III – a manutenção da situação da servidora Ivone Silvera Ziomko Chepernate nos termos do art. 6º desta Portaria.

Art. 8º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser registradas nos sistemas funcionais e de folha de pagamento utilizados pela Fundação Municipal de Saúde, observadas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de Segurança e Saúde do Trabalho aplicáveis.

Art. 9º A caracterização e o grau de insalubridade poderão ser objeto de nova avaliação técnica sempre que houver alteração nas condições ambientais ou nas atividades efetivamente desempenhadas que possa modificar a exposição do servidor aos agentes de risco.

Art. 10. A alteração de atividade, setor, ambiente de trabalho, processo ou condição de exposição deverá ser comunicada ao responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho, para avaliação quanto à necessidade de atualização dos documentos técnicos e do respectivo enquadramento.

Art. 11. A presente Portaria fundamenta-se nas conclusões dos documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho, especialmente do **LTCAT**, do **LIP** e do **Relatório Técnico para Análise de Adicionais de Insalubridade – por Servidor**, não substituindo tais documentos.

Art. 12. Os documentos técnicos que fundamentam a presente Portaria permanecerão arquivados junto à Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin, para fins de controle administrativo, trabalhista e de Segurança e Saúde do Trabalho.

Art. 13. Eventuais alterações nas condições de trabalho que possam modificar a caracterização ou o grau de insalubridade deverão ser submetidas à avaliação técnica específica.

Art. 14. A presente Portaria não prejudica direitos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, os quais deverão ser observados nos seus estritos termos.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da **competência de agosto de 2026**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 27 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I - SERVIDORES COM ADEQUAÇÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE 40% PARA 20%

Matrícula	Servidor	Cargo/Função
781	Alexandra Rita Halabura	Agente Comunitário de Saúde
606	Cleuci Ausione Antoszczyszyn	Agente Comunitário de Saúde
736	Daiana Davies Sierpinski	Agente Comunitário de Saúde
724	Franciele da Rosa Braz	Agente Comunitário de Saúde
726	Gabrieli Maria Matiuchenko	Agente Comunitário de Saúde
437	Helena Zulkievicz Diduch	Agente Comunitário de Saúde
727	Iracilde Vial	Agente Comunitário de Saúde
452	Izabel Lisovski Leszak	Agente Comunitário de Saúde
576	Juliana Hilário da Luz Nagurniak	Agente Comunitário de Saúde
738	Karine Rodrigues	Agente Comunitário de Saúde
579	Karoline da Rosa Lisboa	Agente Comunitário de Saúde
449	Luana Euzebio de França	Agente Comunitário de Saúde
779	Luciane Ulchak Portaluppi	Agente Comunitário de Saúde
730	Maria Cristina Hasse	Agente Comunitário de Saúde
780	Marlene Malkut Gruba	Agente Comunitário de Saúde
725	Michele Lourenco de Souza	Agente Comunitário de Saúde
454	Priscila Franczak	Agente Comunitário de Saúde
448	Ricardo Dozorec	Agente Comunitário de Saúde
451	Roseli Ultchak Ziomko	Agente Comunitário de Saúde
507	Terezinha Beatriz Bahniuk	Agente Comunitário de Saúde
577	Terezinha Susla Kochan	Agente Comunitário de Saúde
783	Arthur Fabiano Kolodziej	Agente de Combate às Endemias
753	Daniel Welter	Agente de Combate às Endemias
732	Milena Nathali Kcheve	Agente de Combate às Endemias
716	Franceli Maria Duma	Auxiliar de Clínica Dentária
290	Maria Andreia Dozorec Henkes	Auxiliar de Enfermagem
22	Regina Marcia Vergutz Carlotto	Auxiliar de Enfermagem
404	Dejanira Alves	Auxiliar de Serviços Gerais
291	Jaqueline Konfidera de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais
14	Maria Rosemari Dozorec	Auxiliar de Serviços Gerais
748	Marieli de Fatima Vidal	Auxiliar de Serviços Gerais
729	Neuza Maria Aparecida Rasera	Auxiliar de Serviços Gerais
295	Sueli Aparecida de Franca	Auxiliar de Serviços Gerais
742	Amanda Micheli Geller	Dentista 40 Horas
721	Dilcelia Ziomko	Enfermeiro
678	Fabiana Vieira	Enfermeiro
715	Gisele Lipka	Enfermeiro
513	Marlene Prochera	Enfermeiro
435	Simone e de Paula Nierotka	Enfermeiro
750	Ana Caroline Pedroso de Miranda	Fisioterapeuta
427	Ligia Nilvana Sledz	Fisioterapeuta
456	Adilson de Oliveira	Motorista
24	Edson Ivan Stelmach	Motorista
717	Edvino Szwed	Motorista
743	Igor Marcelo Mendes de Oliveira	Motorista
722	Ana Gisele Ziomko	Técnico em Enfermagem
546	Ana Maria Deki Przysiezny	Técnico em Enfermagem
436	Angela Cristiana Kruk	Técnico em Enfermagem
728	Barbara Raquel de Oliveira	Técnico em Enfermagem
659	Elaine Aparecida Sznicer	Técnico em Enfermagem
754	Elineia Bagniuk Talamini	Técnico em Enfermagem
720	Emanoelli Turkot Romanhiuk	Técnico em Enfermagem
671	Evanilda Romanowski	Técnico em Enfermagem
745	Ivete de Oliveira	Técnico em Enfermagem
572	Jose Roberto Chojnacki	Técnico em Enfermagem
744	Laressa Pech Tomceac	Técnico em Enfermagem
545	Lizete Goedert Jasinski	Técnico em Enfermagem
746	Maria Luciane Cardozo	Técnico em Enfermagem

Total: 58 servidores.

A relação acima corresponde aos 58 casos apontados como **devidos em grau médio (20%)** pelo relatório técnico

ANEXO II - SERVIDORES SEM DIREITO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
CESSAÇÃO

Matrícula	Servidor	Cargo/Função
425	Cacilda Gonçalves dos Santos	Assistente Social
768	Émilly Raphaela Scheidt Kmita	Assistente Social
751	Cesar Augusto da Silva Holovaty	Auxiliar Administrativo
114	Ivonilde Gruba de Oliveira	Auxiliar Administrativo
778	Izabela Braz de Oliveira	Farmacêutico
719	Jisiane Fatima Sobczak Maia	Farmacêutico
766	Monica Junqueira Ridolfi	Farmacêutico
602	Fabiana Patricia Habech	Nutricionista
714	Maria Regiane Katrucha	Nutricionista
516	Alvacira Chipitoski Nascimento	Psicólogo
120	Maristela Makiak	Telefonista

Total: 11 servidores.

O relatório classifica expressamente esses 11 casos como **"Não devido"**, indicando ausência de exposição a agentes de risco ambiental que justifique o adicional.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:7C562CE8

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 009/2026/CMDI

RESOLUÇÃO 009/2026/CMDI

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Paulo Frontin, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1202/2019, de 14 de maio de 2019 e,

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária realizada em 27 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a conselheira **Daiana Davies Sierpinski**, representante governamental da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Paulo Frontin – CMDI, para o período de 2026/2027.

Art. 2º Aprovar a conselheira **Terezinha Aparecida Soares de Miranda Baiak**, representante não governamental da Associação da Melhor Idade Grupo Saudades, para exercer a Vice-Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Paulo Frontin – CMDI, para o período de 2026/2027.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 005/2025/CMDI, de 19 de agosto de 2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 28 de agosto de 2026.

DAIANA DAVIES SIERPINSKI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:4A6709E0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 PROCESSO ADM: Nº 063/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026
Processo Adm: Nº 063/2026

Objeto: OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução contínua e ininterrupta dos serviços de coleta porta a porta, transbordo, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados pelo Município de Paulo Frontin-PR, divididos em 02 (dois) lotes distintos e independentes, com adjudicação separada e participação não condicionada a proposta para ambos os lotes: Lote 01 Resíduo Orgânico/Rejeito e Lote 02 Resíduo Reciclável
Empresas vencedoras valor total: R$ 964.140,00 (novecentos e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais): **EDENEY VAVENCHACH - ME** (14007903000109) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 964.140,00 (novecentos e sessenta e quatro mil e cento e quarenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) conforme edital , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

PAULO FRONTIN (PR), quinta-feira, 27 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Autoridade Competente

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:78F47133

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2025.

DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: ARY KUNZEL.
ORIGEM: Contrato nº 118/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 26/08/2025 a 25/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 25/08/2026 a 24/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 25/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:7D403ED1

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2025.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: JAIR JOSÉ BOHN.
ORIGEM: Contrato nº 119/2025 na modalidade de Chamada Pública / Credenciamento Nº 10/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 26/08/2025 a 25/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 25/08/2026 a 24/08/2027.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 25/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:2554E04A

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2025.

OBJETO: Aditar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **LEONARDI ENGENHARIA LTDA.**
ORIGEM: Chamada Pública/Credenciamento nº 11/2025 e Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2025.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 26/08/2025 a 25/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 25/08/2026 a 24/08/2027.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 25/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:F934D988

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: VALTER LUIZ CHIARI.
ORIGEM: Contrato nº 140/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 016/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 08/08/2025 a 08/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 09/08/2026 a 08/08/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 08/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:E2925E8E

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: JONAS ISMAEL PADILHA.
ORIGEM: Contrato nº 141/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 016/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 08/08/2025 a 08/08/2026.

VIGÊNCIA COM ADITIVO: 08/08/2026 a 07/08/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 08/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:F76CE657

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: AUTO MECANICA ARNO LTDA.
ORIGEM: Contrato nº 147/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 016/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 08/08/2025 a 08/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 08/08/2026 a 07/08/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 08/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:48564E4F

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: AUTO ELETRICA PEROLA LTDA.
ORIGEM: Contrato nº 150/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 016/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 23/08/2025 a 23/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 23/08/2026 a 22/08/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 22/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:5FDB4605

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2023.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2023.

OBJETO: Alterar a vigência contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste – Pr.
CONTRATADA: TIAGO RODRIGO BRESSAN.
ORIGEM: Contrato nº 151/2023 na modalidade de Credenciamento/Inexigibilidade nº 016/2023.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 23/08/2025 a 23/08/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 23/08/2026 a 22/08/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 22/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:723DFEC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

EDITAL Nº 001/2026
PROCESSO SELETIVO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA O PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, por sua Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026, torna público o presente Edital, destinado à avaliação de mérito e desempenho dos profissionais do magistério interessados no provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino, para atendimento do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, do art. 43, inciso I, do Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021, e da Resolução CIF nº 24, de 15 de junho de 2026.

1. DO OBJETO

1.1. Este Edital disciplina o processo seletivo de avaliação de mérito e desempenho a que devem submeter-se, previamente, todos os profissionais interessados no provimento da função de Diretor das instituições da Rede Municipal de Ensino, seja o provimento antecedido de eleição, seja ele decorrente de indicação do Chefe do Poder Executivo.

1.2. A aprovação neste processo seletivo é condição de elegibilidade e de indicação, e será exigida ainda que haja candidato único, que o interessado já esteja no exercício da função, ou que se trate de recondução, de reeleição ou de provimento decorrente de vacância.

1.3. A aprovação não gera direito subjetivo à designação, e apenas habilita o candidato a concorrer à escolha pela comunidade escolar ou a ser indicado pelo Chefe do Poder Executivo, conforme a unidade.

2. DAS UNIDADES E DA FORMA DE PROVIMENTO

2.1. São abrangidas por este Edital as seguintes unidades:

Unidade	Etapa de ensino	Alunos matriculados	Forma de provimento
Escola Municipal São Francisco de Assis – EI EF	Ensino Fundamental/ Educação Infantil	392 alunos	Eleição
Escola Municipal Nª Sra. Do Rosário – EI EF	Ensino Fundamental/ Educação Infantil	81 alunos	Indicação
Escola Municipal Nª Sra. De Lourdes – EI EF	Ensino Fundamental/ Educação Infantil	65 alunos	Indicação
Escola Municipal Rural Tiradentes – EI EF	Ensino Fundamental/ Educação Infantil	17 alunos	Indicação
Centro Municipal de Educação Infantil Olga Fornari	Educação Infantil - Creche	54 alunos	Indicação
Centro Municipal de Educação Infantil Pérola Encnatada	Educação Infantil - Creche	58 alunos	Indicação

2.2. Nas escolas com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos matriculados, a designação será precedida de eleição direta e secreta, na forma da Lei Municipal nº 228, de 19 de outubro de 1999, e do Capítulo XI do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026, da qual somente poderão participar, como candidatos, os aprovados neste processo seletivo.

2.3. Nas escolas com até 150 (cento e cinquenta) alunos e nos Centros Municipais de Educação Infantil, a designação far-se-á por indicação do Chefe do Poder Executivo, que recairá sobre qualquer dos candidatos aprovados neste processo seletivo, independentemente da ordem de classificação, exigida a concordância escrita do candidato quando a unidade não constar de suas opções de preferência.

2.3.1. O ato de designação consignará expressamente que o indicado foi previamente aprovado em avaliação de mérito e desempenho, com a menção a este Edital, à pontuação obtida e à data da homologação.

2.4. O número de alunos matriculados será apurado na data da publicação deste Edital, conforme os registros do Censo Escolar e do sistema de matrículas da Rede Municipal.

3. DOS REQUISITOS

3.1. Poderá inscrever-se o profissional que, cumulativamente:

a) integre o Quadro Próprio do Magistério Público Municipal na condição de ocupante de cargo efetivo e já tenha adquirido estabilidade;

b) possua curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou em outra licenciatura na área da educação;

c) não esteja em licença sem vencimentos na data da inscrição, na data do pleito ou na data da indicação;

d) não tenha sofrido pena disciplinar decorrente de processo administrativo disciplinar ou de sindicância com decisão final nos 4 (quatro) anos anteriores à publicação deste Edital;

e) não esteja impedido, por decisão judicial ou administrativa, de exercer função pública;

f) firme o compromisso de observar as diretrizes do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e declare ciência do art. 38, § 2º, da Lei Municipal nº 889, de 2013, na forma do Anexo III;

g) apresente a documentação relacionada no Anexo II.

3.2. Para a candidatura à direção de escola com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos exige-se, ainda, atuação mínima de 2 (dois) anos no estabelecimento, na forma do art. 1º, § 2º, da Lei Municipal nº 228, de 1999.

3.3. O candidato poderá inscrever-se para até 2 (duas) unidades, indicando no formulário de inscrição a ordem de sua preferência.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão recebidas na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, no período indicado no cronograma, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, mediante entrega do formulário do Anexo I acompanhado da documentação do Anexo II, em via física, contra recibo.

4.2. A documentação será apresentada em cópia acompanhada do original para conferência, ou em cópia autenticada, e o candidato responde pela veracidade das informações prestadas.

4.3. Não serão considerados documentos apresentados após o encerramento do prazo de inscrição, ressalvados aqueles cuja emissão compete ao próprio Município, que serão juntados de ofício pela Comissão Organizadora.

4.4. A inscrição implica o conhecimento e a aceitação integral das regras deste Edital e do Decreto Municipal que o fundamenta.

5. DO CRONOGRAMA

Etapa	Data
Publicação do Edital	28 de agosto de 2026
Período de inscrições	de 31 de agosto a 14 de setembro de 2026
Publicação das inscrições homologadas	16 de setembro de 2026
Recurso contra a homologação das inscrições	17 e 18 de setembro de 2026
Decisão dos recursos e lista definitiva de inscritos	22 de setembro de 2026
Aplicação do Estudo de Caso e entrega do Plano de Gestão Escolar	25 de setembro de 2026
Resultado das Etapas I, II, III e IV	6 de outubro de 2026
Reconsideração contra o resultado das Etapas I a IV	7 e 8 de outubro de 2026
Decisão dos pedidos de reconsideração	9 de outubro de 2026
Apresentação e arguição do Plano de Gestão Escolar	14 e 15 de outubro de 2026
Resultado preliminar geral	20 de outubro de 2026
Reconsideração contra o resultado preliminar	21 e 22 de outubro de 2026
Decisão dos pedidos de reconsideração	23 de outubro de 2026
Recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo	26, 27 e 28 de outubro de 2026
Decisão dos recursos em instância final	29 de outubro de 2026
Divulgação da Comissão de Eleição de cada estabelecimento	até 29 de outubro de 2026
Homologação e publicação do cadastro de aprovados	30 de outubro de 2026
Registro das candidaturas ao pleito	até 3 de novembro de 2026
Eleição nas escolas com mais de 150 alunos	13 de novembro de 2026
Designação e posse	31 de dezembro de 2026

5.1. As datas poderão ser alteradas por ato fundamentado da Comissão Organizadora, publicado pelos mesmos meios deste Edital, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

5.2. O calendário do pleito observará ainda os prazos dos arts. 39 e 41 do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026, em especial a divulgação da Comissão de Eleição até 15 (quinze) dias antes e o registro das candidaturas até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

6. DAS ETAPAS E DA PONTUAÇÃO

6.1. A avaliação de mérito e desempenho terá pontuação máxima de 1.500 (mil e quinhentos) pontos, assim distribuídos:

Etapa	Natureza	Máximo	Mínimo exigido
I – Formação e qualificação profissional	Classificatória	250	—
II – Experiência profissional e trajetória em gestão escolar	Classificatória	250	—
III – Avaliação funcional objetiva	Classificatória	150	—
IV – Estudo de Caso	Eliminatória e classificatória	500	250
V – Plano de Gestão Escolar e arguição	Eliminatória e classificatória	350	175
TOTAL		**1.500**	**900**

6.2. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, cumulativamente, no mínimo 900 (novecentos) pontos no total, 250 (duzentos e cinquenta) pontos no Estudo de Caso e 175 (cento e setenta e cinco) pontos no Plano de Gestão Escolar.

6.3. Os critérios de pontuação das Etapas I, II e III são os do Anexo I do Decreto Municipal que fundamenta este Edital, cujo inteiro teor integra este instrumento independentemente de transcrição.

6.4. É vedada a atribuição de pontuação fundada em apreciação pessoal, em afinidade ou em qualquer outro critério não previsto no Decreto e neste Edital, e toda pontuação será motivada e lastreada em documento ou em ficha de avaliação assinada.

6.5. Os afastamentos decorrentes de licença ou de outro direito assegurado em lei, entre eles a licença para tratamento de saúde, a licença à gestante, a licença-paternidade e a licença por acidente em serviço, não reduzirão a pontuação do candidato nem serão computados como falta ou ausência.

7. DO ESTUDO DE CASO

7.1. O Estudo de Caso será aplicado em dia, horário e local únicos para todos os candidatos, com início às 8h e duração de 4 (quatro) horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, ou no local que vier a ser indicado em aviso publicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

7.2. Serão entregues ao candidato 5 (cinco) situações-problema relacionadas à gestão escolar, cabendo-lhe escolher 1 (uma) e desenvolvê-la de forma manuscrita, em folha oficial rubricada pela Comissão Organizadora.

7.3. É permitida a consulta a textos de lei sem comentários ou anotações, vedado o uso de aparelho eletrônico de qualquer natureza, de material impresso não autorizado e a comunicação entre candidatos.

7.4. A folha de resposta será desidentificada antes da correção, mediante código atribuído pela Comissão Organizadora, cuja correspondência somente será revelada depois de lançadas todas as notas.

7.5. Na resposta o candidato deverá identificar o problema, apresentar o diagnóstico da situação, definir prioridades, propor estratégias e ações, indicar a articulação com a equipe e com a comunidade escolar, estabelecer a sequência da intervenção e os responsáveis e definir os indicadores e as formas de acompanhamento e de avaliação das medidas adotadas.

7.6. Não se exige resposta única nem a reprodução de modelo predeterminado, e será valorizada a solução autoral que se mostre coerente, viável, tecnicamente fundamentada e compatível com a legislação educacional e com os princípios da administração pública.

7.7. A correção observará os critérios e os descritores do Anexo II do Decreto, e cada critério receberá a integralidade dos pontos quando plenamente atendido, 70% (setenta por cento) quando atendido em grande parte, 40% (quarenta por cento) quando atendido de forma parcial e nenhum ponto quando não atendido.

7.8. Cada prova será corrigida por 2 (dois) membros da banca avaliadora, e a nota corresponderá à média aritmética das notas atribuídas, procedendo o terceiro membro a nova correção quando a diferença entre elas for superior a 100 (cem) pontos, hipótese em que a nota final será a média das duas notas mais próximas entre si.

7.9. Será eliminado o candidato que não comparecer à aplicação, que se retirar sem entregar a folha de resposta, que se identificar na folha, que portar aparelho eletrônico em funcionamento ou que descumprir as normas de aplicação.

8. DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR E DA ARGUIÇÃO

8.1. O Plano de Gestão Escolar será entregue no ato da aplicação do Estudo de Caso, em 2 (duas) vias impressas e assinadas, com no mínimo 8 (oito) e no máximo 20 (vinte) páginas, observado o roteiro do Anexo IV.

8.2. O Plano será apresentado e arguido perante a banca avaliadora em sessão pública de até 30 (trinta) minutos, assegurada ao candidato a exposição inicial de até 15 (quinze) minutos e a resposta às perguntas formuladas.

8.3. A arguição será registrada em ata e, havendo concordância do candidato, gravada em áudio ou vídeo, integrando a gravação a documentação do processo.

8.4. A avaliação observará os critérios e a pontuação do Anexo III do Decreto.

8.5. O Plano de Gestão Escolar do candidato designado integrará o planejamento da unidade e será acompanhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com avaliação ao término de cada ano letivo.

9. DA AVALIAÇÃO FUNCIONAL

9.1. A avaliação funcional será apurada exclusivamente a partir dos assentamentos funcionais do candidato, fornecidos pelo setor de recursos humanos, observado como período de referência os 24 (vinte e quatro) meses anteriores à publicação deste Edital.

9.2. Ao candidato será assegurada vista dos registros que fundamentarem a pontuação antes da divulgação do resultado preliminar, mediante requerimento apresentado à Comissão Organizadora.

10. DA CLASSIFICAÇÃO E DO DESEMPATE

10.1. A classificação far-se-á pela ordem decrescente da pontuação total, em lista geral e, para os candidatos que houverem indicado unidade determinada, também em lista por unidade.

10.2. O empate será resolvido, sucessivamente, em favor do candidato que obtiver a maior pontuação no Estudo de Caso; a maior pontuação no Plano de Gestão Escolar e na arguição; possuir curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar; possuir a maior titulação na área da educação; contar maior tempo de exercício em função de gestão escolar; contar maior tempo de efetivo exercício no magistério público municipal de Pérola D'Oeste; e, por fim, tiver mais idade.

11. DOS RECURSOS

11.1. De cada resultado preliminar caberá pedido de reconsideração à Comissão Organizadora, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da publicação, apresentado por escrito e fundamentado, na forma do Anexo V.

11.2. A Comissão decidirá de forma fundamentada no prazo de 3 (três) dias úteis, e a decisão será publicada.

11.3. Mantido o resultado, caberá recurso ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo no prazo de 3 (três) dias úteis, que decidirá em instância final, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município quando a matéria for de direito.

11.4. Ao recorrente será assegurada vista da sua folha de resposta, da ficha de avaliação e dos documentos que fundamentaram a pontuação impugnada.

11.5. Não será conhecido o recurso intempestivo, o desprovido de fundamentação ou o que veicular pretensão estranha ao objeto da etapa impugnada.

12. DO RESULTADO FINAL E DO CADASTRO DE APROVADOS

12.1. O resultado final será homologado pelo Chefe do Poder Executivo e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no sítio eletrônico oficial do Município, do que resultará o cadastro de aprovados.

12.2. O cadastro terá validade de 2 (dois) anos contados da homologação, admitida uma única prorrogação por igual período, e será utilizado para o provimento decorrente de eleição, de indicação, de vacância e de substituição.

13. DA ELEIÇÃO NAS ESCOLAS COM MAIS DE 150 ALUNOS

13.1. Concluído e homologado este processo seletivo, a eleição observará integralmente a Lei Municipal nº 228, de 1999, e o Capítulo XI do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026, e dela somente poderão participar, como candidatos, os aprovados neste Edital.

13.2. Votarão os professores, os especialistas e os servidores em exercício no estabelecimento e o pai, a mãe ou o representante de aluno regularmente matriculado, na forma do art. 36 do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026, com direito a 1 (um) voto por família.

13.3. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos, exigidos, na hipótese de candidatura única, ao menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos, nos termos do art. 38 e do seu § 1º do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026.

13.4. O ato de designação consignará expressamente que o eleito foi previamente aprovado em avaliação de mérito e desempenho, para os fins do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 2020.

14. DA DESIGNAÇÃO, DA POSSE E DO MANDATO

14.1. A designação observará o mandato de 2 (dois) anos previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 228, de 1999, com posse em 31 de dezembro de 2026, admitida uma única recondução consecutiva, condicionada à aprovação em nova avaliação de mérito e desempenho.

14.2. Ocorrendo vacância, ou nas hipóteses de ausência, de impedimento ou de afastamento do Diretor, o provimento recairá sobre candidato aprovado constante do cadastro vigente, independentemente da ordem de classificação, na forma dos arts. 29 e 32 do Decreto Municipal nº 102/2026, de 24 de agosto de 2026.

14.3. Os Diretores designados participarão obrigatoriamente dos programas de formação inicial e continuada em gestão escolar oferecidos ou indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A inexatidão de informação ou a falsidade de documento apresentado importará a eliminação do candidato, a qualquer tempo, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.2. Todos os atos do processo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no sítio eletrônico oficial do Município e afixados em local visível nas unidades escolares, correndo os prazos da data da publicação no Diário Oficial.

15.3. A documentação integral do processo será arquivada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, para instruir a prestação de informações no sistema oficial do Ministério da Educação e responder a eventuais diligências.

15.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município quando a matéria for de direito.

15.5. Integram este Edital o Anexo I, formulário de inscrição; o Anexo II, relação de documentos; o Anexo III, declaração de compromisso e de ciência; o Anexo IV, roteiro do Plano de Gestão Escolar; e o Anexo V, formulário de recurso.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, em ____ de _____ de 2026.

ROSANI MARIA HEINTZE GIONGO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome completo: _____
Matrícula: _____ Cargo: _____
Formação: _____
Lotação atual: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

Unidade pretendida — 1ª opção: _____
Unidade pretendida — 2ª opção: _____

Declaro conhecer e aceitar integralmente as regras do Edital nº 001/2026 e do Decreto Municipal que o fundamenta, e afirmo, sob as penas da lei, que as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros.

Pérola D'Oeste, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do candidato: _____

Recebido em ____/____/_____, às ____:____, por _____.

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Candidato: _____

Documento	Entregue
Formulário de inscrição (Anexo I)	( )
Documento oficial de identidade com foto e CPF	( )
Diploma ou certificado de licenciatura plena	( )
Certificados de pós-graduação lato sensu e stricto sensu	( )
Certificados de formação continuada em gestão escolar dos últimos 5 anos	( )
Declaração de tempo de serviço no magistério público municipal	( )
Declaração de exercício de função de direção, direção auxiliar ou coordenação pedagógica	( )
Declaração de tempo de atuação na unidade pretendida	( )
Comprovante de participação em conselhos e órgãos colegiados	( )
Certidão de inexistência de penalidade disciplinar nos últimos 4 anos	( )
Declaração de compromisso e de ciência (Anexo III)	( )
Plano de Gestão Escolar (entregue no ato da prova)	( )

Observação: os documentos cuja emissão compete ao Município serão juntados de ofício pela Comissão Organizadora, mediante requerimento do candidato no ato da inscrição.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E DE CIÊNCIA

Eu, _____, matrícula nº _____, candidato no processo seletivo regido pelo Edital nº 001/2026, declaro, sob as penas da lei, que:
a) comprometo-me a observar as diretrizes do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, na forma do art. 1º, § 3º, da Lei Municipal nº 228, de 19 de outubro de 1999;
b) tenho ciência do disposto no art. 38, § 2º, da Lei Municipal nº 889, de 2013;
c) não me encontro em licença sem vencimentos e não estou impedido, por decisão judicial ou administrativa, de exercer função pública;
d) não sofri pena disciplinar decorrente de processo administrativo disciplinar ou de sindicância com decisão final nos 4 (quatro) anos anteriores à publicação do Edital;
e) comprometo-me a participar dos programas de formação inicial e continuada em gestão escolar oferecidos ou indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, caso venha a ser designado;
f) as informações prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros.

Pérola D'Oeste, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do candidato

ANEXO IV – ROTEIRO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

O Plano de Gestão Escolar terá no mínimo 8 (oito) e no máximo 20 (vinte) páginas, em papel A4, fonte Times New Roman ou Arial corpo 12, e conterá obrigatoriamente:

1. identificação da instituição e do candidato;
2. diagnóstico da realidade da unidade, com a caracterização da comunidade atendida;
3. análise dos indicadores educacionais da unidade e da Rede Municipal;
4. principais desafios e prioridades da gestão pretendida;
5. metas de aprendizagem, com indicação do que se pretende alcançar e em que prazo;
6. estratégias de alfabetização e de recomposição das aprendizagens;
7. ações de inclusão, de equidade e de redução das desigualdades educacionais;
8. estratégias de acompanhamento da frequência, da permanência e de busca ativa;
9. estratégias de participação das famílias e de fortalecimento dos órgãos colegiados;
10. medidas de prevenção e de enfrentamento das violências e de proteção integral;
11. gestão de pessoas e formação dos profissionais em exercício na unidade;
12. gestão administrativa, financeira e patrimonial e prestação de contas dos recursos;
13. cronograma de execução, com responsáveis e prazos;
14. indicadores e mecanismos de monitoramento e de avaliação do próprio plano;
15. articulação com o Projeto Político-Pedagógico, com o currículo da Rede Municipal e com o Plano Municipal de Educação;
16. resultados esperados ao final do mandato.

ANEXO V – FORMULÁRIO DE RECURSO

Candidato: _____ Edital nº 001/2026
Unidade pretendida: _____
Etapa impugnada: _____
Modalidade: ( ) reconsideração à Comissão Organizadora ( ) recurso ao Secretário

Objeto do recurso:
_____

Fundamentação:
_____

Pedido:
_____

Pérola D'Oeste, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Recebido em ____/____/_____, às ____:____, por _____.

Publicado por:
Rosani Maria Heintze Giongo
Código Identificador:3450C6FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 012, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCAD SUAS

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 1.337, 06 de abril de 2018, e de acordo com o art. 19, do Regimento Interno do Conselho e;

CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Aplicação dos Recursos do PROCAD SUAS, na plenária realizada em 27 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do PROCAD SUAS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 27 de agosto de 2026.

MARILY PENTEADO WOTROBA HEIDEN
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:ED4AFC9C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AVISO REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

O Agente de Contratações torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia **16 de Setembro do ano de 2026**, na plataforma Bolsa nacional de Compras – BNC no site: www.bnc.org.br, **CONCORRÊNCIA,** na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos, da(s) seguinte(s) obra(s): Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar, sistemas fotovoltaicos dentro da MICROGERAÇÃO, no município de Piên/PR.
A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura e na plataforma BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Piên/PR, 27 de agosto 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:932217B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCORRÊNCIA 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

O Agente de Contratações torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia **17 de setembro do ano de 2026**, na plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC no site: www.bnc.org.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço, modo de disputa ABERTO a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de Execução
Rua Goiânia 994, Bairro Avencal- Pien-PR.	Cercamento e Requalificação da fachada da CMEI GOTINHAS DO SABER	1	90 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura e na plataforma BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Piên/PR, 28 de agosto de 2026.

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Agente de Contratação

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:70D81F8D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 038/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

TESTE SELETIVO Nº 01/2025
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 038/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 - Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:
Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **28 de agosto de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor temporário

Classificação	Nome do Candidato
29º	FATIMA DA SILVA
30º	CLAUDINEIA APARECIDA DIAS PEREIRA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:0E6EFE54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2026**, o qual tem como objeto a "Registro de preços para eventual aquisição de suplementos alimentares conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 28.921.456/0001-03, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 11.320,00 (onze mil e trezentos e vinte reais).
COMPANY HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 51.640.302/0001-65, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).
FARMACIA PRECO JUSTO BJN LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 44.731.194/0001-70, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).
INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 24.658.613/0001-89, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 46.562,00 (quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta e dois reais).
MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº

29.715.704/0001-22, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 77.080,00 (setenta e sete mil e oitenta reais).
MN NUTRIÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.496.518/0001-40, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.965,00 (cento e oito mil e novecentos e sessenta e cinco reais).
VTR COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 52.932.346/0001-21, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 49.371,00 (quarenta e nove mil e trezentos e setenta e um reais).

Piên/PR, 27 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B33A8982

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1108, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1108, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

instauração de sindicância.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar sindicância a fim de averiguar os fatos comunicados pela Secretaria de Educação, através do Memorando nº 314/2026.

Art. 2º Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão Processante:
I – Marily Penteado Wotroba Heiden
II – Noili Fortescki Gassner
III – Rosangela Maidanchen Zappe.

Art. 3º A presidência da comissão sindicante ficará a cargo de Marily Penteado Wotroba Heiden.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 27 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:7C91C709

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 164/2026

DECRETO 164/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B321C895

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 165/2026

DECRETO 165/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2F6AE248

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 166/2026

DECRETO 166/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do

Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 82.100,00 (Oitenta e dois mil e cem reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:3581A4A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 167/2026

DECRETO 167/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B44F1F94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 168/2026

DECRETO 168/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:973954DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 169/2026

DECRETO 169/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 11.936,00 (Onze mil novecentos e trinta e seis reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CA9B34F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 170/2026

DECRETO 170/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 652,10 (Seiscentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:ABE51069

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 171/2026

DECRETO 171/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 4,74 (Quatro reais e setenta e quatro centavos) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:AFDADFEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 172/2026

DECRETO 172/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 182.800,00 (Cento e oitenta e dois mil oitocentos reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D619DE9D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 173/2026

DECRETO 173/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 4.411,00 (Quatro mil e quatrocentos e onze reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4983BCA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 174/2026

DECRETO 174/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 27 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:188D0315

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 10/2026 - RELATÓRIO DE RECURSO - FASE INTERPOSIÇÃO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

PROCESSO SELETIVO - 01/2026

EDITAL Nº 10/2026

RELATÓRIO DE RECURSOS - FASE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICA

RECURSO INSCRIÇÃO NOME DE IDENTIFICAÇÃO SITUAÇÃO DETALHES RESPOSTA

Bxxxx Axxxxxxx AxxxxxxS INDEFERIDO

À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 Município de Pinhal de São Bento – PR
Fênix Instituto Ltda.

Assunto: Recurso contra o resultado da Prova Prática – registro indevido de desistência

Eu, Bruno Antoniolli Antunes, candidato(a) ao cargo de Operador de Máquinas Pesadas, inscrição nº 0128, venho, respeitosamente, interpor RECURSO CONTRA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA,
tendo em vista que fui registrado(a) como "desistente", situação que não corresponde ao que efetivamente ocorreu durante a realização da avaliação.

Esclareço que compareci ao local da prova, assinei a lista de presença e efetivamente iniciei e realizei a prova prática, conduzindo a máquina e executando as atividades determinadas pelo responsável pela avaliação.

Durante a realização da prova, em determinado momento, a máquina apresentou dificuldade de funcionamento, não respondendo adequadamente aos comandos, situação que foi imediatamente comunicada por mim ao responsável pela aplicação da prova. Em nenhum momento manifestei intenção de abandonar ou desistir da avaliação.

Ao contrário, ao informar que a máquina não estava funcionando adequadamente, o próprio responsável pela prova realizou uma intervenção nos filtros da máquina e, após isso, determinou que a prova estava finalizada. Dessa forma, minha comunicação acerca do problema apresentado pelo equipamento não pode ser interpretada como desistência voluntária da avaliação.

Ressalto que o próprio Edital, em seu item 8.2, estabelece que os candidatos devem assinar a lista de presença e o formulário próprio de avaliação juntamente com os fiscais e aplicadores. O item 8.3 determina que a prova prática consiste em tarefa determinada pelo instrutor, com duração máxima de até 10 minutos, sendo realizada mediante avaliação por formulário próprio.

Ainda conforme o edital, a avaliação do cargo de Operador de Máquinas Pesadas possui critérios objetivos de pontuação, com previsão de faltas graves, médias e leves, sendo atribuída à prova prática uma nota de 0 a 10.
Diante disso, não houve desistência da minha parte. Houve apenas a comunicação de uma dificuldade apresentada pelo próprio equipamento utilizado na avaliação, a qual foi inclusive percebida e objeto de intervenção pelo responsável pela prova, que posteriormente determinou a finalização da atividade.

Assim, solicito respeitosamente:

A revisão do resultado da minha prova prática, especialmente quanto ao registro de "desistência";
A verificação do formulário individual de avaliação, da lista de presença e de todos os registros realizados pelos fiscais e avaliadores no dia da prova;
Caso exista gravação em vídeo ou outro registro audiovisual da prova, solicito que seja realizada a análise do material, a fim de comprovar que a prova foi efetivamente iniciada e realizada;
Que seja esclarecido, de forma fundamentada, qual ato específico teria sido considerado como desistência, uma vez que não manifestei desistência e, após relatar o problema apresentado pela máquina, fui orientado(a) pelo próprio avaliador a finalizar a prova;

Ao final, requer-se a retificação do resultado, afastando-se o registro de desistência e considerando-se a avaliação efetivamente realizada, com a atribuição da respectiva pontuação conforme os critérios estabelecidos no edital.

Reitero que meu objetivo não é obter qualquer tratamento diferenciado ou vantagem na avaliação, mas tão somente que seja reconhecido o fato de que a prova prática foi efetivamente realizada, sendo analisada e pontuada de acordo com os critérios objetivos previstos no edital.

Diante do exposto, requer-se o conhecimento e o provimento do presente recurso, com a consequente revisão do resultado da prova prática.

Após análise das razões apresentadas pelo candidato, especialmente quanto à alegação de eventual problema mecânico no equipamento utilizado durante a realização da prova prática, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, pelos fundamentos a seguir expostos.
Inicialmente, cumpre registrar que foi realizada a conferência dos documentos oficiais relativos à aplicação da prova prática, especialmente a respectiva Ata de Sala, documento destinado justamente ao registro de fatos, acontecimentos, irregularidades ou ocorrências relevantes verificadas durante a execução da etapa. Entretanto, não consta na Ata da Prova Prática qualquer registro de falha mecânica, mau funcionamento, defeito ou indisponibilidade da máquina utilizada na realização das avaliações, tampouco anotação que indique que determinado candidato tenha sido prejudicado por circunstância dessa natureza. Da mesma forma, não houve suspensão, paralisação ou interrupção das provas práticas pelo Instrutor/Avaliador em razão de problema mecânico no equipamento, circunstância que seria indispensável caso fosse constatada falha capaz de comprometer a segurança, a regularidade ou a igualdade de condições entre os candidatos. Ressalta-se que eventual defeito mecânico relevante não constituiria situação de interesse exclusivo do candidato que estivesse momentaneamente realizando a prova. Ao contrário, tratando-se de equipamento utilizado para avaliação dos participantes, qualquer problema que pudesse interferir no desempenho normal da máquina exigiria providência imediata da equipe responsável. Nessa hipótese, seria necessária a interrupção da avaliação, o registro formal da ocorrência em ata, a comunicação à Coordenação e aos demais candidatos eventualmente afetados e, se necessário, a substituição do equipamento ou a adoção de outra providência capaz de garantir a continuidade das avaliações em condições regulares e isonômicas. Nenhuma dessas providências mostrou-se necessária durante a aplicação das provas, justamente porque não foi constatada, pelo profissional responsável, qualquer anormalidade mecânica que justificasse a suspensão das atividades. Além disso, a avaliação prática possui caráter essencialmente presencial e técnico, sendo realizada mediante observação direta do desempenho do candidato pelo profissional designado para acompanhar a execução das tarefas. O formulário individual da prova identifica o candidato e o avaliador responsável pela aplicação, constituindo documento próprio do procedimento avaliativo. Nesse contexto, para que se pudesse afastar ou invalidar o resultado regularmente obtido seria necessária a existência de elementos objetivos e contemporâneos à realização da prova capazes de demonstrar que efetivamente ocorreu falha no equipamento e que essa falha teve influência concreta no desempenho do candidato. A alegação apresentada posteriormente, desacompanhada de registro em ata ou de outra evidência produzida no momento da prova, não se mostra suficiente para desconstituir os atos regularmente praticados pela Banca Examinadora, especialmente porque não houve qualquer manifestação técnica do avaliador indicando impossibilidade, inadequação ou comprometimento do equipamento utilizado. Importante destacar, ainda, que acolher alegação posterior de falha mecânica sem suporte nos registros produzidos durante a prova poderia ocasionar tratamento diferenciado em relação aos demais participantes, contrariando os princípios da isonomia, impessoalidade, segurança jurídica, vinculação às regras do certame e igualdade de condições entre os candidatos. A Banca Examinadora deve decidir com base em critérios objetivos e nos elementos efetivamente documentados durante a realização da etapa, não sendo possível presumir a existência de irregularidade que não foi registrada ou constatada pelo profissional responsável. A Ata da Prova Prática,

inclusive, possui campos próprios para registro de “Observações” e “Ocorrências”, não havendo indicação de problema mecânico que tenha comprometido a realização da etapa.
Dessa forma, diante da inexistência de qualquer registro formal de defeito ou falha mecânica, da inexistência de interrupção da avaliação pelo Instrutor/Avaliador e da ausência de elementos objetivos que demonstrem prejuízo efetivamente causado por problema no equipamento, não há fundamento técnico ou administrativo que autorize a alteração do resultado da prova prática. CONCLUSÃODiante do exposto, a Banca Examinadora INDEFERE o recurso apresentado pelo candidato BXXXX A. XXXXXXS, inscrição nº 0128, mantendo-se integralmente o resultado obtido na prova prática, por inexistirem elementos objetivos que comprovem irregularidade ou problema mecânico no equipamento utilizado capaz de comprometer a validade da avaliação.
Recurso INDEFERIDO

Gixxxxx .xxxxS Cxxxxxx INDEFERIDO

Venho, por meio deste, esclarecer o ocorrido durante a realização da prova prática, pois consta no registro que eu teria desistido de realizar o teste. Gostaria de deixar claro que não desisti da prova.

Compareci normalmente ao local determinado para a realização do teste e aguardei o momento de realizá-lo. O primeiro candidato a tentar a prova foi XXXXO AXXXXXX AXXXXXX, que não conseguiu ligar a máquina.

Na sequência, foi a minha vez. Realizei todos os procedimentos necessários para colocar a máquina em funcionamento, deixando-a em neutro e utilizando o 2º estágio da chave, porém, mesmo seguindo os procedimentos corretamente, a máquina não ligou. Dessa forma, não consegui realizar o teste prático.

Ressalto novamente que em nenhum momento desisti da prova. Minha intenção era realizar o teste, porém fui impossibilitado de fazê-lo devido ao fato de a máquina não ter funcionado.

Após a minha tentativa, o terceiro candidato, XXXX XXXXXX, realizou a prova. Ele é o atual operador dessa máquina na Prefeitura e possui experiência e conhecimento sobre o seu funcionamento. Ao chegar, conseguiu ligar a máquina e realizou normalmente o teste.

Depois que ele conseguiu colocar a máquina em funcionamento, os demais candidatos também conseguiram realizar a prova.

Diante do ocorrido, considero que não tive a oportunidade de demonstrar minha capacidade e realizar o teste em condições normais, uma vez que a máquina não funcionou durante a minha tentativa.

Por esse motivo, gostaria de solicitar, se possível, uma nova oportunidade para realizar a prova prática, para que eu possa demonstrar meus conhecimentos e habilidades de forma justa e nas condições adequadas.

Agradeço pela atenção e compreensão e fico no aguardo de uma resposta.

Após análise das razões apresentadas pelo candidato, especialmente quanto à alegação de eventual problema mecânico no equipamento utilizado durante a realização da prova prática, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, pelos fundamentos abaixo.
Inicialmente, importa destacar que foram analisados os registros oficiais produzidos durante a realização da prova prática, inclusive a Ata de Sala, documento destinado ao registro das ocorrências verificadas durante a aplicação da avaliação. Após a conferência, constatou-se que não existe qualquer anotação em ata referente a problema mecânico, falha, defeito ou funcionamento irregular da máquina utilizada para realização das provas práticas. Também não houve registro de interrupção, paralisação ou suspensão das avaliações por determinação do Instrutor/Avaliador em decorrência de eventual defeito mecânico. Esse aspecto possui especial relevância, pois eventual problema na máquina capaz de interferir na avaliação dos candidatos necessariamente demandaria providências imediatas por parte do profissional responsável pela aplicação da prova. Caso fosse constatada alguma falha que comprometesse o funcionamento normal, a segurança ou as condições de execução da tarefa, seria necessária a interrupção da avaliação, seguida do correspondente registro em ata e comunicação à Coordenação, bem como, conforme a situação, da substituição do equipamento ou adoção das medidas necessárias para assegurar aos candidatos condições adequadas e equivalentes de avaliação. Da mesma forma, tratando-se de equipamento utilizado durante uma etapa coletiva do certame, eventual problema mecânico relevante seria comunicado aos demais candidatos envolvidos, de maneira a preservar a transparência do procedimento e a igualdade de condições entre todos os participantes. Entretanto, não houve qualquer providência dessa natureza, justamente
porque não foi constatada pelo Instrutor/Avaliador situação mecânica que justificasse a paralisação ou substituição da máquina.
O formulário individual de aplicação identifica o candidato GXXXXXX XXXES CXXXXX, inscrição nº 0061, bem como o profissional responsável pela avaliação, demonstrando que a prova foi submetida ao procedimento próprio de acompanhamento e fiscalização presencial. Assim, eventual revisão do resultado exige fundamento objetivo e suficientemente comprovado. Para afastar a avaliação regularmente realizada seria necessária demonstração concreta de que efetivamente ocorreu falha no equipamento e, sobretudo, que essa falha teve influência direta sobre o desempenho do candidato. A mera alegação posterior de problema mecânico, sem correspondente registro produzido no momento da avaliação, não constitui elemento suficiente para afastar a presunção de regularidade dos atos realizados pela Banca Examinadora e pelo profissional responsável pela prova. Cumpre observar que a Ata da Prova Prática possui campos específicos destinados ao registro de “Observações” e “Ocorrências”, não constando nesses campos indicação de problema mecânico ou de qualquer situação que tenha exigido suspensão das avaliações. Os registros realizados no momento da aplicação da prova possuem especial valor para a análise posterior, justamente porque refletem as condições constatadas contemporaneamente à avaliação. Não se mostra juridicamente adequado presumir, posteriormente, a ocorrência de irregularidade não constatada ou registrada no momento oportuno.
Adotar entendimento diverso, sem elemento comprobatório objetivo, ainda poderia acarretar tratamento diferenciado entre candidatos submetidos ao mesmo procedimento avaliativo, contrariando os princípios da isonomia, impessoalidade, vinculação às regras do certame, segurança jurídica e igualdade entre os participantes. A Banca Examinadora deve, portanto, pautar sua decisão pela documentação oficial e pelos fatos efetivamente constatados durante a aplicação das provas, não sendo possível alterar resultado regularmente atribuído com fundamento exclusivamente em afirmação posterior que não encontra respaldo nos registros oficiais do certame. .
CONCLUSÃO Diante do exposto, considerando que: não houve registro em ata de problema mecânico ou defeito na máquina; não houve suspensão ou interrupção da prova pelo Instrutor/Avaliador em razão de falha mecânica; não foi determinada a substituição do equipamento; não houve registro de comunicação aos candidatos acerca de qualquer irregularidade no equipamento; e não foram apresentados elementos objetivos suficientes para demonstrar que eventual falha tenha efetivamente ocorrido e interferido no desempenho do candidato, a Banca Examinadora INDEFERE o recurso apresentado pelo candidato GXXXXXX XXXXS XXXXXXI, inscrição nº 0061, mantendo-se integralmente o resultado obtido na prova prática.
Recurso INDEFERIDO

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:2063BC3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 11/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA -MOTOSRISTA

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026
EDITAL Nº 11/2026
MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO - PR

RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA – 23/08/2026
LOCAL: PÁTIO DO PARQUE DE MÁQUINAS – ROTEIRO LOCAL DEFINIDO
CARGO: M O T O R I S T A

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA PRÁTICA
0167	ANTONIO PILAR	0,00 (AUSENTE)
0111	DANIEL DE CAMPOS STOFFEL	9,00
0068	DIVERSON DELIMA	0,00 (AUSENTE)
0101	EDSON MARTINI DE MORAES	10,00
0057	JULIANA DOS SANTOS MENDES	9,00
0181	LUIZ EDUARDO FACCIN	9,00
0098	MARCOS DOS SANTOS	10,00
0069	RODRIGO DE AQUINO FROES	4,00
0047	RUDINEI MACHADO GRAMINHO	8,00
0100	SADI ONISKO	10,00
0139	SELMAR DE AZEVEDO	0,00 (DESISTIU)

PESO DA PROVA PRÁTICA = 4,00

NOTA 10,00 EQUIVALE A 4,00
NOTA 9,00 EQUIVALE A 3,60
NOTA 8,00 EQUIVALE A 3,20
NOTA 7,00 EQUIVALE A 2,80
NOTA 6,00 EQUIVALE A 2,40
NOTA 5,00 EQUIVALE A 2,00
NOTA 4,00 EQUIVALE A 1,60
NOTA 3,00 EQUIVALE A 1,20
NOTA 2,00 EQUIVALE A 0,80
NOTA 1,00 EQUIVALE A 0,40
NOTA 0,00 DESCLASSIFICADO

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:0BBAD011

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 12/2026 - RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA-OPERQADOR DE MAQUINAS PESADAS

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026
EDITAL Nº 12/2026
MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO - PR
RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA – 23/08/2026
LOCAL: TERRENO (LOCAL) INDICADO PELO MUNICÍPIO
CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA PRÁTICA
0158	ALAN FRANÇA CORDEIRO	10,00
0128	BRUNO ANTONIOLLI ANTUNES	0,00 (DESISTIU / NÃO CONCLUIU)
0061	GILVANI ALVES COPATI	0,00 (DESISTIU / NÃO CONCLUIU)
0159	JOSÉ OLKOSKO	10,00
0166	SELMIR DE AZEVEDO	10,00
0023	VALDECIR JOSÉ VINCH	6,00

PESO DA PROVA PRÁTICA = 4,00

NOTA 10,00 EQUIVALE A 4,00
NOTA 9,00 EQUIVALE A 3,60
NOTA 8,00 EQUIVALE A 3,20
NOTA 7,00 EQUIVALE A 2,80
NOTA 6,00 EQUIVALE A 2,40
NOTA 5,00 EQUIVALE A 2,00
NOTA 4,00 EQUIVALE A 1,60
NOTA 3,00 EQUIVALE A 1,20
NOTA 2,00 EQUIVALE A 0,80
NOTA 1,00 EQUIVALE A 0,40
NOTA 0,00 DESCLASSIFICADO

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:C8B3C02D

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 295/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/08/2026 (saída as 15:00 horas)
Destino: Realeza/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,5 = 35,55
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Cleonice da Silva Moraes para exame na Cedimagem em Realeza/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Cedimagem em Realeza/PR. Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-4	027.***.***-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 24 de agosto de 2026.

Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4239CC89

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 296/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 28/08/2026 (Saída 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Jose Alves Copati com acompanhante para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	750.***.***-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022.

Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 27 de agosto de 2026

Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8BF0D629

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 297/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 29/08/2026 (saída as 04:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes para consulta no Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 27 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:324A05A6

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 298/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 31/08/2026 (Saída 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Miguel Felipe Vitaliano com acompanhante para consulta na Neuroclínica e Jorge Ferreira com acompanhante para consulta na FAG em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Neuroclínica e FAG em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	750.***.***-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 27 de agosto de 2026

Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:49FE85A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 041/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº 2.556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as **Portarias nº 037/2026 e 038/2026** de 21 de agosto de 2026, publicada em 24 de agosto de 2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3602.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme a Lei Municipal nº 1.204/2012, de 25 de outubro de 2012, e o Decreto nº 3.891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 27 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:74FAFBBD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N. 38/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 17.463/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Prestação de serviço de agenciamento de viagens,** será realizada no dia **16/09/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: Maior Percentual de Desconto por Item**. **Valor**

Máximo R$ 1.096.000,00 (um milhão e noventa e seis mil reais). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 27 de agosto de 2026.

WILLIAN BEETZ BECH -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D36B45D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 37/2026 PROCESSO LICITATÓRIO: 29166/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto **Aquisição de Curativos especiais**, será realizada no dia **16/09/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. **Valor Máximo R$ 293.110,18 (duzentos e noventa e três mil, cento e dez reais e dezoito centavos).** Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 27 de agosto de 2026.

EDUARDO DIAS DE LIMA -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:83ADA1D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025 - PROCESSO: 15.360/2025

Em cumprimento ao disposto no art.165, inciso I, disposições "a" e "e", da Lei nº 14.133/2021, a Comissão Especial de Licitação, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento de Instituições Bancárias, autorizadas pelo Banco Central, para a prestação de serviços de arrecadação de Tributos Municipais, Contribuições de Melhoria, Taxas Diversas e demais receitas públicas, através de documentos com código de barras emitidos pelo Município. Nesse sentido a comissão decidiu **HABILITAR** a Instituição Financeira **BANCO DO BRASIL S.A, CNPJ 00.000.000/0001-91**, por cumprir todos os requisitos exigidos no Edital, portanto sua solicitação para credenciamento foi **APROVADA**. Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 26 de agosto de 2026.

ELIANE LOPES DA ROSA -
Presidente da Comissão Especial de Licitações

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:8FA58CCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO - N. 36/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27.857/2026

O Município de Piraquara, UASG N. 987769, por meio do Pregoeiro Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que a abertura do Pregão citado, que tem por objeto a **Aquisição de fórmulas infantis, suplementos alimentares e dietas enterais para o Programa Municipal de Dietas Especiais**, fica **SUSPENSA**, em virtude da necessidade de alterações do Edital. Esclarecimentos e alterações, bem como a nova data de abertura, serão publicados em momento oportuno. Piraquara, 27 de agosto de 2026.

EDUARDO DIAS DE LIMA -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CDC1DC15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.977/2026 "REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO"

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Juventude de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,

DECRETA:
Art. 1° Ficam nomeados (as) os membros para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Juventude de Piraquara, conforme segue:

I – Representantes Governamentais:
Alyce Steberl Lourenço – matrícula n° 997292
Bruna Teixeira de Quadros – matrícula n° 9582921615
Caiê Alonso – matrícula n° 9582922722
Cristina Maria Rizzi Galerani – matrícula n° 614091
Diego Leonardo Stamm Paza – matrícula n° 1001146
Gabriely Ramos Teixeira – matrícula n° 1001194
Guilherme Cristiano Gomes – matrícula n° 1000680
Jackline Antunes Nunes Macedo – CPF: XXX.848.XXX-71
Jeniffer Fernanda Fernandes de Carvalho Dias – matrícula n° 1001212
Joyce Schmidt Gonçalves – matrícula n° 613791
Julia Maria Marcondes Diniz Krsizanowski – matrícula n° 1000819
Marlon Galdino Gonçalves de Lima – matrícula n° 9582922735
Maria Eduarda Pinheiro Aime – matrícula n° 1000760
Matheus Saimon Gonçalves da Silva – matrícula n° 4829226712
Mayara Moraes dos Santos – matrícula n° 9582921021
Vanessa Medianeira da Silva Flôres – matrícula n° 1001066
Vera Lucia Rodrigues – matrícula n° 992642
Weislla Mabilly Silverio Pires – matrícula n° 9582921213
Wellington Lucas da Silva Otto – matrícula n° 1000585

I – Representantes da Sociedade Civil:
Bruno Henrique Paulino dos Santos – CPF: XXX.306.XXX-19
Daniele Pelegrine de Souza – CPF: XXX.449.XXX-70
David Henrique Freitas Dos Santos – CPF: XXX.581.XXX-35
Elizabeth Mondesir – CPF: XXX.408.XXX-98
Ester Vitoria Mucke Soares – CPF: XXX.668.XXX-03
Everaldo de Oliveira Cruz – CPF: XXX.730.XXX-28
Giovanna Vitória Vilela – CPF: XXX.093.XXX-85
Henrique Schuetz Theodoro da Luz – CPF: XXX.695.XXX

Jackline Antunes Nunes Macedo – CPF: XXX.848.XXX-71
Jheniffer Lopes de Almeida – CPF: XXX.048.XXX-27
José Vitor dos Santos Moreira – CPF: XXX.210.XXX-85
Kethrellen Paloma Scharniovski – CPF: XXX.574.XXX-75
Lucas Henrique Gonçalves da Silva – CPF: XXX.380.XXX-35
Marcelo Correia de Andrade Junior – CPF: XXX.720.XXX
Mario Jacintho Junior – CPF: XXX.807.XXX-84
Matheus Pereira Dos Santos – CPF: XXX.123.XXX-04
Murilo Henrique Amaral Vieira – CPF: XXX.572.XXX-02
Natalia de Fatima dos Santos Magno – CPF: XXX.237.XXX-97
Nicolly Vieira Borges – CPF: XXX.158.XXX-51
Pollyana Ferreira Sora – CPF: XXX.444.XXX-60
Rafael da Costa – CPF: XXX.413.XXX-92
Sabrina Guimarães de Sales da Silva – CPF: XXX.727.XXX-79
Sophia Millena Moreira Barbosa – CPF: XXX.488.XXX-60
Syllas Moreira da Fonseca Neto – CPF: XXX.413.XXX-66
Taynara Gdla de Souza – CPF: XXX.986.XXX-29
Yoná Kuita Jacintho – CPF: XXX.660.XXX-95

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 27 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:43110988

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.978/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente e altera as metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 7.500.000,00 (Sete milhões e quinhentos mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 7.500.000,00 (Sete milhões e quinhentos mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa abaixo especificado(s):

10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.004 – Divisão do Ensino fundamental
10.004.12.361.0003.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	257	31102	Outros serviços de terceiros – Pessoa física	6.250.000,00
3.3.90.47.00.00	261	31102	Obrigações tributárias e contributivas	1.250.000,00
Total				**R$ 7.500.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 27 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1369EE60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.979/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 - Promover Ações de Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.40.00.00	313	33977	Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	80.000,00
Total				**80.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:
11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 - Promover Ações de Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	312	33977	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	80.000,00
Total				**80.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 27 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:60E72C79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.980/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, no período compreendido entre **19/08/2026 a 17/09/2026** a servidora **Cleonice de Fatima Machado Brites**, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula funcional nº **523701,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável mediante protocolo.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos 19 de agosto de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 27 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6206DCE3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.981/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder retorno laboral a partir de **24/08/2026** de **Licença Integral para Estudo** (a pedido), concedida pelo Decreto nº 12.686/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na data de 04/10/2024 a servidora **Elaine Cristina Barros Ropelato**, ocupante do cargo de Professora III Especialização, matrículas funcionais nº **676101 e 714471,** lotada na Secretaria Municipal de Educação

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a contar de 24 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 27 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:13E809F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 03/2026
HABILITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE E URBANISMO - COMCIURB

O Município de Piraquara, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU torna público, que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, com o propósito de compor as vagas destinadas a participação da sociedade civil no Conselho Municipal da Cidade e Urbanismo (COMCIURB) no município de Piraquara, conforme Lei Federal nº 10.257 de 2001, Lei Estadual nº 21.051 de 2022, Lei Municipal nº 2.500 de 2024, e legislação correlata, bem como as demais exigências previstas neste Edital.
1. DO OBJETO
O presente procedimento tem por objeto o credenciamento de entidades da sociedade civil para composição do Conselho Municipal da Cidade e Urbanismo - COMCIURB.
São ofertadas **02 (Duas)** vagas para membros titulares, com as respectivas indicações de suplência, destinadas a **Organizações da Sociedade Civil constituídas como Pessoa Jurídica**.
2. PARTICIPAÇÃO
2.1 Poderão participar desta Chamada Pública as entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que possuam atuação relacionada ao desenvolvimento urbano, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e da Resolução nº 13/2004 do Conselho das Cidades (ConCidades), observando-se os critérios de constituição previstos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
2.2 Também poderão participar desta Chamada Pública as Associações de Moradores, preferencialmente com sede no município, de acordo com o Código Civil, Artigos 53 a 61.
3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
3.1 As Entidades da Sociedade Civil interessadas deverão protocolar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) os seguintes documentos conforme Decreto Municipal nº 2.500/2024, Art. 7º e 8º: Cópia do Estatuto ou Contrato Social da Associação e/ou, registrado e contendo suas alterações; Ata de fundação; Ata da última eleição executiva; Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, emitido no site eletrônico da Secretária da Receita Federal do Brasil.
4. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS
Os documentos do credenciamento descritos no item 3 deverão ser protocolados pessoalmente ou via sítio eletrônico da Prefeitura para o Conselho Municipal da Cidade e Urbanismo - COMCIURB até o prazo indicado neste item . O prazo para protocolo físico na Secretaria de Urbanismo - **SMDU é das 8h do dia 26 de agosto de 2026 até às 17h do dia 25 de setembro de 2026, e por protocolo eletrônico até as 23h59 do dia 24 de setembro de 2026.**
5. DA HABILITAÇÃO
Os documentos de habilitação serão analisados pela equipe técnica do Departamento de Desenvolvimento Urbano.
5.1. A SMDU poderá realizar diligências para suprir eventuais falhas na documentação. Após o exame dos documentos, será decidido sobre a habilitação das entidades mediante publicação com a relação das entidades; Conforme Decreto Municipal 2.500/2024, Art. 7º e 8º caso o número de interessados às vagas tratadas no parágrafo anterior seja superior ao número de vagas disponíveis, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá promover debate entre os interessados para que estes decidam e indiquem os representantes dos respectivos segmentos. Caso não haja consenso sobre qual entidade deva assumir haverá sorteio para indicação de uma única entidade. A relação das associações e/ou cooperativas credenciadas será divulgada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná e na página da internet da SMDU.
6. DISPOSIÇÕES FINAIS
A presente Chamada Pública Permanente poderá vir a ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes; A SMDU poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento dos documentos de inscrição e/ou da divulgação dos resultados, mediante ampla publicidade, nos moldes conferidos a presente Chamada Pública Permanente; Demais informações e/ou esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (41) 3590-3513 – SMDU, de segunda-feira a sexta-feira das 08h:00min às 12:h00min e das 13h:00min às 17:00min;
7. DO FORO
Fica eleito o Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente procedimento de habilitação ou nos termos de compromissos a serem firmados.

Piraquara, 25 de agosto de 2026.

DIOGO BRESCANSIN MATTAR
Presidente do Conselho Municipal da Cidade e Urbanismo
COMCIURB

SHUÉLEN THEODORO MARTINS DE LIMA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano
Decreto Municipal nº 13.073/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C95FEFEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 097/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 096/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
745	MÁRCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI	APTA
746	HILDEBRAND WILLRICH PIRES	APTO
748	JEMIMA AUGUSTA SEVERINO	APTA
752	VANESSA PEDROSO DINIZ	APTA
754	THAÍNE NASCIMENTO AMARAL	APTA
758	NAYRA SUZI SALES DE FREITAS	APTA
759	QUERLE TAVARES DE ANDRADE	APTA
760	DEBORA CAROLINE LIMA DOS SANTOS	APTA
762	BARBARA CAMILLY GONÇALVES DA SILVA	APTA
765	DENI MICHAEL VIEIRA DO NASCIMENTO	APTO
769	KARINA PEREIRA DA SILVA	APTA
771	SIRLENE CASTRO FERNANDES BODACZNY	APTA
772	VÂNIA MENDES	APTA
773	ISABELLA LETHICIA DE SOUZA LIMA	APTA
774	THAIS APARECIDA DA SILVEIRA	APTA
775	VALDETE NOGUEIRA DE LIMA	APTA

Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 31/08/2026, às 8h:30min.(745º ao 758º) e às 9h00 min.(759º ao 775°),**na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 26 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9F4B10CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2026

Do Procurador Geral do Município, Evandro Joeci Borges
Ao Sr. Jefferson Furlanetto Moises, PGM, e Moacir José Barancelli, PGM.
Assunto: Instauração de Processo Administrativo Sancionatório
Anexo: Memorando nº 39.887/2026

Tendo tomado conhecimento dos fatos constantes do(s) documento(s) anexo(s), que relatou possíveis irregularidades, conforme consta do memorando nº 39.887/2026, instauro a respeito o Processo Administrativo Sancionatório, com fundamento no art. 7º do Decreto n. 5326/2016, delegando-vos, para esse fim, as atribuições que me competem, devendo os trabalhos serem concluídos no prazo de noventa dias corridos a contar do primeiro dia útil do recebimento desta.

Piraquara, 28 de agosto de 2026.

EVANDRO JOECI BORGES
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:24421DF5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 386/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos, 7°, inciso IV, do Decreto Municipal n.º 6.636/2018, e, tendo em vista o artigo 182, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias úteis o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 299/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09 de dezembro de 2025, Edição 3423, pelos motivos expostos no Memorando 1DOC n° 64.457/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 27 de agosto de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor-Geral do Município
Decreto n.º 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DBBCA9FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 BOLSA CULTURA VIVA – MESTRAS E MESTRES DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Edital de Chamamento Público nº 02/2026, que dispõe sobre a concessão de Bolsas Cultura Viva a Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, torna público o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO.
A seleção foi realizada pela Comissão de Seleção constituída pela Portaria nº 17/2026, observando-se os critérios e pontuações estabelecidos no Anexo 5 do Edital, sendo a nota final de cada

inscrição obtida pela média das avaliações realizadas pelos membros da Comissão, conforme disposto no item 10.8 do Edital.

1. DO RESULTADO FINAL

Considerando a pontuação obtida pelas inscrições habilitadas na Etapa de Seleção, a aplicação dos critérios de desempate previstos no item 10.9 e a distribuição das vagas e cotas estabelecida no Edital, ficam classificadas as seguintes inscrições:

Nº	NOME	SITUAÇÃO
1	Gislaine Vieira da Silva	**CLASSIFICADA**
2	José Vitor dos Santos Moreira	**CLASSIFICADO**
3	Kerlen Wosner Fernandes	**DESCLASSIFICADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS "A" E "B"**
4	Leonidas Sabino	**CLASSIFICADO**
5	Márcia Regina Zalamena	**DESCLASSIFICADA – ITEM 11.7, ALÍNEAS "A" E "B"**
6	Marcolino da Silva	**CLASSIFICADO**
7	Misael Carlos Rozino	**DESCLASSIFICADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS "A" E "B"**
8	Natalina da Silva	**CLASSIFICADA**
9	Ricardo Cleyton Gabardo	**CLASSIFICADO**
10	Romancil Gentil Cretã	**DESCLASSIFICADO – ITEM 11.7, ALÍNEAS "A" E "B"**
11	Yara Vieira Barros Francisco	**CLASSIFICADA**

2. DA CONVOCAÇÃO

Os candidatos CLASSIFICADOS serão convocados no dia 31 de agosto de 2026 para a assinatura do Termo de Concessão de Bolsa Cultura Viva, conforme previsto no Edital nº 02/2026.

As orientações referentes à convocação, assinatura do Termo e demais procedimentos serão encaminhadas individualmente aos classificados por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado no ato da inscrição.

Conforme o item 11.12 do Edital nº 02/2026, após a publicação do Resultado Final da Etapa de Habilitação, não caberá mais recurso.

Piraquara, 28 de agosto de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D1C32C2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA (ELETRÔNICA) Nº4/2026
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: proposta mais vantajosa, de empresa especializada para aquisição de recarga extintor de Pó ABC 4kg e extintor de Dióxido de Carbono (CO2) 6kg, incluindo a mão de obra de manuseio, testes, recondicionamento e substituição de componentes necessários, destinados à Câmara Municipal de Pitanga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

Tipo: menor preço.

Data da sessão: 09/09/2026

Horário da fase de lances: 9h às 15h.

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras - UASG 928160

Íntegra do aviso de contratação direta disponível em: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Pitanga PR - www.pitanga.pr.leg.br

Estimativa do custo: R$277,01 (duzentos e setenta e sete reais e um centavo)

Local para informações

Departamento de Administração – Câmara Municipal de Pitanga
Rua Visconde de Guarapuava, 311 – Centro Administrativo 28 de Janeiro
Pitanga – PR - CEP – 85.200-075
Fone : (42) 3646-3443 e-mail: camara@pitanga.pr.leg.br

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:7F15DC90

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA E FINAL DE FILA

Eu, **ADRIANA DE SOUSA GUIMARÃES,** portadora do CPF nº***.980.429-**, classificada em 29º lugar para o cargo de PROFESSOR, do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, **DECLARO** que estou desistindo da vaga no momento e passo para o final de fila.

Pitanga, 27 de agosto de 2026

ADRIANA DE SOUSA GUIMARÃES

Original Devidamente Assinado.

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:D3023E51

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB - Nº 05/2026 – DHRF

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa sito à, Centro Administrativo 28 de Janeiro. nº 171, centro, CEP: 85.200-073, utiliza do presente para **NOTIFICAR** todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar que o núcleo urbano irregular denominado QUADRA 200 está em fase de Regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-S e REURB-E, através da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, conforme art. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto da matrícula nº 20.495, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga – PR.*

DO NÚCLEO

Art. 1º O núcleo urbano denominado QUADRA 200 está localizado no Bairro São Basílio, Município de Pitanga/PR, inserido na Matrícula nº 20.495 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.

§1º A área objeto da regularização possui 3.323,64 m².

§2º O núcleo é composto por 17 (dezessete) lotes urbanos, sendo 16 (dezesseis) lotes com ocupantes aderentes ao procedimento e 01 (um) lote identificado como futuro proprietário.

§3º A área encontra-se consolidada urbanisticamente e servida por infraestrutura urbana básica.

DO TITULAR DOMINIAL

Art. 2º Consta como proprietária registral da área a COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR, inscrita no CNPJ nº 76.592.807/0001-22.

DOS CONFRONTANTES E INTERESSADOS

Art. 3º Os confrontantes internos e externos serão considerados notificados pela publicação do presente edital, sem prejuízo das notificações individuais realizadas quando possível.

Parágrafo único. A ausência de manifestação no prazo legal será interpretada como concordância com os elementos constantes do Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 13 do Decreto Federal nº 9.310/2018.

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º São beneficiários da Regularização Fundiária Urbana os ocupantes constantes dos cadastros sociais, requerimentos de adesão e documentos que integram o processo administrativo.

Conforme a relação nominal constante do Anexo I da Certidão de Regularização Fundiária – CRF:

Q – 200 – L – 01 – CARMEN GOMES DA ROSA e JOSE MEDLO;
Q – 200 – L – 06 – CIRENE CORREIA DOS SANTOS;

Q – 200 – L – 07 – CIRENE CORREIA DOS SANTOS;
Q – 200 – L – 12 – CRISTINA VERES CAETANO;
Q – 200 – L – 10 – ELSIDIA LEOPOLDINO LOURENÇO;
Q – 200 – L – 05 – JORACI DE FATIMA CORREIA KLOSTER e PEDRO KLOSTER;
Q – 200 – L – 08 – JOSIANE APARECIDA FERREIRA;
Q – 200 – L – 13 – JOSIELI VERES;
Q – 200 – L – 14 – LUIZ GERALDO ANDRADE;
Q – 200 – L – 02 – MARGARIDA REGUEL LINS;
Q – 200 – L – 16 – MARLI NASCIMENTO DOS SANTOS e LUIZ RODRIGUES PUGAS;
Q – 200 – L – 11 – SOELI EUFRAZIO;
Q – 200 – L – 15 – VERA LUCIA FERREIRA;
Q – 200 – L – 03 – VILSON REGUEL;
Q – 200 – L – 04 – RAFAELA KLOSTER;
Q – 200 – L – 17 – VANDERLEIA VAZ LATCZUK;
Parágrafo único. A relação completa dos beneficiários integrará o Anexo I da Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 5º Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da última publicação deste edital.
§1º As impugnações deverão ser protocoladas junto ao Município de Pitanga, dirigidas à Comissão Municipal de Regularização Fundiária.
§2º O processo administrativo poderá ser consultado pelos interessados durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal.
§3º Não havendo manifestação no prazo legal, considerar-se-ão aceitos os limites, confrontações, ocupações e demais elementos constantes do Projeto de Regularização Fundiária.

Pitanga/PR, 27 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:4719533B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 675, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Designa Gestor e Fiscal de Convênio celebrado entre o Município de Pitanga e o Governo do Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, inciso II da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o memorando nº 17.853/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, Sr. Juraci de Farias, matrícula nº 25104, como gestor do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Município de Pitanga, cujo objeto é a aquisição de barracas para atender os feirantes da agricultura familiar.

Art. 2º Designar o Servidor Público Municipal, Sr. Vitor Hugo Outeiro, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, matrícula nº 50388, como fiscal do referido convênio.

Art. 3º Compete ao gestor e ao fiscal as atribuições previstas no termo de convênio, em especial acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 211, de 04 de março de 2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 27 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:49D3EABE

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 676, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Designar os servidores para o exercício da função de Diretor(a) Escolar dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e das Escolas Municipais da rede rural e urbana de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO: O inciso I do art. 37 da Lei Orgânica do Município – São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre: criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Autárquica e Funcional.
CONSIDERANDO: O Anexo I da Lei nº 785/1996 – Estatuto do Magistério do Município – Quadro Próprio do Magistério Municipal – Cargos de Provimento em Comissão – Diretores de Escolas Municipais e CMEIs.
CONSIDERANDO: Lei nº 1.939, de 19 de junho de 2015 – Que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Pitanga para o decênio 2015–2025, prorrogada pela Lei nº 2.553 ate 31 de dezembro de 2026. Meta 19 – Gestão Democrática – Assegurar condições no prazo de 02 (dois) anos para efetivação da gestão democrática da Educação associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União (redação dada pela Lei nº 2.425/2022).
CONSIDERANDO: O edital nº 01/2026, da Avaliação de Mérito e Desempenho – 1.1 - O processo de Avaliação de Mérito e Desempenho é destinada a selecionar profissionais para atender ao disposto do Artigo 14, § 1º, Inciso I da lei Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o qual impõe a necessidade de prévia avaliação de mérito e desempenho aos profissionais do magistério interessados na nomeação em função de direção de instituição da rede municipal de ensino, Lei 1.939 de 19 de junho de 2015 e o Decreto Municipal nº 2157/2026.

CONSIDERANDO: Resolução CIF N° 24, de 15 de junho de 2026 – Aprova a metodologia de aferição das condicionalidades de melhoria de gestões previstas no art. 14, § 1º, incisos I, IV e V, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para fins de distribuição dos recursos da complementação do Valor Anual por Aluno - VAAR no exercício de 2027.
CONSIDERANDO: O edital nº 07/2026, de 26 de agosto de 2026 - Resultado final de todas as fases.

RESOLVE
Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para o exercício da **função de Diretor(a) Escolar** dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e das Escolas Municipais da rede rural e urbana de ensino, aprovados no Processo de Avaliação de Mérito e Desempenho dos Profissionais do Magistério, a contar de 27 **de agosto de 2026**.

ESCOLAS URBANAS	DIREÇÃO	MATRICULA
Afonsina Mendes Sebrenski	Simone Loch	51887 / 50071
José Bittencourt	Ana Zelia Tkaczuk	47822
Vice Prefeito Euclides Gomes da Silva	Cledson da Silva	51905 / 50251
Santa Regina	Elaine Cristina Penteado Koliski	53704
Reinaldo Nunes Ferreira	Rosilda Aparecida da Costa Loch	76922
Dr. Ivan Ferreira do Amaral	Eslaine Espanhol Meira da Silva	52987 / 50247
ESCOLAS RURAIS		
Mascarenhas de Moraes	Angela Maria Tortato	52968
Chico Mendes	Raquel de Campos Rosa	50237
Rene Rocha	Luciane Gregzigouski	54353
Angelo Seguro	Francieli Prestes da Silva	53000 / 502252
Ney Braga	Shauena Heerdt Souza	51886 / 50253
Carlota Portugal Berardi	Cristiane Feliz Fernandes	53465 / 53466
São Judas Tadeu	Tatiane de Oliveira Heuko	197501 / 197502
Ébano Pereira	Gesseli Regina Schupchek	204441 / 50239

Afonso Alves	Sidineia dos Santos Conrado	50260
Sagrada Família	Solange Mota Sarabum	50335
CMEIS		
Cmei Santa Rosa	Andreia Zuconelli Bageston	53508 / 53507
Cmei Santa Izabel	Luciana Costa Andreote	52025
Cmei Leonor Laitner Hrisyk	Silésia Grande Camargo	208221
Cmei Elsa Lerner	Elizabete Ferreira de Lima	176121
Cmei Miguel Adur	Everly Martins de Souza	50100
Cmei Antonieta Landegraf	Edilma Ferreira	149741

Art.2º - A validade será até o dia 26 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado pelo período de um ano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 27 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
SIDINEY HEIDMANN
Secretário Municipal De Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:E6D165C7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB Nº 04/2026

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa na Rua Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85200-000, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente pela Lei Federal nº 13.465/2017, pelo Decreto Federal nº 9.310/2018 e demais normas, **TORNA PÚBLICA** a presente **RERRATIFICAÇÃO** do Edital de Notificação do **Processo de Regularização Fundiária Urbana – REURB nº 002/2025**, referente ao núcleo urbano informal consolidado denominado "**IAP**", tendo em vista a necessidade de retificação das informações constantes do edital originário, em razão da atualização do perímetro efetivamente abrangido pelo procedimento de regularização, da exclusão da matrícula nº 23.141 da área objeto da REURB, da atualização das áreas das matrículas envolvidas e da identificação dos titulares de domínio, terceiros interessados e confrontantes externos, permanecendo inalteradas a modalidade da regularização e as demais disposições do edital anteriormente publicado.*

Assim, procede-se às seguintes alterações:

ONDE CONSTOU:
Art. 1º O núcleo urbano IAP, localizado neste município, é composto pela matrícula n° 23.140, 23.141, 23.142, de propriedade de Município de Pitanga – PR, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga – PR.
§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 1.470,72 m², distribuída em 08 lotes, sendo 05 lotes aderentes e 03 lotes tabulares, com uma população aproximada de 32 pessoas.
PASSA A CONSTAR:
Art. 1º O núcleo urbano IAP, localizado neste município, é composto pelas matrículas n°s 23.140 e 23.142, de propriedade do Município de Pitanga/PR, devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR.
§1º O núcleo possui uma área total a regularizar de 1.470,72 m², distribuída em 05 lotes, sendo os 05 lotes aderentes e 01 via pública a regularizar.

ONDE CONSTOU:

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 23.140	6.958,36 m²
Área da matrícula 23.141	2.259,24 m²
Área da matrícula 23.142	607,30 m²
Área dos lotes aderentes	1.128,33 m²
Área de lotes titular tabular	745,14 m²
Área de ruas a regularizar	342,39 m²
Área total a ser regularizada	1.470,72 m²

PASSA A CONSTAR:

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula 23.140	5.772,06m²
Área da matrícula 23.142	561,44 m²
Área dos lotes aderentes	1.128,33 m²
Área de ruas a regularizar	342,39 m²
Área total a ser regularizada	1.470,72 m²

ONDE CONSTOU no art. 3º:
§1º São tidos como titulares de domínio, nos termos da lei:
Matrícula nº 23.140, 23.141, 23.142, de propriedade de Município de Pitanga – PR;
§2º São tidos como confrontantes externos/internos, nos termos da lei:
Matrícula nº 23.140 e 23.141, de propriedade de Município de Pitanga – PR;
Matrícula nº 25.245, de propriedade de Cohapar;
Matrícula nº 30.375, de propriedade de Geovana Ramalho;
Rua Domingues dos Santos, de propriedade de Município de Pitanga – PR;

PASSA A CONSTAR:
§1º São tidos como titulares de domínio, nos termos da lei:
Matrícula nº 23.140, de propriedade de Município de Pitanga/PR e terceiro interessado Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;
Matrícula nº 23.142, de propriedade de Município de Pitanga/PR e terceiro interessado Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;
§2º São tidos como confrontantes externos/internos, nos termos da lei:
Matrícula nº 23.141, de propriedade de Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR;
Matrícula nº 30.375, de propriedade de Geovana Ramalho e terceiros interessados usufrutuários: José Ramalho e esposa Casturina Ferreira Ochile Ramalho;
Matrícula nº 23.140, de propriedade de Município de Pitanga/PR e terceiro interessado Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;
Rua Miguel Poteriko, de propriedade de Município de Pitanga/PR;

DAS IMPUGNAÇÕES
Em razão das alterações promovidas por esta rerratificação, fica reaberto, exclusivamente quanto às modificações ora efetuadas, o prazo legal de 30 (trinta) dias para apresentação de impugnações ou manifestações pelos interessados.
Eventuais impugnações deverão ser apresentadas junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, devidamente fundamentadas e instruídas com os documentos que entenderem pertinentes.
As manifestações serão analisadas pelos órgãos técnicos competentes, assegurando a apreciação adequada de todos os argumentos apresentados.
O processo administrativo permanecerá disponível para consulta pelos interessados na sede da Prefeitura Municipal, garantindo transparência e acesso às informações do procedimento.
A ausência de manifestação no prazo legal implicará concordância tácita exclusivamente quanto às alterações promovidas por esta rerratificação, nos termos do art. 31, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições constantes do Edital de Notificação do Processo de Regularização Fundiária Urbana – REURB nº 002/2025, publicado na Edição nº 3413, de 25 de novembro de 2025, que não conflitarem com a presente rerratificação.

Pitanga/PR, 27 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:2944FE38

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA
AVISO – CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

OBJETO Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de Exames Laboratoriais contemplando a inclusão de novos exames que não integravam o Credenciamento nº 01/2026 no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com a tabela SUS, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. **FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021. **SUPORTE LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR MÁXIMO: O valor estimado para os serviços a serem contratados será de R$ 664.792,79 (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos). DATA DO CREDENCIAMENTO:** O período para credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do edital. Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação e a respectiva proposta dentro do período acima indicado, durante o horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Pitanga, localizado no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, CEP 85200-073, em conformidade com as disposições do edital. Adicionalmente, será admitido o envio da documentação para fins de credenciamento por meio eletrônico, através do e-mail **licitacao@pitanga.pr.gov.br** observadas as exigências e condições estabelecidas no edital, especialmente quanto à integridade, autenticidade e legibilidade dos documentos apresentados. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**
Informações adicionais poderão ser obtidas junto à sede do Município de Pitanga, no endereço acima indicado, pelos telefones (42) 3646-1122, ramais 21 e 22, ou ainda pelo e-mail **licitacao@pitanga.pr.gov.br**
DATA: 27/08/2026

MARCIO SOKOLOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D01ADCCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

##ATO AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026
OBJETO: **Registro de preços, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, para futura e eventual aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.** Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção Processos Licitatórios bem como no sítio https://bnc.org.br ou no endereço Rua Vanderlei João Vieira Cleve n 711 Bairro Santa Regina Pitanga PR CEP 85201 606 Secretaria Municipal de Patrimônio Compras e Logística, Departamento de Licitações e Contratos em horário de expediente, telefone para contato 42 3646 1122, Ramal 21 e 22 e-mail licitacao@pitanga.pr.gov.br. Fim de Recebimento de Propostas em 11/09/2026 ate as 13h00min. Início de Disputa de Preços em 11/09/2026 as 14h01min, horário de Brasília em sessão pública no endereço eletrônico https://bnc.org.br, nos termos do Edital e seus anexos. Critério, Menor Preço Global. Modo de Disputa Aberto. Portanto as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo **R$ 1.496.480,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e oitenta reais).**
DATA: 27/08/2026
ASS Jean Marcel Grande Huber
Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:CB21668B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2026

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	64/2026
b) Nr. Licitação:	33/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
	27/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para contratação de prestação de serviços de recarga de extintores.*

Participante: 50.669.960 JOAO VITOR DA SILVA GOMES CAPRIOTI		
Quantidade de itens:	6	**3.431,85**
	Total Geral:	**3.431,85**

Pitangueiras, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice-Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:5A327540

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2026

DATA DA ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
DETENTORA DA ATA: PAULISTANA BOMBAS MANUTENÇÃO E COMERCIO LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa visando para fornecimento de peças e mão de obra para manutenção de poços artesianos nas comunidades rurais do Município de Planalto – PR.
VALOR TOTAL: R$ 219.995,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e noventa e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:DE632DD8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2026

DATA DA ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
DETENTORA DA ATA: PERFURIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa visando para fornecimento de peças e mão de obra para manutenção de poços artesianos nas comunidades rurais do Município de Planalto – PR.
VALOR TOTAL: R$ 562.725,08 (quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e oito centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:12BF4C36

LICITAÇÃO
RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA Nº 020/2026

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 020/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base no Art. 75, § 6º e inciso VIII da Lei 14.133/21, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Dispensa Emergencial tem como objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Residência Terapêutica destinada ao acolhimento da paciente Miguelina Guaresma de Assis, portadora de transtorno mental, pelo período de até 12 (doze) meses, visando assegurar condições dignas e seguras de moradia e cuidado em meio comunitário, com acompanhamento e assistência contínuos, compreendendo acomodação, alimentação, cuidados 24 (vinte e quatro) horas, rouparia, acompanhamento por profissional de enfermagem, cuidadores, assistência social e realização de atividades individuais e coletivas, bem como demais serviços necessários à adequada execução do acolhimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
EMPRESA: ELPIS CENTRO TERAPEUTICO INTEGRADO LTDA.
CNPJ Nº. 51.960.452/0001-56.
VALOR: R$ 59.880,00(Cinquenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais).
DATA: 27 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:E093BF72

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 239/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 239/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 239/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E TARCISIO JUNIOR GIEHL.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **TARCISIO JUNIOR GIEHL,** inscrita no CNPJ sob o nº 30037231000130, com sede na cidade de Planalto/PR, neste ato representado pelo Sr. TARCISIO JUNIOR GIEHL, portador do CPF nº 00421808055, residente e domiciliado na cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de prestação de Serviços n° 239/2024, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 022/2024, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa com profissional capacitado a fim de prestar serviços gerais visando manutenções prediais preventivas (visitas periódicas) e corretivas (visitas eventuais), com execução de serviços comuns, para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste município de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 239/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de agosto de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 239/2024 passa a ser até 31 de agosto de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 239/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços n° 239/2024, cujo valor global é de R$ 69.635,00 (sessenta e nove mil e seiscentos e trinta e cinco reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 022/2024, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00060	01.102.04.122.0402.2012	3.3.90.39.00.00.00000
00300	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00580	05.115.15.452.1501.1052	3.3.90.39.00.00.00000
00940	06.119.26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
01200	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000
01790	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.39.00.00.00000
02090	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.39.00.00.00000
02520	10.142.08.243.0801.2023	3.3.90.39.00.00.00000
02970	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000
03250	12.134.22.661.2201.2062	3.3.90.39.00.00.00000
03310	13.136.18.541.0801.1056	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 239/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 25 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

TARCISIO JUNIOR GIEHL
TARCISIO JUNIOR GIEHL.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER MALINSKI
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:16DA55CE

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E MS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **MS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA,** Inscrita no CNPJ sob nº. 29.077.447/0001-40, com sede na cidade de TIBAGI, PARANÁ, neste ato representado pelo Sr. MURILO SAMPAIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 004.262.479-73, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 238/2024, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Eletrônico nº 020/2024, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. "Contratação de empresa especializada no fornecimento de software fiscais nas áreas de ISS, ITR, ICMS e IQEP, visando a melhoria na arrecadação dos impostos, sendo estes serviços de natureza especializada com suporte técnico e atendimento in loco de 20 (vinte) horas mensais para treinamento e acompanhamento do funcionamento do sistema, para atender as demandas municipais de Planalto PR".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo e igual valor do Contrato Administrativo nº 238/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de agosto de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 238/2024 passa a ser até 31 de agosto de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada e sua interrupção poderá comprometer o regular desenvolvimento das atividades administrativas do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 238/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 238/2024, cujo valor global é de R$ 71.988,00 (setenta e um mil e novecentos e oitenta e oito reais), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Eletrônico n° 020/2024, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES

Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
00320	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.40.00.00.00000
03060	11.133.20.606.2001.2057	3.3.90.40.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 238/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto – PR, 25 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MURILO SAMPAIO DOS SANTOS
MS Consultoria Tributária LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363.-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:4285AA5F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 03/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2024

Processo Administrativo nº 521/2024 – Pregão Eletrônico nº 002/2024

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário de Pontal do Paraná e Matinhos – CIAS, CNPJ nº 03.699.351/0001-20.

CONTRATADA: Publitech Softwares Ltda., CNPJ nº 07.252.028/0001-65.

OBJETO: Reajuste anual dos preços do Contrato nº 003/2024, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período de julho de 2025 a maio de 2026, correspondente ao percentual de 4,47%.

VALORES REAJUSTADOS: O valor mensal dos serviços continuados passa de R$ 11.241,93 para R$ 11.744,85. Os demais valores ficam reajustados para: eventuais deslocamentos de até R$ 3.952,68; até 15 (quinze) diárias no valor total de até R$ 4.117,38; e licenciamento de uso, correspondente a uma unidade, no valor de R$ 34.963,08.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 183.971,34 (cento e oitenta e três mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional programática nº 15.001.18.122.0020.2.001; elemento/CR 09 – 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; fonte 001.

FUNDAMENTO LEGAL E CONTRATUAL: Cláusula 8.2 do Contrato nº 003/2024 e arts. 92, inciso V, e 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

EFEITOS FINANCEIROS: A partir da publicação do instrumento.

Pontal do Paraná, 19 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Presidente CIAS

Publicado por:
Lays Adas Bughi Santana
Código Identificador:C92A9E05

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 03/2024

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2024
Trata o presente Termo de Apostilamento do registro do reajuste de preços do Contrato nº 003/2024, celebrado entre o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE PONTAL DO PARANÁ E MATINHOS - CIAS**, CNPJ nº 03.699.351/0001-20, e **PUBLITECH SOFTWARES LTDA.**, CNPJ nº 07.252.028/0001-65, nos termos do Processo Administrativo nº 521/2024, da autorização da autoridade competente e das demais peças constantes dos autos, em observância à Lei nº 14.133/2021 e às condições pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REAJUSTE
1.1. Fica apostilado ao Contrato nº 003/2024 o reajuste anual dos preços, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado no período de julho de 2025 a maio de 2026, com o valor percentual correspondente de 4,47%, conforme previsto na cláusula 8.2 do instrumento contratual.
1.2. Em decorrência do reajuste, o valor mensal dos serviços continuados passa de R$ 11.241,93 (onze mil duzentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos) para R$ 11.744,85 (onze mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), com efeitos financeiros a partir da publicação deste instrumento.
1.3. Os valores reajustados ficam assim consolidados**:**
i) **mensalidades** no valor de **R$ 11.744,85**;
ii) eventuais deslocamentos até R$ 3.952,68 (pagável apenas se utilizado);
iii) até 15 (quinze) diárias de até R$ 4.117,38 (pagável apenas se utilizado) e
iv) licenciamento de uso (1 un.) de R$ 34.963,08.
1.4. O valor global máximo para o período de 12 (doze) meses é de R$ 183.971,34 (cento e oitenta e três mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos) compreende os itens eventuais indicados no quadro acima, que somente serão pagos quando efetivamente solicitados, utilizados e comprovados, nos termos do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONTRATUAL
2.1. O reajuste encontra amparo na cláusula 8.2 do Contrato nº 003/2024, que prevê a aplicação do IPCA após o interregno anual, e no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
2.2. O registro por apostila é adequado nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de variação do valor contratual destinada a fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, sem alteração do objeto ou das demais condições pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. A despesa decorrente deste apostilamento correrá à conta da dotação orçamentária indicada na Declaração da Contabilidade nº 01/2026, constante dos autos: Funcional programática:

15.001.18.122.0020.2.001; elemento/CR: 09 - 3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; fonte: 001.
3.2. A Contabilidade do CIAS declarou a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas do reajuste e sua adequação ao PLACIC do Consórcio, sem prejuízo da indicação das dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes, na forma da cláusula 14.2 do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas e ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 003/2024 que não tenham sido expressamente alcançadas por este Termo de Apostilamento.

Pontal do Paraná, 19 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Representante do CIAS

TIAGO LUBIAN
Representante da Publitech Softwares LTDA.

Publicado por:
Lays Adas Bughi Santana
Código Identificador:044EF0BB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 419/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 313/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 313/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 59.002.407 EDILAILA MARQUES DA SILVAinscrita no CNPJ n.º 59.002.407/0001-09. Data da ratificação e homologação**:** 27 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-
CR 415 - FR 103.

Pontal do Paraná,27 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:27E63E66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL Nº 056/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 056/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorandos nº. 20573/2026, 20693/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 002/2024 e suas alterações:

1 – CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - AMPLA CONCORRÊNCIA – PRAIA DE LESTE

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.597	WILLIAN VACZ LEAL	83,00	APROV	5º	27/07/1994

2 – CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PCD – PRAIA DE LESTE -

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.771	JUNILDE MARIA RIBEIRO	73,00	APROV	1º	07/12/1960

3 - – CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PCD – PONTAL DO SUL

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.578	SANDRA ALVES RIBEIRO	64,00	APROV	1º	03/11/1972

4 – CARGO: MÉDICO – AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
4.316	FELIPE MEYER MIRANDA ANDRADE	78,00	APROV	4º	05/11/1998

5 – CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Candidato	N.F.	Situação	Class.	Data Nasc.
1.254	JAQUELINE CARLA DOS SANTOS NUNES	62,00	APROV	6º	19/07/1988

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO

2.1 - LOCAL PARA COMPARECIMENTO

Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 - PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital terão o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para manifestar seu interesse na vaga e apresentar documentação exigida no edital de convocação. Cumpridas as exigências, poderá requerer prazo de até 30 (trinta) dias para assumir o cargo ou apresentar sua carta de desistência.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:

a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário

q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames, conforme abaixo:

Cargo	Descrição
Agente Comunitário de Saúde	Avaliação médica de aptidão, Hemograma Completo, HBS AG e HCV.
Agente de Combate a Endemias	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, glicemia e colinesterase
Dentista	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, TGO, TGP, Ureia, Creatinina, HBS AG e HCV.
Enfermeiro	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, TGO, TGP, Ureia, Creatinina, HBS AG.
Médico	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, TGO, TGP, Ureia, Creatinina, HBS AG.
Técnico em Enfermagem	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, TGO, TGP, Ureia, Creatinina, HBS AG.
Técnico em Saúde	Avaliação médica de aptidão, hemograma completo, TGO, TGP, Ureia, Creatinina, HBS AG.

3.2 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 11.6.4 do edital de abertura, sendo:

11.6.4 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a 6 (seis) meses, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo

3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

3.3 – Para os cargos de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, deverão apresentar ainda, as seguintes documentações conforme edital nº. 01/2024 de Abertura.

CARGO	FORMAÇÃO/REQUISITOS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	**Ensino Médio e Curso de Formação Inicial - mínimo: 40 horas e residir na área dacomunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público.**
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	**Ensino Médio e Curso de Formação Inicial - mínimo: 40 horas.**

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar digitalmente através do site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, e solicitar a sua inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL

Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 26 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B5017362

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 112/2026 NÃO COMPARECIMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 112/2026
NÃO COMPARECIMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 1.133/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A lista de candidatos convocados que **NÃO COMPARECERAM**, conforme convocação constante no edital nº.111/2026, e estão eliminados do Concurso Público nº. 001/2023 e suas alterações;

1– LISTA DOS CANDIDATOS QUE NÃO COMPARECERAM
1.1 - CARGO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
40417	Vinicius Araujo de Oliveira	01/10/1995	61	98	Classificado

2. PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

O candidato que não atendeu a convocação no prazo estabelecido, foi eliminado do CONCURSO PÚBLICO, decaindo do direito à respectiva vaga.

Pontal do Paraná, 25 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E53050B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 129/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 129/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorando nº. 17.102/2026, 20.573/2026 e 20.693/2026.

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2024 e suas alterações:

1 – CARGO – MECÂNICO – FINAL DE LISTA – PROTOCOLO 14921/2025					
Inscrição	**Candidato**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.313	PAULO RICARDO MENDES GONÇALVES	78,00	APROV	3º	08/08/1980
2 CARGO: ENFERMEIRO					
Inscrição	**Candidato**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.418	RODRIGO STOCKI	71,50	APROV	10º	16/01/1991
3 CARGO: PSICÓLOGO – AMPLA CONCORRÊNCIA					
Inscrição	**Candidato**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
490	PAULA ERENI PALHANO SILVA	60,50	APROV	40º	04/03/1980
2.547	MARINES MICHALOWSKI	59,50	APROV	41º	20/11/1987
4 - CARGO: FARMACEUTICO – PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD					
Inscrição	**Candidato**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
1.861	FERNANDA ARAUJO ALVES SANTOS	52,00	APROV	1º	12/04/1988

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO

1.1 - **LOCAL PARA COMPARECIMENTO**

1.2 Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.

2.2 – PRAZO

2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação dadocumentação necessária para nomeação.

3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO

3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:

a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;
f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.

3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.

3.3 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 10.6.13 do edital de abertura, sendo:

10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a um ano, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo.

4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.

5 - FINAL DE LISTA

5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.

6 - RECURSO CONTRA O EDITAL

6.1 - Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 26 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F4DBDBB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 577 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no Protocolo nº 20.290/2026.

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **- ELIZABETH ROCHA PEGO PIRES - MATRICULA 243171,** ocupante do cargo de **Técnica em Enfermagem,** lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo 01/09/2017 à 31/08/2022 , LICENÇA ESPECIAL,** pelo período de **90 (noventa) dias,** com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença,a partir desta data .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4139041C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃONº 011/2026 | CMAS

Aprova a adesão e o recebimento de transferência de recursos do FNAS ao FMAS de Pontal do Paraná/PR, no valor deR$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais), oriundos daEmenda de Comissão nº 202650490001, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião extraordinária remota do CMAS no dia 27 de agosto de 2026, as 14:30 horas.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão à transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Pontal do Paraná/PR, referente à programação identificada pela Emenda nº 202650490001.

Art. 2º A aprovação de que trata o art. 1º refere-se ao recurso no valor de R$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais), destinado ao financiamento de ações da Política de Assistência Social, conforme a programação aprovada nos sistemas oficiais do Governo Federal.

Art. 3º Para fins de identificação, ficam registrados os seguintes dados da programação:

I –Tipo do Recurso: Emenda de Comissão;
II – Parlamentar: Gleisi Hoffmann;
III – Nº da Emenda: 202650490001;
IV – Nº da Programação: 411995420260001;
VI– Valor indicado ao ente: R$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais);
VII – Modalidade: GND4.

Art. 4º Os recursos deverão ser recebidos e executados pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, observadas as finalidades estabelecidas na programação, a legislação vigente, as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de sua assinatura.

Pontal do Paraná, 27 de agosto de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F3CE6027

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PAUTA DA ORDEM DO DIA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU A REALIZAR-SE NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2026
PRIMEIRA VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI Nº 38/2026
primeira votação – projeto de lei nº 32/2026
segunda votação – projeto de lei nº 30/2026
segunda VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2026
única VOTAÇÃO – redação final do PROJETO DE LEI Nº 01/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 103/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 104/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 105/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 106/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 107/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 108/2026
ÚNICA VOTAÇÃO – INDICAÇÃO Nº 109/2026

Sala das Sessões, 27 de AGOSTO de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:8E1FFDD3

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 115, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025 e pela Lei nº 2086/2026, de 20 de agosto de 2026.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1202	Divisão de Assistência Social	
2.069	Manutenção do Programa de Atendimento à Família - PAIF	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.50.00	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	100.000,00

Fonte de Recursos – 2012 – Emenda 202618670005 – Haully – SUAS - Custeio

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1202	Divisão de Assistência Social	
2.069	Manutenção do Programa de Atendimento à Família - PAIF	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.50.00	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	150.000,00

Fonte de Recursos – 2014 – Emenda 2026408900-15 – Oriovisto – SUAS - Custeio

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1202	Divisão de Assistência Social	
2.009	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.50.00	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	100.000,00

Fonte de Recursos – 2013 – Emenda 2026408900-15 – Oriovisto – SUAS - Custeio

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação.

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:3430B0CC

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 116, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Abre um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2051/25, de 11 de dezembro de 2025.

ARTIGO 1. º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 7.000,00 (sete mil reais)**, no exercício financeiro corrente, destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

1200	**SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL**	
1203	Fundo Municipal de Assistência Social	
1.013	Aquisição de Veículos para Divisão de Assistência Social	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	
4.4.90.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	7.000,00

Fonte de Recursos – 846 – Repasse Aquisição Carro Conselho Tutelar

ARTIGO 2. º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso, na forma do disposto no Artigo 43, Parágrafo 1º, o Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação.

ARTIGO 3. º - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal conforme alterações previstas supramencionadas.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (27.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:C5E10067

CONTABILIDADE
DIÁRIA 126/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu		NÚMERO/ANO
Rua Barão do Rio Branco, 344		13 / 2026
(43) 3623-3100		ABERTURA
CEP 86160-000		27/07/2026
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Gabinete do Prefeito	Osni Tomé da Silva	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
788.709.929-34	Assessor de Governo	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
5779723	870	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Londrina	27/07/2026	27/07/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
1.00	R$ 80.00	**R$ 80.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Amepar Associação dos Municipios do Médio Paranapanema (Reunião dos Prefeitos) Ministério Publico (A pedido da Promotora Suzana de Lacerda)		
Santa Casa (Pautas da Saúde que encolven o atendimento comum a Região na sede da Amepar)		
JUSTIFICATIVA:		
Reuniões diversas na data do dia de hoje		
Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		
Prefeitura Municipal de Porecatu, 27/07/2026		
Secretário(a)	Prefeito/Deferido	Autorização/Empenho Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:AB959CA3

CONTABILIDADE
DIÁRIA 129/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu		NÚMERO/ANO
Rua Barão do Rio Branco, 344		129 / 2026
(43) 3623-3100		ABERTURA
CEP 86160-000		30/07/2026
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Gabinete do Prefeito	Osni Tomé da Silva	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
788.709.929-34	Assessor de Governo	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
5779723	870	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Curitiba	04/07/2026	06/07/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
3.00	R$ 400.00	**R$ 1200.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Atividades a serem desenvolvidas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Secretaria das Cidades e Secretaria de Abastecimento na cidade		
JUSTIFICATIVA:		
Convocação para reunião do Secretário das Cidades, Sr. Fernando Giacobo para o dia 05/07/2026 com o prefeito de Porecatu..		
Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		

Prefeitura Municipal de Porecatu, 30/07/2026

Secretário(a)

Prefeito/Deferido

Autorização/Empenho
Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:468CBA1C

CONTABILIDADE
DIÁRIA 130/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu		NÚMERO/ANO
		130 / 2026
Rua Barão do Rio Branco, 344		
(43) 3623-3100		ABERTURA
CEP 86160-000		30/07/2026
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Gabinete do Prefeito	Agamemnon Augusto Araujo Paduan	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
709.693.109-00	Prefeito	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
781422	718	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Curitiba	04/08/2026	06/08/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
3.00	R$ 400.00	**R$ 1200.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Atividades a serem desenvolvidas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Secretaria das Cidades e Secretaria de Abastecimento na cidade de		
JUSTIFICATIVA:		
Convocação para reunião do Secretário das Cidades, Sr. Fernando Giacobo para o dia 05/07/2026.		
Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		

Prefeitura Municipal de Porecatu, 30/07/2026

_____
Secretário(a)

_____
Prefeito/Deferido

_____
Autorização/Empenho
Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:65B34D2F

CONTABILIDADE
DIÁRIA 131/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu	NÚMERO/ANO	
Rua Barão do Rio Branco, 344	131 / 2026	
(43) 3623-3100	ABERTURA	
CEP 86160-000	04/08/2026	
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Secretaria de Serviço Social	Maria Aparecida de Jesus Souza	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
171.316.768-96	Secretária de Serviço Social	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
120090	1581	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Londrina - PR	07/08/2026	07/01/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
1.00	R$ 1.00	**R$ 80.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Reunião de Gestores.		
JUSTIFICATIVA:		
Participar de reunião de gestores com a pauta: Planejar ações para gestão em 2027.		
Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		

Prefeitura Municipal de Porecatu, 04/08/2026

_____
Secretário(a)

_____
Prefeito/Deferido

_____
Autorização/Empenho
Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:171AD53E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROTOCOLO 768/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo Nº 768/2026
Assunto: Solicitação de revogação do Pregão Eletrônico Nº 015/2026 – Registro de Preços, para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas de água nas repartições dos Departamentos desta municipalidade, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no termo de Referência, pelo prazo de 12 (doze) meses.

I – DO RELATÓRIO
Trata-se de solicitação de cancelamento do Pregão Eletrônico nº 015/2026 – Registro de Preços, destinado à contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água nas repartições dos Departamentos desta municipalidade, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações estabelecidos no Termo de Referência.
No decorrer do procedimento, foi apresentada impugnação ao edital pela empresa SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA. (fls. 184-189), a qual foi acolhida, diante da necessidade de reavaliação da estruturação do objeto, especialmente no que se refere à composição e à precificação dos serviços.
Posteriormente, o Departamento Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 1211/2026 – DMS (fl. 202), solicitou o cancelamento do certame, sob a justificativa da necessidade de regularização e adequação dos procedimentos relacionados à contratação, visando assegurar maior eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.
Conforme informado pelo Departamento Municipal de Saúde, o procedimento deverá ser novamente estruturado e adequado, considerando as necessidades atuais da Administração, bem como os aspectos técnicos e administrativos pertinentes, de modo a assegurar que a futura contratação esteja devidamente dimensionada e atenda, de forma adequada e eficiente, às demandas da municipalidade.
Dessa forma, diante dos fatos apresentados, especialmente da necessidade de reavaliação da estruturação do objeto e de adequação dos procedimentos administrativos relacionados à contratação, encaminha-se o presente relatório para as providências cabíveis.
É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO
O Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2026 agrupou, em um mesmo item, serviços de natureza e características técnicas distintas, compreendendo desinsetização (dedetização), desratização e descupinização.
Embora os serviços estejam inseridos no mesmo segmento de controle de vetores e pragas urbanas, cada atividade possui particularidades próprias quanto às metodologias de execução, aos insumos empregados, aos equipamentos necessários, à periodicidade dos serviços e à respectiva composição de custos. Nesse contexto, a contratação conjunta, tal como originalmente estruturada, demanda reavaliação, especialmente quanto à adequada formação dos preços e à preservação da competitividade do certame.
A necessidade de revisão da estruturação do objeto mostra-se ainda mais relevante diante da impugnação apresentada ao edital pela empresa SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA. (fls. 184-189), a qual foi acolhida através do Julgamento de Impugnação (fls. 193-194), justamente em razão da necessidade de reavaliação dos aspectos relacionados à composição e à precificação dos serviços.
A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, inciso V, alínea "b", que o planejamento das compras deverá observar o Princípio do Parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Tal diretriz busca possibilitar maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, permitindo a participação de empresas que possuam capacidade para executar parcelas autônomas do objeto.
No mesmo sentido, a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União estabelece que, nas licitações cujo objeto seja divisível, é obrigatória a admissão da adjudicação por item, e não por preço global, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, justamente com o objetivo de ampliar a participação de licitantes e possibilitar a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.
No caso em análise, a necessidade de reavaliação da forma de agrupamento dos serviços constitui circunstância relevante para a Administração, uma vez que a manutenção do certame na forma originalmente estabelecida poderá comprometer a adequada definição do objeto, a formação dos preços, a competitividade e, consequentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa.
Nesse sentido, o art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a autoridade superior poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade. O § 2º do mesmo dispositivo determina que o motivo determinante para a revogação deverá resultar de fato superveniente devidamente comprovado. Ademais, o § 3º prevê que, nos casos de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
No presente caso, a necessidade de revisão da estruturação do objeto, evidenciada no curso do procedimento e reforçada pelo acolhimento da impugnação apresentada, configura fato superveniente ao planejamento inicial do certame, na medida em que revelou a necessidade de readequação das condições originalmente estabelecidas, especialmente quanto ao agrupamento dos serviços e à respectiva composição de custos.
Assim, considerando a necessidade de reestruturação do objeto, de modo a avaliar a possibilidade de seu adequado parcelamento em itens autônomos, quando técnica e economicamente viável, bem como a necessidade de revisão das especificações e da composição dos custos, mostra-se inconveniente e inoportuno o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 015/2026 em sua atual configuração.
A medida visa resguardar os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade, da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, evitando que o procedimento prossiga com uma estrutura que poderá comprometer a adequada satisfação do interesse público.
Dessa forma, com fundamento no art. 71, inciso II e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a necessidade de reavaliação e reestruturação do objeto, mostra-se cabível a revogação do Pregão Eletrônico nº 015/2026.
Ressalte-se que foi oportunizada a manifestação dos interessados, tendo o Departamento Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 1211/2026 – DMS (fl. 202), solicitado o cancelamento do certame, diante da necessidade de revisão e adequação dos serviços que compõem o objeto licitado.
Assim, mostra-se necessária a revogação do certame, a fim de possibilitar a adequada reestruturação do objeto, com a adoção das medidas técnicas e administrativas necessárias, observando-se as necessidades atuais da Administração e, posteriormente, caso pertinente, a realização de novo procedimento licitatório.
Esta é a fundamentação.

III – DA DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento na impugnação apresentada pela empresa SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA. (fls. 184-189), no respectivo julgamento (fls. 193-194), no Ofício nº 1211/2026 – DMS (fl. 202), bem como no art. 40, inciso V, alínea "b", c/c o art. 71, inciso II e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, e na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, **DECIDO**:

a) pela **REVOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 015/2026 – Registro de Preços, destinado à contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água nas repartições dos Departamentos desta municipalidade, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações estabelecidos no Termo de Referência;
b) que a Comissão de Contratação e o Departamento Municipal de Saúde adotem as providências necessárias à formalização da revogação do Pregão Eletrônico nº 015/2026, observando-se as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
c) que o Departamento Municipal de Saúde promova a conclusão das revisões e adequações necessárias à estruturação do objeto, especialmente quanto às especificações dos serviços, à composição dos custos e à forma de agrupamento ou parcelamento do objeto, encaminhando-se posteriormente o processo para a adoção das providências necessárias à realização de nova contratação;
d) dê-se ciência aos interessados e promovam-se as publicações e demais providências necessárias.

Cumpra-se. Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, 27 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:00BE5AB4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 127/2026

DECRETO Nº 127 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1374 de 26 de agosto de 2026,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito especial para o exercício de 2026, no valor de R$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:

11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
18.542.0034.2033 – Manutenção do Fundo do Meio Ambiente
3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS
2404 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 55.000,00

_____
Total.....R$ 55.000,00

Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, será utilizado o seguinte recurso:
Anulação de Dotação
11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
18.542.0034.2033 – Manutenção do Fundo do Meio Ambiente
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
2405 00000 – Recursos Ordinários (Livres).....R$ 55.000,00

_____
Total.....R$ 55.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 27 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:BCDB6EB0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 128/2026

DECRETO Nº 128, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Comissão Municipal de Alfabetização, regulamenta sua organização e funcionamento e estabelece sua atuação como Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.373/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Alfabetização, prevista no art. 15 da Lei Municipal nº 1.373/2026, órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, articuladora e de acompanhamento, que exercerá as funções de Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização.
Parágrafo único. A Comissão Municipal de Alfabetização constitui instância permanente de governança educacional responsável pela articulação institucional, coordenação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização, atuando em consonância com a Política de Alfabetização do Estado do Paraná, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com as demais políticas públicas voltadas à garantia do direito à aprendizagem.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento da alfabetização e do letramento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III – promover a articulação entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, as unidades educacionais, gestores escolares, coordenações pedagógicas, professores e demais profissionais envolvidos na implementação da política;
IV – acompanhar os indicadores de aprendizagem, alfabetização e recomposição das aprendizagens, propondo estratégias para sua melhoria;
V – acompanhar a execução das ações previstas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Política de Alfabetização do Estado do Paraná e em outros programas correlatos;
VI – acompanhar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Alfabetização e dos respectivos Planos de Ação;
VII – incentivar e acompanhar ações de formação continuada destinadas aos profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VIII – emitir recomendações e propor encaminhamentos para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;
IX – acompanhar a implementação das avaliações diagnósticas e externas, analisando seus resultados para subsidiar o planejamento pedagógico da rede municipal;
X – elaborar relatórios, pareceres e registros referentes às ações desenvolvidas pela Comissão;
XI – propor estratégias voltadas à garantia da equidade, da inclusão e da aprendizagem de todas as crianças.

Art. 3º A Comissão Municipal de Alfabetização será composta por representantes dos seguintes segmentos:
I – Diretor(a) do Departamento Municipal de Educação e Cultura;
II – Coordenação Pedagógica do Departamento Municipal de Educação e Cultura;

III – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – RENALFA;
IV – Um representante das Direções das Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
V – Um representante da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil;
VI – Um representante das Coordenações Pedagógicas das instituições municipais de ensino;
VII – Um representante dos Professores da Pré-Escola;
VIII – Um representante dos Professores Alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
§ 1º Os membros titulares serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º A Presidência da Comissão será exercida pelo(a) Diretor(a) do Departamento Municipal de Educação e Cultura.
§ 3º A Secretaria Executiva será exercida pela Coordenação Pedagógica do Departamento Municipal de Educação e Cultura.
§ 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões, sem direito a voto, técnicos, profissionais da educação, representantes do Conselho Municipal de Educação, do Núcleo Regional de Educação, de instituições de ensino superior e de outros órgãos ou entidades cuja participação seja considerada relevante.

Art. 4º Compete ao Presidente da Comissão:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – aprovar as pautas;
III – coordenar as atividades da Comissão;
IV – encaminhar as deliberações;
V – representar institucionalmente a Comissão.

Art. 5º A Comissão reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada por sua Presidência ou mediante solicitação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º Todas as reuniões serão registradas em ata, contendo os assuntos discutidos, as deliberações aprovadas, os encaminhamentos definidos e os respectivos responsáveis.

Art. 7º A Comissão acompanhará anualmente a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Alfabetização e do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 8º A participação na Comissão constitui serviço público relevante, não remunerado.

Art. 9º O Departamento Municipal de Educação e Cultura prestará apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela própria Comissão, observada a legislação vigente.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 27 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:7D0C7610

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
NOTIFICAÇÃO PROCESSO LEGISLATIVO DE JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2026

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO DE JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2026

Notificante: Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas

Notificado: Excelentíssima Senhora Maria Edina de Andrade

Excelentíssima Senhora,

Esta Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, com elevado respeito, vem, notificá-la dos Termos do Ofício nº 231/26-OPD-GP relativo ao processo nº 146050/2025 e Acórdão de Parecer Prévio nº 158/2026-S1C de julgamento de contas da Senhora Chefe do Poder Executivo Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2024, que entendeu pela regularidade com ressalvas das contas de Vossa Excelência, na qualidade de Prefeita do Município de Prado Ferreira, relativas ao exercício de 2024.
Nos termos do art. 20, inciso VII, letra "h", da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira, foi designada a data de 31 de agosto de 2026, às 19h, para a Sessão de Julgamento de Contas relativas ao exercício de 2024, nos termos do Acórdão de Parecer Prévio nº 158/2026-S1C do Tribunal de Contas do Paraná:
Art. 20 Compete, privativamente, à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:
[...]
VII - tomar e julgar as contas anuais do Prefeito, incluídas as contas da Administração Indireta, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, no prazo de até 90 (noventa) dias do seu recebimento, observados o Regimento Interno e os seguintes preceitos: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)
[...]
h) observação do contraditório e da ampla defesa, devendo ser notificado o Prefeito, para querendo, apresentar a defesa que entender de direito, nos termos do Regimento Interno; (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 03/2023)

Desta forma, fica a Excelentíssima Senhora, notificada, para querendo exerça o direito ao contraditório e a ampla defesa, por si ou por procurador com poderes para o ato.

Após notificada a Excelentíssima Senhora, esta notificação será publicada no diário oficial.

Prado Ferreira, 27 de agosto de 2026.

Respeitosamente,

GEOVANI RIBEIRO DE OLIVEIRA
Vereador Presidente

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:07DDB836

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo Nº 170/2026
Dispensa de Licitação Nº 054/2026

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais,

conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de ergonomia, compreendendo a elaboração de Análise Ergonômica Preliminar (AEP) e Análise Ergonômica do Trabalho (AET), em conformidade com as disposições da Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), visando à identificação, avaliação e caracterização dos fatores de risco ergonômicos presentes nos ambientes e postos de trabalho do CISPAR.

CONTRATADO: RC Segurança e Medicina Do Trabalho LTDA
CNPJ/CPF: 38.928.121/0001-70
VALOR TOTAL: R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

Maringá – PR, 27 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:3DC8B90F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026 37ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026

37ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado, divulgado pelo Edital nº 014/2024 de 22 de fevereiro de 2024 e homologado através da Resolução nº 22/2024, resolve **RECONVOCAR OS APROVADOS ABAIXO LISTADOS, CONSIDERANDO AS SOLICITAÇÕES DE REPOSICIONAMENTO PARA O FINAL DA FILA DE CLASSIFICAÇÃO FORMALIZADAS PELOS CANDIDATOS**, para apresentação dos documentos pertinentes para nomeação até o prazo final de **03/09/2026**. O local para comparecimento será na sede do CISPAR, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677 - Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, em Maringá-PR, no horário das 08h às 17h.

Documentos necessários:

1)Cédula de Identidade RG ou protocolo da identidade e fotocópia; Cadastro de Pessoa Física CPF e fotocópia;
2) Certidão de reservista e fotocópia, quando couber;
3)Título de eleitor e fotocópia, comprovante de voto na ultima eleição ou justificativa da ausência e fotocópia;
4) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, quando couber;
6) Duas fotografias 3x4 recente, tirada de frente;
7) Atestado de sanidade física e mental;
8) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
9) Documentos comprovando a escolaridade e registro no órgão da classe e fotocópia (quando for o caso);
10) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal;
11) Última declaração do imposto de renda, ou declaração dos bens moveis e imóveis;
12) Inscrição do PIS/PASEP;
13) CTPS, Carteira de Trabalho e Previdência Social;
14) Conta salário na Caixa Econômica. (opcional).
15) Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (mínimo), quando couber.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO			
Nome	**Nota**	**Classificação**	**Modalidade**
Maria Madalena Carvalho De Faria Mariano	72,50	5º	Ampla Concorrência
Lucas De Paula Antoniassi	62,50	11º	Ampla Concorrência
Zenilton Costa	60,00	13º	Ampla Concorrência
Franciely Aparecida Contrigiani	60,00	14º	Ampla Concorrência
Juliane dos Reis Oliveira Miura	60,00	15º	Ampla Concorrência

O prazo para entrega dos documentos para aceitação do cargo se encerra no dia **03/09/2026 às 17h.**

O não comparecimento dentro do prazo estipulado significará a desistência do candidato, cabendo ao CISPAR convocar outro habilitado, obedecendo à ordem de classificação.

Maringá-PR, 27 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor-Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:CE16B4AA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

DESPACHO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO
(Dispensa de Licitação)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de infraestrutura completa e integrada de redes de computadores, instalações elétricas, videomonitoramento (CFTV) e acesso à internet, com fornecimento de materiais e mão de obra, visando atender às instalações do prédio anexo ao CISPAR.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 28.042,00 (Vinte e oito mil e quarenta e dois reais).

SETOR DEMANDANTE: Administração.

Considerando a Solicitação da Demanda, a justificativa da necessidade e a estimativa de despesa apurada na pesquisa de preços que instruem os autos, **TOMO CIÊNCIA** da contratação pretendida e **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**, para análise do enquadramento da contratação e adoção das demais providências administrativas cabíveis.

Determino a publicação do presente despacho, para fins de publicidade e transparência da instauração do processo administrativo.

A presente autorização refere-se exclusivamente ao prosseguimento da instrução processual, não constituindo autorização definitiva da contratação, que permanecerá condicionada ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Maringá – PR, 27 de agosto de 2026.

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Coordenador-Geral
Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:37DF76D2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 53, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 53, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Miraselva-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Miraselva-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 152/2025 e Parecer Técnico nº 29/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Miraselva-PR, no percentual de 53,44% (cinquenta e três inteiros e quarenta e quatro centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando- se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único			
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO			
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	23,03	60%
De 11 até 15	m³	3,58	60%
CATEGORIA RESIDENCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	46,06	60%
De 11 até 15	m³	7,17	60%
De 16 até 25	m³	8,09	60%
De 26 até 50	m³	10,13	60%
A partir de 51	m³	11,26	60%
CATEGORIA COMERCIAL/PODER PÚBLICO/INDUSTRIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	112,61	60%
A partir de 11	m³	14,73	60%

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS	
CUSTOS TARIFARIOS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOLICITADOS	
Descrição	**Valores Reajustados**
Taxa de reemissão de fatura	R$ 2,04
Ligação de água	R$ 716,70
Deslocamento ou troca de cavalete	R$ 170,64
Conserto de cavalete	R$ 46,03
Ligação de esgoto	R$ 0,00
Religação por falta de pagamento	R$ 85,31
Desligação por solicitação do usuário	R$ 0,00
Religação com lacre violado	R$ 76,72
Emissão de aviso de corte	R$ 0,00
Danificação de rede	R$ 204,77
Outros serviços diversos	R$ 0,00
Hidrômetro danificado pelo usuário	R$ 307,15
Religação por solicitação do usuário	R$ 42,66
Transferência de usuário	R$ 17,06

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:5F3D1029

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 54, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 54, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Entre Rios do Oeste-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou convênio com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Município de Entre Rios do Oeste-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;

CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 063/2025 e Parecer Técnico nº 27/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Entre Rios do Oeste-PR no percentual de 16,55% (dezesseis vírgula cinquenta e cinco centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.

Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulado de Saneamento do Paraná

Anexo Único		
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO		
CATEGORIA SOCIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	18,95
De 11 até 15	m³	2,02
CATEGORIA DOMICILIAR		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	37,90
De 11 até 20	m³	4,03
De 21 até 30	m³	4,30
De 31 até 40	m³	4,55
De 41 até 50	m³	5,06
A partir de 51	m³	6,06
CATEGORIA COMERCIAL/INDUSTRIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	67,93
De 11 até 20	m³	6,82
De 21 até 30	m³	7,06
De 31 até 40	m³	7,33
De 41 até 50	m³	7,56
A partir de 51	m³	7,74
CATEGORIA RURAL/PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 30	Mínimo	67,93
A partir de 31	m³	2,46
CATEGORIA RURAL ESPECIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 40	Mínimo	67,93
A partir de 41	m³	2,46
CATEGORIA PARQUES, CIRCOS, ETC.		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10 dias	TDS	866,26

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS			
SERVIÇOS			**VALOR À SER APLICADO**
Ligações de água			
Custo hidrômetro 3m³	À vista	Parcelas	362,21
	02 parcelas	-	375,00
	03 parcelas	-	383,52
Custo hidrômetro de 7m³ e 10m³	À vista		873,58
Custo demais materiais e serviços de ligações	À vista		485,79
	02 parcelas	-	502,83
	03 parcelas	-	517,75
Religação por corte			40,48
Corte com fita			25,57
Religação em horário especial			74,57
Violação de lacre			127,84
Violação de hidrômetro			191,76
Aferição de hidrômetro por pedido			44,74
Conserto de ligação			40,48
Suspensão ou religação por pedido			25,57
Mudança/Realocação de ligação			191,76
Caixa de proteção avulsa			159,80
2° via de fatura			5,33

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:AF5965A4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 60, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 60, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre reajuste dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Ibiporã-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Ibiporã-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo administrativo nº 120/2026 e Parecer Técnico nº 30/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida o reajuste aplicável ao munícipio de Ibiporã-PR, no percentual de 7,57 (sete inteiros e cinquenta e sete centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único			
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO			
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	20,00	70%
De 11 até 15	m³	4,20	70%
CATEGORIA RESIDENCIAL/RURAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	40,00	70%
De 11 até 50	m³	8,40	70%
De 51 até 80	m³	9,85	70%
De 81 até 110	m³	11,36	70%
A partir de 111	m³	13,18	70%
CATEGORIA COMERCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	52,99	70%
A partir de 11	m³	10,36	70%
CATEGORIA PODER PÚBLICO/INDUSTRIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	116,46	70%
De 11 até 100	m³	10,36	70%
A partir de 101	m³	11,08	70%

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS		
LIGAÇÕES DE ÁGUA		
Diâmetro de ligação para todas as categorias até 25mm	À vista R$ 328,63	3 parcelas R$ 109,55
Com diâmetro acima de 25 mm	Cabe contrato especial de ligação de acordo com o diâmetro a instalar.	
LIGAÇÕES DE ESGOTO		
Diâmetro de ligação para todas as categorias até 100mm	À vista R$ 164,34	3 parcelas R$ 54,79
Com diâmetro acima de 100 mm	Cabe contrato especial de ligação de acordo com o diâmetro a instalar.	
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA		
No cavalete por falta de pagamento no período diurno	R$ 23,91	
No cavalete por falta de pagamento no período noturno	R$ 54,71	
No cavalete por falta de pagamento com lacre violada	R$ 109,52	
No cavalete com hidrômetro / ligação violada	R$ 912,33	
DESLIGAMENTO		
Por solicitação do usuário	R$ 17,74	
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL		
Por solicitação do usuário	R$ 40,94	
CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA		
De encanador	R$ 29,18	
De auxiliar	R$ 21,93	
CONSUMO DE ÁGUA DESTINADO A CIRCOS, PARQUES, ETC		
Custo fixo de consumo até 15 dias	R$ 293,36	
Custo fixo mensal de consumo para permanência superior a 15 dias	R$ 470,76	
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO		
Por solicitção do usuário	R$ 37,54	

Por solicitação do usuário, acima de 1,50 m	R$ 218,32
AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO	
Emissão de segunda via de conta de água	R$ 3,65
Transferência de nome a pedido do usuário	R$ 3,65
Análise bacteriológica	R$ 480,61
Análise físico-química da água	R$ 480,61
Conserto de cavalete	R$ 71,20
Desentupimento de caixa de esgoto	R$ 47,44
Troca de registro	R$ 40,96
Hidrômetro roubado	R$ 292,08
Caixa de proteção para hidrômetros	R$ 105,09
Caminhão de água até 3m³, sem entrega	R$ 185,89
Caminhão de água acima de 3m³, sem entrega (valor por m³)	R$ 55,76
Hidrômetro quebrado	R$ 292,08

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EE91A5B5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 62, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o patrocínio do Orcispar à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RS), para apoio à realização do 13º Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO a importância da realização de eventos científicos voltados ao saneamento como espaços destinados ao debate, à troca de conhecimentos e à apresentação de temas relevantes relacionados à qualidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento técnico e científico, o aprimoramento das práticas de gestão e a disseminação de informações de interesse público;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o patrocínio, pelo Órgão Regulador de Saneamento do Paraná (Orcispar) à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RS), para apoio à realização do 13º Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:DCF0D1D0

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 239/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **CLAUDIA MANOELA GOMES GONÇALVES**, ocupante do cargo de **Chefe da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente**, inscrita no CPF nº **.**.589-48, **1 (uma) diária complementar**, no valor de **R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**, em razão da necessidade de prorrogação do período de afastamento referente à viagem oficial ao Município de **Santa Terezinha do Itaipu/PR**, objeto da **Portaria nº 232/2026**, com permanência até o dia **28 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. A diária complementar de que trata este artigo corresponde ao período excedente decorrente da prorrogação da permanência da servidora no Município de Santa Terezinha do Itaipu/PR, com novo pernoite e retorno ao Município de Prado Ferreira/PR no decorrer do dia **28 de agosto de 2026**, totalizando, juntamente com as **1,5 (uma e meia) diárias** anteriormente concedidas, **2,5 (duas e meia) diárias**, no valor total de **R$ 1.318,40 (mil trezentos e dezoito reais e quarenta centavos)**.

Art. 2º A prorrogação do afastamento decorre da necessidade de permanência da servidora para continuidade de sua participação no **2º Curso Regional de Compostagem – Formação de Técnicos e Gestores Municipais**, ficando a concessão da diária complementar condicionada à correspondente justificativa, nos termos dos arts. 6º e 16 da Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da **Portaria nº 232/2026**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 27 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:029982E7

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 08:00 horas do dia 14/09/2026, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MEDICAMENTOS PARA O SUPRIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA-PR.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 655.661,50 (Seiscentos e Cinqüenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Cinqüenta Centavos).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 27 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:7F63E18B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

TIPO: Menor preço
A Câmara Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará REALIZAR Licitação, sob modalidade supra, com as seguintes características: **Registro de preço para eventual compra de materiais de copa e cozinha, para uso nas dependências da Câmara Municipal de Quatro Barras Câmara Municipal de Quatro Barras, nos termos do ANEXO 1 – termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: as 8h00 do dia 28/08/2026 as 08h55 do dia 14/09/2026.
INICIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: 09h00 do dia 14/09/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário oficial de Brasília**.**
LOCAL: Portal Compras BR – www.comprasbr.com.br ´´Acesso identificado``.

O presente Edital tem por objeto Registro de preço para eventual
O edital completo poderá ser solicitado via e-mail compras.camara@quatrobarras.br.leg.br .Informações poderão ser obtidas pelo e-mail ou telefone (041)3671-3006, das 8h:00 às 12h00 e das 13:h00 as 17h:00.

Câmara Municipal de Quatro Barras, 27 de setembro de 2026

TALITA CORDEIRO DE LIMA RODRIGUES
Pregoeira

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:0AED719E

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ESCUTA PÚBLICA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB | CICLO 2

O Município de Quatro Barras, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, convida os agentes culturais, trabalhadores da cultura, representantes de coletivos, instituições culturais e demais interessados da sociedade civil para participar da **Escuta Pública da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, Ciclo 2**.
A escuta terá como objetivo **apresentar, discutir e receber contribuições da sociedade civil** acerca da alteração de planejamento PAAR e execução dos recursos da PNAB no Município, incluindo a minuta do edital de fomento à execução de projetos culturais e suas diretrizes.
Data: 08 de setembro de 2026
Horário: 19 horas
Local: CEU das Artes Borda do Campo
Participação: Presencial
A minuta está no link para consulta dos interessados.
https://docs.google.com/document/d/1SO_P2Xhe2zN_4zNdGm50Qm0n2wvqOAGj/edit?usp=sharing&ouid=116468463325994777745&rtpof=true&sd=true
As contribuições apresentadas durante a escuta serão registradas e sistematizadas para subsidiar o aperfeiçoamento da proposta e os encaminhamentos posteriores.

Quatro Barras, 27 de agosto de 2026.

WELLINGTON FÁBIO BENEDETTI
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:8D932E28

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.917/2026

Estabelece medidas excepcionais e temporárias no âmbito da Administração Pública Municipal em decorrência da transição, migração e implantação do novo sistema integrado de gestão pública, suspende prazos de processos administrativos, prorroga a validade de certidões, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o início da execução do Contrato de Prestação de Serviço nº 47/2026, firmado em 09 de junho de 2026, que tem por objeto o fornecimento de solução tecnológica integrada de Gestão Pública Municipal operando em plataforma web e ambiente de nuvem;
CONSIDERANDO a abrangência do novo ecossistema digital e a imperiosa necessidade de substituição e migração de expressiva volumetria de dados históricos atrelados a módulos críticos de gestão financeira, planejamento orçamentário, transparência, contabilidade, processos digitais e tributação;
CONSIDERANDO que o período de transição tecnológica e estabilização sistêmica implicará em indisponibilidade temporária de funcionalidades essenciais, bem como em severas limitações técnicas para a tramitação de processos administrativos e a extração fidedigna de dados e relatórios das bases legadas;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de primar pela segurança jurídica e pela regularidade de seus atos, obstando prejuízos aos administrados no exercício do contraditório e da ampla defesa, e resguardando a higidez processual em virtude da indisponibilidade sistêmica inerente ao período da migração;

DECRETA:
Art. 1º Fica suspenso, no período compreendido entre 28 de agosto de 2026 e 27 de setembro de 2026, o funcionamento do sistema de protocolo eletrônico do Município de Quatro Barras.
Parágrafo único. Durante o período estabelecido no caput, o recebimento de requerimentos, petições e documentos dar-se-á, excepcionalmente, por meio do protocolo físico presencial.
Art. 2º Ficam suspensos, no período de 28 de agosto de 2026 a 27 de setembro de 2026, os prazos processuais administrativos para apresentação de defesa, pedidos de reconsideração e interposição de recursos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.
§ 1º Em decorrência da tramitação em plataforma específica de licitação, a suspensão estatuída no caput deste artigo não se aplica aos processos e procedimentos licitatórios, cujos prazos e sessões públicas permanecerão inalterados e transcorrerão de forma regular.
§ 2º Os prazos administrativos abrangidos pela suspensão de que trata o caput deste artigo voltarão a transcorrer no dia 28 de setembro de 2026, restituindo-se aos interessados tempo igual ao que faltava para a sua complementação no momento da paralisação.
Art. 3º Fica prorrogado, excepcionalmente, para o dia 28 de setembro de 2026, o prazo de validade das certidões municipais de regularidade fiscal, mobiliária e imobiliária, cujos vencimentos ocorram estritamente dentro do período de transição e migração sistêmica (28 de agosto de 2026 a 27 de setembro de 2026).
Art. 4º Os Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) – guias emitidas/registradas e com vencimento para o período de 28 de agosto de 2026 a 27 de setembro de 2026, permanecem com prazo inalterado e devem ser recolhidas nos prazos previstos nas instituições financeiras.
Parágrafo Único. Os recolhimento de Taxas relativas à remoção, apreensão, guarda, depósito e custódia diária dos veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, no período de 28 de agosto de 2026 a 14 de setembro de 2026, deverão ser realizados mediante depósito bancário e a certidão de quitação deverá ser retirada no Departamento de Cadastro e Tributação.

Art. 5º Ficam suspensos, no período de 28 de agosto de 2026 a 14 de setembro de 2026, a:
I – emissão de novas guias de recolhimento de impostos e taxas;
II – efetivação de novos acordos de parcelamento da dívida ativa;
III – encerramento da escrita fiscal – DMS (Declaração mensal de Serviços Tomados e Prestados).
Art. 6º Permanece inalterada a prestação dos demais serviços essenciais realizados pelo Município, cabendo aos titulares das Secretarias Municipais a adoção das medidas contingenciais cabíveis para mitigar os impactos da transição tecnológica em suas respectivas pastas.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 27 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Município

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7F70C841

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em tecnologia da informação, compreendendo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, bem como apoio técnico à gestão da infraestrutura de TI da PREVIBARRAS, incluindo atividades de monitoramento, diagnóstico e suporte operacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo 01) do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 02/2026 e seus ANEXOS.
PROCESSO: 15/2026-Previ.
CONTRATANTE: Previdência Social do Município de Quatro Barras – PREVIBARRAS.
CONTRATADO: RENATO DOS SANTOS.
VALOR TOTAL: R$ 15.588,00 (quinze mil, quinhentos e oitenta e oito reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.40.00.
EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II c/c o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Quatro Barras, 27 de agosto de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:453CC78D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2022

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de transporte escolar terrestre para acesso e a permanência dos alunos das escolas da rede pública em área rural, através da Secretaria Municipal de Educação de Quatro Barras, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 56/2022.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: AGILE SERVIÇO ESPECIALIZADO LTDA, CNPJ nº 32.040.904/0001-37.

DO OBJETO: Constitui o objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência do Contrato, nos termos previstos em sua "**CLÁUSULA QUARTA: "DA VIGENCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS"**".

DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 05 de setembro de 2026 com término em 04 de setembro de 2027.

DO VALOR: Para novo período, ficam reajustados os valores unitários dos itens com base no IPCA/IBGE acumulado entre os meses de agosto de 2025 e julho de 2026, que representa 4,443% e atualiza o valor global do Contrato para R$ 672.786,70 (seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no Processo administrativo nº 12.371/2026, com Parecer Jurídico nº 268/2026, no amparo legal no artigo art. 57, inciso IV da Lei n° 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:E467C383

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2022

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de transporte escolar terrestre para acesso e a permanência dos alunos das escolas da rede pública em área rural, através da Secretaria Municipal de Educação de Quatro Barras, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 56/2022.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: HEINDYK E RIBEIRO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA, CNPJ nº 32.040.904/0001-37.

DO OBJETO: Constitui o objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência do Contrato, nos termos previstos em sua "**CLÁUSULA QUARTA: "DA VIGENCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS"**".

DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 05 de setembro de 2026 com término em 04 de setembro de 2027.

DO VALOR: Para novo período, ficam reajustados os valores unitários dos itens com base no IPCA/IBGE acumulado entre os meses de agosto de 2025 e julho de 2026, que representa 4,443% e atualiza o valor global do Contrato para R$ 130.885,07 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e oito reais e vinte e seis centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal, Senhor Loreno Bernardo Tolardo, exarada no Processo administrativo nº 12.372/2026, com Parecer Jurídico nº 279/2026, no amparo legal no artigo art. 57, inciso IV da Lei n° 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:3ED4C12B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°122/2026

DECRETO Nº122/2026

Súmula: Declara de utilidade pública obras de implantação e pavimentação da Rodovia PR-218, incluindo a implantação de ponte, no trecho entre os municípios de Querência do Norte/PR a Icaraim/Pr., com extensão aproximada de 37,2786 KM

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de realização da obra de pavimentação da Rodovia PR-218, incluindo a implantação de ponte sobre o rio Ivaí, no trecho entre os municípios de Querência do Norte/PR a Icaraima/PR, com extensão da estrada de 37,2786 KM, com as seguintes coordenadas:

Início: 224718,257 m E;
7420553,511 m S

Final: Querência 245199,404 m E ;
7443523,407 m S

Art. 2º O ônus decorrente de eventuais desapropriações e instituição de servidão administrativa de passagem de área a que se refere o artigo 1º do presente Decreto, não serão de responsabilidade do Município de Querência do Norte- Pr.,

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte –PR, 27 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:FE48C3E7

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXONERAÇÃO

DECRETO Nº.121/2026

SÚMULA: Exonera servidora em razão da concessão deaposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
O Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, **ALEX SANDRO FERNANDES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO os Ofícios n.º 217/2026, 229/2026 e 261/2026, expedidos pela Secretaria Municipal de Administração Geral, que instruem o presente procedimento administrativo;
CONSIDERANDO a Carta de Concessão de Benefício Previdenciário e a Memória de Cálculo do Benefício expedidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
CONSIDERANDO que restou comprovada a utilização do tempo de contribuição referente ao vínculo ativo mantido com o Município de Querência do Norte para a concessão de aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica do Município, que concluiu pela impossibilidade de manutenção do vínculo funcional após a concessão da aposentadoria mediante utilização do tempo de contribuição do cargo efetivo ocupado neste Município;
CONSIDERANDO que foi assegurado a servidora o direito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do processo para apuração dos fatos
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado a vacância, por motivo de exoneração da servidora **MARIA JURACI PERIPOLLI**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.7**.**8-3 e inscrita no CPF nº 660.***.***-72, ocupante do cargo efetivo de **Agente Administrativo**, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho**, em razão da concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, mediante a utilização do tempo de contribuição referente ao vínculo ativo mantido com o Município de Querência do Norte.
Art. 2º A exoneração produzirá efeitos a partir de 31/08/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 26 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:A5A82790

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°112/2026

PORTARIA Nº 112/2026

Súmula: Designar Gestor e Fiscal de Convênio.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor JONATAS BERNARDES PERIPOLLI, portador do RG nº 6.092.575-5, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, para responder como Gestor do Convênio; e, como Fiscal, designar o servidor ADRIANO TOLEDO PIZA, portador do RG nº 1.461.742 SSP/MS, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, ocupante do cargo de DIRETOR DE AGRICULTURA, para atuar e auxiliar na gestão e fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 27 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:2F64D88C

LICITAÇÃO
ADITIVO 23/2024

7º TERMO ADITIVO – CONTRATO 23/2024
CREDENCIAMENTO nº 01/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2024
Vencimento 13/02/2027

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominadas CONTRATANTES doravante denominadas CONTRATANTES **DEUZANIRA DOMINGOS DA SILVA**, CNPJ sob o nº 53.409.685/0001-90, com sede na AVENIDA BRASIL PARANA, 2090 - CEP: 87930000 - bairro: Centro, Querência do Norte/PR, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e

domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa DEUZANIRA DOMINGOS DA SILVA, brasileira.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR, com base no do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 13/02/2027 com início do aditivo em 13/08/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor do aditivo será de R$ 12.905,76 (Doze Mil, Novecentos e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos), referente a 1.336 horas.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 27 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES	***DEUZANIRA DOMINGOS DA SILVA***
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:35311C4D

LICITAÇÃO
PE 27/2026 NITROGENIO

PREGÃO ELETRONICO Nº 27/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
CNPJ: 85.093.524/0001-27

Querência do Norte PR, 27 DE AGOSTO DE 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:97055955

LICITAÇÃO
PE 32/2026 MATERIAL PARA POÇOS TUBULARES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 32/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-
OBJETO: aquisição de materiais para 02 (dois) poços tubulares profundos no Assentamento Sebastião da Maia, no âmbito Programa Água No Campo.
ABERTURA**: 10 de Setembro de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br

– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 27 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:EAB825B3

LICITAÇÃO
TA CONT.177.2025

MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE
Estado do Paraná Exercício: 2026
Concorrencia Eletronica nº 04/2025 **– CONTRATO Nº 177/2025**
LEI FEDERAL 14.133/2021 TERMO ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº.177/2025, decorrente de Concorrencia Eletronica nº 04/2025 – SAM 63, convenio 187/2025 – SECID para CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER) – Meu Campinho, Praça Félix, NO MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, conforme descrito na planilha orçamentária e demais anexos do edital..

O **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa IVAI SOLUCOES EM SERVICOS LTDA , inscrita no CNPJ sob nº. 01.467.443/0001-50, neste ato representada por RUAN CARLOS WESSLER BROTTI portador do CPF sob n° 077.***.599-** acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo aditivo tem por objeto - dilatação do prazo de vigência de 90 dias, contados a partir de 24/08/2026, com término em 22/11/2026, nos termos do artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 25 de agosto de 2026

Contratante
ALEX SANDRO FERNANDES
Municipio de Querencia do Norte
CNPJ:76.973.692/0001-16

Contratada
RUAN CARLOS WESSLER BROTTI
Ivai Solucoes em Servicos LTDA
CNPJ01.467.443/0001-50

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:857A08FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°112/2026

DECRETO LEGISLATIVO N°112/2026

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Poder Executivo, referente ao Exercício Financeiro de 2023.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas anuais do Poder Executivo, relativas ao exercício financeiro de 2023, do Prefeito Municipal, Sr. José Ribeiro de Moura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, em 27 de agosto de 2026.

VEREADOR CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:46261FE6

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°113/2026

DECRETO LEGISLATIVO N°113/2026

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Poder Executivo, referente ao Exercício Financeiro de 2024.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas anuais do Poder Executivo, relativas ao exercício financeiro de 2024, do Prefeito Municipal, Sr. José Ribeiro de Moura.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, em 27 de agosto de 2026.

VEREADOR CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:0015D8FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2026.
O Município de Quitandinha/Pr torna público que fará realizar, às 9 horas do dia 09 de outubro do ano de 2026, na plataforma bllcompras.com, **CONCORRÊNCIA,** na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, por lote, da(s) seguinte(s) obra(s):

Lote	Local do Objeto	Objeto	Quantidade e Unidade de Medida	Prazo de Execução
1	Bairro Centro	Pavimentação em CBUQ	7.901,61 m²	180 dias
2	Bairro Centro	Pavimentação em CBUQ	7.682,24 m²	180 dias
3	Bairro Centro	Pavimentação em CBUQ	7.191,89 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Quitandinha e na plataforma bllcompras.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Quitandinha, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:19F3DA69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 70, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 70, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

"Suplementação por excesso de arrecadação para o orçamento geral do exercício de 2026, no valor de R$ 8.400.000,00".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Municipal nº 1.351/2025, de 12 de dezembro de 2025 e Lei Federal n º 4.320/64. :
DECRETA

Art. 1 º - Ficam suplementada as seguintes dotações orçamentárias em R$ 8.400.000,00 (Oito milhões e quatrocentos mil reais), conforme abaixo especificadas:

05 – S M DE DESENV URBANO, INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTE
501 – S M DE DESENV URBANO, INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTE
26.782.0005.103 – PAVIMENTAÇÃO/ASFALTO E OBRAS COMPLEMENTARES
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações
1282 – 979 – Conv Estadual – Pav Rua do Lavrador.....R$ 1.000.000,00
1283 – 811 – Conv Est 811/2026 – Pavimentações Diversas.....R$ 7.000.000,00

10 – SECR MUN DESENV RURAL, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
100 – SECR MUN DESENV RURAL, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
20.606.0013.2028 – MANUT DA SECR MUN DESENV RURAL, AGRIC E ABASTECIMENTO
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações
4781 – 975 – Barracão Industrial e Comercio – Conv Federal .....R$ 400.000,00

TOTAL.....R$ 8.400.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de excesso de arrecadação, para o orçamento geral do exercício:

	Excesso de Arrecadação	
979	Transf Conv estadual – Pav Rua do Labrador	1.000.000,00
811	Transf Conv Est 811/2026 – Pavimentações Diversas	7.000.000,00
975	Transf Barracão Industrial e Comercio – Conv Federal	400.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 8.400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 27 de agosto de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9F17F6D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 10/2026 – TESTE SELETIVO 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 10/2026 – Teste Seletivo 01/2026

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	**Nome**	**Cargo**	**Localidade**
42ª	**NILVA CORREA PINTO**	**PROFESSOR FUNDAMENTAL**	**GERAL**

43ª	PATRICIA SILVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
44ª	BRUNA ELEN DA CRUZ SEMBARSKI	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
45ª	CAMILA ROGOSKI FIGURA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
46ª	REGINA KAIS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
47ª	DEISE KIARA ROCHA DOS SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
48ª	ERONI TERESINHA MICALUZ DE LIMA	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL
49ª	ITAMARA CRISTIANE DOS SANTOS	PROFESSOR FUNDAMENTAL	GERAL

Quitandinha, 27 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:3D121DB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 36/2026 – TESTE SELETIVO 01/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 36/2026 – Teste Seletivo 01/2025

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
57ª	RAFAELE CORREA VAZ	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
58ª	LARA DAGNOL	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
59ª	EVELIN CRISTIANE DE SOUZA CAMARGO	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
60ª	EMANUELLE SOPHIA DE JESUS LEMOS	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
61ª	EVELYN FERREIRA RIBEIRO	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
62ª	GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA REIS	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
63ª	ELOISA GLONEK	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL
64ª	GABRIELA DE JESUS SANTANA	ASSISTENTE DE ALUNOS	GERAL

Quitandinha, 27 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:1CA56178

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 65/2026 – TESTE SELETIVO 01/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

Edital de Convocação 65/2026 – Teste Seletivo 01/2024

A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
28ª	LENECI DE FATIMA NENEMANN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Geral

Quitandinha, 27 de agosto de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:322B15E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 005/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 005/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DEQUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, **JOSÉ RIBEIRO DE MOURA,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Quitandinha – PR, publicado em 29 de julho de 2026;
Considerando o Edital nº 003/2026 com o resultado dos pedidos de isenção, publicado em 26 de agosto de 2026;
Considerando a necessidade de retificar informações;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - Fica retificado o resultado dos pedidos de isenção, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Quitandinha – PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital.
Art. 2º - Considerando que a cada candidato **é permitidaUMA ÚNICA INSCRIÇÃO neste Concurso Público**. Em caso de registro de mais de uma inscrição pelo mesmo candidato, vale a última inscrição paga ou isenta, com base no número da inscrição.
Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, Estado do Paraná,27de agostode 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito do Município deQuitandinha - PR

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:11C9224D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 069/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no **CNPJ N° 49.875.336/0001-97.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 7.563,80 (Sete mil quinhentos e sessenta três reais e oitenta centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei

Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:C68D05DF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292/09/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a Função de Gestor e Fiscais de Contratos Administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do poder Executivo Municipal para acompanhamento e fiscalização de Execução de "Contrato de Pavimentação Asfáltico".

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos administrativos por representantes especialmente designados pela Administração.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscais do Contrato, no âmbito de Administração Direta e Indireta do poder Executivo Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – PR, referente aos procedimentos licitatórios e consequentemente seus respectivos contratos administrativos **referentes à execução das seguintes obras públicas:**

I – Obra de Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ na Estrada da Gleba 15, com área pavimentada de 16.116,00 m², compreendendo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, execução de base e sub-base, revestimento asfáltico, meio-fio com sarjeta, sinalização viária, drenagem, ensaios tecnológicos e instalação de placa de obra, objeto da Concorrência Eletrônica nº007/2026, Processo Administrativo nº 067/2026 – SAM 53, vinculada ao Termo de Convênio nº 965/2025.

Art. 2º - Ficam designados os seguintes servidores para exercerem as funções de Gestão e Fiscalização dos contratos mencionados no artigo anterior:

NOME	FUNÇÃO	CPF	RG
Almir Rogério Domingos	Gestor de Contratos	044.485.279-48	7.306.676-0
João Alex Lagos Coelho	Fiscal de Contratos	026.802.339-56	6.263.871-0
Mauro Ota Rodrigues	Fiscal dos Contratos Substituto	446.294.949-87	2.007.541-9

Art. 3º - Compete ao Gestor e aos Fiscais dos Contratos acompanhar, fiscalizar e verificar a fiel execução contratual, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos instrumentos contratuais, projetos, memoriais descritivos, cronogramas físico-financeiros e demais normas aplicáveis.

Art. 4º - O exercício das funções de Gestor e Fiscal de Contrato será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO",

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 27 de Agosto de 2.026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:3E0CBDFF

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE,** Estado do Paraná**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.1320001/94, através do Prefeito Municipal Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, RECONHECE, com fundamento no caput do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:

PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE 01 (UM) SERVIDOR MUNICIPAL NO EVENTO DENOMINADO "24º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO E 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PREVIDÊNCIA", PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS - APEPREV, A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 16 A 18 DE SETEMBRO DE 2026, NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme especificações constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIÁRIAS MUNICIPAIS – APEPREV, inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.089/0001-61

VALOR TOTAL: R$ 2.050,00 (Dois mil e cinquenta reais).
HOMOLOGADO: 27 de agosto de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, a Autoridade Superior **RATIFICA** a contratação e visando a eficácia dos atos, publique-se na situação de Inexigibilidade, com amparo na legislação supracitada

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 27 de agosto de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:6D263E93

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
Processo Adm. Nº 067/2026
Objeto: Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ com área de 16.116,00 m², incluindo serviços preliminares, fresagem e demolição do pavimento existente, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Local: Estrada Rural Gleba XV - Rancho Alegre D'Oeste/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 3.969.000,00(três milhões e novecentos e sessenta e nove mil reais):**IDEAL CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA(07240596000146) com os lotes: 1 no valor total de R$ 3.969.000,00 (três milhões e novecentos e sessenta e nove mil reais).**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, resolve **HOMOLOGAR** o resultado dos trabalhos apresentados pela

Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

RANCHO ALEGRE D'OESTE (PR), quinta-feira, 27 de agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:A07105EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 5.093, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta o uso e a aquisição de assinaturas e licenças de ferramentas de Inteligência Artificial e de serviços digitais de comunicação institucional, estabelece o regime de adiantamento e reembolso dessas despesas, e dá outras providências, no âmbito do Poder Executivo do Município de Realeza, Estado do Paraná.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública a busca contínua pela modernização dos processos de trabalho, pela otimização dos recursos públicos e pela entrega de serviços de maior qualidade e celeridade aos cidadãos;
CONSIDERANDO o notável desenvolvimento das tecnologias de Inteligência Artificial (IA), especialmente aquelas baseadas em grandes modelos de linguagem (Large Language Models – LLM) e algoritmos generativos, capazes de processar grandes volumes de dados, auxiliar na redação de documentos, realizar análises estruturadas e automatizar rotinas, impactando diretamente a produtividade no serviço público;
CONSIDERANDO a necessidade de modernização da comunicação institucional do Município por meio das redes sociais, incluindo a verificação oficial de perfis e o impulsionamento estratégico de postagens de interesse público, em consonância com os princípios da publicidade e da transparência administrativas;
CONSIDERANDO a inviabilidade técnica e econômica de a Administração Municipal promover a contratação centralizada de licenças corporativas de ferramentas de Inteligência Artificial e de plataformas de comunicação digital para todos os seus setores, em razão do alto custo, da variação cambial e da rápida obsolescência dessas ferramentas;
CONSIDERANDO que o regime de adiantamento e reembolso apresenta-se como a solução administrativa mais econômica, ágil e proporcional, permitindo que os servidores e unidades que efetivamente necessitem dessas ferramentas as adquiram de forma individualizada, mediante rigoroso controle de prestação de contas;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), notadamente seu artigo 95, § 2º, que admite o pagamento direto em situações de prestação de serviços de pronto pagamento;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer balizas éticas, de transparência e de governança para o uso de sistemas de Inteligência Artificial na Administração Pública Municipal, garantindo o respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei Federal nº 13.709/2018) e a responsabilidade humana sobre os atos administrativos;

D E C R E T A:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Este Decreto estabelece os critérios, as diretrizes de governança e os procedimentos administrativos para o uso, a aquisição, o ressarcimento e o reembolso de despesas decorrentes de assinaturas e licenças de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) e de serviços digitais de comunicação institucional para utilização estritamente no interesse da Administração Pública Municipal de Realeza.
Art. 2º Para os fins de aplicação deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:
I – Ferramentas de Inteligência Artificial (IA): programas de computador, plataformas online, sistemas ou aplicativos que utilizam algoritmos avançados, aprendizado de máquina (machine learning) e modelos de linguagem para realizar tarefas cognitivas, gerar textos, analisar dados e automatizar rotinas;
II – Licença ou Assinatura: permissão de uso de ferramenta de IA ou de serviço digital, geralmente comercializada sob a modalidade de Software as a Service (SaaS), mediante pagamento de mensalidade ou anuidade pelo usuário titular da conta;
III – Serviços Digitais de Comunicação Institucional: plataformas de redes sociais que oferecem planos pagos com recursos ampliados de gestão, alcance e visibilidade, incluindo verificação oficial de perfis e serviços de impulsionamento de publicações;
IV – Reembolso ou Ressarcimento: a restituição financeira realizada pela Administração Pública Municipal ao servidor solicitante, equivalente ao valor comprovadamente despendido na aquisição do serviço, respeitados os limites máximos fixados neste Decreto e mediante prévia autorização e posterior prestação de contas;
V – Usuário Autorizado: o servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, lotado na Administração Direta do Município, que obteve deferimento prévio da autoridade competente para utilizar serviço com custeio subsidiado pelo erário municipal.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES DE GOVERNANÇA, ÉTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 3º A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial subsidiadas pelo Município de Realeza sujeita-se a rigorosos padrões de governança tecnológica, devendo os servidores observar os princípios da transparência, da impessoalidade, da responsabilidade e da mitigação de riscos.
Art. 4º É expressamente vedado ao servidor público municipal, no uso das ferramentas de Inteligência Artificial de que trata este Decreto:
I – inserir, compartilhar ou submeter aos algoritmos das plataformas comerciais qualquer dado pessoal sensível, dado pessoal de acesso restrito ou informações de munícipes protegidas pela LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), sem a prévia anonimização estrutural dos dados;
II – inserir informações classificadas como sigilosas, documentos preparatórios não tornados públicos, senhas de acesso a sistemas governamentais, chaves de segurança ou códigos-fonte de propriedade do Município;
III – delegar integralmente à Inteligência Artificial a tomada de decisão administrativa que afete direitos ou obrigações de cidadãos, servidores ou empresas, devendo a ferramenta atuar exclusivamente como mecanismo auxiliar, preparatório e consultivo;
IV – utilizar as plataformas para finalidades alheias ao serviço público, para benefício pessoal, para atividades político-partidárias ou para a geração de conteúdo ofensivo, discriminatório ou ilícito.
Art. 5º O servidor público que operar a ferramenta de Inteligência Artificial assume integral e exclusiva responsabilidade funcional, civil e penal por todo o conteúdo gerado pela ferramenta que vier a ser incorporado em documentos oficiais, pareceres, despachos, minutas, planilhas ou decisões administrativas.
Parágrafo único. É dever inescusável do servidor realizar a revisão crítica e a validação fática e jurídica de todas as informações, citações normativas, cálculos e textos produzidos pela Inteligência Artificial antes de sua utilização em expedientes oficiais do Município.

CAPÍTULO III
DAS ASSINATURAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Art. 6º O reembolso das despesas com assinaturas de ferramentas de Inteligência Artificial será concedido de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada secretaria ou órgão, não constituindo direito subjetivo do servidor.
Art. 7º A quantidade de licenças passíveis de reembolso fica restrita aos seguintes limites, por unidade administrativa:
I – até 02 (duas) licenças para a Secretaria Municipal de Finanças;
II – até 02 (duas) licenças para a Secretaria Municipal de Administração;
III – até 02 (duas) licenças para a Procuradoria Jurídica do Município;
IV – até 01 (uma) licença para o Gabinete do Prefeito Municipal.
Parágrafo único. O Prefeito Municipal poderá ampliar os limites estabelecidos nos incisos deste artigo mediante despacho fundamentado em justificativa técnica do secretário da pasta interessada, desde que demonstrada efetiva necessidade operacional e existência de dotação orçamentária.
Art. 8º O montante a ser reembolsado mensalmente a cada servidor autorizado fica estritamente limitado ao valor máximo de R$ 200,00 (duzentos reais).
§1º Caso a ferramenta de Inteligência Artificial seja comercializada em moeda estrangeira (Dólar, Euro, etc.), o reembolso será efetuado em moeda nacional, utilizando como base de cálculo o valor exato debitado na fatura do cartão de crédito ou meio de pagamento do servidor, incluindo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e demais tarifas bancárias incidentes sobre a transação internacional, respeitado, em qualquer hipótese, o teto global fixado no caput deste artigo.
§2º Se o valor total da assinatura, convertida para a moeda nacional e somada aos tributos, ultrapassar o teto estipulado no caput, caberá ao servidor arcar com o excedente a título de contrapartida pessoal.
§3º O servidor poderá optar pela contratação de licença anual, desde que o valor total rateado pelos meses do ano não ultrapasse o limite mensal previsto neste artigo, sendo o reembolso processado mensalmente ou de forma integral, condicionado à sistemática de prestação de contas adotada.

CAPÍTULO IV
DOS SERVIÇOS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 9º O Município de Realeza poderá custear, pelo regime de adiantamento e reembolso disciplinado neste Decreto, os seguintes serviços digitais de comunicação institucional, destinados exclusivamente à gestão dos perfis oficiais da Prefeitura nas redes sociais:
I – assinatura de plano pago em plataforma de rede social (Meta One Avançado ou equivalente), para acesso a recursos ampliados de gestão, análise de desempenho de publicações e ferramentas de criação de conteúdo institucional;
II – contratação de verificação oficial de perfil (selo de autenticidade) nas plataformas de redes sociais em que o Município mantiver presença institucional ativa, conferindo maior credibilidade e segurança ao cidadão;
III – impulsionamento de publicações nas redes sociais oficiais do Município, com finalidade estritamente institucional, voltado à ampliação do alcance de comunicados, campanhas de saúde, segurança pública, serviços e eventos municipais de interesse da população.
§1º A utilização dos serviços descritos nos incisos deste artigo é restrita aos perfis oficiais do Município de Realeza, vedada qualquer vinculação a perfis de cunho político-partidário, pessoal ou de entidades privadas.
§2º O servidor responsável pela área de comunicação institucional do Município é o usuário autorizado a contratar os serviços previstos neste artigo, sendo o responsável direto pela gestão, conteúdo e comprovação do uso das ferramentas.
Art. 10 O limite mensal de reembolso para os serviços digitais de comunicação institucional obedece aos seguintes tetos:
I – assinatura de plano de rede social: até R$ 200,00 (duzentos reais) mensais;

CAPÍTULO V
DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11 O servidor interessado em utilizar ferramenta de Inteligência Artificial ou serviço digital de comunicação institucional com subsídio municipal deverá instruir processo administrativo eletrônico prévio, contendo os seguintes documentos:
I – requerimento padrão assinado pelo servidor;
II – justificativa técnica detalhada, explicitando quais rotinas de trabalho serão otimizadas ou qual objetivo de comunicação institucional será alcançado com o uso do serviço e qual ferramenta específica pretende contratar;
III – anuência expressa da chefia imediata e do Secretário Municipal da pasta correspondente, atestando a conveniência e a oportunidade do uso da ferramenta para as atividades do setor.
Art. 12 Uma vez autorizado o pedido formulado nos termos do artigo 11, o servidor realizará a contratação em seu próprio nome, devendo, para obter o ressarcimento, apresentar mensalmente os seguintes documentos comprobatórios:
I – nota fiscal, recibo ou fatura emitida pela empresa fornecedora do serviço, constando o detalhamento do serviço prestado, a data de emissão e o valor cobrado;
II – comprovante da efetiva quitação da despesa, consubstanciado na fatura do cartão de crédito do servidor acompanhada do comprovante de pagamento ou comprovante de transferência bancária internacional;
III – declaração simples firmada pelo servidor, atestando que o serviço esteve disponível e foi efetivamente utilizado para fins profissionais e institucionais no mês de referência;
§1º Documentos fiscais ou recibos em língua estrangeira serão aceitos para fins de prestação de contas, prescindindo de tradução juramentada, desde que seja possível a identificação clara do prestador do serviço, do período de referência e do valor cobrado.

CAPÍTULO VI
DA FISCALIZAÇÃO, AUDITORIA E SANÇÕES

Art. 13 O Departamento de Contabilidade e a unidade de Controle Interno do Município realizarão o exame formal de conformidade dos processos de reembolso disciplinados por este Decreto, verificando a autenticidade dos comprovantes e a observância dos limites financeiros estabelecidos.
Art. 14 A Administração Municipal, a qualquer tempo, por meio de seus órgãos de controle e de tecnologia da informação, poderá auditar o uso das ferramentas custeadas com recursos públicos, exigindo do servidor a demonstração prática da utilização do software nas rotinas de trabalho.
Art. 15 A inobservância das diretrizes estabelecidas neste Decreto, bem como o uso das plataformas para fins particulares ou em prejuízo do serviço público, acarretará:
I – a suspensão imediata e irrevogável do direito ao reembolso;
II – a obrigação de restituição integral e atualizada ao erário municipal dos valores indevidamente percebidos;
III – a apuração de responsabilidade disciplinar mediante a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 O ressarcimento de que trata este Decreto ocorrerá exclusivamente a partir da data de sua publicação, sendo vedado o reembolso retroativo por assinaturas ou serviços adquiridos e pagos em período anterior à vigência desta norma.
Art. 17 A Secretaria Municipal de Finanças e Administração, em conjunto com a área responsável pela comunicação institucional do Município, poderá expedir instruções normativas complementares para detalhar os fluxos de solicitação, listar ferramentas de IA previamente recomendadas ou homologadas e orientar os servidores quanto às técnicas seguras de interação com os algoritmos.
Art. 18 As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias de cada secretaria ou unidade municipal, suplementadas se necessário, observadas as regras de responsabilidade fiscal.
Art. 19 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão resolvidos pela Procuradoria Jurídica do Município em conjunto com o Departamento de Contabilidade, submetidos à deliberação final do Chefe do Poder Executivo.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza, 27 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:791A86A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 295/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: 60.793.584 ANGELO DENGO
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$355.417,83 (Trezentos e Cinqüenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Dezessete Reais e Oitenta e Três Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 288/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE: LICITAÇÃO Pregão Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$29.531,25 (Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:0E71B042

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2.748, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Renascença – PMAR, estabelece princípios, diretrizes, objetivos, eixos de atuação, mecanismos de governança, acompanhamento, monitoramento e avaliação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, especialmente suas disposições relativas às finalidades da Educação Infantil, aos objetivos do Ensino Fundamental, à alfabetização plena, à formação de leitores e à garantia da aprendizagem;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município de Renascença e suas disposições relativas ao direito à educação, à qualidade do ensino, à atuação prioritária do Município e ao regime de colaboração entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.446, de 18 de junho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de Renascença, especialmente suas metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, à alfabetização, à formação continuada, à avaliação, à inclusão e à qualidade da educação;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, especialmente as disposições destinadas à garantia de sistema educacional inclusivo, acessibilidade, participação e aprendizagem;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil e as competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades pedagógicas de cada etapa;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.407, de 12 de julho de 2022, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para estabelecer o compromisso da Educação Básica com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 506, de 28 de maio de 2024, e demais atos normativos relacionados às ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que instituiu o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, destinado ao reconhecimento dos esforços realizados pelos entes federativos na implementação de políticas, programas e estratégias voltadas à alfabetização;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e fortalece a alfabetização como política pública de Estado, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2026–2036, especialmente seus objetivos, metas e estratégias relacionados à alfabetização, à aprendizagem, à equidade, à inclusão e à redução das desigualdades educacionais;

CONSIDERANDO as orientações vigentes do Ministério da Educação para formulação, institucionalização, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Renascença, uma política pública permanente, planejada, articulada, monitorada e avaliada, destinada à garantia do direito à alfabetização na idade certa e à continuidade das aprendizagens;

DECRETA

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Renascença – PMAR, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, como política pública educacional permanente destinada a assegurar o direito à alfabetização, à continuidade das aprendizagens e à formação de leitores.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a alfabetização constitui processo pedagógico sistemático e intencional próprio do Ensino Fundamental, com prioridade para o 1º e o 2º anos, observados os direitos e objetivos de aprendizagem estabelecidos pela legislação educacional vigente e pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
§ 2º A Política compreenderá ações de acompanhamento, consolidação e recomposição das aprendizagens no 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental para os estudantes que delas necessitarem.
§ 3º A Educação Infantil integra a trajetória educacional da criança e participa desta Política exclusivamente no âmbito das ações próprias da etapa, relacionadas ao desenvolvimento integral, à oralidade, à escuta, à literatura, às interações, às brincadeiras e às experiências significativas com a cultura escrita, não se constituindo em etapa destinada à alfabetização formal.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com:
I – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
II – as Diretrizes Curriculares Nacionais;
III – o Referencial Curricular adotado pela Rede Municipal de Ensino;
IV – o Plano Nacional de Educação;
V – o Plano Estadual de Educação;
VI – o Plano Municipal de Educação;
VII – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VIII – as políticas educacionais desenvolvidas em regime de colaboração entre União, Estado do Paraná e Município; e
IX – as demais normas educacionais vigentes.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – a alfabetização como direito de aprendizagem de toda criança;
II – a garantia de aprendizagem com qualidade e equidade;
III – o respeito à infância e às especificidades das etapas da Educação Básica;
IV – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
V – o respeito à autonomia pedagógica dos professores e das instituições de ensino, observadas as normas curriculares;
VI – a valorização dos profissionais da educação;
VII – o respeito aos diferentes ritmos e percursos de aprendizagem;
VIII – a educação inclusiva e a eliminação das barreiras à participação e à aprendizagem;
IX – a redução das desigualdades educacionais;
X – a continuidade do percurso educativo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, preservadas as especificidades de cada etapa;
XI – a formação continuada dos profissionais;
XII – o acompanhamento sistemático das aprendizagens;
XIII – a utilização pedagógica de avaliações, indicadores e evidências;
XIV – o regime de colaboração entre os entes federativos;
XV – a participação das famílias e da comunidade escolar; e
XVI – a continuidade institucional das ações de alfabetização.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal:
I – assegurar condições para que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promover a consolidação e a recomposição das aprendizagens no decorrer dos anos iniciais;
III – identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas adequadas;
IV – garantir acompanhamento sistemático das aprendizagens;
V – promover formação continuada dos profissionais;
VI – fortalecer a leitura, a escrita, a oralidade, a literatura e a formação de leitores;
VII – garantir condições pedagógicas, materiais e institucionais adequadas;
VIII – promover inclusão e equidade;
IX – fortalecer o regime de colaboração;
X – aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e
XI – sistematizar as ações e os resultados da Política.

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 5º Na Educação Infantil, as práticas pedagógicas relacionadas à linguagem observarão as finalidades próprias desta etapa, tendo como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, em conformidade com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências estabelecidos pela BNCC.

Art. 6º As instituições municipais de Educação Infantil deverão proporcionar experiências significativas que favoreçam:
I – a escuta, a fala, o diálogo e a expressão;
II – a ampliação do repertório oral, linguístico e cultural;
III – o contato cotidiano com a literatura infantil e os livros;
IV – a contação, leitura e reconto de histórias;
V – cantigas, parlendas, poemas, rimas, brincadeiras e jogos de linguagem;
VI – a imaginação e a criação de narrativas;
VII – o desenho e outras formas de expressão e registro;
VIII – o contato significativo com diferentes gêneros, suportes e usos sociais da escrita;
IX – as produções espontâneas das crianças;
X – experiências lúdicas relacionadas aos sons, ritmos e estruturas da linguagem; e
XI – a compreensão progressiva da função social da leitura e da escrita.

Art. 7º As ações desenvolvidas na Educação Infantil não terão como objetivo a alfabetização formal, a sistematização do sistema de escrita alfabética ou a antecipação das exigências curriculares próprias do Ensino Fundamental.
§ 1º O contato com letras, palavras, nomes, livros, textos e demais manifestações da cultura escrita poderá integrar as práticas da Educação Infantil quando inserido em situações significativas, lúdicas e adequadas à infância.
§ 2º O domínio da leitura ou da escrita convencional não constituirá requisito para conclusão da Educação Infantil ou ingresso no Ensino Fundamental.

CAPÍTULO IV
DA ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 8º A alfabetização constitui prioridade pedagógica no 1º e no 2º anos do Ensino Fundamental.

Art. 9º A Rede Municipal de Ensino desenvolverá ações destinadas a assegurar que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, observados os objetivos de aprendizagem e os parâmetros estabelecidos na legislação educacional vigente.

Art. 10. O processo pedagógico de alfabetização deverá contemplar progressivamente:
I – a apropriação do sistema de escrita alfabética;
II – o desenvolvimento da leitura e da escrita;
III – a compreensão de textos;
IV – a produção escrita;
V – a oralidade;
VI – a fluência leitora, articulada à compreensão;
VII – os conhecimentos linguísticos necessários ao desenvolvimento da leitura e da escrita;
VIII – a participação em práticas sociais de leitura e escrita;
IX – o contato sistemático com diferentes gêneros textuais; e
X – a literatura e a formação do leitor.

Art. 11. No 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental serão desenvolvidas ações destinadas:
I – à consolidação da alfabetização;
II – ao aprofundamento da compreensão leitora;
III – ao desenvolvimento da produção escrita;
IV – à ampliação da fluência leitora;
V – à formação do leitor literário; e
VI – à recomposição das aprendizagens ainda não consolidadas.
Parágrafo único. Os estudantes que apresentarem dificuldades ou defasagens receberão acompanhamento e intervenções pedagógicas adequadas às necessidades identificadas.

CAPÍTULO V

DAS APRENDIZAGENS MATEMÁTICAS

Art. 12. Em consonância com as políticas educacionais vigentes, o Município promoverá, durante o ciclo de alfabetização, o acompanhamento das aprendizagens essenciais em Matemática previstas na BNCC.
Parágrafo único. As ações previstas neste artigo não alteram a concepção de alfabetização estabelecida neste Decreto e observarão as competências, habilidades e progressões próprias do componente curricular.

CAPÍTULO VI
DOS EIXOS DA POLÍTICA

Art. 13. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida a partir dos seguintes eixos:
I – gestão, governança e regime de colaboração;
II – formação continuada e desenvolvimento profissional;
III – currículo e práticas pedagógicas;
IV – leitura, literatura e formação de leitores;
V – avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
VI – recomposição das aprendizagens;
VII – equidade, inclusão e diversidade;
VIII – materiais didáticos, literários e recursos pedagógicos;
IX – monitoramento, indicadores e evidências; e
X – participação das famílias e da comunidade escolar.

CAPÍTULO VII
DO DIAGNÓSTICO E DO PLANEJAMENTO

Art. 14. A implementação da Política Municipal será orientada por diagnóstico periódico da realidade educacional da Rede Municipal de Ensino.

Art. 15. O diagnóstico considerará, entre outros:
I – os resultados das avaliações internas e externas;
II – os indicadores oficiais de alfabetização e aprendizagem;
III – o Indicador Criança Alfabetizada – ICA, quando aplicável;
IV – os dados do Censo Escolar;
V – a frequência e a permanência dos estudantes;
VI – os níveis de aprendizagem das crianças;
VII – as necessidades formativas dos profissionais;
VIII – as condições pedagógicas das instituições;
IX – a disponibilidade e utilização dos materiais didáticos e literários;
X – as condições de acessibilidade;
XI – as desigualdades de aprendizagem identificadas; e
XII – outros dados considerados relevantes pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. Os resultados do diagnóstico orientarão a definição das prioridades, metas, estratégias, ações formativas e intervenções pedagógicas.

CAPÍTULO VIII
DOS OBJETIVOS

Art. 17. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantir progressivamente a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – assegurar as aprendizagens essenciais estabelecidas pela BNCC;
III – reduzir desigualdades de aprendizagem;
IV – identificar precocemente dificuldades e promover intervenções pedagógicas;
V – assegurar ações de recomposição das aprendizagens;
VI – fortalecer a formação continuada dos profissionais;
VII – qualificar o acompanhamento pedagógico;
VIII – fortalecer a leitura, a literatura e a formação de leitores;
IX – promover inclusão, equidade e acessibilidade;
X – fortalecer a participação das famílias;
XI – consolidar mecanismos permanentes de planejamento, monitoramento e avaliação; e
XII – assegurar continuidade institucional à Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO IX
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 18. A formação continuada constitui ação permanente da Política Municipal e será organizada de acordo com o diagnóstico, os resultados das aprendizagens e as necessidades identificadas pela Rede Municipal.

Art. 19. As ações formativas poderão contemplar:
I – desenvolvimento e aprendizagem infantil;
II – alfabetização e práticas de letramento;
III – leitura, escrita e oralidade;
IV – literatura e formação de leitores;
V – sistema de escrita alfabética;
VI – planejamento e práticas pedagógicas;
VII – avaliação diagnóstica e formativa;
VIII – análise e utilização pedagógica dos resultados;
IX – intervenção e recomposição das aprendizagens;
X – educação inclusiva e equidade;
XI – aprendizagens matemáticas; e
XII – transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

CAPÍTULO X
DA AVALIAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 20. No Ensino Fundamental, a avaliação terá caráter contínuo, diagnóstico e formativo, devendo subsidiar o planejamento, o replanejamento e as intervenções pedagógicas.

Art. 21. Poderão ser utilizados:
I – avaliações diagnósticas e formativas da Rede Municipal;
II – avaliações disponibilizadas pelo Estado e pela União;
III – avaliações externas oficiais;
IV – instrumentos de acompanhamento da leitura, escrita e Matemática;
V – instrumentos de acompanhamento da fluência leitora, quando aplicáveis; e
VI – registros pedagógicos das unidades escolares.

Art. 22. Os resultados das avaliações serão utilizados para:
I – identificar as aprendizagens consolidadas e não consolidadas;
II – orientar o planejamento;
III – organizar intervenções pedagógicas;
IV – estabelecer ações de recomposição;
V – identificar estudantes que necessitem de acompanhamento específico;
VI – subsidiar a formação continuada; e
VII – avaliar a efetividade das estratégias implementadas.

Art. 23. Na Educação Infantil, o acompanhamento e a avaliação ocorrerão por meio de observação, registros e documentação pedagógica, sem finalidade de promoção, classificação, seleção ou retenção.

CAPÍTULO XI
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS
Art. 24. A Rede Municipal manterá ações de recomposição das aprendizagens destinadas aos estudantes que não tenham consolidado os conhecimentos e habilidades essenciais previstos para sua etapa de escolarização.

Art. 25. As ações poderão compreender:
I – intervenções pedagógicas diferenciadas;
II – acompanhamento individual ou em pequenos grupos;
III – ampliação das oportunidades de aprendizagem;
IV – utilização de materiais específicos;
V – acompanhamento mais frequente dos resultados; e
VI – outras estratégias pedagogicamente adequadas às necessidades identificadas.

CAPÍTULO XII
DA EQUIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Art. 26. A Política Municipal deverá assegurar condições para a aprendizagem de todas as crianças, com atenção à redução das desigualdades educacionais.

Art. 27. O planejamento e o monitoramento deverão considerar as desigualdades identificadas na Rede Municipal e orientar ações destinadas a assegurar equidade no acesso às oportunidades de aprendizagem.

Art. 28. Aos estudantes público da Educação Especial serão assegurados os recursos pedagógicos, de acessibilidade, tecnologias assistivas e o Atendimento Educacional Especializado necessários à participação e à aprendizagem.
§ 1º O Atendimento Educacional Especializado será desenvolvido de forma articulada ao ensino comum.
§ 2º O processo de alfabetização deverá considerar as especificidades, potencialidades e formas de comunicação de cada estudante, assegurado o direito ao currículo e às oportunidades de aprendizagem.

CAPÍTULO XIII
DOS MATERIAIS E DA FORMAÇÃO DE LEITORES

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações destinadas a assegurar a disponibilidade e utilização pedagógica de materiais didáticos, pedagógicos e literários adequados às diferentes etapas e necessidades educacionais.

Art. 30. As instituições municipais incentivarão:
I – o acesso cotidiano aos livros;
II – a utilização pedagógica dos acervos;
III – a organização e utilização de espaços de leitura;
IV – projetos e práticas de formação de leitores; e
V – a adequada utilização dos materiais disponibilizados por programas municipais, estaduais e federais.

CAPÍTULO XIV
DA GOVERNANÇA

Art. 31. A coordenação da Política Municipal de Alfabetização será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Renascença, em articulação com as instituições municipais de ensino.

Art. 32. A implementação da Política envolverá, de acordo com suas atribuições:
I – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
II – equipe técnica e pedagógica da Secretaria;
III – gestores escolares;
IV – coordenadores pedagógicos;
V – professores da Educação Infantil;
VI – professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VII – profissionais do Atendimento Educacional Especializado;
VIII – articulador municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – Renalfa, quando designado; e
IX – demais profissionais cuja participação seja necessária.

Art. 33. A Secretaria Municipal poderá instituir, por ato próprio, equipe responsável pela articulação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
§ 1º A composição nominal e as atribuições operacionais da equipe serão definidas em ato específico da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A equipe atuará especialmente no planejamento, formação, acompanhamento pedagógico, análise dos resultados, monitoramento e sistematização das ações.

CAPÍTULO XV
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação elaborará e manterá atualizado o Plano Municipal de Ação da Alfabetização, destinado a orientar a implementação da Política.

Art. 35. O Plano deverá contemplar, conforme a realidade municipal:
I – diagnóstico;
II – desafios prioritários;
III – objetivos e metas;
IV – indicadores;
V – ações e estratégias;
VI – responsáveis;
VII – cronograma;
VIII – formação continuada;
IX – acompanhamento das aprendizagens;
X – ações de recomposição;
XI – formação de leitores;
XII – equidade e inclusão;
XIII – ações desenvolvidas em regime de colaboração; e
XIV – mecanismos de monitoramento e avaliação.
Parágrafo único. O Plano poderá ser atualizado sempre que necessário para adequação às necessidades da Rede, aos resultados educacionais e às políticas desenvolvidas em regime de colaboração.

CAPÍTULO XVI
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 36. A implementação da Política Municipal será objeto de acompanhamento e monitoramento contínuos.

Art. 37. O monitoramento considerará, conforme disponibilidade e aplicabilidade:
I – indicadores oficiais de alfabetização;
II – Indicador Criança Alfabetizada – ICA;
III – metas pactuadas pelo Município;
IV – resultados das avaliações internas e externas;
V – evolução das aprendizagens;
VI – resultados relacionados à leitura, escrita e Matemática;
VII – frequência e permanência escolar;
VIII – execução das ações de recomposição;
IX – participação dos profissionais nas formações;
X – acompanhamento pedagógico das instituições;
XI – utilização dos materiais pedagógicos e literários; e
XII – indicadores de equidade.

Art. 38. Os resultados do monitoramento serão utilizados para revisão das ações, definição de prioridades e aperfeiçoamento contínuo da Política.

CAPÍTULO XVII
DOS REGISTROS E DAS EVIDÊNCIAS

Art. 39. A Secretaria Municipal de Educação e as instituições municipais de ensino manterão registros das ações desenvolvidas no âmbito da Política, respeitadas suas respectivas responsabilidades.
Art. 40. Poderão constituir registros e evidências:
I – atos normativos;
II – planos e planejamentos;
III – atas e registros de reuniões;
IV – registros das formações continuadas;
V – relatórios de acompanhamento;
VI – instrumentos e resultados de avaliação;
VII – registros de acompanhamento pedagógico;
VIII – ações e registros de recomposição das aprendizagens;
IX – registros relativos aos materiais pedagógicos e literários;
X – dados e indicadores educacionais;
XI – ações realizadas em regime de colaboração; e
XII – demais documentos relacionados à execução e aos resultados da Política.
Parágrafo único. A sistematização das informações terá finalidade de planejamento, monitoramento, avaliação, transparência, memória institucional e atendimento às exigências dos programas e políticas educacionais dos quais o Município participe.

CAPÍTULO XVIII
DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 41. O Município atuará em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná para implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 42. O regime de colaboração poderá compreender:
I – formação continuada;
II – avaliação das aprendizagens;
III – disponibilização de materiais;
IV – assistência técnica;
V – apoio financeiro;
VI – compartilhamento e análise de indicadores;
VII – recomposição das aprendizagens;
VIII – participação em redes e instâncias de articulação; e
IX – outras ações destinadas à garantia do direito à alfabetização.

CAPÍTULO XIX
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 43. A Rede Municipal promoverá a participação e o diálogo com as famílias, especialmente quanto:
I – à importância da frequência e da permanência escolar;
II – ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças;
III – à importância da leitura e do contato com livros;
IV – ao acompanhamento da vida escolar; e
V – às possibilidades de participação das famílias no processo educacional.

CAPÍTULO XX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. As metas municipais de alfabetização serão estabelecidas e atualizadas considerando:
I – o diagnóstico da Rede Municipal;
II – o Plano Nacional de Educação;
III – o Plano Municipal de Educação;
IV – as metas estabelecidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – os indicadores oficiais de alfabetização e aprendizagem; e
VI – a evolução dos resultados da Rede Municipal.

Art. 45. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte poderá expedir instruções normativas, portarias, orientações pedagógicas, planos, protocolos e demais atos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 46. A participação do Município no Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização e em outros mecanismos de reconhecimento instituídos pelo Ministério da Educação observará os critérios e atos normativos vigentes em cada edição, sem prejuízo da continuidade e autonomia da Política Municipal.

Art. 47. Os Projetos Político-Pedagógicos, planejamentos e demais documentos pedagógicos das instituições municipais de ensino deverão observar os princípios e diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Art. 48. As ações previstas neste Decreto serão desenvolvidas observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, podendo contar com recursos, assistência técnica e programas decorrentes do regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná.

Art. 49. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, observadas as competências do Conselho Municipal de Educação e a legislação vigente.

Art. 50. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença – PR, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e sete.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:123F33B6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 221 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixa relacionada, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **11 de setembro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
21º	JOANA HERMINIA MARINHO DE MELLO TONDO	08/04/1985	50.00

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 11 de setembro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:D3F0363A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 220/2026 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DO EDITAL Nº 205/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A PREFEITA DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Lei Municipal nº 1.572/2018, e considerando o interesse da Administração Municipal em ampliar a participação de estudantes no certame, TORNA PÚBLICO a prorrogação do prazo de inscrições e a consequente alteração do cronograma do Processo Seletivo Simplificado para Seleção de Estagiários, objeto do Edital nº 205/2026, nos termos a seguir:

1. DA PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1 Fica prorrogado até o dia 07 de setembro de 2026 o prazo para realização das inscrições no Processo Seletivo Simplificado de que trata o Edital nº 205/2026, passando o item 3.1 do referido Edital a vigorar com a seguinte redação:

"3.1 As inscrições para o processo seletivo são gratuitas e serão realizadas entre os dias 12 de agosto a **07 de setembro de 2026**, através do seguinte endereço eletrônico: www.renascenca.pr.gov.br, no link Concursos/PSS – Estagiários 2026."

1.2 Considerando que as inscrições são realizadas exclusivamente pela internet, o formulário eletrônico permanecerá disponível até às 23h59min do dia 07 de setembro de 2026, não se aplicando, quanto a este prazo específico, a prorrogação prevista no item 1.9 do Edital nº 205/2026.

2. DA ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA

2.1 Em decorrência da prorrogação de que trata o item 1.1, ficam alteradas as datas constantes dos itens 4.1, 4.2, 4.8, 7.1, 7.2 e 7.7 do Edital nº 205/2026, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"4.1 No dia **09 de setembro de 2026**, a Comissão publicará no mural da Prefeitura Municipal e no site oficial do Município, edital contendo relação nominal dos estudantes que tiveram suas inscrições deferidas."

"4.2 O estudante que não tiver a sua inscrição homologada, poderá interpor recurso escrito perante a Comissão até às 17:00 h do dia **11 de setembro de 2026**, através do email: rh@renascenca.pr.gov.br, mediante apresentação das razões que amparam a sua irresignação."

"4.8 A lista final de inscrições homologadas será publicada na forma do item 4.1 até às 18:00 h do dia **15 de setembro de 2026**, caso haja algum recurso acolhido."

"7.1 A classificação preliminar dos candidatos será publicada no site oficial do Município, a partir das 09:00 h do dia **16 de setembro de 2026**."

"7.2 O candidato que desejar interpor recursos contra a classificação preliminar deverá fazê-lo até às 17:00 h do dia **18 de setembro de 2026**, através do email: rh@renascenca.pr.gov.br."

"7.7 As notas finais e a classificação no processo seletivo serão divulgadas até o dia **23 de setembro de 2026**, no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Renascença – PR e na internet através do endereço eletrônico http://www.renascenca.pr.gov.br."

2.2 O cronograma do certame passa a vigorar conforme o quadro abaixo:

ETAPA	DATA ANTERIOR	NOVA DATA
Período de inscrições	12/08 a 26/08/2026	**12/08 a 07/09/2026**
Publicação das inscrições homologadas (item 4.1)	28/08/2026	**09/09/2026**
Recurso contra o indeferimento da inscrição (item 4.2)	até 17h de 31/08/2026	**até 17h de 11/09/2026**
Publicação da lista final de inscrições homologadas (item 4.8)	até 18h de 03/09/2026	**até 18h de 15/09/2026**
Publicação da classificação preliminar (item 7.1)	a partir das 9h de 04/09/2026	**a partir das 9h de 16/09/2026**
Recurso contra a classificação preliminar (item 7.2)	até 17h de 07/09/2026	**até 17h de 18/09/2026**
Divulgação das notas finais e da classificação (item 7.7)	até 11/09/2026	**até 23/09/2026**

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Permanecem válidas as inscrições já efetivadas na vigência do prazo original, não sendo necessária nova inscrição por parte dos candidatos que já se inscreveram.

3.2 Ficam mantidas e ratificadas todas as demais disposições, requisitos, condições e prazos constantes do Edital nº 205/2026, que não foram expressamente alterados por este Edital.

3.3 É de inteira responsabilidade do estudante acompanhar a publicação dos atos pertinentes ao processo seletivo no endereço eletrônico http://www.renascenca.pr.gov.br.

3.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:88E60FBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EEXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 209/2026 - DISPENSA N.º 013/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 209/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.

CONTRATADO: EXTIN EXTINTORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.307.203/0001-00, com sede na R JULIO SERRANTE, 390 - CEP: 87211454 - BAIRRO: COMPLEXO INDUSTRIAL BATAGLIA.

LICITAÇÃO: Dispensa 13/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE RECARGA E FORNECIMENTO DE EXTINTORES SOB DEMANDA, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO

VALOR TOTAL: R$ 6.696,00(Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses

DATA DE ASSINATURA:27 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:F4F7690A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 210/2026 - DISPENSA N.º 013/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 210/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: FGS COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.988.022/0001-47, com sede na R RUDOLF BAUMER, 342 CASA - CEP: 89237120 - BAIRRO: VILA NOVA.
LICITAÇÃO: Dispensa 13/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE RECARGA E FORNECIMENTO DE EXTINTORES SOB DEMANDA, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 2.505,00(Dois Mil, Quinhentos e Cinco Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:27 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:DEEFBC23

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 211/2026 - DISPENSA N.º 013/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 211/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: GOLINHAKI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.781.936/0001-60, com sede na RUA JOAQUIM MANOEL DE SOUZA 235, - CEP: 85025190 - BAIRRO: CASCAVEL.
LICITAÇÃO: Dispensa 13/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE RECARGA E FORNECIMENTO DE EXTINTORES SOB DEMANDA, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 4.864,00(Quatro Mil, Oitocentos e Sessenta e Quatro Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:27 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:FBAA9F6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 208/2026 - CREDENCIAMENTO N.º 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 208/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: LUIZ CARLOS DALL AGNOL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. , com sede na Rua Visconde do Rio Branco, 3265 - CEP: 85810180 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Chamada Pública 5/2026
OBJETO: credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, com posterior seleção por sorteio de 01 (um) credenciado apto para a prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens móveis inservíveis pertencentes ao Município de Reserva do Iguaçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
VALOR TOTAL: R$ 0,01(Um Centavo)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:27 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:5B2B72A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 43/2024
EDITAL PSS Nº 02/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: TAUELE NIEVOLA
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por Tempo Determinado nº 43/2024 pelo período correspondente à suspensão contratual decorrente de afastamento para tratamento de saúde junto ao INSS, ocorrido de **12/06/2026 à 25/08/2026**, totalizando **75 (setenta e cinco) dias corridos.**
NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo contratual, anteriormente encerrado em 18/07/2026, fica prorrogado por 75 (setenta e cinco) dias, passando a vigorar até **01/10/2026.**
DEMAIS CONDIÇÕES: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
Tauele Nievola
Contratada

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:65E8104B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 161/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder ao servidor **PAULO SERGIO ANTONIO**, matrícula 2046-1, ocupante do cargo de efetivo de Motorista, 06 (seis) meses de licença sem vencimentos, a partir de 03 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 25 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3DF9D12C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN)
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN – RIO BRANCO DO SUL.

Aos 13 (treze) dias do mês de agosto de 2026, às 15 horas, nas dependências do Paço Municipal de Rio Branco do Sul – PR, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, sob a presidência do Sr. Eloir Bueno, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SMAPA, com a presença dos seguintes representantes governamentais: Alana Mayara Nunes Lovato Santos e Andrea Silva Barbosa Schmidt - SMASH; Andreia Gomes Sala e Lauane Emanuelli Pereira de Lima - Secretária Municipal de Educação – SEMED; Juliana Lazarini - Secretária Municipal de Saúde – SEMSA; e Nilza Aparecida de Sousa, representante da SMAPA; Marielli Barbosa Gefer Corgosinho - SEMMA. O Presidente da CAISAN, Sr. Eloir Bueno, realizou a abertura da reunião, dando boas-vindas aos presentes e destacando a importância da atuação intersetorial da CAISAN no fortalecimento e na articulação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Município. Em seguida, informou que a reunião tinha como principal objetivo a apreciação e validação das atualizações das metas e ações constantes no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, bem como a análise das providências necessárias para sua prorrogação e para a atualização dos documentos relacionados ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Na sequência, a Sra. Nilza Aparecida de Sousa informou que a reunião foi convocada também em razão do processo de recadastramento dos municípios integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Esclareceu que, para a conclusão desse procedimento, faz-se necessária a atualização e o encaminhamento da legislação municipal pertinente, incluindo leis, decretos, atos de nomeação dos conselhos e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN. Prosseguindo, informou que o Município de Rio Branco do Sul possui Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com vigência originalmente estabelecida para o período de 2023 a 2025. Entretanto, conforme dispõe o § 1º do art. 2º do Decreto Municipal nº 8.293/2026, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deve conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e possuir caráter quadrienal. Diante dessa necessidade de adequação, foi realizada consulta técnica à Coordenação Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN, que orientou quanto à necessidade de atualização das metas do PLAMSAN e da adoção das providências necessárias para a prorrogação excepcional de sua vigência, de modo a adequá-lo ao caráter quadrienal previsto na legislação e possibilitar a elaboração de um novo Plano para o próximo ciclo de planejamento. Foi esclarecido, ainda, que a prorrogação da vigência do PLAMSAN não implica a manutenção automática de seu conteúdo original. As metas e ações constantes no Plano foram objeto de análise, discussão e deliberação pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, em reunião realizada em 30 de julho de 2026, cabendo à CAISAN, no âmbito de suas atribuições, proceder à apreciação e validação das adequações apresentadas. Na sequência, foram apresentadas aos membros da CAISAN as metas e ações atualizadas. Após apresentação, análise e discussão, os membros da CAISAN deliberaram pela aprovação e validação das atualizações das metas e ações apresentadas, conforme discutidas e aprovadas anteriormente pelo COMSEA (documento em anexo). Ficou estabelecido que as adequações aprovadas serão anexadas ao PLAMSAN vigente, passando a integrá-lo oficialmente, e que o documento atualizado será assinado pelos conselheiros presentes e posteriormente disponibilizado no Portal Oficial do Município, sendo criada uma página para os conselhos COMSEA e CAISAN e publicado no Diário Oficial do Município, observadas as providências administrativas necessárias. Na sequência, a Sra. Nilza Aparecida de Sousa informou sobre a necessidade de atualização da composição dos Conselhos Municipais e da legislação correlata ao SISAN. Esclareceu que as leis e os decretos relacionados ao COMSEA, à CAISAN e ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN já foram revisados, sendo necessária, neste momento, a atualização da composição dos respectivos conselhos para posterior designação do Prefeito Municipal e publicação no Diário Oficial do Município. Foi questionado aos conselheiros presentes se haveria alterações na CAISAN, sendo; SMASH suplente Andrea Silva Barbosa Schmidt substituída por Alana Mayara Nunes Lovato Santos; SEMED suplente Alana Mayara Nunes Lovato Santos substituída por Andreia Gomes Sala, permanecendo inalterados os demais representantes que compõem atualmente o Conselho. Na sequência, foi submetida à apreciação dos membros da CAISAN a proposta de atualização do Decreto Municipal nº 8.293/2026, contemplando: a alteração do Art. 2º II –"ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual", foi apresentada a seguinte redação: "ser quadrienal"; a exclusão do art. 4º e a adequação da redação do art. 5º: Redação original: "A Secretaria-Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta e designado por ato do(a) Chefe do Poder Executivo Municipal." Após análise e discussão, foi proposta a alteração do dispositivo, que passará a vigorar com a seguinte redação: "A Secretaria-Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta e aprovado em ata pelos membros da CAISAN." Após discussão e esclarecimentos, as propostas relativas à atualização da composição do CAISAN e à adequação da legislação municipal referente ao SISAN foram submetidas à votação, sendo aprovadas por unanimidade pelos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CAISAN agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Nilza Aparecida de Sousa, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente da CAISAN e pelos demais membros presentes.

Rio Branco do Sul – PR, 13 de agosto de 2026.

ELOIR BUENO
Presidente da CAISAN
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SMAPA

NILZA APARECIDA DE SOUSA
Secretária Adjunta da SMAPA

ALANA MAYARA NUNES LOVATO SANTOS
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH

ANDREIA GOMES SALA
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

JULIANA LAZARINI
Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

MARIELLI BARBOSA GEFER CORGOSINHO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4DA737B8

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA
ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA - RIO BRANCO DO SUL.

Aos 30 dias do mês de julho de 2026, às 9 horas, nas dependências do Polo, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Rio Branco do Sul, presidida pelo Secretário Municipal Sr. Eloir Bueno e dos

conselheiros governamentais: Nilza Aparecida de Sousa (SMAPA), Myllena Valéria Lesniovisk (SMAPA), Maria Eduarda Bontoan (SMAPA), Andrea Silva Barbosa (SMASH), Andréia L. Sala (SEMED), Débora Menezes da Silva (SMASH), bem como dos representantes da sociedade civil: Bruno Guimarães (PROVALE), Palmira Aparecida dos Santos (ACAVARI), Aliny de Oliveira (Cresol). O Secretário Municipal, Sr. Eloir Bueno, realizou a abertura da sessão, dando as boas-vindas aos presentes e destacando a importância da atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional no município. Na sequência, a Sra. Nilza Aparecida de Sousa informou que a presente reunião foi convocada em razão do processo de recadastramento dos municípios integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Esclareceu que, para a conclusão desse procedimento, é necessária a atualização e o encaminhamento de toda a legislação municipal pertinente, incluindo leis, decretos, atos de nomeação dos conselhos e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN. Prosseguindo, informou que o Município de Rio Branco do Sul possui Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com vigência de 2023 a 2025. Entretanto, conforme estabelece o § 1º do art. 2º do Decreto Municipal nº 8.293/2026, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e possuir caráter quadrienal. Diante dessa situação, relatou que foi realizada consulta técnica à Coordenação Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN, a qual orientou que o COMSEA promovesse a atualização das metas do PLAMSAN e deliberasse pela prorrogação excepcional de sua vigência por mais um ano, estendendo-a até o exercício de 2026, a fim de compatibilizar sua duração quadrienal e possibilitar a elaboração de um novo plano para o próximo ciclo de planejamento. Ainda, a Sra. Nilza esclareceu que a prorrogação da vigência do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN não implicará a manutenção automática de seu conteúdo, uma vez que **todas as metas e ações, constantes no Plano foram objeto de análise, discussão detalhada e deliberação pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA**. Após a apreciação e aprovação pelo Conselho, foi elaborado documento complementar contendo as atualizações aprovadas, o qual será primeiramente **CAISAN – Rio Branco do Sul**, para análise e deliberação, após aprovação da CAISAN o documento será anexado ao PLAMSAN vigente, passando a integrar oficialmente o Plano, sendo posteriormente disponibilizado no Portal do Município e publicado no Diário Oficial do Município. Na sequência, a Sra. Nilza informou que também se fazia necessária a atualização da composição dos Conselhos Municipais e da legislação correlata ao SISAN. Esclareceu que as Leis e Decretos referentes ao COMSEA, à CAISAN e ao Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN já foram revisados, sendo necessária apenas a atualização da composição dos conselheiros para posterior publicação no Diário Oficial do Município. Foi apresentada a proposta de alteração do Decreto Municipal nº 8.435/2026, composição do Conselho COMSEA, ficando registrada: A substituição da representante titular da SEMED, Sra. Alana Mayara Nunes Lovato Santos, por Andréia Gomes Sala; SMAPA: Suplente Alex Fabiano, ficando registrada a substituição por Myllena Valéria Lesnioviski; CRESOL: Suplente Endrew Torcato, ficando registrada a substituição por Aliny de oliveira; SMASH: Titular Andrea Silva Barbosa Schimidt, substituída por Alana Mayara Nunes Lovato Santos, Suplente: Cristina Villar Salvatore substituída por Andrea Silva Barbosa Schimidt; ACAMARE: Titular Carmélia Santetti, substituída por Jessika Faria, permanecendo os demais representantes conforme composição atual. Também foi proposta a designação da Sra. **Nilza Aparecida de Sousa** para exercer a função de **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA**. Após discussão, todas as alterações propostas, foram submetidas à votação, sendo aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião, da qual eu, **Nilza Aparecida de Sousa**, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente do COMSEA e pelos demais conselheiros presentes que assim desejarem.

Rio Branco do Sul – PR, 30 de julho de 2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:E44F210C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.729/2026

"Altera o Decreto Municipal nº. 8.435/2026 que dispõe sobre a atualização e designação de membros para comporem o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base no disposto naLei OrgânicaMunicipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica alterado a alínea "b", inciso "I", do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.435/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
I – representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SMAPA:
a)(...)
b)Suplente: Myllena Valéria Lesnioviski.

Art. 2° Fica alterado as alíneas "a" e "b", inciso "II", do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.435/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
II - representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH:
a) Titular: Alana Mayara Nunes Lovato Santos;
b) Suplente: Andrea Silva Barbosa Schimidt.

Art. 3° Fica alterado a alínea "a", inciso "III", do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.435/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
III – representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMED:
a)Titular: Andréia Gomes Sala;
b)(...).

Art. 4° Fica alterado a alínea "b", inciso "VI", do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 8.435/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º ...
VI – representante da Cooperativa de Crédito Rural Solidário – Cresol:
a)(...)
b)Suplente: Aliny de Oliveira.

Art. 5° Fica alterado a alínea "a", inciso "VII", do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 8.435/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º...
VII – representante da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Rio Branco do Sul – ACAMARE:
a)Titular: Jessica Faria;
b)Suplente: (...).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9D4171BF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.730/2026

"Altera o Decreto Municipal nº. 8.293/2026 que dispõe no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Rio Branco do Sul"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base no disposto naLei OrgânicaMunicipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica alterado o inciso "II", Parágrafo 1º do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.293/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
§ 1º (...)
II – ser quadrienal.

Art. 2° Fica alterado o Artigo 5º do Decreto Municipal nº 8.293/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 5º A Secretaria-Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário–Executivo indicado pelo titular da respectiva pasta e aprovado pelos membros da Câmara, mediante registro em ata de reunião.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 4º do Decreto Municipal nº 8.293/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 27 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:35CB10A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.731/2026

"Altera o Decreto Municipal nº. 8.436/2026 que dispõe sobre a nomeação dos membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Rio Branco do Sul"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base no disposto naLei OrgânicaMunicipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica alterado o inciso "II" do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.436/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
II – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH:
a)(...)
b)Suplente: Alana Mayara Nunes Lovato Santos.

Art. 2º Fica alterado o inciso "III" do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.436/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
III – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH:
a)(...)
b)Suplente: Andreia Gomes Sala.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:07933AC8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.731/2026

"Altera o Decreto Municipal nº. 8.436/2026 que dispõe sobre a nomeação dos membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Rio Branco do Sul"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base no disposto naLei OrgânicaMunicipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica alterado o inciso "II" do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.436/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º...
II – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH:
a)(...)
b)Suplente: Alana Mayara Nunes Lovato Santos.

Art. 2º Fica alterado o inciso "III" do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 8.436/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º...
III – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH:
a)(...)
b)Suplente: Andreia Gomes Sala.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:EC3579CE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.732/2026

"Dispõe sobre exoneração de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 26 de agosto de 2026, do cargo de Chefe de Atividades Administrativas, o servidor **MARCELO FELIPE BONTORIN**, com matrícula funcional n° 92531, nomeado através do Decreto n° 7.946/2025, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 27 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B9529886

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.733/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0365.0010.2085	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0367.0010.2089	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 33.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$56.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0365.0010.2084	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	R$ 23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001	Fundo Municipal da Educação	
Funcional Programática: 12.001.0012.0367.0010.2089	**Atividade:** Medidas de infraestrutura para os estudantes, oferta de transporte, merenda escolar, uniforme e outros.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 33.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$56.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 27 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F513C617

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 6816/2026

Com base no **Credenciamento n.º 008/2026 (Inexigibilidade n.º 013/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de Empresas para Fornecimento de Óleos e Filtros para a frota municipal de Rio Branco do Sul/PR", a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.334/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 6816/2026**, pela empresa **RADAR CENTER DIESEL LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.329.411/0001-03**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 06/08/2026 até 04/08/2028. **Responsável:** Juarez Marcos de Carvalho. **Valor Total**: R$ 1.058.162 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 06/08/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:E1020E66

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

Contrato: 241/2026. Modalidade: Dispensa de Licitação N.º 026/2026. **Objeto**: **"Contratação de Planetário Móvel"** com disponibilização de 05 (cinco) diárias, com estrutura, equipamentos, montagem, desmontagem, operação e equipe técnica, visando proporcionar aos estudantes da Rede Municipal de Ensino uma experiência educativa, lúdica, interativa e imersiva. **Dispositivo legal:** Artigo 75, II, Lei 14.133/2021. **Contratado: AURORA PLANETARIO LTDA. Valor Unitário: R$ 3.990,00**. **Valor Total: R$ 19.950,00. Prazo de Execução**: O contrato terá execução de **12 (doze) meses,** contados do dia 31/08/2026 a 30/08/2027 e **16 (dezesseis) meses** de vigência até 30/12/2027**. Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Educação. **Fiscal da Contratação:** Terezinha De Fátima Borges. **Data da ratificação:** 27/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F396D427

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026 EXTRATO DE ATA - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Extrato: Ata de Registro nº 227/2026. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 038/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Medicamentos Comerciais de A à Z **Dispositivo legal**: Lei nº 14.133/2021. **Detentor da Ata:** FARMACIA HOLANDA LTDA. **Valor Total da Ata:** R$ 79.200,00. **Secretaria Responsável pela Ata:** Secretaria Municipal de Saúde. **Prazo de Vigência da Ata:** 30/09/2026 a 29/09/2027. **Fiscal de ata:** Jaqueline Taborda dos Santos **Data de Assinatura:** 27/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:4541A0F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 042/2026

"Homologa o Relatório Final da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, acolhe as conclusões da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 015/2026 – SEMAD. Determina o arquivamento do procedimento e estabelece providências administrativas."

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a instauração da Sindicância Administrativa por meio da **Portaria n.º 015/2026 – SEMAD**, destinada à apuração de ocorrência registrada em **28 de março de 2026**, nas dependências da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera, envolvendo **crianças acolhidas na referida unidade**, dentre elas um recém-nascido;

CONSIDERANDO que os fatos objeto da apuração envolveram ocorrência de natureza grave no âmbito de unidade de acolhimento institucional, circunstância que justificou a adoção de providências administrativas destinadas ao esclarecimento dos acontecimentos e à verificação de eventual responsabilidade funcional de agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, regularmente constituída nos termos do ato administrativo competente, promoveu a instrução do procedimento, mediante a análise da documentação constante dos autos, coleta de depoimentos e demais elementos necessários ao esclarecimento dos fatos;

CONSIDERANDO que, no curso da instrução, foram analisadas as circunstâncias relacionadas à ocorrência, bem como as providências adotadas pelos servidores municipais responsáveis pelo atendimento e acompanhamento dos acolhidos na ocasião;

CONSIDERANDO que o Relatório Final da Comissão reconheceu a ocorrência do fato investigado, porém concluiu pela **ausência de elementos probatórios suficientes para caracterizar responsabilidade disciplinar individual dos servidores municipais envolvidos**, não tendo sido identificados elementos suficientes à atribuição de conduta funcional passível de sanção disciplinar;

CONSIDERANDO que a Comissão, embora tenha concluído pela inexistência de elementos suficientes para responsabilização disciplinar, identificou **fragilidades estruturais e operacionais** relacionadas ao funcionamento da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera, recomendando a adoção de medidas administrativas de prevenção e aprimoramento;

CONSIDERANDO que, entre as circunstâncias apontadas durante a instrução, encontram-se questões relacionadas ao dimensionamento da equipe de servidores, à dinâmica de funcionamento da unidade, ao fluxo de informações referentes aos acolhidos e à necessidade de aprimoramento dos procedimentos de atendimento e segurança;

CONSIDERANDO o teor do **Parecer Jurídico n.º 710/2026**, emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que, após análise do procedimento, reconheceu a regularidade da instrução processual e opinou pelo **arquivamento da Sindicância**, diante da ausência de elementos suficientes para responsabilização disciplinar dos servidores municipais envolvidos;

CONSIDERANDO que a Procuradoria-Geral do Município recomendou, sem prejuízo do arquivamento, a adoção de medidas preventivas e de aprimoramento pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, especialmente quanto à adequação do quantitativo de servidores, à manutenção da contratação de cozinheira em regime 12x36 horas e à avaliação da dinâmica de funcionamento da unidade;

CONSIDERANDO que o reconhecimento da ocorrência investigada não implica, por si só, a existência de responsabilidade disciplinar dos servidores públicos, sendo necessária a demonstração de conduta funcional individualizada e de elementos suficientes que permitam estabelecer o respectivo nexo de responsabilidade;

CONSIDERANDO, que a responsabilização administrativa deve estar fundada em elementos concretos constantes dos autos, observando-se os princípios da legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, devido processo legal, contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO, que, após análise do Relatório Final da Comissão e do Parecer Jurídico n.º 710/2026, não foram identificados elementos que justifiquem o prosseguimento da apuração disciplinar em relação aos servidores envolvidos nos fatos objeto desta sindicância;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de preservar a intimidade, a privacidade e a proteção integral das crianças e adolescentes envolvidos, evitando-se a divulgação de dados pessoais e informações que possam permitir sua identificação;

R E S O L V E:

Art.1º HOMOLOGAR o Relatório Final apresentado pela Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, referente à Sindicância Administrativa instaurada pela **Portaria n.º 015/2026 – SEMAD**, adotando suas conclusões como fundamento da presente decisão administrativa, naquilo que não contrariar o disposto nesta Portaria.

Art.2º ACOLHER as conclusões apresentadas pela Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, reconhecendo que os fatos objeto da apuração foram suficientemente esclarecidos no curso da instrução, porém **não foram identificados elementos probatórios suficientes para atribuir responsabilidade disciplinar individual aos servidores municipais envolvidos.**

Art.3º Em razão do disposto nos artigos anteriores, **DETERMINAR O ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 015/2026 – SEMAD**, no que se refere à responsabilização disciplinar dos servidores envolvidos nos fatos apurados.

Parágrafo único.O arquivamento não impede eventual reavaliação administrativa caso sobrevenham fatos novos ou elementos probatórios relevantes, observado o disposto na legislação aplicável.

Art.4ºO arquivamento determinado por esta Portaria **não afasta a necessidade de adoção das medidas administrativas, preventivas, estruturais e operacionais** recomendadas pela Comissão de Processos Administrativos Disciplinares e pela Procuradoria-Geral do Município, considerando as fragilidades identificadas durante a instrução.

Art.5º DETERMINAR o encaminhamento de cópia do Relatório Final, do Parecer Jurídico n.º 710/2026 e desta Portaria à **Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação**, para ciência e adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições.

Art.6º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação deverá avaliar e, sendo o caso, adotar medidas destinadas ao aprimoramento da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera, especialmente quanto:
I- ao dimensionamento do quadro de servidores em relação ao número de acolhidos, suas respectivas necessidades e as características das atividades desenvolvidas em cada plantão;
II-à manutenção da contratação de cozinheira em regime de **12x36 horas, das 9h às 21h**, em razão da determinação judicial pertinente;
III-à avaliação da dinâmica de funcionamento da unidade, inclusive quanto à organização das rotinas e distribuição das atividades entre os profissionais;
IV- ao aprimoramento do fluxo de recebimento e transferência de crianças e adolescentes acolhidos, assegurando, sempre que possível, o adequado repasse das informações técnicas, sociais, médicas, psicológicas e comportamentais relevantes;
V- ao aperfeiçoamento dos procedimentos internos relacionados ao recebimento, conferência e acompanhamento de prescrições, receitas, medicamentos e demais informações necessárias à continuidade dos cuidados de saúde dos acolhidos;
VI- à avaliação da necessidade de adequações na estrutura física e nos mecanismos de segurança da unidade, considerando as características do serviço de acolhimento institucional;

VII- à adoção de protocolos e procedimentos internos que contribuam para a prevenção de situações de risco e para a proteção integral dos acolhidos;
VIII- à avaliação de outras medidas que se mostrem necessárias ao adequado funcionamento da unidade até a disponibilização da estrutura própria.

Art.7º As providências previstas nesta Portaria deverão ser avaliadas e implementadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação **dentro de sua esfera de competência**, observadas a disponibilidade orçamentária, as disposições legais e regulamentares aplicáveis e, quando for o caso, as determinações judiciais existentes.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação deverá informar à Secretaria Municipal de Administração, **no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento desta Portaria**, as providências adotadas ou programadas em decorrência das recomendações constantes do Relatório Final e do Parecer Jurídico n.º 710/2026, indicando, quando necessário, o cronograma previsto para implementação das medidas ainda pendentes.

Art. 9º Determinar à unidade administrativa competente da Secretaria Municipal de Administração que proceda aos registros, anotações, comunicações e demais providências necessárias ao cumprimento desta Portaria, inclusive quanto à baixa e ao arquivamento do procedimento.

Art. 10. A divulgação e o tratamento das informações constantes do procedimento deverão observar a legislação aplicável à **proteção de dados pessoais, à intimidade, à privacidade e à proteção integral de crianças e adolescentes**, evitando-se a exposição ou divulgação desnecessária de nomes, documentos, informações médicas, dados familiares ou quaisquer outros elementos que possam permitir a identificação dos menores envolvidos.

Art. 11. As comunicações decorrentes desta Portaria deverão ser realizadas de forma a preservar os dados pessoais e as informações protegidas constantes dos autos, restringindo-se a divulgação ao estritamente necessário para o cumprimento das finalidades administrativas e legais.

Art. 12. Dê-se ciência desta Portaria aos setores administrativos competentes e aos interessados, na forma da legislação aplicável.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, em 27de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:032DACF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL 04/2026 – AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SAÚDE

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Rio Branco do Sul, Nice Andréia Moraes A. Lara, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

TORNA PÚBLICO, a realização da 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS executadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Município de Rio Branco do Sul no 2º QUADRIMESTRE DE 2026.

A Audiência tem como objetivo a análise e divulgação dos dados sobre a oferta e produção da rede assistencial, além de programas, serviços e ações de saúde.

Em cumprimento à Lei Complementar nº 141/2012 e demais normas vigentes, a Audiência Pública acontecerá na nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Branco do Sul, no dia 30 de setembro de 2026, às 09h00min.

Salienta-se, que todas as autoridades municipais e toda a comunidade interessada estão convidados à participar.

NICE ANDRÉIA DE MORAES A. LARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:646B4353

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 022/2026 PROCESSO N° 431/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **00.802.002/0001-02**, sediada na ESTRADA BOA ESPERANCA, nº 2320, FUNDO CANOAS, município de Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **MAICON CORDOVA PEREIRA**, , Portador(a) da Carteira de Identidade nº **3242195** e do CPF/MF nº **015.886.939-70**, devidamente qualificada nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal. **RESOLVEM REEQUILIBRAR PREÇOS, conforme segue: 1 – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU 192 E CORPO DE BOMBEIROS**

Item	Un.	Especificação	Preço Atual	Preço Reequilibrado
02	FR	ÁCIDO GRAXO (ÓLEO DE GIRASSOL, ESTIMULANTE DA CICATRIZAÇÃO, PRODUTO ORIGINADO DE ÓLEOS VEGETAIS POLI-INSATURADOS, COMPOSTO: ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS A.G.E, VITAMINAS A E E, PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVO, FRASCO C/100 ML).	R$ 3,02	R$ 3,41

2 – As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas**.** E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente TERMO, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:524DF069

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 036/2026 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: RUTHES ENGENHARIA E FLORESTAL LTDA,** Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 22.801.404/0001-17, sediada na Avenida Presidente Nereu Ramos, nº 861, Jardim Moinho, município de Mafra - SC, neste ato representada por **VALDIR ANTONIO RUTHES JUNIOR**, inscrito no CPF nº **008.476.129-61**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da CONTRATADA, com a devida anuência da CONTRATANTE, prorroga-se o prazo de vigência e de execução por

mais 60 (sessenta) dias para a **EXECUÇÃO DE CALÇADAS NA ESCOLA VEREADOR RICARDO NENTWIG**. O novo período de vigência inicia-se em 22/08/2026, enquanto o prazo de execução é estendido de forma retroativa a partir de 10/07/2026. **CLÁUSULA SEGUNDA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, 1**4** de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:3180EFDB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 07 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 129/2023 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2023 - ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador da Cédula de Identidade n.º 2773957 e CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e **CONTRATADA 40964672 JACIEL DITTRICH**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Fermino Walter s/n, Campina dos Andrades, na cidade de Rio Negro - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 40.964.672/0001-31, neste ato representado por seu Procurador Sr. **JACIEL DITTRICH**, representante legal, inscrito no CPF/MF sob n.º 774.006.409-25, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação aplicável. CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO Conforme solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, fica prorrogado em mais 5 (cinco) meses o prazo de vigência da **contratação de serviços especializados de cuidador de cães**, com efeito retroativo ao dia **25/08/2026.** CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor unitário do presente aditivo a importância de **R$ 2.491,38 (dois mil quatrocentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos)**, perfazendo o total de **R$ 12.456,90 (doze mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos)** para o período de 5 (cinco) meses. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 595 – 10.002.20.608.0006.2.094.3.3.90.39.99.99 Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1377E5CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026 ERRATA

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção corretiva de câmaras científicas da rede de frio INDREL modelo RVV 22 D. INTERESSADO: INDREL CARE SERVIÇOS LTDA. CNPJ.: 59.669.953/0001-90. JUSTIFICATIVA: Empresa detentora de exclusividade para a execução de serviços de manutenção corretiva, preditiva e preventiva e vendas de peças em todos os equipamentos fabricados pela empresa INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6E0FEEED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026 ERRATA

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção corretiva de câmaras científicas da rede de frio INDREL modelo RVV 22 D. INTERESSADO: INDREL CARE SERVIÇOS LTDA. CNPJ.: 59.669.953/0001-90. JUSTIFICATIVA: Empresa detentora de exclusividade para a execução de serviços de manutenção corretiva, preditiva e preventiva e vendas de peças em todos os equipamentos fabricados pela empresa INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:DC9A7479

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR - IPRERINE
PORTARIA/IPRERINE Nº 16/2026

Institui o manual de concessão de aposentadoria especial do segurado com deficiência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro.

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 10-B, inciso I, e § 2º, da Lei nº 1.254, de 13 de setembro de 2001, e considerando a decisão do Conselho de Administração do IPRERINE, gestão 2026-2029, tomada na 8ª Reunião Ordinária, ocorrida em 27 de agosto de 2026,

RESOLVE

Art. 1º Instituir o manual de sistematização para processos de concessão de aposentadoria especial do segurado com deficiência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro, conforme do anexo único.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 8, de 30 de abril de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 27 de agosto de 2026.

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

MARCELO PAISANI KLAPOUCH
Presidente do Conselho de Administração do IPRERINE

ANEXO ÚNICO

Manual de pedido de aposentadoria especial do segurado com deficiência

1- Objetivo do manual
Sistematizar o processo de aposentadoria especial do segurado com deficiência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio Negro
2- Documentos Complementares
Lei nº 1318/2002 (Rio Negro/PR): Estatuto dos servidores públicos de Rio Negro.1
Lei nº 1254/2001 (Rio Negro/PR): Lei do Iprerine.2

Portaria MTP 1.467, de 6 de junho de 2022, Anexo V3.

3- Responsabilidades

Quem participa	Responsabilidade
Diretoria executiva (IPRERINE)	Instrução do processo; implantação do benefício
Médico Perito do IPRERINE	Emite parecer médico a respeito da condição e grau de deficiência
Jurídico (IPRERINE)	Emitir parecer sobre validade do processo
Atendimento (IPRERINE)	Fazer atendimento e encaminhamento inicial do servidor e sua documentação para os processos internos do Iprerine
Tribunal de Contas do Estado	Homologar o processo de concessão de aposentadoria
Ente municipal de Rio Negro ao qual o servidor é vinculado	Enviar documentação do servidor ao Iprerine; publicar portaria de concessão de aposentadoria

4 - Fases

Fase	Atividade	Responsável	Detalhamento
1	Início através do recebimento de solicitação do servidor interessado	IPRERINE	
2	Agendamento da perícia médica pelo Iprerine	IPRERINE	
3	Juntada de documentação	IPRERINE e Ente do servidor	
4	Instrução do processo e análise	Diretoria Executiva	
5	Juntada de laudo médico pericial	Medico Perito	
6	Análise jurídica	Jurídico IPRERINE	
7	Concessão, publicação e implantação do benefício	Diretoria Executiva e Ente do servidor	
8	Homologação, armazenamento e compensação previdenciária	Diretoria Executiva e Tribunal de Contas do Estado	

1 Pode ser acessado no seguinte endereço: https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-rio-negro-pr

2 Pode ser acessado no seguinte endereço: https://leismunicipais.com.br/a/pr/r/rio-negro/lei-ordinaria/2001/126/1254/lei-ordinaria-n-1254-2001-mantem-o-regime-proprio-de-previdencia-social-dos-servidores-publicos-municipais-de-rio-negro-instituido-pela-lei-n-787-93-promove-alteracoes-cria-o-instituto-de-previdencia-social-dos-servidores-publicos-do-municipio-de-rio-negro-iprerine-define-suas-normas-gerais-e-da-outras-providencias?q=1254%2F2001

3 Pode ser acessado no seguinte endereço: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/destaques/portaria-mtp-no-1-467-de-02-junho-de-2022

Publicado por:
Ana Paula Portes Chapiewski
Código Identificador:2AF9E4E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - CMR
Nº Sequencial PNCP: 932282-3/2026
Órgão/Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
Processo Nº: 2021/2026

1. OBJETO
Constitui objeto da presente contratação a aquisição de 03 (três) veículos automotores novos, zero quilômetro, ano/modelo vigente ou superior, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Administração, sendo 02 (dois) veículos do tipo sedan e 01 (um) veículo do tipo SUV, todos em conformidade com as especificações técnicas, requisitos de desempenho, segurança, conforto e demais condições estabelecidas no Edital e Anexos.

2. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Modalidade: Pregão Eletrônico
Modo de Disputa: Aberto
Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E SESSÃO PÚBLICA
Início do Acolhimento das Propostas: Dia 31/08/2026 às 08h00min (Horário Oficial de Brasília/DF).
Encerramento do Acolhimento das Propostas: Dia 15/09/2026, às 12h59min (Horário Oficial de Brasília/DF)
Abertura da Sessão: Dia 15/09/2026, às 13h00min (Horário Oficial de Brasília/DF)
Endereço Eletrônico: www.compras.gov.br **(Contratação:932282 - 3/2026)**

4. OBTENÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES
O Edital completo e seus anexos estão disponíveis Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Rolândia/PR:
https://www.cmrolandia.pr.gov.br/imprensa/licitacoes

Esclarecimentos e Impugnações: Eventuais pedidos de esclarecimento ou impugnações ao Edital deverão ser protocolados até o dia 10/09/2026, às 23h59min (3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame), via sistema COMPRAS.GOV.BR ou pelo e-mail licitacao@cmrolandia.pr.gov.br , nos termos do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Os interessados em participar do certame deverão efetuar previamente o seu cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e na plataforma COMPRAS.GOV.BR, encaminhando suas propostas de acordo com as instruções contidas no edital.

Rolândia/PR, 27 de agosto de 2026.

GUILHERME DE MAGALHÃES SPANGUEMBERG
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ricardo Goto
Código Identificador:F5AEB353

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.373/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:
Fica **EXONERADO**, a pedido, a senhora **GABRIELA CUBASKI SALA**, matrícula **378761-3/1**, do cargo de **Professor de Ensino Básico 30 horas,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de **25/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 26 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:033B87C2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.374/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **GABRIELA CUBASKI SALA**, matrícula **378761-3/2,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 20h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **26/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 26 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:337AE944

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.050/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:
ATRIBUIR aos Servidores desta municipalidade, lotados na Secretaria Municipal de Educação, **JORNADA SUPLEMENTAR,** pelo período de 21/08/2026 a 30/09/2026, de acordo com memorando 14.542/2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
377273-0/1	Aline Janaina Quinhone da Silva	Professor de Ensino Básico 20h
32955-0/1	Marcia Gisele Segatel Pacola	Professor de Ensino Básico 20h

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:13D1EDAB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.058/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **MARIA ANGELA ARAÚJO GARCIA,** matrícula 337174-3/6, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor do Ensino Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **24/08/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 25 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:FA69464B

SECRETARIA GERAL
ATA 03 – COMITÊ DE ASSESSORAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CAPC

Aos 26 dias do mês de Agosto de 2026, às 10:00 horas, na sala de reunião no segundo andar – em frente ao Jurídico da Prefeitura Municipal de Rolândia, situada à Av. Presidente Bernardes nº 809, na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, reuniu-se o Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar, constituído pela Portaria nº 3.141, de 06 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios, do dia 10/02/2025, fls. 347, em consonância com a Lei Municipal nº 4.040 de 24 de setembro de 2021, tendo os membros Srs. DAYANE APARECIDA FERMINO, FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA, SIBELE VIANA DE ALMEIDA SENDA e REGINALDO APARECIDO BURHOFF**.** Foi informado a todos os membros presentes do comitê da previdência complementar os valores de contribuição patronal recolhidos para a BB Prev da folha de pagamento das competências de Julho de 2025 a Junho de 2026 dos servidores efetivos do quadro de ativos do MUNICÍPIO e dos servidores do quadro de ativos do INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL, conforme os dados da tabela abaixo:

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA C.N.P.J. Nº 76.288.760/0001-08		**INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA** C.N.P.J. Nº 08.690.876/0001-19	
COMPETÊNCIA:	**VALOR EM R$:**	**COMPETÊNCIA:**	**VALOR EM R$:**
Julho de 2025	6.734,03	Julho de 2025	293,28
Agosto de 2025	6.260,73	Agosto de 2025	293,28
Setembro de 2025	5.831,85	Setembro de 2025	293,28
Outubro de 2025	5.566,90	Outubro de 2025	293,28
Novembro de 2025	5.861,66	Novembro de 2025	293,28
Dezembro de 2025	6.096,80	Dezembro de 2025	293,28
Dezembro de 2025 – 13º	3.447,81	Dezembro de 2025 – 13º	293,28
Janeiro de 2026	6.078,26	Janeiro de 2026	305,71
Fevereiro de 2026	6.078,26	Fevereiro de 2026	305,71
Março de 2026	6.078,26	Março de 2026	305,71
Abril de 2026	6.603,68	Abril de 2026	305,71
Maio de 2026	6.603,68	Maio de 2026	305,71
Junho de 2026	6.383,97	Junho de 2026	305,71

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL possui um servidor participante do plano durante o período acima e a quantidade de servidores do Município que participam do plano segue exposta na tabela abaixo:

MÊS DE COMPETÊNCIA:	QUANTIDADE:	MÊS DE COMPETÊNCIA:	QUANTIDADE:
Julho de 2025	22	Janeiro de 2026	19
Agosto de 2025	20	Fevereiro de 2026	19
Setembro de 2025	19	Março de 2026	19
Outubro de 2025	18	Abril de 2026	20
Novembro de 2025	19	Maio de 2026	20
Dezembro de 2025	20	Junho de 2026	20
Dezembro de 2025 – 13º	16	-	-

Ficou agendada a próxima reunião para o dia 04/11/2026**.** Foi deliberado pelo Comitê a solicitação via ofícios ao Departamento de Recursos Humanos e ao Rolândia Previdência dos valores dos repasses mensais para a BB Prev do período de Julho a Outubro de 2026. Sem outros assuntos para o momento foi encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada por mim, Sibele Viana de Almeida Senda, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Rolândia, 26 de Agosto de 2026.

(DAYANE APARECIDA FERMINO)
Membro

(FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA)
Membro

(SIBELE VIANA DE ALMEIDA SENDA)
Membro

(REGINALDO APARECIDO BURHOFF)
Membro

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:699D7B9D

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 415, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: declara de utilidade pública a obra de CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO da ESTRADA DOS CANÁRIOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada como área de Utilidade Pública e Interesse Social, para fins de execução de obras de infraestrutura pública e interesse coletivo, especificamente de **CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO** da via rural denominada de **ESTRADA DOS CANÁRIOS**, pertencente esta Comarca, a área correspondente ao perímetro com início em 458985.81 m E; 7423392.87 m S, e fim em 458425.51 m E; 7423603.42 m S. A obra tem por finalidade possibilitar a locomoção segura, tanto para veículos quanto para pedestres, e otimização do sistema viário Municipal.
Esta declaração poderá ser utilizada como instrumento comprobatório para fins de convênios, financiamentos, parcerias ou repasses junto a entes públicos e privados, ou demais utilizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:3E964752

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 416, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a obra de CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO da ESTRADA DO EMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada como área de Utilidade Pública e Interesse Social, para fins de execução de obras de infraestrutura pública e interesse coletivo, especificamente de **CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO** da via rural denominada de **ESTRADA DO EMA**, pertencente esta Comarca, a área correspondente ao perímetro com início em 457265.43 m E; 7422177.74 m S, e fim em 457522.45 m E; 7421756.23 m S. A obra tem por finalidade possibilitar a locomoção segura, tanto para veículos quanto para pedestres, e otimização do sistema viário Municipal.
Esta declaração poderá ser utilizada como instrumento comprobatório para fins de convênios, financiamentos, parcerias ou repasses junto a entes públicos e privados, ou demais utilizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:1CD8F708

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 417, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a obra de CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO da ESTRADA DO KM 14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada como área de Utilidade Pública e Interesse Social, para fins de execução de obras de infraestrutura pública e interesse coletivo, especificamente de **CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO** da via rural denominada de **ESTRADA DO KM 14**, pertencente esta Comarca, a área correspondente ao perímetro com início em 456449.59 m E; 7432903.26 m S, e fim em 456834.76 m E; 7433367.25 m S. A obra tem por finalidade possibilitar a locomoção segura, tanto para veículos quanto para pedestres, e otimização do sistema viário Municipal.
Esta declaração poderá ser utilizada como instrumento comprobatório para fins de convênios, financiamentos, parcerias ou repasses junto a entes públicos e privados, ou demais utilizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:435CEB07

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 418, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a obra de CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO da ESTRADA DO KM 7.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada como área de Utilidade Pública e Interesse Social, para fins de execução de obras de infraestrutura pública e interesse coletivo, especificamente de **CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO** da via rural denominada de **ESTRADA DO KM 7**, pertencente esta Comarca, a área correspondente ao perímetro com início em 459128.20 m E; 7426874.45 m S, e fim em 459669.56 m E; 7427136.66 m S. A obra tem por finalidade possibilitar a locomoção segura, tanto para veículos quanto para pedestres, e otimização do sistema viário Municipal.
Esta declaração poderá ser utilizada como instrumento comprobatório para fins de convênios, financiamentos, parcerias ou repasses junto a entes públicos e privados, ou demais utilizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:11EFDAD7

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 419, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a obra de CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO da ESTRADA MONTE CRISTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada como área de Utilidade Pública e Interesse Social, para fins de execução de obras de infraestrutura pública e interesse coletivo, especificamente de **CASCALHAMENTO c/ MATERIAL FRESADO** da via rural denominada de **ESTRADA MONTE CRISTO**, pertencente esta Comarca, a área correspondente ao perímetro com início em 462727.79 m E; 7423586.89 m S, e fim em 462919.39 m E; 7424513.20 m S. A obra tem por finalidade possibilitar a locomoção segura, tanto para veículos quanto para pedestres, e otimização do sistema viário Municipal.
Esta declaração poderá ser utilizada como instrumento comprobatório para fins de convênios, financiamentos, parcerias ou repasses junto a entes públicos e privados, ou demais utilizações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:6465D325

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 420 27 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 20.000,00, para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Educação e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.01.12.365.0008.6.060	3.1.90.13.00.00.00	103	R$ 20.000,00
TOTAL:			**R$ 20.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
08.01.12.365.0008.6.060	3.3.90.46.00.00.00	103	R$ 20.000,00
TOTAL:			**R$ 20.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
08.01	3.1	103	Agosto	R$ 20.000,00
TOTAL				**R$ 20.000,00**

Art. 4º - Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
08.01	3.3	103	Agosto	R$ 20.000,00
TOTAL				**R$ 20.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:EA362377

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 421 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
3.275/2026	**Contribuinte: José Roberto da Silva** Requerente: Maria Ribeiro da Silva	Rua Luciano Tribulato, Nº 247, JD. Santiago	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU do **ano de 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 27 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:0ECD4B1F

SECRETARIA GERAL
DESPACHO FINAL PAD DECRETO Nº 272/2026

Vistos e examinados estes autos de Processo Administrativo, instaurado pelo Decreto nº 272, de 28 de maio de 2026 com a finalidade de apurar eventual transgressão ao art. 54, incisos IV e X, art. 174, incisos II, III e IX, todos da Lei Complementar nº 055/2011, praticadas pela servidora **FERNANDA MICHELLE FERRO LAZARI BENTO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Da detida análise destes autos de processo administrativo disciplinar, **ADOTO**, como razões e fundamentos para decidir, o relatório final da Comissão Processante, despacho 4, bem como o parecer jurídico, despacho 6, ambos do Memorando nº 12.696/2026, determino que seja aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base no contido no artigo 188, *caput*, da Lei Complementar nº 55/2011.
Por derradeiro, à Secretaria de Administração para encetar as providências necessárias, obedecidas todas as formalidades de estilo.

Publique-se e intime-se.

Rolandia/PR, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:0AB9C9EA

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 3.246, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Aplica penalidade resultante de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e em especial, a Lei Complementar nº 55/2011, considerando:

O relatório final da Comissão Processante, despacho 4, bem como o parecer jurídico, despacho 6, ambos do Memorando nº 12.696/2026, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto nº 272, de 28 de maio de 2026, e de acordo com a decisão proferida do mesmo processo,

RESOLVE:

Art. 1º - APLICAR A PENA DE ADVERTÊNCIA, a servidora **FERNANDA MICHELLE FERRO LAZARI BENTO**, nos termos dos artigos 188, *caput*, da Lei Complementar nº 55/2011, a contar da data da publicação desta Portaria, no Diário Oficial do Município.
Art. 2º – Publique-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:0E5B4919

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO 05/2026 – SME.

PROTOCOLO Nº 16.920/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, considerando a Lei 9394/1996 e, em atendimento às Deliberações nº 01/2024 e 01/2025, ambas do Conselho Pleno Municipal de Educação e o Parecer nº 04/2026 do Conselho Municipal de Educação de Rolândia.
RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos no período de 24/08/2026 até 23/08/2036, o **credenciamento** da instituição de ensino para a oferta da educação básica do **Centro Municipal de Educação Infantil Profª Marly do Nascimento Santos**, situado na Rua Crisântemos, 449 - Conjunto Parigot de Souza do Município de Rolândia, Paraná.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 2908/2016 de 28/07/2016 - Parecer 1596/2016 – CEF/SEED.
§ 2º O último prazo da renovação do credenciamento foi concedido pela Resolução nº 4546/2021 de 29/09/2021 - Parecer 2813/2021 – CEF/SEED com vigência até 23/08/2026.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento da instituição de ensino à SME/SEF, 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o prazo concedido no art. 1º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino a direção deverá oficializar à SME/SEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rolândia, 26 de agosto de 2026.

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:3B2E4893

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO 06/2026 – SME.

PROTOCOLO Nº 24.080/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROLÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Lei Municipal nº 4.180 de 16 de novembro de 2023, considerando a Lei 9394/1996 e, em atendimento às Deliberações nº 01/2024 e 01/2025, ambas do Conselho Pleno Municipal de Educação e o Parecer nº 05/2026 do Conselho Municipal de Educação de Rolândia.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a mudança da Entidade Mantenedora da Educação Infantil do Colégio Alfa e Ômega, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, localizado na Rua Duque de Caxias, 1001 – Centro no Município de Rolândia, Estado do Paraná, que oferta a Educação Básica nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Art. 2.º Em decorrência do disposto no artigo anterior, a responsabilidade pela manutenção da Educação Infantil da referida instituição de ensino passa da empresa Escola Alfa e Ômega S/S Ltda., inscrita no CNPJ: 78.298.205/0001-92, para a empresa Escola Ferreira Ribas Ltda., inscrita no CNPJ: 62.570.192/0001-29, com sede na Rua Duque de Caxias, 1001 – Centro de Rolândia/PR, assumindo esta todos os direitos e obrigações decorrentes do ato regulatório vigente.

Art. 3.º Ficam ratificados e convalidados todos os atos escolares praticados pela instituição de ensino sob a égide da mantenedora anterior, mantendo-se inalterados os prazos e condições dos atos autorizativos de funcionamento vigentes.
Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, retroagindo seus efeitos ao início do ano letivo de 2026.

Rolândia, 26 de agosto de 2026.

LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:6920B3FB

SECRETARIA GERAL
TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PRIMAFLORA - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.424.235/0001-61**, com sede na Rua Santos Dumont 620, Centro, no Município de Rolândia/PR, neste ato representada por sua proprietária e responsável técnica Elivania de Paula Daleffi, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**;
e, de outro lado, o órgão integrante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), neste ato representado pela **Vigilância Sanitária do Município de Rolândia/PR**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 331, Centro, no Município de Rolândia/PR, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) de Vigilância em Saúde Rafael André Ferreira Dias – Matricula 23280/1, doravante denominada **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**; têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos da Lei Federal nº 14.671, de 11 de setembro de 2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a regularização sanitária da COMPROMISSÁRIA, mediante o cumprimento das seguintes obrigações:
I – Troca do piso do laboratório de sólidos e da sala de armazenamento de matérias primas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A COMPROMISSÁRIA compromete-se a cumprir integralmente as obrigações descritas na Cláusula Primeira no prazo com **início na assinatura do presente** e término em **30 de janeiro de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO
A VIGILÂNCIA SANITÁRIA acompanhará o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, podendo realizar inspeções, solicitar documentos e adotar outras medidas necessárias à verificação da regularização.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES
O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste Termo sujeitará a COMPROMISSÁRIA às penalidades previstas na **Lei Federal nº 14.671/2023**, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, incluindo:
I – Advertência;
II – Multa;
III – Interdição parcial ou total do estabelecimento;
IV – Cancelamento de autorização ou licença sanitária;
V – Demais sanções administrativas previstas na legislação sanitária vigente.
Parágrafo único: A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE
O presente Termo **entra em vigor após a data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial**, permanecendo válido até o cumprimento integral das obrigações assumidas ou até a aplicação das medidas legais cabíveis em caso de descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Este Termo não exime a COMPROMISSÁRIA do cumprimento de demais normas sanitárias vigentes aplicáveis à sua atividade.
E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.
Rolândia/PR, 24 agosto de 2026.

ELIVANIA DE PAULA DALEFFI
Primaflora -Comercio de Produtos Farmaceuticos LTDA.
CNPJ sob o nº 04.424.235/0001-61

RAFAEL ANDRÉ FERREIRA DIAS
Diretor(a) de Vigilância em Saúde
Vigilância Sanitária do Município de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:225A8C95

SECRETARIA GERAL
TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, de um lado, a **PRIMAFLORA - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.424.235/0001-61**, com sede na Rua Santos Dumont 620, Centro, no Município de Rolândia/PR, neste ato representada por sua proprietária e responsável técnica Elivania de Paula Daleffi, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**;
e, de outro lado, o órgão integrante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), neste ato representado pela **Vigilância Sanitária do Município de Rolândia/PR**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 331, Centro, no Município de Rolândia/PR, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) de Vigilância em Saúde Rafael André Ferreira Dias – Matricula 23280/1, doravante denominada **VIGILÂNCIA SANITÁRIA**; têm entre si justo e acordado o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos da Lei Federal nº 14.671, de 11 de setembro de 2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a regularização sanitária da COMPROMISSÁRIA, mediante o cumprimento das seguintes obrigações:
I – Troca do piso do laboratório de sólidos e da sala de armazenamento de matérias primas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
A COMPROMISSÁRIA compromete-se a cumprir integralmente as obrigações descritas na Cláusula Primeira no prazo com **início na assinatura do presente** e término em **30 de janeiro de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO
A VIGILÂNCIA SANITÁRIA acompanhará o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, podendo realizar inspeções, solicitar documentos e adotar outras medidas necessárias à verificação da regularização.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES
O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste Termo sujeitará a COMPROMISSÁRIA às penalidades previstas na **Lei Federal nº 14.671/2023**, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, incluindo:
I – Advertência;
II – Multa;
III – Interdição parcial ou total do estabelecimento;
IV – Cancelamento de autorização ou licença sanitária;
V – Demais sanções administrativas previstas na legislação sanitária vigente.
Parágrafo único: A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE
O presente Termo **entra em vigor após a data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial**, permanecendo válido até o cumprimento integral das obrigações assumidas ou até a aplicação das medidas legais cabíveis em caso de descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo não exime a COMPROMISSÁRIA do cumprimento de demais normas sanitárias vigentes aplicáveis à sua atividade.
E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Rolândia/PR, 24 agosto de 2026.

ELIVANIA DE PAULA DALEFFI
Primaflora - Comercio de Produtos Farmaceuticos LTDA.
CNPJ sob o nº 04.424.235/0001-61

RAFAEL ANDRÉ FERREIRA DIAS
Diretor(a) de Vigilância em Saúde
Vigilância Sanitária do Município de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:F5DB6413

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2026

2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2026

REFERENTE ÀCONCORRÊNCIA Nº 030/2025

CONTRATO DE EMPREITADA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.434.136/0001-63, localizada na Rua Mato Grosso, n.º 1.789, centro, CEP 85812-025, na cidade de **CASCAVEL - PR**, telefone (45) 99901-1150, e-mail: **mce@mce.eng.br**, neste ato, legalmente representada pelo Senhor **ALEXSANDER HERBERT SCHLINDWEIN**, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 7.542.040-4 SESP/PR e do CPF/MF n.º 034.569.049-40, residente e domiciliado na cidade de CASCAVEL - PR, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato suprimindo o valor de **R$ 10.870,80** (dez mil oitocentos e setenta reais e oitenta centavos) referentes a serviços não realizados na execução do contrato, passando o valor do contrato de **R$ 671.987,56** (seiscentos e setenta e um mil novecentos e oitenta e sete reais e cinqüenta e seis centavos) para **R$ 661.107,76** (seiscentos e sessenta e um mil cento e sete reais setenta e seis centavos) daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
1. As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 24 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio

_____
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

_____
ODYR GIORDANI JUNIOR
Secretário Municipal de Esportes

_____
RODRIGO EMANUEL RODRIGUES
Fiscal do Contrato

_____
JULIANA VANZELLA ROCHA KAMIMURA
Fiscal Suplente do Contrato
R$ 671.987,56 (seiscentos e setenta e um mil novecentos e oitenta e sete reais e cinqüenta e seis centavos)

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:24CB8540

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2026 – PMR.

PROCESSO Nº 147/2026.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de papel higiênico e papel toalha interfolhado, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: SIM

Possui Exclusividade/e ou Cotas: SIM

Valor máximo total R$: 774.244,10.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 11/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 11/09/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 27 de agosto de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:B6FD496D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 057/2026

DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata nº 210/2025, Pregão Prorrogado nº 102/2025, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 8.502/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **FERNANDO TIZZO** como fiscal.

II – O servidor **KAIO LUCCAS SOLCIA** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:EE7C6E2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 12/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Credenciamento 12/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: "Credenciar Empresas para fornecimento de Combustível para abastecimento da frota municipal pelo período de 12 (doze) meses"

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	12116 - Óleo Diesel S-500	LT	X	1.020.000,00	1.020.000,00
2	12117 - ÓLEO DIESEL S10	LT	X	975.000,00	975.000,00
3	19435 - GASOLINA COMUN	LT	X	420.000,00	420.000,00
4	7219 - ETANOL	LT	X	20.000,00	20.000,00
Total Geral					**2.435.000,00**

Data de início para entrega dos envelopes: às 07:30 horas do dia 28 de agosto de 2026 na Prefeitura Municipal de Salgado Filho – Pr, Rua: Floriano Anater N°: 50, CEP 8560-560.

Data final entrega dos envelopes para a primeira abertura: às 08:59 horas do dia 16 de setembro de 2026 na Prefeitura Municipal de Salgado Filho – Pr, Rua: Floriano Anater N°: 50, CEP 8560-560.

Data da primeira abertura dos envelopes: às 09:00 horas do dia 16 de setembro de 2026 na Prefeitura Municipal de Salgado Filho – Pr, Rua: Floriano Anater N°: 50, CEP 8560-560.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 27 de agosto de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:74C8586A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 97, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 97, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Declara a vacância de cargo público efetivo em decorrência de aposentadoria voluntária pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fundamento no art. 28, inciso III, da Lei Municipal nº 34, de 20 de junho de 2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo referente à situação funcional da servidora Iara Schroer Perondi, o acórdão transitado em julgado proferido nos autos da Ação Indenizatória nº 0000496-80.2022.8.16.0052;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a contar de 01 de setembro de 2026, a vacância do cargo público efetivo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal Iara Schroer Perondi, matrícula funcional nº 90, em decorrência de aposentadoria voluntária pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos do art. 28, inciso III, da Lei Municipal nº 34, de 20 de junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao vigésimo sétimo dia do mês agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:E725E694

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 266, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 266, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Concede Licença Luto para Servidoras Públicas Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 104, Inciso I, da Lei Municipal nº 34, de 20 de junho de 2018 e considerando Certidão de óbito apresentado nesta data,

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER**, 07 (sete) dias de luto à partir de 25 de agosto de 2026, para as servidoras públicas municipais que abaixo específica, em razão do falecimento do seu genitor:

SERVIDORA	CARGO	MATRÍCULA
Alini Battisti	Professor de Educação Infantil – 30 horas cargo temporário	1658
Thais Battisti	Professor – 20 horas cargo temporário	1665

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:61E944FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 655 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 010/2013, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º A Lei nº 10, de 27 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a estruturação administrativa do Poder Executivo do Município de Salto do Lontra e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

I – o inciso III do art. 1º, alínea "e" passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Salto do Lontra fica constituída dos seguintes órgãos:
(...)
III - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA:
(...)
e) Secretaria Municipal de Assistência Social;" (NR)

II – o art. 11 passa a vigorar acrescido do inciso XI, com a seguinte redação:

"Art. 11. A Secretaria Municipal de Governo é composta pelos seguintes Departamentos e Divisões:
(...)
XI - Departamento Municipal de Habitação, Infraestrutura e Desenvolvimento." (NR)

III – fica acrescido o Art. 11-A, com a seguinte redação:

"Art. 11-A. Ao Departamento Municipal de Habitação, Infraestrutura e Desenvolvimento compete:
I – Formular, planejar e executar a política habitacional do Município, com foco na habitação de interesse social;

II – Organizar, coordenar e controlar as ações voltadas à promoção e acesso à moradia digna para a população de baixa renda;

III – Realizar estudos, diagnósticos e propor soluções para os desafios relacionados à habitação e infraestrutura urbana;
IV – Promover a articulação com órgãos e entidades estaduais e federais, bem como com o Conselho Municipal de Habitação, para captação de recursos e implementação de programas e projetos de investimento no setor;
V – Gerenciar projetos de infraestrutura urbana e desenvolvimento que impactem diretamente as condições de moradia e urbanização;
VI – Exercer outras atribuições correlatas à sua área de atuação." (NR)

IV – o Art. 18, *caput*, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A Secretaria Municipal de Assistência Social compete:" (NR)

V – o Art. 19, *caput* e inciso I, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. A Secretaria Municipal de Assistência Social compõe-se dos seguintes Departamentos e respectivas Divisões:
I - Departamento de Assistência Social:" (NR)

Art. 2º Ficam alteradas e acrescidas nos Anexos I, II e IV da Lei Municipal nº 10, de 27 de fevereiro de 2013, as partes que especifica:

ANEXO I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Nº de vagas	Denominação	Símbolo
09	Diretor de Departamento I	CC-2
06	Diretor de Departamento II	CC-3

ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTO - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VALOR R$
CC-2	R$ 7.512,43

ANEXO IV
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Diretor de Departamento Municipal de Habitação, Infraestrutura e Desenvolvimento - I – CC-2
Atribuições: Coordenar a formulação, planejamento e execução da política habitacional do Município; supervisionar as ações voltadas à habitação de interesse social; gerenciar programas e projetos de infraestrutura urbana relacionados à moradia; articular-se com o Conselho Municipal de Habitação e demais órgãos estaduais e federais para captação de recursos e desenvolvimento de projetos; promover o acesso do Município a programas de investimentos setoriais; elaborar diagnósticos e propor soluções para os desafios habitacionais; e exercer outras atribuições correlatas à sua área de atuação, em consonância com o Art. 11-A desta Lei

Diretor de Departamento de Vigilância Socioassistencial – II – CC-3
Atribuições: Realizar a vigilância socioassistencial da proteção social básica e especial; analisar a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos; elaborar e atualizar diagnósticos socioterritoriais; colaborar na elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social; planejar atividades de cadastramento e atualização cadastral, utilizando bases de dados para construção de mapas de vulnerabilidade social; coordenar o monitoramento da rede socioassistencial; estabelecer articulações intersetoriais para aprimoramento das intervenções; e exercer outras atribuições correlatas à sua área de atuação, em conformidade com o Art. 19-C da Lei nº 10/2013.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:1B1383D8

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 656 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder em regime de Comodato para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra, um veículo de propriedade deste Município e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de COMODATO ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra, com sede na Rua Pedro Bernardi, nº 481, Centro, Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 75.562.728/0001-06, um veículo usado de marca VW/GOL 1.6 MB, de cor branca, ano de fabricação 2019, modelo 2020, Placa BDF-2F75, Chassi 9BWAB45U1LT002740, Renavam 01197092010, de propriedade deste Município.
Art. 2º. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra terá que cumprir o que segue, sob pena da rescisão do contrato e devolução do veículo descrito no artigo 1º ao Município:
I. Guarda e conservação do veículo;
II. Uso do veículo para fins de trabalho do Sindicato;
III. Manter as despesas operacionais;
IV. Apresentar relatório das atividades desenvolvidas a cada ano.
§ 1º. - Caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra resolver rescindir o contrato de comodato, este deverá comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, o qual fará vistoria das condições em

que se encontram o veículo cedido, e se este estiver em condições normais de uso, não haverá indenização alguma.
§ 2º. - Caso ficar comprovado que o veículo cedido, estiver sem condições de uso, por negligência do Sindicato, este deverá pagar ao Município o valor avaliado.
Art. 3º. Fica o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra proibido de locar, sublocar, emprestar, doar, vender ou utilizar o veículo descrito no artigo 1º de forma diversa da apontada no instrumento de contrato, principalmente para fins particulares, sob pena da imediata rescisão do Contrato.
Parágrafo único. A utilização do veículo, objeto do comodato, deverá se restringir exclusivamente ao apoio das atividades institucionais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra, visando o desenvolvimento e a representação dos interesses dos trabalhadores e produtores rurais do Município, em consonância com o interesse público de fomento à agricultura familiar e ao bem-estar da comunidade rural.
Art. 4º. As obrigações, responsabilidades, inclusive em relação a terceiros, e custos para com o bem, tais como condutor, combustível, consertos e manutenção, eventuais multas e infrações, licenciamento, IPVA, DPVAT, todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização do mesmo, e outros ficam a cargo integralmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra.
Art. 5º. Ao término do prazo do comodato ou em caso de sua rescisão antecipada, o veículo deverá ser restituído ao Município de Salto do Lontra em perfeitas condições de uso e conservação, ressalvado o desgaste natural decorrente do tempo e do uso regular.
Art. 6º. O contrato de comodato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Poder Executivo Municipal, mediante notificação formal com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba qualquer indenização ao comodatário, nos seguintes casos:
I - Descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas nesta Lei ou no Termo de Comodato;
II - Desvio de finalidade ou uso indevido do veículo;
III - Dissolução ou inatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto do Lontra;
IV - Superveniência de interesse público devidamente justificado que demande a retomada do bem pelo Município.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos

competentes, autorizado a fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas
no contrato de comodato e nesta Lei, podendo solicitar a qualquer tempo informações e relatórios sobre a utilização do veículo.
Art. 8º. A vigência do contrato de comodato, autorizada por esta lei, se dá a contar da data da publicação pelo prazo de 06(seis) meses.
Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:9771B235

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 657 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber imóvel à título de doação e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação e incorporar ao patrimônio Público Municipal um imóvel de propriedade de CLUBE DE MÃES MADRE CABRINI, inscrita no CNPJ nº 77.832.772/0001-14.
Art. 2°. O imóvel objeto da doação constitui-se do lote urbano nº 01 (um), da quadra nº 09 (nove), com área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), objeto da Matrícula nº 05596, localizado na Rua Olímpio Goedert, Número 608, Bairro Olaria, neste Município e comarca de Salto do Lontra – PR, de propriedade de CLUBE DE MÃES MADRE CABRINI, com as seguintes confrontações, **NOROESTE:** por linha seca e reta, confronta com o lote nº 02 da mesma quadra. **SUDOESTE:** confronta com a Rua nº 26 do mesmo patrimônio. **SULESTE:** confronta com a Rua nº18 do mesmo patrimônio. **NORDESTE:** por linha seca e reta, confronta com o lote nº 06 da mesma quadra.
Parágrafo único: O imóvel será doado ao Município de Salto do Lontra, sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Art. 3º. As despesas decorrentes de escrituração e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra, correrão por conta da Municipalidade.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:FBA5861C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças, insumos e componentes destinados aos sistemas de ar-condicionado automotivo, bem como para a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa desses sistemas, incluindo diagnóstico, reparos, substituição de peças, componentes elétricos e demais serviços correlatos, para veículos leves, médios e pesados, multimarcas e modelos, pertencentes à frota do Município de Salto do Lontra/PR.
CONTRATADO:	63.457.962 DOUGLAS HENRIQUE TOMKIEL
CNPJ:	63.457.962/0001-94
VALOR:	350.000,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 27 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:898A54F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2024

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de esterilização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATADO:	ESTERIBEL CENTRAL DE ESTERILIZACAO LTDA
CNPJ:	48.565.324/0001-01
VALOR:	194.083,08
VIGÊNCIA:	29/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 27 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:5FD9B9CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 64/2023, REFERENTE A INEXIGIBILIDADE N° 15/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E A EMPRESA MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Inivaldo Batista, portador do CPF: 007.907.739-02, com sede na Rua Doutor Alcides Prudente Pavan, nº 130, Centro, nesta cidade.

CONTRATADA: **MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA**, CNPJ nº 06.183.150/0001-64, representada pelo Sr. PAULO ROBERTO PEREIRA, portador do CPF: 637.851.456-91, com sede a Est. Bairro Água Pedreira, S/N, CEP 84940-000, Município de Siqueira Campos-PR.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado e celebram o presente Termo Aditivo ao contrato de Coleta, transporte, tratamento e destinação final de lixo hospitalar das classes "A, B e C" observando as disposições da Lei nº 8666/93, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo tem como objeto as alterações no serviço, conforme o anexo 01 deste aditivo.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O contrato passará de 1.416,70 (Um Mil Quatrocentos e dezesseis reais e Setenta centavos) mensais para 1.478,04 (Um Mil Quatrocentos e Setenta e Oito reais e Quatro centavos) mensais.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado até 18/09/2027.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Sr. Prefeito Municipal e encontra amparo legal nos artigos 55 e 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

Santa Amélia/PR, 16 de setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO PEREIRA
Representante Legal
CPF: 637.851.456-91

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:B4029186

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 111 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Santa Amélia, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Santa Amélia, Estado do Paraná, **INIVALDO BATISTA**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206 e 211 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e estabelecem o regime de colaboração entre os entes federativos;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 21 de dezembro de 2022, que institui o Programa Educa Juntos no Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e os atos normativos expedidos pelo Ministério da Educação para sua implementação;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.697, de 08 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Santa Amélia;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, a articulação institucional, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas à alfabetização na Rede Pública Municipal de Ensino;

DECRETA:

CAPÍTULO I
Da Instituição
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, como instância permanente de governança da Política Municipal de Alfabetização, com caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento das ações voltadas à alfabetização desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização tem por finalidade subsidiar o planejamento, a implementação, o monitoramento, a avaliação e o aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização, promovendo a integração entre os diversos segmentos envolvidos e contribuindo para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

CAPÍTULO II
Das Finalidades
Art. 3º São finalidades do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I - Coordenar o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e revisão da Política Municipal de Alfabetização;
II - Promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, os estabelecimentos de ensino e demais instituições envolvidas com a alfabetização;
III - Acompanhar indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
IV - Subsidiar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas;
V - Fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação das aprendizagens;
VI - Incentivar práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
VII - Propor estratégias voltadas à melhoria dos resultados educacionais.

CAPÍTULO III
Das Competências
Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I - Elaborar seu plano anual de trabalho;
II - Acompanhar a execução das ações voltadas à alfabetização;
III - Analisar indicadores educacionais, resultados das avaliações diagnósticas e avaliações externas;
IV - Acompanhar os planos de ação e os planos de intervenção pedagógica desenvolvidos pelos estabelecimentos de ensino;
V - Acompanhar as ações de formação continuada;
VI - Propor estratégias para fortalecimento das práticas pedagógicas;
VII - Incentivar o reconhecimento e o compartilhamento de boas práticas em alfabetização;
VIII - Elaborar relatório anual de acompanhamento das ações desenvolvidas;
IX - Acompanhar a execução das metas e estratégias previstas na Política Municipal de Alfabetização;
X - Emitir recomendações técnicas destinadas ao aperfeiçoamento das ações pedagógicas e administrativas relacionadas à alfabetização.
CAPÍTULO IV
Da Composição

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I - Secretaria Municipal de Educação;
II - Articulador(a) municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão e Formação (RENALFA), do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III - Direção do estabelecimento de Ensino Fundamental, anos iniciais;
IV- Direção do estabelecimento de Educação Infantil;
V - Coordenação pedagógica do estabelecimento de Ensino Fundamental, anos iniciais;
VI- Coordenação pedagógica do estabelecimento de Educação Infantil;
VII - Conselho Municipal de Educação;
VIII - Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IX - Professores da Educação Infantil;
X - Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º Os membros do Comitê serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.
§ 2º O Comitê será presidido pelo membro representante da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º Cada representante titular poderá possuir 01 (um) suplente, designado na mesma Portaria, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 3º O Comitê poderá convidar representantes de instituições públicas ou privadas, instituições de ensino superior, órgãos públicos, especialistas e demais profissionais para participar de suas reuniões, sempre que a matéria em discussão assim o justificar.

CAPÍTULO V
Do Funcionamento
Art. 6º O Comitê reunir-se-á:
I - Ordinariamente, a cada 02 (dois) meses;
II - Extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros.
§ 2º As deliberações ocorrerão por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.
Art. 7º As reuniões serão registradas em ata.
Art. 8º O Comitê poderá constituir grupos de trabalho temporários, mediante deliberação de seus membros ou ato de seu Presidente, destinados ao estudo, análise e desenvolvimento de temas específicos relacionados à alfabetização.

CAPÍTULO VI
Do Monitoramento
Art. 9º O Comitê acompanhará, entre outros, os seguintes instrumentos de monitoramento:
I - Avaliações diagnósticas municipais;
II - Sondagens de aprendizagem;
III - Avaliações externas;
IV - Indicadores educacionais;
V - Planos de ação pedagógica;
VI - Planos de intervenção pedagógica;
VII - Relatórios técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais
Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação prestará o suporte técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.
Art. 11. O exercício das funções de membro do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização será considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 12. Os casos omissos e as situações não previstas neste Decreto serão deliberados pelo Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização e, quando envolverem matéria administrativa ou de competência da Secretaria Municipal de Educação, serão submetidos à apreciação da respectiva Secretaria.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia – PR, 27 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:76690695

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 575/2026

Onde se lê

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Paulo Edson Pereira	Motorista de veículos pesados	23 e 24/08/2026	R$ 90,00

Leia-se

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Paulo Edson Pereira	Motorista de veículos pesados	23 e 24/07/2026	R$ 90,00

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2E48B8E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (ETI).	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 15/09/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 15/09/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 15/09/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 65.034,07 (sessenta e cinco mil e trinta e quatro reais e sete centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 27 de agosto de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:0E807A2E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.557/2026

DECRETO Nº 2.557/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
08	**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001	**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0005.1010	**INVESTIMENTO DIVISÃO ENSINO FUNDAMENTAL**		
4.4.90.52	176 - Obras e Instalações	103	R$ 485.000,00
4.4.90.52	176 - Obras e Instalações	104	R$ 250.000,00
TOTAL			**R$ 735.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 37 Fonte 00103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	R$ 485.000,00
Tendência de Excesso de Arrecadação – red. 5/38 Fonte 00104 - Demais Impostos Vinculados a Educação Básica.	R$ 250.000,00
TOTAL	**R$ 735.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO), e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância, observadas as alterações orçamentárias decorrentes da abertura do presente Crédito Especial.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 27 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Muncipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:7445F13D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2.558/2026

DECRETO N.º 2.558/2026

SÚMULA: Criar Crédito Especial no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1200/2026, de 27 de agosto de 2026.

Art. 1º - Abre Crédito Especial no Orçamento, no valor total de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
10	**SECRETÁRIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER**		
27.812.0008.1076	**REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROGRAMA O ESPORTE QUE QUEREMOS 23.829-5**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	889	R$ 600.000,00
TOTAL ESPECIAL			**R$ 600.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Excesso de Arrecadação Red. 112 - Fonte 889 - **REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROGRAMA O ESPORTE QUE QUEREMOS 23.829-5**	R$ 600.000,00
TOTAL	**R$ 600.000,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 27 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:EF9570CB

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.200/2026

LEI Nº. 1.200/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar Crédito Especial no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Claudio Covre, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento, no valor total de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
10	**SECRETÁRIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER**		
27.812.0008.1076	**REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROGRAMA O ESPORTE QUE QUEREMOS 23.829-5**		
4.4.90.51	Obras e Instalações	889	R$ 600.000,00
TOTAL ESPECIAL			**R$ 600.000,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Excesso de Arrecadação Red. 112 - Fonte 889 - **REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL PROGRAMA O ESPORTE QUE QUEREMOS 23.829-5**	R$ 600.000,00
TOTAL	**R$ 600.000,00**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 27 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:AEA08B60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: RODRIGO JANUÁRIO RUSSO.
CPF/MF: 039.---.---74
CARGO/FUNÇÃO: PROCURADOR JURÍDICO.
DESTINO: CURITIBA/PR.
DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO - VALOR: R$ 1.000,00.
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: A finalidade da viagem Despesas de locomoção em VEÍCULO
OFICIAL, tais como **combustível (gasolina automotiva**), **estacionamento**, e **transporte por aplicativo**, tendo como objetivo participar do Evento: I Semana ProGov de Auditoria Interna – Turma: ProGov Auditoria Interna. Curso este
Ministrado pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a ser realizado entre os dias
25/08/2026 ao dia 28/08/2026; Local previsto: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e no Auditório do
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 013/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 27 de agosto de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:01CE0278

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: RODRIGO JANUÁRIO RUSSO.
CPF/MF: 039---.---74
CARGO/FUNÇÃO: PROCURADOR JURÍDICO.
DESTINO: CURITIBA/PR.
N.º DA DIÁRIA CONCEDIDA: 05 (CINCO DIÁRIAS).
VALOR: R$ 2.862,75

ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Tendo como objetivo participar do evento: I Semana ProGov de Auditoria Interna - Turma: ProGov Auditoria Interna. Curso este ministrado pela Escola de Gestão Público do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a ser realizado entre os dias 25/08/2026 ao dia 28/08/2026; Local previsto: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e no Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 045/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 27 de agosto de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:F9A15745

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: RODRIGO MARTINS MÜSSNICH.
CPF/MF: 713---.---20
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR LEGISLATIVO.
DESTINO: CURITIBA/PR.
N.º DA DIÁRIA CONCEDIDA: 05 (CINCO DIÁRIAS).
VALOR: R$ 2.862,75
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Tendo como objetivo participar do evento: I Semana ProGov de Auditoria Interna - Turma: ProGov Auditoria Interna. Curso este ministrado pela Escola de Gestão Público do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a ser realizado entre os dias 25/08/2026 ao dia 28/08/2026; Local previsto: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e no Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 046/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 27 de agosto de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:86DCE03B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **16 de setembro de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº 039/2026**.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EM GERAL, UTENSÍLIOS E PRODUTOS DE HIGIENE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS E SETORES DESTA MUNICIPALIDADE.

Valor Estimado: **R$ 1.428.784,30 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos).**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/ e no site https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 27 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:486BD92E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026
RECORRENTE: SÃO MIGUEL INFRAESTRUTURA LTDA.
ASSUNTO: DECISÃO FINAL SOBRE RECURSO CONTRA A ANULAÇÃO DO CERTAME.

I. RELATÓRIO
Trata-se de recurso administrativo apresentado por **SÃO MIGUEL INFRAESTRUTURA LTDA.** contra a intenção de anulação da Concorrência Eletrônica nº 005/2026, cujo objeto consiste na execução da terceira etapa da expansão da rede de esgotamento sanitário do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.
A recorrente sustenta, em síntese, que não teria ocorrido erro material relevante no orçamento; que a diferença de R$ 327.525,82 corresponderia aos materiais hidráulicos a serem fornecidos pela SANEPAR; que o caráter sigiloso do orçamento impediria qualquer influência na formulação das propostas; que a ausência do 7º Termo de Compromisso e Responsabilidade seria falha formal sanável; e que sua proposta, no valor de R$ 854.000,00, seria vantajosa para a Administração.
Requer o afastamento da anulação ou, subsidiariamente, o saneamento do procedimento mediante retificação do orçamento e juntada do documento considerado ausente.
A Agente de Contratação apreciou o recurso, não reconsiderou o ato recorrido e encaminhou os autos à autoridade superior, com manifestação pela manutenção da anulação.
É o relatório.
II. DA ADMISSIBILIDADE E DO CONTRADITÓRIO
O recurso é cabível, pois dirigido contra ato relacionado à anulação da licitação, nos termos do art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021. Considerando a informação constante dos autos quanto à sua apresentação dentro do prazo concedido, conheço do recurso.
A recorrente foi previamente notificada e teve oportunidade de apresentar defesa. Dessa forma, foi observado o contraditório exigido para os casos de anulação ou revogação da licitação. O art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 determina a prévia manifestação dos interessados, enquanto o art. 165, § 2º, prevê que o recurso não reconsiderado pela autoridade que proferiu a decisão seja encaminhado à autoridade superior para julgamento.
III. DA ANÁLISE DO RECURSO
III.1. Do erro na formação do orçamento estimado
A recorrente afirma que o valor de R$ 327.525,82 corresponde a materiais hidráulicos de responsabilidade da SANEPAR e que, descontada essa parcela, o valor correto da contratação seria de aproximadamente R$ 1.109.628,82.
O argumento não afasta o vício identificado. Ao contrário, confirma que o valor inicialmente utilizado na instrução do certame abrangia parcela que não correspondia à obrigação financeira da futura

contratada. O orçamento estimado deveria distinguir, de forma clara e tecnicamente comprovável, os custos de responsabilidade do Município, da SANEPAR e da empresa contratada.

A circunstância de o orçamento ser sigiloso não torna irrelevante a inconsistência. O sigilo protege a estratégia da Administração durante a disputa, mas não dispensa a elaboração de orçamento correto, compatível com o objeto efetivamente licitado e com a matriz de responsabilidades do empreendimento.

Nas obras e serviços de engenharia, a avaliação da exequibilidade e do sobrepreço deve considerar o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes, conforme dispõe o art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, não se trata de simples erro formal ou de diferença aritmética sem consequência jurídica. A inclusão de parcela de responsabilidade de terceiro no valor de referência compromete a confiabilidade do parâmetro econômico utilizado no procedimento e exige a revisão da planilha, da memória de cálculo e dos documentos de planejamento.

III.2. Da impossibilidade de saneamento sem reabertura da disputa

A recorrente invoca a possibilidade de saneamento das irregularidades. Todavia, o saneamento somente é admissível quando a correção não altera a substância dos documentos, o conteúdo econômico do procedimento, as condições de disputa ou a posição jurídica dos licitantes.

O art. 12, III, da Lei nº 14.133/2021 preserva o procedimento diante de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação ou a compreensão da proposta. De igual modo, o art. 64, § 1º, permite o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

No caso concreto, a correção exigiria reexaminar a composição do orçamento, a origem dos recursos, a repartição das obrigações e os parâmetros utilizados para avaliação das propostas. Portanto, não se trata de simples complementação documental sem repercussão no certame.

A juntada posterior do termo de compromisso também não resolveria, isoladamente, a irregularidade. Seria necessário verificar a compatibilidade entre o instrumento, o edital, o termo de referência, a planilha orçamentária, o cronograma, os critérios de medição e as responsabilidades de cada partícipe. A alteração desses elementos, se necessária, exigiria a adoção das providências legais de publicidade e reabertura da disputa.

III.3. Da ausência do termo de compromisso e da instrução incompleta

O termo de compromisso é documento relevante para demonstrar a parceria entre o Município e a SANEPAR, a origem dos recursos e a repartição das responsabilidades financeiras e materiais do empreendimento.

A ausência do documento no momento próprio da instrução deixou incompleta a demonstração da base jurídica e financeira da contratação, especialmente porque os materiais hidráulicos seriam fornecidos pela SANEPAR, enquanto outras despesas seriam assumidas pelo Município, com previsão de ressarcimento.

A Lei nº 14.133/2021 exige que os documentos de planejamento contenham, entre outros elementos, a definição do objeto, os requisitos da contratação, o modelo de execução, os critérios de medição e pagamento, a estimativa de valor e a adequação orçamentária.

Nesse contexto, a ausência documental não pode ser isolada do erro identificado na composição do orçamento. Os dois fatos estão relacionados à própria formação e ao planejamento da contratação.

III.4. Da alegada vantajosidade da proposta

A proposta de R$ 854.000,00 não é suficiente, por si só, para afastar vício na formação do procedimento. A vantajosidade somente pode ser reconhecida mediante comparação com orçamento correto, completo e compatível com as obrigações efetivamente submetidas à contratação.

A Administração não pode homologar o certame com base em parâmetro econômico cuja composição foi questionada e cuja correção demanda revisão da fase preparatória. A economia aparente não supera os deveres de legalidade, planejamento, isonomia e julgamento objetivo.

Também deve ser formalmente conferida a diferença de R$ 29,19 entre os valores de referência registrados em documentos distintos do processo, para que a decisão administrativa não contenha inconsistência aritmética. Essa conferência, contudo, não altera a conclusão sobre o vício principal, consistente na necessidade de excluir do orçamento licitado a parcela de materiais de responsabilidade da SANEPAR e revisar a instrução correspondente.

IV. DA ANULAÇÃO POR ILEGALIDADE INSANÁVEL

O art. 71, caput e III, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder à anulação da licitação quando presente ilegalidade insanável. O § 1º determina a indicação expressa dos atos atingidos e o desfazimento dos atos subsequentes que deles dependam.

No presente caso, a irregularidade foi identificada antes da homologação e alcança a fase preparatória do certame, especialmente a formação do orçamento estimado e a instrução documental da parceria que sustenta a execução do empreendimento.

Não se trata de revogação por mera conveniência ou oportunidade. A providência decorre de controle de legalidade e busca impedir que seja celebrado contrato com base em orçamento e planejamento que precisam ser revistos.

A manutenção do certame, sem a correção integral da fase preparatória e sem a garantia de que todos os licitantes teriam disputado em condições equivalentes diante dos parâmetros corretos, poderia comprometer a isonomia, a segurança jurídica e a própria execução contratual.

V. DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 71, caput, III, §§ 1º e 3º, e 165, I, "d", e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso administrativo apresentado por **SÃO MIGUEL INFRAESTRUTURA LTDA.**, por ser cabível e tempestivo, e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Em consequência:

a) mantenho a decisão da Agente de Contratação que não reconsiderou a intenção de anulação;

b) reconheço a existência de vícios materiais na fase preparatória, relacionados à formação do orçamento estimado e à instrução documental do empreendimento;

c) ANULO a Concorrência Eletrônica nº 005/2026, Processo Administrativo nº 064/2026, por ilegalidade insanável, tornando sem efeito os atos subsequentes que dependam dos atos viciados, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

d) determino que a Administração promova a revisão do planejamento, a juntada e análise do Termo de Compromisso aplicável, a elaboração de nova planilha orçamentária com memória de cálculo, a conferência das responsabilidades do Município, da SANEPAR e da futura contratada, e a verificação da adequação orçamentária;

e) determino que, caso as correções alterem elementos relevantes do objeto, do orçamento, das condições de execução ou da disputa, seja elaborado e publicado novo instrumento convocatório, com reabertura do procedimento em condições isonômicas;

f) determino a ciência desta decisão à recorrente São Miguel Infraestrutura Ltda. e a adoção das providências de publicidade e registro cabíveis;

g) determino a avaliação, em expediente próprio, de eventual apuração de responsabilidade, sem antecipação de juízo sancionatório.

Registre-se. Intime-se.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 27 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:CDA9FEA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026

Que foi publicado referidos extratos em 27/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição 3604, com erros de digitação, assim, a necessidade de republicação.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **LA DALLA PORTA JUNIOR LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Libretto, n.º20, Andar Primeiro, Dom Antônio Reis, CEP: 97.065-290, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 105.264,00 (cento e cinco mil duzentos e sessenta e quatro reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 24.586.988/0001-80, Rua Pavão, n.º 540, Jardim Bandeirantes, CEP: 86.703-250, na cidade de Arapongas, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 245.496,00 (duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa e seis reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 06.974.929/0001-06, Rua Indústria Antônio Fachin, n.º 2085, centro, CEP: 87.702-060, na cidade de Paranavaí, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 380.570,90 (trezentos e oitenta mil quinhentos e setenta reais e noventa centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:BB558328

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026 – ID – 2026053

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026 – ID – 2026053

CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo- PR - CNPJ N.º 75.462.820/0001-02

CONTRATADA: **IVG BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 35.519.422/0001-15, com sede na Rodovia MG-238, Km 73,5, Distrito Industrial Norte, Município de Sete Lagoas/MG.

Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NCP, FIRMADA COM A EMPRESA DE IVG BRASIL LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

A Presente rescisão se dá por ato amigável entre as partes, nos termos dos art.s 137 e 138, da Lei Federal n.º 14.133/21.

MOTIVO: Inconsistências no Convênio nº 488/2025 – SEAB.

Santa Cruz de Monte Castelo, 08 de maio de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:120F6D5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.005/2026

PORTARIA N.º 3.005/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidora Sra. ROSELENE FERRARI SOBRIN, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o atestado médico incluído no sistema eletrônico de controle de frequência na data de 12/08/2026;

RESOLVE

Art. 1.º - Fica concedido Licença Para Tratamento de Saúde a Sra. ROSELENE FERRARI SOBRIN, matrícula 990, por um período de 98 dias a contar de 12/08/2026 até 17/11/2026, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Fica estabelecido seu retorno às atividades habituais a partir do dia 18/11/2026 mediante avaliação médica.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 27 de Agosto de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:2C1FBD62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 250/2026

Altera o Decreto nº 246/2025, de 07 de julho de 2025, para substituir membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor, conforme Lei Municipal nº 2.259/2023, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 001/2018 - Plano Diretor, artigos 75 e 76 e seus parágrafos, e Lei Municipal nº 2.263/2023, que alterou a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM do Plano Diretor de Santa Fé - PDMSF,

DECRETA

Art. 1° - Diante da necessidade de substituição de alguns membros do **Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor,** este Decreto passa a vigorar com os seguintes representantes:

I – Dos Representantes da Administração Municipal
Secretaria Municipal de Administração
a) TITULAR: Maria Sebastiana Ribeiro de Sá
b) SUPLENTE: Adriana Pereira dos Reis dos Santos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
a) TITULAR: Cláudio Ferreira Amâncio
b) SUPLENTE: Dourivaldo Manoel dos Santos

Procuradoria Geral do Município
a) TITULAR: Cláudio Henrique Cavalheiro
b) SUPLENTE: Daniel Garcia Simardi

Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo
a) TITULAR: Igor Loran Rebuci
b) SUPLENTE: Bruno Aparecido dos Santos Ribeiro

Secretaria de Fazenda
a) TITULAR: Geovani Minanti
b) SUPLENTE: Lívia Paula Medeiros

Representante da Câmara Municipal
a) TITULAR: Geralda Elisabeth Marques da Silva
b) SUPLENTE: Jandira Marquini

II – Dos Representantes da Sociedade Civil
I – 03 Representantes de Movimento Popular com atuação na área de desenvolvimento urbano

Associação dos Moradores da Vila Rural João Torrenho Roldan
a) TITULAR: Eduardo Luiz Oliveira da Silva

Movimento Pastoral da Juventude
b) SUPLENTE: João Pedro Zambom

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
a) TITULAR: Reginaldo Arias

Entidade Prestadora de Serviços
b) SUPLENTE: Adeildo Amaral

Representante da Construção Civil
a) TITULAR: João Flávio Pinheiro Zunta

Entidade Prestadora de Serviços
b) SUPLENTE: Danyllo Licce

II – 01 Representante de Trabalhadores, por suas entidades sindicais com atuação na área de desenvolvimento urbano

Associação dos Trabalhadores Unidos de Santa Fé
a) TITULAR: José Francisco Rosa
b) SUPLENTE: Jeferson Teixeira

III – 01 Representante de empresário relacionado à produção, fomento e ao financiamento do desenvolvimento urbano

Associação Comercial e Industrial de Santa Fé
a) TITULAR: Henrique Tadeu da Silva Santos
b) SUPLENTE: Deise Teixeira da Silva

IV – 01 Representante de Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais com atuação na área de desenvolvimento urbano

Associação de Estudantes de Ensino Técnico e Universitário
a) TITULAR: Beatriz Aparecida Ferreira
b) SUPLENTE: Liandra Buranello Oliveira

V – 01 Representante de ONGS com atuação na área de desenvolvimento urbano

Associação Protetora de Animais – ACÃOCHEGO
a) TITULAR: Angela Maria Thomazella
b) SUPLENTE: Francineia Ferreira de Souza

VI – 02 Representantes para Conselhos, sendo eles representantes da sociedade civil

Conselho Comunitário de Segurança
a) TITULAR: Aline de Campos Marcelino

Conselho da Criança e do Adolescente
b) SUPLENTE: Cirlene Eugênio da Silva

Conselho de Saúde
a) TITULAR: Maria Fracassi

Conselho de Assistência Social
b) SUPLENTE: Maria Aparecida Rosa

Art. 2º - Fica composta a diretoria executiva da seguinte forma:
a) Presidente: Claudio Ferreira Amancio;
b) Vice-Presidente: Dourivaldo Manoel dos Santos;
c) Secretário: João Flávio Pinheiro Zunta.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 116/2023 e 128/2025.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 27 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9BAF4AC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº251/2026

Dispõe sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Santa Fé, para o período de 2026 a 2036, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à organização dos sistemas de ensino e à integração das políticas e planos educacionais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, com duração de 10 (dez) anos, e estabelece diretrizes para a elaboração dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante lei específica e em consonância com o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da comunidade educacional e da sociedade civil na elaboração dos planos decenais de educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.422/2025, que prorrogou até 31 de dezembro de 2026 a vigência do Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei Municipal nº 1.831, de 22 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação democrática dos diferentes segmentos da comunidade educacional e da sociedade civil organizada no processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos de articulação, participação social, monitoramento e avaliação das políticas educacionais do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Santa Fé, para o período de 2026 a 2036, em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação e as demais normas educacionais vigentes.
Parágrafo único. O presente Decreto regulamenta o processo de elaboração e participação social do Plano Municipal de Educação, não constituindo, por si só, a aprovação do PME, cuja instituição dependerá de lei municipal específica.

Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação será orientada pelos seguintes princípios:
I – garantia do direito à educação e à aprendizagem;
II – equidade, inclusão e qualidade da educação;
III – gestão democrática do ensino público;
IV – valorização dos profissionais da educação;
V – respeito à diversidade, à dignidade humana e aos direitos humanos;
VI – articulação entre as diferentes etapas, níveis e modalidades da educação;
VII – regime de colaboração entre os entes federativos;
VIII – participação e controle social;
IX – utilização de dados, indicadores e evidências educacionais e sociais para o planejamento e a definição de metas e estratégias;
X – monitoramento e avaliação contínuos das políticas educacionais.

Art. 3º O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação deverá considerar:
I – o diagnóstico da realidade educacional do Município;
II – os indicadores educacionais, sociais, demográficos e econômicos disponíveis;
III – a avaliação do Plano Municipal de Educação vigente;
IV – as necessidades e especificidades da população do Município;
V – as diretrizes, objetivos, metas e estratégias estabelecidos no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação;
VI – as políticas públicas educacionais implementadas no Município;
VII – as contribuições da comunidade educacional e da sociedade civil;
VIII – os resultados de conferências, consultas públicas, reuniões, audiências e demais espaços de participação social realizados durante o processo de elaboração.

Art. 4º O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação será coordenado pela Comissão Gestora, designada por ato próprio do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o disposto na Portaria nº 093/2026.

Art. 5º A Comissão Gestora contará com o apoio da Equipe Técnica, designada por ato próprio do Poder Executivo Municipal, nos termos da Portaria nº 094/2026, responsável pelo assessoramento técnico, levantamento e sistematização de dados, elaboração de diagnósticos, organização de documentos, proposição de metas e estratégias e demais atividades necessárias à construção do Plano Municipal de Educação.

Art. 6º A elaboração do Plano Municipal de Educação deverá assegurar a participação dos diferentes segmentos da comunidade educacional e da sociedade civil, mediante a realização, conforme a necessidade e o cronograma estabelecido, de:
I – reuniões técnicas e de trabalho;
II – consultas públicas;
III – audiências públicas;
IV – conferências, fóruns ou encontros municipais de educação;
V – reuniões com profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos municipais, entidades, organizações da sociedade civil e demais segmentos da sociedade;
VI – outros mecanismos presenciais ou virtuais de participação social.

Art. 7º Caberá à Comissão Gestora, com o apoio da Equipe Técnica:
I – coordenar, orientar e acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – organizar e sistematizar os dados e informações educacionais do Município;
III – elaborar e atualizar o diagnóstico da educação municipal;
IV – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e demais órgãos, entidades e instâncias envolvidas no processo;
V – coordenar e acompanhar os processos de participação social;
VI – sistematizar as contribuições apresentadas durante o processo de elaboração;
VII – elaborar a proposta do documento-base do Plano Municipal de Educação;
VIII – promover os ajustes necessários na proposta do documento-base, considerando as contribuições oriundas dos processos participativos;
IX – elaborar a versão final da proposta do Plano Municipal de Educação;
X – encaminhar a proposta final ao Poder Executivo Municipal para análise e adoção das providências necessárias ao encaminhamento do respectivo Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes prestará o apoio administrativo, institucional e técnico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Gestora e da Equipe Técnica, observadas as competências estabelecidas nos respectivos atos de designação.

Art. 9º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão colaborar com a Comissão Gestora e com a Equipe Técnica, mediante fornecimento de informações, dados, documentos e demais subsídios necessários à elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 10. A elaboração do Plano Municipal de Educação observará cronograma de trabalho a ser definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Equipe Técnica e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando as etapas de diagnóstico, elaboração, participação social, sistematização, consolidação e encaminhamento da proposta.

Art. 11. Após sua aprovação por lei específica, o Plano Municipal de Educação deverá ser objeto de acompanhamento, monitoramento e avaliação periódicos durante toda a sua vigência, com a participação dos órgãos responsáveis pela educação, do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação e das demais instâncias de participação e controle social.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal poderá editar atos complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a legislação vigente.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 27 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:CA90D7E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 104/2026-PMSF

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026-PMSF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: J R T COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.
RESUMO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, destinados ao abastecimento da frota oficial das diversas Secretarias da Administração Pública Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, conforme condições, quantidades estimadas, metodologia de formação de preços e demais exigências estabelecidas no presente Edital e seus anexos, especificamente no Termo de Referência – Anexo I.
VALOR TOTAL: R$ 272.160,00 (duzentos e setenta e dois mil e cento e sessenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 20 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 12(doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:0C72473E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: GAIATEC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) Biodigestor de pequeno porte destinado ao tratamento de resíduos orgânicos, incluindo a instalação completa do equipamento e o treinamento para operação e manutenção, a ser instalado na Escola Municipal Jardim Primavera, em atendimento ao Instrumento de Repasse nº 4123402/2023, celebrado entre a Itaipu Binacional e o Município de Santa Fé – PR, no âmbito do Programa "Itaipu mais que Energia".
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 04 (quatro) meses, especificamente de 29 de agosto de 2026 até 29 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:886D6E31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2022 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: Lucas Barbosa - MEI.
RESUMO DO OBJETO: prestação de serviços de aulas de artes marciais para o CRAS.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 31 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027, bem como conceder o reajuste de 4,10% sobre o valor contratual, de acordo com o índice do INPC, acumulado no período de agosto de 2025 a julho de 2026.
VALOR DO ADITIVO: fica definido, a partir de setembro de 2026, o valor de R$ 55,78 (cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos) por hora trabalhada, totalizando o valor de R$ 50.202,00 (cinquenta mil e duzentos e dois reais**)** para o período aditivado.
DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:232AFC86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 038/2026

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 002/2025, e os protocolados sob nºs 2165, 2279, 2312, 2324, 2329, 2330, 2336, 2339, 2346, 2371, 2374 e 2372/2026.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Servidor abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Mauro Ferreira dos Santos	Med. Veterinário	18/02/25 a 17/05/26	12/08/26 a 10/09/26
João Otávio Oliveira Santos	Tec em Radiografia	17/04/15 a 16/04/26	19/08/26 a 17/09/26
Bruno Henrique Peitl	Ag. Of. Administrativo	18/10/24 a 17/10/25	08/09/26 a 07/10/26

Art. 2º - Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares as Servidoras abaixo, em seus respectivos cargos e períodos aquisitivos, conforme determina o Art. 104, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Taiz Fania P da Silva Rati	Enfermeira – 40h	11/03/25 a 10/03/26	08/09/26 a 22/09/26

Art. 3º – Conceder 30(trinta) dias de férias regulamentares ao servidor SANDRO APARECIDO VIDAL optando pelo recebimento de 10(dez) dias em pecúnia, ficando 20(vinte) dias a serem usufruídos com início dei 15/09/26 e término dia 04/10/26. Conforme determina o Art. 110, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 4º - Conceder 30 (trinta) dias de férias aos Servidores abaixo, em seu respectivo cargo e período aquisitivo. Conforme determina o INSS.

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	INICIO E TÉRMINO
Andrea Barbosa de Sena	Ag. Com. De saúde	02/04/25 a 01/04/26	01/09/26 a 30/09/26

Art. 5º - Conceder 17(dezessete) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora abaixo, em seu respectivo cargo e período, a usufruir conforme período requerido abaixo, conforme determina o Art. 115, da Lei Complementar nº 003/2011.

NOME	CARGO	INICIO E TÉRMINO
Anisio Rogerio Rodrigues	Ag. De Serv. Operacionais	20/08/26 a 16/09/26
Cassiano Alves de Medeiros	Ag. Veic. Automotores	13/08/26 a 31/08/26

Art. 6º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio a servidora BRUNA DA REISSUREIÇÃO DOS SANTOS, Agente de serviços Operacionais , referente ao período aquisitivo de 07/12/2017 a 06/12/2022, com início dia 31/08/26 e término dia 28/11/26, conforme determina o Art. 136, da Lei Complementar nº 003/2011.

Art. 7º – Conceder 05(cinco) dias de licença para casamento ao servidor WILLIAM RODRIGUES DO NASCIMENTO, Agente de Serviços Operacionais - Vigia – PSS, no período de 11 a 15 de

setembro de 2026. Conforme determina o Art. 15, inciso III, letra " a", da Lei Complementar nº 004/2011.

Art. 8º - Interromper as férias do Servidor DIEGO FERNANDES DE LIMA, concedida através a Portaria nº021/26, Art. 3º, a partir do dia 01/09/26, restando 11(onze) dias restantes para serem usufruídos posteriormente, conforme determinações do Art.113, da LC nº 003/2011.

Art. 9º - Alterar período aquisitivo das ferias da servidora ANGELA PERON ZACARIAS, Professora de Educação Infantil, conforme a publicação na Portaria nº036, de 18/08/26, do período de 01/01/25 a 31/12/25 para 01/01/26 a 31/12/26, permanecendo o período de férias inalterado.

Art. 10 – Conceder 180(cento e oitenta) dias de licença maternidade a Servidora ALINE MARQUES DE SOUZA, Agente Administrativo, retroativo ao dia 05/08/26 e término 31/01/2027, conforme atestado médico e determinações do Art.122, da Lei Complementar nº003/11.

Art. 11 - Alterar o período de licença para tratamento de saúde da servidora FABIANA ALVES SANTANA, Auxiliar de Enfermagem para 91(noventa e um) dias ficando para o período de 02/08/26 , e término dia 31/10/26, conforme atestados apresentado, perícia médica e determinações do Art.115, da LC nº 003/2011

Art. 12 – Conceder 15(quinze) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora LOURDES APARECIDA DA SILVA, Agente de Serviços Operacionas – Auxiliar de Creche – PSS, com início dia 18/08/26 e término dia 01/09/26, conforme determina o Art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº004/2011.

Art.13 - Alterar o período aquisitivo das ferias do Servidor CARLOS ELI E SILVA, Diretor de Administração Tributária conforme publicado na Portaria 036/26, Art. 5º ficando o período correto de 01/01/26 a 31/12/26.

Art.14 - Alterar o período de férias da Servidora MARIA CRISTINA LIMA, Médica 20 horas -1º padrão, conforme publicado na Portaria 036/26, Art. 5º ficando o período correto de 23/09/26 a 07/10/26.

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 27 de agosto de 2026.

MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SÁ
Secretária de Administração.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:69E8B72B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 53

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026
CONTRATANTE UASG 987851 N° 24/2026

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h30 do dia 24 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, "**Aquisição de equipamentos e materiais destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos da Resolução SESA n° 938/2025 e complementação com Recursos Federais e Próprios"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h30 do dia 24 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e Lei Municipal nº 2.598/2023.
Santa Izabel do Oeste – PR, 27 de agosto de 2026

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:C822C4A7

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA N° 193/2026 AO CONTRATO Nº 171/2025
CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025
PROCESSO LICITATORIO N° 19/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **PICCOLI & BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
OBJETO: Prorrogação de prazo de execução até 22/11/2026 e prazo de vigência até 22/01/2027
DATA: 27/08/2026.

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:EEF4F0DF

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°249/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Tekcad Mobiliario Corporativo - Ind. Com. e Importacao LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender àsnecessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.945,00 (um mil novecentos e quarenta e cinco reais).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6BB74786

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°273/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Grafica Alta Definição LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de

Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 6.260,50 (seis mil duzentos e sessenta reais e cinquenta centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Grafica Boa Vista LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 36.266,30 (trinta e seis mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 275/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Lira Licitação LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 13.939,17 (treze mil novecentos e trinta e nove reais e dezessete centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Peruzzo Industria Grafica LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 3.914,40 (três mil novecentos e quatorze reais e quarenta centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e 60.424.398 Robertson Daniel Rauter da Silva Filho.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 369,00 (trezentos e sessenta e nove reais).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 288/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Gráfica e Editora Duas Alianças LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 815,00 (oitocentos e quinze reais).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Norte Industria Grafica LTDA - EPP.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.736,00 (dois mil setecentos e trinta e seis reais).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Placa Midia Comunicacao Visual.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 20.790,01 (vinte mil setecentos e noventa reais e um centavo).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Mydia Comunicação Visual Comércio e Serviços LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.866,90 (um mil oitocentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Solis Comércio Varejista de Artigos de Papelaria LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a

finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 706,80 (setecentos e seis reais e oitenta centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 286/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Ledel Personalizados.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 268,20 (duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Calgan Editora Grafica LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 22.543,80 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).
DATA: 13/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:8652B95B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°304/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Eunice Vendruscolo Potrich.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gás de cozinha (GLP) em botijão e recargas de gás para atender às necessidades das Secretarias da Administração, Serviços Públicos, Educação, Cultura, Esportes, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, do município de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 25/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 140.575,00 (cento e quarenta mil quinhentos e setenta e cinco reais).
DATA: 25/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6EEFC90D

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO

SEGUNDA RETIFICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO
NUMERO LICITAÇÃO NO PNCP E COMPRASGOV Nº 987851-20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 21 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais de consultoria na área ambiental para a solicitação de licenciamento para Unidade de Transbordo de Resíduos Sólidos urbanos – RSU e Resíduos Volumosos em acordo a Instrução Normativa nº 30 de 28 de abril de 2025 e Instrução Normativa 32 de 28 de abril de 2025 no Município de Santa Izabel do Oeste - PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 21 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
Santa Izabel do Oeste – PR, 27 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:3557CBBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2026 REF. LICITAÇÃO PROCESSO INEXIGIBILIDADE N°1/2026

Aquisição de combustível (gasolina comum, etanol hidratado, diesel S10 e S-500) para abastecimento da frota municipal de veículos Automotores, Agrícolas e Máquinas.
E X T R AT O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** AUTO POSTO PARADA SANTA LUCIA LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a Redução de Preço do combustível Diesel S-10 de R$ 6,44 (seis reais e quarenta e quatro centavos) para R$ 6,39 (Seis reais e trinta e nove centavos), preços válidos a partir de 28 de agosto de 2026, e conforme termos do artigo nº 124, 135 e 136, Lei n.º 14.133 de 01/04/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 15/02/2027.
Prazo de Vigência: 15/02/2027.
Data da Assinatura: 27/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:68E4519F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Aquisição de 02 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo B veículo automotor tipo furgão (van) original de fábrica, novo 0 km destinada ao atendimento das demandas de transporte sanitário e

remoção de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde SUS no Município de acordo com Resolução SESA N°1780/2025 e 769/2019.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 708.000,00 (setecentos e oito mil reais).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de setembro de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site www.gov.br/compras.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto;

OBS: Na plataforma eletrônica pesquisar por **Pregão Eletrônico 06/2026** devido ao Novo Divulgação de Compras do Governo Federal.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:A0901976

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CONTRATO Nº 127/2026 PARCERIA TERMO DE FOMENTO Nº 03.2026 REF. LICITAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 12/2026.

E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE CAPITÃO L MARQUES PR;
Objeto:
Prestação de serviços de Educação Especial às pessoas com deficiência Intelectual Múltipla Deficiências e Transtorno Globais do Desenvolvimento, tanto no funcionamento intelectual, como nas relações sociais, saúde e educação que demandam do contexto escolar práticas pedagógicas que possibilitem apoios contínuos.
Valor:
R$ 75.000,00 (Setenta e cinco Mil Reais).
Prazo de Execução: 26/07/2027.
Prazo de Vigência: 26/07/2027.
Data da Assinatura: 27/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:2DFF7E40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA OUTORGA DE TÍTULO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, **SILVANO TORTELLI**, no exercício de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 16-B/2015(numeração dada pelo Ato da Mesa nº 21/2024) de 07 de abril de 2015 e Lei Complementar n.º 40/2025 de 23 de julho de 2025, e após análise feita pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, nomeada pela Portaria n.º 163/2025 de 22 de outubro de 2025. Faz saber a todos sobre o presente Edital e que dele tiverem conhecimento, que as pessoas abaixo, residentes e domiciliadas nesta cidade, estão requerendo o TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE das áreas abaixo relacionadas, na instrução dos processos administrativos apresentaram documentos que comprovam a posse.
Face ao exposto convoca as pessoas que se julgarem prejudicadas pela concessão do TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE, para, querendo, apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente Edital. Findo o qual restara precluso o direito de impugnação ou contestação.

Proprietários	Lote	Quadra	Endereço
Diego Antonio Klein	45	27	Rua do Pinheiro
Cleni Volski da Silva Tubin	31	29	Rua Guarapuava

Estando em termos, expede-se o presente edital para notificações dos interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a emissão dos Títulos Definitivos acima descritos, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os dados constantes no mesmo.

Santa Lucia - PR, 27 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:FC607A5C

LEGISLATIVO MUNICIPAL 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2022/CMSL

Inexigibilidade de Licitação nº 03/2022/CMSL
Reequilíbrio/Adequação do valor unitário – Gasolina Comum

Pelo presente instrumento, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA/PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, Sr. DALCI VIEIRA BERTI, inscrito no CPF/MF sob nº 525.380.879-53 e, de outro lado, AUTO POSTO PARADA SANTA LÚCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.528.098/0001-55, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(sua) representante legal Sr. MARCOS SAIDES, inscrito no CPF/MF sob nº 074.347.659-09, resolvem celebrar o presente 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2022/CMSL, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CONSIDERAÇÕES (PRESSUPOSTOS)
Que o Contrato nº 06/2022/CMSL tem por objeto o fornecimento de 2.750 L (dois mil setecentos e cinquenta litros) de gasolina comum para abastecimento de veículo(s) oficial(is) da Câmara Municipal de Santa Lúcia/PR;
Que a Cláusula Segunda do contrato admite, em comum acordo, a atualização do valor unitário, desde que compatível com a média de preços praticada no mercado regional, havendo previsão de dispensa de termo aditivo para variação de até 15%, optando-se, contudo, pela formalização por cautela e rastreabilidade;
Que consta nos autos o Mapa de Preços – Reequilíbrio de Combustível e a Memória de Cálculo, apontando compatibilidade do valor de R$ 5,99/L e variação aproximada de 4,77% em relação ao último valor praticado;
Que houve decisão administrativa deferindo a adequação do valor unitário, fixando início de vigência em 31/08/2026, vedada retroatividade.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente 6º Termo Aditivo tem por objeto a adequação/reequilíbrio do valor unitário do item “Gasolina Comum”, para abastecimento de veículos utilizados pela Câmara Municipal de Santa Lúcia/PR, no âmbito do Contrato nº 06/2022/CMSL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO
2.1. O valor unitário do item Gasolina Comum fica reajustado de R$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos) por litro para R$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos) por litro.
Observação: a execução e o pagamento permanecem condicionados ao consumo efetivo, conforme regras do contrato e empenhos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DO NOVO VALOR
3.1. O novo valor unitário indicado na Cláusula Segunda passa a vigorar em 31/08/2026, sendo aplicável aos fornecimentos realizados a partir desta data, vedada retroatividade, salvo justificativa formal expressa nos autos.
3.2. Permanecem inalterados o prazo de vigência contratual atualmente em curso e as demais condições de execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 06/2022/CMSL e de seus termos anteriores, naquilo que não contrariar o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA
O presente Termo Aditivo terá eficácia após sua assinatura, devendo ser providenciadas as medidas de publicidade/registro cabíveis, nos termos da legislação aplicável e rotinas administrativas do órgão.

Santa Lúcia/PR, 27 de agosto de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente da Câmara Municipal

Auto Posto Parada Santa Lúcia LTDA
CNPJ nº 46.528.098/0001-55
MARCOS SAIDES
CPF – 074.347.659-09

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:0A6B2B89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: HF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ 39.476.146/0001-43, com sediada na Rua José de França Pereira, nº106, centro, CEP 85230-000, Santa Maria do Oeste/PR.

OBJETO:"AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE ÓLEO S10, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."

Valor total: R$ 497.800.69 (Quatrocentos e noventa e sete mil e oitocentos reais e sessenta e nove centavos)

Data de assinatura: 27 de Agosto de 2026.
Vigência:26/11/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:0D72F791

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: **CAMILO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.561.648/0001-02, com sede na Rua Generoso Karpinski, n.º 855, Centro, Municipio de Santa Maria do Oeste/PR.

OBJETO:" AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TELHAS DE FIBROCIMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À RECUPERAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ATINGIDAS PELA CHUVA DE GRANIZO EM 14 DE AGOSTO DE 2026, NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."

Valor total: R$ 179.175,00 (Cento e setenta e nove mil cento e setenta e cinco reais)

Data de assinatura: 27 de Agosto de 2026.
Vigência:26/11/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:19B91A48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4367/2026

DECRETO Nº 4367/2026

Aprova a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) e de Interesse Específico (REURB-E) de núcleo NÚCLEO SCHUSTER, situado na área urbana do Município de Santo Antonio do Sudoeste, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017; no Decreto Regulamentador nº 9.310/2018.
CONSIDERANDO o artigo 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 21, V, do Decreto Federal nº 9.310/2018,
CONSIDERANDO a regular tramitação do Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária, instaurado pelo Decreto Municipal nº 4.116/2024;
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aprovado o Projeto Urbanístico de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e de Interesse Específico (REURB-E) do núcleo urbano, denominado de REURB – **NÚCLEO SCHUSTER**, localizado no Município de Santo Antônio do Sudoeste instaurado pelo nº 02/2026, sobre as Matricula n° 23.021, 23.023, 23.024, 23.051, 23.044, do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudeste - Pr.
Art. 2° A emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), relativa à Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e de Interesse Específico (REURB-E), consubstanciada com a aprovação do Projeto Urbanístico de Regularização de que trata o artigo 1° deste Decreto, dar-se-á aos ocupantes do núcleo regularizado, ficando autorizado o Município a reconhecer o direito de propriedade aos mesmos por meio da legitimação fundiária.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:0EAB66EB

GABINETE DO PREFEITO
DOCUMENTO NORTEADOR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DOCUMENTO NORTEADOR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, AGOSTO DE 2026

POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, localizada na Rua Prefeito Armando Fassini, 563, no município de Santo Antonio do Sudoeste-PR. A organização da Equipe possui a seguinte configuração:

Fonte: Prefeitura Municipal. Disponível em: https://pmsas.pr.gov.br/uploads/documentos/94708856b57a89637082ad8fa3989e44.pdf

Com a finalidade de garantir a continuidade da oferta da Educação em Tempo Integral, visando a formação dos estudantes em suas múltiplas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, a Secretaria Municipal de Educação, define as diretrizes norteadoras desta oferta na Rede Municipal de Ensino.
A Rede Municipal de Ensino de Santo Antonio do Sudoeste- PR, conta atualmente, com 5 CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) na zona urbana e 11 escolas de ensino regular, sendo 5 na zona rural e 6 na zona urbana.
O município tem aproximadamente 1.384 alunos matriculados no ensino fundamental neste ano de 2024 na rede municipal de ensino, do 1º ao 5º ano, desse total 335 alunos frequentam a Escola de Tempo Integral, representando 25% dos estudantes matriculados na etapa. Na educação infantil, são aproximadamente 1.100 alunos, sendo que, 370 deles frequentam a creche em Tempo Integral, ou seja, um percentual 35% dos alunos matriculados.
Escolas/Cmeis que em 2026 já ofertam a Educação Integral em Tempo Integral em Turno ÚNICO - ETI.
Escola Municipal Dorival Magrinelli – Educação Infantil 4 e 5 anos e Ensino Fundamental - Anos Iniciais
Escola Municipal Pedro dos Santos – Educação Infantil 4 e 5 anos e Ensino Fundamental - Anos Iniciais
Cmei Edil Traiano – Educação Infantil – 0 a 3 anos
Cmei Alcides Dallanora – Educação Infantil – 0 a 3 anos
Cmei Sonho Meu – Educação Infantil – 0 a 3 anos
Cmei Brandina M.B.Maggioni - Educação Infantil – 0 a 3 anos
Mesmo com a Educação em Tempo Integral já sendo ofertada na rede municipal de ensino, o município aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral (Programa ETI), instituído pela Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, com a finalidade de fomentar a criação de novas matrículas na educação básica em tempo integral por meio de apoio financeiro e técnico aos Estados e Municípios, priorizando as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Santo Antonio do Sudoeste, por meio da Política de Educação Integral em Tempo Integral, visa à formação humana e social dos estudantes em suas múltiplas funções, tendo como base elevar a qualidade de ensino na rede. Sendo a ampliação de permanência do estudante na escola um dos caminhos para efetivar a educação integral e eficiente, busca-se atribuir novos sentidos à prática pedagógica, ampliando oportunidade de aprendizagem, ressignificando saberes, através do acesso e permanência na ampliação de jornada escolar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) traz um avanço para a Educação Integral, tornando essa modalidade da educação uma meta a ser atingida em todo o país. O PNE prevê na meta de número 6, a oferta de educação em tempo integral para no mínimo 50% das escolas públicas e o atendimento de ao menos 25% dos estudantes de educação básica do Brasil.
Diante disso, é importante considerar alguns indicadores que se refletem na escola, necessitando serem observados, quando da organização da prática pedagógica.
Um deles pode ser a situação socioeconômica dos educandos, pois não é incomum ocorrer situações, onde a escola, representa muito mais para eles, que somente um espaço de aprendizagem, considerando situações de vulnerabilidade da comunidade onde se encontram inseridos.
Embora o IDH do município seja considerado alto 0,715 (PNUD/2000), esse índice não reflete a realidade socioeconômica de muitos dos alunos da rede municipal. A ampliação da jornada escolar para muitos destes estudantes representa a garantia de permanência e avanços na escolarização com qualidade.
Há que destacar também, indicadores que precisam ser considerados no planejamento de ações a curto e longo prazo e que devem estar presentes na organização da rotina escolar, estes são os resultados obtidos através das avaliações externas. Destaca-se os resultados obtidos pela rede municipal de ensino:
IDEB - ANOS 2011 a 2019:

IDEB – 2021

Prova Paraná Mais – 2º ano - Língua Portuguesa
Município:

Matemática
Município:

Matemática **Prova paraná Mais – 5º ano - Língua Portuguesa**

Matemática:

Prova Paraná 1ª edição de 2026, Escolas em Tempo Integral

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Município de Santo Antonio do Sudoeste obteve índice 6,0 em 2017. Em 2019, esse resultado aumentou para 6,3%. Em 2021, o município alcançou índice 5,9 e, em 2023, voltou a atingir a marca de 6,5, em 2025 o município atingiu 6,6 pontos.
A análise dos resultados educacionais demonstra o compromisso da rede municipal com a melhoria contínua da qualidade da educação. Atualmente, todas as unidades escolares estão mobilizadas e comprometidas com a aprendizagem dos estudantes, desenvolvendo ações pedagógicas voltadas ao fortalecimento da alfabetização e à garantia do direito de aprender.
A alfabetização tem sido uma das principais prioridades da rede municipal de ensino. O objetivo é assegurar que os estudantes concluam o 2º ano do Ensino Fundamental lendo com fluência, compreendendo textos adequados à sua faixa etária e desenvolvendo as habilidades essenciais de leitura e escrita. Para alcançar essa meta, as escolas realizam acompanhamento sistemático do processo de alfabetização, intervenções pedagógicas e monitoramento constante do desempenho dos alunos.
No 3º ano do Ensino Fundamental, o trabalho é direcionado à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento das habilidades ainda não consolidadas, garantindo que todos os estudantes avancem em seu processo de desenvolvimento acadêmico.
Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora demonstram avanços significativos. Em 2025, apenas 5% dos estudantes encontravam-se no nível de pré-leitor, evidenciando a efetividade das ações pedagógicas implementadas pela rede municipal e o comprometimento dos profissionais da educação com o desenvolvimento integral dos alunos.
Com base nos resultados da Avaliação de Fluência Leitora, da Prova Paraná e da Prova Paraná Mais, foram identificados pontos de atenção e definidas metas,

ações e estratégias para potencializar ainda mais os resultados educacionais.
Diagnóstico
A maioria dos estudantes encontra-se nos níveis mais avançados de fluência leitora, restando um pequeno percentual de alunos que necessitam de intervenções específicas para consolidar as habilidades de leitura e escrita.
Objetivo
Garantir que os estudantes concluam o 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizados e com fluência leitora adequada, promovendo a

recomposição das aprendizagens no 3º ano e assegurando a progressão contínua dos alunos.

Ações e atividades a serem implementadas

Leitura diária individual e coletiva de palavras, frases e textos diversificados;

Desenvolvimento de atividades voltadas à compreensão e interpretação textual;

Utilização de jogos pedagógicos para fortalecimento da alfabetização;

Atendimento individualizado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem;

Oferta de Sala de Apoio no contraturno escolar;

Formação continuada dos professores para aprimoramento das práticas pedagógicas;

Monitoramento constante dos indicadores de aprendizagem e fluência leitora.

Estratégias de avaliação e monitoramento

Aplicação periódica de avaliações diagnósticas;

Acompanhamento individual da evolução dos estudantes;

Planejamento de intervenções pedagógicas com base nos resultados obtidos;

Fortalecimento da parceria entre escola e família;

Análise dos resultados das avaliações internas e externas para replanejamento das ações pedagógicas.

Todas as ações desenvolvidas pela rede municipal têm como foco a garantia da aprendizagem, a melhoria da fluência leitora, a recomposição das aprendizagens e a promoção da qualidade e da equidade educacional, assegurando que cada estudante avance em seu percurso escolar com sucesso.

A Educação em Tempo Integral tem como princípio fundamental a oferta de um trabalho pautado na qualidade e na equidade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Nossas ações são direcionadas para o bom andamento das unidades escolares, sempre colocando a aprendizagem dos alunos como prioridade e fortalecendo a parceria entre escola, família e comunidade. O acolhimento da comunidade escolar é um compromisso permanente, buscando construir um ambiente seguro, respeitoso e favorável ao desenvolvimento humano.

Nesse contexto, são desenvolvidas diversas atividades pedagógicas, culturais, esportivas e socioemocionais que contribuem para a formação integral dos estudantes. Essas experiências ampliam as oportunidades de aprendizagem, respeitando as particularidades de cada aluno e promovendo uma educação mais justa, inclusiva e equitativa.

Com foco na melhoria dos índices de aprendizagem das turmas de 3º, 4º e 5º anos, são desenvolvidas ações específicas de acompanhamento pedagógico, recomposição das aprendizagens, monitoramento contínuo do desempenho dos estudantes e intervenções direcionadas às dificuldades identificadas. Além disso, são realizadas avaliações diagnósticas periódicas, reforço escolar, projetos de leitura, atividades de interpretação e produção textual, resolução de problemas matemáticos e acompanhamento individualizado dos alunos que apresentam defasagens.

As equipes pedagógicas e docentes analisam constantemente os resultados obtidos, planejando estratégias que garantam avanços significativos na alfabetização, na fluência leitora e no desenvolvimento das competências essenciais previstas para cada etapa de ensino. O trabalho colaborativo entre professores, coordenação pedagógica e famílias fortalece o processo educativo e contribui para a elevação dos indicadores de aprendizagem.

Dessa forma, a Educação em Tempo Integral reafirma seu compromisso com a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, assegurando que cada estudante tenha condições de aprender, crescer e alcançar seu pleno desenvolvimento, refletindo positivamente nos resultados educacionais e na qualidade da educação ofertada.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E TEMPO INTEGRAL

A educação integral em sua concepção deve garantir o desenvolvimento do sujeito nas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural, como parte indissociável do processo de aprendizagem e de uma formação comprometida com o exercício da cidadania, com o objetivo de melhoria da aprendizagem de crianças e adolescentes por meio da mobilização e integração em diferentes espaços, tempos educativos, interações sociais e diversificação de oportunidades educativas e experiências.

A **dimensão intelectual** refere-se a todo o processo de apropriação das linguagens, dos conhecimentos da matemática, da lógica, da tecnologia, da análise crítica, da "leitura do mundo" e da capacidade de acessar e produzir conhecimento.

A **dimensão física** refere-se a um entendimento que supera o padrão psicobiológico do corpo. Sendo assim, para além do autocuidado, da atenção à saúde e da prática de atividades físicas, também compreende o corpo no contexto multicultural.

A **dimensão emocional e afetiva** relaciona-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança, da capacidade de interação e do sentimento de pertencimento. O trabalho pedagógico com Educação Integral busca romper a lógica do individualismo e da competitividade sem solidariedade.

A **dimensão social** relaciona-se à atuação na sociedade e com as regras e as leis já preestabelecidas, em que somos impelidos a instaurar relações sociais, criar saberes, valores e modelos de comportamento para que assim possamos nos relacionar e viver nessa sociedade.

A **dimensão cultural** diz respeito à diversidade das expressões simbólicas, incluindo as artes, as letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, costumes, crenças, ritos tradicionais e também as experimentações contemporâneas, que formam as subjetividades e as identidades de um indivíduo, um grupo ou uma sociedade.

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento. A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

Faz-se necessário distinguir o conceito de Educação Integral e de Tempo Integral: Por EDUCAÇÃO INTEGRAL compreende-se o processo de ensino, aprendizagem e participação abarcando as diferentes dimensões constitutivas do ser humano, a saber, física, intelectual, social, emocional, simbólica, política, cultural entre outras, articuladas entre si e em desenvolvimento contínuo ao longo da vida. Ademais, a Educação Integral concebe os processos educativos vinculados aos saberes de diferentes matrizes étnico-culturais, aos diferentes espaços na escola, aos territórios e seus agentes e setores tal como esportes, cultura, meio ambiente, saúde e assistência. A Educação Integral é também o fundamento integrador das dimensões do cuidar e educar e da relação entre a educação escolar e as práticas sociais em toda a Educação Básica.

O TEMPO INTEGRAL é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral, mas não a única. É essencial que a ampliação e organização do tempo integral seja consequência do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo escolar, associado aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de materiais que são ofertados nas experiências educativas, atento às interações e organizações de agrupamentos entre os estudantes, promotora de saberes de diferentes matrizes étnico-raciais no currículo escolar, assim como asseguradora da escuta e participação dos estudantes e comunidades escolares nos processos educativos e na gestão escolar.

Estudos mostram que a educação em tempo integral promove benefícios acadêmicos, sociais e econômicos. Além de melhorar o desempenho acadêmico nas diferentes áreas do currículo, particularmente para os estudantes mais pobres, diminui a exposição à vulnerabilidade social (violência contra crianças e adolescentes, acesso a serviços de saúde, segurança alimentar, entre outros). A educação em tempo integral traz benefícios para toda a sociedade.

SÃO OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL:

Fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância a meta 6 estabelecida pela lei nº 2.530/2015 - Plano Municipal de Educação;

Implantar as Diretrizes Nacionais operacionais para Educação em Tempo Integral, conforme Resolução CNE/CEB nº 07 de 1º de agosto de 2025;
Ampliar as oportunidades de acesso à educação de qualidade aos estudantes da rede municipal de ensino por intermédio da jornada escolar integral, alinhada às atuais demandas;
Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência e equidade na oferta de jornada de tempo integral;
Melhorar a qualidade da educação básica pública, elevando os resultados e assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes;
Contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço, e das oportunidades educativas;
Oportunizar tempo e espaço para livre criação e difusão de suas culturas, valorizar e reconhecer saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico;
Contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos sujeitos;
Contribuir para o enfrentamento dos vários desafios que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade vivem, consequentemente, a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem e do bem-estar dessas crianças e jovens conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 5º e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Promover a aproximação entre a escola, às famílias e as comunidades, mediante atividades que visem à responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar;
Promover a cultura de paz e não violência no cotidiano escolar e nos espaços comunitários, bem como minimizar os impactos da vulnerabilidade social.
Promover a articulação entre a escola, a comunidade e as famílias, assegurando o compromisso coletivo com a construção de um projeto educacional coletivo;
Ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência e os resultados da avaliação da alfabetização.

SÃO ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL:
A garantia do direito à educação, com a promoção e a ampliação do acesso e permanência e equidade dos estudantes na escola, por meio de políticas efetivas;
A gestão democrática, o incentivo à autonomia e o fortalecimento dos espaços de decisão da escola, com a participação efetiva da comunidade escolar, a fim de valorizar os segmentos as diversas formas de organização escolar;
O protagonismo estudantil, com efetiva participação dos estudantes, desde a escolha do tema a ser trabalhado, do planejamento e da execução das ações até a etapa de avaliação e apropriação dos resultados;
A constituição de territórios educativos, por meio da integração dos espaços e tempos da comunidade, tornando-se a escola a irradiadora de políticas públicas para estudantes e para a comunidade educativa em geral;
A intersetorialidade, por meio da atuação integrada da escola com órgãos estaduais e municipais de proteção à infância e à juventude, de promoção e desenvolvimento científico, da cultura, da saúde, do esporte e do lazer;
A constituição de diálogos para desenvolvimento das habilidades socioemocionais propostas na BNCC e para o exercício da expressão e leitura das emoções como parte da educação emocional, de forma que o estudante aprende a falar e a ouvir, respeitar, valorizar-se como indivíduo e como parte do grupo;
A garantia da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, a partir de demandas apresentadas e para facilitar o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas áreas temáticas formativas e na construção de novas aprendizagens, diferenciadas e diversificadas.

ORGANIZAÇÃO:
A Educação Integral em Tempo Integral é a organização escolar em que permanência do estudante tenha duração igual ou superior a 7(sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando no mínimo 1400(um mil e quatrocentas) horas anuais, distribuídas em, pelo menos 200(duzentos) dias letivos.
A oferta da Educação Integral em Tempo Integral no município de Santo Antonio do Sudoeste, se organiza em:
Educação Integral em Tempo Integral em Turno Único - ETI;
Ampliação de jornada escolar Em Tempo Integral - contraturno.
A ampliação do tempo escolar seja em Turno Único ou Jornada Ampliada com Atividades Curriculares Complementares, objetiva ampliar o tempo e diversificar os espaços e oportunidades de aprendizagem, visando a melhoria da aprendizagem do estudante e da convivência familiar.
A oferta de atividades de ampliação de jornada escolar em contraturno será ofertada nas demais escolas municipais do ensino fundamental - anos iniciais da zona urbana, de forma gradativa de acordo com a demanda e recursos financeiros.
A matrícula dos alunos nas atividades de ampliação de jornada escolar seguirá critérios definidos no Projeto Político Pedagógico da escola, os quais são:
Dificuldades de aprendizagem; para este critério a equipe pedagógica faz a identificação dos casos de dificuldades na aprendizagem, através da avaliação e/ou solicitação do professor regente;
Casos de vulnerabilidade e dificuldades socioeconômicas.
Não haverá um quantitativo fixo de alunos que serão atendidos nesta ampliação de jornada escolar por escola. Isso dependerá da organização administrativa e pedagógica de cada instituição de ensino, em verificar os alunos com possíveis matrículas para que possam efetivar a abertura das turmas e para que haja também a viabilização de profissional habilitado para o trabalho pedagógico junto a essas turmas.
O regime de Tempo Integral - Turno Único, obedecerá a carga horária de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias, distribuídas entre:

• Atividades da Base Comum Curricular ministrada por docentes habilitados e concursados no quadro do magistério e professores PSS da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste;
• Atividades da Parte Diversificada e dos Macrocampos, realizadas nos ambientes de aprendizagens e outros espaços livres, ministrados por docentes habilitados e concursados no quadro do magistério, professores PSS e estagiários da área da Educação da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste;
• Almoço supervisionado com atividades que promovam a alimentação saudável, cuidados com a higiene e saúde, sob a supervisão de profissionais do Magistério.

O horário específico de entrada, saída, das atividades da Base Comum Curricular e da Parte Diversificada e das refeições deverão ser definidos no Projeto Político Pedagógico da escola e na Proposta Pedagógica Curricular.
Os espaços e períodos destinados à alimentação dos estudantes deve ser um momento para formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene pessoal e ambiental, com o objetivo de desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos no cuidado com a saúde. Também visa a socialização e interação entre todos.
As escolas com oferta de ampliação de jornada escolar terão a carga horária de 20 horas semanais do currículo composto pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular e 15 horas semanais constituídas de parte diversificada do currículo, com base em atender as mais diversas áreas do conhecimento.
A escola que oferta Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único ou Ampliação de Jornada devem ter os elementos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Proposta Pedagógica Curricular (PPC) elaborados e/ou revisados a fim de contemplar estas ofertas de acordo com a legislação vigente, seguindo as normas contidas nos atos instrucionais demandados da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), sob a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
A Proposta Pedagógica Curricular fundamenta e sistematiza a organização dos conhecimentos do currículo, sendo a Matriz Curricular sua expressão de forma sintética, considerando suas características e especificidades no processo de elaboração.
A Matriz Curricular da escola com oferta de educação integral em tempo integral em turno único deverá ser reorganizada com estrutura que aborde os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum

Curricular e da Parte Diversificada com especificação de carga horária no ensino fundamental, como também a reestruturação da matriz da Educação Infantil com aumento da Carga Horária dos Campos de Experiências.

A Matriz Curricular da Educação de Tempo Integral no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, visa responder às expectativas da formação integral do estudante protagonista, resguardando-se as características locais e especificidades regionais do município, bem como as normativas curriculares brasileiras.

A matriz curricular desta rede contempla os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular do Paraná. Na Parte Diversificada, considera-se os Macrocampos previstos em legislação específica vigente, a qual visa enriquecer e complementar a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares.

O Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa, buscará ampliar conhecimentos gramaticais e desenvolver estruturas de pensamento a partir da compreensão e da interpretação de leituras variadas para expressar-se, criticamente, de forma oral e escrita, com clareza e logicidade de ideias, observando o padrão culto da língua portuguesa.

O Acompanhamento Pedagógico de Matemática, terá como objetivo possibilitar ao estudante desenvolver habilidades e o raciocínio lógico matemático, através da generalização, abstração, análise e interpretação de conteúdos concomitante à realidade que o cerca, usando estratégias de resolução de problemas aplicados às outras áreas do conhecimento e em suas atividades profissionais.

Na Educação Infantil serão trabalhados os Campos de Experiências e dentro dos mesmos com abordagem dos Macrocampos: Conhecer-se e Expressar-se: que abordará atividades relativas à saúde, bem-estar e alimentação; Conviver, Brincar e Expressar: com atividades referente a Recreação, (Brinquedoteca) e Jogos; Explorar e Expressar: com atividade de pintura, danças, contos e contações.

Tanto os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum Curricular, da Parte Diversificada, dos Campos de Experiências e dos Macrocampos deverão serem descritos na Proposta Pedagógica Curricular da escola, seguindo as normativas da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Santo Antonio do Sudoeste.

O currículo do município de Santo Antonio do Sudoeste é um documento que estabelece as diretrizes curriculares para as escolas que compõem a rede educacional, assim deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo gestores escolares, professores, alunos, pais e representantes da comunidade, sendo integrado e tendo como foco um trabalho pedagógico colaborativo e participativo, capaz de integrar os componentes da Base Nacional Comum Curricular, da Parte Diversificada, as temáticas obrigatórias e não-obrigatórias e as práticas educativas.

Para se concretizar a eficácia do currículo, há que se estabelecer formas e critérios de avaliação, estes deverão considerar as habilidades desenvolvidas pelos estudantes em suas diferentes etapas da escolarização.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, cumulativa, permanente e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do(a) aluno(a), considerando as características individuais do sujeito no conjunto dos componentes curriculares cursados, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O Regimento Escolar trata-se de um documento normatizador, que compreende a organização didática, pedagógica, administrativa e disciplinar, com o propósito de assegurar as finalidades e o bom desempenho da instituição de ensino.

O Regimento Escolar também deverá ser alterado e adequado quando da oferta de educação integral em tempo integral em turno único e/ou das atividades de Ampliação de Jornada Escolar.

Documentos que devem ser organizados, seguindo as orientações e normas emanadas da Secretaria de Estado da Educação (SEED), sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação Santo Antonio do Sudoeste.

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal, impõe a uma reorganização do quadro do pessoal da escola, o qual precisa estar de acordo com a necessidade e assegurando a quantidade suficiente para atender a essa demanda.

A escola de Educação em Tempo Integral, contará com os seguintes profissionais:

Diretor escolar: responsável pela gestão e organização do espaço escolar;

Pedagogo e/ou Coordenador Pedagógico: Responsável pela orientação e acompanhamento do ensino e da aprendizagem no ambiente escolar, auxiliando nas atividades de avaliação, monitoramento, acompanhamento, planejamento e supervisão das atividades escolares.

Professores habilitados no magistério para trabalhar com os componentes curriculares da BNCC da parte diversificada da Matriz Curricular. São os responsáveis pelas atividades pedagógicas, articulação do currículo proposto para a escola. Como forma de criar mais vínculos com os alunos e estruturar pedagogicamente melhor as aulas em tempo integral, sugere-se o regime de trabalho docente em tempo integral compreendendo a prestação de 40 horas semanais de trabalho (na mesma instituição de ensino). A carga horária seguirá o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de Santo Antônio do Sudoeste**,** no Estado do Paraná, instituído pela Lei nº 2.172/2010, em seus Artigos:

Art. 36 – O Professor no exercício de função pedagógica, terá jornada mínima de 20 (vinte) horas semanais ou jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 37 - O titular do cargo de Professor, que não esteja em acumulação de cargo ou função pública, poderá ser convocado para prestar serviço em regime suplementar, para substituição temporária de professores em função docente, em seus impedimentos legais e nos casos de designação para exercício de outras funções de Magistério, de forma não concomitante com a docência.

Profissionais de apoio (cozinheira, serviços gerais, secretária, auxiliares e / ou estagiários da área do magistério: desenvolvimento do suporte administrativo, alimentar e de higiene na escola, na organização dos espaços, transições dos tempos, momentos de entrada e saída, deslocamentos e auxílio junto aos profissionais do magistério em suporte pedagógico.

A contratação dos profissionais para atuarem na Educação de Tempo Integral, será através de concurso público, contratação temporária (PSS) ou ainda por processo licitatório, seguindo a legislação vigente. A carga horária a ser cumprida varia conforme a função exercida ou demanda necessária, ficando entre 20 e 40 horas semanais.

Sendo assim, cada profissional desempenha suas funções de acordo com suas especificidades assegurando um ensino de qualidade.

Para organizar melhor o trabalho na escola de Tempo Integral, atribui-se algumas competências para os gestores educacionais das instituições de ensino e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Dessa forma, compete à Equipe Diretiva da Escola:

Adequar seu Regimento Escolar, assegurando a efetivação da organização pedagógica e administrativa da Educação em Tempo Integral em Turno Único e da Ampliação da Jornada Escolar, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual da Educação (SEED);

Revisar e adequar o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular que disciplinará as normas e princípios de organização da Educação em Tempo Integral em Turno Único e da Ampliação da Jornada Escolar, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual da Educação (SEED);

Apontar os critérios de organização da escola, especificando seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e conteúdos a serem desenvolvidos nos componentes da Base Comum Curricular, da Parte Diversificada e da Atividades de ampliação de jornada escolar;

Operacionalizar as ações da Educação em Tempo Integral, garantindo a efetivação da proposta e acompanhando os resultados;

Acompanhar a frequência dos estudantes a serem contemplados com a educação em tempo integral;

Adequar os espaços existentes no ambiente escolar ou extras escolares que possam favorecer a implementação e efetivação das atividades

propostas no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Pedagógica Curricular.

Compete a Equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Indicar através de ato normativo a Equipe Técnica responsável por orientar, acompanhar e avaliar, o processo da implantação e implementação da Educação em Tempo Integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade, importância e benefícios que as mudanças na rotina escolar proporcionam em virtude de sua implantação;
Designar para compor a Equipe Técnica, membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Equipe Diretiva de Escola, Conselho Municipal de Educação e do FUNDEB, Departamento de Compras e Contábil;
Proporcionar formação continuada aos profissionais de Educação em Tempo Integral, possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;
Assessorar pedagogicamente a coordenação pedagógica e/ou pedagoga da escola e diretor, na revisão, elaboração e a execução das propostas curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;
Orientar as escolas na revisão, adequação e elaboração do Regimento Escolar, do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular de acordo da Educação em Tempo Integral em Turno Único e da Ampliação da Jornada Escolar, conforme oferta e orientações da Secretaria Estadual da Educação (SEED);
Orientar as escolas na execução e Implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único e na Ampliação de Jornada Escolar;
Identificar e encaminhar ao Poder Executivo Municipal a necessidade de adequação, ampliação e reparos na estrutura predial da escola com oferta de Educação em Tempo Integral em Turno Único;
Viabilizar o quantitativo suficiente de profissionais para atender a demanda da Educação em Tempo Integral em Turno Único;
Monitorar e avaliar o processo de implantação da Educação em Tempo Integral, propondo adequações e revisões necessárias que vise a melhoria na qualidade da Educação.
Projetar a expansão das matrículas de Tempo Integral.
As atividades pedagógicas são de responsabilidade dos gestores e professores da escola, contudo, outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora do espaço escolar, sob a orientação do pedagogo e/ou coordenação pedagógica.
Assim como a equipe de pessoal, os espaços físicos também precisam ser reavaliados e reorganizados. A organização precisa considerar a permanência por mais tempo no ambiente escolar. A melhoria na infraestrutura física precisa considerar as diferentes experiências de aprendizagem que o currículo propõe, bem como assegurar acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, promovendo o respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar.
Para desenvolvimento das atividades pedagógicas utiliza-se os espaços disponíveis em cada instituição de ensino. Porém, se necessário, podem ser utilizados espaços no entorno da escola, como clubes e quadras esportivas pertencentes às diferentes esferas do poder público ou à iniciativa privada. É importante ressaltar, que o uso de espaços fora do ambiente escolar deve atender aos propósitos educacionais de aprendizagem, propostos no Projeto Político Pedagógico.
Porém, é de responsabilidade do Poder Público Municipal garantir espaços escolares adequados ao desenvolvimento da Educação Integral, seja ampliando, reformando ou construindo novos espaços, utilizando-se de recursos próprios ou por meio de Convênios celebrados com o governo estadual e federal.
Os espaços destinados ao desenvolvimento das atividades escolares devem atender às normas e leis vigentes, garantindo o atendimento com segurança e qualidade.
No desenvolvimento das atividades para a efetivação da Educação Integral em Tempo Integral, seja em Turno Único ou em atividades de Ampliação de Jornada Escolar - contraturno, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, se responsabiliza pela articulação com outros órgãos do setor público municipal, como Saúde, Assistência Social, Administração e outros, visando a parceria para atendimentos aos alunos e, se mostrar necessário acompanhamento aos seus familiares. É importante envolver nas ações a Rede de Proteção, a qual é formada por diversos Equipamentos. Também, desenvolver ações com a colaboração das famílias e da comunidade em geral.
Celebrar convênios e parcerias com empresas, organizações sociais sem fins lucrativos ou do terceiro setor, acordos de cooperação com instituições públicas ou privadas, contratações de serviços, de forma a potencializar as atividades educativas, respeitando a proposta pedagógica de cada escola. Esses colaboradores podem disponibilizar tempo, recurso, conhecimento, habilidade, trabalho, espaço e outras oportunidades para ampliar as vivências, saberes e conhecimento dos estudantes. A celebração de parcerias é muito importante na Educação Integral, pois proporciona o envolvimento de diferentes atores, que podem contribuir com conhecimento, assistência em diferentes aspectos e com apoio financeiro.
Porém, cabe ao Poder Público a responsabilidade em disponibilizar os recursos para custeio das despesas referentes à Educação em Tempo Integral. Este custeio poderá ser oriundo de dotação orçamentária própria, devidamente consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA), observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observado o disposto no inciso X do caput do art. 167 da Constituição. As referidas despesas também poderão valer-se de contrapartida das esferas federal e/ou estadual.
Cabe ao poder Público Municipal, juntamente com a Equipe Técnica da Secretaria Municipal, traçar plano estratégico de obras de ampliação, reformas, reparos ou construção de espaços com infraestrutura adequada a oferta de educação em tempo integral, bem como ter disponibilidade de estrutura básica como refeitório, banheiro, salas e demais espaços educativos, respeitando as normas de acessibilidade para inclusão de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida. Além dos espaços físicos, é preciso atuar na gestão dos insumos de alimentação escolar, materiais pedagógicos, materiais de higiene e limpeza, entre outros recursos para garantia da oferta com qualidade da jornada em tempo integral, na perspectiva da educação integral.
A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, com apoio da Equipe Técnica, acompanhará e avaliará anualmente a expansão das matrículas nas escolas de Tempo Integral em Turno Único e/ou Ampliação de Jornada.
O monitoramento da Educação em Tempo Integral será periódico, mediante reuniões trimestrais com a equipe gestora e pedagógica da escola, com registro dos pontos relevantes que possam afetar positiva ou negativamente os resultados da efetivação da Educação em Tempo Integral.
Constantemente a Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, realizarão vistorias administrativas e pedagógicas para análise da evolução do ensino e aprendizagem das turmas matriculadas em período integral. O acompanhamento será por meio de relatórios elaborados pela equipe após as visitas, com base nos seguintes requisitos: quantidade de alunos atendidos, qualidade do ensino, frequência do estudante, material didático - pedagógico, estrutura física, aplicabilidade da Matriz Curricular, profissionais atuantes, rendimento escolar, fazendo uma análise junto a direção, equipe pedagógica e professores das situações que requerem mais atenção, apontando proposição de ações para superação dos desafios identificados, entre outros apontamentos que se fizerem pertinente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este documento norteador, busca-se orientar e programar a expansão de jornada escolar em tempo integral na rede municipal de ensino com qualidade. Através deste documento procuramos apoiar as escolas na implementação da expansão da jornada escolar, buscando cumprir o que está estabelecido na Meta 6 do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação, que é a expansão de jornada na perspectiva da educação integral.
O sucesso desta Política no município de Santo Antonio do Sudoeste, depende não somente das ações que se concretizam dentro do ambiente escolar, mas do trabalho colaborativo da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Público, das Redes de Proteção, do fortalecimento da comunidade a qual a escola está inserida e também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações a serem desenvolvidas.

Santo Antonio do Sudoeste, agosto de 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 ago. 2025. Seção 1, p. 27.
BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral 2023-2026. Brasília, DF: MEC, 2024.

Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023 : define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

Resolução nº 26, de 24 de novembro de 2023 : institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral.

Resolução nº 25, de 24 de novembro de 2023 : institui os critérios de seleção de projetos da ação PAR-Portfólio no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

Resolução nº 18, de 27 de setembro de 2023: estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral.

Portaria nº 1.495/2023: dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências Lei nº 14.640/2023: institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

Escola em tempo integral. Disponível em https://www.gov.br/mec/ptbr/escola-em-tempo-integral/fundamentos. Acesso em:26 de Fevereiro de 2024.

Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-emtempo-integral/documentos/documentos>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2024.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htmAcesso em 27 de Fevereiro de 2024. BRASIL.

Lei nº 2.172/2010, de 17 de dezembro de 2010: estabelece Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Santo Antonio Do Sudoeste.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 27 de Fevereiro de 2024.

BRASIL.CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:27 de Fevereiro de 2024.

BRASIL.Lei nº 13005/2014.Plano Nacional de Educação - PNE.Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.Acesso em 27 de Fevereiro de 2024.

Instrução Normativa Conjunta nº 013/2023 - DEDUC/DPGE/SEED.Dispõe sobre a implantação e/ou regulamentação da oferta das Atividades de Ampliação de Jornada Escolar na Educação Infantil nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Instrução Normativa Conjunta nº 007/2021 - DEDUC/DPGE/SEED.Dispõe sobre a implantação e/ou regulamentação da oferta da Educação em Tempo Integral em Turno Único e Atividades de Ampliação de Jornada Escolar nos anos inicias do Ensino Fundamental nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022. – Brasília, DF : Inep, 2022.

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:018AD16A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026
PROCESSO Nº 778/2026
NÚMERO DO PROCESSO PNCP E COMPRAS GOV: 987857-14/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTONIO ORTINA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 053/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 14/09/2026, as 09h00min, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Aquisição de suprimentos originais para impressora digital Xerox Color C70 Pro, compreendendo toners, cilindros (drums), reveladores (developers) e demais consumíveis, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 31/08/2026, as 08h00min até 14/09/2026, as 08h00min.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site **www.pmsas.pr.gov.br**/licitações ou **www.comprasgovernamentais.gov.br** Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail **licitacao1@pmsas.pr.gov.br**.

Santo Antonio do Sudoeste, em 27/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:04A2F13C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 15 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 2/2025

EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 15 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 6/2025
Inexigibilidade Nº 2/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados à frota de veículos do Município de Santo Antonio do Sudoeste, conforme Chamamento Público 012/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;

CONTRATADA: PANDA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA;
VALOR SUPRIMIDO: R$ 42.530,87 (Quarenta e Dois Mil, Quinhentos e Trinta Reais e Oitenta e Sete Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: Valdir Gervinski - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8F68E5A9

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026 PREGÃO Nº 80/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
Pregão Nº 80/2025
OBJETO: Aquisição de máquinas de costura industriais e equipamentos para incentivo à indústria municipal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: M.C. MORATELLI E MORATELLI LTDA;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: 47.794,00 (Quarenta e Sete Mil e Setecentos e Noventa e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026
Pela contratante: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MARCELO CESAR MORATELLI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1A0387BB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2024 PREGÃO Nº 25/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2024
Pregão Nº 25/2024

OBJETO: Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema(s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4124400/2023 entre o Município de Santo Antonio do Sudoeste-Paraná e a Caixa Econômica Federal Programa Itaipu Mais Que Energia..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: BIONOVA SISTEMAS FOTOVOLTAICO LTDA;
VALOR: R$ 95.670,80 (Noventa e Cinco Mil, Seiscentos e Setenta Reais e Oitenta Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: JOSE GERALDO BERTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:3BDCEBA5

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 411/2025
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 411/2025
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: GLOBAL BRANDS COMERCIO LTDA
CNPJ sob nº 07.308.817/0001-70
MARCELO RICARDO DITTRICH NAVES
CPF Nº 126.407.798-00

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza em atendimento as secretarias municipais de Santo Antonio do Sudoeste, Pregão Nº 33/2025.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 09/08/2027.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1E867C6A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0261/2026 DISPENSA Nº 048/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0261/2026
Dispensa nº 048/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
CNPJ Nº 02.593.711/0001-42
Representante: RUBIA MARCELINO
CPF nº 047.895.499-92
OBJETO: Aquisição de acervos de livros escolares que serão utilizados com os alunos da Educação Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Santo Antônio do Sudoeste – PR..
VALOR TOTAL: R$ 59.944,00 (Cinqüenta e Nove Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais)
VIGÊNCIA: 26/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 27/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:329661DC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA Nº 48/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE DISPENSA Nº 48/2026

OBJETO: Aquisição de acervos de livros escolares que serão utilizados com os alunos da Educação Infantil e Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Santo Antônio do Sudoeste PR.
Em cumprimento ao disposto no artigo 75, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério de menor preço por item:

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 27/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B60B53B7

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 10/2026

PROCESSO SELETIVO N. º02/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 10/2026

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, PR, mediante as condições estipuladas no Edital nº 01/2025, em conformidade com a Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025, conforme edital nº 01/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 21/2026.

2º - Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, na data de **31 DE AGOSTO DE 2026, NO PERÍODO DA MANHÃ,** obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme anexos;

3º - Os candidatos aprovados para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS,** deverão comparecer na **CLÍNICA PARANAMED**
DIA 31/08/26 (segunda-feira) PARA EXAME ADMISSIONAL, NO HORÁRIO DAS 9:00 HORAS

5º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga ou pedido de final de lista, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito do processo seletivo simplificado- PSS.

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, 27 DE AGOSTO 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

LISTA DE CONVOCADOS
CARGO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	N° DE INSCRIÇÃO
01	JULIANO VARGAS	017.703.806-55

ANEXO II
(TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER APRESENTADOS ORIGINAL E CÓPIA)

• Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
• CPF e fotocópia;
• Registro no órgão de classe e fotocópia;
• Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
• Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
• Título de eleitor e fotocópia, junto com declaração de quitação eleitoral;
• Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
• Comprovante de escolaridade exigida;
• Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia;
• Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
• Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela:

Justiça Estadual no local de residência do candidato;
Justiça Federal no local de residência do candidato;

• Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
• Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional (ANEXA)
• Declaração de desvinculação **para o candidato que exerce emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal,** conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal, reconhecida em cartório (ANEXO IV).
• Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão, reconhecida em cartório (ANEXO IV);
• Declaração de bens e valores, reconhecida em cartório (ANEXO V)

ANEXO III
FICHA DE DADOS CADASTRAIS

NOME:	
ESTADO CIVIL:	DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO
PAI:	
MÃE:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO: N°:	
SEXO:	RAÇA:
DATA DE NASCIMENTO:	NATURALIDADE:
RG: ÓRGÃO EXP:	DATA EXPEDIÇÃO:
CPF:	N° DO PIS:
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA/SEÇÃO:
CTPS N°:	SÉRIE:
CNH:	DATA DA 1° CNH:
E- MAIL:	TELEFONE:

FORMAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( )		ATÉ A 4° SÉRIE
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO ( )		ATÉ A 8° SÉRIE
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( )		
ENSINO MÉDIO COMPLETO ( )		
ENSINO TÉCNICO ( )		
ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( )		
PÓS GRADUAÇÃO ( )		
MESTRADO ( )		
REGISTRO CONSELHO DE CLASSE:	QUITES ( )	EM DÉBITO ( )
POSSUI DEPENDENTES?	SIM ( ) NÃO ( )	
NOME COMPLETO DOS DEPENDENTES: 1. 2.		
DATA DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES: 1. 2.		
CPF DOS DEPENDENTES: 1. 2.		

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO
DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu,_____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de posse no cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, QUE NÃO EXERÇO qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.
DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar.
DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

_____, _____de _____ de 2026.

_____
Declarante
(Firma reconhecida)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
RG nº	CPF nº
Cargo:	

DE BENS
Para fins de posse em cargo público no Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, conforme o disposto no art. 15, da Lei nº 1990/2009 de 13 de fevereiro de 2009, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, declaro:

( ) Não possuo bens e valores a declarar
( ) Possuo bens e/ou valores, conforme Declaração em anexo

DECLARO AINDA, QUE:

I – Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
II – Nunca fui demitido ou destituído em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, nos últimos cinco anos, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

Santo Antônio do Sudoeste – PR, em _____ de _____ de 2026.

_____
Declarante
(Firma reconhecida)

EXEMPLO DE DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,__, portador(a) da Identidade nº__,e do CPF nº__, residente e domiciliado
na , nº_, Bairro , em

, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1._Valor:
2._Valor:
3._Valor:
4._Valor:
5._Valor:
6._Valor:
7._Valor:
8._Valor:
9._Valor:

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

,_, de de 2026.

Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:973BF94E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
5O TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 139/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 123/2024– CONCORRÊNCIA/PREGÃO NO 011/2024.

5o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 139/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO No 123/2024– CONCORRÊNCIA/PREGÃO No 011/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na PRAÇA CORONEL DEOLINDO, no 191, em SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) VENICIUS DJALMA ROSA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 8.241.196-8 e inscrito no CPF/MF no 036.270.189-07, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA, CNPJ 10.949.562/0001-30, localizada na Rua Luciano Alves Teixeira Nogueira, nº 439, Centro, cidade de Alvorada do Sul/PR, endereço eletrônico: flavio_bazzoni@hotmail.com, telefone: (43) 99135-1707, representada por FLÁVIO ALBERTO BAZZONI, portador(a) da cédula de identidade R.G. no 10.453.586-0 SSP/PR, inscrito(a) no CPF sob no 067.821.399-28, residente na cidade de Alvorada do Sul/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo de VALORES ACRÉSCIMO ao Contrato nº 139/2024 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA e a AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA cujo objeto contratado é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, conforme processo administrativo no 123/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente aditivo é de **2,60%**, em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 141.248,09** (cento e quarenta e um mil duzentos e quarenta e oito reais e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 139/2024.
Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 27 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR
Contratante

AXPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:6ACA3BC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 35/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia**15/09/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** QUE TEM POR OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS DECORATIVOS DESTINADOS À ORNAMENTAÇÃO NATALINA E DE FIM DE ANO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, PARA UTILIZAÇÃO NO PERÍODO DE 23 (VINTE E TRÊS) DE NOVEMBRO DE 2026 A 10 (DEZ) DE JANEIRO DE 2027, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, CULTURA E TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR.** Valor estimado **R$ 377.600,00 (Trezentos e setenta e sete mil e seiscentos reais),** retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e ou www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 28 de agosto de 2026.

São Jerônimo da Serra, 27 de agosto de 2026.

JUDITH IZABEL DE SALLES
Pregoeira

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:3BCBE7E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Fernando de Oliveira
Cargo/Função	Chefe de Manutenção de Frotas
Data	26/08/2026
Quantidade	01 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Cambé – PR
Motivação	Viagem para buscar peças em Cambé e levar para Ibiporã para o veículo BAR-7I37.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Whitney Sfair de Carvalho
Cargo/Função	Conselheiro Tutelar
Data	28/08/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Cerimônia de entrega de computadores promovida pelo CRC Paraná.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Cézar Clodoaldo Proença
Cargo/Função	Conselheiro Tutelar
Data	28/08/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Cerimônia de entrega de computadores promovida pelo CRC Paraná.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Bruno Cesar Santos
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luis Sergio da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Carlos Ferreira
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Wesley Branco Ribeiro
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Valdemir Antunes Araujo
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Sérgio de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	28/08/2026 a 17/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Eduardo Fernandes da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	31/08/2026 a 16/09/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 dias (Lei Municipal nº 251/2023)
Valor	R$ 675,00
Destino	Ibiporã - PR
Motivação	Viagem para o transporte de pessoas para prestarem serviços no Frigorífico Rainha da Paz.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Lillian Gabriella Rodrigues Teixeira Avelar
Cargo/Função	Secretária Municipal de Assistente Social
Data	26/08/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes – PR
Motivação	Visita para conhecer associações e instituições para buscar recursos para terapias e acompanhamento de crianças com transtorno do aspecto autista e pais/familiares atípicas.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Selma da Silva Sampaio Camargo
Cargo/Função	Assistente Social
Data	26/08/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes – PR
Motivação	Visita para conhecer associações e instituições para buscar recursos para terapias e acompanhamento de crianças com transtorno do aspecto autista e pais/familiares atípicas.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Lillian Gabriella Rodrigues Teixeira Avelar
Cargo/Função	Secretária Municipal de Assistente Social
Data	26/08/2026

Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes – PR
Motivação	Visita para conhecer associações e instituições para buscar recursos para terapias e acompanhamento de crianças com transtorno do aspecto autista e pais/familiares atípicas.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Ellen Beatriz Vieira Bernardo
Cargo/Função	Psicóloga
Data	26/08/2026
Quantidade	1 diária de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes – PR
Motivação	Visita para conhecer associações e instituições para buscar recursos para terapias e acompanhamento de crianças com transtorno do aspecto autista e pais/familiares atípicas.

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:8A781DE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o pedido de prorrogação protocolado pela servidora Camila Maciel Gonçalves.
RESOLVE:

Artigo 1º- PRORROGA para a Servidora CAMILA MACIEL GONÇALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, matrícula 587/2, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO, concedida pela Portaria 021/2026, Art. 3º, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a partir do dia 31/08/2026 com término em 30/08/2028, conforme o disposto no artigo 98 da Lei Municipal 571/2003 de 30/12/2003

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:32A8DD70

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o encerramento do contrato temporário conforme Portaria 147/2026.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura, a servidora temporária, abaixo relacionada, em razão de término do contrato de trabalho, conforme respectiva função e respectiva data.

Matr.	Servidor	Função	Data Exoneração
2548/1	Suellen Braga Pereira Nunes	Nutricionista	31/08/2026

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:9F10EACE

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 96/2026
Eleição Suplementar 2026 – Conselho Tutelar – Resolução CMDCA nº 07/2026

A COMISSÃO ELEITORAL, designada nos termos da Resolução CMDCA nº 07/2026 e em conformidade com a Lei municipal nº 792/2013,

TORNA PÚBLICO e **FAZ SABER** que:

I - Ficam **DEFERIDAS** as candidaturas abaixo discriminadas, as quais encontram-se aptas à disputa do pleito eleitoral para eleição de membro do Conselho Tutelar do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná.
a) Inscrição nº 01 – Marielle de Morais;
b) Inscrição nº 02 – Cristiane Carla da Silva Oliveira

II - Não houve candidaturas **INDEFERIDAS**.

III – Poderá ser apresentado recurso ao presente edital contra o ato da Comissão Eleitoral no prazo de 27 a 31/08/2026 dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e protocolado na Secretaria de Ação Social do Município no horário de expediente da 09h às 11h 30min e das 13h às 17h, observando-se o contido no artigo 10, § 3º e 4º, da Resolução nº 07/2026.

Comunique-se, publique-se e cumpra-se, na forma da Lei.

São José da Boa Vista-PR; 27 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA LOPES
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:5CD44C94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026 - EDITAL Nº 007/2023 – CMDCA - CONVOCA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE PARA SUBSTITUIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO, DEVIDO GOZO DE FÉRIAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026
EDITAL Nº 007/2023 – CMDCA

SÚMULA: Convoca Conselheiro Tutelar Suplente para substituição de Conselheiro Tutelar no exercício da função, devido gozo de férias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 665/2021, **convoca o Conselheiro Tutelar Adair Batista Dalmas, 1º Suplente, para assumir as funções de Conselheiro Tutelar**, em substituição aos titulares durante o período de gozo de férias, conforme escala previamente estabelecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
O Conselheiro Tutelar Suplente, convocado neste ato, deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação deste ato, devendo apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovante de votação da última eleição;
b) Pleno exercício de seus direitos civis e políticos; (apresentar certidão negativa ESTADUAL E FEDERAL atestando não estar condenado por sentença criminal, transitada, em julgamento e não cumprida);
c) Comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo) atualizado e em nome próprio ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, atestando que o candidato reside no respectivo endereço;
d) Documento de identidade (RG), certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física (CPF) regularizado;
e) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS digital.

São José das Palmeiras, 27 de agosto de 2026

DEBORA DAHMER BELCURON CABRAL
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:6AA0CCDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - EDITAL 60/2026

EDITAL Nº 60/2026

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Artigo 1º - Convocar o pessoal abaixo relacionado, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 1/2025, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, no **dia 04 de setembro de 2026 (sexta feira), das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas**, para tratarem de assuntos relacionados à admissão no serviço público, munido dos seguintes documentos:

Carteira de Identidade;
CPF;
Titulo de Eleitor com as obrigações eleitorais
Carteira de Trabalho e Previdência Social;
Cartão do PIS/PASEP/NIS/NIT;
Uma foto 3 x 4 Colorida e Atual;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão(oês) de Nascimentos do(s) Filho(s) menor(es) de 14 anos e CPF;
Declaração de Vacinação dos filhos menores de 14 nos, se for o caso;
Certificado de Reservista ou de dispensa, para os candidatos do sexo masculino.
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
Certidão Negativa do Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;
ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (física e mental) pelo Médico do Trabalho;
Comprovante e ou Certificado de Escolaridade conforme exigência do Cargo demonstrado no Edital nº 1/2025 do PSS 1-2025;
Comprovante de Endereço atual;
Declaração de Bens na data de Admissão ou Cópia da Declaração do IRRF;
Declaração de Dependentes para IRRF contendo o CPF dos mesmos;
Declaração que não ocupa outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas do governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebe outro Beneficio proveniente de Regime Próprio de Previdência Social ou Regime Geral de Previdência Social Relativo a Emprego Público;

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS E CARGOS:

I – PROFESSOR

- LAYLA LAIS MARINI 58º Classificado

Artigo 2º - Será remetido para o Final da Lista de Classificação, o candidato que não comparecer à convocação para a Vaga, conforme Item 14.1.4 do Edital do PSS 1/2025, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato seguinte obedecendo a ordem de classificação disposta no Edital de Resultado Final nº 2/2026 de 12 de janeiro de 2026.

São Pedro do Paraná - Pr, em 27 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:D128263C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
RESOLUÇÃO Nº 05 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

***R*ESOLUÇÃO Nº 05 DE 27 DE AGOSTO DE 2026**

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Sebastião da Amoreira referente ao recurso Incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná - Deliberação 005/2026 COEDE/PR.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.475/2017, que prevê a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências;

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Sebastião da Amoreira/PR – CMDPD, no uso de suas atribuições legais, conforme deliberação em reunião ordinária registrada em ata nº 18 realizada em 27 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. **Aprovar** o Plano de Trabalho, para formalização do Termo de Fomento e possibilitar o repasse a Instituição- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, no valor de R$ 53.200,64 (cinquenta e três mil, duzentos reais e sessenta e quatro centavos) advindos na modalidade fundo a fundo para Incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, conforme a Deliberação N°005/2026–COEDE/PR, recurso este que será aplicado na execução de despesas de capital/investimento.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 27 de agosto de 2026.

ROMILDA DE FÁTIMA DA SILVA RAMALHO
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:543EEE69

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
RESOLUÇÃO Nº 09 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 27 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: *Dispõe sobre a Aprovação para formalização do Temo Aditivo de Prorrogação do Prazo de Vigência e Execução ref. Termo de Fomento 11/2024 da Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira e dá outras providências.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 1349 de 19 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDPI, registrada na Ata nº **40/2026,** em 27 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a formalização do Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência e execução por mais 03 (três) meses, referente ao Termo de Fomento nº 11/2024 da Associação Centro Comunitário de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º. – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 27 de agosto de 2026.

LUANA SANTOS DE MORAES
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:80427D42

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 229/2026

Súmula: Define carga horária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Protocolo nº 5442/2026 - Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica adequado a partir do dia 31 de setembro de 2026, conforme determinado no Ofício nº 482/2026 o horário de trabalho do servidor José Armando Cursino Neto, Matrícula 1.215, cargo de Fisioterapeuta, lotado na Clínica de Fisioterapia deste Município.

Art. 2º - O horário ficou adequado da seguinte forma:
- Segunda-feira: das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h;
- Terça-feira: das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h;
- Quarta-feira: das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h;
- Quinta-feira: das 07h30 às 11h30 e das 13h às 15h;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 124/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 27 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto Nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:CC747F1B

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÕNICA Nº 22/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 22/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação das seguintes empresas:

FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET, estabelecida na Rua Landulfo Alves, nº. 198, CENTRO, CEP: 44 600 000, no Município de **Ipirá,** no Estado da Bahia, inscrita no CNPJ **sob nº 56.150.801/0001-98**.

Valor total da despesa: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 27 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ISABELLA LOURENÇO PARAIZO FIORI
Secretária Municipal de Administração,Planejamento e Desenvolvimento Local

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:DE128085

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 101/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 101/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00

horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA	BAIRRO
8º	Karen Stephany Medeiros dos Santos	61	Reta Grande, Barra Grande e Cordeiros

Sapopema, 27 de agosto de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9C40C471

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRADO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2025

EXTRADO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2025

Pregão Eletrônico de nº 50/2025

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA – ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa
METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.035.532/0001-88, sediada na Avenida Brasília, 1701 – Shangrilá B - CEP: 86.070-020 – no município de Londrina – Paraná. Telefone (43) 3377-1212 – E-mail: societario@grupometronorte.com.br , doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo sr. **ASSAAD FARES ABOU NABHAN**, brasileiro, naturalizado, empresário, portador do RG sob nº 1.311.724/SSP PR e CPF sob nº 108.994.489-68 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da ata de registro de preço, conforme o artigo 84, *caput*, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Na forma do artigo 84, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, fica prorrogado a vigência da ata de registro de preços nº 22/2025, para mais 01 (um) ano, a findar-se dia 08 de setembro de 2027, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Rodoviários e justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA – DO FORO
4.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:925B7D09

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 156/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 156/2024

Inexigibilidade nº 22/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA – ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa
METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.035.532/0001-88, sediada na Avenida Brasília, 1701 – Shangrilá B - CEP: 86.070-020 – no município de Londrina – Paraná. Telefone (43) 3377-1212 – E-mail: societario@grupometronorte.com.br , doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo sr. **ASSAAD FARES ABOU NABHAN**, brasileiro, naturalizado, empresário, portador do RG sob nº 1.311.724/SSP PR e CPF sob nº 108.994.489-68 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato e o acréscimo do valor do contrato, conforme os artigos 106,107 e Art. 125, respectivamente, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido ao lote01, item 01 (serviços) o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e ao lote 02, item 01 (peças) o valor de R$ 5.745,00 (cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais), totalizando o valor de R$ 13.745,00 (treze mil, setecentos e quarenta e cinco reais), referente ao contrato nº 156/2024. Justifica-se o valor para a prestação de serviços nos próximos 12 (doze) meses, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Rodoviários e justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
3.1. Na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, fica prorrogado a vigência do contrato nº 156/2024 para mais 12 (doze) meses, a findar-se dia 11 de setembro de 2027, Conforme solicitação

da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Rodoviários e justificativa em anexo.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA – DO FORO
5.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A20BDADA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
PORTARIA 073/2026

Súmula: Retifica a portaria 043/2026 de 05/07/2026

GILSON RUFINO DE SOUZA, Superintendente da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV, no uso de suas atribuições legais, fulcrando-se especialmente nos ditames do **art. 40 §1°, III, "b" da CF/88 c/c LC Municipal n° 264/2011,** cuja eficácia deu-se aos 18/12/2011.

I – Considerando diligência do TCE/PR;

R E S O L V E

Art. 1° - RETIFICA , a Portaria 043/2026 no qual concede APOSENTADORIA POR IDADE ao servidora AILTON VITAL DE FRANÇA, inscrita no CPF sob o n° 063.xxx.xxx-60 lotado do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, matrícula de n° 3853, com o cargo de Vigia.

Art. 2° - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40 §1°, III, "b" da CF/88; com a redação anterior a EC 109/2019.

Art. 3° - O valor do provento de aposentadoria será no total de R$ 1.151,36 (mil cento e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), sendo que seu reajuste será *sem paridade.*

Art. 4° - A vacância do cargo supracitado dar-se-à quando da eficácia do registro inerente a legalidade do presente ato.

Art. 5° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

SARANDI, em 27 de Agosto de 2026

GILSON RUFINO DE SOUZA
Superintendente do PRESERV

Publicado por:
Roberto Vagner Sant Ana Junior
Código Identificador:335D06EF

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - RETIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 21/2026-CMS
Requisição de compras nº 109-24/2026-CMS
Participação exclusiva para micro e pequenas empresas
Legislação aplicável: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 123/2006; Lei Municipal 3.008/2024

Após verificação de inconsistência na data informada para término de apresentação de propostas, conforme Aviso de Contratação Direta publicado em 27/08/2026 (código identificador: 987ED384), destaca-se a seguinte correção:

Onde está escrito:
LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no endereço eletrônico: compras2@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 27/08/2026; **Término**: às 12h de **03/08/2026**.

Leia-se:
LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no endereço eletrônico: compras2@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 27/08/2026; **Término**: às 12h de **03/09/2026**.

Sarandi, 27 de agosto de 2026.

WESLEY HENRIQUE SANGUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:394DC886

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 123/2026

Designa o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho para fiscalização de ata de registro de preços.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:
Art. 1º Designar o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho, matrícula nº 128, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização da Ata de Registro de Preço que tem por objeto a aquisição de materiais gráficos:

•
Ata nº 15/2026 – Gráfica Artcor Express Ltda., CNPJ nº 21.510.612/0001-02

Art. 2º Fica a cargo do servidor mencionado no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas da referida ata, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato Substituto o servidor Vagner Rafael Vaz, matrícula nº 131, inscrito no CPF sob nº XXX.185.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos do servidor titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 26 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:F15CF755

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 71/2026 CONTRATO N° 453/2026 ID: 11085

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 71/2026 – PMS**

CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CASA DA VO JURA LAR PARA IDOSOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**53.165.134/0001-29**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR - Em favor de J.T.S.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)**
VIGÊNCIA:	**27 de agosto de 2026. A 26 de agosto de 2027**
ASSINATURA:	**27 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:75B83085

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 72/2026 CONTRATO N° 454/2026 ID: 11086

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 72/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**CASA DA VO JURA LAR PARA IDOSOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**53.165.134/0001-29**
OBJETO:	**Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Residência Terapêutica, do tipo I e II, Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (ILPI), Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com deficiência e Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com deficiência, em regime de atendimento integral (24 horas), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR - Em favor de S.F.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)**
VIGÊNCIA:	**27 de agosto de 2026. A 26 de agosto de 2027**
ASSINATURA:	**27 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:CF9E2C89

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÕNICO Nº 047/2026 - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026 – PMS
UASG 988461 (Contratação: 988461-28/2026)

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento da rede municipal de saúde de Sarandi/PR
Data e horário de abertura da Sessão: **14 de setembro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/(Contratação: 988461-28/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 27 de agosto de 2026.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:4D9AC62B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0027/2026-PMS-UASG 988461

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	36/ 2026
Processo Administrativo nº	89/ 2026
Objeto	Registro de preços para aquisição de materiais de infraestrutura de redes de informática (switch, conector e cabo de rede), para atendimento das Secretarias do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
Fornecedor: 65.200.475 MARIA EDUARDA BERNARDES PAVAO - CNPJ: 65.200.475/0001-77 - Valor Total Homologado: R$ 7.280,80

Fornecedor: PAXIN SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 32.149.829/0001-47 - Valor Total Homologado: R$ 98.406,87

Fornecedor: SECCON INDUSTRIA COMERCIO LTDA - CNPJ: 04.506.658/0001-20 - Valor Total Homologado: R$ 10.507,80

Fornecedor: TERACOM TELEMATICA LTDA - CNPJ: 02.820.966/0001-09 - Valor Total Homologado: R$ 71.914,00

Fornecedor: TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ: 27.274.178/0001-87 - Valor Total Homologado: R$ 110.981,52

Sarandi, 24 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:34C1CD5B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES PORTARIA Nº 2397/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação da Empresa HF Gestão Pública Ltda. Para implantação, licenciamento de uso, suporte técnico, manutenção e atualização do Sistema VAGOU - Gestão de CMEIs, destinado ao gerenciamento da fila de espera e controle de vagas da Educação Infantil do Município de Sarandi/PR",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS	FISCAL	EDUCAÇÃO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:2B339EC1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2527/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de nível de pressão sonora (decibelímetros) e medidores de alcoolemia (bafômetros), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública de Sarandi/PR",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
ROBERTO CARLOS HONORIO	FISCAL	SEMUTRANS

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:DEF06353

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2545/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Aquisição de camisetas personalizadas para o Desfile Cívico em comemoração ao aniversário do Município de Sarandi/PR",** em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta**:**

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
VALDIR RODRIGUES DA COSTA	FISCAL	EDUCAÇÃO

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 27 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:0B99A95B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0035/2026 – PMS UASG 988461 - CONTRATAÇÃO: 988461-6/2026

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	35/ 2026
Processo Administrativo nº	82/ 2026
Objeto	Aquisição de veículos novos, sendo Van teto alto com 21 lugares, Van com acessibilidade para 16 lugares, Micro-ônibus e Ônibus com 43 lugares, para atendimento das necessidades da Prefeitura do Município de Sarandi/PR, provenientes das Resoluções SESA nº 1108/2023, nº 1432/2023, nº 516/2024, nº 1699/2024 e das Resoluções CMAS nº 18/2024 e nº 23/2025.

Em favor da(o):
Fornecedor: BELLATRIX VEICULOS E SERVICOS LTDA- CNPJ: 49.422.071/0001-71 Valor Total Homologado: R$ 1.155.000,00
Fornecedor: MASCARELLO - CARROCERIAS E ONIBUS LTDA- CNPJ: 05.440.065/0001-71 Valor Total Homologado: R$ 960.000,00
Fornecedor: RENOVO MOTORS LTDA- CNPJ: 42.111.920/0001-27 Valor Total Homologado: R$ 798.000,00

Sarandi, 27 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:37644ECB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - RETIFICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026 – PMS – CONTRATAÇÃO COMPRAS GOV: 988461-22/2026

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Agente de Contratações, resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Dispensa Eletrônica
Edital nº	16/ 2026 Contratação: 22/2026
Processo Administrativo nº	96/2026
Objeto	Aquisição de produtos químicos e materiais destinados ao tratamento, higienização, controle da qualidade da água e manutenção da piscina pública da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Sarandi/PR Minuta 3/2026

Em favor da(o):

Fornecedor: 65.668.789 JEAN CARLOS YUKIO HOKAZONO- CNPJ: 65.668.789/0001-07 Valor Total Homologado: R$ 2.038,50
Fornecedor: 67.963.338 LUCAS RODRIGUES DE CARVALHO NOGUEIRA- CNPJ: 67.963.338/0001-10 Valor Total Homologado: R$ 270,00
Fornecedor: GWL NEGOCIOS LTDA- CNPJ: 64.318.724/0001-60 Valor Total Homologado: R$ 1.723,95
Fornecedor: SANITOP COMERCIAL LTDA- CNPJ: 53.710.803/0001-04 Valor Total Homologado: R$ 6.132,00

Sarandi, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Macedo Ferreira
Código Identificador:0258E66D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30/2026

Dispõe sobre os procedimentos, critérios e orientações técnicas referentes aos processos de inclusão, à Educação Especial e aos apoios necessários à escolarização de estudantes com deficiência e que enfrentam barreiras significativas no processo de ensino e aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR.

CONSIDERANDOa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, fundamentada nos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da não discriminação;

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

CONSIDERANDOa Instrução Normativa Estadual nº 03/2004 – SEED/PR, no que couber, considerada à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Lei Brasileira de Inclusão e das normativas federais e nacionais posteriores;

CONSIDERANDOo Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, referente a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

CONSIDERANDOa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação em 2008;

CONSIDERANDOa Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, com status de emenda constitucional, que estabelece o direito à educação inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino;

CONSIDERANDO a Resolução do CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 16/2011-SEED/SUED, de 22 de novembro de 2011, que estabelece critérios para o atendimento especializado em sala de recursos multifuncional tipo I, na educação básica - área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtorno funcionais específicos;

CONSIDERANDOo Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado;

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDOa Deliberação Municipal nº 03/2014 - CME/Sarandi, de 17 de novembro de 2014, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado - AEE, a matrícula na sala de recurso multifuncional e na classe especial;

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI);

CONSIDERANDOa Instrução Normativa Estadual nº 04/2018 – SEED/PR, que estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional, observadas as diretrizes nacionais vigentes;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou outros transtornos de aprendizagem;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 04/2023 - CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que atualiza e delibera sobre as normas para a organização escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo das instituições que integram o sistema municipal de ensino de Sarandi/PR;

CONSIDERANDOo Parecer CNE/CP nº 50, de 2023, que dispõe sobre diretrizes e orientações específicas para o atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com prevalência interpretativa sobre normativas anteriores;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2025-CMES/PR/CP, de 10 de abril de 2025, que delibera sobre os procedimentos para efetivação das matrículas, direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR.

CONSIDERANDOa Instrução Normativa nº 15/2025-CMES, de 30 de julho de 2025, que dispõe sobre o engajamento das famílias nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Sarandi e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 01/2025-SMED, de 19 de março de 2025, que estabelece as atribuições da equipe pedagógica de assessoria de núcleo de acompanhamento das unidades educacionais: para as crianças e/ou estudantes das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Sarandi;

CONSIDERANDOo Decreto Federal nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, o qual institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

CONSIDERANDOa Instrução Normativa nº 27/2026-SMED, de 22 de junho de 2026, que dispõe sobre a regulamentação da atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social no âmbito da rede pública municipal de ensino de Sarandi, como Equipe Multiprofissional e dá outras providências;

CONSIDERANDOa Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva - PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva - Reneei, de que trata o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025;

CONSIDERANDOas normas, diretrizes e políticas municipais vigentes da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi relacionadas a Educação Especial, aos processos de inclusão escolar e a garantia do direito à educação.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve considerar os seguintes conceitos na presente Instrução Normativa:
Estudante com deficiência:aquele que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva no contexto escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva instituída pelo Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025.
Acessibilidade:nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é a possibilidade e condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, assim como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Tecnologia assistiva ou ajuda técnica:nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, são os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida,

visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar:instrumento pedagógico essencial para a organização dos apoios e serviços necessários à efetivação do direito à educação inclusiva, caracterizado como processo colaborativo e interdisciplinar, envolvendo professores, equipe pedagógica, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e a família, com participação e contribuição técnica do Núcleo de Educação Especial, sem prejuízo da adoção de medidas pedagógicas imediatas pela Instituição o de Ensino, em consonância com a Lei Federal nº 13.146/2015, o Parecer CNE/CP nº 50/2023 e a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva vigente.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar as barreiras que impedem a plena participação e aprendizagem de estudantes com deficiência ou que enfrentam barreiras significativas no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de um atendimento realizado em Salas de Recurso Multifuncionais ou Classe Especial.

Plano Educacional Individualizado (PEI) e Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE):instrumento de planejamento pedagógico individualizado, elaborado trimestralmente, destinado ao estudante que enfrenta barreiras significativas no processo de ensino e aprendizagem, no qual constará os apoios, estratégias pedagógicas, recursos e serviços mobilizados para garantir o processo de escolarização, nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Ressalta-se que o documento deve acompanhar toda a trajetória acadêmica do(a) estudante.

Professor Especialista da Sala de Recursos Multifuncional:docente com formação específica para atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável pelo planejamento, execução, elaboração do PAEE e acompanhamento das ações pedagógicas complementares ou suplementares à escolarização do(a) estudante, em articulação com a equipe pedagógica da instituição de ensino.

Professor Especialista da Classe Especial:docente com formação específica para atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável pelo planejamento, execução, elaboração do PAEE e acompanhamento das ações pedagógicas da escolarização do(a) estudante, em articulação com a equipe pedagógica da instituição de ensino.

Profissional de Apoio Escolar:profissional que exerce atividades de apoio relacionadas à alimentação, higiene, locomoção, comunicação, interação social e apoio ao uso de tecnologias assistivas do(a) estudante, atuando de forma colaborativa no ambiente escolar conforme disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva instituída pelo Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, respeitada a autonomia do(a) estudante e a função pedagógica do(a) professor(a).

Sala de Recursos Multifuncionais (SRM):conforme a legislação vigente da educação brasileira, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a Instrução Normativa nº 03/2024-DEDUC/SEED e o Decreto nº 12.686/2025, trata-se de um atendimento que tem como finalidade complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes públicos da educação especial.

Classe Especial (CE): conforme a Deliberação nº 03/2014 do CME/Sarandi, trata-se de um atendimento substitutivo ao ensino regular que tem como finalidade garantir adaptações curriculares compatíveis com as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Não se trata de um atendimento permanente, assim que o(a) estudante obtiver condições de retornar ao ensino regular, o processo de reclassificação deverá ser formalizado pela Instituição de Ensino.

Art 2º Para fins desta Instrução Normativa, as disposições relativas ao público da Educação Especial abrangem, quando aplicável, observado o ordenamento jurídico vigente, estudantes com:
Deficiência física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla;
Transtornos de Aprendizagem;
Transtorno do Espectro Autista;
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade;
Síndromes raras;
Altas Habilidades/Superdotação.

Parágrafo único: Para fins desta Instrução Normativa, as disposições relativas ao público do AEE abrangem, além do público de Educação Especial, estudantes que enfrentam barreiras significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Art. 3ºSão Instrumentos que compõem essa Instrução Normativa:
Apêndice I: Plano Educacional Individualizado e Plano de Atendimento Educacional Especializado - Educação Infantil (CMEI);
Apêndice II: Plano Educacional Individualizado e Plano de Atendimento Educacional Especializado - Educação Infantil (Escola);
Apêndice III: Plano Educacional Individualizado e Plano de Atendimento Educacional Especializado - Ensino Fundamental;
Apêndice VI: Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar - Educação Infantil;
Apêndice VII: Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar- Ensino Fundamental;
Apêndice IX: Checklist de Triagem - Educação Especial;
Apêndice X: Ficha de Registro Comportamental;
Apêndice XI: Modelo de Ofício de encaminhamento para Avaliação Psicoeducacional;
Apêndice XIV: Protocolo para solicitação de jogos, materiais pedagógicos, tecnologias assistivas ou mobiliário adaptado.

Parágrafo único.A Secretaria Municipal de Educação adota o PEI e o PAEE nas diferentes ofertas educacionais, conforme o público atendido, de acordo com os Apêndices I a III.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art 4ºO Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Sarandi será composto pelas equipes de Gestão e Avaliação Psicoeducacional, em conjunto com a equipe gestora da Secretaria de Educação.

Art 5º Compõem a equipe de Gestão do Núcleo de Educação Especial, pelo menos:
02 profissionais com formação em Pedagogia e especialização em Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e/ou Psicopedagogia;
02 profissionais com formação em Psicologia;
02 profissionais com formação em Serviço Social.

Art 6º Compõem a equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial, pelo menos:
03 profissionais com formação em Pedagogia e especialização em Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e/ou Psicopedagogia;
03 profissionais com formação em Psicologia.

Art 7º Compete ao Núcleo de Educação Especial:
Acompanhar, avaliar e orientar as ações político-pedagógicas da Educação Especial e dos processos de inclusão, prestando apoio técnico às Equipes Diretivas, Pedagógicas e de Apoio no atendimento aos estudantes, na organização do processo de trabalho e na elaboração dos documentos que acompanham a trajetória escolar dos estudantes público da Educação Especial;
Elaborar, acompanhar e avaliar ações sistemáticas de formação continuada destinadas aos profissionais que atuam na Educação Especial e nos processos de inclusão;
Elaborar, acompanhar e avaliar instrumentos de levantamento e monitoramento da demanda de estudantes público da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino;
Monitorar a necessidade de aquisição de materiais didático-pedagógicos e recursos de tecnologia assistiva, destinados ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, conforme demandas identificadas pelas Instituições de Ensino, observadas as competências administrativas da Secretaria Municipal de Educação;
Participar de fóruns e capacitações destinados à formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de Educação Especial e Inclusão, nos âmbitos municipal, estadual e nacional;

Encaminhar e prestar orientações e esclarecimentos aos pais e/ou responsáveis legais, quando necessário, acerca dos protocolos de atendimento aos estudantes público da Educação Especial, respeitadas e considerando as atribuições das Instituições de Ensino;
Orientar e assessorar a organização e o funcionamento das SRM e CE, no que se refere às adaptações pedagógicas mais complexas e aos encaminhamentos educacionais necessários;
Normatizar e expedir documentos orientativos de natureza pedagógica, notas técnicas e protocolos que regulamentem procedimentos no âmbito do PEI/PAEE, Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolare demais instrumentos da Rede Municipal de Ensino;
Acionar e articular, junto aos setores internos da Secretaria Municipal de Educação, intervenções concomitantes e/ou compartilhadas nos casos relacionados à Educação Especial e à inclusão escolar;
Realizar o acompanhamento técnico-pedagógico do trabalho dos Profissionais de Apoio Escolar e dos Professores das SRM e CE, em articulação com as Equipes Diretivas das Instituições de Ensino;
Orientar quanto à elaboração e execução do PEI/PAEE e do Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar, juntamente com as Equipes Pedagógicas das Instituições de Ensino, favorecendo o trabalho coletivo e articulado entre os profissionais envolvidos;
Realizar mediações técnicas in loco, quando solicitado pelas Instituições de Ensino e/ou sempre que necessário ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, em articulação com os setores técnico-pedagógicos competentes;
Realizar avaliações psicoeducacionais de estudantes com barreiras no processo de ensino e aprendizagem da rede municipal de ensino;
Realizar análise técnica do Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar.

SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE GESTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI

Art. 8º Compete à Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, no âmbito do AEE e da Educação Especial:
Articulação intersetorial com os dispositivos da rede de saúde, assistência social, dentre outros, quando necessário;
Monitorar o acompanhamento de casos graves/complexos, bem como de articulações externas por meio de reuniões agendadas previamente com o Núcleo de Educação Especial;
Adquirir materiais, instrumentos de avaliação psicoeducacional, recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva para o público da educação especial e/ou do AEE;
Articular ações para a promoção de melhorias nas acessibilidades arquitetônica, comunicacional, digital e instrumental;
Articular ações com o Departamento de Transporte Escolar, a fim de auxiliar o acesso do público da educação especial à Instituição de Ensino, quando necessário;
Prestar esclarecimentos a órgãos judiciais, controle interno, controle externo, controle social e demais canais de comunicação oficiais da Secretaria Municipal de Educação.
Planejar, dimensionar e coordenar a alocação de recursos humanos e Profissionais de Apoio à inclusão escolar, observadas as diretrizes da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e do Decreto nº 12.686/2025, bem como a disponibilidade orçamentária.
Operacionalizar o suporte pedagógico e de acessibilidade, que poderá ocorrer por meio de programas de cooperação, convênios ou instrumentos administrativos próprios de provimento de pessoal, sob a estrita gestão e supervisão técnica do órgão central da educação municipal.
Monitorar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Especial, oferecendo suporte, quando necessário.

SEÇÃO II
DA PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

9º Conforme a Lei nº 13.935/2019, a Psicologia e o Serviço Social, no âmbito da Educação Especial, terão como atribuições:
Contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, com as equipes pedagógicas, garantir o direito à inclusão de todas as crianças e adolescentes;
Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
Auxiliar equipes da rede pública de Educação Básica no diálogo e cooperação entre a escola, o(a) estudante e a família;
Contribuir com a formação continuada em serviço de profissionais da Educação;
Promover ações voltadas à escolarização das pessoas com deficiência;
Propor articulação intersetorial no território, com vistas à integralidade de atendimento no município, o apoio às Unidades Educacionais e ao fortalecimento da Rede de Proteção Social;
Promover ações de acessibilidade;
Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, AEE;
Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
Realizar assessoria técnica com a gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões.
Parágrafo único: o(a) psicólogo(a), em situações específicas e bem demarcadas, poderá realizar avaliação psicológica que oriente as práticas pedagógicas requeridas.

SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE GESTÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art 10São atribuições da equipe de Gestão do Núcleo de Educação Especial:
Estabelecer diretrizes da Educação Especial no município, por meio da elaboração de instrumentais, como PEI/PAEE, Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar, dentre outros;
Promover formação continuada, por meio de palestras, oficinas, dentre outros, sobre temáticas relacionadas à Educação Especial à Equipe Pedagógica e Diretiva das Instituições de Ensino, bem como aos demais profissionais que se fizerem necessários;
Promover formação continuada, por meio de palestras, oficinas, dentre outros, sobre o preenchimento dos instrumentais elaborados pelo Núcleo de Educação Especial;
Elaborar, monitorar e extrair indicadores relacionados ao preenchimento do Mapa da Inclusão;
Realizar orientações técnicas às Instituições de Ensino em casos complexos;
Realizar visitas técnicas às Instituições de Ensino;
Articular a comunicação intersetorial, nos casos que houver necessidade;
Realizar orientações de adaptações pedagógicas mais complexas;
Sistematizar a elaboração de relatórios técnicos;
Orientar, assessorar e monitorar a organização e o funcionamento das SRM e CE;
Organizar seminários e simpósios temáticos da Educação Especial para as Instituições de Ensino.
Monitorar, em âmbito territorial, situações de violação do direito à educação especial e inclusiva articulando, quando necessário, os órgãos do sistema de garantia de direitos.
Fortalecer a comunidade escolar sobre a importância da educação especial e inclusiva.

Art. 11A equipe de Gestão do Núcleo de Educação Especial poderá ser acionada pela Assessora de Núcleo para prestar suporte pedagógico e emitir orientações técnicas em casos individuais de maior complexidade.
§1º O acionamento da equipe de Gestão somente ocorrerá após a aplicação e o esgotamento das etapas previstas no Checklist de Triagem da Educação Especial (Apêndice IX) por parte da Assessora de Núcleo.
§2º O Checklist de Triagem da Educação Especial visa nortear as ações da Assessora de Núcleo por meio de parâmetros orientadores,

não sendo obrigatória a sua anexação aos documentos entregues ao Núcleo de Educação Especial.
§3º Nos casos em que a demanda da Instituição de Ensino for de natureza comportamental, a Assessora de Núcleo disponibilizará a Ficha de Registro Comportamental (Apêndice X), cujo preenchimento caberá à Instituição de Ensino.

SEÇÃO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 12 A Avaliação Psicoeducacional de estudantes com barreiras no processo de ensino e aprendizagem da rede municipal de ensino será realizada pela equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial.

Art. 13São atribuições da equipe de Avaliação Psicoeducacional:
Realizar análise técnica do Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar;
Colaborar com o fortalecimento da comunicação na relação entre a instituição de ensino e a família, a partir de orientações claras sobre a importância dessa comunicação no processo de ensino-aprendizado de estudantes com barreiras neste processo;
Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos estudantes com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar, por meio das orientações fornecidas no relatório psicoeducacional;
Monitorar e solicitar formalmente a necessidade de aquisição de instrumentos formais e informais, materiais didático-pedagógicos e folhas de registros originais para execução, aplicabilidade e viabilidade das avaliações psicoeducacionais;
Prestar orientações e esclarecimentos aos pais e/ou responsáveis legais, quando necessário, acerca dos resultados da avaliação psicoeducacional e, quando pertinente, aos protocolos de atendimento de avaliação psicoeducacional, bem como as deliberações da análise dos estudos de casos para indicação de Profissional de Apoio Escolar;
Orientar a equipe escolar e aos pais e/ou responsáveis legais do(a) estudante sobre a organização e o funcionamento das SRM e CE, bem como no que se refere às adaptações pedagógicas mais complexas e aos encaminhamentos educacionais necessários dos estudantes avaliados;
Orientar quanto à elaboração e execução do PEI/PAEE e do Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar, juntamente com as Equipes Pedagógicas das Instituições de Ensino, favorecendo o trabalho coletivo e articulado entre os profissionais envolvidos, quando houver demanda espontânea sobre dúvidas da equipe escolar ou pais e/ou responsáveis legais;
Realizar mediações técnicas *in loco*quando necessário e/ou pertinente ao processo de avaliação psicoeducacional:
Observação do(a) estudante no ambiente escolar;
Aplicação de instrumentos avaliativos com a equipe diretiva e/ou professores;
Devolutivas de avaliações psicoeducacionais.
IX. Realizar o encaminhamento dos estudantes, após a avaliação psicoeducacional, à CE, SRM, Escola de Atendimento Especializado e/ou outros atendimentos especializados ou da rede intersetorial, de acordo com as especificidades de cada caso;
X. Orientar os pais e/ou responsáveis legais do(a) estudante sobre os encaminhamentos realizados ao término do processo de avaliação psicoeducacional, bem como da importância da execução dos mesmos.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL

Art. 14 Para ser público da Avaliação Psicoeducacional de Escola ou de CMEI, o(a)estudante precisa estar regularmente matriculado em uma instituição da Rede Municipal de Ensino de Sarandi.

Art. 15 A Avaliação Psicoeducacional constitui a via oficial de encaminhamento à CE, SRM e demais atendimentos especializados, sendo realizada, exclusivamente, mediante abertura dos fluxos de Avaliação Psicoeducacional pelas Escolas e pelos CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Sarandi.
§1º As Avaliações Psicoeducacionais das Escolas e dos CMEIS apresentam especificidades que variam de acordo com a etapa de desenvolvimento do(a)estudante.
§2º O(a) estudante será encaminhado para Avaliação Psicoeducacional pelas Escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino quando, após a elaboração e aplicação do PEI/PAEE por pelo menos três meses, os recursos ofertados no ambiente escolar tenham sido insuficientes para sanar as dificuldades de ensino e aprendizagem do(a) estudante.
§3º A abertura do Fluxo de Avaliação Psicoeducacional não exime a Instituição de Ensino de continuar realizando as adaptações pedagógicas necessárias ao desenvolvimento dos estudantes que enfrentam barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
§4º É vedado o encaminhamento direto ou a solicitação de Avaliação Psicoeducacional por parte de profissionais de saúde, serviços médicos externos ou outras Secretarias Municipais, cabendo a abertura do fluxo exclusivamente à Equipe Pedagógica da Unidade Escolar em que o estudante está matriculado.

Art. 16 A Avaliação Psicoeducacional para Escolas e CMEIs constitui um processo integrado e sistemático, destinado à compreensão ampla das necessidades dos estudantes que apresentem indicativos de atraso no neurodesenvolvimento ou prejuízos significativos no processo de ensino e aprendizagem.
Parágrafo único. A emissão de relatórios psicoeducacionais decorrentes da avaliação conterá orientações, indicativos funcionais e encaminhamentos pedagógicos, não substituindo laudos diagnósticos clínicos exigidos por serviços externos de saúde.

Art. 17A aplicação de testes, de uso exclusivo de psicólogos, poderá ocorrer durante o processo de Avaliação Psicoeducacional quando, em discussão de caso, os(as) técnicos(as) da equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial, encontrarem a necessidade.

Art. 18 Os encaminhamentos para Avaliação Psicoeducacional serão analisados observando-se a sequência de abertura do fluxo.
§ 1º A análise, o agendamento e a realização das avaliações somente ocorrerão após o recebimento e a conferência da documentação completa, conforme estabelecido no fluxo desta Instrução Normativa (Art. 23 e 25).
§ 2º As datas de início dos agendamentos serão definidas de acordo com a disponibilidade da equipe de Avaliação Psicoeducacional.

Art. 19O número de vagas para as Avaliações Psicoeducacionais é limitado conforme a capacidade técnica e operacional da equipe.
Parágrafo único.A aplicação de testes de uso exclusivo de psicólogos, quando identificada a necessidade, ficará condicionada à quantidade de testes disponíveis e/ou à capacidade de compra e fornecimento por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 20 As Avaliações Psicoeducacionais de Escolas e CMEIs, realizadas pela equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial, não possuem caráter de retenção ou aprovação, portanto, não serão utilizadas para fins de promoção, progressão ou permanência escolar.

Art. 21 As Avaliações Psicoeducacionais de Escolas e CMEIs, realizadas pela equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial, estão atreladas diretamente à análise do contexto escolar. Portanto, *não têm finalidade diagnóstica*e não constituem instrumento de elaboração, confirmação ou fechamento de diagnóstico clínico.
§1º A necessidade de Avaliação Psicoeducacional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi decorre, essencialmente, de prejuízos identificados no processo de ensino e aprendizagem, não estando condicionada ou vinculada a solicitações médicas.
§2º As solicitações médicas serão consideradas e analisadas pela equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial segundo critérios pedagógicos, com o propósito de direcionar os encaminhamentos necessários ao desenvolvimento e aprendizado do(a) estudante.

Art. 22O primeiro atendimento a ser realizado com os pais e/ou responsáveis legais no processo de Avaliação Psicoeducacional de Escolas e CMEIs, poderá ser reagendado uma única vez mediante solicitação prévia, desde que realizada até 24 horas antes da data agendada e dentro da disponibilidade de horários da equipe de Avaliação Psicoeducacional.
§1º A ausência de aviso prévio do não comparecimento no primeiro atendimento do processo de Avaliação Psicoeducacional resultará na perda da vaga, devendo o processo ser reiniciado mediante nova solicitação.
§2º Após assinado o contrato, o não comparecimento injustificado do(a)estudante à Avaliação Psicoeducacional designada, após a ocorrência de 2 (duas) faltas, sejam elas consecutivas ou alternadas, ensejará na perda do direito ao atendimento do agendamento vigente, devendo o processo ser reiniciado mediante nova solicitação, observados os critérios de conveniência e disponibilidade da equipe avaliadora.
§3º Nos casos referidos no §1º e §2º do Art. 21, o técnico responsável pelo processo de Avaliação Psicoeducacional emitirá um documento formalizando a perda da vaga do(a)estudante à Instituição de Ensino.

Art. 23 Constitui o Fluxo de Avaliação Psicoeducacional das Escolas:
Observação do(a)estudante, elaboração e aplicação do PEI/PAEE pela equipe escolar durante o período mínimo de 3 meses;
Encaminhamento de Ofício (Apêndice XI) junto com o PEI/PAEE para a Assessora Pedagógica de Núcleo para abertura de Fluxo de Avaliação Psicoeducacional.
Triagem dos casos encaminhados realizada pela Assessora Pedagógica de Núcleo, por meio do Checklist (Apêndice IX);
Preenchimento do formulário de inserção do(a)estudante da lista de Avaliação Psicoeducacional em conjunto com a Assessora de Núcleo;
Realização da Avaliação Psicoeducacional;
Discussão do processo avaliativo com a participação de ao menos um(a) psicopedagogo(a) e um(a) psicólogo(a) da equipe de Avaliação Psicoeducacional para conclusão e/ou direcionamento do caso;
Após a discussão do processo avaliativo, caso seja compreendida pelos(as) técnicos(as) da equipe de Avaliação Psicoeducacional a necessidade de complementação da avaliação por meio de instrumentos formais da psicologia, estes serão realizados com a única finalidade de endossar os encaminhamentos e as orientações dos processos de ensino-aprendizagem do(a) estudante.
Elaboração de Relatório de Avaliação Psicoeducacional e apêndices;
Elaboração de carta de matrícula para SRM ou CE ou elaboração de ofício de encaminhamento para Escola Especializada, se necessário;
Encaminhamento, para o Conselho Municipal de Educação, de todas as cópias do Relatório de Avaliação Psicoeducacional visando a aprovação, conforme a Deliberação 03/2014.

Art. 24 Constitui o público da Avaliação Psicoeducacional de CMEIs a criança que atenda cumulativamente aos seguintes critérios:
Estar regularmente matriculada no Infantil IV e V;
Apresentar sinais indicativos de atraso no neurodesenvolvimento e/ou prejuízos significativos no processo de aprendizagem, devidamente observados e registrados pela equipe pedagógica da Instituição de Ensino de origem.

Art. 25 Constitui o Fluxo de Avaliação Psicoeducacional dos CMEIs:
Observação do(a)estudante, elaboração e aplicação do PEI/PAEE pela equipe escolar durante o período mínimo de 3 meses;
Encaminhamento de Ofício (ApêndiceXI) junto com o PEI/PAEE para a Assessora Pedagógica de Núcleo para abertura de Fluxo de Avaliação Psicoeducacional;
Triagem dos casos encaminhados realizada pela Assessora Pedagógica de Núcleo, por meio do Checklist (ApêndiceIX);
Preenchimento do formulário de inserção do(a)estudante da lista de Avaliação Psicoeducacional em conjunto com a Assessora de Núcleo;
Realização da Avaliação Psicoeducacional por meio de instrumentos adequados para a faixa etária;
a) Preenchimento do Formulário Inicial de Avaliação do Desenvolvimento Infantil, encaminhado pela equipe de Avaliação Psicoeducacional ao CMEI.
b) Análise do Formulário pela equipe de Avaliação Psicoeducacional.
Elaboração de Relatório de Avaliação Psicoeducacional e apêndices;
Elaboração de carta de matrícula para SRM ou elaboração de ofício de encaminhamento para Escola Especializada, se necessário;
Encaminhamento, para o Conselho Municipal de Educação, de todas as cópias do Relatório de Avaliação Psicoeducacional visando a aprovação, conforme a Deliberação 03/2014.

Art. 26 Os resultados finais da Avaliação Psicoeducacional serão disponibilizados para as Assessoras Pedagógicas de Núcleo, da Secretaria Municipal de Educação, por meio do Relatório de Avaliação Psicoeducacional.
§1º No Relatório de Avaliação Psicoeducacional serão apresentadas as orientações à equipe da Instituição de Ensino sobre estratégias de intervenção pedagógica e/ou encaminhamentos à SRM, CE ou Escola Especializada. Se necessário, serão emitidos encaminhamentos a outros serviços especializados.
§2º O Relatório de Avaliação Psicoeducacional será disponibilizado em 5 (cinco) cópias físicas, sendo: 1 cópia para os responsáveis pelo(a)estudante; 1 cópia para a instituição de ensino; 1 cópia para os serviços encaminhados; 1 cópia para o Conselho Municipal de Educação; e 1 cópia protocolada pelos responsáveis, pela equipe escolar e/ou pela assessora, que será arquivada na Secretaria Municipal de Educação, no Núcleo da Educação Especial.
§3º Havendo encaminhamento do(a)estudante para SRM ou CE, a carta de matrícula será emitida pela equipe de Avaliação Psicoeducacional e entregue à Instituição de Ensino por intermédio da Assessora de Núcleo.
§4º Nos casos de encaminhamento à SRM ou CE, competirá à Instituição de Ensino notificar formalmente a equipe de Gestão do Núcleo de Educação Especial sobre eventuais recusas de matrícula por parte dos responsáveis legais, desligamentos, transferências e/ou reclassificações do(a)estudante, devendo cada situação ser registrada em ata e arquivada na pasta do(a)estudante.
§5º Fica facultativo à equipe de Avaliação Psicoeducacional a devolutiva presencial aos responsáveis pelo(a) estudante e à Instituição de Ensino, junto à Assessora Pedagógica de Núcleo.

Art. 27 Ao final de todo o processo avaliativo, para controle e planejamento será realizado o registro e arquivamento dos casos avaliados em planilhas de registros internos.

Art. 28 As situações excepcionais serão analisadas pela Equipe Gestora da Secretaria de Educação do Município de Sarandi, em conjunto com o Núcleo de Educação Especial.

Art. 29 Todos os procedimentos deverão seguir os princípios éticos das profissões envolvidas, respeitando:
Código de Ética Profissional do Psicólogo;
Código de Ética da Psicopedagogia;
Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
Parecer CNE/CP nº 50/2023;
Deliberação Municipal 03/2014;
Lei nº 12.686/2025 (Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva);
Referências Técnicas e Resoluções para atuação de psicólogas(os) na educação básica - Conselho Federal de Psicologia
Demais diretrizes do Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi.
Parágrafo único. Todos os dados obtidos durante o processo avaliativo são confidenciais e de uso exclusivo da equipe de Avaliação Psicoeducacional, devendo ser compartilhados apenas com os profissionais diretamente envolvidos no processo educacional do(a)estudante.

CAPÍTULO IV
DA MATRÍCULA, FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Art. 30 Compete ao Núcleo de Educação Especial responder pelos procedimentos relativos à instrução e elaboração da carta de matrícula, bem como o acompanhamento das matrículas, rematrículas

e transferências, em articulação com as Instituições de Ensino da Rede Municipal.
§ 1º Caberá ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi, a validação e o acompanhamento dos trâmites legais relacionados aos processos de matrícula, rematrícula e transferência.
§ 2º Tratando-se de transferência de estudante oriundo de outro município, cuja matrícula em SRM ou CE já esteja ativa, dispensa-se a submissão a novo processo avaliativo, competindo ao Núcleo de Educação Especial exclusivamente a emissão da carta de matrícula.
§ 3º A efetivação da matrícula deverá ser realizada pela Instituição de Ensino, em conjunto com a família.

Art. 31A matrícula do(a) estudante com deficiência na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental não está condicionada à prévia disponibilização de Profissional de Apoio Escolar, de serviços especializados ou de qualquer outro apoio à escolarização.

Art. 32 Todos os profissionais que atuam no contexto da Instituição de Ensino são corresponsáveis pelo processo de inclusão e pelo atendimento educacional do(a) estudante com deficiência, no âmbito de suas atribuições funcionais.

Art. 33A responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem do(a) estudante com deficiência é dos professores regentes das turmas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, bem como dos educadores das turmas da Educação Infantil, com o apoio da Equipe Pedagógica e da Equipe Diretiva das Instituições de Ensino.

Art. 34A frequência escolar dos estudantes com deficiência será acompanhada pela Instituição de Ensino, nos termos do respectivo Regimento Escolar e das normas do sistema de ensino, observando-se:
A exigência de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para fins de aprovação no Ensino Fundamental;
A exigência de frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de dias letivos, contados a partir da matrícula, para os estudantes da Educação Infantil, sem que tal percentual constitua impedimento ao prosseguimento da escolarização.

SEÇÃO I
DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E CLASSE ESPECIAL

Art. 35 A SRM e a CE constituemespaços físicos localizados em escola regular, organizados com equipamentos, materiais didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, destinados à oferta do AEE.

Art. 36 O atendimento e a organização da SRM e da CE devem ser realizados conforme as orientações dos seguintes atos administrativos normativos:
Instrução nº 03/2004 - SUED/SEED-PR.
Instrução Normativa nº 16/2011-SEED/SUED.
Deliberação nº 03/2014-CME/Sarandi.
instrução nº 03/2024-DEDUC/SEED-PR.
Deliberação nº 02/2025-CMES/PR/CP.

Art. 37 O planejamento da SRM e da CE deve ser realizado pelo(a) professor(a) especialista, pautado na Proposta Curricular vigente, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, respeitando as especificidades e individualidades de cada estudante público-alvo do AEE.

Art. 38 Conforme o Art. 22 da Deliberação nº 02/2025-CMES/PR/CP, o AEE em CE será direcionado a estudantes com Deficiência Intelectual de Moderada a Severa.
Parágrafo único.O encaminhamento para o AEE será realizado conforme posto no §1º do Art. 26 desta Instrução Normativa.

Art. 39 O processo de reclassificação de estudantes da CE deverá ser realizado nos casos em que o(a) professor especialista, juntamente com a coordenação pedagógica, identificarem que houve evolução do desenvolvimento e da aprendizagem do(a) estudante, sendo possível o seu retorno ao ensino regular.

Parágrafo único.O processo de reclassificação deverá ser realizado conforme a Deliberação nº 03/2014

Art. 40 O AEE em SRM não está condicionado a diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde, sendo oferecido mediante o resultado da Avaliação Psicoeducacional realizada pela equipe do Núcleo de Educação Especial.

Art. 41 Conforme a Instrução Normativa nº 16/2011-SEED/SUED, o desligamento da SRM em virtude de bom desenvolvimento pedagógico do(a)estudante deverá ser conduzido pela Instituição de Ensino da SRM.
§1º De acordo com o tópico 4.7, letra c, da Instrução Normativa nº 16/2011-SEED/SUED, o desligamento do(a)estudante deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo(a)professor(a)especialista, juntamente com a equipe pedagógica, devendo ficar arquivado na pasta individual do(a)estudante.
§2º O desligamento deverá ser notificado para:
Os responsáveis legais, com registro em ata escolar.
À Instituição de Ensino regular na qual o(a)estudante está matriculado.
À equipe de Gestão do Núcleo de Educação Especial.

Art. 42 Em caso de infrequência do(a) estudante na SRM, a Instituição de Ensino deverá proceder com a convocação familiar, orientando os responsáveis sobre a importância da assiduidade no atendimento e que faltas contínuas poderão resultar na perda da vaga.
§1º A orientação deverá ser formalizada em Ata.
§2º Havendo manifestação expressa dos responsáveis legais pelo desligamento da SRM, o procedimento será efetuado mediante registro em Ata e comunicação ao Núcleo de Educação Especial.
§3ºEm casos de ausências injustificadas por 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) alternadas, a Instituição de Ensino poderá proceder com o desligamento do(a) estudante, devendo notificar formalmente a família, registrar a ação em Ata e comunicá-la ao Núcleo de Educação Especial.

Art. 43 A recusa dos responsáveis legais pela frequência na SRM, CE ou pelo encaminhamento a escolas especializadas não exigirá nova Avaliação Psicoeducacional, podendo a família manifestar o interesse na adesão aos serviços a qualquer momento.

CAPÍTULO V
DO MAPA DA INCLUSÃO E DO PEI/PAEE

Art. 44 Cada Instituição de Ensino da Rede Municipal de Sarandi deverá manter atualizado, sob responsabilidade da secretaria da Instituição de Ensino, a planilha do Mapa da Inclusão, contendo informações sobre o público da Educação Especial.
§1º O Mapa da Inclusão deverá ser atualizado sempre que houver alteração nas informações do(a) estudante, conforme orientações do Núcleo de Educação Especial.
§2º As informações constantes no Mapa da Inclusão deverão observar os princípios da necessidade, finalidade e segurança, com acesso restrito aos profissionais que delas necessitem para o cumprimento de atribuições pedagógicas, administrativas e de proteção do(a) estudante, nos termos da LGPD (Lei nº 13.709/2018).
§3º O registro de CID e/ou hipótese diagnóstica, quando existente, terá finalidade exclusivamente educacional e de organização de apoio, sendo vedada a divulgação a terceiros e a inserção de informações não pertinentes ao processo escolar, sob pena de responsabilização civil e criminal.
§4º A Instituição de Ensino deverá adotar procedimentos internos de guarda, sigilo e controle de acesso aos documentos e sistemas que contenham dados pessoais sensíveis.

Art. 45O PEI/PAEE constitui instrumento obrigatório de planejamento pedagógico para estudantes públicos da Educação Especial, devendo orientar as práticas pedagógicas no ensino comum e no AEE.

Art. 46 Os modelos de PEI/PAEE adotados pela Rede Municipal de Ensino de Sarandi constam nos Apêndices I a III desta Instrução Normativa, organizados conforme etapa de ensino do(a) estudante.

§1º Os Apêndices referidos no caput compreendem instrumentos de planejamento, acompanhamento, avaliação e registro do processo educacional do(a) estudante.
§ 2º Os modelos constantes nos Apêndices possuem caráter orientativo e padronizador, sendo de uso obrigatório pelas Instituições de Ensino, sem prejuízo das adequações pedagógicas necessárias, respeitadas as especificidades e potencialidades do(a) estudante.
§ 3º O PEI/PAEE deverá subsidiar o Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar, o atendimento no AEE e a análise da necessidade de Profissional de Apoio Escolar, quando couber.

CAPÍTULO VI
DO ESTUDO DE CASO PARA INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 47 A Rede Municipal de Ensino de Sarandi adota o Estudo de Caso como instrumento pedagógico e administrativo para a análise da necessidade de disponibilização de Profissional de Apoio Escolar, conforme modelos constantes nos Apêndices VI e VII desta Instrução Normativa, organizados por etapa de ensino.

Art. 48 É obrigatória, por parte da Instituição de Ensino, a organização e a realização do planejamento para levantamento sistematizado de informações pedagógicas, registros de acompanhamento, estratégias já adotadas e necessidades observadas, com a finalidade de subsidiar o Estudo de Caso para Profissional de Apoio Escolar, quando identificado(a) estudante que apresente *dificuldades persistentes*no contexto da educação básica.
§ 1º O planejamento do Estudo de Caso para Profissional de Apoio Escolar deverá ser realizado após esgotadas as adaptações previstas no PEI/PAEE, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva vigente.
§ 2º Os casos que demandem Profissional de Apoio Escolar, Recursos Pedagógicos à Escolarização, Materiais de Apoio e Mobiliário Adaptado destinados ao público desta Instrução Normativa, deverão estar devidamente sistematizados no Estudo de Caso para Profissional de Apoio Escolar e integrar o PEI/PAEE, podendo ser utilizados relatórios e pareceres técnicos de profissionais com atribuições legais, respeitada a autonomia pedagógica da rede municipal de ensino.

Art. 49O Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolarpossui natureza pedagógica e administrativa, destinando-se à análise das barreiras educacionais, das necessidades de apoio e das estratégias de escolarização do(a) estudante, não se configurando como instrumento diagnóstico clínico ou pericial.
Parágrafo único.A indicação ou não do(a) Profissional de Apoio Escolar deverá considerar o conjunto das informações pedagógicas, funcionais e contextuais do(a) estudante, à luz do princípio da razoabilidade, da proporcionalidade e da autonomia pedagógica da Rede Municipal de Ensino.

Art. 50 Os Estudos de Caso deverão ser submetidos à apreciação da equipe de Avaliação Psicoeducacional do Núcleo de Educação Especial.
Parágrafo único. O parecer da equipe de Avaliação Psicoeducacional é pautado em análises técnicas e científicas, considerando o campo de atuação de cada área e as regulamentações de cada categoria profissional.

Art. 51 Terá o direito à análise por meio de Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar os estudantes público da Educação Especial, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), o Parecer CNE/CP nº 50/2023 e o Decreto nº 12.686/2025, a saber:
Estudantes com deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla;
Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
Estudantes com altas habilidades ou superdotação, quando houver indicação pedagógica fundamentada;
Estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento ou outras condições, desde que comprovada, por laudos e pareceres técnicos, a necessidade de apoio sistemático para a superação de barreiras e garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem.
Parágrafo único. Situações excepcionais referentes a estudantes público-alvo do AEE serão apreciadas e decididas internamente pelo setor responsável.

Art. 52A metodologia de análise para a avaliação da necessidade de disponibilização do(a)Profissional de Apoio Escolar poderá contemplar:
O encaminhamento do instrumento do Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolar pela Instituição de Ensino, será realizado via Ofício e acompanhado do PEI, devendo ser entregue para a Assessora Pedagógica de Núcleo, conforme previsão da Instrução Normativa vigente;
Agendamento, pela equipe avaliadora, de reunião com a equipe pedagógica da Instituição de Ensino;
Se necessário, realização de visita à Instituição de Ensino para observação do(a)estudante e diálogo com os profissionais;
Elaboração do Parecer Final em 4 (quatro) cópias, sendo: uma para a instituição de ensino, uma para os responsáveis legais, uma para o Conselho Municipal de Educação e uma para ser arquivada no Núcleo de Educação Especial;
Encaminhamento para o Conselho Municipal de Educação, de todas as cópias do Parecer Final, visando a aprovação, conforme a Deliberação 03/2014;
Encaminhamento do Parecer Final, de forma física, via Assessora Pedagógica de Núcleo, mediante confirmação do recebimento via protocolo ao representante da Equipe Diretiva da Instituição de Ensino. Fica sob responsabilidade da instituição de ensino a disponibilização do documento e a ata de devolutiva à família.

Art. 53 Ao deliberar pela disponibilidade do(a)Profissional de Apoio Escolar, compete ao CMEI/Escola enviar ofício à Divisão de Recursos Humanos, que realizará a organização dos dados dos estudantes em planilhas e as demais providências necessárias.
Parágrafo único. Não compete ao Núcleo da Educação Especial a contratação, tampouco a designação de Profissionais de Apoio.

Art. 54O Parecer Final poderá ser discutido com os representantes do Núcleo de Educação Especial e da Equipe Diretiva da Secretaria de Educação, no casos de divergências ou situações excepcionais a seguir:
Discordância entre os profissionais da equipe de Avaliação Psicoeducacional e das Instituições de Ensino;
Condições específicas da turma na qual o(a)estudante está matriculado;
Casos envolvendo o Conselho Tutelar e/ou o Sistema de Justiça;
Casos que a equipe avaliadora e/ou direção da Secretaria Municipal de Educação julgue necessário.

Art. 55 Os estudantes que frequentam Classes Especiais, em razão da especificidade do atendimento ofertado, não farão jus, como regra, ao serviço de Profissional de Apoio Escolar, considerando que a organização dessas ofertas contempla suporte especializado contínuo.
Parágrafo único. Situações excepcionais, devidamente fundamentadas por Estudo de Caso para indicação de Profissional de Apoio Escolare por razões de segurança, saúde e integridade do(a) estudante, poderão ser analisadas pelo Núcleo de Educação Especial, em articulação com a Instituição de Ensino.

SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 56 A deliberação quanto ao Profissional de Apoio Escolar observará o direito da criança e do adolescente e a superação de suas barreiras funcionais e de aprendizagem, devendo a atuação desse profissional restringir-se ao âmbito pedagógico e de acessibilidade, em conformidade com as finalidades educacionais da instituição de ensino.

Art. 57A atuação do(a) Profissional de Apoio Escolar deverá ocorrer em consonância com o planejamento da turma, com o PEI/PAEE e com as orientações do AEE, conforme suas atribuições.

Art. 58O(a) Profissional de Apoio Escolar deverá ter formação inicial de, no mínimo, nível médio e formação específica com carga horária de, no mínimo, 180h, conforme o Decreto nº 12.773/2025.

Art. 59 Os Profissionais de Apoio Escolar atuarão em atividades de apoio e monitoramento escolar, exercendo funções operacionais e de suporte às rotinas pedagógicas e administrativas das instituições de ensino da rede municipal.

Art. 60 As atribuições dos Profissionais de Apoio Escolar incluem:
Higiene: realizar trocas, asseio e cuidados pessoais, assegurando respeito, privacidade e sigilo;
Alimentação: auxiliar na oferta de alimentos, utensílios e segurança alimentar, incentivando a autonomia progressiva;
Locomoção: acompanhar deslocamentos internos e externos, prevenindo riscos e promovendo segurança física;
Participação social: favorecendo a participação do(a) estudante nas atividades escolares, sem substituir sua autonomia nem a função docente, atuando de forma colaborativa e sob orientação da equipe pedagógica;
Comunicação: colaborar com a família nos repasses formais, sempre com acompanhamento da equipe pedagógica e diretiva, com registro em ata.
Tecnologia assistiva: atuar no apoio ao uso da tecnologia assistiva, recursos de acessibilidade e demais recursos indicados no âmbito do PEI/PAEE, de modo a favorecer o convívio entre os pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços de ensino.
§ 1º Além das atribuições mencionadas acima, os Profissionais de Apoio Escolar deverão participar de formações e reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Instituição de Ensino, conforme convocação.
§ 2º O(a) Profissional de Apoio Escolar atuará sob orientação da equipe pedagógica e diretiva da Instituição de Ensino, em articulação com o(a) professor(a) regente e demais profissionais envolvidos no atendimento ao estudante.
§ 3º O trabalho do(a) Profissional de Apoio Escolar subordina-se ao planejamento pedagógico e deve ser realizado sob orientação da equipe pedagógica.
§ 4º As atribuições do(a) Profissional de Apoio Escolar não se confundem com aquelas de caráter docente, que devem estar sob responsabilidade de professores e demais membros da equipe pedagógica.

Art. 61O(a) Profissional de Apoio Escolar poderá atender mais de um estudante, simultânea ou alternadamente, observada a compatibilidade das dificuldades identificadas no Estudo de Caso para Profissional de Apoio Escolar, respeitado preferencialmente o limite máximo de até três estudantes por profissional.
Parágrafo único. O direito ao Profissional de Apoio Escolar não assegura ao estudante ou à sua família a designação de profissional específico, nem gera direito à exclusividade ou atendimento em caráter exclusivo, cabendo à Instituição de Ensino a organização e eventual rodízio dos profissionais, conforme critérios técnicos e administrativos, bem como o interesse público.

Art. 62É vedado ao Profissional de Apoio Escolar divulgar imagens, informações, registros ou conteúdos referentes ao estudante ou à Instituição de Ensino sem autorização expressa (por escrito) da família e da equipe gestora, observados os princípios da ética profissional e da proteção integral.
Parágrafo único.A comunicação com a família deverá ser realizada sempre com anuência do(a) professor(a) regente e em conjunto com a Equipe Diretiva da Instituição de Ensino, devendo ser documentada.

Art. 63O acompanhamento da necessidade do(a)Profissional de Apoio Escolar será de responsabilidade da Instituição de Ensino que deverá, anualmente, ao final do último trimestre e antes do Conselho de Classe, manifestar-se quanto à continuidade ou não desse atendimento.
Parágrafo único. Essa análise deverá ser realizada com base no PEI/PAEE e registrada na documentação escolar do(a)estudante, com cópia encaminhada via Ofício ao Núcleo de Educação Especial, conforme disposto na Instrução Normativa vigente.

CAPÍTULO VII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS
Art. 64 As solicitações previstas nesta Instrução Normativa deverão ser protocoladas pela Instituição de Ensino e encaminhadas aos setores competentes da Secretaria Municipal de Educação, que deverá acusar o recebimento e prestar informações quanto a tramitação e as eventuais pendências, observados os fluxos internos, os critérios técnicos e a disponibilidade administrativa.
Parágrafo único.A ausência de manifestação imediata não implica deferimento tácito nem gera direito automático à concessão do pedido, devendo a análise observar os critérios técnicos, pedagógicos e administrativos aplicáveis.

Art. 65 Os casos excepcionais serão analisados pelo Núcleo de Educação Especial em articulação com a Instituição de Ensino envolvida, à luz da legislação vigente, das normas do Sistema Municipal de Ensino e dos princípios da educação inclusiva, com registro formal da decisão.

Art. 66 Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 67 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 27 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Secretaria Municipal de Educação
Decreto nº 1201/2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:02EED108

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

DESCRIÇÃO DO DANO:
- TERRENO COM MATO E/OU VEGETAÇÃO;
INCISO III, ART. 5º DA LEI 1650/2009
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMA ADEQUADAS A SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
ART. 34, 35, 36 DO DECRETO Nº 1314/2011
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO. É PROIBIDA A DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 35 - NOS LOTES NÃO EDIFICADOS, CABERÁ AOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS PROCEDER PERIODICAMENTE À RESPECTIVA LIMPEZA, DE MODO A EVITAR O APARECIMENTO DE MATAGAIS, SUSCEPTÍVEIS A AFETAREM DE AFETAREM A SALUBRIDADE DOS LOCAIS OU PROVOCAREM RISCOS DE INCÊNDIOS.
ART. 36 - SEMPRE QUE OS SERVIÇOS MUNICIPAIS ENTENDAM EXISTIR PERIGO DE SALUBRIDADE, OS PROPRIETÁRIOS OU USUFRUTUÁRIOS DE TERRENOS ONDE SE ENCONTREM LIXOS, DETRITOS OU ENTULHOS, MESMO QUE DEPOSITADOS ABUSIVAMENTE POR TERCEIROS, OU COBERTOS DE MATO OU VEGETAÇÃO, SERÃO NOTIFICADOS A LIMPA-LOS.
ART. 13 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
PARA PRESERVAR A ESTÉTICA E A HIGIENE PÚBLICA É PROIBIDO:
INC. I - MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO INDEVIDA;
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"MANTER TERRENOS BALDIOS OU NÃO, COM DETRITOS OU VEGETAÇÃO ALTA;"
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI 1650/2009-ART. 5º, INC.III-LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022-ART. 13, INC.I-REGULAMENTADO DECRETO 1012/2022-ART.8º.

O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

INFRATOR: FRANCISCO ANTONIO DA COSTA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 645 - 20/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA CRISTOVÃO COLOMBO, 117
QUADRA: 5 LOTE: 1
JD. NOVO PANORAMA - SARANDI-PR

INFRATOR: APARECIDA ROSA ROLIM
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 560 - 01/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA FRANCISCO SILVEIRA ROCHA, 130
QUADRA: 29 LOTE: 26
PQ. ALVAMAR - SARANDI-PR

INFRATOR: SERGIO MORESCHI OLIVEIRA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 559 - 01/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA ADOLPHO BONDEZAN, 813
QUADRA: 37LOTE: 2
JD. RIO DE JANEIRO - SARANDI-PR

INFRATOR: SERGIO MORESCHI OLIVEIRA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 558 - 01/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA ADOLPHO BONDEZAN, 799
QUADRA: 37LOTE: 1
JD. RIO DE JANEIRO - SARANDI-PR

INFRATOR: SERGIO MORESCHI OLIVEIRA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 555 - 01/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA MARIA MARTA MARQUES DE OLIVEIRA, 772
QUADRA: 37LOTE: 7
JD. RIO DE JANEIRO - SARANDI-PR

INFRATOR: SERGIO MORESCHI OLIVEIRA
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 554 - 01/07/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA MARIA MARTA MARQUES DE OLIVEIRA, 786
QUADRA: 37LOTE: 6
JD. RIO DE JANEIRO - SARANDI-PR

INFRATOR: DEOLICE PIRES
AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 550 - 26/06/2026
LOCALIDADE DO DANO: RUA PONTA PORÃ, 2160
QUADRA: 164 LOTE: B-12
GLEBA PATRIMÔNIO SARANDI - SARANDI-PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:79AD4760

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 508 - 18/06/2026
DATA DA LAVRATURA: 22/06/2026
INFRATOR: SAVIAN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
LOCALIDADE DO DANO: NO FINAL DA RUA APARECIDA DE FÁTIMA MACHADO DE SOUZA
JD. DOS IPÊS
SARANDI/PR
DESCRIÇÃO DO DANO:
DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO NO LOGRADOURO PÚBLICO NO FINAL DA RUA APARECIDA DE FÁTIMA MACHADO DE SOUZA, CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA GEMINADA NO NÚMERO 367, JD. DOS IPÊS, SARANDI/PR.
LEI 1650/2009 ART. 5°, INCISO III
ART. 5° PARA O ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
INCISO III - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADOS DE FORMAS ADEQUADAS À SAÚDE PÚBLICA E À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.
DECRETO N° 1314/2011,
ART. 34 - NOS TERRENOS, EDIFICADOS OU NÃO, É PROIBIDA A DEPOSIÇÃODE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESIGNADAMENTE LIXOS, ENTULHOS, DETRITOS E OUTROS.
ART. 43 § 2° - OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OS RESÍDUOS VOLUMOSOS, BEM COMO OUTROS TIPOS DE RESÍDUOS URBANOS, NÃO PODERÃO SER DISPOSTOS EM ÁREAS DE “BOTA FORA”, ENCOSTAS, CORPO D’ÁGUA, LOTES VAGOS, EM PASSEIOS, VIAS E OUTRAS ÁREAS PÚBLICAS OU PARTICULARES E EM ÁREAS PROTEGIDAS POR LEI.
ART. 52 PARÁGRAFO ÚNICO - O PAGAMENTO DA MULTA NÃO ELIDE A IRREGULARIDADE, FICANDO O INFRATOR OBRIGADO A REGULARIZAR A SITUAÇÃO OU REPARAR OU DANOS CAUSADOS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NESTE REGULAMENTO.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:896D0850

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 511 - 23/06/2026
DATA DA LAVRATURA: 24/06/2026
INFRATOR: JAQUELINE VIEIRA DA SILVA SANTOS SALVALAGIO
LOCALIDADE DO DANO: RUA MARCELO ARAUJO BRITO, Nº 90 B
QUADRA: 77 LOTE: 4
LOTEAMENTO ECOVALLEY - SARANDI/PR.
DESCRIÇÃO DO DANO: PODA DRÁSTICA DE 1 (UMA) ÁRVORE - LEI Nº 3.049/2024:
ART. 4º PARA EFEITOS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR:
XXVII - PODA DRÁSTICA: CORTE DE MAIS DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO TOTAL DA MASSA VERDE DA COPA OU O CORTE DA PARTE SUPERIOR DA COPA, ELIMINANDO A GEMA APICAL, OU O CORTE DE SOMENTE UM LADO DA COPA, OCASIONANDO O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DA ÁRVORE;
ART. 43. OS TIPOS DE PODAS ADOTADOS NO MUNICÍPIO ESTÃO DE ACORDO COM A ABNT NBR 12.246-1/2013 E SÃO DIVIDIDOS EM:
§ 2º A ADOÇÃO DE PODA DRÁSTICA, SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, CONSTITUI INFRAÇÃO A ESTE CÓDIGO.
ART. 78. AO INFRATOR SERÃO APLICADAS PENALIDADES NA SEGUINTE ORDEM:
III - PROMOVER PODA DRÁSICA EM QUALQUER ESPÉCIE VEGETAL DE PORTE ARBÓREO – MULTA DE 180 (CENTO E OITENTA) UFPS, POR ÁRVORE;
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI Nº 3049/2024 ART 4 INC. XXVII, ART. 43 §2º E ART. 78 III.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER

PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:2A8B898D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 569 - 01/07/2026
DATA DA LAVRATURA: 02/07/2026
INFRATOR: JEFERSON RAFAEL DE LIMA
LOCALIDADE DO DANO: AV. ALBINO ZANCHIM, Nº 349-D
QUADRA: 11 LOTE: 1/2
JD. MONTE LIBANO - SARANDI/PR.
DESCRIÇÃO DO DANO: PODA DRÁSTICA DE 1 (UMA) ÁRVORE - LEI Nº 3.049/2024:
ART. 4º PARA EFEITOS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR:
XXVII - PODA DRÁSTICA: CORTE DE MAIS DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO TOTAL DA MASSA VERDE DA COPA OU O CORTE DA PARTE SUPERIOR DA COPA, ELIMINANDO A GEMA APICAL, OU O CORTE DE SOMENTE UM LADO DA COPA, OCASIONANDO O DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL DA ÁRVORE;
ART. 43. OS TIPOS DE PODAS ADOTADOS NO MUNICÍPIO ESTÃO DE ACORDO COM A ABNT NBR 12.246-1/2013 E SÃO DIVIDIDOS EM:
§ 2º A ADOÇÃO DE PODA DRÁSTICA, SEM A DEVIDA JUSTIFICATIVA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, CONSTITUI INFRAÇÃO A ESTE CÓDIGO.
ART. 78. AO INFRATOR SERÃO APLICADAS PENALIDADES NA SEGUINTE ORDEM:
III - PROMOVER PODA DRÁSICA EM QUALQUER ESPÉCIE VEGETAL DE PORTE ARBÓREO – MULTA DE 180 (CENTO E OITENTA) UFPS, POR ÁRVORE;
O PRESENTE TERMO FOI LAVRADO EM BASE NO DISPOSITIVO DA LEI Nº 3049/2024 ART 4 INC. XXVII, ART. 43 §2º E ART. 78 III.
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:094EB6E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO 521/2026
NOME: SELMA MARIA CARLOS
RUA JOSÉ DE ALENCAR, Nº 33
BAIRRO: JD. NOVO PANORAMA - SARANDI/PR
A AUTUADA AGREDIU FISICAMENTE UM CÃO, CONFIGURANDO AGRESSÃO INTENCIONAL E MAUS-TRATOS. O AUDIO DEMONSTRA, DE FORMA INEQUÍVOCA, CONDUTA QUE ATENTA CONTRA O BEM-ESTAR ANIMAL, EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
LEI ORDINÁRIA Nº 2288/2016:
ART.2º "PARA OS EFEITOS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS TODA E QUALQUER AÇÃO DECORRENTE DE IMPRUDÊNCIA, IMPERÍCIA OU ATO VOLUNTÁRIO E INTENCIONAL, QUE ATENTE CONTRA SUA SAÚDE E NECESSIDADES NATURAIS, FÍSICAS E MENTAIS, CONFORME ESTABELECIDO NOS INCISOS ABAIXO":
III - LESAR OU AGREDIR OS ANIMAIS (POR ESPANCAMENTO, LAPIDAÇÃO, POR INSTRUMENTOS CORTANTES, CONTUNDENTES, POR SUBST NCIAS QUÍMICAS, ESCALDANTES, TÓXICAS, POR FOGO OU OUTROS), SUJEITANDO-OS A QUALQUER EXPERIÊNCIA, PRÁTICA OU ATIVIDADE CAPAZ DE CAUSAR-LHES SOFRIMENTO, DANO FÍSICO, MENTAL OU MORTE;
VI - "CASTIGÁ-LOS, FÍSICA OU MENTALMENTE, AINDA QUE PARA APRENDIZAGEM OU ADESTRAMENTO";
ART. 5º. PARÁGRAFO ÚNICO:
A PENA DE MULTA SEGUIRÁ A SEGUINTE GRADAÇÃO:
I - INFRAÇÃO LEVE: DE RS 200,00 (DUZENTOS) REAIS A R$ 2.000,00 (DOIS MIL) REAIS.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:C37C67C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 561 - 01/07/2026
DATA DA LAVRATURA: 01/07/2026
INFRATOR: APARECIDA ROSA ROLIM
LOCALIDADE DO DANO: RUA FRANCISCO SILVEIRA ROCHA, 130 – PQ. ALVAMAR
QUADRA: 29LOTE: 26
DESCRIÇÃO DO DANO:
- NÃO ATENDEU A NOTIFICAÇÃO 13508/6 DE 2026 QUE SOLICITAVA A LIMPEZA DA CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) COM MATO ALTO, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO SILVEIRA ROCHA, 130 – PQ. ALVAMAR, QUADRA 29, LOTE 26, SARANDI-PR
ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
TODOS OS PROPRIETÁRIOS OU OCUPANTES DE TERRAS ÀS MARGENS DAS VIAS PÚBLICAS SÃO OBRIGADOS A ROÇAR AS TESTADAS DAS MESMAS, A CONSERVAREM LIMPAS E DESOBSTRUÍDAS AS VALAS E VALETAS EXISTENTES EM SEUS TERRENOS OU QUE COM ELES LIMITAREM, REMOVENDO CONVENIENTEMENTE OS DETRITOS.
ART. 104 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022, COMPETE AO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU AO SEU OCUPANTE A CONSERVAÇÃO DE PASSEIOS. COMPLEMENTA O ART. 105 QUE, NOS IMÓVEIS LOCALIZADOS EM VIAS PAVIMENTADAS É OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSEIOS EM TODA EXTENSÃO DA SUA TESTADA
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"VIOLAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DESTE REGULAMENTO NÃO EXPRESSAMENTE ACIMA MENCIONADOS".
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:C68CDB8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 208/2026

NOME: JUCELINO MIANTTE
QUADRA: 4 LOTE: 5A
ENDEREÇO: RUA MARECHAL DEODORO, Nº 2220
JD. PANORAMA
SARANDI/PR
FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
PARA MANTER O CACHORRO DENTRO DO QUINTAL DA RESIDÊNCIA, POIS ENTENDE-SE POR MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS TODA E QUALQUER AÇÃO DECORRENTE DE IMPRUDÊNCIA QUE ATENTE CONTRA A SAÚDE E NECESSIDADES NATURAIS, FÍSICAS E MENTAIS,

CONFORME CAPUT DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, CONCOMITANTE COM O INCISO XVI DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, NOS TERMOS QUE DIZ OUTRAS PRÁTICAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS E CONSTATADAS COMO MAUS-TRATOS PELA AUTORIDADE AMBIENTAL.
NO PRESENTE CASO, O ANIMAL TER ACESSO A RUA SEM A VIGILÂNCIA DO TUTOR COLOCA-O EM RISCO DE ACIDENTES, ALÉM DE PRIVÁ-LO DAS NECESSIDADES BÁSICAS, COMO ÁGUA, ALIMENTAÇÃO E ABRIGO.
O NÃO ATENDIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO ACARRETARÁ A LAVRATURA DE INFRAÇÃO, COM APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR MÍNIMO DE R$ 200,00 (DUZENTOS) REAIS, PODENDO ATINGIR O VALOR MÁXIMO DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL) REAIS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 2.288/2016.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:5DE651F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 209/2026

FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
Para não deixar a cachorra presa na corrente 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme Art. 1º da Lei nº 2803/2022.
Art. 1º - Dispondo que é proibido manter e criar animais domésticos como gatos e cachorros, entre outros, presos em correntes 24 (vinte e quatro) horas por dia. Concomitante com a Lei nº 2288/2016, Art. 2º, Inciso I.
Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo".
I – "mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental";
Ainda, conforme Art. 2º, apresentar, em no máximo 3 (três) dias úteis após o recebimento desta notificação/publicação, Lei nº 2803/2022 laudo veterinário sobre as condições de saúde do cachorro.
O não atendimento desta notificação acarretará em infração com **multa de R$ 200,00 (duzentos) reais a R$ 200.000,00 (Duzentos mil) reais, conforme artigo 5º da Lei nº 2288/2016.**
NOME: PATRICIA GOMES
Endereço: RUA DAVID CONSTATINO, Nº 213 N
QUADRA: 36 LOTE: 16-28
Bairro: JD. AURORA IV
Cidade: SARANDI/PR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:2B8AAD6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 210/2026

FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE: IMEDIATO
Para atender a Lei nº 2288/2016, Art. 2º, Inciso VII não criar os animais ou mante-los em lugares desprovidos de limpeza e desinfecção.
Art. 2º Inciso II , descritos abaixo:
Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo".
VII- "criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção".
O não atendimento desta notificação acarretará em infração com multa de atá R$ 200,00 (Duzentos) Reais, conforme Parágrafo Único do Artigo 5º da Lei nº 2288/2016.
Local do Imóvel : Quadra: 11 Lote: 11
RUA GOV. CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, Nº 266
Bairro: CJ. RES. GOV. JOSÉ RICHA
Nome do Proprietário: MARIA LUIZA LEIVAS

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:FD2481CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 224/2026

FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE: IMEDIATO
Para atender a Lei nº 2288/2016, Art. 2º, Inciso I e VII , quanto à obrigatoriedade de manter os animais em recintos providos de limpeza e desinfecção.
Ainda, conforme Art. 2º, Inciso XVI da Lei 2288/2016, deverá apresentar, em no máximo 3 (três) dias após o recebimento/publicação desta notificação, laudo veterinário e comprovante de tratamento dos cachorros, que aparentam estar muito magros.
Em denúncia encaminhada pela ouvidoria municipal foi realizada uma vistoria na Rua Jesus Pão da Vida, nº 90, Pq. Res. Bom Pastor, onde foi constatado vários cães muito magros.
Art. 2º Inciso II , descritos abaixo:
Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos incisos abaixo".
I – "mantê-los sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie ou que lhes ocasionem desconforto físico ou mental";
VII- "criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos desprovidos de limpeza e desinfecção".
XVI- " outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus-tratos pela autoridade ambiental, sanitária, policial, judicial ou outra qualquer com esta competência.";
O não atendimento desta notificação acarretará em infração com multa de R$ 200,00 (duzentos) Reais a R$ 200,000,00 (Duzentos Mil) Reais, conforme artigo 5º da Lei nº 2288/2016.
Local do Imóvel : Quadra: 73 Lote: 10
RUA JESUS PÃO DA VIDA, Nº 90
Bairro: PQ. RES. BOM PASTOR
Nome do Proprietário: TATIANE DOS SANTOS

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:6FC540DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026
(Processo Licitatório n.º 137/**2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos não padronizados pelo SUS, com entregas parceladas, sob demanda e em pequenas quantidades, não se destinando à formação de estoque, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:

AMADORI COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA(15541289000204) com o lote: 16 no valor total de R$ 1.439,96 (um mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).
NEXXA FARMACÊUTICA LTDA(61812902000117) com os lotes: 1, 4, 15, 21, 22, 29, 36, 39, 48, 53 e 63 no valor total de R$ 5.057,32 (cinco mil e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos)
NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.(61559074000157) com o lote: 34 no valor total de R$ 234,30 (duzentos e trinta e quatro reais e trinta centavos).
CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP(32743242000161) com os lotes: 23, 25, 30, 31, 32, 37, 41, 52, 57, 65 e 66 no valor total de R$ 9.546,80 (nove mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).
FARMACIA FARMA ITA LTDA(43687614000104) com os lotes: 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 27, 28, 33, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 51, 59, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 69 e 70 no valor total de R$ 16.090,06 (dezesseis mil e noventa reais e seis centavos).
BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA(21438123000189) com o lote: 24 no valor total de R$ 175,50 (cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).
R P HOSPITALAR LTDA(59903312000158) com os lotes: 8, 9, 12, 26, 40, 47, 54, 55, 56 e 58 no valor total de R$ 2.336,75 (dois mil e trezentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/08/2026

Lotes Fracassados: 035 e 050
Sengés, 27 de agosto de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:05B887BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2025

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2025

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SENGÉS
TOMADORA: LAR SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais).

11 – Secretaria de Assistência Social
002 - Fundo Municipal de Assistência ao Adulto e Idoso
08.241.0020.2-066 – Manutenção do Fundo de Assistência ao Adulto e Idoso
6540.3.3.50.43.00.00 – Fonte 000 – do exercício – Subvenções sociais

VIGÊNCIA: a contar da data de sua publicação até 30/07/2026.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2027.

FORO: Comarca de Sengés.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F189BAD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 196, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.050		DIVISAO DE MANUTENCAO URBANA	
07.050.15.452.0012.2.059		MANUTENCO DOS SERVICOS DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	
220 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
09		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
09.030		DIVISAO DE BIBLIOTECA PUBLICA	
09.030.13.392.0015.2.070		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE BIBLIOTECA PUBLICA	
309 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	5.000,00
Total Suplementação:			15.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
09		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
09.030		DIVISAO DE BIBLIOTECA PUBLICA	
09.030.13.392.0015.2.070		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE BIBLIOTECA PUBLICA	
308 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
13		PROCURADORIA JURIDICA	
13.030		PROCURADORIA MUNICIPAL	
13.030.04.062.0003.2.097		MANUTENCAO DOS SERVICOS DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
489 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
Total Redução:			15.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:47CBB14C

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 118/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30(trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 30/07/2025 a 29/07/2026 a senhora **CLEIRE VANIA ARRUDA NEVES,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 661.243.449-04.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal “Santo Soriani”, 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:45AF6F07

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 119/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 22/02/2024 a 21/02/2025 ao senhor **HENRIQUE ZANONI,** ocupante do cargo de Procurador Geral do Município, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 045.033.969-60.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:29EA0423

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 120/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 31/07/2025 a 30/07/2026 a senhora **RAFAELLA MOREIRA BALSANELO,** ocupante do cargo de Procuradora do Município, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 007.210.719-70.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HENRIQUE ZANONI
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:304DEDB5

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 121/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026 ao senhor **MIGUEL FILIPE ALBINO DE MOURA,** ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Cultura, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 108.870.509-05.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

BRUNO BROCOLI
Secretário de Administração Geral

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:38F6719C

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 122/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 05/11/2024 a 04/11/2025 a senhora **ÂNGELA CRISTINA AGUILERA,** ocupante do cargo de Técnico Desportivo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 077.929.539-04.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.
Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

ROGÉRIO MARTINELI
Diretor do Departamento de Desporto e Lazer

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:0D7382A7

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 123/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 26/08/2025 a 25/08/2026 a senhora **JOSEANE DE FÁTIMA GARCEZ PARREIRA,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – Auxiliar de Creche inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 038.910.699-28.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HELOISA BUZO MAXIMO DIAS
Diretora do Departamento de Assistência Social

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:1525B7F9

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 124/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3 (um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2024 a 31/10/2025 a senhora **PRISCILLA NAOMI IMAMURA,** ocupante do cargo de Psicóloga, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 029.634.119-36.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

HELOISA BUZO MAXIMO DIAS
Diretora do Departamento de Assistência Social

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:CCB2B4C0

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 125/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2025 a 02/09/2026 ao senhor **JOSÉ OSCAR HIDEYOSHI YAMAMOTO,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 778.481.959-53.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:23D58452

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 126/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:
Artigo 1º - Liberar 1/3(um terço), conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 03/09/2024 a 02/09/2025 ao senhor **AGUINALDO RUBIN,** ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 041.140.639-60.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a esta data.

Paço Municipal "Santo Soriani", 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

VALTERNEY LUIZ BERSANETI
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Serviços Públicos

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:22D6F87F

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 31/08/2026

Pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária de 31/08/2026 - Sala das Sessões, às 19h00
Assunto: Comunicação da Ordem do Dia

Senhor(a) Vereador(a),

Comunicamos a Vossa Senhoria a Ordem do Dia da Sessão Plenária que será realizada em 31 de agosto de 2026, às 19h, para:

Recebimento de emendas (Sessão Final) ao Projeto de Lei do Executivo nº 012/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e dá outras providências.

Sertanópolis-Pr, 27 de agosto de 2026

Atenciosamente,

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:439011D7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 219/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 219/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GASPAROTO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONE IP, PARA USO DO DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
VALOR: 1.798,00(UM MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 27 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:EDF3EE0F

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 220/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 220/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: GASPAROTO & GASPAROTO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROTEADORES PARA O DEP. DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS E CMEI.
VALOR: 1.813,00(UM MIL, OITOCENTOS E TREZE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 28 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:0593216A

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 146-2026

EXTRATO DA ATA Nº 146/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 146/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES AOS ANIMAIS QUE NECESSITAM DE SUPORTE TERAPÊUTICO, BEM COMO AQUELES QUE RESIDEM NO CANIL MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 27 DE AGOSTO DE 2026.
TÉRMINO: 27 DE AGOSTO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 260/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026, ID. 85163.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 27 DE AGOSTO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 65.044,25 (SESSENTA E CINCO MIL, QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:DEDC4AFE

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 147-2026

EXTRATO DA ATA Nº 147/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 147/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: LEONARDO DE PAIVA PAVÃO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE RAÇÕES AOS ANIMAIS QUE NECESSITAM DE SUPORTE TERAPÊUTICO, BEM COMO AQUELES QUE RESIDEM NO CANIL MUNICIPAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 27 DE AGOSTO DE 2026.
TÉRMINO: 27 DE AGOSTO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 260/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026, ID. 85164.
DATA DE ASSINATURA DA ATA: 27 DE AGOSTO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DA ATA: R$ 51.560,00 (CINQUENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SESSENTA REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:29D7B489

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 58/2026.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
CONTRATADO: ANTONINI ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RETOMADA E CONCLUSÃO DA OBRA DE RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DA PONTE RIBEIRÃO DO CERNE, LOCALIZADA NA ESTRADA MUNICIPAL CLEONILDO ZANONI.
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 27 DE AGOSTO DE 2026.
TÉRMINO: 27 DE AGOSTO DE 2027.
EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO Nº 218/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2026 - ID Nº 85128.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27 DE AGOSTO DE 2026.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 281.899,94 (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

ANA RUTH SECCO
Prefeitura Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:78694B57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº. 052/2026 DATA: 27/08/2026

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CONDER, DO MUNICÍPIO DE SULINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe confere o Decreto Estadual nº 184/97, de 09.05.97,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam nomeados os Membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CONDER,**

do Município de Sulina, Estado do Paraná, eleitos em reunião na data de 25/08/2026, tendo a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:
Titular: Celso José Griebeler – CPF 694.872.009-91
Suplente: Giovana Martinelli – CPF 006.999.369-69

REPRESENTANTES DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER:
Titular: Adriane Rodrigues Zboralski – CPF 037.731.289-40
Suplente: Lairana Karoline Spaniol – CPF 112.557.489-58

REPRESENTANTES DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS:
Titular: Lore Sikorra Langer – CPF 033.549.589-36
Suplente: José Steffens – CPF 285.435.999-20

REPRESENTANTES DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO – COASUL:
Titular: Charlene Cristina Maciel Costa – CPF 063.117.279-35
Suplente: Elói Bichel – CPF 023.567.379-01

REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO (CRESOL E SICREDI):
Titular: Jonathan Batista Martins – CPF 105.913.369-52
Suplente: Assucena Fulber Preussler – CPF 081.327.619-52

REPRESENTANTES DOS AGRICULTORES:

DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS AVICULTORES DE SULINA:
Titular: Ilson Baierle – CPF 737.608.549-15
Suplente: Celso Selzler – CPF 021.391.569-35

DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE LINHA CAPIVARA:
Titular: José Vargas – CPF 396.263.859-87
Suplente: Oriosvaldo Lindner – CPF 584.535.719-53

DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO VALE DO IGUAÇU – SEDE OURO:
Titular: Jurandir Siqueira – CPF 818.646.359-53
Suplente: José Mallmann – CPF 055.92.0439-61

DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES TRÊS FRONTEIRAS – QUEIXO DA ANTA:
Titular: Evanildo Pinheiro Duarte – CPF 097.756.989-60
Suplente: Conceição LeVinski – CPF 017.022.099-03

DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE ÁGUAS TERMAIS:
Titular: Carlos Antônio Ody – CPF 020.680.709-01
Suplente: Valmir José Schumann – CPF 076.508.649-28

DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LEITE:
Titular: Nerivandro Minosso – CPF 057.074.929-84
Suplente: Rodrigo Bortuli – CPF 072.053.719-37

DA ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES SULINENSES:
Titular: Valdemar Marangon – CPF 749.553.309-91
Suplente: Cristieli Haito – CPF 062.369.069-12

Artigo 2º - O conselho a que se refere o Artigo anterior terá mandato de 02 (dois) anos permitida uma recondução e será presidido pela Senhora **CRISTIELI HAITO** e Secretariado pela Senhora **GIOVANA MARTINELLI**.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº. 050/2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em, 27 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:EC373DE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 12/2026

O Município de Tapira – PR, torna público aos interessados a realização da **Dispensa Eletrônica nº 12/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bllcompras.com e www.tapira.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 2476/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Aquisição de uniformes completos e acessórios personalizados para a fanfarra municipal do Município de Tapira/PR, compreendendo sobretudos, figurinos coreográficos, vestidos para baliza, calçados, quepes, bandeirolas, estiletes, arcos e demais itens necessários às apresentações oficiais, conforme especificações técnicas definidas pela Administração.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 66.634,15 (sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quinze centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 02/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas AS 14:00 horas, do dia 02/09/2026.

Tapira – PR, 27 de agosto de 2026.

RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:D3831359

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 05/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021
INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES- PR
OBJETO: Aquisição de material de consumo para a Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR
EMPRESA: E.E. FARAGO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 13.848.214/0001-64
VALOR: R$1.982,37
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: MATERIAL DE CONSUMO
DATA: 27/08/2026

INES APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:3FEC9306

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021
INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM CONTADOR PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 3.º DA LEI MUNICIPAL N.º 1.715 E OUTROS EVENTUALMENTE NECESSÁRIOS PERTINENTES À CONTABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA A LICENÇA-PRÊMIO A SER USUFRUÍDA PELA CONTADORA NO PERÍODO DE 3 MESES
CONTADOR: JAMEL SULTANE
CPF: 531.***.46*-**
CRC/PR: 037.651/O-0
VALOR: R$16.950,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA.
DATA: 27/08/2026

INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:200AA6CE

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021
INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES- PR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PADARIA
EMPRESA: WILLIAN RICARDO DE CASTRO E CIA LTDA
CNPJ: 26.827.855/0001-84
VALOR: R$14.175,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: MATERIAL DE CONSUMO
DATA: 27/08/2026

INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:81F1CF67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, através da DESIGNAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO pelo Decreto 02/2026, publicada no órgão Oficial de Imprensa do Município, e com devida autorização expedida pelo Senhor IVANOR LUIZ MÜLLER, Prefeito Municipal, de conformidade com a Lei N° 14.133/2021 e suas alterações, comunica a Dispensa de Licitação em epigrafe, que tem por objeto **Aquisição de Enoxaparina Sódica, em dosagem conforme prescrição médica, destinada ao atendimento de paciente gestante acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira Soares/PR**

Fundamento Jurídico: Art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADA: Farmácia Dm LTDA, inscrita no CNPJ: 57.703.099/0001-05, com sede na Rua João Ribeiro dos Reis, 325, Sala 01, Teixeira Soares – Paraná.

Valor total: R$ 18.480,00 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta reais).

Teixeira Soares, 24 de agosto de 2026

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:BF262035

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

O **MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES**, Estado do Paraná, torna público o aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 39/2026 que tem como objeto o Credenciamento para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte coletivo, para suprir a demanda do Transporte social rural de passageiros em cumprimento da Lei Municipal nº 1.854/2019. Todos com motoristas e devidamente abastecidos

Valor Total: R$ 289.570,00 (duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e setenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 74 da Lei nº14.133/2021. Decreto Federal Nº 11.462/2023.

Teixeira Soares, 27 DE AGOSTO DE 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:081164B5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
DESTINADO AO CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

O Município de Teixeira Soares, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 75.963.850/0001-94, com sede à Rua XV de Novembro, nº 135, Centro, torna público que fará realizar, **a partir das 09:30 do dia 31/08/2026**, o Chamamento Público NA FORMA DE CREDENCIAMENTO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA SOARES/PR.
Conforme Art. 79 parágrafo único I da Lei Federal 14.133/2021, o edital ficará disponível permanentemente no site do município para novos interessados, em tempo, condicionado a contratação à necessidade daAdministração.
A documentação poderá ser encaminhada a contar da data de publicação deste Chamamento, estando aberto para avaliação e emissão do termo de credenciamento dos interessados a partir do dia 31/08/2026.
As proponentes interessadas que atenderem a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a formalizar a parceria estabelecida pela administração pública para os serviços objetos da Chamada Pública para os quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital.
Informações complementares sobre o edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, no endereço supra citado, ou através do telefone (42) 3460 1155 ou pelo e-mail **licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br**

Teixeira Soares - PR, 28de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:B7AEF47E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: 68.384.146 BRUNO HENRIQUE JABLESKI, inscrita no CNPJ Nº 68.384.146/0001-11, com sede na Rua Jorge Jose Saliba, 167 – Restinga Mafra/SC, CEP 89302-310.

Valor total: R$ 1.005,00 (Um mil e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:153EE12D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: CASTELO GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 19.607.649/0001-01, com sede na Rua Doutor Rebouças n.º 632 – Vila Maria – Batatais/SP – CEP 14.315-766.

Valor total: R$ 3.100,00 (Três mil e cem reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:45DAB141

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931, inscrita no CNPJ sob nº 36.510.912/0001-50, com sede na R Baleia Jubarte 386, Bombinhas / SC, CEP: 88215000.

Valor total: R$ 4.344,40 (Quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:57EECF86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: ESSENCIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 63.024.736/0001-10, com sede na Rua NOGUEIRA, Nº 845, CONTORNO - Ponta Grossa/PR - CEP 84061-280.

Valor total: R$ R$ 43.619,00 (quarenta e três mil, seiscentos e dezenove reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:8A1B75A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 11.412.110/0001-87, com sede na Rua Sete de Setembro, 245 – Vila Tavolaro – Ribeirão Pires – SP – CEP: 09420-400.

Valor total: R$ 6.156,00 (Seis mil, cento e cinquenta e seis reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:342297E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2026
PREGÃO ELETRONICO 90039/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: S&S GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.313.810/0001-00, Rua Major Jose Dequech, nº 20, Casa 2, Bairro Santa Felicidade, Curitiba – PR, CEP: 82.410-660.

Valor total: R$ 1.245,00 (mil duzentos e quarenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:FE70F021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 39/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 39/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 05/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: Prestação de serviços de transporte coletivo, para suprir a demanda do Transporte social rural de passageiros em cumprimento da Lei Municipal nº 1.854/2019**.**

CREDENCIADA: E. V. DOS SANTOS, CNPJ: 09.578.752/0001-09, com sede no Assentamento Che Guevara – Distrito de Guaraúna – CEP: 84.530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Valor Total do R$ 129.375,00 (Cento e vinte e nove mil e trezentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:DEE53235

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 40/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 40/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 06/2026

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 situado à Rua XV de Novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS E FORNECEDORES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES E VANS, INCLUINDO SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, AR-CONDICIONADO, FUNILARIA, PINTURA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS**.**

CREDENCIADA: EVERTON MAXIMOVITZ PECAS E MECANICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 37.309.102/0001-01, com sede na Rodovia BR 277, Nº SN, SERRA DOS NOGUEIRAS, CEP 84508-899, na Cidade de Irati, Estado do Paraná.

Valor Total do Credenciamento: R$ 995.750,00 (novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES

DATA DE ASSINATURA: 27/08/2026

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:5D094B44

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 145/2025.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 145/2025.

ADITIVO DE PRAZO E VALOR
LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA N° 07/2025.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para construção de Implantação de Sistema de Abastecimento de Água nas localidades da Mangueirinha e Assentamento João Maria de Agostinho (Carvorite), de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.
CONTRATADA: SOPKO TERRAPLANAGEM & ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 34.737.402/0001-95, com sede na Rua JOÃO RIBEIRO DOS REIS, Nº 473, SALA FRENTE, CENTRO - Teixeira Soares/PR - CEP 84530-000
CLÁUSULA EDITADA: O presente Termo Aditivo, tem por objeto PRORROGAR E ADITIVAR o contrato N° 145/2025 que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para construção de Implantação de Sistema de Abastecimento de Água nas localidades da Mangueirinha e Assentamento João Maria de Agostinho (Carvorite), de acordo com o Instrumento de Repasse 4127007/2023 ITAIPU, Programa Itaipu Mais Que Energia, conforme cronograma físico financeiro, Concorrência 07/2025 até o dia 28 de fevereiro de 2027. O valor original do contrato passa a ter um acréscimo de aproximadamente 24,51% (vinte e quatro virgula cinquenta e um porcento), no valor de R$100.272,75(cem mil duzentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos) a contar a partir da assinatura desde, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório CONCORRÊNCIA nº 07/2025

Teixeira Soares-PR, 25 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:5545455C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de artesanato, destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social e aos seus equipamentos vinculados (CRAS, CREAS, CONSELHO TUTELAR, CASA LAR, Centro de Convivência Aroldo Basso) para atendimento das atividades administrativas, operacionais e institucionais.

DATA: 15/09/2026. **HORA:** 09:00 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 10/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 28 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:3702F6D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90044/2026
O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica que fará realizar a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

OBJETO: Aquisição de extintores de incêndio novos, recargas e peças para reposição de extintores destinados as secretarias municipais do município de Teixeira Soares.

DATA: 16/09/2026. **HORA:** 09:00 Horas.

LOCAL: www.compras.gov.br "**Acesso Identificado**".

COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 987913 – 11/2026

OBS: O EDITAL encontra-se disponível no site **www.compras.gov.br** também no www.teixeirasoares.pr.gov.br. Portal de transparência através de link de acesso e no PNCP. Na impossibilidade de obtenção por esse meio, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (0**42) 3460 -1155, no horário das 9:00 ás 11:30 horas, 13:30 às 17:00 horas, ou pelo e-mail: licitacaoecompras@teixeirasoares.pr.gov.br.

Teixeira Soares, 28 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:7BAB8F0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO Nº 4.429/2026

Nomeia membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Terra Boa

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal Nº 1.203/2013, de 27/03/2013, alterada pela Lei Nº 1.879/2026 de 25/08/2026 que dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Terra Boa – Paraná.

D E C R E T A

Artigo 1º. Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para o exercício dos cargos de **Conselheiros Municipais de Habitação de Interesse Social** do Município de Terra Boa para a Gestão 2026/2029 período de 01/09/2026 à 31/08/2029, conforme especificado:

DO LADO DO PODER PÚBLICO:

Vander Cesar Alves dos Santos**,** Titular
Ana Paula Volpato Ribeiro Borges**,** Suplente, representando a Secretaria Municipal de Obras e Edificações

Sueli da Costa Matias Peres**,** Titular
Aline Rafaelli Mancuzzo Cocatti, Suplente, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família e Departamento de Habitação.

Antonio Aparecido Mari, Titular
Anderson Ferreira Butura, Suplente, representando a Secretaria Municipal de Administração Geral e Departamento de Patrimônio.

Simone Aparecida Mari Bento, Titular
Vandrecrezio Caetano, Suplente, representando a Secretaria Municipal de Fazenda e Departamento de Tributação

Rosane Estela Raimundo Zampar, Titular
José Safira, Suplente, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Departamento de Esportes

DO LADO DA SOCIEDADE CIVIL

1. Movimentos Sociais – Associação de Moradores – Conjuntos Habitacionais e Vilas Rurais

Aristeu de Souza, Titular
José Nunes Cabral, Suplente

Arenita Alves dos Santos, Titular
Josefa Teixeira Batista, Suplente

Paulo Martins Espelho, Titular
Aparecido Dorival Fogli, Suplente

2. Entidades Sociais

Marcia Elena Lourenço Mari, Titular
Venina Aparecida Lourenço Mari, Suplente, representando a APAE, Escola João Paulo II

Lignava de Fátima da Luz Bregola, Titular
Rosa Maria Pereira Lima de Souza, Suplente, representando a Associação de Voluntários pelas Crianças e APMI

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Terra Boa, aos 27 dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:A091D677

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 83-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 83/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, GLOBAL.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL contratação de empresa para fornecimento de refeições e bebidas em atendimento a esta Prefeitura Municipal.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 27.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 14.09.2026, às 10h00 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 27 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:44BE9DA6

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 303/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: FABBRO IT IND COM E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 39.304.546/0001-71, com sede São José dos Pinhais, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ERIVELTON MACHADO FERREIRA, CPF: 021.844.889-92, carteira de Identidade nº .

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:AD116354

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 304/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: LICITAINFO LTDA, CNPJ nº 52.277.278/0001-04, com sede Concórdia, Santa Catarina, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ELUAN FUNES, CPF: 065.738.909-90, carteira de Identidade nº 4619333.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **127.450,00 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:D05F6409

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 306/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MALKUT E BOHN LTDA, CNPJ nº 10.868.068/0001-40, com sede Pato Branco, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). DENILSON MALKUT, CPF: 761.856.729-87, carteira de Identidade nº 54471580.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **126.079,62 (cento e vinte e seis mil e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:1DC36F45

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 307/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MC INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 09.299.377/0001-68, com sede Vila Pavão, Espírito Santo, tendo como representante legal o(a) Sr(a). SIMONE SANTANA SCHADES, CPF: 020.061.537-81, carteira de Identidade nº 1183688.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **2.505,00 (dois mil, quinhentos e cinco reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:DA8053F8

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 308/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MM NEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº 64.467.408/0001-50, com sede Sarandi, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MAURO DE ANDRADE MARTINS, CPF: 425.049.109-91, carteira de Identidade nº 22512994.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.776,00 (um mil, setecentos e setenta e seis reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:8E5E6D66

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 309/2026
REF: PREGÃO N° 46/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: V3 ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ nº 05.060.654/0001-24, com sede Campo Mourão, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FABIO APARECIDO VEDOVOTO, CPF: 037.246.939-66, carteira de Identidade nº 81523355.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de

informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **1.956,00 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 27 de agosto de 2026, com vencimento até 27 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F78326A9

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026

Licitação Modalidade: **Dispensa No 32/2026**

contratação de empresa especializada para o fornecimento de Uniformes, destinados aos participantes dos Grupos de Convivência de Crianças, adolescentes e Pessoas Idosas do Município de Terra Boa/PR, para utilização durante a participação no Desfile Cívico de 07 de Setembro, data que celebra a Independência do Brasil.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) CM ART UNIFORMES E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 25.215.711/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).

Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:AB1B0529

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 777/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023, e tendo em vista, a desistência do candidato JACKSON DA SILVA FERMINO, convocado através da Portaria Nº 760/2026,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos itens n.º 10.2 e 10.3 do Edital de Concurso nº 001/2023, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO

Nome do Candidato
FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:81BC4CF8

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.428/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4428/2026 de 27/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1878/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 138.900,00 (cento e trinta e oito mil novecentos reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.1.090.		EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ESPORTES	
1722 - 4.4.90.52.00.00	868	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	138.900,00
		Total Suplementação:	**138.900,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.9.99.01.07.00000000	Fonte: 868	138.900,00
Total da Receita:		**138.900,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:4ADC7D24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REUNIÃO DE HABILITAÇÃO E SORTEIO

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026
Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Terra

Rica, Estado do Paraná, reuniu-se o Agente de Contratação, Julio Cesar Germano Júnior, para proceder à análise da documentação de habilitação e ao sorteio da ordem de preferência dos proponentes participantes da Inexigibilidade nº 17/2026, cujo objeto consiste no credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de remoção e realocação de enxames de abelhas em caixas e posterior transporte para apiários.
Após a análise dos documentos apresentados e a verificação do atendimento às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, foram declarados habilitados os seguintes proponentes:

• 65.859.285 CLAUDIO HERRERA DA SILVA, inscrito no CNPJ sob nº 65.859.285/0001-66; e
• 49.219.529 LUANA DE FATIMA ARAUJO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 49.219.529/0001-90.

Diante da regularidade da documentação apresentada, ambos os proponentes foram declarados habilitados e credenciados para a execução dos serviços correspondentes aos Lotes 1, 2 e 3.
Na sequência, foi realizado sorteio aleatório para definição da ordem de preferência entre os credenciados, obtendo-se o seguinte resultado:
1º lugar: 65.859.285 CLAUDIO HERRERA DA SILVA – CNPJ nº 65.859.285/0001-66;
2º lugar: 49.219.529 LUANA DE FATIMA ARAUJO DOS SANTOS – CNPJ nº 49.219.529/0001-90.
A ordem resultante do sorteio será observada para fins de preferência na convocação e distribuição dos serviços referentes aos Lotes 1, 2 e 3, conforme as condições e os critérios estabelecidos no edital, não conferindo exclusividade a qualquer dos credenciados.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que, após lida e considerada de acordo, segue assinada pelos presentes.
Terra Rica/PR, 26 de agosto de 2026

JULIO CESAR GERMANO JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:05FE38E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: FATIMA GASPAROTTO ANDRADE 66127564972 - MATRIZ, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **36.188.536/0001-20**.

DOMICÍLIO: AV EUCLIDES DA CUNHA, 582 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet na modalidade self-service para evento da vigilância sanitária de Terra Rica nos dias 07, 08 e 09 de outubro de 2026, do Pregão - Eletrônico 66/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 24/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **33.933,60 (Trinta e Três Mil, Novecentos e Trinta e Três Reais e Sessenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 25/08/2026(vinte e cinco dias de agosto de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Fatima Gasparotto Andrade 66127564972 - Matriz
FATIMA GASPAROTTO ANDRADE
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:7D98824C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RELAÇÃO DE CREDENCIADOS

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2026
Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de remoção e realocação de enxames de abelhas em caixas e posterior transporte para apiários.

Ordem de preferência	Credenciado	CNPJ	Lotes credenciados
1º	65.859.285 CLAUDIO HERRERA DA SILVA	65.859.285/0001-66	Lotes 1, 2 e 3
2º	49.219.529 LUANA DE FATIMA ARAUJO DOS SANTOS	49.219.529/0001-90	Lotes 1, 2 e 3

A ordem de preferência acima foi definida mediante sorteio realizado no dia 26 de agosto de 2026, às 14h, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Terra Rica/PR, devendo ser observada para fins de convocação e distribuição dos serviços, conforme as regras estabelecidas no instrumento convocatório.
Terra Rica/PR, 26 de agosto de 2026.

JULIO CESAR GERMANO JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:D39173CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 384/2026

SÚMULA: EXONERA A SENHORA CÉLIA CRISTINA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** por término de contrato, a Sra. **CÉLIA CRISTINA DA SILVA**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 27 de Agosto 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (27/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:B1AF79A7

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **33.540.866/0001-44**.

DOMICÍLIO: RUA EURIDES MACIEL DE ALMEIDA 474, 0 CASA 01 - CEP: 81560460 - BAIRRO: UBERABA, Curitiba/PR.

OBJETO: AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS, do Pregão - Eletrônico 15/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 27/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **10.105,90 (Dez Mil, Cento e Cinco Reais e Noventa Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 27/08/2026(vinte e sete dias de agosto de 2026).

SAMAE De Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Navodap Comércio de Materiais Hidraulicos EIRELI
MARLENE APARECIDA GUERINI PADOVAN

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:12AC2AA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17549/2026

PORTARIA N.º 17549/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 15336/2026 em 25/08/2026

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor, Sidnei Dias Monteiro Junior, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 1219383-00, lotado na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, 3 (três) meses de licença especial no período de 01/09/2026 a 29/11/2026, conforme o artigo 128 da Lei Municipal n.º 2274/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:8CB7BDAC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17550/2026

PORTARIA N.º 17550/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 15272/2026 em 25/08/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor, Jose Rodrigues Da Silva, ocupante do cargo de Operador De Máquinas, matrícula 38296-00, lotado na Secretaria Municipal de Agropecuária, 3 (três) meses de licença especial no período de 01/09/2026 a 29/11/2026, conforme o artigo 128 da Lei Municipal n.º 2274/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:16E2064B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 17551/2026

PORTARIA N.º 17551/2026

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento protocolado sob o n.º 15109/2026 em 24/08/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor, Valdeci Domingo De Azevedo, ocupante do cargo de Operador Vaca Mecânica, matrícula 34649-00, lotado na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, 3 (três) meses de licença especial no período de 01/09/2026 a 29/11/2026, conforme o artigo 128 da Lei Municipal n.º 2274/2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:9077125B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6346, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia ADRIANE DE CAMPOS para o cargo de Psicóloga

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **ADRIANE DE CAMPOS**, portadora da carteira nacional de identidade C.I.N. nº 009.***.***-00/SSP/PR, para o cargo efetivo de Psicóloga, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 01/2022 e da consequente convocação por meio do Edital nº 137, de 30 de junho de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **11 de agosto de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:E3B1EDF9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
EXTRATO DO CONTRATO 06/2023

Espécie: Extrato do Contrato nº 06/2023

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV

Contratado: LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA;

CNPJ: 18.934.959/0001-60;

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados para a elaboração da Avaliação Atuarial;

Valor: R$ 14.424,43 (quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos)

Vigência: 03/09/2027;

Data de Assinatura: 24/08/2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Eliza Cruz de Freitas
Código Identificador:D62B52E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL P.E. Nº 30/2026

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Considerando a necessidade de correção no Termo de referência ao edital, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.
Onde se lê:
n) Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para a atividade exercida pela licitante, podendo ser apresentada por meio de publicação no Diário Oficial da União ou consulta eletrônica ao portal oficial da ANVISA.
Leia-se:
n) Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para a atividade exercida pela licitante, podendo ser apresentada por meio de publicação no Diário Oficial da União ou consulta eletrônica ao portal oficial da ANVISA.
n.1) para as empresas vencedoras dos itens classificados como alimentos, fica dispensada a apresentação da exigência alínea "n".

Considerando que a referida alteração não compromete a formulação das propostas e, ao contrário, amplia a participação de outras empresas, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 55, a data de abertura da sessão permanece mantida para o dia **03 de setembro de 2026.**

Tijucas do Sul, 27 de agosto de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:2804B3A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO A ARP N° 157 ANO 2025

Nº DA ATA	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 157/2025	Pregão Eletrônico n° 35/2025	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (13.08.2027) e reajuste.	**R.K. KASCZUK & CIA LTDA** CNPJ: 22.196.632/0001-05	14/08/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:7DD38753

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 01 - ANO 2024

Nº TERMO DE COLABORÇÃO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 01/2024	Inexigibilidade Nº 43/2024	Prorrogação de prazo por 03 (três) meses. (17/11/2026).	**ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES AMBIENTAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE COLETA DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE TIJUCAS DO SUL/PR - ARECICLA** CNPJ: 11.824.840/0001-95	18/08/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:1FB5CAA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MAURICIO FERREIRA MARCONDES	441.XXX.XXX-04	7929/00010/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: ALINE ISHII Matrícula: 00001066
Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO / 7202 Assinatura:

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:C4CC1254

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196
/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ONOFRE DOS SANTOS	192.XXX.XXX-15	7929/00011/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: ALINE ISHII Matrícula: 00001066
Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO / 7202 Assinatura:

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:05A7C30D

PODER EXECUTIVO
ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026, DATADA EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, determina a publicação de ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026, DATADA EM 26 DE AGOSTO DE 2026, tendo em vista a constatação de erro material de digitação assim:

Onde se lê:
Cargo: "MONITOR"

Leia-se:

Cargo: "MOTORISTA"

Diligências e publicações de praxe.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
27 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:BE00843A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que foi ANULADO o Pregão Eletrônico nº 34/2026, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.
A anulação decorre da necessidade de revisão dos documentos da fase preparatória e do instrumento convocatório, conforme decisão da autoridade competente, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
Em consequência, o Processo Administrativo nº 066/2026 será encerrado e arquivado após o cumprimento das formalidades legais e o decurso do prazo recursal.
Três Barras do Paraná, 27 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:D86BC104

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 075/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h** do dia **15 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO FURGÃO, NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, TRANSFORMADOS EM AMBULÂNCIA TIPO B – SUPORTE BÁSICO DE VIDA, TETO ALTO E ENTRE-EIXOS LONGO, DEVIDAMENTE EQUIPADOS E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS, SANITÁRIAS E DE TRÂNSITO APLICÁVEIS.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 27 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:A7E83E9C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7260/2026

DECRETO Nº7260/2026
Data 25.08.2026

Concede gratificação de dedicação exclusiva ao servidor em estágio probatório e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a Lei Municipal nº 2626/2024, conforme memorando/ADM,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedida gratificação de dedicação exclusiva ao servidor, Senhor **Diogo Rocha Lourenci**, ocupante do cargo de Motorista, sob a matrícula funcional nº 1474-5/1, num percentual de 30% (trinta por cento) acrescido aos seus vencimentos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 01/08/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:3E526616

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7263/2026

DECRETO Nº7263/2026
Data 26.08.2026

Concede Licença Maternidade a Servidora em Estágio Probatório Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 61, da Lei Municipal 2626/2024,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento vinte) dias, a servidora conforme abaixo descrita:

Matricula	Nome	Cargo	Período da Licença
1806-6/1	Marisete da Silva Neis	Professora	26/08/2026 a 23/12/2026

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:8851A6BB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 085/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO BRITADOR MÓVEL PARA SUBSTITUIÇÃO DE MANDÍBULAS E MÃO DE OBRA.

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 74, Inciso I, da Lei N° 14.133/2021

CONTRATADA
CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ sob nº 02.873.674/0001-26

PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:C62D16D0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1327/2026

PORTARIA Nº1327/2026
Data 12.08.2026

Fica contratada a aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS n° 001/2025 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica contratada a aprovada no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, por prazo determinado, conforme contrato, sendo a que segue:

PROFESSOR TEMPORÁRIO

Nome	Matricula	Simbolo
Karina Schmitz	1988-7/1	PDA -1

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 12 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D804BA08

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1328/2026

PORTARIA Nº1328/2026
Data 20.08.2026

Lota e concede adicional de insalubridade a servidora em estágio probatório e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o art. 47 da Lei Municipal nº 2626/2024 e o Decreto nº 6919/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido adicional de insalubridade a servidora em estágio probatório, conforme abaixo relacionada, já na lotação em que se encontra:

Cargo: Médico 40h

Mat.	Nome	Lotação	Percentual	Data inicio
1990-9/1	Maria Julia Canhassi Lopes	Secretaria Municipal de Saúde – Centro de Saúde	Grau Médio 5%	17/08/2026

Art. 2º. Fica concedido adicional de insalubridade, com base em Estudo de Caso realizado no quadro de servidores deste Município, definido no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT/2022 e de acordo com a Lei Municipal 2433/2023, de 07/02/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:7866D53B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Gerso Francisco Gusso, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGA** a decisão proferida pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 085/2026 e **AUTORIZA** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica homologada a contratação da empresa **CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.873.674/0001-26, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO BRITADOR MÓVEL PARA SUBSTITUIÇÃO DE MANDÍBULAS E MÃO DE OBRA**, pelo valor total de R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Três Barras do Paraná/PR, 27 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:51DB2F17

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTIATIVO Nº 085/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, embasado no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da INEXIGIBILIDADE nº 20/2026, embasado no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à contratação da empresa CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.873.674/0001-26, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO BRITADOR MÓVEL PARA SUBSTITUIÇÃO DE MANDÍBULAS E MÃO DE OBRA, com o valor total de R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Três Barras do Paraná/PR, 27 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:93FEB892

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 12/2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 12/2025

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **VIAÇÃO TIGRE LTDA ME.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem como objeto o aditivo de acréscimo quantitativo de 23,8% ao valor do contrato original, para o Lote 8, estendendo a rota em 24 km dia, por um período de 90 dias letivos, totalizando 2.160 Km.
CLÁUSULA SEGUNDA – Importa o presente Termo Aditivo em acréscimo de **R$ 32.529,60 (Trinta e dois mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)** ao valor do Contrato ora aditado.
CLÁUSULA TERCEIRA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 25 de abril de 2025, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Tunas do Paraná/PR, 25 de agosto de 2026.
ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal MANASSES COSTA SANTOS Representante Legal da Empresa**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:69F3F6AE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO E RERRATIFICAÇÃO AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2025.

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RERRATIFICAÇÃO AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2025.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ CNPJ: 68.703.834/0001-05.
CONTRATADA: J. COSTA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 19.042.881/0001-31, neste ato representada por JOSIMAR COSTA.
As partes acima qualificadas, por mútuo acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Retificação, para corrigir erro material na planilha de cálculo, constante no processo, do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 26-2025, assinado em 15/07/2026, e em sua retificação assinada na data de 28/07/2026, publicada no diário Oficial dos Municípios na data de 29/07/2026, edição 3583, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto
O presente instrumento tem por objeto retificar a Clausula Primeira do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2025, e sua retificação, referente a Concorrência nº 01-2025, conforme Memorando Nº 126/2026 da Secretaria de Obras, que passa a vigorar com as correções abaixo.

Cláusula Segunda – Da Retificação
Onde se lê na Cláusula Primeira do Termo Aditivo anterior:
" Alteração contratual, em revisão dos preços, para reequilíbrio econômico financeiro, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Obras, parecer técnico, e planilha de itens e serviços anexos, estabelecendo acréscimo de Valor de R$ 247.970,86 (Duzentos e quarenta e sete mil novecentos e setenta reais e oitenta e seis centavos), configurando o valor global do contrato original para R$ 2.745.470,86 (Dois milhões setecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta reais e oitenta e seis centavos)."
Leia-se efetivamente:
" Alteração contratual, em revisão dos preços, para reequilíbrio econômico financeiro, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Obras, parecer técnico, e planilha de itens e serviços anexos, estabelecendo acréscimo de Valor de R$ 278.951,65 (Duzentos e setenta e oito mil novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos), configurando o valor global do contrato original para R$ 2.776.451,65 (Dois milhões setecentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos)."

Cláusula Terceira – Da Ratificação
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Termo Aditivo anterior e do Contrato Principal que não conflitem com este instrumento de retificação.
E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor.

Tunas do Paraná 27 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Contratada:
J. Costa Construção Civil LTDA-EPP
JOSIMAR COSTA
Representante Legal

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4B84497F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 61-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 61/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Célio Roberto Menezes**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista Categoria B, na Secretaria Municipal de Saúde.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 31 de agosto de 2027.

Turvo-PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F7A17C25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 63-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 63/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Anderson Luiz Batista**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista Categoria D, na Secretaria Municipal de Saúde.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 31 de agosto de 2027.

Turvo-PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:6489958D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 64-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 64/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Nelson Luiz Guilherme**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista Categoria D, na Secretaria Municipal de Saúde.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 31 de agosto de 2027.

Turvo-PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:5C7908DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 66-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 66/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Elessandro Caetano de Almeida**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista categoria B, na Secretaria Municipal de Saúde.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 01 de setembro de 2027.

Turvo-PR, 28 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:DD6B5266

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE TERMO CONTRATUAL N° 67-2025.

EXTRATO ADITIVO AO TERMO CONTRATUAL Nº 67/2025

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Adriano Gomes**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Motorista Categoria B, na Secretaria Municipal de Saúde.
VIGENCIA:	Prorroga a vigência do contrato até 01 de setembro de 2027.

Turvo-PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:A3D669DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA SEGUNDA PRORROGAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 27/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 65/2025

Segunda Prorrogação - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – N° 27/2025– INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 65/2025 – Concedente: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – Beneficiada: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TURVO pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 00.540.063/0001-30 com sede localizada na Av. 12 de Maio, n° 353, Turvo/PR, neste ato representada por seu presidente Diogo Augusto de Oliveira, portador do RG sob nº 7.507.968-0/SSP-PR e do CPF nº 030.109.089-03 – Objeto: Termo de Parceria – acordo de cooperação entre o município de turvo e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TURVO, disponibilização de serviços e materiais destinados à execução de melhorias na estrutura física da sede da entidade - Vigência: Fica prorrogada a vigência do Termo de Parceria – Acordo de Cooperação Técnica nº 27/2025, sendo o prazo final de vigência 07 de dezembro de 2026 - Gestora: Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto – Fiscal: Cheila Fernanda Torteli – Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, a contratada.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:4AD3DFCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2026

Termo de Fomento – Inexigibilidade de Licitação Nº 70/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Beneficiada:ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 00.827.823/0001-95, com sede na Rua Ernesto Rickli, neste ato representado por seu presidente Sr. Anderson Tonon de Oliveira, portador do CPF nº 023.333.939-63- **Objeto:**O presente Plano de Trabalho tem por objeto a formalização de Termo de Fomento entre o Município de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo - ACET, visando ao repasse no valor de R$ 12.060,05 (doze mil e sessenta reais e cinco centavos), para a Associação Comercial Empresarial de Turvo - ACET, de acordo com Lei Municipal n° 053/2023 e Decreto n°134/2025 – **Prazo de Vigência:** O presente TERMO DE FOMENTO terá vigência de 12 (doze) meses sendo do dia 26/08/2026 até 25/08/2027 - **Valor global:** R$ 12.060,05 (doze mil, sessenta reais e cinco centavos) – **Gestora:**Evanisy Santos Miranda– **Fiscal**: Elaine Cristina Pereira Ribas -**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:B838A9AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 616-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30(trinta) dias de afastamento para tratamento de saúde, para o servidor temporário **Eric Antonio Anatriello**, Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 25 de agosto de 2026 a 23 de setembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado, através do protocolo nº 3.235/2026.
Parágrafo único – O servidor deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 25 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:5E8671E3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 617-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até 01 de setembro de 2026 a licença para tratamento de saúde para a servidora **Vani Tluscik**, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concedida através da Portaria nº 514/2026, em atenção ao laudo da perícia médica.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 22 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:038B4DF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 618-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 09 (nove) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para o servidor efetivo **Juvino Garcia Correa**, Motorista de Veículos Leves e Emergências, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 20 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026. Em atenção ao laudo da perícia médica realizada.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 20 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:4C990863

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 619-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 8 (oito) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Dayane de Moura**, Professora com carga horaria de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza na Secretaria Municipal de Educação, no período de 21 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026. Em atenção ao laudo da perícia médica realizada.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 21 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B34EA200

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 620-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 156 da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento de 08 (oito) dias para a servidora efetiva **Valeria Buczek Ribeiro**, Cozinheira, lotada no Cmei Padre João Adolfo Barendse, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 24 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2026, em virtude de falecimento de familiar. Em atenção a apresentação da certidão de óbito através do protocolo nº 3.259/2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 24 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 595/2026.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:139413BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 621-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 27 de agosto de 2026, a servidora **Ana Claudia da Cruz Binde**, inscrita no CPF nº 093.628.779-96, do cargo comissionado de Assessora II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em atenção à solicitação da mesma através do protocolo nº 3.257/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:5FB66108

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 622-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 31 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 65/2025, da senhora **Marines Aparecida da Luz,** inscrita no CPF nº 094.711.179-41, de prestação de serviços no cargo de Auxiliar Educacional, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Escola Municipal Professor Elias Abrahão, na Secretaria Municipal de Educação, admitida através de aprovação no PSS nº 03/2023. Em virtude do término do contrato de trabalho.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 31 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:2E294BE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 623-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 31 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 69/2025, do senhor **Mauricio Conte Figueiredo,** inscrito no CPF 031.705.639-55, de prestação de serviços no cargo de Motorista – Categoria D, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, admitido através de aprovação no PSS nº 02/2025. Em virtude do término do contrato de trabalho.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 31 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9D0E8ECE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 624-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 31 de agosto de 2026, o contrato de trabalho nº 59/2025, do senhor **Neri Ruttes Caetano,** inscrito no CPF

082.563.839-92, de prestação de serviços no cargo de Motorista – Categoria D, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, admitido através de aprovação no PSS nº 02/2025. Em virtude do término do contrato de trabalho.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 31 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AED04A19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 625-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 156 da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento de 08 (oito) dias para a servidora efetiva **Daniele Nogueira Machado de Matos**, Professora, lotada no Cmei Vó Luiza, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 25 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, em virtude de falecimento de familiar. Em atenção a apresentação da certidão de óbito através do protocolo nº 3.260/2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 25 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:DD4B6141

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 71/2026,objeto visa o repasse de recursos financeiros e materiais da **ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA PREF MUNICIPAL DE TURVO (00.540.063/0001-30),** destinado à disponibilização de serviços, materiais e bens necessários à manutenção, conservação, adequação e revitalização do salão social, quiosque, campo de futebol e demais espaços que integram a sede da entidade, localizada no Município de Turvo/PR ,mediante Inexigibilidade de Licitação, Acordo de Cooperação no valor total de R$ 29.578,11 (vinte e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e onze centavos), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da contratada;

•
Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:AC9290B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 71/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal da Administração, autorizado pelo Prefeito Municipal em 27/08/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA PREF MUNICIPAL DE TURVO (00.540.063/0001-30)

Objeto: Repasse de prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica, produtos, materiais de construção e outros produtos, necessários, destinados à manutenção, conservação e revitalização do salão social, quiosque, campo de futebol e outros espaços onde se localiza a sede da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Turvo – PR.

Fundamento legal: Lei Municipal nº 06/2026

Justificativa: A formalização da parceria possui como fundamento a Lei Municipal nº 06/2026, bem como as emendas impositivas apresentadas pelos seguintes vereadores:
· Vivaldo dos Santos Souza – Emenda Impositiva nº 01/2025, no valor de R$ 3.758,92;
· Cesar Musika – Emenda Impositiva nº 06/2025, no valor de R$ 3.439,73;
· Josnei Neves – Emenda Impositiva nº 07/2025, no valor de R$ 1.000,00;
· Marina Vennek Borges – Emenda Impositiva nº 08/2025, no valor de R$ 4.379,46;
· Fernando Batista – Emenda Impositiva nº 09/2025, no valor de R$ 5.000,00.
A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Turvo encaminhou solicitação à Administração Municipal requerendo a disponibilização de serviços, materiais e bens destinados à melhoria da infraestrutura de sua sede, conforme autorizado pelas Leis Municipais nº 01/2009 e 06/2026, que permite a celebração de parcerias e ações de cooperação entre o Poder Público Municipal e entidade representativa dos servidores públicos municipais.
A entidade solicita, entre outros itens, a disponibilização de revestimento de parede em painel lambri ripado de alumínio com acabamento amadeirado, a aquisição de conjuntos de mesas e cadeiras plásticas, o fornecimento de materiais de construção e a execução de serviços de mão de obra de pedreiro e servente de pedreiro.
Os serviços e materiais pretendidos serão destinados à adequação, manutenção, conservação e revitalização do salão social, do quiosque, do campo de futebol e das demais dependências da Associação, considerando que os espaços apresentam desgaste natural decorrente do tempo de utilização, além da existência de estruturas que ainda necessitam de conclusão e acabamento adequados.
A celebração da parceria entre o Município e a Associação justifica-se pelo interesse público e coletivo relacionado à utilização do espaço. A sede da entidade não é utilizada exclusivamente pelos servidores associados, sendo também disponibilizada para instituições de ensino das redes municipal e estadual, para o Centro de Convivência

vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, para entidades sem fins lucrativos e para a própria Administração Municipal, que realiza no local eventos, reuniões e atividades de caráter social, educativo, esportivo e institucional.
As melhorias propostas proporcionarão benefícios diretos à coletividade, ampliando as condições de segurança, conforto e funcionalidade do espaço para a realização de atividades educativas, esportivas, recreativas e de integração social. A parceria também contribui para o fortalecimento das relações entre o Poder Público, os servidores municipais e a comunidade local, promovendo o bem-estar e a valorização do funcionalismo público municipal.
A parceria está fundamentada na existência de interesses recíprocos entre as partes, mediante a cooperação institucional, técnica e material, observando-se a legislação municipal vigente e os princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e interesse público que orientam a atuação da Administração Pública.
Dessa forma, a formalização do instrumento mostra-se pertinente e necessária, constituindo mecanismo legítimo de apoio institucional e de promoção do uso comunitário do espaço, contribuindo para sua preservação e para o fortalecimento das relações entre os servidores públicos municipais, a Administração e a comunidade.
Valor autorizado pela Lei Municipal nº 06/2026: R$ 12.000,00.
Valor proveniente das emendas impositivas: R$ 17.578,11.
Valor total da parceria: R$ 29.578,11.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 71/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 27 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n° 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:885689F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 91/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 4.125/2026 (1Doc), **HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 91/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais lúdicos, terapêuticos, testes psicológicos e materiais esportivos, de acordo com as seguintes indicações:
Lotes n° 02, 04 e 05 em favor da empresa **BRINCAMENTE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA (CNPJ N° 67.239.762/0001-16)** pelo valor global R$ 6.525,92 (seis mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos);
Lotes n° 06 em favor da empresa **FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA (CNPJ N° 41.227.145/0001-07)** pelo valor global de R$ 4.282,80 (quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos);
Ademais, torno público que o **LOTES 01 E 07 RESTOU FRACASSADO**, uma vez que as empresas participantes foram desclassificadas e inabilitadas e o **LOTES 03 E 08 RESTOU DESERTO**, uma vez que não acudiram interessados na contratação do seu objeto.
Na oportunidade, então, considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo, com relação aos **Lotes 01, 03, 07 e 08**. Caso seja necessária a realização de um novo procedimento licitatório, poderão ser aproveitados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:003CE643

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
DISPENSA 04/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA – PARANÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 57/2026
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – EXTRATO
Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, do veículo **FIAT CRONOS, placa BCD-7284, Chassi nº 8AP359A23KUO11508**, pertencente à Câmara Municipal de Umuarama/PR.
Justificativa: A contratação decorre da necessidade de reparos identificados na avaliação técnica do veículo, incluindo serviços nos sistemas de câmbio, freios, ignição, arrefecimento e climatização. O veículo é utilizado em viagens oficiais de parlamentares e servidores, sendo indispensável à continuidade das atividades institucionais. A urgência dos reparos foi certificada pelo Diretor-Geral, diante do risco de agravamento das falhas, indisponibilidade do veículo e comprometimento da segurança dos usuários.
Fundamentação Legal: Art. 75, incisos I e VIII, da **Lei Federal nº 14.133/2021**.
Pesquisa de Preços:
Diante das pesquisas de preços obtidas a empresa **Contratada: GARCEZ E SANTOS LTDA.**, CNPJ nº **05.153.060/0001-68,** conhecida como (Mecânica do Miro), obteve menor valor de propost .
Valor Total: R$ 7.890,00 (sete mil, oitocentos e noventa reais), correspondente aos serviços de manutenção, mão de obra, peças e materiais necessários aos reparos.
Dotação Orçamentária:
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.
Parecer Jurídico: Favorável, emitido pelo Assessor Jurídico **Luiz Sergio Toledo de Barros Filho**, em 21 de agosto de 2026.
Autorização: Despacho do Presidente da Câmara Municipal, **Luiz Antônio Caviquioli**, de 26 de agosto de 2026.
Dispositivo: Diante da regularidade do procedimento, da urgência demonstrada, dos pareceres favoráveis e da proposta mais vantajosa, fica **DISPENSADA A LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, incisos I e VIII, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação da empresa acima identificada, pelo valor total de R$ 7.890,00.
Umuarama/PR, 27 de agosto de 2026.
Cássia Patrícia M. P. Ungaro Simone A Freitas Fabiano Maziero Lacotiz
Agente de Contratação Equipe de Apoio Equipe de Apoio

RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Ratifico os fundamentos apresentados nos autos e **AUTORIZO a contratação direta** da empresa **GARCEZ E SANTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **05.153.060/0001-68**, pelo valor total de **R$ 7.890,00 (sete mil, oitocentos e noventa reais)**, para a **manutenção preventiva e corretiva do veículo Fiat Cronos, placa BCD-7284**, conforme condições e especificações constantes do processo.
A presente contratação direta fundamenta-se no **art. 75, incisos I e VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, considerando a necessidade de manutenção do veículo e a situação de urgência devidamente caracterizada nos autos.
Diante da regularidade do procedimento, RATIFICO a Dispensa de Licitação e AUTORIZO a contratação, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umuarama/PR, 27 de agosto de 2026.

LUIZ ANTÔNIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal de Umuarama

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:5C17B29F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - FMS - REPUBLICAÇÃO

AVISO DE PREGÃO - REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/06/617

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM/LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Aquisição de Materiais e Insumos Hospitalares Diversos, que supram as necessidades pelo período de 12 (doze) meses da Atenção Primária em Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas, CEM, CEO, CRMI, Ambulatório Municipal de Infectologia e COVISA da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 11/09/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 11/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 11/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 14.502.650,55 (quatorze milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 27 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:A3135EA9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 058/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: DEISICLER BAILO ZANOLO LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado ao valor do presente contrato o valor de R$ 64.981,88 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos) perfazendo o valor deste termo em R$ 64.981,88 (sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:445 – F:511
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:446 – F:1000
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 26 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 059/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: A. J. ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 32.494,04 (trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos), perfazendo o valor deste termo em R$ 32.494,04 (trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:445 – F:511
10.001.15.452.0006.2.025. – ED: 3.3.90.30.00.00 – D:446 – F:1000
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 26 de agosto de 2026.

Umuarama, 27 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:52D89151

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/08/472

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1- 10(Dez) Milheiros de Saco à Vácuo 20X30 espessura 12 micras, liso e transparente.

Objeto entregue sem custo adicional no Banco de Alimentos de Umuarama-Pr, situado na Av: julio Cesar Jarros, nº 2804-cep: 87.506-400 - Umuarama-Pr.

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 01 de setembro de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 27 de agosto de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:51DF0B93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2026/08/473

PROCESSO N° 2026/08/473

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1: 01 (Uma) Unidade Máquina Extrusora de Concreto para meio-fio com sarjeta, motor a diesel com no mínimo 13hp, com partida elétrica e direção manual, sistema elétrico 12v com bateria, sistema de transmissão com redutor de velocidade compatível com operação contínua, propulsão dotada de martelo extrusor, transmissão por engrenagens de aço e corrente dupla de alta resistência, montada sobre chassi em monobloco em aço estrutural e pintura industrial, com uma forma inclusa para produção de meio-fio com sarjeta (modelo a ser repassado pelo município), com garantia de no mínimo 180 dias.
Objeto entregue sem custo adicional no (Pátio Rodoviário de Máquinas da Prefeitura, situado na Rod. PR 580 - Saída para Serra dos Dourados -Umuarama-Pr),

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 01 de setembro de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 27 de agosto de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7F8CA26A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.108/2026

Altera a Portaria n.º 1.310 de 30 de abril de 2025, que designa a servidora SIMONE APARECIDA RIGOBELI VANALLI, para prestar serviços à Casa Civil do Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 885/2026;
CONSIDERANDO, a Lei nº 4.848, de 29 de abril de 2025, alterada pela Lei nº 4.990, de 24 de julho de 2026;

R E S O L V E :

Art. 1º Alterar a Portaria nº 1.310 de 30 de abril de 2025, que designa a servidora **SIMONE APARECIDA RIGOBELI VANALLI**, para prestar serviços à Casa Civil do Estado do Paraná, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Designar a servidora **SIMONE APARECIDA RIGOBELI VANALLI,** matrícula 982131, portadora da cédula de identidade RG sob n.º 6.***.**4-1 SSP-PR, inscrita no CPF n.º 026.***.**9-07, nomeada em 06 de julho de 2012, para ocupar o cargo público de Professora, pelo regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviço a Casa Civil do Estado do Paraná, de acordo com a Lei nº 4.848 de 29 de abril de 2025, alterada pela Lei nº 4.990, de 24 de julho de 2026, de 01 de setembro de 2026 a 29 de abril de 2027, com ônus para o Município, mediante ressarcimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 19 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A4D6CA54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.121/2026

Prorroga prazo de validade da Portaria nº 472/2026, que constituiu Comissão Especial**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 005/2026, da Presidente de Comissão,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo da Portaria nº 472, de 09 de abril de 2026, que Constituiu Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a conduta da servidora **LANA KARLA DE ALVARENGA BARRADAS**, nomeada em 09/02/2015 e 02/02/2022, para ocupar o cargo público de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e aplicar eventual penalidade, com fundamento nos Art. 128, 129, 140, 141, 143, 157 e seguintes da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:581B9066

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1.122/2026

Prorroga prazo de validade da Portaria nº 528/2026, que constituiu Comissão Especial**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 005/2026, da Presidente de Comissão,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo da Portaria nº 528, de 17 de abril de 2026, que Constituiu Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a conduta do servidor CRISTIANO GOMES DE OLIVEIRA, admitido em 06/05/2024, para ocupar o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, pelo regime jurídico PSP, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e aplicar eventual penalidade, com fundamento nos Art. 128, 129, 143, 157 e seguintes da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1BF877E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 870/2026

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público, ao servidor KESLEY CARLOS JORGE DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os três anos de efetivo exercício do servidor;

CONSIDERANDO que o servidor obteve a nota de 10,0 (dez) pontos na média dos fatores avaliados e conceito excelente;

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar, nos termos do Art. 20, da Lei Complementar Municipal nº 018/1992 – Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama, Art. 41, da Constituição Federal e o Parecer conclusivo da Comissão Central de Avaliação de Estágio Probatório, que opinou pela aprovação e consequente estabilidade no serviço público, ao servidor **KESLEY CARLOS JORGE DA SILVA**, matrícula n° 997859, nomeado em 16/11/2022, para ocupar o cargo de carreira de MOTORISTA II, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Reconhecer a estabilidade no serviço público a partir de 02/12/2025, ao servidor em razão de sua aprovação na avaliação de Estágio probatório e pelo decurso do prazo legal de três anos de efetivo exercício.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 03 de julho de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:579BA439

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 032/2026

PORTARIA Nº 032/2026 – SMS

Designa servidor responsável para atuar como Gestor do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Hospital de Olhos de Umuarama e o IAITEA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 220/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Dayse Valéria Moreira André, portadora do CPF nº 900.***.***-72 , ocupante do cargo de Diretora Geral, para atuar como GESTORA do Acordo de Cooperação Técnica celebrada entre o Município de Umuarama (Fundo Municipal de Saúde), o Hospital de Olhos de Umuarama e o IAITEA (Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista).

Art. 2º Compete ao Gestor designado o acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação da execução do objeto pactuado, garantindo o cumprimento do Plano de Trabalho e a observância dos princípios da administração pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama/PR, 20 de Agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:63498D9A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 441/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) candidato(s) aprovado(s) em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,**

nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo : MERENDEIRA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
42º	RAFAELA DROSZAK	01/09/2026	Secretaria Municipal de Educação

Cargo : MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
26º	EDNO HENRIQUE DIAS	01/09/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0E7F2274

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 442/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **SIRLENE APARECIDA GROBER DE OLIVEIRA**, CPF nº 070.553.029-94, da função de **PROFESSORA**, Nível Magistério, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:41DE098C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do CMEI Sagrada Família de Nazaré – Creche Tipo 1, conforme projetos, planilhas e demais documentos integrantes da Concorrência Eletrônica nº 04/2025, sob a regência da Lei nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, por intermédio do Departamento de Licitação, torna pública a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação do remanescente da obra, em razão da rescisão do Contrato de Empreitada nº 11/2025, celebrado com a empresa CPENGE ENGENHARIA LTDA., nos termos do art. 90, § 7º, c/c §§ 2º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.

CONVOCAÇÃO: A convocação observará rigorosamente a ordem de classificação, iniciando-se pelo licitante classificado em 2º lugar e prosseguindo-se com os subsequentes em caso de recusa ou impossibilidade de contratação. A contratação abrangerá exclusivamente o remanescente da obra, conforme medição, planilha e cronograma atualizados. Inicialmente, serão observadas as condições da proposta vencedora; não havendo aceite, poderá ser realizada negociação sucessiva, respeitada a ordem classificatória e o valor estimado atualizado.

PRAZOS E PROCEDIMENTO: A convocação e a manifestação ocorrerão em **1º de setembro de 2026, às 09h00min**, horário de Brasília, pela plataforma eletrônica utilizada no certame. A contratação dependerá da manutenção das condições de habilitação, da aprovação técnica e jurídica, da vantajosidade e da autorização competente. Documentos disponíveis em: https://transparencia.betha.cloud/#/Ob3s7lerWui2aWai6x3yWA==/consulta/180727/detalhe/30:36:2025_29_36

União da Vitória/PR, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito Municipal

MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:FE76A18D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA / CREDENCIAMENTO N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 69/2026

O Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, Sr. ARY CARNEIRO JUNIOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações/Contratação, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto do certame em favor da empresa credenciada, conforme especificações a seguir:

1. MODALIDADE: Chamada Pública/Credenciamento n.º 03/2026 *(Processo Administrativo n.º 69/2026).*
2. OBJETO: Credenciamento de concessionárias de transporte rodoviário de passageiros para fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de União da Vitória/PR.
3. 2ª EMPRESA ADJUDICADA E CREDENCIADA:
Razão Social: VIAÇÃO OURO E PRATA S.A.
CNPJ/MF: 92.954.106/0001-42
Item: 1 – Fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais (Cota Livre).
Quantidade: 1,00 UN
Valor Total Adjudicado: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social (19.001.08.244.0015.2057):

• 19.001.08.244.0015.2057.3.3.90.32.00 – Benefícios Eventuais (Fonte 00000)
• 19.001.08.244.0015.2057.3.3.90.39.00 – Benefícios Eventuais (Fonte 00000)

5. DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 27 de agosto de 2026.

União da Vitória/PR, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:65D66201

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº 60/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, CNPJ: 75.967.760/0001-71.
CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, CNPJ nº 03.541.088/0027-86.
PROCESSO: Processo Administrativo nº 90/2026, Dispensa de Licitação nº 14/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Contratação direta do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC para execução de formações continuadas destinadas a diretores, supervisores, professores e merendeiras da rede municipal de ensino de União da Vitória, conforme necessidades definidas pela Secretaria Municipal de Educação.
VALOR TOTAL: R$ 36.800,00 (Trinta e seis mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.39.00 – Manutenção Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante, Ary Carneiro Junior, e pelo Contratado, Sidnei Lopes de Oliveira.

Publicado por:
Sheila Conceicao Rodrigues da Silva
Código Identificador:0C704CF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMMA Nº 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE EQUIPE DE DEFESA ANIMAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMMA Nº 003/2026

Dispõe sobre os critérios, procedimentos e mecanismos de controle para triagem, internamento, atendimento, encaminhamento, tratamento e acompanhamento de animais atendidos pelo Município, bem como sobre a seleção e o credenciamento de clínicas veterinárias, o controle dos gastos públicos e a rastreabilidade dos serviços prestados.

CAPÍTULO I

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. Esta Resolução estabelece os critérios e procedimentos administrativos a serem observados pela equipe do Setor de Defesa Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para o atendimento de animais sob responsabilidade ou encaminhamento do Município.
Art. 2. O atendimento deverá observar, sempre que aplicável:
I – a situação presumida do animal com base nos registros de imagem e relato do solicitante;
II – necessidade e a gravidade do caso;
III – enquadramento na legislação vigente, em especial da Lei Municipal 5029/22;
IV – a disponibilidade dos serviços e recursos públicos;
V – os critérios de prioridade;
VII – a documentação e o registro individualizado do atendimento;
VIII – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 3. Todo atendimento deverá possuir registro individualizado, permitindo o rastreamento do animal desde a solicitação ou identificação da ocorrência até a conclusão do atendimento, tratamento, alta, encaminhamento ou outra destinação devidamente justificada.
CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS DE TRIAGEM E CLASSIFICAÇÃO DOS ATENDIMENTOS
Art. 4. A triagem consiste na avaliação inicial do animal, destinada a identificar a situação clínica, a gravidade do caso, a necessidade de atendimento veterinário e a prioridade de atendimento.
Art. 5. A triagem deverá ser realizada por servidor ou profissional habilitado mediante acompanhamento de médico veterinário.
§ 1º. A classificação inicial preliminar será baseada nas informações fornecidas pelo solicitante e no registro fotográfico encaminhado.
§ 2º. A classificação poderá ser revista, reclassificada ou alterada após avaliação presencial da equipe técnico-veterinária, destinando-se exclusivamente à definição da mobilização de recurso público e da prioridade operacional do atendimento, não constituindo diagnóstico médico-veterinário definitivo.
Art. 6. Os atendimentos serão preliminarmente classificados por prioridade, seguindo o preconizado pela IN SEMMA nº 01/2026, nas seguintes categorias:
I – Prioridade A (Emergência): situação que represente risco imediato à vida do animal ou sofrimento intenso;
II – Prioridade B (Urgência): situação que demande atendimento em curto prazo para evitar agravamento do quadro e potencial risco à vida;
III – Prioridade C (Eletivo): Agravos a saúde que não oferecem risco imediato ou mediato à vida, passível de assistência médico-veterinária programada;
IV – Prioridade D (Orientativo): Situação em que não requer avaliação presencial médico-veterinária, passível de teleatendimento.
Art. 7. Sem prejuízo da avaliação clínica do caso concreto, para a triagem poderão ser considerados critérios clínicos sugestivos de:
EMERGÊNCIA:
– Hemorragia intensa ou ativa;

– Cianose, dispneia ou insuficiência respiratória moderada ou grave;
– Parada cardiorespiratória ou choque circulatório presumido;
– Convulsões ativas ou recorrentes;
– Inconsciência, estado comatoso ou semicomatoso, perda de responsividade ou alterações neurológicas relevantes;
– Trauma severo, mutilações, politraumatismo ou fraturas expostas;
– Síndrome abdominal aguda grave;
– Distocia;
– Obstrução urinária;
– Piometra;
– Hipertermia ou hipotermia severa;
– Intoxicação aguda grave;
– Desidratação severa;
– Queimadura extensa;
– Evisceração ou protusão de órgãos,
– Dor extrema ou sofrimento intenso evidente;
– Suspeita de raiva;
– Outras alterações com risco iminente de morte ou deterioração clínica rápida.
URGÊNCIA:
– Lesões extensas sem instabilidade evidente;
– Vômito ou diarreia persistente;
– Hipertermia ou hipotermia discreta ou persistente;
– Claudicação importante, fraturas estáveis, paresia ou plegia de membros;

– Suspeita de enfermidade infectocontagiosa;
– Alterações oftálmicas ou renais relevantes;

– Miíase intensa;
– Desidratação moderada;
– Abscessos;
– Dor moderada;
– Debilidade progressiva, caquexia, apatia ou prostração grave;
– Outras alterações com potencial de agravamento clínico.
ELETIVO:
– Avaliação ou reavaliação de rotina, ou procedimentos preventivos;
– Acompanhamento pós-operatório estável, retirada de pontos ou renovação de curativos;
– Necessidade de castração eletiva;
– Infestações por ecto ou endoparasitas;
– Claudicação discreta;
– Secreções sem alterações sistêmicas;
– Dermatopatias e otites estáveis ou sem comprometimento sistêmico;
– Afecções crônicas sem agravamento recente;
– Massas estáveis;
– Síndrome gastrointestinal discreta;
- Dor discreta.
– Outros sinais clínicos ou alterações de menor importância ou sem risco à vida.

Art. 8. A execução operacional das prioridades seguirá os seguintes critérios:

– A gravidade presumida da situação relatada;
– O risco presumido de agravamento clínico;
– A relevância sanitária, ambiental ou social do caso;
– A condição presumida de vulnerabilidade e saúde do animal;
– A segurança da coletividade;
– A disponibilidade operacional, logística, estrutural e de insumos do serviço;
– A divisão das atividades administrativas, fiscalizatórias, assistenciais e demais demandas do Setor;
– A capacidade técnica e operacional das equipes disponíveis;
– A existência de outras ocorrências simultâneas de maior prioridade.

Art. 9. A classificação deverá ser registrada no formulário ou sistema de atendimento, contendo a justificativa técnica correspondente.

CAPÍTULO III
DO INTERNAMENTO

Art. 10. O internamento será indicado após o atendimento ambulatorial e conforme avaliação clínica do caso concreto pelo médico-veterinário, se constatada a necessidade de acompanhamento clínico contínuo, suporte à vida, administração de medicamentos indisponíveis ou de infusão contínua, monitoramento de sinais vitais, cuidados pós-operatórios ou outros procedimentos justificados em parecer técnico.

Art. 11. A necessidade de internamento deverá ser fundamentada pelo médico-veterinário responsável, mediante registro da condição clínica do animal e da justificativa técnica.

Art. 12. A autorização para internamento deverá conter:
I – identificação do animal e do responsável ou solicitante;
II – data e horário do atendimento

e admissão;
III – identificação da clínica;
IV – identificação do médico veterinário municipal responsável pelo atendimento e do médico veterinário responsável pela admissão na clínica;
V – diagnóstico ou suspeita clínica; VI – autorização administrativa correspondente e assinaturas.

Art. 13. Após admissão e avaliação clínica do animal pela equipe veterinária da clínica, deverá ser fornecido e documentado por ela ao Setor de Defesa Animal o período previsto necessário de internamento.

Art. 14. A permanência do animal internado deverá ser acompanhada e reavaliada periodicamente, evitando-se prolongamento injustificado do internamento.

§ 1º. Havendo necessidade de prolongamento, a justificativa deverá ser fornecida e documentada pelo médico-veterinário responsável da clínica.

CAPÍTULO IV
DA AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Art. 15. Os procedimentos serão indicados após o atendimento ambulatorial e conforme avaliação clínica do caso concreto pelo médico-veterinário, se constatada a necessidade de exames complementares para diagnóstico definitivo e condução clínica e/ou de procedimentos terapêuticos clínico-cirúrgicos de média e alta complexidade que ultrapassam o limite do atendimento ambulatorial.

Art. 16. Os procedimentos veterinários realizados com recursos públicos deverão possuir autorização administrativa do médico-veterinário e justificativa técnica, ressalvadas situações emergenciais em que a intervenção imediata seja indispensável para preservar a vida ou evitar sofrimento grave do animal.

Art. 17. A autorização para procedimentos deverá conter:
I – identificação do animal e do responsável ou solicitante;
II – data e horário do atendimento e admissão;
III – identificação da clínica;
IV – identificação do médico veterinário municipal responsável pelo atendimento e do médico veterinário responsável pela admissão na clínica;
V – diagnóstico ou suspeita clínica;
VI – procedimentos indicados e previamente autorizados;
VII – autorização administrativa correspondente e assinaturas.

Art. 18. Nos casos emergenciais, o atendimento poderá ser iniciado antes da autorização administrativa formal, desde que:
I – a situação seja devidamente caracterizada como emergencial pelo médico-veterinário;
II – o procedimento seja indispensável;
III – a justificativa seja registrada;
IV – a comunicação à autoridade administrativa competente ocorra tão logo seja possível;
V – posteriormente sejam apresentados os documentos comprobatórios do atendimento.

CAPÍTULO V
DO ENCAMINHAMENTO ÀS CLÍNICAS CREDENCIADAS

Art. 19. O encaminhamento dos animais deverá observar critérios objetivos, impessoais e transparentes.

Art. 20. Na distribuição dos atendimentos entre as clínicas credenciadas deverão ser considerados, conforme a necessidade do caso:
I – capacidade técnica da clínica;
II – disponibilidade de atendimento;
III – tipo de procedimento necessário;
IV – necessidade de internamento;
V – equipamentos e estrutura disponíveis;
VI – localização e logística, quando tecnicamente relevantes;
VII – escala ou sistema de distribuição previamente estabelecido;
VIII – histórico de capacidade de atendimento e cumprimento das obrigações contratadas.

Art. 21. Sempre que houver mais de uma clínica habilitada e apta a realizar determinado procedimento, deverá ser utilizado critério objetivo de distribuição, evitando-se direcionamento pessoal ou favorecimento.

Art. 22. O encaminhamento deverá ser registrado, contendo as informações conforme Art. 12 e Art. 17.

CAPÍTULO VI
DA RECUSA DE ATENDIMENTO

Art. 23. O atendimento solicitado por munícipe será fundamentadamente recusado pela Administração Pública Municipal sempre que extrapolar os limites da legislação vigente, em especial da Lei Municipal 5029/22 que destina os atendimentos veterinários exclusivamente para animais errantes (sem dono) ou animais domiciliados com responsável inscrito em CADÚnico com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo nacional.

Art. 24. Nos casos que ocorram encaminhamento para clínicas, a recusa de atendimento pela clínica credenciada deverá ser formalmente justificada.

Art. 25. Poderão constituir motivos de recusa, desde que devidamente comprovados:
I – ausência de estrutura ou equipamento necessário ao procedimento;
II – ausência de profissional habilitado para o atendimento específico;
III – indisponibilidade técnica devidamente comprovada;
IV – situação que extrapole os serviços previstos no credenciamento;
V – outras circunstâncias técnicas devidamente justificadas.

Art. 26. A recusa não poderá ocorrer de maneira genérica, imotivada ou discriminatória.
Art. 27. A justificativa de recusa deverá ser registrada e encaminhada ao Setor de Defesa Animal, que avaliará a necessidade de direcionamento do animal a outra clínica credenciada.
Art. 28. Havendo recusa injustificada ou reiterada, a ocorrência deverá ser registrada para fins de fiscalização e eventual adoção das medidas administrativas cabíveis.
Art. 29. A recusa pela Administração Pública Municipal para realização de procedimentos solicitados pela clínica conveniada ocorrerá de forma fundamentada sempre que:
I - Não restar comprovada a condição de baixa renda do tutor;
II - O procedimento solicitado possuir caráter estritamente estético;
III - O laudo do responsável técnico da clínica indicar situação irreversível sem prognóstico de melhora, hipótese em que será avaliada a aplicação de eutanásia, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Municipal nº 5.029/2022 e normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária;
IV – O procedimento ou exame ultrapassar o limite financeiro anual estabelecido pelo município em contrato de licitação com a clínica conveniada, excetos os casos de emergência e urgência.

CAPÍTULO VII
DA SELEÇÃO E DO CREDENCIAMENTO DAS CLÍNICAS
Art. 30. A seleção e o credenciamento das clínicas veterinárias deverão observar a legislação aplicável às contratações públicas e os requisitos técnicos, sanitários, profissionais e documentais exigíveis.
Art. 31. Para fins de habilitação, deverão ser exigidos, conforme aplicável:
I – documentação de identificação e regularidade da pessoa jurídica;
II – comprovação de inscrição e regularidade perante os órgãos competentes;
III – comprovação de regularidade do estabelecimento perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária;
IV – comprovação de responsável técnico habilitado;
V – licenças e autorizações exigíveis;
VI – comprovação de capacidade técnica e estrutural compatível com os serviços exigidos;
VII –demais documentos exigidos pela Administração.
Art. 32. A clínica somente poderá ser efetivamente credenciada após a comprovação de sua habilitação e regularidade.
Art. 33. O credenciamento deverá possuir documentação própria, contendo os serviços autorizados, valores ou critérios de remuneração, obrigações da clínica, responsabilidades, formas de fiscalização e condições para suspensão ou descredenciamento.
Art. 34. A renovação do credenciamento dependerá da manutenção dos requisitos de habilitação e da avaliação do cumprimento das obrigações assumidas.
Art. 35. O credenciamento poderá ser suspenso ou descredenciado nas hipóteses previstas no instrumento administrativo correspondente e na legislação aplicável, especialmente em caso de:
I – perda dos requisitos de habilitação;
II – prestação inadequada dos serviços;
III – recusa injustificada e reiterada de atendimento;
IV – cobrança indevida;
V – apresentação de documentação ou informação falsa;
VI – descumprimento das obrigações assumidas;
VII – irregularidades graves constatadas pela fiscalização.
CAPÍTULO VIII
DOS GASTOS E DOS TRATAMENTOS EXECUTADOS
Art. 36. Deverá ser mantida relação individualizada dos gastos e tratamentos executados por cada clínica credenciada.
Art. 37. O registro individualizado deverá conter, no mínimo, quando aplicável:
I – número do protocolo;
II – nome do animal;
III - espécie;
IV – remanescentes do mês anterior;
V - entrada do animal;
VI – procedimentos realizados;
VII - número de diárias;
VII – valor diárias,
VIII – valor dos procedimentos;
IX – valor total internamento;
X – local de origem do animal;
XI – destino do animal;
XII – identificação da clínica;
XIII – documentos comprobatórios (exames realizados).
Art. 38. A clínica deverá apresentar documentação compatível com os serviços efetivamente realizados.
Art. 39. O pagamento somente deverá ser processado após a conferência da documentação e da compatibilidade entre o serviço autorizado, o serviço executado e o valor apresentado.
CAPÍTULO IX
DOS MECANISMOS DE CONTROLE
Art. 40. Os recursos públicos destinados à proteção e atendimento animal deverão estar sujeitos a mecanismos de controle financeiro, contábil, orçamentário, operacional e patrimonial rígidos.
Art. 41. O controle financeiro deverá permitir a identificação dos valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos, conforme os procedimentos administrativos aplicáveis.

Art. 42. Cada despesa deverá estar vinculada à respectiva documentação comprobatória e ao atendimento individualizado do animal.
Art. 43. O registro contábil das despesas deverá observar as normas aplicáveis à Administração Pública e possibilitar a identificação da natureza da despesa e dos documentos que lhe deram origem.
Art. 44. A realização dos atendimentos deverá observar a disponibilidade e a execução orçamentária destinada à finalidade correspondente, respeitadas as autorizações e procedimentos administrativos exigíveis.
Art. 45. O controle operacional deverá permitir o acompanhamento de cada atendimento, desde a triagem até a conclusão do tratamento.
Art. 46. Deverão ser mantidos registros que possibilitem verificar:
I – quem solicitou o atendimento;
II – quem realizou a triagem;
III – quem autorizou o procedimento;
IV – para qual clínica o animal foi encaminhado;
V – quais procedimentos foram realizados;
VI – quais materiais e medicamentos foram utilizados;
VII – qual foi o resultado do atendimento;
VIII – qual valor foi pago.
Art. 47. Os bens, equipamentos, materiais permanentes e demais recursos patrimoniais vinculados às atividades de proteção animal deverão ser registrados e controlados de acordo com as normas patrimoniais do Município.
CAPÍTULO X
DA FISCALIZAÇÃO
Art. 48. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pelas clínicas credenciadas, observadas as competências administrativas pertinentes.
Art. 49. A fiscalização compreenderá:
I – conferência dos prontuários;
II – conferência dos procedimentos realizados;
III – conferência de notas fiscais e documentos;
IV – verificação dos valores cobrados;
V – acompanhamento dos animais internados;
VI – verificação das condições de atendimento;
VII – análise das justificativas técnicas;
VIII – verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela clínica.
Art. 50. As irregularidades deverão ser formalmente registradas, com indicação das providências administrativas adotadas.
CAPÍTULO XI
DA INDIVIDUALIZAÇÃO E RASTREABILIDADE DOS ATENDIMENTOS
Art. 51. Cada animal atendido deverá possuir registro individualizado, contendo, sempre que possível:
I – identificação do animal;
II – espécie e raça;
III – sexo;
IV – características de identificação;
V – local de origem ou resgate;
VI – data de entrada;
VII – responsável pela atendimento e encaminhamento;
VIII – classificação da triagem;

IX – prontuário clínico;
X – procedimentos realizados;
XI – clínica responsável;
XII – período de internamento;
XIII – medicamentos e materiais utilizados;
XIV – evolução clínica;
XV – alta, transferência, óbito ou outra destinação;
XVI – valores gastos;
XVII – documentação comprobatória.

Art. 52. Os registros deverão ser mantidos de forma organizada e acessível para fiscalização, auditoria e prestação de informações aos órgãos competentes, observadas as normas aplicáveis de proteção de dados e arquivamento.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 53. Compete ao Setor de Defesa Animal:
I – realizar e coordenar a triagem conforme os critérios estabelecidos e legislação vigente;
II – atender conforme triagem;
III – encaminhar, se necessário, os animais conforme os critérios estabelecidos;
IV – acompanhar a evolução clínica dos animais encaminhados;
V – conferir a documentação apresentada pelas clínicas;
VI – comunicar irregularidades;
VII – manter atualizados os registros dos animais atendidos pelo Município.

Art. 54. Compete ao responsável pela autorização administrativa:
I – verificar a existência de justificativa técnica;
II – verificar a adequação do procedimento solicitado;
III – observar os limites administrativos e orçamentários aplicáveis;
IV – registrar a autorização;
V – comunicar eventuais inconsistências.

Art. 55. Compete às clínicas credenciadas:
I – prestar os serviços conforme contratação e solicitação pelo Município;
II – manter prontuários e registros dos atendimentos;
III – fornecer documentação comprobatória;
IV – solicitar e justificar tecnicamente procedimentos adicionais;
V – comunicar situações emergenciais;
VI – apresentar informações necessárias à fiscalização;
VII – cumprir as obrigações previstas no instrumento de credenciamento;
VIII – atender aos atos fiscalizatórios e medidas corretivas quando constatado irregularidades;
IX – manter regularidade fiscal, sanitária, técnica e trabalhista, incluindo perante ao Conselho Regional de Medicina Veterinária e demais órgãos pertinentes.

CAPÍTULO XIII
DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 56. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá manter os registros necessários à demonstração da regularidade dos atendimentos realizados e dos recursos públicos empregados.

Art. 57. Os documentos deverão permitir a vinculação entre: triagem → atendimento ambulatorial → autorização → encaminhamento → atendimento pela clínica → tratamento → documentação → despesa → pagamento.

Art. 58. Sempre que solicitado pelos órgãos de controle ou autoridade competente, deverão ser disponibilizados os documentos e informações necessários à comprovação dos procedimentos adotados.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dos setores municipais competentes, observada a legislação aplicável.

Art. 60. Esta Resolução não substitui os procedimentos formais exigidos pela legislação de contratação pública, execução orçamentária, controle interno, prestação de contas ou demais normas aplicáveis à Administração Pública.

Art. 61. Os procedimentos previstos nesta Resolução deverão ser revisados sempre que identificada a necessidade de aprimoramento administrativo, alteração normativa ou modificação das determinações judiciais aplicáveis.

Art. 62. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6F988DB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMMA Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE EQUIPE DE DEFESA ANIMAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMMA Nº 004/2026

Ementa: Dispõe sobre o registro, a tramitação, o atendimento, o acolhimento, a recusa, a comunicação, os prazos, os recursos, o arquivamento, a preservação documental e a publicidade das demandas do Setor de Defesa Animal do Município de União da Vitória, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 8º, 9º, 77, 78 e 101 da Lei Municipal nº 5.029/2022,
RESOLVE:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos administrativos a serem observados pelo Setor de Defesa Animal do Município de União da Vitória para:
I — o recebimento, o registro e a identificação das demandas da população;
II — a formação, a tramitação e o acompanhamento dos processos e protocolos administrativos;
III — o registro e a manutenção dos prontuários dos animais atendidos;
IV — o acolhimento, o atendimento, o encaminhamento ou a recusa fundamentada das demandas;
V — a definição dos prazos de atendimento, resposta e decisão;
VI — a comunicação dos atos administrativos aos interessados;
VII — a apresentação, o processamento e o julgamento de pedidos de reconsideração e recursos administrativos;
VIII — o arquivamento, a preservação e a rastreabilidade dos documentos;
IX — a continuidade dos registros administrativos entre servidores, coordenações e gestões municipais; e
X — a divulgação dos canais oficiais de atendimento do Município e do Setor de Defesa Animal.

Art. 2º Esta Instrução Normativa aplica-se aos servidores, empregados públicos, estagiários e demais agentes que atuem no Setor de Defesa Animal, respeitadas as atribuições e competências próprias de cada função.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Instrução Normativa observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoável duração do processo, transparência, continuidade do serviço público, proteção e bem-estar animal, segurança da informação e preservação documental.

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I — demanda: denúncia, comunicação, solicitação, reclamação, pedido de atendimento ou requerimento relacionado às atribuições do Setor de Defesa Animal;
II — protocolo: registro numérico e individualizado que identifica a demanda e permite seu acompanhamento;
III — processo administrativo: conjunto ordenado de atos, documentos, informações, manifestações e decisões relacionados à análise de determinada demanda;
IV — requerente: pessoa que apresenta a demanda ou atua legitimamente em seu nome;

V — resposta inicial: manifestação administrativa que informa o recebimento, o acolhimento, o encaminhamento, a necessidade de complementação, a recusa fundamentada ou as providências iniciais adotadas; e
VI — decisão: manifestação administrativa conclusiva sobre a demanda ou sobre recurso interposto.

CAPÍTULO II — DO RECEBIMENTO E DO REGISTRO DAS DEMANDAS

Art. 5º Toda demanda que estiver relacionada às atribuições do Setor de Defesa Animal deverá ser registrada em protocolo ou sistema institucional oficial, ainda que o atendimento inicial ocorra por órgão ou canal diverso da unidade responsável pela análise.
Art. 6º As demandas poderão ser apresentadas, a critério do requerente, por qualquer canal oficial de atendimento do Município, inclusive:
I — pelo sítio eletrônico oficial da Prefeitura;
II — pela Ouvidoria Municipal;
III — pelo atendimento presencial na sede da Prefeitura;
IV — pelo Sistema Betha Cidadão; ou
V — por outro canal oficial que venha a ser disponibilizado pela Administração Municipal.
§ 1º O atendimento ou o recurso não poderá ser recusado exclusivamente pelo fato de ter sido apresentado em canal diverso daquele utilizado ordinariamente pelo Setor de Defesa Animal.
§ 2º Recebida a demanda por canal oficial diverso do Setor de Defesa Animal, o órgão ou unidade que a receber deverá providenciar seu registro e encaminhamento interno, sem transferir ao requerente o ônus de reapresentá-la.
§ 3º Quando já existir protocolo, o requerente deverá informar seu número para que a nova manifestação, documento, resposta ou recurso seja vinculado ao processo correspondente.
§ 4º Na ausência de protocolo previamente aberto, o canal de atendimento deverá providenciar a abertura de novo registro, sempre que a demanda estiver minimamente identificada.
Art. 7º Enquanto não estiver concluída a transição para sistema informatizado integralmente compatível com as necessidades do Setor de Defesa Animal, poderão ser utilizados, de forma complementar e controlada, protocolo físico, sistema oficial, Ouvidoria, atendimento presencial e outros canais institucionais autorizados.
§ 1º O uso de aplicativo de mensagens ou de comunicação eletrônica somente será admitido como meio institucional de recebimento quando estiver formalmente autorizado pelo Município e vinculado a procedimento de registro oficial.
§ 2º Informações recebidas por meio não integrado ao sistema oficial deverão ser transpostas para o protocolo ou processo administrativo, com indicação da data, do canal de origem e do agente responsável pelo registro.
Art. 8º A cada demanda será atribuído número de protocolo único, que deverá ser informado ao requerente sempre que possível.
Art. 9º O registro da demanda conterá, conforme a natureza do caso e a disponibilidade das informações:
I — número do protocolo;
II — data e horário de abertura;
III — identificação e meio de contato do requerente, quando fornecidos;
IV — endereço da ocorrência ou do requerente, quando pertinente;
V — descrição objetiva dos fatos e do pedido;
VI — imagens, vídeos ou outros registros da situação do animal, quando disponíveis;
VII — documentos relevantes, inclusive os necessários à análise das hipóteses previstas no art. 77 da Lei Municipal nº 5.029/2022;
VIII — servidor ou unidade responsável pela análise;
IX — providências adotadas;
X — encaminhamentos realizados;
XI — comunicações expedidas e recebidas;
XII — decisão ou resposta final; e
XIII — data e fundamento do encerramento e arquivamento.
Art. 10. É vedada a manutenção exclusiva de documentos e informações institucionais em arquivos pessoais, aparelhos particulares, contas pessoais de e-mail ou aplicativos de mensagens particulares.
Art. 11. Os documentos recebidos ou produzidos durante o atendimento deverão ser incorporados ao protocolo ou processo administrativo correspondente, em formato físico ou digital, conforme o meio institucional disponível.

CAPÍTULO III — DA TRAMITAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Art. 12. Registrada a demanda, o responsável deverá realizar a análise inicial e determinar, conforme o caso:
I — o acolhimento e o atendimento;
II — a solicitação de complementação de informações;
III — a realização de diligência, fiscalização ou avaliação técnica ou médico-veterinária;
IV — o encaminhamento a outro órgão ou entidade competente;
V — a recusa fundamentada; ou
VI — outra providência administrativa adequada e legalmente admitida.
Art. 13. Os atos praticados no processo administrativo deverão ser registrados de maneira clara, objetiva e cronológica, com identificação do agente responsável, data e providência adotada.
Art. 14. O requerente poderá acompanhar a demanda mediante o número do protocolo, utilizando qualquer canal oficial de atendimento municipal apto a realizar a consulta ou encaminhar a solicitação de informação.
Art. 15. A mudança de servidor, responsável, coordenação, secretário ou gestão municipal não interromperá a tramitação nem acarretará a perda dos registros, documentos ou providências já realizados.
CAPÍTULO IV — DOS PRONTUÁRIOS DOS ANIMAIS
Art. 16. Os animais atendidos por médico-veterinário do Setor de Defesa Animal deverão possuir prontuário individual, sempre que possível e de acordo com a natureza do atendimento.
Art. 17. O prontuário conterá, conforme aplicável:
I — identificação do animal e, quando houver, número de microchip;
II — identificação do responsável ou requerente;
III — espécie, raça, sexo, idade aproximada, peso aproximado e cor da pelagem;
IV — histórico clínico, relato ou queixa principal;
V — anamnese;
VI — exame físico;
VII — registros fotográficos ou audiovisuais;
VIII — procedimentos realizados;
IX — orientações fornecidas; e
X — termo de consentimento e responsabilidade, quando necessário.
Art. 18. O prontuário deverá ser vinculado ao protocolo ou processo administrativo correspondente, preservado em arquivo institucional e acessado somente por agentes autorizados, observadas as normas aplicáveis à proteção de dados e ao sigilo profissional.

CAPÍTULO V — DO ACOLHIMENTO, DO ATENDIMENTO, DO ENCAMINHAMENTO E DA RECUSA
Art. 19. Toda demanda deverá receber resposta administrativa compatível com sua natureza, ainda que o resultado seja o encaminhamento a outro órgão, a solicitação de informações complementares ou a recusa fundamentada.
Art. 20. O acolhimento, o atendimento, o encaminhamento ou a recusa deverão ser registrados no protocolo ou processo administrativo.
Art. 21. A demanda será recusada ou não acolhida quando:
I — não for de competência do Setor de Defesa Animal;
II — não se enquadrar nas atribuições legais ou administrativas do Município;
III — não contiver informações mínimas indispensáveis à análise e não for possível obtê-las ou complementá-las;
IV — não corresponder a serviço ou procedimento disponibilizado legalmente pelo Município;
V — depender de providência de outro órgão ou entidade, sem prejuízo do encaminhamento cabível; ou
VI — houver outra impossibilidade devidamente fundamentada.
Art. 22. A recusa deverá ser motivada e indicar, conforme o caso:
I — os fatos considerados;
II — a atribuição ou competência administrativa relacionada à demanda;
III — os elementos técnicos, documentais, legais ou normativos utilizados; e

IV — a orientação sobre eventual encaminhamento, complementação ou recurso cabível.

Art. 23. Nenhuma demanda que dependa de atuação administrativa do Município poderá ser recusada exclusivamente de forma verbal quando houver possibilidade de registro.

Art. 24. Quando a demanda não for de competência do Setor de Defesa Animal, o requerente será informado e, sempre que possível, o processo será encaminhado formalmente ao órgão ou entidade competente, com registro da providência no protocolo.

CAPÍTULO VI — DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO, RESPOSTA E DECISÃO

Art. 25. Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, salvo disposição legal específica em sentido diverso.

Art. 26. O Setor de Defesa Animal observará os seguintes prazos para atendimento ou resposta inicial:

I — demandas urgentes ou emergenciais: providência prioritária, preferencialmente em até 24 (vinte e quatro) horas, quando houver risco à vida ou à integridade de animais, risco à saúde pública ou situação que demande intervenção imediata;

II — demandas prioritárias: providência ou resposta inicial em até 5 (cinco) dias úteis;

III — demandas ordinárias: providência ou resposta inicial em até 10 (dez) dias úteis; e

IV — demandas complexas: providência ou resposta inicial em até 20 (vinte) dias úteis, quando exigirem avaliação técnica ou médico-veterinária, fiscalização, diligências, produção de informações ou atuação articulada com outro órgão.

§ 1º Os prazos deste artigo referem-se ao atendimento ou à resposta inicial e não implicam, necessariamente, a conclusão definitiva da demanda.

§ 2º Para a definição do prazo serão consideradas a natureza, a urgência e a complexidade da demanda, bem como a necessidade de diligências, fiscalização, avaliação técnica, providências do requerente ou atuação de outro órgão.

§ 3º Se não for possível concluir a demanda no prazo inicialmente previsto, o Setor deverá registrar a justificativa no processo e informar ao requerente, sempre que possível, o andamento e a previsão de conclusão.

§ 4º As demandas urgentes ou emergenciais terão prioridade, observados a capacidade operacional e os meios disponíveis.

CAPÍTULO VII — DA COMUNICAÇÃO AO REQUERENTE

Art. 27. As comunicações relativas ao processo administrativo serão realizadas pelo canal informado pelo requerente ou por outro meio oficial que permita o registro da ciência, sempre que possível.

Art. 28. A comunicação deverá informar, conforme o caso:

I — o número do protocolo;

II — o recebimento da demanda;

III — a necessidade de complementação de informações;

IV — o acolhimento, atendimento ou encaminhamento;

V — a recusa e seus fundamentos;

VI — a decisão administrativa;

VII — o prazo para recurso, quando cabível; e

VIII — o canal oficial para apresentação de manifestação ou recurso.

Art. 29. A ausência de resposta do requerente a pedido de complementação não autoriza, por si só, o encerramento imediato quando for possível decidir com os elementos já disponíveis. Se a informação for indispensável, o processo poderá ser arquivado por impossibilidade de análise, mediante decisão fundamentada.

CAPÍTULO VIII — DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 30. Das decisões do Setor de Defesa Animal caberá pedido de reconsideração ou recurso administrativo~~, quando previsto na legislação ou nesta Instrução Normativa~~.

Art. 31. O recurso administrativo será dirigido, em primeira instância, à **Coordenação do Setor de Defesa Animal**.

§ 1º Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso, em segunda instância, ao **Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, observadas as competências legais do cargo.

§ 2º A autoridade que proferir a decisão recorrida poderá exercer juízo de retratação, quando cabível, antes do encaminhamento do recurso à autoridade competente para julgamento.

Art. 32. O recurso ou pedido de reconsideração poderá ser apresentado em qualquer canal oficial de atendimento municipal previsto no art. 6º, mediante a informação do número do protocolo a que se refere.

§ 1º O recurso não poderá ser recusado por ter sido apresentado na Ouvidoria, no sítio eletrônico da Prefeitura, no atendimento presencial da sede da Prefeitura, no Sistema Betha Cidadão ou em outro canal oficial diverso da autoridade julgadora.

§ 2º O canal que receber o recurso deverá registrá-lo e encaminhá-lo à autoridade competente, sem exigir que o requerente o reapresente diretamente à Coordenação da Defesa Animal ou ao Secretário Municipal.

§ 3º O recurso deverá conter, sempre que possível, a identificação do requerente, o número do protocolo, a decisão impugnada, os fundamentos do pedido e o resultado pretendido.

Art. 33. Salvo prazo diverso previsto em lei específica, o recurso deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão.

§ 1º A tempestividade será verificada a partir da data de apresentação do recurso em qualquer canal oficial de atendimento municipal.

§ 2º A apresentação do recurso em canal oficial diverso daquele competente para o julgamento não prejudicará o prazo do requerente.

Art. 34. O recurso será analisado e decidido no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado de seu recebimento pela autoridade competente, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa expressa.

~~**§ 1º** Em primeira instância, a decisão caberá à Coordenação do Setor de Defesa Animal.~~

~~**§ 2º** Em segunda instância, a decisão caberá ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.~~

§ 3º A decisão deverá ser fundamentada, indicando as razões de acolhimento ou rejeição dos argumentos apresentados e ser juntada ao protocolo ou processo administrativo.

Art. 35. O recurso em segunda instância deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão de primeira instância, e será protocolizado por qualquer canal oficial de atendimento municipal, com vinculação ao protocolo originário.

Art. 36. A comunicação da decisão deverá informar, quando cabível, a existência de recurso, a autoridade competente, o prazo e os canais oficiais para sua apresentação.

Art. 37. A interposição de recurso não suspende automaticamente a execução da decisão, salvo determinação legal ou decisão expressa da autoridade competente, especialmente quando houver risco à vida, à saúde pública, à integridade animal ou ao interesse público.

CAPÍTULO IX — DOS CANAIS DE ATENDIMENTO E DA PUBLICIDADE

Art. 38. A Administração Municipal deverá divulgar e manter atualizados os canais oficiais de atendimento relacionados às demandas da Defesa Animal, incluindo o sítio eletrônico oficial da Prefeitura, a Ouvidoria Municipal, o atendimento presencial na sede da Prefeitura e o Sistema Betha Cidadão.

Art. 39. Para fins de divulgação e atendimento ao público, ficam estabelecidos os seguintes dados da Defesa Animal de União da Vitória:

I — atendimento presencial: de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Praça Cel. Amazonas, nº 46, Centro, União da Vitória/PR, CEP 84600-185;

II — telefone da Defesa Animal: (42) 3521-1298;

III — WhatsApp da Defesa Animal: (42) 98841-8686;

IV — plantão: de segunda a sexta-feira, das 18h às 8h, e aos sábados, domingos e feriados, pelo telefone (42) 92001-6358; e

V — Ouvidoria Municipal: atendimento presencial ou telefônico de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, pelo telefone (42) 3521-1212.

Art. 40. Deverão ser divulgados, no mínimo:

I — os meios oficiais de contato;

II — o endereço e o horário de atendimento presencial;

III — os canais para denúncias, solicitações, manifestações e recursos;

IV — a possibilidade de apresentação de demanda ou recurso mediante informação do número do protocolo;

V — os prazos de atendimento, resposta e recurso;
VI — as hipóteses de encaminhamento, recusa ou não acolhimento; e
VII — a forma de acompanhamento do protocolo administrativo.
Art. 41. A Administração Municipal deverá dar ampla publicidade aos canais e procedimentos de atendimento da Defesa Animal no sítio eletrônico oficial do Município e nos meios de comunicação locais, com indicação dos meios de contato, endereços, horários de atendimento, prazos de resposta, requisitos e informações necessários à formalização das demandas, hipóteses de recusa ou não acolhimento e regras para apresentação de pedido de reconsideração ou recurso administrativo, incluindo prazo, autoridade competente e canais de protocolo.
Parágrafo único. A Secretaria responsável deverá manter registro das publicações e divulgações realizadas, promovendo sua atualização sempre que houver alteração nos canais, horários, prazos ou procedimentos.
Art. 42. Qualquer alteração nos canais, horários, prazos ou procedimentos deverá ser comunicada ao setor responsável pela publicação institucional, para atualização dos meios
ficiais.

CAPÍTULO X — DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E DA CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA
Art. 43. Os protocolos, processos, prontuários, relatórios, laudos, notificações, registros de fiscalização, termos, fotografias, comunicações, decisões e demais documentos produzidos ou recebidos pelo Setor de Defesa Animal constituem documentação institucional do Município.
Art. 44. Os registros deverão ser mantidos em sistema ou arquivo institucional que permita sua localização, consulta, integridade, preservação e continuidade, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados.
Art. 45. A Administração Municipal deverá manter solução institucional apta a assegurar o registro, o atendimento, o acompanhamento, a tramitação, a rastreabilidade e a preservação documental das demandas do Setor de Defesa Animal.
Art. 46. Os agentes que atuam no Setor de Defesa Animal deverão inserir e manter nos sistemas e arquivos institucionais os documentos produzidos no exercício de suas funções, sendo vedada a retenção indevida de documentos públicos.
Art. 47. O arquivamento somente ocorrerá após o registro da providência final, da decisão ou da justificativa de impossibilidade de prosseguimento, sem prejuízo da reabertura do processo quando surgirem fatos ou documentos novos juridicamente relevantes.

CAPÍTULO XI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 48. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Coordenação do Setor de Defesa Animal e, quando necessário, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e dos demais setores competentes.
Art. 49. A Defesa Animal deverá orientar os agentes envolvidos quanto ao cumprimento desta Instrução Normativa e promover a padronização dos procedimentos nela previstos.
Art. 50. Esta Instrução Normativa deverá ser revisada sempre que houver alteração relevante na legislação, nos sistemas institucionais, nos canais de atendimento, na estrutura administrativa ou nos procedimentos da Defesa Animal.
Art. 51. Esta Instrução Normativa será aplicada em conjunto com a legislação federal, estadual e municipal pertinente e com as normas profissionais aplicáveis às atividades médico-veterinárias.
Art. 52. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

NEI ANTÔNIO KUKLA
Secretário

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:D742EE02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 613/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
JOAO CARLOS WALKIW	1512647	2020-2025	SERVENTE	15/09/2026 A 13/12/2026
ROBERTO RIVELINO GOMES	134101	2001-2006	ZELADOR	26/08/2026 A 23/11/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:DEF74C74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 614/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
EDSON ANTONIO OLEINIK	1307201	2019/2020	TECNICO EM CONTABILIDADE	01/09/2026 A 10/09/2026
EDSON ANTONIO OLEINIK	1307201	2020/2021	TECNICO EM CONTABILIDADE	11/09/2026 A 30/09/2026
JOAO ANDERSON DE FRANÇA RIBEIRO	1489901	2025/2026	MOTORISTA	08/09/2026 A 27/09/2026
JOÃO CARLOS WALKIW	1512647	2025/2026	SERVENTE	26/08/2026 A 14/09/2026
EDSON MARCELO DA SILVA	1512606	2024/2025	SERVENTE	01/09/2026 A 20/09/2026
EDSON MARCELO DA SILVA	1512606	2025/2026	SERVENTE	21/09/2026 A 30/09/2026
EDNILSON DE GODOY	1512516	2024/2025	SERVENTE	08/09/2026 A 27/09/2026
EDNILSON DE GODOY	1512516	2025/2026	SERVENTE	28/09/2026 A 07/10/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:8A715F67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 615/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
NELCI MADALENA	CENTRAL DE MATERIAIS E	TECNICA EM	19/12/2025

MAZUR MORAES	**ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**ENFERMAGEM PLANTONISTA**	
CRISTIANE NADOLNY	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**19/12/2025**
CELINA CELI UNIAT	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**09/02/2026**
DILCELI JOANA DA SILVA HOFFMANN	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**10/02/2026**
IZALDO JUSTINO DE LIMA	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**ENFERMEIRO PLANTONISTA**	**09/02/2026**
TEREZA CRISTIANE FERREIRA DE DEUS	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**10/02/2026**
DANIELE CRISTINA BARBOSA CAVALHEIRO	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**19/12/2025**
ANA PAULA MARTINS DE SOUZA ZAKSZESKI	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO E SETOR DE LAVANDERIA – SECRETARIA SAUDE**	**ENFERMEIRA PLANTONISTA**	**19/12/2025**
IVAN COLERAUS	**CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) – SECRETARIA SAUDE**	**MÉDICO PLANTONISTA**	**19/12/2025**
MARIA FERNANDA DO CARMO	**CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO – SECRETARIA SAUDE**	**TECNICA EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**19/12/2025**
DAIR DOLINSKI	**CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) – SECRETARIA SAUDE**	**TECNIC0 EM ENFERMAGEM PLANTONISTA**	**09/02/2026**

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias 338/2026 e 607/2026.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7C9B44EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 617/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 31 DE AGOSTO A 04 DE SETEMBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

12º Chamada
Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

Colocação	Candidato(a)
87º	GABRIELA ALESSANDRA RADVANSKI

18º Chamada
Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Colocação	Candidato(a)
39º	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES
40º	JÉSSIKA CARLA LIMA WOLF

11º Chamada
Cargo: ZELADOR

Colocação	Candidato(a)
20º	PABLO FERNANDES DE SOUZA

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6556D29C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 618/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 17764/2026, referente ao DESPACHO - Controladoria-Geral do Município – Divisão de Corregedoria,** datado de 21 de agosto de 2026, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:78689731

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 3/2026 AO CONTRATO N.º 64/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2024 – PROCESSO Nº 77/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Alteração Contratual.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: MAPDATA – TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 66.582.784/0001-11.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa objetivando a aquisição de Licenças de uso de Software Autodesk Autocad e treinamentos Autodesk; com garantia de atualização das versões e suporte técnico pelo prazo das respectivas licenças, na modalidade de assinatura, a serem instalados nos servidores e desktops da Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
DA ALTERAÇÃO: Em decorrência da Alteração, a Empresa MAPDATA – TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 66.582.784/0001-11, pessoa Jurídica do Direito Privado, localizada na Avenida Geraldo Gobbo, n° 278, Anexo Com 01, Bairro Parque Residencial Boa Vista, Município de Americana, Estado de São Paulo, CEP: 13.477-410; tem sua denominação social alterada para **NTI BRASIL SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 66.582.784/0001-11, pessoa Jurídica de Direito Privado, localizada na Avenida Geraldo Gobbo, n° 278, Anexo Com 01, Bairro Parque Residencial Boa Vista, Município de Americana, Estado de São Paulo, CEP: 13.477-410. A Alteração consta na 32ª (trigésima segunda) Alteração do Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 03/03/2026 sob o nº 0.714.782/26-9 e conforme Parecer 584/2026 emitido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura de União da Vitória - PR.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:F8709ADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 4/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 64/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024 – PROCESSO Nº 77/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa objetivando a aquisição de Licenças de uso de Software Autodesk Autocad e treinamentos Autodesk; com garantia de atualização das versões e suporte técnico pelo prazo das respectivas licenças, na modalidade de assinatura, a serem instalados nos servidores e desktops da Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
CONTRATADO: NTI BRASIL SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA – CNPJ Nº 66.582.784/0001-11
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento; o prazo de vigência do Contrato n.º 64/2024 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 27/08/2026 e a terminar em 26/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato n.º 64/2024, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), sendo dez licenças no valor de R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 107º da Lei Federal n.º 14.133/21 e Cláusula 2ª do Contrato nº 64/2024.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:50CA4F04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO IL 13/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 91/2026, b) Nr. Licitação: 13/2026 – IL, c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação, d) Data de Homologação: 27/08/2026, e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para a realização de apresentações artísticas destinadas a compor a programação oficial do Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, a ser realizado em 07 de setembro de 2026, e da Programação de Natal 2026, com apresentações previstas para os dias 28 e 29 de novembro de 2026. Participante: LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA (08.245.733/0001-06

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:388D855E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 408, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 408, de 27 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para os servidores Lindones Miranda Machado – Motorista e Graciele Brum – Técnica em Enfermagem I, conforme requerimentos de diárias n. º 284 e 285/2026, protocolo n. º 7131/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel /PR, no dia 26 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa BAW-8I31.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 27 de agosto de 2026.

EDEMILSON JOSÉ MUSSATO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:BA00D086

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 409, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 409, de 27 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:
I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 286/2026, protocolo n. º 7132/2026, para o transporte de paciente do

SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu/PR, no dia 27 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 27 de agosto de 2026.

EDEMILSON JOSÉ MUSSATO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:5C082C4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 410, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 410, de 27 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias a servidora abaixo relacionada:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Jessica Giovanaz Garcia	Psicólogo	2024/2025	21/09/2026 até 30/09/2026
Jessica Giovanaz Garcia	Psicólogo	2025/2026	01/10/2026 até 10/10/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 27 de agosto de 2026.

EDEMILSON JOSÉ MUSSATO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:404A5F66

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 266 DE 27 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.582.400,00 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
02.01.04.122.0002.2.002.3.1.90.11 (12)	000	160.000,00
02.01.04.122.0002.2.002.3.1.91.13 (14)	000	5.800,00
02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.36 (17)	000	10.000,00
02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.46 (18)	000	2.400,00
03.02.04.123.0002.2.008.3.1.90.13 (71)	000	17.400,00
04.02.06.182.0013.2.007.3.3.90.46 (104)	000	7.600,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.36 (135)	000	1.700,00
06.01.12.122.0003.2.011.3.1.90.13 (146)	104	1.500,00
06.01.12.122.0003.2.011.3.1.91.13 (147)	104	9.200,00
06.02.12.361.0003.2.014.3.3.90.36 (181)	103	8.200,00
06.02.12.364.0011.2.030.3.1.90.11 (195)	000	11.400,00
06.02.12.365.0003.2.015.3.1.90.04 (208)	104	55.000,00
06.02.12.365.0003.2.015.3.1.90.11 (209)	104	270.000,00
06.02.12.365.0003.2.015.3.1.90.13 (210)	104	13.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.1.90.04 (216)	104	64.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.1.90.13 (218)	104	12.000,00
06.02.12.365.0003.2.016.3.3.90.46 (225)	104	18.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.13 (242)	101	32.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.1.90.04 (254)	102	96.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.1.90.04 (264)	102	80.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.1.90.13 (2756)	102	15.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.1.90.13 (312)	000	7.700,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.46 (327)	000	12.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.1.90.04 (1474)	303	85.000,00
07.02.10.302.0007.2.036.3.1.90.11 (382)	303	190.000,00
07.02.10.302.0007.2.036.3.1.91.13 (385)	303	30.000,00
07.02.10.304.0007.2.038.3.1.90.11 (416)	303	130.000,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.1.90.04 (1472)	000	64.000,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.1.90.13 (484)	000	1.100,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.1.90.04 (499)	000	35.000,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.1.90.13 (501)	000	12.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.1.90.11 (548)	000	97.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.1.91.13 (550)	000	7.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.46 (559)	000	5.000,00
10.01.20.608.0013.2.049.3.1.90.04 (577)	000	11.400,00
10.02.18.541.0017.2.051.3.1.90.13 (605)	000	5.000,00
TOTAL		**1.582.400,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
02.02.03.062.0002.2.003.3.1.90.11 (20)	000	80.000,00
02.01.04.122.0002.2.002.3.1.91.13 (13)	000	5.800,00
03.01.04.122.0002.2.006.3.1.91.13 (45)	000	80.000,00
03.02.04.123.0002.2.008.3.1.90.11 (70)	000	124.400,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.1.90.11 (126)	000	313.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.04 (237)	101	223.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.50.43 (315)	000	64.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.47 (328)	000	19.700,00
07.01.10.122.0007.2.033.3.1.90.11 (331)	303	435.000,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.1.90.11 (462)	000	112.100,00
09.01.23.691.0015.1.033.4.4.90.51 (544)	000	14.000,00
09.01.23.691.0015.1.034.4.4.90.52 (546)	000	45.000,00
09.02.23.695.0016.1.042.4.4.90.52 (564)	000	50.000,00
10.01.20.608.0013.2.049.3.3.50.41 (582)	000	16.400,00
TOTAL		**1.582.400,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 27 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:030BF0CF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-000, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 19.576.309/0001-52, com sede na av Boqueirão, nº 762/301, Igara, cep.: 92.410-392, na cidade de Canoas – RS, neste ato representada pelo Sr. ÁLVARO LOCATELLI, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na rua Erva Mate, nº 714, bairro Igara, cep.: 92.412-550, na cidade de Canoas – RS portador da cédula de identidade Rg. nº 5.067.232.08-1/RS e CPF. nº 938.131.630-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS QUANTITATIVOS – por força da prorrogação de prazo estabelecida no Terceiro Termo Aditivo, dando continuidade na prestação dos serviços, o valor atual do contrato de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais) passa para R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

Item	Und	Qtde.	Descrição	Vlr. Unt.	Vlr. Total
1	mês	12	Apoio administrativo presencial personalizado, em plataforma digital para atendimento da lei de acesso a informação e transparência, em conformidade ao índice de Transparência Nacional. Portal institucional, sistema administrativo para gerenciamento de 100% do conteúdo (textos, fotos, anexos, áudios e vídeos), Criação e Otimização de Serviços através de tecnologias disponíveis, tais como Criação de Páginas e Serviços para a população, Farmácia Municipal, Escalas de Atendimento, Merenda Escolar e Vagas, Iluminação Pública, através de reuniões mensais na sede da contratante, visando a aproximação dos gestores e a comunidade. Estrutura Mínima do Portal. - Informações sobre o Município: com galeria de fotos, áudio, vídeo e anexos. História do Município; Origem do nome; Bandeira, Brasão; Hino (letra e áudio); Cidade Canção (letra e áudio); Demografia; Localização; Clima; Outros. - Agência de Notícias: com galeria de fotos, áudio, vídeo e anexos. Vinculação das notícias por secretarias, de forma que a notícia seja apresentada na página inicial do site e na página da secretaria vinculada. - Ferramenta de busca avançada em todos os módulos do Portal; - Campanhas Publicitárias: Gerenciamento de Campanhas Publicitárias, inserção de mídias publicitárias (Fotos e Vídeos) - Revistas/Jornais/Tv/Rádio/Outdoor/Folders e outros. - Informativos: Inserção de Informativos ao Cidadão em Formatos diversos (Artigos / Anexos / Links); - Concursos Públicos, possibilidade de publicação de vários anexos vinculados ao concurso. As Publicações receberão Assinatura eletrônica (automaticamente, no momento do upload) atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; - O sistema permite a utilização do certificado digital no formato A1; - Leis Municipais (Link): - Portal da Transparência (com módulos exigidos pelo TCE-PR e MPE-PR, com opção de inserção de links para o Portal da Empresa que atende o município com o Sistema Contábil): - Galeria de Obras; - Telefones úteis; - Lista de todos os prefeitos e gestões; - Gestão Atual: Prefeito, Vice-prefeito e composição da Câmara de vereadores; - Galeria de eventos com galeria de fotos e vídeo - Eventos Históricos com galeria de fotos e vídeo - Agenda cultural; - Mapas; - Secretarias - O sistema permitirá o cadastro das secretarias com os seguintes campos: Nome da secretaria, nome do menu, e-mail, fone, fax, secretário, foto do secretário, currículo do secretário, institucional da secretaria, projetos desenvolvidos. Deverá ter um formulário de contato direto com a secretaria. - Galeria de ilustres - Cadastro de nome e foto - Galeria de aquisições - Cadastro de título e artigo - Artistas do município - Cadastro de nome a artigo - Banner superior do site - Cadastro via sistema - Cadastro de servidores - com os seguintes campos: Nome situação (ativo, afastado, inativo/pensionista), cargo, lotação, local, expediente e supervisor - Assinador de documentos online - deverá efetuar a assinatura digital em documentos pdf, sem fazer a publicação no site. - Papéis de Parede; - Pop-up's inseridas via sistema com data de início e termino da veiculação. - Criação de menus através do sistema administrativo do site - Enquete - com o cadastro da pergunta e das alternativas - Guia Comercial do Município - destinado ao cadastro de todas as empresas do município, divididas em categorias; - Links úteis - subdivididos por categorias; - Pontos Turísticos com galeria de fotos e vídeo; - Downloads, separados por categorias e subcategorias. - Escolas Municipais - terá o cadastro da escola, com os seguintes campos: nome da escola, endereço, responsável, artigo, galeria de fotos, cadastro de turmas, e número de alunos por turma - Hospitais e postos de Saúde – terá os seguintes campos: Nome do hospital/posto de Saúde, endereço, responsável, horário de atendimento, número de atendimentos por mê	R$ 575,00	R$ 6.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 27 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:00FAEB0A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48-2024 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-000, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 19.576.309/0001-52, com sede na av Boqueirão, nº 762/301, Igara, cep.: 92.410-392, na cidade de Canoas – RS, neste ato representada pelo Sr. ÁLVARO LOCATELLI, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na rua Erva Mate, nº 714, bairro Igara, cep.: 92.412-550, na cidade de Canoas – RS portador da cédula de identidade Rg. nº 5.067.232.08-1/RS e CPF. nº 938.131.630-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE - Com base na Cláusula Décima da Contrato primitivo, fica reajustado os seguintes produtos:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial	Valor Unitário Reajustado
1	Apoio administrativo presencial personalizado, em plataforma digital para atendimento da lei de acesso a informação e transparência, em conformidade ao índice de Transparência Nacional. Portal institucional, sistema administrativo para gerenciamento de 100% do conteúdo (textos, fotos, anexos, áudios e vídeos), Criação e Otimização de Serviços através de tecnologias disponíveis, tais como Criação de Páginas e Serviços para a população, Farmácia Municipal, Escalas de Atendimento, Merenda Escolar e Vagas, Iluminação Pública, através de reuniões mensais na sede da contratante, visando a aproximação dos gestores e a comunidade. Estrutura Mínima do Portal. - Informações sobre o Município: com galeria de fotos, áudio, vídeo e anexos. História do Município; Origem do nome; Bandeira, Brasão; Hino (letra e áudio); Cidade Canção (letra e áudio); Demografia; Localização; Clima; Outros. - Agência de Notícias: com galeria de fotos, áudio, vídeo e anexos. Vinculação das notícias por secretarias, de forma que a notícia seja apresentada na página inicial do site e na página da secretaria vinculada. - Ferramenta de busca avançada em todos os módulos do Portal; - Campanhas Publicitárias: Gerenciamento de Campanhas Publicitárias, inserção de mídias publicitárias (Fotos e Vídeos) - Revistas/Jornais/Tv/Rádio/Outdoor/Folders e outros. - Informativos: Inserção de Informativos ao Cidadão em Formatos diversos (Artigos / Anexos / Links); - Concursos Públicos, possibilidade de publicação de vários anexos vinculados ao concurso. As Publicações receberão Assinatura eletrônica (automaticamente, no momento do upload) atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; - O sistema permite a utilização do certificado digital no formato A1; - Leis Municipais (Link): - Portal da Transparência (com módulos exigidos pelo TCE-PR e MPE-PR, com opção de inserção de links para o Portal da Empresa que atende o município com o Sistema Contábil): - Galeria de Obras; - Telefones úteis; - Lista de todos os prefeitos e gestões; - Gestão Atual: Prefeito, Vice-prefeito e composição da Câmara de vereadores; - Galeria de eventos com galeria de fotos e vídeo - Eventos Históricos com galeria de fotos e vídeo - Agenda cultural; - Mapas; - Secretarias - O sistema permitirá o cadastro das secretarias com os seguintes campos: Nome da secretaria, nome do menu, e-mail, fone, fax, secretário, foto do secretário, currículo do secretário, institucional da secretaria, projetos desenvolvidos. Deverá ter um formulário de contato direto com a secretaria. - Galeria de ilustres - Cadastro de nome e foto - Galeria de aquisições - Cadastro de título e artigo - Artistas do município - Cadastro de nome a artigo - Banner superior do site - Cadastro via sistema - Cadastro de servidores - com os seguintes campos: Nome situação (ativo, afastado, inativo/pensionista), cargo, lotação, local, expediente e supervisor - Assinador de documentos online - deverá efetuar a assinatura digital em documentos pdf, sem fazer a publicação no site. - Papéis de Parede; - Pop-up's inseridas via sistema com data de início e termino da veiculação. - Criação de menus através do sistema administrativo do site - Enquete - com o cadastro da pergunta e das alternativas - Guia Comercial do Município - destinado ao cadastro de todas as empresas do município, divididas em categorias; - Links úteis - subdivididos por categorias; - Pontos Turísticos com galeria de fotos e vídeo; - Downloads, separados por categorias e subcategorias. - Escolas Municipais - terá o cadastro da escola, com os seguintes campos: nome da escola, endereço, responsável, artigo, galeria de fotos, cadastro de turmas, e número de alunos por turma - Hospitais e postos de Saúde – terá os seguintes campos: Nome do hospital/posto de Saúde, endereço, responsável, horário de atendimento, número de atendimentos por mês.	R$ 575,00	R$ 598,56
TOTAL DO ADITIVO: R$ 312,56 (trezentos e doze reais e cinquenta centavos)			

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa de R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) para R$ 21.012,56 (vinte e um mil e doze reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Contrato primitiva vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 27 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

DYNAMIKA SOLUÇÕES WEB LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:91CA81A9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL Nº 47-2025 - DISPENSA ELETRÔNICA REGISTRO DE PREÇO Nº 39-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-240, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-250, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA:** JEFERSON FERREIRA ROCHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 30.508.001/0001-02, com sede na rua Marechal Deodoro, nº 693, Centro, cep.: 86.960-000, na cidade de Barbosa Ferraz – Pr, neste ato representada pelo Sr. JEFERSON FERREIRA ROCHA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado com sede na rua Aimoré, nº 109, centro, cep.: 86.970-000, na cidade de Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 9.297.012-4SSP/PR e CPF. nº 058.339.239-30.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS QUANTITATIVOS – Renova-se os quantitativos iniciais com base no Art. 10, § 3º do Decreto Municipal nº 15/2024, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT LICITADA	SALDO ATUAL	QNT RENOVADA	VALOR UNITÁRIO
01	Ração para gato Peixe e Frango Ômega 3 e 6, Cálcio e Fósforo, Extrato de YUCCA Proteína Bruta (min.)25% Extrato Etéreo (min.)10% Apresentação: 25Kg	Und	24	0	24	R$ 173,99
TOTAL DO ADITIVO: R$ 4.175,76 (quatro mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)						

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Ata Contratual Primitivo passa de R$ 4.175,76 (quatro mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para R$ 8.351,52 (oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Ata Contratual primitiva vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 21 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

JEFERSON FERREIRA ROCHA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:ABCC20AE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2026 - PMSI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – REEQUILÍBRIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2026-PMSI
ID Nº 5/2026
PROCESSO Nº 100/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025-PMSI-SRP
1.DOC Nº 3.820/2025
Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 5/2026-PMSI-SRP, firmada em 22/01/2026, referente ao registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e fórmula infantil em atendimento as unidades educacionais da rede municipal e ensino do Município de Saudade do Iguaçu, conforme Pregão Eletrônico nº 50/2025-PMSI-SRP, firmado entre o MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Frei Vito Berscheid, 708 - Centro – Saudade do Iguaçu-PR, inscrita no CGC/MF nº 95.585.477/0001-92, neste ato representada pelo Prefeito

Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções Sr. ROGERIO GALLINA, ora denominado CONTRATANTE e a empresa **AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Endereço: RUA SILVIO DE OLIVEIRA CHICHORRO, Nº 3959, Bairro: SÃO SEBASTIÃO, CEP:85.560-000, Cidade: CHOPINZINHO Estado: PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 21.670.255/0001-31, telefone: 46 99976-2607, e-mail: adao_aquino@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. TANIA EVA PRUCH DE AQUINO, residente e domiciliada a Rua Prof. Davi Rogos Schimidt, N° 5147, fundos, Bairro: Nossa Senhora Aparecida, no município de Chopinzinho, Estado do Paraná, CEP: 85.560-000, portador da CI/RG Nº 6******-6 e do CPF/MF Nº 036.***.***-47, denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar a Ata de Registro de Preços acima citada, ficando assim:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acrescido à ata de registro de preços o valor de **R$ 10.982,92** (dez mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos).

O valor total contratado passa a ser de **R$ 111.637,92** (cento e onze mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

LOTE	DESCRIÇÃO	SALDO DA ATA	UNID.	VALOR UNIT. R$	VALOR AJUSTADO	VALOR ACRÉSCIMO
35	CARNE DE FRANGO, sobrecoxa desossada, cortes congelados e não temperados, com aspecto firme, com amarelo rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas, sem sinais de descongelamento, adicionados em embalagem plástica, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de validade e carimbos oficiais de acordo com a portaria do ministério da agricultura. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico em quantidade conforme solicitação. Reposição do produto: no caso de mau cheiro e escurecimento não característico do produto.	1.458	KG	R$ 13,90	(R$ 17,23) 23,99% = R$ 3,33	R$ 4.855,14
45	CORTES CONGELADOS DE FRANGO (filé de peito em cubos), congelados um a um e não temperado, com aspecto firme, cor amarelo rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas, sem sinais de descongelamento, acondicionados em embalagens plástica, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de validade e carimbos oficiais de acordo com a portaria do ministério da agricultura. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico contendo 1 kg. Reposição do produto: no caso de mau cheiro e escurecimento não característico do produto.	1.900	KG	16,00	(R$ 18,43) 15,21% = R$ 2,43	R$ 4.617,00
75	MELÃO DO TIPO PINGO DE MEL, de primeira qualidade, frescas e sãs. No ponto de maturação adequada para o consumo. Intactas, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificadas por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isenta de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Reposição do produto: no caso de partes estragadas, produto murcho e/ou danificado ou produto fora do tempo de maturação (verde).	2.560,65	KG	3,55	(R$ 4,14) 16,76% = R$ 0,59	R$ 1.510,78

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Ação: 12.361.0008.2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Despesa: 3.3.90.32.05.00 – Merenda Escolar
Principal: 219 Despesa: 4430
Fonte de Recurso: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

CLÁUSULA QUARTA: As demais cláusulas permanecem inalteradas e de acordo com a ata de registro de preços original.
E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Saudade do Iguaçu, 27 de agosto de 2026.

Contratante:
ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Contratada:
AQUINO COMÉRCIO DE PERFUMARIA – EIRELI
CNPJ Nº 21.670.255/0001-31

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:CCB26C44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
ATA DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS

Aos 27 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, reuniram-se os membros da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 285/2025, de 09 de junho de 2025, composta pelos servidores **Silvano da Silva Vaz**, Presidente, **Jhenifer de Oliveira Inacio**, **Rosemery Aparecida Borges** e **Guilherme Pedro dos Santos**, membros titulares, com a finalidade de proceder ao levantamento, à inspeção e à avaliação dos veículos, equipamentos e maquinários pertencentes ao patrimônio do Município.

A Comissão realizou vistoria nos bens relacionados, considerando, para fins de avaliação, o estado geral de conservação, as condições de funcionamento, a existência de defeitos e avarias, a necessidade de reparos e manutenção, o ano de fabricação/modelo, a utilidade do bem para a Administração Pública e os valores de referência apresentados.

Após o levantamento e a análise individualizada, foram registrados os seguintes bens:

Item	Descrição do Bem	Placa	Patrimônio	Situação/Problema Verificado	Valor de Referência
01	Volkswagen Gol 1.0, 4 portas, ano 2021	RHJ-6H44	003394	Motor fundido	R$ 20.000,00
02	Ônibus Saúde, 48 lugares, ano 2018, 226 CV	BCJ-7183	2290	Funcionando	R$ 200.000,00
03	Ambulância Renault Master, ano 2018, 130 CV	BCE-4621	2306	Problemas no motor	R$ 50.000,00
04	Van Sprinter 312, 15 lugares, ano 2017, 146 CV	BCD-3923	2300	Problemas no motor	R$ 30.000,00

05	Rolo Compactador Bomag BW 211 D40, ano 2014	S/N	2308	Funcionando	R$ 100.000,00
06	Retroescavadeira 4x4 XCMG, ano 2020	S/N	2666	Necessita substituição de pneus e manutenção hidráulica	R$ 70.000,00
07	Ônibus Mercedes-Benz/Masc Granmini, cor amarela, ano 2009, 115 CV	ARJ-5517	2331	Problemas na bomba injetora	R$ 30.000,00
08	Ônibus Volkswagen 15.190, cor amarela, 49 passageiros, ano 2012, 186 CV	AWJ-3269	2274	Necessita substituição de pneus	R$ 35.000,00
09	Ônibus Volkswagen 15.190 EOD, cor amarela, ano 2012, 186 CV	AWF-9436	2275	Necessita substituição de pneus	R$ 35.000,00
10	Ônibus Volkswagen 15.190 EOD E.HD, cor amarela, ano 2012, 186 CV	AWV-4401	2330	Problemas na caixa de câmbio	R$ 25.000,00
11	Caminhonete L200 Triton, ano 2018, cabine dupla, 4 portas, 190 CV	BDP-8F63	2593	Problemas no motor e necessidade de substituição de pneus	R$ 25.000,00
12	Fiat Mobi Like Flex, 4 portas, ano 2022, 74 CV	SEC-0E83	003267	Problemas no motor	R$ 20.000,00
13	Ambulância Montana Chevrolet, ano 2018, 99 CV	BDH-0C75	2299	Funcionando	R$ 25.000,00
14	Ambulância Montana Chevrolet, ano 2018, 99 CV	BCJ-7174	2301	Funcionando	R$ 25.000,00
15	Fiat Siena, ano 2018, 1.0	BCE-0645	2291	Problemas no motor/cabeçote	R$ 15.000,00
16	Caminhão Iveco	BBX-5735	2280	Necessita reparos no radiador e substituição de pneus	R$ 70.000,00
17	Caminhão Atron Mercedes-Benz	AYH-9228	Não informado	Necessita substituição de filtro e pneus	R$ 200.000,00
18	Ônibus Iveco/CityClass 70C16, cor amarela, ano 2011/2012	AVF-2353	2271	Necessita substituição de pneus e serviços de embuchamento	R$ 40.000,00
19	Trator Agrícola Massey Ferguson 283, ano 2002	S/N	2323	Necessita bateria e reparos na bomba hidráulica	R$ 70.000,00
20	Volkswagen Gol MC4 1.0	BEX-9C41	003219	Motor batido	R$ 20.000,00
21	Ambulância Renault Master All, ano 2013	AXJ-1667	2302	Problemas na turbina	R$ 15.000,00
22	Máquina Extrusora de Concreto para meio-fio, sarjeta e calçada	S/N	3279	Nova, sem uso	R$ 15.000,00
23	Caminhão Mercedes-Benz com caçamba, em comodato, ano 1985	ADU-3751	2311	Em estado de carcaça	R$ 10.000,00

CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO

Durante os trabalhos de levantamento e avaliação, a Comissão constatou que os bens acima relacionados apresentam diferentes estados de conservação e funcionamento.

Verificou-se que parte dos veículos, equipamentos e maquinários encontra-se em condições de funcionamento, podendo continuar sendo utilizada pela Administração Municipal, enquanto outros apresentam defeitos mecânicos, hidráulicos ou estruturais, necessitando de reparos e manutenção para seu pleno aproveitamento.

Foram identificados, entre outros, problemas relacionados a motores fundidos ou danificados, caixa de câmbio, bomba injetora, turbina, sistema hidráulico, radiadores, pneus, baterias e demais componentes mecânicos.

A Comissão também registrou a existência de bem em estado de carcaça, bem como equipamento novo e sem utilização, circunstâncias que deverão ser consideradas pela Administração Municipal para a definição da destinação mais adequada de cada bem.

DA AVALIAÇÃO

Para fins de avaliação, a Comissão adotou como parâmetros o estado de conservação dos bens, seu funcionamento, a idade e o ano de fabricação, a necessidade de reparos e manutenção, a disponibilidade de peças e componentes, a vida útil remanescente, a utilidade para o serviço público e os valores de referência constantes do levantamento.

Os valores individualizados constantes da tabela representam os valores atribuídos como referência inicial aos respectivos bens, devendo a Administração utilizar a presente avaliação para subsidiar as providências patrimoniais e administrativas cabíveis.

DA CLASSIFICAÇÃO E DESTINAÇÃO

Após a conclusão dos trabalhos, a Comissão recomenda que os bens sejam submetidos à classificação patrimonial definitiva, conforme sua condição, podendo ser enquadrados, conforme o caso, como:

I – **servíveis**, quando aptos ao desempenho regular das atividades para as quais foram destinados;

II – **recuperáveis**, quando necessitarem de reparos ou manutenção cujo custo seja compatível com sua recuperação e posterior utilização;

III – **antieconômicos**, quando os custos de manutenção ou recuperação forem desproporcionais ao benefício decorrente de sua permanência em uso;

IV – **inservíveis**, quando não mais apresentarem condições de utilização ou recuperação economicamente justificável.

A Comissão recomenda, ainda, que os bens considerados recuperáveis sejam submetidos à análise quanto ao custo-benefício da realização dos reparos necessários. Em relação aos bens cuja recuperação se mostrar antieconômica ou inviável, recomenda-se o encaminhamento para os procedimentos administrativos de baixa patrimonial e posterior destinação, observada a legislação aplicável.

CONCLUSÃO

Diante do levantamento realizado, a Comissão Especial conclui seus trabalhos, registrando que os bens acima descritos foram objeto de vistoria e avaliação, com a identificação das respectivas condições e problemas aparentes.

A presente Ata, acompanhada da relação detalhada dos bens e respectivos valores, deverá integrar o processo administrativo pertinente, servindo de subsídio para as decisões da Administração Municipal quanto à manutenção, recuperação, alienação, baixa ou outra forma legal de destinação dos bens patrimoniais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Comissão Especial.

Altamira do Paraná, 27 de Agosto de 2026.

SILVANO DA SILVA VAZ
Presidente da Comissão
Assinatura: _____

JHENIFER DE OLIVEIRA INACIO
Membro Titular
Assinatura: _____

ROSEMERY APARECIDA BORGES
Membro Titular
Assinatura: _____

GUILHERME PEDRO DOS SANTOS
Membro Titular
Assinatura: _____

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:5E93D487

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO II

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO			
GF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semetre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.254.285,38	5.885.276,74	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.254.285,38	5.885.276,74	0,00
Empréstimos	755.330,86	694.613,49	0,00
Internos	755.330,86	694.613,49	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	5.498.954,52	5.190.663,25	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	5.498.954,52	5.190.663,25	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.413.369,22	12.173.792,01	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	9.413.369,22	12.173.792,01	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.157.551,73	13.564.535,25	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.366.084,83	1.227.210,44	0,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	378.097,68	163.532,80	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA[2] (DCL) (III) = (I - II)	-3.159.083,84	-6.288.515,27	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.560.619,88	39.412.792,03	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.100.000,00	2.625.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	34.460.619,88	36.787.792,03	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	18,15	16,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-9,17	-17,09	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	41.352.743,86	44.145.350,44	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1o do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	37.217.469,47	39.730.815,39	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	296.974,66	296.974,66	0,00
PASSIVO ATUARIAL	64.391.427,28	65.119.158,43	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	5.621.968,72	247.199,84	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:EF687E2C

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO III

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO			
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00

TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	35.560.619,88	39.412.792,03	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1o, da CF) (VII)	1.100.000,00	2.625.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	34.460.619,88	36.787.792,03	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9o da Res. 43/01) - 22%	7.581.336,37	8.093.314,25	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - 90%	6.823.202,73	7.283.982,83	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
EXTERNAS (VII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:A2F0C039

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO IV

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	39.412.792,03	0,00
(-) T ransferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1o, art. 166-A da CF) (V)	2.625.000,00	0,00
RECEIT A CORRENT E LÍQUIDA AJUST ADA PARA CÁLCULO DOS LIMIT ES DE ENDIVIDAMENT O (VI) = (IV - V)	36.787.792,03	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
T OT AL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENT O DO LIMIT E (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.886.046,72	16,00
LIMIT E DE ALERTA (inciso III do §1o do art. 59 da LRF) - <%>	5.297.442,05	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.575.145,44	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Notas Explicativas		

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:44EA7677

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO VI

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELÁTORIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO

LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	39.412.792,03	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	36.787.792,03	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	36.687.792,03	
DESPESA COM O PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.230.882,20	46,97
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.811.407,70	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.820.837,32	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	17.830.266,93	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	-6.288.515,27	-17,09
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	44.145.350,44	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.093.314,25	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.886.046,72	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.575.145,44	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	26.409.249,38	19.815.856,77

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:D16BC9EF

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO II

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.047.545,80	89.148.206,65	27.526.107,40	52.679.870,68	98,88	36.468.335,97	8.434.591,79	26.372.603,44	98,16	62.775.603,21	26.307.267,24
LEGISLATIVA	1.824.000,00	1.824.000,00	252.867,45	685.043,63	1,29	1.138.956,37	249.027,45	681.203,63	2,54	1.142.796,37	3.840,00
Ação Legislativa	1.824.000,00	1.824.000,00	252.867,45	685.043,63	1,29	1.138.956,37	249.027,45	681.203,63	2,54	1.142.796,37	3.840,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.790.943,46	4.117.643,46	922.395,05	3.002.403,76	5,64	1.115.239,70	926.860,56	2.623.233,08	9,76	1.494.410,38	379.170,68
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3.233.410,00	3.613.610,00	834.730,79	2.744.921,01	5,15	868.688,99	846.233,11	2.403.948,91	8,95	1.209.661,09	340.972,10
Administração Financeira	557.533,46	504.033,46	87.664,26	257.482,75	0,48	246.550,71	80.627,45	219.284,17	0,82	284.749,29	38.198,58
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.315.495,40	5.129.028,27	305.898,41	3.766.753,95	7,07	1.362.274,32	440.238,19	1.420.921,20	5,29	3.708.107,07	2.345.832,75
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.269.154,24	2.471.070,68	55.533,41	2.019.751,20	3,79	451.319,48	148.302,78	568.597,83	2,12	1.902.472,85	1.451.153,37
Assistência Comunitária	2.040.916,22	2.652.532,65	250.365,00	1.747.002,75	3,28	905.529,90	291.935,41	852.323,37	3,17	1.800.209,28	894.679,38
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	5.424,94	5.424,94	0,00	0,00	0,00	5.424,94	0,00	0,00	0,00	5.424,94	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.613.279,42	4.713.279,42	731.829,97	2.273.857,93	4,27	2.439.421,49	747.033,91	2.260.774,25	8,41	2.452.505,17	13.083,68
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	4.613.279,42	4.713.279,42	731.829,97	2.273.857,93	4,27	2.439.421,49	747.033,91	2.260.774,25	8,41	2.452.505,17	13.083,68
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	8.729.705,19	12.101.155,01	3.339.100,96	7.784.305,67	14,61	4.316.849,34	2.262.887,51	5.233.673,72	19,48	6.867.481,29	2.550.631,95
Atenção Básica	6.053.455,61	9.529.805,43	2.733.248,09	5.904.114,40	11,08	3.625.691,03	1.651.427,77	3.659.238,52	13,62	5.870.566,91	2.244.875,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.628.225,48	2.493.825,48	585.602,09	1.821.590,84	3,42	672.234,64	591.044,96	1.523.286,88	5,67	970.538,60	298.303,96
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	48.024,10	77.524,10	20.250,78	58.600,43	0,11	18.923,67	20.414,78	51.148,32	0,19	26.375,78	7.452,11
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	6.966.016,27	7.090.916,27	1.290.112,43	3.646.431,19	6,84	3.444.485,08	1.153.586,40	2.918.556,24	10,86	4.172.360,03	727.874,95
Ensino Fundamental	4.426.145,11	4.860.245,11	1.025.048,20	2.892.461,18	5,43	1.967.783,93	905.142,07	2.276.171,29	8,47	2.584.073,82	616.289,89
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	72.383,20	72.383,20	8.415,74	24.702,52	0,05	47.680,68	7.875,99	24.111,67	0,09	48.271,53	590,85
Educação Infantil	1.987.130,60	1.647.930,60	191.654,75	597.881,61	1,12	1.050.048,99	185.497,15	511.359,21	1,90	1.136.571,39	86.522,40
Educação de Jovens e Adultos	10.878,19	10.878,19	0,00	0,00	0,00	10.878,19	0,00	0,00	0,00	10.878,19	0,00
Educação Especial	288.916,73	318.916,73	31.395,68	65.085,28	0,12	253.831,45	31.395,68	65.075,29	0,24	253.841,44	9,99
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	180.562,44	180.562,44	33.598,06	66.300,60	0,12	114.261,84	23.675,51	41.838,78	0,16	138.723,66	24.461,82
CULTURA	464.003,14	814.003,14	42.369,72	732.617,64	1,38	81.385,50	306.823,84	655.224,61	2,44	158.778,53	77.393,03
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	464.003,14	814.003,14	42.369,72	732.617,64	1,38	81.385,50	306.823,84	655.224,61	2,44	158.778,53	77.393,03
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	84.101,14	93.601,14	94,90	12.884,48	0,02	80.716,66	94,90	10.764,02	0,04	82.837,12	2.120,46
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	84.101,14	93.601,14	94,90	12.884,48	0,02	80.716,66	94,90	10.764,02	0,04	82.837,12	2.120,46

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	8.025.295,04	9.255.295,04	313.094,17	2.850.178,34	5,35	6.405.116,70	1.059.296,29	2.451.826,42	9,13	6.803.468,62	398.351,92
Infra-Estrutura Urbana	6.469.740,26	6.633.740,26	0,00	1.114.000,00	2,09	5.519.740,26	0,00	859.088,07	3,20	5.774.652,19	254.911,93
Serviços Urbanos	1.555.554,78	2.621.554,78	313.094,17	1.736.178,34	3,26	885.376,44	1.059.296,29	1.592.738,35	5,93	1.028.816,43	143.439,99
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	1.004.340,80	1.004.340,80	0,00	0,00	0,00	1.004.340,80	0,00	0,00	0,00	1.004.340,80	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	1.004.340,80	1.004.340,80	0,00	0,00	0,00	1.004.340,80	0,00	0,00	0,00	1.004.340,80	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	23.870,16	61.870,16	13.143,64	45.666,88	0,09	16.203,28	13.013,98	39.478,26	0,15	22.391,90	6.188,62
Saneamento Básico Rural	22.784,96	60.784,96	13.143,64	45.666,88	0,09	15.118,08	13.013,98	39.478,26	0,15	21.306,70	6.188,62
Saneamento Básico Urbano	1.085,20	1.085,20	0,00	0,00	0,00	1.085,20	0,00	0,00	0,00	1.085,20	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	221.152,63	4.401.152,63	69.358,95	4.335.730,37	8,14	65.422,26	62.853,19	4.303.633,54	16,02	97.519,09	32.096,83
Preservação e Conservação	221.152,63	4.401.152,63	69.358,95	4.335.730,37	8,14	65.422,26	62.853,19	4.303.633,54	16,02	97.519,09	32.096,83

Ambiental											
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	29.101.452,02	31.087.941,12	18.627.354,33	19.387.924,30	36,39	11.700.016,82	189.871,14	475.319,95	1,77	30.612.621,17	18.912.604,35
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	29.101.452,02	31.087.941,12	18.627.354,33	19.387.924,30	36,39	11.700.016,82	189.871,14	475.319,95	1,77	30.612.621,17	18.912.604,35
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.335.431,93	1.418.143,93	632.090,31	679.223,77	1,27	738.920,16	2.244,00	49.141,29	0,18	1.369.002,64	630.082,48
Promoção Comercial	1.301.048,50	1.301.048,50	629.846,31	629.846,31	1,18	671.202,19	0,00	0,00	0,00	1.301.048,50	629.846,31
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	34.383,43	117.095,43	2.244,00	49.377,46	0,09	67.717,97	2.244,00	49.141,29	0,18	67.954,14	236,17
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	113.623,80	104.123,80	0,00	14.121,37	0,03	90.002,43	0,00	14.121,37	0,05	90.002,43	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	113.623,80	104.123,80	0,00	14.121,37	0,03	90.002,43	0,00	14.121,37	0,05	90.002,43	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	2.662.410,74	2.839.410,74	672.117,46	2.250.494,93	4,22	588.915,81	684.289,23	2.054.957,01	7,65	784.453,73	195.537,92
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.662.410,74	2.839.410,74	672.117,46	2.250.494,93	4,22	588.915,81	684.289,23	2.054.957,01	7,65	784.453,73	195.537,92
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	380.871,59	435.800,10	66.636,52	283.255,27	0,53	152.544,83	88.828,07	252.418,65	0,94	183.381,45	30.836,62
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	380.871,59	435.800,10	66.636,52	283.255,27	0,53	152.544,83	88.828,07	252.418,65	0,94	183.381,45	30.836,62
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.637.823,52	1.637.823,52	247.643,13	928.977,20	1,74	708.846,32	247.643,13	927.356,20	3,45	710.467,32	1.621,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.637.823,52	1.637.823,52	247.643,13	928.977,20	1,74	708.846,32	247.643,13	927.356,20	3,45	710.467,32	1.621,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.753.729,55	1.018.678,10	0,00	0,00	0,00	1.018.678,10	0,00	0,00	0,00	1.018.678,10	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.887.035,66	2.960.235,66	202.657,48	597.453,52	1,12	2.362.782,14	201.385,99	495.471,38	1,84	2.464.764,28	101.982,14

TOTAL (III) = (I + II)	78.934.581,46	92.108.442,31	27.728.764,88	53.277.324,20	100,00	38.831.118,11	8.635.977,78	26.868.074,82	100,00	65.240.367,49	26.409.249,38
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.887.035,66	2.960.235,66	202.657,48	597.453,52	1,08	2.362.782,14	201.385,99	495.471,38	1,69	2.464.764,28	101.982,14
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	119.004,75	128.004,75	25.287,41	75.635,48	0,14	52.369,27	25.495,51	63.098,67	0,22	64.906,08	12.536,81
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	80.734,50	89.734,50	21.056,11	63.061,79	0,11	26.672,71	21.281,26	52.649,15	0,18	37.085,35	10.412,64
Administração Financeira	38.270,25	38.270,25	4.231,30	12.573,69	0,02	25.696,56	4.214,25	10.449,52	0,04	27.820,73	2.124,17
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	63.489,82	63.489,82	9.246,79	26.689,99	0,05	36.799,83	8.682,13	21.784,26	0,07	41.705,56	4.905,73
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/III b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/III d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	19.921,50	19.921,50	0,00	0,00	0,00	19.921,50	0,00	0,00	0,00	19.921,50	0,00
Assistência Comunitária	43.568,32	43.568,32	9.246,79	26.689,99	0,05	16.878,33	8.682,13	21.784,26	0,07	21.784,06	4.905,73
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	390.078,70	390.078,70	64.184,87	188.797,48	0,34	201.281,22	63.178,77	156.288,07	0,53	233.790,63	32.509,41
Atenção Básica	249.579,70	249.579,70	36.931,74	108.392,40	0,20	141.187,30	36.097,62	89.573,75	0,31	160.005,95	18.818,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	140.499,00	140.499,00	27.253,13	80.405,08	0,14	60.093,92	27.081,15	66.714,32	0,23	73.784,68	13.690,76
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EDUCAÇÃO	477.962,69	542.162,69	73.152,27	213.994,22	0,39	328.168,47	72.800,29	177.362,00	0,60	364.800,69	36.632,22
Ensino Fundamental	325.893,49	331.493,49	57.019,85	163.834,19	0,29	167.659,30	56.605,89	135.237,19	0,46	196.256,30	28.597,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	147.838,50	206.438,50	16.132,42	50.160,03	0,09	156.278,47	16.194,40	42.124,81	0,14	164.313,69	8.035,22
Educação de Jovens e Adultos	1.085,20	1.085,20	0,00	0,00	0,00	1.085,20	0,00	0,00	0,00	1.085,20	0,00
Educação Especial	3.145,50	3.145,50	0,00	0,00	0,00	3.145,50	0,00	0,00	0,00	3.145,50	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	3.669,75	3.669,75	0,00	0,00	0,00	3.669,75	0,00	0,00	0,00	3.669,75	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	3.669,75	3.669,75	0,00	0,00	0,00	3.669,75	0,00	0,00	0,00	3.669,75	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	1.048,50	1.048,50	0,00	0,00	0,00	1.048,50	0,00	0,00	0,00	1.048,50	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.048,50	1.048,50	0,00	0,00	0,00	1.048,50	0,00	0,00	0,00	1.048,50	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
URBANISMO	92.268,00	92.268,00	14.145,26	43.557,68	0,08	48.710,32	14.727,69	36.511,32	0,12	55.756,68	7.046,36
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	92.268,00	92.268,00	14.145,26	43.557,68	0,08	48.710,32	14.727,69	36.511,32	0,12	55.756,68	7.046,36
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	38.794,50	38.794,50	3.759,52	10.314,87	0,02	28.479,63	3.724,58	8.417,64	0,03	30.376,86	1.897,23
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	38.794,50	38.794,50	3.759,52	10.314,87	0,02	28.479,63	3.724,58	8.417,64	0,03	30.376,86	1.897,23
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	50.328,00	50.328,00	11.886,42	35.146,54	0,06	15.181,46	11.782,08	29.189,63	0,10	21.138,37	5.956,91
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	50.328,00	50.328,00	11.886,42	35.146,54	0,06	15.181,46	11.782,08	29.189,63	0,10	21.138,37	5.956,91
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	10.485,00	10.485,00	994,94	3.317,26	0,01	7.167,74	994,94	2.819,79	0,01	7.665,21	497,47
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	10.485,00	10.485,00	994,94	3.317,26	0,01	7.167,74	994,94	2.819,79	0,01	7.665,21	497,47
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.639.905,95	1.639.905,95	0,00	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	1.639.905,95	1.639.905,95	0,00	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:567213FD

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO IV

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ					
PODER EXECUTIVO					
ESTADO DO PARANÁ					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**			**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00			0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00			0,00	
Ativo	0,00			0,00	
Inativo	0,00			0,00	
Pensionista	0,00			0,00	
Receita de Contribuições Patronais	0,00			0,00	
Ativo	0,00			0,00	
Inativo	0,00			0,00	
Pensionista	0,00			0,00	
Receita Patrimonial	0,00			0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00			0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00			0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00			0,00	
Receita de Serviços	0,00			0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00			0,00	
Compensação Financeira entre os regimes	0,00			0,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00			0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00			0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00			0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00			0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00			0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0,00**			**0,00**	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**DOTAÇÃO**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO**

(FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	4.361.760,00	2.088.699,58	2.088.699,58	2.088.699,58	0,00
Aposentadorias	3.407.625,00	1.648.205,99	1.648.205,99	1.648.205,99	0,00
Pensões por Morte	954.135,00	440.493,59	440.493,59	440.493,59	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	100.000,00	37.831,98	37.831,98	37.831,98	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	37.831,98	37.831,98	37.831,98	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**4.461.760,00**	**2.126.531,56**	**2.126.531,56**	**2.126.531,56**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	**-4.461.760,00**	**-2.126.531,56**	**-2.126.531,56**	**-2.126.531,56**	**0,00**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.492.657,82	
Investimentos e Aplicações	9.199.578,53	
Outros Bens e Direitos	0,00	
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	3.830.904,45	2.303.504,77
Receita de Contribuições dos Segurados	1.256.756,21	605.844,72
Ativo	1.256.756,21	599.358,56
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	6.486,16
Receita de Contribuições Patronais	2.047.325,21	824.213,85
Ativo	2.047.325,21	824.213,85
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	401.003,03	754.682,37
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	401.003,03	754.682,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	125.820,00	118.763,83
Compensação Financeira entre os regimes	125.820,00	118.763,83
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**3.830.904,45**	**2.303.504,77**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	3.542.104,92	1.706.385,51	1.706.385,51	1.706.385,51	0,00
Aposentadorias	3.407.625,00	1.648.205,99	1.648.205,99	1.648.205,99	0,00
Pensões por Morte	954.135,00	440.493,59	440.493,59	440.493,59	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	134.479,92	58.179,52	58.179,52	58.179,52	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	100.000,00	37.831,98	37.831,98	37.831,98	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	34.479,92	20.347,54	20.347,54	20.347,54	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**3.676.584,84**	**1.764.565,03**	**1.764.565,03**	**1.764.565,03**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	**154.319,61**	**538.939,74**	**538.939,74**	**538.939,74**	**2.303.504,77**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	363.944,54				
Investimentos e Aplicações	0,00				
OutrosBensDireitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**			**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**			**0,00**	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	266.268,00				

Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**			**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00			0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**			**0,00**	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:5C0C8246

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO IX

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º,			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)**
DESPESAS DE CAPITAL	50.977.082,11	31.434.276,75	7.542.153,68	0,00	19.542.805,36
Investimentos	50.232.137,49	31.065.268,11	7.173.145,04	0,00	19.166.869,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	744.944,62	369.008,64	369.008,64	0,00	375.935,98
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	50.977.082,11	31.434.276,75	7.542.153,68	0,00	19.542.805,36
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**49.477.082,11**	**31.434.276,75**	**0,00**	**0,00**	**18.042.805,36**

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:03FB785C

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO VI

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2026** **RECEITAS REALIZADAS (a)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	35.652.417,95	19.547.588,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.773.977,65	1.018.191,55
IPTU	184.671,14	154.433,36
ISS	268.649,49	134.279,27
ITBI	309.238,30	50.768,50
IRRF	816.913,05	547.574,22
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	194.505,67	131.136,20
Contribuições	356.022,27	181.557,78
Receita Patrimonial	262.394,46	615.034,99
Aplicações Financeiras (II)	260.635,00	615.034,99
Outras Receitas Patrimoniais	1.759,46	0,00
Transferências Correntes	33.188.026,29	17.546.895,67
Cota-Parte do FPM	18.392.027,16	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	5.610.178,40	2.543.464,49
Cota-Parte do IPVA	280.000,00	262.430,42
Cota-Parte do ITR	875.172,54	123.100,40
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	69.664,48	37.791,90
Transferências do FUNDEB	3.390.564,49	1.882.008,60

Outras Transferências Correntes	4.570.419,22	3.989.800,99
Demais Receitas Correntes	71.997,28	185.908,27
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	71.997,28	185.908,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	35.391.782,95	18.932.553,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	4.865.238,28	1.451.918,70
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	392.983,00	728.678,56
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	46.262.033,82	13.010.533,07
Operações de Crédito (VI)	1.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	400.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	400.000,00	0,00
Transferências de Capital	44.362.033,82	13.010.533,07
Convênios	41.958.389,74	12.420.533,07
Outras Transferências de Capital	2.403.644,08	590.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	44.762.033,82	13.010.533,07
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	85.019.055,05	33.395.005,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	80.153.816,77	31.943.086,34

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	35.650.922,10	19.716.515,89	17.199.389,58	16.272.656,09	917.379,79	546.060,83	545.791,03
Pessoal e Encargos Sociais	18.288.759,67	9.762.212,21	8.168.915,27	8.076.073,30	242.748,24	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	35.102,10	22.925,28	22.925,28	22.925,28	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.327.060,33	9.931.378,40	9.007.549,03	8.173.657,51	674.631,55	546.060,83	545.791,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	35.615.820,00	19.693.590,61	17.176.464,30	16.249.730,81	917.379,79	546.060,83	545.791,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	4.461.760,00	2.126.531,56	2.126.531,56	2.126.531,56	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	50.977.082,11	31.434.276,75	7.542.153,68	7.134.239,65	401.016,38	4.702.769,35	4.702.769,35
Investimentos	50.232.137,49	31.065.268,11	7.173.145,04	6.920.626,55	401.016,38	4.702.769,35	4.702.769,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	744.944,62	369.008,64	369.008,64	213.613,10	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	50.232.137,49	31.065.268,11	7.173.145,04	6.920.626,55	401.016,38	4.702.769,35	4.702.769,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.018.678,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	91.328.395,59	52.885.390,28	26.476.140,90	25.296.888,92	1.318.396,17	5.248.830,18	5.248.560,38
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	86.866.635,59	50.758.858,72	24.349.609,34	23.170.357,36	1.318.396,17	5.248.830,18	5.248.560,38

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.531.159,57
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	2.205.772,43
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre 2026**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	615.034,99
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	22.925,28
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**2.797.882,14**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2025 (a)	**Até o bimestre/ 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	6.254.285,38	5.885.276,74
DEDUÇÕES (XL)	9.413.369,22	12.173.792,01
Disponibilidade de Caixa	9.413.369,22	12.173.792,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.157.551,73	13.564.535,25
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.366.084,83	1.227.210,44
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	378.097,68	163.532,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-3.159.083,84	-6.288.515,27
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		3.129.431,43
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2026**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	-138.874,39	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	

VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.990.557,04
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**2.398.447,33**
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.927.749,23
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.927.749,23
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:32E59245

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO VIII

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	1.579.471,98	887.055,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	184.671,14	154.433,36
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	309.238,30	50.768,50
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	268.649,49	134.279,27
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	816.913,05	547.574,22
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.917.484,82	14.593.857,04
2.1- Cota-Parte FPM	22.398.715,54	10.885.373,31
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.033.441,94	10.885.373,31
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.365.273,60	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.012.723,00	3.179.330,46
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	87.080,60	47.239,88
2.4- Cota-Parte ITR	1.068.965,68	153.875,37
2.5- Cota-Parte IPVA	350.000,00	328.038,02
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**32.496.956,80**	**15.480.912,39**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**5.710.442,24**	**2.918.771,41**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**2.413.796,96**	**951.456,69**

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.390.564,49	1.901.071,62
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.148.842,73	1.744.062,24
6.1.1- Principal	3.148.842,73	1.724.999,22
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	19.063,02
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	241.721,76	157.009,38
6.4.1- Principal	241.721,76	157.009,38
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-2.561.599,51**	**-1.193.772,19**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	21.170,10	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	21.170,10	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**1.922.241,72**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.405.764,49	1.682.637,25	1.340.921,20	1.340.921,20	341.716,05
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.153.187,13	1.564.975,61	1.281.579,15	1.281.579,15	283.396,46
10.1.1 - Educação Infantil	984.001,13	485.694,75	409.205,47	409.205,47	76.489,28
10.1.2- Ensino Fundamental	2.169.186,00	1.079.280,86	872.373,68	872.373,68	206.907,18
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2- OUTRAS DESPESAS	252.577,36	117.661,64	59.342,05	59.342,05	58.319,59
10.2.1- Educação Infantil	8.685,20	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	213.892,16	87.661,64	29.342,05	29.342,05	58.319,59
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.675.106,76	1.333.390,71	1.333.390,71	341.716,05	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.557.445,12	1.274.048,66	1.274.048,66	283.396,46	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	117.661,64	59.342,05	59.342,05	58.319,59	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.557.445,12	1.274.048,66	1.274.048,66	283.396,46	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal		VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		1.220.843,57	1.274.048,66	1.274.048,66	73,05
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	190.107,16	567.680,91	567.680,91	377.573,75	29,86

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	313.214,08	21.170,10	7.530,49	0,00	0,00	13.639,61
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	295.029,01	17.650,53	7.530,49	0,00	0,00	10.120,04
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	18.185,07	3.519,57	0,00	0,00	0,00	3.519,57

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.701.100,39	1.844.888,31	1.481.152,45	1.419.165,54	363.735,86
20.1- Educação Infantil	869.282,77	152.160,53	134.898,62	117.137,90	17.261,91
20.2- Ensino Fundamental	2.417.517,06	1.657.642,50	1.311.178,54	1.266.952,36	346.463,96
20.3- Educação de Jovens e Adultos	11.963,39	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	292.062,23	35.085,28	35.075,29	35.075,28	9,99
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	110.274,94	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.654.964,32	3.454.909,79	2.749.467,87	2.687.480,97	705.441,92
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.854.369,10	630.324,79	536.573,60	518.812,88	93.751,19
21.1.1- Creche	1.854.369,10	630.324,79	536.573,60	518.812,88	93.751,19
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.800.595,22	2.824.585,00	2.212.894,27	2.168.668,09	611.690,73

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.481.152,45
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.918.771,41
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	377.573,75
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	17.650,53
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00

27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**4.004.699,58**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			3.870.228,10	4.004.699,58	25,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	307.782,29	81.875,69	235.365,55	0,00	72.416,74
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	235.818,95	59.017,61	163.645,62	0,00	72.173,33
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	36.950,12	22.858,08	36.706,71	0,00	243,41
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	35.013,22	0,00	35.013,22	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				391.143,38	215.566,60
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				210.185,35	131.273,24
31.1.1- Salário-Educação				210.185,35	131.273,24
31.1.2- PDDE				0,00	0,00
31.1.3- PNAE				0,00	0,00
31.1.4 - PNATE				0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE				0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,48
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				180.958,03	84.292,88
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	461.430,88	221.679,01	187.676,42	181.472,92	34.002,59
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	4.971,66	4.165,23	3.229,55	806,43
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	391.143,38	212.660,37	179.464,21	174.196,39	33.196,16
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	70.287,50	4.046,98	4.046,98	4.046,98	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.633.078,96	3.828.814,74	3.088.769,39	3.020.106,02	740.045,35
33.1- Despesas Correntes	7.430.823,38	3.657.534,45	3.087.237,92	3.020.087,65	570.296,53
33.1.1- Pessoal Ativo	5.111.081,70	2.380.355,88	1.940.595,62	1.932.706,78	439.760,26
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	277.413,96	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.042.327,72	1.217.178,57	1.086.642,30	1.027.380,87	130.536,27
33.2- Despesas de Capital	202.255,58	171.280,29	1.531,47	18,37	169.748,82
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	202.255,58	171.280,29	1.531,47	18,37	169.748,82
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				95.380,16	40.437,64
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)				1.901.071,62	131.273,24
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)				1.412.641,13	132.634,65
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE				583.810,65	39.076,23
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				100.117,89	1.044,90
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				380.605,24	604,29
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)				303.323,30	39.516,84
Notas Explicativas					

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:4297B11B

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO X

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2024	31.830.510,63	16.447.864,67	15.382.645,96	149.548.399,15
2025	36.305.160,45	19.358.643,74	16.946.516,71	168.907.042,89
2026	37.342.214,82	17.500.490,96	19.841.723,86	188.748.766,74
2027	40.131.777,84	18.127.371,36	22.004.406,48	210.753.173,23
2028	41.302.844,92	18.660.852,00	22.641.992,92	233.395.166,15
2029	20.497.996,99	21.622.904,71	-1.124.907,72	255.018.070,85
2030	43.046.218,95	21.729.079,07	21.317.139,88	276.335.210,73

2031	43.902.338,99	23.084.126,42	20.818.212,57	297.153.423,30
2032	44.737.609,26	24.363.600,07	20.374.009,19	317.527.432,44
2033	45.506.748,51	25.717.573,06	19.789.175,45	337.316.607,94
2034	45.778.527,54	28.643.593,51	17.134.934,03	354.451.541,97
2035	46.045.635,80	31.058.852,69	14.986.783,11	369.438.325,08
2036	46.012.849,73	34.068.533,74	11.944.315,99	381.382.641,08
2037	45.634.025,04	37.673.980,33	7.960.044,71	389.342.685,79
2038	44.646.484,36	42.634.629,58	2.011.854,78	391.354.540,57
2039	43.721.472,03	46.200.620,64	-2.479.148,61	388.875.391,96
2040	43.051.181,38	47.983.849,95	-4.932.668,57	383.942.723,39
2041	41.873.270,80	51.011.779,08	-9.138.508,28	374.804.215,12
2042	40.573.386,77	53.618.158,67	-13.044.771,90	361.759.443,22
2043	39.448.640,61	54.813.709,56	-15.365.068,95	346.394.374,27
2044	38.231.343,67	55.805.617,67	-17.574.274,00	328.820.100,26
2045	36.949.913,84	56.507.155,03	-19.557.241,19	309.262.859,08
2046	35.618.507,28	56.912.825,84	-21.294.318,56	287.968.540,52
2047	34.303.440,67	56.823.399,40	-22.519.958,73	265.448.581,79
2048	32.611.453,55	57.756.971,37	-25.145.517,82	240.303.063,97
2049	30.917.876,09	58.111.457,24	-27.193.581,15	213.109.482,82
2050	28.994.480,03	58.774.913,14	-29.780.433,11	183.329.049,71
2051	27.241.013,27	58.307.896,60	-31.066.883,33	152.262.166,38
2052	25.320.542,22	58.103.705,92	-32.783.163,70	119.479.002,67
2053	23.328.686,14	57.716.697,91	-34.388.011,77	85.090.990,89
2054	21.406.151,46	56.703.960,36	-35.297.808,90	49.793.181,99
2055	19.577.678,23	55.131.554,26	-35.553.876,03	14.239.305,96
2056	1.223.092,44	53.550.459,79	-52.327.367,35	0,00
2057	193.911,96	52.293.132,49	-52.099.220,53	0,00
2058	156.460,66	50.086.972,61	-49.930.511,95	0,00
2059	76.337,94	47.970.721,73	-47.894.383,79	0,00
2060	72.616,18	45.546.183,81	-45.473.567,63	0,00
2061	52.053,16	43.140.665,80	-43.088.612,64	0,00
2062	35.282,45	40.693.970,03	-40.658.687,58	0,00
2063	16.593,48	38.244.003,01	-38.227.409,53	0,00
2064	4.744,53	35.768.659,86	-35.763.915,33	0,00
2065	2.662,56	33.274.154,29	-33.271.491,73	0,00
2066	2.103,40	30.811.769,08	-30.809.665,68	0,00
2067	1.327,11	28.397.868,43	-28.396.541,32	0,00
2068	390,45	26.045.203,46	-26.044.813,01	0,00
2069	0,00	23.764.697,88	-23.764.697,88	0,00
2070	0,00	21.567.874,45	-21.567.874,45	0,00
2071	0,00	19.465.723,89	-19.465.723,89	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2072	0,00	17.466.363,57	-17.466.363,57	0,00
2073	0,00	15.577.262,77	-15.577.262,77	0,00
2074	0,00	13.805.241,09	-13.805.241,09	0,00
2075	0,00	12.153.666,28	-12.153.666,28	0,00
2076	0,00	10.623.185,19	-10.623.185,19	0,00
2077	0,00	9.215.846,96	-9.215.846,96	0,00
2078	0,00	7.932.101,72	-7.932.101,72	0,00
2079	0,00	6.771.131,89	-6.771.131,89	0,00
2080	0,00	5.731.373,22	-5.731.373,22	0,00
2081	0,00	4.810.387,00	-4.810.387,00	0,00
2082	0,00	4.003.271,14	-4.003.271,14	0,00
2083	0,00	3.303.192,93	-3.303.192,93	0,00
2084	0,00	2.701.535,46	-2.701.535,46	0,00
2085	0,00	2.188.778,65	-2.188.778,65	0,00
2086	0,00	1.754.887,94	-1.754.887,94	0,00
2087	0,00	1.390.804,14	-1.390.804,14	0,00
2088	0,00	1.088.386,84	-1.088.386,84	0,00
2089	0,00	839.617,61	-839.617,61	0,00
2090	0,00	637.033,92	-637.033,92	0,00
2091	0,00	474.054,68	-474.054,68	0,00
2092	0,00	344.755,55	-344.755,55	0,00
2093	0,00	243.896,09	-243.896,09	0,00
2094	0,00	166.965,17	-166.965,17	0,00
2095	0,00	109.992,35	-109.992,35	0,00
2096	0,00	69.301,51	-69.301,51	0,00
2097	0,00	41.546,76	-41.546,76	0,00
2098	0,00	23.633,49	-23.633,49	0,00
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00

2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:6569ABDA

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO XI

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	400.000,00	107,96	399.892,04
Receita de Alienação de Bens Móveis	400.000,00	0,00	400.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	107,96	-107,96

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d-e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**	**2026 (j) = (Ib –(IIf+ IIg))**					**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	9.229,81	107,96					9.337,77
Notas Explicativas							

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:173B3840

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO XIV

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	78.934.581,46
Previsão Atualizada	87.180.693,08
Receitas Realizadas	34.764.722,40
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.927.749,23
DESPESAS	
Dotação Inicial	78.934.581,46
Dotação Atualizada	92.108.442,31
Despesas Empenhadas	53.277.324,20
Despesas Liquidadas	26.868.074,82
Despesas Pagas	25.533.427,30
Superávit Orçamentário	7.896.647,58
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	53.277.324,20
Despesas Liquidadas	26.868.074,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	39.412.792,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	36.787.792,03
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	36.687.792,03
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**2.126.531,56**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	2.126.531,56
Despesas Previdenciárias Liquidadas	2.126.531,56
Resultado Previdenciário	-2.126.531,56
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**6.371.574,57**
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.303.504,77
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.764.565,03
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.764.565,03
Resultado Previdenciário	538.939,74

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	17.937.332,80	2.205.772,43	12,30
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	2.797.882,14	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.281.100,42	0,00	1.133.418,80	147.681,62
Poder Executivo	1.281.100,42	0,00	1.133.418,80	147.681,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.637.522,29	125.938,70	5.248.560,38	263.023,21
Poder Executivo	5.637.522,29	125.938,70	5.248.560,38	263.023,21
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.918.622,71	125.938,70	6.381.979,18	410.704,83

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.004.699,58	25,00	25,87
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.274.048,66	70,00	73,05
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado

Receita de Operação de Crédito	0,00		1.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida	31.434.276,75		19.542.805,36	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	107,96		399.892,04	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.652.289,69	15,00	17,13
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:75C085E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE AMAPORÃ/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 002/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.
O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ – PREVAMAPORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 21, Centro, Amaporã/PR, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Carlos de Macedo, torna público que realizará Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de **mobiliários, equipamentos de informática, eletroeletrônicos e materiais de expediente destinados à estruturação e modernização das atividades administrativas do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Amaporã**.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS:	DIA 28/08/2026 HÁ 04/09/2026
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS:	amaporaprev@gmail.com

As propostas serão encaminhadas exclusivamente por e-mail até as **17h** do dia **04/09/2026.**

Os descritivos dos objetos estão disponíveis no link.

Amaporã/PR, 27 de agosto de 2026.

AMANDA GOMES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Item	**Descrição do Produto**	**Und**	**Qtd.**	**Valor Unitário de referencia**	**Valor Total de referencia**
01	Ar Condicionado 12000 BTUs - Ciclo Frio Cor Branco Capacidade em btus/h 12000 Voltagem 220V Consumo Watts 1122W Tipo de Gás R-22 Dimensão da evaporadora (LxAxP) 820x285x190. Dimensão da condensadora (LxAxP) 660x475x242 Saida condensadora Horizontal Nível de ruido evaporadora DB 41 Nível de ruido condensadora DB 56 Amperagem 5,2 Classificação selo Inmetro A Peso líquido evaporadora 8,4Kg Peso líquido condensadora 24Kg Comp. Máximo interligação (m) 15m Desnível Máximo (m) 7m Tubulação ¼ - ½ Ambiente (m2) 16m2 Volume embalagens (m3) 0.227m3 Peso Bruto produto embalado 37,30Kg.	Unid.	1	2.407,76	2.407,76
02	Armário em Aço, medindo 1,98x1,20x0,40m. Com 4 prateleiras reguláveis com sistema cremalheira, que permite a regulagem variando de 5 em 5cm. 2 portas de abrir, com fechadura cromada tipo maçaneta e trinco varão que fecha simultaneamente em cima e embaixo, pintura a pó, na cor cinza, totalmente confeccionado na chapa 24.	Unid.	1	1.554,13	1.554,13
03	HD Externo 1TB 7200RPM	Unid.	2	804,72	1.609,44
04	MESA EM L ESTAÇÃO DE TRABALHO - 120 X 140 com 2 gavetas. Medidas Comprimento: 140cm x 120cm. Profundidade: 60cm. Altura: 74cm. Tampo em MDP 15mm com acabamento em perfil de PVC 180º tipo Ergosoft. Pés em aço – Ponteiras niveladoras para pisos irregulares.	Unid.	1	577,68	577,68
05	NOBREAK 1,2KVA BIVOLT/SAÍDA 115V. ALARME AUDIOVISUAL. PORTA FUSÍVEL NA PARTE TRASEIRA, COM UNIDADE RESERVA. 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO ON-LINE. SEIS TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136. DC START. PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA TOTAL DAS BATERIAS, SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO E SOBRETEMPERATURA. CARREGA A BATERIA MESMO COM A CHAVE DESLIGADA.	Unid.	4	896,44	3.585,76
06	Notebook com processador Intel i7 de 13ª geração ou equivalente, com 14 núcleos, cache de 24 MB e máximo turbo de 4,9 GHz. Placa de vídeo NVIDIA GeForce RTX 4050, 6 GB GDDR6, 32 GB de memória RAM DDR5 4800 MHz e SSD de 1 TB. 15 polegadas.	Unid.	2	14.823,01	29.646,02
07	Papel sulfite A4, gramatura: 75g/m², dimensões: 210mmx297mm, biodegradável e reciclável, 99% de não atolamento produzido a partir de fontes responsáveis com florestas de eucalipto especialmente plantadas, com certificações pefc st 2002:2013, cerflor - nbr 14790:2014, abnt nbr iso 9001:2015, iso 14001:2015, iso 45001:2018, cerflor - nbr 14789:2012. Caixa com 10 resmas de 500 folhas.	Unid.	4	255,81	1.279,05
08		Unid.	5	75,76	378,80

	Pen Drive - 32GB, velocidade: 3.0				
Valor total..... 41.038,64					

AMANDA GOMES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:8829C17E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO QUALITATIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº063/2025

O MUNICÍPIO DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, **Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki.**

CONTRATANTE e do outro lado **EMPRESA MN NUTRIÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 29.496.518.0001-40, situada a Rua Conselheiro Araújo, nº 346, no Bairro Centro, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado por sua Representante Legal **Sra. Maria Clenira Alf.**

OBJETO: O presente Termo Aditivo Qualitativo tem por objeto a alteração de **item**, passando a vigorar conforme as descrições abaixo:

Lote	Descritivo	Und	Marca/ Modelo	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
8	Fórmula infantil antiregurgitação de maiorviscosidade, obtida pela adição de agenteespessante, indicada para crianças de 0 a 12meses. Em pó. Embalagem de 400 a 800g.Similar:*Nan AR (Nestlé) *Aptamil AR (Danone)	GRAMA	APTAMIL RR – Lata 800g	250.000	R$ 0,09	R$ 22.500,00

MANUTENÇÃO DO VALOR GLOBAL: A alteração promovida por este Termo Aditivo não implica acréscimo ou supressão do valor registrado, permanecendo inalterado o valor global da Ata de Registro de Preços, correspondente a **R$ 104.335,375 (cento e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais, trezentos e setenta e cinco milésimos de real).**

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 124, inciso I, alínea "a" da Lei 14.133/2021.
DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e parágrafos do contrato original, as quais se aplicam ao presente termo aditivo.

DO FORO: O foro será o da Comarca de Antonina, Estado do Paraná, excluído qualquer outro expressamente por mais privilegiado que seja.

Antonina, 13 de agosto de 2026.

ASSINADO POR: Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita Municipal; Sr. João Paulo Nunes, Secretário Municipal de Saúde; e Sra. Maria Clenira Alf, representante legal da empresa MN Nutrição Ltda.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:AF4CC8BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR

Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **24.586.988/0001-80**, com endereço na Rua Pavão, nº. 540, bairro: Jardim Bandeirantes, CEP: 86.703-250, na cidade de Arapongas/PR, Telefone (43) 3252-9947, endereço eletrônico e-mail cirnossasenhora@hotmail.com, neste ato representado pela Sra. LARA CARDOSO MACHADO, inscrito no CPF sob nº. 131.466.189-23 e portadora do RG nº 14.936.317-3, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.

O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 110/2026

Signatário da Ata: Empresa **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **24.586.988/0001-80**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	1	Agulha Hipodérmica Descartável 13x0,45mm (26Gx½). Caixa com 100 unidades.	MEDIX	Caixas	100	7,1340	713,40
5	1	Agulha Hipodérmica Descartável 20x0,55mm (24Gx¾"). Caixa com 100 unidades.	LABOR IMPORT	Caixas	100	6,6420	664,20
6	1	Agulha Hipodérmica Descartável 25x0,6mm (23Gx1"). Caixa com 100 unidades.	MEDIX	Caixas	100	6,7035	670,35
8	1	Agulha Hipodérmica Descartável 30x0,8mm (21Gx¼). Caixa com 100 unidades.	MEDIX	Caixas	400	6,7035	2.681,40
18	1	Benzina Retificada. Frasco 1L.	VIC PHARMA	Frasco	10	37,83	378,30
35	1	Clorexidina 0,5% Solução Alcoólica. Almotolia 100mL.	VIC PHARMA	Frasco	192	2,3001	441,62
38	1	Coletor de Materiais Perfurocortantes Papelão 7L.	DESCARBOX	UNID	200	3,7515	750,30
44	1	Detergente Enzimático 5 Enzimas Frasco 1L.	KELLDRIN	UNID.	360	16,1130	5.800,68
70	1	Frasco Umidificador para Saída de Oxigênio. Plástico, graduado, com tampa, volume de 250mL, conector de metal com rosca. Esterilizável.	VENTCARE	UNID.	50	10,9470	547,35
84	1	Luva Plástica Descartável Estéril. Tamanho Único. Embaladas individualmente. Embalagem com 100 unidades.	MEDIX	Caixa	50	8,4255	421,28
96	1	PVPI 10% Solução Aquosa Dermo Suave Degermante. Almotolia 100mL.	VIC PHARMA	UNID.	200	6,2730	1.254,60
101	1	Saco de Lixo Hospitalar Infectante 50L Branco. Com a identificação de "Lixo Infectante".	DESCARBOX	UNID.	5.000	0,1931	965,50
111	1	Sonda Aspiração Traqueal nº 12.	MEDIX	UNID.	600	0,5289	317,34
112	1	Sonda de Alimentação Enteral. Adulto 12FR 120cm. Poliuretano. Estéril.	MARKMED	UNID.	50	8,2410	412,05
131	1	Vaselina Líquida 1L.	VIC PHARMA	Frasco	48	30,75	1.476,00
VALOR TOTAL: R$ 17.494,36 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:392818BD

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (26/08/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 44/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria de Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **DIOGO EMANUEL KUHN & CIA. LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **36.374.350/0001-65**, com endereço na Rua Conceição, nº 1872, bairro: Centro, CEP: 84.130-000, na cidade de Palmeira/PR, Telefone (42) 3252-3627 / (42) 99991-8381, endereço eletrônico e-mail diogopecaseimplementos@gmail.com e licitacao.diogopecas@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. CLEITON VOINASKI VIEIRA, inscrito no CPF sob nº 082.241.249-75 e portador do RG nº 9.910.668-9, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual "**AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA**", deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 44/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 44/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou

IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 44/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 44/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 44/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

DIOGO EMANUEL KUHN & CIA LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 125/2026

Signatário da Ata: Empresa **DIOGO EMANUEL KUHN & CIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **36.374.350/0001-65.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	GERADOR DE ENERGIA - gerador silencioso, 5kva, com estrutura em chapa de aço, base em aço com tanque de combustível acoplado,4 tempos, gasolina, refrigerado a ar, capacidade mínima do tanque: 25 litros, operação contínua mínima de 6 horas em carga média, partida elétrica, monofásico, 110v/220v, motor 389 cc, com alça e rodas para transporte, acompanhar bateria e carregador. Certificado pelo Inmetro.	TSSAPER	UN.	2	3.980,50	7.961,00
VALOR TOTAL: R$ 7.961,00 (sete mil, novecentos e sessenta e um reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:AD79A113

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2026

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2026
O Prefeito de Balsa Nova , Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, resolve **TORNAR PÚBLICO** o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO instrumentalizado no Processo Administrativo 19244/2026** visando à contratação de pessoal por prazo determinado, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, em regime especial de trabalho, para o cargo de: **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO** nos termos da Lei Municipal nº 879/2015 e consoante e das Portarias nº 587/2026 e 588/2026 que fixou as Comissões Especiais e deram início aos trabalhos para o Processo Seletivo Simplificado nº **15/2026**, em trâmite por meio do processo administrativo **19244/2026**.
1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal (Lei nº 8.745/ 1993) e Lei Municipal nº 879/2015 de 11 de agosto de 2015.
1.2. O contrato terá a validade de até 12 (doze) meses para o cargo de **CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO**, podendo ser prorrogado, a critério da Administração Pública, em consonância com o art. 3º da Lei 879/2015, por igual período, não ultrapassando o limite de 02 (dois) anos, sendo que a devida prorrogação deve ser autorizada e protocolada pelo responsável da pasta no período correspondente à época.

1.3. A remuneração do pessoal contratado temporariamente será fixada em importância não superior ao valor do vencimento previsto para os servidores em início de carreira das mesmas categorias ou que desempenham funções semelhantes, nos respectivos Planos de Cargos e Vencimentos do órgão ou entidade contratante, obedecendo às disposições contidas na Lei Municipal nº 879/2015.

1.4. Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 24 horas, a partir do primeiro dia seguinte de sua publicação no Diário Oficial do Município de Balsa Nova. A impugnação deverá ser elaborada por escrito, devidamente fundamentada, e protocolada eletronicamente através do link: **https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo**. Para casos em que não seja possível o acesso através do protocolo digital no link informado haverá a opção do protocolo presencial no prédio da Prefeitura das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

1.5. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2. DOS CARGOS

Nº DE VAGAS	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS	VENCIMENTO
03+CR*	CONDUTOR DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO	40 horas	**1)** Ensino fundamental completo; **2)** Carteira Nacional de Habilitação D ou superior com validade vigente; **3)** Curso de Transporte escolar.	R$ 2.814,06

*Cadastro reserva.

2.1. O local de trabalho será designado pela Administração Pública, podendo sofrer alterações conforme sua necessidade.

3. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

FASE	PERÍODO
Inscrições	**28/08/2026 a 11/09/2026**
Publicação da lista provisória de inscritos	**16/09/2026**
Recursos das inscrições indeferidas	**16/09/2026 a 17/09/2026**
Publicação da Lista Definitiva de Inscritos, Publicação da Lista com a Classificação Provisória	**24/09/2026**
Recurso da classificação provisória	**24/09/2026 a 25/09/2026**
Lista definitiva de classificação e convocação para a prova prática	**01/10/2026**
Prova prática	**05/10/2026 a 08/10/2026**
Publicação da lista provisória da prova prática	**14/10/2026**
Recurso quanto a lista provisória da prova prática	**14/10/2026 a 15/10/2026**
Publicação lista definitiva prova prática	**20/10/2026**
Classificação Final	**20/10/2026**
Decreto de Homologação	**21/10/2026**

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas pela internet, no período **de 28/08/2026 a 11/09/2026,** através do site: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:

Tipo de Processo: "1-GERAL";
Assunto: **830** - "INSCRIÇÃO – PSS **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**";
Requerimento: Preencher apenas com o Nome Completo do Candidato Anexar os "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS"
4.2. Os candidatos que optarem por realizar a inscrição no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova deverão estar cientes de que o horário de atendimento é **das 8h às 12h e das 13h às 17h**.

4.3. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital, e certificar-se de que preenche todos os requisitos e condições exigidos para a contratação.

4.4. A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
4.5. O candidato é responsável pelas informações prestadas na inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento.

4.6. Não podem se inscrever candidatos que já foram servidores públicos do Município de Balsa Nova que tenham sido dispensados por justa causa, exonerados por inaptidão ao cargo em Avaliação de Estágio Probatório e/ou demitidos após conclusão de Inquérito Administrativo.

4.7. Não haverá cobrança de taxa de inscrição, e é de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da inscrição, em caso de falsidade nas informações prestadas, o candidato será desclassificado e poderá responder criminalmente.
4.8. Ao candidatar-se a vaga de **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**, o candidato deve estar ciente que desempenhará atividades que necessitam de prova prática.
4.9. Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado irão preencher:
1. 03 vagas + CR (Cadastro de Reserva)
4.10. Para candidatar-se às vagas enunciadas neste Edital o candidato deverá anexar ao protocolo de inscrição os documentos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles implicará em desclassificação do candidato (exceto o documento de prova de títulos que é opcional):

a) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física – CPF, sendo nacionalidade brasileira ou equiparada;
b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima 75 anos.
c) Apresentar certificado do Ensino Fundamental completo;
d) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria D ou superior com validade vigente;
e) Prova de títulos (tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional) caso possua e deseje pontuar.
f) Certificado de conclusão de curso de transporte escolar.
g) Anexo II (caso se enquadre).
4.11. Após efetivar a inscrição, o candidato poderá, durante o período de inscrição, incluir ou alterar informações, ou anexar documentos ou comprovantes. Após este período não será mais aceito qualquer tipo de alteração. Documentos inseridos após o último dia da inscrição serão desconsiderados.
4.12. São de exclusiva responsabilidade do candidato as informações fornecidas no ato da inscrição, as quais serão verificadas no momento da comprovação dos requisitos para contratação, se aprovado, de modo que qualquer irregularidade ou incongruência nas informações implicará na anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

4.13. É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Município (www.balsanova.pr.gov.br), a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.

4.14. Caso seja realizado mais de uma INSCRIÇÃO, será deferido/aceito somente o último número de protocolo.

4.15. Ficará reservado aos candidatos afrodescendentes o percentual de 10% das convocações para contratações temporárias que venham a surgir durante o ano.

4.16. Considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar, expressamente, no ato da inscrição, conforme o disposto no artigo 4ª, da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.

4.17. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o item 4.9 o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a função com a opção afrodescendente. O candidato afrodescendente participará do processo seletivo, em igualdade de condições com os demais candidatos, no

que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, conforme previsto da Lei nº. 14.274/03, combinado com a Lei Municipal 878/2015.

4.18. A inscrição na opção de reserva de vagas implicará em inscrição automática na mesma função na lista de ampla concorrência.
4.19. Não ficará assegurado à pessoa com deficiência o percentual de 5% das convocações para contratações temporárias porque o cargo exige condução de ônibus, micro-ônibus, veículos que realizam atendimentos de urgência/emergência e o município não possui veículos adaptados para condutores portadores de deficiência.

4.20. Não haverá reserva de vagas nas listas de classificação em que haja número de classificados insuficientes para a aplicação do percentual previsto em lei.

5. ESCOLARIDADE MÍNIMA

5.1. O candidato que não comprovar a Escolaridade – Ensino fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria D ou superior e Curso de Transporte Escolar para o cargo de **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO** por meio dos títulos informados no ato da inscrição, será eliminado do Processo Seletivo.
5.2. Os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes e ser comprovados por meio de documentação oficial até a data da inscrição para Comprovação de Títulos, sob pena de ser excluído do processo.

6. DA PROVA DE TÍTULOS E EXPERIENCIA PROFISSIONAL

6.1. A prova de títulos terá caráter classificatório.
6.2. Os critérios para pontuação serão referentes à cursos e experiência profissional conforme
cargo de inscrição.
6.3. Os critérios para julgamento dos títulos serão referentes à experiência profissional e cursos na área, conforme **tabela abaixo.**

DOCUMENTOS	VALOR UNITÁRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Tempo de serviço na função cargo de Condutor/ Motorista categoria D ou superior (**período julho de 2016 a julho de 2026**)	0,6 por ano	6,0
b) Cursos de formação e/ou renovação/atualização para condutores (carga horária mínima de 16 horas).	2,0 por curso realizado	4,0
TOTAL		**10,0**

6.4. Será pontuado o tempo de serviço dos últimos 10 (dez) anos, aqui considerado o período entre **julho de 2016 a julho de 2026**, sendo 0,6 (seis décimos) para cada ano trabalhado, até o limite de 6,0 (seis) pontos, **na função ou cargo de Condutor/ Motorista categoria D ou superior.**

6.5. O tempo de serviço será considerado mediante apresentação de declaração expedida pelo Departamento de Recursos Humanos (em caso de órgão público) e/ou apresentação de cópia da carteira de trabalho onde conste a identificação do candidato, cargo exercido e tempo que permaneceu no cargo (preferencialmente carteira de trabalho digital).

6.6. O tempo trabalhado em mais de um emprego, no mesmo período, será considerado uma única vez.
6.7. Apenas a fração igual ou superior a 1 (um) ano será convertida em ano completo para fins de contagem de tempo de serviço.

6.8. O tempo de serviço em estágios de aprendizagem e em cargos comissionados não será aceito e não deverá ser informado.

7. DA PROVA PRÁTICA –

7.1. A Prova Prática tem caráter eliminatório e destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.
7.2. A prova prática terá caráter eliminatório e será realizada para os classificados na prova de títulos e experiência profissional até a 20ª colocação neste cargo.
7.3. A Prova Prática será realizada no Parque Rodoviário Prefeito Edmundo Bora, localizado na Rua Estanislau Woicik, nº 655 Centro – Balsa Nova, **no período de 05/10/2026 a 08/10/2026** conforme convocação que será publicada em Diário Oficial no dia **01/10/2026.**
7.4. A avaliação da Prova Prática é realizada por Comissão Avaliadora designada pela **Portaria nº 588/2026.**

7.5. A prova prática consistirá em exame de operação e será realizada para o cargo de **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**, poderão ser utilizados para a prova prática: van placa ACZ-9J18, ônibus UBX-1F01 ou micro-ônibus AXX-8D87, os quais deverão conduzir e efetuar manobras com estrita observância às normas de trânsito vigentes, compreendendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Para o cargo de **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**, serão avaliados os seguintes pontos:

MOTORISTA		
ITEM	**ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**	**PONTOS**
1	Verificação de óleo do motor	1,0
2	Verificação de líquido de arrefecimento	1,0
3	Verificação de itens de segurança	1,0
4	Avaliação da habilidade na condução dos veículos (manobras em local determinado e percurso na via pública)	3,5
5	Avaliação da habilidade no estacionamento do veículo conforme o balizamento demarcado	3,5

7.6. A Comissão Avaliadora, no caso de comprovada necessidade técnica, pode avaliar outros critérios relacionados às atribuições da função.
7.7. Para a realização da Prova Prática de Condutor de Veiculos da Educação é determinado um tempo máximo de 20 (vinte) minutos compatível com a avaliação proposta, igual para todos os candidatos ao mesmo cargo.

7.8. O candidato que não realizar a prova no tempo previsto será considerado desclassificado.

7.9. Todos os participantes da Prova Prática realizam as mesmas tarefas/percursos, previamente elaborados pela Comissão Avaliadora, tomando-se por base as atribuições da função, registrando-se a avaliação em planilhas individuais.

7.10. Na realização da Prova Prática o candidato deve tomar todas as precauções com vistas a assegurar a sua segurança pessoal e a dos demais presentes, podendo ser eliminado do certame, antes da realização da prova, o candidato que demonstrar não possuir a necessária habilidade na condução do maquinário, colocando em risco a sua segurança, a dos demais presentes ou a do equipamento.

7.11. O candidato, ao terminar a Prova Prática, deve retirar-se do local de aplicação da prova, a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório e não interferir na avaliação de outros candidatos.

7.12. A Prova Prática realiza-se, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para sua realização.
7.13. Em caso de necessidade de suspensão da Prova Prática, conforme avaliação da Comissão Avaliadora, publica-se novo Edital com remarcação de data e horário de aplicação da prova.
7.14. O candidato deve comparecer ao local designado para a Prova Prática com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para sua avaliação, munido da Carteira Nacional de Habilitação, conforme a categoria exigida no requisito do cargo, quando for o caso, devendo o documento em questão estar dentro do prazo de validade, de acordo com a legislação vigente (Código de Trânsito Brasileiro), fazendo uso de óculos ou lentes de contato, quando houver a exigência na CNH.

7.15. O Candidato sem a Carteira Nacional de Habilitação ou comprovante que está em fase de conclusão para a categoria D ou superior, com carteira inferior à solicitada no Edital ou com Carteira vencida é automaticamente desclassificado e não participa da Prova Prática.
7.16. A realização do exame individual será feita por ordem de classificação;
7.17. O candidato que não apresentar documento de habilitação não faz a Prova Prática, mesmo que apresente boletim de ocorrência ou equivalente, e está automaticamente eliminado do certame.

7.18. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento e a consulta para verificar o seu local de prova e data e horário de aplicação.

7.19. Não é aceito, em hipótese alguma, pedidos de realização do exame fora da data, horário e local estabelecido pelo Edital de convocação para a realização da Prova Prática.
7.20. O candidato que obtiver nota inferior a 5,0 (cinco) pontos fica reprovado na Prova Prática e, consequentemente, eliminado do certame.

7.21. O resultado da Prova Prática é divulgado em Edital específico, conforme cronograma.

8. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

8.1. Para a comprovação de títulos referente à escolaridade, Tempo de Serviço, no momento da inscrição o candidato deve anexar no sistema do Protocolo eletrônico todos os comprovantes digitais e/ou digitalizados, tendo ciência de que através dessa documentação será feita a sua classificação.

8.2. É de responsabilidade do candidato anexar toda a documentação digital e/ou digitalizada, de maneira legível, observando o prazo descrito.
8.3. Não serão aceitos documentos entregues por fac-símile, telegrama, correspondência, e-mail, ou outro meio que não seja o especificado neste edital.

9. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso quanto ao indeferimento das inscrições e quanto ao resultado provisório dos aprovados, pela internet, através do site: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, após preenchimento dos dados do candidato, selecionar em:

Tipo de Processo: “1-GERAL”;

Assunto: **831** - "RECURSO – **PSS MOTORISTA CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**";
Requerimento: descrever o motivo do Recurso (Apresentar argumentação lógica e consistente)

9.2. Feito o protocolo do recurso pelo candidato, a comissão do processo seletivo providenciará a sua devida análise.

9.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo deste edital.
9.4. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telegrama, correspondência, internet ou outro meio que não seja o especificado neste edital.

9.5. Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto nas hipóteses comprovadamente passíveis de causar prejuízos irreparáveis ao candidato, a critério da Comissão.
9.6. A comissão avaliadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação.
10.2. Os candidatos classificados além do número de vagas ofertadas integrarão lista de cadastro de reserva, podendo ser convocados, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo, consoante necessidade da Administração Municipal.

10.3. Em caso de resultados iguais na prova de títulos e experiência profissional serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
a) maior idade, nos termos do artigo 27, § único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) persistindo o empate será considerada a maior pontuação em Experiência Profissional para desempate.
10.4. Os resultados do processo seletivo serão publicados no Diário Oficial do Município
(www.balsanova.pr.gov.br), nas datas constantes do item 4 deste edital.

11. DA CONVOCAÇÃO

11.1. A convocação do Candidato aprovado ao cargo fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste edital e da legislação vigente.

11.2. A convocação seguirá, rigorosamente, a ordem classificatória do presente Processo Seletivo Simplificado.

11.3. O candidato convocado que não desejar assumir a vaga poderá solicitar desistência do processo (ANEXO VIII) ou remanejamento para final de lista (ANEXO III), podendo solicitar final de lista apenas uma vez.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao contrato de regime especial de trabalho e ficará vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, conforme previsto no artigo 7º Lei Municipal nº 879/2015.
12.2. O candidato com a melhor pontuação será convocado para assumir a vaga e deverá apresentar a documentação contida no **Anexo IV,** sob pena de desclassificação.

12.3. A contratação do candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste edital e da legislação vigente.
12.4. Nos termos do que preceitua a Constituição Federal é vedada a posse de candidatos aposentados por invalidez, bem como daqueles com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

12.5. A contratação dar-se-á após a publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Município de (www.balsanova.pr.gov.br), considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprazados para assinar o devido contrato.
12.6. Por se tratar de um contrato temporário, caso o contratado inflija em: Ausência no serviço, faltas, abandono do serviço, mesmo que num período curto, insubordinação, a não

concordância com o horário dia e local de serviço, bem como as atribuições, obrigações gerais e específicas do cargo, será feito a rescisão do contrato, se assim for o entendimento da Administração, mediante processo administrativo.
12.7. Em caso de rescisão antecipada do contrato por parte do contratado, o mesmo terá que cumprir um aviso prévio de 30 dias, contados da data do protocolo de pedido de exoneração, e, ou, terá uma multa no valor do salário base da categoria.

12.8. Não será permitido a contratação de servidor que foi contratado através de processo seletivo simplificado do Município de Balsa Nova e rescindir seu contrato vigente para assumir vaga do presente edital no mesmo ano.

13. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO
13.1. Obrigações gerais

a) Executar o serviço zelando pela qualidade do trabalho desenvolvido, sempre em busca da eficiência, efetividade e economicidade em suas ações.
b) Observar, na execução de suas atividades, todas as orientações emanadas pelas Secretarias envolvidas.
c) Registrar o ponto biométrico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas caso seja necessário (preenchimento de relatórios, referências, documentos, etc.).
d) Executar suas funções conforme as atribuições específicas do cargo para o qual foi selecionado.

13.2. Obrigações específicas do cargo:

Dirigir veículos da Educação, inclusive ônibus de transporte escolar, e ônibus rodoviário se necessário em longas distâncias, observando a sinalização, a velocidade, o fluxo de trânsito, as normas de segurança relacionadas ao transporte de pessoas e, principalmente, aos alunos; transportar, com autorização superior, funcionários e outras pessoas aos locais determinados na ordem de serviço; recolher o veículo à garagem, quando concluída a jornada de trabalho; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela

conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência e objetos que lhe forem confiados; movimentar cargas da merenda escolar; providenciar o abastecimento de combustível, água e óleo; comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia verificada no funcionamento do veículo; verificar e comunicar ao seu superior imediato quando da necessidade de atualização da documentação do veículo; cumprir jornada de trabalho em conformidade com a demanda do serviço, respeitando as escalas de trabalho para atender o interesse público; participar de programa de treinamento, quando convocado; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental; tratar o público com zelo e urbanidade; preencher diariamente ficha de controle de diário de bordo; protocolar documentos em órgãos externos; manter atualizada a documentação referente ao veículo sob sua responsabilidade, solicitando, ao setor competente, as providências pra tal fim.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital,

ainda que verificado posteriormente, será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente anulação, pela autoridade competente, do ato de contratação para a função, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

14.2. O candidato que ao ser convocado recusar a admissão naquele momento deverá desistir definitivamente da vaga. Não comparecendo na data e horário estipulados presumir-se-á a desistência do candidato.

14.3. Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, através de publicidade prévia e ampla.

14.4. As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização, supressões ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, garantida a publicidade de toda e qualquer modificação efetivada.

14.5. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado é de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública.

14.6. O contrato de trabalho previsto neste edital não gera a estabilidade funcional tratada no artigo 41 da Constituição Federal, nem os seus vencimentos geram qualquer equiparação com o funcionalismo público municipal.

14.7. Nos termos do que dispõe o artigo 10º da Lei Municipal nº 879/2015, a extinção do contrato a que se refere o presente processo seletivo ocorrerá automaticamente pelo decurso do prazo de duração, sem que haja necessidade de qualquer outra formalidade.

14.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial para o Teste Seletivo do Processo Seletivo Simplificado 15/2026, pela Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pela Procuradoria Geral do Município de Balsa Nova, em conformidade com este edital e com a legislação vigente, em especial pelo contido no Artigo 2º, inciso VI, da Lei Municipal nº 879/2015.

14.9. A inclusão no Cadastro de Reserva gera ao candidato apenas a expectativa de direito à contratação, ficando reservado ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o direito de proceder as contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades das Secretarias envolvidas, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

Balsa Nova, 25 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

ANEXO I DO EDITAL 15/2026
FICHA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
À Comissão Organizadora:

Candidato:
Inscrição Nº:
Requer reconsideração da decisão de indeferimento:

Quanto ao edital;
Quanto à inscrição;
Quanto ao Classificação Provisório;
Quanto à Prova prática;
Motivo do Recurso (Apresentar argumentação lógica e consistente):

Documento(s) Anexado(s):

Balsa Nova, de de 2026

Assinatura do Candidato(a) Parecer da Comissão:
( ) Deferido ( ) Indeferido
Assinaturas:

ANEXO II - DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, ,abaixo assinado, de nacionalidade , nascido em / / ,filho de e de , estado civil , residente e domiciliado à CEP nº , inscrito(a) no CPF sob o nº e no RG nº , candidato do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº15/2026, declaro, sob as penas da lei, que sou:

( ) preto ( ) pardo ( ) indígena.

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

, de 202 .

Assinatura do Candidato

ANEXO III – TERMO DE FINAL DE LISTA

, brasileiro(a), portador(a) da RG nº. e inscrito no CPF/MF sob o nº. , residente e domiciliado à , nº. , CEP: , em , inscrito como candidato ao cargo de , conforme, Edital nº 15/2026, aprovado e classificado em lugar, DECLARA, por este ato, por sua livre e espontânea vontade, que desiste provisoriamente de sua nomeação, solicitando, consequentemente que seja lançado seu nome no final da lista, por ser medida de direito.

Balsa Nova, / / (Assinatura)

ANEXO IV – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO (APENAS PARA CANDIDATOS CONVOCADOS PARA ASSUMIR A VAGA)

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:
1)
2) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3) Para o cargo de **CONDUTOR DE VEÍCULO DA EDUCAÇÃO**: Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria D ou superior com validade vigente;
3) 2 fotos 3x4 recentes
4) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS, contendo o número do PIS;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
7) Atestado de saúde ocupacional, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual se inscreveu, emitido pelo médico perito do município a ser agendado pelo Departamento de gestão de Pessoas em data a ser determinada;

8) Declaração (Anexo VI) de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
10) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal do Tribunal Regional Federal da região onde o candidato tenha residido nos últimos 5 anos. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (4.a Região); ou certidão negativa de antecedentes criminais da Polícia Federal no endereço eletrônico http://www.dpf.gov.br
11) Certidão negativa criminal da Justiça Militar Estadual, no caso de policial militar da ativa, desde que não configurado o acúmulo de cargo vedado em lei, e ex-policial militar;
12) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo VII deste Edital.
13) O candidato após ser contratado não poderá solicitar afastamento de função, readaptação de função ou alegar incompatibilidade com as atribuições da função para a qual foi contratado e, se portador de deficiência, não poderá solicitar amparo especial ou intervenção de terceiros para auxiliá-lo no exercício das atribuições inerentes à função a ser exercida, com as quais não poderá alegar incompatibilidade.
14) O contrato terá prazo mínimo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, não ultrapassando o limite de 02 (dois) anos. A extinção do vínculo em Regime Especial poderá ocorrer como disposto na Lei Municipal 879/2015.

ANEXO V DO EDITAL Nº 15/2026

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL
Nome:
RG:
UF: CPF:
Data de Nascimento: / / Sexo:
Função pretendida:
PARECER DO MÉDICO EXAMINADOR

Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico, goza de plena saúde física e mental e encontra-se:
( ) APTO para exercer a função de . ( ) INAPTO para exercer a função de .

No caso de gestante, informar: A gestante encontra-se na semana de gestação com data prevista para o parto em / / .
Local: Data: / / .

Médico Examinador Assinatura e Carimbo/CRM

Para preenchimento do candidato na data de sua contratação

Eu RG declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial, permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual estou sendo contratado.

Local e data: , de /2026.

Assinatura do candidato

ANEXO VI DO EDITAL N.º 15/2026

DECLARAÇÃO

Eu, , abaixo assinado(a), brasileiro(a), (estado civil), portador(a) de RG nº SSP/ e CPF nº , em atendimento ao Anexo IV – (item 3.5), declaro para fim específico de contratação pelo Processo Seletivo Simplificado do Edital 15/2026, pela Secretaria Municipal
do Município de Balsa Nova, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade odeológica, sujeitando-me às penas na lei.

(Município) - PR de de 2026.

(Assinatura do candidato)

ANEXO VII DO EDITAL N.º 15/2026

DECLARAÇÃO
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Eu, ..., RG. ..... DECLARO, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que:
( ) não exerço outro cargo, emprego ou função pública. ( ) exerço outro cargo, emprego ou função pública.

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso de o declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO

Unidade: ..... Fone: .....

Endereço:.....
Bairro:.....Cidade:..... Cargo/emprego/função: .....Regime Jurídico: .....
2 - HORÁRIO DE TRABALHO:

Carga horária semanal: .....

Horário de trabalho: .....

Remuneração: .....

Balsa Nova, .

(Assinatura)

ANEXO VIII DO EDITAL N.º 15/2026

TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)

Eu, , RG , abaixo assinado (a), desisto, em caráter irrevogável, da minha classificação do Processo de Seletivo Simplificado – PSS regulamentado pelo Edital nº 15/2026.

, de de .

ASSINATURA:

RG:

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:68F839B4

ADMINISTRAÇÃO
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 12/2026 – AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 10885/2026

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 12/2026 – AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 10885/2026

Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 12/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista de classificação:

1 DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA. Através dos itens 5 e 8 do edital 12/2026, publica-se o resultado da classificação que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado – PSS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1°	TANI DE FATIMA CARDOSO	19421/2026	29/08/1962	0,0
2°	JURANDIR OSVALDO VIEIRA	17907/2026	05/01/1965	0,0
3°	JOÃO DIAS	18292/2026	01/08/1966	0,0
4°	ANTONIO BORGES DOS SANTOS	19338/2026	07/03/1972	0,0
5°	JEFERSON ALVES DE LIMA	18947/2026	23/04/1983	0,0
6°	FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS	19302/2026	25/12/1991	0,0
7°	WILDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS	19155/2026	16/11/1993	0,0
8°	ANTONIO AUGUSTO KUGLER	17812/2026	14/01/1994	0,0
9°	LUIZ FELIPE TABORDA PIETCHAK	17540/2026	31/01/1994	0,0
10°	ANGELA ALESSI	18971/2026	19/12/1995	0,0
11°	JHONIE ANGELO PAINI	19300/2026	13/02/1996	0,0
12°	ANDRE RAMOS DE OLIVEIRA	19291/2026	14/03/1998	0,0
13°	MAYK JUNIOR DOS REIS	17541/2026	02/12/2001	0,0

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO AFRODESCENDESTE	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1°	TANI DE FATIMA CARDOSO	19421/2026	29/08/1962	0,0

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

Balsa Nova, 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:3B362BD1

GABINETE
DECRETO N° 173/2026

DECRETO N° 173/2026

Súmula: "Procede a abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026. "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA) e a Lei Municipal nº 1516 de 27 de agosto de 2026.

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 531.744,41 (quinhentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), mediante a reforço de dotação abaixo especificada:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.1148		-	Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		
Fonte	0 2 1107	-	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet %) – exercícios anteriores		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e Material Permanente	R$	37.982,77
Fonte	0 1 1107	-	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e Material Permanente	R$	493.761,64
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO PROJETO				**R$**	**531.744,41**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**531.744,41**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:

I – Oriundo do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 493.761,64 (quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), nas fontes de recursos abaixo descritas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
1107	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet	493.761,64

II – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 37.982,77 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1107	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet	1.3.2.1.01.0.1.01.01.27.00.00	37.982,77

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, na Ação Orçamentaria 1148, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Veículo Adquirido/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		07	-	-	-
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
1148	PROJETO: Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		1.478.925,29	0,00	0,00	0,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, e fica incluído o montante das despesas e as metas físicas na Ação Orçamentaria 1148, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	Veículo Adquirido/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		07
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
1148	PROJETO: Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		1.478.925,29

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto nº 160/2026 de 12 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:9E4F337A

GABINETE
DECRETO N° 174/2026

DECRETO N° 174/2026

Súmula: "Procede a abertura de um Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026. "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA) e a Lei Municipal nº 1517 de 27 de agosto de 2026.

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais), mediante reforço de dotação no Projeto Atividade abaixo especificada:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.1152		-	Construção de Unidades Básicas de Saúde		
Fonte	0 2 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercícios anteriores		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	630.000,00
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	730.000,00
Fonte	0 1 1166	-	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Resolução SESA Nº 1358/2025 – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO PROJETO				**R$**	**1.660.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**1.660.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º do presente Decreto, os abaixo especificados:

I – Oriundo do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), nas fontes de recursos abaixo descritas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	630.000,00

II – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1166	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Resolução SESA Nº 1358/2025	2.4.2.1.50.0.1.17.00.00.00.00	300.000,00

II – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10 301 0016.2119		-	Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.34.00.00		-	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$	130.000,00
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	600.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**730.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**730.000,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2119 e 1152, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Centro Médico Mantido/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		1	1	1	1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
2119	ATIVIDADE: Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		10.878.743,00	10.445.960,00	11.062.912,00	11.616.267,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	UBS Construída/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		2	-	-	-
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
1152	PROJETO: Construção de Unidades Básicas de Saúde		5.210.000,00	0,00	0,00	0,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, e fica incluído o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentarias 2119 e 1152, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	Centro Médico Mantido/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2119	ATIVIDADE: Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		10.878.743,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	UBS Construída/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		2
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
1152	PROJETO: Construção de Unidades Básicas de Saúde		5.210.000,00

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:1ACEE562

GABINETE
LEI N° 1516/2026

LEI N° 1516/2026

Súmula: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, e a promover alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1°. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 531.744,41 (quinhentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), mediante a reforço de dotação abaixo especificada:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.1148		-	Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		
Fonte	0 2 1107	-	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet %) – exercícios anteriores		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e Material Permanente	R$	37.982,77
Fonte	0 1 1107	-	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet – exercício corrente		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamento e Material Permanente	R$	493.761,64
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO PROJETO				**R$**	**531.744,41**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**531.744,41**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º da presente Lei, os abaixo especificados:

I – Oriundo do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 493.761,64 (quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), nas fontes de recursos abaixo descritas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
1107	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet	493.761,64

II – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 37.982,77 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1107	Emenda Ind. Imp. - transf. esp. - (Inc. I do Art. 169-A da E.C. 105/2019) - Dep. Fed. Gustavo Fruet	1.3.2.1.01.0.1.01.01.27.00.00	37.982,77

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, na Ação Orçamentaria 1148, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Veículo Adquirido/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		07	-	-	-
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
1148	PROJETO: Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		1.478.925,29	0,00	0,00	0,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, e fica incluído o montante das despesas e as metas físicas na Ação Orçamentaria 1148, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	Veículo Adquirido/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		07
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
1148	PROJETO: Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		1.478.925,29

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos da Lei nº 1515/2026 de 12 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:5CB95DFF

GABINETE
LEI N° 1517/2026

LEI N° 1517/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, e a promover alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1°. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais), mediante reforço de dotação no Projeto Atividade abaixo especificada:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.1152		-	Construção de Unidades Básicas de Saúde		
Fonte	0 2 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercícios anteriores		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	630.000,00
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	730.000,00
Fonte	0 1 1166	-	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Resolução SESA Nº 1358/2025 – exercício corrente		
4.4.90.51.00.00		-	Obras e Instalações	R$	300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO PROJETO				**R$**	**1.660.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**1.660.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o art. 1º da presente Lei, os abaixo especificados:

I – Oriundo do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), nas fontes de recursos abaixo descritas, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Fonte de Recursos	Descrição	Valor
303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	630.000,00

II – Resultantes do Provável Excesso de Arrecadação nas Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, abaixo especificado:

Fonte de Recursos	Descrição	Rubrica	Valor
1166	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Resolução SESA Nº 1358/2025	2.4.2.1.50.0.1.17.00.00.00.00	300.000,00

II – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais), conforme disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10 301 0016.2119		-	Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.34.00.00		-	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$	130.000,00
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	600.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**730.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**730.000,00**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, fica incluído o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2119 e 1152, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Centro Médico Mantido/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		1	1	1	1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
2119	ATIVIDADE: Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		10.878.743,00	10.445.960,00	11.062.912,00	11.616.267,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	UBS Construída/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		2	-	-	-
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
1152	PROJETO: Construção de Unidades Básicas de Saúde		5.210.000,00	0,00	0,00	0,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, e fica incluído o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentarias 2119 e 1152, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	Centro Médico Mantido/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2119	ATIVIDADE: Manutenção da Unidade Básica de Saúde - 24 Horas		10.878.743,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
10	FUNÇÃO: Saúde	UBS Construída/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		2
0016	PROGRAMA: Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
1152	PROJETO: Construção de Unidades Básicas de Saúde		5.210.000,00

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:E57D4657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 26/ 2026
b) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR;

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA	47.753.723/0001-25	R$ 43.300,00
JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP	97.409.965/0001-74	R$ 315.415,00
SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA	45.724.134/0001-93	R$ 126.400,00
STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA.	21.352.173/0001-49	R$ 103.650,00

LOTE 2 - LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES
FORNECEDOR: STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA.
VALOR TOTAL LOTE 2: R$ 103.650,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Roda Gigante Altura total: 20 metros, Área de base: 18,00 m (largura) x 15,00 m (profundidade), Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática automotiva. Base modular metálica com sistema de nivelamento e pontos de ancoragem. Gôndolas: 16 unidades; 15 gôndolas para até 04 passageiros cada. Capacidade total informada: 62 passageiros simultaneamente. Gôndolas com estrutura em aço e bancos em fibra de vidro reforçada. Motorização: 02 motores de 15 CV cada, com transmissão por motoredutores industriais de velocidade. Comando: CLP (Controlador Lógico Programável), botões de emergência redundantes, disjuntores e fusíveis de proteção. Velocidade operacional: regulável entre 01 e 02 rotações por minuto	Serviço	DIÁRIA	3	8.745,30	26.235,90
2	Iluminação: LED de alta eficiência em dupla face (frontal e traseira), com efeitos RGB, Strobo, Chase e Fades. Demanda energética estimada: até 80 kVA em plena operação.	Serviço	DIÁRIA	3	7.237,70	21.713,10
3	Carrinho Bate-Bate: Constituída por carrinhos individuais movimentados sobre pista de chapa metálica. Dimensões mínimas: 10,00 m x 10,00 m. Contato elétrico através de tubo metálico em teto de malha metálica energizado e isolado da estrutura metálica. Estrutura coberta com telhas metálicas fixadas por ganchos e porcas. Carros equipados com cintos de segurança. Quantidade: 05 carros, Capacidade: 02 passageiros por carro; lotação total de 10 passageiros.	Serviço	DIÁRIA	3	10.240,80	30.722,40
4	Samba: Constituído por disco metálico com bancos fixos em sua borda e grade de proteção na parte superior. Equipamento rodoviário fixo em carreta. Dimensões: 15,40 m x 18,00 m. Movimento: giro e oscilação através de sistema constituído por pistões pneumáticos. Assentos / lotação: 45 assentos; capacidade para 45 passageiros	Serviço	DIÁRIA	3	3.327,20	9.981,60
5	Carrossel: Carrossel infantil com cavalos em fibra de vidro, movimento giratório sobre plataforma metálica instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Lotação mínima: 08 passageiros; 01 lugar por cavalo.	Serviço	DIÁRIA	3	2.527,80	7.583,40
6	Mini Caminhão: Brinquedo infantil composto por mini caminhões em fibra de vidro, com movimento giratório sobre rodas em plataforma metálica, instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Quantidade: 05 mini caminhões. Capacidade: 02 passageiros por veículo; lotação total de 10 passageiros.	Serviço	DIÁRIA	3	2.471,20	7.413,60

LOTE 5 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA
FORNECEDOR: SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 45.724.134/0001-93
VALOR TOTAL DO LOTE 5: R$ 126.400,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR
1	SERVIÇO DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA, NÃO ARMADA, PARA ATIVIDADES DE SEGURANÇA E ATENDIMENTO DURANTE EVENTOS TEMPORÁRIOS. Com o objetivo de garantir a segurança dos participantes, equipe e artistas; prevenir e responder a incidentes de segurança; controlar o acesso aos eventos e áreas restritas; monitorar e patrulhar as instalações durante os eventos. As atividades incluem: controle de acesso com verificação de credenciais; patrulhamento com monitoramento contínuo das áreas internas e externas; resposta a emergências, com procedimentos para evacuação e primeiros socorros; e comunicação constante com a equipe de organização e emergência. A carga horária de trabalho será de no mínimo 10 (dez) horas por dia, com horários definidos pela Administração, conforme as necessidades dos eventos. Materiais e equipamentos necessários: rádios comunicadores para a equipe de segurança e a disponibilização de rádios para a comissão organizadora; kits de primeiros socorros; e identificação visível (uniformes e crachás). É de responsabilidade da empresa contratada alimentação, transporte e hospedagem durante os eventos a realizar.	Serviço	DIÁRIA	400	316,00	126.400,00

LOTE 6 - GERADOR, SOM E ILUMINAÇÃO
FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74
VALOR TOTAL LOTE 6: R$ 157.415,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 260KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 800AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	Serviço	DIÁRIA	5	4.419,00	22.095,00
2	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 180KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 600AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	Serviço	DIÁRIA	5	2.934,00	14.670,00
3	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE: 01 CONSOLE DIGITAL DIGDESINGNER VENUE MIX RACK DE 56 CANAIS COMPLETA COM 03 DSP OU SIMILAR. • 01 CONSOLE DIGITAL YAMAHA DM7 COM EXPANSOR RIO 3224-D2 OU SIMILAR. CONSOLE DIGITAL SD8 OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL PM5DRH OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL SOUNDCRAFT Vi SERIES OU SIMILAR. • PA STEREO MARCA LS AUDIO OU SIMILAR, FZ AUDIO OU SIMILAR, TAIGAR NEO210244 OU SIMILAR. (OBS. QUALQUER MODELO DE P.A DEVERÁ SER ORIGINAL, NAO SENDO ACEITO CÓPIAS). CONTENDO 24 LINE ARRAY, 24 SUBGRAVE, AMPLIFICADORES COMPATIVEIS COM CADA LINHA DE EQUIPAMENTOS ORIGINAIS PARA FUNCIONAMENTO DE TODO SISTEMA. • SITEMA DE FRONT-FILL CONTENDO NO MINIMO 04 CAIXAS COMPATIVEIS COM O SISTEMA DE P.A OU SIMILAR. • SISTEMA DE SIDEFILL DUPLO (L.R) 4 VIAS MODELOS KF850 OU SIMILAR CONTENDO 04 CAIXAS SUB E 04 CAIXAS ALTA, OU SISTEMA LINE ARRAY CONTENDO 02 SUB (L.R) E 03 CAIXAS ALTA 4 VIAS. • RACK DE PROCESSADOR CONTENDO PROCESSAMENTO PARA TODO SISTEMA DE MONITORAMENTO• 04 MONITORES (2-12 E TI" MODELO SM400 OU SIMILAR. • 01 CAIXA DE SUB PARA MONITORAMENTO DO BATERISTA. • 01 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN REVERB, MARSHAL OU SIMILAR. • 01 CUBO DE	Serviço	DIÁRIA	5	24.130,00	120.650,00

	CONTRA BAIXO MARCA GK 800, AMPEG OU SIMILAR CONTENDO 01 CAIXA COM 04 ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS E UMA CAIXA COM ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS. 01 CORPO DE BATERIA TAMA, GRETSCH OU SIMILAR CONTENDO: BUMBO, 2 TONS E 1 SURDO. • MINIMO DE 14 PRATICÁVEIS MEDINDO 2.00X1.00 PÉS COM ALTURA DE 0,40 A 0,60CM. • 02 MICROFONES SEM FIO SHURE UR-4 OU AXIENTE BASE DUPLA, ANTENA EXTERNA OU SIMILAR. • 01 MICROFONE SEM FIO SHURE QLX OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA52 OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA 91ª OU SIMILAR. • 08 MICROFONES ESPECÍFICO PARA TONS E604 OU SIMILAR. • 06 MICROFONES SHURE SM 58 OU SIMILAR. • 06 MICROFONE SHURE SM 57 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES SM81 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES C1000 OU SIMILAR. • 10 MICROFONES DIVERSOS PARA STAND BY. • 06 SUB SNAKE DE 12 VIAS. • 12 DIRECT BOX PASSIVO. • 08 DIRECT BOX ATIVO. • 01 MULTIVIAS DE 12 ABERTO PARA BATERIA. • 02 MULTI VIAS DE 08 ABERTA. • 20 PEDESTAIS MODELO GIRAFA. • 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK COM PROPOWER E TRAFO 10KVA COM ESTABILIZADOR PARA SISTEMA DE P.A E PALCO. 01 MULTICABO 48 VIAS PARA P.A • 03 CABOS 70 MTS PARA AC GERAL 70MM. ILUMINAÇÃO: • 01 CONSOLE MA COMAND WING + FADER COM 2 TELAS E 7 UNIVERSOS, OU SIMILAR. • 42 BEAM MODELO 8R 230W OU SIMILAR. • 28 MAC AURA. • 26 PAR LED 3 WATTS. • 24 STROBOS DE FITA LED. • 08 STROBOS ATOMIC LED RGB. 08 COB OUTDOOR 200W COM BANDOOR. 06 ELIPSOIDAL LED. 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA. 02 VENTILADORES PARA MAQUINA DE FUMAÇA. 02 CANHÕES SEGUIDORES LED 14R OU SIMILAR. 06 MINIBRUTT DE 04 LÂMPADAS QUENTE OU LED. HACK CONTENDO 07 SPLITTER MODELO HPL DELTA 06 OU SIMILAR. 01 MULTI CABO 12 VIAS 70 MTS. 01 MULTI CABO 12 VIAS PARA MESA DE ILUMINAÇÃO. 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK E PROPOWER PARA SISTEMA DE LUZ. TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q30 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS. TRELIÇA EM ALUMINIO Q-50 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS.					

LOTE 7 - LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED
FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74
VALOR TOTAL LOTE 7: R$ 158.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED MODELO P3.91 SMD OUTDOOR 3840Hertz, VISANDO TOTAL NITIDEZ AO SER GRAVADO POR CAMERAS, LED MARCA KINGLIGHT, 01 PROCESSADORA MODELO VX1000, 01 NOTEBOOK COM PLACA DE VIDEO DEDICADA, TAMANHO DO GABINETE: 500X1000 (MM), TAMANHO DO MÓDULO: 250X250 (MM), DENSIDADE DE PIXELS: 65536, CONFIGURAÇÃO PRINCIPAL: 1R 1G 1B, RESOLUÇÃO DO MÓDULO 64*64=4096, BRILHO 3500CD, SOLUÇÃO: SMD1921. INCLUSO TRELIÇAS DE ALUMINIO, TALHAS, SLEEVE, CINTA, CATRACA E SAPATA NECESSARIAS PARA ATENDER A DEMANDA DO EVENTO.	Serviço	M²	500	316,00	158.000,00

LOTE 8 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO
FORNECEDOR: BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA, CNPJ: 47.753.723/0001-25
VALOR TOTAL LOTE 8: R$ 43.300,00

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	DECORAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA, SOB DEMANDA DO SETOR REQUISITANTE, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MONTAGEM E DECORAÇÃO, TAREFAS QUE, POR SUA ESPECIALIZAÇÃO, DEPENDEM, NECESSARIAMENTE, DO ASSESSORAMENTO PROFISSIONAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DESSE TIPO DE SERVIÇO. INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS (TECIDO SUBLIMADO COM LOGOTIPO ESPECIFICO DA FESTA MEDINDO 3MTX6MT, SOFÁ DE LUXO MODELO IMPERIAL MEDINDO 6MT, REBAIXAMENTO DE TETO DE BARRACA 10X10MT COM TECIDO BRANCO, 1 LUSTRE 1,00X0,70MT , 12 CANHAO DE LED PARA ILUMINAÇÃO CÊNICA, LETREIRO DE LED COM ESCRITA (PORCO GARANTIDO) MEDINDO 1,5MT X 0,40CM. EM POLICARBONATO+ KIT INSTALAÇÃO FONTE BIVOLT, 1 APARADOR RUSTICO DE MADEIRA 1,5X0,50MT, MESA EM MADEIRA RUSTICA, TODA ESTRUTURA EM MADEIRA NECESSÁRIA, PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO, TECIDOS NECESSÁRIOS PARA DECORAÇÃO DO AMBIENTE, PERGOLADO EM MADEIRA 2,5 X 2,5 MT, BANCO RUSTICO EM MADEIRA, 12 MALAS DE FENO DECORATIVO, 20 MT DE VARAL DE LUZES, TABLADO EM MADEIRA PARA BARRACA 10X10.	Serviço	UNID	2	21.650,00	43.300,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 588.765,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais)

Barbosa Ferraz, 25 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:4A5BA8FF

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 62/2026 de 03/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$924.780,95 (novecentos e vinte e quatro mil e setecentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
18 - 3.3.30.93.00.00	32011	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	126,36
20 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
04.002.08.244.0005.1.272		PLANO PPAS EXPANSÃO	
396 - 3.3.90.32.00.00	31968	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
117 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00

123 - 4.4.90.51.00.00	32084	OBRAS E INSTALAÇÕES	389.864,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.2.018		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
143 - 3.3.90.39.00.00	32082	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.066,86
143 - 3.3.90.39.00.00	32083	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.169,65
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.1.355		EMENDA PARLAMENTAR 36000698027202500 APS CONSORCIOS	
363 - 3.3.71.70.00.00	32034	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	339,69
08.001.10.301.0050.1.371		EMENDA PARLAMENTAR 36000721913202500 APS NAVEGAÇÃO DO CUIDADO	
371 - 3.3.71.70.00.00	32050	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	14.132,81
08.001.10.301.0050.1.376		PRO APS RESOLUÇÃO SESA N° 709/2025	
441 - 3.3.90.30.00.00	21494	MATERIAL DE CONSUMO	25.255,00
440 - 3.3.90.39.00.00	21494	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	30.000,00
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
186 - 3.3.90.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
226 - 3.3.90.39.00.00	21494	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.1.184		FNDE/TERMO COMPROMISSO PAR 201803010-4/ÔNIBUS URBANO ESCOLAR	
485 - 3.3.22.93.00.00	31871	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.826,58
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
Suplementação			
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.117		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
299 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
		Total Suplementação:	924.780,95

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fonte: 21494	5.000,00
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fonte: 31871	2.826,58
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fonte: 32011	126,36
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fonte: 32034	339,69
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Fonte: 32050	14.132,81
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	170.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	200.000,00
Receita: 1.7.2.3.50.0.1.01 SESA/APSUS/INCENTIVO DE CUSTEIO DO PROGRAMA ATENÇÃO	55.255,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1.01 PLANO PPAS EXPANSÃO - Fonte: 31968	20.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.11 CONVÊNIO 0448/2026 - 2º ARRAIA DA AMIAGRO - Fonte: 32082	46.066,86
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.12 CONVÊNIO Nº 0463/2026 SETU - 3ª FESTA DO PORCO NO TACHO -	21.169,65
Receita: 2.4.1.4.99.0.1.04 MTUR - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA - CONTRATO 985187 -	389.864,00
Total da Receita:	924.780,95

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:9176DAB1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 63/2026 de 03/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º -
Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$14.069,29 (quatorze mil e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
18 - 3.3.30.93.00.00	332011	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.831,31
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	

04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.122.0005.2.084		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
78 - 3.3.90.32.00.00	33999	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	11.844,99
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
121 - 3.3.90.39.00.00	33610	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	342,99
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.263		CONVÊNIO MAPA Nº 926026/22 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	
484 - 3.3.22.93.00.00	33956	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50,00
Total Suplementação:			14.069,29

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:D8D3E9A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 04/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 04/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, NO PROLONGAMENTO DA RUA DEPUTADO JOSÉ AFONSO, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ/PR.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação menor Preço; declarando-se como vencedor a empresa: **VTX CONSTRUCOES E CONSERVACAO LTDA,** CNPJ 41.658.143/0001-72, R JOAO POPINHAK SOBRINHO, Curitibanos-SC, CEP 89520-000. Por apresentar proposta de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 156.216,64 (Cento e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Dezesseis Reais e Sessenta e Quatro Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

VTX CONSTRUCOES E CONSERVACAO LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un.	Qtd.	Preço	Preço total
1	1	Contratação de empresa para prestação de serviços especializada para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, no prolongamento da Rua Deputado José Afonso, no Município de Barra do Jacaré/Pr. 384,00M²	Serviço	M²	1,00	156.216,64	156.216,64
TOTAL							156.216,64

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 27 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:EBD10EDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 04-2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Eletrônica nº 4/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO E PROJETOS COMPLEMENTARES, INCLUINDO PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, LEVANTAMENTO DE QUANTITATIVOS, COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PEÇAS GRÁFICAS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS À FUTURA EXECUÇÃO DA REFORMA DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
Eu, **RODINEI MARCOS MATIAZZO**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação referente ao processo licitatório na modalidade Dispensa Eletrônica nº 4/2026, em cumprimento ao disposto no art. 176, inciso I, da Lei 14133/2021, tornar público o resultado da presente licitação, homologo e adjudico como vencedora, a seguinte proponente:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	**Valor R$**	**Valor R$ por extenso**	**Condições de pagamento**	**Lote**
TRES-D PROJETOS DE OBRAS CIVIS LTDA CNPJ 37.998.375/0001-00 Avenida Vice-Presidente José Alencar Rio de Janeiro-RJ CEP 22775-033	**9.250,00**	**Nove Mil e Duzentos e Cinquenta Reais**	**EM ATÉ O 5º DIA ÚTIL APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL E ENTREGA DO OBJETO LICITADO**	**001**

Homologo a presente licitação.
Boa Ventura de São Roque, 27/08/2026.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente

Publicado por:
Josilene Bueno de Oliveira
Código Identificador:4CE491BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2024

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 66/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF nº 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.567.714/0001-90, sita na RUA GAURAMA, 49, 0, Centro, SALA 1, Erechim/ RS, CEP: 99700070 - Erechim/RS, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) TIAGO MAURICIO SANTIN, portador (a) do CPF sob nº009.375.050-13, domiciliada na RUA MARANHÃO, 54, Centro, Erechim/ RS, CEP: 99700124 - Erechim/RS, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 66/2024, passando sua vigência até 01 de julho de 2027, em conformidade com as disposições previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DO SALDO CONTRATUAL

Em razão da prorrogação da vigência contratual, fica renovado o saldo necessário à continuidade da prestação dos serviços durante o novo período de 12 (doze) meses, conforme os quantitativos constantes na tabela abaixo.

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	26570	FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO MOTORSTA / FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS ADICIONAIS PARA IDENTIFICAÇÃO DO MOTORISTA (MODELO IBUTTON, CARTÃO OU SIMILAR), VISANDO O MONITORAMENTO DE MOTORISTAS FLUTUANTES NO AMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR.	UNIDADE	20,00	3,32	66,43
1	2	26569	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE VEÍCULOS / PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESTREAMENTO, MONITORAMENTO E TELEMETRIA DE VEÍCULOS VIA SATELITE POR GPS/GSM E IDENTIFICADORES DE MOTORISTA, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO DE MÓDULO DE RASTREAMENTO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR E TAMBEM PARA FROTA TERCEIRIZADA DO TRASPORTE ESCOLAR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TITULO DE COMODATO SENDO ESTES NOVOS, SEM USO ANTERIOR, COMPONENTES E LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, RELATORIOS DIARIO DOS ACONTECIMENTOS DOS VEICULOS E OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, COMFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E COM COBERTURA 4G. VALOR UNITÁRIO REFERÊNTE AO SERVIÇO MENSAL POR VEÍCULO, DURANTE 12 MESES	UNIDADE	1.008,00	38,89	39.200,31
TOTAL							39.266,74

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR CONTRATUAL

Conforme previsão constante no Contrato nº 66/2024, os valores dos serviços ficam reajustados pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, aplicando-se o percentual acumulado de **4,316650%** sobre os valores contratuais sujeitos ao reajuste.

Em decorrência da aplicação do referido índice e considerando os quantitativos renovados para o novo período contratual, o valor do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 39.266,74 (trinta e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos)**, conforme valores discriminados na tabela constante da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Conta: 810
Grupo da Fonte: EA

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato nº 66/2024** que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por assim estarem ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 01/07/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***TIAGO MAURICIO SANTIN***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:B3DC6A72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DL27/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL27/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 27/08/2026
d) Objeto da licitação: Aquisição de 14 (quatorze) refletores LED 230W, do tipo bivolt automático, tensão nominal 100~280 VCA, destinados à manutenção da iluminação do Ginásio Municipal de Esportes Augusto Ângelo dos Santos de Bom Jesus do Sul/PR
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

5019 - REVOLUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (32.882.191/0001-59)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34217 - Refletor LED 230W, bivolt automático, tensão nominal 100~280 VCA (admitidas variações mais abrangentes, ex.: 90~300 VCA), grau de proteção mínimo IP66, fluxo luminoso efetivo ? 36.800 lm, eficiência ? 150 lm/W, garantia de 5 anos, fabricação nacional, com certificação/registro no INMETRO. Marca de referência: Revolux.	PÇ		14	700,00	9.800,00
Total (R$):						9.800,00

Bom Jesus do Sul-PR, 27/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D3D32070

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 42/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR42/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 26/08/2026
d) Objeto da licitação: Aquisição de jogos, brinquedos educativos e materiais diversos (pedagógicos, sensoriais e terapêuticos)
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7218 - A C BEGALLI (38.305.565/0001-50)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
5	33379 - BARALHO JOGO DE UNO. Material: Papel. Cor: colorido. Dimensões do produto: 2 x 10 x 11,5 cm. Quantidade: 108 cartas.	UN	MATTEL	2	32,46	64,92
6	33380 - BLOCOS DE MONTAR INFANTIL CASTELINHO. Material: madeira. Quantidade: 73 peças. Cor: colorido. Tamanho: 26 x 5 x 21 cm; 450 g.	UN	XALINGO	1	41,67	41,67
32	33423 - PEGA VARETAS. Material: 31 varetas de plástico. Cor: colorido (geralmente com varetas amarelas, verdes, azuis, vermelhas e uma preta). Dimensões aproximadas: Embalagem de 5 x 20 x 5 cm (com varetas de aproximadamente 16 cm a 20 cm). Peso: aproximadamente 45 g.	UN	XALINGO	2	21,71	43,42
Total (R$):						150,01

7220 - MARIA MARTE SCHITICOSKI (59.031.654/0001-25)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
17	33404 - FANTOCHES ANIMAIS SELVAGENS KIT COM 10 PEÇAS. Composição/Material: em feltro. Itens inclusos: 10 peças contendo fantoches de animais selvagens (Girafa, Jacaré, Macaco, Sapo, Arara, Tartaruga, Lobo, Leão, Tucano e Elefante). Dimensões do produto com embalagem: 30 x 30 x 3 cm. Peso aproximado: 230 g.	UN	SIMQUE	1	175,12	175,12

21	33408 - JOGO CAIU PERDEU TORRE DE MADEIRA MDF INTERATIVO EDUCACIONAL DE MONTAR INFANTIL BRINQUEDO CRIANÇA JOGOS DE MESA. Material: Madeira MDF. Modelo: Caiu Perdeu. Quantidade de peças: 54. Dimensões dos blocos: 7 x 1,5 x 2,4 cm (comp. x alt. x larg.). Dimensões totais da torre: 28 x 8 cm (alt. x larg.).	UN	PAIS E FILHOS	2	24,33	48,66
22	33409 - JOGO CARA A CARA COM APLICATIVO. Itens inclusos: 2 tabuleiros plásticos; 48 molduras plásticas; 1 folha com 48 rostos; 1 folha com 24 cartas; 1 manual de instruções. Dimensões da embalagem: 45 x 5 x 35 cm. Peso: 0,80 kg. Material: plástico e papel.	UN	ESTRELA	1	108,33	108,33
29	33420 - KIT DE BOLINHAS COLORIDAS PARA PISCINA DE BOLINHAS – 1.000 UNIDADES. Kit festa multicolorido com 1.000 unidades. Bolinhas de 1ª linha, produzidas com materiais de alta resistência e qualidade, atóxicos. Cada bolinha possui 76 mm. Bolinhas com sistema antiquebra e sistema emborrachado. Prazo de garantia de 90 dias contra defeito de fabricação.	UN	LIGLIG	3	413,15	1.239,45
36	33427 - TAPETE ATIVIDADES INFANTIL EM CORINO MEDIDAS: 2,00 X 2,00. Tapete pedagógico com desenhos coloridos. Produzido em corino (não alérgico), impermeável e de fácil higienização. Desenhos educativos e lúdicos. Confortável, seguro e resistente (costurado com linha de nylon e dupla costura). Disponível em diversas cores, desenhos e fundo. Garantia de fábrica: 3 meses.	UN	Central	10	451,48	4.514,80
Total (R$):						6.086,36

7856 - PATRIUS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (54.082.007/0001-29)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
9	33383 - BRINQUEDO EDUCATIVO JOGO TETRIS MADEIRA. Material: placa em madeira. Quantidade: 56 peças de encaixe. Dimensões do produto: 28,5 x 19,8 x 0,1 cm de altura das peças. Cor: multicolorida.	UN	Mega Impress	1	51,00	51,00
10	33384 - BRINQUEDO EDUCATIVO MATERIAL DOURADO COMPLETO. Composição: 611 peças (1 cubo de milhar, 10 placas de centena, 100 barras de dezena e 500 cubos de unidade). Material/cor: madeira/natural. Tamanho: Caixa de madeira medindo 13 x 26 x 26 cm.	UN	TOY TRADE	1	82,05	82,05
11	33385 - CASINHA DE BONECAS MDF 60CM + KIT 36 MÓVEIS DESMONTADOS. Material: MDF. Cor: cru. Tamanho: 60 cm de altura x 44 cm de largura x 20 cm de profundidade. Tamanho dos móveis: 6 cm.	UN	MDF Criativa	1	80,00	80,00
14	33401 - DOMINÓ DE FIGURAS E PALAVRAS. Material: MDF. Tamanho: 7 x 3,5 cm. Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 17 x 9,5 x 4 cm; lacrada com película de P.V.C. Cor: colorido.	UN	CARLU	1	37,00	37,00
15	33402 - NÚMEROS MÓVEL EVA DIDÁTICO NUMÉRICO E SINAIS POTE COM 55 PEÇAS 5x5 CM ATÓXICO. Material EVA. Cor: colorido. Tamanho: 5 cm x 5 cm. 55 peças, com 50 números de 0 a 9 e 5 sinais aritméticos.	UN	Mingone	1	34,50	34,50
23	33414 - JOGO DA EMOÇÃO (DIVERTIDAMENTE). Material: madeira reflorestada, 1 roleta, 18 cartas. Cor: multicolor. Tamanho: 22,5 cm x 22,5 cm x 0,1 cm.	UN	XALINGO	1	86,99	86,99
34	33425 - QUEBRA-CABEÇA MADEIRA FLORESTA 30 PEÇAS GRANDES PARA CRIANÇAS. Material: madeira. Cor: colorido. Quantidade: 30 peças. Tamanho montado: 28,5 x 43,5 x 0,25 cm.	UN	Pais & Filhos	2	22,40	44,80
Total (R$):						416,34

4984 - T NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI (18.912.500/0001-65)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
8	33382 - BRINQUEDO EDUCATIVO INFANTIL TORRE PRANCHA DE ENCAIXE MONTESSORI EM MADEIRA COM FORMAS GEOMÉTRICAS COLORIDAS. Material: madeira retangular com os cantos arredondados. Contendo no mínimo: 10 pinos fixos para encaixe das peças. 16 peças: 4 triângulos, 4 quadrados, 4 retângulos e 4 círculos. Cor: multicolorido. Cores vibrantes em vermelho, amarelo, azul e verde, ideais para estimular o reconhecimento visual. Formas diversificadas: inclui círculo, triângulo, quadrado e cruz. Dimensões do produto: 13 x 13 x 12 cm; Peso: 320 g.	UN	CARLU	2	69,53	139,06
Total (R$):						139,06

Bom Jesus do Sul-PR, 26/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E0CE59B0

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 46/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR46/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 26/08/2026
d) Objeto da licitação: aquisição, instalação e configuração de sistema de monitoramento eletrônico (câmeras IP) e infraestrutura de telefonia IP, destinados à equipagem da nova Unidade Básica de Saúde (UBS), à ampliação da Escola Municipal de Ensino e a melhorias no Parque Fundo de Vale e pavilhão comunitário do MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

3726 - SIP TELECOM AQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA-ME (21.536.215/0001-00)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	33773 - GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE (NVR) COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL — Fornecimento de Gravador Digital de	UN	INTELBRAS	4	5.860,00	23.440,00

		Vídeo em Rede (NVR), GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE (NVR) COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL — Fornecimento de Gravador Digital de Vídeo em Rede (NVR), com suporte a câmeras IP e recursos avançados de Inteligência Artificial embarcada, destinado a sistemas de videomonitoramento profissional. Características gerais: processador integrado de alto desempenho (mínimo Quad-Core); sistema operacional embarcado baseado em Linux; gerenciamento de até 16 canais de vídeo IP simultâneos; compatibilidade com protocolo ONVIF (Perfis S, T e G); throughput mínimo de 256 Mbps (sem IA ativa) e 165 Mbps (com IA ativa); suporte a até 128 conexões simultâneas; interface Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps); aplicação móvel Android e iOS. Recursos de IA: detecção e reconhecimento facial; detecção inteligente de pessoas e veículos; análise de vídeo inteligente; reconhecimento facial em até 1 canal direto; detecção inteligente em até 4 canais; processamento mínimo de 12 faces por segundo; suporte a no mínimo 10 bancos de dados faciais com capacidade total de até 20.000 faces. Vídeo: suporte a resoluções de até 16 MP; compressões H.265/H.265+/H.264/H.264+/MJPEG; saídas 1 HDMI 4K (3840x2160) e 1 VGA (1920x1080); mosaicos de até 16 canais. Gravação: modos manual, contínuo, agendado, por detecção de movimento e por eventos/IA; reprodução simultânea de até 16 canais; suporte a 2 discos SATA internos. Rede PoE: mínimo 16 portas PoE integradas (IEEE 802.3af/at); potência total mínima de 130W (até 25,5W por porta). Áudio: entrada e saída via RCA; áudio bidirecional; codecs G.711, PCM, AAC, G.726, G.723. Interfaces: 2 USB; 1 RS232; 4 entradas e 2 saídas de alarme; backup via USB/Rede/HD; busca inteligente. Segurança: surtos até 8 kV (vídeo/rede) e 25 kV (alimentação); máscara de privacidade por canal; controle de acesso e logs. Operação: 100–240 Vac 50/60 Hz; consumo máximo inferior a 10W sem HD; 0°C a +55°C; umidade 0% a 90%; instalação em mesa ou rack; ventilação ativa. Certificações: CE; FCC; normas aplicáveis de compatibilidade eletromagnética e segurança elétrica. ACOMPANHA DISCO RÍGIDO 10TB PARA CFTV: disco interno mínimo 10 TB, linha corporativa para vigilância (Western Digital), SATA III (6 Gb/s), 3,5 polegadas, otimizado para gravação 24/7 de múltiplos fluxos de vídeo; integração com SIM NEXT (software já utilizado pela prefeitura); interface web; manual em português; garantia mínima de 12 meses (NVR) e 3 anos (HD).					
1	2	33774 - CÂMERA IP FIXA 2 MP COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÁUDIO INTEGRADO — Câmera IP fixa tipo bullet ou dome, resolução mínima de 2 Megapixels (Full HD 1920×1080). Sensor CMOS de 1/2.8”, sensibilidade mínima de 0,005 lux colorido e 0 lux com IR ativo; iluminação infravermelha com alcance mínimo de 30 metros e tecnologia Full Color (15 a 20 m). Lente fixa 2,8 mm ou 3,6 mm; ângulo horizontal mínimo de 88°. IA embarcada: detecção de humanos; detecção inteligente de movimento; detecção de áudio; análise comportamental básica; 4 áreas de detecção, 4 máscaras de privacidade, 4 áreas de interesse. Microfone embutido (G.711, G.726, AAC). Compressão H.265 e H.264, dual stream, até 30 fps em Full HD. WDR, BLC, HLC; controle de ganho e balanço de branco. Interface RJ-45 10/100 Mbps; IPv4/IPv6, HTTP, HTTPS, RTSP, RTP, TCP/IP, UDP, ONVIF. Mínimo 20 usuários simultâneos; armazenamento FTP/NAS. Alimentação 12 VDC e/ou PoE IEEE 802.3af. IP67; –40°C a +60°C; surtos 15 kV. Certificações CE-LVD e CE-EMC ou equivalentes. Anexar à proposta descritivo técnico em português.	UN	INTELBRAS	36	395,71	14.245,56
1	3	33775 - CONECTOR RJ45 CAT.5e — Conector macho padrão RJ45 para cabos U/UTP categoria 5e, instalações internas e cabeamento estruturado. Normas ANSI/TIA-568-C.2, ISO/IEC 11801 e RoHS 3. Compatível com cabos sólidos 24 a 26 AWG, fixação por crimpagem, até 750 ciclos de inserção; apto para PoE. Corpo em termoplástico transparente não propagante a chama (UL 94V-2); contatos de 8 vias em cobre com revestimento de 3 µin de ouro e 100 µin de níquel. Dimensões 11,7 × 7,3 × 22,5 mm; peso aprox. 1 g; embalagem com 50 unidades. Operação –25 °C a 55 °C; armazenamento –10 °C a 40 °C. Anexar à proposta descritivo técnico em português.	UN	furukawa	72	1,59	114,48
1	4	33776 - CAIXA DE PASSAGEM PARA CFTV — Caixa de passagem para instalação e proteção de conexões elétricas e de vídeo em sistemas de CFTV, montagem em parede ou teto. Material: plástico resistente; cor branco ou preto; garantia mínima 1 ano; dimensões (L×A×P) 102 × 101 × 53 mm; peso 0,081 kg; peso suportado de 200 g a 300 g (até 1 kg com parafusos métricos e porcas). Temperatura de armazenamento –20 °C a 60 °C; umidade relativa 0% a 90% RH. Anexar à proposta descritivo técnico em português.	UN	INTELBRAS	36	14,86	534,96
1	5	33777 - CABO DE REDE CATEGORIA 5e U/UTP – 24 AWG, 4 PARES — Cabo de rede Categoria 5e, não blindado (U/UTP), para transmissão de dados em redes LAN e CFTV em ambientes internos. Suporta Gigabit Ethernet (1000 Mbps), 100BASE-TX, 10BASE-T, PoE e demais padrões compatíveis com TIA-568-C.2. Condutor: cobre nu, 24 AWG, trançado em 4 pares; isolamento poliolefina; capa externa PVC retardante a chama (CMX) não propagante; cor azul claro, cinza, branco ou preto; diâmetro nominal 4,8 mm; peso 26 kg/km. Temperatura de operação –20 °C a 60 °C. Impedância 100 ± 15 ?; resistência máxima do condutor 93,8 ?/km; capacitância mútua máxima 56 pF/m; prova de tensão 2.500 VDC/3 s; velocidade de propagação 68%. Conformidade com TIA-568-C.2, UL Verified, RoHS, IEC 60332-1 / NBR 14705 e homologação ANATEL. Anexar à proposta descritivo técnico em português e Certificado de Homologação da ANATEL.	UN	furukawa	600	3,17	1.902,00
1	6	33778 - NOBREAK INTERATIVO BIVOLT – 600 VA / 300 W — Nobreak interativo bivolt, potência nominal 600 VA / 300 W. Entrada bivolt automática (120 V / 220 V) com variação ±20%; saída 120 V~ com regulação ±10% em modo rede e ±5% em modo bateria; topologia interativo; tempo de transferência inferior a 8 ms; fator de potência 0,5; 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); bateria interna 1 × 12 V 7 Ah selada (VRLA); proteções contra subtensão, sobretensão, sobrecarga e descarga excessiva; forma de onda semissenoidal; religamento automático; cabo de força 1 m com plugue tripolar (NBR 14136); consumo em stand-by 11 W; recarga em até 10 h. Dimensões (L×A×P) 124 × 214 × 269 mm; peso líquido 6,142 kg; operação 0 a 40 °C; umidade 0 a 90% sem condensação. Anexar à proposta descritivo técnico em português.	UN	INTELBRAS	3	453,32	1.359,96
1	7	33779 - RACK DE PAREDE 9U – PADRÃO 19” — Rack de parede monobloco, padrão 19”, para instalação de equipamentos de redes estruturadas. Capacidade de carga 20 a 40 kg; estrutura em chapa de aço 0,9 mm (SAE1020); portas frontal removível com abertura de 90°, laterais removíveis com aletas de ventilação; largura 570 mm; IP20; terminais de aterramento; quatro planos reguláveis; fechadura cilíndrica com duas chaves; teto com abertura para ventiladores; passagem de cabos; pintura eletrostática preta texturizada. Anexar à proposta descritivo técnico em	UN	DNET	3	464,52	1.393,56

		português.					
1	8	33780 - SERVIÇO – MÃO DE OBRA PARA SISTEMA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO — Contratação de empresa especializada para execução da mão de obra completa de instalação do sistema de câmeras de monitoramento, incluindo: execução de tubulação subterrânea e infraestrutura para passagem de cabos de energia e dados; montagem e fixação de câmeras, DVR/NVR, acessórios e suportes; cabeamento estruturado e conexão elétrica conforme normas técnicas; testes completos, ajustes e entrega do sistema em pleno funcionamento; acompanhamento e supervisão por profissional capacitado com NR-10 e NR-35; garantia de conclusão total da obra, incluindo operação e integração do sistema.	UN	mão de obra	36	179,43	6.459,48
2	9	33781 - TELEFONE IP SEM FIO DECT — Dispositivo VoIP baseado em tecnologia DECT, compatível com estações base da mesma linha. Display TFT colorido 1,8" (128×160); teclas programáveis e botão Push-to-Talk (PTT); até 20 contas SIP e até 20 linhas por aparelho; conferência de áudio em 3 vias; transferência, espera, encaminhamento, DND, MWI, plano de discagem flexível, suporte a múltiplos idiomas. Áudio HD com codec G.722; cancelamento de eco (AEC); AGC; redução de ruído; viva-voz full duplex. Bateria: até 50 h de conversação e 500 h de standby; recarga rápida. Alcance até 50 m interno e 400 m externo (com base compatível). Segurança: autenticação e criptografia DECT. Provisionamento automático via TR-069 e arquivos XML; integração com PABX IP e centrais UCM Grandstream. Anexar à proposta descritivo técnico em português.	UN	GRANDSTREAM	6	498,00	2.988,00
2	10	33782 - ESTAÇÃO BASE DECT IP PARA ATÉ 10 TELEFONES SEM FIO — Estação base DECT IP para gerenciamento centralizado de telefones sem fio, baseada em tecnologia DECT integrada a protocolos SIP. Registro de até 10 aparelhos DECT; até 20 contas SIP por sistema; chamadas simultâneas; conferência de áudio em 3 vias; transferência, espera, encaminhamento, DND, MWI, plano de discagem flexível. Áudio HD; cancelamento de eco; redução de ruído; AGC; compensação de perda de pacotes. Cobertura interna até 50 m e externa até 400 m. Interface Ethernet 10/100 Mbps com PoE. Segurança: autenticação e criptografia DECT; TLS e SRTP. Provisionamento automático via TR-069 e arquivos XML; integração com centrais SIP compatíveis. Anexar à proposta descritivo técnico em português e homologação da ANATEL.	UN	GRANDSTREAM	1	412,00	412,00
Total (R$):							52.850,00

Bom Jesus do Sul-PR, 26/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:EE10AD4C

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 35/2026

RETIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR35/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 21/08/2026
d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção sob medida e instalação de cortinas e persianas, incluindo materiais (tecidos blackout e telas screen), acessórios (varões de alumínio, suportes, ilhós em inox e bandôs) e mão de obra técnica.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7843 - KODILEO COMÉRCIO DE CORTINAS E DECORAÇÕES LTDA (80.278.310/0001-01)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	33226 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de capoeira.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	2	33229 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de capoeira.	UN	PRÓPRIA	3	531,90	1.595,70
1	3	33234 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de teatro.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	4	33236 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de teatro.	UN	PRÓPRIA	3	531,90	1.595,70
1	5	33239 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1, medida 1,40x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação. Sala dos Professores.	UN	PRÓPRIA	3	344,30	1.032,90

1	6	33240 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 5,85x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de aula escola.	UN	PRÓPRIA	1	1.125,00	1.125,00
1	7	33250 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 6,00x2,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de aula escola.	UN	PRÓPRIA	1	1.395,90	1.395,90
1	8	33251 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala nova 01.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	9	33252 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala nova 02.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	10	33255 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,95x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da pedagoga.	UN	PRÓPRIA	1	528,50	528,50
1	11	33258 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,95x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm: com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de direção:	UN	PRÓPRIA	1	528,50	528,50
1	12	33261 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de Atendimento (CAE).	UN	PRÓPRIA	7	638,90	4.472,30
1	13	33263 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da amamentação CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	417,90	417,90
1	14	33266 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 1,90x1,70 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Secretaria CMEI janela 1.	UN	PRÓPRIA	1	424,30	424,30
1	15	33270 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 3,40x1,70 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Secretaria CMEI janela 2.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	16	33274 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 3,40x1,70 com ilhós em inox 28mm : e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala dos professores CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	17	33276 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,80x1,50 com ilhós em inox 28mm; e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala pedagoga CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	582,10	582,10
1	18	33277 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, com xale tela lumina 100% poliéster com prendedor de fio, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x2,33 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de recepção Secretaria de Educação e Cultura.	UN	PRÓPRIA	1	950,20	950,20
1	19	33279 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a); ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Nutricionista.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	20	33280 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Pedagoga.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	21	33282 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, com xale tela lumina 100% poliester com prendedor de fio, franzimento de 3x1 tamanho 2,40x2,33 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Secretaria 01.	UN	PRÓPRIA	1	1.020,30	1.020,30
1	22	33283 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x2,33 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Secretaria 02.	UN	PRÓPRIA	1	697,90	697,90
1	23	33284 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a): ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de Reunião.	UN	PRÓPRIA	2	577,30	1.154,60
Total (R$):							24.989,00

7844 - LOFTY FLEX PERSIANAS LTDA (18.900.026/0001-51)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	24	33345 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,20x1,00, comando E, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Sala de recepção UBS.	UN	PRÓPRIA	1	172,70	172,70
2	25	33346 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 01 e 02.	UN	PRÓPRIA	2	287,80	575,60
2	26	33347 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 03, sala de empacotamento, odontologia janela E, odontologia janela D, sala multiuso janela E e D.	UN	PRÓPRIA	6	287,80	1.726,80

2	27	33348 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,90x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 01:	UN	PRÓPRIA	1	277,20	277,20
2	28	33349 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 02, sala de vacinação, sala de medicação, sala de lavagem, sala de nebulização, sala de gestão, sala de curativos	UN	PRÓPRIA	7	287,80	2.014,60
2	29	33350 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,93x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Cozinha.	UN	PRÓPRIA	1	283,10	283,10
2	30	33351 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,20x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Sala de esterilização e farmácia.	UN	PRÓPRIA	2	175,00	350,00
3	31	33352 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	32	33354 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando E, tamanho 1,15, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	151,50	151,50
3	33	33355 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 2 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	34	33357 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 3 – Agricultura:	UN	PRÓPRIA	1	402,30	402,30
3	35	33359 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 4 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	36	33360 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 5 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	37	33361 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	38	33362 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 7 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	39	33363 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	40	33364 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	149,40	149,40
3	41	33365 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 2,50, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 9 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	42	33366 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 9 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	43	33367 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	44	33368 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	45	33369 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. janela 03, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	46	33370 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 4, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	47	33371 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	48	33372 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,00x2,20, comando D, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 2, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	250,80	250,80
3	49	33373 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 3, espaço 11 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	50	33374 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, espaço 12 – Agricultura. tamanho 0,90x1,20, comando D, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 12 - Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	155,80	155,80
Total (R$):							11.800,00

NOTA: FICA CORRIGIDO OS VALORES UNITARIOS NO LOTE 1, PUBLICADO ANTERIORMENTE EM 26/08/2026.

Bom Jesus do Sul-PR, 27/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2E8181BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 25/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026
PROTOCOLO 2026/07/293524
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CNPJ/MF sob o nº 80.874.100/0001-86 **CNPJ nº** 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: ELIS ANGELA FABIANE - ME
CNPJ/MF sob o nº 49.908.728/0001-05
OBJETO: O presente contrato tem por objeto aquisição de uniformes para os participantes do Projeto de Capoeira, camisetas para os participantes do Projeto de Música e jalecos femininos destinados às servidoras da Administração Municipal conforme especificações abaixo:

Item	Descrição dos Itens:	Unid	Qtde	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**CAPOEIRA:** Calça elanca branca, 100% poliéster, para capoeira com 8 passante para corda, sem bolso, com cós duplo e com cordão na parte interna para amarração, e acabamento com reforço para saqueira, para abertura das pernas. Tamanhos variados a serem provados para definição. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 44,50	R$ 6.675,00
2	**CAPOEIRA:** Camiseta manga curta, gola redonda de poliviscose e com trabalhos em serigrafia na frente da camiseta e detalhes do brasão do Município estampados em uma das mangas e na outra manga o logotipo do CRAS. Tamanhos variados a serem provados para definição. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 38,00	R$ 5.700,00
3	**MÚSICA:** Camiseta manga curta, gola redonda de poliviscose e com trabalhos em serigrafia na frente da camiseta e detalhes do brasão do Município estampados em uma das mangas e na outra manga o logotipo do CRAS. Tamanhos variados a serem provados para definição, conforme modelo ilustrativo em anexo. G; GG; XG.	Unid.	150	R$ 41,00	R$ 6.150,00
4	**JALECOS:** Jaleco modelagem acinturada (social); sem mangas; gola padre (mandarim); fechamento frontal por botões; comprimento acima dos joelhos; faixa traseira para ajuste da cintura; modelagem moderna, confortável e ergonômica; dois bolsos frontais inferiores amplos; tecido resistente, leve e confortável, adequado para uso diário; acabamento profissional; A cor do jaleco, bem como o brasão do Município, as logomarcas institucionais e os locais de aplicação, deverão ser solicitados pela empresa contratada ao departamento solicitante, que fornecerá todas as informações, arquivos digitais e orientações necessárias para a correta confecção do item, observando o padrão visual adotado pela Administração Municipal. Tamanho G e XXG (G3).	Unid.	13	R$ 85,00	R$ 1.105,00
Total dos Itens R$ 19.630,00					

VALOR: R$ **19.630,00(dezenove mil seiscentos e trinta reais).**
PRAZO DE VIGÊNCIA:12(doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 08.00 – Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 082440008.2.073 – Serviço de Fortalecimentos de Vínculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:556.
JUSTIFICATIVA: Art. 75 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:2EDA06CE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026
PROTOCOLO 2026/08/293562

CONTRATANTE: **Município de Bom Sucesso do Sul – Estado do Paraná**
CNPJ/MF sob o nº 80.874.100/0001-86 **CNPJ nº** 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: C R ODELLI LTDA -ME
CNPJ/MF sob o nº 08.669.561/0001-90

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de projeto arquitetônico, de ambientação e aparelhamento do Cantinho da Leitura do CMEI Vovó Helena, no Município de Bom Sucesso do Sul – PR, contemplando o planejamento da organização do ambiente, mobiliário, equipamentos, elementos lúdicos e decorativos, iluminação, materiais, acabamentos e demais componentes necessários ao adequado funcionamento do espaço, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, DE AMBIENTAÇÃO E APARELHAMENTO DO CANTINHO DA LEITURA DO CMEI VOVÓ HELENA. O serviço deverá contemplar, no mínimo: visita técnica; levantamento físico, fotográfico e dimensional do ambiente; levantamento das necessidades pedagógicas; desenvolvimento do conceito do Cantinho da Leitura; planta de layout; definição da circulação e de áreas para leitura individual e coletiva; projeto e/ou especificação de mobiliário infantil, estantes, nichos, expositores, assentos e demais elementos necessários; proposta de iluminação; definição de cores, materiais, revestimentos, acabamentos e elementos lúdicos/decorativos; perspectivas e imagens renderizadas em 3D; detalhamentos necessários à implantação; memorial descritivo; relação dos mobiliários, materiais e equipamentos necessários; especificações técnicas, dimensões e quantitativos suficientes para subsidiar futuras aquisições; indicação de materiais resistentes, seguros e de fácil higienização; observância de acessibilidade e segurança para o público infantil; realização das adequações solicitadas pela Administração durante a aprovação; entrega da versão definitiva	SV	1	**R$ 5.500,00**	**R$ 5.500,00**

	em formato digital e dos arquivos editáveis, quando aplicável. O projeto deverá considerar a viabilidade econômica de sua posterior execução, priorizando soluções compatíveis com a realidade orçamentária municipal, sem prejuízo da qualidade, segurança, funcionalidade e finalidade pedagógica.				
Total dos Itens R$ 5.500,00					

VALOR: R$ **5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº 09.00 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes; 09.01 - Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.050 - Manutenção do Ensino Infantil em Pré-escolas; 33.90.39 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 1694; Fonte de Recursos 104 – Demais Imp. Vinc. A Educação.
JUSTIFICATIVA: Art. 75 inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:62402681

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2026
Processo Licitatório Nº 85/2026 **– HOMOLOGADO EM 24/08/2026.**
DETENTORA: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA - EPP – CNPJ: 30.759.356/0001-74.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais diversos destinados ao desenvolvimento das oficinas, projetos e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em atendimento aos usuários do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e demais famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Bom Sucesso do Sul – PR. Compreende, ainda, a aquisição de linhas, tecidos, aviamentos e materiais correlatos destinados à confecção de roupas, figurinos, fantasias, adereços e demais itens utilizados em apresentações culturais, eventos e atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas ao evento Natal de Luz, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 37/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
21	Chinelo de tira, material de borracha, cores e tamanhos variados.	100	par	Dbc	14,00	1.400,00
40	Jogo de Toalha de banho e de rosto, tecido felpudo, 100% algodão, cores variadas a escolher, tamanho banho 67 cm x 130 cm e rosto tamanho 50 cm x 80 cm, alto poder de absorção e de boa qualidade.	150	jogo	Próprio	18,50	2.775,00
89	Termolina Leitosa 500 ml.	100	unidade	Acrilex	37,00	3.700,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº dotação 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.03 – Divisão de Cultura e Esporte; 13.392.00112.035– Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 573/1424; Fonte Recurso 0/5000 Recurso Livre/ Recurso livre Superavit; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.073 – Serviço de Fortalecimento de Vinculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 557; Fonte de Recursos 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**
Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:44889129

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2026 – (Processo Licitatório 93/2026). DATA DO AVISO: 19/08/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: 58.267.272 DIRSON SIQUEIRA - MEI – CNPJ: 58.267.272/0001-32.

OBJETO: **Contratação Direta de pessoa jurídica para prestação de serviços de modelagem, corte, confecção, montagem, costura, provas, ajustes, acabamentos, aplicação de ornamentos e adaptação de figurinos artísticos destinados à Abertura do Natal de Luz 2026, com o tema "Celebrando as Tradições", que acontecerá no dia 20 de novembro de 2026,** conforme descrito abaixo, e desenhos anexos:

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO INFANTIL DE ANJO, COM CORPETE AJUSTADO, SAIA LONGA EM CAMADAS COM COMPRIMENTO ASSIMÉTRICO, MANGAS/OMBREIRAS DELICADAS, FECHAMENTO POSTERIOR, APLICAÇÃO DOS ACABAMENTOS DECORATIVOS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	20	R$ 450,00	R$ 9.000,00
2	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO INFANTIL DE ANJO EM MODELO CURTO, COMPOSTO POR CORPETE ESTRUTURADO, MANGAS CURTAS, SAIA ARMADA EM CAMADAS, FECHAMENTO POSTERIOR, LAÇO NAS COSTAS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	16	R$ 380,00	R$ 6.080,00
3	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO LONGO INFANTIL/JUVENIL PARA SOLISTA, COM CORPETE AJUSTADO, MANGAS LONGAS TRANSPARENTES E BUFANTES, SAIA AMPLA E RODADA, FECHAMENTO POSTERIOR E APLICAÇÃO DE ORNAMENTOS NO CORPO E NA BARRA. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 450,00	R$ 450,00
4	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO LONGO INFANTIL/JUVENIL PARA CANTORA SOLISTA, COM CORPETE AJUSTADO, MANGAS LONGAS TRANSPARENTES E LEVEMENTE BUFANTES, SAIA AMPLA E RODADA, FECHAMENTO POSTERIOR E APLICAÇÃO DOS ACABAMENTOS DECORATIVOS PREVISTOS NO MODELO. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	2	R$ 450,00	R$ 900,00
5	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO LONGO INFANTIL/JUVENIL PARA CANTORA SOLISTA, COM CORPETE AJUSTADO, MANGAS LONGAS TRANSPARENTES E BUFANTES, SAIA AMPLA E RODADA, FECHAMENTO POSTERIOR E APLICAÇÃO DE ACABAMENTOS DECORATIVOS NO CORPO E NA BARRA. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 450,00	R$ 450,00
6	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO DE BAILARINA COM CORPETE ESTRUTURADO, MANGAS CURTAS BUFANTES, SAIA CURTA RODADA EM CAMADAS, SOBREPOSIÇÃO XADREZ, LAÇO POSTERIOR, FECHAMENTO INVISÍVEL E APLICAÇÃO DE ACABAMENTOS DECORATIVOS. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 450,00	R$ 450,00
7	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO DE BAILARINA ESTILO TUTU BANDEJA, COM CORPETE ESTRUTURADO, MANGAS CURTAS, SAIA HORIZONTAL ARMADA COM ESTRUTURA INTERNA, SOBREPOSIÇÃO XADREZ, FECHAMENTO POSTERIOR E APLICAÇÃO DE ACABAMENTOS DECORATIVOS. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	3	R$ 550,00	R$ 1.650,00
8	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE COLETE MASCULINO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA, COM MODELAGEM SOCIAL AJUSTADA, DECOTE EM "V", RECORTES FRONTAIS, FECHAMENTO POR BOTÕES, ACABAMENTO INTERNO, DETALHES DECORATIVOS NAS BORDAS E AJUSTE POSTERIOR. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVA, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL. NÃO INCLUI CAMISA, CALÇA OU JAQUETA.	un.	1	R$ 350,00	R$ 350,00
9	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO INFANTIL DE BAILARINA, COM CORPETE AJUSTADO, MANGAS CURTAS, SAIA TUTU ARMADA EM CAMADAS, SOBREPOSIÇÃO XADREZ, DECOTE POSTERIOR, FECHAMENTO INVISÍVEL E APLICAÇÃO DE ACABAMENTOS DECORATIVOS. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	20	R$ 450,00	R$ 9.000,00
10	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE SAIA LONGA E AMPLA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA, COM CÓS ALTO ESTRUTURADO, VOLUME RODADO, BARRA COM BABADO CONTRASTANTE, APLICAÇÃO DE ORNAMENTOS NA CINTURA E NA PARTE INFERIOR E ACABAMENTO UNIFORME NA FRENTE E NAS COSTAS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVA E AJUSTES.	un.	5	R$ 600,00	R$ 3.000,00
11	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE CAMISA FEMININA DE APRESENTAÇÃO, COM MODELAGEM ACINTURADA, GOLA ALTA, FRENTE COM BABADOS E ABOTOAMENTO, MANGAS LONGAS BUFANTES COM PUNHOS FRANZIDOS E FECHAMENTO POSTERIOR COM BOTÃO E ABERTURA EM GOTA. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	5	R$ 150,00	R$ 750,00
12	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE COLETE MASCULINO DE APRESENTAÇÃO, COM MODELAGEM SOCIAL AJUSTADA, RECORTE FRONTAL, FECHAMENTO POR BOTÕES, ACABAMENTO INTERNO, APLICAÇÃO DE ORNAMENTOS NAS BORDAS E REVISÃO DO CAIMENTO. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVA E AJUSTES.	un.	5	R$ 150,00	R$ 750,00
13	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO INFANTIL DE BAILARINA EM TONS MARIANOS, COM CORPETE AJUSTADO, MANGAS LONGAS EM EFEITO VOAL, SAIA LONGA EM CAMADAS, SOBREPOSIÇÃO LATERAL, ACABAMENTO DOURADO NA BARRA E EXTENSÃO DE TECIDO PRESA AOS PUNHOS E ÀS COSTAS PARA EFEITO DE MOVIMENTO. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS E AJUSTES.	un.	4	R$ 350,00	R$ 1.400,00
14	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE MANTO INFANTIL INSPIRADO EM NOSSA SENHORA APARECIDA, COM MODELAGEM AMPLA E LONGA, ABERTURA FRONTAL, GOLA E FECHO DECORATIVO, APLICAÇÃO DE ESTRELAS, BORDADOS E ACABAMENTO ORNAMENTAL EM TODA A BORDA. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, APLICAÇÃO DOS DETALHES, PROVA E AJUSTES.	un.	1	R$ 150,00	R$ 150,00
15	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE VESTIDO LONGO PARA CANTORA PRINCIPAL, COM CORPETE ESTRUTURADO E AJUSTADO, COBERTURA EM TULE ILUSION ACIMA DO BUSTO E NAS COSTAS, MANGAS LONGAS TRANSPARENTES, SAIA AMPLA EM CAMADAS COM ARMAÇÃO INTERNA LEVE, FECHAMENTO POSTERIOR E APLICAÇÃO DE BORDADOS E ACABAMENTOS DECORATIVOS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 800,00	R$ 800,00
16	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE CAPA LONGA PARA CANTORA PRINCIPAL, EM TULE COM GLITTER, COM OMBROS FECHADOS, GOLA ALTA OU ACABAMENTO SUPERIOR ESTRUTURADO, FECHO DECORATIVO, CAIMENTO AMPLO E APLICAÇÃO DE RENDA NAS BORDAS. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, APLICAÇÃO DOS ACABAMENTOS, PROVA, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 250,00	R$ 250,00
17	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE TRAJE MASCULINO PARA CANTOR PRINCIPAL, COMPOSTO POR CASACA LONGA ESTRUTURADA, COLETE, LAPELAS, PUNHOS E DETALHES ORNAMENTAIS, FECHAMENTO POR BOTÕES, FORRAÇÃO INTERNA E AJUSTES DE CAIMENTO. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 500,00	R$ 500,00
18	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE TRAJE MASCULINO PARA CANTOR SECUNDÁRIO, COMPOSTO POR BLAZER/CASACA CURTA ESTRUTURADA E COLETE COORDENADO, COM LAPELAS, PUNHOS, BOLSOS, FECHAMENTO POR BOTÕES E APLICAÇÃO DE ACABAMENTOS ORNAMENTAIS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS E AJUSTES.	un.	1	R$ 400,00	R$ 400,00
19	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE COLETE MASCULINO PARA INTEGRANTES DA ORQUESTRA, COM MODELAGEM CLÁSSICA AJUSTADA, FRENTE EM XADREZ, ACABAMENTOS EM TECIDO CONTRASTANTE, DECOTE EM "V", FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, BOLSOS DECORATIVOS, CORRENTE ORNAMENTAL E AJUSTE POSTERIOR. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	15	R$ 180,00	R$ 2.700,00
20	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINOS DOS **TRÊS REIS MAGOS, EM VERSÕES ADULTA E INFANTIL**, COMPOSTOS POR CAPA, FAIXA OU CINTO E COROA OU TURBANTE, COM ACABAMENTOS NAS BORDAS E AJUSTES INDIVIDUALIZADOS. INCLUI MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVAS E ACABAMENTO FINAL DE CADA CONJUNTO.	un.	6	R$ 265,00	R$ 1.590,00
21	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO DE MARIA PARA ENCENAÇÃO DO NASCIMENTO, COMPOSTO POR VESTIDO LONGO DE MODELAGEM SIMPLES, MANGAS COMPRIDAS, FAIXA NA CINTURA E MANTO LONGO COM ACABAMENTO NAS BORDAS. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVA, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.	un.	1	R$ 150,00	R$ 150,00
22	SERVIÇO DE CONFECÇÃO SOB MEDIDA DE FIGURINO DE JOSÉ PARA ENCENAÇÃO DO NASCIMENTO, COMPOSTO POR TÚNICA LONGA, SOBREPOSIÇÃO EXTERNA, CINTO DE CORDÃO E COBERTURA DE	un.	1	R$ 200,00	R$ 200,00

	CABEÇA COM FAIXA DE FIXAÇÃO. INCLUI TOMADA DE MEDIDAS, MODELAGEM, CORTE, MONTAGEM, PROVA, AJUSTES E ACABAMENTO FINAL.				
23	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE COMPLEMENTOS EM 16 FIGURINOS INFANTIS JÁ EXISTENTES, CONSISTENTE NA CONFECÇÃO DE CINTO EM TECIDO DOURADO COM FECHAMENTO POSTERIOR EM LAÇO, APLICAÇÃO DE ACABAMENTO DOURADO AO REDOR DA GOLA E APLICAÇÃO DE DETALHE DOURADO NOS BABADOS OU NA BARRA DA SAIA. INCLUI PROVA, AJUSTE, FIXAÇÃO DOS COMPLEMENTOS E REVISÃO DO ACABAMENTO DE CADA PEÇA.	un.	16	R$ 150,00	R$ 2.400,00
24	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE COMPLEMENTOS EM 17 FIGURINOS JÁ EXISTENTES, CONSISTENTE NA CONFECÇÃO DE CINTOS COM LAÇO POSTERIOR E NA APLICAÇÃO DE DETALHES DECORATIVOS NA GOLA E NA BARRA DOS VESTIDOS. INCLUI PROVA, AJUSTE, FIXAÇÃO DOS COMPLEMENTOS E REVISÃO DO ACABAMENTO DE CADA PEÇA.	un.	17	R$ 150,00	R$ 2.550,00
25	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE 140 PELERINES PARA O CORAL, EM MODELO DE CAPA CURTA PARA SOBREPOSIÇÃO À TÚNICA, COM ABERTURA PARA A CABEÇA, CAIMENTO SOBRE OS OMBROS, PONTAS FRONTAIS E ACABAMENTO EM VIÉS EM TODO O CONTORNO. INCLUI MODELAGEM EM TAMANHOS COMPATÍVEIS COM OS INTEGRANTES, CORTE, MONTAGEM, COSTURA E ACABAMENTO FINAL.	un.	140	R$ 45,00	R$ 6.300,00
26	SERVIÇO DE AJUSTE E CUSTOMIZAÇÃO DE 18 FIGURINOS JÁ EXISTENTES, COMPREENDENDO PROVA INDIVIDUAL, AJUSTES DE LARGURA E COMPRIMENTO, REFORÇO DE COSTURAS, CORREÇÃO DE FECHAMENTOS E APLICAÇÃO DOS ACESSÓRIOS E ACABAMENTOS DECORATIVOS INDICADOS. NÃO INCLUI A CONFECÇÃO DE NOVAS PEÇAS.	un.	18	R$ 150,00	R$ 2.700,00
Total dos Itens: R$ 54.920,00					

VALOR E PAGAMENTO: Pelos serviços prestados a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 54.920,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e vinte reais)**. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, o pagamento será conforme cronograma do Departamento de Finanças.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A seguinte Dotação Orçamentária: nº 11.00 – Departamento de Industria Comércio e Turismo; 11.01 Divisão de indústria Comércio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 666; Fonte de Recursos Fonte livre.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **04 (quatro) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:C9281D8E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2026 – (Processo Licitatório 96/2026). DATA DO AVISO: 19/08/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME – CNPJ: 02.329.391/0001-18.
OBJETO: **Aquisição de 38 (trinta e oito) kits de higiene pessoal, contendo os itens especificados no quadro descritivo, destinados ao atendimento da demanda do projeto desenvolvido pelo Departamento de Assistência Social em conjunto com a Cresol,** conforme especificações abaixo:

LOTE 01					
Item	**Descrição**	**Qtde.**	**Unid.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total (R$)**
01	Toalha de lavabo. Toalhas de lavabo (mão), tecido 100% algodão, medidas 30x20cm, cores diversas, sem bordados.	38	Unid.	R$ 7,00	R$ 266,00
02	Hidratante corporal. (400ml). Hidratante unissex corporal, hipoalergênicos, podendo ser usado dia e noite, fragrância suave, dermatologicamente testado.	38	Unid.	R$ 39,90	R$ 1.516,20
03	Lenço Umedecido - Pacote com 100 unidades. Lenços umedecidos para higiene pessoal, em embalagem com 100 unidades. Devem ser suaves para a pele, sem álcool, hipoalergênicos, e adequados para uso em todas as idades. Produto ideal para limpeza rápida e prática, com uma embalagem resistente e fácil de manusear.	38	Unid.	R$ 17,00	R$ 646,00
04	Sabonete em Barra. Sabonetes em barra para higiene corporal, embalados individualmente, com fórmula hidratante e dermatologicamente testada. Produto de uso diário, indicado para todos os tipos de pele, com fragrância agradável e suave. Cada unidade deve ter um peso mínimo de 90g.	38	Unid.	R$ 5,99	R$ 227,62
05	Desodorante Roll-On - (mínimo de 50 ml cada). Desodorante antitranspirante em Formato roll-on, com capacidade mínima de 50 ml por unidade. Adequado para todos os tipos de pele, com proteção eficaz contra o suor e odor, de longa duração (mínimo 24 horas). Preferencialmente sem álcool, dermatologicamente testado e com fragrância suave.	38	Unid.	R$ 13,90	R$ 528,20
06	Kit Shampoo e Condicionador - Unidade (mínimo de 300 ml cada). Kit composto par uma unidade de Shampoo e uma unidade de condicionador, cada um em embalagens com capacidade mínima de 300 ml. Produtos indicados para uso diário, adequados para todos os tipos de cabelo, com fórmulas hidratantes e fragrância suave. Devem ser dermatologicamente testados e preferencialmente livres de sulfatos e parabenos.	38	Unid.	R$ 39,90	R$ 1.516,20
07	Creme Dental 90g. Creme dental com máxima proteção anticárie com micropartículas de cálcio. Previne a formação da cárie nos dentes e em raízes expostas fortalece e limpa os dentes Delicioso sabor menta refrescante. Com capacidade mínima de 90g. cada.	38	Unid.	R$ 4,99	R$ 189,62
08	Escova Dental. Escova dental com cerdas macias e raspador de língua.	38	Unid.	R$ 8,99	R$ 341,62
TOTAL: R$ 5.231,46					

VALOR E PAGAMENTO: Pela aquisição dos produtos a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 5.231,46 (cinco mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e seis centavos).** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, o pagamento será conforme cronograma do Departamento de Finanças.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 08.00 – Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo Municipal de Assistência Social; 082440008.2.073 – Serviço de Fortalecimentos de Vínculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:556.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.
Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:39933117

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 – *REGISTRO DE PREÇOS 24/2026 (Processo Licitatório 81/2026)*

De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 34/2026**, que teve como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits Enxoval para Bebê e Kits de Higiene para Bebê, destinados à concessão de benefícios eventuais às famílias em situação de vulnerabilidade temporária atendidas pelo Departamento Municipal de Assistência Social, conforme demanda, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência** que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital e seus anexos**, HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor da empresa: **MARLI SALETE SFOGGIA - ME** com o **CNPJ nº: 02.329.391/0001-18**, conforme lote, itens e valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	**KIT ENXOVAL PARA BEBÊ:** (01) uma Manta (cobertor) infantil 80cm x 1,10cm 100% poliéster, (01) um pacote de Fraldas de Tecido com 5 Unid. 1,00 x 65cm cada, (02) dois macacões infantil manga longa com pé sendo (01) um de malha e (01) um de plush, (03) três meias lisas, (01) uma toalha de banho com capuz, (01) um Kit de cueiros contendo 3 unidades 30cm x 80cm, (03) três mijões infantil, (03) três body manga longa, (01) um travesseiro infantil, (02) toalhinhas de boca, (01) um babeiro, todos os produtos de qualidade e 100% algodão.	100	Unid.	Diversos	174,50	17.450,00
2	**KIT HIGIENE PARA BEBÊ:** (01) uma Banheira 20 litros "Unissex". (01) um shampoo infantil para bebê de 200 ml, (01) um sabonete infantil 80 gr., (01) um pacote de Fraldas Descartáveis tamanho P, contendo 40 Fraldas, (01) um pacote de lenço umedecido com 100 unidades.	100	Unid.	Kit Produtos	87,50	8.750,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos reais)**					

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO
R$ 26.200,00
(vinte e seis mil e duzentos reais)
Bom Sucesso do Sul, 27 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:878119B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 029/2025- CREDEBCIAMENTO Nº 0007/2025

EXTRATO DO1º aditivo ao CONTRATO Nº 015/2026 – Inexigibilidade nº 029/2025- CREDEBCIAMENTO Nº 0007/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: LC GERMANO ATENDIMENTOS MÉDICOS LTDTA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 53.283.095/0001-64, Rua Presidente Costa e Silva, 1479 - CEP: 85807-451 - Bairro: Coqueiral, E-MAIL: lucas.costagermano94@gmail.com, Telefone, (45) 9 9940-0569CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUCAS COSTA GERMANO.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 029/2025 pelo **período de 06 (seis) meses**, passando sua vigência a compreender o período de 02/09/2026 até 02/03/2027.

O valor estimado correspondente ao período de prorrogação será de até R$ **480.660,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil, Seiscentos e Sessenta Reais),** considerando os quantitativos estimados renovados e os valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento originário.

1.2. Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	UND	QTDD	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001	1	MÉDICOS CLÍNICO GERAL CREDENCIAMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL PARA ASSEGURAR O ATENDIMENTO DA DEMANDA NO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, NOS DIAS E HORÁRIOS ESTIPULADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, A SER CUMPRIDA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 7H30 ÀS 11H30 E DAS 13H ÀS 17H, EM UBSS DO MUNICÍPIO	HR	6.000,00	80,11	480.660,00

Assinaturas: Sr. Junior Motter, Lucas Costa Germano**.**
Data da Assinatura: 21/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3263AAA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 029/2025- CREDENCIAMENTO Nº 0007/2025

EXTRATO DO 1º aditivo ao CONTRATO Nº 066/2026 – Inexigibilidade nº 029/2025- CREDENCIAMENTO Nº 0007/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ALLCANN SERVICOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº63.965.411/0001-31, Rua Antônio Padovani, 1243 - CEP: 85814506 - Bairro: Floresta, Telefone: (45) 99119-1907 e-mail: martin.irion.md@gmail.com, no município de Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) **MARTIN IRION ALMEIDA**.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 029/2025 pelo **período de 06 (seis) meses**, passando sua vigência a compreender o período de 02/09/2026 até 02/03/2027.

O valor estimado correspondente ao período de prorrogação será de até R$ **480.660,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil, Seiscentos e Sessenta Reais),** considerando os quantitativos estimados renovados e os valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento originário.

1.2. Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	UND	QTDD	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001	1	MÉDICOS CLÍNICO GERAL CREDENCIAMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL PARA ASSEGURAR O ATENDIMENTO DA DEMANDA NO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, NOS DIAS E HORÁRIOS ESTIPULADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, A SER CUMPRIDA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 7H30 ÀS 11H30 E DAS 13H ÀS 17H, EM UBSS DO MUNICÍPIO	HR	6.000,00	80,11	480.660,00

Assinaturas: Sr. Junior Motter, Martin Irion Almeida**.**
Data da Assinatura: 21/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A99C110C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 120/2026
Pregão eletrônico nº 059/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.**

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 02.816.696/0001-54

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	BR0278281 - Adenosina 3 mg/mL	AMPOLA	1.200	8,1965	9.835,80	HIPOLABOR
29	BR0272365 cloridrato de sertralina 50 mg	COMP	120.000	0,104	12.480,00	GEOLAB
47	BR0267657 - Fenitoína sódica 100 mg	COMP	2.000	0,144	288,00	HIPOLABOR
48	BR0267328 Fosfato de sódio monobásico + fosfato de sódio dibásico (160 mg + 60 mg/ml)	FRASCO	200	5,7948	1.158,96	CRISTALIA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA PRIME LTDA
CNPJ: 46.116.717/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	BR0292402 Aminofilina 24 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,75	1.750,00	FARMACE
3	BR0268214 Atropina sulfato 0,25 mg/mL	AMPOLA	1.500	0,65	975,00	SANTISA
4	BR0268222 - Bicarbonato de sódio 8,4%	AMPOLA	1.000	0,73	730,00	SAMTEC
7	(BR0269956) Bromoprida 4 mg/mL solução oral	FRASCO	9.000	1,80	16.200,00	AIRELA
10	(BR0274502) Cefaclor monoidratado suspensão oral	FRASCO	600	84,00	50.400,00	E.M. S
11	BR0442701 Ceftriaxona sódica 1g, pó para	UNID	10.000	3,35	33.500,00	TEUTO

	solução injetável EV					
12	BR0448845 - Cetoprofeno 50mg/ml IM	AMPOLA	3.000	0,85	2.550,00	HIPOLABOR
14	BR0282313 Ciclobenzaprina 10 mg	COMP	130.000	0,06	7.800,00	CIMED
15	BR0270118 Clonazepam 0,5 mg	COMP	10.000	0,05	500,00	CRISTALIA
19	BR0271710 Cloridrato de amiodarona 50 mg/mL	AMPOLA	500	2,14	1.070,00	HIPOLABOR
24	BR0267292 Cloridrato de imipramina 25 mg	COMP	6.000	0,48	2.880,00	CRISTALIA
30	BR0396211 Cloridrato de tansulosina 0,4 mg	CAPSUL	50.000	0,48	24.000,00	NEOQUIMICA
31	BR0272367 Cloridrato de tioridazina 100 mg	DRÁGEA	6.000	1,01	6.060,00	UNIAO QUIMICA
32	BR0272366 Cloridrato de tioridazina 50 mg	DRÁGEA	6.000	0,74	4.440,00	UNIAO QUIMICA
33	BR0285015 Cloridrato de tramadol + paracetamol (37,5 mg + 325 mg). COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	75.000	0,365	27.375,00	E.M.S
36	BR0267643 Dexametasona 0,1 mg/ml elixir frasco 120ml	FRASCO	1.000	1,50	1.500,00	FARMACE
37	BR0267194 Diazepam 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	0,68	680,00	TEUTO
42	BR0302442 Duloxetina 30 mg	CAPSUL	90.000	0,60	54.000,00	E.M. S
43	R0302443 Duloxetina 60 mg. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	CAPSUL	67.500	0,99	66.825,00	GERMED
45	BR0267283 - Escopolamina butilbrometo 10 mg	COMP	30.000	0,32	9.600,00	SANTISA
49	BR0270814 Fosfato dissódico de dexametasona/ Tiamina/ Piroxidina/ Cianocobalamina (4,37mg/2mL + 100mg/mL + 100mg/mL + 5000 mcg/2mL)	CONJ	5.000	5,90	29.500,00	ARESE
50	BR0341174 Gluconato de clorexidina sem álcool 1,2mg/ml - frasco 250ml	FRASCO	6.000	6,10	36.600,00	MEGALABS
52	BR0390005 Hemifumarato de quetiapina 50 mg. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	30.000	2,40	72.000,00	EUROFARMA
53	BR0268129 Levomepromazina 100 mg	COMP	15.000	0,666	9.990,00	CRISTALIA
54	BR0268128 Levomepromazina 25 mg	COMP	5.000	0,55	2.750,00	MEDLEY
55	BR0407326 Lisdexanfetamina, Dimesilato 70mg	CAPSUL	1.500	2,90	4.350,00	TAKEDA
56	BR0268481 Midazolam 15mg/3mL	AMPOLA	1.000	1,65	1.650,00	HIPOLABOR
58	BR0271386 Morfina 10 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,28	1.280,00	UNIAO QUIMICA
59	(BR0273455) Mupirocina 20 mg/g pomada	BISNAG	3.000	14,00	42.000,00	PRATI DONADUZZI
62	(BR0266788) Nistatina 25.000 UI/g creme vaginal	BISNAG	4.000	4,60	18.400,00	PRATI DONADUZZI
63	BR0442584 Norepinefrina 2 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,11	1.110,00	HIPOLABOR
64	BR0271621 Olanzapina 10 mg	COMP	1.500,00	0,20	1.500	NOVA QUIMICA
69	BR0469426 Probiótico, composição Bacillus Clausii, Concentração 2bilhões de UFC Suspenção oral. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	FRASCO	15.000	2,99	44.850,00	ENTEROGERMINA
70	BR0273953 Progesterona micronizada 100 mg	CAPSUL	30.000	1,19	35.700,00	BESINS
71	BR0298548 - RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL E ÓXIDO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO:5.000UI + 900UI + 150MG/G, FORMA FARMACÊUTICA:POMADA	BISNAG	12.000	3,23	38.760,00	ARTE NATIVA
72	BR0298548 Retinol, composição: associado c/aminoácidos + metionina + cloranfenicol, concentração: 10.000ui + 25mg + 5mg + 5mg/g, aplicação: pomada oftálmica	BISNAG	50	3,89	194,50	CRISTALIA
74	BR0449023 Saccharomyces boulardii 200 mg	CAPSUL	18.000	1,15	20.700,00	BRAINFARMA
76	BR0474748 Spasmex 30mg caixa com 30 comprimidos Autos 0001068-73.2024.8.16.0114	CAIXA	24	47,00	1.128,00	APSEN
77	BR0342135 Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg frascos	AMPOLA	1.500	2,50	3.750,00	UNIAO QUIMICA
78	BR0268075 Sulfato de magnésio 50%	AMPOLA	600	5,55	3.330,00	MANTECORP
80	BR0401890 - Tiamina/Piroxidina/ Cianocobalamina (100 mg/mL + 100 mg/mL + 5000 mcg/mL)	CONJ	6.000	4,08	24.480,00	MONENTA
81	BR0272850 Topiramato 50 mg	COMP	60.000	0,13	7.800,00	E. M. S
82	BR0292382 Tramadol 50 mg/mL	AMPOLA	3.000	0,87	2.610,00	HIPOLABOR
83	BR0276948 Trazodona, Cloridrato 50mg	COMP	18.000	0,15	2.700,00	E. M. S
84	BR0272382 Venlafaxina 75 mg	CAPSUL	60.000	0,33	19.800,00	TORRENT
86	(BR0278316) Zolpidem 10mg	COMP	30.000	0,09	2.700,00	TEUTO
87	BR0363561 Cloridrato de hidroxocobalamina + fosfato dissódico de dexametasona + dipirona sódica (5,135 mg/mL + 1,974 mg/mL + 500 mg/mL). COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	CONJ	1.250	19,90	24.875,00	EUROFARMA
88	BR0285015 Cloridrato de tramadol + paracetamol (37,5 mg + 325 mg) - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	COMP	25.000	0,49	12.250,00	E.M. S
89	BR0302443 Duloxetina 60 mg - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	CAPSUL	22.500	1,09	24.525,00	ACHE
90	BR0390005 Hemifumarato de quetiapina 50 mg - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	COMP	10.000	2,50	25.000,00	EUROFARMA
91	BR0469426 Probiótico, composição Bacillus Clausii, Concentração 2bilhões de UFC	FRASCO	5.000	3,99	19.950,00	ENTEROGERMINA

	Suspenção oral - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.					

FORNECEDOR: CIRURGICA ITAMBE EIRELI ME
CNPJ: 26.847.096/0001-11

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	BR0269954 Bromoprida 10mg	UNID	10.000	0,12	1.200,00	PRATI
8	BR0269958 Bromoprida 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	0,87	870,00	HIPOLABOR
17	BR0267162 Cloreto de potássio 19,1%	AMPOLA	3.000	0,38	1.140,00	EQUIPLEX
22	BR0268960 Cloridrato de dopamina 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	2,71	2.710,00	UNIÃO QUÍMICA
35	BR0276283 Deslanosídeo 0,2 mg/mL	AMPOLA	100	1,88	188,00	UNIÃO QUÍMICA

FORNECEDOR: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
6	(BR0395807) Brinzolamida + Maleato de Timolol (10 mg/mL + 6,8 mg/mL) solução oftálmica	FRASCO	300	68,40	20.520,00	ALCON
18	BR0268442 Cloreto de suxametônio 100 mg frascos	AMPOLA	1.000	12,9088	12.908,80	UNIAO Q.
60	BR0448641 Nifedipino 20 mg	COMP	30.000	0,0855	2.565,00	HYPERA
79	(BR0273167) Sulfato de neomicina + Baccitracina zíncica (5 mg/g + 250 UI/g) pomada dermatológica	BISNAG	8.000	2,228	17.824,00	PRATI

FORNECEDOR: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 04.470.877/0001-05

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
9	BR0268994 Bupropiona Cloridrato 150mg	COMP	60.000	0,35	21.000,00	EMS
13	BR0602613 Cetorolaco Trometamol 10mg, sublingual	COMP	3.000	0,3408	1.022,40	EMS
16	BR0270119 Clonazepam 2 mg	COMP	20.000	0,0449	898,00	EMS
51	BR0272831 Hemifumarato de quetiapina 25 mg	COMP	80.000	0,0955	7.640,00	EMS
57	BR0294536 Mirtazapina 30 mg	COMP	20.000	0,5823	11.646,00	EMS
65	BR0291770 Oxalato de escitalopram 10 mg	COMP	100.000	0,094	9.400,00	EMS
68	BR0388712 Pregabalina 75 mg	CAPSUL	90.000	0,176	15.840,00	EMS

FORNECEDOR: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 35.959.514/0001-53

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
20	BR0268436 Cloridrato de clindamicina 300 mg	CAPSUL	12.000	0,7499	8.998,80	UNIAO QUIMICA
21	BR0268446 Cloridrato de dobutamina 12,5 mg/mL	AMPOLA	1.000	5,5199	5.519,90	HYPOFARMA
46	BR0267282 Escopolamina butilbrometo 20 mg/mL	AMPOLA	5.000	0,7899	3.949,50	HYPOFARMA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA
CNPJ: 24.586.988/0001-80

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
25	BR0269843 - Cloridrato de lidocaína 2% injetavel	AMPOLA	1.000	1,5797	1.579,70	HYPOFARMA
75	BR0303292 - Solução ringer + lactato (Composição por litro: cloreto - 109 mEq sódio - 130 mEq potássio - 4 mEq cálcio - 2,7 mEq lactato - 27,7 mEq)	BOLSA	1.000	4,9399	4.939,90	J.P.

FORNECEDOR: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.097.911/0001-05

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
26	BR0272320 Cloridrato de metilfenidato 10 mg	COMP	30.000	0,2808	8.424,00	ALTHAIA
61	BR0273710 Nimesulida 100 mg	COMP	60.000	0,0682	4.092,00	CIMED

FORNECEDOR: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
27	BR0273940 Cloridrato de paroxetina 20 mg	CAPSUL	60.000	0,2155	12.930,00	Zydus Brasil
38	BR0607946 Diclofenaco Gel bisnaga 60g	BISNAG	1.000	4,1179	4.117,90	Cimed
41	BR0352912 Divalproato de sódio 500 mg	COMP	5.000	0,9799	4.899,50	Zydus Brasil

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
CNPJ: 25.279.552/0001-01

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
28	BR0272363 Cloridrato de sertralina 100 mg	COMP	90.000	0,2831	25.479,00	GLOBO
66	BR0273257 Oxcarbamazepina 300 mg	COMP	9.000	0,8664	7.797,60	RANBAXY

FORNECEDOR: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 40.274.237/0001-85

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.

34	(BR0391938) Colecalciferol 3.300 UI/mL solução oral - COTA RESERVADA - AMPLA CONCORRÊNCIA 75%	FRASCO	3.000	6,69	20.070,00	NATUBRAS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CNPJ: 07.752.236/0008-08

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
39	BR0273818 Diosmina + Hisperidina (450 mg + 50 mg). COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	200.000	0,3895	77.900,00	HYPERA / BRAINFARMA
73	BR0272839 Risperidona 1 mg	CAPSUL	50.000	0,0744	3.720,00	PRATI 1256802690071

FORNECEDOR: A.D. DAMINELLI LTDA
CNPJ: 10.749.758/0001-80

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
40	BR0433279 Divalproato de sódio 250 mg	COMP	5.000	0,676	3.380,00	RANBAXY / GENERICO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
44	BR0268255 - Epinefrina 1 mg/mL	AMPOLA	6.000	0,80	4.800,00	HYPOFARMA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 29.426.310/0001-54

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
67	BR0267892 Pantoprazol 40 mg	CAPSUL	150.000	0,1343	20.145,00	CIMED

FORNECEDOR: KADFAR MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 32.116.161/0001-31

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
85	BR0272093 - Vitaminas do complexoB (Tiamina + riboflavina + nicotinamina + pantotenato + piridoxina) (5 mg + 1 mg + 30 mg + 4 mg + 3mg)	DRÁGEA	180.000	0,04	7.200,00	SOOLIS

Califórnia, 25/08/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:9856B5C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 102/2026
Pregão eletrônico nº 051/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Aquisição de Vans e veículos em atenção as Resoluções do Governo do Estado/ Governo Federal, através dos protocolos 25.069.042-8, 25.685.368-0 e 25.685.389-2 e Proposta InvestSUS nº 087471630002500, os veículos deverão estar emplacados e plotados.**

FORNECEDOR: SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ: 26.991.097/0001-35

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Veículo automotor com as seguintes configurações mínimas: motor 1.0, com 3 cilindros, potência 72 cavalos, transmissão manual com 5 marchas (5 a frente e 1 a ré), entre eixos: 2520mm, capacidade do porta malas: 300 litros, tanque de combustível 47 litros, banco do motorista com regulagem de altura, central multimidia touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB, volante com comandos de rádio e telefone, alarme antifurto, alertas de limite de velocidade e manutenção programada. Apoia-pé para o motorista. Ar condicionado. Banco traseiro rebatível, chave canivete com telecomando para abertura de portas, vidros e porta-malas. Check-up quadro de instrumentos. Cintos de segurança traseiro (laterais e central) retrateis de 3 pontos. Computador de bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso). Desembaçador do vidro traseiro. Direção elétrica. Sistema Drive by Wire. ESS (Sinalização de frenagem de emergência). Gancho universal para fixação de cadeira criança (isofix) ganchos de fixação de carga no porta-malas. HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina). HSD (high safety drive). Airbag duplo (motorista e passageiro) e Freios ABS com EBD. Iluminação do porta-malas. Limpador e lavador do vidro traseiro com intermitência. Sistema de som (alto-falantes, twitteres entre outros componentes de fábrica). Repetidor de seta no retrovisor. Retrovisores externos manuais.	UNID	4	93.400,00	373.600,00	CITROEN

	Tomada 12V. Travas elétricas. Vidros elétricos one touch(sobe e desce com apenas um toque) e antiesmagamento. Volante com regulagem de altura e profundidade. garantia do veículo: 12 (doze) meses Primeiro emplacamento, placa Mercosul, em nome do Fundo Municipal de Saúde e plotagem padrão SESA e Proposta InvestSUS					

FORNECEDOR: GAMMAPAR NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 54.554.322/0001-01

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Veículo Automotor de Passageiros (Tipo Van) Capacidade: Mínimo de 15 passageiros + 1 motorista (Total: 16 lugares), com bancos reclináveis, revestimento de alta resistência e cintos de segurança individuais para todos os ocupantes, modelo/fabricação 2026/2026 ou superior, zero quilômetro. Motorização mínima de 2.0 Turbo Diesel, Proconve L7 (ou a regulamentação ambiental vigente mais recente), potência mínima de 130 cv, transmissão manual de no mínimo 6 marchas ou automática. Direção: Hidráulica ou elétrica. Sistema de Freios: Sistema ABS (Anti-lock Braking System) e EBD (Electronic Brakeforce Distribution). Segurança: Controle eletrônico de estabilidade (ESP), assistente de partida em rampa, airbags frontais para motorista e passageiros da frente, e luzes de rodagem diurna (DRL). Climatização: Sistema de ar-condicionado duplo (frontal e traseiro) com dutos e saídas de ar independentes para a cabine de passageiros. Conforto e Conveniência: Vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, retrovisores com ajuste elétrico, travamento central das portas, e sistema de som com conectividade Bluetooth e entrada USB. Acessibilidade e Portas: Porta lateral corrediça para acesso dos passageiros, estribo lateral (fixo ou retrátil) para auxílio no embarque, e portas traseiras com abertura de no mínimo 180°.Garantia: Mínima de 12 (doze) meses ou 100.000 km (o que ocorrer primeiro) integral de fábrica. Primeiro emplacamento, placa Mercosul, em nome do Fundo Municipal de Saúde e plotagem padrão SESA	UNID	1	287.000,00	287.000,00	FORD

Califórnia, 26/08/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:27228331

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 120/2026
Nº Licitação: 059/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos diversos para atendimento às demandas assistenciais, ambulatoriais e hospitalares da instituição.

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 02.816.696/0001-54

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	BR0278281 - Adenosina 3 mg/mL	AMPOLA	1.200	8,1965	9.835,80	HIPOLABOR
29	BR0272365 cloridrato de sertralina 50 mg	COMP	120.000	0,104	12.480,00	GEOLAB
47	BR0267657 - Fenitoína sódica 100 mg	COMP	2.000	0,144	288,00	HIPOLABOR
48	BR0267328 Fosfato de sódio monobásico + fosfato de sódio dibásico (160 mg + 60 mg/ml)	FRASCO	200	5,7948	1.158,96	CRISTALIA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA PRIME LTDA
CNPJ: 46.116.717/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	BR0292402 Aminofilina 24 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,75	1.750,00	FARMACE
3	BR0268214 Atropina sulfato 0,25 mg/mL	AMPOLA	1.500	0,65	975,00	SANTISA
4	BR0268222 - Bicarbonato de sódio 8,4%	AMPOLA	1.000	0,73	730,00	SAMTEC
7	(BR0269956) Bromoprida 4 mg/mL solução oral	FRASCO	9.000	1,80	16.200,00	AIRELA
10	(BR0274502) Cefaclor monoidratado suspensão oral	FRASCO	600	84,00	50.400,00	E.M. S
11	BR0442701 Ceftriaxona sódica 1g, pó para solução injetável EV	UNID	10.000	3,35	33.500,00	TEUTO
12	BR0448845 - Cetoprofeno 50mg/ml IM	AMPOLA	3.000	0,85	2.550,00	HIPOLABOR
14	BR0282313 Ciclobenzaprina 10 mg	COMP	130.000	0,06	7.800,00	CIMED
15	BR0270118 Clonazepam 0,5 mg	COMP	10.000	0,05	500,00	CRISTALIA

19	BR0271710 Cloridrato de amiodarona 50 mg/mL	AMPOLA	500	2,14	1.070,00	HIPOLABOR
24	BR0267292 Cloridrato de imipramina 25 mg	COMP	6.000	0,48	2.880,00	CRISTALIA
30	BR0396211 Cloridrato de tansulosina 0,4 mg	CAPSUL	50.000	0,48	24.000,00	NEOQUIMICA
31	BR0272367 Cloridrato de tioridazina 100 mg	DRÁGEA	6.000	1,01	6.060,00	UNIAO QUIMICA
32	BR0272366 Cloridrato de tioridazina 50 mg	DRÁGEA	6.000	0,74	4.440,00	UNIAO QUIMICA
33	BR0285015 Cloridrato de tramadol + paracetamol (37,5 mg + 325 mg). COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	75.000	0,365	27.375,00	E.M.S
36	BR0267643 Dexametasona 0,1 mg/ml elixir frasco 120ml	FRASCO	1.000	1,50	1.500,00	FARMACE
37	BR0267194 Diazepam 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	0,68	680,00	TEUTO
42	BR0302442 Duloxetina 30 mg	CAPSUL	90.000	0,60	54.000,00	E.M. S
43	R0302443 Duloxetina 60 mg. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	CAPSUL	67.500	0,99	66.825,00	GERMED
45	BR0267283 - Escopolamina butilbrometo 10 mg	COMP	30.000	0,32	9.600,00	SANTISA
49	BR0270814 Fosfato dissódico de dexametasona/ Tiamina/ Piroxidina/ Cianocobalamina (4,37mg/2mL + 100mg/mL + 100mg/mL + 5000 mcg/2mL)	CONJ	5.000	5,90	29.500,00	ARESE
50	BR0341174 Gluconato de clorexidina sem álcool 1,2mg/ml - frasco 250ml	FRASCO	6.000	6,10	36.600,00	MEGALABS
52	BR0390005 Hemifumarato de quetiapina 50 mg. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	30.000	2,40	72.000,00	EUROFARMA
53	BR0268129 Levomepromazina 100 mg	COMP	15.000	0,666	9.990,00	CRISTALIA
54	BR0268128 Levomepromazina 25 mg	COMP	5.000	0,55	2.750,00	MEDLEY
55	BR0407326 Lisdexanfetamina, Dimesilato 70mg	CAPSUL	1.500	2,90	4.350,00	TAKEDA
56	BR0268481 Midazolam 15mg/3mL	AMPOLA	1.000	1,65	1.650,00	HIPOLABOR
58	BR0271386 Morfina 10 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,28	1.280,00	UNIAO QUIMICA
59	(BR0273455) Mupirocina 20 mg/g pomada	BISNAG	3.000	14,00	42.000,00	PRATI DONADUZZI
62	(BR0266788) Nistatina 25.000 UI/g creme vaginal	BISNAG	4.000	4,60	18.400,00	PRATI DONADUZZI
63	BR0442584 Norepinefrina 2 mg/mL	AMPOLA	1.000	1,11	1.110,00	HIPOLABOR
64	BR0271621 Olanzapina 10 mg	COMP	1.500,00	0,20	1.500	NOVA QUIMICA
69	BR0469426 Probiótico, composição Bacillus Clausii, Concentração 2bilhões de UFC Suspenção oral. COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	FRASCO	15.000	2,99	44.850,00	ENTEROGERMINA
70	BR0273953 Progesterona micronizada 100 mg	CAPSUL	30.000	1,19	35.700,00	BESINS
71	BR0298548 - RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL E ÓXIDO DE ZINCO, CONCENTRAÇÃO:5.000UI + 900UI + 150MG/G, FORMA FARMACÊUTICA:POMADA	BISNAG	12.000	3,23	38.760,00	ARTE NATIVA
72	BR0298548 Retinol, composição: associado c/aminoácidos + metionina + cloranfenicol, concentração: 10.000ui + 25mg + 5mg + 5mg/g, aplicação: pomada oftálmica	BISNAG	50	3,89	194,50	CRISTALIA
74	BR0449023 Saccharomyces boulardii 200 mg	CAPSUL	18.000	1,15	20.700,00	BRAINFARMA
76	BR0474748 Spasmex 30mg caixa com 30 comprimidos Autos 0001068-73.2024.8.16.0114	CAIXA	24	47,00	1.128,00	APSEN
77	BR0342135 Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg frascos	AMPOLA	1.500	2,50	3.750,00	UNIAO QUIMICA
78	BR0268075 Sulfato de magnésio 50%	AMPOLA	600	5,55	3.330,00	MANTECORP
80	BR0401890 - Tiamina/Piroxidina/ Cianocobalamina (100 mg/mL + 100 mg/mL + 5000 mcg/mL)	CONJ	6.000	4,08	24.480,00	MONENTA
81	BR0272850 Topiramato 50 mg	COMP	60.000	0,13	7.800,00	E. M. S
82	BR0292382 Tramadol 50 mg/mL	AMPOLA	3.000	0,87	2.610,00	HIPOLABOR
83	BR0276948 Trazodona, Cloridrato 50mg	COMP	18.000	0,15	2.700,00	E. M. S
84	BR0272382 Venlafaxina 75 mg	CAPSUL	60.000	0,33	19.800,00	TORRENT
86	(BR0278316) Zolpidem 10mg	COMP	30.000	0,09	2.700,00	TEUTO
87	BR0363561 Cloridrato de hidroxocobalamina + fosfato dissódico de dexametasona + dipirona sódica (5,135 mg/mL + 1,974 mg/mL + 500 mg/mL). COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	CONJ	1.250	19,90	24.875,00	EUROFARMA
88	BR0285015 Cloridrato de tramadol + paracetamol (37,5 mg + 325 mg) - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	COMP	25.000	0,49	12.250,00	E.M. S
89	BR0302443 Duloxetina 60 mg - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	CAPSUL	22.500	1,09	24.525,00	ACHE
90	BR0390005 Hemifumarato de quetiapina 50 mg - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	COMP	10.000	2,50	25.000,00	EUROFARMA
91	BR0469426 Probiótico, composição Bacillus Clausii, Concentração 2bilhões de UFC Suspenção oral - COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA ME/EPP.	FRASCO	5.000	3,99	19.950,00	ENTEROGERMINA

FORNECEDOR: CIRURGICA ITAMBE EIRELI ME

CNPJ: 26.847.096/0001-11

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	BR0269954 Bromoprida 10mg	UNID	10.000	0,12	1.200,00	PRATI
8	BR0269958 Bromoprida 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	0,87	870,00	HIPOLABOR
17	BR0267162 Cloreto de potássio 19,1%	AMPOLA	3.000	0,38	1.140,00	EQUIPLEX
22	BR0268960 Cloridrato de dopamina 5 mg/mL	AMPOLA	1.000	2,71	2.710,00	UNIÃO QUÍMICA
35	BR0276283 Deslanosídeo 0,2 mg/mL	AMPOLA	100	1,88	188,00	UNIÃO QUÍMICA

FORNECEDOR: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
6	(BR0395807) Brinzolamida + Maleato de Timolol (10 mg/mL + 6,8 mg/mL) solução oftálmica	FRASCO	300	68,40	20.520,00	ALCON
18	BR0268442 Cloreto de suxametônio 100 mg frascos	AMPOLA	1.000	12,9088	12.908,80	UNIAO Q.
60	BR0448641 Nifedipino 20 mg	COMP	30.000	0,0855	2.565,00	HYPERA
79	(BR0273167) Sulfato de neomicina + Baccitracina zíncica (5 mg/g + 250 UI/g) pomada dermatológica	BISNAG	8.000	2,228	17.824,00	PRATI

FORNECEDOR: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 04.470.877/0001-05

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
9	BR0268994 Bupropiona Cloridrato 150mg	COMP	60.000	0,35	21.000,00	EMS
13	BR0602613 Cetorolaco Trometamol 10mg, sublingual	COMP	3.000	0,3408	1.022,40	EMS
16	BR0270119 Clonazepam 2 mg	COMP	20.000	0,0449	898,00	EMS
51	BR0272831 Hemifumarato de quetiapina 25 mg	COMP	80.000	0,0955	7.640,00	EMS
57	BR0294536 Mirtazapina 30 mg	COMP	20.000	0,5823	11.646,00	EMS
65	BR0291770 Oxalato de escitalopram 10 mg	COMP	100.000	0,094	9.400,00	EMS
68	BR0388712 Pregabalina 75 mg	CAPSUL	90.000	0,176	15.840,00	EMS

FORNECEDOR: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 35.959.514/0001-53

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
20	BR0268436 Cloridrato de clindamicina 300 mg	CAPSUL	12.000	0,7499	8.998,80	UNIAO QUIMICA
21	BR0268446 Cloridrato de dobutamina 12,5 mg/mL	AMPOLA	1.000	5,5199	5.519,90	HYPOFARMA
46	BR0267282 Escopolamina butilbrometo 20 mg/mL	AMPOLA	5.000	0,7899	3.949,50	HYPOFARMA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA
CNPJ: 24.586.988/0001-80

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
25	BR0269843 - Cloridrato de lidocaína 2% injetavel	AMPOLA	1.000	1,5797	1.579,70	HYPOFARMA
75	BR0303292 - Solução ringer + lactato (Composição por litro: cloreto - 109 mEq sódio - 130 mEq potássio - 4 mEq cálcio - 2,7 mEq lactato - 27,7 mEq)	BOLSA	1.000	4,9399	4.939,90	J.P.

FORNECEDOR: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.097.911/0001-05

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
26	BR0272320 Cloridrato de metilfenidato 10 mg	COMP	30.000	0,2808	8.424,00	ALTHAIA
61	BR0273710 Nimesulida 100 mg	COMP	60.000	0,0682	4.092,00	CIMED

FORNECEDOR: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
27	BR0273940 Cloridrato de paroxetina 20 mg	CAPSUL	60.000	0,2155	12.930,00	Zydus Brasil
38	BR0607946 Diclofenaco Gel bisnaga 60g	BISNAG	1.000	4,1179	4.117,90	Cimed
41	BR0352912 Divalproato de sódio 500 mg	COMP	5.000	0,9799	4.899,50	Zydus Brasil

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA
CNPJ: 25.279.552/0001-01

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
28	BR0272363 Cloridrato de sertralina 100 mg	COMP	90.000	0,2831	25.479,00	GLOBO
66	BR0273257 Oxcarbamazepina 300 mg	COMP	9.000	0,8664	7.797,60	RANBAXY

FORNECEDOR: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 40.274.237/0001-85

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
34	(BR0391938) Colecalciferol 3.300 UI/mL solução oral - COTA RESERVADA - AMPLA CONCORRÊNCIA 75%	FRASCO	3.000	6,69	20.070,00	NATUBRAS

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A
CNPJ: 07.752.236/0008-08

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
39	BR0273818 Diosmina + Hisperidina (450 mg + 50 mg). COTA RESERVADA 75% AMPLA CONCORRÊNCIA	COMP	200.000	0,3895	77.900,00	HYPERA / BRAINFARMA
73	BR0272839 Risperidona 1 mg	CAPSUL	50.000	0,0744	3.720,00	PRATI 1256802690071

FORNECEDOR: A.D. DAMINELLI LTDA
CNPJ: 10.749.758/0001-80

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
40	BR0433279 Divalproato de sódio 250 mg	COMP	5.000	0,676	3.380,00	RANBAXY / GENERICO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
44	BR0268255 - Epinefrina 1 mg/mL	AMPOLA	6.000	0,80	4.800,00	HYPOFARMA

FORNECEDOR: CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 29.426.310/0001-54

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
67	BR0267892 Pantoprazol 40 mg	CAPSUL	150.000	0,1343	20.145,00	CIMED

FORNECEDOR: KADFAR MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 32.116.161/0001-31

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
85	BR0272093 - Vitaminas do complexoB (Tiamina + riboflavina + nicotinamina + pantotenato + piridoxina) (5 mg + 1 mg + 30 mg + 4 mg + 3mg)	DRÁGEA	180.000	0,04	7.200,00	SOOLIS

Valor Total do Pregão: R$ 1.627.557,50 (um milhão, seiscentos e vinte e sete, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 1.230.145,26 (um milhão, duzentos e trinta mil e centro e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA
05.001.10.301.0007.2022. - 3.3.90.30.00.00 – Fonte 303 – red. 189

MANUTENCAO DA FARMACIA DE DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS
05.001.10.301.0007.2029. - 3.3.90.30.00.00 – Fonte 1000 – red. 204
05.001.10.301.0007.2029. - 3.3.90.30.00.00 – Fonte 303 – red. 204

Califórnia, 27 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:75EEB341

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 102/2026
Nº Licitação: 51/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de Vans e veículos em atenção as Resoluções do Governo do Estado/ Governo Federal, através dos protocolos 25.069.042-8, 25.685.368-0 e 25.685.389-2 e Proposta InvestSUS nº 087471630002500, os veículos deverão estar emplacados e plotados.

FORNECEDOR: SIGMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ: 26.991.097/0001-35

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Veículo automotor com as seguintes configurações mínimas: motor 1.0, com 3 cilindros, potência 72 cavalos, transmissão manual com 5 marchas (5 a frente e 1 a ré), entre eixos: 2520mm, capacidade do porta malas: 300 litros, tanque de combustível 47 litros, banco do	UNID	4	93.400,00	373.600,00	CITROEN

	motorista com regulagem de altura, central multimidia touchscreen com Android Auto e Apple Car Play, Bluetooth, entradas USB, volante com comandos de rádio e telefone, alarme antifurto, alertas de limite de velocidade e manutenção programada. Apoia-pé para o motorista. Ar condicionado. Banco traseiro rebatível, chave canivete com telecomando para abertura de portas, vidros e porta-malas. Check-up quadro de instrumentos. Cintos de segurança traseiro (laterais e central) retrateis de 3 pontos. Computador de bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso). Desembaçador do vidro traseiro. Direção elétrica. Sistema Drive by Wire. ESS (Sinalização de frenagem de emergência). Gancho universal para fixação de cadeira criança (isofix) ganchos de fixação de carga no porta-malas. HCSS (Sistema de partida a frio sem tanque auxiliar de gasolina). HSD (high safety drive). Airbag duplo (motorista e passageiro) e Freios ABS com EBD. Iluminação do porta-malas. Limpador e lavador do vidro traseiro com intermitência. Sistema de som (alto-falantes, twitteres entre outros componentes de fábrica). Repetidor de seta no retrovisor. Retrovisores externos manuais. Tomada 12V. Travas elétricas. Vidros elétricos one touch(sobe e desce com apenas um toque) e antiesmagamento. Volante com regulagem de altura e profundidade. garantia do veículo: 12 (doze) meses Primeiro emplacamento, placa Mercosul, em nome do Fundo Municipal de Saúde e plotagem padrão SESA e Proposta InvestSUS					

FORNECEDOR: GAMMAPAR NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 54.554.322/0001-01

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Veículo Automotor de Passageiros (Tipo Van) Capacidade: Mínimo de 15 passageiros + 1 motorista (Total: 16 lugares), com bancos reclináveis, revestimento de alta resistência e cintos de segurança individuais para todos os ocupantes, modelo/fabricação 2026/2026 ou superior, zero quilômetro. Motorização mínima de 2.0 Turbo Diesel, Proconve L7 (ou a regulamentação ambiental vigente mais recente), potência mínima de 130 cv, transmissão manual de no mínimo 6 marchas ou automática. Direção: Hidráulica ou elétrica. Sistema de Freios: Sistema ABS (Anti-lock Braking System) e EBD (Electronic Brakeforce Distribution). Segurança: Controle eletrônico de estabilidade (ESP), assistente de partida em rampa, airbags frontais para motorista e passageiros da frente, e luzes de rodagem diurna (DRL). Climatização: Sistema de ar-condicionado duplo (frontal e traseiro) com dutos e saídas de ar independentes para a cabine de passageiros. Conforto e Conveniência: Vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, retrovisores com ajuste elétrico, travamento central das portas, e sistema de som com conectividade Bluetooth e entrada USB. Acessibilidade e Portas: Porta lateral corrediça para acesso dos passageiros, estribo lateral (fixo ou retrátil) para auxílio no embarque, e portas traseiras com abertura de no mínimo 180°.Garantia: Mínima de 12 (doze) meses ou 100.000 km (o que ocorrer primeiro) integral de fábrica. Primeiro emplacamento, placa Mercosul, em nome do Fundo Municipal de Saúde e plotagem padrão SESA	UNID	1	287.000,00	287.000,00	FORD

Valor Total do Pregão: R$ 1.129.658,47 (um milhão, cento e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 660.600,00 (seiscentos mil e seiscentos reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 4.4.90.52 Fonte 303 - Red. 195
05.001.10.301.0007.2022 – 4.4.90.52 Fonte 304 - Red. 195
05.001.10.301.0007.2022 – 4.4.90.52 Fonte 495 - Red. 195
05.001.10.301.0007.2022 – 4.4.90.52 Fonte 797 - Red. 195

Califórnia, 27 e agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:C47D1AF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
RETIFICAÇÃO RGF - ANEXO I

CAMARA MUNICIPAL DE CARLOPOLIS - PR - PODER LEGISLATIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
Unidade Gestora: CONSOLIDADO		
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]**
	(a)	**(b)**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.066.420,28	-
Pessoal Ativo	2.066.420,28	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.806.171,27	-
Obrigações Patronais	260.249,01	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.066.420,28	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	100.111.171,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.200.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	768.540,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	98.142.631,14	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.066.420,28	2,11%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.888.557,87	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.594.129,97	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.299.702,08	5,40
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro		
do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento		
podem ser excluídos.		
Nota:		
ELTON HERNANDES TRINDADE MARIA RITA DE OLIVEIRA BEZERRA		
Presidente Biênio 2025/2026 Responsável Técnico		
CRC 30419/PR		
ELEZANA MARIA AMARAL DE OLIVEIRA		
Controle Interno - Portaria nº 08/2024		

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:50DBAB64

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
RETIFICAÇÃO RGF - ANEXO VI

CAMARA MUNICIPAL DE CARLOPOLIS - PR - PODER LEGISLATIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º SEMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	100.111.171,14	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	98.911.171,14	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	98.142.631,14	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	2.066.420,28	2,11%
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	5.888.557,87	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%	5.594.129,97	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	5.299.702,08	5,40
ELTON HERNANDES TRINDADE MARIA RITA DE OLIVEIRA BEZERRA ELEZANA MARIA AMARAL DE OLIVEIRA		
Presidente Biênio 2025/2026 Responsável Técnico Controle Interno - Portaria nº 08/2024		
CRC 30419/PR		

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:E0ED50FA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 046/2025 - PROCESSO Nº 135/2025 (PRAZO E VALOR).

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pela Senhora Alana Karolina de Souza Bueno, Secretária Municipal de Administração e Comunicação, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXX SSP PR, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 046/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de concreto usinado para utilização em obras municipais, incluso bomba para lançar concreto,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados no Pregão Eletrônico nº 046/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
A empresa **SANGIACOMO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ Nº 17.211.820/0004-78**, com sede a Trevo da Pr 151 Com a Pr 218, S/N, Rural, na cidade de Carlópolis, CEP 86420000, Estado de Paraná, telefone: (14)3762-2115, E-mail: financeiro2@ginoconcreto.com.br, representada neste ato por sua sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Rosimeire Cristina Cardoso Marques, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORE S DO ADITIVO
Os valores unitários ficam reajustados mediante a aplicação do índice oficial INPC acumulado, gerando um acréscimo financeiro estimado de R$ 226.516,00 (duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e dezesseis reais), conforme o detalhamento dos preços unitários e totais por item abaixo descritos:

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Reajuste R$	Valor Total
1	1	CONCRETO USINADO FCK= 18 MPA, INCLUSO BOMBA PARA LANÇAR CONCRETO	200	M3	R$ 496,50	R$ 516,85	R$ 103.370,00
1	2	CONCRETO USINADO FCK= 25 MPA, INCLUSO BOMBA PARA LANÇAR CONCRETO	200	M3	R$ 591,49	R$ 615,73	R$ 123.146,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.
Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 28 de agosto de 2026 até 28 de agosto de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 167/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 27 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante

SANGIACOMO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:6FC21571

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N. 336/26

DECRETO N. 336/2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 337.600,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispõe o paragrafo 2º do artigo 167 da CFB e o artigo 45 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETO

Art. 1ºFica autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 337.600,00 (trezentos e trinta e sete mil e seiscentos reais), autorizado pela Lei n.º 51/2026, para reforço de dotações consignadas no orçamento geral do Município de Cerro Azul, para o exercício financeiro de 2026, com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo descriminado:

Órgão:	10.00	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
Unidade Orçamentária:	10.02	Departamento de Agricultura	
20.606.0300.2.082		Manutenção do Departamento	
Fonte:	404	Aquisição Drone	
4.4.90.52.00		Equipamento e Material Permanente	R$ 334.250,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 334.250,00
Órgão:	10.00	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
Unidade Orçamentária:	10.01	Departamento de Agricultura	
20.606.0300.2.082		Manutenção do Departamento	
Fonte:	000	Recursos Ordinários Livres – Exercícios Anteriores	
4.4.90.52.00		Equipamento e Material Permanente	R$ 3.350,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 3.350,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R$ 337.600,00

Art. 2° Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1°, os recursos conforme especificados abaixo:

I – Superávit Financeiro de recursos livres no valor de R$ 3.350,00.

II – Excesso de Arrecadação no valor de R$ 334.250,00 na fonte 404 – Programa 1144 – Agropecuária Sustentável.

Art. 3° O Poder Executivo fica autorizado a suplementar por Decreto, o crédito a que se refere o art. 10, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4° Fica incluída no Anexo II – Metas da Administração Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Municipal nº 39/25 e na Lei Municipal nº 40/25 – Plano Plurianual, a ação discriminada no art. 10, desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:9579C75D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI N. 51/26

LEI Nº 51 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 337.600,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 337.600,00 (trezentos e trinta e sete mil e seiscentos reais), para inclusão na Lei Municipal nº 61 de 18 novembro de 2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cerro Azul para o exercício financeiro de 2026, de projeto orçamentário com a respectiva classificação institucional, classificação por funções, subfunções e programas, e classificação da despesa segundo a sua natureza e por fontes, conforme abaixo descriminado:

Órgão:	10.00	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
Unidade Orçamentária:	10.02	Departamento de Agricultura	
20.606.0300.2.082		Manutenção do Departamento	
Fonte:	404	Aquisição Drone	
4.4.90.52.00		Equipamento e Material Permanente	R$ 334.250,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 334.250,00
Órgão:	10.00	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
Unidade Orçamentária:	10.01	Departamento de Agricultura	
20.606.0300.2.082		Manutenção do Departamento	
Fonte:	000	Recursos Ordinários Livres – Exercícios Anteriores	
4.4.90.52.00		Equipamento e Material Permanente	R$ 3.350,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO			R$ 3.350,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			R$ 337.600,00

Art. 2° Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1°, os recursos conforme especificados abaixo:

I – Superávit Financeiro de recursos livres no valor de R$ 3.350,00.

II – Excesso de Arrecadação no valor de R$ 334.250,00 na fonte 404 – Programa 1144 – Agropecuária Sustentável.

Art. 3° O Poder Executivo fica autorizado a suplementar por Decreto, o crédito a que se refere o art. 10, conforme estabelece o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4° Fica incluída no Anexo II – Metas da Administração Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Municipal nº 39/25 e na Lei Municipal nº 40/25 – Plano Plurianual, a ação discriminada no art. 10, desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:C8F0D870

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 - PROCESSO Nº 51/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 - PROCESSO Nº 51/2026

Objeto: "Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de materiais de expediente para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração, nas especificações abaixo mencionadas, pelo período de 12(doze) meses".

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

A. L. BRUM PAPELARIA E INFORMATICA ME - CNPJ: 14.572.000/0001-70

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
25	10	PCT	BALÃO CANUDO (PARA ESCULTURAS EM BALÃO), TAMANHO 260 SR. PACOTE COM 50 UNIDADES.CORES SÓLIDAS E SORTIDAS.	sao roque/	9,0000	90,0000
266	1.560	CX	TINTA GUACHE CAIXA COM 06 UNIDADES, CONTENDO 15 ML CADA, COMPOSIÇÃO: RESINA, AGUA, PIGMENTOS, CARGAS E CONSERVANTE TIPO BENZOTIAZOL.	PIRA/	2,9000	4.524,0000

JIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ: 52.570.799/0001-55

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
42	47	CX	BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO, PAPEL TERMO SENSÍVEL, MEDINDO 57MMX300M, ESPESSURA DO TUBO DA BOBINA 12MM, 56GR. CAIXA COM 6 UNIDADES.	Termica Branca 57x300 JOB/	113,8000	5.348,6000

CROMUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 73.196.644/0010-61

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
75	188	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, COR: AZUL, FORMATO: SEXTAVADO, CORPO: RESINA TERMOPLÁSTICA, COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, TINTA: À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, TAMPA: VENTILADA, NA COR DA TINTA, PONTA: LATÃO, ESFERA: TUNGSTÊNIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, TUBO: TRANSPARENTE, NÃO ROSQUEÁVEL E REMOVÍVEL, TAMPÃO DA EXTREMIDADE: PRESSÃO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	Cromus 140047491/	25,3900	4.773,3200
76	128	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, COR: PRETA, FORMATO: SEXTAVADO,CORPO: RESINA TERMOPLÁSTICA, COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, TINTA: À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, TAMPA: VENTILADA, NA COR DA TINTA, PONTA: LATÃO, ESFERA: TUNGSTÊNIO COM ESPESSURA DE 1,0 MM, TUBO: TRANSPARENTE, NÃO ROSQUEÁVEL E REMOVÍVEL, TAMPÃO DA EXTREMIDADE: PRESSÃO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	Cromus 140047476/	25,3600	3.246,0800
77	83	CX	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, COR: VERMELHA, FORMATO: SEXTAVADO, CORPO: RESINA TERMOPLÁSTICA, COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, TINTA: À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, TAMPA: VENTILADA, NA COR DA TINTA, PONTA: LATÃO, ESFERA: TUNGSTÊNIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, TUBO: TRANSPARENTE, NÃO ROSQUEÁVEL E NÃO REMOVÍVEL, TAMPÃO DA EXTREMIDADE: PRESSÃO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	Cromus 140047483/	24,0300	1.994,4900
246	38	PCT	PRENDEDOR DE PAPEL, CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL. CORPO MEDINDO 51MM. CAPACIDADE PARA PRENDER ATÉ 150 FOLHAS DE PAPEL. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	Cromus 140011798/	11,9200	452,9600

CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA - CNPJ: 60.915.736/0001-11

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
275	2.610	UN	CADERNO BROCHURA 1/4 (PEQUENO) CAPA DURA 96 FLS, ESPECIFICAÇÕES: CAPA: DURA; FOLHAS: PAUTADAS; FORMATO: 140MM X 200MM; GRAMATURA: 56 G/M²; PRODUTO CERTIFICADO; NÚMERO DE FOLHAS: 48 FOLHAS; MIOLO; DIMENSÕES: 21 X 15 X 1 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	JANDAIA CADERNO 1/4 CAPA DURA 48FLS 140x200MM/	3,3200	8.665,2000

RM SUPRIMENTOS ESCOLARES E ESCRITÓRIO LTDA - CNPJ: 61.237.085/0001-10

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
196	75	PCT	PAPEL OPALINE (A) A4 - GRAMATURA 180, COR BRANCA, PACOTE COM 50 FOLHAS.	EASYPAPER OPALINE A4 180G/M2/	7,9500	596,2500
197	50	UN	PAPEL PÁRA ULTRASSOM A4. CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TAMANHO A4, GRAMATURA 115G, COR: BRANCO. RECOMENDADO PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CONTÉM 50 FOLHAS. GRANTIA DE 3 MESES PARA DEFEITOS DER FABRICAÇÃO.	EASYPAPER A4 ULTRASSOM 115G/M²/	7,9800	399,0000
			PAPEL TERMO SENSÍVEL PARA FAC-SIMILE. DIMENSÕES: 216MM	EASYPAPER		

198	1	UN	X 30M.	216MMX30M FAX/	13,9000	13,9000
226	81	JG	PILHA, TIPO ALCALINA, TAMANHO D, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES.	ELGIN PILHA D GRANDE ALCALINA/	12,9500	1.048,9500
227	261	JG	PILHA, TIPO: ALCALINA, TAMANHO: MÉDIA C, VOLTAGEM: 1,5 VOLTS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS USO, JOGO COM 2 (DUAS) UNIDADES, ORIGINAL DO FABRICANTE.	ELGIN PILHA C MÉDIA ALCALINA/	8,4900	2.215,8900

65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN - CNPJ: 65.397.327/0001-94

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
18	73	UN	APAGADOR, QUADRO BRANCO, MATERIAL: CORPO EM PLÁSTICO, BASE EM FELTRO, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSÃO: 150X60X40MM, VARIAÇÃO: +/-10% DA DIMENSÃO.	masterprint apagador quadro branco/	4,1000	299,3000

A & H SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA - CNPJ: 10.607.722/0001-62

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
175	74	CX	LÁPIS DE GRAFITE HEXAGONAL HB Nº 2 - DESCRIÇÃO: GRAFITE HB Nº 2 , SEGURO PARA CRIANÇAS: NÃO LASCA, CORPO HEXAGONAL, MAIS DURÁVEL: GRAFITE ULTRA RESISTENTE, NÃO QUEBRA COM FACILIDADE, CAIXA COM 144 UNIDADES	LEONORA LEONORA/	26,7800	1.981,7200
183	1.642	UN	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL. TINTAS SOLVENTES, RESINA TERMOPLÁSTICA, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, PIGMENTOS ADITIVOS, PONTA DE ACRÍLICO, NAS CORES AZUL, VERMELHO OU PRETO E A DEFINIR NO PEDIDO.	masterprint master/	1,6300	2.676,4600
223	165	UN	PERFURADOR DE PAPEL - 2 FUROS, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 20 FOLHAS DE 75G/M², ESTRUTURA: METÁLICA PINTADA, APOIO DA BASE: EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES: EM AÇO, AFIADOS E DURADOUROS, MOLAS: EM AÇO RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM (PADRÃO), MARGEADOR: EM PLÁSTICO OU METÁLICO.	masterprint master/	13,9700	2.305,0500

M3. BUSINESS GROUP LTDA - CNPJ: 54.494.740/0001-50

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
45	610	UN	BORRACHA, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS E PIGMENTOS, MACIA, DIMENSÃO MÍNIMA: 42X21X11MM, FORMATO: RETANGULAR, USO: APAGAR ESCRITA A GRAFITE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA E COM CINTA PLÁSTICA.	MASTERPRIN BORRACHA, COR: BRANCA/	0,6500	396,5000
64	100	UN	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA ARTICULAVEL, TIPO: DUPLA, MATERIAL: POLIESTIRENO, DIMENSÃO MÍNIMA: 250X350MM, COR: FUMÊ.	FACA FACIL CAIXA PARA CORRESPON DUPLA/	24,6200	2.462,0000
82	97	CX	CANETA MARCA TEXTO, COR: AMARELA, CORPO: CILÍNDRICO EM PLÁSTICO, TINTA: DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA, PONTA: CHANFRADA EM POLIÉSTER, DUAS MEDIDAS DE TRAÇO: DE APROXIMADAMENTE 3MM PARA SUBLINHAR E 5MM APROXIMADAMENTE PARA DESTACAR, TAMPA: COM CLIP, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NÃO RECARREGÁVEL. CAIXA COM 12 UNIDADES.	MASTERPRIN MAXPRINT CANETA MARCA TEXTO, AMARELO/	6,2000	601,4000
83	82	CX	CANETA MARCA TEXTO, COR: AZUL, CORPO: CILÍNDRICO EM PLÁSTICO, TINTA: DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA, PONTA: CHANFRADA EM POLIÉSTER, DUAS MEDIDAS DE TRAÇO: DE APROXIMADAMENTE 3MM PARA SUBLINHAR E 5MMM APROXIMADAMENTE PARA DESTACAR, TAMPA: COM CLIP, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NÃO RECARREGÁVEL. CAIXA COM 12 UNIDADES.	MASTERPRIN MAXPRINT CANETA MARCA TEXTO, AZUL/	6,1900	507,5800
84	82	CX	CANETA MARCA TEXTO, COR: ROSA, CORPO: CILÍNDRICO EM PLÁSTICO, TINTA: DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA, PONTA: CHANFRADA EM POLIÉSTER, DUAS MEDIDAS DE TRAÇO: DE APROXIMADAMENTE 3MM PARA SUBLINHAR A 5MM APROXIMADAMENTE PARA DESTACAR, TAMPA: COM CLIP, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NÃO RECARREGÁVEL. CAIXA COM 12 UNIDADES.	MASTERPRIN MAXPRINT CANETA MARCA TEXTO, ROSA/	6,2000	508,4000
85	82	CX	CANETA MARCA TEXTO, COR: VERDE, CORPO: CILÍNDRICO EM PLÁSTICO, TINTA: DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE A BASE DE ÁGUA, PONTA: CHANFRADA EM POLIÉSTER, DUAS MEDIDAS DE TRAÇO: DE APROXIMADAMENTE 3MM PARA SUBLINHAR E 5MM APROXIMADAMENTE PARA DESTACAR, TAMPA: COM CLIP, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NÃO RECARREGÁVEL.CAIXA COM 12 UNIDADES.	MASTERPRIN MAXPRINT CANETA MARCA TEXTO, VERDE/	6,1900	507,5800
109	612	CX	COLA ESCOLAR LÍQUIDA TRANSPARENTE/BRANCA, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, A BASE DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO COM SOLVENTE A BASE DE ÁGUA, COM BICO APLICADOR, FRASCO DE 90 GRAMAS, CAIXA COM 12 UNIDADES.	GATTE COLA ESCOLAR 90G/	20,2600	12.399,1200
176	75	CX	LÁPIS GRAFITE PRETO. COMPOSIÇÃO: GRAFITE, CARGAS INERTES, MADEIRA E MATERIAL CERÂMICO. NÃO TÓXICO E NÃO PERECÍVEL. CAIXA COM 144 UNIDADES.	INJEX PEN, MASTERPRIN LÁPIS GRAFITE PRETO/	26,9500	2.021,2500
177	54	CX	LÁPIS, PRETO, GRADUAÇÃO: 2 HB, CORPO: MADEIRA COM PINTURA EM VERNIZ, FORMATO: REDONDO, COMPRIMENTO: 175 MM, CARGA: MINA GRAFITE, APRESENTAÇÃO: PRÉ-APONTADO, SEM BORRACHA. CAIXA COM 144 UNIDADES.	INJEX PEN, MASTERPRIN LÁPIS, PRETO, GRADUAÇÃO 2 HB/	27,9000	1.506,6000
232	80	UN	PINCEL (MARCA-TEXTO), COM PONTA CHANFRADA, TINTAS FLUORESCENTES BRILHANTES, BOA RESISTÊNCIA A LUZ, TINTA À BASE DE ÁGUA. CORES AMARELO E LARANJA A DEFINIR NO PEDIDO.	MASTERPRIN MAXPRINT MARCA-TEXTO, CORES A DEFINIR NO PEDIDO/	0,6000	48,0000
252	1.005	UN	RÉGUA, PLÁSTICA, COR: TRANSPARENTE, TAMANHO: 30 CM, ESCALA: GRAVADA EM CM E MM, EM BAIXO RELEVO, USO: ESCOLAR/ ESCRITÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE RACHADURAS, DE PARTES QUEBRADAS E COM SUPERFÍCIE LISA E SEM SALIÊNCIAS.	MAXCRIL REGUA 30 CM/	0,7000	703,5000

DONADI COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - CNPJ: 52.647.847/0001-66

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
34	240	UN	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, LITHIUM 3 VOLTS (MOEDA) CR 2032, BLISTER LACRADO CONTENDO CINCO UNIDADE.	Maxmidia Bateria CR2032/	2,1500	516,0000

228	701	JG	PILHA, TIPO: ALCALINA, TAMANHO: PALITO AAA, VOLTAGEM: 1,5V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO, ORIGINAL DO FABRICANTE, JOGO COM 4 (QUATRO) UNIDADES.	Maxprint Pilha AAA/	4,0000	2.804,0000
229	254	JG	PILHA, TIPO: ALCALINA, TAMANHO: PEQUENA AA, VOLTAGEM: 1,5V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS USO, ORIGINAL DO FABRICANTE, JOGO COM 4 UNIDADES.	Maxprint Pilha AA/	5,3000	1.346,2000

TATSUOTECH COMERCIO LTDA - CNPJ: 57.562.366/0001-71						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
1	117	PCT	ABRAÇADEIRA, LACRE, MATERIAL: NYLON 6.6, MEDIDA: 100X2,5MM, COR: BRANCA/PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	cable 2,5x100/	3,0000	351,0000

PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.707.826/0001-02						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
24	222	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, CORES SORTIDAS, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	FOLIA/	10,0300	2.226,6600
26	100	PCT	BALÃO DE LÁTEX Nº. 6.5 LISO. PACOTE COM 50 UNIDADES COLORIDAS.	FOLIA/	4,3900	439,0000
28	220	PCT	BALÃO/ BEXIGA DE FESTA, Nº. 7, LISO, EM LÁTEX. CORES: BRANCA, PRETA, AZUL, DOURADA, AMARELA, VERMELHA, VERDE E ROSA. PACOTE COM 50 UNIDADES. COR A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO.	FOLIA/	4,9000	1.078,0000
44	65	UN	BORRACHA, COR: AZUL/VERMELHO, BICOLOR, DIMENSÃO MÍNIMA: COMPRIMENTO 40MM, LARGURA 18, ESPESSURA 7MM, FORMATO: RETANGULAR, USO: APAGAR ESCRITA A TINTA E GRAFITE.	red bor/	0,5700	37,0500
62	190	UN	CAIXA ARQUIVO, MATERIAL: POLIPROPILENO CORRUGADO (POLIONDA), DIMENSÃO: APROXIMADAMENTE 130 X 245 X 350MM, IMPRESSÃO: COM QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO NA COR PRETA, COR: DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESMONTÁVEL COM FUROS NAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO, DUAS ABAS PARA SUSTENTAÇÃO DA TAMPA E TRAVA PARA FECHAMENTO.	polibras/	5,1100	970,9000
93	11	CX	CARBONO TAMANHO OFICIO (CAIXA COM 100 FOLHAS COR PRETA).	Yins/Bazze/	31,5500	347,0500

PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.707.826/0001-02						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
103	50	UN	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA, INCOLOR, ASPECTO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: A BASE DE CIANOACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICO APLICADOR, TUBO RÍGIDO COM TAMPA CONTENDO 20G.	BAZZE/	5,3700	268,5000
127	17	CX	ENVELOPE, SACO, COR: BRANCO, MATERIAL: PAPEL OFF-SET, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 185MM X 248MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, CAIXA COM 250 UNIDADES.	Reipel/	88,0300	1.496,5100
134	108	UN	ESTILETE, CORPO: POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 130MM DE COMPRIMENTO, LÂMINA: RETRÁTIL, EM AÇO CARBONO COM 9MM DE LARGURA, FORMATO: ANATÔMICO, TRAVA DE SEGURANÇA.	master/	1,5500	167,4000
150	75	UN	FITA PARA PRESENTE 5 MM X 50 METROS. CORES DIVERSAS.	GATTE/	2,5500	191,2500
167	27	PCT	GRAMPO TRILHO, TIPO: LINGUETA, USO: ENCADERNADOR DE DOCUMENTOS, MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCO, MEDIDA: 195 X 8 X 6MM (VARIAÇÃO +/-10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUAS PEÇAS DE ENCAIXE (BASE E HASTES) COM ENGATES DAS HASTES POR PRESSÃO, CAPACIDADE: INSERÇÃO SIMULTÂNEA DE NO MÍNIMO 200 FOLHAS DE 75G/M², PACOTE PLÁSTICO COM 50 PARES.	CARBINK/	8,5100	229,7700
168	37	CX	IDENTIFICADOR DE CHAVES, COR BRANCA, POSSUINDO ARGOLA EM METAL, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO, COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO. DIMENSÕES: 5 X 7,5 X 10,5 CM. CAIXA COM 25 UNIDADES.	MAXCRIL/	17,7900	658,2300
169	84	CAR	IMÃ MAGNÉTICO FIXADOR PARA MURAL, REDONDO COLORIDO, CARTELA COM 10 UNIDADES.	yins/	5,6700	476,2800
178	501	UN	LÁPIS, PRETO, PRÉ-APONTADO, SEM BORRACHA, GRADUAÇÃO: 6B, CORPO: MADEIRA COM PINTURA EM VERNIZ, FORMATO: REDONDO OU SEXTAVADO, MEDIDA: COMPRIMENTO: 175 MM, CARGA: MINA GRAFITE.	Brw/Bazze/	0,7900	395,7900
188	150	UN	ORGANIZADOR DE MESA, TIPO: PORTA CANETA/LEMBRETE/CLIPE, MATERIAL: ACRÍLICO, MODELO: TRIPLO, DIMENSÃO: 10,0X9,4X24CM (VARIAÇÃO +/-5%). APRESENTAÇÃO: COMPARTIMENTO PARA LÁPIS, LEMBRETE E CLIPE, COR: CRISTAL OU FUMÊ.	novacril/	8,4000	1.260,0000
193	1.860	ROL	PAPEL CREPOM - ROLO MEDINDO 48 CM X 2M, CORES VARIADAS, A SEREM DETERMINADAS NO PEDIDO.	RIDET /	1,1600	2.157,6000
206	200	UN	PASTA CATÁLOGO, MATERIAL: PAPELÃO REVESTIDO DE PVC, FORMATO: OFÍCIO, TAMANHO: 240X330MM (VARIAÇÃO +/-10%), COR: PRETA, FIXAÇÃO: COM 4 PARAFUSOS METÁLICOS, EMBALAGEM: 50 ENVELOPES PLÁSTICOS COM 4 FUROS, CAPA: COM VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO.	acp/	14,4000	2.880,0000

PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.707.826/0001-02						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
210	190	PCT	PASTA DE PLÁSTICO, TIPO: L, USO: PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS, MATERIAL: POLIPROPILENO, TAMANHO: TAMANHO A4 (220 X 305MM), COM CHAPA MAIS GROSSA (0,16 MICRAS), SOLDAGEM ELETRÔNICA. COR: DIVERSAS. PACOTE COM 10 UNIDADES.	acp/	7,1500	1.358,5000
214	195	UN	PASTA PLASTIFICADA, COM ABA, ELÁSTICO E ILHÓS DE METAL, MATERIAL: PAPEL CARTÃO PLASTIFICADO, TAMANHO: OFÍCIO, DIMENSÃO: 240X350MM, VARIAÇÃO: +/-5% DA DIMENSÃO, GRAMATURA: MÍNIMA 250G/M², COR: DIVERSAS.	brasil/	2,6900	524,5500
222	39	CX	PERCEVEJO, NIQUELADO, COR: DOURADO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	yins/	2,7600	107,6400

238	101	UN	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: AZUL, MATERIAL: PLÁSTICO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, PONTA MACIA, APAGA FÁCIL.CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: BOLEADA COM +/- 5MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	Brw/Gatte/	1,5300	154,5300
239	41	UN	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: PRETO, MATERIAL: PLÁSTICO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, PONTA MACIA, APAGA FÁCIL.CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: BOLEADA COM +/- 5MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	Brw/Gatte/	1,5200	62,3200
240	31	UN	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: VERDE, MATERIAL: PLÁSTICO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, PONTA MACIA, APAGA FÁCIL. CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: BOLEADA COM +/-5MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	Brw/Gatte/	1,6900	52,3900
241	31	UN	PINCEL PARA QUADRO BRANCO, COR: VERMELHO, MATERIAL: PLÁSTICO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, PONTA MACIA, APAGA FÁCIL.CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: BOLEADA COM +/-5MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	Brw/Gatte/	1,5300	47,4300
245	159	UN	PRANCHETA, TIPO: PORTÁTIL, MATERIAL: POLIESTIRENO, COR: FUMÊ, FORMATO: OFÍCIO 240X320MM (VARIAÇÃO +/-5%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRENDEDOR DE PAPÉIS EM METAL, SEM PARTES TRINCADAS OU QUEBRADAS.	yins/	9,5200	1.513,6800
254	118	PCT	SACO PLÁSTICO, USO: PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS, COR: TRANSPARENTE, FORMATO: OFÍCIO (240X325MM), ESPESSURA: 0,12MICRAS, MATÉRIA PRIMA: PLÁSTICO POLIETILENO TRANSPARENTE, COM SOLDAS LATERAIS DE UNIÃO ENTRE DOIS FILMES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 4 FUROS NA PARTE LATERAL ESQUERDA (CONSIDERANDO A ABERTURA DO SACO PARA CIMA), PACOTE COM 100 UNIDADES.	acp/	21,2900	2.512,2200
259	5	CX	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, PEQUENA, MEDINDO 12,5 CM, 5, CAIXA COM 30 UNIDADES.	Brw/Gatte/	50,1000	250,5000
265	715	UN	TESOURA, TIPO: ESCOLAR, FORMATO: ANATÔMICO, COMPRIMENTO: 130MM (VARIAÇÃO +/- 10%), CABO: EM PLÁSTICO ATÓXICO NA COR PRETA, LÂMINA: EM AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PONTAS REDONDAS ANTI-CORTE.	Brw/Gatte/	1,5400	1.101,1000

PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.707.826/0001-02

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
279	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR AZUL MARINHO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	FOLIA/	10,8900	272,2500
281	50	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR ROSA, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8900	544,5000
283	50	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR PINK, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	9,9900	499,5000
284	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR DOURADO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8700	271,7500
285	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR AMARELO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8800	272,0000
286	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR VERMELHO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8000	270,0000
287	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR BRANCO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8000	270,0000
288	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR ROXO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	ART LATEX/	10,8000	270,0000
312	700	UN	PAPEL CREPOM 48CM X 2METROS. CORES: ROSA PINK, ROSA CLARO, VERDE ESCURO E VERDE CLARO, LILÁS ESCURO, LILÁS CLARO, AZUL ESCURO, E AZUL CLARO, LARANJA FORTE E LARANJA CLARO, PRETO, BRANCO, MARROM	RIDET /	1,1600	812,0000

CRUZEIRO LAGO DOURADO LTDA - CNPJ: 11.284.893/0001-60

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
27	75	PCT	BALÃO EM FORMATO DE CORAÇÃO, TAMANHO 10, COR VERMELHA, PACOTE CONTENDO 25 UNIDADES.	Riberbal/	17,6000	1.320,0000
29	39	UN	BANDEJA PLÁSTICA RETANGULAR 18 LITROS, MEDINDO 60X40X9CM.	rischioto/	21,2000	826,8000
31	2.355	UN	BASTÃO FINO, TRANSPARENTE, COMPOSIÇÃO: RESINA DE E.V.A., RESINA TAQUIFICANTE, TAMANHO 7,5 MM X 30 CM.	Classe/	0,3700	871,3500
32	2.355	UN	BASTÃO GROSSO, TRANSPARENTE, COMPOSIÇÃO: RESINA DE E.V.A., RESINA TAQUIFICANTE, TAMANHO 11,2 MM X 30 CM.	Classe/	0,8300	1.954,6500
33	47	UN	BATERIA 9V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO, BLISTER LACRADO CONTENDO UMA UNIDADE.	elgin/	5,2800	248,1600
38	960	UN	BLOCO RECADO, AUTO-ADESIVO, MATERIAL: PAPEL REMOVÍVEL, COR: AMARELO, EMBALAGEM: BLOCO COM 100 FOLHAS, DIMENSÃO: 76MM X 102 MM.	master Print/	2,5500	2.448,0000
47	80	UN	BOX ORGANIZADOR COM 11 DIVISÓRIAS, MATERIAL: POLIPROPILENO, MEDIDAS: 28 X 17, 5X4 CM - TAMANHO G.	paramont/	31,0000	2.480,0000

CRUZEIRO LAGO DOURADO LTDA - CNPJ: 11.284.893/0001-60

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
67	58	UN	CAIXA PLÁSTICA ALTA MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 78 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS.	rischioto/	103,3700	5.995,4600
69	48	UN	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 16 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO.	rischioto/	31,5000	1.512,0000
70	46	UN	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 26 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, MEDIDAS APROXIMADAS: 18,1 X 40,3 X 55,5CM.	rischioto/	46,2000	2.125,2000
71	51	UN	CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 4,5 LITROS, MEDIDAS APROXIMADAS: 41X29X19CM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	rischioto/	14,9900	764,4900
106	112	KG	COLA BASTÃO, PARA PISTOLA DE COLA QUENTE, COR: INCOLOR, INDICAÇÃO: COLAGEM DE MADEIRA, COURO, PAPELÃO, PAPEL, PLÁSTICO, BORRACHA, CERÂMICA, ENTRE OUTROS. MEDIDA: 11,4X280MM. COMPOSIÇÃO: RESINA DE EVA,	Classe/	28,9900	3.246,8800

			RESINA TAQUIFICANTE NATURAL.			
112	75	KG	COLA, BASTÃO, PARA PISTOLA DE COLA QUENTE, COR: INCOLOR, INDICAÇÃO: COLAGEM DE MADEIRA, COURO, PAPELÃO, PAPEL, PLÁSTICO, BORRACHA, CERÂMICA, ENTRE OUTROS. MEDIDA: CONTEÚDO: ESPESSURA: FINA 7,5MM X 300MM. COMPOSIÇÃO: RESINA DE EVA, RESINA TAQUIFICANTE NATURAL.	Classe/	29,4000	2.205,0000
143	50	UN	FITA ADESIVA, TIPO: CREPE, MATERIAL: PAPEL CREPADO, RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COR: BRANCA, DIMENSÃO: 50MMX50M (VARIAÇÃO +/- 5%).	fitpel/	11,5000	575,0000
145	25	EMB	FITA ADESIVA, TIPO: MONOFACE, MATERIAL: FILME DE POLIPROPILENO BIORIENTADO (BOPP) E ADESIVO À BASE DE RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COR: TRANSPARENTE, DIMENSÃO: 45MMX45M.UNID. DE MEDIDA: EMBALAGEM COM 4 ROLOS.	fitpel/	11,9000	297,5000
268	760	UN	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO, 20 ML, NAS CORES AZUL, VERMELHO OU PRETO E A DEFINIR NO PEDIDO.	radex/	3,8000	2.888,0000

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 47.484.691/0001-00						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
7	15	CX	ALFINETE DE CABEÇA DE VIDRO MEDIDA 32MMX0,60MM CABEÇA COLORIDA, CAIXA COM 100 UNIDADES	FUTURO FUTURO/	7,7100	115,6500
10	21	CX	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 AZUL COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA, FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO, COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	FUTURO FUTURO/	5,2600	110,4600

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 47.484.691/0001-00						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
13	21	CX	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 VERDE COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA, FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO, COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	FUTURO FUTURO/	5,2700	110,6700
14	16	CX	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 VERMELHO COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	FUTURO FUTURO/	5,2600	84,1600
15	16	CX	ALFINETE, MAPA, TAMANHO: 19MM DE COMPRIMENTO, MATERIAL: METAL COM TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, CABEÇA PLÁSTICA NO FORMATO REDONDO, COR: DIVERSAS, CAIXA COM 50 UNIDADES.	FUTURO FUTURO/	6,2000	99,2000
20	431	CX	APONTADOR ESCOLAR QUADRADO, SEM DEPÓSITO, CAIXA COM 12 UNIDADES, SIMPLES DE PLÁSTICO, CORES VARIADAS.	Imp Imp/	2,5600	1.103,3600
21	75	UN	APONTADOR PARA LÁPIS, TIPO: ESCOLAR, MATERIAL: METAL, LÂMINA: AÇO INOX, TAMANHO: PEQUENO, FORMATO: RETANGULAR, 1 FURO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM DEPÓSITO.	bazze bazze/	0,7100	53,2500
74	60	UN	CALCULADORA MANUAL DE MESA 8 DÍGITOS COM TODAS AS FUNÇÕES MATEMÁTICAS TAM. MÉDIO.	XH XH/	11,8900	713,4000
87	60	UN	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR: AZUL CORPO: EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, EM POLIÉSTER COM 2MM, TINTA: A BASE DE ÁLCOOL, TAMPA: COM CLIPE NA COR DA TINTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	FUTURO FUTURO/	1,4400	86,4000
88	215	UN	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR: PRETA CORPO: EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, EM POLIÉSTER COM 2MM, TINTA: A BASE DE ÁLCOOL, TAMPA: COM CLIPE NA COR DA TINTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	FUTURO FUTURO/	1,4400	309,6000
89	10	UN	CANETA PARA RETROPROJETOR, COR: VERMELHA CORPO: EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, EM POLIÉSTER COM 2MM, TINTA: A BASE DE ÁLCOOL, TAMPA: COM CLIPE NA COR DA TINTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	FUTURO FUTURO/	1,4500	14,5000
98	198	CX	CLIPE, PAPEL, TAMANHO: NÚMERO 4, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, FORMATO: PARALELO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	TOP TOP/	2,3900	473,2200
125	6	CX	ENVELOPE, SACO, COR: BRANCO, MATERIAL: PAPEL OFF SET, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 114MMX229MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO. CAIXA COM 500 UNIDADES.	ACRITI ACRITI/	76,1300	456,7800
126	22	CX	ENVELOPE, SACO, COR: BRANCO, MATERIAL: PAPEL OFF SET, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 229MM X 324MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO, UNID. DE MEDIDA: UNITÁRIO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	ACRITI ACRITI/	50,5500	1.112,1000

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 47.484.691/0001-00						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
128	16	CX	ENVELOPE, SACO, COR: BRANCO, MATERIAL: PAPEL OFF-SET, GRAMATURA: 90G/M², MEDIDA: 260MM X 360MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO. CAIXA COM 250 UNIDADES.	ACRITI ACRITI/	140,5900	2.249,4400
129	48	PCT	ESPIRAL, ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, TAMANHO: 12MM, CAPACIDADE: ENCADERNAÇÃO DE 50 FOLHAS. PACOTE COM 50 UNIDADES.	EJR EJR/	14,8900	714,7200
139	8	PCT	FITA ADESIVA 12X10 DUREX COLORIDO, PACOTE CONTENDO 10 UNIDADES COM CORES SORTIDAS.	FIX FIX/	6,3900	51,1200
141	760	UN	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (48X50). COMPOSIÇÃO: FILME DE BOPP E ADESIVO ACRÍLICO A BASE DE ÁGUA.	FIX FIX/	2,9800	2.264,8000
144	195	UN	FITA ADESIVA, TIPO: DUPLA FACE, MATERIAL: FILME DE POLIPROPILENO COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA E RESINA DE AMBOS OS LADOS E LINER DE PAPEL SILICONADO, COR: TRANSPARENTE, DIMENSÃO: 19MMX30M, (VARIAÇÃO +/- 5%).	FIX FIX/	6,6700	1.300,6500
146	325	PCT	FITA ADESIVA, TIPO: MONOFACE, MATERIAL: FILME DE POLIPROPILENO BIORIENTADO (BOPP) E ADESIVO ACRÍLICO A BASE DE ÁGUA, COR: TRANSPARENTE, DIMENSÃO: 12MMX50M. EMBALAGEM COM 10 ROLOS.	FIX FIX/	11,7400	3.815,5000
149	75	PCT	FITA MÉTRICA DE 1,5MTS. COMPOSIÇÃO: 95% PVC, 5% FIBRA DE VIDRO. EMBALAGEM COM 12 FITAS DE 1,5M.	Imp Imp/	28,6500	2.148,7500
230	132	JG	PILHA, TIPO: RECARREGÁVEL, TAMANHO: PALITO AAA, MAH NI-MH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS USO, ORIGINAL DO FABRICANTE, JOGO COM 4 UNIDADES.	IDEA IDEA/	21,8600	2.885,5200

260	139	UN	TESOURA GRANDE 21 CM X 6 CM , MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA, AÇO INOXIDÁVEL.	RIO RIO/	4,9700	690,8300
261	10	UN	TESOURA MÉDIA COM LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, MEDINDO 21 CM, COM CABO DE POLIPROPILENO ATÓXICO, NA COR PRETA, DESTRO, 2 DEDOS COM REBITE.	RIO RIO/	4,9700	49,7000
262	35	UN	TESOURA MULTIUSO GRANDE - NIQUELADA CABO COLORIDO 8 - 1/2.	RIO RIO/	4,9700	173,9500
263	29	UN	TESOURA PICOTAR 8 ½ 21 CM, EM AÇO INOX, COM CABO DE POLIPROPILENO ATÓXICO.	MASTER MASTER/	42,6600	1.237,1400
264	30	UN	TESOURA, TIPO: COM PONTA, FORMATO: ANATÔMICO, COMPRIMENTO: 21CM (VARIAÇÃO 5%), CABO: EM POLIPROPILENO PRETO, LÂMINA: EM AÇO INOXIDÁVEL, USO: GERAL.	RIO RIO/	4,8700	146,1000
292	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 02	RIO RIO/	0,5700	13,6800
293	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 04	RIO RIO/	0,7800	18,7200
294	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 06	RIO RIO/	1,4800	35,5200

MAIS ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 47.484.691/0001-00						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
296	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 10	RIO RIO/	1,9900	47,7600
298	50	UN	TESOURA GRANDE - MEDINDO 21,6 CM TOTAL E 12,1CM DE LAMINA, MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA, AÇO INOXIDÁVEL	RIO RIO/	4,9700	248,5000
299	25	UN	TESOURA GRANDE - 9" POLEGADAS, MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA, AÇO INOXIDÁVEL. MEDIDA 24 CM	HAI HAI/	7,8900	197,2500

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
2	97	PCT	ABRAÇADEIRA, LACRE, MATERIAL: NYLON 6.6, MEDIDA: 200X5MM, COR: BRANCA/PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES ESTRUTURA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR.	brasfort/	14,9000	1.445,3000
4	310	UN	AGENDA PERMANENTE OU DO ANO SOLICITADO, COM CAPA DURA EM ESPIRAL PLASTIFICADO, 145X210MM, CONTENDO NO MÍNIMO 384 PAGINAS.	tilibra/	21,2000	6.572,0000
5	175	UN	AGENDA, PERMANENTE, COSTURADA E COLADA, APRESENTAÇÃO: CAPA E CONTRACAPA REVESTIDA DE LAMINADO COURVIN, 192 PÁGINAS (1 DIA POR PÁGINA), DIMENSÃO: APROXIMADAMENTE 140X200MM, COR: PRETA.	tilibra/	20,0000	3.500,0000
6	20	UN	AGENDA, TELEFÔNICA, CAPA EM LAMINADO SINTÉTICO PRETO, FORMATO FECHADO: 13 X 21,5CM, MIOLO COM 42 PÁGINAS EM PAPEL OFF-SET 120G COM ESPIRAL E BLOCO DE NOTAS.	tilibra/	33,9000	678,0000
9	21	CX	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 AMARELO COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA, FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO, COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	cis/	8,4500	177,4500
11	16	UN	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 LARANJA COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	cis/	7,1200	113,9200
12	21	CX	ALFINETE PARA MAPA ACC NÚMERO 1 PRETO COM 50 UNIDADES ALFINETES PARA MAPA FABRICADOS EM AÇO NIQUELADO COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA.	cis/	7,1200	149,5200
16	45	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO, MATERIAL: ESTOJO PLÁSTICO E FELTRO COM ENTINTAMENTO, TAMANHO: NÚMERO 03, COR: PRETO, DIMENSÃO: 8X12CM (VARIAÇÃO +/-10%).	Carbrinks/	3,9900	179,5500
19	90	UN	APOIO DE PÉ ERGONÔMICO E ANTIDERRAPANTE PRETO AJUSTÁVEL. DESCRITIVO: APOIO DE PÉ INJETADO EM ABS DE ALTO IMPACTO COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE, ESTRUTURA INJETADA ALTAMENTE RESISTENTE E BASE COM ACABAMENTO EMBORRACHADO ANTIDESLIZANTE. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NR-17.GARANTIA: 12 MESES	cis/	58,9000	5.301,0000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
22	50	UN	BACIA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: DIVERSAS, CAPACIDADE: MÍNIMA DE 10 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A ALTOS IMPACTOS, COM ALÇAS LATERAIS.	PLAS UTIL/	8,7000	435,0000
23	49	UN	BACIA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: DIVERSAS, CAPACIDADE: MINIMA DE 35 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A ALTOS IMPACTOS, COM ALÇAS LATERAIS.	PLAS UTIL/	25,0000	1.225,0000
30	45	ROL	BARBANTE, ROLO 400G, 100% ALGODÃO, NÚMERO: 4/8 - 8 FIOS, COR: NATURAL.	corrente/	14,0000	630,0000
37	820	CX	BIG GIZ DE CERA, NÃO TÓXICO, FORMATO ANATÔMICO PARA CRIANÇA, NÃO MANCHA AS MÃOS. COMPOSIÇÃO: CERA E PIGMENTOS. CAIXA COM 12 CORES DE 180 GRAMAS.	tris/	3,8000	3.116,0000
39	1.015	PCT	BLOCO RECADO, AUTO-ADESIVO, MATERIAL: PAPEL REMOVÍVEL, COR: AMARELO, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 4 BLOCOS COM 100 FOLHAS CADA, DIMENSÃO: 38MM X 50MM.	pimaco/	2,5000	2.537,5000
41	1	UN	BOBINA TERMICA EM ROLO PARA, IMPRESSORA DE ELETROCARDIOGRAMA DE 80MM DE LARGURA POR NO MINIMO 20M DE COMPRIMENTO, COMPATIVEL COM APARELHO EDAN	kalunga/	23,5800	23,5800
43	217	CX	BORRACHA BRANCA Nº. 60 (CAIXA COM 60 UNIDADES). COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL E ESTIRENO BUTADIENO.	mercur/	11,3800	2.469,4600
48	10	UN	CADARÇO SARJADO BRANCO Nº. 10 X 10 MTS.	Alfana/	7,7900	77,9000
49	2.134	UN	CADERNO BROCHURA 1/4 (PEQUENO) CAPA DURA 48 FLS, ESPECIFICAÇÕES: CAPA: DURA; FOLHAS: PAUTADAS; FORMATO: 140MM X 200MM; GRAMATURA: 56 G/M²; PRODUTO CERTIFICADO; NÚMERO DE FOLHAS: 48 FOLHAS; MIOLO; DIMENSÕES: 21 X 15 X 1 CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA);	foroni/	3,1500	6.722,1000
50	58	PCT	CADERNO DE CALIGRAFIA COM 40 FOLHAS - FORMATO 202 X 140 MM (BROCHURA). PACOTE COM 20 UNIDADES.	foroni/	26,8000	1.554,4000
51	208	PCT	CADERNO DE DESENHO (GRANDE) EM ESPIRAL COM 48 FOLHAS. MEDINDO 275 X 200 MM (BROCHURA). PACOTE COM 20 UNIDADES.	foroni/	69,3000	14.414,4000

52	8	PCT	CADERNO DE DESENHO 1/4 ESPIRAL COM 48 FOLHAS. MEDINDO 275 X 200 MM (BROCHURA). PACOTE COM 20 UNIDADES.	foroni/	42,0000	336,0000
53	58	PCT	CADERNO DE LINHA COM 48 FOLHAS - FORMATO 146 X 201 MM (BROCHURA). PACOTE COM 20 UNIDADES.	foroni/	35,0000	2.030,0000
54	30	UN	CADERNO DE LINHA DE 10 MATÉRIAS, COM ESPIRAL GRANDE, COM NO MÍNIMO 200 FOLHAS BRANCAS PAUTADAS, EM CAPA DURA.	foroni/	13,5000	405,0000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
55	20	UN	CADERNO ESPIRAL, LINGUAGEM, COM 96 FOLHAS, CAPA DE POLIPROPILENO, FORMATO: (MÍNIMO 2X22,2X27,5CM), APRESENTAÇÃO: COM PAUTA, CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL, FOLHAS INTERNAS COM MARGENS E LINHAS, GRAMATURA: FOLHAS 56G/M². COMPOSIÇÃO: CONFECCIONADO EM PAPEL ALCALINO BRANCO.	foroni/	7,0000	140,0000
56	340	UN	CADERNO PEQUENO CAPA DURA COM ESPIRAL, COM NO MÍNIMO 96 FOLHAS BRANCAS PAUTADAS	foroni/	4,4000	1.496,0000
57	20	UN	CADERNO PEQUENO COM ESPIRAL, COM NO MÍNIMO 96 FOLHAS BRANCAS PAUTADAS.	foroni/	4,7500	95,0000
60	15	UN	CADERNO, UNIVERSITÁRIO, 10 MATERIAIS, 200 FOLHAS, CAPA DURA, ESPIRAL FORMATO: (MÍNIMO 20X27,5CM), APRESENTAÇÃO: ESPIRAL, COM PAUTA, CAPA E CONTRACAPA DURA, FOLHAS INTERNAS COM MARGENS E LINHAS, INDICE SEPARADOR DE MATERIAS. GRAMATURA: FOLHA 56G/M2, FOLHAS INTERNAS COM MARGENS E LINHAS COMPOSIÇÃO: CONFECCIONADO EM PAPEL ALCALINO BRANCO.	foroni/	13,5000	202,5000
63	38	UN	CAIXA ORGANIZADORA, COM CAPACIDADE DE 60 LITROS, ESPECIFICAÇÕES: LARGURA 44,5 CM, PROFUNDIDADE 69,5 CM, ALTURA 33,5 CM, MATERIAL EM POLIPROPILENO, SUPORTA ATÉ 28 KG, COR TRANSPARENTE.	PLAS UTIL/	69,8500	2.654,3000
65	100	UN	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA ARTICULÁVEL, TIPO: TRIPLA, MATERIAL: POLIESTIRENO, DIMENSÃO MÍNIMA: 250X350MM, COR: FUMÊ.	Triplex/	41,8200	4.182,0000
66	35	UN	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA, TIPO: SIMPLES, MATERIAL: POLIESTIRENO, DIMENSÃO MÍNIMA: APROXIMADAMENTE 250X350MM, COR: FUMÊ.	Triplex/	15,0000	525,0000
68	50	UN	CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR COM TAMPA, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: BRANCA OU TRANSPARENTE CAPACIDADE: MÍNIMA DE 10 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A ALTOS IMPACTOS, COM TAMPA.	plasvale/	20,0000	1.000,0000
86	70	UN	CANETA MARCADOR PARA TECIDO - MARCADORES PERMANENTES PARA TECIDO, CANETA COM PONTA DE POLIÉSTER IDEAL PARA ACABAMENTOS, DETALHES, PARA PINTAR E MARCAR TECIDOS, NAS CORES PRETO E AZUL.	cis/	3,5000	245,0000
90	618	UN	CANETINHAS HIDROGRÁFICA, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 12 CORES DIFERENTES, SENDO A SUA COMPOSIÇÃO: TINTA À BASE DE ÁGUA E CORANTE, RESINAS TERMOPLÁSTICAS E PONTA EM FIBRA DE POLIÉSTER, EMBALADA EM ESTOJO PLÁSTICO CONTENDO MARCA, COMPOSIÇÃO E DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE.	leonora/	3,0500	1.884,9000
102	135	UN	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA, INCOLOR, ASPECTO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: A BASE DE CIANOACRILATO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM BICO APLICADOR, TUBO RÍGIDO COM TAMPA CONTENDO 100G.	TRIBOND/	16,5000	2.227,5000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
104	48	CX	COLA BASTÃO, ATÓXICA, LAVÁVEL, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: RESINA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES, EMBALAGEM: TUBO COM 20G. CAIXA COM 12 UNIDADES.	Pritt/	10,6000	508,8000
108	46	CX	COLA ESCOLAR LÍQUIDA TRANSPARENTE/BRANCA, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, A BASE DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO COM SOLVENTE A BASE DE ÁGUA, COM BICO APLICADOR, FRASCO DE 40 GRAMAS, CAIXA COM 12 UNIDADES.	Pritt/	12,3000	565,8000
120	330	UN	E.V.A - FOLHA DE E.V.A LINHA BRILHO COM ESPESSURA DE 2 MM, TAMANHO 40 X 60 CM, TEXTURA ESPECIAL AVELUDADA PERMITE A UTILIZAÇÃO DE COLAGEM , COSTURA PINTURA E CORTE COM TESOURA , ESTILETE OU CORTE E VINCO. OS PRODUTOS DEVEM POSSUIR O SELO DE QUALIDADE E SEGURANÇA DO INMETRO. PCT C/ 10 FOLHAS.CORES A SEREM DEFINIDAS NO PEDIDO.	Onda/	22,1600	7.312,8000
121	258	PCT	E.V.A - FOLHA DE E.V.A LINHA LISTRADA ESTAMPADA CORES ARCO ÍRIS, DUPLA FACE, COM ESPESSURA DE 2 MM, TAMANHO 40 X 60CM, SEM BRILHO, TEXTURA ESPECIAL AVELUDADA PERMITE A UTILIZAÇÃO DE COLAGEM , COSTURA PINTURA E CORTE COM TESOURA , ESTILETE OU CORTE E VINCO. PACOTES COM 5 FOLHAS. OS PRODUTOS DEVEM POSSUIR O SELO DE QUALIDADE E SEGURANÇA DO INMETRO.	Onda/	16,2000	4.179,6000
122	5	ROL	ELÁSTICO, COMPOSIÇÃO: 59% POLIÉSTER 41% ELASTODIENO, ROLO COM 50 METROS, DIÂMETRO 1,0 MM.	SAO JOSE/	26,5000	132,5000
124	21	CX	ENVELOPE, SACO, COR: AMARELA, MATERIAL: PAPEL, GRAMATURA: 80G/ M2, MEDIDA: 22 X 32CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM IMPRESSÃO. CAIXA COM 250 UNIDADES.	foroni/	94,9900	1.994,7900
135	20	CX	ETIQUETA, ADESIVA, COR: BRANCA, DIMENSÃO: 12,7X44,45MM, FORMATO: FOLHA CARTA, USO: IMPRESSORA INK JET/LASER,80 ETIQUETAS POR FOLHA.	pimaco/	41,9700	839,4000
137	29	CX	EXTRATOR, TIPO: ESPÁTULA, USO: GRAMPOS, AÇO INOX, MEDIDA: 150MM X 15MM, EMBALAGEM: CAIXA COM 12 UNIDADES.	cis/	16,5000	478,5000
138	5	PCT	FICHA PAUTADA 5X8. PAPEL OFFSET 150G/M². FORMATO 203X127MM PACOTE COM 100 FICHAS.	pimaco/	15,0000	75,0000
140	578	UN	FITA ADESIVA 48MM X 45M (TRANSPARENTE)	adelbras/	2,9700	1.716,6600
151	295	ROL	FITA ZEBRADA SEM ADESIVO, NA COR AMARELA E PRETA, ROLO DE 70MM X 100MT.	3 M/	13,2500	3.908,7500
152	235	UN	FITA, CORRETIVA, MATERIAL: PLÁSTICO, NÃO TÓXICO, SEM CHEIRO, SEM SOLVENTES, CORPO TRANSPARENTE, DIMENSÃO: 5MM X 8M.	cis/	3,8000	893,0000
153	5.150	UN	FOLHA EMBORRACHADA, E.V.A.,, DIMENSÃO: 600X400X2MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO LISO, TEXTURA HOMOGÊNEA, ATÓXICA, LAVÁVEL, RESISTENTE, USO: ATIVIDADES ARTESANAIS. CORES A SEREM DEFINIDAS NO PEDIDO.	Maket/	1,2300	6.334,5000
154	6	UN	FRAGMENTADORA CORTE EM PARTÍCULAS DE FOLHAS DE PAPEL, CARTÃO, DVD/CD, GRAMPOS E CLIPS ESPECIFICAÇÕES: - COR: PRETA - TIPO DE CORTE: NÍVEL DE SEGURANÇA 4 CONFORME NORMA DIN 66399) - ABERTURA P/ PAPEL: MÍNIMO 230MM C/ ABERTURA SEPARADA P/ CD/DVD E CARTÃO - CAPACIDADE: MÍNIMA DE 15 FOLHAS 75 G/M² - FRAGMENTA CD/DVD, CARTÃO, GRAMPOS E PEQUENOS CLIPES - CONTROLES MANUAIS: REVERSO E LIGA/DESLIGA - BOTÃO LIGA/DESLIGA - VELOCIDADE: MÍNIMA DE 2,7 M/MIN - TEMPO DE FUNCIONAMENTO: MÍNIMO DE 10 MIN - TEMPO DE RESFRIAMENTO: MÁXIMO DE 20 MIN - NÍVEL DE RUÍDO: MÁXIMO DE 65DB (CONFORME NBR10152 E NB95) - SENSOR AUTOMÁTICO DE PAPEL - SENSOR DE AQUECIMENTO - SENSOR DE SOBRECARGASTO CHEIO - SENSOR DE CESTO ABERTO- CAPACIDADE DO CESTO: MÍNIMO DE 25 LITROS - TIPO DO CESTO: GAVETA - COM RODÍZIOS-VOLTAGEM: 110V OU BIVOLT- COM MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	multi laser/	1.455,5400	8.733,2400

155	960	CX	GIZ DE CERA CURTO GROSSO/ PEQUENO. COMPOSIÇÃO: CERAS E PIGMENTOS, NÃO TÓXICO. CAIXA CONTENDO 15 UNIDADES.	cis/	2,7000	2.592,0000
158	20	PCT	GLITER ESCOLAR, PACOTE DE 200 G CONTENDO TUBOS CORES: AZUL, AMARELO, VERMELHO, VERDE, PRATA E DOURADO, COM 30 G CADA COR.	cis/	25,3900	507,8000
159	132	UN	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO 26/6 (PARTE SUPERIOR EXTERIOR TODA EM METAL) GRAMPEIA NO MÍNIMO 20 FOLHAS, ESPAÇO DE 150MM PARA AS FOLHAS..	cis/	9,9000	1.306,8000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
160	38	UN	GRAMPEADOR DE MESA, PROFISSIONAL, TAMANHO: GRANDE, DIMENSÃO: 300X80X220MM, VARIAÇÃO: +/-10% DA DIMENSÃO, ACIONAMENTO: MANUAL, CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: ATÉ 240 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, MATERIAL: ESTRUTURA EM AÇO, APOIO DA BASE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TRILHO: COM ESCALA DE AJUSTE DE PROFUNDIDADE, ESTOJO DE ALOJAMENTO DOS GRAMPOS: EM AÇO INOX COM CAPACIDADE PARA ATÉ 210 GRAMPOS, COM MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, TIPO DE GRAMPO: 23/6 ATÉ 23/24, EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM CAIXA.EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM CAIXA. GRAMPEADOR DE MESA, PROFISSIONAL, TAMANHO: GRANDE, DIMENSÃO: 300X80X220MM, VARIAÇÃO: +/-10% DA DIMENSÃO, ACIONAMENTO: MANUAL, CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: ATÉ 240 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, MATERIAL: ESTRUTURA EM AÇO, APOIO DA BASE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TRILHO: COM ESCALA DE AJUSTE DE PROFUNDIDADE, ESTOJO DE ALOJAMENTO DOS GRAMPOS: EM AÇO INOX COM CAPACIDADE PARA ATÉ 210 GRAMPOS, COM MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, TIPO DE GRAMPO: 23/6 ATÉ 23/24, EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM CAIXA.	cis/	79,5900	3.024,4200
161	97	UN	GRAMPEADOR DE MESA, TAMANHO: MÉDIO, DIMENSÃO: 200X40X70MM, VARIAÇÃO: +/-10% DA DIMENSÃO, CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: ATÉ 25 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, MATERIAL: ESTRUTURA DE AÇO, BASE DE BORRACHA OU PLÁSTICO, TIPO DE GRAMPO: 26/6.	cis/	15,5000	1.503,5000
162	55	UN	GRAMPEADOR DE MESA, TAMANHO: PEQUENO, DIMENSÃO: 120X40X50MM, VARIAÇÃO: +/-10% DA DIMENSÃO, CAPACIDADE DE GRAMPEAMENTO: ATÉ 20 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, MATERIAL: ESTRUTURA METÁLICA, BASE PLÁSTICA, TIPO DE GRAMPO: 26/6.	cis/	8,7000	478,5000
163	249	CX	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, MATERIAL: AÇO COBREADO, TAMANHO: 26/6, CAIXA COM 1.000 UNIDADES.	cis/	1,4300	356,0700
186	54	TUB	MINA GRAFITE, USO: LAPISEIRA, ESPESSURA: 0,7MM, HB, TUBO PLÁSTICO CONTENDO 12 UNIDADES.	cis/	1,3500	72,9000
189	45	EMB	PACOTE DE PAPEL TIPO "SACO DE PIPOCA". BRANCO. MEDIDAS: 8X19CM. EMBALAGEM COM 500 UNIDADES.	REGINA/	19,1000	859,5000
192	62	ROL	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE, ROLO MEDINDO 45CMX25M.	vmp/	44,2000	2.740,4000
194	10	BOB	PAPEL DE PRESENTE BOBINA COUCHE 100M (SORTIDO): PAPEL DE PRESENTE COUCHE; DIÂMETRO: 10CM; COMPRIMENTO: 100 METROS; PESO APROXIMADO DA BOBINA DE 60CM: 4KG; PAPEL DE GRAMATURA 60, CORES A DEFINIR NO PEDIDO.	vmp/	63,0000	630,0000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
195	79	BOB	PAPEL KRAFT, BOBINA, LARGURA: 60CM X 10 MTS, GRAMATURA: 80G/M², PESO: MÍNIMO 10KG, COR: NATURAL, USO: EMBALAGENS E EMPACOTAMENTO DE MATERIAIS.	Santeck/	69,0000	5.451,0000
199	33	ROL	PAPEL, AUTO ADESIVO, TIPO: CONTACT, COM ESTAMPA A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO, LARGURA: 450MM, GRAMATURA: 60G/M², COMPOSIÇÃO: LAMINADO DE PVC AUTO ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESCALA, ROLO COM 25 METROS.	MAX PRINT/	89,6800	2.959,4400
200	23	ROL	PAPEL, AUTO ADESIVO, TIPO: CONTACT, COR: A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO, LARGURA: 450MM, GRAMATURA: 60G/M², COMPOSIÇÃO: LAMINADO DE PVC AUTO ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESCALA, ROLO COM 25 METROS. PAPEL, AUTO ADESIVO, TIPO: CONTACT, COR: BRANCO, LARGURA: 450MM, GRAMATURA: 60G/M², COMPOSIÇÃO: LAMINADO DE PVC AUTO-ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO POR PAPEL SILICONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ESCALA, ROLO COM 10 METROS.	MAX PRINT/	48,0000	1.104,0000
201	30	PCT	PAPEL, COUCHÉ, ADESIVO BRILHO, MEDIDA: 66CM X 96CM, COR: BRANCO, GRAMATURA: 180G/M², EMBALAGEM: PACOTE IMPERMEÁVEL CONTRA UMIDADE, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM 50 UNIDADES.	MAX PRINT/	19,0000	570,0000
202	7.290	RES	PAPEL, SULFITE, ALCALINO, FORMATO: A4, MEDIDA: 210MM X 297MM, COR: BRANCO, GRAMATURA: 75G/M², CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NÃO CLORADO, NÃO RECICLADO, RESMA (500 FOLHAS).	chamex/	20,0000	145.800,0000
205	71	CX	PASTA ARQUIVO, TIPO: A/Z, LOMBADA: LARGA (80MM), MATERIAL: PAPEL CARTÃO FORRADO COM PAPEL MONOLÚCIDO 75G PLASTIFICADO, COR: TIGRADA, TAMANHO: OFÍCIO, DIMENSÃO: 280X350MM, FERRAGEM: NIQUELADA, PRENDEDOR: INTERNO TIPO PRESSÃO, 2 FUROS, VISOR: PLÁSTICO COM ETIQUETA NA LOMBADA. CAIXA COM 20 UNIDADES.	frama/	244,0000	17.324,0000
208	360	UN	PASTA CORRUGADA, MATERIAL: POLIPROPILENO (POLIONDA), COM ABA E ELÁSTICO, LOMBADA: 35MM, DIMENSÕES: 335X245X35MM, COR: DIVERSAS.	frama/	3,9300	1.414,8000
209	350	UN	PASTA CORRUGADA, MATERIAL: POLIPROPILENO (POLIONDA), COM ABA E ELÁSTICO, LOMBADA: 55MM, DIMENSÕES: 335X245X55MM, COR: DIVERSAS.	frama/	4,9500	1.732,5000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
212	1	UN	PASTA PARA BLOCO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, CONFECCIONADA EM POLIESTER 600, COM	Alfana/	14,2400	14,2400

			35CM DE ALTURA E 30 CM DA LARGURA, ABERTURA SUPERIOR EM ZIPER Nº 06. DUAS ALÇAS EM POLIPROPILENO MEDINDO 20 CM. PERSONALIZADA EM ESTAMPA NOS DOIS LADOS.			
215	155	UN	PASTA PLASTIFICADA, COM GRAMPO E TRILHO DE PLÁSTICO, MATERIAL: PAPEL CARTÃO PLASTIFICADO, TAMANHO: OFÍCIO, DIMENSÃO: 240X350MM, VARIAÇÃO: +/-5% DA DIMENSÃO, GRAMATURA: 300G/M², COR: DIVERSAS.	dello/	2,3000	356,5000
216	45	UN	PASTA SANFONADA PLÁSTICA A4, COM 31 DIVISÓRIAS TRANSPARENTE L: 330 X A: 240 MM.	dello/	33,9000	1.525,5000
217	10	CX	PASTA SUSPENSA GRAMPO PLÁSTICO, NAS DIMENSÕES 360 X 240 MM. CAIXA COM 50 UNIDADES.	dello/	107,9900	1.079,9000
219	210	UN	PASTA TRANSPARENTE COM ABA ELÁSTICO 5,5MM - DIMENSÕES: 240MM X 330MM X 55MM (CXLXA).	dello/	3,9300	825,3000
221	325	UN	PEN DRIVE "USB FLASH DRIVE", COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 32 GB.	kingston/	37,9100	12.320,7500
224	20	UN	PERFURADOR DE PAPEL - 2 FUROS, CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 60 FOLHAS, COM 10MM DE ABERTURA. DIMENSÃO: 115X165X180MM. FUROS COM DISTÂNCIA DE 8MM DA MARGEM, 80MM ENTRE OS FUROS, 2KG, BASE E CABO DE FERRO FUNDIDO, BASE PLÁSTICA RECICLÁVEL, PINOS EM AÇO TREFILADO, TEMPERADO E ZINCADO, PINOS COBERTOS COM SEPARADORES TRANSPARENTES.	cis/	56,2100	1.124,2000
225	9	UN	PERFURADORA PARA ENCADERNAÇÃO ATÉ 15 FOLHAS PARA ESPIRAL SIMPLES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PARA ENCADERNAÇÕES COM ESPIRAL, QUE PERMITE PERFURAÇÕES DE 12 A 15 FOLHAS POR VEZ COM AJUSTES DE MARGEM E PROFUNDIDADE, GAVETA PARA DEPOSITO DE RESÍDUOS. ESPECIFICAÇÕES: PERFURAÇÃO: REDONDA, EXTENSÃO DE PERFURAÇÃO: 330 MM, TAMANHO DA MESA: 350 X 320 MM. CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO: 15 FOLHAS, PESO DA MÁQUINA: 10 KG, 54 FUROS, PAPEL OFÍCIO 2, 50 FUROS, PAPEL A4, 35 FUROS CARTA.GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES.	cis/	635,7400	5.721,6600
242	85	UN	PISTOLA APLICADORA, PARA COLA QUENTE, CORPO EM PLÁSTICO, PONTA: METÁLICA, TENSÃO: BIVOLT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA REFIL DE 11,5 MM.	cis/	15,2900	1.299,6500
243	30	UN	PISTOLA APLICADORA, PARA COLA QUENTE, CORPO EM PLÁSTICO, PONTA: METÁLICA, TENSÃO: BIVOLT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA REFIL DE 7,5 MM.	cis/	11,0400	331,2000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
248	12	UN	QUADRO BRANCO NÃO MAGNÉTICO COM MOLDURA EM ALUMÍNIO, MEDINDO 1,20 X 0,90 M, CONFECCIONADO EM CHAPA DE FIBRA BRANCA RESINADA, MOLDURAS ARREDONDADAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, SUPORTE PARA APAGADOR, ARREDONDADO E DESLIZANTE COM 40 CM, SISTEMA DE FIXAÇÃO INVISÍVEL, PODENDO SER INSTALADO NA VERTICAL OU H O R I Z O N T A L . A C O M P A N H A M ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.	souza/	135,1000	1.621,2000
250	11	UN	QUADRO PARA AVISOS EM ACRÍLICO CRISTAL TAMANHO A4. COM ADESIVO PARA COLOCAÇÃO EM PAREDE.	souza/	20,9000	229,9000
255	100	UN	SUPORTE BAIXO PARA CPU MATERIAL: MDF COR: BRANCA CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SUPORTE BAIXO PARA CPU EM MDF MEDIDAS MÍNIMAS: 23X45X9CM.	ATX/	45,4300	4.543,0000
258	25	UN	TELEFONE SEM FIO, DIGITAL, COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS (DTMF/ FSK), TECNOLOGIA DIGITAL COMPATÍVEL A DECT 6.0, DESIGN ERGONÔMICO, DISPLAY LUMINOSO, BATERIA DE ALTA DURAÇÃO, BIVOLT, CAPACIDADE DE EXPANSÃO DE ATÉ 7 RAMAIS, REGISTRO DE CHAMADAS RECEBIDAS E NÃO ATENDIDAS, AGENDA, NO MÍNIMO 07 TIPOS DE TOQUE, A EMBALAGEM DEVE CONTER 01 TELEFONE, 01 BASE, 01 CABO DE LINHA TELEFÔNICA, 01 BATERIA RECARREGÁVEL, 01 ADAPTADOR DE TENSÃO BIVOLT. GARANTIA DE 01 (UM) ANO. COR PRETA	panasonic/	137,6800	3.442,0000
271	100	ROL	TNT, ROLO COM 100 METROS, LARGURA: 1,40 M, LISO, 100% POLIPROPILENO, CORES VARIADAS, A SEREM DETERMINADAS NO PEDIDO.	santa fe/	121,4900	12.149,0000
274	2.510	UN	CADERNO QUADRICULADO 1X1CM BROCHURA CAPA DURA 96 FOLHAS - CAPA: DURA; FOLHAS: QUADRICULADAS 1X1CM; FORMATO: 200MM X 275MM; GRAMATURA: 56 G/M²; NÚMERO DE FOLHAS: 96 FOLHAS;	foroni/	8,2200	20.632,2000
289	240	PCT	PAPEL FOTOGRAFICO CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TAMANHO A4, GRAMATURA 115G, COR: BRANCO. RECOMENDADO PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CONTÉM 50 FOLHAS. GARANTIA DE 3 MESES PARA DEFEITOS DER FABRICAÇÃO	canon/	8,5000	2.040,0000
290	1	ROL	JUTA COM BRILHO COR CRU COM BRILHO DOURADO, FIBRA TÊXTIL VEGETAL, MEDIDA 10M X 1M	EURO ROMA/	197,0700	197,0700
291	1	ROL	JUTA COR CRU, FIBRA TÊXTIL VEGETAL, MEDIDA 10M X 1M	EURO ROMA/	197,0700	197,0700
300	2	PCT	MEIA PEROLA 8MM COR CREME PARA COLAGEM, PACOTE COM 1000 PEÇAS	ABS/	28,0000	56,0000
301	2	PCT	MEIA PEROLA 8MM COR BRANCA PARA COLAGEM, PACOTE COM 1000 PEÇAS	ABS/	29,0200	58,0400
302	50	ROL	FITA DE CETIM Nº 00 - 100 METROS X 4MM. COR: VERMELHA, AZUL MARINHO, ROSA PINK, VERDE, ROXA, AMARELO, PRETO	Alfana/	19,9900	999,5000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
303	80	ROL	FITA DE CETIM Nº 03 - 50 METROS X 15MM. COR: VERMELHA, AZUL MARINHO, ROSA PINK, VERDE, ROXA, AMARELO, PRETO	Alfana/	19,5000	1.560,0000
304	80	ROL	FITA DE CETIM Nº 09 - 50 METROS X 38MM. COR: VERMELHA, AZUL MARINHO, ROSA PINK, VERDE, ROXA, AMARELO, PRETO	Alfana/	21,0000	1.680,0000
305	2	KIT	AGULHA DE MÃO PARA COSTURA: 25 UNIDADES Nº 01, 25 UNIDADES Nº 02, 25 UNIDADES Nº 03, 25 UNIDADES Nº 05, 25 UNIDADES Nº 06	corrente/	60,8900	121,7800
306	3	ROL	TECIDO ALVEJADO PÉ DE GALINHA PANO DE PRATO, COR BRANCA. DESIGN LEGÍTMO PÉ DE GALINHA BRANCO, 9 TRAMA COR BRANCO LISO, DIMENSÕES: 2500CM DE COMPRIMENTO E	Alfana/	9,0200	27,0600

			70CM DE LARGURA			
307	220	UN	TINTA PARA TECIDO 37 ML, CORES: VERMELHA, VERDE, PRETO, BRANCO, AMARELO, AZUL, ROSA, PINK, MARROM, LILÁS, VINHO, MAGENTA, UVA E PITAYA.	xadrez/	3,3200	730,4000
308	12	ROL	TECIDO FELTRO LISO - ROLO: 50CM X 1,40CM. COR ROSA BEBÊ, ROSA, PINK, BRANCO, PRETO, LARANJA, AMARELO, VERMELHO, VERDE, AZUL ROYAL, AZUL, AZUL CLARO.	Alfana/	9,9100	118,9200
309	50	UN	BOLA DE ISOPOR 75MM	Styroform/	1,4200	71,0000
310	50	UN	BOLA DE ISOPOR 100MM	Styroform/	3,7000	185,0000
311	50	UN	BOLA DE ISOPOR 200MM	Styroform/	19,3000	965,0000

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
3	46	PCT	ABRAÇADEIRA, LACRE, MATERIAL: NYLON 6.6, MEDIDA: 300X5MM, COR: BRANCA/PRETA, PACOTE COM 100 UNIDADES.	BRW BRW/	28,0000	1.288,0000
8	15	CX	ALFINETE DE SEGURANÇA - NIQUELADO - Nº00 - 2,2CM - C/100UND. DESCRIÇÃO: COR: NIQUELADO, COMPRIMENTO: 2,2CM EXTERNOS X 1,7CM INTERNOS, COMPOSIÇÃO: LIGA DE ZINCO, CX COM 100 UNIDADES	BACCHI BACCHI/	9,0000	135,0000
17	13	UN	APAGADOR DE MADEIRA PARA QUADRO BRANCO, RESISTENTE, COM APLICAÇÃO DE CARPETE E MEDINDO APROXIMADAMENTE COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA EM CM / 16,2 X 5,1 X 2,4 CM.	CARBRINK CARBRINK/	6,9000	89,7000
35	5	UN	BATERIA PARA TELEFONE SEM FIO INTELBRÁS, 2,4V/600MAH.	FLEX FLEX/	31,9400	159,7000
36	20	UN	BATERIA, 9V, RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO, BLISTER LACRADO CONTENDO UMA UNIDADE.	ELGIN ELGIN/	29,0000	580,0000
40	4	CX	BOBINA PAPEL ACETINADO, USO: MÁQUINA DE CALCULAR, TAMANHO: 60MMX34M, TUBETE DE 12MM. CAIXA COM 30 UNIDADES, COR: BRANCA, GRAMATURA: 45G/M².	MEGA MEGA/	59,9900	239,9600

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
58	8	PCT	CADERNO QUADRICULADO COM 48 FOLHAS - FORMATO 140 X 202 MM (BROCHURA). PACOTE COM 20 UNIDADES.	PANA PANA/	39,0900	312,7200
59	8	UN	CADERNO, LINGUAGEM, BROCHURA, 48 FOLHAS, FORMATO: 1/4 (MÍNIMO 14X20CM), APRESENTAÇÃO: COM TARJA, COM PAUTA, GRAMPEADO, CAPA E CONTRACAPA FLEXÍVEL, GRAMATURA: FOLHA 56G/M2, CAPA E CONTRACAPA 120G/M2, COMPOSIÇÃO: CONFECCIONADO EM PAPEL ALCALINO BRANCO.	PANA PANA/	1,9500	15,6000
61	228	PCT	CAIXA ARQUIVO MORTO, EM PAPELÃO ONDULADO; DIMENSÕES DA CAIXA MONTADA: 340X240X135MM; PAREDE COMPLETA SIMPLES E REFORÇADA, COM ESPESSURA DE 3 MM; COM VINCOS E DOBRAS PARA FACILITAR A MONTAGEM; COM IMPRESSÃO PADRÃO PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS E SISTEMA DE FECHAMENTO SIMPLES (NÃO SERÁ ACEITO SISTEMA DE FECHAMENTO LATERAL). APLICAÇÃO: ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS. PACOTE COM 25 UNIDADES.	SC SC/	59,0000	13.452,0000
72	149	UN	CALCULADORA DE MESA, MANUAL, 12 DÍGITOS, NÚMEROS GRANDES. DUPLA ALIMENTAÇÃO, ENERGIA SOLAR/ BATERIA.	DOTAD DOTAD/	14,0000	2.086,0000
73	27	UN	CALCULADORA DE MESA, TÉRMICA. DISPLAY: LCD - BACKLIT 2 CORES 14 DÍGITOS. ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA: 100V E 220VAC.	ELGIN ELGIN/	457,3900	12.349,5300
79	104	UN	CANETA HIDROGRÁFICA (MARCADOR HIDROGRÁFICO), CORPO: CILÍNDRICO, ROBUSTO EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, POROSA, ARREDONDADA, EM FELTRO, PONTA DE 5.5MM TAMPA: COM CLIP, VENTILADA, NA COR DA TINTA, TINTA: A BASE DE ÁGUA, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	MASTER MASTER/	2,0100	209,0400
80	104	UN	CANETA HIDROGRÁFICA, (MARCADOR HIDROGRÁFICO) CORPO: CILÍNDRICO, ROBUSTO EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, POROSA, ARREDONDADA, EM FELTRO, PONTA DE 5.5MM TAMPA: COM CLIP, VENTILADA, NA COR DA TINTA, TINTA: A BASE DE ÁGUA, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	MASTER MASTER/	2,0100	209,0400
81	52	UN	CANETA HIDROGRÁFICA, (MARCADOR HIDROGRÁFICO) CORPO: CILÍNDRICO, ROBUSTO EM POLIPROPILENO, PONTA: MÉDIA, POROSA, ARREDONDADA, EM FELTRO, PONTA DE 5.5MM TAMPA: COM CLIP, VENTILADA, NA COR DA TINTA, TINTA: A BASE DE ÁGUA, COR: VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRAVAÇÃO NO CORPO DA CANETA DA MARCA DO FABRICANTE.	MASTER MASTER/	2,0100	104,5200
91	26	PCT	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO, COR: PRETA, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210X 297 MM, MATERIAL: POLIPROPILENO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	LASSANE LASSANE/	35,0100	910,2600

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
92	27	PCT	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO, COR: TRANSPARENTE, FORMATO: A4, DIMENSÃO: 210X 297 MM, MATERIAL: ACETATO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	LASSANE LASSANE/	39,7000	1.071,9000
94	25	UN	CARREGADOR DE PILHA. PORTÁTIL E BIVOLT, CARREGADOR PRÓPRIO PARA PILHAS RECARREGÁVEIS FORMATO AA E AAA. COM TEMPO APROXIMADO PARA RECARGA DE 10 HORAS PARA PILHAS AA 2500MAH E APENAS 4,5 HORAS PARA AS AAA 900MAH. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO 8CM X 6CM (AXL) PESO 150G BIVOLT. ACOMPANHA: 1 CARREGADOR DE PILHAS; 2 PILHAS AA; 2 PILHAS AAA; 1 MANUAL	MOX MOX/	77,4100	1.935,2500
95	3.400	UN	CARTOLINAS DESCRIÇÃO: BRANCA/ COLORIDA 50X66.CORES A SEREM DEFINIDAS NO PEDIDO.	ALLOFORM ALLOFORM/	0,8500	2.890,0000
97	199	CX	CLIPE, PAPEL, TAMANHO: NÚMERO 2/0, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, FORMATO: PARALELO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	WIRE WIRE/	2,0000	398,0000
99	112	CX	CLIPE, PAPEL, TAMANHO: NÚMERO 6, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, FORMATO: PARALELO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	WIRE WIRE/	4,0100	449,1200
101	66	CX	CLIPS NIQUELADO Nº 2/0, PRATA DESCRIÇÃO: TAMANHO: 31,5 MM; MATERIAL: ARAME DE AÇO COM BAIXO TEOR DE CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	WIRE WIRE/	2,0000	132,0000

110	480	UN	COLA GLITTER, NÃO TÓXICA. SOLÚVEL EM ÁGUA. COMPOSIÇÃO: RESINA DE P.V.A, GLITTER E CONSERVANTE. CAIXA CONTENDO 6 UNIDADES NAS CORES(BRANCO, VERDE, VERMELHO, AZUL, PRATA E DOURADO). TUBO COM 23 G.	PIRA PIRA/	7,9900	3.835,2000
111	30	UN	COLA LIQUIDA BRANCA - COMPOSIÇÃO RESINA VINÍLICA, TENSOATIVA, PLASTIFICANTES E CONSERVANTES (NÃO TÓXICA). LAVÁVEL (EMBALAGEM COM 1 LITRO).	PIRA PIRA/	9,0000	270,0000
113	5	CX	COLCHETE, MATERIAL: AÇO LATONADO, TAMANHO: NÚMERO 12 (HASTE DUPLA FLEXÍVEL COM 6 CM DE COMPRIMENTO), USO: ENCADERNAÇÃO, CAIXA, 72 UNIDADES.	BACCHI BACCHI/	13,7400	68,7000
114	5	CX	COLCHETE, MATERIAL: AÇO LATONADO, TAMANHO: NÚMERO 14 (HASTE DUPLA FLEXÍVEL COM 8 CM DE COMPRIMENTO), USO: ENCADERNAÇÃO, CAIXA, 72 UNIDADES.	BACCHI BACCHI/	18,0000	90,0000
115	5	CX	COLCHETE, MATERIAL: AÇO LATONADO, TAMANHO: NÚMERO 7 (HASTE DUPLA FLEXÍVEL COM 3,5CM DE COMPRIMENTO), USO: ENCADERNAÇÃO, CAIXA, 72 UNIDADES.	BACCHI BACCHI/	11,0000	55,0000
119	15	JG	DIVISÓRIA PARA PASTA, POLIPROPILENO, COR: TRANSPARENTE, TAMANHO: 215 X 300MM, JOGO COM 10 UNIDADES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FURAÇÃO UNIVERSAL E VISOR PARA IDENTIFICAÇÃO.	ACRINIL ACRINIL/	9,0100	135,1500
123	38	UN	ELÁSTICO, USO: ESCRITÓRIO, COR: AMARELO OU BEGE, COMPOSIÇÃO: LÁTEX OU BORRACHA NATURAL, TAMANHO: NÚMERO 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO TÓXICO, INDEFORMÁVEL, RESISTENTE A TRAÇÃO E AO RESSECAMENTO, SEM PONTAS, PACOTE OU CAIXA COM 100G.	REDBOR REDBOR/	3,9100	148,5800

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
130	34	PCT	ESPIRAL, ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, TAMANHO: 17MM, CAPACIDADE: ENCADERNAÇÃO DE 100 FOLHAS. PACOTE COM 50 UNIDADES.	LASSANE LASSANE/	20,0100	680,3400
131	16	PCT	ESPIRAL, ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, TAMANHO: 33MM,PACOTE COM 50 UNIDADES.	LASSANE LASSANE/	50,7900	812,6400
132	38	PCT	ESPIRAL, ENCADERNAÇÃO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, TAMANHO: 7 MM, CAPACIDADE: ENCADERNAÇÃO DE 25 FOLHAS. PACOTE COM 50 UNIDADES.	LASSANE LASSANE/	21,0000	798,0000
133	190	UN	ESTILETE, CORPO: POLIPROPILENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 130 MM DE COMPRIMENTO, LÂMINA: RETRÁTIL, EM AÇO CARBONO COM 18 MM DE LARGURA, FORMATO: ANATÔMICO, TRAVA DE SEGURANÇA.	MASTER MASTER/	1,8000	342,0000
136	30	CX	ETIQUETA, ADESIVA, COR: BRANCA, DIMENSÃO: 33,9X101,6MM, FORMATO: FOLHA CARTA, USO: IMPRESSORA INK JET/LASER, 14 ETIQUETAS POR FOLHA.	COLACRIL COLACRIL/	30,0000	900,0000
142	955	UN	FITA ADESIVA, TIPO: CREPE, MATERIAL: PAPEL CREPADO, RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, COR: BRANCA, DIMENSÃO: 25MMX50M, ROLO.	FITPEL FITPEL/	5,1500	4.918,2500
148	110	UN	FITA ADESIVA, USO: EMPACOTAMENTO, COR: MARROM, MATERIAL: POLIPROPILENO, RESINA E BORRACHA SINTÉTICA, MEDIDA: DIMENSÃO: 45MMX45M.	FITPEL FITPEL/	3,9700	436,7000
156	958	CX	GIZ, CERA (GIZÃO), COR: DIVERSAS, FORMATO: REDONDO, TAMANHO: GRANDE, COMPOSIÇÃO BÁSICA: CERAS E PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, ANTIALÉRGICO E RESISTENTE A QUEDAS, EMBALAGEM: ESTOJO COM 12 UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	MASTER MASTER/	3,9000	3.736,2000
157	5	CX	GIZ, ESCOLAR, COMUM, COR: BRANCO, FORMATO: CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO E ANTIALÉRGICO, EMBALAGEM: CAIXA COM 64 UNIDADES, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	DELTA DELTA/	6,0000	30,0000
170	5	UN	ÍNDICE ALFABÉTICO A/Z. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: ALFABETO COM 26 LETRAS, CARTÃO EM PAPELÃO DE 0,35 MM PARA FICHÁRIO DE MESA 5 X 8. DIMENSÕES: 12,7 X 20,3 CM.	ACRINIL ACRINIL/	20,0000	100,0000
171	1	PCT	LACRE DE SEGURANÇA NUMERADO 23CM ESPINHA DE PEIXE, NÚMEROS SEQUENCIAIS, PACOTE COM 100 UNIDADES	GL GL/	27,0000	27,0000

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
172	10	PCT	LACRE, SEGURANÇA, NUMERADO USO: MALOTE COR: BRANCO, AZUL OU AMARELO, COMPRIMENTO: 16CM (VARIAÇÃO 5%), MATERIAL: POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SISTEMA INTERNO DE TRIPLO TRAVAMENTO, COMPRIMENTO AJUSTÁVEL AO APERTO DESEJADO, RESISTÊNCIA A RAIOS ULTRAVIOLETAS, NUMERAÇÃO EM 7 DÍGITOS SEM REPETIÇÕES, PACOTE PLÁSTICO COM 100 UNIDADES. COR A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO.	GL GL/	35,0000	350,0000
173	22	UN	LANTERNA DE BOLSO TÁTICA. CARACTERÍSTICAS: LED, MATERIAL ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO 95MM X ALTURA 20MM. ALIMENTAÇÃO: 01 PILHA AA.	BS BS/	68,9400	1.516,6800
174	2.622	CX	LÁPIS DE COR SEXTAVADO LONGO COM 12 CORES SORTIDAS E BRILHANTES; SEXTAVADO; - PRÉ - APONTADO; NÃO TÓXICO. COMPOSIÇÃO: MADEIRA, CARGA, CORANTE E AGLUTINANTE. PESO APROXIMADO COM A EMBALAGEM: 80G.	MASTER MASTER/	2,9000	7.603,8000
180	91	UN	LAPISEIRA, CORPO: PLÁSTICO RÍGIDO, COR PRETA, PONTA: RETRÁTIL DE METAL, CARGA: MINA GRAFITE 0,7MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: BORRACHA NA PARTE SUPERIOR COM CAPA PROTETORA.	MASTER MASTER/	3,9000	354,9000
181	82	UN	LIVRO ATA, CAPA: DURA, DE PAPELÃO REVESTIDO EM PAPEL KRAFT NA COR PRETA, CONTEÚDO: 100 FOLHAS NUMERADAS, PAUTADAS E SEM MARGEM, EM PAPEL 56G/M2, DIMENSÃO: APROXIMADAMENTE 220X330MM.	SD SD/	13,0000	1.066,0000
182	87	UN	LIVRO PROTOCOLO, CAPA: PAPELÃO REVESTIDO EM PAPEL OFF-SET PLASTIFICADO, CONTEÚDO: 100 FOLHAS NUMERADAS E PAUTADAS, MEDIDA: DIMENSÃO: 155X220 MM, VARIAÇÃO: +/- 10% DA DIMENSÃO.	SD SD/	11,0100	957,8700
185	52	TUB	MINA GRAFITE, USO: LAPISEIRA, ESPESSURA: 0,5MM, HB, TUBO PLÁSTICO CONTENDO 12 UNIDADES.	MASTER MASTER/	1,5000	78,0000

190	1.215	PCT	PAPEL CARTÃO - MEDIDAS: 50 X 70 CM, 240 GR, CORES VARIADAS, A SEREM DETERMINADAS NO PEDIDO.	VMP VMP/	1,2100	1.470,1500
191	925	PCT	PAPEL COLORSET DUPLA FACE 48X66 120G PCT C/20 FLS. COR A DEFINIR NO PEDIDO.	VMP VMP/	16,4900	15.253,2500
203	91	UN	PAPEL, VERGÊ, FORMATO: A4, MEDIDA: 210MM X 297MM, COR: BRANCO, CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA: 180G/M², EMBALAGEM: PACOTE COM 50 FOLHAS.	OP OP/	12,0000	1.092,0000
204	190	UN	PASTA ARQUIVO, TIPO: A/Z, LOMBADA: ESTREITA MATERIAL: PAPEL CARTÃO FORRADO COM PAPEL MONOLÚCIDO 75G PLASTIFICADO, COR: TIGRADA, TAMANHO: OFÍCIO, DIMENSÃO: 28,0 X 34,5 X 6 CM, FERRAGEM: NIQUELADA, PRENDEDOR: INTERNO TIPO PRESSÃO, 2 FUROS, VISOR: PLÁSTICO COM ETIQUETA NA LOMBADA..	FRAMA FRAMA/	13,0000	2.470,0000

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
207	390	UN	PASTA CORRUGADA, MATERIAL: POLIPROPILENO (POLIONDA), COM ABA E ELÁSTICO, LOMBADA: 20MM, DIMENSÕES: 335X245X20MM, COR: DIVERSAS.	POLIBRAS POLIBRAS/	3,0100	1.173,9000
211	170	UN	PASTA EM PAPELÃO COM ELÁSTICO E ABAS. DIMENSÕES 23X34CM (FECHADO). CORES DIVERSAS	FRAMA FRAMA/	2,5000	425,0000
213	78	UN	PASTA PLÁSTICA SANFONADA A4, COM 12 DIVISÓRIAS TRANSPARENTES AXLXP 33,1 X 3,2 X 24CM.	DAC DAC/	16,0000	1.248,0000
218	12	CX	PASTA SUSPENSA, MATERIAL: CARTÃO KRAFT SUPER, GRAMATURA: 265 A 300 G/M², COR: MARROM, MEDIDA: 360X240MM, HASTE: METAL, COM 4 PONTEIRAS DE POLIETILENO FIXADAS COM ILHÓS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM VISOR, ETIQUETA BRANCA E GRAMPO TRILHO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	FRAMA FRAMA/	117,9900	1.415,8800
220	70	UN	PASTA TRANSPARENTE COM GRAMPO TRILHO, FORMATO 24X34CM.	DAC DAC/	2,0100	140,7000
231	106	JG	PILHA, TIPO: RECARREGÁVEL, TAMANHO: PEQUENA AA, MAH NI-MH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS USO, ORIGINAL DO FABRICANTE, JOGO COM 4 UNIDADES.	MOX MOX/	34,0000	3.604,0000
244	115	UN	PRANCHETA, TIPO: PORTÁTIL, MATERIAL: DURATEX, FORMATO: OFÍCIO 240X320MM (VARIAÇÃO +/-5%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRENDEDOR DE PAPÉIS EM METAL, SEM PARTES TRINCADAS OU QUEBRADAS.	CARBRINK CARBRINK/	4,9200	565,8000
249	11	UN	QUADRO METALICO LISO (MURAL DE AÇO) CORES: VARIADAS, MEDIDA: 60X 90 CM, MATERIAL: ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALUMÍNIO PARA COLOCAÇÃO DE AVISOS COM IMÃ.	STALO STALO/	129,0000	1.419,0000
251	15	UN	QUADRO, MAGNÉTICO, BRANCO, QUADRO EM MDF OU CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA, SUPERFÍCIE EM LAMINADO MELAMÍNICO BRANCO, COM CHAPA METÁLICA SOB A SUPERFÍCIE, MOLDURA: EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM AS EXTREMIDADES ARREDONDADAS, MEDIDA: 90X60CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACOMPANHAR 1 APAGADOR MAGNÉTICO COM FILTRO, ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO, SISTEMA DE FIXAÇÃO INVISÍVEL VERTICAL E HORIZONTAL.	SOUZA SOUZA/	99,0000	1.485,0000
253	101	UN	RÉGUA, PLÁSTICA, COR: TRANSPARENTE, TAMANHO: 50 CM, ESCALA: GRAVADA EM CM E MM, EM BAIXO RELEVO, USO: ESCOLA/ ESCRITÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ISENTA DE RACHADURAS, PARTES QUEBRADAS E COM SUPERFÍCIE LISA E SEM SALIÊNCIAS.	ACRINIL ACRINIL/	3,0000	303,0000

BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
267	75	KIT	TINTA LÍQUIDA FACIAL C/12 UNIDADES, 15ML CADA. KIT COMPOSTO POR: 1 CAIXA DE TINTAS FACIAL COM 12 POTES DE 15ML CADA, CORES SORTIDAS, NAS CORES: 2 BRANCO, PRETO, VERMELHO, AMARELO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, VERDE ESCURO, MARROM, LARANJA, ROSA FLÚOR, ROXO FLÚOR. COMPOSIÇÃO: OXIDO DE ZINCO, GLICERINA, ÁGUA, ESSÊNCIA E PIGMENTOS ORGÂNICOS.	COLORMAKE COLORMAKE/	40,0000	3.000,0000
269	35	UN	TINTA, ALMOFADA DE CARIMBO, COR: AZUL, ASPECTO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA, FRASCO 40ML (VARIAÇÃO DE ATÉ 10%).	CARBRINK CARBRINK/	3,9000	136,5000
270	45	UN	TINTA, ALMOFADA DE CARIMBO, COR: PRETO, ASPECTO: LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁGUA, FRASCO 40ML (VARIAÇÃO DE ATÉ 10%).	CARBRINK CARBRINK/	3,9000	175,5000
272	232	UN	UMEDECEDOR DE DEDOS, EM PASTA, COMPOSIÇÃO: A BASE DE ÁCIDO GRAXO E GLICÓIS, USO: MANUSEIO DE CÉDULAS E PAPÉIS EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÃO TÓXICO, NÃO GORDUROSO, ESTOJO PLÁSTICO COM TAMPA, PESO LÍQUIDO: 12G (VARIAÇÃO +/-10%).	CARBRINK CARBRINK/	1,9000	440,8000
273	17	CX	VISOR E ETIQUETA, USO: PARA PASTA SUSPENSA, DIMENSÃO: VISOR: 6X8CM, ETIQUETA: 3X8,2CM, MATERIAL: PLÁSTICO, EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES DE CADA.	DELLO DELLO/	9,9000	168,3000
276	15	UN	CAIXA PLÁSTICA HORTIFRUTI ORGANIZADORAS MULTIUSO BÁSICA - CAIXA PLÁSTICA PARA USO GERAL EM HORTIFRUTIS. VAZADA NAS LATERAIS E NO FUNDO PARA AGILIZAR VENTILAÇÃO E RESFRIAMENTO. MEDIDAS DAS CAIXAS PLÁSTICAS (MM); COMPRIMENTO: 400MM; LARGURA: 300MM; ALTURA: 140MM; FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; COR: PRETA.	SOMBRISUL SOMBRISUL/	46,8500	702,7500
280	25	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR AZUL METALIZADO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	SR SR/	14,0000	350,0000
282	50	PCT	BALÃO / BEXIGA Nº 9, TIPO LISO, MATERIAL: LÁTEX, COR ROSA METALIZADO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE.	SR SR/	14,0000	700,0000

MANG FOODS LICITACOES EIRELI - CNPJ: 11.399.644/0001-10						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
46	20	UN	BORRACHA, COR: VERDE DIMENSÃO MÍNIMA: 50X20X8MM, FORMATO: RETANGULAR, USO: ESPECIAL PARA DESENHO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ATÓXICA.	LEOELEO UND/	0,8900	17,8000
			CANETA ESFEROGRÁFICA, PONTA DE AÇO INOX 1.0MM,			

78	52	CX	RETRÁTIL, CORPO FUME, GRIP COLORIDO NA COR AZUL E GRIP EM BORRACHA, ACONDICIONAMENTO: CAIXA COM 50 UNIDADES. COR AZUL	JOCAR OFFICE UND/	79,9900	4.159,4800
96	111	CX	CLIPE, PAPEL, TAMANHO: NÚMERO 10, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, FORMATO: PARALELO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	STAROFFICE UND/	8,9900	997,8900

MANG FOODS LICITACOES EIRELI - CNPJ: 11.399.644/0001-10						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
100	112	CX	CLIPE, PAPEL, TAMANHO: NÚMERO 8, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, FORMATO: PARALELO, CAIXA COM 100 UNIDADES.	STAROFFICE UND/	8,4900	950,8800
105	22	CX	COLA BASTÃO, ATÓXICA, LAVÁVEL, COR: BRANCA, COMPOSIÇÃO: RESINA SINTÉTICA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES, EMBALAGEM: TUBO COM 9G. CAIXA COM 12 UNIDADES.	LEOELEO UND/	8,9900	197,7800
107	80	UN	COLA EM BASTÃO ATÓXICA EMBALAGEM CONTENDO 21 GRAMAS.	LEOELEO UND/	1,0900	87,2000
116	32	UN	CORRETIVO, LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: À BASE DE ÁGUA, COR: BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, INODORO, COM APLICADOR, SECAGEM RÁPIDA, FRASCO COM 18 ML.	JOCAR OFFICE UND/	1,6900	54,0800
117	60	UN	CORRETIVO, LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: RESINAS, PIGMENTOS, SOLVENTES E ADITIVOS. COR: BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICO, INODORO E SECAGEM RÁPIDA, CANETA COM TAMPA, 8ML.	JOCAR OFFICE UND/	1,6900	101,4000
118	60	UN	CORRETOR LIQUIDO BRANCO À BASE DE ÁGUA. COBERTURA UNIFORME, LAVÁVEL ENQUANTO ÚMIDO, NÃO RESSECA, SECAGEM RÁPIDA, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, RESINA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ADITIVOS E CONSERVANTE. EMBALAGEM DE 18ML.	JOCAR OFFICE UND/	1,6900	101,4000
147	96	UN	FITA ADESIVA, TIPO: SILVER TAPE, MATERIAL: FITA DE POLIETILENO, ADESIVO BASE DE BORRACHA E RESINA, COR: CINZA OU PRETO, DIMENSÃO: 45MMX25M.	STARLUX UND/	34,9900	3.359,0400
164	33	CX	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, MATERIAL: AÇO GALVANIZADO, TAMANHO: 23/10, CAIXA COM 1.000 UNIDADES.	JOCAR OFFICE UND/	5,4900	181,1700
165	12	CX	GRAMPO TRILHO, MATERIAL: AÇO NIQUELADO, TAMANHO: COMPRIMENTO 80MM, CAIXA COM 50 UNIDADES.	JOCAR OFFICE UND/	9,9100	118,9200
166	27	PCT	GRAMPO TRILHO, TIPO: LINGUETA, USO: ENCADERNADOR DE DOCUMENTOS, MATERIAL: PLÁSTICO, COR: BRANCA, MEDIDA: 300X9MMX112MM (VARIAÇÃO +/- 10%), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUAS PEÇAS DE ENCAIXE (BASE E HASTES) COM ENGATES DAS HASTES POR PRESSÃO, CAPACIDADE: INSERÇÃO SIMULTÂNEA DE NO MÍNIMO 500 FOLHAS DE 75G/M2, PACOTE PLÁSTICO COM 50 PARES.	JOCAR OFFICE UND/	10,9900	296,7300
179	95	UN	LAPISEIRA, CORPO: PLÁSTICO RÍGIDO, COR PRETA, PONTA: RETRÁTIL DE METAL, CARGA: MINA GRAFITE 0,5 MM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: BORRACHA NA PARTE SUPERIOR COM CAPA PROTETORA.	LEOELEO UND/	3,4900	331,5500
184	1.550	CX	MASSA DE MODELAR - COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREAIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTE, AROMA ADITIVO E PIGMENTO. EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES.	LEOELEO UND/	2,7600	4.278,0000

MANG FOODS LICITACOES EIRELI - CNPJ: 11.399.644/0001-10						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
187	115	UN	MOUSE PAD, MATERIAL BORRACHA NEOPRENE, ACABAMENTO SUPERFICIAL TECIDO, TAMANHO ALMOFADA 50X120, TAMANHO PLATAFORMA 215X180, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ERGONÔMICO, COM APOIO PARA PUNHO EM GEL.	LETRON UND/	11,4900	1.321,3500
233	89	JG	PINCEL MARCADOR PERMANENTE 1,0MM COM 4 CORES (AZUL, PRETO, VERDE E VERMELHO). COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLÁSTICAS, POLIÉSTER, TINTA À BASE DE ÁLCOOL E CORANTES. JOGO COM 4 UNIDADES.	JOCAR OFFICE UN/	6,9700	620,3300
234	86	UN	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, COR: AZUL, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: APROXIMADAMENTE 8 MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	JOCAR OFFICE UND/	1,4800	127,2800
235	86	UN	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, COR: PRETO, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: APROXIMADAMENTE 8 MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	JOCAR OFFICE UND/	1,3800	118,6800
236	86	UN	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, COR: VERDE, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: APROXIMADAMENTE 8 MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	JOCAR OFFICE UND/	1,4900	128,1400
237	86	UN	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, COR: VERMELHO, MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, CORPO: CILÍNDRICO, PONTA: APROXIMADAMENTE 8MM DE ESPESSURA, CARGA: DESCARTÁVEL.	JOCAR OFFICE UND/	1,3900	119,5400
247	40	PCT	PRENDEDOR DE PAPEL, TIPO BINDER CLIPS 3/4" - 19MM - CAPACIDADE DE PRENDER ATÉ 60 FOLHAS. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES. PRENDEDOR DE PAPEL, TIPO BINDER CLIPS ¾" - 19MM - CAPACIDADE DE PRENDER ATÉ 60 FOLHAS. EMBALAGEM COM 40 UNIDADES.	JOCAR OFFICE UND/	9,9900	399,6000
256	20	UN	SUPORTE PARA FITA ADESIVA, TIPO: DE MESA, GRANDE USO: ROLO DE 12MMX65M, MATERIAL: POLIPROPILENO, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE ANTIDERRAPANTE, TUBETE E LÂMINA COM MINI SERRINHA EM AÇO.	JOCAR OFFICE UND/	13,8900	277,8000
277	100	UN	FORNECIMENTO DE 100 PACOTES DE PALITOS DE PICOLÉ EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, CADA PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES. PALITOS EM MADEIRA DE BÉTULA, ATÓXICOS, INODOROS, INSÍPIDOS, COM DIMENSÕES DE 114 MM X 10 MM X 2 MM, SUPERFÍCIE LISA E SEM FARPAS. EMBALAGEM PRIMÁRIA SELADA EM FILME PLÁSTICO. CONFORMIDADE COM ANVISA RDC Nº 275/2002 E RDC Nº 27/2010 E NORMAS ABNT NBR APLICÁVEIS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE	GABOARD UND/	355,7200	35.572,0000

MANG FOODS LICITACOES EIRELI - CNPJ: 11.399.644/0001-10						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**

278	100	UN	Fornecimento de 100 pacotes de palitos de churrasco em madeira de bambu ou bétula, cada pacote com 50 unidades. Palitos com 250 mm de comprimento e 3 mm de diâmetro, ponta afiada, atóxicos, inodoros, insípidos e resistentes a altas temperaturas. Embalagem primária selada em filme plástico. Conformidade com ANVISA RDC nº 275/2002 e RDC nº 27/2010 e normas ABNT NBR aplicáveis. Garantia mínima de 12 meses. Embalagem original do fabricante.	GABOARD UND/	298,1900	29.819,0000
295	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 08	LEOELEO UND/	1,1300	27,1200
297	24	UN	PINCEL REDONDO, PINTURA, SINTÉTICO Nº 12	LEOELEO UND/	1,6400	39,3600

HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - CNPJ: 41.010.343/0001-14						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
257	176	UN	SUPORTE PARA MONITOR, COM GAVETAS TIPO: MESA MATERIAL: MDF, APRESENTAÇÃO: SUPORTE DE MESA PARA MONITOR EM MDF COM DUAS GAVETAS. COR: CAIXA PRETO E GAVETAS BRANCAS DIMENSÕES: 11 X 38,5 X 25,5 (EM CM AXLXC).	SOUZA 2GAV SOUZA 2GAV/	80,0400	14.087,0400

Clevelândia, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:3F5C6606

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 - PROCESSO Nº 52/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 - PROCESSO Nº 52/2026

Objeto: Aquisição de itens, materiais de consumo e materiais diversos destinados ao atendimento das necessidades dos projetos, programas e oficinas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, vinculado ao CRAS, bem como das atividades, ações e demandas administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando garantir a execução adequada dos serviços ofertados à população, com recursos provenientes da Fonte 934 Conta Corrente nº 20.125-1, e de Recursos Livres Fonte 0.

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

GRAFICA BOA VISTA LTDA - CNPJ: 43.141.816/0001-48						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
56	100	UN	CAIXA DE CHÁ EM MDF CRU, 3 DIVISÓRIAS. TAMANHO: 24,6 12.5 X 9,2CM.	PRÓPRIA PRÓPRIO/	14,9800	1.498,0000

BORNHIATI E OGLIARI LTDA - CNPJ: 27.687.765/0001-06						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
4	10	UN	AGULHA DE CROCHÊ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 1,5MM.	CIRCULO CIRCULO/	1,5000	15,0000
5	10	UN	AGULHA DE CROCHÊ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 2,0MM	CIRCULO CIRCULO/	1,9500	19,5000
6	10	UN	AGULHA DE CROCHÊ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 2,5MM.	CIRCULO CIRCULO/	4,3000	43,0000
7	10	UN	AGULHA DE CROCHÊ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 3,0MM.	CIRCULO CIRCULO/	1,9900	19,9000
8	10	UN	AGULHA DE CROCHÊ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 3,5M	CIRCULO CIRCULO/	4,5000	45,0000
9	10	UN	AGULHAS DE TRICÔ, DE ALUMÍNIO. TAMANHO: 4,0 MM.	CIRCULO CIRCULO/	11,2500	112,5000
11	10	ROL	ROLO DE BARBANTE COM 1KG. CRÚ. NÚMERO: 08.	EUROROMA EUROROMA/	24,0000	240,0000
12	50	UN	COLA BRANCA ADESIVO PVA, PARA COLAGEM DE PAPEL, CARTOLINA, PAPELÃO E MATERIAIS POROSOS EM GERAL. IDEAL PARA TRABALHOS ARTESANAIS. NÃO TÓXIC, LAVÁVEL. FRASCO COM 500G.	TEKBOND TEKBOND/	7,0000	350,0000
14	30	UN	COLA DE BASTÃO, RESINA SINTÉTICA, ÉSTER, GLICERINA E CORANTES. EMBALAGEM COM 40G.	LEO E LEO LEO E LEO/	1,9900	59,7000
15	100	UN	COLA DE CONTATO ADESIVO UNIVERSAL PARA ARTESANATO. FORMULADO PARA COLAGEM DE BORRACHAS VULCANIZADAS, COURO, EVA, MADEIRA, CABEDAL E FORRO LADO INTERNO, MADEIRA, REVESTIMENTO EM COURO, TECIDOS, FIBRAS, LAMINADOS DECORATIVOS, ETC. COMPOSIÇÃO: BORRACHAS E RESINAS SINTÉTICAS, SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS (TOLUENO). EMBALAGEM COM 75 GRAMAS.	TEKBOND TEKBOND/	5,0000	500,0000
16	5	ROL	FIO DE SEDA PRATA E DOURADO ROLO DE 100 METROS	PAIVA PAIVA/	14,0000	70,0000
17	90	UN	COLA GLITER 23 G. NAS CORES(AZUL,VERDE,VERMELHO,AMARE ROSA,PRETO, BRANCO) 10 UNIDADES DE CADA COR	LEO E LEO LEO E LEO/	3,0000	270,0000
21	12	UN	PASSA FITA 2,50CM X10,00M . 100% ALGODÃO. NAS CORES: (AZUL,BRANCO,ROSA,VERDE, MARINHO, VERMELHO) . 20 UNIDADES DE CADA COR	SÃO JOSÉ SÃO JOSÉ/	7,0000	84,0000
24	30	UN	PINCEL CHATO: PINCEL PARA PINTURA; COM PELO SINTÉTICO FINO,PARA CONTORNO, Nº 0.	TIGRE TIGRE/	2,5000	75,0000
25	200	UN	PINCEL PARA PINTURA N° 02 AO N° 20: LONGO EM MADEIRA NA CORVERMELHO, PELO/CERDA DE ORELHA DE BOI, VIROLA DE ALUMÍNIO,FORMATO CHATO, PELO CURTO. (30 UNIDADES DE CADA TAMANHO)	TIGRE TIGRE/	9,5000	1.900,0000
27	11	ROL	TECIDO TRICOLINE: TECIDO TRICOLINE 1,40CM DE LARGURAESTAMPADO PARA TRABALHO EM PET APLIQUET CONTENDO NA LARGURADO TECIDO QUATRO TIPOS DE ESTAMPA. ROLO DE 50 METROS, NASCORES: ROSA, VERDE, AZUL, LARANJA, LILÁS, BRANCO, PRETO,VERMELHO, MARROM, AMARELO E ROXO (SENDO 1 ROLO DE CADA)	EURO TEXTIL EURO TEXTIL/	350,0000	3.850,0000

28	180	UN	EVA LISO 40X48 NAS CORES: (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO,, LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO) . 10 UNIDADES DE CADA COR	LEONORA LEONORA/	3,6000	648,0000
29	180	UN	EVA ATOALHADO 40X48 NAS CORES: (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO,, LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO) . 10 UNIDADES DE CADA COR	LEONORA LEONORA/	6,0000	1.080,0000
30	180	UN	EVA COM GLITER 40X48 NAS CORES: (PRETO,BRANC, VERDE,AMARELO,, LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINH, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO) . 10 UNIDADES DE CADA COR	LEONORA LEONORA/	2,5000	450,0000
31	70	UN	CARTOLINA 55X66CM NAS CORES (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO,, LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO). 10 UNIDADES DE CADA COR	VMP VMP/	0,4500	31,5000
34	100	ROL	FITA CETIM Nº 05 - 100 % POLIESTER. LARGURA 22 MM ROLO DE 100 METROS. NAS CORES (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO , LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, LILAS CLARO, LILAS ESCURO) . 5 ROLOS DE CADA COR	IMÃTEC IMÃTEC/	25,0000	2.500,0000

35	100	ROL	FITA CETIM Nº 03 - 100 % POLIESTER. LARGURA 22 MM ROLO DE 100 METROS. NAS CORES (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO, , LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, LILAS CLARO, LILAS ESCURO) . 5 ROLOS DE CADA COR .	PROGRESSO PROGRESSO/	25,0000	2.500,0000
36	100	ROL	FITA CETIM Nº 09 - 100 % POLIESTER. LARGURA 38 MM ROLO DE 100 METROS. NAS CORES (PRETO,BRANCO, VERDE,AMARELO, LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, LILAS CLARO, LILAS ESCURO)	PROGRESSO PROGRESSO/	30,0000	3.000,0000
37	100	ROL	FITA CETIM Nº 00- 100 % POLIESTER. ROLO DE 100 METROS. NAS CORES (P R E T O , B R A N C O , VERDE,AMARELO,LILAS, AZUL BEBE, AZUL MARINHO, VERDE OLIVA, VERDE CLARO, VERMELHO, ROSA PINK, ROSA BEBE, AMARELO OURO, LARANJA, MARROM, AZUL CELESTE, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, LILAS CLARO, LILAS ESCURO) 5 ROLOS DE CADA COR	PROGRESSO PROGRESSO/	15,8000	1.580,0000
39	10	ROL	FITA VIÉS DE ALGODÃO ESTAMPADO 35MM LARGO. CORES VARIADAS. ROLO COM 20 METROS.	PERIPAN PERIPAN/	14,5000	145,0000
40	10	ROL	FITA VIÉS DE ALGODÃO LISO 35MM LARGO. CORES VARIADAS. ROLO COM 20 METROS.	PERIPAN PERIPAN/	14,0000	140,0000
41	20	UN	TINTAS PARA TECIDO: NÃO TOXICA 37 ML. PRONTA PARA USO,SOLÚVEL EM AGUA, INDICADA PARA TECIDOS SEM GOMA.COMPOSIÇÃO: RESINA DE EMULSÃO ACRÍLICA, ÁGUA, PIGMENTOS,SOLVENTES, ADITIVOS E CONSERVANTES NAS CORES: BERINJELA, VERDEBRANCO, VERDE OLIVA, VERMELHO TOMATE, BRANCO, VIOLETA,AMARELO LIMÃO, AMARELO OURO, MARFIM, MARROM, ROSA ESCURO,VERMELHO, VINHO, LARANJA, PRETO, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, PINK,DOURADO, PRATEADO. (SENDO 50 DE CADA COR)	ACRILEX ACRILEX/	3,0000	60,0000
43	70	UN	LÃ PARA BEBÊ, FIO INFANTIL LEVE, SUAVE E ANTIALÉRGICO. COMPOSIÇÃO: 85% ACRÍLICO E 15% POLIAMIDA. NOVELO COM 40 GRAMAS. NAS CORES : BRANCO,VERDE, AZUL,ROSA, AMARELO, LILAS, VERMELHO. 10 NOVELOS DE CADA COR.	CIRCULO CIRCULO/	5,0000	350,0000
44	50	UN	LINHA PARA COSTURA RETA 120, CONE COM 1.500 METROS. NAS CORES:(BRANCA,PRETA,AZUL CLARO,ROSA,VERDE, AMARELA, VERMELHO) 5CONES DE CADA COR.	CONE CONE/	6,7500	337,5000
45	50	ROL	LINHA DE CROCHÊ (FINA). COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO MERCERIZADO. CONTÉM: FIO NE 4/2 COM 500 METROS PARA AGULHA DE CROCHÊ 1,75MM. CORES VARIADAS.	CONE CONE/	19,0000	950,0000

46	16	ROL	FITA CETIM Nº 01 - 7MM. ROLO DE 100 METROS. NAS CORES: ROSA MÉDIO, PINK FORTE, VERDE ESCURO, AZUL BEBE,AZUL MARINHO, MARRON CAFÉ, VERMELHO, BRANCO.	CONE CONE/	15,0000	240,0000
47	10	PCT	FIBRA DE POLIÉSTER PARA ENCHIMENTOS DE TRAVESSEIROS E DECORAÇÕES	SONHO SOFT SONHO SOFT/	18,0000	180,0000
48	25	PCT	PALITO DE SORVETE PONTA QUADRADA DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	THEOTO THEOTO/	3,0000	75,0000
49	25	PCT	PALITO DE SORVETE PONTA REDONDA DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	THEOTO THEOTO/	6,0000	150,0000
50	10	UN	ROLO DE ESPUMA N.04, IDEAL PARA ARTESANATO.	TIGRE TIGRE/	3,5000	35,0000
51	2	ROL	TECIDO PARA PANO DE COPA (PRATO) ALVEJADO, IDEAL PARA PINTURA, BORDADO E ARTESANATOS EM GERAL. LARGURA 80 CM. ROLO COM 50 METROS.	FLABOM FLABOM/	199,0000	398,0000
53	1	BOB	BOBINA PAPEL KRAFT - 80 GRAMAS - 1,20 X 150 METROS	KRAFT KRAFT/	193,0000	193,0000
54	5	UN	TESOURA DE PICOTAR, TESOURA ONDULADA SERRILHADA CONFORTÁVEL DURÁVEL PARA TECIDO DE COSTURA PARA COURO PARA FORRO DE ARTESANA.	LANMAX LANMAX/	49,5000	247,5000
57	2	UN	TECIDO DE JUTA: 100% DE FIBRA DE JUTA MEDINDO1,45 CM DE LARGURA. ROLO DESOMETROS. NAS CORES: VERMELHO, VERDE,) COM BRILHO. 1 ROLO DE CADA COR.	MB TECIDOS MB TECIDOS/	199,0000	398,0000
58	2	ROL	TECIDO DE JUTA: 100% DE FIBRA DE JUTA MEDINDO1,45 M DE LARGURA. ROLO DE 50 METROS. NAS CORES: CRU) SEM BRILHO.	MB TECIDOS MB TECIDOS/	198,0000	396,0000
59	10	ROL	FITA NATALINA - ROLO 6.3CM - 3MTS DECORADA (CORES DIVERSAS)	FIRAL FIRAL/	17,9000	179,0000
60	3	ROL	TECIDO TULE ROLO DE 1,20 X 50 METROS. NAS CORES: BRANCO, ROSA, LILÁS. 1 ROLO DE CADA COR	ART PREMIUM ART PREMIUM/	125,0000	375,0000
61	30	ROL	PAPEL CREPOM DIMENSÕES: 48 x 20 x 10 cm; 50 g CORES VARIADAS	VMP VMP/	1,7500	52,5000
62	20	UN	LINHA MAQUINA OVERLOCK NAS CORES: BRANCA E PRET 10 CONES DE CADA COR.	MAGNA MAGNA/	15,0000	300,0000

63	5	UN	FITA METRICA	FALCON FALCON/	3,0000	15,0000
64	30	PCT	AGULHA DE MAQUINA DE COSTURA COMUM N°11, N°14 EN°16 10 DE CADA TAMANHO.	CIRCULO CIRCULO/	20,0000	600,0000
66	50	UN	PEGA PEROLAS.	LUNNA LUNNA/	15,0000	750,0000
67	100	UN	LAPIS GRAFITE.	BIC BIC/	0,3500	35,0000
68	3	CX	CANETAS ESFEROGRAFICA CORES:PRETA, AZUL E VERMELHA.	BIC BIC/	5,0000	15,0000
69	200	UN	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS	kaz kaz/	1,6500	330,0000
70	100	UN	TINTA ACRILICA 100ML CORES VARIADAS. 10 UNIDADES DE CADA COR	ACRILEX ACRILEX/	11,5000	1.150,0000
71	20	PCT	GUARDANAPO PARA DECOPAGEM ESTAMPAS VARIADAS. 1 PACOTE DE CADA ESTAMPA	AMBIENTE AMBIENTE/	28,0000	560,0000
72	20	UN	LINHA PARA BORDADO TODAS AS CORES. 10 UNIDADE DE CADAMínimo de 100 metros por carretel.	KIT KIT/	15,0000	300,0000
73	20	UN	TESOURA PARA COSTUREIRA.	KIT KIT/	5,0000	100,0000
74	50	UN	TESOURA ESCOLAR.	KIT KIT/	1,9000	95,0000
76	15	UN	ANETA PERMANENTE COLORIDA CORES DIVERSAS.	MASTERPRIN MASTERPRIN	7,5000	112,5000
77	30	UN	VERNIZ ACRILICO 100ML.	ACRILEX ACRILEX/	8,0000	240,0000
78	50	PCT	COLA QUENTE FINA E GROSSA FINA E GROSSA 25 PACOTES DE CADA	TRAMONTINA TRAMONTINA	30,0000	1.500,0000
80	40	PCT	PRATO DE LAMINADO N°2 E N°4 20 PACOTES DE CADA TAMANHO	SABRINA SABRINA/	31,9900	1.279,6000
81	4	UN	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL GRANDE	LEOART LEOART/	13,0000	52,0000
82	10	UN	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL PEQUENA	LEOART LEOART/	10,0000	100,0000
83	20	UN	FITA ADESIVA TRANSPARENTE LARGA	ADERE ADERE/	3,0000	60,0000
84	20	UN	FITA ADESIVA TRANSPARENTE FINA	ADERE ADERE/	2,0000	40,0000
85	20	UN	FITA CREPE	ADERE ADERE/	3,5000	70,0000
86	3	CX	ALFINETE DE JOANINHA	LULI LULI/	15,0000	45,0000
87	1	ROL	CORDÃO DE ALGODÃO GROSSO 100MT	PLASMODIA PLASMODIA/	25,0000	25,0000
88	20	UN	PINCEL CHANFRADO	TIGRE TIGRE/	15,0000	300,0000
89	20	UN	PINCEL BROXA	TIGRE TIGRE/	15,0000	300,0000
90	40	PCT	PEROLAS PARA BORDAR CHINELO. TODOS OS TAMANHOS. TODAS AS CORES. 5 PACOTES DE CADA COR	ANNINOX ANNINOX/	20,0000	800,0000
91	10	PCT	PEROLAS CRAQUELADAS. TODOS OS TAMANHOS. TODAS AS CORES.	ANNINOX ANNINOX/	25,0000	250,0000
92	50	PCT	MISSANGÃO TODAS AS CORES-Vidro ou plástico 6/0 (equivalente a aproximadamente 4,1mm de DIAMETRO APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50 METROS. CORES VARIADAS	ANNINOX ANNINOX/	20,0000	1.000,0000
93	2	ROL	ESTRASS PARA CHINELO EM METRO	ANNINOX ANNINOX/	30,0000	60,0000
94	300	UN	PANO DE PRATO	FLABOM FLABOM/	3,3500	1.005,0000
95	1	ROL	ALGODÃO CRU ROLO COM 50 METROS	MCA MCA/	198,0000	198,0000
96	1	ROL	TALAGARÇA PARA PONTO CRUZ	EXTILO TEX ESTILO TEX/	198,0000	198,0000
97	10	UN	Estilete	KIT KIT/	5,0000	50,0000
98	1	CX	GIZ PARA TECIDO	LULI LULI/	16,5000	16,5000
99	5	UN	COLA PANO	ACRILEX ACRILEX/	5,0000	25,0000
100	10	UN	COLA MADEIRA	TEKBOND TEKBOND/	5,0000	50,0000
101	10	UN	COLA LANTEJOULA	rendicolla rendicolla/	10,0000	100,0000
102	10	UN	COLA EVA	ACRILEX ACRILEX/	5,0000	50,0000
103	40	UN	TINTA ACRIPUFF NAS CORES: BRANCA, VERMELHA, VERDE E PRETA 10 UNIDADES DECADA COR	ACRILEX ACRILEX/	7,0000	280,0000
104	50	UN	COLA GLITTER TODAS AS CORES 10 UNIDADES DE CADA COR.	LEO E LEO LEO E LEO/	3,5000	175,0000
105	30	ROL	FITA LARGA DECORATIVA 4CM DE LARGURA. ESTAMPAS VARIADAS	XINGU XINGU/	24,0000	720,0000
106	5	ROL	RENDA DE NYLON 1CM DE LARGURA BRANCA	NAJAR NAJAR/	30,0000	150,0000
108	25	UN	SIANINHA TODAS AS CORES. 4 UNIDADES DE CADA COR	SÃO JOSÉ SÃO JOSÉ/	19,9000	497,5000
109	10	UN	GOMALACA 100ML	ACRILEX ACRILEX/	18,9900	189,9000
110	20	KG	FIBRA DE ENCHIMENTO SILICONADA	SONHO SOFT SONHO SOFT/	19,1000	382,0000
111	50	MT	FIBRA EM METRO	SÃO JOSÉ SÃO JOSÉ/	16,7000	835,0000
113	20	ROL	FITA MIMOSA N° 1 BRANCA 100% Poliéster. FACE SIMPLES, ACABAMENTO COM ORELA NAS LATERAIS. APRESENTAÇÃO: ROLO COM 50 METROS. CORES VARIADAS	PROGRESSO PROGRESSO/	25,0000	500,0000
114	3	ROL	ATOALHADO NAS CORES :BRANCO, ROSA E AZUL. I ROLO DE CADA COR	SÃO JOSÉ SÃO JOSÉ/	195,0000	585,0000
115	10	ROL	SISAL DE 1MM E 3MM. 5 ROLOS DE CADA	FRIBRA FIRME FIBRA FIRME/	30,0000	300,0000
117	4	ROL	EMBORRACHADO NAS CORES:VERMELHO, AZUL, LARANJA MARROM, 1 ROLO DE CADA COR	ATIBAIA ATIBAIA/	90,0000	360,0000
118	10	ROL	BARBANTE ENCEADO CORES VARIADAS. 1 ROLO DE CADA COR	CIRCULO CIRCULO/	12,0000	120,0000
119	50	MT	LONITA	ARTE STRASS ARTE STRASS/	35,0000	1.750,0000

ZULMIR PERIN E FABIANA CARPES DE JESUS PERIN LTDA - CNPJ: 05.286.113/0001-19						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
1	50	PCT	AGULHA DE MÃO: AGULHAS DE MÃO EM AÇO NIQUELADO, PCT COM 20 UNIDADES, N° 01, 02, 03, 08, 09 (10 OTES DE CADA NÚMERO	SANTA RITA/	14,3600	718,0000
2	200	UN	ARGOLA PARA CHAVEIRO: COM CORRENTE, 17 MM. GROSSA	LULI/	0,6500	130,0000
3	200	UN	ARGOLA ACRILI 12CM TRANSPARENTE	Ritas/	2,5800	516,0000
10	140	ROL	ROLO DE BARBANTE COM 400 GRAMAS, NÚMERO 06,NAS CORES: (BRANCO, VERDE CLARO,VERDE ESCURO, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, AMARELO,ROXO,LARANJA, LILÁS, PRETO, ROSA CLARO, ROSA ESCURO,vermelho, MARROM)	EURO ROMA/	19,9900	2.798,6000
13	50	UN	COLA UNIVERSAL PARA ARTESANATO, TRANSPARENTE, NÃOTÓXICA, PRÁTICA E DE SECAGEM RÁPIDA. APLICAÇÕES EM	Circulo/	3,9000	195,0000

			PAPEL, CARTÃO, RENDA, PASSAMANARIA, ACRÍLICO, PVC, CORTIÇA, PAPEL, COURO, CARTOLINA E PLÁSTICOS. COMPOSIÇÃO- ACETONA, METILETILCETONA, ACETATO DE BUTILA. UNIDADES COM 17 GRAMAS			
18	90	UN	PASSA FITA 2 CM 13,7 METROS. NAS CORES: (AZUL,BRANCO,ROSA,VERDE, MARFIM, VERMELHO, AZUL, AMARELO, colorido) 10 UNIDADES DE CADA COR	Circulo/	1,0200	91,8000
19	40	UN	BORDADO INGLÊS COM PASSA FITA 4,4CM 13,7 METROS. NAS CORES: (AZUL,BRANCO,ROSA,VERDE, MARFIM, VERMELHO, AZUL, AMARELO) 5 UNIDADES DE CADA COR	Circulo/	9,8500	394,0000
20	70	UN	BORDADO INGLÊS 8 C13,7 METROS 100% POLIÉSTER NAS CORES:(BRANCO,ROSA, AMARELO, PINK ,VERDE, AZUL, MARFIM). 10 UNIDADES DE CADA COR	Circulo/	11,2000	784,0000
22	110	UN	FITA CETIM LISA 40 MM 100% POLIÉSTER, NAS CORES: (AZUL,AZUL CLARO, AZUL MARINHO, BRANCO, ROSA,AMARELO,VERMELHO,PRETO,LAR VERDE, PINK). 10UNIDADES DE CADA COR	progresso/	7,5000	825,0000
23	80	PCT	PAPEL FOTO A4 DUPLA FACE 180 G, PACE OM 50.	canon/	25,9000	2.072,0000
26	13	ROL	ROLO DE TECIDO OXFORD 1,50 LARGURA X 20 MT DE COMPRIMENTO. NAS CORES: (BRANCO, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, AZUL CLARO,AZUL ESCURO, LILÁS CLARO, LILAS ESCURO, LARANJA, AMARELO, PRETO,ROSA CLARO, ROSA ESCURO, VERMELHO) 1 ROLOS DE CADA	Alfana/	193,5000	2.515,5000
32	100	MT	FELTRO LISO LINEAR POR 1,40 M DE LARGURA 100%POLIÉSTER, GRAMATURA 190GR NAS CORES (BEGE, BRANCO, LARANJA, MARROM, ROSA CLARO, ROXO, PINK, VERMELHO E PRETO). 10MT DE CADA COR	SANTA/	12,9900	1.299,0000
33	100	UN	IM DE GELADEIRA 8 MM REDONDO	Ritas/	0,5700	57,0000
38	110	UN	SPRAY DE TINTA: DESENVOLVIDO COM RESINAS ACRÍLICAS DESECAGEM RÁPIDA, PROPORCIONAM EXCELENTES ACABAMENTOS,PODER DE COBERTURA E EFEITO DECORATIVO. PODE SER UTILIZADA EMAMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, EM FERRO, AÇO, MADEIRA,CERÂMICA, GESSO, ENTRE OUTROS. PESO110 UND 350ML/250G. NAS CORES:ROSA, VERDE, AZUL, LARANJA, LILÁS, BRANCO, PRETO, VERMELHO,MARROM, AMARELO E ROXO (SENDO 10 DE CADA COR)	Xem Color/	6,5900	724,9000
42	22	ROL	TNT (TECIDO NÃO TECIDO): COMPOSIÇÃO 100% POLIPROPILENO ROLODE 50 METROS. NAS CORES: ROSA, VERDE, AZUL, LARANJA, LILÁS,BRANCO, PRETO, VERMELHO, MARROM, AMARELO E ROXO (SENDO 2 ROLO DE CADA COR)	SANTA RITA/	62,2000	1.368,4000
52	15	MT	TECIDO ETAMINE, PARA BORDADOS EM PONTO CRUZ. TAMANH: 5,00 TROS X 1,40 METROS DE LARGURA. COR: BRANCO.	Circulo/	138,9800	2.084,7000
55	100	UN	CAIXA EM MDF SIMPLES CRU. TAMANHO: 15 X 15 X 5CM	MDF/	6,0000	600,0000
65	30	UN	PAPEL PARANÁ A0 1.4MM, 1.7MM E 2.8MM.	vmp/	69,9000	2.097,0000
75	100	UN	COLA DE SILICONE PARA ARTESANATO.	cis/	5,7900	579,0000
79	40	PCT	PRATO DE PAPELÃO Nº2 E N°6 20 PACOTES DE CADA TAMANHO	MUltprato/	19,5000	780,0000
107	30	UN	FIO RABO DE GATO NAS CORES: BRANCA, PRETA, ROSA ,DOURADO, PRATA, VERMELHA. 5 UNIDADES DE CADA COR.	Circulo/	27,3700	821,1000
112	50	MT	ENTRETELA DE CORTINA 5CM	Fiorella/	18,9900	949,5000
116	500	UN	GANCHO COM PARAFUSO PARA CHAVEIRO 17X30CM 500	Tailor/	2,1300	1.065,0000

Clevelândia, 27 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:78671FE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 013/2026 - CREDENCIAMENTO DE AGRICULTOR FAMILIAR

HOMOLOGAÇÃO

O Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o Relatório do Agente de Contratação, nomeado pela Portaria n° 478/2026 de 18 de maio de 2026, referente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2026**, cujo objeto deste chamamento é o Credenciamento de agricultores familiares detentores de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – Pessoa Física) do município de Colombo, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e enquadrados no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.
CREDENCIADOS:

REQUERENTE	CPF	PROTOCOLO
ELCIO MOTTIN	070.260.749-54	37550/26
AMAURI PERIN	804.475.979-49	37551/26
EVERALDO GASPARIN	017.468.289-13	37552/26
ADEMAR ANTONIO CAVALLI	976.372.899-15	37554/26
CLEITON SLONGO	070.825.619-89	37555/26
PETERSON CAVALI	103.291.739-36	37556/26
ADILETE PERPETUA LAZARINI CAVALLI	015.464.949-01	37557/26
RENATA POLLI STRAPASSON	047.338.979-79	37558/26
MARIA IVETE BONIN	254.500.859-15	37560/26
MARCELO GUIMARÃES	071.751.109-01	37561/26
ARIELSON JACOB CAVALI	088.916.459-23	37563/26

KELI CRISTINA GASPARIN JULIANI	**071.620.039-23**	**37565/26**
BELMIRA DE FATIMA GUIMARÃES	**034.423.769-98**	**37566/26**
EDILSON RONALDE CECCON	**718.504.909-10**	**37570/26**
ISAIAS EUCLIDES GASPARIN	**640.507.779-91**	**37572/26**
ROSENIR STRAPASSON GASPARIN	**544.271.859-91**	**37573/26**
MARIZA REGINA CECCON VOIGT	**063.078.819-76**	**37575/26**
EMILLY STRAPASSON	**103.807.889-00**	**37576/26**
PAULO IVAN GASPARIN	**087.154.019-36**	**37577/26**
ELITON CECCON	**093.898.189-74**	**37579/26**
ELTON GABRIEL CECCON	**126.252+779-12**	**37580/26**
MARILENE CAVALLI CECCON	**071.993.389-70**	**37582/26**
THIAGO ANTONIO GASPARIN	**009.731.589-30**	**37584/26**
MAURICIO GASPARIN	**068.466.499-21**	**37585/26**
SANDRA APARECIDA RISSARDI MOTIN	**602.447.479-20**	**37586/26**
CELIO JOSÉ LAZAROTTO	**060.215.789-70**	**37587/26**
NELSON PEDRO GASPARIN	**437.231.449-34**	**37588/26**
ELDER BONTORIN	**058.092.099-20**	**37589/26**
WENDDON GASPARIN	**084.090.399-58**	**37590/26**
CRISTIANO AUGUSTO DE FRANÇA	**117.757.909-08**	**37592/26**
LEONARDO GASPARIN	**098.176.189-51**	**37593/26**
MARIA SELENIR FIORESE GASPARIN	**857.075.469-87**	**37596/26**
LUCIANO ALBERTO LAZAROTO	**025.276.499-47**	**37597/26**
CELIO GASPARIN	**820.651.959-91**	**37599/26**
ALISSON GASPARIN	**102.965.529-41**	**37600/26**
ALIANE PERIN GASPARIN	**014.508.809-08**	**37601/26**
PEDRO DIANIR GASPARIN	**016.363.939-69**	**37602/26**
EDMAR GASPARIN	**017.460.469-61**	**37603/26**
ORLETE BONTORIN FERREIRA	**051.685.529-86**	**37604/26**
ADELAIR MARIA STRAPASSON FALCADE	**840.669.549-87**	**37605/26**
SERGIO NODARI	**677.413.719-91**	**37606/26**
LUCI DE FATIMA MOTTIN BONTORIN	**036.873.069-76**	**37607/26**
CARLOS AUGUSTO DE FRANÇA	**001.284.589-25**	**37608/26**
DAVID JULIANO CECCON	**160.073.869-96**	**37609/26**
HEVERTON FALCADE	**034.950.299-40**	**37610/26**
EDSON LUIZ MOTTIN	**561.869.759-91**	**37611/26**
ELIANE CELIA GASPARIN RISSARDI	**023.040.889-37**	**37612/26**
JOSE HAMILTON LAZAROTTO	**355.994.139-34**	**37613/26**
ANGELO LUIZIO BONTORIN	**078.215.139-62**	**37614/26**
JEAN LEANDRO JULIANI	**093.625.359-20**	**37615/26**
AMARY WALFRIDO CECCON	**519.965.379-20**	**37616/26**
ALTEVIR CECCON	**255.244.299-49**	**37618/26**
BERNADETE BONTORIN TONIOLO	**835.053.429-04**	**37619/26**
MAURO PERIN	**820.651.799-53**	**37726/26**
MARIA SILVIA FIORESE GASPARIN	**031.172.659-37**	**37727/26**
RAFAEL VINICIUS GASPARIN	**082.086.959-71**	**37729/26**
ANA PAULA GRUBER	**081.189.289-18**	**37730/26**
VERA CLUSUHAKIS ENES	**085.102.839-07**	**37731/26**
ANTONIO ONOFRE MACHIOSKI	**566.140.809-97**	**37733/26**
TEREZINHAGASPARIN BONTORIN	**043.307.399-33**	**37734/26**

PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
PRAZO DE PAGAMENTO: Conforme Edital.
Colombo, 28 de agosto de 2026

JERONIMO STRAPASSON
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:A5680F29

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 67, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza o Executivo Municipal a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais)."

Helder Luiz Lazarotto, Prefeito do Município de Colombo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64, na Lei Municipal nº 1.882/2025 decreta,
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir junto ao orçamento geral do corrente ano, crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), como segue:

S U P L E M E N T A Ç Ã O		
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
01	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
04.122.0008.2.012	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	83.000,00
31.91.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	46.000,00
04.122.0008.2.014	CONVÊNIO COM CARTÓRIO ELEITORAL	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	12.000,00
31.91.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	13.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	
01	**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**	
04.122.0042.2.153	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE GOVERNO E DAS AÇÕES DE GESTÃO GOVERNAMENTAL E INSTITUCIONAL	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	87.000,00
31.90.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	6.000,00
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**	
01	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**	
04.121.0005.2.010	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FOCADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO MUNICIPAL	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	100.000,00
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**	
01	**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**	
28.846.0012.2.026	PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL	
33.90.91	Sentenças Judiciais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	500.000,00
14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**	
04	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONCESSÕES PÚBLICAS**	
04.130.0026.2.171	ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS CONCESSÕES PUBLICAS	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	18.000,00
05	**DEPARTAMENTO DE ITBI**	
04.121.0026.2.188	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES AO DEPARTAMENTO DE ITBI	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	13.000,00
15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
01	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**	
12.365.0010.2.135	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70%	
31.90.13	Contribuições Patronais	
1.101.2	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	300.000,00
12.367.0010.2.172	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
1.101.1	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
16	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
03	**DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE**	
10.302.0021.2.071	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
31.90.13	Contribuições Patronais	
0.1.303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	200.000,00
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
01	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
08.244.0016.2.134	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE INFRAESTRUTURA	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	215.000,00
31.90.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	5.000,00
02	**Fundo Municipal de Assistência Social**	
08.245.0017.6.085	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
31.90.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	13.000,00
18	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**	
05	**DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO**	
26.782.0025.2.092	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	29.000,00
20	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
06	**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS**	
18.541.0031.2.106	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS	
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	46.000,00
25	**SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**	
01	**DIRETORIA EXECUTIVA**	
14.422.0040.2.178	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA	
31.91.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	10.000,00
26	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E ORDEM PÚBLICA**	
02	**SUPERINTENDÊNCIA DA ORDEM PÚBLICA**	
06.244.0013.2.154	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PUBLICA	
31.90.13	Contribuições Patronais	
0.1.000	Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente	4.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	**1.750.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, serão utilizados recursos de conformidade com as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 43, § 1º item II – os provenientes de excesso de arrecadação no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e, item III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), como segue:

R E D U Ç Ã O

15	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
01	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**	
12.367.0010.2.172	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB 70%	
31.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1.101.1	FUNDEB 70% - Exercício Corrente	50.000,00
16	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
03	**DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO A SAÚDE**	
10.302.0021.2.071	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
31.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0.1.303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) - Exercício Corrente	200.000,00
	TOTAL REDUÇÃO	**250.000,00**

Art. 3º. Ficam compatibilizados a partir desta abertura de crédito adicional suplementar, os demais instrumentos de planejamento orçamentário correspondentes.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Colombo
Em, 27 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliana Lineia Bencke Kmiec
Código Identificador:9A7979D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 289/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 289/2026 de 19/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2293/2025 de 09/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$953.655,34 (novecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.003		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
7 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	250,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
35 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	6.631,00
03.001.19.126.0003.2.009		PROGRAMA CIDADE DIGITAL	
54 - 3.3.90.39.00.00	3507	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	54.707,00
55 - 3.3.90.40.00.00	3507	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	93.650,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.001		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.011		DIVISAO DE TESOURARIA	
86 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	130,00
04.002		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
04.002.04.121.0004.2.012		CONTABILIDADE PUBLICA MUNICIPAL	
93 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	500,00
102 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	95,00
04.003		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO, CADASTRO E FISCALIZACAO	
04.003.04.129.0004.2.013		ADMINISTRACAO DE TRIBUTOS FISCALIZACAO E CADASTRO	
105 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.317,00
106 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.140,00
118 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	330,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.1.002		AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA	
127 - 4.4.90.52.00.00	3501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.786,00
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
136 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	620,00
137 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.950,00
148 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	45,00
05.002		DEPARTAMENTO DE FOMENTO E IMPLANTACAO DE INDUSTRIA	
05.002.22.661.0010.2.016		DIVISAO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO	
155 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.870,00
165 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	75,00

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
236 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.920,00
239 - 3.3.90.40.00.00	3000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	1.540,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.023		ASSESSORIA PEDAGOGICA	
245 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.550,00
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
265 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
272 - 3.3.90.40.00.00	3104	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	2.090,00
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
283 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	90,00
291 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	92.145,05
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
304 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.820,00
306 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	29.418,00
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB	
06.003.12.361.0013.2.034		FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL	
354 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.704,20
06.003.12.361.0014.2.035		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	
366 - 3.1.90.16.00.00	101	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	9.780,00
06.003.12.365.0012.2.036		FUNDEB EDUCACAO INFANTIL	
373 - 3.1.90.11.00.00	1040	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	124.170,27
373 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.578,15
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.042		FARMACIA MUNICIPAL	
485 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	2.670,00
490 - 3.3.90.32.00.00	3494	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	73.002,95
490 - 3.3.90.32.00.00	34941	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	170.583,00
496 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.310,00
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
498 - 3.1.90.11.00.00	4944	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.028,41
500 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	19.097,00
501 - 3.1.90.94.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	450,00
502 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	23.287,00
504 - 3.3.90.08.00.00	000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	10,00
506 - 3.3.90.30.00.00	3303	MATERIAL DE CONSUMO	3.910,00
507 - 3.3.90.32.00.00	3494	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	20.850,00
507 - 3.3.90.32.00.00	34941	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	44.543,31
507 - 3.3.90.32.00.00	4941	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	2.030,00
513 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	855,00
07.003.10.302.0019.2.046		MANUTENCAO DO PROGRAMA CAPS I	
545 - 3.1.90.11.00.00	3494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.830,00
Suplementação			
549 - 3.1.91.13.00.00	3494	CONTRIBUICOES PATRONAIS	4.520,00
07.003.10.304.0019.2.048		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	
582 - 3.1.90.11.00.00	3000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.595,00
583 - 3.1.90.13.00.00	3000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.014,00
586 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	400,00
595 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	500,00
07.003.10.305.0019.2.049		MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
604 - 3.3.90.30.00.00	34941	MATERIAL DE CONSUMO	30,00
607 - 3.3.90.39.00.00	34941	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.420,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0021.2.051		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
642 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	280,00
08.001.08.122.0021.2.085		DEFESA CIVIL	
650 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.716,00
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
660 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	902,00
662 - 3.1.91.13.00.00	934	CONTRIBUICOES PATRONAIS	540,00
672 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	3.870,00
08.002.08.243.0021.6.053		FMDCCA - MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	
685 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	375,00
08.002.08.243.0021.6.054		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	
693 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.960,00
08.002.08.243.0021.6.055		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
705 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	4.860,00
706 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.390,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.090		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
740 - 3.3.90.46.00.00	000	AUXILIO-ALIMENTACAO	5.000,00
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
743 - 3.1.90.11.00.00	940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.600,00
745 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.340,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
776 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.080,00
781 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.890,00
784 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	10,00
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
796 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.500,00

09.002.25.752.0023.2.062		MANUTENCAO DA ENERGIA ELETRICA	
810 - 3.1.90.16.00.00	000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.050,00
Suplementação			
812 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	400,00
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
825 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	780,00
13		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001.02.062.0005.2.005		ATIVIDADES JURIDICAS	
872 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	275,00
		Total Suplementação:	953.655,34

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3494	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	110.202,95
34941	BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	216.576,31
3303	SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/00 -15%)	3.910,00
3104	DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA	2.090,00
3501	RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS	12.786,00
3000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	4.149,00
3507	COSIP - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 149- A, CF	148.357,00
	Total	498.071,26

Art 3º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.003		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
6 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	250,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
29 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.631,00
34 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.001		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.011		DIVISAO DE TESOURARIA	
83 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	130,00
04.002		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
04.002.04.121.0004.2.012		CONTABILIDADE PUBLICA MUNICIPAL	
90 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
Redução			
99 - 3.3.90.35.00.00	000	SERVICOS DE CONSULTORIA	95,00
04.003		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO, CADASTRO E FISCALIZACAO	
04.003.04.129.0004.2.013		ADMINISTRACAO DE TRIBUTOS FISCALIZACAO E CADASTRO	
109 - 3.1.91.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	13.457,00
112 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	330,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
134 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.570,00
144 - 3.3.90.33.00.00	000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	45,00
05.002		DEPARTAMENTO DE FOMENTO E IMPLANTACAO DE INDUSTRIA	
05.002.22.661.0010.2.016		DIVISAO DE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO	
152 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.870,00
162 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	75,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.001		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO	
06.001.12.122.0011.2.022		MANUTENCAO DA DIRETORIA EDUCACIONAL	
227 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	5.920,00
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.023		ASSESSORIA PEDAGOGICA	
244 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.550,00
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
271 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
06.002.12.361.0014.2.025		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
278 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	83.500,00
279 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	8.735,05
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
303 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.238,00
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB	
06.003.12.361.0014.2.035		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	
364 - 3.1.90.11.00.00	101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.780,00
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.042		FARMACIA MUNICIPAL	
481 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.980,00
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
Redução			
498 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.547,00
499 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	23.297,00
511 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	855,00

07.003.10.304.0019.2.048		MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	
589 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
08		SECRETARIA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0021.2.051		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DE PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	
641 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	280,00
08.001.08.122.0021.2.085		DEFESA CIVIL	
652 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.716,00
08.002		FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.002.08.243.0021.6.052		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA	
658 - 3.1.90.11.00.00	934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	540,00
659 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	4.772,00
08.002.08.243.0021.6.053		FMDCCA - MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	
683 - 3.3.90.37.00.00	000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	375,00
08.002.08.243.0021.6.054		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE	
689 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.960,00
08.002.08.243.0021.6.055		FMDCCA - BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
703 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.250,00
08.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.003.08.245.0021.2.090		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
726 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
08.003.08.245.0021.2.091		FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
743 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.340,00
752 - 3.3.90.33.00.00	940	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.600,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
772 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.970,00
778 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	10,00
09.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS GALERIAS ARTES CORRENTES E CONSERVACAO	
09.002.15.451.0023.2.061		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
Redução			
794 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
09.002.25.752.0023.2.062		MANUTENCAO DA ENERGIA ELETRICA	
809 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	1.450,00
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
822 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	780,00
13		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
13.001.02.062.0005.2.005		ATIVIDADES JURIDICAS	
871 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	275,00
		Total Redução:	259.073,05

Art 4º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo 1º, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL - Fonte: 4941	2.030,00
Receita: 1.7.1.5.52.0.1 Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR Principal - Fonte: 1040	124.170,27
Receita: 1.7.1.9.57.0.1 Transferência Especial da União - Principal - Fonte: 4944	14.028,41
Receita: 1.7.5.1.50.0.1 TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO - FONTE 101	56.282,35
Total da Receita:	196.511,03

Art 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 19 de Agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:3388ADED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 098/2026

PORTARIA Nº 098/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Cristiane Luiza Antunes
Matrícula Funcional	18792-1
Função	Gestora de Secretaria
Secretaria	Secretaria de Comunicação Social e Marketing
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião com o diretor e o presidente do IAT para tratar de assuntos de interesse do município, alinhar demandas e buscar encaminhamentos junto ao órgão.
Período	14/08/2026
Valor das diárias	R$ 157,16 (cento e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.634/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Sulina, Francisco Beltrão, Nova Prata do Iguaçu e Cascavel
Objetivo da viagem	Transportar atletas para jogos
Período	12,14,15,16 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 556,06 (quinhentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.651/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Dione Luiz da Silva
Matrícula Funcional	16420-1
Função	Secretário de Administração e Finanças
Secretaria	Secretaria de Administração e Finanças
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do Seminário Regional de Gestão Pública
Período	06/08/2026
Valor das diárias	R$ 163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos)
Proc. Administrativo2.644/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Caetano Besson Fernandes
Matrícula Funcional	20286-1
Função	Chefe de Gestão de Compras e Suprimentos
Secretaria	Departamento de Compras
Origem da viagem	Francisco Beltrão
Destino da viagem	Dois Vizinhos
Objetivo da viagem	Participar do Seminário Regional de Gestão Pública
Período	06/08/2026
Valor das diárias	R$ 163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos)
Proc. Administrativo 2.644/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Rugerio Dutra
Matrícula Funcional	20206-1-1
Função	Chefe da Unidade de Pronto Atendimento - UPA
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do Seminário Regional de Gestão Pública
Data	06/08/2026
Valor das diárias	R$ 163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos)
Proc. Administrativo 2.644/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião na Secretaria das Cidades, Secretaria do Turismo e Secretaria de Infraestrutura e Logística, na Assembleia Legislativa com Adão Litro, para tratar de investimentos, infraestrutura urbana, turismo, mobilidade e melhorias viárias, definindo prioridades, recursos e encaminhamentos para o município.
Período	19,20,21 e 22/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.783,10 (um mil, setecentos e oitenta e três reais e dez centavos)
Proc. Administrativo n° 2.671/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Nilton de Almeida
Matrícula Funcional	20293-1
Função	Secretário Geral de Governo
Secretaria	Secretaria Geral de Governo
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião na Secretaria das Cidades, Secretaria do Turismo e Secretaria de Infraestrutura e Logística, na Assembleia Legislativa com Adão Litro, para tratar de investimentos, infraestrutura urbana, turismo, mobilidade e melhorias viárias, definindo prioridades, recursos e encaminhamentos para o município.
Período	19,20 e 21/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.190,74 (um mil, cento e noventa reais e setenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo 2.671 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marcelo Dal Molin
Matrícula Funcional	18811-1
Função	Coordenador do Sistema de Controle Interno do Executivo e Legislativo
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação na I Semana ProGov de Auditoria Interna, promovida pelo TCE-PR/EGP.

Período	24,25,26,27 e 28/08/2026
Valor das diárias	R$ 2.091,40 (dois mil, noventa e um reais e quarenta centavos)
Proc. Administrativo 2.670/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cristiane Luiza Antunes
Matrícula Funcional	18792-1
Função	Gestora da Secretaria de Comunicação Social e Marketing
Secretaria	Secretaria de Comunicação Social e Marketing
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento do SEBRAE – Caravana Delas e Inteiras para Liderar; Cumprimento de agenda com o Deputado Adão Litro
Período	23, 24, 25 e 26/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.940,27 (um mil, novecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)
Proc. Administrativo nº 2.691/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento do SEBRAE – Caravana Delas e Inteiras para Liderar; Cumprimento de agenda com o Deputado Adão Litro
Período	23, 24, 25 e 26/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.940,27 (um mil, novecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 2.691/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Geisekele Leão
Matrícula Funcional	20207-1
Função	Diretora Depto de Fomento Desenvolvimento Cientifico Tecnologico, Emprego e Renda
Secretaria	Secretária de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento do SEBRAE – Caravana Delas e Inteiras para Liderar; Cumprimento de agenda com o Deputado Adão Litro
Período	23, 24, 25 e 26/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.680,38 (um mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e oito centavos)
Memorando n° 6.904/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cátia Bonin
Matrícula Funcional	20602-1
Função	Secretária de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Secretaria	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação no evento do SEBRAE – Caravana Delas e Inteiras para Liderar; Cumprimento de agenda com o Deputado Adão Litro
Período	23, 24, 25 e 26/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.940,27 (um mil, novecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)
Memorando n° 6.904/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Camila Montegutti
Matrícula Funcional	20528-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação “Atuação do Profissional de Psicologia em Emergências e Desastres”.
Data	21, 22 e 23/08/2026
Valor das diárias	R$ 779,70 (setecentos e setenta e nove reais e setenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.696/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Priscila da Silva Favarão
Matrícula Funcional	20104-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Capacitação “Atuação do Profissional de Psicologia em Emergências e Desastres”.
Período	21, 22 e 23/08/2026
Valor das diárias	R$ 779,70 (setecentos e setenta e nove reais e setenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.696/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Capacitação SUS Digital
Data	11/08/2026
Valor das diárias	R$ 163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos)
Proc. Administrativo n° 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gabriela Heloiza Sperotto da Silva
Matrícula Funcional	20542-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde

Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Data	07, 17, 18 e 19/08/2026
Valor das diárias	R$ 229,65 (duzentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jandrieli Luzia Beus
Matrícula Funcional	20532-1
Função	Farmacêutica
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Capacitação em Protocolos Clínicos
Data	18/08/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.723 /2025 – 1Doc	

Nome do servidor	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Matrícula Funcional	17881-1
Função	Enfermeira
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Capacitação SUS Digital
Período	11/08/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jaqueline Stefanello da Cruz
Matrícula Funcional	13338-1
Função	Auxiliar de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Data	18/08/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	19 e 22/08/2026
Valor das diárias	R$ 187,36 (cento e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Londrina
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	18, 19 e 20/08/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rosimari Zanatto
Matrícula Funcional	20115-1
Função	Técnica em Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	14 e 15/08/2026
Valor das diárias	R$ 429,14 (quatrocentos e vinte e nove reais e quatorze centavos)
Proc. Administrativo nº 2.723/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Alisson Bueno
Matrícula Funcional	20558-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Sulina
Objetivo da viagem	Transportar atletas para o Aeroporto de Cascavel; transportar atletas para a Copa Sulina de Futebol 2026
Data	19 e 21/08/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.709/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon

Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Coronel Vivida, Marechal Cândido Rondon
Objetivo da viagem	Transportar atletas Galo Futsal; transportar atletas Jogos Abertos do Paraná – Fase Macro Regional
Período	19, 20, 21, 22 e 23/08/2026
Valor das diárias	R$ 985,21 (novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos)
Proc. Administrativo nº 2.709/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Daniel Stopassoli
Matrícula Funcional	19365-1
Função	Professor de Educação Física
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Marechal Cândido Rondon
Objetivo da viagem	Participação nos Jogos Abertos do Paraná – Fase Macro Regional
Período	21 e 22/08/2026
Valor das diárias	R$ 513,76 (quinhentos e treze reais e setenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.709/2025-1Doc	

Nome do servidor	Luiz Fernando Viaro
Matrícula Funcional	18325-1
Função	Orientador Desportivo I
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Marechal Cândido Rondon
Objetivo da viagem	Participação nos Jogos Abertos do Paraná – Fase Macro Regional
Período	21 e 22/08/2026
Valor das diárias	R$ 513,76 (quinhentos e treze reais e setenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.709/2026 -1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:275778C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5128 DE 31 DE JULHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5128/2026 de 31/07/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.		Bloco de Proteção Social Básica	
155 - 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
06.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
06.005.08.241.0007.2.027.		Ações de Apoio a Melhor Idade	
193 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.004.10.301.0009.2.033.		Atenção Primária em Saúde	
241 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.122.0010.2.041.		Gestão da Secretaria Municipal de Educação	
302 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
08.001.12.306.0010.2.042.		Distribuição de Merenda Escolar aos Alunos do Ensino Fundamental	
309 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	30.000,00
08.001.12.361.0010.2.043.		Ações de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
332 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
333 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
08.002.12.365.0010.2.047.		Manutenção da Educação Infantil Municipal	
368 - 3.3.90.39.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.1.029.		Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a Divisão de Serviços Urbanos	
480 - 4.4.90.52.00.00	11065	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE INDUSTRIA	
12.001.22.122.0015.2.071.		Manutenção da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	
560 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
		Total Suplementação:	**173.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.2.008.		Manutenção da Secretaria de Municipal de Administração	
35 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.000,00
04.001.04.122.0002.2.009.		Manutenção do Paço Municipal	
50 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE FINANCAS	
05.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
05.001.04.123.0004.2.012.		Manutenção da Divisão de Contabilidade	
75 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
05.001.28.843.0005.0.001.		Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna	
81 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.245.0007.2.021.		Bloco de Proteção Social Básica	
160 - 3.3.90.39.00.00	1934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAUDE	
07.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.004.10.301.0009.2.033.		Atenção Primária em Saúde	
225 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
08.001.12.361.0010.1.009.		Reforma e Melhorias na Escola Municipal Duque de Caxias	
311 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	55.000,00
08.001.12.361.0010.2.043.		Ações de Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
327 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO	
09.002.17.512.0013.1.018.		Ampliação e Melhorias do Sistema do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário	
444 - 4.4.90.52.00.00	11065	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.2.062.		Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
506 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
		Total Redução:	**173.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 31 de julho de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:F600D94A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2025

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1 Ata de registro de preço Nº 179/2025

Pregão Nº 26/2025
PARTES: Município de Foz do Jordão e a EmpresaPETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI

OBJETO: O reequilíbrio financeiro em tela visa atender à solicitação do FORNECEDOR, na qual assim requer ao demonstrar a elevação dos custos em óleos lubrificantes, devido ao aumento considerável nos custos, conforme documentos fiscais e planilhas demonstrativos acostados aos autos do processo.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade saldo	Preço unitário	Preço reajustado
4	1	23949	OLEO LUBRIFICANTE ÓLEO LUBRIFICANTE AS 15W40 ACEA E7-16API CI -4/SL BALDE 20LITROS PARA MOTORES A DIESEL CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS LINHA 1000 GRAU DE VISCOSIDADE 15W-40 VOLUME DA UNIDADE 1 L FORMATO DE VENDA UNIDADE VOLUME LÍQUIDO 20 L QUANTIDADE DE KITS 1 ESPECIFICAÇÕES NÚMERO DE REGISTRO DE PRODUCTO DE ANP 21238 OUTROS TIPO DE RECIPIENTE GALÃO MODELO DETALHADO 15W40 MINERAL CI-4 1000E TIPO DE ÓLEO DE MOTOR MINERAL (ÓLEO LUBRIFICANTES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE EM ACORDO COM A PORTARIA ANP Nº 129 DE 30/07/99, REGISTRADOS N AANP CONFORME PREVE A RESOLUÇÃO Nº10 DE 07/03/07 E, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS OU RECOMENDADOS PELAS MONTADORAS DE VEICULOS). SIMILAR OU SUPERIOR AO LUBRAX TOP TURBO API CI-4.	DEITON ORIUM CI4 15W40 BD20L	BALDE	45,00	275,00	426,67
8	1	23949	OLEO LUBRIFICANTE ÓLEO TIPO ATF 20LITROS (ÓLEOS LUBRIFICATES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE EM ACORDO COM A PORTARIA ANP N° 129 DE 30/07/99, REGISTRADOS N AANP CONFORME PREVÊ A RESOLUÇÃO N° 10 DE 07/03/07 E, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS OU RECOMENDADOS PELAS MONTADORAS DE VEÍCULOS).	DEITON ATF TASA BD20L	BD	4,00	274,99	444,38
13	1	23958	OLEO HIDRAULICO MULT G ÓLEO HIDRAULICO MULT G 10W30 BALDE 20 LITROS (TRATOR NEW HOLLAND) GRAU DE VISCOSI-DADE 10W30 NÚMERO DE PEÇA 36571910J TIPO DE APLICAÇÃO LUBRIFICANTE VOLUME DA UNI-DADE 20L VOLUME DO ÓLEO DE MOTOR 20 L (ÓLEOS LUBRIFICATES DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE EM ACORDO COM A PORTARIA ANP N° 129 DE 30/07/99, REGISTRADOS N AANP CONFORME PREVÊ A RESOLUÇÃO N° 10 DE 07/03/07 E, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS OU RECOMENDADOS PELAS MONTADORAS DE VEÍCULOS)	DEITON TRAT 10W30 BD20L	BALDE	1,00	275,00	389,96

VIGÊNCIA: 29/08/2025 a 28/08/2026

Foz do Jordão, 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E6B7A3E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 507/2022

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Av. Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e de outro lado, a empresa INFRACEA CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, AEROPORTOS E CAPACITAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 17.469.843/0001-34, situada na Q SCN Quadra 1, Condomínio DO Edifício Trade Center Brasília, nº 85, Bloco C, Sala nº 513/514, Asa Norte, CEP: 70.711-902, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, neste ato representada pela senhora LILIA MARCOS VIANA DE SIQUEIRA, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 507/2022, referente à Pregão Eletrônico nº 112/2022, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato:
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano do Contrato nº 507/22, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e o reajuste nos termos da Cláusula Sexta – Reajuste, de acordo com o IPCA, mês de referência (Junho/2026) em 4,64% (quatro virgula sessenta e quatro por cento).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo original estendido, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Marca	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Reajustado (R$)
01	SERV. DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO AERÓDROMO MUNICIPAL DE GOIOERÊ (SSGW). Incluso apresentação de relatórios bimestrais online para a Anac; relatórios semestrais; vistorias semestrais; auditoria; manter e organizar toda a documentação do aeródromo, para possível inspeção da Anac; controlar e inspecionar os relatórios de pousos e decolagens das aeronaves; fazer o cumprimento dos relatos da aviação Civil, fontes de identificação de perigo; manter o plano de resposta a emergência em ação em caso de acidentes; manter o manual de segurança operacional aprovado pela Anac atualizado e demais obrigações pertinentes	Serv.	-	12	10.685,67	11.181,48

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 134.177,76 (cento e trinta e quatro mil cento e setenta e sete reais e setenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Um. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
471	15.004	2.070	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Goioerê-Pr, 26 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município De Goioerê

LILIA MARCOS VIANA DE SIQUEIRA
Infracea Controle do Espaço Aéreo, Aeroportos e Capacitação LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:2CC00874

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO CONTABIL Nº 16/2026

DECRETO CONTABIL N.º 16/2026

Abre um Crédito Adicional Suplementar Especial no valor de R$ 717.100,00 (Setecentos e dezessete mil e cem reais) no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PRANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 978/2026 de 27 de agosto de 2026:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar especial por Excesso de Arrecadação no valor de RS 392.100,00 (trezentos e noventa e dois mil e cem reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
08.001.12.361.0008-2067	31.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL	00611	00101	246.500,00
08.001.12.361.0008-2067	31.90.13.00.00	CONTRIBUIÇOES PATRONAIS	00631	00101	43.500,00
11.004.08.241.0011-2084	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01556	00943	26.500,00
11.004.08.245.0012-2085	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01611	00840	32.000,00
11.004.08.245.0012-2085	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01612	00840	35.000,00
13.002.20.606.0013.2086	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	01741	00892	1.250,00
13.002.20.606.0013.2086	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	01742	00878	1.400,00
13.002.20.606.0013.2086	44.90.52.00.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	01743	00831	5.950,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme quadro abaixo:

Conta de receira	Descrição conta	Fonte de recursos	Excesso verificado
17.29.51.01.05.00.00.00.00	TRANSFERENCIA DO FEDIM REEST. REDE PROT E DEF. MULHER - CUSTEIO	00840	67.000,00
17.29.51.01.06.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DEST. À ASSISTÊNCIA SOCIAL- DELIB. 034-2024 - PR VIAJA 60 FASE III	00943	26.500,00
17.51.50.01.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	00101	290.000,00

13.21.01.11.07.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00831	5.950,00
13.21.01.11.06.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00878	1.400,00
13.21.01.11.06.00.00.00.00	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS A OUTRAS FONTES - 2026	00892	1.250,00

Art. 3º Fica aberto um crédito adicional suplementar por Anulação de Dotações no valor de R$ 325.000,00 (Trezentos e vinte e cinco mil reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
10.002. 10.301.0010-2024	31.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS – PESSOAL CIVIL	01090	00494	280.000,00
10.002. 10.301.0010-2024	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01140	00494	45.000,00

Art. 4 º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo 3º, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

10.002. 10.301.0010-2023	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	01080	00489	325.000,00

Art. 5º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 945/2025.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 27 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:CD70C548

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
1. EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 918/2022 DO CONTRAN, NOTIFICAMOS QUE FOI IMPOSTA A PENALIDADE DE MULTA EM DECORRÊNCIA DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, DISPONDO V. S.ª OFERECER RECURSO CONTRA A INFRAÇÃO JUNTO À GUATRAN

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à GUATRAN até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ9G19	275710S000010976	17/06/2026	60503	R$ 293,47
ADC0G05	275710S000011019	20/06/2026	60503	R$ 293,47
AEW7E53	275710S000011026	22/06/2026	60503	R$ 293,47
AGE1696	275710T000007894	18/06/2026	50100	R$ 880,41
AGE1696	275710T000007893	18/06/2026	65992	R$ 293,47
AHO5C52	275710S000011035	21/06/2026	60503	R$ 293,47
AIA7A13	275710T000007892	18/06/2026	66371	R$ 195,23
AIL7F17	275710S000010975	16/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ0G79	275710S000010989	19/06/2026	60503	R$ 293,47
AKB3669	275710S000010958	17/06/2026	60503	R$ 293,47
ALP8320	275710S000010988	18/06/2026	60503	R$ 293,47
AMA4E24	275710S000011021	20/06/2026	60503	R$ 293,47
AMH6840	275710T000005664	21/06/2026	66531	R$ 195,23
ANG7D11	275710S000010954	17/06/2026	60503	R$ 293,47
ANS3J54	275710S000010998	19/06/2026	60503	R$ 293,47
AOJ9F90	275710NIC0001412	02/06/2026	50020	R$ 390,46
ASI1G80	275710S000011014	20/06/2026	60503	R$ 293,47
ASN5262	275710T000007895	18/06/2026	50100	R$ 880,41
ASN5262	275710T000007891	18/06/2026	50100	R$ 880,41
ASN6787	275710S000011037	22/06/2026	56732	R$ 130,16
ATB1482	275710NIC0001426	02/06/2026	50020	R$ 586,94
ATO2464	275710T000007898	22/06/2026	66371	R$ 195,23
AUZ2B76	275710S000011011	20/06/2026	60503	R$ 293,47
AWK0353	275710S000010979	17/06/2026	60503	R$ 293,47
AWV9I88	275710NIC0001434	02/06/2026	50020	R$ 586,94
AXA9B20	275710S000010992	19/06/2026	60503	R$ 293,47
AYR8595	275710S000010999	19/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY9A26	275710S000011029	22/06/2026	60503	R$ 293,47
AZW4E78	275710S000010961	17/06/2026	60503	R$ 293,47
AZY9383	275710S000011033	21/06/2026	60503	R$ 293,47
BAA5J76	275710NIC0001418	02/06/2026	50020	R$ 586,94
BAP9362	275710S000011000	19/06/2026	60503	R$ 293,47
BBX9H44	275710NIC0001427	02/06/2026	50020	R$ 586,94
BCD2259	275710NIC0001414	02/06/2026	50020	R$ 390,46
BCZ6H41	275710S000011007	20/06/2026	60503	R$ 293,47
BDF2E83	275710S000011034	21/06/2026	60503	R$ 293,47
BDH8H45	275710S000010987	18/06/2026	56732	R$ 130,16
BDV1G56	275710NIC0001416	02/06/2026	50020	R$ 390,46

CWQ7540	275710S000011028	22/06/2026	60503	R$ 293,47
CXY5I80	275710S000010991	19/06/2026	60503	R$ 293,47
DAO3I43	275710NIC0001417	02/06/2026	50020	R$ 390,46
DWO2I04	275710NIC0001433	02/06/2026	50020	R$ 260,32
EFL1G68	275710S000010950	16/06/2026	60503	R$ 293,47
EFW9I23	275710T000005665	21/06/2026	55411	R$ 195,23
EML9C03	275710S000010957	17/06/2026	60503	R$ 293,47
FBQ3C34	275710S000011027	22/06/2026	60503	R$ 293,47
FQR9D03	275710S000011036	22/06/2026	60503	R$ 293,47
GDD4G92	275710S000010949	16/06/2026	60503	R$ 293,47
GFZ1F01	275710S000010951	17/06/2026	60503	R$ 293,47
HSE5C42	275710T000003571	19/06/2026	51930	R$ 293,47
HSM9J73	275710S000010960	17/06/2026	60503	R$ 293,47
HTC8C94	275710S000010990	19/06/2026	60503	R$ 293,47
IGF3505	275710S000011016	20/06/2026	60503	R$ 293,47
ITZ3E72	275710NIC0001413	02/06/2026	50020	R$ 390,46
IWQ1C60	275710T000007770	17/06/2026	55680	R$ 195,23
JVN3G95	275710T000007771	17/06/2026	55417	R$ 195,23
JWI2B40	275710S000010996	19/06/2026	60503	R$ 293,47
KBW0529	275710T000007772	17/06/2026	55680	R$ 195,23
KRI1C81	275710S000010969	18/06/2026	60503	R$ 293,47
MCF6378	275710S000011022	20/06/2026	60503	R$ 293,47
MSK4A29	275710NIC0001425	02/06/2026	50020	R$ 586,94
NDF0076	275710S000010963	18/06/2026	60503	R$ 293,47
NEK5B78	275710S000010978	17/06/2026	60503	R$ 293,47
NSD9979	275710S000010980	17/06/2026	60503	R$ 293,47
NUC8140	275710S000011023	21/06/2026	60503	R$ 293,47
OBG8063	275710S000010982	18/06/2026	56732	R$ 130,16
OHH0G78	275710T000007896	22/06/2026	54522	R$ 195,23
OHH0G78	275710S000011032	22/06/2026	60503	R$ 293,47
OOH1347	275710S000010946	16/06/2026	60503	R$ 293,47
OOQ8E67	275710S000010972	18/06/2026	60503	R$ 293,47
PBV1445	275710NIC0001415	02/06/2026	50020	R$ 390,46
QAA9D48	275710CND0000022	29/05/2026	50450	R$ 293,47
QAR5I41	275710S000011015	20/06/2026	60503	R$ 293,47
QBT4B60	275710S000011001	19/06/2026	56732	R$ 130,16
QHY6I38	275710S000011005	19/06/2026	60503	R$ 293,47
QNE9I98	275710NIC0001411	02/06/2026	50020	R$ 390,46
QPJ4E71	275710NIC0001423	02/06/2026	50020	R$ 260,32
RMZ1I00	275710S000010973	16/06/2026	60503	R$ 293,47
RRY7F21	275710S000010945	16/06/2026	60503	R$ 293,47
RUY8F35	275710NIC0001430	02/06/2026	50020	R$ 586,94

RWG5G70	275710S000010944	16/06/2026	60503	R$ 293,47
RXN3A24	275710S000010993	19/06/2026	60503	R$ 293,47
RYO0H97	275710S000010952	17/06/2026	60503	R$ 293,47
SDS3H79	275710NIC0001428	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SDU6G29	275710S000011025	21/06/2026	60503	R$ 293,47
SEJ8D11	275710S000010967	18/06/2026	60503	R$ 293,47
SEM1C52	275710S000010955	17/06/2026	60503	R$ 293,47
SEN9H43	275710NIC0001422	02/06/2026	50020	R$ 390,46
SEU1I76	275710NIC0001421	02/06/2026	50020	R$ 390,46
SEV8C83	275710S000010953	17/06/2026	60503	R$ 293,47
SFK3C87	275710NIC0001429	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SMC2C58	275710NIC0001419	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SXD7D49	275710S000010983	18/06/2026	60503	R$ 293,47
SXV3D72	275710NIC0001435	02/06/2026	50020	R$ 586,94
TAP2H42	275710NIC0001420	02/06/2026	50020	R$ 586,94
TAT8C25	275710S000010994	19/06/2026	60503	R$ 293,47
TBG4H48	275710NIC0001431	02/06/2026	50020	R$ 586,94
TBQ8G23	275710NIC0001432	02/06/2026	50020	R$ 586,94
TBX0D18	275710S000010948	16/06/2026	60503	R$ 293,47
TBX5E88	275710S000010974	16/06/2026	60503	R$ 293,47
TKA4G80	275710NIC0001424	02/06/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:32FB70F6

PROJUR

DECRETO Nº 412/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e, considerando o memorando online sob o nº 1.866/2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados devido as solicitações por memorandos conforme especificados:

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total anulado
Órgão: 02 - Governo Municipal					
Unidade: 006 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa					
Ação: 2010 - Manutenção das Atividades de Comunicação Social e Imprensa					
2024	518	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	170,40
Órgão: 02 - Governo Municipal					

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito					
Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito					
2025	5436	Ord	00505	ORIGINARE UNIFORMES LTDA	879,60
2025	4411	Ord	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	78,32
Ação: 2005 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil					
2025	19939	Ord	00505	LUIZ LONGO MADEIRAS	164,10
2025	20014	Ord	00505	SANCHES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	409,50
2025	27907	Ord	00505	CONSTRUA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	462,00
Unidade: 004 - Ouvidoria Municipal					
Ação: 2008 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal					
2025	14000	Glo	00505	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR	136,26
Unidade: 006 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa					
Ação: 2010 - Manutenção das Atividades de Comunicação Social e Imprensa					
2025	18208	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	520,00
Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito					
Unidade: 001 - Diretoria de Segurança Pública e Transito					
Ação: 2011 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Transito					
2024	12990	Ord	00505	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEICULOS LTDA	103,35
Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito					
Unidade: 001 - Diretoria de Segurança Pública e Transito					
Ação: 1002 - Aquis. de Equip. e Mat. Permanente p/ Secretaria Munic. Segurança Pública e Transito					
2025	26019	Ord	00505	COMERCIAL APP COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	1.900,00
Ação: 2011 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Transito					
2025	5482	Ord	00505	ORIGINARE UNIFORMES LTDA	154,80
2025	16503	Ord	00509	M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	2.295,00
2025	18042	Ord	00505	ELETROSINAL TECNOLOGIA LTDA	2.247,60
Unidade: 002 - Superintendência da Guarda Municipal					
Ação: 2012 - Manutenção das Atividades da Superintendência da Guarda Municipal					
2025	5961	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	2.071,33
2025	10077	Ord	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	344,00
2025	10078	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	789,67
2025	13324	Glo	00505	ARNILDO FULBER	10.633,00
2025	16644	Glo	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	196,00
2025	18219	Est	00505	GRANDO & GROFF LTDA	1.500,01
2025	21617	Ord	00505	RUDI RODRIGO VICHINEVSKI	387,00
2025	23420	Ord	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	109,20
2025	23579	Ord	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	307,97
2025	26237	Ord	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	3.998,58
2025	27124	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	615,94
2025	2497	Ord	00505	TECNICAP BRASIL LTDA	1.989,14
2025	3435	Ord	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	582,80
2025	9930	Glo	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	538,80
2025	11370	Glo	00505	MONICLOUD TECNOLOGIA LTDA	19.285,77
2025	14359	Ord	00505	A APARECIDO PEREIRA - SERVICOS	394,68
2025	14684	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	167,18
2025	14686	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	600,00
2025	17302	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	682,00
2025	18275	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	871,80
2025	22979	Ord	00505	MIORANDO EVENTOS LTDA	1.683,00
2025	23815	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEICULOS LTDA	110,10
2025	23979	Ord	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	407,80
Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação					
Unidade: 001 - Diretoria de Sistema de Informação					
Ação: 2013 - Manutenção das Atividades de Sistema de Informação					
2025	8803	Ord	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	179,90
2025	969	Glo	00505	IPM SISTEMAS LTDA	1.490,92
2025	7337	Ord	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	353,60
2025	9133	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	47,32
2025	10905	Glo	00505	SOFTEXPERT SOFTWARE S.A	9.422,32
2025	11372	Glo	00505	MONICLOUD TECNOLOGIA LTDA	41.581,60
2025	12170	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	88,40
2025	13312	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	45,65
2025	15958	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	54,08
2025	23173	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	17,54
Unidade: 002 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados					
Ação: 2014 - Manutenção das Atividades de Infraestrutura de Rede e Dados					
2025	18441	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	951,75
Unidade: 004 - Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Inovação					
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades de Projetos, Desenvolvimento e Inovação					
2025	11588	Ord	00505	DELVIP TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	2.750,00
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 002 - Diretoria de Material e Patrimonio					
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades do Material e Patrimônio					
2025	3567	Glo	00505	GUAIRA CARTORIO DE OFICIO E NOTAS	1.578,70
Unidade: 003 - Diretoria de Frotas					
Ação: 2023 - Manutenção das Atividades do Frotas					
2025	18081	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	208,00
2025	19572	Ord	00505	GUAIRA CARTORIO DE OFICIO E NOTAS	265,74
Unidade: 004 - Diretoria de Administração e Controle					
Ação: 2024 - Manutenção das Atividades da Administração e Controle					
2025	14043	Ord	00505	LUIZ LONGO MADEIRAS	6,76
2025	14392	Ord	00505	H2W - SOLUCOES LTDA	31,20
2025	14611	Ord	00505	ECOOPEL COM. VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	1.544,20
2025	18841	Ord	00505	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	109,25
2025	23840	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	2.582,00
2025	7446	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	127,03
2025	13417	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.190,10
2025	16432	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.424,98
2025	23763	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	611,28

2025	24622	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	2.778,75
2025	27118	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	1.326,25
2025	27139	Glo	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	550,90
2025	27149	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	109,04
Ação: 2025 - Manutenção das Atividades dos Cemitérios e Capela Mortuária					
2025	13931	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	476,00
2025	24502	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	722,96
2025	2029	Glo	00505	19.068.043 CLAUDIA BOFF SOARES	1.365,00
2025	6825	Ord	00000	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	179,70
2025	13491	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	72,56
2025	28028	Glo	00505	ATITUDE AMBIENTAL LTDA	587,23
Ação: 2026 - Manutenção das Atividades do Aeroporto Municipal					
2025	13495	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	435,99
2025	23855	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	229,00
2025	26624	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	629,55
Ação: 2027 - Manutenção das Atividades do Terminal Rodoviário					
2025	14317	Ord	00505	WALTER NETO CHAMBÓ - ME	1.180,00
2025	13925	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	382,79
2025	23976	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	496,97
2025	14572	Ord	00505	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,21
Ação: 2028 - Manutenção das Atividades do Porto Internacional					
2025	11511	Ord	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	357,00
2025	12156	Ord	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
2025	13555	Glo	00505	19.068.043 CLAUDIA BOFF SOARES	548,40
Unidade: 005 - Diretoria de Compras e Licitações					
Ação: 2029 - Manutenção das Atividades do Compras e Licitações					
2025	24248	Ord	00501	WALTER NETO CHAMBÓ - ME	2.675,00
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Fazenda					
Unidade: 001 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira					
Ação: 2031 - Manutenção das Atividades do Setor de Tesouraria					
2024	6765	Ord	00000	AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A	598,93
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Fazenda					
Unidade: 001 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira					
Ação: 2030 - Manutenção das Atividades do Setor de Contabilidade					
2025	26351	Glo	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	359,80
2025	26375	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	1.465,81
2025	21643	Ord	00505	IPM SISTEMAS LTDA	450,78
Ação: 2031 - Manutenção das Atividades do Setor de Tesouraria					
2025	11703	Glo	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	757,76
2025	12397	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	410,72
2025	21644	Ord	00505	IPM SISTEMAS LTDA	788,86
Unidade: 002 - Diretoria de Tributação					
Ação: 2032 - Manutenção das Atividades da Tributação					
2025	192	Ord	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	123,62
2025	22104	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	735,00
Unidade: 003 - Diretoria de Fiscalização					
Ação: 2033 - Manutenção das Atividades da Fiscalização					
2025	7987	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	318,00
2025	27105	Ord	00505	ADILSON GARCIA GUAIRA	0,38
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 001 - Diretoria de Educação					
Ação: 1010 - Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Eqptos p/ Educação Infantil					
2025	26780	Glo	00105	MAZINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	2.310,00
2025	26782	Glo	00501	MAZINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	6.000,00
Ação: 2036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Outros Recursos					
2025	24041	Ord	00103	DAIANE GRACIELE MARTH KRAEMER MANESCO	71,00
2025	26808	Glo	00505	STR CONFECCOES LTDA	11.250,40
2025	7245	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	1.550,00
2025	18086	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	1.637,61
2025	26890	Glo	00107	LURDES S DA SILVA LTDA	8.091,51
Ação: 2039 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - FUNDEB 30% - ADM					
2025	4450	Glo	00102	A APARECIDO PEREIRA - SERVICOS	10.017,50
Ação: 2040 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Outros Recursos					
2025	26811	Glo	00505	STR CONFECCOES LTDA	27.289,60
Unidade: 003 - Diretoria de Alimentação Escolar					
Ação: 2045 - Manutenção das Atividades da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental					
2025	13761	Ord	00164	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	0,20
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude					
Ação: 2049 - Manutenção das Atividades de Atenção Primaria					
2025	8873	Est	00424	GRANDO & GROFF LTDA	495,86
2025	17119	Ord	00413	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	435,47
2025	27043	Ord	00303	V. A. PIAIA LTDA	0,01
2025	28003	Glo	00424	ADILSON GARCIA GUAIRA	204,57
2025	12168	Glo	00303	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	725,60
2025	17220	Glo	00413	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	0,63
2025	28007	Glo	00424	ADILSON GARCIA GUAIRA	93,61
Ação: 2053 - Manutenção das Atividades da Rede de Saúde Mental					
2025	4415	Ord	00413	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	0,01
2025	9427	Glo	00413	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	0,01
2025	9519	Glo	00413	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	0,01
2025	13872	Glo	00431	OSVALDO APARECIDO DE OLIVEIRA	4.602,31
Ação: 2055 - Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24HS					
2025	18196	Glo	00511	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	33,12
2025	27131	Glo	00505	ESFERA SAUDE LTDA	1.541,19
2025	28031	Glo	00505	LP MARMITAS E EVENTOS LTDA	10,46
Ação: 2056 - Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar					
2025	4711	Ord	00416	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DE GUAIRA	20.614,72
Ação: 2057 - Manutenção das Atividades da Atenção Secundaria - Média e Alta Complexidade					

2025	27129	Glo	00431	DANIELA BEATRIZ ALVIZE - FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	605,63
2025	28014	Glo	00303	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GUAIRA	1.893,74
Ação: 2059 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária					
2025	12189	Glo	00303	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
Ação: 2060 - Manutenção das Atividades do Serviço de Vigilância Ambiental e Controle de Zoonoses					
2025	21529	Glo	00391	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	74,70
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Ação: 2066 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar					
2024	17018	Ord	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	134,70
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Ação: 2063 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Basica					
2025	6750	Glo	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	359,80
2025	11266	Ord	00000	CRYSTAL DISTRIBUIDORA LTDA	2.820,00
2025	21687	Ord	00000	PALMIRA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	135,24
2025	7890	Glo	00505	LEMES & HAROLDO LTDA	1.862,43
2025	11545	Glo	00505	LEMES & HAROLDO LTDA	1.961,45
2025	16491	Glo	00505	VIACAO GARCIA LTDA	4.022,68
2025	18855	Glo	00934	VIACAO UMUARAMA LTDA	3,68
2025	18944	Glo	00505	EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A	0,32
2025	24259	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	17,54
2025	493	Ord	00000	J X DA SILVEIRA LTDA	26,74
2025	5455	Glo	00505	ROBERTA CARINA TEIXEIRA 03703095962	1.200,00
2025	5959	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	208,10
2025	7497	Glo	00505	JV STUDIO FITNESS LTDA	1.440,00
2025	8980	Ord	00505	SERVICOS FUNERARIOS EW LTDA - ME	7.711,70
2025	11779	Glo	00505	SERVICOS FUNERARIOS EW LTDA - ME	157,04
2025	12186	Glo	00934	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	110,67
2025	13540	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	5.072,64
2025	14161	Glo	00505	J X DA SILVEIRA LTDA	2.473,82
2025	16842	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	90,70
2025	19364	Glo	00000	LURDES S DA SILVA LTDA	777,40
2025	19715	Glo	00505	CLAUDINEI BELING 01239972911	876,48
2025	21477	Glo	00505	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	4.700,00
2025	21818	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	1.965,04
2025	22083	Glo	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	716,26
2025	26296	Ord	00000	JOAO JOELCI BATISTA 71824529953	75,14
Ação: 2064 - Manutenção das Atividades de Gestão SUAS					
2025	8014	Glo	00504	GRANDO & GROFF LTDA	76,99
2025	8869	Ord	00504	EXTIN EXTINTORES LTDA	48,60
2025	13911	Glo	00504	LIMPMED DISTRIBUIDORA LTDA	416,70
2025	14740	Ord	00504	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,36
2025	15957	Ord	00505	BATERIAS S. N. LTDA	852,13
2025	16181	Ord	00504	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	247,50
2025	18152	Glo	00505	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	413,22
2025	21389	Ord	00504	M L MOROGINSKI LTDA	224,38
2025	21942	Glo	00504	GRANDO & GROFF LTDA	375,00
2025	26259	Glo	00951	GRANDO & GROFF LTDA	167,25
2025	24787	Glo	00940	BRICIA VIEIRA NEPOMUCENO	316,52
2025	287	Ord	00505	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	1.038,53
2025	1961	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	35,05
2025	6770	Ord	00505	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	537,88
2025	12188	Glo	00940	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	31,11
2025	14777	Ord	00000	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,23
2025	15796	Glo	00505	REZZOLVE SERVIÇOS LTDA	427,57
2025	16175	Ord	00000	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	111,15
2025	18157	Glo	00505	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	1.092,05
2025	19834	Ord	00940	HOTEL PIEMONT LTDA	45,00
2025	21232	Glo	00000	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	1.094,10
2025	21387	Ord	00505	M L MOROGINSKI LTDA	63,12
2025	21985	Glo	00000	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	1.768,00
2025	24223	Ord	00940	29.288.522 RAIANNE BALOTIN GOES	150,00
Ação: 2065 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade					
2025	11274	Ord	00505	ARNILDO FULBER	1.183,50
2025	4422	Glo	00938	EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A	868,64
2025	6756	Ord	00938	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	668,99
2025	14081	Ord	00505	ARTE MARQUES LTDA	299,04
2025	14099	Glo	00505	ARTE MARQUES LTDA	897,12
2025	17216	Glo	00505	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	568,62
2025	19921	Glo	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	541,67
Ação: 2066 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar					
2025	18446	Ord	00505	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	693,00
2025	7433	Ord	00505	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN	11,00
2025	18465	Ord	00505	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	1.193,18
2025	22005	Glo	00505	JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901	479,20
Unidade: 002 - Fundo Municipal do Direitos de Criança e Adolescente					
Ação: 6055 - Manutenção das Atividades de Assistência Social a Criança e Adolescente					
2025	7160	Ord	00000	26.343.456 LUCAS PAULINI BADUINO	96,60
2025	16102	Glo	00000	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	228,30
2025	18456	Ord	10803	N.T. CAVALHERI	2.638,00
2025	18742	Ord	10803	ESPORTIVA RV LTDA - ME	740,93
2025	19772	Ord	10803	52.173.776 SANDRA MARIA BECKER	1.095,30
2025	24595	Ord	10803	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	168,00
2025	7496	Glo	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	884,52
2025	11543	Glo	00000	LUCIUS MENDES COLTRI	404,10
2025	14075	Ord	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	50,34
2025	14157	Glo	00000	JV STUDIO FITNESS LTDA	3.440,00
2025	14387	Ord	10803	JOSE ROBERTO BARRIOS FAVRETO	1.202,00

2025	15890	Glo	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	1.144,82
2025	23306	Ord	10803	VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA - ME	2.008,00
2025	23311	Ord	10803	ODAIR JOSE LIMA DE PAULA	200,00
Ação: 6056 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar					
2025	23316	Ord	00000	ENOQUE AMINTAS DE MEDEIROS	116,00
2025	380	Glo	00504	KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	1.311,00
2025	16301	Ord	00504	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	521,43
2025	18452	Ord	00504	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	315,95
2025	19049	Ord	00000	COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA	149,00
2025	20797	Ord	00504	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	344,31
2025	20856	Ord	00000	ORLANDO SILVIO BADUINO	123,09
2025	23381	Ord	00000	LUIZ LONGO MADEIRAS	139,70
2025	24158	Glo	00000	CENTER NUTRI OESTE COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	2.525,00
2025	26352	Ord	00000	CLAUDIO PIANA	1.791,67
2025	24258	Glo	00000	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	33,14
2025	15978	Ord	00000	CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS	133,80
2025	18448	Ord	00000	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	1.393,68
2025	19347	Glo	00000	LURDES S DA SILVA LTDA	148,20
2025	19408	Ord	00000	HOTEL PIEMONT LTDA	120,00
2025	20799	Ord	00000	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	204,00
2025	23278	Glo	00000	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
2025	26143	Ord	00000	15.640.449 JULIANO DA SILVA GONCALVES	1.828,00
Unidade: 003 - Fundo Municipal dos Direitos do Idoso					
Ação: 2067 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso					
2025	23513	Glo	00952	ECOOPEL COM. VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	477,60
2025	7779	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	102,24
2025	18233	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	278,69
2025	21293	Ord	00947	DEBUS TRANSPORTES LTDA	122,85
2025	21552	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	215,76
2025	6921	Ord	00000	RYAN DAVES SILVA SILMANN	854,36
2025	7812	Glo	00000	ARTE MARQUES LTDA	299,04
2025	9645	Glo	00000	11.117.499 JOAO BATISTA DA SILVA	2.200,00
2025	13419	Glo	00000	ARTE MARQUES LTDA	1.196,16
2025	14072	Ord	00000	RYAN DAVES SILVA SILMANN	788,64
2025	14074	Ord	00000	ARTE MARQUES LTDA	598,08
2025	16839	Ord	00947	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	94,06
2025	19349	Glo	00947	LURDES S DA SILVA LTDA	496,00
2025	21991	Glo	00947	JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901	816,90
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente					
Unidade: 002 - Diretoria de Obras					
Ação: 1017 - Construções em Vias e Logradouros Públicos					
2022	20384	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	82.345,90
2022	20385	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	51.672,27
2022	20386	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	88.306,91
2022	20387	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	303,06
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente					
Unidade: 001 - Diretoria de Limpeza Publica					
Ação: 2094 - Manutenção das Atividades da Coleta de Lixo					
2025	18064	Glo	00511	GRANDO & GROFF LTDA	0,01
Unidade: 002 - Diretoria de Obras					
Ação: 2071 - Manutenção das Atividades de Obras					
2025	9271	Glo	00505	ARNILDO FULBER	1.122,10
Unidade: 005 - Diretoria de Meio Ambiente					
Ação: 2076 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente					
2025	9262	Glo	00505	ARNILDO FULBER	1.073,10
2025	11103	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	238,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego					
Unidade: 001 - Diretoria de Industria e Comercio					
Ação: 2080 - Manutenção das Atividades da Industria					
2025	20726	Glo	00505	42.146.402 LUIS RODRIGUES DE AVILA DE SA	50,60
Unidade: 002 - Diretoria Especial do Trabalho - SINE					
Ação: 2082 - Manutenção das Atividades Especial do Trabalho (SINE)					
2025	20004	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	208,00
Unidade: 003 - Diretoria de Escola Municipal Técnica Profissionalizante					
Ação: 2083 - Manutenção das Atividades da Escola Técnica e Profissionalizante					
2025	19343	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	161,25
Unidade: 004 - Diretoria de Pesca e Aquicultura					
Ação: 2084 - Manutenção das Atividades da Aquicultura e Pesca					
2025	9302	Est	00505	GRANDO & GROFF LTDA	668,60
2025	21157	Glo	00505	ARNILDO FULBER	46,44
2025	21158	Glo	00505	ARNILDO FULBER	224,55
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2023	10045	Ord	00505	PAULO VITOR NONATO DA SILVA	0,30
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2024	24203	Ord	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	128,24
Unidade: 002 - Diretoria de Atividades Turísticas					
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas					
2024	24178	Ord	00505	INAREJA & PASCUA LTDA ME	183,75
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2085 - Manutenção das Atividades das Praças Desportivas					
2025	6644	Ord	00505	SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS - EIRELI	39.629,10
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2025	822	Ord	00505	M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	398,80
2025	6976	Ord	00505	GRANDO & GROFF LTDA	905,39

2025	18785	Ord	00505	JOSE CALIXTO FERNANDES - ME	337,96
2025	27977	Ord	00505	AUTO POSTO CHEGADÃO	191,02
2025	26191	Ord	00505	DEBUS TRANSPORTES LTDA	237,72
2025	5420	Glo	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	179,60
2025	16715	Glo	00505	PAULO VITOR NONATO DA SILVA	3.650,19
2025	18418	Glo	00505	J X DA SILVEIRA LTDA	1.470,92
2025	18524	Glo	00505	RYAN DAVES SILVA SILMANN	3.483,16
2025	18593	Glo	00505	FRANCIELI DOS SANTOS VIEIRA	1.320,00
Unidade: 002 - Diretoria de Atividades Turísticas					
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas					
2025	1853	Ord	00505	SAO JOSE COMERCIO DE GAS LTDA	200,00
2025	22098	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	119,00
2025	26909	Ord	00505	PRÓ-AGRÍCOLA IPORÃ LTDA	1.322,87
2025	336	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	1.384,24
2025	15740	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	402,66
2025	1818	Ord	00505	BLINDADO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	192,21
2025	2428	Ord	00505	OI S.A.	419,09
2025	18863	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	520,00
2025	26459	Ord	00505	MIORANDO EVENTOS LTDA	1.768,06
2025	26908	Ord	00505	PRÓ-AGRÍCOLA IPORÃ LTDA	389,00
Unidade: 003 - Diretoria de Cultura					
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades da Cultura					
2025	11248	Glo	00505	ALT ARQUITETURA & CONSULTORIA LTDA	640,79
2025	21449	Ord	00505	NO MAD FILMES LTDA	941,68
2025	24734	Ord	00505	VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA - ME	11.252,31
2025	26377	Ord	00505	58.043.112 FLAVIO HENRIQUE CORDEIRO DA SILVA	150,00
2025	26470	Ord	00505	ODAIR JOSE LIMA DE PAULA	300,00
TOTAL					635.092,73

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9CCEE382

PROJUR

DECRETO Nº 412/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e, considerando o memorando online sob o nº 1.866/2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados devido as solicitações por memorandos conforme especificados:

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Total anulado
Órgão: 02 - Governo Municipal					
Unidade: 006 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa					
Ação: 2010 - Manutenção das Atividades de Comunicação Social e Imprensa					
2024	518	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	170,40
Órgão: 02 - Governo Municipal					
Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito					
Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito					
2025	5436	Ord	00505	ORIGINARE UNIFORMES LTDA	879,60
2025	4411	Ord	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	78,32
Ação: 2005 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil					
2025	19939	Ord	00505	LUIZ LONGO MADEIRAS	164,10
2025	20014	Ord	00505	SANCHES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	409,50
2025	27907	Ord	00505	CONSTRUA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	462,00
Unidade: 004 - Ouvidoria Municipal					
Ação: 2008 - Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal					
2025	14000	Glo	00505	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR	136,26
Unidade: 006 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa					
Ação: 2010 - Manutenção das Atividades de Comunicação Social e Imprensa					
2025	18208	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	520,00
Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito					
Unidade: 001 - Diretoria de Segurança Pública e Transito					
Ação: 2011 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Transito					
2024	12990	Ord	00505	INVIOCAR SEGURANÇA DE VEICULOS LTDA	103,35
Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito					
Unidade: 001 - Diretoria de Segurança Pública e Transito					
Ação: 1002 - Aquis. de Equip. e Mat. Permanente p/ Secretaria Munic. Segurança Pública e Transito					
2025	26019	Ord	00505	COMERCIAL APP COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	1.900,00
Ação: 2011 - Manutenção das Atividades de Segurança Pública e Transito					
2025	5482	Ord	00505	ORIGINARE UNIFORMES LTDA	154,80
2025	16503	Ord	00509	M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	2.295,00
2025	18042	Ord	00505	ELETROSINAL TECNOLOGIA LTDA	2.247,60
Unidade: 002 - Superintendência da Guarda Municipal					
Ação: 2012 - Manutenção das Atividades da Superintendência da Guarda Municipal					

2025	5961	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	2.071,33
2025	10077	Ord	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	344,00
2025	10078	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	789,67
2025	13324	Glo	00505	ARNILDO FULBER	10.633,00
2025	16644	Glo	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	196,00
2025	18219	Est	00505	GRANDO & GROFF LTDA	1.500,01
2025	21617	Ord	00505	RUDI RODRIGO VICHINEVSKI	387,00
2025	23420	Ord	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	109,20
2025	23579	Ord	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	307,97
2025	26237	Ord	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	3.998,58
2025	27124	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	615,94
2025	2497	Ord	00505	TECNICAP BRASIL LTDA	1.989,14
2025	3435	Ord	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	582,80
2025	9930	Glo	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	538,80
2025	11370	Glo	00505	MONICLOUD TECNOLOGIA LTDA	19.285,77
2025	14359	Ord	00505	A APARECIDO PEREIRA - SERVICOS	394,68
2025	14684	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	167,18
2025	14686	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	600,00
2025	17302	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	682,00
2025	18275	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	871,80
2025	22979	Ord	00505	MIORANDO EVENTOS LTDA	1.683,00
2025	23815	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	110,10
2025	23979	Ord	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	407,80
Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Tecnologia e Sistemas de Informação					
Unidade: 001 - Diretoria de Sistema de Informação					
Ação: 2013 - Manutenção das Atividades de Sistema de Informação					
2025	8803	Ord	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	179,90
2025	969	Glo	00505	IPM SISTEMAS LTDA	1.490,92
2025	7337	Ord	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	353,60
2025	9133	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	47,32
2025	10905	Glo	00505	SOFTEXPERT SOFTWARE S.A	9.422,32
2025	11372	Glo	00505	MONICLOUD TECNOLOGIA LTDA	41.581,60
2025	12170	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	88,40
2025	13312	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	45,65
2025	15958	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	54,08
2025	23173	Glo	00505	AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	17,54
Unidade: 002 - Diretoria de Infraestrutura de Redes e Dados					
Ação: 2014 - Manutenção das Atividades de Infraestrutura de Rede e Dados					
2025	18441	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	951,75
Unidade: 004 - Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Inovação					
Ação: 2016 - Manutenção das Atividades de Projetos, Desenvolvimento e Inovação					
2025	11588	Ord	00505	DELVIP TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	2.750,00
Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Administração					
Unidade: 002 - Diretoria de Material e Patrimonio					
Ação: 2022 - Manutenção das Atividades do Material e Patrimônio					
2025	3567	Glo	00505	GUAIRA CARTORIO DE OFICIO E NOTAS	1.578,70
Unidade: 003 - Diretoria de Frotas					
Ação: 2023 - Manutenção das Atividades do Frotas					
2025	18081	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	208,00
2025	19572	Ord	00505	GUAIRA CARTORIO DE OFICIO E NOTAS	265,74
Unidade: 004 - Diretoria de Administração e Controle					
Ação: 2024 - Manutenção das Atividades da Administração e Controle					
2025	14043	Ord	00505	LUIZ LONGO MADEIRAS	6,76
2025	14392	Ord	00505	H2W - SOLUCOES LTDA	31,20
2025	14611	Ord	00505	ECOOPEL COM. VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	1.544,20
2025	18841	Ord	00505	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	109,25
2025	23840	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	2.582,00
2025	7446	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	127,03
2025	13417	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.190,10
2025	16432	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.424,98
2025	23763	Glo	00505	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	611,28
2025	24622	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	2.778,75
2025	27118	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	1.326,25
2025	27139	Glo	00505	M F SOLUCOES EM CLIMATIZACAO E REFRIGERACAO LTDA	550,90
2025	27149	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	109,04
Ação: 2025 - Manutenção das Atividades dos Cemitérios e Capela Mortuária					
2025	13931	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	476,00
2025	24502	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	722,96
2025	2029	Glo	00505	19.068.043 CLAUDIA BOFF SOARES	1.365,00
2025	6825	Ord	00000	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	179,70
2025	13491	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	72,56
2025	28028	Glo	00505	ATITUDE AMBIENTAL LTDA	587,23
Ação: 2026 - Manutenção das Atividades do Aeroporto Municipal					
2025	13495	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	435,99
2025	23855	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	229,00
2025	26624	Ord	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	629,55
Ação: 2027 - Manutenção das Atividades do Terminal Rodoviário					
2025	14317	Ord	00505	WALTER NETO CHAMBÓ - ME	1.180,00
2025	13925	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	382,79
2025	23976	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	496,97
2025	14572	Ord	00505	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,21
Ação: 2028 - Manutenção das Atividades do Porto Internacional					
2025	11511	Ord	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	357,00
2025	12156	Ord	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
2025	13555	Glo	00505	19.068.043 CLAUDIA BOFF SOARES	548,40
Unidade: 005 - Diretoria de Compras e Licitações					
Ação: 2029 - Manutenção das Atividades do Compras e Licitações					
2025	24248	Ord	00501	WALTER NETO CHAMBÓ - ME	2.675,00
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Fazenda					

Unidade: 001 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira					
Ação: 2031 - Manutenção das Atividades do Setor de Tesouraria					
2024	6765	Ord	00000	AGENCIA DE FOMENTO DO PARANA S/A	598,93
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Fazenda					
Unidade: 001 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira					
Ação: 2030 - Manutenção das Atividades do Setor de Contabilidade					
2025	26351	Glo	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	359,80
2025	26375	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	1.465,81
2025	21643	Ord	00505	IPM SISTEMAS LTDA	450,78
Ação: 2031 - Manutenção das Atividades do Setor de Tesouraria					
2025	11703	Glo	00505	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	757,76
2025	12397	Glo	00505	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	410,72
2025	21644	Ord	00505	IPM SISTEMAS LTDA	788,86
Unidade: 002 - Diretoria de Tributação					
Ação: 2032 - Manutenção das Atividades da Tributação					
2025	192	Ord	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	123,62
2025	22104	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	735,00
Unidade: 003 - Diretoria de Fiscalização					
Ação: 2033 - Manutenção das Atividades da Fiscalização					
2025	7987	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	318,00
2025	27105	Ord	00505	ADILSON GARCIA GUAIRA	0,38
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Educação					
Unidade: 001 - Diretoria de Educação					
Ação: 1010 - Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Eqptos p/ Educação Infantil					
2025	26780	Glo	00105	MAZINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	2.310,00
2025	26782	Glo	00501	MAZINI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	6.000,00
Ação: 2036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Outros Recursos					
2025	24041	Ord	00103	DAIANE GRACIELE MARTH KRAEMER MANESCO	71,00
2025	26808	Glo	00505	STR CONFECCOES LTDA	11.250,40
2025	7245	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	1.550,00
2025	18086	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	1.637,61
2025	26890	Glo	00107	LURDES S DA SILVA LTDA	8.091,51
Ação: 2039 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - FUNDEB 30% - ADM					
2025	4450	Glo	00102	A APARECIDO PEREIRA - SERVICOS	10.017,50
Ação: 2040 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Outros Recursos					
2025	26811	Glo	00505	STR CONFECCOES LTDA	27.289,60
Unidade: 003 - Diretoria de Alimentação Escolar					
Ação: 2045 - Manutenção das Atividades da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental					
2025	13761	Ord	00164	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	0,20
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Saúde					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saude					
Ação: 2049 - Manutenção das Atividades de Atenção Primaria					
2025	8873	Est	00424	GRANDO & GROFF LTDA	495,86
2025	17119	Ord	00413	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	435,47
2025	27043	Ord	00303	V. A. PIAIA LTDA	0,01
2025	28003	Glo	00424	ADILSON GARCIA GUAIRA	204,57
2025	12168	Glo	00303	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	725,60
2025	17220	Glo	00413	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	0,63
2025	28007	Glo	00424	ADILSON GARCIA GUAIRA	93,61
Ação: 2053 - Manutenção das Atividades da Rede de Saúde Mental					
2025	4415	Ord	00413	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	0,01
2025	9427	Glo	00413	29.396.630 ANDRE LUIS BADUINO	0,01
2025	9519	Glo	00413	NELSON PEREIRA DE SALES - EPP	0,01
2025	13872	Glo	00431	OSVALDO APARECIDO DE OLIVEIRA	4.602,31
Ação: 2055 - Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24HS					
2025	18196	Glo	00511	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	33,12
2025	27131	Glo	00505	ESFERA SAUDE LTDA	1.541,19
2025	28031	Glo	00505	LP MARMITAS E EVENTOS LTDA	10,46
Ação: 2056 - Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar					
2025	4711	Ord	00416	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DE GUAIRA	20.614,72
Ação: 2057 - Manutenção das Atividades da Atenção Secundaria - Média e Alta Complexidade					
2025	27129	Glo	00431	DANIELA BEATRIZ ALVIZE - FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	605,63
2025	28014	Glo	00303	ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GUAIRA	1.893,74
Ação: 2059 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária					
2025	12189	Glo	00303	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
Ação: 2060 - Manutenção das Atividades do Serviço de Vigilância Ambiental e Controle de Zoonoses					
2025	21529	Glo	00391	FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA	74,70
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Ação: 2066 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar					
2024	17018	Ord	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	134,70
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social					
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social					
Ação: 2063 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Basica					
2025	6750	Glo	00505	R DUTRA LEAO COMERCIO DE AGUA MINERAL	359,80
2025	11266	Ord	00000	CRYSTAL DISTRIBUIDORA LTDA	2.820,00
2025	21687	Ord	00000	PALMIRA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	135,24
2025	7890	Glo	00505	LEMES & HAROLDO LTDA	1.862,43
2025	11545	Glo	00505	LEMES & HAROLDO LTDA	1.961,45
2025	16491	Glo	00505	VIACAO GARCIA LTDA	4.022,68
2025	18855	Glo	00934	VIACAO UMUARAMA LTDA	3,68
2025	18944	Glo	00505	EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A	0,32
2025	24259	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	17,54
2025	493	Ord	00000	J X DA SILVEIRA LTDA	26,74
2025	5455	Glo	00505	ROBERTA CARINA TEIXEIRA 03703095962	1.200,00
2025	5959	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	208,10
2025	7497	Glo	00505	JV STUDIO FITNESS LTDA	1.440,00
2025	8980	Ord	00505	SERVICOS FUNERARIOS EW LTDA - ME	7.711,70
2025	11779	Glo	00505	SERVICOS FUNERARIOS EW LTDA - ME	157,04

2025	12186	Glo	00934	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	110,67
2025	13540	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	5.072,64
2025	14161	Glo	00505	J X DA SILVEIRA LTDA	2.473,82
2025	16842	Ord	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	90,70
2025	19364	Glo	00000	LURDES S DA SILVA LTDA	777,40
2025	19715	Glo	00505	CLAUDINEI BELING 01239972911	876,48
2025	21477	Glo	00505	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	4.700,00
2025	21818	Glo	00505	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	1.965,04
2025	22083	Glo	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	716,26
2025	26296	Ord	00000	JOAO JOELCI BATISTA 71824529953	75,14
Ação: 2064 - Manutenção das Atividades de Gestão SUAS					
2025	8014	Glo	00504	GRANDO & GROFF LTDA	76,99
2025	8869	Ord	00504	EXTIN EXTINTORES LTDA	48,60
2025	13911	Glo	00504	LIMPMED DISTRIBUIDORA LTDA	416,70
2025	14740	Ord	00504	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,36
2025	15957	Ord	00505	BATERIAS S. N. LTDA	852,13
2025	16181	Ord	00504	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	247,50
2025	18152	Glo	00505	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	413,22
2025	21389	Ord	00504	M L MOROGINSKI LTDA	224,38
2025	21942	Glo	00504	GRANDO & GROFF LTDA	375,00
2025	26259	Glo	00951	GRANDO & GROFF LTDA	167,25
2025	24787	Glo	00940	BRICIA VIEIRA NEPOMUCENO	316,52
2025	287	Ord	00505	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	1.038,53
2025	1961	Glo	00505	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	35,05
2025	6770	Ord	00505	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	537,88
2025	12188	Glo	00940	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	31,11
2025	14777	Ord	00000	MARIO TAKAHALU ASAHIDE & CIA LTDA - ME	1,23
2025	15796	Glo	00505	REZZOLVE SERVIÇOS LTDA	427,57
2025	16175	Ord	00000	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	111,15
2025	18157	Glo	00505	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	1.092,05
2025	19834	Ord	00940	HOTEL PIEMONT LTDA	45,00
2025	21232	Glo	00000	ATITUDE MONITORAMENTO E CIA LTDA	1.094,10
2025	21387	Ord	00505	M L MOROGINSKI LTDA	63,12
2025	21985	Glo	00000	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	1.768,00
2025	24223	Ord	00940	29.288.522 RAIANNE BALOTIN GOES	150,00
Ação: 2065 - Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade					
2025	11274	Ord	00505	ARNILDO FULBER	1.183,50
2025	4422	Glo	00938	EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A	868,64
2025	6756	Ord	00938	LUIZ CARLOS ADAMI LTDA	668,99
2025	14081	Ord	00505	ARTE MARQUES LTDA	299,04
2025	14099	Glo	00505	ARTE MARQUES LTDA	897,12
2025	17216	Glo	00505	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	568,62
2025	19921	Glo	00505	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	541,67
Ação: 2066 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar					
2025	18446	Ord	00505	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	693,00
2025	7433	Ord	00505	CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN	11,00
2025	18465	Ord	00505	AUTO MECANICA IMPACTO LTDA	1.193,18
2025	22005	Glo	00505	JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901	479,20
Unidade: 002 - Fundo Municipal do Direitos de Criança e Adolescente					
Ação: 6055 - Manutenção das Atividades de Assistência Social a Criança e Adolescente					
2025	7160	Ord	00000	26.343.456 LUCAS PAULINI BADUINO	96,60
2025	16102	Glo	00000	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	228,30
2025	18456	Ord	10803	N.T. CAVALHERI	2.638,00
2025	18742	Ord	10803	ESPORTIVA RV LTDA - ME	740,93
2025	19772	Ord	10803	52.173.776 SANDRA MARIA BECKER	1.095,30
2025	24595	Ord	10803	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ATM LTDA - EPP	168,00
2025	7496	Glo	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	884,52
2025	11543	Glo	00000	LUCIUS MENDES COLTRI	404,10
2025	14075	Ord	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	50,34
2025	14157	Glo	00000	JV STUDIO FITNESS LTDA	3.440,00
2025	14387	Ord	10803	JOSE ROBERTO BARRIOS FAVRETO	1.202,00
2025	15890	Glo	00000	A L DOS REIS INFORMATICA E PUBLICIDADE	1.144,82
2025	23306	Ord	10803	VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA - ME	2.008,00
2025	23311	Ord	10803	ODAIR JOSE LIMA DE PAULA	200,00
Ação: 6056 - Manutenção das Atividades do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar					
2025	23316	Ord	00000	ENOQUE AMINTAS DE MEDEIROS	116,00
2025	380	Glo	00504	KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	1.311,00
2025	16301	Ord	00504	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	521,43
2025	18452	Ord	00504	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	315,95
2025	19049	Ord	00000	COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA	149,00
2025	20797	Ord	00504	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	344,31
2025	20856	Ord	00000	ORLANDO SILVIO BADUINO	123,09
2025	23381	Ord	00000	LUIZ LONGO MADEIRAS	139,70
2025	24158	Glo	00000	CENTER NUTRI OESTE COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	2.525,00
2025	26352	Ord	00000	CLAUDIO PIANA	1.791,67
2025	24258	Glo	00000	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	33,14
2025	15978	Ord	00000	CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS	133,80
2025	18448	Ord	00000	M. SAMBATTI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA	1.393,68
2025	19347	Glo	00000	LURDES S DA SILVA LTDA	148,20
2025	19408	Ord	00000	HOTEL PIEMONT LTDA	120,00
2025	20799	Ord	00000	TERESA APARECIDA ABEL LIMA 05769162937	204,00
2025	23278	Glo	00000	INVIOCAR SEGURANÇÁ DE VEICULOS LTDA	181,40
2025	26143	Ord	00000	15.640.449 JULIANO DA SILVA GONCALVES	1.828,00
Unidade: 003 - Fundo Municipal dos Direitos do Idoso					
Ação: 2067 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso					
2025	23513	Glo	00952	ECOOPEL COM. VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	477,60
2025	7779	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	102,24
2025	18233	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	278,69
2025	21293	Ord	00947	DEBUS TRANSPORTES LTDA	122,85

2025	21552	Glo	00000	DEBUS TRANSPORTES LTDA	215,76
2025	6921	Ord	00000	RYAN DAVES SILVA SILMANN	854,36
2025	7812	Glo	00000	ARTE MARQUES LTDA	299,04
2025	9645	Glo	00000	11.117.499 JOAO BATISTA DA SILVA	2.200,00
2025	13419	Glo	00000	ARTE MARQUES LTDA	1.196,16
2025	14072	Ord	00000	RYAN DAVES SILVA SILMANN	788,64
2025	14074	Ord	00000	ARTE MARQUES LTDA	598,08
2025	16839	Ord	00947	C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA	94,06
2025	19349	Glo	00947	LURDES S DA SILVA LTDA	496,00
2025	21991	Glo	00947	JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901	816,90
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente					
Unidade: 002 - Diretoria de Obras					
Ação: 1017 - Construções em Vias e Logradouros Públicos					
2022	20384	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	82.345,90
2022	20385	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	51.672,27
2022	20386	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	88.306,91
2022	20387	Ord	00000	CLEVERSON ASSIS PILATTI LTDA	303,06
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente					
Unidade: 001 - Diretoria de Limpeza Publica					
Ação: 2094 - Manutenção das Atividades da Coleta de Lixo					
2025	18064	Glo	00511	GRANDO & GROFF LTDA	0,01
Unidade: 002 - Diretoria de Obras					
Ação: 2071 - Manutenção das Atividades de Obras					
2025	9271	Glo	00505	ARNILDO FULBER	1.122,10
Unidade: 005 - Diretoria de Meio Ambiente					
Ação: 2076 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente					
2025	9262	Glo	00505	ARNILDO FULBER	1.073,10
2025	11103	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	238,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego					
Unidade: 001 - Diretoria de Industria e Comercio					
Ação: 2080 - Manutenção das Atividades da Industria					
2025	20726	Glo	00505	42.146.402 LUIS RODRIGUES DE AVILA DE SA	50,60
Unidade: 002 - Diretoria Especial do Trabalho - SINE					
Ação: 2082 - Manutenção das Atividades Especial do Trabalho (SINE)					
2025	20004	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	208,00
Unidade: 003 - Diretoria de Escola Municipal Técnica Profissionalizante					
Ação: 2083 - Manutenção das Atividades da Escola Técnica e Profissionalizante					
2025	19343	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	161,25
Unidade: 004 - Diretoria de Pesca e Aquicultura					
Ação: 2084 - Manutenção das Atividades da Aquicultura e Pesca					
2025	9302	Est	00505	GRANDO & GROFF LTDA	668,60
2025	21157	Glo	00505	ARNILDO FULBER	46,44
2025	21158	Glo	00505	ARNILDO FULBER	224,55
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2023	10045	Ord	00505	PAULO VITOR NONATO DA SILVA	0,30
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2024	24203	Ord	00505	MILTON MARIANO DA COSTA ME	128,24
Unidade: 002 - Diretoria de Atividades Turísticas					
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas					
2024	24178	Ord	00505	INAREJA & PASCUA LTDA ME	183,75
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura					
Unidade: 001 - Diretoria de Esporte e Lazer					
Ação: 2085 - Manutenção das Atividades das Praças Desportivas					
2025	6644	Ord	00505	SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS - EIRELI	39.629,10
Ação: 2086 - Manutenção das Atividades do Depto de Esporte e Lazer					
2025	822	Ord	00505	M C E LOPES DE SOUZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	398,80
2025	6976	Ord	00505	GRANDO & GROFF LTDA	905,39
2025	18785	Ord	00505	JOSE CALIXTO FERNANDES - ME	337,96
2025	27977	Ord	00505	AUTO POSTO CHEGADÃO	191,02
2025	26191	Ord	00505	DEBUS TRANSPORTES LTDA	237,72
2025	5420	Glo	00505	FRONTEIRA MRB CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA	179,60
2025	16715	Glo	00505	PAULO VITOR NONATO DA SILVA	3.650,19
2025	18418	Glo	00505	J X DA SILVEIRA LTDA	1.470,92
2025	18524	Glo	00505	RYAN DAVES SILVA SILMANN	3.483,16
2025	18593	Glo	00505	FRANCIELI DOS SANTOS VIEIRA	1.320,00
Unidade: 002 - Diretoria de Atividades Turísticas					
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas					
2025	1853	Ord	00505	SAO JOSE COMERCIO DE GAS LTDA	200,00
2025	22098	Glo	00505	L ALMENDRO RODRIGUES COMERCIO DE GAS	119,00
2025	26909	Ord	00505	PRÓ-AGRÍCOLA IPORÃ LTDA	1.322,87
2025	336	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	1.384,24
2025	15740	Glo	00505	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES	402,66
2025	1818	Ord	00505	BLINDADO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	192,21
2025	2428	Ord	00505	OI S.A.	419,09
2025	18863	Glo	00505	SCOOBY-DOO LAVA CAR LTDA	520,00
2025	26459	Ord	00505	MIORANDO EVENTOS LTDA	1.768,06
2025	26908	Ord	00505	PRÓ-AGRÍCOLA IPORÃ LTDA	389,00
Unidade: 003 - Diretoria de Cultura					
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades da Cultura					
2025	11248	Glo	00505	ALT ARQUITETURA & CONSULTORIA LTDA	640,79
2025	21449	Ord	00505	NO MAD FILMES LTDA	941,68
2025	24734	Ord	00505	VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA - ME	11.252,31
2025	26377	Ord	00505	58.043.112 FLAVIO HENRIQUE CORDEIRO DA SILVA	150,00
2025	26470	Ord	00505	ODAIR JOSE LIMA DE PAULA	300,00
TOTAL					635.092,73

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D842D038

PROJUR

DECRETO Nº 413/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 938.800,00 (NOVECENTOS E TRINTA E OITO MIL E OITOCENTOS REAIS), ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE IGUAL VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 938.800,00 (novecentos e trinta e oito mil e oitocentos reais), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Publica e Transito			
Unidade: 1 - Diretoria de Transito			
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
117	33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	0	33.000,00
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA DA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
147	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	8.300,00
Ação: 2015 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SUPERINTENDÊNCIA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0128.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
151	33390140000 - Diárias - civil	505	4.500,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
694	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	30.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar			
Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
812	33390300000 - Material de consumo	107	20.000,00
819	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	107	3.000,00
Ação: 2051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
835	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	107	5.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
939	33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	0	8.000,00
939	33190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	0	6.000,00
Ação: 2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE ODONTOLOGIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
996	33190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	424	80.000,00
999	33190130000 - Contribuições patronais	424	30.000,00
Ação: 2067 - MANUTENÇÃO DAS DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AUDITORIA E AVALIAÇÃO			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1118	33190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	0	5.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEACA - Fundo da Criança			
Funcional: 0008.0245.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1378	34490520000 - Equipamentos e material permanente	505	16.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 1 - Diretoria de Limpeza Publica			
Ação: 2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**

1449	33390300000 - Material de consumo	511	100.000,00
1452	33390370000 - Locação de mão-de-obra	511	150.000,00
1455	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	150.000,00
Unidade: 5 - Diretoria de Estrada de Rodagem			
Ação: 2089 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTRADAS RURAIS			
Funcional: 0026.0782.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1601	33390300000 - Material de consumo	511	290.000,00
Valor Total:			**938.800,00**

Art. 2° Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito adicional suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de anulação dotação orçamentária de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Publica e Transito			
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA DA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
139	3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	0	33.000,00
140	3390140000 - Diárias - civil	505	4.500,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 1006 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS			
Funcional: 0012.0361.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
536	4490510000 - Obras e instalações	505	30.000,00
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
625	3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	8.300,00
Unidade: 3 - Diretoria de Alimentação Escolar			
Ação: 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
817	3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	107	2.000,00
Ação: 2051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0306.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
828	3390300000 - Material de consumo	107	24.000,00
833	3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	107	2.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
929	3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	424	110.000,00
Ação: 2062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1013	3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0	14.000,00
1015	3190130000 - Contribuições patronais	0	5.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2114 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL / CADASTRO ÚNICO / SEGURANÇA ALIMENTAR			
Funcional: 0008.0122.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1281	3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	505	16.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 1 - Diretoria de Limpeza Publica			
Ação: 1100 - ESTRUTURAÇÃO FÍSICA DA POLITICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Funcional: 0017.0512.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1428	4490510000 - Obras e instalações	511	290.000,00
Ação: 2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1457	4490520000 - Equipamentos e material permanente	511	400.000,00
Valor Total:			**938.800,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:5E82E535

PROJUR

DECRETO Nº 414/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 3.562.097,26 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, NOVENTA E SETE REAIS E

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 3.562.097,26 (três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, noventa e sete reais e vinte e seis centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Fazenda			
Unidade: 1 - Diretoria de Gestão Orçamentaria e Financeira			
Ação: 1 - MANUTENÇÃO E CONTROLE DE ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA			
Funcional: 0028.0846.0000			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
435	33290210000 - Juros sobre a dívida por contrato	0	1.250.000,00
436	34690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	0	1.250.000,00
Ação: 2 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - Contabilidade			
Funcional: 0028.0846.0000			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
437	33390470000 - Obrigações tributárias e contributivas	0	598.440,20
467	33390930000 - Indenizações e restituições	871	40.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL			
Funcional: 0012.0122.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
2008	34490520000 - Equipamentos e material permanente	501	12.000,00
Unidade: 2 - Diretoria de Educação Especial			
Ação: 2048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Funcional: 0012.0367.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
2009	34490520000 - Equipamentos e material permanente	871	135.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
953	33390300000 - Material de consumo	425	150.000,00
975	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	425	50.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
2010	34490520000 - Equipamentos e material permanente	946	76.657,06
Valor Total:			**3.562.097,26**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
0 - Recursos Ordinário (LIVRES)	3.098.440,20
425 - Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária em saúde para cumprimento das metas - nacional - emendas	200.000,00
501 - Receitas de Alienação de Ativos	12.000,00
871 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	175.000,00
946 - MDS - Repasse SIGTV - Investimento Pestalozzi - Emenda Luiz Nishimori	76.657,06
Valor Total:	**3.562.097,26**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D4C2B302

PROJUR

DECRETO Nº 415/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 89.801,34 (OITENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E UM REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, bem como da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 89.801,34 (oitenta e nove mil, oitocentos e um reais e trinta e quatro centavos)por excesso de arrecadação, na forma abaixo discriminada:

Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1915	33190040000 - Contratação por tempo determinado	171	50.000,00
1916	33190130000 - Contribuições patronais	171	10.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2054 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA ASSISTENCIA SOCIAL			
Funcional: 0008.0128.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1816	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	952	7.000,00
Ação: 2116 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Funcional: 0008.0244.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1852	33390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	952	10.000,00
1853	33390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	952	3.000,00
1936	33390300000 - Material de consumo	952	5.000,00
Ação: 2120 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Ass. Social			
Funcional: 0008.0245.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
2010	34490520000 - Equipamentos e material permanente	946	4.801,34
Valor Total:			**89.801,34**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de excesso de arrecadação de receitas oriundas do exercício de 2026, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
171 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	60.000,00
946 - MDS - Repasse SIGTV - Investimento Pestalozzi - Emenda Luiz Nishimori	4.801,34
952 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - Rec. Estadual	25.000,00
Valor Total:	**89.801,34**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor após sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:98191EE1

PROJUR

DECRETO Nº 416/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: CRIA FONTES DE DESPESAS E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT DE RESTOS A PAGAR ANULADOS DO EXERCÍCIO DE 2025 E ANTERIORES NO VALOR DE R$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com a Lei Municipal nº 2446 de 05 de Dezembro de 2025, e igualmente com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA DA GUARDA MUNICIPAL			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
145	33390370000 - Locação de mão-de-obra	505	500.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego			
Unidade: 1 - Diretoria de Industria e Comercio			
Ação: 1027 - FOMENTO À ECONOMIA LOCAL POR MEIO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES			
Funcional: 0022.0661.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor (R$)**
1629	34490510000 - Obras e instalações	505	300.000,00
Valor Total:			**800.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT de RESTOS A PAGAR ANULADOS do saldo da conta contábil e bancária de receitas oriundas do exercício de 2025 e anteriores, na forma abaixo discriminada:

Vínculo	**Valor (R$)**
505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional	800.000,00
Valor Total:	**800.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:1D033FD5

PROJUR

DECRETO Nº 417/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DOS AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS, EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO NÍVEL DE REFERÊNCIA INICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.497 de 27 de agosto de 2026, e, considerando o memorando sob o nº 394/2025,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e dos Agente Comunitário de Endemias, em decorrência da alteração do nível de referência inicial, com acréscimo de 24 referências, ficam reenquadrados, de acordo com o que dispõem o artigo 3º, § 2º da Lei Municipal nº 2.497/2026 de 27/08/2026.

Art. 2º O reenquadramento dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e dos Agente Comunitário de Endemias, encontra-se detalhado no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto nº 417/2026 de 27.08.2026
Registrado no memorando on-line sob o nº 394/2025

REENQUADRAMENTO PARA OS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS

Matrícula	Contrato	Descrição Funcionário	Data Admissão	Cargo	Do Nível	Para o Nível
21903	3	ADRIANA CRISTINA DA SILVA	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	4	28
30162	1	AFONSO ALVES DE SOUZA	10/01/2022	Agente Comunitário de Saúde	5	29
29845	1	ALAN JOAQUIM DOS SANTOS	03/02/2020	Agente Comunitário de Endemias	10	34
30381	1	ALAN MARLON TIECHER	05/12/2022	Agente Comunitário de Endemias	7	31
30661	1	ALINE DOS SANTOS VITORETTI	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	4	28
29501	1	ANA PAULA DO CARMO DA SILVA	05/10/2016	Agente Comunitário de Saúde	10	34
30043	1	ANDERSON SANTOS DO CARMO	03/05/2021	Agente Comunitário de Endemias	5	29
30216	2	ANGELA DE SOUZA COELHO	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	7	31
29432	1	CAROLINA FERREIRA DE OLIVEIRA	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
30189	1	DANUBIA MAIARA DA SILVA DOS SANTOS	11/04/2022	Agente Comunitário de Endemias	5	29
31082	1	DEISI DE CASSIA BOSCARIOLI MONTANHINI KRONKE	02/07/2025	Agente Comunitário de Saúde	3	27
29423	1	DELIZE CERDERA PEREIRA	22/04/2015	Agente Comunitário de Endemias	11	35
29502	1	DIELLEN CRISTINA SALINO	05/10/2016	Agente Comunitário de Endemias	10	34
30186	1	ELI PISKE DE MATOS	11/04/2022	Agente Comunitário de Saúde	5	29
29446	1	ELISANGELA ESPOSITO LOPEIRA MOREIRA	14/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
21881	2	GELSON GONZALES	03/02/2020	Agente Comunitário de Endemias	7	31
28886	2	GICELMA MORAES DE OLIVEIRA	18/09/2017	Agente Comunitário de Saúde	9	33
30039	1	GISELE CARDOSO	19/04/2021	Agente Comunitário de Saúde	5	29
30188	1	GRACIELLI BORRI BITTENCOURT	11/04/2022	Agente Comunitário de Saúde	5	29
16594	5	GUSTAVO ALEXANDRE BEY	07/11/2022	Agente Comunitário de Endemias	4	28
20443	2	HELENA REGINA TELES DA SILVA	06/06/2022	Agente Comunitário de Endemias	5	29
30187	1	HUGO MARCELO PAWLAK	11/04/2022	Agente Comunitário de Endemias	5	29
29435	1	IVONETE DALCEZIO KENER	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
29429	1	JANETE ALBANO DOS SANTOS	25/08/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
30660	1	JEFERSON MOREIRA	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	4	28
28584	2	JESSICA DAIANE GOMES SIMEAO	10/04/2014	Agente Comunitário de Endemias	16	40
22888	2	JOSE CARLOS DA SILVA FILHO	03/05/2022	Agente Comunitário de Saúde	5	29
30223	1	JULIANA CRISTINA DA SILVA AZEVEDO SALES	11/04/2022	Agente Comunitário de Endemias	8	32
30663	1	LAIS HERCULANO DA SILVA	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	4	28
29672	2	LILIAN FERNANDA TAGLIATI ALVES PEREIRA	16/01/2026	Agente Comunitário de Saúde	3	27
29447	1	LUCIANA DA SILVA LIMA PERES	05/01/2016	Agente Comunitário de Saúde	14	38
27995	2	LUCIANA DIAS	22/04/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
29009	2	LUCIMAR MARQUES DAMASCENO KONTOVSKI	04/11/2013	Agente Comunitário de Endemias	13	37
30662	1	LUSIA APARECIDA MARIANO	19/12/2023	Agente Comunitário de Saúde	4	28
29017	1	MAGDA LEONIA BOSCARIOLI GOMES	04/11/2013	Agente Comunitário de Saúde	12	36
29534	1	MARA MARLENE HAHN SOARES	07/08/2017	Agente Comunitário de Saúde	9	33
29482	1	MARCELO FERNANDO DE CASSIO	09/05/2016	Agente Comunitário de Endemias	11	35
21784	3	MARLI DE ABREU DA SILVA	05/05/2014	Agente Comunitário de Endemias	12	36
29416	1	MONICA LIBANIO DE ARAUJO	01/09/2014	Agente Comunitário de Endemias	15	39
29437	1	NEUSA GONÇALVES LIMA SILVA	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	14	38
29438	1	PATRICIA DA SILVA BAPTISTA	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35

16659	2	PEDRO ROMODA FILHO	19/04/2021	Agente Comunitário de Saúde	8	32
29901	4	RAFAEL BENITES CENTURIÃO	11/04/2022	Agente Comunitário de Saúde	5	29
30040	1	RAFAELA DOS REIS MANGANHAS	19/04/2021	Agente Comunitário de Saúde	8	32
29328	1	ROSANGELA PEREIRA	10/02/2014	Agente Comunitário de Saúde	16	40
20664	2	SANDRA REGINA DE CAMARGO	01/04/2019	Agente Comunitário de Saúde	7	31
29424	1	SONIA LEVINO CORDEIRO PEREIRA	22/04/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35
28720	2	TATIELE EVANGELISTA CAMPHORST MARIANO	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	14	38
29425	1	VALDEIR ANTONIO SIMEÃO	06/05/2015	Agente Comunitário de Endemias	14	38
29441	1	VALQUIRIA FRIEDRICH TOSTI	08/12/2015	Agente Comunitário de Saúde	11	35

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0602B91E

PROJUR
LEI Nº 2.497/2026 DATA: 27.08.2026 EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.247, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ADEQUAR A JORNADA SEMANAL DO CARGO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL E PROMOVER A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS DE AGENTE COM

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo II – Grupo Ocupacional Profissional – GOPR, da Lei Municipal nº 1.247, de 03 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta Lei, exclusivamente quanto à jornada semanal do cargo de **Terapeuta Ocupacional,** que passa de **40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas semanais.**

Art. 2º O Anexo V – Grupo Ocupacional Operacional – GOOP, da Lei Municipal nº 1.247, de 03 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as alterações constantes do **Anexo II desta Lei,** especificamente quanto à estrutura remuneratória dos cargos de **Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Comunitário de Endemias – ACE.**

Art. 3º Os servidores efetivos estatutários ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente Comunitário de Endemias, em decorrência da alteração do nível de referência inicial que trata esta Lei, serão reenquadrados, deslocamento de 24 (vinte e quatro) referências em relação à referência atualmente ocupada, nada mais sendo devido a esse respeito.
§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, a Referência 03, correspondente ao vencimento-base inicial atualmente previsto para os cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Comunitário de Endemias – ACE, passa a corresponder à Referência 27 da tabela de vencimentos.
§ 2º O reenquadramento previsto neste artigo observará a referência atualmente ocupada por cada servidor, acrescendo-se 24 (vinte e quatro) referências à respectiva posição na carreira, conforme a tabela constante do Anexo II desta Lei.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO I
Ref. Lei nº 2.497/2026 de 27/08/2026

MUNICÍPIO DE GUAÍRA
PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
ANEXO II da Lei 1247/2003
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL – GOPR

CARGO	ESCOLARIDADE	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA SEMANAL	Nº DE VAGAS	REFERÊNCIA INICIAL
01. Administrador	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	50
02. Advogado	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	04	61
03. Arquiteto	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	02	61
04. Assistente Social	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	15	50
05. Bibliotecário	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	59
06. Cirurgião-dentista – 20 Horas Semanais	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	10	42
07. Contador	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	04	61
08. Economista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	50
09. Enfermeiro Padrão	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	30	40
10. Engenheiro Agrônomo	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	62
11. Engenheiro Civil	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	07	62
12. Farmacêutico Bioquímico	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	09	40
13. Fisioterapeuta	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	30 horas	06	40
14. Fonoaudiólogo	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	05	40
15. Jornalista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	30 horas	01	45
16. Médico do Trabalho	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	01	40
17. Médico Veterinário	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	02	62
18. Museólogo	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	29
19. Nutricionista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	06	40
20. Psicólogo	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	20	26
21. Terapeuta Ocupacional	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	30 horas	05	40
22. Médico Generalista/Saúde da Família	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	19	87
23. Médico Generalista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	10 horas	06	64
24. Médico Pediatra	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	10 horas	03	72

25. Médico Ginecologista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	10 horas	03	72
26. Médico Plantonista	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	Escala 12 X 36	10	87
27. Educador Físico	**Curso Superior de Bacharelado em Educação Física ou Licenciatura Plena em Educação Física**	Registro no Conselho de Classe	40 horas	11	40
28. Cirurgião-dentista – 40 Horas Semanais	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	10	50
29. Médico com formação em saúde mental / CAPS	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	20 horas	01	87
30. Engenheiro Elétrico	Curso Superior na Área	Registro no Conselho de Classe	40 horas	01	62
31. Psicopedagogo	**Curso Superior em Psicopedagogia ou Psicologia, ou Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia com carga horária mínima de 360 horas, ambos com em Instituição de Ensino Superior Reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC**	**Registro no Conselho de Classe**	40 horas	02	45

ANEXO II
Ref. Lei nº 2.497/2026 de 27/08/2026

MUNICÍPIO DE GUAÍRA
PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS
ANEXO V da Lei 1247/2003
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GOOP

CARGO	ESCOLARIDADE	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA SEMANAL	Nº DE VAGAS	REFERÊNCIA INICIAL
1. Agente sanitário	Ensino Fundamental Completo		40 horas	05	18
2. Auxiliar de serviços gerais	Alfabetizado		40 horas	171	1
3. Merendeira	Ensino Fundamental Completo		40 horas	64	3
4. Motorista de veículos	Ensino Fundamental Completo	Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo na categoria D	40 horas	68	8
5. Agente Comunitário de Endemias	Ensino Médio Completo		40 horas	22	27
6. Agente Comunitário de Saúde	Ensino Médio Completo		40 horas	41	27
07. Cuidador/Educador	Ensino Médio Completo	Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo na categoria B	12 x 36	13	3
08. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio Completo		40 horas	20	3
09. Educador Social	Ensino Médio Completo		40 horas	06	3

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:42F53CC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 064/2026
Pregão Eletrônico nº 015/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE ESTIMADA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **A M MENDES ACESSORIOS EPP**
CNPJ: 06.009.600/0001-05

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	1	PNEU NOVO 195/65 – R15	GOLDEN CROWN	UNIDADE	12	219,00	2.628,00
17	1	PNEU NOVO 7.50 – R16 12 LONAS	WESTLAKE	UNIDADES	4	570,00	2.280,00
19	1	PNEU NOVO 215/75 – R17,5 LISO 16 LONAS	GOLDEN CROWN	UNIDADES	70	500,00	3.5000,00

Valor Total de R$ 39.908,00 (Trinta e nove mil, novecentos e oito reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026.
VIGÊNCIA: 25/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:5AFB1298

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 065/2026
Pregão Eletrônico nº 015/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE ESTIMADA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **COUTINHO PNEUS LTDA**
CNPJ: 49.230.882/0001-70

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	PNEU NOVO 185/R14 8 LONAS	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	6	246,99	1.481,94
9	PNEU NOVO 185/65 – R15	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	16	209,99	3.359,84
10	PNEU NOVO 195/55 – R15	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	216,99	2.169,90
12	PNEU NOVO 225/70 – R15	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	338,99	3.389,90
13	PNEU NOVO 225/75 – R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	10	384,99	3.849,90
14	PNEU NOVO 195/55 – R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	16	227,99	3.647,84
15	PNEU NOVO 215/65 – R16 C	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	28	349,97	9.799,16
16	PNEU NOVO 225/65 – R16 C	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADES	32	328,69	10.518,08
20	PNEU NOVO 235/75 – 17,5 LISO 14 LONAS	OVATION/Shandong Changfeng Tire Co., Ltd.	UNIDADES	14	611,99	8.567,86
22	PNEU NOVO 1000/20 BORRACHUDO	WESTLAKE/Zhongce Rubber Group Co., Ltd	UNIDADES	12	1.228,97	14.747,64
23	PNEU NOVO 1000/20 RADIAL LISO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	30	1.546,65	46.399,50
24	PNEU NOVO 275/80 – R22,5 BORRACHUDO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	30	1.416,01	42.480,30
25	PNEU NOVO 275/80 – R22,5 LISO	CASUMINA/Southern Rubber Ind. Joint Stock Cia.	UNIDADES	12	1.229,99	14.759,88
28	PNEU NOVO 19.5 L – 24 12 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	6	2.474,30	14.845,80
30	PNEU NOVO 14/9 – 28 10 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	2	1.675,99	3.351,98
31	PNEU NOVO 18,4 – 30 12 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	4	2.594,78	10.379,12
34	PNEU NOVO 10 – 16.5 NHS 10 LONAS	FORERUNNER/QINGDAO QIHANG TYRECO.,LTD.	UNIDADES	10	653,19	6.531,90
43	PNEU NOVO 215/75 – R17,5 BORRACHUDO 16 LONAS	OVATION/Shandong Changfeng Tire Co., Ltd.	UNIDADE	30	583,93	17.517,90
44	PNEU NOVO 205/50 R16	MASSIMO/Shandong Fengyuan Tire Man. Co	UNIDADE	12	370,89	4.450,68

Valor Total de R$ 222.249,12 (duzentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026.
VIGÊNCIA: 25/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:8BED31FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 066/2026
Pregão Eletrônico nº 015/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES A FIM DE ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE ESTIMADA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

FORNECEDOR: **VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA**
CNPJ: 39.859.999/0001-64

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PNEU NOVO 175/70 – R13	TORNEL	UNIDADES	16	212,50	3.400,00
3	PNEU NOVO 185/70 – R14	JK	UNIDADES	34	246,39	8.377,26
4	PNEU NOVO 175/70 – R14	SUNFULL	UNIDADES	36	199,50	7.182,00
5	PNEU NOVO 205/60 – R15	SUNFULL	UNIDADES	20	248,50	4.970,00
6	PNEU NOVO 205/65 – R15	DURABLE	UNIDADE	12	269,50	3.234,00
7	PNEU NOVO 235/75 – R15	SUNSET	UNIDADES	34	444,50	15.113,0000
8	PNEU NOVO 185/60 – R15	WINDFORCE	UNIDADES	30	200,26	6.007,80
18	PNEU NOVO 14 – 17,5 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1345,50	5.382,00
21	PNEU NOVO 12.5/80 – R18 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1368,50	5.474,00
26	PNEU NOVO 14.00 – 24 16 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	14	1939,47	27.152,58
27	PNEU NOVO 12.4 – 24 10 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	1137,98	4.551,92
29	PNEU NOVO 17,5 – 25 16 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	14	2729,86	38.218,04
32	PNEU NOVO 23,1 – 30 12 LONAS	SPEEDROAD	UNIDADES	4	5300,00	21.200,00
36	CAMARA – 14.00 - 24	JABUTI	UNIDADES	20	126,50	2.530,00
37	CAMARA – 17,5 - 25	JABUTI	UNIDADES	15	208,50	3.127,50
38	PROTETOR – 17,5 - 25	JABUTI	UNIDADES	8	188,00	1.504,00
39	CAMARA 1000/20	JABUTI	UNIDADES	10	124,00	1.240,00
40	PROTETOR 1000/20	JABUTI	UNIDADES	20	34,50	690,00
41	PNEU NOVO 285/70 – R19,5 11 LONAS	FORTUNE	UNIDADES	12	1197,50	1.4370,00
42	PNEU NOVO 215/50 R17	SUNFULL	UNIDADE	12	288,99	3.467,88

Valor Total de R$ 177.191,98 (Cento e setenta e sete mil, cento e noventa e um reais e noventa e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026.
VIGÊNCIA: 25/08/2027.

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:40C0711B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 002-2026 – EMPREGO PÚBLICO. EDITAL COMPLEMENTAR N.º 09-2026.

O Município de Itaperuçu, (PR), através do Prefeito Municipal, torna público o Edital Complementar n.º 09 que DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, A SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS, APÓS RECURSOS E OS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA.

I. As Inscrições Deferidas após recurso encontram-se disponíveis no site www.msconcursos.com.br, aba "**INSCRIÇÕES**".

II. Nenhum candidato solicitou Condições Especiais para Realizar a Prova.

III. A relação dos candidatos distribuído por local de prova encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**LOCAIS DE PROVA**"

Itaperuçu, (PR), 27 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS.
Prefeito.

Comissão Especial para Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público nº 001/2026 e Concurso Público Modalidade Emprego Público nº 002/2026.

JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES.

ROSIELE BUENO DOS SANTOS CORDEIRO.

LARISSA CRETELA TEIXEIRA.

CARLA MAYARA BUENO RIBEIRO DE LIMA.

MARIA EDUARDA DE MIRANDA.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS - GERAL

Cargo:	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
80	ABIQUEILA MORAES COSTA
302	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
298	ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS FERREIRA
70	AGATHA CAROLINE ANTUNES DA SILVA
119	ALANA CASTRO LARA
93	ALANES FRANÇA NASCIMENTO
96	ALEX RICARDO NUNES DE OLIVEIRA
201	ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER
33	ALINE DE FATIMA MATIAS LUCIANO
137	ALISSON FELIPE PRUDENCIO SANTOS
88	AMANDA CRISTINA NUNES DE GODOY
56	AMANDA RAFAELA LOURENÇO DE MORAES
290	ANA ELOIZA LOURENCO DE PAULA
136	ANA GABRIELA CARDOSO DE AVELAR
321	ANA GABRIELA PORTES RIBAS
196	ANA LUIZA FRANÇA DE FARIA
213	ANA LUIZA GODOY STOCCHERO
214	ANA PAULA APARECIDA DE LARA
284	ANA PAULA DE JESUS VIEIRA
261	ANA PAULA PEREIRA JARECK
42	ANDERSON FAGUNDES GIMENES
14	ANDREIA MIRANDA PINTO
89	ANDRESSA CIRINO MARINHO
291	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO
153	ANTONIA DAIANE DE CRISTO DE LARA
92	ANTONIA SILVA DE PAULA
36	ANTONY GABRIEL COSTA DE FARIA
293	ARIELE DOS SANTOS TEIXEIRA
177	BEATRIZ DOS SANTOS MATOSO
2	BRENDON ALEXANDRE ANTUNES MACHADO
51	BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ
135	BRUNA RAFAELA CARDOSO DE AVELAR
180	CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO
40	CAROLINE MATOSO DOS SANTOS
226	CASSIA CORDEIRO LINS
112	CHAIANE EDUARDA DOS SANTOS
94	CHERLE DE FATIMA BONFIM
85	CINTIA RIBEIRO CASTRO
3	CLEIDIMARA OLIVEIRA DOS SANTOS
241	CLEITON ALVES FERNANDES

235	CRISLAINE APARECIDA COLODEL
138	CRISLAINE FABIULA DE LIMA
140	CRISTIANE BRITO SILVA
184	CRISTIANE LARA DOS SANTOS
146	CRISTIANE VICENTAINER DO AMARAL
25	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA
22	DAIANE CRISTINA CÂNDIDO DE MORAES
195	DAIANE DE FRANÇA GOMES
244	DANIELE FRANÇA DOS SANTOS
237	DANIELE FRANCO
151	DANIELE KAROLINA PASKE DE ARAUJO
126	DANIELE RIBEIRO DE LARA
169	DEIZIANE APARECIDA TARTAIA
218	DIENE NAYARA CASTRO MELO
48	EDILIANE DA SILVA SANTOS
207	EDINEI INÁCIO MARQUES
82	EDNA EMILENE DE BRITO COSTA
100	EDUARDA SANTOS STRESSER
98	ELIANE ARTIGAS PEDROSO LEMOS
189	ELIANE DE LARA
220	ELIANE MARIA MARTINS DE FREITAS
225	ELIAS DA SILVA DOARTE
292	ELIDIANE STRAUBE MONTEIRO COSTA
250	ELISANE DE PONTES MEDEIROS
103	ELIZAINE MACHADO CASTILHO
105	ELIZANDRA CAROLINE PEREIRA
253	ELOIZA GRAZIELE RODRIGUES PESCHEL
109	ELZA DO NASCIMENTO DE JESUS
255	EMILENE DE FREITAS DE JESUS
13	EMILI ILIDIA DE LARA
118	EMILY VITÓRIA CAMARGO DA SILVA
91	ERICA AP DOS SANTOS CARVALHO
35	ERICK LEANDRO COSTA DE PAULA
37	EUNICE FARIA
287	EVELIN APARECIDA DA SILVA
248	FABIANE LETÍCIA FARIA
20	FELIPE COSTA ROSA
234	FELIPE DE JESUS BELIZARIO PINTO
113	FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN
300	FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS
245	FRANCIELE CRISTINA TOSTO
9	FRANCINE LUIZE DOS SANTOS PIMENTEL
72	FRANCO CUSUMANO JUNIOR
78	GEOVANA MACHADO PEREIRA
50	GEOVANA MARIA DO NASCIMENTO STRAUB
99	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA
216	GISELE PRISCILA PARECIDO
73	GISELI DA GUIA SILVA BREINE
228	GISLAINE LOPES PEREIRA
175	GISLAINE MATOSO DE FRANCA BARROS
168	INGRID RAFAELA DE JESUS MATIAS
193	IOLANDA GOMES ALVES
84	IRENE BUENO DOS SANTOS FARIA
267	ISABELA KARINE DE OLIVEIRA
171	ISABELA SANTOS CASTRO PEREIRA
31	IVONETE ANDRADE
209	IVONETE DE JESUS LINS
30	JAMAYANA CAVALI
142	JAMILI AMANDA PEREIRA SALDANHA
172	JAMILY CRISTINA DE MATOS PEREIRA
183	JAQUELINE SILVA MACHADO OLIVEIRA
233	JEAN WESLEY DA COSTA
286	JENIFER CAMILA BUENO DOS SANTOS DE JESUS NOVREGA
232	JESSICA PRISCILA BONFIM
247	JOÃO VICTOR RODRIGUES DE CASTRO
179	JOHN HENRY STRESSER FARIA
156	JOSE RAMON NUNEZ CUTINO
170	JOSELIA DE BARROS MACHADO
115	JOSIELE DOS SANTOS
283	JOSNEI DE LIMA
41	JULIANA MAIARA DE SOUZA
121	JULIANE KEICIELLI CARDOSO
26	JULIENE COSTA COUTINHO
262	JUVELINA TEIXEIRA DE CASTRO STRESSER
63	KAUANE CRISTINA FRANÇA RODRIGUES
133	KAUANE MACHADO CORDEIRO
230	KAUANE VITORIA STRAPASSON DOS SANTOS
231	KAUANY FERNANDES PINHEIRO
49	KEILA APARECIDA FRANÇA
165	KEITY SUELEN BUTSCHER
125	KELLY TAIS DE LIMA
74	KEROLIN FARIAS
11	KETSLEY KARINY PINHEIRO DOS SANTOS
254	KRISLAINE ALEXANDRA TOME
110	LAIRA THAISLAINE RIBEIRO
223	LAIZA MONIQUI MACHADO DONADONI
19	LARISSA ANDRADE DE LIMA
5	LARISSA FERNANDA DE BOMFIM
8	LARISSA RAMOS GARCIA

124	LAYANNY CRISTINA DE SOUZA
57	LEIA ALVES COUTINHO
157	LENIR BONFIM ALVES RIBAS
127	LESLIANE DE OLIVEIRA FRANÇA
259	LETICIA DOS SANTOS BARBOSA BERNARDINO
147	LILIAN TAYSE PASK COSTA
206	LUANA DE FÁTIMA DOS SANTOS
95	LUANA DE MOURA DA SILVA
108	LUANA LEAL RIBEIRO
307	LUANA RIBAS PORTES
161	LUCAS FELIPE PASKE DE FRANÇA
272	LUCAS NATÃ COSTA MACHADO
296	LUCELIA LAPOLA DA SILVA DE CASTRO
18	LUCIMARA ALVES ARTIGAS
65	LUIGI KAUAN LARA DA LUZ
81	LUIGI MARCOS DE LARA FRANÇA
217	LUIS FELIPE BUENO
191	LUIZ FELIPE GEFFER DOS SANTOS
86	LUIZA CAROLINE DOS SANTOS
210	MAIUANE APARECIDA MATOZO
61	MARCIA DE FATIMA SANTANA MORAES
71	MARCIA DE MORAIS
181	MARCOS VINICIUS GONCALVES DE ARAUJO
68	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM
123	MARIA CLARA CASTRO PEDROSO DE MORAES
54	MARIA DE FATIMA DE LARA
192	MARIA DE LARA
316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO
55	MARIA JOSEFA DOS SANTOS
15	MARIA PAULA DE LARA DE PAULA
159	MARIA VIVIANE DOS SANTOS
116	MARIELE CORDEIRO DA SILVA DE OLIVEIRA
10	MARIS JANAINA FRANÇA COSTA
134	MARIZE CASTRO DE LARA
264	MARIZETE DE JESUS MIRANDA GOVEA
87	MARLENE COSTA GOMES DE LARA
294	MAYARA CRISTINE DOS SANTOS
132	MAYLLA NATASHA NUNES
224	MILDRINS PERPÉTUA ALVES CAVALLI
143	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS
58	MONIQUE MAYARA DE SOUZA CARDOSO
270	NAIANE DOS SANTOS
164	NAIARA CANDIDO DE LARA
257	NATACHA THAYNNA UNRREIN RIBEIRO
185	NATAN RAMIRO TEIXEIRA DE LARA
77	NAYANE VANESSA LOURENÇO GEFFER
289	NICOLAS GABRIEL WEIDGENANNT LIBERATO
219	NICOLY NATHALIA NASCIMENTO SANTOS
279	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA
1	NOELI SANTOS MACHADO LARA
258	NYCOLE RITA DOS SANTOS
150	ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS
155	ODETE APARECIDA MACHADO DE LARA
167	PATRICIA CRISTINA DE BONFIM DE OLIVEIRA
212	PATRICIA CRISTINA LINS
27	PATRICIA DA LUZ DOS SANTOS
236	PATRICIA DO ROCIO ANDRADE
269	PATRICIA SANTOS DE CASTRO COSTA
97	PEDRO ALEX FERREIRA LIMA
174	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA
128	PEDRO RAONI COSTA DE LARA
69	PRISCILA DA SILVA
7	RAFAELA FERNANDA GOMES DE CASTRO
265	RAYSSA DOS SANTOS
47	RAYSSA GABRIELA GEFFER RIBEIRO
271	REGIAN BELIZARIO P
12	REGIANE FRANCA FREITAS
240	REINALDO MACHADO RODRIGUES
44	RICHARD LARA DOS SANTOS
246	ROSA CANDIDA DE LARA
104	ROSA MACHADO
304	ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA AIRES DE ARAUJO
130	ROSANGELA DE ARAUJO
43	ROSANGELA DE OLIVEIRA
197	ROSELI RODRIGUES DA SILVA
148	ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS
106	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO
101	ROSIMARA APARECIDA PASK DOS SANTOS
23	RUBIANE DOS SANTOS
111	SABRINA FERNANDA DE ANDRADE STRESSER
188	SARA CRISTINA RODRIGUES DE PONTES
83	SENEIA ALVES DA SILVA SANTOS
256	SIRLENE BENTO DE FRANÇA
131	SOELI FERREIRA DE LARA
62	SUZANE DE MIRANDA BONFIM
203	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO
75	TAINARA FERNADA GEFFER
120	TAIS CAROLINA VAZ
79	TAIS CAROLINE LESNIOWSKI ALVES

52	TALITA
268	TALITA NATEL
238	THAIS LAIZA NATEL DOS SANTOS
53	THALITA ALVES DE OLIVEIRA
24	THALITA DE JESUS MAKOSKI
28	THIAGO ODENIR COSTA LAPOLA
243	VALDIRENE DOS SANTOS FONTOURA
215	VALERIA DA SILVA FARIA
288	VALERIA DOS SANTOS PINTO
17	VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS
194	VANESSA HALPES
204	VANESSA PEREIRA VANNES
114	VÂNIA MARIA FRANÇA
66	VERIDIANA MACHADO DOS SANTOS
211	VICTOR GABRIEL CAMARGO GUEDES
222	VILIAN MATOS PEREIRA
299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA
16	VINICIUS VIDAL MARCANTE

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS NEGROS

Cargo:	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
302	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
298	ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS FERREIRA
201	ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER
291	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO
235	CRISLAINE APARECIDA COLODEL
126	DANIELE RIBEIRO DE LARA
169	DEIZIANE APARECIDA TARTAIA
233	JEAN WESLEY DA COSTA
232	JESSICA PRISCILA BONFIM
316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO
159	MARIA VIVIANE DOS SANTOS
134	MARIZE CASTRO DE LARA
143	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS
150	ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS
246	ROSA CANDIDA DE LARA
104	ROSA MACHADO
148	ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS
106	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO
299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS PcD

Cargo:	**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**
132	MAYLLA NATASHA NUNES

LOCAIS DE PROVA CONCURSO PÚBLICO MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, PR
CM FREI BEDA MARIA
ENDEREÇO: R. ANTONIO MARIA TOMÉ - 00232
BAIRRO: VILA TOMÉ
PISO: TÉRREO
PERIODO: MATUTINO
CIDADE/UF: ITAPERUÇU-PR
DATA DA PROVA: 13/09/2026
OS PORTÕES FECHAM ÀS 08H00MIN MATUTINO (MANHÃ)
CARGO/CURSO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nome	**Inscrição**	**Data de Nascimento**	**Prédio**	**Sala**
ABIQUEILA MORAES COSTA	80	26/03/1984	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	302	08/07/1980	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS	298	26/04/2003	Prédio BL ESTADUAL 1	6
AGATHA CAROLINE ANTUNES DA SILVA	70	13/09/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALANA CASTRO LARA	119	28/06/2006	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALANES FRANÇA NASCIMENTO	93	09/02/2007	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALEX RICARDO NUNES DE OLIVEIRA	96	07/12/1984	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER	201	03/03/2003	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALINE DE FATIMA MATIAS LUCIANO	33	26/11/1989	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ALISSON FELIPE PRUDENCIO SANTOS	137	27/08/1993	Prédio BL ESTADUAL 1	6
AMANDA CRISTINA NUNES DE GODOY	88	26/03/2002	Prédio BL ESTADUAL 1	6
AMANDA RAFAELA LOURENÇO DE	56	01/09/2002	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA ELOIZA LOURENCO DE PAULA	290	16/05/2007	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA GABRIELA CARDOSO DE AVELAR	136	09/03/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA GABRIELA PORTES RIBAS	321	14/04/2003	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA LUIZA FRANÇA DE FARIA	196	14/02/2006	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA LUIZA GODOY STOCCHERO	213	21/05/2005	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA PAULA APARECIDA DE LARA	214	17/02/2000	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA PAULA DE JESUS VIEIRA	284	30/04/1992	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANA PAULA PEREIRA JARECK	261	17/08/1982	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANDERSON FAGUNDES GIMENES	42	23/09/1983	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANDREIA MIRANDA PINTO	14	18/08/1986	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANDRESSA CIRINO MARINHO	89	10/02/1996	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANGELA OLIVEIRA DO CARMO	291	04/10/2000	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANTONIA DAIANE DE CRISTO DE LARA	153	14/03/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANTONIA SILVA DE PAULA	92	24/03/1974	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ANTONY GABRIEL COSTA DE FARIA	36	05/03/2008	Prédio BL ESTADUAL 1	6
ARIELE DOS SANTOS TEIXEIRA	293	10/08/2004	Prédio BL ESTADUAL 1	6
BEATRIZ DOS SANTOS MATOSO	177	10/02/2000	Prédio BL ESTADUAL 1	6
BRENDON ALEXANDRE ANTUNES	2	21/11/1998	Prédio BL ESTADUAL 1	6

BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ	51	09/04/1996	Prédio BL ESTADUAL 1	6
BRUNA RAFAELA CARDOSO DE AVELAR	135	10/01/1997	Prédio BL ESTADUAL 1	6
CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO	180	22/07/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	6
CAROLINE MATOSO DOS SANTOS	40	29/06/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	6
CASSIA CORDEIRO LINS	226	03/02/1979	Prédio BL ESTADUAL 1	6
CHAIANE EDUARDA DOS SANTOS	112	04/04/2005	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CHERLE DE FATIMA BONFIM	94	21/03/1984	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CINTIA RIBEIRO CASTRO	85	25/07/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CLEIDIMARA OLIVEIRA DOS SANTOS	3	16/02/1995	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CLEITON ALVES FERNANDES	241	30/04/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CRISLAINE APARECIDA COLODEL	235	17/09/1987	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CRISLAINE FABIULA DE LIMA	138	27/11/2003	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CRISTIANE BRITO SILVA	140	03/06/1988	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CRISTIANE LARA DOS SANTOS	184	16/01/1983	Prédio BL ESTADUAL 1	7
CRISTIANE VICENTAINER DO AMARAL	146	29/03/1981	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA	25	19/11/1992	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DAIANE CRISTINA CÂNDIDO DE MORAES	22	02/02/1988	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DAIANE DE FRANÇA GOMES	195	29/11/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DANIELE FRANÇA DOS SANTOS	244	11/03/1991	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DANIELE FRANCO	237	13/10/1997	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DANIELE KAROLINA PASKE DE ARAUJO	151	07/05/2003	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DANIELE RIBEIRO DE LARA	126	22/07/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DEIZIANE APARECIDA TARTAIA	169	04/09/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	7
DIENE NAYARA CASTRO MELO	218	23/06/2006	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EDILIANE DA SILVA SANTOS	48	03/06/1985	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EDINEI INÁCIO MARQUES	207	12/10/1974	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EDNA EMILENE DE BRITO COSTA	82	26/06/1995	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EDUARDA SANTOS STRESSER	100	13/01/2004	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIANE ARTIGAS PEDROSO LEMOS	98	24/11/1992	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIANE DE LARA	189	30/06/1989	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIANE MARIA MARTINS DE FREITAS	220	09/11/1989	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIAS DA SILVA DOARTE	225	07/08/1974	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIDIANE STRAUBE MONTEIRO COSTA	292	20/12/1990	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELISANE DE PONTES MEDEIROS	250	26/09/1981	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIZAINE MACHADO CASTILHO	103	28/02/1994	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELIZANDRA CAROLINE PEREIRA	105	02/03/2001	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELOIZA GRAZIELE RODRIGUES PESCHEL	253	01/12/2006	Prédio BL ESTADUAL 1	7
ELZA DO NASCIMENTO DE JESUS	109	16/02/1985	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EMILENE DE FREITAS DE JESUS	255	12/12/1985	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EMILI ILIDIA DE LARA	13	12/04/1988	Prédio BL ESTADUAL 1	7
EMILY VITÓRIA CAMARGO DA SILVA	118	21/10/2007	Prédio BL ESTADUAL 3	8
ERICA AP DOS SANTOS CARVALHO	91	14/03/1997	Prédio BL ESTADUAL 3	8
ERICK LEANDRO COSTA DE PAULA	35	07/04/2007	Prédio BL ESTADUAL 3	8
EUNICE FARIA	37	02/02/1974	Prédio BL ESTADUAL 3	8
EVELIN APARECIDA DA SILVA	287	26/10/1992	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FABIANE LETÍCIA FARIA	248	09/03/1997	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FELIPE COSTA ROSA	20	07/11/2006	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FELIPE DE JESUS BELIZARIO PINTO	234	16/05/1994	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN	113	15/01/1991	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS	300	20/10/1990	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FRANCIELE CRISTINA TOSTO	245	01/07/1983	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FRANCINE LUIZE DOS SANTOS	9	02/11/2001	Prédio BL ESTADUAL 3	8
FRANCO CUSUMANO JUNIOR	72	02/01/1996	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GEOVANA MACHADO PEREIRA	78	25/06/2004	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GEOVANA MARIA DO NASCIMENTO	50	27/12/1983	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA	99	22/09/1993	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GISELE PRISCILA PARECIDO	216	12/07/1984	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GISELI DA GUIA SILVA BREINE	73	04/05/1983	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GISLAINE LOPES PEREIRA	228	18/03/1984	Prédio BL ESTADUAL 3	8
GISLAINE MATOSO DE FRANCA BARROS	175	09/11/1993	Prédio BL ESTADUAL 3	8
INGRID RAFAELA DE JESUS MATIAS	168	30/01/2003	Prédio BL ESTADUAL 3	8
IOLANDA GOMES ALVES	193	05/08/1968	Prédio BL ESTADUAL 3	8
IRENE BUENO DOS SANTOS FARIA	84	27/11/1976	Prédio BL ESTADUAL 3	8
ISABELA KARINE DE OLIVEIRA	267	25/03/2000	Prédio BL ESTADUAL 3	8
ISABELA SANTOS CASTRO PEREIRA	171	30/12/2001	Prédio BL ESTADUAL 3	8
IVONETE ANDRADE	31	11/06/1970	Prédio BL ESTADUAL 3	8
IVONETE DE JESUS LINS	209	15/03/1983	Prédio BL ESTADUAL 3	8
JAMAYANA CAVALI	30	15/07/1987	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JAMILI AMANDA PEREIRA SALDANHA	142	21/06/2003	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JAMILY CRISTINA DE MATOS PEREIRA	172	11/06/2004	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JAQUELINE SILVA MACHADO OLIVEIRA	183	06/03/1984	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JEAN WESLEY DA COSTA	233	06/08/1998	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JENIFER CAMILA BUENO DOS SANTOS	286	12/01/1997	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JESSICA PRISCILA BONFIM	232	26/12/1991	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOÃO VICTOR RODRIGUES DE CASTRO	247	19/09/2007	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOHN HENRY STRESSER FARIA	179	14/04/2005	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOSE RAMON NUNEZ CUTINO	156	23/03/1964	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOSELIA DE BARROS MACHADO	170	20/11/1987	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOSIELE DOS SANTOS	115	10/05/1992	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JOSNEI DE LIMA	283	17/09/1986	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JULIANA MAIARA DE SOUZA	41	18/03/1993	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JULIANE KEICIELLI CARDOSO	121	11/09/2000	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JULIENE COSTA COUTINHO	26	09/10/1989	Prédio BL ESTADUAL 3	9
JUVELINA TEIXEIRA DE CASTRO	262	19/02/1979	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KAUANE CRISTINA FRANÇA RODRIGUES	63	30/03/2003	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KAUANE MACHADO CORDEIRO	133	12/02/2008	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KAUANE VITORIA STRAPASSON DOS	230	31/05/2004	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KAUANY FERNANDES PINHEIRO	231	17/03/2006	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KEILA APARECIDA FRANÇA	49	05/12/1991	Prédio BL ESTADUAL 3	9

KEITY SUELEN BUTSCHER	165	13/07/2005	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KELLY TAIS DE LIMA	125	20/08/1993	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KEROLIN FARIAS	74	22/12/2001	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KETSLEY KARINY PINHEIRO DOS	11	12/06/1996	Prédio BL ESTADUAL 3	9
KRISLAINE ALEXANDRA TOME	254	27/11/1989	Prédio BL ESTADUAL 3	9
LAIRA THAISLAINE RIBEIRO	110	04/08/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LAIZA MONIQUI MACHADO DONADONI	223	14/09/2002	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LARISSA ANDRADE DE LIMA	19	22/08/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LARISSA FERNANDA DE BOMFIM	5	28/04/1997	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LARISSA RAMOS GARCIA	8	19/07/2001	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LAYANNY CRISTINA DE SOUZA	124	20/06/1993	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LEIA ALVES COUTINHO	57	14/09/1976	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LENIR BONFIM ALVES RIBAS	157	31/12/1982	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LESLIANE DE OLIVEIRA FRANÇA	127	02/01/1987	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LETICIA DOS SANTOS BARBOSA	259	26/01/1982	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LILIAN TAYSE PASK COSTA	147	20/10/1997	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUANA DE FÁTIMA DOS SANTOS	206	28/07/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUANA DE MOURA DA SILVA	95	11/02/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUANA LEAL RIBEIRO	108	21/07/1996	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUANA RIBAS PORTES	307	25/05/2006	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUCAS FELIPE PASKE DE FRANÇA	161	13/09/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUCAS NATÃ COSTA MACHADO	272	13/12/2004	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUCELIA LAPOLA DA SILVA DE CASTRO	296	23/01/1990	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUCIMARA ALVES ARTIGAS	18	09/11/1979	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUIGI KAUAN LARA DA LUZ	65	09/07/2006	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUIGI MARCOS DE LARA FRANÇA	81	28/05/2003	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUIS FELIPE BUENO	217	30/05/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUIZ FELIPE GEFFER DOS SANTOS	191	11/08/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	10
LUIZA CAROLINE DOS SANTOS	86	11/11/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	10
MAIUANE APARECIDA MATOZO	210	27/05/1996	Prédio BL ESTADUAL 4	10
MARCIA DE FATIMA SANTANA MORAES	61	18/05/1980	Prédio BL ESTADUAL 4	10
MARCIA DE MORAIS	71	20/01/1990	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARCOS VINICIUS GONCALVES DE	181	16/04/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS	68	05/11/1985	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA CLARA CASTRO PEDROSO DE	123	20/07/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA DE FATIMA DE LARA	54	18/06/1982	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA DE LARA	192	06/07/1976	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS	316	04/06/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA JOSEFA DOS SANTOS	55	08/12/1971	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA PAULA DE LARA DE PAULA	15	07/04/2004	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIA VIVIANE DOS SANTOS	159	01/04/1983	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIELE CORDEIRO DA SILVA DE	116	17/08/1993	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIS JANAINA FRANÇA COSTA	10	26/11/1995	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIZE CASTRO DE LARA	134	03/05/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARIZETE DE JESUS MIRANDA GOVEA	264	26/12/1978	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MARLENE COSTA GOMES DE LARA	87	18/03/1982	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MAYARA CRISTINE DOS SANTOS	294	31/07/1993	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MAYLLA NATASHA NUNES	132	25/09/2007	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MILDRINS PERPÉTUA ALVES CAVALLI	224	26/02/1988	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS	143	17/04/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	11
MONIQUE MAYARA DE SOUZA CARDOSO	58	10/06/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NAIANE DOS SANTOS	270	13/09/1993	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NAIARA CANDIDO DE LARA	164	01/10/1196	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NATACHA THAYNNA UNRREIN RIBEIRO	257	17/07/1995	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NATAN RAMIRO TEIXEIRA DE LARA	185	04/07/2000	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NAYANE VANESSA LOURENÇO GEFFER	77	10/06/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NICOLAS GABRIEL WEIDGENANNT	289	16/01/2006	Prédio BL ESTADUAL 4	11
NICOLY NATHALIA NASCIMENTO	219	10/06/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	12
NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA	279	19/05/1984	Prédio BL ESTADUAL 4	12
NOELI SANTOS MACHADO LARA	1	10/01/1985	Prédio BL ESTADUAL 4	12
NYCOLE RITA DOS SANTOS	258	03/05/2002	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS	150	08/06/1999	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ODETE APARECIDA MACHADO DE LARA	155	10/06/1976	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PATRICIA CRISTINA DE BONFIM DE	167	18/08/1987	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PATRICIA CRISTINA LINS	212	18/02/1988	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PATRICIA DA LUZ DOS SANTOS	27	23/04/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PATRICIA DO ROCIO ANDRADE	236	29/01/1985	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PATRICIA SANTOS DE CASTRO COSTA	269	20/01/1981	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PEDRO ALEX FERREIRA LIMA	97	07/05/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA	174	07/03/2001	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PEDRO RAONI COSTA DE LARA	128	28/01/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	12
PRISCILA DA SILVA	69	14/04/1990	Prédio BL ESTADUAL 4	12
RAFAELA FERNANDA GOMES DE	7	10/06/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	12
RAYSSA DOS SANTOS	265	25/04/2000	Prédio BL ESTADUAL 4	12
RAYSSA GABRIELA GEFFER RIBEIRO	47	12/12/2007	Prédio BL ESTADUAL 4	12
REGIAN BELIZARIO P	271	25/04/1985	Prédio BL ESTADUAL 4	12
REGIANE FRANCA FREITAS	12	26/05/2003	Prédio BL ESTADUAL 4	12
REINALDO MACHADO RODRIGUES	240	06/01/1969	Prédio BL ESTADUAL 4	12
RICHARD LARA DOS SANTOS	44	31/05/2007	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSA CANDIDA DE LARA	246	23/02/1976	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSA MACHADO	104	05/01/1975	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA AIRES DE	304	28/09/1979	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSANGELA DE ARAUJO	130	08/01/1980	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSANGELA DE OLIVEIRA	43	31/05/1988	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSELI RODRIGUES DA SILVA	197	22/09/1964	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS	148	08/09/1992	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO	106	26/02/1976	Prédio BL ESTADUAL 4	12
ROSIMARA APARECIDA PASK DOS	101	04/03/1977	Prédio BL ESTADUAL 4	13
RUBIANE DOS SANTOS	23	03/02/1994	Prédio BL ESTADUAL 4	13

SABRINA FERNANDA DE ANDRADE	111	17/04/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	13
SARA CRISTINA RODRIGUES DE PONTES	188	14/08/2004	Prédio BL ESTADUAL 4	13
SENEIA ALVES DA SILVA SANTOS	83	02/07/1988	Prédio BL ESTADUAL 4	13
SIRLENE BENTO DE FRANÇA	256	04/03/1973	Prédio BL ESTADUAL 4	13
SOELI FERREIRA DE LARA	131	21/05/1980	Prédio BL ESTADUAL 4	13
SUZANE DE MIRANDA BONFIM	62	07/05/1985	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS	203	05/08/1997	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TAINARA FERNADA GEFFER	75	12/05/1997	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TAIS CAROLINA VAZ	120	21/11/1989	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TAIS CAROLINE LESNIOWSKI ALVES	79	12/04/1998	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TALITA	52	04/02/1992	Prédio BL ESTADUAL 4	13
TALITA NATEL	268	05/12/2001	Prédio BL ESTADUAL 4	13
THAIS LAIZA NATEL DOS SANTOS	238	08/11/2004	Prédio BL ESTADUAL 4	13
THALITA ALVES DE OLIVEIRA	53	03/04/2004	Prédio BL ESTADUAL 4	13
THALITA DE JESUS MAKOSKI	24	21/02/2001	Prédio BL ESTADUAL 4	13
THIAGO ODENIR COSTA LAPOLA	28	27/07/2005	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VALDIRENE DOS SANTOS FONTOURA	243	28/05/1981	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VALERIA DA SILVA FARIA	215	02/05/1996	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VALERIA DOS SANTOS PINTO	288	17/01/1989	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS	17	02/02/1986	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VANESSA HALPES	194	29/12/2000	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VANESSA PEREIRA VANNES	204	08/09/1979	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VÂNIA MARIA FRANÇA	114	08/11/1987	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VERIDIANA MACHADO DOS SANTOS	66	14/04/1995	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VICTOR GABRIEL CAMARGO GUEDES	211	16/01/2001	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VILIAN MATOS PEREIRA	222	09/12/1987	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA	299	12/12/1990	Prédio BL ESTADUAL 4	13
VINICIUS VIDAL MARCANTE	16	08/04/2008	Prédio BL ESTADUAL 4	13

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:83069473

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 01-2026 – CONCURSO PÚBLICO – 2ª RETIFICAÇÃO. EDITAL COMPLEMENTAR N.º 09-2026.

O Município de Itaperuçu, (PR), através do Prefeito Municipal, torna público o Edital Complementar n.º 09 que DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, A SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS, APÓS RECURSOS E OS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA.

I. As Inscrições Deferidas após recurso encontram-se disponíveis no site www.msconcursos.com.br, aba "**INSCRIÇÕES**".

II. Nenhum candidato solicitou Condições Especiais para Realizar a Prova.

III. A relação dos candidatos distribuído por local de prova encontra-se disponível no site www.msconcursos.com.br, aba "**LOCAIS DE PROVA**".

Itaperuçu, (PR), 27 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS.
Prefeito.

Comissão Especial para Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público nº 001/2026 e Concurso Público Modalidade Emprego Público nº 002/2026.

JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES.

ROSIELE BUENO DOS SANTOS CORDEIRO.

LARISSA CRETELA TEIXEIRA.

CARLA MAYARA BUENO RIBEIRO DE LIMA.

MARIA EDUARDA DE MIRANDA.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS - GERAL

Cargo:	**AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA**
109	CARLOS EDUARDO LEITE DO CARMO
188	CHAUANE SUELLEN DA SILVA FRAÇA
263	CLAUDIANA FARIA DOS SANTOS
140	DIENIFFER CAROLINE ARTIGAS SANTOS
74	DURCILIA DE JESUS DOS SANTOS
69	ELAINE VIDAL DE OLIVEIRA
278	EMANUELI KARINE MIKOSKI
321	IGOR RAFAEL RODRIGUES FLORÊNCIO
259	LARISSA GARCIA DA ROSA
89	LEONARDO PATRICK COITO DOS SANTOS
170	LORYELTON SANTOS
73	NICOLY GABRIELLY BONFIM OLIVEIRA
172	SHANAIA CRIS FARIA
105	SIRLEI MACIEL FERNANDES DE CRISTO

220	THAIS BORG JAVORS
24	VANIA ALVES DE BRITO
Cargo:	**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**
47	ANGELITA APARECIDA LIMA
241	JULIA EMANUELE DE MELO DA SILVA
8	JULIANA COUTINHO COLOMBO
110	TALITA APARECIDA DE ARAÚJO MACHADO
Cargo:	**CIRURGIÃO DENTISTA**
48	ANNA CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO
141	DANIELLI JUSSARA HELENA DE FARIA CRISTIANO
117	FELIPE PRESTAVSKI DE LIMA
78	JAYANNE SABRINA REBOUCAS MORAES
221	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA
290	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA
160	LOHARA CAMILA DE JESUS
293	MARIANE NASCIMENTO DO CARMO
262	MATHEUS DE ASSIS BESTEL
121	SIULANE SILVA DE MELO
251	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS GROHS
Cargo:	**CONTADOR**
230	ALEXANDRO D S HILLMAN
164	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN
38	CLEVERSON EDUARDO MACHADO ZAZE DIAS DE ASSIS
76	DIEGO JOSE MARCOS
250	ERICK FRANÇOA CAMARGO DO NASCIMENTO
67	GUILHERME LEONARDO DA SILVA
30	JAQUELINE VISNESKI
151	KASSIA ZANONI
59	KEILA CRISTINA FIUZA
124	MARIA APARECIDA DE LIMA
204	MARIA EDUARDA CORDEIRO DE LARA
193	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS DE CRISTO
147	ROBSON PIRES DA SILVA
Cargo:	**EDUCADOR SOCIAL**
65	ADRIANA DA LUZ SIQUEIRA
13	ALESSANDRA RIBEIRO DOS SANTOS
183	ALLANE DA COSTA PASSOS
46	ANA CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO
146	ANA PAULA DE FRANÇA SPAER
107	ANA SANTINA DE FARIA
236	ANGELITA RODRIGUES DE CASTRO
270	CAMILA APARECIDA DA SILVA DRULA
242	CARINE DOS SANTOS COSTA
135	CINTIA RIBEIRO CASTRO
191	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES
80	DAIANE BUENO RODRIGUES
192	DELMA DE LARA
33	DIOGO DOS SANTOS MAJOR
26	DOUGLAS RUAN ANDRADE LOURENÇO
71	EDUARDA SANTOS STRESSER
91	ELANA ARIELLY COSTA DO ROSARIO
60	ELIANE DE OLIVEIRA LEFFLER DOS SANTOS
145	ENILY VITÓRIA ALCÂNTARA ALMEIDA
201	ERICA NAIARA FARIA DE BOMFIM
81	FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN
115	FRANCIELE DE FARIA BUENO
68	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA
311	ISABELE DE FARIA
223	IVETE BATISTA DE LARA
64	JAÍNE PEDROSO DE MORAES
63	JAQUELINE DOS SANTOS FRANCISCO
83	JAQUELINE LOURENÇO LOPES
25	JÉSSICA LARISSA LINS VIEIRA
304	JHENIFER FARIA DOS SANTOS
156	JOCI MARIA DE SIQUEIRA LEDER
62	JOELITON PEREIRA
209	JOSEFA APARECIDA NESNYK MELO
218	JUDITE RODRIGUES DE CASTRO
104	KAROLAINE OLIVEIRA MACHADO
22	KAUANE VITORIA COSTA DE SOUZA
198	KEILA MARIA RIBAS MARTINS
132	KETLEY DE ALMEIDA CECCON
265	LARISSA COSTA ROSA
302	LEOCADIA JAINE LESNIOVSKI
190	LUAN RODHAIR FERREIRA DA SILVA
309	LUCAS EDUARDO MARTINS
208	LUIZ WEBER NETO
43	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM
199	MARIA LUIZA SANTANA FARIA
97	MARIA MARQUES CASTRO RIBAS
10	NEIDE MARIA ANGELO DOS REIS
245	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA
174	PAULA REGINA CAMARGO ABRÃO
127	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA
266	RAIANA APARECIDA FAGUNDES SANTOS
154	RAQUEL REGINA SILVEIRA DA SILVA
79	RÔMULO FRANCISCO DE LIMA
213	ROSANA ALVES DOS SANTOS LARA
9	SAMUEL MENDES

101	SANDRA MARA ROSARIO DE JESUS
35	SILVIO MANOEL DA SILVA JUNIOR
45	SOELEM BITENCOURT RAMOS
184	THAIS FERNANDA LINS
256	THAIS OLIVEIRA SCHENEIDER
Cargo:	**FARMACÊUTICO**
318	HELOISE FARIAS MOREIRA STINGELIN
212	TÂNIA CRISTINA REZENDE
Cargo:	**FISIOTERAPEUTA**
238	ADRIANO SOARES
137	ANTONY AUGUSTO DOS REIS PROTOPAPA
111	BILUARA SANTOS FRANCA
51	BRUNA CARDOSO DE SOUSA
75	BRUNA COSTA DE BRITO
195	CAMILA DA SILVA LEMOS
82	DEISSY ALVES CAMARA
136	ERICA KAUANE ROCHER DE PAULA
57	JANETE KAISER VIEIRA
194	KLINGER PENA DA SILVA
113	LILIANE FARIA DOS SANTOS
131	MARIANA APARECIDA DOS SANTOS
153	MATHEUS LAAF
282	NATALIA VITORIA DE CRISTO
161	RAFAEL EDUARDO MACHADO
84	RAFAELA MARIANO DE BRITO
32	SONIA BORGES LIMA
17	SUELLEN CAROLINE SANTOS PEDROSO
Cargo:	**FONOAUDIÓLOGO**
279	AMANDA RACHEL CZELUSNIAK VAZ
87	ARIELY BONFIM COSTA ROSA
323	JULIA MORAES DE LARA
303	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI
189	YASMIN DUARTE DA SILVA
Cargo:	**MÉDICO VETERINÁRIO**
167	AMANDA PAUL
88	ANA CLARA DE LIMA FIORI
173	CHARLES CHUEIRI FILHO
143	DEBORA OSTERMAYER
72	IGOR ALVES DA SILVA
126	LUDIMYLA PASSOS SILVA
149	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA
138	MARINA GIULIA BINI ELIAS
182	NIKOLAS HORTMANN RAMOS
175	RAI LEONARDO LUZ DE OLIVEIRA
Cargo:	**PSICÓLOGO**
129	ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA
216	ADRIEL RIBEIRO MACHADO
231	ANA JÚLIA DE OLIVEIRA
16	ANA PAULA REGGIANI
58	JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO
229	KAUAN BONFIM DOS SANTOS
254	MARA LUCIA PIASSA
316	PATRICIA DEIZIELE VAZ CORREA
317	SHEILA PATRICIA MATHIAS DA SILVA
INSCRIÇÕES DEFERIDAS DEFINITIVAS NEGROS	
Cargo:	**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**
241	JULIA EMANUELLE DE MELO DA SILVA
Cargo:	**CIRURGIÃO DENTISTA**
221	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA
290	JOSE ALBERTO DE SOUZA
Cargo:	**EDUCADOR SOCIAL**
242	CARINE DOS SANTOS COSTA
191	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES
156	JOCI MARIA DE SIQUEIRA LEDER
104	KAROLAINE OLIVEIRA MACHADO
127	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA
Cargo:	**FISIOTERAPEUTA**
131	MARIANA APARECIDA DOS SANTOS
161	RAFAEL EDUARDO MACHADO

LOCAIS DE PROVA CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, PR
CM FREI BEDA MARIA
ENDEREÇO: R. ANTONIO MARIA TOMÉ - 00232
BAIRRO: VILA TOMÉ
PISO: TÉRREO
PERIODO: MATUTINO
CIDADE/UF: ITAPERUÇU-PR
DATA DA PROVA: 13/09/2026
OS PORTÕES FECHAM ÀS 08H00MIN MATUTINO (MANHÃ)

Cargo/Curso	Nome	Inscrição	Data de Nascimento	Prédio	Sala
EDUCADOR SOCIAL	ADRIANA DA LUZ SIQUEIRA	65	25/01/1975	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ALESSANDRA RIBEIRO DOS SANTOS	13	06/05/1983	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ALLANE DA COSTA PASSOS	183	15/06/1998	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ANA CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	46	12/01/1996	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ANA PAULA DE FRANÇA SPAER	146	24/04/2003	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ANA SANTINA DE FARIA	107	03/03/1980	Prédio BL MUNICIPAL	1

EDUCADOR SOCIAL	ANGELITA RODRIGUES DE CASTRO	236	13/04/1985	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	CAMILA APARECIDA DA SILVA DRULA	270	11/08/2001	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	CARINE DOS SANTOS COSTA	242	13/07/1988	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	CINTIA RIBEIRO CASTRO	135	25/07/2001	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	CRISTIANE PEDROSO DA SILVA PORTES	191	28/05/1982	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	DAIANE BUENO RODRIGUES	80	09/11/1999	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	DELMA DE LARA	192	28/03/1990	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	DIOGO DOS SANTOS MAJOR	33	23/08/2006	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	DOUGLAS RUAN ANDRADE LOURENÇO	26	27/01/2003	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	EDUARDA SANTOS STRESSER	71	13/01/2004	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ELANA ARIELLY COSTA DO ROSARIO	91	19/06/2005	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ELIANE DE OLIVEIRA LEFFLER DOS SANTOS	60	26/08/1984	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ENILY VITÓRIA ALCÂNTARA ALMEIDA	145	21/11/1997	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ERICA NAIARA FARIA DE BOMFIM	201	01/08/2000	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN	81	15/01/1991	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	FRANCIELE DE FARIA BUENO	115	27/07/1996	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA	68	22/09/1993	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	ISABELE DE FARIA	311	17/05/1999	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	IVETE BATISTA DE LARA	223	01/06/1973	Prédio BL MUNICIPAL	1
EDUCADOR SOCIAL	JAÍNE PEDROSO DE MORAES	64	30/06/1995	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JAQUELINE DOS SANTOS FRANCISCO	63	11/06/2000	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JAQUELINE LOURENÇO LOPES	83	14/12/1985	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JÉSSICA LARISSA LINS VIEIRA	25	16/08/1998	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JHENIFER FARIA DOS SANTOS	304	23/11/1993	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JOCI MARIA DE SIQUEIRA LEDER	156	01/05/1979	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JOELITON PEREIRA	62	01/04/2000	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JOSEFA APARECIDA NESNYK MELO	209	18/03/1973	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	JUDITE RODRIGUES DE CASTRO	218	03/10/1981	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	KAROLAINE OLIVEIRA MACHADO	104	24/06/2006	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	KAUANE VITORIA COSTA DE SOUZA	22	11/02/2003	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	KEILA MARIA RIBAS MARTINS	198	19/04/2002	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	KETLEY DE ALMEIDA CECCON	132	01/08/1995	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	LARISSA COSTA ROSA	265	28/04/2000	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	LEOCADIA JAINE LESNIOVSKI	302	24/01/1997	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	LUAN RODHAIR FERREIRA DA SILVA	190	07/10/1988	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	LUCAS EDUARDO MARTINS	309	09/09/2004	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	LUIZ WEBER NETO	208	01/02/1985	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM	43	05/11/1985	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	MARIA LUIZA SANTANA FARIA	199	17/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	MARIA MARQUES CASTRO RIBAS	97	16/05/1975	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	NEIDE MARIA ANGELO DOS REIS	10	22/04/2001	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA	245	19/05/1984	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	PAULA REGINA CAMARGO ABRÃO	174	15/10/1981	Prédio BL MUNICIPAL	2
EDUCADOR SOCIAL	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA	127	07/03/2001	Prédio BL MUNICIPAL	2
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	CARLOS EDUARDO LEITE DO CARMO	109	05/08/2008	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	CHAUANE SUELLEN DA SILVA FRAÇA	188	26/11/1999	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	CLAUDIANA FARIA DOS SANTOS	263	14/04/1993	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	DIENIFFER CAROLINE ARTIGAS SANTOS	140	28/07/1998	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	DURCILIA DE JESUS DOS SANTOS	74	04/04/1972	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	ELAINE VIDAL DE OLIVEIRA	69	23/05/1989	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	EMANUELI KARINE MIKOSKI	278	24/08/2006	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	IGOR RAFAEL RODRIGUES FLORÊNCIO	321	02/04/2009	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	LARISSA GARCIA DA ROSA	259	01/08/1996	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	LEONARDO PATRICK COITO DOS SANTOS	89	02/10/1995	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	LORYELTON SANTOS	170	24/09/2006	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	NICOLY GABRIELLY BONFIM OLIVEIRA	73	17/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	SHANAIA CRIS FARIA	172	28/06/2007	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	SIRLEI MACIEL FERNANDES DE CRISTO	105	26/09/1979	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	THAIS BORG JAVORS	220	01/02/2006	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	RAIANA APARECIDA FAGUNDES SANTOS	266	15/01/2002	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	RAQUEL REGINA SILVEIRA DA SILVA	154	19/07/1999	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	RÔMULO FRANCISCO DE LIMA	79	17/11/1995	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	ROSANA ALVES DOS SANTOS LARA	213	18/01/1971	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	SAMUEL MENDES	9	11/11/1994	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	SANDRA MARA ROSARIO DE JESUS	101	11/04/2005	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	SILVIO MANOEL DA SILVA JUNIOR	35	04/04/1979	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	SOELEM BITENCOURT RAMOS	45	19/09/1984	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	THAIS FERNANDA LINS	184	20/02/1998	Prédio BL MUNICIPAL	3
EDUCADOR SOCIAL	THAIS OLIVEIRA SCHENEIDER	256	07/10/2003	Prédio BL MUNICIPAL	3
AUXILIAR DE ATENDIMENTO EM FARMÁCIA	VANIA ALVES DE BRITO	24	02/07/1990	Prédio BL MUNICIPAL	4
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	ANGELITA APARECIDA LIMA	47	27/01/1977	Prédio BL MUNICIPAL	4
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	JULIA EMANUELE DE MELO DA SILVA	241	04/07/2010	Prédio BL MUNICIPAL	4
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	JULIANA COUTINHO COLOMBO	8	07/12/1985	Prédio BL MUNICIPAL	4
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	TALITA APARECIDA DE ARAÚJO MACHADO	110	09/08/2000	Prédio BL MUNICIPAL	4
CONTADOR	ALEXANDRO D S HILLMAN	230	30/12/2002	Prédio BL MUNICIPAL	4
CONTADOR	BRENDOW MATHEUS WILLIAN GEMIN	164	12/11/1998	Prédio BL MUNICIPAL	4

FISIOTERAPEUTA	ADRIANO SOARES	238	13/12/1983	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	ANTONY AUGUSTO DOS REIS PROTOPAPA	137	09/01/1996	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	BILUARA SANTOS FRANCA	111	28/02/1996	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	BRUNA CARDOSO DE SOUSA	51	28/01/1995	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	BRUNA COSTA DE BRITO	75	05/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	CAMILA DA SILVA LEMOS	195	04/03/1997	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	DEISSY ALVES CAMARA	82	19/05/1997	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	ERICA KAUANE ROCHER DE PAULA	136	07/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	JANETE KAISER VIEIRA	57	18/12/1973	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	KLINGER PENA DA SILVA	194	29/07/1970	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	LILIANE FARIA DOS SANTOS	113	01/01/2001	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	MARIANA APARECIDA DOS SANTOS	131	23/09/1997	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	MATHEUS LAAF	153	28/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	NATALIA VITORIA DE CRISTO	282	20/12/2004	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	RAFAEL EDUARDO MACHADO	161	26/06/1990	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	RAFAELA MARIANO DE BRITO	84	27/12/2001	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	SONIA BORGES LIMA	32	30/12/1992	Prédio BL MUNICIPAL	4
FISIOTERAPEUTA	SUELLEN CAROLINE SANTOS PEDROSO	17	19/07/1988	Prédio BL MUNICIPAL	4
CIRURGIÃO DENTISTA	ANNA CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO	48	07/10/1983	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	DANIELLI JUSSARA HELENA DE FARIA CRISTIANO	141	08/06/1982	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	FELIPE PRESTAVSKI DE LIMA	117	07/04/1996	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	JAYANNE SABRINA REBOUCAS MORAES	78	26/12/1981	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA	221	20/07/2001	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	JOSÉ ALBERTO DE SOUZA	290	20/10/1978	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	LOHARA CAMILA DE JESUS	160	22/01/2001	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	MARIANE NASCIMENTO DO CARMO	293	05/12/2003	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	MATHEUS DE ASSIS BESTEL	262	28/03/2001	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	SIULANE SILVA DE MELO	121	14/11/1990	Prédio BL MUNICIPAL	5
CIRURGIÃO DENTISTA	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS GROHS	251	03/06/1991	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	CLEVERSON EDUARDO MACHADO ZAZE DIAS DE ASSIS	38	08/03/2002	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	DIEGO JOSE MARCOS	76	28/10/1987	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	ERICK FRANÇOA CAMARGO DO NASCIMENTO	250	01/01/2002	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	GUILHERME LEONARDO DA SILVA	67	15/12/1991	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	JAQUELINE VISNESKI	30	15/07/1997	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	KASSIA ZANONI	151	30/03/1975	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	KEILA CRISTINA FIUZA	59	02/09/1989	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	MARIA APARECIDA DE LIMA	124	08/09/1986	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	MARIA EDUARDA CORDEIRO DE LARA	204	09/10/2000	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS DE CRISTO	193	22/02/1998	Prédio BL MUNICIPAL	5
CONTADOR	ROBSON PIRES DA SILVA	147	08/03/1982	Prédio BL MUNICIPAL	5
MÉDICO VETERINÁRIO	AMANDA PAUL	167	06/01/1996	Prédio BL MUNICIPAL	5
MÉDICO VETERINÁRIO	ANA CLARA DE LIMA FIORI	88	13/02/1986	Prédio BL MUNICIPAL	5
FARMACÊUTICO	HELOISE FARIAS MOREIRA STINGELIN	318	26/06/2000	Prédio BL MUNICIPAL	6
FARMACÊUTICO	TÂNIA CRISTINA REZENDE	212	28/07/1969	Prédio BL MUNICIPAL	6
FONOAUDIÓLOGO	AMANDA RACHEL CZELUSNIAK VAZ	279	27/05/1988	Prédio BL MUNICIPAL	6
FONOAUDIÓLOGO	ARIELY BONFIM COSTA ROSA	87	03/05/2007	Prédio BL MUNICIPAL	6
FONOAUDIÓLOGO	JULIA MORAES DE LARA	323	01/12/2006	Prédio BL MUNICIPAL	6
FONOAUDIÓLOGO	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI	303	21/11/1988	Prédio BL MUNICIPAL	6
FONOAUDIÓLOGO	YASMIN DUARTE DA SILVA	189	23/05/2003	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	CHARLES CHUEIRI FILHO	173	22/04/1987	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	DEBORA OSTERMAYER	143	12/12/1999	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	IGOR ALVES DA SILVA	72	20/12/2001	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	LUDIMYLA PASSOS SILVA	126	10/12/1991	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	149	14/02/1988	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	MARINA GIULIA BINI ELIAS	138	28/02/2001	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	NIKOLAS HORTMANN RAMOS	182	14/11/1993	Prédio BL MUNICIPAL	6
MÉDICO VETERINÁRIO	RAI LEONARDO LUZ DE OLIVEIRA	175	27/08/1999	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA	129	13/01/1980	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	ADRIEL RIBEIRO MACHADO	216	30/12/1997	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	ANA JÚLIA DE OLIVEIRA	231	23/06/2006	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	ANA PAULA REGGIANI	16	24/01/1983	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO	58	30/09/1992	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	KAUAN BONFIM DOS SANTOS	229	23/12/2004	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	MARA LUCIA PIASSA	254	20/08/1968	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	PATRICIA DEIZIELE VAZ CORREA	316	10/02/1999	Prédio BL MUNICIPAL	6
PSICÓLOGO	SHEILA PATRICIA MATHIAS DA SILVA	317	17/09/1977	Prédio BL MUNICIPAL	6

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:EA5A6F0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 579/2026

Ementa: Altera a composição da Comissão Técnica de Levantamento de Requisitos e Avaliação de Sistemas de Informação para a Gestão Municipal, altera o prazo previsto no art. 6º da Portaria nº 185/2026 e mantém inalteradas as demais disposições.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de atualização da composição nominal da Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 185/2026, bem como a necessidade de adequação do prazo para conclusão do Estudo Técnico Preliminar e do Parecer Técnico Conclusivo, em razão do volume de demanda, da complexidade das atividades de análises técnicas complementar envolvendo membros e rotinas dos Poderes Executivo e Legislativo e da alteração dos membros da Comissão,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição nominal da Comissão Técnica de Levantamento de Requisitos e Avaliação de Sistemas de Informação para a Gestão Municipal, instituída pela Portaria nº 185/2026, passando a vigorar, para fins de identificação de seus membros/funções, a seguinte composição:

Nome Completo	Cargo / Função	Setor / Departamento	Função na Comissão
Diogo Alves	Técnico Administrativo	Recursos Humanos	Coordenador da Comissão
Margarete Gabriel de Oliveira	Contador	Contabilidade	Avaliador Técnico – Contabilidade
Vinicius Henrique Nunes Paiva	Analista Fiscal de Tributos	Tributação / Receita	Avaliador Técnico – Tributação
Douglas Ferreira da Silva	Assistente de Administração	Frotas	Avaliador Técnico – Frotas
Nathalia do Rozário Souza	Chefe de Seção	Licitações e Contratos	Suporte Técnico / Licitação
Arlindo Pires de Oliveira Júnior	Contador	Patrimônio	Suporte Técnico / Patrimônio
Denise Payão Rossetto	Tesoureira	Tesouraria	Suporte Técnico / Tesouraria
Jessyca Hennis Guedes	Engenheira	Planejamento/Obras	Suporte Técnico / Planejamento/obras
Luciene Bernardo Santos Mattos	Técnica em Contabilidade	SAMAE	Suporte Técnico / SAMAE
Kathia Yoshie Futami	Assistente de Administração	Protocolo	Suporte Técnico / Protocolo
Carlos Augusto Fonseca	Agente Administrativo	SAMAE	Suporte Técnico / SAMAE
Eliana Beatriz Marioto Sandoli	Assistente Legislativo	Câmara Municipal	Suporte Técnico / Câmara Municipal
Fernando Bigotto Ribeiro	Contador	Câmara Municipal	Suporte Técnico / Câmara Municipal

Art. 2º O art. 6º da Portaria nº 185/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º** A Comissão deverá concluir o Estudo Técnico Preliminar e o Parecer Técnico Conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da publicação da presente Portaria, considerando-se reiniciado o prazo em razão da atualização da composição da Comissão, da necessidade de integração dos novos membros e da continuidade dos trabalhos.

§ 1º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, mediante decisão motivada da autoridade competente, sempre que necessário à adequada conclusão dos trabalhos, especialmente em razão do volume de demanda, da sobrecarga de trabalho, da complexidade das atividades ou da necessidade de análise técnica complementar**."**

Art. 3º A atualização de que trata o art. 1º restringe-se à composição nominal da Comissão, e a alteração de prazo prevista no art. 2º restringe-se ao disposto no art. 6º da Portaria nº 185/2026, permanecendo integralmente preservadas e inalteradas todas as demais competências, atribuições, regras de funcionamento, efeitos e disposições da referida Portaria.

Art. 4º Ficam ratificados todos os demais dispositivos da Portaria nº 185/2026 que não sejam incompatíveis com a presente Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã, 27 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:7BF205DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ANÁLISE DE AMOSTRA - PREGÃO Nº021/2026-PML

COMUNICADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº021/2026-PML
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de materiais e artigos esportivos das mais diversas modalidades e materiais recreativos e pedagógicos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Esportes, Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Políticas Públicas para Mulheres do Município de Loanda-PR,

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do Município de Loanda, juntamente com sua comissão técnica, comunica as empresas interessadas no Pregão nº 021/2026-PML, que estará realizando na data de 31 de agosto de 2.026 (segunda-feira) a partir das 09:00h na Sede da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, localizada à Avenida Paraná S/N, Loanda - Paraná, a análise das amostras referente ao Item XVIII do Edital de Pregão Eletrônico nº021/2026-PML, sendo:

Item	Especificação	Unidade
2	Bola de Vôlei de quadra adulto, em microfibra com 18 gomos matrizada, com câmara de ar, construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível. Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 260-280 e circunferência entre 65-67. Produzida no Brasil. Aprovada pela FIVB, aprovada pela Federação Paranaense de Voleibol. Ou apresentar qualidade superior	UN
4	Bola de voleibol matrizada categoria infantil, 18 gomos, laminado em PU, câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A Bola com peso entre 240-270g, 60 a 63 cm de circunferência. Aprovada pela Federação Paranaense de Voleibol. Ou apresentar qualidade superior.	UN
5	Bola de futsal adulto, em PU com 8 gomos, sistema de fusão com 0 % de absorção de agua, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola, Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL), composto de amortecimento interno com 3,8 a 4,5 mm de espessuras que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 400 a 440 e circunferência entre 62 a 64 cm, fabricado no Brasil. Aprovado pela Federação Paranaense de Futsal. Ou apresentar qualidade superior	UN
7	Bola de futsal Infantil em PU com 8 gomos, sistema de fusão com 0 % de absorção de agua, mantendo as propriedades de peso e velocidade da bola, Dupla camada de colagem, reforçando ainda mais a junção dos gomos, camada de amortecimento (NEOGEL), composto de amortecimento interno com 3,8 a 4,5 mm de espessuras que proporciona maior conforto nos chutes e diminui o impacto nos cabeceios e domínios, sem perder a velocidade da bola, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 300/330g e circunferência e entre 52 a 55 cm, fabricado no Brasil. Aprovado pela Federação Paranaense de Futsal. Ou apresentar qualidade superior.	UN

8	Bola de Futebol de campo oficial, adulto Profissional, em poliuretano PU, costura: termotec, câmara da bola está composta por 6d, com válvula substituível, acabamento texturizado. feita com 14 painéis. Peso de 410g a 450g, tamanho de circunferência 68 a 70cm. Bola aprovada pelas Federações, usada nos campeonatos Nacionais.	UN
9	Bola de Futebol de campo adulto profissional em PU. Com 24 gomos, com sistema de costura profunda e termo-colagem, performance com resistência à abrasão e texturização de microestruturas para aderência, com dupla camada interna de espuma e tecido de alta performance, câmara de ar HAR (High Air Retention). A bola com peso entre 410-450 e circunferência entre 68 - 70 cm, fabricado no Brasil. Aprovado pela Confederação Brasileira de Futebol, e Federação Paranaense de Futebol. Ou apresentar qualidade superior.	UN
12	Bola de Handebol H1 Feminino em PU com 32 gomos, costura a mão, com revestimento externo com película aderente, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 230 A 270 e circunferência entre 50-52. Produzida no Brasil. Aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol e Federação Paranaense de Handebol. Ou apresentar qualidade superior.	UN
13	Bola de Handebol H2 Feminino em PU com 32 gomos, costura a mão, com revestimento externo com película aderente, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 325-400 e circunferência entre 54-56. Aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol e Federação Paranaense de Handebol. Ou apresentar qualidade superior.	UN
14	Bola de Handebol H3 Masculino em PU com 32 gomos, costura a mão, com revestimento externo com película aderente, com câmara ar simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica, miolo removível - Bico alongado que envolve a agulha e protege a câmara de ar, removível e lubrificado. A bola com peso entre 425-475 e circunferência entre 58-60. Produzida no Brasil. Aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol e Federação Paranaense de Handebol. Ou apresentar qualidade superior.	UN
17	Bola para iniciação esportiva nº 08, bola confeccionada em borracha, com miolo substituível, matrizada, tamanho: diâmetro 40 – 42 cm, peso 100 – 120 g. Cores, verde, vermelha, azul e amarela.	UN
20	Rede oficial para futsal, modelo standart, confeccionada em seda fio 10,0mm, malha de 10 x 10 cm. Na cor branca, medindo 3,20 m de comprimento, 2,10 m de altura, com profundidade superior de 0,50m inferior de 1,10m .	PAR
39	Colchonetes confeccionados e revestido em corvim na cor azul, com espuma com densidade 33, medindo 1,00x60x0,7cm. Documento da empresa fabricante que a mesma tem o certificado Inmetro.	UN

Loanda, 27 de agosto de 2.026.

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Turismo

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E8BDE9FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 168/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: SENNA ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de água mineral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Turismo, Habitação, Meio Ambiente do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. R$	Valor Total R$
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, ACONDICIONADO EM COPOS PLÁSTICOS DE 200 ML, LACRADO COM PAPEL ALUMÍNIO. EMBALAGEM COM 48 COPOS.	CRISTAL	UN	1000	25,90	25.900,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A entrega do objeto da licitação será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através de instrumento contratual, emitido pela Secretaria solicitante, nas quantidades ali determinadas. Após a solicitação, o fornecedor deverá fazer a entrega imediatamente do objeto solicitado.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ROBERTO FERREIRA JUNIOR
Senna Alimentos LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DC3DA7FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: BETO GÁS LTDA

OBJETO: Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de água mineral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Turismo, Habitação, Meio Ambiente do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	ÁGUA MINERAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 20L.	SAFIRA	GALÃO	2000	13,82	27.640,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A entrega do objeto da licitação será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através de instrumento contratual, emitido pela Secretaria solicitante, nas quantidades ali determinadas. Após a solicitação, o fornecedor deverá fazer a entrega imediatamente do objeto solicitado.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 18 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

BENJAMIN ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ
Beto Gás LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5B7EA954

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO
LOBATO-PR
ATA DE SESSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
Processo Administrativo Nº 39/2026
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Data de Publicação: 05/05/2026 08:27:53

MOVIMENTOS DO PROCESSO		
11/05/2026 16:06:34	**CADASTRO DE PROPOSTA**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP
11/05/2026 16:07:15	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP
13/05/2026 16:00:01	**CADASTRO DE PROPOSTA**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA
14/05/2026 09:46:58	**CADASTRO DE PROPOSTA**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA
14/05/2026 11:10:24	**CADASTRO DE PROPOSTA**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
14/05/2026 13:44:45	**CADASTRO DE PROPOSTA**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E
14/05/2026 17:01:52	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
14/05/2026 17:04:25	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
15/05/2026 08:54:10	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
15/05/2026 08:57:19	**CADASTRO DE PROPOSTA**	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA
15/05/2026 10:16:08	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA
15/05/2026 11:52:26	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA
15/05/2026 12:17:51	**CADASTRO DE PROPOSTA**	INTELMASTER LTDA
15/05/2026 12:43:17	**CADASTRO DE PROPOSTA**	AR IMPORTS LTDA
15/05/2026 13:10:47	**CADASTRO DE PROPOSTA**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME
15/05/2026 13:36:28	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MODENA MULTISOLUTIONS DE TECNOLOGIA LTDA
15/05/2026 13:58:32	**CADASTRO DE PROPOSTA**	M3. BUSINESS GROUP LTDA
15/05/2026 14:22:04	**CADASTRO DE PROPOSTA**	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA
15/05/2026 14:32:16	**CADASTRO DE PROPOSTA**	L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
15/05/2026 15:27:30	**CADASTRO DE PROPOSTA**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME
15/05/2026 15:59:56	**CADASTRO DE PROPOSTA**	M&B AUTOMAÇÃO
15/05/2026 17:16:03	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA

15/05/2026 18:47:41	**CADASTRO DE PROPOSTA**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA
15/05/2026 18:50:18	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA
16/05/2026 09:55:57	**CADASTRO DE PROPOSTA**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
16/05/2026 13:12:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL
16/05/2026 18:31:33	**CADASTRO DE PROPOSTA**	STELAR TECNOLOGIA LTDA
16/05/2026 18:42:11	**ALTERAÇÃO**	**DE PROPOSTA** STELAR TECNOLOGIA LTDA
17/05/2026 08:50:45	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA
17/05/2026 11:37:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DLS COMÉRCIO LTDA
17/05/2026 12:13:47	**CADASTRO DE PROPOSTA**	FJM MACELLA LTDA
17/05/2026 17:13:29	**CADASTRO DE PROPOSTA**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA
17/05/2026 17:48:12	**CADASTRO DE PROPOSTA**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA
17/05/2026 19:29:17	**CADASTRO DE PROPOSTA**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA
17/05/2026 21:12:51	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA
17/05/2026 21:22:13	**CADASTRO DE PROPOSTA**	INOVE LICITAÇOES LTDA
17/05/2026 21:32:38	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
17/05/2026 21:39:33	**CADASTRO DE PROPOSTA**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO
17/05/2026 22:07:18	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO
18/05/2026 06:43:23	**CADASTRO DE PROPOSTA**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
18/05/2026 08:00:01	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ENOQUE INFORMATICA LTDA
18/05/2026 08:13:20	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA
18/05/2026 08:18:18	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA
18/05/2026 08:31:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia! Logo iniciarei a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 09/2026, promovido pelo Município de Lobato.		
Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns avisos a respeito da presente licitação.		
18/05/2026 08:31:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Peço que acompanhem este certame até o seu desfecho, pois conforme determinam as condições deste Edital, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro/Agente de Contratação será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.		
18/05/2026 08:31:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não serão toleradas condutas que configurem conluio, fraude, violação ao sigilo das propostas e burla a aplicação de sanções administrativas, de modo que, em razão da constatação de conjunto de indícios (através de diligências e consultas às bases de dados), as empresas envolvidas serão desclassificadas e ficarão sujeitas às sanções.		
18/05/2026 08:31:45	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas no sistema (chat), com indicação da data e horário para sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.		
Quaisquer dúvidas que os licitantes venham a ter DURANTE A FASE DE LANCES serão sanadas somente via sistema (chat), não responderei e-mails e não atenderei ligações.		
18/05/2026 08:31:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Dúvidas técnicas quanto à utilização do sistema deverão ser esclarecidas diretamente com a Plataforma.		
18/05/2026 08:32:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Não se utilizar de aplicativos de mensagens instantâneas para comunicar-se com terceiros (servidores) que não estejam conduzindo o certame, com o intuito de obter informações privilegiadas. Reitero, constatada a comunicação com outro servidor como conduta maliciosa, o licitante será desclassificado imediatamente, além de eventuais sanções administrativas.		
18/05/2026 08:32:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Alerto que tenham o devido cuidado no registro dos valores, porquanto, o encerramento iminente de envio de lances poderá inviabilizar a exclusão do lance de forma tempestiva, prevalecendo, assim, o último valor registrado como a oferta a ser considerada, ou a desclassificação do licitante.		
18/05/2026 08:32:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.		
18/05/2026 08:32:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Atenção! Conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, art. 34, I e II:		
Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.		
Parágrafo único. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:		
18/05/2026 08:32:47	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.		
Portanto deverão comprovar a exequibilidade da proposta no prazo informado pela condutora do certame, através da Plataforma BLL.		
18/05/2026 08:33:02	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Deverão apresentar planilhas de custos detalhadas e demonstrativos que evidenciem a viabilidade financeira da proposta, notas fiscais (atuais) de serviços, atas e contratos com outros órgãos da Administração Pública. Não aceitarei “Declaração” elaborada pela própria licitante.		
Reitero atenção quanto aos lances e redução de valores sem o devido cuidado, pois as propostas devem ser elaboradas com responsabilidade, de modo a não prejudicar a Administração.		
18/05/2026 08:33:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
A fase de disputa será realizada DE FORMA PARCELADA DEFINIDA EM GRUPOS DE 10 ITENS/LOTES, DE MANEIRA QUE SEMPRE TERÁ 10 ITENS/LOTES NA DISPUTA.		
18/05/2026 08:34:30	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Iniciarei dentro de alguns minuto a fase de disputa. Desejo desde já, uma boa sorte. Agradeço a participação de todos.		
18/05/2026 08:36:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Portanto deverão comprovar a exequibilidade da proposta no prazo informado pela condutora do certame, através da Plataforma BNC.		
18/05/2026 08:48:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
AGUARDEM		
18/05/2026 11:03:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 1. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 11:05:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 2. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 11:05:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 3. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 11:06:59	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 4. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 11:07:48	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 5. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 11:14:22	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 4. Arquivos atuais: 11 - FUNDO MUNICPAL DE EDUCACAO.pdf;13 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA.pdf.		
18/05/2026 11:21:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 2. Arquivos atuais: DILIGENCIA.pdf.		
18/05/2026 13:47:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante excluiu a resposta da diligência número 5.		
18/05/2026 13:48:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante excluiu a resposta da diligência número 5.		
18/05/2026 13:49:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 5. Arquivos atuais: DANFE - AS IMPORTS - WEBCAM.pdf;ATEST. CT DLS COMERCIO - NF 304 305 - 1500 WEB CAM FULL HD - CELIC RS.pdf.		
18/05/2026 15:52:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 6. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
18/05/2026 16:52:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 6. Arquivos atuais: exequibilidade.pdf;nf comprovacao.pdf;dECLARACAO DE FABRICANTE CONVERTEDOR.pdf;ATESTADO MOUSEPAD - UFPA - PA - 2026.pdf;ATESTADO MOUSEPAD EM PU - BIGUACU - SC - 2022.pdf;ATESTADO MOUSEPAD GEL - CAMPO GRANDE - MS - 2025.pdf.		
19/05/2026 15:28:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 1. Arquivos atuais: EXEQUIBILIDADE LOBATO.pdf.		
20/05/2026 14:11:56	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

O condutor do processo salvou a diligência número 3. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:12:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 3. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:12:22	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 3.		
20/05/2026 14:14:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 4. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:15:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 4.		
20/05/2026 14:17:38	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 5. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:17:44	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 5.		
20/05/2026 14:20:57	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 6. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:21:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 6.		
20/05/2026 14:47:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 7. Horário limite para resposta: 21/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:48:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 1. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:48:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 1.		
20/05/2026 14:50:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 2. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:50:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 2. Horário limite para resposta: 19/05/2026 17:00:00.		
20/05/2026 14:50:30	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 2.		
20/05/2026 16:47:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 7. Arquivos atuais: PROPOSTA CATALOGO DOCUMENTOS EXEQUIBILIDADE.zip.		
22/05/2026 16:11:14	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 7. Horário limite para resposta: 21/05/2026 17:00:00.		
22/05/2026 16:11:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 7.		
22/05/2026 16:15:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Boa tarde! Senhores licitante, após atenderem as diligencias, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 25/05/2026.		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante AR IMPORTS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DLS COMÉRCIO LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante INOVE LICITAÇOES LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante M3. BUSINESS GROUP LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
22/05/2026 16:16:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante VITOR ALFREDO THOMAS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 25/05/2026 17:00		
27/05/2026 08:33:22	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia! Senhores licitante na da data de 26/05/2026 foi desclassifica as empresas Vitor Alfredo Thomas Ltda, GMC Comercio de Alimentos Acucare Ltda e Santos & Nascimento Mercantil, Correção de data.		
27/05/2026 08:34:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Onde se Le 27/05/2026, Lei a se 25/05/2026 data esta que foram convocados para anexar documentação de Habilitação.		
27/05/2026 08:40:40	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante FERNANDO JOSE MACELLA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 28/05/2026 17:00		
27/05/2026 08:41:23	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 28/05/2026 17:00		
27/05/2026 08:41:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 28/05/2026 17:00		
28/05/2026 14:46:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor ativou o anexo de documentos complementares.		
28/05/2026 15:21:44	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA adicionou o arquivo 5acb7d5d05954be8a7c0c3050c337ff8.pdf aos documentos complementares.		
28/05/2026 15:57:21	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 782dbef72d424442b48b01168ee34132.zip aos documentos complementares.		
29/05/2026 08:37:35	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

O participante INOVE LICITAÇOES LTDA adicionou o arquivo c5e61af5fb404057ac8055f4472875e2.rar aos documentos complementares.		
29/05/2026 10:02:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo 0471a268aebf479abd0af6b4f888b9d7.pdf aos documentos complementares.		
01/06/2026 15:59:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante INOVE LICITAÇOES LTDA adicionou o arquivo 51d671edaae54e9881d079e4de4ae5f6.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:02:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 6726b1e558024c9b90861af157d20af3.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:10:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo 540dba2a6c314b1cac2f0905bb8ee981.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:10:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo 49f98724a73040979e239114314c3e11.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:10:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo 383d35a700bb46298510649a54f7ced6.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:17:00	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 8. Horário limite para resposta: 08/06/2026 17:00:00.		
03/06/2026 10:19:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo cancelou a diligência número 8.		
03/06/2026 10:21:49	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 9. Horário limite para resposta: 08/06/2026 17:00:00.		
03/06/2026 10:22:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 10. Horário limite para resposta: 08/06/2026 17:00:00.		
03/06/2026 10:23:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo aa162fbd320c46fea31b63ad599a1e87.zip aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:28:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 6144c7f3048d454e95cf8a39f1412404.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:29:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 729c4d7d18364724a2a4c130f74fddca.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 10:31:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA adicionou o arquivo 1250c3fa570b4350bd80ef0530e5cc67.zip aos documentos complementares.		
03/06/2026 11:13:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 10. Arquivos atuais: NF ITEM 07.pdf.		
03/06/2026 11:13:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo dd3c93b7832842848d0ea898ff14c653.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 11:13:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo da33e65efea54ecaa2ece5461b636743.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 11:14:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo 229e3120ca0546e197828864ff373a7d.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 12:26:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 4eb3b49a019c4129a32680809b13d7c1.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 12:26:36	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 6c273c3ce4e6478dae9082bf0f07ae8a.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 12:26:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 1d55fd3f47a746fcacef1bc8e6020c5e.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 14:38:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA adicionou o arquivo 0f1cd0fc5e9f4f549b180d75417c5f02.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 14:40:03	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA adicionou o arquivo 0e3c13a60eb1460f8d3277603212dc19.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 14:40:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA adicionou o arquivo 31cb5fa9991f46cba70381732c524b61.pdf aos documentos complementares.		
03/06/2026 14:40:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA adicionou o arquivo a5a8e8802b674fd69069e5366dc09895.pdf aos documentos complementares.		
09/06/2026 08:59:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 9. Horário limite para resposta: 08/06/2026 17:00:00.		
09/06/2026 08:59:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 9.		
09/06/2026 09:01:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 10. Horário limite para resposta: 08/06/2026 17:00:00.		
09/06/2026 09:01:36	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 10.		
09/06/2026 10:14:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP adicionou o arquivo 31c00dfce76f48518752efd31f6c3f15.zip aos documentos complementares.		
09/06/2026 16:57:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante INOVE LICITAÇOES LTDA adicionou o arquivo ad643f6df3eb42af91baa06184eb2b0d.pdf aos documentos complementares.		
09/06/2026 17:07:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante INOVE LICITAÇOES LTDA adicionou o arquivo 54f8928b48ee4eb79f2d085f29de0673.png aos documentos complementares.		
15/06/2026 10:48:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA adicionou o arquivo 2656b2093fc94b359582ff54a69090ad.pdf aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:36:50	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 2368e7449be541378297297c5873d011.zip aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:37:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo ccbceecf0aa148dbbcedaca0da337078.zip aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:37:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 4344b8b5c62b4a9184f452336be343ea.zip aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:37:32	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 17c1467f7f8643ff88281ab77e2bf4f0.zip aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:43:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo e241be1c8520472eb6c6626d592ccdd8.zip aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:43:47	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 4bdb530cfead4a698cdf98198fc3d54c.pdf aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:48:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 8424d5ab06414feead7a714863b40a42.pdf aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:50:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 4a6578a325634339b020192209930f8c.pdf aos documentos complementares.		
16/06/2026 16:51:40	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA adicionou o arquivo 86216f2e088348d08ee04ed523098e24.pdf aos documentos complementares.		
17/06/2026 12:19:06	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 84e8d230d9b144229b7a19a664e0bd35.pdf aos documentos complementares.		
17/06/2026 12:19:32	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 2d382bb23f5d48518f433892bf12cca1.zip aos documentos complementares.		

17/06/2026 12:20:02	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo a127b43f80904e508f90cd67744241fc.pdf aos documentos complementares.		
19/06/2026 12:59:36	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante AR IMPORTS LTDA adicionou o arquivo d029d9a2ea6c48d0ada787ed825fd697.pdf aos documentos complementares.		
26/06/2026 14:25:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA adicionou o arquivo 55168bafb530479d9aa02164d5dd09b9.rar aos documentos complementares.		
26/06/2026 14:25:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA adicionou o arquivo f794ee3c61ad47cfbf601f416f7b3bbd.pdf aos documentos complementares.		
26/06/2026 14:25:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA adicionou o arquivo b8db985926a6431d87d7272f78948dbd.pdf aos documentos complementares.		
02/07/2026 10:47:55	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Bom dia! Senhores licitante, após a análise dos catálogos apresentados, verificou-se que estes atendem às especificações técnicas exigidas no edital. Dessa forma, passa-se à próxima fase do procedimento, sendo necessária a solicitação dos documentos de habilitação da licitante, Devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min do 02/07/2026.d		
02/07/2026 10:49:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 03/07/2026 17:00		
02/07/2026 10:51:01	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Correção mensagem onde se lê 02/07/2026 leia -se 03/07/2026.		
02/07/2026 15:03:48	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo a291bbc2d71f4d688274fa8e2a823d9f.zip aos documentos complementares.		
06/07/2026 15:18:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 11. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:19:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 12. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:20:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 13. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:21:44	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 14. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:22:30	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 15. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:23:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 16. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
06/07/2026 15:28:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo 49d242af071a4cfaa89e265875c9fc52.zip aos documentos complementares.		
06/07/2026 15:28:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA adicionou o arquivo e4fe01238e544d2e9f58b43ac5736521.zip aos documentos complementares.		
06/07/2026 17:05:48	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 13. Arquivos atuais: BALANCO D.R.E 2025 - AR IMPORTS LTDA - Assinado.pdf;balanco de abertura - autenticacao.pdf;Balanco 05.11.2025 - AR IMPORTS LTDA - Assinado.pdf;BALANCO 2025 - AR IMPORTS LTDA - Assinado.pdf.		
07/07/2026 12:29:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 12. Arquivos atuais: 2024 e 2025.zip.		
08/07/2026 10:30:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 12. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 10:30:56	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 12.		
08/07/2026 10:35:14	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 13. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 10:35:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 13.		
08/07/2026 10:51:42	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 11. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 10:51:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 11.		
08/07/2026 10:53:49	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 14. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 10:53:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 14.		
08/07/2026 11:11:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 15. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 11:11:38	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 15.		
08/07/2026 11:12:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 15. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 11:12:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 15.		
08/07/2026 11:15:14	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 16. Horário limite para resposta: 07/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 11:15:19	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 16.		
08/07/2026 11:15:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 16.		
08/07/2026 11:55:45	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 17. Horário limite para resposta: 08/07/2026 12:02:00.		
08/07/2026 11:57:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 17. Horário limite para resposta: 09/07/2026 17:00:00.		
08/07/2026 12:01:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DIGITALPAR INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 7f19ccb2eced456e8bbaa63ad7b1d8c2.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 12:06:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DIGITALPAR INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo c3a9291f94734d4baab9620a1b709a43.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 12:06:36	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DIGITALPAR INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo b7cbf18ece3c4646b3cd6ece5b49a4a8.zip aos documentos complementares.		
08/07/2026 12:08:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante DIGITALPAR INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 58519706a2b744398743ca7b07a0ad8a.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 13:25:15	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante M3. BUSINESS GROUP LTDA adicionou o arquivo 7a014f0dfee146428fce008dfb80d60f.zip aos documentos complementares.		
08/07/2026 13:49:07	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA adicionou o arquivo 1e4677c9f91b4f0a8506fe334baf8383.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 13:59:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo dde87f693b0f4815a3a35231761e7b89.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:01:56	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo 44632643baeb433b9de3b0be06d459ca.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:07:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo 1407dced75a2410580008c414a682aec.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:07:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo 566550b20c6545a4864410317d038b3e.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:08:23	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo a98a641c934049c394eb71b0aa95ef99.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:09:05	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo d7a0e357470d40d4ba8d7f7229b2c1ce.rar aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:10:44	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA adicionou o arquivo 41f8995d1fd249bda1af85071d28dcd0.zip aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:20:07	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 17. Arquivos atuais: WhatsApp Image 2026-07-08 at 14.19.33.jpeg.		
08/07/2026 14:20:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante respondeu à diligência número 17. Arquivos atuais: WhatsApp Image 2026-07-08 at 14.19.33.jpeg.		
08/07/2026 14:55:02	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 7fee8cf1424f4c19a16a0164db6bacdf.pdf aos documentos complementares.		
08/07/2026 14:55:26	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante ENOQUE INFORMATICA LTDA adicionou o arquivo 81dc04b548d94796bd76e148c75c92df.pdf aos documentos complementares.		
10/07/2026 11:46:21	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 17. Horário limite para resposta: 09/07/2026 17:00:00.		
10/07/2026 11:46:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 17.		
10/07/2026 11:47:51	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 18. Horário limite para resposta: 13/07/2026 17:00:00.		
15/07/2026 08:14:35	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 18. Horário limite para resposta: 13/07/2026 17:00:00.		
15/07/2026 08:14:41	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 18.		
15/07/2026 08:49:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 19. Horário limite para resposta: 16/07/2026 17:00:00.		
15/07/2026 09:55:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante excluiu a resposta da diligência número 19.		
15/07/2026 09:57:34	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP adicionou o arquivo 4d89326a1d8447459fe5522c6d3a05e8.zip aos documentos complementares.		
16/07/2026 14:54:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 17/07/2026 17:00		
17/07/2026 09:10:49	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 19. Horário limite para resposta: 16/07/2026 17:00:00.		
17/07/2026 09:10:54	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 19.		
17/07/2026 10:51:08	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo e8b2c8629288477fa098b3362800c4ae.pdf aos documentos complementares.		
17/07/2026 10:51:19	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante STELAR TECNOLOGIA LTDA adicionou o arquivo 14906335d4ba44268e931f4115d982f4.pdf aos documentos complementares.		
24/07/2026 10:28:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA adicionou o arquivo 07c4d1aa999c49c5b7e84aaf04baddf8.pdf aos documentos complementares.		
29/07/2026 08:23:06	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 30/07/2026 17:00		
30/07/2026 09:37:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante FERNANDO JOSE MACELLA adicionou o arquivo 6a6b203226414d7ba7628feda7f97b2b.zip aos documentos complementares.		
30/07/2026 09:56:17	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O participante FERNANDO JOSE MACELLA adicionou o arquivo 746983e033ba4568a8f7fe690c5007e8.pdf aos documentos complementares.		
04/08/2026 14:48:40	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
O prazo de entrega dos documentos de habilitação do participante FERNANDO JOSE MACELLA foi alterado para 05/08/2026 17:00		
19/08/2026 11:14:47	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Prezados licitantes, bom dia. Considerando que os classificados com suas propostas, atenderam todas as exigências do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026, bem como às diligências formuladas. Retornarei no dia 20/08/2026, às 11h00min, para a abertura do prazo de 30 (trinta) minutos destinado à manifestação de intenção de recurso.		
Todos os licitantes ficam desde já devidamente notificados, devendo acompanhar o retorno pelo sistema.		
27/08/2026 10:18:18	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
Prezados licitantes, Bom dia, O processo será encaminhado à autoridade competente para apreciação e aprovação dos atos já praticados, a fim de deliberar sobre a adjudicação e a homologação da licitação, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.		

LOTE 1 - EM ADJUDICAÇÃO

1 - ACCESS POINT PADRAO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS- PADROES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A- FREQUENCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ- TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATE 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATE 574 MBPS; FUNCOES WIRELESS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: TPLINK	Modelo: EAP653

Descrição: ACCESS POINT PADRAO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS- PADROES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A- FREQUENCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ- TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATE 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATE 574 MBPS; FUNCOES WIRELESS: VARIOS SSIDS (ATE 16 SSIDS, 8 PARA CADA BANDA);ATIVAR/DESATIVAR RADIO SEM FIO; ATRIBUICAO AUTOMATICA DE CANAL; CONTROLE DE POTENCIA DE TRANSMISSAO (AJUSTE A POTENCIA DE TRANSMISSAO EM DBM); QOS(WMM); MU- MIMO; HE160 (LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ)â?¡; ROAMING CONTINUO; MESH; DIRECIONAMENTO DE BANDA; LOAD BALANCE; AIRTIME; FAIRNESS; BEAMFORMING; TAXA LIMITE; AGENDA DE REINICIALIZACAO AGENDA SEM FIO; ESTATISTICAS SEM FIO BASEADAS EM SSID/AP/CLIENTE; SEGURANCA WIRELESS:- AUTENTICACAO DO PORTAL CATIVO; CONTROLE DE ACESSO; FILTRAGEM DE ENDERECOS MAC SEM FIO; ISOLAMENTO SEM FIO ENTRE CLIENTES; MAPEAMENTO DE SSID PARA VLAN- DETECCAO DE AP NAO AUTORIZADO; SUPORTE 802.1X; WPA-PESSOAL/EMPRESA, WPA2-PESSOAL/EMPRESA, WPA3-PESSOAL/EMPRESA; GERENCIAMENTO:ACESSO VIA NUVEM; ALERTAS POR E-MAIL; CONTROLE DE LED ON/OFF; CONTROLE DE ACESSO PARA GERENCIAMENTO MAC; SNMP: V1, V2C, V3; LOGIN DE SISTEMA LOCAL/REMOTO SYSLOG: SYSLOG LOCAL/REMOTO SSH; GERENCIAMENTO POR WEB: HTTP/HTTPS; GESTAO L3; GESTAO MULTI-SITE; VLAN DE GERENCIAMENTO; ACOMPANHAR INJETOR POEMODELO DE REFERENCIA TP LINK EAP653ACCESS POINT PADRAO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS- PADROES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A- FREQUENCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ- TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATE 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATE 574 MBPS; FUNCOES WIRELESS: VARIOS SSIDS (ATE 16 SSIDS, 8 PARA CADA BANDA);ATIVAR/DESATIVAR RADIO SEM FIO; ATRIBUICAO AUTOMATICA DE CANAL; CONTROLE DE POTENCIA DE TRANSMISSAO (AJUSTE A POTENCIA DE TRANSMISSAO EM DBM); QOS(WMM); MU- MIMO; HE160 (LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ)â?¡; ROAMING CONTINUO; MESH; DIRECIONAMENTO DE BANDA; LOAD BALANCE; AIRTIME; FAIRNESS; BEAMFORMING; TAXA LIMITE; AGENDA DE REINICIALIZACAO AGENDA SEM FIO; ESTATISTICAS SEM FIO BASEADAS EM SSID/AP/CLIENTE; SEGURANCA WIRELESS:- AUTENTICACAO DO PORTAL CATIVO; CONTROLE DE ACESSO; FILTRAGEM DE ENDERECOS MAC SEM FIO; ISOLAMENTO SEM FIO ENTRE CLIENTES; MAPEAMENTO DE SSID PARA VLAN- DETECCAO DE AP NAO AUTORIZADO; SUPORTE 802.1X; WPA-PESSOAL/EMPRESA, WPA2-PESSOAL/EMPRESA, WPA3-PESSOAL/EMPRESA; GERENCIAMENTO:ACESSO VIA NUVEM; ALERTAS POR E-MAIL; CONTROLE DE LED ON/OFF; CONTROLE DE ACESSO PARA GERENCIAMENTO MAC; SNMP: V1, V2C, V3; LOGIN DE SISTEMA LOCAL/REMOTO SYSLOG: SYSLOG LOCAL/REMOTO SSH; GERENCIAMENTO POR WEB: HTTP/HTTPS

Quantidade: 30	**Valor Unit.:**786,90	**Valor Total:** 23.607,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 STELAR TECNOLOGIA LTDA	738	52.750.930/0001-66	1.075,00	786,90		Sim
2 HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	393	41.010.343/0001-14	1.075,00	882,58	12,16	Sim
3 MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	135	08.528.076/0001-04	1.075,00	999,01	13,19	Sim
4 ENOQUE INFORMATICA LTDA	943	16.677.622/0001-99	1.000,00	999,02	0,00	Sim
5 M&B AUTOMAÇÃO	691	26.786.305/0001-64	1.075,00	1.043,10	4,41	Sim

6 TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA	704	63.799.679/0001-40	1.378,00	1.070,00	2,58	Sim
7 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	888	25.027.024/0001-65	1.075,00	1.075,00	0,47	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	753	53.278.020/0001-95	700,00	700,00		Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	559	42.448.644/0001-97	1.075,00	900,00	28,5714	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	451	33.072.590/0001-17	1.075,00	1.023,30	13,7000	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	150	23.567.504/0001-93	1.075,00	1.075,00	5,0523	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	874	30.892.220/0001-38	1.075,00	1.075,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:19	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 704)	**1.378,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 753)	**700,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 874)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 150)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 559)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 451)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	M&B AUTOMAÇÃO (PARTICIPANTE 691)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 738)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**1.075,00**
18/05/2026 09:00:19	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**1.000,00**
18/05/2026 09:01:43	**LANCE**	M&B AUTOMAÇÃO (PARTICIPANTE 691)	**1.043,10**
18/05/2026 09:03:37	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 738)	**786,90**
18/05/2026 09:04:27	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 559)	**900,00**
18/05/2026 09:11:37	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 451)	**1.023,30**
18/05/2026 09:15:19	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 09:15:22	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,99**
18/05/2026 09:15:23	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**899,99**
18/05/2026 09:15:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,98**
18/05/2026 09:15:33	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,97**
18/05/2026 09:15:39	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,96**
18/05/2026 09:15:45	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,95**
18/05/2026 09:15:51	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,94**
18/05/2026 09:15:56	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,93**
18/05/2026 09:16:00	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,92**
18/05/2026 09:16:02	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,91**
18/05/2026 09:16:07	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,90**
18/05/2026 09:16:08	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,89**
18/05/2026 09:16:17	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,88**
18/05/2026 09:16:25	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,87**
18/05/2026 09:16:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,86**
18/05/2026 09:16:31	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,85**
18/05/2026 09:16:32	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,84**
18/05/2026 09:16:35	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,83**
18/05/2026 09:16:38	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,82**
18/05/2026 09:16:41	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,81**
18/05/2026 09:16:44	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,80**
18/05/2026 09:16:49	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,79**
18/05/2026 09:16:51	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,78**
18/05/2026 09:16:57	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,77**
18/05/2026 09:17:00	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,76**
18/05/2026 09:17:05	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,75**
18/05/2026 09:17:08	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,74**
18/05/2026 09:17:12	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,73**
18/05/2026 09:17:15	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,72**
18/05/2026 09:17:19	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,71**
18/05/2026 09:17:26	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,70**
18/05/2026 09:17:33	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,69**
18/05/2026 09:17:34	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,68**
18/05/2026 09:17:39	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,67**
18/05/2026 09:17:40	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,66**
18/05/2026 09:17:45	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,65**
18/05/2026 09:17:46	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,64**
18/05/2026 09:17:53	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,63**
18/05/2026 09:17:58	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,62**
18/05/2026 09:18:00	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,61**
18/05/2026 09:18:04	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,60**
18/05/2026 09:18:07	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,59**
18/05/2026 09:18:11	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,58**
18/05/2026 09:18:13	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,57**
18/05/2026 09:18:15	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,56**
18/05/2026 09:18:20	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,55**
18/05/2026 09:18:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,54**
18/05/2026 09:18:25	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,53**
18/05/2026 09:18:29	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,52**
18/05/2026 09:18:31	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,51**
18/05/2026 09:18:35	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,50**
18/05/2026 09:18:37	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,49**
18/05/2026 09:18:41	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,48**

18/05/2026 09:18:42	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,47**
18/05/2026 09:18:47	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,46**
18/05/2026 09:18:49	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,45**
18/05/2026 09:18:52	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,44**
18/05/2026 09:18:54	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,43**
18/05/2026 09:18:58	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,42**
18/05/2026 09:19:00	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,41**
18/05/2026 09:19:05	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,40**
18/05/2026 09:19:07	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,39**
18/05/2026 09:19:09	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,38**
18/05/2026 09:19:11	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 704)	**1.070,00**
18/05/2026 09:19:15	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,37**
18/05/2026 09:19:16	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,36**
18/05/2026 09:19:19	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,35**
18/05/2026 09:19:21	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,34**
18/05/2026 09:19:25	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,33**
18/05/2026 09:19:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,32**
18/05/2026 09:19:32	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,31**
18/05/2026 09:19:38	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,30**
18/05/2026 09:19:43	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,29**
18/05/2026 09:19:49	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,28**
18/05/2026 09:19:54	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,27**
18/05/2026 09:20:01	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,26**
18/05/2026 09:20:06	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,25**
18/05/2026 09:20:13	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,24**
18/05/2026 09:20:18	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,23**
18/05/2026 09:20:25	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,22**
18/05/2026 09:20:30	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,21**
18/05/2026 09:20:36	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,20**
18/05/2026 09:20:45	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,19**
18/05/2026 09:20:49	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,18**
18/05/2026 09:20:58	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,17**
18/05/2026 09:21:03	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,16**
18/05/2026 09:21:09	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,15**
18/05/2026 09:21:11	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,14**
18/05/2026 09:21:16	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,13**
18/05/2026 09:21:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,12**
18/05/2026 09:21:29	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,11**
18/05/2026 09:21:34	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,10**
18/05/2026 09:21:43	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,09**
18/05/2026 09:21:44	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,08**
18/05/2026 09:21:49	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,07**
18/05/2026 09:21:53	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,06**
18/05/2026 09:21:54	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,05**
18/05/2026 09:21:56	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,04**
18/05/2026 09:22:02	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,03**
18/05/2026 09:22:08	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 943)	**999,02**
18/05/2026 09:22:15	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 135)	**999,01**
18/05/2026 09:22:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 874, PARTICIPANTE 888, PARTICIPANTE 150 que apresentaram o valor de 1,075.00.			
18/05/2026 09:22:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 753, PARTICIPANTE 738, PARTICIPANTE 393			
18/05/2026 09:22:20	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:23:24	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**882,58**
18/05/2026 09:27:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 150, PARTICIPANTE 874, PARTICIPANTE 888 que apresentaram o valor de 1,075.00.			
18/05/2026 09:27:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é VITOR ALFREDO THOMAS LTDA			
18/05/2026 09:27:20	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:33	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:32:56	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:32:56	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 10:15:57	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 738: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 1,18,30			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:49	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:50	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 2 - EM ADJUDICAÇÃO			
2 - ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERENCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3 VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 2	Unidade: Unidades	Marca: MIKROTIK	Modelo: RB750GR3

Descrição: ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERENCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERENCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3

Quantidade: 5	**Valor Unit.:**440,00	**Valor Total:** 2.200,00				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	513	49.490.183/0001-60	700,00	440,00		Sim
2 HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	577	41.010.343/0001-14	704,57	454,53	3,30	Sim
3 FJM MACELLA LTDA	521	48.079.523/0001-00	704,57	560,00	23,20	Sim
4 STELAR TECNOLOGIA LTDA	626	52.750.930/0001-66	704,57	639,90	14,27	Sim
5 MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	155	08.528.076/0001-04	704,00	704,00	10,02	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	319	23.567.504/0001-93	704,57	448,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	909	33.072.590/0001-17	704,00	567,00	26,5625	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	695	42.448.644/0001-97	700,00	694,00	22,3986	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	703	30.892.220/0001-38	704,00	704,00	1,4409	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	106	49.704.499/0002-98	704,57	689,32		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:20	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 626)	**704,57**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 909)	**704,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 695)	**700,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 106)	**704,57**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 155)	**704,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**704,57**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 703)	**704,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**704,57**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**700,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**704,57**
18/05/2026 09:00:25	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**697,20**
18/05/2026 09:04:17	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 626)	**696,00**
18/05/2026 09:04:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**693,68**
18/05/2026 09:04:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**693,52**
18/05/2026 09:04:37	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 695)	**694,00**
18/05/2026 09:06:15	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 909)	**693,00**
18/05/2026 09:06:21	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**690,51**
18/05/2026 09:07:31	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**689,00**
18/05/2026 09:07:32	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**687,11**
18/05/2026 09:07:55	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 626)	**687,15**
18/05/2026 09:08:06	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**650,00**
18/05/2026 09:08:08	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**647,21**
18/05/2026 09:08:41	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**640,00**
18/05/2026 09:08:43	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**638,24**
18/05/2026 09:09:06	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 626)	**639,90**
18/05/2026 09:10:50	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**630,00**
18/05/2026 09:10:53	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**628,64**
18/05/2026 09:10:54	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**628,22**
18/05/2026 09:14:29	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 909)	**690,12**
18/05/2026 09:15:20	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 09:15:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**628,21**
18/05/2026 09:15:23	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**628,21**
18/05/2026 09:15:25	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**625,72**
18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 106)	**689,32**
18/05/2026 09:15:29	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**625,71**
18/05/2026 09:15:32	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**623,10**
18/05/2026 09:15:33	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**625,70**
18/05/2026 09:15:35	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**623,09**
18/05/2026 09:15:37	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**621,90**
18/05/2026 09:15:40	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**621,89**
18/05/2026 09:15:42	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**620,20**
18/05/2026 09:15:43	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**619,08**
18/05/2026 09:15:46	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**619,07**
18/05/2026 09:15:47	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**621,88**
18/05/2026 09:15:48	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**617,86**
18/05/2026 09:15:51	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**615,00**
18/05/2026 09:15:56	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**617,85**
18/05/2026 09:15:58	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**612,38**
18/05/2026 09:16:03	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**612,37**
18/05/2026 09:16:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**612,36**
18/05/2026 09:16:09	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**612,35**
18/05/2026 09:16:11	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**600,00**
18/05/2026 09:16:11	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**610,03**
18/05/2026 09:16:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**609,80**
18/05/2026 09:16:16	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**599,99**
18/05/2026 09:16:19	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**598,33**
18/05/2026 09:16:22	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**598,32**
18/05/2026 09:16:23	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**597,88**
18/05/2026 09:16:26	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 909)	**595,00**
18/05/2026 09:16:28	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**594,99**
18/05/2026 09:16:29	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**594,98**
18/05/2026 09:16:32	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**593,74**
18/05/2026 09:16:33	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**593,73**

18/05/2026 09:16:35	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**590,00**
18/05/2026 09:16:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**589,99**
18/05/2026 09:16:39	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**589,98**
18/05/2026 09:16:41	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**588,96**
18/05/2026 09:16:42	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**588,90**
18/05/2026 09:16:45	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**588,89**
18/05/2026 09:16:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**587,62**
18/05/2026 09:16:54	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**587,61**
18/05/2026 09:16:55	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**586,72**
18/05/2026 09:16:57	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**586,71**
18/05/2026 09:16:59	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**583,77**
18/05/2026 09:17:04	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**583,76**
18/05/2026 09:17:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**583,76**
18/05/2026 09:17:09	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**583,75**
18/05/2026 09:17:16	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**581,46**
18/05/2026 09:17:17	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**583,74**
18/05/2026 09:17:17	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**581,29**
18/05/2026 09:17:19	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**581,28**
18/05/2026 09:17:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**579,14**
18/05/2026 09:17:22	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**581,27**
18/05/2026 09:17:24	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**579,13**
18/05/2026 09:17:33	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**577,58**
18/05/2026 09:17:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**579,12**
18/05/2026 09:17:36	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**577,57**
18/05/2026 09:17:36	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**576,81**
18/05/2026 09:17:38	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**575,05**
18/05/2026 09:17:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**575,04**
18/05/2026 09:17:41	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**575,03**
18/05/2026 09:17:44	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**572,88**
18/05/2026 09:17:48	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**572,87**
18/05/2026 09:17:48	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**572,87**
18/05/2026 09:17:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**571,82**
18/05/2026 09:17:53	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**571,81**
18/05/2026 09:17:54	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**571,81**
18/05/2026 09:17:58	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**569,53**
18/05/2026 09:17:59	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**569,52**
18/05/2026 09:18:00	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**569,18**
18/05/2026 09:18:04	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**569,17**
18/05/2026 09:18:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**569,16**
18/05/2026 09:18:07	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**567,14**
18/05/2026 09:18:13	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 909)	**567,00**
18/05/2026 09:18:14	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**567,13**
18/05/2026 09:18:16	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 521)	**560,00**
18/05/2026 09:18:16	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**566,99**
18/05/2026 09:18:16	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**564,74**
18/05/2026 09:18:17	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**564,70**
18/05/2026 09:18:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**557,60**
18/05/2026 09:18:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**559,99**
18/05/2026 09:18:23	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**557,59**
18/05/2026 09:18:25	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**555,19**
18/05/2026 09:18:29	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**555,18**
18/05/2026 09:18:30	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**552,53**
18/05/2026 09:18:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**557,58**
18/05/2026 09:18:35	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**552,52**
18/05/2026 09:18:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**552,52**
18/05/2026 09:18:38	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**550,68**
18/05/2026 09:18:40	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**550,67**
18/05/2026 09:18:44	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**549,31**
18/05/2026 09:18:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**550,66**
18/05/2026 09:18:46	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**549,30**
18/05/2026 09:18:49	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**547,49**
18/05/2026 09:18:51	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**547,48**
18/05/2026 09:18:54	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**547,47**
18/05/2026 09:18:54	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**544,63**
18/05/2026 09:18:57	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**544,62**
18/05/2026 09:18:59	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**542,15**
18/05/2026 09:19:01	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**542,14**
18/05/2026 09:19:03	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**542,13**
18/05/2026 09:19:08	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**540,57**
18/05/2026 09:19:09	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**540,56**
18/05/2026 09:19:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**538,55**
18/05/2026 09:19:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**540,55**
18/05/2026 09:19:14	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**538,54**
18/05/2026 09:19:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**535,66**
18/05/2026 09:19:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**535,65**
18/05/2026 09:19:20	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**535,65**
18/05/2026 09:19:26	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**535,64**
18/05/2026 09:19:26	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**533,35**
18/05/2026 09:19:33	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**533,34**
18/05/2026 09:19:36	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**532,11**
18/05/2026 09:19:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**533,33**
18/05/2026 09:19:37	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**530,39**
18/05/2026 09:19:43	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**530,38**
18/05/2026 09:19:48	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**529,06**
18/05/2026 09:19:49	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**530,37**
18/05/2026 09:19:54	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**529,05**
18/05/2026 09:19:57	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**529,04**
18/05/2026 09:19:58	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**526,56**
18/05/2026 09:20:01	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**526,55**

18/05/2026 09:20:02	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	523,56
18/05/2026 09:20:05	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	523,55
18/05/2026 09:20:07	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	523,54
18/05/2026 09:20:08	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	520,84
18/05/2026 09:20:12	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	520,83
18/05/2026 09:20:14	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	518,99
18/05/2026 09:20:15	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	518,43
18/05/2026 09:20:18	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	518,42
18/05/2026 09:20:18	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	518,42
18/05/2026 09:20:19	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	516,03
18/05/2026 09:20:23	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	516,02
18/05/2026 09:20:26	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	513,65
18/05/2026 09:20:29	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	513,64
18/05/2026 09:20:30	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	510,92
18/05/2026 09:20:34	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	510,91
18/05/2026 09:20:37	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	510,90
18/05/2026 09:20:39	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	509,86
18/05/2026 09:20:41	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	509,52
18/05/2026 09:20:42	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	509,85
18/05/2026 09:20:46	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	509,51
18/05/2026 09:20:47	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	509,51
18/05/2026 09:20:54	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	507,99
18/05/2026 09:20:56	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	507,11
18/05/2026 09:20:57	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	509,50
18/05/2026 09:21:00	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	507,10
18/05/2026 09:21:06	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	507,09
18/05/2026 09:21:07	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	507,08
18/05/2026 09:21:07	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	506,08
18/05/2026 09:21:08	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	505,27
18/05/2026 09:21:10	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	505,26
18/05/2026 09:21:13	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	503,49
18/05/2026 09:21:15	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	502,41
18/05/2026 09:21:16	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	502,40
18/05/2026 09:21:21	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	500,42
18/05/2026 09:21:22	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	499,68
18/05/2026 09:21:22	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	500,41
18/05/2026 09:21:27	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	499,67
18/05/2026 09:21:27	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	499,67
18/05/2026 09:21:33	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	499,66
18/05/2026 09:21:35	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	497,63
18/05/2026 09:21:36	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	497,11
18/05/2026 09:21:42	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	497,10
18/05/2026 09:21:46	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	495,01
18/05/2026 09:21:46	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	494,15
18/05/2026 09:21:47	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	495,00
18/05/2026 09:21:51	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	494,14
18/05/2026 09:21:55	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	492,36
18/05/2026 09:21:57	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	492,35
18/05/2026 09:21:59	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	492,34
18/05/2026 09:21:59	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	490,91
18/05/2026 09:22:01	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	490,53
18/05/2026 09:22:02	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	490,41
18/05/2026 09:22:03	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	490,52
18/05/2026 09:22:03	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	490,00
18/05/2026 09:22:07	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	489,99
18/05/2026 09:22:09	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	489,98
18/05/2026 09:22:11	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	489,97

18/05/2026 09:22:11	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	487,50
18/05/2026 09:22:14	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	487,49
18/05/2026 09:22:15	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	484,73
18/05/2026 09:22:18	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	484,72
18/05/2026 09:22:18	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	484,69
18/05/2026 09:22:21	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	484,68
18/05/2026 09:22:22	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	482,40
18/05/2026 09:22:27	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	482,39
18/05/2026 09:22:27	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	482,39
18/05/2026 09:22:32	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	481,26
18/05/2026 09:22:32	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	482,38
18/05/2026 09:22:33	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	481,19
18/05/2026 09:22:38	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	481,18
18/05/2026 09:22:41	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	478,60
18/05/2026 09:22:42	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	481,18
18/05/2026 09:22:44	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	478,59
18/05/2026 09:22:46	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	476,06
18/05/2026 09:22:47	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	478,58
18/05/2026 09:22:49	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	476,05
18/05/2026 09:22:50	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	476,05
18/05/2026 09:22:52	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	474,24
18/05/2026 09:22:55	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	474,23
18/05/2026 09:22:58	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	472,62
18/05/2026 09:22:59	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	471,82
18/05/2026 09:22:59	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	472,61
18/05/2026 09:23:01	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	471,81
18/05/2026 09:23:01	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	471,36
18/05/2026 09:23:02	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	471,80
18/05/2026 09:23:07	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	471,35
18/05/2026 09:23:07	LANCE	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	471,35

18/05/2026 09:23:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**469,65**
18/05/2026 09:23:13	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**471,34**
18/05/2026 09:23:19	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**469,64**
18/05/2026 09:23:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 703, PARTICIPANTE 155 que apresentaram o valor de 704.00.			
18/05/2026 09:23:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 577, PARTICIPANTE 513, PARTICIPANTE 319			
18/05/2026 09:23:20	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:23:21	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 513)	**440,00**
18/05/2026 09:23:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 319)	**448,00**
18/05/2026 09:24:24	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**454,53**
18/05/2026 09:28:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 155, PARTICIPANTE 703 que apresentaram o valor de 704.00.			

18/05/2026 09:28:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA		
18/05/2026 09:28:21	**JULGAMENTO**	
25/05/2026 14:25:33	**HABILITAÇÃO**	
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.		
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.		
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.		
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.		
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.		
20/08/2026 11:00:50	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:51	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 3 - EM ADJUDICAÇÃO 3 - ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERENCIA: MIKROTIK RB3011 U VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 3	Unidade: Unidades	Marca: MIKROTIK	Modelo: RB4011IGS+RM
Descrição: ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERENCIA: MIKROTIK RB3011 UiAS-RMROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERENCIA: MIKROTIK RB3011 UiAS-RM			
Quantidade: 2	**Valor Unit.:** 1.620,00	**Valor Total:** 3.240,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	907	49.490.183/0001-60	2.275,00	1.620,00		Sim
2 MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	474	08.528.076/0001-04	3.000,00	1.925,00	18,83	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	020	23.567.504/0001-93	2.275,75	1.607,55		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	076	30.892.220/0001-38	2.270,00	2.270,00	41,2087	Sim

INABILITADOS

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:20	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 076)	**2.270,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.275,75**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.275,00**
18/05/2026 09:00:20	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**3.000,00**
18/05/2026 09:00:24	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.268,50**
18/05/2026 09:15:20	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:15:22	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.268,49**
18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.268,48**
18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.265,75**
18/05/2026 09:15:28	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.265,74**
18/05/2026 09:15:30	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.263,89**
18/05/2026 09:15:34	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.263,88**
18/05/2026 09:15:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.263,87**
18/05/2026 09:15:39	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.262,68**
18/05/2026 09:15:39	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.263,86**
18/05/2026 09:15:45	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.262,67**
18/05/2026 09:15:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.262,66**
18/05/2026 09:15:53	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.260,64**
18/05/2026 09:15:56	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.260,63**
18/05/2026 09:15:59	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.257,97**
18/05/2026 09:16:02	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.257,96**
18/05/2026 09:16:10	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.256,13**
18/05/2026 09:16:13	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.255,13**
18/05/2026 09:16:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.257,95**
18/05/2026 09:16:17	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.255,12**
18/05/2026 09:16:29	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.255,11**
18/05/2026 09:16:30	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.254,09**
18/05/2026 09:16:35	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.254,08**
18/05/2026 09:16:39	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.252,19**
18/05/2026 09:16:41	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.252,18**

18/05/2026 09:16:42	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.254,07**
18/05/2026 09:16:46	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.249,60**
18/05/2026 09:16:51	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.249,59**
18/05/2026 09:16:58	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.246,80**
18/05/2026 09:17:03	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.246,79**
18/05/2026 09:17:11	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.246,78**
18/05/2026 09:17:15	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.245,11**
18/05/2026 09:17:17	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.246,77**
18/05/2026 09:17:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.244,79**
18/05/2026 09:17:19	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.244,78**
18/05/2026 09:17:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.244,77**
18/05/2026 09:17:25	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.244,76**

18/05/2026 09:17:26	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.243,18**
18/05/2026 09:17:33	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.243,17**
18/05/2026 09:17:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.243,16**
18/05/2026 09:17:37	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.243,15**
18/05/2026 09:17:40	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.240,16**
18/05/2026 09:17:46	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.240,15**
18/05/2026 09:17:47	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.240,14**
18/05/2026 09:17:48	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.238,94**
18/05/2026 09:17:53	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.238,93**
18/05/2026 09:17:56	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.238,92**
18/05/2026 09:17:57	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.237,75**
18/05/2026 09:18:00	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.237,74**
18/05/2026 09:18:01	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.236,04**
18/05/2026 09:18:05	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.235,69**
18/05/2026 09:18:07	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.235,68**
18/05/2026 09:18:08	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.235,68**
18/05/2026 09:18:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.233,90**
18/05/2026 09:18:13	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.232,95**
18/05/2026 09:18:15	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.232,79**
18/05/2026 09:18:15	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.232,94**
18/05/2026 09:18:19	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.232,78**
18/05/2026 09:18:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.232,78**
18/05/2026 09:18:24	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.230,81**
18/05/2026 09:18:31	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.230,80**
18/05/2026 09:18:32	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.230,80**
18/05/2026 09:18:34	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.228,39**
18/05/2026 09:18:36	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.228,38**
18/05/2026 09:18:42	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.228,37**
18/05/2026 09:18:43	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.225,58**
18/05/2026 09:18:48	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.225,57**
18/05/2026 09:18:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.224,44**
18/05/2026 09:18:51	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.223,90**
18/05/2026 09:18:54	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.223,89**
18/05/2026 09:18:55	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.222,34**
18/05/2026 09:18:56	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.223,88**
18/05/2026 09:19:00	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.222,33**
18/05/2026 09:19:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.222,32**
18/05/2026 09:19:07	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.220,27**
18/05/2026 09:19:13	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.220,26**
18/05/2026 09:19:15	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.218,88**
18/05/2026 09:19:16	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.220,25**
18/05/2026 09:19:17	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.217,85**
18/05/2026 09:19:18	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.217,84**
18/05/2026 09:19:21	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.216,04**

18/05/2026 09:19:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.215,38**
18/05/2026 09:19:24	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.215,37**
18/05/2026 09:19:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.217,84**
18/05/2026 09:19:28	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.213,43**
18/05/2026 09:19:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.213,42**
18/05/2026 09:19:31	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.213,41**
18/05/2026 09:19:32	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.211,19**
18/05/2026 09:19:33	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.210,76**
18/05/2026 09:19:37	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.210,75**
18/05/2026 09:19:38	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.209,35**
18/05/2026 09:19:40	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.208,21**
18/05/2026 09:19:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.210,75**
18/05/2026 09:19:43	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.208,20**
18/05/2026 09:19:47	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.206,66**
18/05/2026 09:19:50	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.206,65**
18/05/2026 09:19:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.206,65**
18/05/2026 09:19:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.205,80**
18/05/2026 09:19:54	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.205,79**
18/05/2026 09:19:56	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.203,38**
18/05/2026 09:19:58	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.203,37**
18/05/2026 09:20:00	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.203,36**
18/05/2026 09:20:01	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.200,87**
18/05/2026 09:20:06	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.200,86**
18/05/2026 09:20:08	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.200,85**
18/05/2026 09:20:09	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.198,07**
18/05/2026 09:20:12	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.198,06**
18/05/2026 09:20:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.195,67**
18/05/2026 09:20:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.195,66**
18/05/2026 09:20:20	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.195,66**
18/05/2026 09:20:30	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.195,65**

18/05/2026 09:20:35	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.193,19**
18/05/2026 09:20:38	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.193,18**
18/05/2026 09:20:42	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.191,35**
18/05/2026 09:20:43	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.191,34**
18/05/2026 09:20:46	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.189,43**
18/05/2026 09:20:50	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.189,42**
18/05/2026 09:20:54	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.189,41**
18/05/2026 09:20:55	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.187,92**
18/05/2026 09:20:56	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.189,40**
18/05/2026 09:21:01	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.186,51**
18/05/2026 09:21:03	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.186,50**
18/05/2026 09:21:10	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.184,17**
18/05/2026 09:21:12	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**2.186,49**
18/05/2026 09:21:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.183,91**

18/05/2026 09:21:15	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**2.183,90**
18/05/2026 09:21:20	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**2.181,41**
18/05/2026 09:21:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 907, PARTICIPANTE 474, PARTICIPANTE 020, PARTICIPANTE 076			
18/05/2026 09:21:20	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:21:28	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 907)	**1.620,00**
18/05/2026 09:21:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	**1.607,55**
18/05/2026 09:22:26	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 474)	**1.925,00**
18/05/2026 09:26:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 09:26:21	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:34	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
27/05/2026 10:19:37	**MENSAGEM**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	
Senhor pregoeiro vi que voltou mais tres item pra mim sera aberto prazo pra anexer proposta ajustada			
28/05/2026 14:46:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 020: Boa tarde! Senhor licitante será aberto um novo prazo para anexar a proposta ajustada e os catálogos de todos os itens ofertados. Itens 03,06,08,15,16,17,18,22,24,30. O prazo de até o dia 29/05/2026 as 17:00 h.			
01/06/2026 10:25:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Bom dia! Senhor licitante vou conceder até o dia 02/06/2026 as 17:00 h, para apresentar catálogo dos itens 17, 18, 24 e 30			
01/06/2026 15:58:38	**MENSAGEM**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 020)	
Senhor pregoeiro vou anexar a proposta ajustada sem os itens 17 18 24 e 30 pois apos analise a marca que cotei no atende 100% ao solicitado			
01/06/2026 16:00:43	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Boa tarde! Obrigada por informar, aguardo a proposta.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
08/07/2026 12:03:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 907: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 09/07/2026. ITEM 3 E 8			
20/08/2026 11:00:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		
LOTE 4 - EM ADJUDICAÇÃO 4 - SWITCH 24 PORTAS GIGABIT GERENCIAVEL ESPECIFICACOES: PADROES E PROTOCOLOS: - IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE802.3Z, - IEEE 802.3AD, IEEE 802.3X, IEEE 802.1D, IEEE 802.1S, - IEEE 802.1W, I			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 4	Unidade: Unidades	Marca: TP-LINK	Modelo: SG3428
Descrição: SWITCH 24 PORTAS GIGABIT GERENCIAVEL ESPECIFICACOES: PADROES E PROTOCOLOS: - IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE802.3Z, - IEEE 802.3AD, IEEE 802.3X, IEEE 802.1D, IEEE 802.1S, - IEEE 802.1W, IEEE 802.1Q, IEEE 802.1X, IEEE 802.1P INTERFACE: - 24Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS - 4Ã? SLOTS SFP GIGABIT - 1Ã? PORTA DE CONSOLE RJ45 - 1Ã? PORTA DE CONSOLE MICRO-USB HARDWARE: - FONTE DE ALIMENTACAO: 100~240VAC, 50/60HZ - MONTAGEM: RACK MOUNTABLE - CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA: 19,9 W (220 V / 50 HZ) DESEMPENHO: - LARGURA DE BANDA / BACKPLANE: 56GBPS - TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 41.66MPPS - TABELA DE ENDERECOS MAC: 16K - JUMBO FRAME: 9 KB SOFTWARE: QOS: - 8 FILAS DE PRIORIDADE - PRIORIDADE 802.1P COS/DSCP AGENDAMENTO DE FILAS: - SP (STRICT PRIORITY) - WRR (WEIGHTED ROUND ROBIN) - SP+WRR CONTROLE DE LARGURA DE BANDA: - LIMITE DE CLASSIFICACAO COM BASE NA PORTA/FLUXO - DESEMPENHO MAIS SUAVE ACAO PARA FLUXOS: - ESPELHAR (PARA A INTERFACE SUPORTADA) - REDIRECIONAR (PARA A INTERFACE SUPORTADAL) - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTARIO DE QOS CARACTERISTICAS L2 E L2+: AGREGACAO DE LINKS: - AGREGACAO DE LINKS ESTATICOS - LACP 802.3AD - ATE 8 GRUPOS DE AGREGACAO E ATE 8 PORTAS POR GRUPO MULTICAST L2: SUPORTA 511 GRUPOS IGMP (IPV4, IPV6) IGMP SNOOPING - IGMP V1/V2/V3 SNOOPING - FAST LEAVE - IGMP SNOOPING QUERIER - IGMP AUTHENTICATION IGMP AUTHENTICATION MVR MLD SNOOPING - MLD V1/V2 SNOOPING - FAST LEAVE - MLD SNOOPING QUERIER - CONFIGURACAO DE GRUPOS ESTATICOS - MULTICAST IP LIMITADO FILTRAGEM MULTICAST: 256 PERFIS E 16 ENTRADAS POR PERFIL VLAN: GRUPO VLAN - MAXIMO DE 4.000 GRUPOS DE VLAN 802.1Q TAGGED VLAN VLAN MAC: 12 ENTRADAS PROTOCOLO VLAN: MODELO DE PROTOCOLO 16, PROTOCOLO VLAN 16 GVRP VLAN VPN (QINQ) - QINQ BASEADO NA PORTA - QINQ SELETIVO VLAN DE VOZ LISTA DE CONTROLE DE ACESSO: ACL BASEADA NO TEMPO MAC ACL - MAC DE ORIGEM - MAC DE DESTINO - ID DA VLAN - PRIORIDADE DO USUARIO - TIPO ETHER IP ACL - IP DE ORIGEM - IP DE DESTINO - FRAGMENTO - PROTOCOLO IP - MARCACAO TCP - PORTA TCP/UDP - DSCP/IP TOS - PRIORIDADE DO USUARIO ACL COMBINADO ACL DE CONTEUDO DO PACOTE IPV6 ACL POLITICA - ESPELHAMENTO - REDIRECIONAR - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTARIO DE QOS O ACL APLICA-SE A PORTA/VLAN SEGURANCA: LIGACAO IP-MAC-PORTA - DHCP SNOOPING - INSPECAO ARP - PROTECAO DE IPV4 DE ORIGEM LIGACAO IPV6-MAC-PORTA - DHCPV6 SNOOPING - DETECCAO ND - PROTECAO DE IPV6 DE ORIGEM DOS DEFEND SEGURANCA DE PORTA EST			
Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 1.200,00		**Valor Total:** 4.800,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ENOQUE INFORMATICA LTDA	457	16.677.622/0001-99	1.600,00	1.200,00		Sim
2 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	522	49.490.183/0001-60	1.800,00	1.220,00	1,67	Sim
3 TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA	851	63.799.679/0001-40	1.734,00	1.579,00	29,43	Sim
4 LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	565	34.770.156/0001-73	1.810,00	1.799,99	14,00	Sim
5 MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	957	08.528.076/0001-04	1.811,00	1.811,00	0,61	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	039	62.628.807/0001-20	1.881,67	1.027,99		Sim
FJM MACELLA LTDA	880	48.079.523/0001-00	1.811,67	1.200,00	16,7327	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	444	23.567.504/0001-93	1.811,67	1.207,33	0,6108	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	408	33.072.590/0001-17	1.811,00	1.733,00	43,5399	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	435	42.448.644/0001-97	1.800,00	1.800,00	3,8661	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	260	30.892.220/0001-38	1.811,00	1.811,00	0,6111	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	PUBLICADO		
06/05/2026 08:20:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
18/05/2026 08:20:00	AGUARDANDO DISPUTA		
18/05/2026 09:00:21	DISPUTA		
18/05/2026 09:00:21	LANCE	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 957)	1.811,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 851)	1.734,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 880)	1.811,67

18/05/2026 09:00:21	LANCE	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 435)	1.800,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 408)	1.811,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 565)	1.810,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 457)	1.600,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.881,67
18/05/2026 09:00:21	LANCE	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 260)	1.811,00
18/05/2026 09:00:21	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.811,67
18/05/2026 09:00:21	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.800,00
18/05/2026 09:00:31	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.597,04
18/05/2026 09:06:23	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.597,00
18/05/2026 09:06:28	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.595,48
18/05/2026 09:06:29	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.594,95
18/05/2026 09:06:53	LANCE	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 408)	1.733,00
18/05/2026 09:07:44	LANCE	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 880)	1.590,00
18/05/2026 09:07:49	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.587,17
18/05/2026 09:08:14	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.587,00
18/05/2026 09:08:22	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.584,77
18/05/2026 09:11:48	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.580,00
18/05/2026 09:11:55	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.577,57
18/05/2026 09:14:40	LANCE	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 851)	1.579,00
18/05/2026 09:15:21	TEMPO	RANDÔMICO	
18/05/2026 09:15:27	LANCE	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 565)	1.799,99
18/05/2026 09:15:28	LANCE	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 457)	1.431,00
18/05/2026 09:15:29	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.429,73
18/05/2026 09:15:29	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.430,99
18/05/2026 09:15:33	LANCE	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 457)	1.421,10
18/05/2026 09:15:34	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.577,50
18/05/2026 09:15:36	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.418,99
18/05/2026 09:15:50	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.418,00
18/05/2026 09:15:53	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.417,99
18/05/2026 09:15:56	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.416,08
18/05/2026 09:16:19	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.416,07
18/05/2026 09:16:26	LANCE	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 880)	1.400,00
18/05/2026 09:16:29	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.416,05
18/05/2026 09:16:29	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.413,85
18/05/2026 09:16:32	LANCE	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 457)	1.274,46
18/05/2026 09:16:33	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.397,73
18/05/2026 09:16:36	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.273,30
18/05/2026 09:16:37	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.273,16
18/05/2026 09:16:45	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.272,00
18/05/2026 09:16:46	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.273,15
18/05/2026 09:16:49	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.269,66
18/05/2026 09:17:11	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.269,65
18/05/2026 09:17:15	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.269,64

18/05/2026 09:17:19	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.267,26
18/05/2026 09:17:29	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.267,25
18/05/2026 09:17:34	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.265,87
18/05/2026 09:17:35	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.265,28
18/05/2026 09:17:41	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.265,27
18/05/2026 09:17:46	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.262,86
18/05/2026 09:17:49	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.262,54
18/05/2026 09:18:01	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.262,53
18/05/2026 09:18:04	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.260,85
18/05/2026 09:18:07	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.262,50
18/05/2026 09:18:25	LANCE	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 880)	1.250,00
18/05/2026 09:18:26	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.260,84
18/05/2026 09:18:27	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.248,47
18/05/2026 09:18:28	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.247,88
18/05/2026 09:18:35	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.245,00
18/05/2026 09:18:38	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.244,99
18/05/2026 09:18:39	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.242,18
18/05/2026 09:18:46	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.242,17
18/05/2026 09:18:48	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.239,63
18/05/2026 09:18:59	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.239,62
18/05/2026 09:19:02	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.237,32
18/05/2026 09:19:19	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.237,31
18/05/2026 09:19:20	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.234,45
18/05/2026 09:19:20	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.235,00
18/05/2026 09:19:24	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.234,44
18/05/2026 09:19:33	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.234,43
18/05/2026 09:19:35	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.232,73
18/05/2026 09:19:49	LANCE	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	1.230,00
18/05/2026 09:19:52	LANCE	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	1.227,76
18/05/2026 09:19:53	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.232,72
18/05/2026 09:20:15	LANCE	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	1.227,75

18/05/2026 09:20:17	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	**1.227,74**
18/05/2026 09:20:21	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.225,93**
18/05/2026 09:20:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.225,37**
18/05/2026 09:20:23	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.225,09**
18/05/2026 09:20:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	**1.225,08**
18/05/2026 09:20:39	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.222,48**
18/05/2026 09:21:01	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	**1.222,47**
18/05/2026 09:21:04	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.220,20**
18/05/2026 09:21:37	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	**1.220,10**
18/05/2026 09:21:41	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	**1.220,09**
18/05/2026 09:23:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 957, PARTICIPANTE 260 que apresentaram o valor de 1,811.00.			

18/05/2026 09:23:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 444, PARTICIPANTE 039, PARTICIPANTE 522, PARTICIPANTE 880, PARTICIPANTE 457			
18/05/2026 09:23:22	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:23:24	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 522)	**1.220,00**
18/05/2026 09:23:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 444)	**1.207,33**
18/05/2026 09:23:47	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 039)	**1.027,99**
18/05/2026 09:24:41	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 880)	**1.200,00**
18/05/2026 09:26:29	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 457)	**1.200,00**
18/05/2026 09:28:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 880, PARTICIPANTE 457 que apresentaram o valor de 1,200.00.			
18/05/2026 09:28:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 957, PARTICIPANTE 260 que apresentaram o valor de 1,811.00.			
18/05/2026 09:28:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL			
18/05/2026 09:28:22	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:34	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:33:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:38:52	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 880: Boa tarde! Senhores licitante, após atenderem as diligencias, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 27/05/2026. ITEM 4 E 5. Se atentar e enviar os catálogos.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:45:30	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 880: Boa tarde! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 01/06/2026. ITEM: 4 E 5			
01/06/2026 10:41:30	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 880: Bom dia! Senhor licitante vou conceder até o dia 02/06/2026 as 17:00 h, para apresentar catálogo dos itens 4,5.			
03/06/2026 09:56:38	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ENOQUE INFORMATICA LTDA			
03/06/2026 09:56:39	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FJM MACELLA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 02/06/2026 até as 17:00 h.			

03/06/2026 10:15:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 444: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 4		
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.		
20/08/2026 11:00:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:52	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 5 - EM ADJUDICAÇÃO			
5 - SWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPS			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 5	Unidade: Unidades	Marca: MERCUSYS	Modelo: MS108G
Descrição: SWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPSSWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPS			
Quantidade: 5	**Valor Unit.:** 110,00		**Valor Total:** 550,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	274	49.490.183/0001-60	180,00	110,00		Sim
2 STELAR TECNOLOGIA LTDA	468	52.750.930/0001-66	182,26	121,68	10,62	Sim
3 ENOQUE INFORMATICA LTDA	027	16.677.622/0001-99	150,00	139,99	15,05	Sim
4 LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	523	34.770.156/0001-73	181,00	179,10	27,94	Sim
5 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE	928	10.820.186/0001-89	182,00	179,11	0,01	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	618	53.278.020/0001-95	180,00	94,89		Sim
FJM MACELLA LTDA	719	48.079.523/0001-00	182,26	101,00	6,4390	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	411	23.567.504/0001-93	182,26	127,24	25,9802	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	989	33.072.590/0001-17	182,00	129,99	2,1613	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	532	42.448.644/0001-97	140,00	140,00	7,7006	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	558	30.892.220/0001-38	182,00	182,00	30,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	435	49.704.499/0002-98	182,26	149,06		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:21	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**180,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 468)	**182,26**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 027)	**150,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 618)	**180,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 719)	**182,26**

18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 532)	**140,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 989)	**182,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 558)	**182,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 411)	**182,26**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 435)	**182,26**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**181,00**
18/05/2026 09:00:21	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**182,00**
18/05/2026 09:00:28	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,99**
18/05/2026 09:00:32	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**138,64**
18/05/2026 09:05:16	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 468)	**137,00**
18/05/2026 09:05:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**135,24**
18/05/2026 09:07:41	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 989)	**148,00**
18/05/2026 09:08:13	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 719)	**130,00**
18/05/2026 09:08:23	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**127,60**
18/05/2026 09:08:38	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 468)	**121,68**
18/05/2026 09:08:41	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**118,93**
18/05/2026 09:08:42	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 411)	**127,24**
18/05/2026 09:08:43	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 618)	**120,00**
18/05/2026 09:10:37	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 989)	**129,99**
18/05/2026 09:15:21	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:15:25	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 435)	**149,06**
18/05/2026 09:15:27	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,98**
18/05/2026 09:15:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 027)	**139,99**
18/05/2026 09:15:29	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,97**
18/05/2026 09:15:32	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,96**
18/05/2026 09:15:35	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,95**
18/05/2026 09:15:38	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,94**
18/05/2026 09:15:40	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,93**
18/05/2026 09:15:44	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,92**
18/05/2026 09:15:47	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,91**
18/05/2026 09:15:50	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,90**
18/05/2026 09:15:52	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,89**
18/05/2026 09:15:55	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,88**
18/05/2026 09:15:57	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,87**
18/05/2026 09:16:01	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,86**
18/05/2026 09:16:05	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 719)	**115,00**
18/05/2026 09:16:07	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,85**
18/05/2026 09:16:13	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,84**
18/05/2026 09:16:16	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,83**
18/05/2026 09:16:18	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**113,11**
18/05/2026 09:16:19	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,82**
18/05/2026 09:16:21	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,81**
18/05/2026 09:16:27	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,80**
18/05/2026 09:16:35	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,79**
18/05/2026 09:16:42	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,78**
18/05/2026 09:16:47	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,77**
18/05/2026 09:16:59	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,76**
18/05/2026 09:17:04	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,75**
18/05/2026 09:17:09	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,74**
18/05/2026 09:17:12	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,73**
18/05/2026 09:17:14	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,72**
18/05/2026 09:17:16	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,71**
18/05/2026 09:17:23	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,70**
18/05/2026 09:17:31	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,69**
18/05/2026 09:17:37	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,68**
18/05/2026 09:17:42	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,67**
18/05/2026 09:17:48	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,66**
18/05/2026 09:17:54	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,65**
18/05/2026 09:17:56	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,64**
18/05/2026 09:18:01	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,63**
18/05/2026 09:18:06	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,62**
18/05/2026 09:18:12	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,61**
18/05/2026 09:18:18	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,60**
18/05/2026 09:18:25	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,59**
18/05/2026 09:18:30	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,58**
18/05/2026 09:18:35	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,57**
18/05/2026 09:18:41	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,56**
18/05/2026 09:18:46	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,55**
18/05/2026 09:18:47	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,54**
18/05/2026 09:18:52	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,53**
18/05/2026 09:19:00	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,52**
18/05/2026 09:19:03	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,51**
18/05/2026 09:19:07	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,50**
18/05/2026 09:19:10	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,49**
18/05/2026 09:19:13	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,48**

18/05/2026 09:19:15	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,47**
18/05/2026 09:19:18	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,46**
18/05/2026 09:19:21	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,45**
18/05/2026 09:19:23	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,44**
18/05/2026 09:19:27	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,43**
18/05/2026 09:19:30	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,42**
18/05/2026 09:19:33	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,41**
18/05/2026 09:19:37	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,40**
18/05/2026 09:19:39	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,39**
18/05/2026 09:19:42	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,38**
18/05/2026 09:19:46	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,37**
18/05/2026 09:19:48	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,36**
18/05/2026 09:19:51	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,35**
18/05/2026 09:19:53	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,34**
18/05/2026 09:19:57	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,33**
18/05/2026 09:19:59	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,32**
18/05/2026 09:20:04	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,31**
18/05/2026 09:20:05	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,30**
18/05/2026 09:20:10	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,29**
18/05/2026 09:20:11	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,28**
18/05/2026 09:20:16	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,27**
18/05/2026 09:20:18	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,26**
18/05/2026 09:20:20	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 618)	**114,00**
18/05/2026 09:20:21	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,25**
18/05/2026 09:20:23	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,24**
18/05/2026 09:20:26	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,23**
18/05/2026 09:20:28	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,22**
18/05/2026 09:20:33	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,21**
18/05/2026 09:20:35	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,20**
18/05/2026 09:20:41	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,19**
18/05/2026 09:20:47	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,18**
18/05/2026 09:20:51	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,17**
18/05/2026 09:20:56	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,16**
18/05/2026 09:21:03	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,15**
18/05/2026 09:21:07	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,14**
18/05/2026 09:21:10	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,13**
18/05/2026 09:21:15	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,12**
18/05/2026 09:21:17	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**179,11**
18/05/2026 09:21:21	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 523)	**179,10**
18/05/2026 09:21:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 274, PARTICIPANTE 618, PARTICIPANTE 719, PARTICIPANTE 468			
18/05/2026 09:21:21	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:21:31	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 274)	**110,00**
18/05/2026 09:21:40	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 618)	**94,89**
18/05/2026 09:22:49	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 719)	**101,00**
18/05/2026 09:26:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 719 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 09:26:22	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 09:31:22	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é VITOR ALFREDO THOMAS LTDA			
18/05/2026 09:31:22	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:34	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:32:56	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:32:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA			

26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 09:57:42	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FJM MACELLA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 02/06/2026 até as 17:00 h.			
03/06/2026 09:57:42	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
03/06/2026 10:12:39	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 274: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 5			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 6 - EM ADJUDICAÇÃO			
6 - SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADROES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSIVEIS 10/100/1000 MBPS COM A			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 6	Unidade: Unidades	Marca: TP-LINK	Modelo: TL-SG1024D
Descrição: SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADROES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSIVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NEGOCIACAO (AUTO MDI / MDIX) CAPACIDADE DE COMUTACAO: 48GBPS FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA: 100-240V CA, 50/60HZ FAN QUANTITY: FANLESS DIMENSOES APROX. DO PRODUTO: 294 X 180 X 44MM FONTE DE ALIMENTACAO: 100-240VAC, 50/60HZ TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 35.7MPPS QUADRO JUMBO: 10KB TECNOLOGIASWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADROES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSIVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NEGOCIACAO (AUTO MDI / MDIX) CAPACIDADE DE COMUTACAO: 48GBPS FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA: 100-240V CA,			

50/60HZ FAN QUANTITY: FANLESS DIMENSOES APROX. DO PRODUTO: 294 X 180 X 44MM FONTE DE ALIMENTACAO: 100-240VAC, 50/60HZ TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 35.7MPPS QUADRO JUMBO: 10KB TECNOLOGIA		
Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 679,99	**Valor Total:** 2.719,96

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA	892	52.585.078/0001-19	682,23	679,99		Sim
DESCLASSIFICADOS						

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	518	53.278.020/0001-95	680,00	423,89		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	284	33.072.590/0001-17	682,00	489,23	15,4144	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	501	23.567.504/0001-93	682,23	519,00	6,0851	Sim
ENOQUE INFORMATICA LTDA	680	16.677.622/0001-99	650,00	520,00	0,1927	Sim
FJM MACELLA LTDA	312	48.079.523/0001-00	682,23	523,00	0,5769	Sim
STELAR TECNOLOGIA LTDA	770	52.750.930/0001-66	682,23	524,00	0,1912	Sim
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	359	34.770.156/0001-73	681,00	568,55	8,5019	Sim
T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	616	49.490.183/0001-60	680,00	582,82	2,5099	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	732	30.892.220/0001-38	682,00	682,00	17,0173	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	124	42.448.644/0001-97	682,00	682,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	102	49.704.499/0002-98	682,23	633,90		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:22	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**650,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 312)	**682,23**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 102)	**682,23**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA (PARTICIPANTE 892)	**682,23**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**681,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**680,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**680,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	**682,23**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 732)	**682,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**682,23**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 124)	**682,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 284)	**682,00**
18/05/2026 09:00:34	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**647,32**
18/05/2026 09:00:39	**LANCE**	L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA (PARTICIPANTE 892)	**679,99**
18/05/2026 09:05:48	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	**646,00**
18/05/2026 09:05:52	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**643,21**
18/05/2026 09:05:53	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**643,16**
18/05/2026 09:05:55	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**643,08**
18/05/2026 09:08:51	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**640,00**
18/05/2026 09:08:54	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**637,53**
18/05/2026 09:09:41	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	**639,00**
18/05/2026 09:09:57	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 284)	**637,00**
18/05/2026 09:10:03	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**634,03**
18/05/2026 09:10:36	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	**634,04**
18/05/2026 09:11:11	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**635,00**

18/05/2026 09:15:22	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 102)	**634,92**
18/05/2026 09:15:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**571,50**
18/05/2026 09:15:31	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 102)	**633,90**
18/05/2026 09:15:33	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**570,63**
18/05/2026 09:15:33	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**617,84**
18/05/2026 09:15:38	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**570,62**
18/05/2026 09:15:38	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**616,90**
18/05/2026 09:15:39	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**570,51**
18/05/2026 09:15:44	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**616,77**
18/05/2026 09:15:47	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**575,00**
18/05/2026 09:15:55	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**555,09**
18/05/2026 09:15:59	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**570,50**
18/05/2026 09:16:00	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**613,99**
18/05/2026 09:16:01	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**600,10**
18/05/2026 09:16:07	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**540,09**
18/05/2026 09:16:08	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**583,89**
18/05/2026 09:16:09	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**597,42**
18/05/2026 09:16:14	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 616)	**582,82**
18/05/2026 09:16:15	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**524,53**
18/05/2026 09:16:19	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**570,49**
18/05/2026 09:16:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**537,00**
18/05/2026 09:17:01	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**525,00**
18/05/2026 09:17:03	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	**524,00**
18/05/2026 09:17:31	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 312)	**523,00**
18/05/2026 09:19:05	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 284)	**574,00**
18/05/2026 09:22:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**522,99**
18/05/2026 09:23:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 732, PARTICIPANTE 124 que apresentaram o valor de 682.00.			
18/05/2026 09:23:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 501, PARTICIPANTE 312, PARTICIPANTE 770, PARTICIPANTE 680, PARTICIPANTE 518, PARTICIPANTE 359, PARTICIPANTE 284			

18/05/2026 09:23:22	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:23:38	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 501)	**519,00**
18/05/2026 09:23:44	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 518)	**423,89**
18/05/2026 09:23:49	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 284)	**489,23**
18/05/2026 09:25:07	**MENSAGEM**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 770)	
Olá. Bom dia. Solicito o cancelamento do meu último lance. por gentileza.			
18/05/2026 09:25:37	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 770: OK			
18/05/2026 09:26:25	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 680)	**520,00**
18/05/2026 09:26:28	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 359)	**568,55**
18/05/2026 09:28:23	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 732, PARTICIPANTE 124 que apresentaram o valor de 682.00.			
18/05/2026 09:28:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é VITOR ALFREDO THOMAS LTDA			
18/05/2026 09:28:23	**JULGAMENTO**		
18/05/2026 09:29:30	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: A pedido do licitante.			
18/05/2026 09:29:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 09:41:46	**RECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA reclassificado. Motivo: Por equivoco na desclassificação, reclassifico o licitante.			
18/05/2026 09:41:46	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é VITOR ALFREDO THOMAS LTDA			
18/05/2026 09:47:22	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
STELAR TECNOLOGIA LTDA desclassificado. Motivo: A Pedido do licitante.			
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:32:56	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:32:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:43	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ENOQUE INFORMATICA LTDA			
08/07/2026 12:04:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 680: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 09/07/2026. ITEM 6			
10/07/2026 14:37:09	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
ENOQUE INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois Jumbo frame inferior pedido em edital			
10/07/2026 14:37:09	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA			
10/07/2026 14:43:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 312: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 13/07/2026. ITEM 6			
15/07/2026 08:42:46	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
FJM MACELLA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 13/07/2026 até as 17:00 h.			
15/07/2026 08:42:46	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP			
15/07/2026 08:50:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 359: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 16/07/2026. ITEM 6			
15/07/2026 08:52:03	**MENSAGEM**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE	
Bom dia Senhor pregoeiro, estaremos providenciando, obrigada pela oportunidade			
22/07/2026 08:52:20	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, falta informações no catálogo, como certificação do produto conforme pedido em edital			
22/07/2026 08:52:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
22/07/2026 08:56:48	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 616: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 23/07/2026. ITEM 6			
24/07/2026 10:23:31	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA			
24/07/2026 10:23:32	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 23/07/2026 até as 17:00 h.			
24/07/2026 10:24:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 892: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 27/07/2026. ITEM 6			
24/07/2026 10:40:12	**MENSAGEM**	L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA (PARTICIPANTE 892)	
Bom dia! Senhor(a) Pregoeiro(a). Anexamos o catálogo.			
29/07/2026 08:22:24	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 892: Bom dia! Senhor licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 30/07/2026.			
20/08/2026 11:00:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 7 - EM ADJUDICAÇÃO
7 - ROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZ
VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 7	Unidade: Unidades	Marca: TPLINK	Modelo: EX520
Descrição: ROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZ			
Quantidade: 15	**Valor Unit.:** 268,00		**Valor Total:** 4.020,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 STELAR TECNOLOGIA LTDA	658	52.750.930/0001-66	417,00	268,00		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	348	48.079.523/0001-00	417,00	290,00	8,21	Sim
3 ENOQUE INFORMATICA LTDA	934	16.677.622/0001-99	450,00	450,00	55,17	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	504	41.010.343/0001-14	417,00	193,55		Sim
T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	564	49.490.183/0001-60	415,00	195,00	0,7492	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	112	23.567.504/0001-93	417,00	209,35	7,3590	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	085	33.072.590/0001-17	417,00	333,56	59,3313	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	247	42.448.644/0001-97	417,00	416,00	24,7152	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	960	30.892.220/0001-38	417,00	417,00	0,2404	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:22	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**415,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 960)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 112)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 247)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 085)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 658)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 348)	**417,00**
18/05/2026 09:00:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 934)	**450,00**
18/05/2026 09:05:19	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 247)	**416,00**
18/05/2026 09:09:27	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 085)	**414,00**
18/05/2026 09:09:29	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**412,15**
18/05/2026 09:10:05	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 658)	**412,16**
18/05/2026 09:15:22	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:15:23	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**412,14**
18/05/2026 09:15:28	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**410,67**
18/05/2026 09:15:29	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**410,66**
18/05/2026 09:15:34	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**408,42**
18/05/2026 09:15:35	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**408,41**
18/05/2026 09:15:40	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**406,31**
18/05/2026 09:15:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 112)	**408,40**
18/05/2026 09:15:46	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**406,30**
18/05/2026 09:15:54	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**403,74**
18/05/2026 09:15:57	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**403,73**
18/05/2026 09:16:01	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**401,87**
18/05/2026 09:16:01	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 112)	**403,72**
18/05/2026 09:16:02	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**401,78**
18/05/2026 09:16:03	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**401,77**
18/05/2026 09:16:17	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**399,49**
18/05/2026 09:16:22	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**399,48**
18/05/2026 09:16:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 960, PARTICIPANTE 348 que apresentaram o valor de 417.00.			
18/05/2026 09:16:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 504, PARTICIPANTE 564, PARTICIPANTE 112, PARTICIPANTE 658, PARTICIPANTE 085, PARTICIPANTE 247, PARTICIPANTE 960, PARTICIPANTE 348			
18/05/2026 09:16:22	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:16:28	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 564)	**195,00**
18/05/2026 09:16:34	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 112)	**209,35**
18/05/2026 09:17:16	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 085)	**333,56**
18/05/2026 09:17:24	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**193,55**
18/05/2026 09:17:28	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 658)	**268,00**
18/05/2026 09:17:58	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 348)	**290,00**
18/05/2026 09:21:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA			
18/05/2026 09:21:23	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
28/05/2026 15:13:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 504: Boa tarde! Senhore licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para			

o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 29/05/2026. ITEM: 07, 10, 25			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 09:59:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
03/06/2026 09:59:30	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois velocidades 5g e 2.4 inferior ao pedido em edital.			

15/06/2026 09:13:38	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada Catalogo apresentado não atende ao edital, pois pedimos em edital quatro portas de Lan gigabit e uma Wan gigabit			
15/06/2026 09:13:38	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			
15/06/2026 09:19:20	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 112: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 16/06/2026. ITEM 07			
17/06/2026 09:21:40	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA			
17/06/2026 09:21:41	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 16/06/2026 até as 17:00 h.			
17/06/2026 09:26:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 658: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 18/06/2026. ITEM 7			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 8 - EM ADJUDICAÇÃO

8 - ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATE 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: TP-LINK	Modelo: EAP650 OUTDOOR

Descrição: ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATE 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ, COBERTURA DE LONGO ALCANCE, TECNOLOGIA MESH, CONEXAO SEM ATRASOS COM ROAMING CONTINUO, ALIMENTADO POR POE: SUPORTA TANTO A ALIMENTACAO POE+ 802.3AT QUANTO A ALIMENTACAO POE PASSIVA (ADAPTADOR INCLUIDO), CRIPTOGRAFIA WAP3, CAPTIVE PORTAL (SMS, FACEBOOK WI-FI, VOUCHER) E AUTENTICACAO 802.1X, PROTECAO IP67 A PROVA D'AGUA E POEIRA; MODELO DE REFERENCIA EAP650- OUTDOOR.ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATE 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ, COBERTURA DE LONGO ALCANCE, TECNOLOGIA MESH, CONEXAO SEM ATRASOS COM ROAMING CONTINUO, ALIMENTADO POR POE: SUPORTA TANTO A ALIMENTACAO POE+ 802.3AT QUANTO A ALIMENTACAO POE PASSIVA (ADAPTADOR INCLUIDO), CRIPTOGRAFIA WAP3, CAPTIVE PORTAL (SMS, FACEBOOK WI-FI, VOUCHER) E AUTENTICACAO 802.1X, PROTECAO IP67 A PROVA D'AGUA E POEIRA; MODELO DE REFERENCIA EAP650-OUTDOOR.

Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 982,00	**Valor Total:** 9.820,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	708	49.490.183/0001-60	1.480,00	982,00		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	608	48.079.523/0001-00	1.489,67	985,00	0,31	Sim
3 TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA	439	63.799.679/0001-40	1.404,00	1.130,00	14,72	Sim
4 ENOQUE INFORMATICA LTDA	144	16.677.622/0001-99	1.400,00	1.201,09	6,29	Sim
5 M&B AUTOMAÇÃO	903	26.786.305/0001-64	1.489,67	1.272,58	5,95	Sim
6 LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	055	34.770.156/0001-73	1.488,00	1.295,21	1,78	Sim
7 STELAR TECNOLOGIA LTDA	536	52.750.930/0001-66	1.489,67	1.369,00	5,70	Sim
8 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	362	25.027.024/0001-65	1.480,00	1.480,00	8,11	Sim
9 MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	018	08.528.076/0001-04	1.489,00	1.489,00	0,61	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INOVE LICITAÇOES LTDA	626	23.567.504/0001-93	1.489,67	939,30		Sim
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	596	53.278.020/0001-95	1.450,00	1.019,89	8,5798	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	255	33.072.590/0001-17	1.489,00	1.199,88	17,6480	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	542	30.892.220/0001-38	1.487,00	1.350,00	12,5113	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	423	42.448.644/0001-97	1.489,00	1.456,00	7,8519	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	445	49.704.499/0002-98	1.489,67	1.272,33		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 439)	**1.404,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.488,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**1.480,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	M&B AUTOMAÇÃO (PARTICIPANTE 903)	**1.489,67**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 536)	**1.489,67**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 018)	**1.489,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 608)	**1.489,67**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.400,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.489,67**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.450,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 542)	**1.487,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 423)	**1.489,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 255)	**1.489,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 445)	**1.489,67**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.480,00**
18/05/2026 09:00:33	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.397,54**
18/05/2026 09:01:48	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 542)	**1.350,00**
18/05/2026 09:01:48	**LANCE**	M&B AUTOMAÇÃO (PARTICIPANTE 903)	**1.272,58**

18/05/2026 09:01:49	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.270,65**
18/05/2026 09:01:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.269,87**
18/05/2026 09:05:36	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 423)	**1.456,00**
18/05/2026 09:06:44	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 536)	**1.369,00**
18/05/2026 09:08:50	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 255)	**1.395,00**
18/05/2026 09:09:07	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.250,00**
18/05/2026 09:09:12	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.248,75**
18/05/2026 09:09:13	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.248,18**
18/05/2026 09:11:21	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.245,00**
18/05/2026 09:11:56	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.243,95**
18/05/2026 09:11:58	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.242,03**
18/05/2026 09:15:23	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 445)	**1.272,33**
18/05/2026 09:15:27	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.342,75**
18/05/2026 09:15:28	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.366,23**
18/05/2026 09:15:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.242,02**
18/05/2026 09:15:44	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.240,17**
18/05/2026 09:15:45	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.342,74**
18/05/2026 09:15:45	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.366,22**
18/05/2026 09:15:46	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.239,36**
18/05/2026 09:15:50	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.363,29**
18/05/2026 09:15:54	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.339,87**
18/05/2026 09:15:58	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.240,00**
18/05/2026 09:16:12	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 439)	**1.220,00**
18/05/2026 09:16:13	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.318,94**
18/05/2026 09:16:16	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.342,00**
18/05/2026 09:16:16	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.217,48**
18/05/2026 09:16:19	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.316,21**
18/05/2026 09:16:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.339,22**
18/05/2026 09:16:26	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.217,47**
18/05/2026 09:16:27	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.339,21**
18/05/2026 09:16:31	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.316,20**
18/05/2026 09:16:34	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.216,01**
18/05/2026 09:16:35	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.216,00**
18/05/2026 09:16:38	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.214,65**
18/05/2026 09:16:38	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.336,11**
18/05/2026 09:16:42	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 608)	**1.200,00**
18/05/2026 09:16:44	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.320,00**
18/05/2026 09:16:45	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.198,15**
18/05/2026 09:16:45	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.313,15**
18/05/2026 09:16:47	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.198,06**
18/05/2026 09:16:48	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.295,31**
18/05/2026 09:16:52	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.317,86**
18/05/2026 09:16:56	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.295,22**
18/05/2026 09:16:59	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.198,05**
18/05/2026 09:17:04	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 055)	**1.295,21**
18/05/2026 09:17:06	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 608)	**1.150,00**
18/05/2026 09:17:10	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.265,00**
18/05/2026 09:17:14	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.147,67**
18/05/2026 09:17:16	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.155,00**
18/05/2026 09:17:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.147,66**
18/05/2026 09:17:21	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.262,42**
18/05/2026 09:17:27	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.146,06**
18/05/2026 09:17:30	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.260,66**
18/05/2026 09:17:38	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.146,05**
18/05/2026 09:17:40	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.260,65**
18/05/2026 09:17:42	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.144,40**
18/05/2026 09:17:45	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.143,57**
18/05/2026 09:17:46	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 439)	**1.145,00**
18/05/2026 09:17:46	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.257,92**
18/05/2026 09:17:52	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.143,56**
18/05/2026 09:17:56	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.141,27**
18/05/2026 09:17:58	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 255)	**1.199,88**
18/05/2026 09:17:58	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.255,39**
18/05/2026 09:18:03	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.145,00**
18/05/2026 09:18:15	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.141,26**
18/05/2026 09:18:19	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.138,83**
18/05/2026 09:18:22	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 439)	**1.144,00**
18/05/2026 09:18:24	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.252,71**
18/05/2026 09:18:34	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.138,82**
18/05/2026 09:18:37	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.137,80**
18/05/2026 09:18:38	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 608)	**1.100,00**
18/05/2026 09:18:41	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.136,65**
18/05/2026 09:18:41	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.210,00**
18/05/2026 09:18:42	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.098,34**
18/05/2026 09:18:47	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.208,17**
18/05/2026 09:18:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.098,33**
18/05/2026 09:18:52	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.096,06**
18/05/2026 09:18:52	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.208,16**
18/05/2026 09:18:58	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.205,66**
18/05/2026 09:19:09	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.096,05**
18/05/2026 09:19:12	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.140,00**
18/05/2026 09:19:13	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.094,77**
18/05/2026 09:19:14	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.093,47**
18/05/2026 09:19:15	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.204,24**
18/05/2026 09:19:22	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.202,81**

18/05/2026 09:19:26	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.093,46**
18/05/2026 09:19:29	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.091,91**
18/05/2026 09:19:32	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.201,10**
18/05/2026 09:19:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.091,90**
18/05/2026 09:19:44	**LANCE**	ENOQUE INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 144)	**1.201,09**
18/05/2026 09:19:46	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.090,63**
18/05/2026 09:19:51	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.089,36**
18/05/2026 09:20:03	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.089,35**
18/05/2026 09:20:05	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.087,59**
18/05/2026 09:20:06	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.090,00**
18/05/2026 09:20:07	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.087,05**
18/05/2026 09:20:11	**LANCE**	TOR TECNOLOGIA E INDUSTRIA LTDA (PARTICIPANTE 439)	**1.130,00**

18/05/2026 09:20:26	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.087,04**
18/05/2026 09:20:28	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.084,35**
18/05/2026 09:20:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.084,34**
18/05/2026 09:20:47	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.083,00**
18/05/2026 09:20:50	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**1.082,17**
18/05/2026 09:21:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**1.082,16**
18/05/2026 09:21:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 626, PARTICIPANTE 708, PARTICIPANTE 596, PARTICIPANTE 608, PARTICIPANTE 439			
18/05/2026 09:21:23	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:21:34	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 708)	**982,00**
18/05/2026 09:21:55	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 626)	**939,30**
18/05/2026 09:22:29	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 596)	**1.019,89**
18/05/2026 09:23:13	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 608)	**985,00**
18/05/2026 09:26:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 608 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 09:26:23	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 09:31:24	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 09:31:24	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:32:56	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:46	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		
LOTE 9 - EM ADJUDICAÇÃO			
9 - SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM UNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATIVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QO			

VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: MERCUSYS	Modelo: MS105GP
Descrição: SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM UNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATIVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QOS PERMITE TRAFEGO SUAVE E SENSIVEL A LATENCIA, SUPORTA POE POWER ATE 30 W PARA CADA PORTA POE, SUPORTA POE POWER ATE 40 W PARA TODAS AS PORTAS POE, PLUG AND PLAY.SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM UNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATIVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QOS PERMITE TRAFEGO SUAVE E SENSIVEL A LATENCIA, SUPORTA POE POWER ATE 30 W PARA CADA PORTA POE, SUPORTA POE POWER ATE 40 W PARA TODAS AS PORTAS POE, PLUG AND PLAY.			
Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 218,00		**Valor Total:** 2.180,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	111	49.490.183/0001-60	240,00	218,00		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	095	48.079.523/0001-00	244,22	236,00	8,26	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	374	23.567.504/0001-93	244,22	237,60		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	673	30.892.220/0001-38	244,00	244,00	2,6936	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 673)	**244,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 374)	**244,22**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 111)	**240,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 095)	**244,22**
18/05/2026 09:08:33	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 095)	**239,00**
18/05/2026 09:08:37	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 111)	**236,89**
18/05/2026 09:08:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 374)	**237,60**

18/05/2026 09:15:23	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:21:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 111, PARTICIPANTE 374, PARTICIPANTE 095, PARTICIPANTE 673			
18/05/2026 09:21:23	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:21:33	**LANCE**	T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (PARTICIPANTE 111)	**218,00**
18/05/2026 09:23:48	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 095)	**236,00**
18/05/2026 09:26:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 095 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 09:26:24	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 09:31:24	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA			
18/05/2026 09:31:24	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		

26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 10 - EM ADJUDICAÇÃO

10 - CABO DE REDE CAT6 COM MARCACAO METRO A METRO, HOMOLOGADO PELA ANATEL, CABO 4 PARES TRANCADO NAO BLINDADO, ANTI-CHAMAS DIÃ?METRO DE 6 MM (24AWG) 100% COBRE, CAIXA COM 305MTS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 10	Unidade: Caixa	Marca:	Modelo:

Descrição: CABO DE REDE CAT6 COM MARCACAO METRO A METRO, HOMOLOGADO PELA ANATEL, CABO 4 PARES TRANCADO NAO BLINDADO, ANTI-CHAMAS DIÃ?METRO DE 6 MM (24AWG) 100% COBRE, CAIXA COM 305MTSCABO DE REDE CAT6 COM MARCACAO METRO A METRO, HOMOLOGADO PELA ANATEL, CABO 4 PARES TRANCADO NAO BLINDADO, ANTI-CHAMAS DIÃ?METRO DE 6 MM (24AWG) 100% COBRE, CAIXA COM 305MTS

Quantidade: 6	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	361	41.010.343/0001-14	1.190,36	1.005,16		Sim
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	587	49.704.499/0002-98	1.190,36	1.092,00	8,6394	Sim
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	534	34.770.156/0001-73	1.188,00	1.148,55	5,1786	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	888	30.892.220/0001-38	1.190,00	1.150,00	0,1262	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	509	42.448.644/0001-97	1.190,00	1.151,00	0,0870	Sim
BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	384	25.027.024/0001-65	1.190,00	1.190,00	3,3884	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 888)	**1.190,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**1.190,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 587)	**1.190,36**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 534)	**1.188,00**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**1.190,36**
18/05/2026 09:00:23	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 509)	**1.190,00**
18/05/2026 09:01:20	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 888)	**1.150,00**
18/05/2026 09:05:46	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 509)	**1.151,00**
18/05/2026 09:15:23	**TEMPO RANDÔMICO**		

18/05/2026 09:15:26	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 587)	**1.187,42**
18/05/2026 09:15:29	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**1.149,99**
18/05/2026 09:15:32	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 587)	**1.150,90**
18/05/2026 09:19:23	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 361, PARTICIPANTE 888, PARTICIPANTE 587, PARTICIPANTE 509, PARTICIPANTE 534, PARTICIPANTE 384			
18/05/2026 09:19:24	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:20:26	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**1.005,16**
18/05/2026 09:20:27	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 587)	**1.092,00**
18/05/2026 09:22:28	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 534)	**1.148,55**
18/05/2026 09:24:25	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 587 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 09:24:25	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 09:29:25	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA			
18/05/2026 09:29:26	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 09:59:57	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois pedidos em edital cabos anti chamas.			
03/06/2026 09:59:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA			
03/06/2026 10:13:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	

PARA PARTICIPANTE 587: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 10 E 24			
09/06/2026 09:21:03	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 08/06/2026 até as 17:00 h.			
09/06/2026 09:21:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP			
09/06/2026 09:21:27	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 534: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 10/06/2026. ITEM 10			
15/06/2026 10:17:17	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA			
15/06/2026 10:17:18	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP desclassificado. Motivo: Desclassificada catalogo apresentado não atende ao edital, pois pedimos cabo anti-chamas, diferente ofertado pelo fornecedor			

15/06/2026 10:20:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 384: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 16/06/2026. ITEM 10			
15/06/2026 10:35:43	**MENSAGEM**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	
Bom dia! Providenciando. Att			
15/06/2026 10:36:08	**MENSAGEM**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	
Os documentos de habilitação já devemos anexar nesse momento tb?			
15/06/2026 10:38:16	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 384: Bom dia! Por favor anexa somente o catalogo.			
15/06/2026 10:48:39	**MENSAGEM**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	
Ok, anexado.			
19/06/2026 11:35:47	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois cabo não é anti-chamas como pedido em edital			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 11 - EM ADJUDICAÇÃO			
11 - CONECTOR RJ45 CAT5E BLINDADO MACHO PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 11	Unidade: Pacote	Marca:	Modelo:
Descrição: CONECTOR RJ45 CAT5E BLINDADO MACHO PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.CONECTOR RJ45 CAT5E BLINDADO MACHO PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.			
Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	834	33.072.590/0001-17	94,60	78,50		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	496	30.892.220/0001-38	94,00	94,00	19,7452	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:21:52	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:21:52	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 496)	**94,00**
18/05/2026 09:21:52	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 834)	**94,60**
18/05/2026 09:31:10	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 834)	**93,00**
18/05/2026 09:36:52	**TEMPO RANDÔMICO**		

18/05/2026 09:37:52	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 834, PARTICIPANTE 496			
18/05/2026 09:37:52	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:38:45	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 834)	**78,50**
18/05/2026 09:42:52	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 09:42:52	**JULGAMENTO**		
18/05/2026 11:51:10	**MENSAGEM**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 834)	
Bom dia, Sr.(a) Pregoeiro(a), para os itens 24,25 e 33 será aplicado regionalidade dos 10%?			
18/05/2026 14:22:22	**MENSAGEM** PREGOEIRO		
PARA PARTICIPANTE 834: Boa tarde! Senhor licitante o próprio sistema já efetuou a oportunidade de regionalidade para os itens.			
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 12 - EM ADJUDICAÇÃO			
12 - CONECTOR RJ45 CAT6 MACHO PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A			
E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 12	Unidade: Pacote	Marca:	Modelo:
Descrição: CONECTOR RJ45 CAT6 MACHO PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.CONECTOR RJ45 CAT6 MACHO			

PLUG REDE GIGABIT LAN COMPATIVEL COM AS NORMAS EIA/TIA 568A E568B RJ45 (8P8C) BLINDADO 100 UNIDADES.		
Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	890	33.072.590/0001-17	484,29	484,00		Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:26:36	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:26:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 890)	**484,29**
18/05/2026 09:35:54	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 890)	**484,00**
18/05/2026 09:41:36	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	

18/05/2026 09:43:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 09:43:36	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:35	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 13 - EM ADJUDICAÇÃO			
13 - TECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXAO USB PADRAO ABNT2, VERSAO EM PORTUGUES, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURAVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHOES DE PRESSIONAMENTOS			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 13	Unidade: Unidades	Marca: VINIK CT301	Modelo: VINIK CT301
Descrição: TECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXAO USB PADRAO ABNT2, VERSAO EM PORTUGUES, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURAVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHOES DE PRESSIONAMENTOS, SUPORTE INCLINAVEIS, FORTES E AJUSTAVEIS, CARACTERES NITIDOS E BRILHANTES COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS. MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOTECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXAO USB PADRAO ABNT2, VERSAO EM PORTUGUES, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURAVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHOES DE PRESSIONAMENTOS, SUPORTE INCLINAVEIS, FORTES E AJUSTAVEIS, CARACTERES NITIDOS E BRILHANTES COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS. MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONO			
Quantidade: 50	**Valor Unit.:** 25,87	**Valor Total:** 1.293,50	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	905	49.059.156/0001-37	37,09	25,87		Sim
2 STELAR TECNOLOGIA LTDA	717	52.750.930/0001-66	37,10	27,70	7,07	Sim
3 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE	545	10.820.186/0001-89	37,00	36,99	33,54	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	506	33.072.590/0001-17	37,10	25,20		Sim
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	471	62.628.807/0001-20	37,10	34,95	38,6905	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	966	30.892.220/0001-38	37,00	37,00	5,8655	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:35	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 966)	**37,00**
18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 506)	**37,10**

18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 471)	**37,10**
18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**37,00**
18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	**37,09**
18/05/2026 09:28:35	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 717)	**37,10**
18/05/2026 09:28:37	**LANCE**	NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	**36,99**
18/05/2026 09:29:09	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 717)	**35,00**
18/05/2026 09:29:14	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	**35,35**
18/05/2026 09:32:10	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 506)	**34,99**
18/05/2026 09:32:17	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	**35,33**
18/05/2026 09:33:07	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 717)	**27,70**
18/05/2026 09:33:09	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	**27,97**
18/05/2026 09:34:15	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 471)	**34,95**
18/05/2026 09:39:29	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 506)	**29,68**
18/05/2026 09:43:35	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:47:35	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 717, PARTICIPANTE 905, PARTICIPANTE 506			
18/05/2026 09:47:35	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:47:42	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	**25,87**
18/05/2026 09:47:53	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 506)	**25,20**
18/05/2026 09:52:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 09:52:36	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:36	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA			
29/05/2026 09:44:25	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 905: Boa tarde! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 01/06/2026. ITEM: 13			
29/05/2026 10:00:33	**MENSAGEM**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	
Bom dia, Sr. Pregoeiro			
29/05/2026 10:02:57	**MENSAGEM**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 905)	
Anexado!			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 14 - EM ADJUDICAÇÃO

14 - MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOMICO PARA MANUSEIO CONF

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 14	Unidade: Unidades	Marca: C3TECH	Modelo: MS29BK

Descrição: MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOMICO PARA MANUSEIO CONFORTAVEL, TAMANHO OTIMIZADO PARA EVITAR LESOES CAUSADAS PELO USO CONTINUO, FACIL MANUSEIO SOBRE QUALQUER SUPERFICIE OPACA COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS.MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOMICO PARA MANUSEIO CONFORTAVEL, TAMANHO OTIMIZADO PARA EVITAR LESOES CAUSADAS PELO USO CONTINUO, FACIL MANUSEIO SOBRE QUALQUER SUPERFICIE OPACA COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS.

Quantidade: 50	**Valor Unit.:** 13,90	**Valor Total:** 695,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 STELAR TECNOLOGIA LTDA	674	52.750.930/0001-66	23,88	13,90		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	141	48.079.523/0001-00	23,88	17,45	25,54	Sim
3 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	772	49.059.156/0001-37	23,87	17,67	1,26	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	201	62.628.807/0001-20	23,88	7,50		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	919	33.072.590/0001-17	23,88	18,90	152,0000	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	968	30.892.220/0001-38	23,50	23,50	24,3386	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	744	49.704.499/0002-98	23,88	23,25		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 674)	**23,88**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 968)	**23,50**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 919)	**23,88**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 201)	**23,88**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 744)	**23,88**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**23,87**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 141)	**23,88**
18/05/2026 09:28:40	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**23,73**
18/05/2026 09:29:22	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 674)	**22,00**
18/05/2026 09:29:27	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**22,22**
18/05/2026 09:32:26	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 919)	**21,99**
18/05/2026 09:32:28	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**22,20**
18/05/2026 09:33:20	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 141)	**20,00**
18/05/2026 09:33:26	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**20,20**
18/05/2026 09:33:29	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 674)	**13,90**
18/05/2026 09:34:14	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 141)	**17,45**
18/05/2026 09:34:34	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 919)	**18,90**
18/05/2026 09:34:38	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 201)	**12,00**
18/05/2026 09:34:40	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 772)	**17,67**
18/05/2026 09:43:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:43:41	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 744)	**23,25**
18/05/2026 09:45:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 201, PARTICIPANTE 674, PARTICIPANTE 141			
18/05/2026 09:45:36	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:46:04	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 201)	**7,50**
18/05/2026 09:50:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL			
18/05/2026 09:50:36	**JULGAMENTO**		
20/05/2026 14:43:35	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA			
20/05/2026 14:43:36	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada a pedido do licitante.			
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	

GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
20/08/2026 11:00:52	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 15 - EM ADJUDICAÇÃO			
15 - MOUSE OPTICO SEM FIO, CONEXAO SEM FIO RECEPTOR LOGITECH UNIFYING ALIMENTACAO POR 1 PILHA AA, RASTREAMENTO OPTICO PRECISO, SUAVE MOVIMENTO COM OU SEM MOUSEPAD, COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS://F			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 15	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: MOUSE OPTICO SEM FIO, CONEXAO SEM FIO RECEPTOR LOGITECH UNIFYING ALIMENTACAO POR 1 PILHA AA, RASTREAMENTO OPTICO PRECISO, SUAVE MOVIMENTO COM OU SEM MOUSEPAD, COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS://FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009) REFERENCIA LOGITECH M280 OU SUPERIORMOUSE OPTICO SEM FIO, CONEXAO SEM FIO RECEPTOR LOGITECH UNIFYING ALIMENTACAO POR 1 PILHA AA, RASTREAMENTO OPTICO PRECISO, SUAVE MOVIMENTO COM OU SEM MOUSEPAD, COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS://FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009) REFERENCIA LOGITECH M280 OU SUPERIOR			
Quantidade: 30	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00
CLASSIFICAÇÃO			

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	538	62.628.807/0001-20	65,28	43,00		Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	166	23.567.504/0001-93	65,28	52,00	20,9302	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	537	33.072.590/0001-17	65,28	55,62	6,9615	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	848	30.892.220/0001-38	65,00	65,00	16,8644	Sim
ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	381	49.059.156/0001-37	65,27	65,24	0,3692	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 538)	**65,28**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 848)	**65,00**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 166)	**65,28**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 537)	**65,28**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 381)	**65,27**
18/05/2026 09:32:43	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 537)	**64,99**
18/05/2026 09:35:15	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 538)	**64,98**
18/05/2026 09:43:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:43:38	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 166)	**64,97**
18/05/2026 09:44:19	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 538)	**64,50**
18/05/2026 09:44:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 166)	**64,49**
18/05/2026 09:44:23	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 381)	**65,24**
18/05/2026 09:45:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 166, PARTICIPANTE 538, PARTICIPANTE 537, PARTICIPANTE 848, PARTICIPANTE 381			
18/05/2026 09:45:36	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:45:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 166)	**52,00**
18/05/2026 09:46:23	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 537)	**55,62**
18/05/2026 09:46:25	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 538)	**43,00**
18/05/2026 09:50:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL			
18/05/2026 09:50:37	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:33:43	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			

26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 10:01:13	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA			
03/06/2026 10:01:14	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois modelo não tem certificado FCC ID que dispositivos eletrônicos e de telecomunicações respeitam limites seguros de emissão de radiação eletromagnética e radiofrequência.			
03/06/2026 10:14:00	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 381: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 15 E 16			
03/06/2026 10:19:44	**MENSAGEM**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 381)	
Bom dia, Sr. Pregoeiro. Ja foram anexados.			
03/06/2026 10:23:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 381: Obrigada			
15/06/2026 09:11:59	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO		
ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada Catalogo apresentado não atende ao edital, pois não possui nenhuma certificação			
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		

20/08/2026 11:30:53	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 16 - EM ADJUDICAÇÃO			
16 - COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO			
ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2			
PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE D			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 16	Unidade: Unidades	Marca: PCYES PCCMFW	Modelo: PCYES PCCMFW
Descrição: COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2 PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE DE 36 MESES,COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS:/FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009), REFERENCIA: LOGITECH MK235.COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA			
MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2 PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE DE 36 MESES,COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS:/FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009), REFERENCIA: LOGITECH MK235.			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 128,57	**Valor Total:** 2.571,40	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	875	49.059.156/0001-37	149,93	128,57		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	967	62.628.807/0001-20	140,00	90,03		Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	601	23.567.504/0001-93	149,94	107,00	18,8493	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	562	33.072.590/0001-17	149,94	128,23	19,8411	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	147	30.892.220/0001-38	148,00	148,00	15,4176	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	218	42.448.644/0001-97	149,00	149,00	0,6757	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 218)	**149,00**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 562)	**149,94**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 967)	**140,00**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 147)	**148,00**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 601)	**149,94**
18/05/2026 09:28:36	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**149,93**
18/05/2026 09:28:40	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**141,40**
18/05/2026 09:33:21	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 562)	**139,99**
18/05/2026 09:33:26	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**141,38**
18/05/2026 09:34:51	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 967)	**139,00**
18/05/2026 09:34:57	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**140,39**
18/05/2026 09:43:36	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 09:43:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 601)	**138,99**
18/05/2026 09:43:48	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**140,37**
18/05/2026 09:44:10	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 967)	**138,00**
18/05/2026 09:44:11	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**139,38**
18/05/2026 09:44:15	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 601)	**137,99**
18/05/2026 09:44:18	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**139,36**
18/05/2026 09:46:41	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 967)	**137,99**
18/05/2026 09:50:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 967, PARTICIPANTE 601 que apresentaram o valor de 137.99.			
18/05/2026 09:50:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 967, PARTICIPANTE 601, PARTICIPANTE 875, PARTICIPANTE 562, PARTICIPANTE 147, PARTICIPANTE 218			
18/05/2026 09:50:37	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:50:39	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 601)	**107,00**
18/05/2026 09:50:43	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 875)	**128,57**
18/05/2026 09:50:58	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 562)	**128,23**
18/05/2026 09:51:40	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 967)	**90,03**
18/05/2026 09:55:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL			
18/05/2026 09:55:37	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:33:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			

26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 10:01:47	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois modelo não tem certificado FCC ID que dispositivos eletrônicos e de telecomunicações respeitam limites seguros de emissão de radiação eletromagnética e radiofrequência			
03/06/2026 10:01:47	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA			
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 17 - EM ADJUDICAÇÃO

17 - ADAPTADOR WIRELESS INTERNO PCI EXPRESS COM BANDA DUPLA (2,4 GHZ E 5 GHZ - 867 MBPS NA BANDA DE 5 GHZ E 300 MBPS NA BANDA DE 2,4 GHZ) CONECTIVIDADE: 802.11N, 802.11AC - SUPORTA WINDOWS 10, 8.1, 8 E 7 (			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 17	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: ADAPTADOR WIRELESS INTERNO PCI EXPRESS COM BANDA DUPLA (2,4 GHZ E 5 GHZ - 867 MBPS NA BANDA DE 5 GHZ E 300 MBPS NA BANDA DE 2,4 GHZ) CONECTIVIDADE: 802.11N, 802.11AC - SUPORTA WINDOWS 10, 8.1, 8 E 7 (32/64 BITS)ADAPTADOR WIRELESS INTERNO PCI EXPRESS COM BANDA DUPLA (2,4 GHZ E 5 GHZ - 867 MBPS NA BANDA DE 5 GHZ E 300 MBPS NA BANDA DE 2,4 GHZ) CONECTIVIDADE: 802.11N, 802.11AC - SUPORTA WINDOWS 10, 8.1, 8 E 7 (32/64 BITS)			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	685	23.567.504/0001-93	109,75	80,60		Sim
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA	911	53.278.020/0001-95	99,00	99,00	22,8288	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	997	30.892.220/0001-38	109,00	109,00	10,1010	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:31:35	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:31:35	**LANCE**	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA (PARTICIPANTE 911)	**99,00**
18/05/2026 09:31:35	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 997)	**109,00**
18/05/2026 09:31:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 685)	**109,75**

18/05/2026 09:46:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:46:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 685)	**98,99**
18/05/2026 09:48:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 685, PARTICIPANTE 911, PARTICIPANTE 997			
18/05/2026 09:48:36	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:48:44	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 685)	**80,60**
18/05/2026 09:53:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 09:53:37	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:32:56	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 09:17:03	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: A Licitante solicitou desclassificação do item.			
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 18 - EM ADJUDICAÇÃO			
18 - PLACA DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000 COMPATIVEL WINDOWS WIN7/WIN8/WIN10/WIN11			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 18	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: PLACA DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000 COMPATIVEL WINDOWS WIN7/WIN8/WIN10/WIN11PLACA DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000 COMPATIVEL WINDOWS WIN7/WIN8/WIN10/WIN11			
Quantidade: 30	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	905	23.567.504/0001-93	78,14	39,15		Sim
STELAR TECNOLOGIA LTDA	110	52.750.930/0001-66	78,14	49,90	27,4585	Sim
FJM MACELLA LTDA	502	48.079.523/0001-00	78,14	58,00	16,2325	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	826	33.072.590/0001-17	78,14	63,10	8,7931	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	547	30.892.220/0001-38	78,00	78,00	23,6133	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	844	42.448.644/0001-97	78,00	78,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:31:36	**DISPUTA**		

18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 110)	**78,14**
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 547)	**78,00**
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**78,14**
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**78,14**
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 844)	**78,00**
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 826)	**78,14**
18/05/2026 09:33:14	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**65,00**
18/05/2026 09:34:02	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 110)	**66,00**
18/05/2026 09:45:49	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 826)	**64,00**
18/05/2026 09:46:36	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:46:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**63,99**

18/05/2026 09:48:18	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**62,00**
18/05/2026 09:48:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**61,99**
18/05/2026 09:48:26	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**61,00**
18/05/2026 09:48:31	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**60,99**
18/05/2026 09:48:40	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**60,00**
18/05/2026 09:48:46	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**59,99**
18/05/2026 09:48:56	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 502)	**58,00**
18/05/2026 09:49:16	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**57,99**
18/05/2026 09:49:18	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 826)	**63,10**
18/05/2026 09:50:36	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 110)	**49,90**
18/05/2026 09:50:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**49,89**
18/05/2026 09:51:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 547, PARTICIPANTE 844 que apresentaram o valor de 78.00.			
18/05/2026 09:51:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 905, PARTICIPANTE 110, PARTICIPANTE 502			
18/05/2026 09:51:36	**FECHADO 1**		
18/05/2026 09:51:41	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 905)	**39,15**
18/05/2026 09:56:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 547, PARTICIPANTE 844 que apresentaram o valor de 78.00.			
18/05/2026 09:56:37	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 09:56:37	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			

03/06/2026 09:18:14	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: A licitante solicitou a desclassificação		
03/06/2026 09:18:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA		
15/06/2026 09:12:33	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO	
STELAR TECNOLOGIA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada Catalogo apresentado não atende ao edital, pois no catalogo não consta compatibilidade com Windows 11		
15/06/2026 09:12:33	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA		
15/06/2026 09:18:22	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 502: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 16/06/2026. ITEM 18		
17/06/2026 09:20:11	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
FJM MACELLA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 16/06/2026 até as 17:00 h.		
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 19 - EM ADJUDICAÇÃO

19 - HD SSD 480 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 450MB/S PARA GRAVACAO

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 19	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: HD SSD 480 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 450MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTB.HD SSD 480 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 450MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTB.			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	882	30.892.220/0001-38	382,00	382,00		Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:31:36	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:31:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 882)	**382,00**
18/05/2026 09:46:36	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 09:54:36	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 09:54:36	**JULGAMENTO**		

25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**	
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.		
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 20 - EM ADJUDICAÇÃO

20 - HD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVACAO			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: CEAMERE	Modelo: CEA256
Descrição: HD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTBHD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTB			
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 254,90		**Valor Total:** 10.196,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 STELAR TECNOLOGIA LTDA	517	52.750.930/0001-66	273,81	254,90		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	354	48.079.523/0001-00	273,81	272,00	6,71	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	372	23.567.504/0001-93	273,81	261,90		Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	836	42.448.644/0001-97	273,00	273,00	4,2383	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	530	30.892.220/0001-38	279,00	279,00	2,1978	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:38:34	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:38:34	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 530)	**279,00**
18/05/2026 09:38:34	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 372)	**273,81**
18/05/2026 09:38:34	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 836)	**273,00**
18/05/2026 09:38:34	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 517)	**273,81**
18/05/2026 09:38:34	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 354)	**273,81**
18/05/2026 09:39:48	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 354)	**272,00**
18/05/2026 09:52:12	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 517)	**254,90**
18/05/2026 09:52:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 372)	**261,90**
18/05/2026 09:53:35	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:59:35	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 517, PARTICIPANTE 372, PARTICIPANTE 354, PARTICIPANTE 836, PARTICIPANTE 530			

18/05/2026 09:59:35	**FECHADO 1**	
18/05/2026 10:04:35	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é STELAR TECNOLOGIA LTDA		
18/05/2026 10:04:36	**JULGAMENTO**	
25/05/2026 14:25:37	**HABILITAÇÃO**	
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.		
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.		
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.		
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 21 - EM ADJUDICAÇÃO			
21 - HD EXTERNO DE 1000 GIGABYTE SSD PARA BACKUPS. CAPACIDADE 1000GB INTERFACE USB 3.1 TIPO C, VELOCIDADE DE LEITURA DE ATE 550MB/S. APLICACAO DESKTOP/NOTEBOOK. GARANTIA 12 MESES.			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 21	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: HD EXTERNO DE 1000 GIGABYTE SSD PARA BACKUPS. CAPACIDADE 1000GB INTERFACE USB 3.1 TIPO C, VELOCIDADE DE LEITURA DE ATE 550MB/S. APLICACAO DESKTOP/NOTEBOOK. GARANTIA 12 MESES.HD EXTERNO DE 1000 GIGABYTE SSD PARA BACKUPS. CAPACIDADE 1000GB INTERFACE USB 3.1 TIPO C, VELOCIDADE DE LEITURA DE ATE 550MB/S. APLICACAO DESKTOP/NOTEBOOK. GARANTIA 12 MESES.			
Quantidade: 5	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	313	30.892.220/0001-38	458,00	458,00		Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:43:21	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:43:21	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 313)	**458,00**
18/05/2026 09:58:21	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:03:21	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 10:03:22	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:38	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			

20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**

LOTE 22 - EM ADJUDICAÇÃO			
22 - PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 16 GB, INTERFACE USB MINIMO 2.0, ESTRUTURA RESISTENTE. ARMAZENAMENTO, REPRODUCAO E TRANSFERENCIA DE DADOS. -TAXA DE TRANSFERENCIA: 48MB/S -TAXA DE LEITURA: ATE 13M			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 22	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 16 GB, INTERFACE USB MINIMO 2.0, ESTRUTURA RESISTENTE. ARMAZENAMENTO, REPRODUCAO E TRANSFERENCIA DE DADOS. -TAXA DE TRANSFERENCIA: 48MB/S -TAXA DE LEITURA: ATE 13MB/S -TAXA DE GRAVACAO: ATE 5MB/S -COMPATIVEL COM SISTEMAS WINDOWS 98/2000/ME/XP/ VISTA E WIN 7; MAC OS 9.0 OU SUPERIOR; LINUX 2.4 OU SUPERIOR -FONTE DE ENERGIA DC 5V VIA PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE. GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE.PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 16 GB, INTERFACE USB MINIMO 2.0, ESTRUTURA RESISTENTE. ARMAZENAMENTO, REPRODUCAO E TRANSFERENCIA DE DADOS. -TAXA DE TRANSFERENCIA: 48MB/S -TAXA DE LEITURA: ATE 13MB/S -TAXA DE GRAVACAO: ATE 5MB/S -COMPATIVEL COM SISTEMAS WINDOWS 98/2000/ME/XP/ VISTA E WIN 7; MAC OS 9.0 OU SUPERIOR; LINUX 2.4 OU SUPERIOR -FONTE DE ENERGIA DC 5V VIA PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE. GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE.			
Quantidade: 30	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	320	23.567.504/0001-93	33,35	26,00		Sim
M3. BUSINESS GROUP LTDA	517	54.494.740/0001-50	33,35	30,48	17,2308	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	238	42.448.644/0001-97	33,00	33,00	8,2677	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	051	30.892.220/0001-38	33,00	33,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:44:19	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:44:19	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 238)	**33,00**
18/05/2026 09:44:19	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**33,35**
18/05/2026 09:44:19	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 051)	**33,00**
18/05/2026 09:44:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**33,35**
18/05/2026 09:59:19	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 09:59:22	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,99**
18/05/2026 09:59:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,98**
18/05/2026 09:59:28	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,97**
18/05/2026 09:59:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,96**
18/05/2026 09:59:33	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,95**
18/05/2026 09:59:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,94**
18/05/2026 09:59:45	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,93**
18/05/2026 09:59:48	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,92**
18/05/2026 09:59:52	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,91**
18/05/2026 09:59:57	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,90**
18/05/2026 10:00:02	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,89**
18/05/2026 10:00:04	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,88**
18/05/2026 10:00:14	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,87**
18/05/2026 10:00:18	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,86**
18/05/2026 10:00:19	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,85**
18/05/2026 10:00:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,84**
18/05/2026 10:00:25	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,83**
18/05/2026 10:00:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,82**
18/05/2026 10:00:37	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,81**
18/05/2026 10:00:39	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,80**
18/05/2026 10:00:43	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,79**
18/05/2026 10:00:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,78**
18/05/2026 10:00:50	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,77**
18/05/2026 10:01:04	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,76**
18/05/2026 10:01:05	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,75**
18/05/2026 10:01:25	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,74**
18/05/2026 10:01:26	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,73**
18/05/2026 10:01:44	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,72**
18/05/2026 10:01:49	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,71**
18/05/2026 10:01:58	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,70**
18/05/2026 10:02:02	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,69**
18/05/2026 10:02:04	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,68**
18/05/2026 10:02:06	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,67**
18/05/2026 10:02:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,66**
18/05/2026 10:02:18	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,65**
18/05/2026 10:02:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,64**
18/05/2026 10:02:23	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,63**
18/05/2026 10:02:26	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,62**
18/05/2026 10:02:29	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,61**
18/05/2026 10:02:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,60**
18/05/2026 10:02:40	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,59**
18/05/2026 10:02:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,58**
18/05/2026 10:02:47	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,57**
18/05/2026 10:02:53	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,56**
18/05/2026 10:02:53	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,55**
18/05/2026 10:03:01	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,54**
18/05/2026 10:03:03	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,53**
18/05/2026 10:03:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,52**
18/05/2026 10:03:09	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,51**
18/05/2026 10:03:11	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,50**

18/05/2026 10:03:16	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,49**

18/05/2026 10:03:18	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,48**
18/05/2026 10:03:22	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,47**
18/05/2026 10:03:31	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,46**
18/05/2026 10:03:32	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,45**
18/05/2026 10:03:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,44**
18/05/2026 10:03:38	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,43**
18/05/2026 10:03:40	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,42**
18/05/2026 10:03:48	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,41**
18/05/2026 10:03:51	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,40**
18/05/2026 10:03:54	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,39**
18/05/2026 10:04:03	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,38**
18/05/2026 10:04:10	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**32,37**
18/05/2026 10:04:17	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**32,36**
18/05/2026 10:04:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 238, PARTICIPANTE 051 que apresentaram o valor de 33.00.			
18/05/2026 10:04:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 320, PARTICIPANTE 517, PARTICIPANTE 238, PARTICIPANTE 051			
18/05/2026 10:04:20	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:04:28	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 320)	**26,00**
18/05/2026 10:08:24	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 517)	**30,48**
18/05/2026 10:09:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 238, PARTICIPANTE 051 que apresentaram o valor de 33.00.			
18/05/2026 10:09:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 10:09:20	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:38	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:42	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é M3. BUSINESS GROUP LTDA			
08/07/2026 12:05:01	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 517: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 09/07/2026. ITEM 22			
10/07/2026 14:38:19	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
M3. BUSINESS GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, velocidade de leitura inferior pedido em edital.			
20/08/2026 11:00:53	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 23 - EM ADJUDICAÇÃO			
23 - PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 32 GB. COMPATIVEL: WINDOWS 98 E SUPERIORES/ MAC OS 9.0 E SUPERIORES. TAXAS DE TRANSMISSAO DE DADOS: 100 MB/S (LEITURA) E 60 MB/S (GRAVACAO) - CONEXAO USB 3.0: DC 5			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 23	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 32 GB. COMPATIVEL: WINDOWS 98 E SUPERIORES/ MAC OS 9.0 E SUPERIORES. TAXAS DE TRANSMISSAO DE DADOS: 100 MB/S (LEITURA) E 60 MB/S (GRAVACAO) - CONEXAO USB 3.0: DC 5 V. GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE.PEN DRIVE TAMANHO MINIMO DE MEMORIA: 32 GB. COMPATIVEL: WINDOWS 98 E SUPERIORES/ MAC OS 9.0 E SUPERIORES. TAXAS DE TRANSMISSAO DE DADOS: 100 MB/S (LEITURA) E 60 MB/S (GRAVACAO) - CONEXAO USB 3.0: DC 5 V. GARANTIA: 12 MESES PELO FABRICANTE.			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
M3. BUSINESS GROUP LTDA	242	54.494.740/0001-50	45,14	40,60		Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	326	23.567.504/0001-93	45,14	40,60	0,0000	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	401	30.892.220/0001-38	45,00	45,00	10,8374	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	266	42.448.644/0001-97	45,00	45,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

	MOVIMENTOS DO LOTE		
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:50:56	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:50:56	**LANCE)**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 266	**45,00**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**45,14**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 401)	**45,00**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**45,14**
18/05/2026 10:05:56	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:05:59	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,99**
18/05/2026 10:06:03	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,98**
18/05/2026 10:06:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,97**
18/05/2026 10:06:11	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,96**
18/05/2026 10:06:17	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,95**
18/05/2026 10:06:22	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,94**
18/05/2026 10:06:29	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,93**
18/05/2026 10:06:33	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,92**
18/05/2026 10:06:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,91**
18/05/2026 10:06:40	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,90**

18/05/2026 10:06:42	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,89**
18/05/2026 10:06:45	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,88**
18/05/2026 10:06:48	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,87**

18/05/2026 10:06:51	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,86**
18/05/2026 10:06:57	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,85**
18/05/2026 10:07:02	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,84**
18/05/2026 10:07:05	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,83**
18/05/2026 10:07:08	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,82**
18/05/2026 10:07:15	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,81**
18/05/2026 10:07:20	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,80**
18/05/2026 10:07:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,79**
18/05/2026 10:07:26	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,78**
18/05/2026 10:07:28	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,77**
18/05/2026 10:07:31	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,76**
18/05/2026 10:07:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,75**
18/05/2026 10:07:43	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,74**
18/05/2026 10:07:46	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,73**
18/05/2026 10:07:49	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,72**
18/05/2026 10:07:54	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,71**
18/05/2026 10:08:01	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,70**
18/05/2026 10:08:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,69**
18/05/2026 10:08:13	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,68**
18/05/2026 10:08:20	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,67**
18/05/2026 10:08:24	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,66**
18/05/2026 10:08:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,65**
18/05/2026 10:08:32	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,64**
18/05/2026 10:08:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,63**
18/05/2026 10:08:47	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,62**
18/05/2026 10:09:02	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,61**
18/05/2026 10:09:04	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,60**
18/05/2026 10:09:17	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,59**
18/05/2026 10:09:21	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,58**
18/05/2026 10:09:30	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,57**
18/05/2026 10:09:33	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,56**
18/05/2026 10:09:59	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,55**
18/05/2026 10:10:03	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,54**
18/05/2026 10:10:11	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,53**
18/05/2026 10:10:14	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,52**
18/05/2026 10:10:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,51**
18/05/2026 10:10:26	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,50**
18/05/2026 10:10:33	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,49**
18/05/2026 10:10:38	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,48**
18/05/2026 10:10:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,47**
18/05/2026 10:10:49	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,46**
18/05/2026 10:10:53	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,45**
18/05/2026 10:10:56	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,44**
18/05/2026 10:11:02	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,43**

18/05/2026 10:11:07	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,42**
18/05/2026 10:11:12	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,41**
18/05/2026 10:11:18	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,40**
18/05/2026 10:11:25	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,39**
18/05/2026 10:11:30	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,38**
18/05/2026 10:11:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,37**
18/05/2026 10:11:41	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**44,36**
18/05/2026 10:11:48	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**44,35**
18/05/2026 10:11:56	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 401, PARTICIPANTE 266 que apresentaram o valor de 45.00.			
18/05/2026 10:11:56	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 326, PARTICIPANTE 242, PARTICIPANTE 401, PARTICIPANTE 266			
18/05/2026 10:11:56	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:12:09	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 326)	**40,60**
18/05/2026 10:15:59	**LANCE**	M3. BUSINESS GROUP LTDA (PARTICIPANTE 242)	**40,60**
18/05/2026 10:16:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 401, PARTICIPANTE 266 que apresentaram o valor de 45.00.			
18/05/2026 10:16:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 242, PARTICIPANTE 326 que apresentaram o valor de 40.60.			
18/05/2026 10:16:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes estão empatados e possuem direito de efetuar uma nova proposta final: PARTICIPANTE 242, PARTICIPANTE 326			
18/05/2026 10:16:57	**DESEMPATE FINAL**		
18/05/2026 10:21:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é M3. BUSINESS GROUP LTDA			
18/05/2026 10:21:57	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:38	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 10:02:25	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
M3. BUSINESS GROUP LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois velocidade de leitura e gravação inferior pedido em edital.			
03/06/2026 10:02:25	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			
03/06/2026 10:14:38	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 326: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 08/06/2026. ITEM: 23			

02/07/2026 10:31:19	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item			
20/08/2026 11:00:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 24 - EM ADJUDICAÇÃO

24 - FILTRO DE LINHA: POTENCIA MAXIMA DO CONJUNTO 1100 VA E 1800VA, TENSAO NOMINAL 127 VOLTS E 220 VOLTS, CORRENTE MAXIMA DE 10 AMPERES COM PINO 10 COM MINIMO 05 ENTRADA. TAMANHO CABO 1,8 METROS.

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 24	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: FILTRO DE LINHA: POTENCIA MAXIMA DO CONJUNTO 1100 VA E 1800VA, TENSAO NOMINAL 127 VOLTS E 220 VOLTS, CORRENTE MAXIMA DE 10 AMPERES COM PINO 10 COM MINIMO 05 ENTRADA. TAMANHO CABO 1,8 METROS.FILTRO DE LINHA: POTENCIA MAXIMA DO CONJUNTO 1100 VA E 1800VA, TENSAO NOMINAL 127 VOLTS E 220 VOLTS, CORRENTE MAXIMA DE 10 AMPERES COM PINO 10 COM MINIMO 05 ENTRADA. TAMANHO CABO 1,8 METROS.			
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	423	23.567.504/0001-93	55,49	41,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	849	33.072.590/0001-17	55,49	42,65	4,0244	Sim
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	020	49.704.499/0002-98	55,49	44,80	5,0410	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	503	30.892.220/0001-38	55,00	55,00	22,7679	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:50:56	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 020)	**55,49**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 503)	**55,00**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 423)	**55,49**
18/05/2026 09:50:56	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 849)	**55,49**
18/05/2026 09:53:19	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 849)	**54,00**
18/05/2026 10:05:57	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:06:05	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 423)	**53,99**
18/05/2026 10:06:05	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 020)	**49,94**
18/05/2026 10:06:10	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 020)	**49,50**
18/05/2026 10:06:12	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 423)	**49,93**
18/05/2026 10:06:18	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 423)	**49,49**
18/05/2026 10:08:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 423, PARTICIPANTE 020, PARTICIPANTE 849			
18/05/2026 10:08:57	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:09:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 423)	**41,00**
18/05/2026 10:09:30	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 849)	**42,65**
18/05/2026 10:10:01	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 020)	**44,80**
18/05/2026 10:13:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 849 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			

18/05/2026 10:13:57	**REGIONALIDADE**	
18/05/2026 10:18:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
PARTICIPANTE 020 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.		
18/05/2026 10:18:57	**REGIONALIDADE**	
18/05/2026 10:23:58	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA		
18/05/2026 10:23:58	**JULGAMENTO**	
25/05/2026 14:25:39	**HABILITAÇÃO**	
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.		
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.		
03/06/2026 09:20:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA		
03/06/2026 09:20:21	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: A licitante solicitou desclassificação para o item.		
15/06/2026 09:11:27	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada Catalogo apresentado não atende ao edital, comprimento do cabo inferior pedido no edital		
20/08/2026 11:00:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 25 - EM ADJUDICAÇÃO

25 - FONTE ATX 250 W. CARACTERISTICAS: PADRAO ATX 12V; BIVOLT COM SELECAO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAIDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORCA EM CONFORMIDADE COM A

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: KNUP KP-526	Modelo: KNUP KP-526
Descrição: FONTE ATX 250 W. CARACTERISTICAS: PADRAO ATX 12V; BIVOLT COM SELECAO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAIDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORCA EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA NBR 14136:2002; CONTROLE DE TEMPERATURA SILENCIOSO-FONTE ATX 250 W. CARACTERISTICAS: PADRAO ATX 12V; BIVOLT COM SELECAO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAIDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORCA EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA NBR 14136:2002; CONTROLE DE TEMPERATURA SILENCIOSO-			
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 60,65		**Valor Total:** 2.426,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

1 HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	514	41.010.343/0001-14	81,67	60,65		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num Documento**		**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	161	23.567.504/0001-93	81,67	65,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	160	33.072.590/0001-17	81,67	65,89	1,3692	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	052	30.892.220/0001-38	81,00	81,00	22,9322	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MOVIMENTOS DO LOTE						

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:52:51	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:52:51	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 160)	**81,67**
18/05/2026 09:52:51	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 052)	**81,00**
18/05/2026 09:52:51	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**81,67**
18/05/2026 09:52:51	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**81,67**
18/05/2026 09:55:18	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 160)	**80,00**
18/05/2026 10:07:51	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:07:58	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,99**
18/05/2026 10:08:00	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,99**
18/05/2026 10:08:03	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,98**
18/05/2026 10:08:14	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,97**
18/05/2026 10:08:15	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,96**
18/05/2026 10:08:24	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,95**
18/05/2026 10:08:27	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,94**
18/05/2026 10:08:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,93**
18/05/2026 10:08:42	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,92**
18/05/2026 10:08:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,91**
18/05/2026 10:08:47	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,90**
18/05/2026 10:09:11	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,89**
18/05/2026 10:09:20	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,88**
18/05/2026 10:09:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,87**
18/05/2026 10:09:58	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,86**
18/05/2026 10:10:07	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,85**
18/05/2026 10:10:08	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,84**
18/05/2026 10:10:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,83**
18/05/2026 10:10:14	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,82**
18/05/2026 10:10:23	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,81**
18/05/2026 10:10:25	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,80**
18/05/2026 10:10:31	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,79**
18/05/2026 10:10:38	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,78**
18/05/2026 10:10:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,77**
18/05/2026 10:10:49	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 160)	**79,70**
18/05/2026 10:10:50	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,76**
18/05/2026 10:10:54	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,69**
18/05/2026 10:10:55	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,69**
18/05/2026 10:11:01	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,68**
18/05/2026 10:11:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,67**
18/05/2026 10:11:13	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,66**
18/05/2026 10:11:16	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,65**
18/05/2026 10:11:19	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,64**
18/05/2026 10:11:29	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,63**

18/05/2026 10:11:31	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,62**
18/05/2026 10:11:39	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,61**
18/05/2026 10:11:41	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,60**
18/05/2026 10:11:58	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,59**
18/05/2026 10:12:05	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,58**
18/05/2026 10:12:15	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,57**
18/05/2026 10:12:16	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,56**
18/05/2026 10:12:29	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**79,55**
18/05/2026 10:12:36	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**79,54**
18/05/2026 10:12:51	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 514, PARTICIPANTE 161, PARTICIPANTE 160, PARTICIPANTE 052			
18/05/2026 10:12:51	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:13:02	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 161)	**65,00**
18/05/2026 10:13:24	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 160)	**65,89**
18/05/2026 10:13:53	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**60,65**
18/05/2026 10:17:52	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 160 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 10:17:52	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 10:22:52	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA			
18/05/2026 10:22:52	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:39	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**		
LOTE 26 - EM ADJUDICAÇÃO			

26 - PROJETOR DE NO MINIMO 4000 LUMENS DLP, SUPORTE DE RESOLUCAO WUXGA_RB (1200P), RELACAO DE CONTRASTE 20000:1 POTENCIA DA LUZ 240W, DISTÃ?NCIA DE PROJECAO 1.96-2.15 PROPORCAO DE ZOOM 1.1:1 LENTE F = 2,56

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 26	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:

Descrição: PROJETOR DE NO MINIMO 4000 LUMENS DLP, SUPORTE DE RESOLUCAO WUXGA_RB (1200P), RELACAO DE CONTRASTE 20000:1 POTENCIA DA LUZ 240W, DISTÃ?NCIA DE PROJECAO 1.96-2.15 PROPORCAO DE ZOOM 1.1:1 LENTE F = 2,56 A 2,68 F = 22 A 24,1 MM AJUSTE DE KEYSTONE 1D, VERTICAL +/- 30 GRAUS DESVIO DA PROJECAO** 110%Â±2.5% LIMPAR O TAMANHO DA IMAGEM (DIAGONAL) 60" 180" TAMANHO DA IMAGEM 30"~300" FREQUENCIA HORIZONTAL 15K~102KHZ FREQUENCIA VERTICAL 23~120KHZ, CONEXOES: 1 PC (DSUB), 1 SAIDA PARA MONITOR MONITOR(D-SUB 15 PINOS), 1 ENTRADA S-VIDEO (MINI DIN 4 PINOS), 1 VIDEO COMPOSTO (RCA), 2 HDMI 2 (1.4A ONE SHARE WITH MHL), USB TIPO A 1 (FONTE DE ALIMENTACAO, 5 V, 1,5 A), RECEPTOR INFRAVERMELHO DUPLO (FRENTE/ TOPO), COMPATIBILIDADE HDTV 480I, 480P, 576I, 576P, 720P, 1080I, 1080P, FONTE DE ENERGIA AC100 TO 240 V, 50 TO 60 HZ, RUIDO ACUSTICO (TIP./ECO.) 34/29 DBA (MODO NORMAL/ECO), ACESSORIOS: BOLSA PARA TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO, CABO DE FORCA, CABO VGA. MODELO REFERENCIA: PROJETOR CORPORATIVO BENQ MX611.-PROJETOR DE NO MINIMO 4000 LUMENS DLP, SUPORTE DE RESOLUCAO WUXGA_RB (1200P), RELACAO DE CONTRASTE 20000:1 POTENCIA DA LUZ 240W, DISTÃ?NCIA DE PROJECAO 1.96-2.15 PROPORCAO DE ZOOM 1.1:1 LENTE F = 2,56 A 2,68 F = 22 A 24,1 MM AJUSTE DE KEYSTONE 1D, VERTICAL +/- 30 GRAUS DESVIO DA PROJECAO** 110%Â±2.5% LIMPAR O TAMANHO DA IMAGEM (DIAGONAL) 60" 180" TAMANHO DA IMAGEM 30"~300" FREQUENCIA HORIZONTAL 15K~102KHZ FREQUENCIA VERTICAL 23~120KHZ, CONEXOES: 1 PC (DSUB), 1 SAIDA PARA MONITOR MONITOR(D-SUB 15 PINOS), 1 ENTRADA S-VIDEO (MINI DIN 4 PINOS), 1 VIDEO COMPOSTO (RCA), 2 HDMI 2 (1.4A ONE SHARE WITH MHL), USB TIPO A 1 (FONTE DE ALIMENTACAO, 5 V, 1,5 A), RECEPTOR INFRAVERMELHO DUPLO (FRENTE/ TOPO), COMPATIBILIDADE HDTV 480I, 480P, 576I, 576P, 720P, 1080I, 1080P, FONTE DE ENERGIA AC100 TO 240 V, 50 TO 60 HZ, RUIDO ACUSTICO (TIP./ECO.) 34/29 DBA (MODO NORMAL/ECO), ACESSORIOS: BOLSA PARA TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO, CABO DE FORCA, CABO VGA. MODELO REFERENCIA: PROJETOR CORPORATIVO BENQ MX611.-

Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	**Num Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA	301 18.861.730/0001-42	3.767,00	1.049,99		Sim
GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA	525 34.152.516/0001-73	3.767,50	1.050,00	0,0010	Sim
TRITEK DISTRIBUIDORA DE	185 35.483.129/0002-63	3.767,50	1.799,00	71,3333	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	237 23.567.504/0001-93	3.767,50	2.658,00	47,7487	Sim
PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS	052 23.929.719/0001-07	3.767,50	3.199,99	20,3909	Sim
AR IMPORTS LTDA	810 63.482.340/0001-16	3.200,00	3.200,00	0,0003	Sim
INTELMASTER LTDA	320 33.008.679/0001-14	3.767,50	3.417,00	6,7813	Sim
R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	933 34.140.249/0001-14	3.917,84	3.417,84	0,0246	Sim
MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA	377 08.528.076/0001-04	3.767,00	3.767,00	10,2158	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	978 42.448.644/0001-97	3.767,00	3.767,00	0,0000	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	047 30.892.220/0001-38	3.767,00	3.767,00	0,0000	Sim

INABILITADOS

Razão Social	**Num Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:54:13	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**3.767,50**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA	**3.767,50**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 933)	**3.917,84**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	INTELMASTER LTDA (PARTICIPANTE 320)	**3.767,50**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 047)	**3.767,00**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 237)	**3.767,50**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 978)	**3.767,00**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 377)	**3.767,00**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**3.767,00**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 810)	**3.200,00**
18/05/2026 09:54:13	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**3.767,50**
18/05/2026 09:54:21	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 933)	**3.520,00**
18/05/2026 09:57:07	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**3.199,99**
18/05/2026 09:57:11	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 933)	**3.519,98**
18/05/2026 09:58:05	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**3.100,00**
18/05/2026 09:58:08	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 933)	**3.417,84**
18/05/2026 09:58:09	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**3.099,99**
18/05/2026 09:58:17	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**3.000,00**
18/05/2026 09:58:23	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.999,99**
18/05/2026 09:58:35	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**2.800,00**
18/05/2026 09:58:37	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.799,99**
18/05/2026 09:58:46	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**2.700,00**
18/05/2026 09:58:47	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.699,99**
18/05/2026 09:58:56	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**2.600,00**
18/05/2026 09:58:59	**LANCE**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA	**3.765,00**
18/05/2026 09:59:00	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 237)	**2.658,00**
18/05/2026 09:59:00	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.599,99**
18/05/2026 09:59:15	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**2.300,00**
18/05/2026 09:59:21	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.299,99**
18/05/2026 09:59:40	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**2.100,00**
18/05/2026 09:59:42	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**2.099,99**
18/05/2026 10:00:15	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.800,00**
18/05/2026 10:00:18	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.799,99**
18/05/2026 10:00:35	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**1.799,00**
18/05/2026 10:00:42	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.798,99**
18/05/2026 10:00:45	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.600,00**
18/05/2026 10:00:47	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.599,99**
18/05/2026 10:01:04	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.500,00**
18/05/2026 10:01:08	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.499,99**
18/05/2026 10:01:21	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.400,00**
18/05/2026 10:01:23	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.399,99**
18/05/2026 10:01:29	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.300,00**
18/05/2026 10:01:34	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.299,99**
18/05/2026 10:02:00	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.200,00**

18/05/2026 10:02:05	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.199,99**
18/05/2026 10:02:18	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.100,00**
18/05/2026 10:02:24	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.099,99**
18/05/2026 10:02:36	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.050,00**
18/05/2026 10:09:14	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:10:05	**LANCE**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA	**3.199,99**

18/05/2026 10:11:19	**LANCE**	INTELMASTER LTDA (PARTICIPANTE 320)	**3.417,00**
18/05/2026 10:16:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 978, PARTICIPANTE 047, PARTICIPANTE 377 que apresentaram o valor de 3,767.00.			
18/05/2026 10:16:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 301, PARTICIPANTE 525, PARTICIPANTE 185			
18/05/2026 10:16:14	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:17:20	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 525)	**1.050,00**
18/05/2026 10:21:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 301, PARTICIPANTE 525 que apresentaram o valor de 1,050.00.			
18/05/2026 10:21:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 377, PARTICIPANTE 978, PARTICIPANTE 047 que apresentaram o valor de 3,767.00.			
18/05/2026 10:21:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes estão empatados e possuem direito de efetuar uma nova proposta final: PARTICIPANTE 301, PARTICIPANTE 525			
18/05/2026 10:21:14	**DESEMPATE FINAL**		
18/05/2026 10:23:21	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 301)	**1.049,99**
18/05/2026 10:26:15	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é DIGITALPAR INFORMATICA LTDA			
18/05/2026 10:26:15	**JULGAMENTO**		
20/05/2026 14:40:14	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligência no prazo solicitado, ou seja, até 19/05/2026, às 17h00.			
20/05/2026 14:40:14	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME			
25/05/2026 14:25:39	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 10:03:08	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, pois contraste inferior pedido em edital			
03/06/2026 10:03:08	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA			
03/06/2026 10:23:57	**MENSAGEM**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	
Bom dia! não consigo ver qual é a solicitação de diligencia, o que deve ser encaminhado?			
03/06/2026 10:26:38	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 185: Bom dia! Veja se consegue agora estava demorando para carregar.			
03/06/2026 10:32:08	**MENSAGEM**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	
Ainda não apareceu, é pra enviar catalogo, proposta ou habilitação?			
03/06/2026 16:35:02	**MENSAGEM**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	
Pregoeiro, peço a desclassificação para o item, o produto cadastrado diverge do produto de lance, o que impossibilita a comprovação da exequibilidade.			
09/06/2026 08:20:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é INOVE LICITAÇOES LTDA			

09/06/2026 08:20:58	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada a pedido do licitante.		
09/06/2026 09:20:33	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 237: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 10/06/2026. ITEM 26		
15/06/2026 10:18:10	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA		
15/06/2026 10:18:11	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Não atende ao edital, pois não possui entradas HDMI como solicitado.		
15/06/2026 10:20:59	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 052: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 16/06/2026. ITEM 26		
15/06/2026 10:27:38	**MENSAGEM**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
Bom dia Sr. Pregoeiro, será enviado, conforme solicitado		
16/06/2026 17:06:51	**MENSAGEM**	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
Boa tarde Sr. Pregoeiro, enviado, continuamos à disposição		
19/06/2026 11:36:28	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é AR IMPORTS LTDA		
19/06/2026 11:36:29	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não atende ao edital, potência inferior ao pedido		
19/06/2026 11:37:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 810: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 22/06/2026. ITEM 26		
23/06/2026 15:37:41	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
AR IMPORTS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada: Catálogo não atende ao edital, pois pedimos mínimo 2 entradas HDMI		
23/06/2026 15:37:41	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é INTELMASTER LTDA		
23/06/2026 15:42:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 320: Boa tarde! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 24/06/2026. ITEM 26-		
26/06/2026 09:22:55	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA		
26/06/2026 09:22:56	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INTELMASTER LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 24/06/2026 até as 17:00 h.		

26/06/2026 09:27:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 933: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 29/06/2026. ITEM 26-		
30/06/2026 11:31:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA		
30/06/2026 11:31:50	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA desclassificado. Motivo: DESCLASSIFICADA catálogo não atende ao edital, pois pedimos mínimo 2 entradas HDMI		

30/06/2026 11:34:58	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 377: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 01/07/2026. ITEM 26-		
02/07/2026 09:03:10	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
MICROBUSINESS TECNOLOGIA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar catalogo do item na data de 01/07/2026 até as 17:00 h.		
20/08/2026 11:00:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:54	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 27 - EM ADJUDICAÇÃO

27 - TELA DE PROJECAO RETRATIL, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM OPCAO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM ACO CARBONO E PELICULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAM

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 27	Unidade: Unidades	Marca: 3Atech	Modelo: TF120-43
Descrição: TELA DE PROJECAO RETRATIL, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM OPCAO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM ACO CARBONO E PELICULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAMANHO DA PROJECAO 120"" DIAGONAL - 2,44MX1,83M..TELA DE PROJECAO RETRATIL, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM OPCAO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM ACO CARBONO E PELICULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAMANHO DA PROJECAO 120"" DIAGONAL - 2,44MX1,83M..			
Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 485,00		**Valor Total:** 4.850,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 AR IMPORTS LTDA	342	63.482.340/0001-16	900,00	485,00		Sim
2 GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA	402	34.152.516/0001-73	1.048,42	530,00	9,28	Sim
3 DLS COMÉRCIO LTDA	617	43.431.371/0001-30	1.046,42	971,97	83,39	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	432	23.567.504/0001-93	1.048,42	519,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	517	33.072.590/0001-17	1.048,00	755,68	45,6031	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	593	30.892.220/0001-38	1.048,00	1.048,00	38,6830	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	457	49.704.499/0002-98	1.048,42	854,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:55:19	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**1.048,00**
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**1.048,42**
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 342)	**900,00**
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 617)	**1.046,42**
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 593)	**1.048,00**
18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**1.048,42**

18/05/2026 09:55:19	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**1.048,42**
18/05/2026 09:56:43	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**989,20**
18/05/2026 09:57:11	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**899,99**
18/05/2026 10:00:20	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**986,00**
18/05/2026 10:10:19	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:10:25	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**985,28**
18/05/2026 10:10:26	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 617)	**971,98**
18/05/2026 10:10:27	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**899,98**
18/05/2026 10:10:31	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 617)	**971,97**
18/05/2026 10:10:31	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**874,78**
18/05/2026 10:10:34	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,77**
18/05/2026 10:10:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,76**
18/05/2026 10:10:40	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,75**
18/05/2026 10:10:49	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,74**
18/05/2026 10:10:51	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,73**
18/05/2026 10:10:57	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,72**
18/05/2026 10:11:03	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,71**
18/05/2026 10:11:10	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,70**
18/05/2026 10:11:14	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,69**
18/05/2026 10:11:18	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,68**
18/05/2026 10:11:20	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,67**
18/05/2026 10:11:21	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**952,00**
18/05/2026 10:11:31	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,66**
18/05/2026 10:11:37	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**940,00**
18/05/2026 10:11:37	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,65**
18/05/2026 10:11:46	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**874,64**
18/05/2026 10:11:54	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**874,63**
18/05/2026 10:12:05	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**855,32**
18/05/2026 10:12:06	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**855,31**
18/05/2026 10:12:07	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**874,11**
18/05/2026 10:12:22	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**855,30**
18/05/2026 10:12:24	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**855,29**
18/05/2026 10:12:30	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**855,00**

18/05/2026 10:12:35	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,99**
18/05/2026 10:12:41	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,98**
18/05/2026 10:12:44	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 342)	**855,20**
18/05/2026 10:12:45	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,97**
18/05/2026 10:12:58	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,96**
18/05/2026 10:13:02	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,95**
18/05/2026 10:13:13	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,94**
18/05/2026 10:13:19	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,93**
18/05/2026 10:13:25	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,92**
18/05/2026 10:13:32	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,91**
18/05/2026 10:13:35	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,90**

18/05/2026 10:13:38	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,89**
18/05/2026 10:13:42	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,88**
18/05/2026 10:13:44	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,87**
18/05/2026 10:13:46	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,86**
18/05/2026 10:13:57	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,85**
18/05/2026 10:14:01	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,84**
18/05/2026 10:14:03	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,83**
18/05/2026 10:14:09	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,82**
18/05/2026 10:14:15	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,81**
18/05/2026 10:14:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,80**
18/05/2026 10:14:26	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,79**
18/05/2026 10:14:37	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,78**
18/05/2026 10:14:38	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,77**
18/05/2026 10:14:41	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,76**
18/05/2026 10:14:45	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,75**
18/05/2026 10:14:49	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,74**
18/05/2026 10:14:55	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,73**
18/05/2026 10:15:00	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,72**
18/05/2026 10:15:01	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,71**
18/05/2026 10:15:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,70**
18/05/2026 10:15:12	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,69**
18/05/2026 10:15:17	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,68**
18/05/2026 10:15:22	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 342)	**854,71**
18/05/2026 10:15:23	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**854,02**
18/05/2026 10:15:24	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,67**
18/05/2026 10:15:25	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**854,01**
18/05/2026 10:15:30	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**854,00**
18/05/2026 10:15:31	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 342)	**790,00**
18/05/2026 10:15:35	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,99**
18/05/2026 10:15:36	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**789,99**
18/05/2026 10:15:41	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,98**
18/05/2026 10:15:48	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**789,97**
18/05/2026 10:15:52	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,96**
18/05/2026 10:15:55	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**789,95**
18/05/2026 10:16:00	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,94**
18/05/2026 10:16:03	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**789,93**
18/05/2026 10:16:05	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,92**
18/05/2026 10:16:11	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**789,91**
18/05/2026 10:16:15	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**789,90**
18/05/2026 10:16:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 402, PARTICIPANTE 432, PARTICIPANTE 342, PARTICIPANTE 457, PARTICIPANTE 517			
18/05/2026 10:16:19	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:16:32	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 432)	**519,00**

18/05/2026 10:16:53	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 342)	**485,00**
18/05/2026 10:17:05	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 517)	**755,68**
18/05/2026 10:17:23	**LANCE**	GABRIELA SÃO BERNARDO FERREIRA DE MELO-ME (PARTICIPANTE 402)	**530,00**
18/05/2026 10:17:24	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 457)	**854,00**
18/05/2026 10:21:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é AR IMPORTS LTDA			
18/05/2026 10:21:20	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:40	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:54	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:55	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 28 - EM ADJUDICAÇÃO			
28 - WEBCAM FULL HD COM MICROFONE EMBUTIDO, WIDESCREEN 1080P QUALIDADE EM VIDEO E AUDIO. 1080P / 30FPS, CAMPO DE VISAO DE 78 Â° E, FOCO AUTOMATICO EM HD E CORRECAO DE LUZ, AUDIO ESTEREO COM MICROFONES DUPLO			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 28	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: WEBCAM FULL HD COM MICROFONE EMBUTIDO, WIDESCREEN 1080P QUALIDADE EM VIDEO E AUDIO. 1080P / 30FPS, CAMPO DE VISAO DE 78 Â° E, FOCO AUTOMATICO EM HD E CORRECAO DE LUZ, AUDIO ESTEREO COM MICROFONES DUPLOS, COMPATIVEL COM WINDOWSÂ® 7 OU SUPERIORWEBCAM FULL HD COM MICROFONE EMBUTIDO, WIDESCREEN 1080P QUALIDADE EM VIDEO E AUDIO. 1080P / 30FPS, CAMPO DE VISAO DE 78 Â° E, FOCO AUTOMATICO EM HD E CORRECAO DE LUZ, AUDIO ESTEREO COM MICROFONES DUPLOS, COMPATIVEL COM WINDOWSÂ® 7 OU SUPERIOR			
Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DLS COMÉRCIO LTDA	136	43.431.371/0001-30	361,54	109,00		Sim
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA	117	18.861.730/0001-42	363,00	130,00	19,2661	Sim
FJM MACELLA LTDA	560	48.079.523/0001-00	363,34	140,00	7,6923	Sim
AR IMPORTS LTDA	206	63.482.340/0001-16	290,00	150,00	7,1429	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	880	33.072.590/0001-17	363,00	168,62	12,4133	Sim
STELAR TECNOLOGIA LTDA	707	52.750.930/0001-66	363,34	255,90	51,7614	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	020	30.892.220/0001-38	363,00	363,00	41,8523	Sim
INABILITADOS						

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:56:33	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 560)	**363,34**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 117)	**363,00**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 206)	**290,00**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**363,34**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 136)	**361,54**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 020)	**363,00**
18/05/2026 09:56:33	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 880)	**363,00**
18/05/2026 09:57:15	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 880)	**289,00**
18/05/2026 09:57:44	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**255,90**
18/05/2026 09:57:57	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 560)	**180,00**
18/05/2026 09:58:14	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 117)	**150,00**
18/05/2026 09:58:30	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 560)	**140,00**
18/05/2026 09:58:37	**LANCE**	DIGITALPAR INFORMATICA LTDA (PARTICIPANTE 117)	**130,00**
18/05/2026 09:58:58	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 880)	**168,62**
18/05/2026 09:59:01	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 206)	**220,00**
18/05/2026 09:59:09	**LANCE**	AR IMPORTS LTDA (PARTICIPANTE 206)	**150,00**
18/05/2026 10:11:33	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:11:35	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 136)	**140,40**
18/05/2026 10:17:34	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 117, PARTICIPANTE 560, PARTICIPANTE 136			
18/05/2026 10:17:34	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:18:40	**LANCE**	DLS COMÉRCIO LTDA (PARTICIPANTE 136)	**109,00**
18/05/2026 10:22:34	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é DLS COMÉRCIO LTDA			
18/05/2026 10:22:34	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:40	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:48:50	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é DIGITALPAR INFORMATICA LTDA			
08/07/2026 11:48:51	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
DLS COMÉRCIO LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			

10/07/2026 11:43:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA		
10/07/2026 11:43:04	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
DIGITALPAR INFORMATICA LTDA desclassificado. Motivo: A licitante não atendeu à solicitação de comprovação da exequibilidade de sua proposta exigida em diligencia (apresentou elemento técnico que não demonstra a viabilidade da execução do objeto nas condições e valores ofertados), fica a empresa DESCLASSIFICADA, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do respectivo edital.		
15/07/2026 08:31:50	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é AR IMPORTS LTDA		
15/07/2026 08:31:51	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
FJM MACELLA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligência no prazo solicitado, ou seja, até 13/07/2026, às 17h00.		
17/07/2026 09:18:57	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
AR IMPORTS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada A licitante não atendeu à solicitação de comprovação da exequibilidade de sua proposta exigida em diligencia		
17/07/2026 09:18:57	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA		
17/07/2026 09:23:10	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 707: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 20/07/2026. ITEM 28		
17/07/2026 10:52:02	**MENSAGEM**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 707)
Olá. Bom dia. Documento anexo.		
22/07/2026 08:55:24	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
STELAR TECNOLOGIA LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada não ao edital, campo de visão inferior pedido em edital.		
20/08/2026 11:00:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:55	**EM ADJUDICAÇÃO**	

LOTE 29 - EM ADJUDICAÇÃO			
29 - MEMORIA RAM DDR3 4GB FREQUENCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATENCIA CAS: DDR3TENSAO: 1.5V			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: K-MEMORY	Modelo: K1333/4GB

Descrição: MEMORIA RAM DDR3 4GB FREQUENCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATENCIA CAS: DDR3TENSAO: 1.5VMEMORIA RAM DDR3 4GB FREQUENCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATENCIA CAS: DDR3TENSAO: 1.5V		
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 118,55	**Valor Total:** 2.371,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	232	34.770.156/0001-73	234,00	118,55		Sim
2 FJM MACELLA LTDA	369	48.079.523/0001-00	235,54	220,00	85,58	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	921	23.567.504/0001-93	235,54	139,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	587	33.072.590/0001-17	235,00	197,35	41,9784	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	545	30.892.220/0001-38	235,00	235,00	19,0778	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MOVIMENTOS DO LOTE						

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 09:56:49	**DISPUTA**		
18/05/2026 09:56:49	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 545)	**235,00**
18/05/2026 09:56:49	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 921)	**235,54**
18/05/2026 09:56:49	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 587)	**235,00**
18/05/2026 09:56:49	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 369)	**235,54**
18/05/2026 09:56:49	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 232)	**234,00**
18/05/2026 09:57:35	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 587)	**233,00**
18/05/2026 09:58:19	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 369)	**220,00**
18/05/2026 10:11:49	**TEMPO**	**RANDÔMICO**	
18/05/2026 10:12:06	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 921)	**219,99**
18/05/2026 10:14:10	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 587)	**219,00**
18/05/2026 10:14:15	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 921)	**218,99**
18/05/2026 10:17:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 921, PARTICIPANTE 587, PARTICIPANTE 369, PARTICIPANTE 232, PARTICIPANTE 545			
18/05/2026 10:17:49	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:17:55	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 921)	**139,00**
18/05/2026 10:18:17	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 587)	**197,35**
18/05/2026 10:20:59	**LANCE**	LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP (PARTICIPANTE 232)	**118,55**
18/05/2026 10:22:51	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP			
18/05/2026 10:22:51	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:42	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:55	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 30 - EM ADJUDICAÇÃO			
30 - MEMORIA RAM DDR4 8GB FREQUENCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATENCIA CAS: DDR4TENSAO: 1.2V			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: CEAMERE	Modelo: CEA DDR4 8GB
Descrição: MEMORIA RAM DDR4 8GB FREQUENCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATENCIA CAS: DDR4TENSAO: 1.2VMEMORIA RAM DDR4 8GB FREQUENCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATENCIA CAS: DDR4TENSAO: 1.2V			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 279,90		**Valor Total:** 5.598,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 STELAR TECNOLOGIA LTDA	355	52.750.930/0001-66	285,41	279,90		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INOVE LICITAÇOES LTDA	108	23.567.504/0001-93	285,41	166,00		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	492	30.892.220/0001-38	285,00	270,00	62,6506	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:04:43	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 492)	**285,00**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 108)	**285,41**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 355)	**285,41**
18/05/2026 10:19:43	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:19:45	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 108)	**284,99**
18/05/2026 10:25:43	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 108, PARTICIPANTE 492, PARTICIPANTE 355			
18/05/2026 10:25:43	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:25:47	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 108)	**166,00**
18/05/2026 10:26:52	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 492)	**270,00**
18/05/2026 10:27:07	**LANCE**	STELAR TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 355)	**279,90**
18/05/2026 10:30:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é INOVE LICITAÇOES LTDA			
18/05/2026 10:30:46	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:42	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
03/06/2026 09:22:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é STELAR TECNOLOGIA LTDA			
03/06/2026 09:22:50	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: A licitante solicitou desclassificação para o item.			
20/08/2026 11:00:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:55	**EM ADJUDICAÇÃO**		
LOTE 31 - EM ADJUDICAÇÃO			
31 - NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSAO ENTRADA/SAIDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: CR ENERGIA	Modelo: 800BS
Descrição: NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSAO ENTRADA/SAIDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSAO ENTRADA/SAIDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.			
Quantidade: 30	**Valor Unit.:** 402,00		**Valor Total:** 12.060,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS	172	36.489.366/0001-13	598,16	402,00		Sim
2 TRITEK DISTRIBUIDORA DE	262	35.483.129/0002-63	598,16	408,00	1,49	Sim
3 HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	863	16.847.666/0001-10	598,00	415,00	1,72	Sim
4 FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA	088	55.935.697/0001-84	598,16	431,40	3,95	Sim
5 MODENA MULTISOLUTIONS DE	109	63.416.801/0001-52	598,16	450,00	4,31	Sim
6 BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA	731	25.027.024/0001-65	598,00	462,00	2,67	Sim
7 HABITUS DIGITAL - COMERCIO E	232	41.010.343/0001-14	598,16	539,99	16,88	Sim
8 R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	185	34.140.249/0001-14	1.056,48	556,48	3,05	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	678	33.072.590/0001-17	598,16	540,00		Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	442	42.448.644/0001-97	598,00	598,00	10,7407	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	852	30.892.220/0001-38	598,00	598,00	0,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:04:43	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (PARTICIPANTE 088)	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA (PARTICIPANTE 863)	**598,00**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**598,00**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 852)	**598,00**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 442)	**598,00**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 678)	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	MODENA MULTISOLUTIONS DE TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 109)	**598,16**
18/05/2026 10:04:43	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**1.056,48**
18/05/2026 10:04:49	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**597,99**
18/05/2026 10:04:50	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**657,80**
18/05/2026 10:04:57	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**657,78**
18/05/2026 10:05:11	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 678)	**596,00**
18/05/2026 10:05:15	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**655,60**
18/05/2026 10:05:18	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**597,00**

18/05/2026 10:05:26	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**595,00**
18/05/2026 10:05:28	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**654,50**
18/05/2026 10:06:12	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**590,00**
18/05/2026 10:06:16	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**649,00**
18/05/2026 10:06:18	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**595,99**
18/05/2026 10:06:45	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**530,00**
18/05/2026 10:06:49	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**583,00**
18/05/2026 10:06:54	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**594,99**
18/05/2026 10:07:42	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 678)	**553,00**
18/05/2026 10:07:46	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**582,99**
18/05/2026 10:08:39	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**525,00**
18/05/2026 10:08:42	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**577,50**
18/05/2026 10:08:44	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**552,99**
18/05/2026 10:09:09	**LANCE**	MODENA MULTISOLUTIONS DE TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 109)	**526,00**
18/05/2026 10:09:12	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**529,99**
18/05/2026 10:09:48	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**495,00**
18/05/2026 10:09:51	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**525,99**
18/05/2026 10:09:54	**LANCE**	R2 DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA (PARTICIPANTE 185)	**556,48**
18/05/2026 10:10:11	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 678)	**540,00**
18/05/2026 10:10:55	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**485,00**
18/05/2026 10:11:14	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**483,50**
18/05/2026 10:11:25	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**479,00**
18/05/2026 10:11:40	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**477,80**
18/05/2026 10:12:08	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**475,00**
18/05/2026 10:13:12	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**474,50**

18/05/2026 10:13:26	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**469,00**
18/05/2026 10:14:22	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**468,00**
18/05/2026 10:14:36	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**463,00**
18/05/2026 10:15:52	**LANCE**	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA (PARTICIPANTE 863)	**465,00**
18/05/2026 10:15:59	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**467,99**
18/05/2026 10:16:17	**LANCE**	MODENA MULTISOLUTIONS DE TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 109)	**466,00**
18/05/2026 10:16:22	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**465,99**
18/05/2026 10:19:44	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:19:45	**LANCE**	HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**539,99**
18/05/2026 10:19:45	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**464,00**
18/05/2026 10:19:46	**LANCE**	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (PARTICIPANTE 088)	**509,30**
18/05/2026 10:19:56	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**464,99**
18/05/2026 10:24:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 442, PARTICIPANTE 852 que apresentaram o valor de 598.00.			
18/05/2026 10:24:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 731, PARTICIPANTE 262, PARTICIPANTE 172, PARTICIPANTE 863, PARTICIPANTE 109, PARTICIPANTE 088			
18/05/2026 10:24:44	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:24:57	**LANCE**	HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA (PARTICIPANTE 863)	**415,00**

18/05/2026 10:25:49	**LANCE**	A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA (PARTICIPANTE 172)	**402,00**
18/05/2026 10:25:53	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**408,00**
18/05/2026 10:26:59	**LANCE**	MODENA MULTISOLUTIONS DE TECNOLOGIA LTDA (PARTICIPANTE 109)	**450,00**
18/05/2026 10:27:54	**LANCE**	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	**462,00**
18/05/2026 10:28:49	**LANCE**	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA (PARTICIPANTE 088)	**431,40**
18/05/2026 10:29:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 442, PARTICIPANTE 852 que apresentaram o valor de 598.00.			
18/05/2026 10:29:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA			
18/05/2026 10:29:45	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:42	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:55	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:09:16	**RECURSO MANIFESTADO**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA,	
Manifestamos a intenção de recorrrer conforme a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021). As razões completas do recurso são apresentadas em apartado no prazo de 3 (três) dias úteis			
20/08/2026 11:30:56	**INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**		
26/08/2026 00:00:01	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 32 - EM ADJUDICAÇÃO			
32 - BATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUACAO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MAXIMA DE RECARGA: 2.1Âª TEMPO DE FABRICACAO MAXIMA DE 6 MESES			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: ELGIN	Modelo: Vrla 12V 7Ah
Descrição: BATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUACAO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MAXIMA DE RECARGA: 2.1Âª TEMPO DE FABRICACAO MAXIMA DE 6 MESESBATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUACAO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MAXIMA DE RECARGA: 2.1Âª TEMPO DE FABRICACAO MAXIMA DE 6 MESES			
Quantidade: 25	**Valor Unit.:** 119,70		**Valor Total:** 2.992,50

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FJM MACELLA LTDA	369	48.079.523/0001-00	119,70	119,70		Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
TRITEK DISTRIBUIDORA DE	633	35.483.129/0002-63	119,70	84,00		Sim
SO BATERIAS - COMERCIO DE	481	36.469.275/0001-16	119,70	89,00	5,9524	Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	701	33.072.590/0001-17	119,70	97,20	9,2135	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	408	30.892.220/0001-38	119,00	98,00	0,8230	Sim
INOVE LICITAÇOES LTDA	482	23.567.504/0001-93	119,70	108,00	10,2041	Sim

INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:10:10	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 408)	**119,00**
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	FJM MACELLA LTDA (PARTICIPANTE 369)	**119,70**
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**119,70**
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**119,70**
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 482)	**119,70**
18/05/2026 10:10:10	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 701)	**119,70**
18/05/2026 10:11:28	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**117,80**
18/05/2026 10:12:40	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 701)	**117,00**
18/05/2026 10:19:58	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**115,00**
18/05/2026 10:21:41	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**115,50**
18/05/2026 10:25:10	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:25:21	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 482)	**114,99**
18/05/2026 10:25:43	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**110,00**
18/05/2026 10:25:50	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 482)	**109,99**
18/05/2026 10:28:11	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**104,00**
18/05/2026 10:28:14	**LANCE**	INOVE LICITAÇOES LTDA (PARTICIPANTE 482)	**108,00**

18/05/2026 10:28:47	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 408)	**107,50**
18/05/2026 10:28:53	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**105,00**
18/05/2026 10:29:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 701)	**103,00**
18/05/2026 10:29:46	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**99,00**
18/05/2026 10:30:11	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 481, PARTICIPANTE 701, PARTICIPANTE 633, PARTICIPANTE 408, PARTICIPANTE 482			
18/05/2026 10:30:11	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:30:36	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 701)	**97,20**
18/05/2026 10:30:43	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 408)	**98,00**
18/05/2026 10:31:00	**LANCE**	TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E	**84,00**
18/05/2026 10:31:19	**LANCE**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)	**89,00**
18/05/2026 10:35:12	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA			
18/05/2026 10:35:12	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			

26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.		
08/07/2026 11:47:54	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
TRITEK DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.		
08/07/2026 11:47:54	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA		
08/07/2026 11:50:42	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
INOVE LICITAÇOES LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender diligencia para complementação de documentos no prazo solicitado, ou seja, até 07/07/2026, às 17h00.		
08/07/2026 12:03:29	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 481: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 09/07/2026. ITEM 32		
08/07/2026 13:49:19	**MENSAGEM**	SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA (PARTICIPANTE 481)
Fico a disposicao		
16/07/2026 14:53:59	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 481: Boa tarde! Senhor licitante, após a análise do catálogo apresentado, verificou-se que este atende às especificações técnicas exigidas no edital. Dessa forma, passa-se à próxima fase do procedimento, sendo necessária a solicitação dos documentos de habilitação da licitante, para verificação do atendimento às exigências habilitatórias previstas no instrumento convocatório.		
16/07/2026 14:54:12	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 481: Devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min do dia 17/07/2026.		
30/07/2026 09:17:45	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO
SO BATERIAS - COMERCIO DE BATERIAS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada por não apresentar Documentos de habilitação na data de 17/07/2026 até as 17:00 h.		
30/07/2026 09:17:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é FERNANDO JOSE MACELLA		
30/07/2026 09:28:46	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 369: Bom dia! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 13/07/2026. ITEM 32		
04/08/2026 14:47:47	**MENSAGEM**	PREGOEIRO
PARA PARTICIPANTE 369: Boa tarde! Senhor licitante, convoco neste momento a apresentação de Documentos de Habilitação, devem atentar-se, pois a Proposta de Preços atualizada também deverá ser anexada com os demais documentos exigidos no Edital de Convocação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2026. O prazo para o envio encerrar-se-á 17h00min de 05/08/2026. Casa já tenho anexado desconsiderar		
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**	
LOTE 33 - EM ADJUDICAÇÃO		
33 - BATERIA SUPER ALCALINA 12V: TIPO: ALCALINA, REFERENCIA: A23 TENSAO (VOLTAGEM): 12V. DENTRO DOS PADROES ESTABELECIDOS PELA RESOLUCAO CONAMA NÂº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008. DEVE SER CERTIFICADA PELO I		
VALORES UNITÁRIOS FINAIS		

Item: 33	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: BATERIA SUPER ALCALINA 12V: TIPO: ALCALINA, REFERENCIA: A23 TENSAO (VOLTAGEM): 12V. DENTRO DOS PADROES ESTABELECIDOS PELA RESOLUCAO CONAMA NÂº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008. DEVE SER CERTIFICADA PELO INMETRO OU INSTITUTO POR ELE CREDENCIADO. (EMBALAGEM DE FORNECIMENTO COM 5 UNIDADES)...BATERIA SUPER ALCALINA 12V: TIPO: ALCALINA, REFERENCIA: A23 TENSAO (VOLTAGEM): 12V. DENTRO DOS PADROES ESTABELECIDOS PELA RESOLUCAO CONAMA NÂº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008. DEVE SER CERTIFICADA PELO INMETRO OU INSTITUTO POR ELE CREDENCIADO. (EMBALAGEM DE FORNECIMENTO COM 5 UNIDADES)...			
Quantidade: 15	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	022	30.892.220/0001-38	123,00	12,50		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	490	33.072.590/0001-17	13,86	12,99	3,9200	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:21:45	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:21:45	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 490)	**13,86**
18/05/2026 10:21:45	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 022)	**123,00**
18/05/2026 10:22:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Licitante do item tem como melhorar valor.			
18/05/2026 10:23:25	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 490)	**13,85**
18/05/2026 10:24:04	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
valor esta acima do valor de referencia			
18/05/2026 10:28:14	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 490)	**13,00**
18/05/2026 10:36:45	**TEMPO RANDÔMICO**		

18/05/2026 10:44:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 490, PARTICIPANTE 022			
18/05/2026 10:44:45	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:45:07	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 490)	**12,99**
18/05/2026 10:48:01	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 022)	**12,50**
18/05/2026 10:49:45	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 490 possui oportunidade de lance por critério de regionalidade, conforme Decreto Federal nº 8.538/2015.			
18/05/2026 10:49:45	**REGIONALIDADE**		
18/05/2026 10:54:46	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 10:54:46	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:32	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			

26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 34 - EM ADJUDICAÇÃO

34 - BATERIA NAO RECARREGAVEL - BATERIA SISTEMA ELETROQUIMICO LITHIUM, TENSAO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 34	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: BATERIA NAO RECARREGAVEL - BATERIA SISTEMA ELETROQUIMICO LITHIUM, TENSAO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032BATERIA NAO RECARREGAVEL - BATERIA SISTEMA ELETROQUIMICO LITHIUM, TENSAO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032			
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	365	33.072.590/0001-17	9,20	8,00		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	206	30.892.220/0001-38	9,00	8,95	11,8750	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 206)	**9,00**
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 365)	**9,20**
18/05/2026 10:25:31	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 365)	**8,99**
18/05/2026 10:30:23	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 206)	**8,95**
18/05/2026 10:38:29	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:42:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 206, PARTICIPANTE 365			
18/05/2026 10:42:29	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:43:14	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 365)	**8,00**
18/05/2026 10:47:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 10:47:29	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			

26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 35 - EM ADJUDICAÇÃO

35 - PASTA TERMICA A BASE DE MICROPARTICULAS DE CARBONO, SEM CONDUTIVA ELETRICA, COM CONDUTIVIDADE TERMICA MINIMA DE 8,5W/M-K, DENSIDADE 2.5G/CM3, PESO LIQUIDO 4 GRAMAS, INCLUI ESPATULA E SERINGA COM PASTA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 35	Unidade: Unidades	Marca:	Modelo:
Descrição: PASTA TERMICA A BASE DE MICROPARTICULAS DE CARBONO, SEM CONDUTIVA ELETRICA, COM CONDUTIVIDADE TERMICA MINIMA DE 8,5W/M-K, DENSIDADE 2.5G/CM3, PESO LIQUIDO 4 GRAMAS, INCLUI ESPATULA E SERINGA COM PASTA. REFERENCIA: ARCTIC MX-4.PASTA TERMICA A BASE DE MICROPARTICULAS DE CARBONO, SEM CONDUTIVA ELETRICA, COM CONDUTIVIDADE TERMICA MINIMA DE 8,5W/M-K, DENSIDADE 2.5G/CM3, PESO LIQUIDO 4 GRAMAS, INCLUI ESPATULA E SERINGA COM PASTA. REFERENCIA: ARCTIC MX-4.			
Quantidade: 2	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	573	33.072.590/0001-17	67,85	60,00		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	546	30.892.220/0001-38	67,00	66,00	10,0000	Sim
INABILITADOS						

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 546)	**67,00**
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**)	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 573	**67,85**
18/05/2026 10:25:55	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 573)	**66,99**
18/05/2026 10:29:50	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 546)	**66,00**
18/05/2026 10:38:29	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:42:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 546, PARTICIPANTE 573			
18/05/2026 10:42:30	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:43:34	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 573)	**60,00**
18/05/2026 10:47:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 10:47:31	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		

26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 36 - EM ADJUDICAÇÃO			
36 - CABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 5MTS			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 36	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: CABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 5MTSCABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 5MTS			
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	445	33.072.590/0001-17	26,64	21,00		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	573	30.892.220/0001-38	26,00	22,00	4,7619	Sim
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	530	62.628.807/0001-20	26,64	23,99	9,0455	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 530)	**26,64**
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 573)	**26,00**
18/05/2026 10:23:28	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 445)	**26,64**
18/05/2026 10:25:00	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 530)	**25,00**
18/05/2026 10:26:12	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 445)	**24,99**
18/05/2026 10:29:44	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 573)	**24,00**
18/05/2026 10:38:29	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:41:44	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 530)	**23,99**
18/05/2026 10:42:23	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 573)	**22,00**
18/05/2026 10:42:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 573, PARTICIPANTE 530, PARTICIPANTE 445			
18/05/2026 10:42:30	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:42:56	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 445)	**21,00**

18/05/2026 10:47:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
18/05/2026 10:47:30	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO		
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 37 - EM ADJUDICAÇÃO			
37 - CABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 3MTS			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 37	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:

Descrição: CABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 3MTSCABO HDMI(MACHO) PARA HDMI (MACHO) MINIMO 3MTS		
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	498	30.892.220/0001-38	18,00	14,00		Sim
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	560	62.628.807/0001-20	18,00	14,89	6,3571	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:29	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:23:29	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 560)	**18,00**
18/05/2026 10:23:29	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 498)	**18,00**
18/05/2026 10:25:33	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 560)	**17,00**
18/05/2026 10:27:06	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 498)	**16,00**
18/05/2026 10:38:29	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:42:23	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 560)	**15,99**
18/05/2026 10:45:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 560, PARTICIPANTE 498			
18/05/2026 10:45:29	**FECHADO 1**		

18/05/2026 10:46:20	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 560)	**14,89**
18/05/2026 10:48:19	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 498)	**14,00**
18/05/2026 10:50:30	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 10:50:30	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:43	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 38 - EM ADJUDICAÇÃO			
38 - CAIXA DE SOM MULTIMIDIA 6W RMS, ALIMENTACAO USB 5V, COM MINIMO 1,2 MTS DE CABO,COM CONTROLE DE VOLUME,CONECTOR P2 FEMEA INBUTIDO PARA FONES DE OUVIDO			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 38	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: CAIXA DE SOM MULTIMIDIA 6W RMS, ALIMENTACAO USB 5V, COM MINIMO 1,2 MTS DE CABO,COM CONTROLE DE VOLUME,CONECTOR P2 FEMEA INBUTIDO PARA FONES DE OUVIDOCAIXA DE SOM MULTIMIDIA 6W RMS, ALIMENTACAO USB 5V, COM MINIMO 1,2 MTS DE CABO,COM CONTROLE DE VOLUME,CONECTOR P2 FEMEA INBUTIDO PARA FONES DE OUVIDO			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00	

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	502	62.628.807/0001-20	70,00	45,00		Sim
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	207	33.072.590/0001-17	70,05	59,98	33,2889	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	331	30.892.220/0001-38	70,00	66,00	10,0367	Sim
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	116	42.448.644/0001-97	70,00	70,00	6,0606	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:25:00	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:25:00	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 502)	**70,00**
18/05/2026 10:25:00	**LANCE**	MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 116)	**70,00**
18/05/2026 10:25:00	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 207)	**70,05**
18/05/2026 10:25:00	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 331)	**70,00**
18/05/2026 10:25:25	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 502)	**68,00**
18/05/2026 10:26:42	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 207)	**67,99**

18/05/2026 10:30:12	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 331)	**67,80**
18/05/2026 10:40:00	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:42:05	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 502)	**67,50**
18/05/2026 10:45:00	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 502, PARTICIPANTE 331, PARTICIPANTE 207, PARTICIPANTE 116			
18/05/2026 10:45:00	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:45:31	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 207)	**59,98**
18/05/2026 10:45:36	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 502)	**45,00**
18/05/2026 10:48:36	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 331)	**66,00**

18/05/2026 10:50:01	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL			
18/05/2026 10:50:01	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:44	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:33:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:22	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA			
29/05/2026 09:12:22	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
MSI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender à solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 28/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:56	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 39 - EM ADJUDICAÇÃO

39 - CABO VGA DE 1,5 M, CONEXAO MACHO X MACHO CABO COMPATIVEL COM AS RESOLUCOES: VGA 640 X 350SVGA 800 X 600SXVGA 1280 X 1024 SERV EM: MONITORES LCD E CRT, TV DE LCD EE PLASMA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 39	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: CABO VGA DE 1,5 M, CONEXAO MACHO X MACHO CABO COMPATIVEL COM AS RESOLUCOES: VGA 640 X 350SVGA 800 X 600SXVGA 1280 X 1024 SERV EM: MONITORES LCD E CRT, TV DE LCD EE PLASMACABO VGA DE 1,5 M, CONEXAO MACHO X MACHO CABO COMPATIVEL COM AS RESOLUCOES: VGA 640 X 350SVGA 800 X 600SXVGA 1280 X 1024 SERV EM: MONITORES LCD E CRT, TV DE LCD EE PLASMA			
Quantidade: 15	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	903	30.892.220/0001-38	17,00	17,00		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE**	**PROPOSTAS**	
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO**	**DISPUTA**	
18/05/2026 10:26:52	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:26:52	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 903)	**17,00**
18/05/2026 10:41:52	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:44:53	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 10:44:53	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:44	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 40 - EM ADJUDICAÇÃO

40 - SUPORTE PARA GABINETE COM ABAS AJUSTAVEIS E COM RODINHAS, SUPORTA GABINETES DE 10KG, REFERENCIA: EMPIRE EMP-CCPU-BK

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 40	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:
Descrição: SUPORTE PARA GABINETE COM ABAS AJUSTAVEIS E COM RODINHAS, SUPORTA GABINETES DE 10KG, REFERENCIA: EMPIRE EMP-CCPU-BKSUPORTE PARA GABINETE COM ABAS AJUSTAVEIS E COM RODINHAS, SUPORTA GABINETES DE 10KG, REFERENCIA: EMPIRE EMP-CCPU-BK			
Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	839	33.072.590/0001-17	51,32	41,23		Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	598	30.892.220/0001-38	50,00	50,00	21,2709	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	578	49.704.499/0002-98	51,32	39,20		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:30:19	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:30:19	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 598)	**50,00**
18/05/2026 10:30:19	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 839)	**51,32**
18/05/2026 10:30:19	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 578)	**51,32**
18/05/2026 10:31:56	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 839)	**49,00**

18/05/2026 10:45:19	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:49:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 839, PARTICIPANTE 598, PARTICIPANTE 578			
18/05/2026 10:49:19	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:49:30	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 578)	**39,20**
18/05/2026 10:50:11	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 839)	**41,23**
18/05/2026 10:54:19	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA			
18/05/2026 10:54:20	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:44	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
28/05/2026 15:14:50	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 578: Boa tarde! Senhore licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 29/05/2026. ITEM 40			
01/06/2026 10:38:32	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 578: Bom dia! Senhor licitante vou conceder até o dia 02/06/2026 as 17:00 h, para apresentar catálogo dos itens 40.			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
20/08/2026 11:00:56	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 41 - EM ADJUDICAÇÃO

41 - MOUSE PAD EM SEMI-LYCRA ERGONOMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SILICA EM GEL, SUPERFICIE LISA, NA COR PRETA VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 41	Unidade: UNIDADE	Marca: DLH	Modelo: DLH
Descrição: MOUSE PAD EM SEMI-LYCRA ERGONOMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SILICA EM GEL, SUPERFICIE LISA, NA COR PRETAMOUSE PAD EM SEMI-LYCRA ERGONOMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SILICA EM GEL, SUPERFICIE LISA, NA COR PRETA			
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 15,81		**Valor Total:** 632,40

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA	469	40.223.106/0001-79	44,91	15,81		Sim
2 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	034	49.059.156/0001-37	44,91	30,75	94,50	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO	719	33.072.590/0001-17	44,92	25,68		Sim
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL	536	62.628.807/0001-20	44,92	36,68	42,8349	Sim
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	705	30.892.220/0001-38	44,00	44,00	19,9564	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS	216	49.704.499/0002-98	44,92	28,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:31:27	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 705)	**44,00**
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**44,92**
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 536)	**44,92**
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**44,92**
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**44,91**
18/05/2026 10:31:27	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**44,91**
18/05/2026 10:31:32	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**44,44**
18/05/2026 10:32:11	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**43,00**
18/05/2026 10:32:12	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**43,43**
18/05/2026 10:38:02	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 536)	**43,00**
18/05/2026 10:46:00	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**42,98**
18/05/2026 10:46:03	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**43,40**
18/05/2026 10:46:27	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:46:28	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**39,60**
18/05/2026 10:46:30	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**42,76**
18/05/2026 10:46:31	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**39,99**
18/05/2026 10:46:33	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**38,68**
18/05/2026 10:46:37	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**39,06**
18/05/2026 10:46:39	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**41,77**
18/05/2026 10:47:54	**LANCE**	SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL (PARTICIPANTE 536)	**36,68**
18/05/2026 10:47:58	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**39,61**
18/05/2026 10:48:01	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**37,04**
18/05/2026 10:48:04	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**35,64**
18/05/2026 10:48:08	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**38,49**
18/05/2026 10:48:10	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**35,99**
18/05/2026 10:48:11	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**34,64**
18/05/2026 10:48:15	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**37,41**
18/05/2026 10:48:16	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**34,98**
18/05/2026 10:48:16	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**33,66**
18/05/2026 10:48:20	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**36,35**
18/05/2026 10:48:21	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**33,99**
18/05/2026 10:48:22	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**33,01**
18/05/2026 10:48:26	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**33,34**

18/05/2026 10:48:26	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**35,65**
18/05/2026 10:49:01	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**32,00**
18/05/2026 10:49:08	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**34,56**
18/05/2026 10:49:09	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**32,32**
18/05/2026 10:49:12	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**31,10**
18/05/2026 10:49:13	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**33,58**
18/05/2026 10:49:22	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**31,41**
18/05/2026 10:49:25	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**30,22**
18/05/2026 10:49:30	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**32,63**
18/05/2026 10:49:36	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**29,36**
18/05/2026 10:49:40	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**31,70**
18/05/2026 10:49:47	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**28,80**
18/05/2026 10:49:49	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**31,10**
18/05/2026 10:51:13	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**29,00**
18/05/2026 10:51:17	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**31,00**
18/05/2026 10:54:27	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
Os seguintes participantes possuem direito de efetuar lance final e fechado: PARTICIPANTE 216, PARTICIPANTE 719, PARTICIPANTE 034, PARTICIPANTE 469			
18/05/2026 10:54:27	**FECHADO 1**		
18/05/2026 10:54:36	**LANCE**	ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (PARTICIPANTE 034)	**30,75**
18/05/2026 10:55:07	**LANCE**	A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO (PARTICIPANTE 719)	**25,68**
18/05/2026 10:55:33	**LANCE**	DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA (PARTICIPANTE 469)	**15,81**
18/05/2026 10:55:34	**LANCE**	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 216)	**28,00**
18/05/2026 10:59:27	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA			
18/05/2026 10:59:27	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:44	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:33:43	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
SANTOS & NASCIMENTOS MERCANTIL desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
26/05/2026 16:28:21	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 25/05/2026, às 17h00.			
28/05/2026 15:15:28	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 469: Boa tarde! Senhor licitante, solicito à empresa participante a apresentação de catálogo, folders, prospectos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas, marca, modelo, características técnicas e demais informações necessárias para análise e conferência da compatibilidade com as exigências constantes no Termo de Referência e Edital. O prazo para o envio encerrar-se-á as 17:00 h do dia 29/05/2026. ITEM 41			
06/07/2026 15:16:26	**INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA inabilitado. Motivo: Inabilitada após análise da documentação de habilitação apresentada pela licitante, verificou-se que a empresa apresentou certidão municipal emitida em outro município diverso de sua sede constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos documentos apresentados no certame.			
20/08/2026 11:00:57	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		

20/08/2026 11:30:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 42 - EM ADJUDICAÇÃO

42 - FITA ROTULADORA BROTHER MK231 (OU M-231) FITA NAO LAMINADA DE 12MM DE LARGURA, COM IMPRESSAO EM PRETO SOBRE FUNDO BRANCO, COMPATIVEL COM DIVERSOS MODELOS DE ROTULADORES BROTHER DA SERIE PT (P-TOUCH) Q

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 42	Unidade: UNIDADE	Marca:	Modelo:

Descrição: FITA ROTULADORA BROTHER MK231 (OU M-231) FITA NAO LAMINADA DE 12MM DE LARGURA, COM IMPRESSAO EM PRETO SOBRE FUNDO BRANCO, COMPATIVEL COM DIVERSOS MODELOS DE ROTULADORES BROTHER DA SERIE PT (P-TOUCH) QUE UTILIZAM FITAS DA SERIE M. COR DA FITA: BRANCO. COR DA IMPRESSAO: PRETO. LARGURA: 12 MM. COMPRIMENTO: 8 METROS. MATERIAL: FITA M (NAO LAMINADA). ESTA FITA E COMPATIVEL COM VARIOS MODELOS DE ROTULADORES BROTHER P-TOUCH, INCLUINDO: PT-95BKFITA ROTULADORA BROTHER MK231 (OU M-231) FITA NAO LAMINADA DE 12MM DE LARGURA, COM IMPRESSAO EM PRETO SOBRE FUNDO BRANCO, COMPATIVEL COM DIVERSOS MODELOS DE ROTULADORES BROTHER DA SERIE PT (P-TOUCH) QUE UTILIZAM FITAS DA SERIE M. COR DA FITA: BRANCO. COR DA IMPRESSAO: PRETO. LARGURA: 12 MM. COMPRIMENTO: 8 METROS. MATERIAL: FITA M (NAO LAMINADA). ESTA FITA E COMPATIVEL COM VARIOS MODELOS DE ROTULADORES BROTHER P-TOUCH, INCLUINDO: PT- 95BK

Quantidade: 20	**Valor Unit.:** 0,00	**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS	788	30.892.220/0001-38	14,20	14,20		Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

05/05/2026 08:27:52	**PUBLICADO**		
06/05/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
18/05/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
18/05/2026 10:35:28	**DISPUTA**		
18/05/2026 10:35:28	**LANCE**	GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA (PARTICIPANTE 788)	**14,20**
18/05/2026 10:44:02	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
Senhor licitante pode melhorar valor, o valor a esta acima do valor referencia.			
18/05/2026 10:50:29	**TEMPO RANDÔMICO**		
18/05/2026 10:53:29	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA			
18/05/2026 10:53:29	**JULGAMENTO**		
25/05/2026 14:25:44	**HABILITAÇÃO**		
26/05/2026 15:34:27	**DESCLASSIFICAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE**	PREGOEIRO	
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA desclassificado. Motivo: Desclassificada em razão de não atender a solicitação de envio dos documentos de habilitação no prazo solicitado, ou seja, até 27/05/2026, às 17h00.			
20/08/2026 11:00:57	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
20/08/2026 11:30:57	**EM ADJUDICAÇÃO**		

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Pregoeiro

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Membro De Equipe De Apoio

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Membro De Equipe De Apoio

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:32F96567

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VENCEDORES DO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO				
LOBATO-PR				
VENCEDORES DO PROCESSO				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026				
Processo Administrativo Nº 39/2026				
Tipo: REGISTRO DE PREÇO				
PREGOEIRO: MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO				
Data de Publicação: 05/05/2026 08:27:53				
TOTAL DO PROCESSO: **98.822,76**				
STELAR TECNOLOGIA LTDA		**52.750.930/0001-66**		**44.116,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 738	Lance: 786,90	**Total: 23.607,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: TPLINK	Modelo: EAP653	
Descrição: ACCESS POINT PADRAO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS- PADROES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A- FREQUENCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ- TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATE 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATE 574 MBPS; FUNCOES WIRELESS: VARIOS SSIDS (ATE 16 SSIDS, 8 PARA CADA BANDA);ATIVAR/DESATIVAR RADIO SEM FIO; ATRIBUICAO AUTOMATICA DE CANAL; CONTROLE DE POTENCIA DE TRANSMISSAO (AJUSTE A POTENCIA DE TRANSMISSAO EM DBM); QOS(WMM); MU-MIMO; HE160 (LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ)â?¡; ROAMING CONTINUO; MESH; DIRECIONAMENTO DE BANDA; LOAD BALANCE; AIRTIME; FAIRNESS; BEAMFORMING; TAXA LIMITE; AGENDA DE REINICIALIZACAO AGENDA SEM FIO; ESTATISTICAS SEM FIO BASEADAS EM SSID/AP/CLIENTE; SEGURANCA WIRELESS:- AUTENTICACAO DO PORTAL CATIVO; CONTROLE DE ACESSO; FILTRAGEM DE ENDERECOS MAC SEM FIO; ISOLAMENTO SEM FIO ENTRE CLIENTES; MAPEAMENTO DE SSID PARA VLAN- DETECCAO DE AP NAO AUTORIZADO; SUPORTE 802.1X; WPA-PESSOAL/EMPRESA, WPA2-PESSOAL/EMPRESA, WPA3-PESSOAL/EMPRESA; GERENCIAMENTO:ACESSO VIA NUVEM; ALERTAS POR E-MAIL; CONTROLE DE LED ON/OFF; CONTROLE DE ACESSO PARA GERENCIAMENTO MAC; SNMP: V1, V2C, V3; LOGIN DE SISTEMA LOCAL/REMOTO SYSLOG: SYSLOG LOCAL/REMOTO SSH; GERENCIAMENTO POR WEB: HTTP/HTTPS; GESTAO L3; GESTAO MULTI-SITE; VLAN DE GERENCIAMENTO; ACOMPANHAR INJETOR POEMODELO DE REFERENCIA TP LINK EAP653ACCESS POINT PADRAO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS- PADROES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A- FREQUENCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ- TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATE 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATE 574 MBPS; FUNCOES WIRELESS: VARIOS SSIDS (ATE 16 SSIDS, 8 PARA CADA BANDA);ATIVAR/DESATIVAR RADIO SEM FIO; ATRIBUICAO AUTOMATICA DE CANAL; CONTROLE DE POTENCIA DE TRANSMISSAO (AJUSTE A POTENCIA DE TRANSMISSAO EM DBM); QOS(WMM); MU-MIMO; HE160 (LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ)â?¡; ROAMING CONTINUO; MESH; DIRECIONAMENTO DE BANDA; LOAD BALANCE; AIRTIME; FAIRNESS; BEAMFORMING; TAXA LIMITE; AGENDA DE REINICIALIZACAO AGENDA SEM FIO; ESTATISTICAS SEM FIO BASEADAS EM SSID/AP/CLIENTE; SEGURANCA WIRELESS:- AUTENTICACAO DO PORTAL CATIVO; CONTROLE DE ACESSO; FILTRAGEM DE ENDERECOS MAC SEM FIO; ISOLAMENTO SEM FIO ENTRE CLIENTES; MAPEAMENTO DE SSID PARA VLAN- DETECCAO DE AP NAO AUTORIZADO; SUPORTE 802.1X; WPA-PESSOAL/EMPRESA, WPA2-PESSOAL/EMPRESA, WPA3-PESSOAL/EMPRESA; GERENCIAMENTO:ACESSO VIA NUVEM; ALERTAS POR E- MAIL; CONTROLE DE LED ON/OFF; CONTROLE DE ACESSO PARA GERENCIAMENTO MAC; SNMP: V1, V2C, V3; LOGIN DE SISTEMA LOCAL/REMOTO SYSLOG: SYSLOG LOCAL/REMOTO SSH; GERENCIAMENTO POR WEB: HTTP/HTTPS				
Quantidade: 30	Val. Ref.: 1.075,00	**Valor Unit.: 786,90**	Total Item: 23.607,00	
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 658	Lance: 268,00	**Total: 4.020,00**
Item: 7	Unidade: Unidades	Marca: TPLINK	Modelo: EX520	
Descrição: ROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZ				
Quantidade: 15	Val. Ref.: 417,00	**Valor Unit.: 268,00**	Total Item: 4.020,00	
LOTE 14	Quant.: 1	Num: 674	Lance: 13,90	**Total: 695,00**
Item: 14	Unidade: Unidades	Marca: C3TECH	Modelo: MS29BK	
Descrição: MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOMICO PARA MANUSEIO CONFORTAVEL, TAMANHO OTIMIZADO PARA EVITAR LESOES CAUSADAS PELO USO CONTINUO, FACIL MANUSEIO SOBRE QUALQUER SUPERFICIE OPACA COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS.MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOMICO PARA MANUSEIO CONFORTAVEL, TAMANHO OTIMIZADO PARA EVITAR LESOES CAUSADAS PELO USO CONTINUO, FACIL MANUSEIO SOBRE QUALQUER SUPERFICIE OPACA COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS.				
Quantidade: 50	Val. Ref.: 23,88	**Valor Unit.: 13,90**	Total Item: 695,00	
LOTE 20	Quant.: 1	Num: 517	Lance: 254,90	**Total: 10.196,00**
Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: CEAMERE	Modelo: CEA256	
Descrição: HD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTBHD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATIVEL COM A VERSAO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERENCIA - ATE 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVACAO EXPECTATIVA DE VIDA UTIL: 1 MILHAO DE HORAS MTB				
Quantidade: 40	Val. Ref.: 273,81	**Valor Unit.: 254,90**	Total Item: 10.196,00	
LOTE 30	Quant.: 1	Num: 355	Lance: 279,90	**Total: 5.598,00**
Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: CEAMERE	Modelo: CEA DDR4 8GB	
Descrição: MEMORIA RAM DDR4 8GB FREQUENCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATENCIA CAS: DDR4TENSAO: 1.2VMEMORIA RAM DDR4 8GB FREQUENCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATENCIA CAS: DDR4TENSAO: 1.2V				
Quantidade: 20	Val. Ref.: 285,41	**Valor Unit.: 279,90**	Total Item: 5.598,00	
T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA		**49.490.183/0001-60**		**17.990,00**
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 513	Lance: 440,00	**Total: 2.200,00**
Item: 2	Unidade: Unidades	Marca: MIKROTIK	Modelo: RB750GR3	
Descrição: ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERENCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERENCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3				
Quantidade: 5	Val. Ref.: 704,57	**Valor Unit.: 440,00**	Total Item: 2.200,00	
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 907	Lance: 1.620,00	**Total: 3.240,00**
Item: 3	Unidade: Unidades	Marca: MIKROTIK	Modelo: RB4011IGS+RM	
Descrição: ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERENCIA: MIKROTIK RB3011 UiAS-RMROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENCA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERENCIA: MIKROTIK RB3011 UiAS-RM				
Quantidade: 2	Val. Ref.: 2.275,75	**Valor Unit.: 1.620,00**	Total Item: 3.240,00	
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 274	Lance: 110,00	**Total: 550,00**
Item: 5	Unidade: Unidades	Marca: MERCUSYS	Modelo: MS108G	
Descrição: SWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPSSWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPS				
Quantidade: 5	Val. Ref.: 182,26	**Valor Unit.: 110,00**	Total Item: 550,00	
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 708	Lance: 982,00	**Total: 9.820,00**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: TP-LINK	Modelo: EAP650 OUTDOOR	
Descrição: ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATE 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ, COBERTURA DE LONGO ALCANCE, TECNOLOGIA MESH, CONEXAO SEM ATRASOS COM ROAMING CONTINUO, ALIMENTADO POR POE: SUPORTA TANTO A ALIMENTACAO POE+ 802.3AT QUANTO A ALIMENTACAO POE PASSIVA (ADAPTADOR INCLUIDO), CRIPTOGRAFIA WAP3, CAPTIVE PORTAL (SMS, FACEBOOK WI-FI, VOUCHER) E AUTENTICACAO 802.1X, PROTECAO IP67 A PROVA D'AGUA E POEIRA; MODELO DE REFERENCIA EAP650-OUTDOOR.ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATE 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ, COBERTURA DE LONGO ALCANCE, TECNOLOGIA MESH, CONEXAO SEM ATRASOS COM ROAMING CONTINUO, ALIMENTADO POR POE: SUPORTA TANTO A ALIMENTACAO POE+ 802.3AT QUANTO A ALIMENTACAO POE PASSIVA (ADAPTADOR INCLUIDO), CRIPTOGRAFIA WAP3, CAPTIVE PORTAL (SMS, FACEBOOK WI-FI, VOUCHER) E				

AUTENTICACAO 802.1X, PROTECAO IP67 A PROVA D'AGUA E POEIRA; MODELO DE REFERENCIA EAP650-OUTDOOR.				
Quantidade: 10	Val. Ref.: 1.489,67	**Valor Unit.: 982,00**	Total Item: 9.820,00	
LOTE 9	Quant.: 1	Num: 111	Lance: 218,00	**Total: 2.180,00**
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: MERCUSYS	Modelo: MS105GP	
Descrição: SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM UNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATIVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QOS PERMITE TRAFEGO SUAVE E SENSIVEL A LATENCIA, SUPORTA POE POWER ATE 30 W PARA CADA PORTA POE, SUPORTA POE POWER ATE 40 W PARA TODAS AS PORTAS POE, PLUG AND PLAY.SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM UNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATIVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QOS PERMITE TRAFEGO SUAVE E SENSIVEL A LATENCIA, SUPORTA POE POWER ATE 30 W PARA CADA PORTA POE, SUPORTA POE POWER ATE 40 W PARA TODAS AS PORTAS POE, PLUG AND PLAY.				
Quantidade: 10	Val. Ref.: 244,22	**Valor Unit.: 218,00**	Total Item: 2.180,00	
ENOQUE INFORMATICA LTDA		**16.677.622/0001-99**		**4.800,00**
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 457	Lance: 1.200,00	**Total: 4.800,00**
Item: 4	Unidade: Unidades	Marca: TP-LINK	Modelo: SG3428	
Descrição: SWITCH 24 PORTAS GIGABIT GERENCIAVEL ESPECIFICACOES: PADROES E PROTOCOLOS: - IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE802.3Z, - IEEE 802.3AD, IEEE 802.3X, IEEE 802.1D, IEEE 802.1S, - IEEE 802.1 W, IEEE 802.1Q, IEEE 802.1X, IEEE 802.1P INTERFACE: - 24Ã? PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS - 4Ã? SLOTS SFP GIGABIT - 1Ã? PORTA DE CONSOLE RJ45 - 1Ã? PORTA DE CONSOLE MICRO-USB HARDWARE: - FONTE DE ALIMENTACAO: 100~240VAC, 50/60HZ - MONTAGEM: RACK MOUNTABLE - CONSUMO MAXIMO DE ENERGIA: 19,9 W (220 V / 50 HZ) DESEMPENHO: - LARGURA DE BANDA / BACKPLANE: 56GBPS - TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 41.66MPPS - TABELA DE ENDERECOS MAC: 16K - JUMBO FRAME: 9 KB SOFTWARE: QOS: - 8 FILAS DE PRIORIDADE - PRIORIDADE 802.1P COS/DSCP AGENDAMENTO DE FILAS: - SP (STRICT PRIORITY) - WRR (WEIGHTED ROUND ROBIN) - SP+WRR CONTROLE DE LARGURA DE BANDA: - LIMITE DE CLASSIFICACAO COM BASE NA PORTA/FLUXO - DESEMPENHO MAIS SUAVE ACAO PARA FLUXOS: - ESPELHAR (PARA A INTERFACE SUPORTADA) - REDIRECIONAR (PARA A INTERFACE SUPORTADAL) - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTARIO DE QOS CARACTERISTICAS L2 E L2+: AGREGACAO DE LINKS: - AGREGACAO DE LINKS ESTATICOS - LACP 802.3AD - ATE 8 GRUPOS DE AGREGACAO E ATE 8 PORTAS POR GRUPO MULTICAST L2: SUPORTA 511 GRUPOS IGMP (IPV4, IPV6) IGMP SNOOPING - IGMP V1/V2/V3 SNOOPING - FAST LEAVE - IGMP SNOOPING QUERIER - IGMP AUTHENTICATION IGMP AUTHENTICATION MVR MLD SNOOPING - MLD V1/V2 SNOOPING - FAST LEAVE - MLD SNOOPING QUERIER - CONFIGURACAO DE GRUPOS ESTATICOS - MULTICAST IP LIMITADO FILTRAGEM MULTICAST: 256 PERFIS E 16 ENTRADAS POR PERFIL VLAN: GRUPO VLAN - MAXIMO DE 4.000 GRUPOS DE VLAN 802.1Q TAGGED VLAN VLAN MAC: 12 ENTRADAS PROTOCOLO VLAN: MODELO DE PROTOCOLO 16, PROTOCOLO VLAN 16 GVRP VLAN VPN (QINQ) - QINQ BASEADO NA PORTA - QINQ SELETIVO VLAN DE VOZ LISTA DE CONTROLE DE ACESSO: ACL BASEADA NO TEMPO MAC ACL - MAC DE ORIGEM - MAC DE DESTINO - ID DA VLAN - PRIORIDADE DO USUARIO - TIPO ETHER IP ACL - IP DE ORIGEM - IP DE DESTINO - FRAGMENTO - PROTOCOLO IP - MARCACAO TCP - PORTA TCP/UDP - DSCP/IP TOS - PRIORIDADE DO USUARIO ACL COMBINADO ACL DE CONTEUDO DO PACOTE IPV6 ACL POLITICA - ESPELHAMENTO - REDIRECIONAR - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTARIO DE QOS O ACL APLICA-SE A PORTA/VLAN SEGURANCA: LIGACAO IP-MAC-PORTA - DHCP SNOOPING - INSPECAO ARP - PROTECAO DE IPV4 DE ORIGEM LIGACAO IPV6-MAC-PORTA - DHCPV6 SNOOPING - DETECCAO ND - PROTECAO DE IPV6 DE ORIGEM DOS DEFEND SEGURANCA DE PORTA EST				
Quantidade: 4	Val. Ref.: 1.811,67	**Valor Unit.: 1.200,00**	Total Item: 4.800,00	
L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA		**52.585.078/0001-19**		**2.719,96**
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 892	Lance: 679,99	**Total: 2.719,96**
Item: 6	Unidade: Unidades	Marca: TP-LINK	Modelo: TL-SG1024D	
Descrição: SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADROES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSIVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NEGOCIACAO (AUTO MDI / MDIX) CAPACIDADE DE COMUTACAO: 48GBPS FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA: 100-240V CA, 50/60HZ FAN QUANTITY: FANLESS DIMENSOES APROX. DO PRODUTO: 294 X 180 X 44MM FONTE DE ALIMENTACAO: 100-240VAC, 50/60HZ TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 35.7MPPS QUADRO JUMBO: 10KB TECNOLOGIASWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADROES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSIVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NEGOCIACAO (AUTO MDI / MDIX) CAPACIDADE DE COMUTACAO: 48GBPS FONTE DE ALIMENTACAO EXTERNA: 100-240V CA, 50/60HZ FAN QUANTITY: FANLESS DIMENSOES APROX. DO PRODUTO: 294 X 180 X 44MM FONTE DE ALIMENTACAO: 100-240VAC, 50/60HZ TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 35.7MPPS QUADRO JUMBO: 10KB TECNOLOGIA				
Quantidade: 4	Val. Ref.: 682,23	**Valor Unit.: 679,99**	Total Item: 2.719,96	
ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA		**49.059.156/0001-37**		**3.864,90**
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 905	Lance: 25,87	**Total: 1.293,50**
Item: 13	Unidade: Unidades	Marca: VINIK CT301	Modelo: VINIK CT301	
Descrição: TECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXAO USB PADRAO ABNT2, VERSAO EM PORTUGUES, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURAVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHOES DE PRESSIONAMENTOS, SUPORTE INCLINAVEIS, FORTES E AJUSTAVEIS, CARACTERES NITIDOS E BRILHANTES COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS. MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONOTECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXAO USB PADRAO ABNT2, VERSAO EM PORTUGUES, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURAVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHOES DE PRESSIONAMENTOS, SUPORTE INCLINAVEIS, FORTES E AJUSTAVEIS, CARACTERES NITIDOS E BRILHANTES COM COMPRIMENTO MINIMO DO CABO DE 1,8 METROS. MOUSE OPTICO DE ALTA PRECISAO, COMPATIVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUCAO 800 DPI, CONEXAO USB. DESIGN ERGONO				
Quantidade: 50	Val. Ref.: 37,10	**Valor Unit.: 25,87**	Total Item: 1.293,50	
LOTE 16	Quant.: 1	Num: 875	Lance: 128,57	**Total: 2.571,40**
Item: 16	Unidade: Unidades	Marca: PCYES PCCMFW	Modelo: PCYES PCCMFW	
Descrição: COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2 PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE DE 36 MESES,COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS:/FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009), REFERENCIA: LOGITECH MK235.COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2 PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE DE 36 MESES,COM CERTIFICACAO OFICIAL DA FCC HTTPS:/FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSAO OU RELEVO NA PECA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL- YU0009), REFERENCIA: LOGITECH MK235.				
Quantidade: 20	Val. Ref.: 149,94	**Valor Unit.: 128,57**	Total Item: 2.571,40	
HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA		**41.010.343/0001-14**		**2.426,00**
LOTE 25	Quant.: 1	Num: 514	Lance: 60,65	**Total: 2.426,00**
Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: KNUP KP-526	Modelo: KNUP KP-526	
Descrição: FONTE ATX 250 W. CARACTERISTICAS: PADRAO ATX 12V; BIVOLT COM SELECAO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAIDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORCA EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA NBR 14136:2002; CONTROLE DE TEMPERATURA SILENCIOSO-FONTE ATX 250 W. CARACTERISTICAS: PADRAO ATX 12V; BIVOLT COM SELECAO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAIDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORCA EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA NBR 14136:2002; CONTROLE DE TEMPERATURA SILENCIOSO-				
Quantidade: 40	Val. Ref.: 81,67	**Valor Unit.: 60,65**	Total Item: 2.426,00	
AR IMPORTS LTDA		**63.482.340/0001-16**		**4.850,00**
LOTE 27	Quant.: 1	Num: 342	Lance: 485,00	**Total: 4.850,00**
Item: 27	Unidade: Unidades	Marca: 3Atech	Modelo: TF120-43	
Descrição: TELA DE PROJECAO RETRATIL, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM OPCAO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM ACO CARBONO E PELICULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAMANHO DA PROJECAO 120"" DIAGONAL - 2,44MX1,83M..TELA DE PROJECAO RETRATIL, ENROLAMENTO AUTOMATICO COM OPCAO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM ACO CARBONO E PELICULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAMANHO DA PROJECAO 120"" DIAGONAL - 2,44MX1,83M..				
Quantidade: 10	Val. Ref.: 1.048,42	**Valor Unit.: 485,00**	Total Item: 4.850,00	
LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP		**34.770.156/0001-73**		**2.371,00**
LOTE 29	Quant.: 1	Num: 232	Lance: 118,55	**Total: 2.371,00**
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: K-MEMORY	Modelo: K1333/4GB	
Descrição: MEMORIA RAM DDR3 4GB FREQUENCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATENCIA CAS: DDR3TENSAO: 1.5VMEMORIA RAM DDR3 4GB FREQUENCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATENCIA CAS: DDR3TENSAO: 1.5V				
Quantidade: 20	Val. Ref.: 235,54	**Valor Unit.: 118,55**	Total Item: 2.371,00	
A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA		**36.489.366/0001-13**		**12.060,00**
LOTE 31	Quant.: 1	Num: 172	Lance: 402,00	**Total: 12.060,00**
Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: CR ENERGIA	Modelo: 800BS	
Descrição: NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSAO ENTRADA/SAIDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSAO ENTRADA/SAIDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.				
Quantidade: 30	Val. Ref.: 598,16	**Valor Unit.: 402,00**	Total Item: 12.060,00	
FJM MACELLA LTDA		**48.079.523/0001-00**		**2.992,50**
LOTE 32	Quant.: 1	Num: 369	Lance: 119,70	**Total: 2.992,50**
Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: ELGIN	Modelo: Vrla 12V 7Ah	
Descrição: BATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUACAO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MAXIMA DE RECARGA: 2.1Âª TEMPO DE FABRICACAO MAXIMA DE 6 MESESBATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUACAO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MAXIMA DE RECARGA: 2.1Âª TEMPO DE FABRICACAO MAXIMA DE 6 MESES				
Quantidade: 25	Val. Ref.: 119,70	**Valor Unit.: 119,70**	Total Item: 2.992,50	
DARLU INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA		**40.223.106/0001-79**		**632,40**
LOTE 41	Quant.: 1	Num: 469	Lance: 15,81	**Total: 632,40**
Item: 41	Unidade: UNIDADE	Marca: DLH	Modelo: DLH	
Descrição: MOUSE PAD EM SEMI-LYCRA ERGONOMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SILICA EM GEL, SUPERFICIE LISA, NA COR PRETAMOUSE PAD EM SEMI-				

LYCRA ERGONOMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SILICA EM GEL, SUPERFICIE LISA, NA COR PRETA			
Quantidade: 40	Val. Ref.: 44,92	**Valor Unit.: 15,81**	Total Item: 632,40

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Pregoeiro

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Membro De Equipe De Apoio

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Membro De Equipe De Apoio

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:83EDF088

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, BANCADA DE PIA PARA COZINHA E BALCÃO TIPO BUFFET APARADOR

ESTADO DO PARANÁ	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	**Nr.: 7/2026**	
Travessa Padre Francisco Bierman, 10 - .Centro - Mandirituba	**Processo Adm.:**	**19/2026**
CEP: 83800-000 CNPJ: 00.942.395/0001-41 Telefone: (41) 3626-2298	**Data do Processo:**	**10/08/2026**
E-mail: Site: http://www.cmmandirituba.pr.gov.br		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	19/2026				
b) Nr. Licitação:	7/2026 - DL				
c) Modalidade:	Dispensa de licitação				
d) Data de Homologação:	27/08/2026				
e) Objeto da Licitação:	*Aquisição de Notebooks, Bancada de Pia para Cozinha e Balcão tipo Buffet Aparador*				
Participante: GWL NEGOCIOS LTDA (64.318.724/0001-60)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	BANCADA PARA PIA DE COZINHA Marca: MÓVEIS CRIS	1,000	UN	963,17	963,17
			Total do Participante:		**963,17**
Participante: MAGTECH COMERCIAL LTDA (55.012.019/0001-40)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	BALCÃO BUFFET APARADOR Marca: MÓVEIS CAVAZOTTO	1,000	UN	1.212,00	1.212,00
			Total do Participante:		**1.212,00**
Participante: MALKUT & BOHN LTDA (10.868.068/0001-40)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	NOTEBOOK 14" Marca: VAIO	2,000	UN	4.291,00	8.582,00
			Total do Participante:		**8.582,00**
			Total Geral:		**10.757,17**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	01.001.01.031.0001.2001.4.4.90.52.00	R$ 11.564,58

Mandirituba, 27/08/2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:CED5CEAA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 3º BIMESTRE 2026

Município de MANDIRITUBA - PR	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO À JUNHO-2026/ BIMESTRE MAIO / JUNHO	
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANDIRITUBA - MANDIPREV	
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o 3º Bimestre/2026	Até o 3º Bimestre/2025
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.293.000,00	7.293.000,00	5.894.264,74	5.528.294,89
RECEITAS CORRENTES	7.293.000,00	7.293.000,00	5.894.264,74	5.528.294,89
Receita de Contribuições dos Segurados	5.552.000,00	5.552.000,00	2.534.482,81	2.484.208,49
Pessoal Civil	5.552.000,00	5.552.000,00	2.534.482,81	2.484.208,49
Ativo	5.502.000,00	5.502.000,00	2.450.563,95	2.456.336,18
Inativo	25.000,00	25.000,00	54.645,91	14.925,34
Pensionista	25.000,00	25.000,00	29.272,95	12.946,97
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.591.000,00	1.591.000,00	2.494.595,25	2.807.366,18
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.591.000,00	1.591.000,00	2.494.595,25	2.807.366,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00	150.000,00	865.186,68	236.720,22
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	150.000,00	150.000,00	861.784,18	199.714,52
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	3.402,50	37.005,70
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.007.000,00	11.007.000,00	5.410.243,93	5.336.168,78
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	18.300.000,00	18.300.000,00	11.304.508,67	10.864.463,67

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o 3º Bimestre/ 2026	Até o 3º Bimestre/ 2025	Até o 3º Bimestre/ 2026	Até o 3º Bimestre/ 2025	Em 2026	Em 2025
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	13.740.000,00	13.740.000,00	5.543.603,57	5.309.555,63	5.472.491,53	5.133.221,61	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.440.000,00	1.440.000,00	485.346,95	490.622,30	436.138,46	422.522,24	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.390.000,00	1.390.000,00	485.346,95	490.622,30	436.138,46	422.522,24	0,00	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	12.300.000,00	12.300.000,00	5.058.256,62	4.818.933,33	5.036.353,07	4.710.699,37	0,00	0,00
Pessoal Civil	11.505.000,00	11.505.000,00	5.013.256,62	4.518.998,73	5.013.256,62	4.518.998,73	0,00	0,00
Aposentadorias	8.205.000,00	8.205.000,00	4.038.901,61	3.627.591,48	4.038.901,61	3.627.591,48	0,00	0,00
Pensões	3.000.000,00	3.000.000,00	974.355,01	891.407,25	974.355,01	891.407,25	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	795.000,00	795.000,00	45.000,00	299.934,60	23.096,45	191.700,64	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	530.000,00	530.000,00	45.000,00	159.934,60	23.096,45	133.534,83	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	265.000,00	265.000,00	0,00	140.000,00	0,00	58.165,81	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	60.000,00	60.000,00	30.458,54	25.818,70	30.458,54	25.818,70	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	13.800.000,00	13.800.000,00	5.574.062,11	5.335.374,33	5.502.950,07	5.159.040,31	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	4.500.000,00	4.500.000,00	5.730.446,56	5.529.089,34	5.801.558,60	5.705.423,36	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	1.692.467,13
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	1.692.467,13
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	1.692.467,13
Outros Aportes para o RPPS	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	4.500.000,00

BENS E DIREITOS DO RGPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2026	2025
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	286.801,45	29.619,96
INVESTIMENTOS	61.568.843,74	49.453.929,91
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00
TOTAL BENS E DIREITOS DO RPPS	61.855.645,19	49.483.549,87

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o 3º Bimestre/ 2026	Até o 3º Bimestre/ 2025
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.007.000,00	11.007.000,00	5.410.243,93	5.336.168,78
Receita de Contribuições	7.007.000,00	7.007.000,00	2.664.376,30	2.953.363,50
Patronal	7.007.000,00	7.007.000,00	2.664.376,30	2.953.363,50
Pessoal Civil	7.007.000,00	7.007.000,00	2.664.376,30	2.953.363,50
Ativo	7.007.000,00	7.007.000,00	2.664.376,30	2.953.363,50
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00

Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	2.000.000,00	2.000.000,00	1.692.467,13	1.228.773,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	2.000.000,00	2.000.000,00	1.053.400,50	1.154.032,28
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				
(XI) = (VIII + IX - X)	11.007.000,00	11.007.000,00	5.410.243,93	5.336.168,78

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o 3º Bimestre/ 2026	Até o 3º Bimestre/ 2025	Até o 3º Bimestre/ 2026	Até o 3º Bimestre/ 2025
ADMINISTRAÇÃO (XII)	75.000,00	75.000,00	30.458,54	25.818,70	30.458,54	25.818,70
Despesas Correntes	75.000,00	75.000,00	30.458,54	25.818,70	30.458,54	25.818,70
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	75.000,00	75.000,00	30.458,54	25.818,70	30.458,54	25.818,70

Publicado por:
Cleverson Ezequiel Blenski
Código Identificador:629D3DC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 47-2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 47/2024
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: JCA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI. CNPJ: 21.055.054/0001-24
CLAUSULA PRIMEIRA: DAS QUANTIDADES
Ficam acrescentados 3 (três) chips ao contrato, totalizando 15 (quinze) chips.
CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR
VALOR passa a ter a seguinte redação:
Os itens do contrato ficam reajustado conforme abaixo e conforme previsto no Processo de Licitação na Modalidade Dispensa Nº 11/2024.

ITENS							
Lote	Item	Código do serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Preço unitário atual	**Preço unitário reajustado**
1	1	8797	Serviço de telefonia móvel GSM, com franquia de voz ilimitado fixo e móvel nacional; franquia de dados 4GB individual; franquia de 800 sms individual; gestor online, roaming nacional com o fornecimento de 15 chips 3/1.	SERVIÇO	MÊS	488,68	**610,84**

CLAUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
O presente termo passa a vigorar a partir da presente data.
Manfrinópolis, em 27/08/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:4F30CBB9

AGRICULTURA
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0253/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0253/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0253/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	LUAN VINICIUS DA SILVA LIMA		**MATR.**	**1012143**
CARGO/FUNÇÃO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		SANDERO
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA: AWQ-1649
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
26/08/2026	26/08/2026	CHOPINZINHO	PR	PARA ; RETIRAR MÁQUINA LEVADA PARA MANUTENÇÃO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – Pr, em 26 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:E4FAC89A

EXECUTIVO MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO - CRF – CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - COMPLEMENTAR

O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS,** pessoa de direito público, inscrita no CNPJ: 01.614.343/0001-09, com sede na Rua Encantilado, 11, Centro, Manfrinópolis – PR – CEP: 85628-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AMARILDO ALVES CARNEIRO**, **CERTIFICA,** para os devidos fins de registro imobiliário, a situação de área consolidada, sem condições de reversibilidade do **Núcleo Urbano Chácara 75,** localizado neste município, que foi regularizado no **Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR**, para a legitimação complementar da listagem em anexo, com base no Art. 23§6 da Lei Federal nº 13.465/2017 e Art. 16 §7 do Decreto Federal nº 9310/2018.

DO RELATÓRIO:

Busca a requerente o reconhecimento de seu domínio sobre a área que atualmente possui, demonstrado por meio de documento de aquisição pertinente a sua qualificação. A qual se enquadra ***na modalidade de REURB-S,*** a fim de promover a Legitimação Fundiária.

Os documentos que compõem a CRF estão elencados abaixo, e conforme Art. 47:

Oficio de encaminhamento ao cartório;

Qualificação completa dos beneficiários;

Memorial descritivo dos lotes individualizados e do perímetro em regularização;

Apresentados todos os itens anteriormente expostos, passo a valorá-los.

O enquadramento da REURB se dá a partir da análise de rendimentos dos requerentes, ou seja, será classificado em REURB-S aquele que não atingir uma renda mensal de até dois salários mínimos vigente no país. Aqueles que obtiverem uma renda superior a isso, será classificado como REURB-E, conforme Art. 13, §5º, da Lei Federal 13.465/2017.

O projeto de regularização fundiária anteriormente já apresentado atende aos requisitos previstos nos Artigos nº 35 e 36 da Lei Federal n° 13.465/2017. Há a devida anotação de responsabilidade técnica por profissional funcionalmente habilitado para a atividade.

Os ocupantes foram individualizados através de memorial descritivo próprio, bem como a indicação de planta de ocupantes geral com a numeração de cada um dos lotes objeto desse procedimento, tudo em consonância com o art. 35, I, da Lei Federal n° 13.465/2017. Os memoriais atendem ao georreferenciamento exigido pela nova legislação fundiária, possibilitando a minuciosa separação entre os lotes para abertura das matrículas.

Nos trabalhos topográficos juntados aos autos demonstram que se trata de área amplamente urbanizada, contendo os elementos previstos no art. 36, §1º, I, II, III e IV da Lei Federal n° 13.465/2017. Portanto, estão dispensadas as intervenções, por parte do Município, previstas no art. 37 da nova lei de regularização fundiária.

DA DECISÃO DO MÉRITO:

Por tratar se de decisão de mérito deste ente Municipal, competente para o julgamento do presente Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do art. 33 da Lei Federal n° 13.465/2017, indico o estado civil dos beneficiários com base na documentação apresentada e fulcro no disposto na Lei Federal n° 13.726/2018.

Para análises municipais, foram coletados dos moradores qualificados em REURB-S, para cumprimentos do **Art. 23 da Lei 13.465/17 e §1º do Art. 16 do Decreto 9.310/18,** declarações que indicam não ser **foreiros ou proprietários de nem um outro imóvel urbano ou rural**.

Pela presente Certidão o Município, confere de propriedade aos ocupantes relacionados na lista no anexo I, por meio de Legitimação Fundiária.

Cabe ressaltar, ainda, a não incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tendo em vista o disposto no art. 11, VII, da Lei Federal n° 13.465/2017 que reconhece a legitimação fundiária como mecanismo de reconhecimento de aquisição originária. Portanto, o registro deve ser efetivado independentemente de comprovação de pagamento do ITBI, com base na legislação federal e no art. 13 da Resolução CM n. 8, de 9/06/2014.

Quanto a não incidência do ITBI, a jurisprudência catarinense é uníssona, conforme depreende-se do seguinte julgado:

Ementa: REEXAME NECESSÁRIO. LEI N. 12.016/2009, ART. 14, § 1º. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO COATOR DO PREFEITO DE GRAVATAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. **COBRANÇA DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI SOBRE IMÓVEL ADQUIRIDO POR AÇÃO DE USUCAPIÃO. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA. AUSÊNCIA DE FATO GERADOR. ILEGALIDADE DA COBRANÇA.** REMESSA CONHECIDA E DESPROVIDA. Processo: 0300624-19.2015.8.24.0159 (Acórdão). Relator: Nelson Schaefer Martins. Origem: Armazém. Órgão Julgador: Quarta Câmara de Direito Público. Julgado em: 28/04/2016. Classe: Reexame Necessário. (Grifei)

Consequentemente, fica cumprido o disposto no inciso XI, do art. 30 da Lei Federal n° 8.935/1994, bem como no art. 289 da Lei Federal n° 6.015/1973.

Fica deferida a Reurb, independentemente da inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana, nos termos do parágrafo único do art. 28 da Lei Federal n° 13.465/2017.

Dispenso a exigência de firma reconhecida nos documentos que acompanham a presente Certidão, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Lei Federal n° 13.465/2017.

Por fim, oficio o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão/PR, acerca do teor do procedimento em epígrafe, para que adote as medidas cabíveis de registro da Certidão de regularização fundiária complementar referente ao núcleo urbano Chácara 75.

Manfrinópolis/PR, 26 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Anexo I

Nº	LOTE QUADRA	QUALIFICAÇÃO	FORMA DE AQUISIÇÃO	RENDA	MODALIDADE
	Quadra 03 Lote 07	**JOSE GONÇALVES,** brasileiro, agricultor, solteiro, nascido no dia 04/03/1948, filho da Maria Ruth Gonçalves e Alfredo Rodrigues Gonçalves, portador do carteira de identidade/CPF 426.188.869-68 residente e domiciliado residente e domiciliado na Linha Roncador, nº 651, Bairro São Sebastião, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.	Contrato de compra e venda 23/02/2004	R$ 2.000,00	REURB S
	Quadra 03 Lote 12	**TEREZINHA SOARES VEIGA**, brasileira, do lar, viúva conforme averbação na matricula nº 086090 01 55 1983 2 00010 105 0000705 93, nascida no dia 18/12/1961, filha de Oracilio Soares dos Santos e Eva Souza Elias, portadora do RG nº 7.570.130 SESP/PR e inscrita no CPF nº 043.782.769-09, residente e domiciliado na Avenida Encantilado, no município de Manfrinópolis/PR, CEP: 85628-000.		R$ 1.300,00	REURB-E
	Quadra 03 Lote 30	**MARLI SOARES SOERO MOCHNACZ**, brasileira, do lar, nascida em 10/03/1982, filha de João Maria Soero e Carmelina Soares Soero, portadora da carteira de identidade nº9.166.720-7 SESP/PR e inscrita no CPF 039.631.129-29, casada sob regime de comunhão parcial de bens com **AMAURY MOCHNACZ**, brasileiro, aposentado, nascido em 13/05/1964, filho de Pedro Mochnacz e Eudocia Mochnacz, portador da carteira de identidade nº 4.172.845-0 SESP/PR e inscrito no CPF 575.070.909-49, residentes e domiciliados em Linha Bela vista, sem nº, interior, Manfrinopolis-PR, CEP 85.628-000.	Instrumento particular de promessa de compra e venda 26/10/2010 Transferência de direito, obrigações e posse 21/01/2008	R$4.800,00	**REURB-E**

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 47. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.
Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo. [...] § 5° A classificação do interesse visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 35. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo: I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado; II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, **quando for possível**; III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; IV - projeto urbanístico; V - memoriais descritivos; VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, **quando for o caso**; VII - estudo técnico para situação de risco, **quando for o caso**; VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, **quando for o caso**; IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo. Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, **quando for o caso**.
Art. 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, **existentes ou projetadas**; II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, **se houver**; III - **quando for o caso**, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada; IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, **quando houver**; V - de **eventuais** áreas já usucapidas; VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, **quando necessárias**; VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, **quando necessárias**; VIII - das obras de infraestrutura essencial, **quando necessárias**; IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: [...] § 1° Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos: I - sistema de abastecimento de água potável, **coletivo ou individual**; II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, **coletivo ou individual**; III - rede de energia elétrica domiciliar; IV - soluções de drenagem, **quando necessário**;

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 37. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se: [...] VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

RESOLUÇÃO CM N. 8 DE 9 DE JUNHO DE 2014: Art. 13. O registro do domínio de que trata a presente resolução, observando-se o princípio da continuidade registral, independe da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários:

LEI FEDERAL 8.935/1994: Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: [...] XI - fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

Lei Federal n° 6.015/1973: Art. 289. No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 28. A Reurb obedecerá às seguintes fases: Parágrafo único. Não impedirá a Reurb, na forma estabelecida nesta Lei, a inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana.

LEI FEDERAL 13.465/2017: Art. 47 [...] Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta.

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:A8C00C5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 010, DE 28 DE AGOSTO DE 2026 -

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
PORTARIA Nº 010, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Aprova o Plano Anual de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino de Morretes para o exercício de 2026.

A **Secretária Municipal de Educação**, Sr.ª Adriana Assumpção, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino para o exercício de 2026, constante do Anexo Único desta Portaria.
§ 1º Integram o Plano Anual de Formação Continuada as ações formativas realizadas no decorrer do exercício de 2026, inclusive aquelas executadas anteriormente à publicação desta Portaria, desde que devidamente registradas e comprovadas pela Secretaria Municipal de Educação ou pela instituição responsável por sua oferta.
§ 2º A inclusão no Plano Anual das ações formativas realizadas anteriormente à sua aprovação possui caráter de registro, consolidação e reconhecimento das atividades efetivamente desenvolvidas no exercício, observados, quando aplicáveis, os critérios de participação, frequência e certificação estabelecidos pela Política Municipal de Formação Continuada.
Art. 2º O Plano Anual poderá sofrer alterações durante sua execução em razão de programas estaduais e federais, parcerias institucionais, necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino ou outras ações formativas consideradas pertinentes pela Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. As alterações previstas no caput poderão compreender a inclusão, substituição, reprogramação ou cancelamento de ações formativas, devendo ser mantidos os respectivos registros para fins de acompanhamento e consolidação do Plano.
Art. 3º A Divisão de Ensino (DE/SEMED), em articulação com a Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, fica responsável pela execução, acompanhamento, atualização e registro das ações integrantes do Plano.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, *28 agosto de 2026.*

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO
Secretaria Municipal de Educação de Morretes
PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Exercício 2026
1. APRESENTAÇÃO
A formação continuada constitui um dos principais instrumentos de valorização dos profissionais da educação e de fortalecimento da qualidade do ensino ofertado pela Rede Municipal de Ensino de Morretes. O presente Plano organiza as ações formativas previstas para o exercício de 2026, em consonância com a **Instrução Normativa nº 02/2026-SEMED/DE** da **Política Municipal de Formação Continuada**, podendo ser atualizado ao longo do exercício conforme novas demandas institucionais e parcerias.
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

• Constituição Federal
• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
• Plano Nacional de Educação
• Plano Municipal de Educação
• Base Nacional Comum Curricular
• Referencial Curricular do Paraná
• Instrução Normativa da Política Municipal de Formação Continuada

3. PRINCÍPIOS
Formação permanente;

Valorização dos profissionais;
Gestão democrática;
Aprendizagem colaborativa;
Inovação pedagógica;
Inclusão;
Equidade;
Articulação entre teoria e prática;
Uso de evidências educacionais.

4. OBJETIVOS

a) Objetivo Geral: fortalecer continuamente o desenvolvimento profissional dos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

b) Objetivos Específicos:
- Qualificar as práticas pedagógicas.
- Fortalecer a gestão escolar.
- Consolidar a alfabetização.
- Incentivar a cultura de avaliação.
- Promover inovação e inclusão.
- Socializar boas práticas.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

I – Gestão Escolar
II – Alfabetização
III – Desenvolvimento Docente
IV – Diversidade, Inclusão e Inovação

6. PÚBLICO-ALVO

Professores, Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Secretários Escolares, Equipe Técnica da SEMED e demais profissionais da educação.

7. ORGANIZAÇÃO

A Coordenação de Projetos Educacionais em ação colaborativa com os coordenadores(as) pedagógicos (as) será responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações formativas.

8. METODOLOGIA

Palestras, oficinas, grupos de estudos, seminários, rodas de conversa, atividades presenciais, híbridas e remotas.

9. PROGRAMAS FORMATIVOS

Dia Pedagógico
Estrutura e Funcionamento
PPP e Regimento Escolar
LEEI
Alfabetização em Foco
Encontros de Coordenadores
Avança Morretes
Avaliação Educacional
Educação Financeira
Opaná Chão Indígena
Seminário de Boas Práticas
Seminário e encontros formativos de Gestores Escolares
Parcerias Institucionais

10. CRONOGRAMA

FEVEREIRO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
Dia Pedagógico	BNCC Computação (Clickideia); ler e Pensar; televisando	Todos os professores da Rede Municipal de Ensino	Educandário	Realizada
I Encontro de Coordenadores Pedagógicos	Avaliações Diagnósticas e Externas; Calendário 2026	Coordenadores Pedagógicos	Sala da Inovação	Realizada
I Jornada Pedagógica	Da Teoria à Prática: Autismo no cotidiano Escolar ----------BNCC Computação: Caminhos para Implementação	Professores da Rede Municipal de Ensino	Educandário	Realizada
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Ambientação	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Mentoria de Diretores Escolares: Perspectivas Teórico-Metodológicas	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Mentoria de Diretores Escolares: Perspectivas Teórico-Metodológicas	Gestores Escolares	Remota	Em andamento

MARÇO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
Estrutura e Funcionamento	Documentação de Estrutura e Funcionamento	Diretores e Secretários Escolares	Sala da Inovação	Realizada
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Realizada
Formação Continuada Encontro de Gestores Escolares do Litoral Paranaense	BNCC do Diretor Escolar/ Oficina de análise de dados	Gestores Escolares	Paranaguá	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Alfabetização como direito – A realidade no Paraná	Professores da rede Municipal de Ensino	Remota	Realizada
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	A Relação com o Saber e o Aprender Acadêmico, Prático e Relacional	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Escola Conectada e a Cidadania Digital	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Escola Conectada e a Cidadania Digital	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Relações Intra e Interpessoais: Comunicações no Ambiente Escolar	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Relações Intra e Interpessoais: Comunicações no Ambiente Escolar	Gestores Escolares	Remota	Em andamento

Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Diagnosticar para planejar com intencionalidade	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento

ABRIL

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
PPP e Regimento	Reelaboração documental	Diretores e Coordenadores	Sala da Inovação	Realizada
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Em andamento
Análise de Dados	Proficiência e nota padronizada	Diretores, Coordenadores e Professores	Sala da Inovação	Realizada
Encontro de Coordenadores Pedagógicos	Orientações Gerais sobre Monitoramento	Coordenadores Pedagógicos	Salão Escola Miguel Schleder	Realizada
Formações de Coordenadores Pedagógicos	Ferramentas Avaliativas online	Coordenadores Pedagógicos	Sala de reuniões do Gabinete	Realizada
Formação Continuada – Inglês Paraná Kids		Professores	Auditório Unespar - Paranaguá	Realizada
Formadores Robótica – Paraná Kids		Professores	Remota	Realizada
Formadores Inglês – Paraná Kids		Professores	Remota	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Alfabetização Matemática: Rotinas e Ambiente Alfabetizador	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Organização do trabalho pedagógico: Planejamento e Gestão da sala de aula na alfabetização inicial	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Alfabetização	O Sistema de Numeração Decimal e o nível de escrita numérica	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Rotina e ambiente alfabetizador matemático	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Rotina e ambiente leitor	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Violências e os Contextos Sociais e Escolares	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Violências e os Contextos Sociais e Escolares	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Projeto Político Pedagógico e Gestão Escolar	Gestores Escolares	Remota	Em andamento

MAIO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
II Encontro de Coordenadores	BNCC na Educação Infantil: O Brincar como Eixo Estruturante	Coordenadores	Sala da Inovação	Realizada
Avança Morretes – Coordenadores em Ação – Estudo Continuado	BNCC na Educação Infantil: O Brincar como Eixo Estruturante	Coordenadores Pedagógicos	Salão Escola Miguel Schleder	Realizada
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Em andamento
Alfabetização em Foco	Práticas Pedagógicas	Professores Alfabetizadores - 1º e 2º anos	Sala da Inovação	Em andamento
Turma do Futuro	Educação Financeira	Professores de 4º e 5º anos	A definir	Realizada
Formadores Alfabetização		Professores	Remota	Realizada
Formação Robótica – Paraná Kids		Professores que atuam em Robótica e Educação Digital	Colégio Estadual Maria de Lourdes Rodrigues Morozowski	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Sondagem Diagnóstica e Níveis de Escrita	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Apropriação do Sistema de Numeração Decimal e resolução de problemas envolvendo as operações de adição	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Sistema de numeração decimal e nível de escrita numérica	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Compreensão e fluência leitora	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Resolução de Problemas envolvendo a subtração	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Estratégias de leitura e formação do leitor	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Projeto Político Pedagógico e Gestão Escolar	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Gestão Escolar no Processo de Alfabetização e na Recomposição de Aprendizagens	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Gestão Escolar no Processo de Alfabetização e na Recomposição de Aprendizagens	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Política de Educação Integral: Tempos e Espaços Escolares	Gestores Escolares	Remota	Em andamento

JUNHO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
III Encontro de Coordenadores	Educação Especial e Inclusão na Educação Infantil	Coordenadores	Sala da Inovação	Realizada
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Em andamento
Alfabetização em Foco	Avaliação e recomposição	Professores Alfabetizadores - 1º e 2º anos	Sala da Inovação	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Medida de tempo	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Diálogos e Orientações da Educação Especial		Professores de Apoio, Classe Especial, Sala de Recurso e Sala de Apoio à Aprendizagem	Sala de reuniões do Gabinete	Realizada
Avança Morretes – Coordenadores em Ação – Estudo Continuado	Educação Especial e Inclusão na Educação Infantil	Coordenadores Pedagógicos	Sala de reuniões do Gabinete	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Práticas de escrita em situações do cotidiano	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Alfabetização	A resolução de problemas envolvendo as operações de subtração	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	

JULHO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
Avança Morretes	Educação Especial e Inclusão na Educação Infantil	Coordenadores Pedagógicos	Escolas	Realizada
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Em andamento
Seminário de Boas Práticas Educacionais	Alfabetização, Cultura Digital, Educação Especial e Infantil	Profissionais da Rede Municipal de Ensino de Morretes e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Educandário	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Leitura, Compreensão Textual e Avaliação de Fluência Leitora	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento

Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Política de Educação Integral: Tempos e Espaços Escolares	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Gestão Administrativa e Financeira da Escola	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Gestão Administrativa e Financeira da Escola	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Perfil do Diretor: Liderança e Organização Escolar	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec)	Encerramento	Gestores Escolares	Remota	Em andamento
II Encontro de Gestores Escolares do Litoral Paranaense	Liderança Escolar e Aprendizagem: Evidências e Inspiração. O Desafio da Gestão no Cotidiano Escolar	Gestores Escolares	SEST SENAT – Paranaguá	Realizada

AGOSTO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Em andamento
Alfabetização em Foco	Inclusão e Diversidade	Professores Alfabetizadores - 1º e 2º anos	Sala da Inovação	Em andamento
IV Encontro de Coordenadores	Educação Socioemocional e a Família	Coordenadores	Sala da Inovação	Realizada
Formação Inglês – Kids Paraná	Aprender, Criar, Inovar e Transformar	Professores	Auditório Unespar – Paranaguá	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Desenvolvimento do pensamento algébrico	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Realizada
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Práticas de leitura em situações do cotidiano	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Medidas de tempo	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Leitura, Escrita e Gêneros Textuais	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Resolução de problemas envolvendo multiplicação e divisão	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Produção Textual com mediação do professor	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Em andamento
Formação Avança Morretes – Coordenadores em Ação	Educação Socioemocional e a Família	Coordenadores Pedagógicos	Sala da Inovação	Realizada
Formação Avança Litoral	Língua Portuguesa: Alfabetização, Leitura, Produção de Textos e Habilidades do 4º ano	Professores da Língua Portuguesa	Auditório do Centro de Capacitação – Pontal do Paraná	Realizada

SETEMBRO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
Alfabetização em Foco	Inovação, Território e Políticas Públicas	Professores Alfabetizadores - 1º e 2º anos	Sala da Inovação	Prevista
LEEI	Percursos LEEI	Professores da Educação Infantil	Sala da Inovação	Prevista
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Práticas de leitura e escrita de textos literários	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Grandezas e medidas	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Interpretação e produção textual: os gêneros do Campo Artístico Literário	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Probabilidade e Aleatoriedade	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Interpretação e Produção Textual: Os gêneros do campo da Vida Cotidiana	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista

OUTUBRO

Formação	Tema	Público-alvo	Local	Situação
LEEI	Percursos LEEI	Educação Infantil	Sala da Inovação	Prevista
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Probabilidade e aleatoriedade	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Práticas de leitura e escrita de textos com função informativa	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Alfabetização	Localização e deslocamento no espaço	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista
Jornada Pedagógica de Recomposição das Aprendizagens	Localização e deslocamento no espaço	Professores da Rede Municipal de Ensino	Remota	Prevista

Observações:
• O cronograma poderá sofrer alterações para inclusão de novas formações decorrentes de programas e parcerias institucionais.
• Previsão de novas ações em parceria com o SEBRAE e Instituto Positivo (Avança Litoral).

11. CERTIFICAÇÃO
Será certificada a participação conforme frequência mínima e critérios estabelecidos para cada ação formativa.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
A Coordenação de Projetos Educacionais acompanhará a execução do Plano por meio de indicadores de participação, satisfação e impacto pedagógico.

13. PARCERIAS
SEED/PR, MEC, ADE Litoral, SEBRAE, Instituto Positivo, Itaipu Binacional e outras instituições parceiras.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS
O Plano poderá ser atualizado durante sua execução para contemplar novas ações formativas e parcerias institucionais.

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:8327B938

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
CONTRATO CARAÇATO & CARAÇATO

EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2026
DISPENSA N° 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 17/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO inscrita no CNPJ sob n° 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: CARAÇATO & CARAÇATO inscrita no CNPJ sob n° 79.532.560/0001-47.
OBJETO: O objeto desta DISPENSA é a contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais deste Município.

ITEM	DESCRITIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pão Francês: peso mínimo de 50 gramas por unidade, formato fusiforme, com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue integro. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. Serão rejeitados os pães queimados ou malcozidos, com odor e sabor desagradáveis, presenças de fungos. Não será permitida a adição de farelos e de qualquer natureza em sua confecção. Isento de leite e/ou lactose. Serão rejeitados e não serão recebidos produtos de má qualidade, amassados e que não estejam de acordo com o descritivo.	KG	500	R$ 15,90	R$ 7.950,00

VALOR: R$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:EA02FC21

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ARP Nº 12/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2025 – P.A.82/2025

CONTRATANTE: FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 30.372.673/0001-33

CONTRATADO: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 60.496.699/0001-54

FUNDAMENTO LEGAL: art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertado entre as partes o **4º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos Termos do art. 124, inciso II, letra 'd', da Lei nº 14133/21, cujo objeto é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA,EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal São José.
CLÁUSULA SEGUNDA
A partir desta data passam a vigorar os seguintes preços:

ITEM	UD	DESCRIÇÃO	VALOR			
			SALDO	REGIST.	APROV	TOTAL
19	UND	ARROZ TIPO 1 - AGULHINHA, LONGO, FINO, POLIDO, DE 1ª QUALIDADE, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL.	385	R$ 13,60	**R$ 17,50**	**R$ 6.737,50**

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.

Paiçandu – PR, 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Diretor Presidente

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:35CBBED4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°11.2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6436/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão Especial de Seleção designada pelo Decreto nº. 18.178 de 15/04/2026, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 18.030 de 13/02/2025, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 10.764/16, torna público o Edital de Chamamento Público para Seleção de Entidades da Sociedade Civil, para firmar parceria nos termos da Lei 13.019/14, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- Este Chamamento Público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.

2 – DO OBJETO DA PARCERIA

2.1- O presente termo de referência tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de motoniveladora.

2.2-Poderão apresentar projetos as instituições que respeitarem, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

3 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

3.1. – Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão divulgadas no Diário Oficial Eletrônico do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

4- APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1- O plano de trabalho, bem como os documentos listados para habilitação, devem ser encaminhadas em 02 (dois) envelopes fechados, para o local abaixo indicado, contendo em sua parte externa preferencialmente os dizeres:

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 01 – Documentação (conforme item 13.1 deste edital)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/2026

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 02 - Plano de Trabalho (Anexo II)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 11/2026

4.2 - LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
Prefeitura Municipal de Palmeira – Central de Atendimento ao Cidadão - Departamento de Compras e Licitações. ENDEREÇO: Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro – Palmeira – PR CEP: 84.130-000.
DATA LIMITE PARA ENTREGA: 12/10/2026
HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: Até às 09h00min.

5 - DA ABERTURA
A abertura será realizada no Departamento de Compras e Licitações no endereço indicado no item 4.2.
DATA: 12/10/2026
HORÁRIO: 09h15min.

5.1- A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão Especial de Seleção de Chamamento Público.

5.2– Esta comissão é formada por servidores públicos, sendo, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal da administração pública.

5.3- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o chamamento público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5.4 - No dia, hora e local, designados neste edital, o chamamento público será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

I - Os envelopes contendo a documentação (Envelope Nº. 01) serão abertos na presença dos interessados que poderão acompanhar a análise de conferência de validade da documentação de habilitação e demais exigências decorrentes deste procedimento.

II - Estando toda a documentação de habilitação devidamente apresentada, nos termos do edital a Comissão Permanente de Chamamento Público, poderá prosseguir com a análise dos planos de trabalho (Envelope Nº. 02) e será auxiliada por Comissão Especial de Avaliação Técnica dos Planos de Trabalhos Apresentados, podendo inclusive proceder as diligências que julgar necessárias.

III - Em havendo recursos ou não, caso as participantes sejam julgadas inabilitadas, toda a documentação será devolvida a entidade.

IV - Decididos os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público.

6 – RECURSOS

6.1-As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão da proposta, não sendo permitida a inclusão de documentos que não foram apresentados na entrega da proposta. A decisão sobre os recursos será publicada em Diário Oficial do Município.

6.2- Os recursos interpostos serão analisados pela comissão no prazo de 48 horas.

7 -EIXOS TEMÁTICOS

7.1 – O presente edital tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim deimplementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão deequipamentos agrícolas sem ônus, sendo o seguinte eixo temático:

EIXO TEMÁTICO 1 – Fortalecimento da infraestrutura viária rural mediante a disponibilização de equipamento público municipal à Organização da Sociedade Civil selecionada, para execução de serviços de patrolamento, conformação e regularização do leito carroçável, limpeza das laterais, conservação, cascalhamento e demais serviços necessários à manutenção das estradas vicinais da Região de Witmarsum.

Quantidade	Unidade de Medida	Descrição da Ação Mínima Exigida	Meta
85	Km lineares	Patrolamento e cascalhamento das estradas vicinais localizadas nas Glebas 1, 2, 3, 4 e 5 de Witmarsum, Comunidade do Cercado e Nossa Senhora das Pedras.	Execução mínima de 85 km lineares.

Será disponibilizada à Organização da Sociedade Civil **UMA MOTONIVELADORA, PATRIMÔNIO Nº 31614, CHASSI Nº XUG01802KTPPB00207**, destinada exclusivamente à execução das ações previstas no Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação.

8 – VALOR DE REFERÊNCIA

Esse pedido para chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasse financeiro. Desse modo, não há orçamento de custos previstos a apresentar para a execução de todas as ações/atividades definidas/descritas no eixo temático.

9 – MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

A parceria oriunda do presente Chamamento Público é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos no termo de colaboração, conforme minuta constante no Anexo II;

10 - SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISEDAS PROPOSTAS

I. O prazo para a apresentação da documentação será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação deste edital, ficando determinada a data e horário limites para entrega dos envelopes o dia 12/10/2026 **09h00min**., mediante protocolo no Departamento de Compras e Licitações, no endereço indicado no item 4.2.

II. Será eliminada a OSC cuja documentação esteja em desacordo com os termos do edital, protocolado após o prazo descrito no item 10, inciso I ou que não contenha as informações mínimas contidas no edital.

III. Após a abertura dos envelopes, cumpridas as condições de participação, a comissão terá o prazo de 3 dias úteis para análise.

11 – APOIO FINANCEIRO

11.1. Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros.

12 - DA CELEBRAÇÃO

12.1 -Para celebração da parceria, será convocado o representante da entidade cujo projeto foi aprovado para, no prazo de quinze dias, assinar o instrumento de pactuação.

12.2-Poderá ser solicitado a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital. O prazo para realização de ajustes será de quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada á OSC.

12.3 -A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

13 - DA DOCUMENTAÇÃO

Considerando as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014** e do **Decreto Municipal nº 10.764/2016**, a Organização da Sociedade Civil proponente deverá apresentar, com o Plano de Trabalho, a documentação necessária à comprovação do atendimento aos requisitos legais para celebração do Acordo de Cooperação, bem como declaração de que não incorre nas hipóteses de vedação previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.
A documentação de habilitação será composta, no mínimo, pelos seguintes documentos:
I – cópia do Estatuto Social registrado e suas alterações, quando houver;
II – cópia da Ata de Eleição e Posse da atual diretoria da entidade;
III – comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, demonstrando a existência da entidade pelo período mínimo exigido pela legislação aplicável;
IV – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
V – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
VII – Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;
VIII – Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
IX – relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, contendo as informações exigidas pela legislação aplicável;

X – documento que comprove o funcionamento da organização no endereço declarado, tais como conta de consumo, contrato de locação, termo de cessão de uso ou documento equivalente;
XI – declaração do representante legal da entidade de que a organização e seus dirigentes não incorrem nas hipóteses de vedação previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
XII – declaração do representante legal da entidade acerca da existência de estrutura, recursos humanos e demais condições necessárias à execução do objeto proposto, ou da capacidade de disponibilizá-los durante a vigência da parceria;
XIII – documentos ou declarações que comprovem a experiência e/ou atuação da Organização da Sociedade Civil na comunidade ou na execução de atividades relacionadas ao objeto do Chamamento Público, quando houver.

13.2 – Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados conforme solicitado e/ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a entidade será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
Após a habilitação, os Planos de Trabalho das Organizações da Sociedade Civil habilitadas serão avaliados conforme os seguintes critérios objetivos:

Critério	Pontuação Máxima
1. Capacidade operacional para execução dos serviços, considerando a disponibilidade de operador habilitado e capacitado e a organização necessária para utilização da motoniveladora	**5 pontos**
2. Experiência da Organização da Sociedade Civil na execução ou apoio a serviços relacionados à manutenção e conservação de estradas rurais ou atividades de infraestrutura viária	**5 pontos**
3. Abrangência territorial e número de comunidades rurais diretamente beneficiadas pela execução do objeto	**5 pontos**
4. Qualidade e viabilidade do cronograma de execução apresentado para cumprimento da meta de manutenção das estradas vicinais	**5 pontos**
5. Experiência e atuação da entidade na comunidade ou região objeto do Chamamento Público	**5 pontos**
Pontuação máxima	**25 pontos**

F.3. A forma de aferição e atribuição da pontuação de cada critério deverá ser detalhada no Edital de Chamamento Público, de modo a assegurar critérios objetivos, transparência e isonomia entre as organizações participantes.
F.4. Em caso de empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – maior pontuação no critério relativo à capacidade operacional para execução dos serviços;
II – maior pontuação no critério relativo à experiência na execução ou apoio a serviços relacionados à manutenção e conservação de estradas rurais;
III – maior abrangência territorial e número de comunidades diretamente beneficiadas;
IV – persistindo o empate, realização de sorteio público.
F.5. A Administração Pública poderá realizar diligências destinadas a verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas organizações participantes, bem como solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, nos limites permitidos pela legislação e pelo Edital de Chamamento Público.
F.6. Somente serão consideradas habilitadas e aptas à avaliação do Plano de Trabalho as Organizações da Sociedade Civil que atenderem integralmente aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo Edital de Chamamento Público.

14 - DAS AQUISIÇÕES

14.1-Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros para aquisições.

15 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução do Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do referido instrumento, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº. 13.019/2014.

16 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

16.1 -As entidades credenciadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/16.

16.2 -A Secretaria Municipal poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

16.3 -Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração.

16.4- As notas comprobatórias das despesas deverão ser entregues ao concedente até o primeiro dia útil do fechamento do Bimestre.

16.5 - Para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas na parceria serão considerados os seguintes indicadores:
I – Satisfação da família agricultora em relação a execução do objeto proposto no plano de trabalho/acordo de cooperação.
II – Número de famílias agricultoras associadas versus número de famílias agricultoras atendidas pelo convênio/acordo de cooperação (organização e envolvimento social familiar).
III – Execução do plano de trabalho, prestação de contas tempestiva ao concedente conforme pactuação e manutenção da conservação dos equipamentos cedidos.
IV – Aumento da Produção Individual das Famílias Agricultoras (Avaliar o histórico evolutivo de produção durante a execução do objeto proposto no plano de trabalho/acordo de cooperação).
V – Aumento da Qualidade de Vida das Famílias Agricultoras (Avaliar o histórico evolutivo da geração de renda, moradia, educação, alimentação, serviços comunitários e meio ambiente).

17 – CRONOGRAMA ESTIMADO

17.1- O presente edital seguirá as etapas seguintes:

ETAPAS	**PRAZOS**
Publicação no diário oficial e site institucional do Município de Palmeira	28/08/2026
Impugnação do edital	28/08/2026 a 11/10/2026
Apresentação e envio das propostas	12/10/2026

Análise das propostas pela Comissão Especial de Seleção	12/10/2026 a 17/10/2026
Divulgação do resultado preliminar	18/10/2026
Apresentação de recurso	18/10/2026 a 23/10/2026
Divulgação do resultado final	26/10/2026

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 –Os ANEXOS I e II são partes integrantes deste Edital.

18.2 -Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, através do e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br ou pelo telefone: (42) 3909-5014.

18.3. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão Especial de Seleção.

Palmeira, 25 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER
Preside

MARIA EDUARDA RATKO JANTARA
Membro

ANEXO I AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026
PLANO DE TRABALHO
ACORDO DE COOPERAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 13.019/2014
1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Nome da Entidade:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante Legal:
CPF:
RG:
Cargo:
2. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA
Chamamento Público nº: _____
Localidade/Região: Witmarsum – Município de Palmeira/PR
Vigência: 12 (doze) meses
Objeto: Fortalecimento da infraestrutura viária rural mediante a disponibilização da motoniveladora, patrimônio nº 31614, à Organização da Sociedade Civil selecionada, para execução de serviços de patrolamento, conformação e regularização do leito carroçável, cascalhamento, limpeza das laterais, conservação e demais serviços necessários à manutenção das estradas vicinais da Região de Witmarsum, conforme Plano de Trabalho aprovado e prioridades estabelecidas pelo Município.

3. OBJETO
Fortalecimento da infraestrutura viária rural da Região de Witmarsum, mediante a utilização da motoniveladora disponibilizada pelo Município de Palmeira, para execução de serviços de patrolamento e cascalhamento das estradas vicinais localizadas nas Glebas 1, 2, 3, 4 e 5 de Witmarsum, Comunidade do Cercado e Nossa Senhora das Pedras, contribuindo para a melhoria das condições de trafegabilidade, acesso às comunidades rurais e escoamento da produção agropecuária.
Meta: execução mínima de 85 km lineares de serviços durante a vigência da parceria, conforme programação e prioridades estabelecidas pelo Município.
4. JUSTIFICATIVA
Descrever a realidade da Região de Witmarsum, especialmente quanto às condições das estradas vicinais e às dificuldades de trafegabilidade enfrentada pelas comunidades rurais, destacando a importância da manutenção e conservação das vias para o deslocamento dos moradores, acesso a serviços, transporte e escoamento da produção agropecuária.
A justificativa deverá demonstrar a necessidade das ações de patrolamento, conformação, regularização do leito carroçável, cascalhamento e demais serviços de conservação, bem como a forma como a utilização da motoniveladora contribuirá para a melhoria da infraestrutura viária rural e para o atendimento das comunidades abrangidas pelo objeto da parceria.
Deverão ser apresentadas as localidades e os principais trechos que a Organização da Sociedade Civil pretende atender, observadas as prioridades estabelecidas pelo Município e a meta mínima de 85 km lineares durante a vigência da parceria.

5. PÚBLICO BENEFICIADO
Número de associados:
Número estimado de famílias rurais diretamente beneficiadas:
Comunidades/localidades atendidas:
Estradas ou trechos prioritários a serem atendidos:
Estimativa de quilometragem a ser atendida:_____ km lineares
Resultados esperados para as comunidades atendidas:

6. OBJETIVOS
Objetivo Geral
Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura viária rural da Região de Witmarsum, mediante a utilização da motoniveladora disponibilizada pelo Município de Palmeira para execução de serviços de manutenção e conservação das estradas vicinais.
Objetivos Específicos

Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais da região;
Executar serviços de patrolamento, conformação e regularização do leito carroçável e cascalhamento;
Contribuir para o adequado acesso das comunidades rurais e o deslocamento dos moradores;
Melhorar as condições de transporte e escoamento da produção agropecuária;
Atender às necessidades de manutenção das estradas vicinais das Glebas 1, 2, 3, 4 e 5 de Witmarsum, Comunidade do Cercado e Nossa Senhora das Pedras;
Apoiar a conservação da infraestrutura viária rural, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Município;
Cumprir a meta mínima de 85 km lineares de estradas atendidas durante a vigência da parceria.

7. EQUIPAMENTO UTILIZADO

Será utilizada a motoniveladora disponibilizada pelo Município de Palmeira, conforme relação abaixo:

Quantidade	Equipamento	Patrimônio	Chassi
01	Motoniveladora	31.614	XUG01802KTPPB00207

O equipamento deverá ser utilizado exclusivamente para as finalidades previstas neste Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação, observadas as condições de operação, guarda, conservação e manutenção estabelecidas no instrumento de parceria.

8. PLANO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Meta	Ação	Prazo
Disponibilizar e utilizar o equipamento público	Recebimento da motoniveladora, conferência das condições do equipamento e organização da sua utilização para execução do objeto.	Início da parceria
Executar serviços de manutenção das estradas vicinais	Realização de serviços de patrolamento, conformação e regularização do leito carroçável, cascalhamento, limpeza das laterais e demais serviços necessários, conforme prioridades estabelecidas pelo Município.	Durante toda a vigência
Cumprir a meta de 85 km lineares	Atendimento das estradas vicinais das Glebas 1, 2, 3, 4 e 5 de Witmarsum, Comunidade do Cercado e Nossa Senhora das Pedras, conforme programação dos serviços.	Durante toda a vigência
Garantir a adequada operação do equipamento	Disponibilização de operador habilitado e capacitado e utilização da motoniveladora de acordo com as orientações e condições estabelecidas no Acordo de Cooperação.	Durante toda a vigência
Zelar pelo equipamento público	Manutenção da guarda, conservação e manutenção preventiva e corretiva da motoniveladora, comunicando ao Município eventuais danos ou avarias.	Durante toda a vigência
Acompanhar e comprovar a execução	Registro dos trechos atendidos, quilometragem executada e demais informações necessárias ao acompanhamento e comprovação do objeto.	Durante toda a vigência
Resultado esperado	Melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais, atendimento das comunidades rurais e contribuição para o transporte e escoamento da produção agropecuária.	Ao longo da vigência

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Meses 4 a 12
Formalização da parceria e disponibilização da motoniveladora	X			
Organização da utilização do equipamento e definição da programação dos serviços	X	X		
Execução dos serviços de manutenção das estradas vicinais		X	X	X
Patrolamento, conformação, regularização e cascalhamento das estradas		X	X	X
Atendimento das comunidades e trechos priorizados pelo Município		X	X	X
Registro e acompanhamento da quilometragem executada		X	X	X
Conservação e manutenção do equipamento	X	X	X	X
Acompanhamento e fiscalização pelo Município	X	X	X	X
Avaliação do cumprimento das metas e resultados da parceria			X	X
Comprovação da execução do objeto				X

Meta física: execução mínima de 85 km lineares de serviços de patrolamento e cascalhamento durante a vigência de 12 (doze) meses, nos trechos e localidades definidos no Plano de Trabalho e conforme as prioridades estabelecidas pelo Município.

10. INDICADORES DE RESULTADO

Para acompanhamento e avaliação da execução do objeto, serão considerados, entre outros, os seguintes indicadores:
Quilometragem de estradas vicinais atendidas, tendo como referência a meta mínima de 85 km lineares;
Número de trechos e comunidades rurais atendidos;
Cumprimento do cronograma e da programação dos serviços estabelecidos em conjunto com o Município;
Número de serviços de manutenção realizados, incluindo patrolamento, conformação, regularização do leito carroçável e cascalhamento;
Adequada utilização, conservação e manutenção da motoniveladora disponibilizada pelo Município;
Regularidade dos registros de execução, contendo os trechos atendidos e a quilometragem executada;
Cumprimento das ações e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
Melhoria das condições de trafegabilidade das estradas vicinais atendidas, observada por meio do acompanhamento e das vistorias realizadas pelo Município.
A Organização da Sociedade Civil deverá manter registros e documentos que permitam comprovar os resultados alcançados, tais como relatórios de execução, registros da quilometragem e dos trechos atendidos, registros fotográficos e demais documentos pertinentes, quando solicitados pelo Município.

11. RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

Compete à Organização da Sociedade Civil:
Utilizar a motoniveladora, patrimônio nº 31614, exclusivamente para as finalidades previstas no Acordo de Cooperação e neste Plano de Trabalho;
Disponibilizar operador devidamente habilitado e capacitado para utilização do equipamento;
Zelar pela guarda, conservação, adequada utilização e manutenção preventiva e corretiva do equipamento;
Executar os serviços conforme as prioridades e a programação estabelecidas pelo Município;
Cumprir a meta mínima de 85 km lineares durante a vigência da parceria;
Manter registros dos serviços realizados, incluindo trechos atendidos e quilometragem executada;
Não ceder, emprestar ou permitir a utilização do equipamento por terceiros sem autorização do Município;
Permitir o acompanhamento, fiscalização e vistorias realizadas pelo Município;
Apresentar relatórios, informações e documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando solicitado;
Comunicar imediatamente ao Município qualquer dano, avaria, extravio ou irregularidade envolvendo o equipamento;
Devolver a motoniveladora ao Município ao término da parceria, nas condições estabelecidas no Acordo de Cooperação, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular;
Observar as normas de segurança e demais disposições legais aplicáveis à execução dos serviços;
Cumprir as metas, ações e demais compromissos estabelecidos no Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação.

12. DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que as informações constantes neste Plano de Trabalho são verdadeiras e correspondem à realidade da Organização da Sociedade Civil, e que a entidade possui capacidade e condições para executar o objeto proposto, comprometendo-se com o cumprimento das metas e ações estabelecidas.

Declaramos, ainda, estar cientes e de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público, neste Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação, comprometendo-nos a cumprir as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 10.764/2016 e demais normas aplicáveis.
Declaramos, também, estar cientes das responsabilidades relativas à utilização da motoniveladora, patrimônio nº 31614, especialmente quanto à sua adequada operação, guarda, conservação e manutenção, bem como ao cumprimento das metas e à execução dos serviços previstos neste Plano de Trabalho.

Local e Data: _____
Representante Legal: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO II AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026

Minuta – Termo de Colaboração

Termo de Colaboração que entre si celebram o**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**e**OSC**.

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Rua Luiza Trombini Malucelli, n ° 134, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr.**_____,** portador do RG n° _____ SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n° _____ domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXX, com sede à Rua XXX, bairro XXX, no município de XXX, no estado do XXX, neste ato representada pelo presidente XXX, brasileiro, casado/solteiro, portador do RG nº XXX, inscrito no CPF nº XXX, residente e domiciliado na cidade de XXX, estado de XXX, doravante denominada simplesmente**Organização da Sociedade Civil:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1- O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público XX/2026 tem por objeto a Cessão de equipamento moto niveladora para Witmarsum.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
g) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
h) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
i) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

j) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
k) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no diário oficial do município até ____/____/____ , conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnicain locorealizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos docaputsem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,
11.5– Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e data.

_____
Assinatura do representante legal da administração pública municipal

_____
Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:F3B31F4C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°.12.2026.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6434/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão Especial de Seleção designada pelo Decreto nº. 18.178 de 15/04/2026, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 18.030 de 13/02/2025, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 10.764/16, torna público o Edital de Chamamento Público para Seleção de Entidades da Sociedade Civil, para firmar parceria nos termos da Lei 13.019/14, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1- Este Chamamento Público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.

2 – DO OBJETO DA PARCERIA

2.1- O presente termo de referência tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de tendas.

2.2-Poderão apresentar projetos as instituições que respeitarem, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

3 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

3.1. – Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão divulgadas no Diário Oficial Eletrônico do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

4- APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1- O plano de trabalho, bem como os documentos listados para habilitação, devem ser encaminhadas em 02 (dois) envelopes fechados, para o local abaixo indicado, contendo em sua parte externa preferencialmente os dizeres:

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 01 – Documentação (conforme item 13.1 deste edital)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 12/2026

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 02 - Plano de Trabalho (Anexo II)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 12/2026

4.2 - LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
Prefeitura Municipal de Palmeira – Central de Atendimento ao Cidadão - Departamento de Compras e Licitações. ENDEREÇO: Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro – Palmeira – PR CEP: 84.130-000.
DATA LIMITE PARA ENTREGA: 12/10/2026
HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: Até às 09h00min.

5 - DA ABERTURA
A abertura será realizada no Departamento de Compras e Licitações no endereço indicado no item 4.2.
DATA: 12/10/2026
HORÁRIO: 09h15min.

5.1- A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão Especial de Seleção de Chamamento Público.

5.2– Esta comissão é formada por servidores públicos, sendo, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal da administração pública.

5.3- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o chamamento público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5.4 - No dia, hora e local, designados neste edital, o chamamento público será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

I - Os envelopes contendo a documentação (Envelope Nº. 01) serão abertos na presença dos interessados que poderão acompanhar a análise de conferência de validade da documentação de habilitação e demais exigências decorrentes deste procedimento.

II - Estando toda a documentação de habilitação devidamente apresentada, nos termos do edital a Comissão Permanente de Chamamento Público, poderá prosseguir com a análise dos planos de trabalho (Envelope Nº. 02) e será auxiliada por Comissão Especial de Avaliação Técnica dos Planos de Trabalhos Apresentados, podendo inclusive proceder as diligências que julgar necessárias.

III - Em havendo recursos ou não, caso as participantes sejam julgadas inabilitadas, toda a documentação será devolvida a entidade.

IV - Decididos os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público.

6 – RECURSOS

6.1-As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão da proposta, não sendo permitida a inclusão de documentos que não foram apresentados na entrega da proposta. A decisão sobre os recursos será publicada em Diário Oficial do Município.

6.2- Os recursos interpostos serão analisados pela comissão no prazo de 48 horas.

7 -EIXOS TEMÁTICOS

7.1 – O presente edital tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim deimplementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão deequipamentos agrícolas sem ônus, sendo o seguinte eixo temático:

EIXO TEMÁTICO 1 – Cessão de equipamentos para o fomento de atividades agrícolas, destinados à realização de feiras, exposições e eventos no Município de Palmeira, especialmente na região de Witmarsum.

Quantidade	Descrição detalhada da máquina ou equipamento
02 (Duas)	Tenda piramidal SEMI-NOVAS medindo 10 x 10 metros, com 03 metros de altura, estrutura reforçada, com calhas, fechamento Lateral e fundos, estrutura em aço com tratamento anti-ferrugem (galvanizado), com parafusos nos pontos de encaixe para melhor fixação e segurança. Cobertura e fechamentos laterais em lona resistente, impermeável, com bloqueio UV, anti-chamas, e anti-fungos. sistema de travamento ao solo com cabos de aço visando garantir a fixação da tenda e a segurança da mesma. NÚMERO DE PATRIMÔNIO: 23804 E 23805

Os equipamentos deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades previstas no Acordo de Cooperação, vedada sua utilização para fins particulares ou estranhos ao objeto da parceria.

8 – VALOR DE REFERÊNCIA

Esse pedido para chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasse financeiro. Desse modo, não há orçamento de custos previstos a apresentar para a execução de todas as ações/atividades definidas/descritas no eixo temático.

9 – MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

A parceria oriunda do presente Chamamento Público é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos no termo de colaboração, conforme minuta constante no Anexo II;

10 - SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISEDAS PROPOSTAS

I. O prazo para a apresentação da documentação será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação deste edital, ficando determinada a data e horário limites para entrega dos envelopes o dia 12/10/2026 às **09h00min**., mediante protocolo no Departamento de Compras e Licitações, no endereço indicado no item 4.2.

II. Será eliminada a OSC cuja documentação esteja em desacordo com os termos do edital, protocolado após o prazo descrito no item 10, inciso I ou que não contenha as informações mínimas contidas no edital.

III. Após a abertura dos envelopes, cumpridas as condições de participação, a comissão terá o prazo de 3 dias úteis para análise.

11 – APOIO FINANCEIRO

11.1. Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros.

12 - DA CELEBRAÇÃO

12.1 -Para celebração da parceria, será convocado o representante da entidade cujo projeto foi aprovado para, no prazo de quinze dias, assinar o instrumento de pactuação.

12.2-Poderá ser solicitado a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital. O prazo para realização de ajustes será de quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada á OSC.

12.3 -A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

13 - DA DOCUMENTAÇÃO

Considerando as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 10.764/2016, a Organização da Sociedade Civil proponente deverá apresentar, juntamente com o Plano de Trabalho, a documentação necessária à comprovação do atendimento aos requisitos legais para celebração do Acordo de Cooperação, bem como declaração de que não incorre nas hipóteses de vedação previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.
A documentação de habilitação será composta, no mínimo, pelos seguintes documentos:
I – cópia do Estatuto Social registrado e suas alterações, quando houver;
II – cópia da Ata de Eleição e Posse da atual diretoria da entidade;
III – comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, demonstrando a existência da entidade pelo período mínimo exigido pela legislação aplicável;
IV – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
V – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
VII – Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;
VIII – Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
IX – relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, contendo as informações exigidas pela legislação aplicável;
X – documento que comprove o funcionamento da organização no endereço declarado, tais como conta de consumo, contrato de locação, termo de cessão de uso ou documento equivalente;
XI – declaração do representante legal da entidade de que a organização e seus dirigentes não incorrem nas hipóteses de vedação previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
XII – declaração do representante legal da entidade acerca da existência de instalações, estrutura física, recursos humanos e demais condições necessárias à execução do objeto proposto, ou da capacidade de disponibilizá-las durante a vigência da parceria;
XIII – declaração da entidade informando o número de famílias agricultoras associadas e a estimativa de famílias diretamente beneficiadas pela execução do objeto.

F.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Após a habilitação, os Planos de Trabalho das organizações habilitadas serão avaliados conforme os seguintes critérios objetivos:

Critério	Pontuação máxima
1. Número de famílias agricultoras diretamente beneficiadas pela execução do objeto	5 pontos
2. Estrutura física disponível e adequada para instalação e utilização dos equipamentos	5 pontos
3. Capacidade de gestão, organização e operação dos equipamentos disponibilizados	5 pontos
4. Impacto esperado para o fortalecimento da agricultura familiar local e para a agregação de valor à produção agrícola	5 pontos
5. Histórico de atuação da entidade na comunidade ou localidade objeto do chamamento	5 pontos
Pontuação máxima	**25 pontos**

14 - DAS AQUISIÇÕES

14.1-Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros para aquisições.

15 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução do Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do referido instrumento, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº. 13.019/2014.

16 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

16.1 -As entidades credenciadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/16.

16.2 -A Secretaria Municipal poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

16.3 -Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração.

16.4- As notas comprobatórias das despesas deverão ser entregues ao concedente até o primeiro dia útil do fechamento do Bimestre.

16.5 - Para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas na parceria serão considerados os seguintes indicadores:
I – Satisfação da família agricultora em relação a execução do objeto proposto no plano de trabalho/acordo de cooperação.
II – Número de famílias agricultoras associadas versus número de famílias agricultoras atendidas pelo convênio/acordo de cooperação (organização e envolvimento social familiar).
III – Execução do plano de trabalho, prestação de contas tempestiva ao concedente conforme pactuação e manutenção da conservação dos equipamentos cedidos.
IV – Aumento da Produção Individual das Famílias Agricultoras (Avaliar o histórico evolutivo de produção durante a execução do objeto proposto no plano de trabalho/acordo de cooperação).
V – Aumento da Qualidade de Vida das Famílias Agricultoras (Avaliar o histórico evolutivo da geração de renda, moradia, educação, alimentação, serviços comunitários e meio ambiente).

17 – CRONOGRAMA ESTIMADO

17.1- O presente edital seguirá as etapas seguintes:

ETAPAS	PRAZOS
Publicação no diário oficial e site institucional do Município de Palmeira	28/08/2026
Impugnação do edital	28/08/2026 a 11/10/2026
Apresentação e envio das propostas	12/10/2026
Análise das propostas pela Comissão Especial de Seleção	12/10/2026 a 17/10/2026
Divulgação do resultado preliminar	18/10/2026
Apresentação de recurso	18/10/2026 a 23/10/2026
Divulgação do resultado final	26/10/2026

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 –Os ANEXOS I e II são partes integrantes deste Edital.

18.2 -Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, através do e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br ou pelo telefone: (42) 3909-5014.

18.3. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão Especial de Seleção.
Palmeira, 25 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER
Preside

MARIA EDUARDA RATKO JANTARA
Membro

ANEXO I AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026
PLANO DE TRABALHO
ACORDO DE COOPERAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Nome da Entidade:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante Legal:
CPF:
RG:
Cargo:
2. IDENTIFICAÇÃO DA PARCERIA
Chamamento Público nº:
Localidade/Região: Witmarsum – Município de Palmeira/PR
Vigência:
Objeto: Cessão de uso de 02 (duas) tendas piramidais, destinadas ao fomento das atividades agrícolas e à realização de feiras, exposições e eventos voltados à agricultura familiar e à comercialização de produtos locais na região de Witmarsum.
3. OBJETO

Implementação e fortalecimento da agricultura familiar por meio da utilização dos equipamentos cedidos pelo Município de Palmeira, destinados à realização de **feiras, exposições e eventos**, proporcionando espaço adequado para exposição e comercialização de produtos da agricultura familiar, agroindustrializados, artesanais e demais produtos de origem local.

4. JUSTIFICATIVA

Descrever a realidade da comunidade ou região atendida, as necessidades identificadas em relação à comercialização e divulgação da produção local, a importância das feiras e eventos para os produtores, o número de famílias beneficiadas e os resultados esperados com a utilização dos equipamentos cedidos.

A justificativa deverá demonstrar de que forma a utilização das tendas contribuirá para o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda, a valorização dos produtos locais e o desenvolvimento das atividades econômicas e turísticas da região de Witmarsum.

5. PÚBLICO BENEFICIADO

Número de associados:

Número estimado de famílias agricultoras beneficiadas:

Número estimado de pessoas beneficiadas:

Comunidades/localidades atendidas:

Número estimado de produtores participantes das feiras e eventos:

6. OBJETIVOS

Promover o fortalecimento da agricultura familiar e das atividades agrícolas da região de Witmarsum, por meio da utilização dos equipamentos cedidos pelo Município de Palmeira para a realização de feiras, exposições e eventos destinados à divulgação e comercialização da produção local.

Objetivos Específicos

Ampliar as oportunidades de comercialização direta dos produtos da agricultura familiar;
Proporcionar estrutura adequada para a realização de feiras, exposições e eventos;
Agregar valor e ampliar a divulgação dos produtos locais;
Incentivar a diversificação das atividades e fontes de renda das famílias rurais;
Promover a integração e a organização dos produtores da região;
Fortalecer a agricultura familiar e o turismo rural na região de Witmarsum;
Estimular a participação dos produtores em eventos que promovam a produção agrícola e os produtos locais.

7. EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

Serão utilizados os equipamentos públicos cedidos pelo Município de Palmeira, conforme relação abaixo:

Quantidade	Equipamento	Patrimônio
02	Tenda piramidal seminova, medindo 10 m x 10 m cada	23.804 e 23.805

Os equipamentos deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades previstas neste Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação.

8. PLANO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Meta	**Ação**	**Prazo**
Disponibilizar estrutura adequada para as atividades	Recebimento, conferência e organização dos equipamentos cedidos	Até 30 dias após o recebimento
Organizar a utilização dos equipamentos	Definição da forma de utilização, organização e agendamento das tendas entre os produtores e participantes	Até 30 dias após o recebimento
Realizar feiras e eventos	Utilização das tendas para exposição, divulgação e comercialização de produtos da agricultura familiar e produção local	Durante toda a vigência
Beneficiar os produtores da região	Incentivar a participação de agricultores familiares nas feiras, exposições e eventos realizados	Durante toda a vigência
Fortalecer a produção e o turismo rural	Participação e apoio à realização de eventos que promovam a agricultura familiar, produtos locais e turismo rural	Conforme cronograma de atividades
Zelar pelos equipamentos	Manter os equipamentos em condições adequadas de conservação, utilização e segurança	Durante toda a vigência
Resultado Esperado	Equipamentos recebidos e disponibilizados em condições adequadas de utilização; Utilização organizada e coletiva dos equipamentos; Ampliação das oportunidades de comercialização e divulgação da produção local; Ampliação do número de produtores e famílias beneficiadas; Maior valorização da produção e das atividades econômicas da região; Preservação dos bens públicos e adequada utilização dos equipamentos.	

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividade	**Mês 1**	**Mês 2**	**Mês 3**	**Demais Meses**
Formalização da parceria e recebimento dos equipamentos	x			
Organização e definição da forma de utilização dos equipamentos	x	x		
Realização de feiras, exposições e eventos		x	x	x
Participação e envolvimento dos agricultores familiares		x	x	x
Ações de divulgação e valorização dos produtos locais		x	x	xx
Acompanhamento da utilização e conservação dos equipamentos	x	x	x	x
Avaliação dos resultados e cumprimento das metas			x	x

10. INDICADORES DE RESULTADO

Para acompanhamento e avaliação da execução do objeto, serão considerados, entre outros, os seguintes indicadores:
Número de famílias agricultoras diretamente beneficiadas;
Número de produtores participantes das feiras e eventos;
Número de feiras, exposições e eventos realizados com utilização dos equipamentos;
Número de utilizações das tendas durante a vigência da parceria;
Quantidade e diversidade de produtos da agricultura familiar expostos e/ou comercializados;
Grau de utilização e adequada conservação dos equipamentos cedidos;
Cumprimento das ações e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
Grau de satisfação dos produtores e participantes em relação às atividades realizadas.

A Organização da Sociedade Civil deverá manter registros e documentos que permitam comprovar os resultados alcançados, tais como listas de participantes, registros das atividades, registros fotográficos, divulgações e demais documentos pertinentes.

11. RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE

Compete à Organização da Sociedade Civil:
Utilizar os equipamentos exclusivamente para as finalidades previstas no Acordo de Cooperação e neste Plano de Trabalho;

Zelar pela guarda, conservação e adequada utilização dos bens públicos cedidos;
Responsabilizar-se pela organização e utilização das tendas nas feiras, exposições e eventos previstos;
Responsabilizar-se pelo transporte, montagem e desmontagem dos equipamentos, quando assim estabelecido no Acordo de Cooperação;
Não ceder, emprestar ou permitir a utilização dos equipamentos por terceiros sem autorização do Município;
Permitir o acompanhamento, fiscalização e vistorias realizadas pelo Município;
Apresentar relatórios, informações e documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando solicitado;
Comunicar imediatamente ao Município qualquer dano, extravio, avaria ou irregularidade envolvendo os equipamentos;
Manter os equipamentos em condições adequadas de uso e devolvê-los ao Município ao término da parceria, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular;
Observar as normas de segurança e demais disposições legais aplicáveis às atividades realizadas;
Cumprir as metas, ações e demais compromissos estabelecidos no Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação.

12. DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que as informações constantes neste Plano de Trabalho são verdadeiras e correspondem à realidade da Organização da Sociedade Civil, e que a entidade possui capacidade e condições para executar o objeto proposto, responsabilizando-se pelo cumprimento das metas e ações estabelecidas.
Declaramos, ainda, estar cientes e de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público, neste Plano de Trabalho e no Acordo de Cooperação, comprometendo-nos a cumprir as disposições da **Lei Federal nº 13.019/2014**, do **Decreto Municipal nº 10.764/2016** e demais normas aplicáveis, bem como a zelar pela adequada utilização, guarda e conservação dos equipamentos públicos cedidos.
Local e Data: _____
Representante Legal: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO II AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2026

Minuta – Termo de Colaboração

Termo de Colaboração que entre si celebram o**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**e**OSC**.

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Rua Luiza Trombini Malucelli, n ° 134, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr.**_____,** portador do RG n° _____ SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n° _____ domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXX, com sede à Rua XXX, bairro XXX, no município de XXX, no estado do XXX, neste ato representada pelo presidente XXX, brasileiro, casado/solteiro, portador do RG nº XXX, inscrito no CPF nº XXX, residente e domiciliado na cidade de XXX, estado de XXX, doravante denominada simplesmente**Organização da Sociedade Civil:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1- O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público XX/2026 tem por objeto a Cessão de tendas para Witmarsum.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
g) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
h) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
i) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
j) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
k) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no diário oficial do município até ____/____/____ , conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnicain locorealizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos docaputsem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,
11.5– Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e data.

_____
Assinatura do representante legal da administração pública municipal

_____
Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:A9873723

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 84/2025 – 67.791.924 SIRLEI VIANTE STALL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4578/2026

Objeto: Credenciamento nº 03/2025, cujo objeto prevê o credenciamento de empresas para fornecimento de marmitas destinadas aos funcionários públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras e Infraestruturas.

Fundamentação: inciso IV, art.74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Secretaria Municipal de Obras e Infraestruturas.

Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
649	17001133920049212433903900000	1001	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
	05002154510007202433903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	06001041220012203933903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	07002206060022206533903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	07002206060022206733903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	07002267820022206833903000000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
	10002082440034610233903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

	14001154510036109833900390000	1001	
	13001185420032129133900390000	1001	
	11001278110026208033900390000	1001	
	13001185420031209033900390000	1001	
	13002185420033209233900390000	1001	
	13001185420032209333900390000	1001	
	13002185410033209433900390000	1001	
	13003185420034209533900390000	1001	
	14001154510035209733900390000	1001	
	14002206060037210133900390000	1001	
	14002206060037210233900390000	1001	
	14002267820038210333900390000	1001	
	14003154520039210433900390000	1001	
	08002082440016604633900390000	1001	
	15001103010040610533900390000	1001	
	09002103010027608233900390000	1039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	15001103010040610533900390000	1039	
	15003103010045611333900390000	1039	
	07002206060022206533900390000	21000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	13001185420031209033900390000	21000	
	14002206060037210233900390000	21000	
	09002103010027608233900390000	21510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	09002103010027608233900390000	484	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	15001103010040610533900390000	484	
	15003103010045611333900390000	484	
	09002103010027608233900390000	489	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	09002103010027608233900390000	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
	15001103010040610533900390000	494	
	15003103010045611333900390000	494	

Contratada: - **67.791.924 SIRLEI VIANTE STALL**, inscrita no CNPJ n°. **67.791.924/0001-24,** credenciada para os **lotes 01 e 02**;
Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o adjudicado o resultado acima indicado.
Publique-se.

27 de agosto de 2026

GERALDO VASCO
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:1642B62B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretaria de Gestão Pública **Sra. CARLA BEATRIZ TURMINA,** brasileira, **i**nscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.XXX.XXX-40**, portadora do **RG sob o n.º 5.XXX.XXX-8**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º18.785, de 18 de Dezembro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 54/2026**, **processo administrativo nº 3335/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto outros serviços de terceiros, passagens e despesas com locomoção.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: V8 SOLUCOES E SERVICOS DE TURISMO LTDA
CNPJ: 36.957.287/0001-90

LOTES: 1

Lote	Ordem	Especificação	UN.	Quant	Valor estimado para 12 meses	Valor total de taxa de administração	Valor total (estimado + taxa de administração)
1	1	VIAGEM AÉREA NACIONAL	FRAÇÃO	1	R$ 202.000,00	- R$ 76.739,80	R$ 125.260.20
1	2	VIAGEM AÉREA INTERNACIONAL	FRAÇÃO	1	R$ 80.000,00	- R$ 30.392,00	R$ 49.608,00

Valor Total Homologado – R$ 174.868,20

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independentemente de transcrição destas informações.

2.2.1 A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua, sob demanda, conforme necessidade da Administração. A contratada deverá:
a) Realizar pesquisas e cotações de tarifas junto às companhias aéreas regulares nacionais e internacionais;
b) Apresentar opções de voos considerando menor preço, melhor logística, tempo de deslocamento e necessidades específicas da Administração;
c) Efetuar reservas, emissões, remarcações, cancelamentos e demais procedimentos relacionados às passagens aéreas;
d) Encaminhar as cotações solicitadas em até 4 (quatro) horas úteis após a solicitação da Administração, salvo situações emergenciais, que deverão ser atendidas em prazo inferior;
e) Emitir os bilhetes eletrônicos imediatamente após autorização formal da Administração;
Disponibilizar atendimento para situações emergenciais fora do horário comercial, inclusive aos finais de semana e feriados.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Os serviços serão executados remotamente, mediante atendimento eletrônico, telefônico ou por outros meios de comunicação disponibilizados pela contratada.
Os bilhetes eletrônicos, comprovantes de reserva, cancelamentos e demais documentos deverão ser encaminhados ao setor requisitante por meio eletrônico.
O recebimento e conferência dos serviços serão realizados pelo fiscal do contrato designado pela Administração.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.4 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.5. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.6. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser encaminhada para o endereço de e-mail: adm@palmeira.pr.gov.br.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Gestão Pública.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Gestão Pública será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18938/2026 e suas alterações, sendo:

MARIO CESAR DZIADZIO SILVA – Fiscal de Contrato

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

MARIO CESAR DZIADZIO SILVA
Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 V8 SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE	922	36.957.287/0001-90	282.000,01	174.868,20		Sim
2 ILO TRAVEL TURISMO LTDA	753	37.297.469/0001-44	282.000,00	220.000,00	25,81	Sim
3 TRIVIOS VIAGENS LTDA	239	50.651.003/0001-63	282.000,00	255.400,00	16,09	Sim
4 N A VIAGEM TURISMO E LOCACOES	881	60.789.160/0001-93	282.000,00	259.998,00	1,80	Sim
5 WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E	440	07.340.993/0001-90	282.000,00	268.746,00	3,36	Sim
6 FACTO TURISMO LTDA	367	14.807.420/0008-65	270.000,00	270.000,00	0,47	Sim
7 ADALBERTO OLIVEIRA DE CARVALHO	697	32.788.876/0001-30	282.000,00	279.000,00	3,33	Sim
8 TRAVELLOG AGENCIA DE TURISMO E	958	35.654.890/0001-30	306.562,00	279.655,00	0,23	Sim
9 TECNICA BLOCOS LTDA	270	40.227.372/0001-70	280.028,00	280.028,00	0,13	Sim
10 ZANELLA TRAVELS AGENCIAS DE	446	51.344.470/0002-94	281.999,90	281.999,90	0,70	Sim
11 MTA TURISMO E CIA LTDA	675	52.185.488/0001-72	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
12 FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E	136	08.808.153/0001-71	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
13 INOVVE TURISMO LTDA	447	45.339.142/0001-16	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
14 MATO GROSSO VIAGENS E SERVICOS	552	60.188.651/0002-60	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
15 I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA	523	07.933.551/0001-57	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
16 LVM VIAGENS E TURISMO LTDA	990	08.052.666/0001-03	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
17 MYTRAVELS SERVIÇOS DE VIAGENS E	898	47.680.953/0001-01	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
18 AGENCIA AEROTUR LTDA	971	08.030.124/0001-21	282.000,00	282.000,00	0,00	Não
19 CERRADO VIAGENS LTDA	903	26.722.189/0001-10	282.000,00	282.000,00	0,00	Sim
20 LOGUI TURISMO LTDA	329	48.729.783/0001-75	282.028,20	282.028,20	0,01	Sim
21 R. R. F. GUIMARAES AGENCIA DE	238	33.318.780/0006-86	282.028,20	282.028,20	0,00	Sim
22 SEVEN VIAGENS CORPORATIVAS LTDA	847	61.508.181/0001-56	282.028,20	282.028,20	0,00	Sim
23 FRANCIELE COTTA MIRANDA	488	52.171.297/0001-51	282.028,20	282.028,20	0,00	Sim
24 PODER VIAGENS	658	27.779.566/0001-10	306.562,00	306.562,00	8,70	Sim
25 AFEFE TURISMO LTDA	442	53.431.363/0001-48	306.562,20	306.562,20	0,00	Sim
26 AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E	161	12.146.604/0001-20	306.562,20	306.562,20	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2C5B6257

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2026**, **processo administrativo nº 10560/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de insumos para estomias e acessórios para proteção da pele.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: G.GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI
CNPJ: 30.090.371/0001-72

Lote 9

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
9	1	SPRAY BARREIRA PROTETORA DE PELE SPRAY COMPOSTO POR BASE DE SILICONE, DIXILOXANE, ZANTHALENO E SÍLICA TRIMETILADA QUE FORMAM UM FILME PROTETOR FLEXÍVEL SOBRE A PELE CONTRA OS EFEITOS DETERIORANTES DOS	missner	UN	360	R$ 58,0000	R$ 20.880,00

Valor Total Homologado - R$ 20.880,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;
2.2.3 Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;
2.2.4 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses;
2.2.5 Apresentação de amostras:
Estão pré-aprovadas as marcas, conforme tabela especificada no item "1- DESCRIÇÃO DO OBJETO" sendo dispensado a ação prevista de entrega de amostras.
2.2.6 A empresa arrematante que não atender ao subitem anterior deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis posteriores à data do encerramento da sessão pública de licitação, 2 amostras de cada item cotado, bem como a ficha técnica do produto e registro do produto concedido pela ANVISA atualizado, preferencialmente indicando o número do item a que se refere ou indicar quando o produto for isento de registro, anexando cópia de isenção de registro para o produto licitado.
2.2.7 As amostras devem ser enviadas no prazo de 05 cinco dias úteis para o CEM – Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro - Palmeira/PR – CEP 84.130-000, telefone (42) 3909-5004.
2.2.8 A licitante que não apresentar a amostra ou apresentá-la em desacordo com a especificação será desclassificada.
2.2.9 As amostras deverão estar devidamente embaladas e lacradas, identificadas com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou razão social da licitante.
2.2.10 As amostras apresentadas pelas licitantes ficarão retidas junto à comissão de avaliação até a publicação da homologação do certame no diário oficial do município, após os participantes que desejarem a devolução das amostras, deverão retirá-las nas dependências do CEM - Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro, mediante assinatura do termo de devolução de amostra, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2.2.11 Após o prazo descrito no subitem anterior, as amostras não retiradas serão inutilizadas.
2.2.12 O material apresentado como amostra pela licitante vencedora não será considerado para fins de recebimento.
2.2.13 A comissão especial será formada para analisar e avaliar amostras apresentadas pelos licitantes nesse processo licitatório, composta pelos servidores relacionados: Ana Michele Ribeiro dos Santos da Silva e Valdice Batista, a qual emitirá um laudo referente a análise realizada nas amostras apresentadas, informando se as mesmas foram aprovadas ou reprovadas e encaminhará o resultado final ao pregoeiro para divulgação.
2.2.14 A contratada deverá indicar um profissional enfermeiro, com ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA, assessor técnico habilitado para prestar assessoria à Secretaria Municipal de Saúde e assistência aos profissionais que atendem os usuários destes produtos.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

Jordana Ferrando Trindade – titular;
Isabely de Araújo – titular;
Kamila Dusi Bochenek - suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

Testemunhas

.

_____
Isabely de Araujo
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 G.GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS	183	30.090.371/0001-72	58,00	58,00		Sim
2 ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS	349	08.158.687/0004-42	136,78	83,50	43,97	Sim

3 PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICOS	841	22.437.236/0001-22	136,78	116,00	38,92	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:3B812DE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2026**, **processo administrativo nº 10560/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de insumos para estomias e acessórios para proteção da pele.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS
CNPJ: 08.158.687/0004-42

Lote 7, 8, 10, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38 e 39.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
7	1	SACHE SOLÚVEL 2,5 GRAMAS DE POLÍMEROS ABSORVENTES E CARVÃO ATIVADO DA TECNOLOGIA ACTIVE ONE QUE CONTROLA ODOR, GASES E GELEIFICA O EFLUENTE LÍQUIDO E SEMI-LÍQUIDO PRESENTE NAS ILEOSTOMIAS E COLOSTOMIA A DIREITA. POTE COM 100 UNIDADES. EMBALADO CONFORME O FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE E LOTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	CON-VATEC	POTE	20	R$ 295,0000	R$ 5.900,00
8	1	LENÇO UMIDECIDO REMOVEDOR DE ADESIVO MÉDICO, 100% SILICONE DE COMPOSIÇÃO: DIXILOXANE E OCTAMETHYLTRISILOXANO, DE USO TÓPICO REMOVEDOR DE QUALQUER TIPO DE ADESIVO MÉDICO COMO EQUIPAMENTOS DE ESTOMIAS,	CON-VATEC	UN	3000	R$ 5,7900	R$ 17.370,00
10	1	DESODORANTE LUBRIFICANTE SPRAY DE 236ML, COM APLICAÇÃO EM BOLSAS DE OSTOMIA. LÍQUIDO COMPOSTO DE ÁGUA, ÓLEO DE PINHO, ÓLEO DE EUCALIPTO, ÓLEO DE EUCALIPTO GUNII, EXTRATO DE LAVANDA, MONOLAUREATO DE SO	CON-VATEC	FRA-SCO	50	R$ 139,6700	R$ 6.983,50
25	1	BOLSA PARA ESTOMIA INTESTINAL (COLO/ÍLEO) DE 01 PEC¸A, DRENA´VEL, PLANA, TRANSPARENTE OU OPACA RECORTÁVEL 19-64MM, SENDO A BOLSA CONFECCIONADA EM PLA´STICO FLEXI´VEL E COMPOSTA POR TRÊS PELÍCULAS PLÁ	CON-VATEC	UN	1080	R$ 30,7000	R$ 33.156,00
26	1	EQUIPAMENTO 1PEÇA PARA ESTOMIA URINÁRIA, COM CONVEXIDADE MACIA PROFUNDA (7MM), QUE PROMOVE UMA VEDAÇÃO SEGURA E DURADOURA, BARREIRA PROTETORA DE PELE FLEXÍVEL COMPOSTA POR 3 HIDROCOLÓIDES (CARBOXIMETI	CON-VATEC	UN	360	R$ 71,0000	R$ 25.560,00
27	1	EQUIPAMENTO 1PEÇA PARA ESTOMIA URINÁRIA, PLANA, RECORTÁVEL DE 19 A 45MM, COM BARREIRA PROTETORA DE PELE CONSTITUÍDA POR GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA EM FORMATO OVALADO. CONFECCIONAD	CON-VATEC	UN	360	R$ 33,4900	R$ 12.056,40
28	1	EQUIPAMENTO COLETOR PARA ESTOMIA INTESTINAL, 1 PEÇA, COM CONVEXIDADE MACIA RASA DE 3.5MM, QUE PROMOVE UMA VEDAÇÃO SEGURA E DURADOURA, BARREIRA PROTETORA DE PELE FLEXÍVEL COMPOSTA POR 3 HIDROCOLÓIDES	CON-VATEC	UN	360	R$ 60,7300	R$ 21.862,80
30	1	EQUIPAMENTO COLETOR DE 2 PEÇAS COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA COM BASE ADESIVA CONVEXA, RECORTÁVEL, FLANGE 70MM, COMPOSTA POR RESINA SINTÉTICA COM TRÊS HIDROCOLOIDES: CARBOXIMETILCELULOSE, PECTINA E GELATINA,	CON-VATEC	KIT	720	R$ 93,5000	R$ 67.320,00
31	1	EQUIPAMENTO COLETOR DE 2 PEÇAS COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA COM BASE ADESIVA PLANA, RECORTÁVEL, COM FLANGE DE 45/57/70MM, COMPOSTA POR RESINA SINTÉTICA COM TRÊS HIDROCOLOIDES: CARBOXIMETILCELULOSE, PECTINA	CON-VATEC	KIT	360	R$ 83,8200	R$ 30.175,20
32	1	EQUIPAMENTO COLETOR DE 2 PEÇAS COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA COM BASE ADESIVA PLANA, RECORTÁVEL,COM FLANGE 100MM, COMPOSTA POR RESINA SINTÉTICA COM TRÊS HIDROCOLOIDES CARBOXIMETILCELULOSE, PECTINA E GELATINA	CON-VATEC	KIT	120	R$ 115,9800	R$ 13.917,60
33	1	EQUIPAMENTO COLETOR DE 2 PEÇAS COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA COM BASE ADESIVA CONVEXA, TRILAMINADA MOLDÁVEL, COM DUAS CAMADAS DE RESINA SINTÉTICA COMPOSTA POR TRÊS HIDROCOLOIDES (CARBOXIMETILCELULOSE, PECTINA	CON-VATEC	KIT	720	R$ 81,9100	R$ 58.975,20
34	1	EQUIPAMENTO COLETOR DE 2 PEÇAS UROSTOMIA COM BASE ADESIVA PLANA, RECORTÁVEL, FLANGE DE 57MM, COMPOSTA POR RESINA SINTÉTICA COM TRÊS HIDROCOLOIDES: CARBOXIMETILCELULOSE, PECTINA E GELATINA, POLÍMEROS E	CON-VATEC	KIT	240	R$ 66,0000	R$ 15.840,00
36	1	BOLSA INFANTIL PLANA, DRENÁVEL, PARA UROSTOMIA, DE 8 MM ATÉ 25MM, RECORTÁVEL, CONSTITUÍDA TRÊS PELÍCULAS PLÁSTICAS COMPOSTAS DE EVA (ACETATO DE VINIL ETILENO) E PVDC (CLORETO DE POLIVINILIDENO), SENDO	CON-VATEC	UN	120	R$ 49,3200	R$ 5.918,40
37	1	BOLSA INFANTIL PLANA, DRENÁVEL, PARA COLOSTOMIA / ILEOSTOMIA, DE 8 MM ATÉ 50MM, RECORTÁVEL, CONSTITUIDA TRÊS PELÍCULAS PLÁSTICAS COMPOSTAS DE EVA (ACETATO DE VINIL ETILENO) E PVDC (CLORETO DE POLIVINI	CON-VATEC	UN	120	R$ 58,0800	R$ 6.969,60
38	1	SPRAY REMOVEDOR DE ADESIVO MÉDICO, 100% SILICONE DE COMPOSIÇÃO:	CON-VATEC	UN	240	R$ 83,5000	R$ 20.040,00

		DIXILOXANE E OCTAMETHYLTRISILOXANO, DE USO TÓPICO, REMOVEDOR DE QUALQUER TIPO DE ADESIVO MÉDICO COMO EQUIPAMENTOS DE ESTOMIAS, FITAS ADE					
39	1	HIDROCOLÓIDE EXTRAFINO. ADESIVO ESTÉRIL, HIDROCOLÓIDE (GELATINA, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PECTINA), COM FÓRMULA DE CONTROLE DE GEL E ALTAMENTE FLEXÍVEL. INTERAGE COM A UMIDADE DA FERIDA, FORMANDO	CON-VATEC	UN	360	R$ 23,9000	R$ 8.604,00

Valor Total Homologado - R$ 350.648,70

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;
2.2.3 Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;
2.2.4 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses;
2.2.5 Apresentação de amostras:
Estão pré-aprovadas as marcas, conforme tabela especificada no item "1- DESCRIÇÃO DO OBJETO" sendo dispensado a ação prevista de entrega de amostras.
2.2.6 A empresa arrematante que não atender ao subitem anterior deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis posteriores à data do encerramento da sessão pública de licitação, 2 amostras de cada item cotado, bem como a ficha técnica do produto e registro do produto concedido pela ANVISA atualizado, preferencialmente indicando o número do item a que se refere ou indicar quando o produto for isento de registro, anexando cópia de isenção de registro para o produto licitado.
2.2.7 As amostras devem ser enviadas no prazo de 05 cinco dias úteis para o CEM – Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro - Palmeira/PR – CEP 84.130-000, telefone (42) 3909-5004.
2.2.8 A licitante que não apresentar a amostra ou apresentá-la em desacordo com a especificação será desclassificada.
2.2.9 As amostras deverão estar devidamente embaladas e lacradas, identificadas com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou razão social da licitante.
2.2.10 As amostras apresentadas pelas licitantes ficarão retidas junto à comissão de avaliação até a publicação da homologação do certame no diário oficial do município, após os participantes que desejarem a devolução das amostras, deverão retirá-las nas dependências do CEM - Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro, mediante assinatura do termo de devolução de amostra, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2.2.11 Após o prazo descrito no subitem anterior, as amostras não retiradas serão inutilizadas.
2.2.12 O material apresentado como amostra pela licitante vencedora não será considerado para fins de recebimento.
2.2.13 A comissão especial será formada para analisar e avaliar amostras apresentadas pelos licitantes nesse processo licitatório, composta pelos servidores relacionados: Ana Michele Ribeiro dos Santos da Silva e Valdice Batista, a qual emitirá um laudo referente a análise realizada nas amostras apresentadas, informando se as mesmas foram aprovadas ou reprovadas e encaminhará o resultado final ao pregoeiro para divulgação.
2.2.14 A contratada deverá indicar um profissional enfermeiro, com ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA, assessor técnico habilitado para prestar assessoria à Secretaria Municipal de Saúde e assistência aos profissionais que atendem os usuários destes produtos.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

Jordana Ferrando Trindade – titular;
Isabely de Araújo – titular;
Kamila Dusi Bochenek - suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

Testemunhas
.

_____
Isabely de Araujo
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, nos lotes: 7, 8, 10, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37 e 39.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 38

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS	078	08.158.687/0004-42	112,00	83,50		Sim
2 G.GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS	126	30.090.371/0001-72	112,00	112,00	34,13	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:5D3CB85A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 44/2026**, **processo administrativo nº 10560/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de insumos para estomias e acessórios para proteção da pele.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PRIMAZIA MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 22.437.236/0001-22

Lotes 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14 e 15.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
3	1	ADESIVO FLEXÍVEL, ELÁSTICO E MACIO, FORMA EM C, PARA REFORÇO À FIXAÇÃO E ADERÊNCIA DO ADESIVO DA BOLSA DE ESTOMIA E AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA. POSSUI 5 MM DE BORDAS BISELADAS PARA MAIOR CONFORM	Colo-plast	UN	1000	R$ 9,3000	R$ 9.300,00
4	1	ADESIVO FLEXÍVEL, ELÁSTICO E MACIO, FORMA EM Y, PARA REFORÇO À FIXAÇÃO E ADERÊNCIA DO ADESIVO DA BOLSA DE ESTOMIA E AUMENTO DA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA. POSSUI 5 MM DE BORDAS BISELADAS PARA MAIOR CONFORM	Colo-plast	UN	1000	R$ 9,3000	R$ 9.300,00
5	1	BARREIRA DE RESINA SINTÉTICA PROTETORA DE PELE EM PÓ MICROGRANULADO COMPOSTA POR HIDROCOLÓIDES. ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO PRODUTO. FRASCO COM NO MÍNIMO	Colo-plast	UN	150	R$ 30,0000	R$ 4.500,00
6	1	PASTA PROTETORA DE PELE PARA OSTOMIAS, CONSTITUÍDA DE HIDROCOLÓIDES MOLDÁVEL, USADO PARA CORREÇÃO E NIVELAMENTO DE PREGAS E IRREGULARIDADES CUTÂNEAS, APRESENTAÇÃO EM TUBOS ENTRE 57 A 60 GRAMAS. EMBALA	Colo-plast	UN	150	R$ 34,5000	R$ 5.175,00
11	1	SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA	Colo-plast	MEN-SAL	480	R$ 24,0000	R$ 11.520,00
12	1	BOLSA PARA COLO/ILEOSTOMIA DE 1 PEÇA, TRANSPARENTE, DRENÁVEL, RECORTÁVEL DE 10 - 76 MM, ADESIVO PLANO COM DUPLA CAMADA DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA COMPOSTA DE ÓXIDO DE FERRO SINTÉTICO, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA (CMC), GOMA GUAR, PECTINA, GELATINA, ESTIRENO-ISOPRENO-ESTIRENO (SIS) E POLIISOBUTILENO (PIB), ADESIVO EM FORMATO OVAL, BORDA EXTRA FLEXÍVEL, QUE SE DOBRA EM TODAS AS DIREÇÕES, COM CINCO ZONAS FLEX, QUE ASSEGURAM ADESÃO CONSTANTE. BOLSA COMPOSTA DE TECIDO MACIO, HIDROFÓBICO, SEM TRAMAS, FORTALECIDO PROMOVENDO SECAGEM RÁPIDA. FILTRO DE CARVÃO INTEGRADO. FECHAMENTO EM ENVELOPE E FECHO INVISÍVEL COM VELCRO. HIDE AWAY, COM PONTO DE VELCRO EXTRA PARA FIXAÇÃO DA BOLSA À TELA. EMBALADO CONFORME O FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE E LOTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	Colo-plast	UN	360	R$ 30,0000	R$ 10.800,00
13	1	BOLSA PARA COLO/ILEOSTOMIA DE 2 PEÇAS, TRANSPARENTE OU OPACA, DRENÁVEL, REVESTIDA DE TECIDO MACIO, COMPOSTO DE FIBRAS DE POLIPROPILENO HIDROFÓBICO, SEM TRAMAS, PROMOVENDO SECAGEM RÁPIDA. FILTRO DE CAR	Colo-plast	KIT	360	R$ 70,0000	R$ 25.200,00
14	1	KIT SISTEMA DUAS PEÇAS PARA UROSTOMIA, CONTENDO PLACA E BOLSA, COM FLANGE DE 60MM, NÃO-ESTÉRIL, TRANSPARENTE, ABERTURA CIRCULAR PARA ENCAIXE DE PLACA-BASE, VÁLVULA DE DRENAGEM, SISTEMA ANTIRREFLUXO, CONFECCIONADA EM PELÍCULA FINA, A PROVA DE ODOR, COMPOSTA POR POLIETILENO CELULÓSICO (CPE), ETIL VINIL ACETATO (EVA), DICLORETO DE POLIVINILA (PVDC) E ETIL VINIL ACETATO (EVA). FACE POSTERIOR DA BOLSA REVESTIDA POR TELA MACIA DE POLIPROPILENO COM PIGMENTO BEGE. PLACA BASE DE RESINA SINTÉTICA, PRÉ-ABERTURA EM 10MM, RECORTÁVEL. BORDAS DUPLAMENTE BISELADAS, COMPOSTA DE ESTIRENO-ISOPRENO-ESTIRENO (SIS), CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA (CMC), ADIPATO DE DIOCTILA, ANTIOXIDANTE E DIÓXIDO DE TITÂNIO, COM HASTE PARA CINTO. EMBALADO CONFORME O FABRICANTE, DE FORMA A GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE E LOTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA E NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	Colo-plast	KIT	360	R$ 58,0000	R$ 20.880,00
15	1	KIT FISTULA COMPOSTO DE 01 DISPOSITIVO RECEPTOR PARA A COLETA	Colo-plast	KIT	30	R$ 560,0000	R$ 16.800,00

Valor Total Homologado - R$ 113.475,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Prazo de entrega: 10 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;
2.2.3 Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde;
2.2.4 Os itens deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega, não sendo inferior a 12 (doze) meses;
2.2.5 Apresentação de amostras:
Estão pré-aprovadas as marcas, conforme tabela especificada no item "1- DESCRIÇÃO DO OBJETO" sendo dispensado a ação prevista de entrega de amostras.
2.2.6 A empresa arrematante que não atender ao subitem anterior deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis posteriores à data do encerramento da sessão pública de licitação, 2 amostras de cada item cotado, bem como a ficha técnica do produto e registro do produto concedido pela ANVISA atualizado, preferencialmente indicando o número do item a que se refere ou indicar quando o produto for isento de registro, anexando cópia de isenção de registro para o produto licitado.
2.2.7 As amostras devem ser enviadas no prazo de 05 cinco dias úteis para o CEM – Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro - Palmeira/PR – CEP 84.130-000, telefone (42) 3909-5004.
2.2.8 A licitante que não apresentar a amostra ou apresentá-la em desacordo com a especificação será desclassificada.
2.2.9 As amostras deverão estar devidamente embaladas e lacradas, identificadas com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou razão social da licitante.
2.2.10 As amostras apresentadas pelas licitantes ficarão retidas junto à comissão de avaliação até a publicação da homologação do certame no diário oficial do município, após os participantes que desejarem a devolução das amostras, deverão retirá-las nas dependências do CEM - Centro de Especialidades Municipal, Rua Judith Sotta Malucelli, s/n – Centro, mediante assinatura do termo de devolução de amostra, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2.2.11 Após o prazo descrito no subitem anterior, as amostras não retiradas serão inutilizadas.
2.2.12 O material apresentado como amostra pela licitante vencedora não será considerado para fins de recebimento.
2.2.13 A comissão especial será formada para analisar e avaliar amostras apresentadas pelos licitantes nesse processo licitatório, composta pelos servidores relacionados: Ana Michele Ribeiro dos Santos da Silva e Valdice Batista, a qual emitirá um laudo referente a análise realizada nas amostras apresentadas, informando se as mesmas foram aprovadas ou reprovadas e encaminhará o resultado final ao pregoeiro para divulgação.
2.2.14 A contratada deverá indicar um profissional enfermeiro, com ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA, assessor técnico habilitado para prestar assessoria à Secretaria Municipal de Saúde e assistência aos profissionais que atendem os usuários destes produtos.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

Jordana Ferrando Trindade – titular;
Isabely de Araújo – titular;
Kamila Dusi Bochenek - suplente;

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de agosto de 2026.

Testemunhas
.

_____
Isabely de Araujo
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, nos lotes: 3, 4, 11, 12, 13, 14 e 15.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICOS	205	22.437.236/0001-22	73,83	30,00		Sim
2 L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS	375	49.875.336/0001-97	73,83	42,90	43,00	Sim

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICOS	174	22.437.236/0001-22	67,40	34,50		Sim
2 ISIS GUTERRES MOREIRA RAMOS	627	08.158.687/0004-42	67,40	55,90	62,03	Sim
3 L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS	669	49.875.336/0001-97	67,40	67,16	20,14	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:70C26AED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 222/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Inexigibilidade Nº 024/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº 125/2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 222/2024
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME EDITAL.
Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor GJK SERVIÇOS DA AREA DE SAUDE LTDA, com endereço à R. Maximiliano Vicentim, 1284 - CEP: 85275000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no CNPJ sob nº 41.227.881/0001-65, neste ato por sua representante legal, Sra. KARINE CRISTINA SANCHES, denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 222/2024.
CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo atée 02/09/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor integral ao Lote 1, do Contrato Administrativo n. 222/2024, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 75.900,00 (setenta e cinco mil e novecentos reais e trinta e seis centavos).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
1	1	6285	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FISIOTERAPEUTA 20 HORAS/SEMANAIS (02 DOIS PROFISSIONAIS)	MÊS	12	6.325,03	75.900,36
TOTAL							75.900,36

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 27/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

GJK Serviços da Area de Saude LTDA
KARINE CRISTINA SANCHES
Contratada

GESTOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
FISCAL: EVANDRO DA COSTA PEDRO

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:6D0711DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RGF – ANEXO I

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS**		
	(Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**	**TOTAL (c = a + b)**

DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II) DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)			

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
MUNICIPIO DE GUARAQUECABA	0,00	11.931,95
MUNICIPIO DE MATINHOS	0,00	62.944,64
MUNICIPIO DE MORRETES	0,00	29.322,64
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA	0,00	28.984,49
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA	0,00	67.437,24
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUA	0,00	233.798,17
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ	0,00	48.742,24
TOTAL	0,00	483.161,36

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 25/ago/2026 as 17h e 01m.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

RODRIGO SOARES
Chefe Do Depto De Contabilidade

ADRIANO RAMOS
Presidente

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:BDA0FE59

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO – ANEXO I

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.848.667,76	12.279.293,76	2.740.149,07	22,32	2.740.149,07	22,32	9.539.144,69
RECEITAS CORRENTES	11.848.667,76	12.279.293,76	2.740.149,07	22,32	2.740.149,07	22,32	9.539.144,69
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação Profissional Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	28.722,48	0,00	28.722,48	0,00	-28.722,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	28.722,48	0,00	28.722,48	0,00	-28.722,48
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autorização ou Licença Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.848.667,76	12.279.293,76	2.711.426,59	22,08	2.711.426,59	22,08	9.567.867,17
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades Transferências dos Municípios e de suas Entidades	11.848.667,76	12.279.293,76	2.711.426,59	22,08	2.711.426,59	22,08	9.567.867,17
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.848.667,76	12.279.293,76	2.740.149,07	22,32	2.740.149,07	22,32	9.539.144,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	11.848.667,76	12.279.293,76	2.740.149,07	22,32	2.740.149,07	22,32	9.539.144,69
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	11.848.667,76	12.279.293,76	2.740.149,07	22,32	2.740.149,07	22,32	9.539.144,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	665.333,56	-	-	665.333,56	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPP	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	665.333,56	-	-	22.359,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.537,70	1.690.537,70	11.254.089,62	807.192,34
DESPESAS CORRENTES	11.661.677,60	12.751.847,16	2.339.068,93	2.339.068,93	10.412.778,23	1.684.747,70	1.684.747,70	11.067.099,46	801.402,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.189.134,74	8.189.134,74	1.654.171,43	1.654.171,43	6.534.963,31	1.654.171,43	1.654.171,43	6.534.963,31	770.916,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.472.542,86	4.562.712,42	684.897,50	684.897,50	3.877.814,92	30.576,27	30.576,27	4.532.136,15	30.486,14
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.472.542,86	4.562.712,42	684.897,50	684.897,50	3.877.814,92	30.576,27	30.576,27	4.532.136,15	30.486,14
DESPESAS DE CAPITAL	68.503,48	74.293,48	5.790,00	5.790,00	68.503,48	5.790,00	5.790,00	68.503,48	5.790,00
INVESTIMENTOS	68.503,47	74.293,47	5.790,00	5.790,00	68.503,47	5.790,00	5.790,00	68.503,47	5.790,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	118.486,68	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.537,70	1.690.537,70	11.254.089,62	807.192,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.344.858,93	10.599.768,39	1.690.537,70	1.690.537,70	11.254.089,62	807.192,34
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	395.290,14	-	-	1.049.611,37	-	1.932.956,73
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.848.667,76	12.944.627,32	2.344.858,93	2.740.149,07	-	1.690.537,70	2.740.149,07	-	2.740.149,07
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 25/ago/2026 as 17h e

RODRIGO SOARES
Chefe Do Depto De Contabilidade

ADRIANO RAMOS
Presidente

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:588CA827

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA 21/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Dispensa Presencial Nº 21/2026
Processo Administrativo: 49/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 33/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Presencial nº. 21/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

1638 - RK SERVOBRA LTDA						
Lote: 1 - LOTE 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, 30 HORAS/ SEMANAIS	MENSAL		6	R$9.252,28	R$55.513,68
2	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE PSICOLOGO (A) PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, 30 HORAS/ SEMANAIS	MENSAL		6	R$9.252,28	R$55.513,68
3	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE CUIDADOR (A) PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A DOMINGO, COM REGIME DE ESCALA DE 12/36 HORAS. (DIURNO)	MENSAL		6	R$37.263,24	R$223.579,44
4	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE CUIDADOR (A) PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A DOMINGO, COM REGIME DE ESCALA DE 12/36 HORAS. (NOTURNO)	MENSAL		6	R$41.546,16	R$249.276,96
5	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE MERENDEIRA PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A DOMINGO, COM REGIME DE ESCALA DE 12/36 HORAS.	MENSAL		6	R$10.939,09	R$65.634,54
6	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A SABADO, COM REGIME DE 44 HORAS SEMANAIS	MENSAL		6	R$5.333,90	R$32.003,40
7	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR DE ACESSO PARA ATENDIMENTO EM ABRIGO INSTITUCIONAL REGIONALIZADO DE	MENSAL		6	R$6.045,49	R$36.272,94
	ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SITUADO NA CIDADE DE PARAÍSO DO NORTE-PR, DE SEGUNDA A SÁBADO, 44 HORAS/SEMANAIS.					
				Total do Fornecedor:		R$717.794,64
				Total Geral:		R$717.794,64

Dos recursos orçamentários:

3 - 00.000.0000.333903953000000000.00000000 - Serviços de assistência social

DIREÇÃO GERAL CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 27 de agosto de 2026

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:AD78DAAF

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - ATA Nº 01/2026

COMISSÃO DE SELEÇÃO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 17/2026-FCP, PARA O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – FOMENTO À REALIZAÇÃO DE FESTIVAIS, MOSTRAS E AÇÕES CULTURAIS – CICLO 2 DA PNAB - RESULTADO CLASSIFICATÓRIO – ETAPA DE SELEÇÃO - ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL.

A Fundação Cultural de Paranavaí – PR, por meio da Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições legais e conforme disposto no Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Fomento à Realização de Festivais, Mostras e Ações Culturais, realizado com recursos recebidos pela Fundação Cultural do Governo Federal, repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), bem como com recursos próprios do Município aplicados no âmbito da PNAB, torna público o resultado preliminar classificatório da avaliação de mérito, correspondente à Etapa de Seleção dos projetos recebidos nas respectivas categorias do edital, conforme descrito a seguir.

Para as avaliações, foram consideradas as condições estabelecidas no edital, na legislação aplicável e em cada categoria, sendo o mérito aferido com fundamento nos critérios e métodos descritos no Anexo IV e no item 7.3 do edital.

Os projetos foram avaliados com base na análise e observação do conteúdo e da forma como as informações e comprovações foram encaminhadas pelo agente cultural proponente em seu plano de trabalho (projeto), verificando-se todos os aspectos do planejamento, a coerência, a clareza, o entendimento do que se pretende alcançar e do objeto de cada projeto, o portfólio e a experiência da equipe de execução, os custos e a planilha orçamentária, os parâmetros de preços apresentados, o material e a documentação de referência do objeto da proposta, os impedimentos previstos, as especificações e obrigações das categorias, a abrangência, sobretudo territorial, o alcance, o interesse público, entre outros aspectos. O item 7.3.1.2, referente à análise comparativa, que considera os itens individuais de cada projeto, bem como seus impactos e sua relevância em relação aos demais projetos inscritos na mesma categoria, foi utilizado pela Comissão para a atribuição das pontuações em função dessa comparação, sobretudo para mitigar eventuais distorções e garantir a isonomia, a adequada aplicação dos recursos públicos, a diversidade, a integração da comunidade (beneficiários das ações) e a abrangência territorial.

Foram registradas 34 inscrições, sendo 11 na Categoria I e 23 na Categoria II. Não foram avaliadas as propostas que não se enquadravam no tipo de proponente ou na especificação do objeto pertinente a cada categoria do edital e/ou que não apresentaram o plano de trabalho. Essas situações foram identificadas nas inscrições nº 03 e nº 18 da Categoria II.

Registra-se que, no Módulo A da Categoria I, houve a inscrição de apenas uma proposta, a qual não atingiu pontuação suficiente para classificação.

Quanto às propostas cujos projetos não atingiram pontuação suficiente para classificação, registra-se que algumas precisam agregar valor de mérito aos seus projetos, seja por meio da complementação de informações, ações ou documentação complementar que tenham faltado ou não tenham sido apresentadas de forma clara e coerente; outras precisarão rever o âmbito do projeto e a forma de execução da proposta, bem como evidenciar, de forma mais consistente, a exequibilidade do projeto. Recomenda-se, ainda, a participação nas oficinas preparatórias do edital, em suas próximas edições, e a utilização dos canais de apoio disponíveis, a fim de que os agentes culturais possam aprimorar e desenvolver seus projetos culturais.

Os resultados seguem listados em ordem decrescente de classificação e de acordo com o módulo de cada categoria, conforme as tabelas abaixo:

Categoria I – Fomento à Realização de Festivais e Mostras Culturais

Nº INSC.	Módulo (aporte)	Agente Cultural (proponente)	Projeto (Título)	Nota	Resultado
05	B	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	Saraucoteio – Sarau Itinerante | 3ª Edição	77,175	**Classificado**
04	B	VOA PRODUTORA CULTURAL LTDA	Pare a Nave Aí – Festival de Música Independente | 3ª Edição	71,925	**Classificado**
06	B	52.442.157 RAFAELA MACHADO	Rebuliço – Festival de Teatro de Paranavaí	67,5	**Classificado**
11	B	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI	2º Festival Vozes Negras	62,125	**Classificado**
08	B	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954	3º Festgralha	60,9	**Classificado**
02	A	54.646.523 MARCELO LUIZ BARALDI	MAPÍ - Mostra Audiovisual de Paranavaí	**51**	
10	B	46.810.564 MARCELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Festival Pacas - 2º Edição	**42,75**	
09	B	MARCOS AURELIO NIEHUES 69787751934	Festival Futrock - 16ª Edição	32,5	
03	B	GARRAFAO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	Vozes do Noroeste – Festival de Música e Cultura Popular	23	
01	B	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	Festival de Calouros de Paranavaí	20	
07	B	SBPO ENTRETENIMENTOS LTDA	Mostra de Cinema Nacional	14,75	

Categoria II - Fomento à Realização de Ações Culturais Diversas

Nº INSC.	Módulo (aporte)	Agente Cultural (proponente)	Projeto (Título)	Nota	Resultado
22	A	KEMMY FUKITA BATISTA DOS SANTOS	Hortelã: Um Livro Ilustrado Sobre Memória, Afeto e Pertencimento	75,**375**	**Classificado**
01	B	22.479.458 HUGO UBALDO DE SOUZA	Surucuá	**74,075**	**Classificado**
13	A	NUBIA RAFAELA ALVES MACHADO	Combo Jazz - Música Para Todos II	74	**Classificado**
20	B	59.764.176 JEFFERSON LARSEN DE LIMA	Canta Gralha!	70,**125**	**Classificado**
11	A	ROSE MAC FERGUS	Sosséla: o poeta de Paranavaí	68,25	**Classificado**
16	A	IGRAINE ANNIE MAC FERGUS	O Caminho Entre Penas - 2ª Edição do Cultivando Mentes	66,38	**Classificado**
06	B	59.487.597 ROBERT WILLIAN MAC FERGUS	O Som do Vento	65,5	**Classificado**
14	B	55.305.428 ANA CAROLINE IZIDORO ARRIEIRA	Elas - Palavras bordadas no silêncio	62,25	**Classificado**
12	A	MARCOS PAULO GOMES	Cultura nos Bairros – Movimento Urbano	**62,125**	**Classificado**
23	B	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	Sankofa - Memórias Do Samba	57,5	
07	A	46.810.564 MARCELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Breviário das Coisas Eternas	**56,875**	
08	B	41.513.138 ANA CAROLINA IGLESIAS FIDALSKI	Lembrança Manifesto	**55,125**	
05	A	54.646.523 MARCELO LUIZ BARALDI	Begônia Sessions	**51,175**	
04	B	66.320.179 GREGORI GABRIEL DOS REIS OLIVEIRA DE SOUZA	Coveiros	**37,375**	
21	B	ASSOCIAÇÃO NEGRITUDE DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - ANPIR	Capoeira Em Constante Movimento: Vivências De Capoeira De Angola	30,75	
17	B	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	FepePar Comunidades – Ritmos que transformam	28,6**25**	
15	B	50346486000192 - VIVIANE FRUTUOZO RETRATOS	Mistério Em Paranavaí - O Segredo Da Patroa	21,5	
02	A	TAYLA FERNANDA DONATI PAES	Circuito Dança Cidadã: Oficinas de Street Dance para a Juventude	21,45	
10	A	RONALDO FRUTUOZO	Portal "Memoria e Oralidade" – Preservação e Difusão das Narrativas Populares do Extremo Noroeste do Paraná	**21,125**	
09	A	DAVI JANUZ EROS JULIO DE AQUINO	Humanidade: laboratório de canção autoral, gravação e escuta pública em Paranavaí	**19,625**	
19	A	CLEBER RODRIGUES FIGUEIREDO JUNIOR	A História de Paranavaí: 75 anos	**12,625**	
03	B	GARRAFAO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	As Músicas da Minha Vida	**x**	
18	B	ALESSANDRO GERONIMO DE FREITAS	O Canto Da Minha História – 2ª Edição	**x**	

São considerados CLASSIFICADOS os projetos que, conforme o edital, atingiram nota final igual ou superior a 60 pontos.

Todos os projetos que, neste momento, possuem pontuação apta e se encontram com status de classificação poderão, caso mantido o resultado, ser convocados para as próximas fases, observadas as vagas previstas no edital, o disposto no item 8.1 e a decisão desta Comissão.

A Comissão elaborou pareceres individuais para cada projeto avaliado, os quais serão encaminhados aos e-mails dos agentes culturais proponentes após a publicação da presente Ata, até as 23h59 do dia de sua publicação.

Eventual interposição de recurso deverá observar o disposto no item 7.6 e no Anexo X do edital.

Esta Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura Municipal de Paranavaí, no endereço eletrônico https://paranavai.atende.net/cidadao, no seguinte caminho de acesso: Transparência → Fundação Cultural (ícone com imagem de duas máscaras) → PNAB – Política Nacional Aldir Blanc → Ciclo II → Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Fomento à Realização de Festivais, Mostras e Ações Culturais.

Paranavaí, 25 de agosto de 2026.

Comissão de Seleção (Portaria nº 17/2026):

ANA PAULA MÁXIMO DA SILVA –
Presidente

DANIELA BONETTI SIMONETTI

NAIJARA BRASIL RODRIGUES

ROSINEIDE SANGA –
Secretária

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:01D0BFE1

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - ATA Nº 06/2026

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 07/2026-FCP, PARA O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 09/2025**, PROCESSO ADMINISTRATIVO **Nº 30/2025.**

A Fundação Cultural de Paranavaí - PR, por meio da Comissão Especial de Credenciamento, no uso de suas atribuições legais e conforme EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 09/2025**, torna público o resultado da análise de habilitação das inscrições recebidas no referido edital. A análise das 4 (quatro) inscrições recebidas no período de 08/07/2026 até 20/08/2026, suas informações e documentações, de acordo com as condições e critérios do edital e sua categoria/item, foi realizada pela Comissão Especial de Credenciamento no dia 21/08/2026, e segue conforme tabela abaixo:

Decisão sobre a habilitação ou não do referido Edital de Credenciamento, levando em conta as inscrições recebidas até o dia 20/08.					
Nº. INSC.	**DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO**	**PROPONENTE**	**CNPJ**	**CATEGORIA / ITEM**	**RESULTADO/ SITUAÇÃO**
182	13/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA **Rep.** Valdir Santana (Didi Covers)	15.267.751/0001-46	item 12 - APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo)	**HABILITADO**
183	13/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA **Rep.** Igor Viola	15.267.751/0001-46	item 11 - APRESENTAÇÃO MUSICAL INSTRUMENTAL (solo)	**NÃO HABILITADO** Inscrição em desacordo com as especificações do edital. Cita-se: O link de vídeo encaminhado no item 16 do formulário não se trata de apresentação instrumental, conforme a categoria inscrita. O link de vídeo encaminhado em resposta à diligência também não se trata de apresentação instrumental.
184	15/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA **Rep.** Adriana Crespin	15.267.751/0001-46	item 12 - APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo)	**HABILITADO**
185	23/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA **Rep.**	15.267.751/0001-46	item 8 - INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)	**HABILITADO**

Eventual interposição de recurso deve observar o disposto no item 8.5 do edital.

Nada mais a constar, esta ata segue assinada pelos membros da Comissão.

- JÉFTER SOARES SORTI
(Presidente)

- NAYARA GONÇALVES CASAGRANDE BENETTI

- DANIELA BONETTI SIMONETTI

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:4AD7C439

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até15/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAA5767	277490W000044693	07/08/2026	55412
ABL8883	277490W000044722	08/08/2026	55412
ABL8883	277490W000044838	10/08/2026	55412
ACS1303	277490W000044810	10/08/2026	55412
ACZ8140	277490W000044790	10/08/2026	55412
ADK6H01	277490W000044855	10/08/2026	55412
AFT7287	277490W000044676	07/08/2026	55412
AFY6I77	277490W000044766	10/08/2026	55412
AGO3A72	277490W000044849	10/08/2026	55412
AHF4D45	277490W000044703	07/08/2026	55412
AHN4H12	277490W000044759	10/08/2026	55412
AHO5942	277490W000044686	07/08/2026	55412
AHQ5762	277490W000044673	07/08/2026	55412
AHQ5762	277490W000044727	08/08/2026	55412
AHV5C08	277490W000044817	10/08/2026	55412
AIX3759	277490T000008219	25/08/2026	55417
AJC5272	277490W000044734	08/08/2026	55412
AJC5272	277490W000044672	07/08/2026	55412
AJQ0107	277490W000044785	10/08/2026	55412
AKG2122	277490W000044844	10/08/2026	55412
AKM3C23	277490W000044675	07/08/2026	55412
AKM3C23	277490W000044711	07/08/2026	55412
AKM3C23	277490W000044742	08/08/2026	55412
ALH9817	277490W000044763	10/08/2026	55412
ALJ8C56	277490W000044774	10/08/2026	55412
ALK4B86	277490W000044820	10/08/2026	55412
AMJ9586	277490W000044813	10/08/2026	55412
ANC2894	277490W000044762	10/08/2026	55412
ANC2894	277490W000044726	08/08/2026	55412
ANV1C14	277490W000044794	10/08/2026	55412
ANW5706	277490W000044735	08/08/2026	55412
AOE8E15	277490W000044733	08/08/2026	55412
AOT9567	277490W000044769	10/08/2026	55412
AOU2531	277490W000044778	10/08/2026	55412
APZ4670	277490W000044811	10/08/2026	55412
AQG7315	277490W000044683	07/08/2026	55412
AQG8934	277490W000044758	08/08/2026	55412
AQT8010	277490W000044754	08/08/2026	55412
ARM3249	277490W000044695	07/08/2026	55412
ARN3J13	277490W000044771	10/08/2026	55412
ARS3G77	277490W000044791	10/08/2026	55412
ARW1852	277490W000044685	07/08/2026	55412
ARW5735	277490W000044710	07/08/2026	55412
ASJ8490	277490W000044850	10/08/2026	55412
ASJ8490	277490W000044796	10/08/2026	55412
ASU8315	277490W000044782	10/08/2026	55412
ATH3H43	277490W000044730	08/08/2026	55412
ATL5901	277490W000044740	08/08/2026	55412
ATR5945	277490W000044663	07/08/2026	55412
ATU6148	277490W000044761	10/08/2026	55412
ATW6C04	277490W000044720	07/08/2026	55412
ATY2641	277490W000044755	08/08/2026	55412
ATZ8D49	277490W000044831	10/08/2026	55412
AUY1D98	277490W000044670	07/08/2026	55412
AUZ0F66	277490W000044741	08/08/2026	55412
AVA0819	277490W000044821	10/08/2026	55412
AVA1933	277490W000044804	10/08/2026	55412
AVB6C86	277490W000044739	08/08/2026	55412
AVK9F34	277490W000044732	08/08/2026	55412
AVK9F34	277490W000044840	10/08/2026	55412
AVK9F34	277490W000044784	10/08/2026	55412
AVK9F34	277490W000044666	07/08/2026	55412
AVS4E88	277490W000044751	08/08/2026	55412
AWB5347	277490W000044806	10/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044830	10/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044712	07/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044725	08/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044701	07/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044753	08/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044662	07/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044764	10/08/2026	55412
AWE6128	277490W000044800	10/08/2026	55412
AWR3B86	277490W000044736	08/08/2026	55412
AWV3D05	277490W000044723	08/08/2026	55412
AXC6D58	277490W000044680	07/08/2026	55412
AYJ5B00	277490W000044833	10/08/2026	55412
AYM0D13	277490W000044747	08/08/2026	55412
AZA1D08	277490W000044687	07/08/2026	55412
AZD9A57	277490NIC0045200	07/08/2026	50020
AZF5D39	277490W000044827	10/08/2026	55412
AZS3397	277490W000044688	07/08/2026	55412
BAD6J44	277490W000044770	10/08/2026	55412
BAL0398	277490W000044846	10/08/2026	55412
BAL6A88	277490W000044847	10/08/2026	55412
BBH2554	277490W000044765	10/08/2026	55412
BBM6F29	277490W000044848	10/08/2026	55412
BBQ8I45	277490W000044851	10/08/2026	55412
BCT3G20	277490W000044668	07/08/2026	55412

BCZ7J68	277490W000044835	10/08/2026	55412
BDA2H47	277490W000044674	07/08/2026	55412
BDM1C72	277490W000044731	08/08/2026	55412
BEB9F81	277490W000044692	07/08/2026	55412
BEH1H87	277490W000044792	10/08/2026	55412
BEQ3B32	277490W000044699	07/08/2026	55412
BRQ3G91	277490W000044772	10/08/2026	55412
CHW5931	277490W000044801	10/08/2026	55412
CHW5931	277490W000044773	10/08/2026	55412
CKZ6D74	277490W000044697	07/08/2026	55412
DJC7D83	277490W000044783	10/08/2026	55412
DKX7227	277490W000044745	08/08/2026	55412
DMV4G86	277490T000008218	25/08/2026	76251
DQK9F01	277490W000044679	07/08/2026	55412
DQN9607	277490W000044802	10/08/2026	55412
DSM2933	277490W000044799	10/08/2026	55412
DWD7F72	277490W000044681	07/08/2026	55412
DXG3481	277490W000044669	07/08/2026	55412
DXG3481	277490W000044842	10/08/2026	55412
DXG3481	277490W000044716	07/08/2026	55412
DXG3481	277490W000044775	10/08/2026	55412
EAB1F60	277490W000044843	10/08/2026	55412
EMC2H46	277490W000044738	08/08/2026	55412
ERA0700	277490W000044737	08/08/2026	55412
ERY0I13	277490W000044807	10/08/2026	55412
FBP6H67	277490W000044832	10/08/2026	55412
FIF4G00	277490W000044760	10/08/2026	55412
FTG3C02	277490T000001518	25/08/2026	55414
FVB1322	277490W000044744	08/08/2026	55412
GBZ6I53	277490W000044714	07/08/2026	55412
GUT7229	277490W000044728	08/08/2026	55412
HHK9B13	277490W000044819	10/08/2026	55412
HQW2631	277490T000008220	25/08/2026	76251
HTI4A66	277490W000044815	10/08/2026	55412
HTV6773	277490W000044721	07/08/2026	55412
JOZ6097	277490W000044803	10/08/2026	55412
LCC3928	277490W000044787	10/08/2026	55412
MBY2462	277490W000044780	10/08/2026	55412
MER2I22	277490W000044696	07/08/2026	55412
MKE7155	277490W000044684	07/08/2026	55412
NME5657	277490W000044776	10/08/2026	55412
PVJ0D40	277490W000044839	10/08/2026	55412
PZG2J58	277490W000044713	07/08/2026	55412
QQI7B50	277490W000044825	10/08/2026	55412
RHB1H47	277490W000044708	07/08/2026	55412
RHE3F33	277490W000044717	07/08/2026	55412
RHO8C62	277490W000044823	10/08/2026	55412
RHR7G55	277490W000044854	10/08/2026	55412
RHV5A79	277490W000044709	07/08/2026	55412
RHV5A79	277490W000044788	10/08/2026	55412
RHV5A79	277490W000044836	10/08/2026	55412
RLH3E18	277490W000044749	08/08/2026	55412
SEB5F67	277490W000044704	07/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044702	07/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044724	08/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044678	07/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044752	08/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044818	10/08/2026	55412
SFO4J12	277490W000044779	10/08/2026	55412
SPR0B07	277490W000044768	10/08/2026	55412
TAJ5D02	277490W000044793	10/08/2026	55412
TAZ5J18	277490W000044829	10/08/2026	55412
TAZ5J18	277490W000044795	10/08/2026	55412
TBG7A24	277490W000044797	10/08/2026	55412
UBH9I75	277490W000044852	10/08/2026	55412
UBV4G64	277490W000044748	08/08/2026	55412

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:FB6AD6B1

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 16/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ACS4D52	**277490T000006763**	**17/06/2026**	**51851**	**R$ 195,23**
AGD3C08	**277490F000197425**	**16/01/2026**	**60503**	**R$ 293,47**
AIW7G94	**277490T000006766**	**18/06/2026**	**59910**	**R$ 293,47**
AJH8003	**277490W000031712**	**01/12/2025**	**55412**	**R$ 195,23**
AJT3D55	**277490A000163455**	**04/12/2025**	**76252**	**R$ 293,47**
ALI3456	**277490F000193997**	**11/12/2025**	**60503**	**R$ 293,47**
ALX1792	**277490T000006599**	**20/06/2026**	**55417**	**R$ 195,23**
AND4B56	**277490T000003399**	**19/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**

AOB3I80	277490T000006777	22/06/2026	59910	R$ 293,47
AQW7F97	277490T000006851	20/06/2026	76251	R$ 293,47
AQX4791	277490F000194012	11/12/2025	60503	R$ 293,47
ARB1573	277490T000006761	17/06/2026	51851	R$ 195,23
ATQ0J35	277490T000006765	17/06/2026	76331	R$ 293,47
AWE6128	277490T000006776	18/06/2026	59910	R$ 293,47
AWZ0I62	277490T000006594	20/06/2026	76251	R$ 293,47
AXD9889	277490T000006855	20/06/2026	76331	R$ 293,47
AYS1390	277490T000006071	19/06/2026	55414	R$ 195,23
AYX3J59	277490T000004206	20/06/2026	70301	R$ 293,47
AZK1J61	277490T000006767	18/06/2026	60501	R$ 293,47
BBR7G03	277490T000006768	18/06/2026	76331	R$ 293,47
BCO4947	277490T000003400	19/06/2026	76331	R$ 293,47
BCO6F04	277490T000001293	20/06/2026	76251	R$ 293,47
BCR2H67	277490T000006598	20/06/2026	76252	R$ 293,47
BCR3G60	277490T000001294	20/06/2026	54522	R$ 195,23
BCR7C37	277490A000165472	01/12/2025	51930	R$ 293,47
BDN2H39	277490F000193628	08/12/2025	60503	R$ 293,47
BDR7G78	277490T000003394	18/06/2026	76251	R$ 293,47
BDX4H39	277490T000006595	20/06/2026	55411	R$ 195,23
BEK7D21	277490T000006155	22/06/2026	76331	R$ 293,47
BEP2E06	277490T000006852	20/06/2026	55920	R$ 130,16
DTQ8C78	277490T000006592	18/06/2026	76251	R$ 293,47
ETS9336	277490T000006593	20/06/2026	76251	R$ 293,47
FGA0B35	277490T000006156	22/06/2026	61220	R$ 293,47
FGG5D95	277490T000003395	18/06/2026	76331	R$ 293,47
FSD2E45	277490F000194080	12/12/2025	60503	R$ 293,47
HRO2G30	277490T000006151	22/06/2026	54522	R$ 195,23
IRZ3A83	277490T000000135	18/06/2026	76332	R$ 293,47
KXK3595	277490A000164091	09/01/2026	76331	R$ 293,47
LMX7H86	277490T000006853	20/06/2026	55414	R$ 195,23
LYW4266	277490T000006591	18/06/2026	76251	R$ 293,47
RHD2C05	277490F000195931	30/12/2025	60503	R$ 293,47
RHD2C05	277490F000195939	30/12/2025	60503	R$ 293,47
RHG8B81	277490T000006780	22/06/2026	76332	R$ 293,47
RHH8A41	277490T000003431	21/06/2026	70301	R$ 293,47
RHH8A41	277490T000003434	21/06/2026	67261	R$ 195,23
RHH8A41	277490T000003432	21/06/2026	58350	R$ 195,23
RHH8A41	277490T000003433	21/06/2026	50100	R$ 880,41
RHK1A61	277490A000163283	25/11/2025	55680	R$ 195,23
RHS4J06	277490A000163728	04/12/2025	70301	R$ 293,47
RHY2C07	277490T000006769	18/06/2026	59910	R$ 293,47
SDT5B39	277490T000006772	18/06/2026	76842	R$ 130,16
SDT5B39	277490T000006771	18/06/2026	59910	R$ 293,47
SEG2I47	277490T000001291	20/06/2026	67690	R$ 130,16
SEO1D46	277490F000192941	02/12/2025	60503	R$ 293,47
SEO1D46	277490F000194066	12/12/2025	60503	R$ 293,47
SES0F80	277490T000006856	20/06/2026	51852	R$ 195,23
SEW0F46	277490T000006070	19/06/2026	76332	R$ 293,47
SFL2J42	277490T000006854	20/06/2026	55920	R$ 130,16
SFL3H78	277490T000006778	22/06/2026	59910	R$ 293,47
SFO0F75	277490T000006153	22/06/2026	76331	R$ 293,47
TBA3C00	277490T000006152	22/06/2026	76331	R$ 293,47
TBU2I30	277490T000001289	18/06/2026	76251	R$ 293,47
TUZ6B56	277490T000006154	22/06/2026	76331	R$ 293,47
UCM3C33	277490T000006774	18/06/2026	59910	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:9BDD9E11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ADILSON FRANCISCO, ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE**residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente à variação do INPC no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 24/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser de: **R$ 176.995,50 (cento e setenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).**

Fornecedor:**I. F. CADAMURO EQUIPAMENTOS**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
19	RAQUETE BEACH TENIS - MATERIAL EXTERNO: FIBRA DE CARBONO; MATERIAL INTERNO: EVA; PESO APROXIMADO: 325G; COMPRIMENTO: 50CM; LARGURA: 23,3CM; ESPESSURA: 2CM; COMPRIMENTO DO PUNHO: 15CM; FRAME: CARBONO; FACE: FIBRA DE VIDRO; FUROS: 28; PESO DA RAQUETE: 330G (-+5G) ESPESSURA: 21MM; GRIP: 4 3/8 POLEGADAS; NÚCLEO INTERNO: ESPUMA DE EVA; FRAME: 50% CARBONO + 50% FIBRA DE VIDRO; ACOMPANHA CAPA.	Unid.	330	R$ 240,76	R$ 79.450,80
53	Cone, Material: Pvc, Altura: 4 CM, Aplicação: Atividade Física, Características Adicionais: Cone, Chapéu Chinês, Demarcatório, Cores Variadas. Código CATMAT 447975. Observações Complementares: DISCO CHINÊS/KIT AGILIDADE FUNCIONAL - CONFECCIONADO EM PVC FLEXIVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 20 UNIDADES, DISCOS COM DIAMETRO MINIMO DE 20 CM.	Unid.	715	R$ 43,72	R$ 31.259,80
79	RAQUETE BEACH TENIS - MATERIAL EXTERNO: FIBRA DE CARBONO; MATERIAL INTERNO: EVA; PESO APROXIMADO: 325G; COMPRIMENTO: 50CM; LARGURA: 23,3CM; ESPESSURA: 2CM; COMPRIMENTO DO PUNHO: 15CM; FRAME: CARBONO; FACE: FIBRA DE VIDRO; FUROS: 28; PESO DA RAQUETE: 330G (-+5G) ESPESSURA: 21MM; GRIP: 4 3/8 POLEGADAS; NÚCLEO INTERNO: ESPUMA DE EVA; FRAME: 50% CARBONO + 50% FIBRA DE VIDRO; ACOMPANHA CAPA.	Unid.	110	R$ 249,51	R$ 27.446,10
81	Tatame, Material: E.V.A., Comprimento Placa: 1 M, Largura Placa: 1 M, Espessura Placa: 30 MM, Características Adicionais: Película Texturizada E Siliconada CODIGO CATMAT 419068. Observações Complementares: TATAME EM E.V.A, COM ENCAIXE, PEÇA EM ETILENO ACETATO DE VINILA, ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTOS, ATÓXICO, RESISTENTE A ÁGUA. DIMENSÕES: PLACA DE 1M X 1M, ESPESSURA: 30MM, DUPLA FACE.	Unid.	455	R$ 85,36	R$ 38.838,80

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025), datada de 27 de fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: I.F Cadamuro Equipamentos EIRELI
CNPJ: 13.421.690/0001-02
Endereço: : R Albino Zanchim, 479, Sala 02, Jd Monte Libano, Sarandi/PR
Nome do Representante:
ISIS FORMENTON CADAMURO
CPF: 057.496.939-02
Email: ifcadamurolicitacao@gmail.com
Telefone: (44) 99116-3124

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:78144338

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2026 DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COM FUNDAMENTO NOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 198/2026

Dispõe sobre a regularização dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores públicos municipais, com fundamento nos documentos técnicos de segurança e saúde do trabalho, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos II, VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o disposto nos **arts. 189 a 196 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, que disciplinam as atividades e operações insalubres e perigosas, sua caracterização, classificação, eliminação ou neutralização e os respectivos adicionais;

CONSIDERANDO que o **art. 191 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT** estabelece que a eliminação ou neutralização da insalubridade poderá ocorrer mediante a adoção de medidas que mantenham o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou mediante a utilização de equipamentos de proteção individual que reduzam a intensidade do agente agressivo aos limites de tolerância;
CONSIDERANDO que o **art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT** estabelece os percentuais do adicional de insalubridade de acordo com o respectivo grau, correspondentes a 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente;
CONSIDERANDO que o **art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT** disciplina as atividades e operações perigosas e estabelece que a caracterização da periculosidade deverá observar a regulamentação expedida pelo Ministério do Trabalho;
CONSIDERANDO que o **art. 194 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT** estabelece que o direito ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessa com a eliminação do risco à saúde ou à integridade física do trabalhador;
CONSIDERANDO que o **art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT** estabelece que a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade serão realizadas mediante avaliação técnica, por profissional legalmente habilitado;
CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**, que alterou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho e estabeleceu disposições relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
CONSIDERANDO a **Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978**, que aprovou as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
CONSIDERANDO a **Norma Regulamentadora nº 09 – NR-09**, que estabelece requisitos para avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
CONSIDERANDO a **Norma Regulamentadora nº 15 – NR-15 – Atividades e Operações Insalubres**, que estabelece os critérios para caracterização e classificação das atividades e operações insalubres, bem como os respectivos graus de insalubridade;
CONSIDERANDO especialmente os anexos da **NR-15** aplicáveis aos agentes físicos, químicos e biológicos identificados nos ambientes de trabalho do Município;
CONSIDERANDO a **Norma Regulamentadora nº 16 – NR-16 – Atividades e Operações Perigosas**, que estabelece as atividades e operações consideradas perigosas e os critérios aplicáveis à caracterização da periculosidade;
CONSIDERANDO que a caracterização dos adicionais de insalubridade e periculosidade deve observar as **condições efetivamente existentes nos ambientes de trabalho e as atividades efetivamente desempenhadas pelos servidores**, não decorrendo exclusivamente da denominação do cargo ou da função;
CONSIDERANDO o **Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT**, o **Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LIP** e o **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR** elaborados para o Município de Paulo Frontin, que contemplam a avaliação das condições ambientais de trabalho, dos perigos e fatores de risco ocupacionais, das atividades desenvolvidas e das respectivas medidas de prevenção e controle;
CONSIDERANDO que os documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho adotam, para a avaliação dos riscos ocupacionais, a análise das atividades desenvolvidas e dos respectivos **Grupos Homogêneos de Exposição – GHE**, considerando os agentes e fatores de risco relacionados às condições de trabalho;
CONSIDERANDO que o LTCAT contempla a avaliação das atividades e ambientes de trabalho do Município, inclusive situações em que determinada função formal possui atividades específicas que devem ser consideradas para fins de caracterização dos adicionais;
CONSIDERANDO o **Relatório Técnico para Análise de Adicionais – por Servidor**, elaborado pela **APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho**, referente à competência **07/2026**, contendo análise individualizada dos adicionais de insalubridade e periculosidade registrados na folha de pagamento municipal;
CONSIDERANDO que o referido relatório técnico analisou, por servidor, secretaria e cargo/função, os adicionais registrados na folha de pagamento, indicando situações de manutenção, cessação, adequação de percentual e casos que inicialmente dependiam de comprovação ou manifestação complementar;
CONSIDERANDO que o relatório técnico registrou, para os servidores analisados, as condições de exposição verificadas, bem como as medidas de prevenção e controle existentes ou aplicáveis, incluindo a utilização de equipamentos de proteção coletiva – EPC e equipamentos de proteção individual – EPI, quando cabíveis;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar os pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade às condições efetivamente verificadas nos ambientes e nas atividades de trabalho;
CONSIDERANDO a manifestação da **Assessoria Jurídica do Município** quanto aos casos anteriormente classificados como pendentes de definição no relatório técnico;
CONSIDERANDO a necessidade de adequar os registros funcionais e a folha de pagamento municipal às conclusões constantes dos documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho e às manifestações jurídicas pertinentes;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam regularizados os adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores públicos municipais, nos termos desta Portaria e de seus Anexos, observadas as conclusões dos documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho e do **Relatório Técnico para Análise de Adicionais – por Servidor**, elaborado pela APOIO SST – Assessoria em Segurança do Trabalho.
Parágrafo único. A regularização de que trata esta Portaria considera as condições efetivamente verificadas de trabalho, as atividades desempenhadas pelos servidores, os respectivos Grupos Homogêneos de Exposição – GHE e os agentes de risco identificados nos documentos técnicos.
Art. 2º A caracterização, a manutenção, a alteração ou a cessação dos adicionais tratados nesta Portaria observarão as condições efetivamente existentes nos ambientes de trabalho e as atividades efetivamente desempenhadas pelos servidores, nos termos da legislação aplicável e das avaliações técnicas realizadas.
Art. 3º As alterações determinadas por esta Portaria produzirão efeitos financeiros a partir da **competência de agosto de 2026**, observadas as situações específicas decorrentes de determinação judicial ou disposição expressa desta Portaria.
Art. 4º Fica mantido o pagamento do adicional de **periculosidade de 30% (trinta por cento)** aos seguintes servidores:
I – Stefano Celso Retcheski, matrícula nº **138**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II, em razão do exercício efetivo de atividades de **abastecimento de veículos**;
II – Mauro Rogerio Polak, matrícula nº **477**, ocupante do cargo de Eletricista, conforme conclusão técnica constante da avaliação de Segurança e Saúde do Trabalho.
Parágrafo único. A manutenção do adicional do servidor Stefano Celso Retcheski considera a atividade efetivamente desempenhada, uma vez que foi confirmada a realização de atividades de abastecimento de veículos.
Art. 5º Fica cessado, a partir da competência de **agosto de 2026**, o pagamento do adicional de **periculosidade de 30% (trinta por cento)** aos seguintes servidores:
I – Geraldo de Freitas, matrícula nº **428**;
II – Rubens Almir Such, matrícula nº **530**.

Parágrafo único. A cessação prevista neste artigo decorre da conclusão técnica quanto à não caracterização da condição de periculosidade nas atividades efetivamente analisadas.
Art. 6º Em relação ao servidor **José Marcos Pech**, matrícula nº **180**, fica cessado o pagamento do adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento), passando o servidor a perceber **adicional de insalubridade em grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento)**, conforme conclusão constante do relatório técnico.
Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder à correspondente alteração da rubrica na folha de pagamento e nos registros funcionais do servidor.
Art. 7º Fica cessado, a partir da competência de **agosto de 2026**, o pagamento do adicional de **insalubridade de 20% (vinte por cento)** aos servidores relacionados no **Anexo I** desta Portaria.
Parágrafo único. A cessação decorre da conclusão técnica quanto à inexistência de exposição a agentes ambientais que caracterize o direito ao adicional nas condições analisadas, consideradas as atividades efetivamente desempenhadas e os respectivos enquadramentos técnicos.
Art. 8º Fica cessado, a partir da competência de **agosto de 2026**, o pagamento do adicional de **insalubridade de 20% (vinte por cento)** aos servidores ocupantes da função de Motorista relacionados no **Anexo II** desta Portaria.
Parágrafo único. A cessação prevista neste artigo decorre das conclusões constantes da avaliação técnica quanto às condições de exposição verificadas para os respectivos servidores.
Art. 9º Fica cessado, a partir da competência de **agosto de 2026**, o pagamento do adicional de **insalubridade de 40% (quarenta por cento)** aos servidores ocupantes da função de Motorista relacionados no **Anexo III, item I**, desta Portaria.
§ 1º Para os servidores relacionados no **Anexo III, item II**, fica o adicional de insalubridade **reduzido de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento)**.
§ 2º A redução prevista no § 1º decorre da adequação do percentual à conclusão técnica quanto às condições de exposição verificadas para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 10. Fica cessado, a partir da competência de **agosto de 2026**, o pagamento do adicional de **insalubridade de 40% (quarenta por cento)** aos servidores relacionados no **Anexo IV** desta Portaria.
Art. 11. Compete ao **Departamento de Recursos Humanos** proceder às alterações necessárias nos registros funcionais e na folha de pagamento municipal, observando rigorosamente os percentuais, situações funcionais e servidores estabelecidos nesta Portaria e em seus Anexos.
Parágrafo único. As alterações deverão ser realizadas de forma compatível com os registros funcionais, trabalhistas, previdenciários e de Segurança e Saúde do Trabalho correspondentes.
Art. 12. A caracterização ou o grau dos adicionais de insalubridade e periculosidade poderá ser objeto de nova avaliação técnica sempre que houver alteração nas condições ambientais de trabalho ou nas atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor.
§ 1º A alteração de função, atividade, setor, lotação ou ambiente de trabalho que possa modificar as condições de exposição deverá ser comunicada ao setor responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho.
§ 2º Constatada alteração relevante nas condições de exposição, deverá ser realizada nova avaliação técnica, quando cabível, para verificação da necessidade de alteração do enquadramento.
Art. 13. Os adicionais de insalubridade e periculosidade tratados nesta Portaria deverão observar as condições efetivamente existentes no ambiente de trabalho e as atividades efetivamente desempenhadas, não constituindo o simples exercício de determinado cargo, isoladamente, fundamento suficiente para manutenção do adicional quando ausente a correspondente condição de exposição caracterizada tecnicamente.
Art. 14. Integram a fundamentação desta Portaria, para os fins administrativos pertinentes, o **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LIP, o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e o Relatório Técnico para Análise de Adicionais – por Servidor**, bem como as manifestações jurídicas consideradas na definição dos casos anteriormente classificados como pendentes.
Art. 15. Os documentos técnicos que fundamentam a presente Portaria permanecerão arquivados junto ao Município de Paulo Frontin, para fins de controle administrativo, trabalhista e de Segurança e Saúde do Trabalho.
Art. 16. A presente Portaria não implica, por si só, reconhecimento de irregularidade ou determinação de restituição de valores pagos em competências anteriores, ficando eventual análise de períodos pretéritos sujeita à avaliação específica pelos setores competentes.
Art. 17. Ficam ressalvados os direitos decorrentes de **decisões judiciais transitadas em julgado**, os quais deverão ser observados nos seus estritos termos.
Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da **competência de agosto de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 27 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I - SERVIDORES – INSALUBRIDADE 20% – CESSAÇÃO

Matrícula	Servidor	Secretaria
769	Alessandra Braz	Educação e Cultura
381	Ana Maria Maciura	Educação e Cultura
439	Andreia Camilo Ribeiro de Medeiros	Assistência Social e Família
1023	Carla Aparecida da Luz	Educação e Cultura
719	Deise da Luz Carvalho da Luz	Educação e Cultura
1004	Denise Aparecida Hamann	Educação e Cultura
952	Flavia da Conceicao Pinto	Educação e Cultura
401	Joao Kazmierski	Educação e Cultura
482	Josiane Seroiska Alves de Almeida	Educação e Cultura
993	Joyce Alves	Assistência Social e Família
1024	Lucia Aparecida Kadanus da Luz	Educação e Cultura
294	Lucia Ulchak	Educação e Cultura
223	Luiza Zavadzki Sak	Assistência Social e Família
430	Marcos Aurelio Alves de Almeida	Educação e Cultura
483	Maria Ana da Rosa	Educação e Cultura
741	Maria Aparecida Gonçalves Ivaniski Szczerbicki	Educação e Cultura
520	Maria Lucia Ponczko	Educação e Cultura
524	Maria Lucia Prosciak	Educação e Cultura
239	Maria Terezinha Peremida Bosing	Educação e Cultura
974	Marlene de Fatima Szyncer	Educação e Cultura
380	Marli Matiuchenko	Educação e Cultura
940	Monaly Berto	Educação e Cultura

975	Patricia Sznicer	Governo Municipal
1013	Silvia Rosana de Quadros Moura	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
296	Sinara Geller Soyka	Assistência Social e Família
942	Sulliani da Luz Nagurniak	Educação e Cultura
665	Valeria Cristina Volski	Assistência Social e Família
1059	Vania Maria Janiszewski	Educação e Cultura

ANEXO II - MOTORISTAS – INSALUBRIDADE 20% – CESSAÇÃO

Matrícula	Servidor	Secretaria
281	Adroaldo de Jesus da Silva Santos	Educação e Cultura
509	Afonso Luiz Portaluppi	Educação e Cultura
739	Clavir Kachoroscki	Educação e Cultura
433	Eduardo Dozorec	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
655	Edvar Stefani	Educação e Cultura
625	Marcelo Matiuchenko	Educação e Cultura
1206	Marcio Andreiv	Educação e Cultura
773	Marcio Jonas Matiuchenko	Educação e Cultura
432	Neuri Jose Henkes	Assistência Social e Família
941	Paulo Sergio Mazurek	Educação e Cultura
623	Paulo Seser Andrin	Educação e Cultura

ANEXO III - MOTORISTAS – INSALUBRIDADE 40% – CESSAÇÃO OU REDUÇÃO

A – CESSAÇÃO

Matrícula	Servidor	Secretaria
1199	Claudia Rossana Talar de Oliveira	Educação e Cultura
1200	Evandro Moro	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
1201	Ismar Vinicius Leszak	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
144	Jerson Luis Dias	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
1202	João Maria Rodrigues	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
636	Julio Cesar Trojan	Educação e Cultura
1203	Miqueias Munis	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
292	Rogerio Paulo Kohut	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
1204	Silvana Ferreira Cardins Rodrigues	Obras, Transportes e Serviços Urbanos
626	Valdecir Ribeiro	Educação e Cultura

B – REDUÇÃO DE 40% PARA 20%

Matrícula	Servidor	Secretaria
624	Antonio Carlos Rodrigues	Saúde
731	Daniel Gomes	Saúde
280	Joao Elias Pech	Saúde
1209	Mateus Henrique Sant Ana	Saúde

ANEXO IV - AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, OPERADORES DE MÁQUINAS E PEDREIROS – INSALUBRIDADE 40% CESSAÇÃO

I – AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS

Matrícula	Servidor
943	Jefferson Petchevist Braz
442	Jorge Henrique Bora
376	Jose Iverson Machado da Rosa
528	Jose Mario Moura
992	Kelvin Tibes de Medeiros
666	Marcia Chojnacki
621	Mario Augusto Polisczuk
379	Paulo Berto
238	Rosane Ultchak
667	Leonardo Aquilla Alves da Silva

II – OPERADORES DE MÁQUINAS

Matrícula	Servidor
1211	Adilson da Rosa Santos
973	Alberi Valardão
633	Carlos Alberto Volski
1210	Ednilson Jose Kochan
945	Luiz Ulisses Hoinacki
1205	Rogério Kadanus

III – PEDREIROS

Matrícula	Servidor
176	Angelo Osmario Bezute Gomes Bueno
186	Marcos Antonio Bozeki

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:9772AD9F

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - JUNHO 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Junho 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)

RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	51.343.135,20	27.427.171,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.457.133,81	3.521.028,38
IPTU	975.000,00	524.465,18
ISS	901.133,81	1.562.129,65
ITBI	810.000,00	140.518,69
IRRF	900.000,00	959.955,88
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	871.000,00	333.958,98
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	654.000,00	582.931,58
Aplicações Financeiras (II)	554.000,00	580.110,16
Outras Receitas Patrimoniais	100.000,00	2.821,42
Transferências Correntes	45.930.001,39	23.255.585,39
Cota-Parte FPM	16.140.000,00	8.708.298,87
Cota-Parte ICMS	14.400.000,00	6.779.365,92
Cota-Parte IPVA	1.200.000,00	765.681,70
Cota-Parte ITR	80.000,00	1.569,64
Cota-Parte do IPI - Municípios	320.000,00	100.760,87
Transferências do FUNDEB	7.715.000,00	2.879.219,90
Outras Transferências Correntes	6.075.001,39	4.020.688,49
Demais Receitas Correntes	302.000,00	67.626,03
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	302.000,00	67.626,03
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	50.789.135,20	26.847.061,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	41.481.816,85	7.541.488,51
Operações de Crédito (VIII)	1.190.000,00	388.150,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	40.291.816,85	7.153.338,51
Convênios	35.522.848,26	4.576.453,34
Outras Transferências de Capital	4.768.968,59	2.576.885,17
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	40.291.816,85	7.153.338,51
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	91.080.952,05	34.000.399,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	91.080.952,05	34.000.399,73

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Junho 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	53.436.372,48	23.256.057,02	22.009.000,85	21.456.607,75	111.327,13	69.575,29	69.575,29
Pessoal e Encargos Sociais	26.784.342,79	12.514.927,49	12.514.927,49	12.175.620,91	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.602.029,69	10.691.129,53	9.444.073,36	9.230.986,84	111.327,13	69.575,29	69.575,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	53.386.372,48	23.206.057,02	21.959.000,85	21.406.607,75	111.327,13	69.575,29	69.575,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	47.240.100,76	9.142.319,14	6.773.494,27	6.083.549,67	2.726.450,00	309.900,00	309.900,00
Investimentos	45.734.100,76	7.636.319,14	5.447.494,27	5.040.542,33	2.726.450,00	309.900,00	309.900,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.506.000,00	1.506.000,00	1.326.000,00	1.043.007,34	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	45.734.100,76	7.636.319,14	5.447.494,27	5.040.542,33	2.726.450,00	309.900,00	309.900,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	99.120.473,24	30.842.376,16	27.406.495,12	26.447.150,08	2.837.777,13	379.475,29	379.475,29
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	99.120.473,24	30.842.376,16	27.406.495,12	26.447.150,08	2.837.777,13	379.475,29	379.475,29
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					4.335.997,23		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					4.335.997,23		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	795.000,00
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Junho 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	580.110,16
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	342.887,57
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	4.573.219,82

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025(a)	Janeiro - Junho 2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.990.606,22	5.659.836,45
DEDUÇÕES (XL)	6.574.775,80	11.804.278,45
Disponibilidade de Caixa	6.574.775,80	11.804.278,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.444.372,13	12.781.080,30
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.799.216,59	959.345,04
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70.379,74	17.456,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-584.169,58	-6.144.442,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**5.560.272,42**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Junho 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.839.871,55
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-88.093,99
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	3.808.494,86
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.571.272,27
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.744.556,92
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.744.556,92
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:33:58.	
Nota(s) Explicativa(s):	

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:A31FC0C5

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		
CONSOLIDADO		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.586.133,81	3.187.069,40
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	975.000,00	524.465,18
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	810.000,00	140.518,69
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	901.133,81	1.562.129,65
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	900.000,00	959.955,88
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	39.740.000,00	20.444.596,14
2.1 - Cota-Parte FPM	19.740.000,00	10.885.373,31
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	10.885.373,31
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.740.000,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	18.000.000,00	8.474.207,28
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	125.951,04
2.4 - Cota-Parte ITR	100.000,00	1.961,97
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	957.102,54
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**43.326.133,81**	**23.631.665,54**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**7.600.000,00**	**4.088.919,23**
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**3.231.533,45**	**1.818.997,16**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.735.000,00	2.896.246,05
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.720.000,00	2.838.233,40
6.1.1 - Principal	7.700.000,00	2.821.207,83
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	20.000,00	17.025,57
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	15.000,00	1.016,51
6.2.1 - Principal	15.000,00	1.015,93
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,58
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	56.996,14
6.4.1 - Principal	0,00	56.996,14
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	100.000,00	-1.267.711,40

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	328.047,99
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	328.047,99
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**3.224.294,04**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.740.756,95	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.735.000,00	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	7.735.000,00	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	5.756,95	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	5.756,95	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB				
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55	569.039,94
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55	627.052,59
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.465.285,99	3.465.285,99	3.350.474,55	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.987.474,94	3.465.285,99	3.465.285,99	122,05
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	289.624,61	-569.039,94	-569.039,94	0,00	-19,65

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	536.350,88	5.756,95	0,00	0,00	5.756,95	575,70
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	535.775,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	575,70	5.756,95	0,00	0,00	5.756,95	575,70

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.631.551,60	3.023.763,01	2.516.987,47	2.383.220,37
20.1 - Educação Infantil	20.000,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	9.611.551,60	3.023.763,01	2.516.987,47	2.383.220,37
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)

21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	17.372.308,55	6.489.049,00	5.982.273,46	5.733.694,92
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1 - Creche	--	--	--	--
21.1.2 - Pré-escola	--	--	--	--
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	17.352.308,55	6.489.049,00	5.982.273,46	5.733.694,92

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	2.516.987,47
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.088.919,23
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO 4e7 ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	6.605.906,70

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			5.907.916,39	6.605.906,70	27,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.250,59	0,00	3.250,59	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.250,59	0,00	3.250,59	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		1.455.200,00	942.311,22	
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		680.000,00	344.712,24	
31.1.1 - Salário-Educação		405.000,00	221.440,33	
31.1.2 - PDDE		0,00	0,00	
31.1.3 - PNAE		150.000,00	67.381,40	
31.1.4 - PNATE		125.000,00	55.890,51	
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		0,00	0,00	
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		305.000,00	119.726,08	
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		0,00	0,00	
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		0,00	0,00	
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB		0,00	0,00	
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		470.200,00	477.872,90	
6 OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.819.598,06	830.109,14	709.781,07	702.284,64
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.819.598,06	830.109,14	709.781,07	702.284,64
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**19.741.906,61**	**7.492.189,72**	**6.797.121,74**	**6.541.046,77**
33.1 - Despesas Correntes	18.389.525,66	7.351.329,83	6.656.261,85	6.400.186,88
33.1.1 - Pessoal Ativo	13.335.884,79	4.769.397,33	4.769.397,33	4.603.599,67
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	700.000,00	585.072,00	238.780,00	238.780,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	4.353.640,87	1.996.860,50	1.648.084,52	1.557.807,21
33.2 - Despesas de Capital	1.352.380,95	140.859,89	140.859,89	140.859,89
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	1.352.380,95	140.859,89	140.859,89	140.859,89

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2.532,71	102.474,34
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.896.246,05	221.380,81
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.350.456,60	186.982,34
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-451.677,84	136.872,81
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-451.677,84	136.872,81

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:33:40.

[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:34844BBA

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR			
CONSOLIDADO			Data de emissão: 27/08/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	1.190.000,00	388.150,00	801.850,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	47.240.100,76	9.142.319,14	38.097.781,62
Investimentos	45.734.100,76	7.636.319,14	38.097.781,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.506.000,00	1.506.000,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	47.240.100,76	9.142.319,14	38.097.781,62
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	46.050.100,76	8.754.169,14	37.295.931,62

Paulo Frontin, 27/08/2026

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:34:24.
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BAAEDF36

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR	
CONSOLIDADO	Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	50.000.000,00
Previsão Atualizada	92.824.952,05
Receitas Realizadas	34.968.659,89
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	6.744.556,92
DESPESAS	
Dotação Inicial	50.000.000,00
Dotação Atualizada	100.676.473,24
Despesas Empenhadas	32.398.376,16
Despesas Liquidadas	28.782.495,12
Despesas Pagas	27.540.157,42
Superávit Orçamentário	6.186.164,77
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	32.398.376,16
Despesas Liquidadas	28.782.495,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	60.626.218,92
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	59.826.218,92
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	59.145.343,11
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	795.000,00	4.335.997,23	545,41
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	5.560.272,42	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.839.169,00	0,00	2.837.777,13	1.391,87
Poder Executivo	2.839.169,00	0,00	2.837.777,13	1.391,87
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	387.764,30	0,00	379.475,29	8.289,01
Poder Executivo	387.764,30	0,00	379.475,29	8.289,01
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.226.933,30	0,00	3.217.252,42	9.680,88

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.605.906,70	25%	27,95
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.465.285,99	70%	122,05
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**
Receita de Operação de Crédito	388.150,00		801.850,00
Despesa de Capital Líquida	9.142.319,14		38.097.781,62

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício (2025)	10º Exercício (2034)	20º Exercício (2044)	35º Exercício (2059)
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	187,69		-187,69	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		26.760,82	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.740.423,63	15%	24,29
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:39:36.			
Nota(s) Explicativa(s):			
Paulo Frontin, 27/08/2026			

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BB50FF8F

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2026
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO 2026 / SEMESTRE JANEIRO - JUNHO			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.990.606,22	5.659.836,45	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.392.606,22	5.329.836,45	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	2.605.579,49	2.806.557,72	0,00
Internos	2.605.579,49	2.806.557,72	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	2.787.026,73	2.523.278,73	0,00
De Tributos	2.533.947,73	2.435.184,74	0,00
De Contribuições Previdenciárias	253.079,00	88.093,99	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	598.000,00	330.000,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.720.789,70	11.804.278,45	0,00
Disponibilidade de Caixa[1]	6.720.789,70	11.804.278,45	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.711.962,74	12.781.080,30	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.920.793,30	959.345,04	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70.379,74	17.456,81	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-730.183,48	-6.144.442,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	60.672.047,02	60.626.218,92	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	450.000,00	800.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	60.222.047,02	59.826.218,92	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	9.95%	9.46%	0%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-1.21%	-10.27%	0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	72.266.456,42	71.791.462,70	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	65.039.810,78	64.612.316,43	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	0,00	77.725,16	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	387.764,30	8.289,01	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:27:33.

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:63A64017

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	60.672.047,02	60.626.218,92	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	300.000,00	600.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	60.372.047,02	60.026.218,92	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0.00%	0.00%	0.00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	13.281.850,34	13.205.768,16	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	11.953.665,31	11.885.191,34	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:29:58.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:ADCCE94F

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR	Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO	

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 1º Semestre	**Até o 1º Semestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	388.150,00	388.150,00
Interna	388.150,00	388.150,00
Empréstimos	388.150,00	388.150,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	388.150,00	388.150,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	60.626.218,92	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	600.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	60.026.218,92	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	388.150,00	0,65 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	9.604.195,03	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	8.643.775,52	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.201.835,32	7%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No 1º Semestre	**Até o 1º Semestre (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:26:44.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:7FBDB749

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR		Exercício de 2026
CONSOLIDADO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Até 1º Semestre de 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	60.626.218,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	59.826.218,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	59.145.343,11	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.017.783,84	42,30
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	35.487.205,87	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	33.712.845,58	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	31.938.485,28	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.144.442,00	-10,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.791.462,70	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.161.768,16	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	388.150,00	0,65
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.572.195,03	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.187.835,32	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total[1]	3.615.881,04	7.506.844,59
Valor Total[2]	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:29:09.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:E7C071B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 164/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5896 - Decreto n° 164/2026 de 27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**	
Suplementar	Anulação de Dotações	100.000,00	
Despesa			
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	70.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1880 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
1920 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	20.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1940 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	10.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
1980 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	30.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		
1990 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	40.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2010 303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	100.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	100.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:94D894EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 165/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5897 - Decreto n° 165/2026 de 27/08/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		2.200,00
Despesa				
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Anulação	2.200,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1890	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	2.200,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.1.90.16.00.00		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
1921	494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Valor
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	2.200,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	2.200,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8EE22EC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 166/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5899 - Decreto n° 166/2026 de 27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		82.100,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação	40.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1150 101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	40.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1160 101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação	42.100,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1270 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	36.100,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.365.1201.2029	Manter as Atividades do Ensino Infantil - Creche - FUNDEB		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1452 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.365.1201.2029	Manter as Atividades do Ensino Infantil - Creche - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1462 104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	82.100,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	82.100,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DE26A1E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 167/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5898 - Decreto n° 167/2026 de 27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		27.600,00

Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1154 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.500,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1164 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação	27.600,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2026	Manutenção do Transporte Escolar		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1210 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		

05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	14.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1240 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	2.100,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1260 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	27.600,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	27.600,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:388C725D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 168/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5900 - Decreto n° 168/2026 de 27/08/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Especial		Anulação de Dotações		5.000,00
Despesa				
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação		5.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
1150 101	Fundeb 60%			
Crédito adicional:	Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo		5.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
12.361.1201.2025	Manter as Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB			
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
1644 101	Fundeb 60%			
Crédito adicional:	Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Especial	Anulação de Dotações	Acréscimo		5.000,00
Especial	Anulação de Dotações	Anulação		5.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2B26480B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 169/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5901 - Decreto n° 169/2026 de 27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA 1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Especial		Anulação de Dotações	11.936,00
Despesa			
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	4.936,00
03.004	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.126.0402.2014	Manutenção do Departamento de Informatica		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
800 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04	Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de alteração:** Anulação	7.000,00
04.002	Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de operação:** Abertura	
04.123.0403.2019	Manutenção do Departamento de Tributação		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
990 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02	Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.200,00
02.003	Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.91.0401.2004	Manutenção da Assessoria Jurídica		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
4225 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	3.000,00
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2061	Gestão do SUAS		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
4658 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

02	Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.136,00
02.004	Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.124.0403.2006	Manutenção da Assessoria de Controle Interno		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
7779 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
07.003	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.2601.2051	Manutenção da Malha Viaria Municipal		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
9333 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	600,00
03.003	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2013	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
9441 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Anulação de Dotações	Acréscimo	11.936,00
Especial	Anulação de Dotações	Anulação	11.936,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A6C6546D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 170/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5902 - Decreto n° 170/2026 de27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		652,10
Despesa			
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Anulação	220,41
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1443 443	PROCAD SUAS 2026		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	652,10
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
3116 443	PROCAD SUAS 2026		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Anulação	431,69
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
14443 443	PROCAD SUAS 2026		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	652,10
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	652,10

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FAC5461A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 171/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5903 - Decreto n° 171/2026 de 27/08/2026		**Escopo Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA 1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação	4,74
Despesa			
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	4,74
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
3116 443	PROCAD SUAS 2026		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	4,74

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:D6009563

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 172/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5904 - Decreto n° 172/2026 de 27/08/2026			**Escopo Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária			Lei Orçamentária Anual - LOA 1104	2025
Crédito adicional			**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar			Anulação de Dotações	182.800,00
Despesa				
02		Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Acréscimo	23.000,00
02.001		Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0401.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
150	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Anulação	4.800,00
02.002		Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0401.2003		Manutenção da Assessoria de Gabinete		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
230	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Anulação	20.000,00
02.003		Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.91.0401.2004		Manutenção da Assessoria Jurídica		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
280	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Anulação	4.000,00
02.004		Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.124.0403.2006		Manutenção da Assessoria de Controle Interno		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
320	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
02		Executivo Municipal	**Tipo de alteração:** Acréscimo	5.000,00
02.004		Executivo Municipal	**Tipo de operação:** Abertura	
04.124.0403.2006		Manutenção da Assessoria de Controle Interno		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
330	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	20.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
410	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	24.000,00
03.003		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2013		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
760	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	4.000,00
03.003		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2013		Manutenção do Departamento de Recursos Humanos		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
770	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	30.000,00
03.004		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.126.0402.2014		Manutenção do Departamento de Informatica		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
790	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
03.005		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2015		Manutenção do Departamento de Compras e Licitações		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
810	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
03.005		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2015		Manutenção do Departamento de Compras e Licitações		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
820	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	2.800,00
03.006		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2016		Manutenção do Departamento de Patrionio e Arquivo		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
830	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	3.000,00
03.006		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2016		Manutenção do Departamento de Patrionio e Arquivo		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
840	0	Recursos Ordinários (Livres)		

Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de alteração:** Acréscimo	19.000,00
04.001		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de operação:** Abertura	
04.123.0403.2017		Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
850	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de alteração:** Acréscimo	7.000,00
04.001		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de operação:** Abertura	
04.123.0403.2017		Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
860	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de alteração:** Acréscimo	3.000,00
04.002		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de operação:** Abertura	
04.123.0403.2019		Manutenção do Departamento de Tributação		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1000	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de alteração:** Anulação	100.000,00
04.003		Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças	**Tipo de operação:** Abertura	
04.123.0403.2020		Manutenção do Departamento de Contabilidade		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1010	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	8.000,00
05.004		Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
27.812.1301.2035		Manutenção das Atividades e Eventos Esportivos		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
1740	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	23.000,00
07.002		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.2601.2051		Manutenção da Malha Viaria Municipal		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2490	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
07.004		Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.452.1501.2056		Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2870	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
08		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
08.005		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058		Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3100	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
08		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
08.005		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2061		Gestão do SUAS		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3210	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10		Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de alteração:** Acréscimo	7.000,00
10.002		Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de operação:** Abertura	
18.541.1801.2073		Manutenção das Atividades do Meio Ambiente		
3.1.90.13.00.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4090	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	182.800,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	182.800,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:71E309A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 173/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5905 - Decreto n° 173/2026 de27/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA 1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		4.411,00
Despesa			
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	100,00
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
420 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.100,00
03.001	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	

04.122.0402.2008	Manutenção da Secretaria de Administração		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
430 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	911,00
03.005	Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2015	Manutenção do Departamento de Compras e Licitações		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
810 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	4.411,00
07.004	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.452.1501.2056	Manutenção do Departamento de Urbanismo		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2870 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Acréscimo	1.500,00
09.002	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.606.2001.2071	Manutenção das Atividades de Agricultura e Fomento		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		
3862 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Acréscimo	800,00
09.003	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.608.2001.2072	Manutenção, Implementação e Incentivo a Pecuaria		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3970 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	4.411,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	4.411,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B2175BCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 174/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026				
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA				
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5906 - Decreto n° 174/2026 de 27/08/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		70.000,00
Despesa				
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo		70.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
1310 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Anulação		70.000,00
09.002	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura		
20.606.2001.2071	Manutenção das Atividades de Agricultura e Fomento			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3880 0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo		70.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação		70.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:0607934F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 096/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°081/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
744	ISABELLE DE OLIVEIRA SANTANA	AUSENTE
745	MÁRCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI	APTA
746	HILDEBRAND WILLRICH PIRES	APTO
747	LUCIANE DITTERT	AUSENTE

748	JEMIMA AUGUSTA SEVERINO	APTA
749	TÁLITA TYRKA BORGES NEVES	DESISTENTE
750	WEISLLA MABILLY SILVÉRIO PIRES	AUSENTE
751	GABRIELY MARIE ARAUJO DE SOUZA	INAPTA TEMPORARIAMENTE
752	VANESSA PEDROSO DINIZ	APTA
753	ROSILAINE LOPES DE SOUZA PEREIRA	AUSENTE
754	THAÍNE NASCIMENTO AMARAL	APTA
755	JULIANA DERVICHE GUELFI DUBIELA	AUSENTE
756	KARINE GUADALUPE DA FONSECA	AUSENTE
757	JULIANA CORADIN	AUSENTE
758	NAYRA SUZI SALES DE FREITAS	APTA
759	QUERLE TAVARES DE ANDRADE	APTA
760	DEBORA CAROLINE LIMA DOS SANTOS	APTA
761	HELAINE CRISTINA RODRIGUES	AUSENTE
762	BARBARA CAMILLY GONÇALVES DA SILVA	APTA
763	ELIZEU LUCIANO DE ANDRADE	AUSENTE
764	JHENYFFER MICAELEN DOS SANTOS	AUSENTE
765	DENI MICHAEL VIEIRA DO NASCIMENTO	APTO
766	LIZANE KUSS KMICK DOS SANTOS	AUSENTE
767	FRANCISLAINE MOREIRA	AUSENTE
768	CARMEM APARECIDA DE ALMEIDA	AUSENTE
769	KARINA PEREIRA DA SILVA	APTA
770	MARCIA DE FREITAS RODRIGUES MACIEL (CANDIDATA JÁ ADMITIDA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	AUSENTE
771	SIRLENE CASTRO FERNANDES BODACZNY	APTA
772	VÂNIA MENDES	APTA
773	ISABELLA LETHICIA DE SOUZA LIMA	APTA
774	THAIS APARECIDA DA SILVEIRA	APTA
775	VALDETE NOGUEIRA DE LIMA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 26 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E5AD21D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°227/2026 DO PREGÃO N.°51/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.°227/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 51/2026	**PROTOCOLO N.º234/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:24/08/2026	**VALIDADE DA ATA: 1 (um) ano.**

O MUNICÍPIO DE PITANGA, localizado no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Paraná, aqui representado por Senhor Dirceu Moraes, Prefeito, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 46/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 51/2026, por mim homologado **registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo),contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiografia panorâmica dental da face (ortopantomografia), visando atender às demandas do centro de especialidades odontológicas – CEO,** conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. Esta Ata tem por objetivo o **registro de preços, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo),contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Radiografia Panorâmica Dental da Face (Ortopantomografia), visando atender às demandas do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
1.1. Este instrumento não obriga a Administração a executar as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para prestação de serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata, em igualdade de condições com os demais licitantes.
1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 46/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – MUNICÍPIO DE PITANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA SEGUNDA – **DOS PREÇOS:**
2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:
Lote abaixo especificado – adjudicado para **CLINICA DE ESPECIALIZAÇÃO EM RADIOLOGIA E ENDODONTIA ABREU LTDA,** inscrita no CNPJ/MF nº. 10.401.558/0001-32, estabelecida na Rua Osvaldo Aranha, n.° 111, Pitanguinha, Pitanga – PR, CEP 85201-560, neste ato representada pelo **Sr. Lucimar Franco De Abreu**, portador da Cédula de Identidade nº. 6787582-6 SESP PR, CPF nº. 030.929.279-40, conforme quadro a seguir:
2.2. LOTE;

Lote	Cód.	Especificação	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt (R$)	Valor Total (R$)
1	53612	SERVIÇO DE ORTOPANTOMOGRAFIA - RADIOGRAFIA PANORAMICA DENTAL RADIO FACE, EM FILME RADIOLOGICO CONTENDO DATA E NOME DO PACIENTE.	SERVIÇO	SERV	300	R$ 90,00	R$ 27.000,00

2.3. Preço Total Registrado: R$27.000,00 (vinte e sete mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA
3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
3.2. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à demonstração formal de vantajosidade para a Administração Municipal, à manutenção das condições inicialmente pactuadas, à existência de saldo quantitativo disponível e à concordância do fornecedor registrado, observadas as disposições legais aplicáveis.
3.3. O ato de prorrogação da Ata de Registro de Preços deverá indicar expressamente o prazo prorrogado, os quantitativos eventualmente renovados e a justificativa administrativa que demonstre a vantagem da manutenção da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR
4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:
5.1. A revisão dos preços registrados poderá ser solicitada por qualquer das partes, a qualquer tempo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, quando ocorrer desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa a manutenção dos preços registrados nas condições originalmente pactuadas. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.1.1. O reajuste dos preços registrados será concedido mediante aplicação do índice **IPCA-E**, observado o interregno mínimo de **01 (um) ano**, contado da data do orçamento estimado. Para os reajustes subsequentes, o prazo será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
5.1.1.1. O reajuste dependerá de requerimento do fornecedor registrado, protocolado até 30 (trinta) dias antes do término do período aquisitivo correspondente.
5.1.1.2. A ausência de requerimento no prazo previsto implicará a preclusão do direito ao reajuste referente ao período já transcorrido, permanecendo assegurado o direito aos reajustes relativos aos períodos aquisitivos posteriores, observados os requisitos legais.
5.1.1.3. O reajuste será formalizado mediante **apostila**, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA –DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR
6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3 cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO
8.1 Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com a devida publicação do resumo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Portal Nacional de Compras Públicas, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1.1 Executar os serviços de radiografia panorâmica odontológica (ortopantomografia) em conformidade com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação;

10.1.2 Responsabilizar-se pela adequada e regular execução dos serviços contratados, observando as normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis à atividade, bem como as determinações dos órgãos competentes;
10.1.3 Refazer, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, os exames que apresentarem falhas técnicas decorrentes da execução dos serviços, quando constatada a responsabilidade da Contratada, no prazo estabelecido pelo Contratante;
10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato que possa impossibilitar ou comprometer a execução dos serviços nos prazos estabelecidos, apresentando a devida justificativa e comprovação, quando cabível;
10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação permanente com o representante da Administração responsável pela gestão e fiscalização da contratação;
10.1.6 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.1.7 Manter atualizados seus dados e informações cadastrais nos sistemas e plataformas oficiais pertinentes, quando exigido pela legislação vigente;
10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações e dados pessoais a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, especialmente aqueles relacionados aos usuários e pacientes, observando a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e ao sigilo profissional;
10.1.9 Arcar com os custos e encargos decorrentes da execução dos serviços contratados, não podendo alegar eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta para exigir qualquer acréscimo de valores, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de alteração contratual;
10.1.9.1 alteração qualitativa do objeto ou de suas especificações determinada pela Administração, nos limites e condições estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;
10.1.9.2 retardamento ou alteração da execução dos serviços por ordem da Administração, quando comprovadamente decorrente de fato imputável ao Contratante;
10.1.9.3 alteração quantitativa do objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.
10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 Acompanhar e receber os serviços prestados, verificando sua conformidade com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato;
10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e da proposta, para fins de atesto, aceitação e pagamento;
10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, quando cabível;
10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;
10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados, no prazo e na forma estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência e no contrato;
10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal ou fatura apresentada pelo Contratado, quando cabível, nos termos da legislação vigente;
10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
10.2.9 Ressarcir o Contratado, nos casos de extinção do contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução dos serviços até a data da extinção contratual, bem como pelo custo de eventual desmobilização, quando cabível;
10.2.10 Adotar as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando constatada irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, quando constatada a existência de indícios de ilícitos de sua competência;
10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado, desde que pertinentes à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA
12.1 Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
13.1 A responsabilidade pela gestão desta Ata de registro de Preços caberá ao Secretário da Pasta, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 A responsabilidade pela fiscalização desta Ata de registro de Preços caberá ao(à) servidor(a)s ou comissão designada através de Portaria nº 599 de 23 de Julho de 2026, servidoras:
Corinne Guntzel Lealdino, Matrícula: 52865
Rita Marilei de Lara Manchur, matrícula nº 25108;
13.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de registro de Preços serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
13.4 A gestão e a fiscalização da Ata de registro de Preços serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
14.1. Os serviços de Radiografia Panorâmica Dental da Face (Ortopantomografia) serão prestados de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante encaminhamento formal dos pacientes pela Contratante.
14.2. Os exames deverão ser realizados nas dependências da empresa Contratada, em estabelecimento devidamente licenciado e apto à execução dos serviços objeto da contratação.

14.3 A Contratada deverá realizar os exames no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da solicitação ou do encaminhamento formal efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, ressalvadas as situações de urgência devidamente justificadas pela Contratante.
14.3.1.Após a realização do exame, a Contratada deverá disponibilizar o respectivo filme radiográfico e/ou imagem digital, contendo a identificação do paciente e a data do procedimento, no prazo máximo de 1 **(um) dia útil**, contados da data de realização do exame.
14.4. A Contratada deverá disponibilizar o resultado dos exames realizados em filme radiológico e/ou meio digital legalmente aceito, contendo, no mínimo, a identificação do paciente e a data de realização do exame, conforme estabelecido no Termo de Referência.
14.5. A Contratada deverá disponibilizar estrutura física, equipamentos, materiais e profissionais devidamente habilitados e qualificados para a adequada execução dos serviços.
14.6. Os equipamentos utilizados na realização dos exames deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, devidamente regularizados e submetidos às manutenções preventivas e corretivas necessárias.
14.7. A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas sanitárias, técnicas, de segurança e de proteção radiológica aplicáveis à atividade.
14.8. O recebimento dos serviços será realizado mediante a verificação da efetiva realização dos exames e da conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta vencedora e nos demais documentos integrantes da contratação.
14.9. Serão verificados, no mínimo:
I – a realização do exame de acordo com a solicitação e o encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde;
II – a identificação correta do paciente;
III – a data de realização do exame;
IV – a qualidade técnica da imagem obtida, de modo a permitir sua utilização para fins diagnósticos;
V – a disponibilização do resultado do exame na forma estabelecida no Termo de Referência.
14.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando realizados em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta vencedora ou nos demais instrumentos da contratação.
14.11. Constatada falha técnica, erro de identificação ou qualquer outra inconformidade decorrente da execução inadequada do serviço, a Contratada deverá providenciar a correção ou repetição do exame, conforme o caso, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para a Administração ou para o paciente.
14.12. O recebimento dos serviços será considerado provisório para fins de conferência e verificação da conformidade da execução com as especificações contratadas.
14.13. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos serviços prestados, mediante ateste do fiscal do contrato ou do servidor responsável pela fiscalização da contratação.
14.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos vícios, defeitos, falhas de qualidade ou desconformidades decorrentes da execução dos serviços, nem afasta sua responsabilidade civil e contratual pela adequada execução do objeto.
14.15. Constatada a prestação de serviços em desacordo com as especificações contratadas, a Administração poderá recusar o recebimento e exigir a correção ou repetição do exame, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e na legislação vigente.
14.16. A Contratada deverá manter canal de atendimento para recebimento das solicitações e encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo condições adequadas para o cumprimento dos prazos estabelecidos.
14.17. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência da contratação, as licenças, autorizações e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para o regular funcionamento do estabelecimento e para a prestação dos serviços objeto da contratação, apresentando-os à fiscalização sempre que solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

RED	DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO
234	08.002.10.301.0801.2046.3.3.90.39.00.00	303	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
234	08.002.10.301.0801.2046.3.3.90.39.00.00	494	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
244	08.002.10.301.0801.2047.3.3.90.39.00.00	303	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
260	08.002.10.301.0801.2048.3.3.90.39.00.00	1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
260	08.002.10.301.0801.2048.3.3.90.39.00.00	303	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
260	08.002.10.301.0801.2048.3.3.90.39.00.00	510	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO
16.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
16.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais, sendo direito da Administração a retenção do pagamento até ulterior decisão administrativa.
16.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira.
16.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.3.1 das Condições Gerais do Pregão.
16.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
16.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pitanga, CNPJ n° 76.172.907/0001-08,Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, Pitanga/PR, constando número da licitação..
16.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Município para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas em campo específico no Portal da Transparência Municipal.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas por meio da Ouvidoria Geral do Município.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria Geral do Município, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato.

18.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente deste e de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

18.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

18.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

18.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.7 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

18.8 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sistemas pertinentes.

18.9 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de quaisquer contratos firmados com a Administração Pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a observar e fazer observar, por seus agentes, representantes, empregados e prepostos, os mais elevados padrões éticos durante o processo licitatório e a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

19.2 Para os fins desta cláusula, consideram-se:

I – prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a atuação de agente público no processo licitatório ou na execução contratual;

II – prática fraudulenta: falsificar, omitir ou deturpar fatos, documentos ou informações com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou a execução da Ata de Registro de Preços ou do contrato;

III – prática colusiva: estabelecer acordo ou ajuste entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento da Administração, visando obter vantagem indevida ou frustrar o caráter competitivo da licitação;
IV – prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, a pessoas ou bens, com o objetivo de influenciar a participação em procedimento licitatório ou afetar a execução contratual;
V – prática obstrutiva: impedir, dificultar ou interferir em auditorias, inspeções ou atividades de fiscalização realizadas pelos órgãos de controle ou pela Administração Pública.
19.3 A prática de quaisquer dos atos descritos nesta cláusula sujeitará os responsáveis às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.
19.4 Na hipótese de o objeto ser financiado, total ou parcialmente, por organismo financeiro nacional ou internacional, a contratada deverá observar as normas e diretrizes aplicáveis ao respectivo financiamento.
19.5 A contratada autoriza a realização de auditorias, inspeções e diligências pelos órgãos de controle interno e externo, pela Administração Pública e, quando aplicável, pelo organismo financiador, facultando o acesso aos documentos, registros, instalações e demais informações relacionadas à execução contratual.
19.6 A constatação de fraude, corrupção, conluio, obstrução à fiscalização ou qualquer ato ilícito relacionado à licitação ou à execução contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, inclusive a rescisão contratual, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – **DO FORO**
20.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Pitanga – Estado do Paraná.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – **DA PUBLICIDADE**
21.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Município.
21.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS
22.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Pitanga, 24 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES	***LUCIMAR FRANCO DE ABREU***
Prefeito	Clinica De Especialização Em Radiologia E Endodontia Abreu LTDA
Município De Pitanga	Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:325320EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.°51/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão N.°51/2026, nestes termos:
Data Pregão**:** 20/08/2026.
Objeto: Registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), contratação de empresa especializada na prestação de serviços de radiografia panorâmica dental da face (ortopantomografia), visando atender às demandas do centro de especialidades odontológicas – CEO, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CLINICA DE ESPECIALIZAÇÃO EM RADIOLOGIA E ENDODONTIA ABREU LTDA	10.401.558/0001-32	R$ 27.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt.(R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	SERVIÇO DE ORTOPANTOMOGRAFIA - RADIOGRAFIA PANORAMICA DENTAL RADIO FACE, EM FILME RADIOLOGICO CONTENDO DATA E NOME DO PACIENTE.	SERV	300	R$ 90,00	R$ 27.000,00	CLINICA DE ESPECIALIZAÇÃO EM RADIOLOGIA E ENDODONTIA ABREU LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, a Ata de registro de preços assinada ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar a Ata referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 24 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:4BAD968C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 058/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E HELITECNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **HELITECNICA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA** neste ato representada por seu Administrador, Sr. **EDILSON TADEU CASANOVA,** resolvem em comum acordo aditivar o contrato administrativo nº 007/2026, firmado entre as partes em data de 15 de janeiro de 2026, cujo objeto é a contratação visando aquisição de impressora de RAIO-X, filme, etiquetadora e etiqueta destinados a necessidade de consumo da Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do mútuo acordo entre as partes, fica acrescida a quantidade aos itens constantes na cláusula Primeira, (do objeto), totalizando a importância de R$ 8.432,00 (oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais), pertinente ao Contrato Administrativo nº 007/2026, celebrado entre as partes em data de 15 de janeiro de 2026, conforme planilha demonstrativa abaixo, tendo como importe o valor total da contratação de R$ 34.154,00 (trinta e quatro mil e cento e cinquenta e quatro reais) passando o objeto total contratado no valor de R$ 42.586,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

Lote	Item	Produto	Marca	UN	Quant	Preço	Preço total
01	02	FILME DE RAIO X, com tamanho aproximado de 35X43cm. •Caixa com 100 lâminas. •Marca e modelo de Referência: DIHT	DIHT	UN	04	983,00	3932,00
01	03	FILME DE RAIO X, com tamanho aproximado de 25X30cm. •Caixa com 100 lâminas. •Marca e modelo de Referência: DIHT	DIHT	UN	04	750,00	3000,00
01	04	FILME DE RAIO X, com tamanho aproximado de 20X25cm. •Caixa com 100 lâminas. •Marca e modelo de Referência: DIHT	DIHT	UN	03	500,00	1500,00
TOTAL							8.432,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 42.586,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

EDILSON TADEU CASANOVA
Helitecnica Equipamentos Para Escritório LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:4A4EA5DC

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELIAS RAFAEL FRITZEN ME.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ELIAS RAFAEL FRITZEN ME** neste ato representada por seu Administrador, Sr. **ELIAS RAFAEL FRITZEN,** resolvem em comum acordo aditivar o contrato administrativo nº 031/2025, firmado entre as partes em data de 06 de fevereiro de 2025, cujo objeto é a Contratação de empresa visando Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das secretarias municipais deste município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude do mútuo acordo entre as partes, fica acrescida a quantidade aos itens constantes na cláusula Primeira, (do objeto), totalizando a importância de R$ 20.722,00 (vinte mil, setecentos e vinte e dois reais), pertinente ao Contrato Administrativo nº 031/2025, firmado entre as partes em data de 06 de fevereiro de 2025, conforme planilha demonstrativa abaixo, tendo como importe o valor total da contratação de R$ 128.921,89 (cento e vinte e oito mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos).passando o objeto total contratado no valor de R$ 149.643,89 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos).

Lote	Item	Produto	Marca	UN	Quant	Preço	Preço total
01	09	PASTA ARQUIVO MORTO em papelão CAIXA com 50 unidades. Medidas aproximadas em mm = 365 x 140 x 255	LIDERPEL	CX	10	95,00	950,00
01	12	PRANCHETA EM ACRÍLICO, tamanho A4	MAXGRIL	UN	30	10,00	300,00
01	15	RÉGUA TRANSPARENTE 30 CM (pacote com 25 unidades). Características: régua em poliestireno 30 cm. Com escala de precisão,	FUTURO	PCTE	30	12,00	360,00

		cor cristal, dimensões 310 x 35 x 3					
02	01	PAPEL SULFITE BRANCO PADRÃO, TAMANHO A-4(210x297mm), 75g/m², alcalino, caixa com 5.000 folhas, 10 pacote com 500 folhas cada. Papel de fabricação nacional, produzido a partir de celulose virgem oriunda de florestas 100% plantadas e com certificação FSC.	REPORT	CX	80	238,90	19.112,00
TOTAL							20.722,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 149.643,89 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELIAS RAFAEL FRITZEN
Elias Rafael Fritzen ME

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:278765F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13641/2026 DE 26/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13641/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.032,77 (três mil e trinta e dois reais e setenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
06.004.08.241.0010.2.024		GESTAO DE POLITICAS PARA ATENDIMENTO DO IDOSO	
213 - 3.3.90.30.00.00	33994	MATERIAL DE CONSUMO	3.032,77
		Total Suplementação:	3.032,77

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0CC63700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 113/2026 FINAL DE LISTA CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL Nº 113/2026
FINAL DE LISTA
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com o Memorando nº. 1.133/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º Fica divulgada a lista dos candidatos convocados que solicitaram final de lista, conforme protocolos apresentados em decorrência da convocação constante do Edital nº 111/2026, referente ao Concurso Público nº 001/2023 e suas alterações.;

1 – LISTA DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM FINAL DE LISTA
1.1 - CARGO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – PROTOCOLO Nº. 20.833/2026

INSCRIÇÃO	NOME	NASC	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
40420	ISABELLI CAROLINE GONCALVES CAROLESKI E SILVA	04/06/1997	61	97	Classificado

2. PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO

O candidato que não atendeu a convocação no prazo estabelecido, bem como, não apresentou a documentação requisitada nos editais, bem como, solicitou desistência da vaga, foi eliminado do CONCURSO PÚBLICO, decaindo do direito à respectiva vaga.

Pontal do Paraná, 25 de agosto de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FF613A37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CONTABILIDADE
DIÁRIA 125/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu		NÚMERO/ANO
Rua Barão do Rio Branco, 344		12 / 2026
(43) 3623-3100		ABERTURA
CEP 86160-000		27/07/2026
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Gabinete do Prefeito	Agamemnon Augusto Araujo Paduan	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
709.693.109-00	Prefeito Municipal	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
781422	718	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Londrina	27/07/2026	27/07/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
1.00	R$ 80.00	**R$ 80.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Amepar Associação dos Municipios do Médio Paranapanema (Reunião dos Prefeitos)		
Ministério Publico (A pedido da Promotora Suzana de Lacerda)		
Santa Casa (Pautas da Saúde que encolven o atendimento comum a Região na sede da Amepar)		
JUSTIFICATIVA:		
Reuniões diversas na data do dia de hoje		
Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		

Prefeitura Municipal de Porecatu, 27/07/2026

_____
Secretário(a)

_____
Prefeito/Deferido

_____
Autorização/Empenho
Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:8BCC4693

CONTABILIDADE
DIÁRIA 128/2026

Prefeitura Municipal De Porecatu		NÚMERO/ANO
Rua Barão do Rio Branco, 344		128 / 2026
(43) 3623-3100		ABERTURA
CEP 86160-000		30/07/2026
documentacao@porecatu.pr.gov.br		
Solicitação/Autorização de Diária		
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE DO PROPOSTO		
UNIDADE/ÓRGÃO DO REQUISITANTE:	PROPONENTE:	
Secretaria de Serviço Social	Solange Cristina de Souza Delfino	
CPF:	CARGO/FUNÇÃO:	
737.276.449-15	Escriturária	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	
104728	1581	
DADOS DA VIAGEM		
DESTINO:	DATA DE INÍCIO:	DATA DE RETORNO:
Curitiba-Pr	05/08/2026	08/08/2026
CÁLCULO DAS DIÁRIAS		
QUANTIDADE:	VALOR UNITÁRIO:	**VALOR TOTAL:**
4.00	R$ 400.00	**R$ 1600.00**
MOTIVO DA VIAGEM:		
Participar da segunda etapa da Capacitação Operacionais SIBEC 2026.		
JUSTIFICATIVA:		
Visar o aprimoramento dos conhecimentos técnicos e o aperfeiçoamento do procedimentos de trabalho, contribuindo para a melhoria da execução das ativid Solicito à Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Divisão de Contabilidade, a emissão do empenho referente ao valor constante nesta Requisição de Diárias, destinado ao custeio das diárias, nos termos da Lei Municipal nº 2.050/2025.		

Prefeitura Municipal de Porecatu, 30/07/2026

Secretário(a)	Prefeito/Deferido	Autorização/Empenho
		Secretário de Fazenda

Publicado por:
Nauany Fernanda Antonio
Código Identificador:EAF7DD93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO - COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA - ANO LETIVO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS – PARANÁ
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – DEMEC

PLANO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Comunicação interna e externa – Ano letivo de 2026

PORTO AMAZONAS – PR
2026
Sumário

1. APRESENTAÇÃO.. 3
2. OBJETIVO GERAL.. 3
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.. 4
4. PÚBLICOS DA COMUNICAÇÃO.. 4
4.1 Comunicação interna. 5
4.2 Comunicação externa. 5
5. MENSAGENS-CHAVE.. 5
6. CANAIS DE COMUNICAÇÃO.. 6
7. ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES POR TRIMESTRE.. 7
8. ROTINA MÍNIMA DE COMUNICAÇÃO.. 9
9. PLANO OPERACIONAL SIMPLIFICADO.. 9
10. RESPONSABILIDADES.. 11
10.1 Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC.. 11
10.2 Coordenação Pedagógica. 12
10.3 Articuladora Municipal do CNCA/RENALFA.. 12
10.4 Direções e Coordenações das Instituições de Ensino.. 12
10.5 Professores. 13
11. MONITORAMENTO E INDICADORES.. 13
12. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS.. 14
13. ORGANIZAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS.. 14
14. AVALIAÇÃO DO PLANO.. 15
15. ALINHAMENTO AO ITEM – COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO 16

16. DISPOSIÇÕES FINAIS.. 17

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Comunicação organiza, de forma simples, objetiva e executável, as ações de comunicação interna e externa relacionadas à Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas.
O documento tem como finalidade assegurar que o Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC, as equipes gestoras, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade conheçam e acompanhem as ações desenvolvidas pelo Município para garantir o direito à alfabetização das crianças.
Considerando as características de Porto Amazonas, município de pequeno porte e com rede municipal de ensino de reduzida dimensão, o Plano prioriza a utilização dos canais institucionais e dos momentos de comunicação já existentes, evitando a criação de procedimentos, estruturas ou campanhas que não sejam necessários à realidade local.
A comunicação será compreendida como parte do processo de gestão da política de alfabetização, articulando informação, mobilização, participação, acompanhamento e divulgação das ações e dos resultados da rede municipal.
As ações previstas neste Plano estarão articuladas à Política Municipal de Alfabetização, ao **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**, à **Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA**, ao **Programa Educa Juntos**, à estratégia **Alfabetiza Juntos** e às demais iniciativas de alfabetização e recomposição das aprendizagens desenvolvidas pelo Município em regime de colaboração com o Estado e a União.
O Plano considera, ainda, as ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação das aprendizagens, recomposição das aprendizagens e valorização das práticas pedagógicas desenvolvidas na rede municipal.

2. OBJETIVO GERAL

Planejar e organizar a comunicação interna e externa das ações da Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas, garantindo informação clara, mobilização dos profissionais e das famílias, transparência das ações e divulgação dos avanços e resultados alcançados pela rede municipal.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Divulgar as ações, programas, formações e estratégias relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
• fortalecer a comunicação entre o DEMEC, as direções escolares, as coordenações pedagógicas e os professores;
• promover o alinhamento das informações relacionadas às ações de alfabetização desenvolvidas pelas instituições municipais de ensino;
• mobilizar as famílias e a comunidade para a valorização da leitura, da escrita, da frequência e do acompanhamento da vida escolar das crianças;
• divulgar ações de formação continuada destinadas aos profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
• comunicar, de forma clara e responsável, informações relacionadas aos processos de avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
• dar visibilidade às práticas pedagógicas e experiências desenvolvidas pelos profissionais e pelas instituições da rede municipal;
• divulgar ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às estratégias de alfabetização desenvolvidas em regime de colaboração;
• comunicar os avanços e resultados da rede municipal, utilizando informações agregadas e preservando a identidade dos estudantes;
• manter registros e evidências das ações de comunicação realizadas durante o ano letivo.

4. PÚBLICOS DA COMUNICAÇÃO

Considerando a dimensão da rede municipal de ensino de Porto Amazonas, a comunicação será organizada em dois grupos principais.

4.1 Comunicação interna

São considerados públicos internos:

• Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC;
• direção das instituições municipais de ensino;
• coordenações pedagógicas;
• professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
• demais profissionais da educação envolvidos nas ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

4.2 Comunicação externa

São considerados públicos externos:

• estudantes;
• famílias e responsáveis;
• comunidade escolar;
• Conselho Municipal de Educação e demais espaços de participação social;
• parceiros institucionais;
• comunidade em geral.

5. MENSAGENS-CHAVE

As ações de comunicação da Política Municipal de Alfabetização buscarão reforçar, de maneira simples e acessível, as seguintes mensagens:

• **Alfabetizar é garantir um direito de aprendizagem a todas as crianças.**
• **A alfabetização é compromisso de toda a rede municipal de ensino.**
• **Cada criança tem direito a aprender e a desenvolver plenamente suas potencialidades.**
• **A família e a escola são parceiras no desenvolvimento das crianças.**
• **Acompanhar as aprendizagens permite identificar necessidades e planejar ações pedagógicas adequadas.**

• A formação continuada fortalece a prática dos profissionais da educação.
• A recomposição das aprendizagens contribui para garantir que nenhuma criança fique para trás.
• Compartilhar boas práticas valoriza professores, estudantes e escolas.
• Os resultados educacionais devem orientar o planejamento e a melhoria das práticas pedagógicas.

6. CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Considerando a realidade de Porto Amazonas, serão priorizados os canais já utilizados pelo DEMEC e pelas instituições municipais de ensino, tornando o Plano viável e integrado à rotina da rede.
Serão utilizados, conforme a necessidade de cada ação:

• reuniões do DEMEC com direções e coordenações pedagógicas;
• reuniões pedagógicas e momentos de formação continuada;
• grupos institucionais de comunicação;
• e-mail institucional;
• comunicados oficiais;
• site oficial da Prefeitura Municipal;
• página/canal institucional do DEMEC, quando disponível;
• redes sociais oficiais do Município;
• murais e informativos das instituições de ensino;
• reuniões com famílias e responsáveis;
• materiais impressos destinados às famílias, quando necessários;
• vídeos, transmissões e materiais digitais relacionados às ações formativas;
• registros fotográficos, relatórios, atas, listas de presença e demais documentos produzidos nas ações.

A utilização dos canais será definida de acordo com o público, a finalidade da comunicação e a natureza da informação.

7. ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES POR TRIMESTRE

A execução do Plano será organizada em três ciclos, correspondentes aos períodos do calendário escolar municipal.
Essa organização permite integrar a comunicação às ações pedagógicas que já fazem parte da rotina do DEMEC e das instituições de ensino, evitando a criação de procedimentos excessivos.
Em cada período serão contempladas ações de comunicação interna, mobilização das famílias e comunidade e divulgação de ações, práticas ou resultados relacionados à alfabetização.

Período	Foco	Ações essenciais	Público	Evidências
1º Trimestre	**Mobilização e alinhamento**	Apresentar prioridades da Política de Alfabetização; divulgar cronogramas de formações e avaliações; orientar equipes; divulgar ações do CNCA e do regime de colaboração; mobilizar famílias para acompanhamento da frequência, leitura e aprendizagem.	DEMEC, direções, coordenações, professores e famílias	Pautas, atas, comunicados, listas de presença, materiais de divulgação e registros fotográficos
2º Trimestre	**Acompanhamento e fortalecimento**	Compartilhar ações de acompanhamento pedagógico; divulgar formações; comunicar orientações decorrentes das avaliações; divulgar práticas pedagógicas; promover ações de incentivo à leitura e participação das famílias; comunicar ações de recomposição das aprendizagens.	Profissionais da rede, famílias e comunidade	Relatórios, registros de acompanhamento, materiais formativos, comunicados, fotografias e publicações
3º Trimestre	**Resultados, valorização e continuidade**	Socializar avanços e resultados; divulgar experiências exitosas; valorizar o trabalho das escolas e dos profissionais; comunicar ações de encerramento do ano; realizar síntese das ações de alfabetização e encaminhamentos para continuidade.	Rede municipal, famílias, comunidade e parceiros	Sínteses, gráficos, relatórios, registros de eventos, publicações e portfólio de evidências

8. ROTINA MÍNIMA DE COMUNICAÇÃO

Para garantir a execução do Plano sem criar uma demanda excessiva para a estrutura do DEMEC e das instituições municipais, cada trimestre deverá contemplar, no mínimo:

• **1 comunicação interna** de alinhamento com direções, coordenações e/ou professores;
• **1 ação de comunicação ou mobilização** direcionada às famílias e/ou comunidade;
• **1 divulgação de ação pedagógica, formação, projeto, prática, experiência ou resultado relacionado à alfabetização**;
• **1 organização das evidências produzidas no período.**

As ações poderão ser ampliadas conforme as necessidades da rede municipal, o calendário escolar, as ações do CNCA, do regime de colaboração e das políticas de alfabetização, sem obrigatoriedade de criação de novos canais ou campanhas específicas.

9. PLANO OPERACIONAL SIMPLIFICADO

Ação	Responsável principal	Periodicidade	Canal	Registro/Evidência
Alinhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização	DEMEC / Coordenação Pedagógica	Ao menos 1 vez por trimestre	Reuniões, grupos institucionais ou comunicados	Pauta, ata ou comunicado
Divulgação das formações continuadas	DEMEC / Coordenação Pedagógica	Conforme cronograma	Grupos institucionais, e-mail e comunicados	Convite, lista de presença, registro
Divulgação de ações do CNCA/RENALFA e do regime de colaboração	DEMEC / Articuladora Municipal	Conforme cronograma	Reuniões, grupos e comunicados	Comunicados, atas e registros
Orientações às famílias	DEMEC / Instituições de ensino	Ao menos 1 ação por trimestre	Reuniões, comunicados, murais ou redes oficiais	Material divulgado e/ou registro da ação
Divulgação de práticas pedagógicas	Instituições de ensino / DEMEC	Ao longo do ano	Murais, site, redes oficiais ou informativos	Fotos e/ou publicações
Comunicação sobre avaliações e acompanhamento das aprendizagens	DEMEC / Equipes pedagógicas	Conforme calendário avaliativo	Reuniões, relatórios e apresentações	Relatórios, gráficos e atas
Divulgação de ações de recomposição das aprendizagens	DEMEC / Instituições de ensino	Conforme planejamento	Reuniões, comunicados e canais institucionais	Registros e materiais
Divulgação de resultados e avanços	DEMEC / Instituições de ensino	Conforme disponibilidade dos resultados	Reuniões, relatórios e canais oficiais	Relatórios, gráficos e publicações
Divulgação de experiências exitosas	Instituições de ensino / DEMEC	Ao longo do ano	Site, redes oficiais, murais ou informativos	Registros e publicações
Síntese anual das ações	DEMEC / Coordenação Pedagógica	3º trimestre	Relatório e divulgação institucional	Relatório/portfólio de evidências

10. RESPONSABILIDADES

A coordenação geral do Plano ficará sob responsabilidade do **Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC**, com participação da Coordenação Pedagógica, da Articuladora Municipal do CNCA/RENALFA e das equipes gestoras das instituições municipais de ensino.

10.1 Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC

Compete ao DEMEC:

• coordenar e acompanhar a execução do Plano;
• organizar e disseminar informações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
• orientar as instituições municipais de ensino;
• divulgar formações, avaliações, programas e ações;
• apoiar a comunicação externa das ações da política;
• acompanhar e organizar as evidências produzidas.

10.2 Coordenação Pedagógica

Compete à Coordenação Pedagógica:

• organizar informações de caráter pedagógico;
• apoiar as instituições de ensino na comunicação das ações;
• divulgar orientações e formações;
• contribuir para a sistematização de resultados;
• apoiar a divulgação de práticas pedagógicas;
• acompanhar a execução das ações previstas no Plano.

10.3 Articuladora Municipal do CNCA/RENALFA

Compete à Articuladora Municipal:

• apoiar a comunicação das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
• compartilhar orientações e informações recebidas no âmbito do CNCA/RENALFA;
• contribuir para a mobilização da rede municipal;
• apoiar o registro das ações desenvolvidas;
• colaborar na sistematização e divulgação das ações e avanços relacionados ao Compromisso.

10.4 Direções e Coordenações das Instituições de Ensino

Compete às equipes gestoras:

• disseminar as informações recebidas do DEMEC;
• orientar os profissionais da instituição;
• comunicar as famílias sobre as ações pertinentes;
• promover a participação da comunidade escolar;
• registrar as ações realizadas;
• encaminhar ao DEMEC informações e registros quando solicitado.

10.5 Professores

Compete aos professores:

• participar das ações de formação e mobilização;
• compartilhar práticas e experiências pedagógicas que possam ser socializadas;
• comunicar às famílias informações pertinentes ao processo de aprendizagem;
• contribuir para o fortalecimento de uma cultura de alfabetização na instituição de ensino.

11. MONITORAMENTO E INDICADORES

O monitoramento será simples e realizado ao final de cada trimestre, verificando a execução das ações previstas e a organização das respectivas evidências.
Serão considerados os seguintes indicadores:

• número de ações de comunicação interna realizadas;
• número de ações direcionadas às famílias e à comunidade;
• participação dos profissionais nas formações e reuniões;
• registros de divulgação de práticas e projetos de alfabetização;
• existência de evidências organizadas por trimestre;
• divulgação de ações do CNCA/RENALFA e do regime de colaboração;
• divulgação de ações de avaliação e acompanhamento das aprendizagens;
• divulgação de resultados e avanços da aprendizagem, quando disponíveis;
• realização da síntese anual das ações de comunicação.

O monitoramento terá caráter de acompanhamento e melhoria do Plano, não constituindo instrumento de responsabilização individual dos profissionais ou das instituições.

12. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

Possível risco	Medida preventiva
Informações não chegarem a todos os profissionais	Utilizar mais de um canal e reforçar as orientações nos momentos institucionais
Excesso de mensagens e comunicados	Priorizar informações essenciais e organizar as divulgações conforme o calendário
Baixa participação das famílias	Utilizar linguagem simples, canais acessíveis e integrar a comunicação às ações já realizadas pelas instituições
Falta de registros das ações	Organizar pasta física ou digital de evidências por trimestre
Dificuldade de manter comunicação externa frequente	Priorizar as ações de maior relevância e utilizar os canais oficiais já existentes
Divulgação inadequada de dados de aprendizagem	Apresentar resultados de forma pedagógica, contextualizada e sem exposição individual dos estudantes
Sobrecarga dos profissionais responsáveis pela comunicação	Integrar as ações de comunicação às atividades e momentos institucionais já existentes

13. ORGANIZAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS

Para facilitar a comprovação e o acompanhamento das ações, o DEMEC manterá uma pasta denominada:
"PLANO DE COMUNICAÇÃO – POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO – 2026"
A pasta será organizada preferencialmente em três subpastas:
1º Trimestre
2º Trimestre
3º Trimestre
Em cada período serão arquivados, conforme existirem:

• comunicados;
• cards e materiais de divulgação;
• convites;
• pautas;
• atas;
• listas de presença;
• registros fotográficos;
• publicações institucionais;
• links ou capturas das publicações;
• relatórios;
• materiais de formação;
• gráficos e apresentações de resultados;
• registros de reuniões;
• demais documentos produzidos no desenvolvimento das ações.

A organização das evidências deverá considerar a realidade da rede municipal, priorizando documentos que já sejam produzidos no decorrer das ações, evitando a criação de registros exclusivamente para fins de comprovação.

14. AVALIAÇÃO DO PLANO

Ao final de cada trimestre, o DEMEC realizará uma breve verificação das ações realizadas e das evidências produzidas, identificando as ações cumpridas e aquelas que eventualmente necessitem ser retomadas ou fortalecidas no período seguinte.
Ao final do ano letivo, será elaborada uma síntese das ações de comunicação desenvolvidas, dos resultados observados e dos encaminhamentos para continuidade.
A avaliação deverá considerar:

• cumprimento das ações mínimas previstas;
• alcance dos diferentes públicos;
• participação dos profissionais;
• participação das famílias;
• utilização dos canais institucionais;
• divulgação das ações e práticas pedagógicas;
• divulgação dos resultados disponíveis;
• organização das evidências.

15. ALINHAMENTO AO ITEM – COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

Este Plano constitui o instrumento oficial de planejamento da comunicação interna e externa das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização no Município de Porto Amazonas.
Sua execução está alinhada à Política Municipal de Alfabetização, ao **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**, à **RENALFA**, ao Programa **Educa Juntos** e à estratégia **Alfabetiza Juntos**, desenvolvida pelo Estado do Paraná em regime de colaboração com os municípios.
A estratégia Alfabetiza Juntos foi instituída no âmbito do Programa Educa Juntos e tem como objetivo desenvolver ações efetivas de colaboração entre Estado e municípios para a melhoria da aprendizagem nos anos iniciais, com ênfase na alfabetização.
Para fins de acompanhamento e comprovação, este Plano contempla:

Requisito	Previsão no Plano	Forma de comprovação
Objetivos	Seções 2 e 3	Plano oficial aprovado/assinado
Públicos-alvo	Seção 4	Definição dos públicos internos e externos
Mensagens da política	Seção 5	Materiais e ações de comunicação
Canais de comunicação	Seção 6	Reuniões, grupos, e-mail, site, redes e murais
Periodicidade	Seções 7 e 8	Ações organizadas nos três períodos
Estratégias de mobilização	Seções 7, 8 e 9	Ações com profissionais, famílias e comunidade

Divulgação de resultados	Seções 7, 9 e 11	Relatórios, reuniões, gráficos e publicações
Responsáveis	Seção 10	Organização das atribuições
Monitoramento	Seção 11	Indicadores e registros
Evidências	Seção 13	Pasta de evidências organizada por período
Avaliação	Seção 14	Verificação trimestral e síntese anual

A comunicação deverá ocorrer de forma contínua durante o ano letivo, utilizando linguagem adequada aos diferentes públicos e priorizando os canais institucionais já utilizados pela rede municipal.
A divulgação de resultados educacionais terá caráter pedagógico e informativo, preservando a identidade dos estudantes e contribuindo para o acompanhamento das aprendizagens e o planejamento das ações pedagógicas.
A organização das evidências deverá ocorrer de maneira integrada às atividades ordinárias do DEMEC e das instituições municipais de ensino.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Plano poderá ser ajustado durante o ano letivo de acordo com o calendário escolar, as necessidades da rede municipal, as orientações do Departamento Municipal de Educação e Cultura e as ações e orientações relacionadas às políticas de alfabetização.
Sua execução deverá priorizar **clareza, objetividade, participação, transparência e viabilidade**, utilizando preferencialmente os canais e momentos institucionais já existentes.
Considerando as características do Município de Porto Amazonas e de sua rede municipal de ensino, a comunicação será desenvolvida de maneira articulada às ações pedagógicas e administrativas já realizadas, evitando a criação de estruturas ou procedimentos desnecessários.
O Plano integra as ações de gestão da Política Municipal de Alfabetização e deverá contribuir para fortalecer a mobilização dos profissionais, das famílias e da comunidade em torno da garantia do direito à alfabetização.

Porto Amazonas – PR, 27 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura

MARILIANE DUDZIAK
Coordenadora Pedagógica
Articuladora Municipal do CNCA/RENALFA

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:C2498074

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO - MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS - 2026-2030

PREFEITURA MUNICIPAL
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Município de Porto Amazonas – Paraná
2026–2030

PORTO AMAZONAS - 2026
2026
Sumário
CAPÍTULO I 6
DA APRESENTAÇÃO.. 6
1. Apresentação.. 6
O que este Plano pretende?. 7
Como este Plano será colocado em prática?. 8
Da Diretriz à Prática. 8
CAPÍTULO II 9
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. 9
CAPÍTULO III 11
DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO.. 11
3. Concepção de Alfabetização. 11
CAPÍTULO IV.. 13
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. 13
4. Caracterização do Município. 13
4.1 Caracterização da Rede Municipal de Ensino. 13
4.2 Estrutura da Rede Municipal 14
4.3 Organização da Política Municipal de Alfabetização. 14
Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC.. 15
Comissão Municipal de Alfabetização. 15
Instituições de Ensino. 15
Professores. 15
Famílias. 15
4.4 Potencialidades da Rede Municipal 16
4.5 Desafios Permanentes. 16

Da Diretriz à Prática. 17
CAPÍTULO V.. 17
DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. 17
5. Diagnóstico da Alfabetização. 17
5.1 Potencialidades da Rede Municipal 18
5.2 Desafios Permanentes. 19
5.3 Como a aprendizagem será acompanhada. 19
5.4 Princípios para utilização dos resultados. 20
Da Diretriz à Prática. 20
CAPÍTULO VI 21
DOS COMPROMISSOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 21
6. Compromissos da Política Municipal de Alfabetização. 21
6.1 Garantir o direito à aprendizagem... 22
6.2 Valorizar o trabalho do professor. 22
6.3 Fortalecer a Educação Infantil e a transição para o Ensino Fundamental 22
6.4 Acompanhar continuamente a aprendizagem... 22
6.5 Promover práticas pedagógicas fundamentadas no currículo. 23
6.6 Fortalecer a parceria entre escola e família. 23
6.7 Planejar com base em evidências. 23
6.8 Assegurar a continuidade da Política Municipal de Alfabetização. 23
Da Diretriz à Prática. 24
CAPÍTULO VII 25
DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 25
7. Objetivo Geral 25
7.1 Objetivos Específicos. 25
I – Fortalecer o processo de alfabetização desde a Educação Infantil 25
II – Acompanhar continuamente a aprendizagem das crianças. 25
III – Apoiar o trabalho dos professores. 26
IV – Fortalecer a atuação das equipes gestoras e pedagógicas. 26
V – Incentivar a participação das famílias. 26
VI – Monitorar a implementação da Política Municipal de Alfabetização. 26
Como os objetivos serão alcançados. 26
Da Diretriz à Prática. 27
CAPÍTULO VIII 27
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 27
EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.. 28
Objetivo. 28
Estratégias. 28
Responsáveis. 28
Como acompanhar. 28
EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA.. 29
Objetivo. 29
Estratégias. 29
Responsáveis. 29
Como acompanhar. 29
EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.. 29
Objetivo. 29
Estratégias. 29
Responsáveis. 30
Como acompanhar. 30
EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.. 30
Objetivo. 30
Estratégias. 30
Responsáveis. 30
Como acompanhar. 30
EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE.. 30
Objetivo. 30
Estratégias. 31
Responsáveis. 31
Como acompanhar. 31
Da Diretriz à Prática. 31
CAPÍTULO IX.. 32
PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 32
9. Plano de Ação. 32
EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.. 32
EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA.. 33
EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.. 34
EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.. 34
EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE.. 35
Organização da execução. 35
Da Diretriz à Prática. 35
CAPÍTULO X.. 36
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO.. 36
10. Do Monitoramento. 36

10.1 Competências da Comissão Municipal de Alfabetização. 36
10.2 Competências do Departamento Municipal de Educação e Cultura. 37
10.3 Competências das Instituições de Ensino. 37
10.4 Instrumentos de Monitoramento. 37
10.5 Periodicidade. 38
10.6 Avaliação do Plano. 38
Da Diretriz à Prática. 38
CAPÍTULO XI 39
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.. 39
ANEXO I 41
MODELO DE PLANO DE AÇÃO ANUAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO 41
Modelo. 41
Orientações. 41
ANEXO II 43
MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 43
Identificação. 43
1. Quais ações previstas no Plano foram desenvolvidas durante o ano?. 43
2. Quais avanços foram observados na aprendizagem dos estudantes e no trabalho pedagógico? 43
3. Quais desafios permaneceram?. 43
4. Quais ações deverão ser fortalecidas ou implementadas no próximo ano?. 43
5. Há necessidade de atualizar o Plano de Ação Anual?. 44
Encaminhamentos da Comissão. 44

CAPÍTULO I
DA APRESENTAÇÃO

"Toda criança tem o direito de aprender. Toda escola tem o compromisso de ensinar. Todo professor merece apoio para realizar esse compromisso."

1. Apresentação

O Plano Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas constitui o principal instrumento de planejamento, organização, acompanhamento e fortalecimento das ações voltadas à alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Instituído em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, este Plano estabelece diretrizes, objetivos, estratégias e ações que orientam o trabalho do Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC, das equipes gestoras, dos professores e dos demais profissionais da educação, visando assegurar o direito de aprendizagem de todas as crianças.
Sua elaboração está fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação, na Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular do Paraná, no Plano Municipal de Educação, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Política de Alfabetização do Estado do Paraná e na Lei Municipal que institui a Política Municipal de Alfabetização.
Mais do que atender às exigências legais, este Plano expressa o compromisso do Município de Porto Amazonas com uma educação pública de qualidade, reconhecendo que a alfabetização constitui a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens e para o exercício pleno da cidadania.
Considerando as características da Rede Municipal de Ensino, composta por um número reduzido de instituições e por uma gestão próxima das escolas, o Plano foi elaborado com foco em ações objetivas, exequíveis e passíveis de acompanhamento contínuo, evitando a criação de procedimentos burocráticos que dificultem sua execução.
A alfabetização é compreendida como um processo contínuo, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, envolvendo o desenvolvimento integrado da leitura, da escrita, da oralidade e do pensamento matemático, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e assegurando oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças.
O sucesso dessa política depende da atuação articulada entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, as equipes gestoras, os professores, os profissionais de apoio, as famílias e a comunidade escolar, fortalecendo uma cultura de cooperação, acompanhamento permanente e melhoria contínua da aprendizagem.
Este Plano deverá orientar o planejamento das instituições de ensino, subsidiar a elaboração dos planos de ação da Comissão Municipal de Alfabetização e contribuir para o monitoramento permanente da aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas oportunas e qualificando continuamente o trabalho docente.

O que este Plano pretende?
Este Plano busca:

• garantir o direito à alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino;
• orientar o planejamento das ações pedagógicas relacionadas à alfabetização;
• fortalecer o trabalho dos professores por meio da formação continuada e do acompanhamento pedagógico;
• promover o monitoramento sistemático da aprendizagem para subsidiar intervenções pedagógicas;
• incentivar a participação das famílias no processo educativo;
• consolidar uma política pública de alfabetização permanente, articulada às diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

Como este Plano será colocado em prática?
As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de forma integrada entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, a Comissão Municipal de Alfabetização e as instituições de ensino da Rede Municipal.
Sua implementação ocorrerá por meio de:

• planejamento pedagógico alinhado às diretrizes curriculares;
• acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes;
• formação continuada dos profissionais da educação;

• reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• monitoramento dos indicadores educacionais;
• elaboração de Plano de Ação Anual;
• avaliação anual das ações desenvolvidas.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como acontecerá na Rede Municipal
O estudante é o centro da política pública	Todas as decisões pedagógicas considerarão as necessidades de aprendizagem dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos e potencialidades.
O professor é protagonista da alfabetização	O DEMEC promoverá formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento coletivo, valorizando o trabalho docente.
A gestão deve apoiar a escola	A equipe pedagógica do DEMEC realizará acompanhamento contínuo das instituições de ensino, oferecendo orientação técnica e apoio às equipes escolares.
Avaliar para ensinar melhor	Os resultados das avaliações diagnósticas e externas serão utilizados para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas, sem caráter punitivo.
A alfabetização é responsabilidade compartilhada	Escola, família e comunidade atuarão de forma colaborativa para garantir o desenvolvimento integral das crianças.

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A educação constitui direito fundamental de todas as crianças e dever do Estado, da família e da sociedade, devendo ser assegurada com prioridade, qualidade, equidade e respeito às diferentes formas de aprender. Nesse contexto, a alfabetização representa etapa essencial da Educação Básica, por constituir a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens, para o exercício da cidadania e para a participação plena na vida social.
O Plano Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico educacional brasileiro e com as diretrizes das políticas públicas nacional, estadual e municipal voltadas à garantia do direito à alfabetização, considerando as características e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.
Constituem fundamentos legais deste Plano:
I – a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211, que asseguram o direito à educação, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade e o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II – a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando à criança e ao adolescente o direito à educação e à proteção integral, com absoluta prioridade;
III – a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo os princípios, objetivos e responsabilidades dos sistemas de ensino quanto à garantia da aprendizagem e à oferta de educação de qualidade;
IV – a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente as metas e estratégias voltadas à alfabetização, à melhoria da qualidade da educação e à valorização dos profissionais da educação;
V – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as aprendizagens essenciais da Educação Básica e orienta o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VI – o Referencial Curricular do Paraná, que orienta a organização curricular das redes de ensino do Estado, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e considerando as especificidades da educação paranaense;
VII – o Plano Municipal de Educação de Porto Amazonas, que estabelece as metas e estratégias da política educacional do Município;
VIII – a Política de Alfabetização do Estado do Paraná e as demais orientações normativas e pedagógicas expedidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, voltadas ao fortalecimento da alfabetização e da aprendizagem;
IX – o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que orientam a atuação colaborativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para garantir o direito à alfabetização, fortalecer a recomposição das aprendizagens e promover a melhoria da qualidade da educação básica;
X – a Lei Municipal nº 1.373/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas e estabelece seus princípios, diretrizes, objetivos e mecanismos de implementação.
Além dos dispositivos legais mencionados, este Plano considera as orientações técnicas, pedagógicas e normativas dos órgãos educacionais competentes, bem como os documentos curriculares, instrumentos de avaliação e ações de formação continuada que subsidiam o acompanhamento da aprendizagem e o fortalecimento da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
A implementação deste Plano observará os princípios da legalidade, da gestão democrática, da equidade, da inclusão, da valorização dos profissionais da educação, da colaboração entre os entes federativos e da garantia do direito de aprender, respeitando as características da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas e priorizando ações pedagogicamente consistentes, administrativamente viáveis e compatíveis com a realidade do Município.
Este Plano constitui o instrumento orientador da implementação da Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas, promovendo a articulação entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, a Comissão Municipal de Alfabetização, as instituições de ensino, os profissionais da educação e as famílias, com o propósito de assegurar que todas as crianças tenham garantido o direito de aprender.

CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

"Alfabetizar é garantir que cada criança tenha oportunidades de compreender, utilizar e produzir a linguagem escrita, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes que lhe permitam participar da vida escolar e social de forma autônoma, crítica e significativa."

3. Concepção de Alfabetização

O Município de Porto Amazonas compreende a alfabetização como um processo contínuo de desenvolvimento das aprendizagens, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando as características do desenvolvimento infantil, os diferentes ritmos de aprendizagem e o direito de todas as crianças à educação de qualidade.
A alfabetização envolve a construção progressiva de conhecimentos relacionados à leitura, à escrita, à oralidade e ao desenvolvimento do pensamento matemático, possibilitando que a criança utilize essas aprendizagens em diferentes situações do cotidiano escolar e social.
Na Educação Infantil, as experiências de aprendizagem favorecem o desenvolvimento da linguagem oral, da ampliação do vocabulário, da consciência fonológica, das experiências com a leitura e a escrita, das noções matemáticas, da curiosidade, da imaginação e das múltiplas formas de expressão, respeitando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o processo de alfabetização é desenvolvido de forma intencional e sistemática, assegurando às crianças oportunidades para compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética, desenvolver a fluência em leitura, produzir textos, ampliar o repertório cultural e consolidar conhecimentos matemáticos essenciais.
A Política Municipal de Alfabetização reconhece que cada criança aprende de maneira singular. Por essa razão, o acompanhamento contínuo da aprendizagem, a realização de intervenções pedagógicas oportunas e a valorização do trabalho docente constituem princípios fundamentais para assegurar o desenvolvimento de todos os estudantes.
Nesse contexto, o professor desempenha papel central no processo educativo, sendo responsável pelo planejamento, mediação e acompanhamento das aprendizagens, contando com o apoio das equipes gestoras, do Departamento Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Municipal de Alfabetização.
A participação das famílias também é reconhecida como elemento essencial para o fortalecimento da aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos de leitura, da comunicação e do acompanhamento da vida escolar das crianças.
A concepção de alfabetização adotada pelo Município está alinhada à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à Base Nacional Comum Curricular, ao Referencial Curricular do Paraná, à Política de Alfabetização do Estado do Paraná, ao Plano Municipal de Educação e às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirmando o compromisso de garantir que todas as crianças tenham assegurado o direito de aprender.

CAPÍTULO IV
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

"Conhecer a realidade da Rede Municipal de Ensino é o primeiro passo para construir uma política pública capaz de garantir que todas as crianças aprendam."

4. Caracterização do Município

O Município de Porto Amazonas, localizado na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, possui características próprias de um município de pequeno porte, com atendimento educacional próximo à comunidade e forte integração entre as instituições de ensino, o Departamento Municipal de Educação e Cultura (DEMEC) e as famílias.
Essa proximidade favorece o acompanhamento pedagógico, a comunicação entre os profissionais da educação e a implementação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem, permitindo que as decisões sejam tomadas de forma ágil e alinhadas às necessidades das crianças e das escolas.
A Rede Municipal de Ensino tem como compromisso oferecer uma educação pública de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada, assegurando às crianças o desenvolvimento integral desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4.1 Caracterização da Rede Municipal de Ensino

A Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas é composta por instituições que atendem a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, organizadas de forma a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.
A estrutura da rede favorece o acompanhamento próximo das equipes escolares pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, permitindo que as ações pedagógicas sejam planejadas, executadas e monitoradas de forma colaborativa.
A política municipal de alfabetização considera que essa característica representa uma importante potencialidade, pois possibilita intervenções rápidas, diálogo permanente entre os profissionais da educação e acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças.

4.2 Estrutura da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino é composta pelas seguintes instituições:

Instituição	Etapas atendidas
Escola Municipal Benedita Vieira Iatzseki	Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Municipal Cívico-Militar Maria de Lourdes Affonso Heimbecher	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Municipal Professor Antonio Tupy Pinheiro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Centro Municipal de Educação Infantil Eveline de Cássia Mendes – CMEI "Cassinha"	Creche e Pré-Escola

As instituições desenvolvem suas ações pedagógicas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da Rede Municipal e os Projetos Político-Pedagógicos de cada unidade escolar.

4.3 Organização da Política Municipal de Alfabetização

A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorre de forma articulada entre diferentes atores da Rede Municipal de Ensino.

Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC
Compete ao DEMEC coordenar a Política Municipal de Alfabetização, oferecendo suporte técnico e pedagógico às instituições de ensino, promovendo formações continuadas, acompanhando os indicadores educacionais e articulando as ações da rede.

Comissão Municipal de Alfabetização
A Comissão Municipal de Alfabetização atua como instância de governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, propondo estratégias e acompanhando a execução das ações previstas neste Plano.

Instituições de Ensino
As escolas e o Centro Municipal de Educação Infantil são responsáveis pela implementação das ações pedagógicas previstas neste Plano, promovendo o acompanhamento da aprendizagem, o planejamento coletivo, as intervenções pedagógicas e a participação das famílias.

Professores
Os professores desempenham papel central na Política Municipal de Alfabetização, planejando e desenvolvendo práticas pedagógicas fundamentadas no currículo da rede, acompanhando continuamente a aprendizagem dos estudantes e realizando intervenções sempre que necessário.

Famílias

As famílias são reconhecidas como parceiras fundamentais no processo educativo, sendo incentivadas a participar das ações promovidas pelas instituições de ensino e a acompanhar o desenvolvimento das crianças.

4.4 Potencialidades da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas apresenta características que favorecem a implementação de uma política de alfabetização consistente e próxima da realidade escolar, destacando-se:

• proximidade entre o DEMEC e as instituições de ensino;
• acompanhamento pedagógico contínuo;
• diálogo permanente entre gestores, coordenadores e professores;
• participação nas políticas públicas estaduais e federais voltadas à alfabetização;
• oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
• utilização de avaliações diagnósticas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
• compromisso das equipes escolares com a aprendizagem dos estudantes.

4.5 Desafios Permanentes

Embora a Rede Municipal apresente importantes potencialidades, permanecem desafios que exigem acompanhamento contínuo, entre eles:

• assegurar que todas as crianças alcancem os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa da escolarização;
• fortalecer as ações de recomposição das aprendizagens quando necessário;
• ampliar o envolvimento das famílias no acompanhamento da vida escolar;
• utilizar de forma sistemática os resultados das avaliações para orientar o planejamento pedagógico;
• garantir a continuidade das ações de formação e acompanhamento dos profissionais da educação.

Esses desafios orientam as estratégias previstas neste Plano e serão acompanhados pela Comissão Municipal de Alfabetização e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como será desenvolvida em Porto Amazonas
Rede pequena como oportunidade	A proximidade entre o DEMEC e as escolas permitirá acompanhamento pedagógico frequente e intervenções rápidas quando identificadas dificuldades de aprendizagem.
Gestão colaborativa	As decisões serão construídas em conjunto entre DEMEC, Comissão Municipal de Alfabetização, gestores escolares e professores.
Professor como protagonista	O planejamento, as formações e o acompanhamento pedagógico serão voltados ao fortalecimento da prática docente.
Criança no centro das decisões	As ações serão definidas considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes, com atenção especial às crianças que demandarem intervenções pedagógicas.
Família parceira da escola	As instituições promoverão ações de diálogo e participação das famílias, fortalecendo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO V
DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

"Conhecer a realidade da aprendizagem é o primeiro passo para planejar intervenções capazes de garantir o direito de aprender de cada criança."

5. Diagnóstico da Alfabetização

A Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas fundamenta-se no acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças, reconhecendo que a alfabetização constitui um processo progressivo, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
O diagnóstico da alfabetização na Rede Municipal de Ensino não se restringe aos resultados das avaliações externas ou diagnósticas. Considera, sobretudo, o acompanhamento cotidiano realizado pelos professores, pelas equipes pedagógicas das instituições de ensino e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, permitindo identificar potencialidades, necessidades e oportunidades de melhoria.
A Rede Municipal adota uma concepção de avaliação com finalidade diagnóstica e formativa, compreendendo que os resultados obtidos pelos estudantes devem subsidiar o planejamento pedagógico e a definição de estratégias de intervenção, sempre com foco na aprendizagem.
Nesse contexto, a utilização de diferentes instrumentos de acompanhamento possibilita ao município conhecer o desenvolvimento das crianças, orientar o trabalho docente e monitorar a efetividade das ações implementadas pela Política Municipal de Alfabetização.

5.1 Potencialidades da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino apresenta características que favorecem o desenvolvimento das ações de alfabetização, dentre as quais destacam-se:

• proximidade entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura e as instituições de ensino;
• acompanhamento pedagógico contínuo realizado pela equipe técnica do DEMEC;
• comprometimento dos gestores escolares e professores com a aprendizagem dos estudantes;
• participação nas políticas públicas estaduais e federais voltadas à alfabetização;
• oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
• utilização de avaliações diagnósticas e externas como instrumentos de apoio ao planejamento pedagógico;
• trabalho colaborativo entre escolas, coordenações pedagógicas e DEMEC.

5.2 Desafios Permanentes

Assim como ocorre em outras redes públicas de ensino, Porto Amazonas enfrenta desafios que exigem acompanhamento constante.
Destacam-se:

• atender aos diferentes ritmos de aprendizagem das crianças;
• promover intervenções pedagógicas em tempo oportuno;
• fortalecer a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
• consolidar práticas pedagógicas baseadas em evidências educacionais;

• ampliar a participação das famílias no processo de alfabetização;
• reduzir as defasagens de aprendizagem identificadas nas avaliações e no acompanhamento realizado pelas escolas;
• assegurar a continuidade das ações de formação dos profissionais da educação.

Esses desafios orientam as estratégias previstas neste Plano e deverão ser acompanhados continuamente pela Comissão Municipal de Alfabetização.

5.3 Como a aprendizagem será acompanhada

O acompanhamento da alfabetização será realizado por meio de diferentes estratégias complementares, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino.
Serão utilizados, entre outros:

• observação e registros realizados pelos professores;
• avaliações diagnósticas promovidas pelo município;
• avaliações estaduais e nacionais das quais o município participe;
• registros de acompanhamento pedagógico;
• reuniões pedagógicas e Conselhos de Classe;
• análise dos resultados de aprendizagem realizada pelo DEMEC e pelas instituições de ensino.

Os resultados obtidos terão caráter pedagógico e subsidiarão o planejamento das ações desenvolvidas pelas escolas e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

5.4 Princípios para utilização dos resultados

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados para:
I – identificar as aprendizagens já consolidadas pelos estudantes;
II – reconhecer dificuldades de aprendizagem que demandem intervenções pedagógicas;
III – orientar o planejamento docente;
IV – subsidiar a formação continuada dos profissionais da educação;
V – acompanhar a efetividade das ações da Política Municipal de Alfabetização;
VI – promover a melhoria contínua da aprendizagem.
Em nenhuma hipótese os resultados das avaliações serão utilizados para estabelecer classificação entre estudantes, professores ou instituições de ensino.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como será realizada na Rede Municipal
Avaliar para ensinar melhor	Os resultados das avaliações servirão para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas, priorizando a aprendizagem dos estudantes.
Intervir no tempo certo	Crianças com dificuldades de aprendizagem serão acompanhadas pelas equipes pedagógicas e pelos professores, com definição de estratégias adequadas às suas necessidades.
Acompanhar continuamente	A aprendizagem será monitorada ao longo de todo o ano letivo, e não apenas nos períodos de aplicação das avaliações externas.
Fortalecer o trabalho docente	O DEMEC utilizará as informações produzidas pelas avaliações para planejar formações continuadas e orientar o acompanhamento pedagógico das escolas.
Planejar com base em evidências	As decisões da Comissão Municipal de Alfabetização e do DEMEC considerarão os dados produzidos pelas escolas e pelas avaliações externas, respeitando a realidade de cada turma e instituição.

CAPÍTULO VI
DOS COMPROMISSOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"A alfabetização é um compromisso compartilhado entre o poder público, a escola, os professores, as famílias e a comunidade, tendo a criança como prioridade absoluta."

6. Compromissos da Política Municipal de Alfabetização

A Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas fundamenta-se no compromisso de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvendo as aprendizagens essenciais para sua formação integral.
Para isso, o Município orientará suas ações pelos seguintes compromissos:

6.1 Garantir o direito à aprendizagem

A Rede Municipal de Ensino desenvolverá ações voltadas para assegurar que todas as crianças tenham oportunidades de aprendizagem, respeitando seus diferentes ritmos, necessidades e potencialidades.
As intervenções pedagógicas deverão ocorrer de forma preventiva e contínua, buscando evitar a ampliação das defasagens de aprendizagem.

6.2 Valorizar o trabalho do professor

Reconhecendo que o professor é o principal agente do processo de alfabetização, o Município promoverá ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, planejamento coletivo e disponibilização de orientações técnicas que contribuam para o fortalecimento da prática docente.

6.3 Fortalecer a Educação Infantil e a transição para o Ensino Fundamental

A alfabetização inicia-se antes do ingresso no Ensino Fundamental.
Por isso, serão fortalecidas as práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, da consciência fonológica, da ampliação do vocabulário, das experiências com a leitura, da cultura escrita e do pensamento matemático desde a Educação Infantil, assegurando uma transição planejada e articulada entre as etapas da Educação Básica.

6.4 Acompanhar continuamente a aprendizagem

O acompanhamento da aprendizagem será parte integrante do trabalho pedagógico das escolas.
As avaliações diagnósticas, os registros dos professores, as observações realizadas pelas equipes pedagógicas e os resultados das avaliações externas servirão para orientar o planejamento e definir intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

6.5 Promover práticas pedagógicas fundamentadas no currículo

As ações desenvolvidas nas instituições de ensino observarão as orientações da Base Nacional Comum Curricular, do Referencial Curricular do Paraná, do Currículo da Rede Municipal e dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, respeitando as especificidades de cada etapa da Educação Básica.

6.6 Fortalecer a parceria entre escola e família

A participação das famílias constitui elemento importante para o desenvolvimento das crianças.
As instituições de ensino promoverão ações de diálogo, orientação e participação das famílias, incentivando práticas que contribuam para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e do raciocínio lógico-matemático.

6.7 Planejar com base em evidências

As decisões pedagógicas serão fundamentadas na análise dos resultados das avaliações, dos registros de acompanhamento da aprendizagem e das informações produzidas pelas escolas.
Esses dados servirão para orientar o planejamento das ações, a formação continuada dos professores e o acompanhamento realizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

6.8 Assegurar a continuidade da Política Municipal de Alfabetização

A alfabetização será compreendida como uma política pública permanente.
Sua continuidade será assegurada por meio da atuação da Comissão Municipal de Alfabetização, do monitoramento periódico das ações previstas neste Plano e da revisão anual do Plano de Ação, preservando os objetivos estabelecidos pela Política Municipal de Alfabetização.

Da Diretriz à Prática

Compromisso	Como será desenvolvido em Porto Amazonas
Garantir o direito de aprender	As escolas acompanharão continuamente o desenvolvimento dos estudantes e realizarão intervenções pedagógicas sempre que necessário.
Valorizar o professor	O DEMEC promoverá formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento colaborativo.
Fortalecer a Educação Infantil	As práticas pedagógicas favorecerão o desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da cultura escrita e do pensamento matemático, respeitando os direitos de aprendizagem da criança.
Acompanhar a aprendizagem	As decisões pedagógicas considerarão os registros dos professores e os resultados das avaliações diagnósticas e externas.
Planejar com base em evidências	Os dados produzidos pelas escolas orientarão o planejamento pedagógico e as ações da Comissão Municipal de Alfabetização.
Família como parceira	As instituições promoverão momentos de diálogo e participação das famílias na vida escolar das crianças.

CAPÍTULO VII
DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"Toda ação prevista neste Plano deve contribuir para que mais crianças aprendam e para que os professores tenham condições de desenvolver um trabalho cada vez mais qualificado."

7. Objetivo Geral

Garantir o direito à alfabetização e ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais das crianças matriculadas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, por meio de práticas pedagógicas qualificadas, acompanhamento contínuo da aprendizagem, formação dos profissionais da educação e atuação colaborativa entre escola, família e Departamento Municipal de Educação e Cultura.

7.1 Objetivos Específicos

I – Fortalecer o processo de alfabetização desde a Educação Infantil
Promover práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da cultura escrita, da consciência fonológica, das noções matemáticas e das demais habilidades necessárias para a alfabetização, respeitando os direitos de aprendizagem previstos para cada etapa da Educação Básica.

II – Acompanhar continuamente a aprendizagem das crianças
Realizar o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes, utilizando registros pedagógicos, avaliações diagnósticas e demais instrumentos que auxiliem na identificação das aprendizagens consolidadas e das necessidades de intervenção.

III – Apoiar o trabalho dos professores
Promover formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento coletivo, contribuindo para o fortalecimento das práticas de alfabetização desenvolvidas nas instituições de ensino.

IV – Fortalecer a atuação das equipes gestoras e pedagógicas
Estimular o planejamento colaborativo, o acompanhamento das práticas pedagógicas e a utilização dos resultados das avaliações para subsidiar as decisões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

V – Incentivar a participação das famílias

Fortalecer a parceria entre escola e família, promovendo ações que estimulem o acompanhamento da vida escolar das crianças e o incentivo à leitura e às experiências de aprendizagem também no ambiente familiar.

VI – Monitorar a implementação da Política Municipal de Alfabetização
Acompanhar a execução das ações previstas neste Plano por meio da Comissão Municipal de Alfabetização, promovendo avaliações periódicas e propondo ajustes sempre que necessário para assegurar sua efetividade.

Como os objetivos serão alcançados
Para o cumprimento dos objetivos deste Plano, o Município priorizará ações simples, permanentes e articuladas, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino.
Entre essas ações destacam-se:

• acompanhamento pedagógico às instituições de ensino pelo DEMEC;
• reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• formação continuada dos profissionais da educação;
• utilização das avaliações diagnósticas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
• acompanhamento da aprendizagem dos estudantes pelas equipes escolares;
• fortalecimento da comunicação entre escola e família.

Da Diretriz à Prática

Objetivo	Como será colocado em prática
Garantir o direito à aprendizagem	As escolas acompanharão continuamente o desenvolvimento dos estudantes e realizarão intervenções pedagógicas quando necessário.
Apoiar os professores	O DEMEC organizará formações continuadas, visitas pedagógicas e momentos de estudo, considerando as necessidades identificadas nas escolas.
Fortalecer a gestão pedagógica	Gestores e coordenadores pedagógicos acompanharão o planejamento, os resultados das avaliações e as ações de intervenção desenvolvidas pelos professores.
Envolver as famílias	As escolas manterão diálogo permanente com as famílias, compartilhando orientações sobre como apoiar o desenvolvimento das crianças.
Monitorar a política	A Comissão Municipal de Alfabetização realizará reuniões periódicas para acompanhar as ações, analisar resultados e propor encaminhamentos.

CAPÍTULO VIII
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
"Uma política pública eficiente não é a que possui mais ações, mas aquela cujas ações são realizadas com qualidade, continuidade e compromisso com a aprendizagem."

A implementação da Política Municipal de Alfabetização será organizada em cinco eixos estratégicos, que orientam as ações do Departamento Municipal de Educação e Cultura, das instituições de ensino e da Comissão Municipal de Alfabetização.
Esses eixos foram definidos considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, priorizando ações permanentes, de fácil execução e acompanhamento.

EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS
Objetivo
Garantir que todas as crianças tenham oportunidades de desenvolver as aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando seus diferentes ritmos e necessidades.
Estratégias

• acompanhar continuamente o desenvolvimento da aprendizagem;
• realizar avaliações diagnósticas conforme o planejamento da rede;
• promover intervenções pedagógicas quando identificadas dificuldades de aprendizagem;
• acompanhar a frequência escolar, buscando prevenir prejuízos à aprendizagem;
• incentivar práticas de leitura, escrita, oralidade e raciocínio lógico-matemático em todas as turmas.

Responsáveis

• Professores;
• Coordenações Pedagógicas;
• Direções das instituições;
• DEMEC.

Como acompanhar

• registros pedagógicos;
• resultados das avaliações;
• planos de intervenção;
• atas de reuniões pedagógicas.

EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA
Objetivo
Fortalecer o trabalho dos professores por meio da formação continuada, do planejamento coletivo e do acompanhamento pedagógico.
Estratégias

• promover formações alinhadas às necessidades da rede;
• incentivar momentos de estudo e troca de experiências entre os professores;
• acompanhar o planejamento pedagógico;
• orientar práticas fundamentadas na BNCC, no Referencial Curricular do Paraná e no currículo da rede.

Responsáveis

• DEMEC;
• Coordenações Pedagógicas;
• Direções;
• Professores.

Como acompanhar

• registros das formações;
• planejamento docente;
• relatórios de acompanhamento pedagógico.

EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
Objetivo
Fortalecer a gestão pedagógica da Rede Municipal, promovendo o acompanhamento das ações previstas neste Plano.
Estratégias

• realizar reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• acompanhar a execução do Plano Municipal de Alfabetização;
• apoiar tecnicamente as instituições de ensino;
• promover diálogo permanente entre DEMEC e escolas.

Responsáveis

• Comissão Municipal de Alfabetização;
• DEMEC;
• Direções;
• Coordenações Pedagógicas.

Como acompanhar

• atas das reuniões;
• registros das visitas pedagógicas;
• relatório anual da Comissão.

EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
Objetivo
Utilizar as avaliações e os registros pedagógicos para orientar decisões voltadas à melhoria da aprendizagem.
Estratégias

• analisar os resultados das avaliações diagnósticas e externas;
• identificar necessidades de intervenção pedagógica;
• acompanhar os indicadores de aprendizagem da rede;
• utilizar as informações para orientar formações e planejamento.

Responsáveis

• DEMEC;
• Comissão Municipal de Alfabetização;
• Instituições de Ensino.

Como acompanhar

• relatórios das avaliações;
• registros pedagógicos;
• Plano de Ação Anual.

EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE
Objetivo
Fortalecer a parceria entre escola, família e comunidade, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento das crianças.
Estratégias

• promover reuniões com as famílias;
• incentivar práticas de leitura no ambiente familiar;
• compartilhar informações sobre o desenvolvimento dos estudantes;
• estimular a participação das famílias nas atividades escolares.

Responsáveis

• Instituições de Ensino;
• Professores;
• DEMEC.

Como acompanhar

• registros de reuniões;
• projetos desenvolvidos;
• participação das famílias nas ações propostas.

Da Diretriz à Prática

Eixo Estratégico	Resultado esperado
Aprendizagem das Crianças	Estudantes acompanhados continuamente e com intervenções pedagógicas sempre que necessário.
Professor e Prática Pedagógica	Professores apoiados por formações, planejamento colaborativo e acompanhamento pedagógico.
Gestão e Acompanhamento Pedagógico	DEMEC, Comissão e escolas atuando de forma integrada na implementação do Plano.
Avaliação e Monitoramento	Decisões pedagógicas fundamentadas em evidências produzidas pela própria rede.
Família e Comunidade	Famílias participando da vida escolar e contribuindo para o desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO IX
PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"O Plano de Ação traduz os compromissos da Política Municipal de Alfabetização em ações concretas, permanentes e possíveis de serem desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino."

9. Plano de Ação

As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de forma contínua pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, pelas instituições de ensino e pela Comissão Municipal de Alfabetização, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino e a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e pedagógicos.
As ações poderão ser complementadas por iniciativas específicas definidas anualmente pela Comissão Municipal de Alfabetização, conforme as necessidades identificadas no acompanhamento da aprendizagem.

EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes	Professores	Contínua	Registros pedagógicos
Aplicar avaliações diagnósticas previstas pela rede	Escolas e DEMEC	Conforme calendário	Resultados registrados
Elaborar estratégias de intervenção para estudantes com dificuldades de aprendizagem	Professores e Coordenação Pedagógica	Contínua	Planejamento e registros
Acompanhar a frequência escolar e comunicar situações que possam comprometer a aprendizagem	Escolas	Contínua	Registros escolares

EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Promover formação continuada dos profissionais da educação	DEMEC	Conforme calendário anual	Lista de presença e materiais
Realizar momentos de planejamento coletivo nas instituições de ensino	Escolas	Conforme calendário escolar	Atas ou registros
Desenvolver acompanhamento pedagógico junto aos professores	DEMEC e Coordenação Pedagógica	Contínua	Relatórios de acompanhamento
Compartilhar práticas pedagógicas exitosas entre os profissionais da rede	Escolas e DEMEC	Sempre que oportuno	Registros das reuniões

EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Realizar reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização	Comissão	Trimestral	Atas
Acompanhar a execução deste Plano	Comissão e DEMEC	Contínua	Relatório anual
Realizar visitas pedagógicas às instituições de ensino	DEMEC	Conforme planejamento	Registros das visitas
Promover reuniões de acompanhamento com gestores e coordenações pedagógicas	DEMEC	Conforme necessidade	Atas ou registros

EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Analisar os resultados das avaliações da rede	DEMEC e Escolas	Após cada avaliação	Relatórios
Utilizar os resultados para orientar o planejamento pedagógico	Professores e Coordenações	Contínua	Planejamentos
Elaborar relatório anual da Política Municipal de Alfabetização	Comissão Municipal	Anual	Relatório
Revisar o Plano de Ação Anual quando necessário	Comissão	Anual	Ata da reunião

EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Promover reuniões com as famílias	Escolas	Conforme calendário escolar	Lista de presença
Compartilhar informações sobre a aprendizagem dos estudantes	Professores	Contínua	Registros escolares
Incentivar práticas de leitura no ambiente familiar	Escolas	Durante o ano letivo	Projetos e registros
Desenvolver ações de aproximação entre escola e comunidade	Escolas	Conforme planejamento	Registros das atividades

Organização da execução
A execução das ações previstas neste Plano observará os seguintes princípios:

• integração entre DEMEC, escolas e Comissão Municipal de Alfabetização;
• respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
• acompanhamento contínuo da aprendizagem;
• utilização dos resultados das avaliações para subsidiar o planejamento;
• melhoria contínua das práticas pedagógicas.

Da Diretriz à Prática

O que será feito	Como será acompanhado
Acompanhamento da aprendizagem	Registros pedagógicos e avaliações
Formação dos professores	Cronograma anual de formação
Apoio às escolas	Visitas e reuniões pedagógicas
Monitoramento da política	Reuniões trimestrais da Comissão
Participação das famílias	Registros das ações desenvolvidas

CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

"Monitorar não significa fiscalizar. Significa acompanhar, apoiar, avaliar e aperfeiçoar continuamente as ações desenvolvidas para garantir o direito de aprender de cada criança."

10. Do Monitoramento

O acompanhamento da execução deste Plano será realizado de forma contínua pela Comissão Municipal de Alfabetização, em articulação com o Departamento Municipal de Educação e Cultura e as instituições de ensino da Rede Municipal.
O monitoramento terá caráter pedagógico, colaborativo e orientador, buscando identificar avanços, desafios e necessidades de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.
Não terá finalidade de classificação ou fiscalização das instituições de ensino ou dos profissionais da educação.

10.1 Competências da Comissão Municipal de Alfabetização

Compete à Comissão Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a execução das ações previstas neste Plano;
II – analisar os resultados das avaliações e dos demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem;
III – propor estratégias de fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;
IV – acompanhar a execução do Plano de Ação Anual;
V – elaborar Relatório Anual de Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
VI – recomendar adequações às ações previstas neste Plano, quando necessário.

10.2 Competências do Departamento Municipal de Educação e Cultura

Compete ao DEMEC:

• apoiar tecnicamente as instituições de ensino;
• promover o acompanhamento pedagógico das escolas;
• organizar as formações continuadas;
• sistematizar informações sobre a aprendizagem da rede;
• fornecer apoio à Comissão Municipal de Alfabetização.

10.3 Competências das Instituições de Ensino

Compete às instituições de ensino:

• acompanhar continuamente a aprendizagem dos estudantes;
• desenvolver as ações previstas neste Plano;
• manter registros pedagógicos das ações realizadas;
• participar das formações promovidas pelo Município;
• colaborar com a Comissão Municipal de Alfabetização.

10.4 Instrumentos de Monitoramento

Para acompanhar a implementação deste Plano poderão ser utilizados, entre outros:

• registros pedagógicos das instituições de ensino;
• resultados das avaliações diagnósticas e externas;
• atas das reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização;
• relatórios de acompanhamento pedagógico;
• registros das formações continuadas;
• Plano de Ação Anual;
• Relatório Anual de Monitoramento.

10.5 Periodicidade

O acompanhamento deste Plano observará a seguinte organização:

Ação	Periodicidade
Reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização	Trimestral
Acompanhamento pedagógico às escolas	Contínuo
Formação continuada	Conforme calendário anual
Avaliação das ações do Plano	Anual
Elaboração do Relatório de Monitoramento	Anual

10.6 Avaliação do Plano

Ao final de cada ano letivo, a Comissão Municipal de Alfabetização elaborará um Relatório Anual de Monitoramento, contendo, sempre que possível:

• ações desenvolvidas;
• principais avanços observados;
• desafios identificados;
• encaminhamentos para o ano seguinte;

• recomendações para atualização do Plano de Ação Anual.

O Relatório servirá como instrumento de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização e subsidiará o planejamento das ações do exercício seguinte.

Da Diretriz à Prática

O que será acompanhado	Como será feito
Aprendizagem dos estudantes	Avaliações, registros pedagógicos e acompanhamento realizado pelas escolas
Desenvolvimento das ações do Plano	Reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização
Formação dos professores	Cronograma anual e registros de participação
Acompanhamento das escolas	Visitas e reuniões promovidas pelo DEMEC
Planejamento para o ano seguinte	Relatório Anual de Monitoramento

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 1º O presente Plano Municipal de Alfabetização orientará as ações da Política Municipal de Alfabetização durante sua vigência, podendo ser complementado por Planos de Ação Anuais elaborados pela Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 2º O Plano poderá ser revisado a qualquer tempo, por iniciativa da Comissão Municipal de Alfabetização, quando houver necessidade de adequação à legislação vigente, às políticas públicas educacionais ou às necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de acordo com a disponibilidade orçamentária e administrativa do Município, observadas as competências legais do Departamento Municipal de Educação e Cultura e das instituições de ensino.

Art. 4º O Departamento Municipal de Educação e Cultura promoverá a divulgação deste Plano junto às instituições de ensino e acompanhará sua implementação em regime de colaboração com a Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 5º A implementação deste Plano observará os princípios da simplicidade administrativa, da colaboração entre os profissionais da educação e da utilização, sempre que possível, dos registros pedagógicos e documentos já existentes nas instituições de ensino, evitando a criação de procedimentos burocráticos que não contribuam diretamente para a melhoria da aprendizagem.

Art. 6º Este Plano entra em vigor na data de sua aprovação pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, e permanecerá vigente no período de **2026 a 2030**, podendo ser atualizado sempre que necessário.

ANEXO I
MODELO DE PLANO DE AÇÃO ANUAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Plano de Ação Anual tem por finalidade organizar as ações prioritárias da Comissão Municipal de Alfabetização para cada ano letivo, considerando as necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

Modelo

Eixo Estratégico	Ação	Responsável	Período	Situação
Aprendizagem das Crianças				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Professor e Prática Pedagógica				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Gestão e Acompanhamento Pedagógico				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Avaliação e Monitoramento				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Família e Comunidade				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída

Orientações
O Plano de Ação deverá ser elaborado preferencialmente na primeira reunião ordinária da Comissão Municipal de Alfabetização de cada ano letivo e poderá ser atualizado sempre que necessário, mediante deliberação da Comissão.

ANEXO II
MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Relatório Anual de Monitoramento tem por objetivo registrar, de forma simples e objetiva, o desenvolvimento das ações previstas neste Plano e subsidiar o planejamento do ano seguinte.

Identificação

• Ano:
• Data da reunião:
• Participantes:

1. Quais ações previstas no Plano foram desenvolvidas durante o ano?
_____

2. Quais avanços foram observados na aprendizagem dos estudantes e no trabalho pedagógico?
_____

3. Quais desafios permaneceram?
_____

4. Quais ações deverão ser fortalecidas ou implementadas no próximo ano?
_____

5. Há necessidade de atualizar o Plano de Ação Anual?
( ) Sim
( ) Não
Em caso afirmativo, quais alterações são propostas?
_____

Encaminhamentos da Comissão
_____

PREFEITURA MUNICIPAL
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Município de Porto Amazonas – Paraná
2026–2030

PORTO AMAZONAS - 2026
2026
Sumário
CAPÍTULO I 6
DA APRESENTAÇÃO.. 6
1. Apresentação.. 6
O que este Plano pretende?. 7
Como este Plano será colocado em prática?. 8
Da Diretriz à Prática. 8
CAPÍTULO II 9
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. 9
CAPÍTULO III 11
DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO.. 11
3. Concepção de Alfabetização. 11
CAPÍTULO IV.. 13
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. 13
4. Caracterização do Município. 13
4.1 Caracterização da Rede Municipal de Ensino. 13
4.2 Estrutura da Rede Municipal 14
4.3 Organização da Política Municipal de Alfabetização. 14
Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC.. 15
Comissão Municipal de Alfabetização. 15
Instituições de Ensino. 15
Professores. 15
Famílias. 15
4.4 Potencialidades da Rede Municipal 16
4.5 Desafios Permanentes. 16
Da Diretriz à Prática. 17
CAPÍTULO V.. 17
DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.. 17
5. Diagnóstico da Alfabetização. 17
5.1 Potencialidades da Rede Municipal 18
5.2 Desafios Permanentes. 19
5.3 Como a aprendizagem será acompanhada. 19
5.4 Princípios para utilização dos resultados. 20
Da Diretriz à Prática. 20
CAPÍTULO VI 21
DOS COMPROMISSOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 21
6. Compromissos da Política Municipal de Alfabetização. 21
6.1 Garantir o direito à aprendizagem... 22
6.2 Valorizar o trabalho do professor. 22
6.3 Fortalecer a Educação Infantil e a transição para o Ensino Fundamental 22
6.4 Acompanhar continuamente a aprendizagem... 22
6.5 Promover práticas pedagógicas fundamentadas no currículo. 23
6.6 Fortalecer a parceria entre escola e família. 23
6.7 Planejar com base em evidências. 23
6.8 Assegurar a continuidade da Política Municipal de Alfabetização. 23
Da Diretriz à Prática. 24
CAPÍTULO VII 25

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 25
7. Objetivo Geral 25
7.1 Objetivos Específicos. 25
I – Fortalecer o processo de alfabetização desde a Educação Infantil 25
II – Acompanhar continuamente a aprendizagem das crianças. 25
III – Apoiar o trabalho dos professores. 26
IV – Fortalecer a atuação das equipes gestoras e pedagógicas. 26
V – Incentivar a participação das famílias. 26
VI – Monitorar a implementação da Política Municipal de Alfabetização. 26
Como os objetivos serão alcançados. 26
Da Diretriz à Prática. 27
CAPÍTULO VIII 27
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 27
EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.. 28
Objetivo. 28
Estratégias. 28
Responsáveis. 28
Como acompanhar. 28
EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA.. 29
Objetivo. 29
Estratégias. 29
Responsáveis. 29
Como acompanhar. 29
EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.. 29
Objetivo. 29
Estratégias. 29
Responsáveis. 30
Como acompanhar. 30
EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.. 30
Objetivo. 30
Estratégias. 30
Responsáveis. 30
Como acompanhar. 30
EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE.. 30
Objetivo. 30
Estratégias. 31
Responsáveis. 31
Como acompanhar. 31
Da Diretriz à Prática. 31
CAPÍTULO IX.. 32
PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 32
9. Plano de Ação. 32
EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.. 32
EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA.. 33
EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.. 34
EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.. 34
EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE.. 35
Organização da execução. 35
Da Diretriz à Prática. 35
CAPÍTULO X.. 36
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO.. 36
10. Do Monitoramento. 36
10.1 Competências da Comissão Municipal de Alfabetização. 36
10.2 Competências do Departamento Municipal de Educação e Cultura. 37
10.3 Competências das Instituições de Ensino. 37
10.4 Instrumentos de Monitoramento. 37
10.5 Periodicidade. 38
10.6 Avaliação do Plano. 38
Da Diretriz à Prática. 38
CAPÍTULO XI 39
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.. 39
ANEXO I 41
MODELO DE PLANO DE AÇÃO ANUAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO 41
Modelo. 41
Orientações. 41
ANEXO II 43
MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.. 43
Identificação. 43
1. Quais ações previstas no Plano foram desenvolvidas durante o ano?. 43
2. Quais avanços foram observados na aprendizagem dos estudantes e no trabalho pedagógico? 43
3. Quais desafios permaneceram?. 43
4. Quais ações deverão ser fortalecidas ou implementadas no próximo ano?. 43
5. Há necessidade de atualizar o Plano de Ação Anual?. 44
Encaminhamentos da Comissão. 44

CAPÍTULO I
DA APRESENTAÇÃO

"Toda criança tem o direito de aprender. Toda escola tem o compromisso de ensinar. Todo professor merece apoio para realizar esse compromisso."

1. Apresentação

O Plano Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas constitui o principal instrumento de planejamento, organização, acompanhamento e fortalecimento das ações voltadas à alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Instituído em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, este Plano estabelece diretrizes, objetivos, estratégias e ações que orientam o trabalho do Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC, das equipes gestoras, dos professores e dos demais profissionais da educação, visando assegurar o direito de aprendizagem de todas as crianças.
Sua elaboração está fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação, na Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular do Paraná, no Plano Municipal de Educação, no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Política de Alfabetização do Estado do Paraná e na Lei Municipal que institui a Política Municipal de Alfabetização.
Mais do que atender às exigências legais, este Plano expressa o compromisso do Município de Porto Amazonas com uma educação pública de qualidade, reconhecendo que a alfabetização constitui a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens e para o exercício pleno da cidadania.
Considerando as características da Rede Municipal de Ensino, composta por um número reduzido de instituições e por uma gestão próxima das escolas, o Plano foi elaborado com foco em ações objetivas, exequíveis e passíveis de acompanhamento contínuo, evitando a criação de procedimentos burocráticos que dificultem sua execução.
A alfabetização é compreendida como um processo contínuo, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, envolvendo o desenvolvimento integrado da leitura, da escrita, da oralidade e do pensamento matemático, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e assegurando oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças.
O sucesso dessa política depende da atuação articulada entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, as equipes gestoras, os professores, os profissionais de apoio, as famílias e a comunidade escolar, fortalecendo uma cultura de cooperação, acompanhamento permanente e melhoria contínua da aprendizagem.
Este Plano deverá orientar o planejamento das instituições de ensino, subsidiar a elaboração dos planos de ação da Comissão Municipal de Alfabetização e contribuir para o monitoramento permanente da aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas oportunas e qualificando continuamente o trabalho docente.

O que este Plano pretende?
Este Plano busca:

• garantir o direito à alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino;
• orientar o planejamento das ações pedagógicas relacionadas à alfabetização;
• fortalecer o trabalho dos professores por meio da formação continuada e do acompanhamento pedagógico;
• promover o monitoramento sistemático da aprendizagem para subsidiar intervenções pedagógicas;
• incentivar a participação das famílias no processo educativo;
• consolidar uma política pública de alfabetização permanente, articulada às diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

Como este Plano será colocado em prática?
As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de forma integrada entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, a Comissão Municipal de Alfabetização e as instituições de ensino da Rede Municipal.
Sua implementação ocorrerá por meio de:

• planejamento pedagógico alinhado às diretrizes curriculares;
• acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes;
• formação continuada dos profissionais da educação;
• reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• monitoramento dos indicadores educacionais;
• elaboração de Plano de Ação Anual;
• avaliação anual das ações desenvolvidas.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como acontecerá na Rede Municipal
O estudante é o centro da política pública	Todas as decisões pedagógicas considerarão as necessidades de aprendizagem dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos e potencialidades.
O professor é protagonista da alfabetização	O DEMEC promoverá formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento coletivo, valorizando o trabalho docente.
A gestão deve apoiar a escola	A equipe pedagógica do DEMEC realizará acompanhamento contínuo das instituições de ensino, oferecendo orientação técnica e apoio às equipes escolares.
Avaliar para ensinar melhor	Os resultados das avaliações diagnósticas e externas serão utilizados para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas, sem caráter punitivo.
A alfabetização é responsabilidade compartilhada	Escola, família e comunidade atuarão de forma colaborativa para garantir o desenvolvimento integral das crianças.

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A educação constitui direito fundamental de todas as crianças e dever do Estado, da família e da sociedade, devendo ser assegurada com prioridade, qualidade, equidade e respeito às diferentes formas de aprender. Nesse contexto, a alfabetização representa etapa essencial da Educação Básica, por constituir a base para o desenvolvimento das demais aprendizagens, para o exercício da cidadania e para a participação plena na vida social.
O Plano Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico educacional brasileiro e com as diretrizes das políticas públicas nacional, estadual e municipal voltadas à garantia do direito à alfabetização, considerando as características e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.
Constituem fundamentos legais deste Plano:

I – a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211, que asseguram o direito à educação, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade e o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II – a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando à criança e ao adolescente o direito à educação e à proteção integral, com absoluta prioridade;
III – a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), definindo os princípios, objetivos e responsabilidades dos sistemas de ensino quanto à garantia da aprendizagem e à oferta de educação de qualidade;
IV – a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente as metas e estratégias voltadas à alfabetização, à melhoria da qualidade da educação e à valorização dos profissionais da educação;
V – a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece as aprendizagens essenciais da Educação Básica e orienta o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VI – o Referencial Curricular do Paraná, que orienta a organização curricular das redes de ensino do Estado, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e considerando as especificidades da educação paranaense;
VII – o Plano Municipal de Educação de Porto Amazonas, que estabelece as metas e estratégias da política educacional do Município;
VIII – a Política de Alfabetização do Estado do Paraná e as demais orientações normativas e pedagógicas expedidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, voltadas ao fortalecimento da alfabetização e da aprendizagem;
IX – o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que orientam a atuação colaborativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para garantir o direito à alfabetização, fortalecer a recomposição das aprendizagens e promover a melhoria da qualidade da educação básica;
X – a Lei Municipal nº 1.373/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas e estabelece seus princípios, diretrizes, objetivos e mecanismos de implementação.
Além dos dispositivos legais mencionados, este Plano considera as orientações técnicas, pedagógicas e normativas dos órgãos educacionais competentes, bem como os documentos curriculares, instrumentos de avaliação e ações de formação continuada que subsidiam o acompanhamento da aprendizagem e o fortalecimento da alfabetização na Rede Municipal de Ensino.
A implementação deste Plano observará os princípios da legalidade, da gestão democrática, da equidade, da inclusão, da valorização dos profissionais da educação, da colaboração entre os entes federativos e da garantia do direito de aprender, respeitando as características da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas e priorizando ações pedagogicamente consistentes, administrativamente viáveis e compatíveis com a realidade do Município.
Este Plano constitui o instrumento orientador da implementação da Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas, promovendo a articulação entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura, a Comissão Municipal de Alfabetização, as instituições de ensino, os profissionais da educação e as famílias, com o propósito de assegurar que todas as crianças tenham garantido o direito de aprender.

CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

"Alfabetizar é garantir que cada criança tenha oportunidades de compreender, utilizar e produzir a linguagem escrita, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes que lhe permitam participar da vida escolar e social de forma autônoma, crítica e significativa."

3. Concepção de Alfabetização

O Município de Porto Amazonas compreende a alfabetização como um processo contínuo de desenvolvimento das aprendizagens, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando as características do desenvolvimento infantil, os diferentes ritmos de aprendizagem e o direito de todas as crianças à educação de qualidade.
A alfabetização envolve a construção progressiva de conhecimentos relacionados à leitura, à escrita, à oralidade e ao desenvolvimento do pensamento matemático, possibilitando que a criança utilize essas aprendizagens em diferentes situações do cotidiano escolar e social.
Na Educação Infantil, as experiências de aprendizagem favorecem o desenvolvimento da linguagem oral, da ampliação do vocabulário, da consciência fonológica, das experiências com a leitura e a escrita, das noções matemáticas, da curiosidade, da imaginação e das múltiplas formas de expressão, respeitando os direitos de aprendizagem e os campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná.
Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o processo de alfabetização é desenvolvido de forma intencional e sistemática, assegurando às crianças oportunidades para compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética, desenvolver a fluência em leitura, produzir textos, ampliar o repertório cultural e consolidar conhecimentos matemáticos essenciais.
A Política Municipal de Alfabetização reconhece que cada criança aprende de maneira singular. Por essa razão, o acompanhamento contínuo da aprendizagem, a realização de intervenções pedagógicas oportunas e a valorização do trabalho docente constituem princípios fundamentais para assegurar o desenvolvimento de todos os estudantes.
Nesse contexto, o professor desempenha papel central no processo educativo, sendo responsável pelo planejamento, mediação e acompanhamento das aprendizagens, contando com o apoio das equipes gestoras, do Departamento Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Municipal de Alfabetização.
A participação das famílias também é reconhecida como elemento essencial para o fortalecimento da aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos de leitura, da comunicação e do acompanhamento da vida escolar das crianças.
A concepção de alfabetização adotada pelo Município está alinhada à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à Base Nacional Comum Curricular, ao Referencial Curricular do Paraná, à Política de Alfabetização do Estado do Paraná, ao Plano Municipal de Educação e às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, reafirmando o compromisso de garantir que todas as crianças tenham assegurado o direito de aprender.

CAPÍTULO IV
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

"Conhecer a realidade da Rede Municipal de Ensino é o primeiro passo para construir uma política pública capaz de garantir que todas as crianças aprendam."

4. Caracterização do Município

O Município de Porto Amazonas, localizado na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, possui características próprias de um município de pequeno porte, com atendimento educacional próximo à comunidade e forte integração entre as instituições de ensino, o Departamento Municipal de Educação e Cultura (DEMEC) e as famílias.
Essa proximidade favorece o acompanhamento pedagógico, a comunicação entre os profissionais da educação e a implementação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem, permitindo que as decisões sejam tomadas de forma ágil e alinhadas às necessidades das crianças e das escolas.
A Rede Municipal de Ensino tem como compromisso oferecer uma educação pública de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada, assegurando às crianças o desenvolvimento integral desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

4.1 Caracterização da Rede Municipal de Ensino

A Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas é composta por instituições que atendem a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, organizadas de forma a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.
A estrutura da rede favorece o acompanhamento próximo das equipes escolares pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, permitindo que as ações pedagógicas sejam planejadas, executadas e monitoradas de forma colaborativa.
A política municipal de alfabetização considera que essa característica representa uma importante potencialidade, pois possibilita intervenções rápidas, diálogo permanente entre os profissionais da educação e acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças.

4.2 Estrutura da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino é composta pelas seguintes instituições:

Instituição	Etapas atendidas
Escola Municipal Benedita Vieira Iatzseki	Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Municipal Cívico-Militar Maria de Lourdes Affonso Heimbecher	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Municipal Professor Antonio Tupy Pinheiro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Centro Municipal de Educação Infantil Eveline de Cássia Mendes – CMEI "Cassinha"	Creche e Pré-Escola

As instituições desenvolvem suas ações pedagógicas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular do Paraná, o Currículo da Rede Municipal e os Projetos Político-Pedagógicos de cada unidade escolar.

4.3 Organização da Política Municipal de Alfabetização

A implementação da Política Municipal de Alfabetização ocorre de forma articulada entre diferentes atores da Rede Municipal de Ensino.

Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC
Compete ao DEMEC coordenar a Política Municipal de Alfabetização, oferecendo suporte técnico e pedagógico às instituições de ensino, promovendo formações continuadas, acompanhando os indicadores educacionais e articulando as ações da rede.

Comissão Municipal de Alfabetização
A Comissão Municipal de Alfabetização atua como instância de governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, propondo estratégias e acompanhando a execução das ações previstas neste Plano.

Instituições de Ensino
As escolas e o Centro Municipal de Educação Infantil são responsáveis pela implementação das ações pedagógicas previstas neste Plano, promovendo o acompanhamento da aprendizagem, o planejamento coletivo, as intervenções pedagógicas e a participação das famílias.

Professores
Os professores desempenham papel central na Política Municipal de Alfabetização, planejando e desenvolvendo práticas pedagógicas fundamentadas no currículo da rede, acompanhando continuamente a aprendizagem dos estudantes e realizando intervenções sempre que necessário.

Famílias
As famílias são reconhecidas como parceiras fundamentais no processo educativo, sendo incentivadas a participar das ações promovidas pelas instituições de ensino e a acompanhar o desenvolvimento das crianças.

4.4 Potencialidades da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas apresenta características que favorecem a implementação de uma política de alfabetização consistente e próxima da realidade escolar, destacando-se:

• proximidade entre o DEMEC e as instituições de ensino;
• acompanhamento pedagógico contínuo;
• diálogo permanente entre gestores, coordenadores e professores;
• participação nas políticas públicas estaduais e federais voltadas à alfabetização;
• oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
• utilização de avaliações diagnósticas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
• compromisso das equipes escolares com a aprendizagem dos estudantes.

4.5 Desafios Permanentes

Embora a Rede Municipal apresente importantes potencialidades, permanecem desafios que exigem acompanhamento contínuo, entre eles:

• assegurar que todas as crianças alcancem os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa da escolarização;
• fortalecer as ações de recomposição das aprendizagens quando necessário;
• ampliar o envolvimento das famílias no acompanhamento da vida escolar;
• utilizar de forma sistemática os resultados das avaliações para orientar o planejamento pedagógico;
• garantir a continuidade das ações de formação e acompanhamento dos profissionais da educação.

Esses desafios orientam as estratégias previstas neste Plano e serão acompanhados pela Comissão Municipal de Alfabetização e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como será desenvolvida em Porto Amazonas
Rede pequena como oportunidade	A proximidade entre o DEMEC e as escolas permitirá acompanhamento pedagógico frequente e intervenções rápidas quando identificadas dificuldades de aprendizagem.
Gestão colaborativa	As decisões serão construídas em conjunto entre DEMEC, Comissão Municipal de Alfabetização, gestores escolares e professores.
Professor como protagonista	O planejamento, as formações e o acompanhamento pedagógico serão voltados ao fortalecimento da prática docente.
Criança no centro das decisões	As ações serão definidas considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes, com atenção especial às crianças que demandarem intervenções pedagógicas.
Família parceira da escola	As instituições promoverão ações de diálogo e participação das famílias, fortalecendo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO V
DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

"Conhecer a realidade da aprendizagem é o primeiro passo para planejar intervenções capazes de garantir o direito de aprender de cada criança."

5. Diagnóstico da Alfabetização

A Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas fundamenta-se no acompanhamento contínuo da aprendizagem das crianças, reconhecendo que a alfabetização constitui um processo progressivo, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
O diagnóstico da alfabetização na Rede Municipal de Ensino não se restringe aos resultados das avaliações externas ou diagnósticas. Considera, sobretudo, o acompanhamento cotidiano realizado pelos professores, pelas equipes pedagógicas das instituições de ensino e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, permitindo identificar potencialidades, necessidades e oportunidades de melhoria.
A Rede Municipal adota uma concepção de avaliação com finalidade diagnóstica e formativa, compreendendo que os resultados obtidos pelos estudantes devem subsidiar o planejamento pedagógico e a definição de estratégias de intervenção, sempre com foco na aprendizagem.
Nesse contexto, a utilização de diferentes instrumentos de acompanhamento possibilita ao município conhecer o desenvolvimento das crianças, orientar o trabalho docente e monitorar a efetividade das ações implementadas pela Política Municipal de Alfabetização.

5.1 Potencialidades da Rede Municipal

A Rede Municipal de Ensino apresenta características que favorecem o desenvolvimento das ações de alfabetização, dentre as quais destacam-se:

• proximidade entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura e as instituições de ensino;
• acompanhamento pedagógico contínuo realizado pela equipe técnica do DEMEC;
• comprometimento dos gestores escolares e professores com a aprendizagem dos estudantes;
• participação nas políticas públicas estaduais e federais voltadas à alfabetização;
• oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
• utilização de avaliações diagnósticas e externas como instrumentos de apoio ao planejamento pedagógico;
• trabalho colaborativo entre escolas, coordenações pedagógicas e DEMEC.

5.2 Desafios Permanentes

Assim como ocorre em outras redes públicas de ensino, Porto Amazonas enfrenta desafios que exigem acompanhamento constante.
Destacam-se:

• atender aos diferentes ritmos de aprendizagem das crianças;
• promover intervenções pedagógicas em tempo oportuno;
• fortalecer a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
• consolidar práticas pedagógicas baseadas em evidências educacionais;
• ampliar a participação das famílias no processo de alfabetização;
• reduzir as defasagens de aprendizagem identificadas nas avaliações e no acompanhamento realizado pelas escolas;
• assegurar a continuidade das ações de formação dos profissionais da educação.

Esses desafios orientam as estratégias previstas neste Plano e deverão ser acompanhados continuamente pela Comissão Municipal de Alfabetização.

5.3 Como a aprendizagem será acompanhada

O acompanhamento da alfabetização será realizado por meio de diferentes estratégias complementares, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino.
Serão utilizados, entre outros:

• observação e registros realizados pelos professores;
• avaliações diagnósticas promovidas pelo município;
• avaliações estaduais e nacionais das quais o município participe;
• registros de acompanhamento pedagógico;
• reuniões pedagógicas e Conselhos de Classe;
• análise dos resultados de aprendizagem realizada pelo DEMEC e pelas instituições de ensino.

Os resultados obtidos terão caráter pedagógico e subsidiarão o planejamento das ações desenvolvidas pelas escolas e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

5.4 Princípios para utilização dos resultados

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados para:

I – identificar as aprendizagens já consolidadas pelos estudantes;
II – reconhecer dificuldades de aprendizagem que demandem intervenções pedagógicas;
III – orientar o planejamento docente;
IV – subsidiar a formação continuada dos profissionais da educação;
V – acompanhar a efetividade das ações da Política Municipal de Alfabetização;
VI – promover a melhoria contínua da aprendizagem.
Em nenhuma hipótese os resultados das avaliações serão utilizados para estabelecer classificação entre estudantes, professores ou instituições de ensino.

Da Diretriz à Prática

Diretriz	Como será realizada na Rede Municipal
Avaliar para ensinar melhor	Os resultados das avaliações servirão para orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas, priorizando a aprendizagem dos estudantes.
Intervir no tempo certo	Crianças com dificuldades de aprendizagem serão acompanhadas pelas equipes pedagógicas e pelos professores, com definição de estratégias adequadas às suas necessidades.
Acompanhar continuamente	A aprendizagem será monitorada ao longo de todo o ano letivo, e não apenas nos períodos de aplicação das avaliações externas.
Fortalecer o trabalho docente	O DEMEC utilizará as informações produzidas pelas avaliações para planejar formações continuadas e orientar o acompanhamento pedagógico das escolas.
Planejar com base em evidências	As decisões da Comissão Municipal de Alfabetização e do DEMEC considerarão os dados produzidos pelas escolas e pelas avaliações externas, respeitando a realidade de cada turma e instituição.

CAPÍTULO VI
DOS COMPROMISSOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"A alfabetização é um compromisso compartilhado entre o poder público, a escola, os professores, as famílias e a comunidade, tendo a criança como prioridade absoluta."

6. Compromissos da Política Municipal de Alfabetização

A Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas fundamenta-se no compromisso de garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvendo as aprendizagens essenciais para sua formação integral.
Para isso, o Município orientará suas ações pelos seguintes compromissos:

6.1 Garantir o direito à aprendizagem

A Rede Municipal de Ensino desenvolverá ações voltadas para assegurar que todas as crianças tenham oportunidades de aprendizagem, respeitando seus diferentes ritmos, necessidades e potencialidades.
As intervenções pedagógicas deverão ocorrer de forma preventiva e contínua, buscando evitar a ampliação das defasagens de aprendizagem.

6.2 Valorizar o trabalho do professor

Reconhecendo que o professor é o principal agente do processo de alfabetização, o Município promoverá ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, planejamento coletivo e disponibilização de orientações técnicas que contribuam para o fortalecimento da prática docente.

6.3 Fortalecer a Educação Infantil e a transição para o Ensino Fundamental

A alfabetização inicia-se antes do ingresso no Ensino Fundamental.
Por isso, serão fortalecidas as práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, da consciência fonológica, da ampliação do vocabulário, das experiências com a leitura, da cultura escrita e do pensamento matemático desde a Educação Infantil, assegurando uma transição planejada e articulada entre as etapas da Educação Básica.

6.4 Acompanhar continuamente a aprendizagem

O acompanhamento da aprendizagem será parte integrante do trabalho pedagógico das escolas.
As avaliações diagnósticas, os registros dos professores, as observações realizadas pelas equipes pedagógicas e os resultados das avaliações externas servirão para orientar o planejamento e definir intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes.

6.5 Promover práticas pedagógicas fundamentadas no currículo

As ações desenvolvidas nas instituições de ensino observarão as orientações da Base Nacional Comum Curricular, do Referencial Curricular do Paraná, do Currículo da Rede Municipal e dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, respeitando as especificidades de cada etapa da Educação Básica.

6.6 Fortalecer a parceria entre escola e família

A participação das famílias constitui elemento importante para o desenvolvimento das crianças.
As instituições de ensino promoverão ações de diálogo, orientação e participação das famílias, incentivando práticas que contribuam para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e do raciocínio lógico-matemático.

6.7 Planejar com base em evidências

As decisões pedagógicas serão fundamentadas na análise dos resultados das avaliações, dos registros de acompanhamento da aprendizagem e das informações produzidas pelas escolas.
Esses dados servirão para orientar o planejamento das ações, a formação continuada dos professores e o acompanhamento realizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

6.8 Assegurar a continuidade da Política Municipal de Alfabetização

A alfabetização será compreendida como uma política pública permanente.
Sua continuidade será assegurada por meio da atuação da Comissão Municipal de Alfabetização, do monitoramento periódico das ações previstas neste Plano e da revisão anual do Plano de Ação, preservando os objetivos estabelecidos pela Política Municipal de Alfabetização.

Da Diretriz à Prática

Compromisso	Como será desenvolvido em Porto Amazonas
Garantir o direito de aprender	As escolas acompanharão continuamente o desenvolvimento dos estudantes e realizarão intervenções pedagógicas sempre que necessário.
Valorizar o professor	O DEMEC promoverá formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento colaborativo.
Fortalecer a Educação Infantil	As práticas pedagógicas favorecerão o desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da cultura escrita e do pensamento matemático, respeitando os direitos de aprendizagem da criança.
Acompanhar a aprendizagem	As decisões pedagógicas considerarão os registros dos professores e os resultados das avaliações diagnósticas e externas.
Planejar com base em evidências	Os dados produzidos pelas escolas orientarão o planejamento pedagógico e as ações da Comissão Municipal de Alfabetização.
Família como parceira	As instituições promoverão momentos de diálogo e participação das famílias na vida escolar das crianças.

CAPÍTULO VII
DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"Toda ação prevista neste Plano deve contribuir para que mais crianças aprendam e para que os professores tenham condições de desenvolver um trabalho cada vez mais qualificado."

7. Objetivo Geral

Garantir o direito à alfabetização e ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais das crianças matriculadas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, por meio de práticas pedagógicas qualificadas, acompanhamento contínuo da aprendizagem, formação dos profissionais da educação e atuação colaborativa entre escola, família e Departamento Municipal de Educação e Cultura.

7.1 Objetivos Específicos

I – Fortalecer o processo de alfabetização desde a Educação Infantil
Promover práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da cultura escrita, da consciência fonológica, das noções matemáticas e das demais habilidades necessárias para a alfabetização, respeitando os direitos de aprendizagem previstos para cada etapa da Educação Básica.

II – Acompanhar continuamente a aprendizagem das crianças
Realizar o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes, utilizando registros pedagógicos, avaliações diagnósticas e demais instrumentos que auxiliem na identificação das aprendizagens consolidadas e das necessidades de intervenção.

III – Apoiar o trabalho dos professores
Promover formação continuada, acompanhamento pedagógico e momentos de planejamento coletivo, contribuindo para o fortalecimento das práticas de alfabetização desenvolvidas nas instituições de ensino.

IV – Fortalecer a atuação das equipes gestoras e pedagógicas
Estimular o planejamento colaborativo, o acompanhamento das práticas pedagógicas e a utilização dos resultados das avaliações para subsidiar as decisões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

V – Incentivar a participação das famílias
Fortalecer a parceria entre escola e família, promovendo ações que estimulem o acompanhamento da vida escolar das crianças e o incentivo à leitura e às experiências de aprendizagem também no ambiente familiar.

VI – Monitorar a implementação da Política Municipal de Alfabetização
Acompanhar a execução das ações previstas neste Plano por meio da Comissão Municipal de Alfabetização, promovendo avaliações periódicas e propondo ajustes sempre que necessário para assegurar sua efetividade.

Como os objetivos serão alcançados
Para o cumprimento dos objetivos deste Plano, o Município priorizará ações simples, permanentes e articuladas, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino.
Entre essas ações destacam-se:

• acompanhamento pedagógico às instituições de ensino pelo DEMEC;
• reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• formação continuada dos profissionais da educação;
• utilização das avaliações diagnósticas e externas para subsidiar o planejamento pedagógico;
• acompanhamento da aprendizagem dos estudantes pelas equipes escolares;
• fortalecimento da comunicação entre escola e família.

Da Diretriz à Prática

Objetivo	Como será colocado em prática
Garantir o direito à aprendizagem	As escolas acompanharão continuamente o desenvolvimento dos estudantes e realizarão intervenções pedagógicas quando necessário.
Apoiar os professores	O DEMEC organizará formações continuadas, visitas pedagógicas e momentos de estudo, considerando as necessidades identificadas nas escolas.
Fortalecer a gestão pedagógica	Gestores e coordenadores pedagógicos acompanharão o planejamento, os resultados das avaliações e as ações de intervenção desenvolvidas pelos professores.
Envolver as famílias	As escolas manterão diálogo permanente com as famílias, compartilhando orientações sobre como apoiar o desenvolvimento das crianças.
Monitorar a política	A Comissão Municipal de Alfabetização realizará reuniões periódicas para acompanhar as ações, analisar resultados e propor encaminhamentos.

CAPÍTULO VIII
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
"Uma política pública eficiente não é a que possui mais ações, mas aquela cujas ações são realizadas com qualidade, continuidade e compromisso com a aprendizagem."

A implementação da Política Municipal de Alfabetização será organizada em cinco eixos estratégicos, que orientam as ações do Departamento Municipal de Educação e Cultura, das instituições de ensino e da Comissão Municipal de Alfabetização.
Esses eixos foram definidos considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, priorizando ações permanentes, de fácil execução e acompanhamento.

EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS
Objetivo
Garantir que todas as crianças tenham oportunidades de desenvolver as aprendizagens essenciais previstas para cada etapa da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando seus diferentes ritmos e necessidades.
Estratégias

• acompanhar continuamente o desenvolvimento da aprendizagem;
• realizar avaliações diagnósticas conforme o planejamento da rede;
• promover intervenções pedagógicas quando identificadas dificuldades de aprendizagem;
• acompanhar a frequência escolar, buscando prevenir prejuízos à aprendizagem;
• incentivar práticas de leitura, escrita, oralidade e raciocínio lógico-matemático em todas as turmas.

Responsáveis

• Professores;
• Coordenações Pedagógicas;
• Direções das instituições;
• DEMEC.

Como acompanhar

• registros pedagógicos;
• resultados das avaliações;
• planos de intervenção;
• atas de reuniões pedagógicas.

EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA
Objetivo
Fortalecer o trabalho dos professores por meio da formação continuada, do planejamento coletivo e do acompanhamento pedagógico.
Estratégias

• promover formações alinhadas às necessidades da rede;
• incentivar momentos de estudo e troca de experiências entre os professores;
• acompanhar o planejamento pedagógico;
• orientar práticas fundamentadas na BNCC, no Referencial Curricular do Paraná e no currículo da rede.

Responsáveis

• DEMEC;
• Coordenações Pedagógicas;
• Direções;
• Professores.

Como acompanhar

• registros das formações;
• planejamento docente;
• relatórios de acompanhamento pedagógico.

EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
Objetivo
Fortalecer a gestão pedagógica da Rede Municipal, promovendo o acompanhamento das ações previstas neste Plano.
Estratégias

• realizar reuniões periódicas da Comissão Municipal de Alfabetização;
• acompanhar a execução do Plano Municipal de Alfabetização;
• apoiar tecnicamente as instituições de ensino;
• promover diálogo permanente entre DEMEC e escolas.

Responsáveis

• Comissão Municipal de Alfabetização;
• DEMEC;
• Direções;

• Coordenações Pedagógicas.

Como acompanhar

• atas das reuniões;
• registros das visitas pedagógicas;
• relatório anual da Comissão.

EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
Objetivo
Utilizar as avaliações e os registros pedagógicos para orientar decisões voltadas à melhoria da aprendizagem.
Estratégias

• analisar os resultados das avaliações diagnósticas e externas;
• identificar necessidades de intervenção pedagógica;
• acompanhar os indicadores de aprendizagem da rede;
• utilizar as informações para orientar formações e planejamento.

Responsáveis

• DEMEC;
• Comissão Municipal de Alfabetização;
• Instituições de Ensino.

Como acompanhar

• relatórios das avaliações;
• registros pedagógicos;
• Plano de Ação Anual.

EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE
Objetivo
Fortalecer a parceria entre escola, família e comunidade, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento das crianças.
Estratégias

• promover reuniões com as famílias;
• incentivar práticas de leitura no ambiente familiar;
• compartilhar informações sobre o desenvolvimento dos estudantes;
• estimular a participação das famílias nas atividades escolares.

Responsáveis

• Instituições de Ensino;
• Professores;
• DEMEC.

Como acompanhar

• registros de reuniões;
• projetos desenvolvidos;
• participação das famílias nas ações propostas.

Da Diretriz à Prática

Eixo Estratégico	Resultado esperado
Aprendizagem das Crianças	Estudantes acompanhados continuamente e com intervenções pedagógicas sempre que necessário.
Professor e Prática Pedagógica	Professores apoiados por formações, planejamento colaborativo e acompanhamento pedagógico.
Gestão e Acompanhamento Pedagógico	DEMEC, Comissão e escolas atuando de forma integrada na implementação do Plano.
Avaliação e Monitoramento	Decisões pedagógicas fundamentadas em evidências produzidas pela própria rede.
Família e Comunidade	Famílias participando da vida escolar e contribuindo para o desenvolvimento das crianças.

CAPÍTULO IX
PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

"O Plano de Ação traduz os compromissos da Política Municipal de Alfabetização em ações concretas, permanentes e possíveis de serem desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino."

9. Plano de Ação

As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de forma contínua pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, pelas instituições de ensino e pela Comissão Municipal de Alfabetização, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino e a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e pedagógicos.
As ações poderão ser complementadas por iniciativas específicas definidas anualmente pela Comissão Municipal de Alfabetização, conforme as necessidades identificadas no acompanhamento da aprendizagem.

EIXO I – APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes	Professores	Contínua	Registros pedagógicos
Aplicar avaliações diagnósticas previstas pela rede	Escolas e DEMEC	Conforme calendário	Resultados registrados
Elaborar estratégias de intervenção para estudantes com dificuldades de aprendizagem	Professores e Coordenação Pedagógica	Contínua	Planejamento e registros
Acompanhar a frequência escolar e comunicar situações que possam comprometer a aprendizagem	Escolas	Contínua	Registros escolares

EIXO II – PROFESSOR E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Promover formação continuada dos profissionais da educação	DEMEC	Conforme calendário anual	Lista de presença e materiais
Realizar momentos de planejamento coletivo nas instituições de ensino	Escolas	Conforme calendário escolar	Atas ou registros
Desenvolver acompanhamento pedagógico junto aos professores	DEMEC e Coordenação Pedagógica	Contínua	Relatórios de acompanhamento
Compartilhar práticas pedagógicas exitosas entre os profissionais da rede	Escolas e DEMEC	Sempre que oportuno	Registros das reuniões

EIXO III – GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Realizar reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização	Comissão	Trimestral	Atas
Acompanhar a execução deste Plano	Comissão e DEMEC	Contínua	Relatório anual
Realizar visitas pedagógicas às instituições de ensino	DEMEC	Conforme planejamento	Registros das visitas
Promover reuniões de acompanhamento com gestores e coordenações pedagógicas	DEMEC	Conforme necessidade	Atas ou registros

EIXO IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Analisar os resultados das avaliações da rede	DEMEC e Escolas	Após cada avaliação	Relatórios
Utilizar os resultados para orientar o planejamento pedagógico	Professores e Coordenações	Contínua	Planejamentos
Elaborar relatório anual da Política Municipal de Alfabetização	Comissão Municipal	Anual	Relatório
Revisar o Plano de Ação Anual quando necessário	Comissão	Anual	Ata da reunião

EIXO V – FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ação	Responsável	Periodicidade	Evidência
Promover reuniões com as famílias	Escolas	Conforme calendário escolar	Lista de presença
Compartilhar informações sobre a aprendizagem dos estudantes	Professores	Contínua	Registros escolares
Incentivar práticas de leitura no ambiente familiar	Escolas	Durante o ano letivo	Projetos e registros
Desenvolver ações de aproximação entre escola e comunidade	Escolas	Conforme planejamento	Registros das atividades

Organização da execução
A execução das ações previstas neste Plano observará os seguintes princípios:

• integração entre DEMEC, escolas e Comissão Municipal de Alfabetização;
• respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
• acompanhamento contínuo da aprendizagem;
• utilização dos resultados das avaliações para subsidiar o planejamento;
• melhoria contínua das práticas pedagógicas.

Da Diretriz à Prática

O que será feito	Como será acompanhado
Acompanhamento da aprendizagem	Registros pedagógicos e avaliações
Formação dos professores	Cronograma anual de formação
Apoio às escolas	Visitas e reuniões pedagógicas
Monitoramento da política	Reuniões trimestrais da Comissão
Participação das famílias	Registros das ações desenvolvidas

CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

"Monitorar não significa fiscalizar. Significa acompanhar, apoiar, avaliar e aperfeiçoar continuamente as ações desenvolvidas para garantir o direito de aprender de cada criança."

10. Do Monitoramento

O acompanhamento da execução deste Plano será realizado de forma contínua pela Comissão Municipal de Alfabetização, em articulação com o Departamento Municipal de Educação e Cultura e as instituições de ensino da Rede Municipal.
O monitoramento terá caráter pedagógico, colaborativo e orientador, buscando identificar avanços, desafios e necessidades de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.
Não terá finalidade de classificação ou fiscalização das instituições de ensino ou dos profissionais da educação.

10.1 Competências da Comissão Municipal de Alfabetização

Compete à Comissão Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a execução das ações previstas neste Plano;
II – analisar os resultados das avaliações e dos demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem;
III – propor estratégias de fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;
IV – acompanhar a execução do Plano de Ação Anual;
V – elaborar Relatório Anual de Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
VI – recomendar adequações às ações previstas neste Plano, quando necessário.

10.2 Competências do Departamento Municipal de Educação e Cultura

Compete ao DEMEC:

• apoiar tecnicamente as instituições de ensino;
• promover o acompanhamento pedagógico das escolas;
• organizar as formações continuadas;
• sistematizar informações sobre a aprendizagem da rede;
• fornecer apoio à Comissão Municipal de Alfabetização.

10.3 Competências das Instituições de Ensino

Compete às instituições de ensino:

• acompanhar continuamente a aprendizagem dos estudantes;
• desenvolver as ações previstas neste Plano;
• manter registros pedagógicos das ações realizadas;
• participar das formações promovidas pelo Município;
• colaborar com a Comissão Municipal de Alfabetização.

10.4 Instrumentos de Monitoramento

Para acompanhar a implementação deste Plano poderão ser utilizados, entre outros:

• registros pedagógicos das instituições de ensino;
• resultados das avaliações diagnósticas e externas;
• atas das reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização;
• relatórios de acompanhamento pedagógico;
• registros das formações continuadas;
• Plano de Ação Anual;
• Relatório Anual de Monitoramento.

10.5 Periodicidade

O acompanhamento deste Plano observará a seguinte organização:

Ação	Periodicidade
Reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização	Trimestral
Acompanhamento pedagógico às escolas	Contínuo
Formação continuada	Conforme calendário anual
Avaliação das ações do Plano	Anual
Elaboração do Relatório de Monitoramento	Anual

10.6 Avaliação do Plano

Ao final de cada ano letivo, a Comissão Municipal de Alfabetização elaborará um Relatório Anual de Monitoramento, contendo, sempre que possível:

• ações desenvolvidas;
• principais avanços observados;
• desafios identificados;
• encaminhamentos para o ano seguinte;
• recomendações para atualização do Plano de Ação Anual.

O Relatório servirá como instrumento de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização e subsidiará o planejamento das ações do exercício seguinte.

Da Diretriz à Prática

O que será acompanhado	Como será feito
Aprendizagem dos estudantes	Avaliações, registros pedagógicos e acompanhamento realizado pelas escolas
Desenvolvimento das ações do Plano	Reuniões da Comissão Municipal de Alfabetização
Formação dos professores	Cronograma anual e registros de participação
Acompanhamento das escolas	Visitas e reuniões promovidas pelo DEMEC
Planejamento para o ano seguinte	Relatório Anual de Monitoramento

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 1º O presente Plano Municipal de Alfabetização orientará as ações da Política Municipal de Alfabetização durante sua vigência, podendo ser complementado por Planos de Ação Anuais elaborados pela Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 2º O Plano poderá ser revisado a qualquer tempo, por iniciativa da Comissão Municipal de Alfabetização, quando houver necessidade de adequação à legislação vigente, às políticas públicas educacionais ou às necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º As ações previstas neste Plano serão desenvolvidas de acordo com a disponibilidade orçamentária e administrativa do Município, observadas as competências legais do Departamento Municipal de Educação e Cultura e das instituições de ensino.

Art. 4º O Departamento Municipal de Educação e Cultura promoverá a divulgação deste Plano junto às instituições de ensino e acompanhará sua implementação em regime de colaboração com a Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 5º A implementação deste Plano observará os princípios da simplicidade administrativa, da colaboração entre os profissionais da educação e da utilização, sempre que possível, dos registros pedagógicos e documentos já existentes nas instituições de ensino, evitando a criação de procedimentos burocráticos que não contribuam diretamente para a melhoria da aprendizagem.

Art. 6º Este Plano entra em vigor na data de sua aprovação pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, e permanecerá vigente no período de **2026 a 2030**, podendo ser atualizado sempre que necessário.

ANEXO I
MODELO DE PLANO DE AÇÃO ANUAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Plano de Ação Anual tem por finalidade organizar as ações prioritárias da Comissão Municipal de Alfabetização para cada ano letivo, considerando as necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

Modelo

Eixo Estratégico	Ação	Responsável	Período	Situação
Aprendizagem das Crianças				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Professor e Prática Pedagógica				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Gestão e Acompanhamento Pedagógico				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Avaliação e Monitoramento				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída
Família e Comunidade				☐ Planejada ☐ Em andamento ☐ Concluída

Orientações
O Plano de Ação deverá ser elaborado preferencialmente na primeira reunião ordinária da Comissão Municipal de Alfabetização de cada ano letivo e poderá ser atualizado sempre que necessário, mediante deliberação da Comissão.

ANEXO II
MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Relatório Anual de Monitoramento tem por objetivo registrar, de forma simples e objetiva, o desenvolvimento das ações previstas neste Plano e subsidiar o planejamento do ano seguinte.

Identificação

• Ano:
• Data da reunião:
• Participantes:

1. Quais ações previstas no Plano foram desenvolvidas durante o ano?
_____

2. Quais avanços foram observados na aprendizagem dos estudantes e no trabalho pedagógico?
_____

3. Quais desafios permaneceram?
_____

4. Quais ações deverão ser fortalecidas ou implementadas no próximo ano?
_____

5. Há necessidade de atualizar o Plano de Ação Anual?
( ) Sim
( ) Não
Em caso afirmativo, quais alterações são propostas?
_____

Encaminhamentos da Comissão
_____

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:AA821B60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 55, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 55, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Iguaraçu - PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAAE) de Iguaraçu-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 076/2025 e Parecer Técnico nº 33/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Iguaraçu-PR, no percentual de 13,45 (treze inteiros e quarenta e cinco centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único		
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO		
CATEOGORIA RESIDENCIAL SOCIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	mínimo	15,08
11 a 15	m³	2,16
CATEGORIA RESIDENCIAL		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	30,17
11 a 15	m³	4,31
16 a 25	m³	5,39
26 a 50	m³	5,96
51 em diante	m³	6,24
CATEGORIA COMERCIAL 1		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	30,17
11 a 15	m³	4,31
16 a 25	m³	5,39
26 a 50	m³	5,96
51 em diante	m³	6,24
CATEGORIA COMERCIAL 2		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	30,37
11 a 15	m³	4,31
16 a 25	m³	5,39
26 a 50	m³	5,96
51 em diante	m³	6,24
CATEGORIA PODER PÚBLICO		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	Mínimo	30,62
11 a 15	m³	4,31
16 a 25	m³	5,39
26 a 50	m³	5,96
51 em diante	m³	6,24
CATEGORIA INDUSTRIAL		
Faixa de consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 10	mínimo	30,92
11 a 15	m³	4,31
16 a 25	m³	5,39
26 a 50	m³	5,96
51 em diante	m³	6,24

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS	
DESCRIÇÃO	**VALOR À SER APLICADO**
I- LIGAÇÃO DE ÁGUA	
a) - Valor de R$ 252,63 (dividido em até 05 vezes) Diâmetro até 25mm	R$ 388,77
b) - Acima de 25 mm cabe contrato especial de ligação de acordo com o diâmetro a instalar, sendo que o primeiro pagamento será efetuado na ocasião do pedido de ligação.	Contrato especial *
II- RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
a) No cavalete por falta de pagamento	R$ 28,66

b) No cavalete com ligação	R$ 28,66
c) No cavalete por falta de pagamento, com lacre violado	R$ 81,43
d) Violação de hidrômetro	R$ 258,54
e) Violação de lacre	R$ 43,09
III- DESLIGAMENTO, AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO, VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL	
a) Por solicitação do usuário	R$ 35,23
IV- CUSTO DE MÃO DE OBRA – POR HORA	
a) De encanador	R$ 35,23
b) De auxiliar	R$ 24,78
V - SERVIÇO DE REPARO	
a) Será cobrado valor das peças utilizadas acrescido do valor da mão de obra.	-
VI - DESLOCAMENTO DE CAVALETE	
a) Atendimento de cada solicitação do usuário	R$ 35,23
b) O valor das peças utilizadas será cobrado	-
VII - TAXA DE EXPEDIENTE	
a) Emissão de 2ª via de conta de água	R$ 4,31
b) Emissão de comprovante de residência	R$ 4,31
c) Criação de serviço para inserção no Serasa, conforme Lei nº 06/2023	R$ 23,61
d) Preço dos serviços de regulação, conforme Lei Federal nº 11.445/2007	R$ 0,50 a R$ 1,00 por ligação
VIII - CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES, ETC	
Custo fixo de consumo até 15 dias	R$ 258,54
Custo fixo de consumo superior a 15 dias	R$ 430,88

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:4AAE647E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 56, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 56, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Itambaracá-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Itambaracá-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 062/2025 e Parecer Técnico nº 28/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Itambaracá-PR, no percentual de 40,67 (quarenta inteiros e sessenta e sete centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único			
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO			
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	21,44	60%
De 11 até 15	m³	2,97	60%
CATEGORIA RESIDENCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	42,88	60%
De 11 até 15	m³	5,94	60%
De 16 até 25	m³	7,10	60%
De 26 até 35	m³	8,50	60%
De 36 até 50	m³	9,96	60%
A partir de 51	m³	11,86	60%
CATEGORIA COMERCIAL/INDUSTRIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	62,96	60%
De 11 até 30	m³	11,38	60%
A partir de 31	m³	14,26	60%
CATEGORIA PODER PÚBLICO			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	85,82	60%
De 11 até 20	m³	12,83	60%
De 21 até 30	m³	15,66	60%
A partir de 31	m³	18,53	60%

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS

SERVIÇO	VALOR À SER APLICADO
Taxa de reemissão fatura	R$ 4,08
Serviço do encanador e auxiliar	R$ 31,66
Taxa de ligação	R$ 105,73
Lacre violado	R$ 42,22
Religação por solicitação do usuário	R$ 42,22
Taxa de religação de água	R$ 42,22
Pedido de ponto de esgoto	R$ 302,89
Taxa serv. Fora expediente cidade	R$ 105,73
Taxa serv. Fora exp. Longa distância	R$ 196,07

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:E02FD548

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 57, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 57, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Colorado-PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Município Colorado-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 015/2026 e Parecer Técnico nº 32/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Colorado-PR, no percentual de 28,83% (vinte e oito inteiros e oitenta e três centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único

Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

CATEGORIAL RESIDENCIAL SOCIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 5	Mínimo	8,24
De 6 até 10	m³	1,55
De 11 até 15	m³	2,56
CATEGORIA RESIDENCIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 5	Mínimo	16,48
De 6 até 10	m³	3,09
De 11 até 15	m³	5,13
De 16 até 25	m³	6,30
De 26 até 50	m³	8,12
A partir de 51	m³	10,10
CATEGORIA COMERCIAL/PODER PÚBLICO/PRESTADOR DE SERVIÇOS		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 5	Mínimo	30,66
De 6 até 10	m³	5,81
A partir de 11	m³	6,30
CATEGORIA INDUSTRIAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 5	Mínimo	49,43
De 5 até 10	m³	9,51
A partir 11	m³	12,72
CATEGORIA VILA RURAL		
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**
Até 5	Mínimo	16,48
De 5 até 10	m³	3,09
De 11 até 15	m³	5,13
De 16 até 25	m³	6,30
De 26 até 50	m³	8,12
Acima de 50	m³	10,10

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS

SERVIÇOS	VALOR
Conservação de hidrômetros mensal	R$ 5,72

Religação	R$ 32,83
Troca de vedante	R$ 11,27
Construção de cavalete (ligação nova) sem material	R$ 71,71
Mudança de cavalete (sem material)	R$ 61,44
Substituição de derivação completa (sem material)	R$ 71,71
Conserto de cavalete (sem material)	R$ 26,59
Troca de registro de cavalete	R$ 30,80
Ligação de derivação de água	R$ 55,37
Serviço de derivação com cavalete	R$ 55,20
Serviço de funcionário especializado por hora	R$ 26,59
Visita com veículo por km rodado	R$ 12,29
Ligação de esgoto com material até 3 metros tubo 100mm	R$ 92,24
Derivação temporária diária	R$ 27,94
Fornecimento de água por m3	R$ 7,15
Viagem do caminhão hidro jato, por viagem	R$ 170,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:D7C6483E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 59, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 59, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a revisão dos valores das tarifas de água e de esgoto para implementação da tarifa social e preços públicos, a serem aplicados no Município de Bandeirantes/PR.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO as premissas constantes na Lei nº 11.445, de 2007, e que o Município realizou contrato de programa com o Cispar para atividades regulatórias pelo Orcispar; que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Bandeirantes-PR, em conformidade com a Resolução Cispar nº 38, de 2022, solicitou a revisão dos valores das tarifas de água esgoto e preços públicos, a serem praticados no Município;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar, através do processo de revisão protocolo nº 068/2025 e Parecer Técnico nº 31/2026, manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Fica deferida a revisão aplicável ao munícipio de Bandeirantes-PR, no percentual de 20,25 (vinte inteiros e vinte e cinco centésimo por cento) incidente sobre as tarifas de água e esgoto e dos preços públicos, conforme as tabelas no anexo único observando-se o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 11.445, de 2007, de modo que os novos valores somente serão aplicados nas categorias e no primeiro faturamento que ocorrer após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução.
Art. 2º A não aplicação da Resolução dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação de multa ao regulado, conforme previsto no item 1.117 da Resolução Cispar nº 08, de 2024, que dispõe sobre a execução do percentual de reajuste/revisão aprovado para o município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único			
Quadro 01 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO			
CATEGORIA RESIDENCIAL SOCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	16,77	50%
De 10 até 15	m³	4,19	50%
CATEGORIA RESIDENCIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	33,54	50%
De 11 até 20	m³	8,38	50%
De 21 até 30	m³	11,74	50%
De 31 até 50	m³	12,33	50%
A partir de 51	m³	15,09	50%
CATEGORIA COMERCIAL/INDUSTRIAL			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	40,25	50%
De 11 até 20	m³	10,06	50%
De 21 até 30	m³	14,08	50%
De 31 até 50	m³	14,79	50%
A partir de 51	m³	18,11	50%
CATEGORIA PODER PÚBLICO			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	34,96	50%
De 11 até 20	m³	8,74	50%
De 21 até 30	m³	12,23	50%
De 31 até 50	m³	12,84	50%
A partir de 51	m³	15,73	50%
CATEGORIA UTILIDADE PÚBLICA			
Faixa de Consumo	**Unidade**	**Valor Água (R$/m³)**	**Percentual de Esgoto**
Até 10	Mínimo	16,77	50%
De 11 até 20	m³	4,19	50%
De 21 até 30	m³	5,87	50%
De 31 até 50	m³	6,16	50%

A partir de 51	m³	7,54	50%

Quadro 02 - VALORES DOS PREÇOS PÚBLICOS	
SERVIÇOS	**VALOR À SER APLICADO**
LIGAÇÃO DE ÁGUA	
Ligação de água com diâmetro até 25mm	R$ 203,56
Deslocamento de cavalete	R$ 63,97
Conserto de cavalete	R$ 22,20
Troca de Ramal	R$ 203,56
Pequenos reparos	R$ 22,20
Aferição de hidrômetro a pedido do usuário	R$ 22,20
Troca de Ramal	R$ 145,40
Ligação de esgoto com diâmetro até 100mm	R$ 203,56
Desentupir esgoto	R$ 53,32
Esgotamento de fossa	R$ 53,32
ESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA	
No cavalete por falta de pagamento	R$ 18,66
No ramal	R$ 44,41
No ramal ou rede com utilização de máquina	R$ 203,56
DESLOCAMENTO DE RETROESCAVADEIRA	
Deslocamento de retroescavadeira para cortes de ligação de água/esgoto	R$ 114,00
TAXA DE EXPEDIENTE	
Emissão de 2a via da fatura	R$ 1,98

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:5B7221AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11852/2026 DE 05/08/2026 RETIFICADO

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Suplementação		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
14 - 3.3.90.14.00.00	01000 DIÁRIAS - CIVIL	1.475,18

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 404.025,18 (quatrocentos e quatro mil e vinte e cinco reais e dezoito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

14.000.00.000.0000.0.000.	SUBPREFEITURA DISTRITAL BORDA DO CAMPO	
14.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETÁRIO	
14.001.15.451.0021.2.072.	Ações para Manutenção da Infraestrutura Regional na Subprefeitura Distrital de Borda do Campo	
944 - 3.3.90.30.00.00	2000 MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
484 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550,00
33 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
786 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	377.000,00
Total Suplementação:		**404.025,18**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal **nº** 4.320/64.

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO FINANÇAS	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.001.04.122.0002.2.008.	Ações da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	
21 - 3.3.90.92.00.00	01000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.475,18
14.000.00.000.0000.0.000.	SUBPREFEITURA DISTRITAL BORDA DO CAMPO	
14.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETÁRIO	
14.001.15.451.0021.2.072.	Ações para Manutenção da Infraestrutura Regional na Subprefeitura Distrital de Borda do Campo	
945 - 3.3.90.39.00.00	2000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	25.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
480 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	550,00
33.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.1.128.	Ações para Pavimentação de Ruas, Urbanização e Paisagismo	
774 - 4.4.90.51.00.00	01000 OBRAS E INSTALAÇÕES	235.000,00
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	

789 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	142.000,00
Total Redução:		**404.025,18**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7992E22F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11911/2026 DE 26/08/2026 - RETIFICADO

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 627.814,46 (seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e catorze reais e quarenta e seis centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
15 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.001. 00. 000. 0000. O. 000.	Departamento de Infraestrutura	
15.001.15.451.0032.2.175.	Ações para Manutenção e Conservação Viária	
1003 - 3.3.90.39.00.00	01511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	50.000,00
15.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Logística e Frotas	
15.002.15.452.0022.2.011.	Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
373 - 3.3.90.30.00.00	01504 MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00	01511 MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
467 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	104.657,99
472 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	167.542,93
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
480 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	11.100,00
484 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.333,33
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033.2.043.	Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
514 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.526,25
516 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	64.653,96
	Total Suplementação:	**627.814,46**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
02.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO	
02.002.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Governo e Comunicação	
02.002.04.122.0041.2.089.	Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Governo	
845 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
847 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.923,00
848 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	90.000,00
850 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
02.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Comunicação	
02.003.04.131.0030.2.218.	Ações para Atender a Publicidade Institucional e Legal	
852 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.002.28.843.0023.0.034.	Ações para Amortização da Dívida Municipal	
35 - 3.2.90.21.00.00	01000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	146.891,46
15 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.001. 00. 000. 0000. O. 000.	Departamento de Infraestrutura	
15.001.15.451.0032.2.063.	Ações para Manutenção Conservação de Parques e Praças Municipais	
344 - 3.3.90.30.00.00	01511 MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
15.001.15.451.0032.2.175.	Ações para Manutenção e Conservação Viária	
361 - 3.3.90.39.00.00	01504 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
	Total Redução:	**627.814,46**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:644B0AFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026 - ANEXO EDITAL 05/2026

ANEXO ÚNICO – RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO

CAD ÚNICO

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Justificativa
002088	ACIELE PINTO MORO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002383	ADRIANA DOMINGAS LEADRO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001399	ADRIANA MAIA RIBEIRO FAGUNDES	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000985	ADRIANA OLIVEIRA SANTOS	Orientador Social	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001743	ADRIELE ROGOVSKI DA CRUZ	Professor	DEFERIDO(A)	
001165	ALAIS RAFAELI BRITO DOS SANTOS	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000536	ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO	Advogado	DEFERIDO(A)	
002318	ALCIONE APARECIDA COELHO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002319	ALCIONE APARECIDA COELHO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002311	ALDAIR JOSE CAETANO FRANCO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002257	ALERSSON JOSÉ NIVIADOMSKI	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
000680	ALESSANDRA GAMA DA SILVA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000802	ALESSANDRA MINAMI KOSLOSKI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002395	ALEX NASCIMENTO MOREIRA DA SILVA	Médico III	DEFERIDO(A)	
000390	ALEXANDRE BUENO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000796	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	Contador I	DEFERIDO(A)	
002303	ALEXSANDRA AMARAL	Professor	DEFERIDO(A)	
000255	ALINE CRISLAINE PEDRON	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000310	ALINE HARTMANN DE PAULA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000659	ALINE LETICIA PEREIRA CAMPOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001859	ALINE SCHAFRUM MACEDO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002134	ALMIR JOSÉ KINTOF	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001666	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
002139	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002235	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000686	AMANDA COLAÇO DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
002410	AMANDA CRISTINA DE FRANÇA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001910	AMANDA LICKFELD	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001813	AMANDA MAYER ROCHA	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001753	AMANDA RIBAS KRAJEWSKI DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002185	ANA BEATRIZ TEIXEIRA GOES	Fisioterapeuta	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002242	ANA CLAUDIA KAMIROSKI TORRES PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002244	ANA CLAUDIA KAMIROSKI TORRES PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000299	ANA ELIZA LONIEN	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
002278	ANA ELIZA RIBEIRO PICUSSA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000884	ANA JULIA DIOGO TWORECK	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000751	ANA KELLI MARQUES BATISTA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000752	ANA KELLI MARQUES BATISTA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001829	ANA KELLY SOUZA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000650	ANA LUIZA LEONARDI RUVINSKI	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
002173	ANA LUIZA MACEDO ROSA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001264	ANA LUIZA SILVA DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000605	ANA PATRICIA ALMADA DE ASSIS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000467	ANA PAULA DE ANDRADE BORGES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001512	ANA PAULA MARQUES	Professor	DEFERIDO(A)	
000202	ANA PAULA TEIXEIRA DOS SANTOS	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000923	ANA VITÓRIA MACHADO CARDOSO DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002398	ANAYSSA CAMILI DE LIMA GERALDINO	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	

000743	ANDERSON ANTUNES	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001034	ANDREIA CARDOSO DE LIMA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000826	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000827	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000971	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002248	ANDRESSA DA CRUZ SIQUEIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002249	ANDRESSA DA CRUZ SIQUEIRA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002256	ANDRESSA DA SILVA RIBAS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000953	ANDRESSA DALILA LEANDRO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001228	ANDRESSA DE ALMEIDA WORELL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001230	ANDRESSA DE ALMEIDA WORELL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000351	ANDRESSA DOS SANTOS RIBEIRO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000449	ANDRESSA MARIA UHLIK	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000453	ANDRESSA MARIA UHLIK	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000371	ANDRESSA SCHIRMER CABRAL	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000666	ANDREZA PAULA EDLING DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001597	ANGELA BARBOSA GONÇALVES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000997	ANGELA MARIA VELOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001435	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000970	ANGÉLICA DOMINGUES PEREIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000689	ANGELICA DOS SANTOS BORGES	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000758	ANILSON LOURENÇO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000913	ANNA ELISA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000448	ANNE KAROLINE GOMES DEMÉTRIO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001407	ARCIANO ALTAIR FRANCO	Operador de Máquinas	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000833	ARIANE LISBOA DE LIMA	Psicólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001661	ASHLEY LORRANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000468	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	Médico III	DEFERIDO(A)	
000507	AXL MOZART SOARES	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000708	BÁRBARA SORAYA ARAÚJO BELIZARIO	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001394	BÁRBARA SORAYA ARAÚJO BELIZARIO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001880	BEATRIZ MAYARA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001332	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001334	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001335	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000180	BRUNA CAMARGO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000639	BRUNA CAMARGO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002180	BRUNA DA COSTA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001112	BRUNA EDUARDA DA SILVA REIS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002170	BRUNA GIOVANNA MORITZ MACHADO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001624	BRUNA NICOLAU DO CARMO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000227	BRUNNO RAXYSON GOMES DA SILVA	Odontólogo II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001988	BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001147	CALYANNE GABRIELI COLAÇO PEREIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001148	CALYANNE GABRIELI COLAÇO PEREIRA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002048	CAMILA CAIA SIQUEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000386	CAMILA DE OLIVEIRA BRAZ	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000327	CAMILA EMANUELE SILVA BRITO	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000447	CAMILA ESPÍNDOLA DA SILVA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000257	CAMILA TEIXEIRA RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001811	CAMILLE RAMOS DA CRUZ	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000928	CAMILLY EDUARDA CARMO DOS SANTOS	Odontólogo II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000491	CARINA MARIA SIQUEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002154	CARINE BROPP CARDOSO	Biólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001578	CARLA PAULA PEREIRA FONSECA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000663	CARLA REGIANE DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000664	CARLA REGIANE DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000262	CARLA TAISA SANTOS FERREIRA CORREA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000207	CARLOS HUMBERTO RODRIGUES DAMASCENO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001153	CARLOS VINICIUS DA SILVA MONEGATTO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001358	CAROLINE DE OLIVEIRA DE BASTOS ALVES	Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
000461	CAROLINE DO NASCIMENTO FERREIRA	Nutricionista	DEFERIDO(A)	
001789	CASSIANO BACHMANN PETTRES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000661	CÉLIA WOLSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001591	CELSO EDUARDO JORGE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001016	CÉSAR LUIS NOGA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001190	CHAOANE STEFF DE LIMA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001168	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001170	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002279	CLAUDEMIR BEALPINO BUENO	Motorista II	DEFERIDO(A)	
001953	CLAUDETE DE SOUZA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com

				renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001647	CLAUDETE PEREIRA DO NASCIMENTO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001562	CLAUDIA ROMPAVA DE ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002111	CLAUDINÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001443	CLEUZA MARIA ROMPAVA RAKSA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001174	CLOVIS DE SOUZA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000305	CRISLANE SUELY OLIVEIRA SILVA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000930	CRISTIANE DO ROCIO MACHADO CARDOSO DE OLIVEIRA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000906	CRISTIANE PEREIRA PEDRONI	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000359	CRISTIANE RODRIGUES DA HORA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000362	CRISTIANE RODRIGUES DA HORA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000889	CRISTIANE SANTANA DE ANDRADE	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001518	DAIANA ZANELLA CAETANO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001983	DAIANE ALEXANDRINO DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000675	DAIANE APARECIDA DA CRUZ	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000420	DAIANE APARECIDA ZBONIK	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000595	DAIANE CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000214	DAISE DE FÁTIMA ONESKIW	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001310	DAMARIS COSTA SANCHES	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001620	DANIELE APARECIDA MIRANDA SANTOS DE ABREU	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001244	DANIELE BAPTISTA DA CRUS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000784	DANIELE BORA MENDES	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000308	DANIELE CRISTINE COSTA DE BEM	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000196	DANIELE KALYNE DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001711	DANIELI MIKA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001718	DANIELI MIKA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002417	DARCIEL ESPINDOLA LIMA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001820	DARUCHY CARVALHO DIAS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001672	DAVID ISFAIR	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002251	DAYANA ESTEVÃO MOREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000785	DÉBORA ALINE RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000252	DEBORA ALVES	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000417	DEBORA BERTOLINO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001677	DEBORA TAYNA MASSANEIRO	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001679	DEBORA TAYNA MASSANEIRO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001514	DÉBORAH BIZON DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002165	DEISE KIARA ROCHA DOS SANTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
002359	DEIVID SCHULTZ	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000948	DEIVISON SANTOS E SILVA	Técnico em Informática	DEFERIDO(A)	
000148	DENISE MARIA DE OLIVEIRA LEMES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000492	DENISE SILVA DA GRACA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000236	DHIONATA CARVALHO FARIA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002409	DIANA HOFFMANN BIANCHINI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002411	DIANA HOFFMANN BIANCHINI	Advogado	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001421	DIANA SILVA DO NASCIMENTO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001425	DIANA SILVA DO NASCIMENTO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001109	DILMA LACERDA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
002095	DIOGO LEONARDO COLOMBARI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001881	DIOMAR MARIA DA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000576	DOMINIQUI DANDARA FURTADO DE MACEDO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000944	DORALICE SABINO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001013	DYEGO FERNANDES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000654	EDDY DA SILVA	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
000942	EDEILSON PONTES BRANDÃO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000943	EDEILSON PONTES BRANDÃO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000608	EDINA CLAUDIA CLEMENTE	Advogado	DEFERIDO(A)	
001869	EDNA DE MORAIS FIDELIS	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002198	EDNA JOSÉ NASCIMENTO DE PAULA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001040	EDUARDA FERNANDA RODRIGUES	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002096	EDUARDO BELLEI	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
001075	EDUARDO SIQUEIRA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001480	ELAINE CRISTINA DE JESUS DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000879	ELAINE PEROCELLI	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

001261	ELDER RIOS DE OLIVEIRA	Fiscal de Obras e Posturas	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001028	ELEN CORDEIRO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002008	ELEN ISLEI FERREIRA DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001969	ELIANDRA LOPES RANGEL	Advogado	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001970	ELIANDRA LOPES RANGEL	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000731	ELIANE APARECIDA PERUSSI	Engenheiro Agrimensor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000161	ELIANE DOS SANTOS ALVES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001393	ELIANE ROCHA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000921	ELIAS AYRES DA PAIXÃO JUNIOR	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000613	ELIAS AYRES DA PAIXÃO JUNIOR	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001701	ELIEDER DE ANDRADE CARNEIRO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001161	ELINEIDE LÚCIA DA SILVA OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001503	ELISANE DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000528	ELISANGELA NEVES DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001798	ELIVELTON DA CRUZ DE LIMA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
000974	ELIVELTON DA CRUZ DE LIMA	Odontólogo II	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000441	ELIZABETH SEMEKE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001641	ELIZABETH SEMEKE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000564	ELKY APARECIDA GUIMARÃES DA CRUZ	Fisioterapeuta	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002174	ELVISON RUVINSKI	Fiscal de Obras e Posturas	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002175	ELVISON RUVINSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000835	EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002394	EMILY DE SOUZA TORQUATO	Médico III	DEFERIDO(A)	
001509	EMILY MENDES PEREIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000757	ERICA OLIVEIRA DE SOUZA	Biólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002117	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001866	ERICK SILVA COSTA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001638	ERIKA DOS SANTOS RIBEIRO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000270	ERIKA TABORDA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001453	ESTHER VICTORIA DE LIMA MANEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001716	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001719	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000412	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001289	EVELYN CAROLINE ALBERTON DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000360	EVELYN DE FÁTIMA OWEIDA GALVÃO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000205	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001043	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001892	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001142	EVERTON SILVA MALAQUIAS	Arquiteto	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002265	EZEQUIEL ALVES DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001042	EZEQUIEL PINHEIRO LOPES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001681	FABIANE MAGDA SANTOS BREGOCHE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001542	FABIELE APARECIDA DOS SANTOS DEDA BUCHNER	Professor	DEFERIDO(A)	
000648	FABIELE FRANCO DE GODOI MARQUES	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001285	FABIEN CAROLINE GRACZKOWSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001717	FABIO SOUZA DE OLIVEIRA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001463	FABIOLA ROCHA DOS SANTOS FORTUNATO MORAES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002155	FABIOLLA THAYNISE NEVES DA ROSA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001957	FÁTIMA CORREA DE SOUZA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001234	FELIPE DOS SANTOS REIS	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000424	FELIPE JOSE DA SILVA	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
001846	FERNANDA BATISTA DIAS	Contador I	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002299	FERNANDA FERREIRA DE JESUS	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000437	FERNANDA PEDROZA SANTOS	Advogado	DEFERIDO(A)	
000629	FERNANDO AUGUSTO DOMINGUES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001762	FERNANDO DE PRETTO	Técnico em Agrimensura	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001763	FERNANDO DE PRETTO	Técnico em Agrimensura	DEFERIDO(A)	
000623	FERNANDO DOS SANTOS	Pedreiro	DEFERIDO(A)	
001352	FERNANDO SAMBUGARI RODRIGUES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000250	FLAVIO ROBERTO GEREMIAS	Contador I	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000907	FLORILDA MAIA DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

002358	FRANCIANE FUCKNER WEBER	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001120	FRANCIARA PEREIRA FURTADO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001327	FRANCIELE DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001342	FRANCIELE DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000274	FRANCIELE MACIEL BORBA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000183	FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000132	FRANCIELLE CRISTINA SCHINEMANN GONÇALVES	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000135	FRANCIELLE CRISTINA SCHINEMANN GONÇALVES	Professor	DEFERIDO(A)	
000589	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000594	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Eletricista de Instalações (edifícios)	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000598	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
000591	FRANCINETE PEREIRA FURTADO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000523	FRANCISCA ALENCAR QUEIROZ	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000457	FRANCISCO DA SILVA TIBURCIO	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002218	FRANCISLAINE ZARZENHAK CARDOSO DE SOUZA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001769	GABRIEL CORDOVA	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002337	GABRIELA APARECIDA BECKER	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001965	GABRIELLA APARECIDA KOKOT	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000880	GABRIELLY CRISTINA CORDEIRO PAVLIK	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001946	GEISI RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001580	GENIFER PRESTES MASUTTI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000840	GENILSON DE SÁ	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000341	GEOVANA THAIS FERREIRA MACHADO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000571	GILDA GOMES ALVES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002393	GIORGIA RIBEIRO GRACIANO	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001598	GIOVANA DE JESUS RODRIGUES FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001106	GISELE COELHO SIQUEIRA	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000797	GISELE KAMIROSKI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000957	GISELE KAMIROSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001311	GISELE NASCIMENTO BEIRA SOARES	Professor	DEFERIDO(A)	
001104	GISLAINE COSTA BARBOSA DE MOURA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001872	GISLAINE GRASIELA KUSDRA	Professor	DEFERIDO(A)	
002024	GISLAINE MUNHOZ MARTINS	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001917	GISLENE CRISTIANE PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000247	GIZELE APARECIDA DE OLIVEIRA PEDROSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001210	GLAUCIANE APARECIDA FRANÇA PONCIANO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001366	GLEISON RODRIGUES BONFIM	Eletricista de Instalações (edifícios)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000755	GRACIELE APARECIDA DA SILVA DA CRUZ	Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002120	GRAZZIELE BUZATO PEGURSKI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000165	GUILHERME AUGUSTO DUDA BITTENCOURT	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002408	GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
002399	GUSTAVO LUCAS SILVA MÉLO	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
002152	HELLEN CAROLINE DE SOUZA DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000881	HELOISE PEROCELLI ROGOVSKI	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000403	HENDILLY CAROLINE FAGUNDES	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000187	HILLARY SOUSA DE AZEVEDO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001255	IAN THEODORO RUDENCO GOMES PALMA	Médico III	DEFERIDO(A)	
000312	ISABELA CAROLINA SAMPAIO DE SOZUA	Médico III	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002207	ISABELLE ALVES CARDOSO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000922	ISABELLE RENATA VENANCIO DE ABREU	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001331	ISABELLE RENATA VENANCIO DE ABREU	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000597	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000599	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000315	ISIS TEIXEIRA BISPO	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000399	IVANILDO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001260	IZANEIDE RIOS DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002264	JACKELINE FERREIRA DO AMARAL	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001706	JACKSON VELOSO DE LIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001019	JADISON DE SOUSA REIS	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000818	JADSON DA SILVA ALVES	Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
000232	JAÍNE LEMES DO AMARAL DELGADO	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000233	JAÍNE LEMES DO AMARAL DELGADO	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.

000372	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000375	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000377	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000379	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000385	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Orientador Social	DEFERIDO(A)	
001298	JANAINA DE PAULO LEMES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000162	JANAINA SAROT	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001354	JANDERLENE DA COSTA SANTANA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000991	JANDIRA AIRES CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000995	JANDIRA AIRES CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002391	JAQUELINE DA CRUZ FONSECA	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000221	JAQUELINE GOMES DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000222	JAQUELINE GOMES DOS SANTOS	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000237	JAQUELINE LEITE	Professor	DEFERIDO(A)	
000245	JAQUELINE MACHADO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002131	JAQUELINE MACHADO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001700	JARCILENE COSTA SANTANA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001235	JAYANE ISABELI COLAÇO BATISTA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002368	JEFFERSON ANDRE VARENHOLT	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000609	JEFFERSON VIEIRA LEÃO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002107	JEISA DAFINI MASSANEIRO	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000919	JENIFFER THAIS OLIVEIRA DA ROZA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000621	JENIFFER THAIS OLIVEIRA DA ROZA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000746	JENNIFER MICHELE ALVES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001732	JESSICA ALVES FOGAÇA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002108	JÉSSICA APARECIDA DOS SANTOS SILVA FRANCO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001626	JESSICA APARECIDA RIBEIRO DE MEDEIROS	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001607	JESSICA FALCAO MARQUES	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
002186	JÉSSICA OLIVA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001668	JESSICA ROCHA SILVA	Professor	DEFERIDO(A)	
001212	JESSICA THAIS GERBER	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000122	JHONATHAN MARCELLUS DOS SANTOS OLIVEIRA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001113	JHONNY CHESTTER MACHADO DE MORAES	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002211	JOACY DE FARIAS RAMOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002212	JOACY DE FARIAS RAMOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002044	JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA PAZ	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000493	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
002400	JOÃO VITOR FUNGACI	Engenheiro Civil	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000278	JOÃO VITOR IBRAHIM VELHO	Biólogo	DEFERIDO(A)	
000172	JOCIELE PRISCILA MACHADO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001269	JOCIELLE DANDARA RAMOS BATISTA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001919	JOCILENE NEVES VEIGA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002266	JOCIMARA DA SILVA LAZARO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000369	JOELMA APARECIDA DE JESUS FARIA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001270	JOELMA TEREZINHA DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001941	JOHNY CAVALHEIRO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000672	JONAS CLAUDINEI ROIK	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001558	JOSE EDSON MACIEL NETO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000804	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000825	JOSE VALDEMIR PICKCIUS	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000800	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001636	JOSENIR SANTOS DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001273	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001274	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001275	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000640	JOSIANE DA SILVA XAVIER DO NASCIMENTO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000206	JOSIANE DE LIMA BAYER	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001628	JOSIANE DE OLIVEIRA NUNES DO NASCIMENTO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000182	JOSIEL ALVES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001689	JOSIELE FERREIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000782	JOSIELE FERREIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001022	JOSIELY GABRIELLE FERREIRA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000888	JOSILAINE DE FATIMA FERREIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001410	JOSLAINE DE MELLO RAMOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000451	JOZIANE MARIA MEISTER	Professor	DEFERIDO(A)	

000721	JUCELIA RODRIGUES DE LIMA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000722	JUCELIA RODRIGUES DE LIMA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000531	JUCILENE GABRIELE EVARISTO DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001078	JUCIMARA MOURA FERREIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001137	JUCIMARA MOURA FERREIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001874	JULIA CAROLINA DA CRUZ RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001426	JULIA JENEWER DOS SANTOS BUCHNER DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000243	JULIANA APARECIDA BRASILINO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000249	JULIANA APARECIDA BRASILINO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000641	JULIANA PINHEIRO NUNES	Advogado	DEFERIDO(A)	
001348	JULIANE FONSECA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001616	JULIANE FONSECA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001852	JULIO CESAR DOMINGUES	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
000845	JULIO CESAR DOMINGUES	Fiscal de Obras e Posturas	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000228	JUSSILENE DEDA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000142	KALYNE VIDAL REZENDE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000630	KAMILA FRANÇA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000631	KAMILA FRANÇA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000169	KAREN POLIANA DE ALMEIDA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001167	KARIN KRAINSKI BILL	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002006	KARINA PERCYAK	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002161	KATIA CRISTINA DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002192	KATLEEN TAMIRES BASTOS SIEDLECKI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001651	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001652	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar de Consultório Dentário	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001653	KAYLAINE DUTRA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001654	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar de Consultório Dentário	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001655	KAYLAINE DUTRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000546	KELLY BEATRIZ DOS SANTOS	Contador I	DEFERIDO(A)	
000644	KELLY JARDIM DOS SANTOS	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
001090	KEROLIN SANTOS BARBOSA CORREIA COSTA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001682	KETLIN DO NASCIMENTO SIMÃO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001569	KEVIN SILVA TEODORO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000323	KILVIA PEREIRA OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001134	LAILA DOS SANTOS E SILVA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002063	LAISA FERNANDA MOLETA FONTOURA	Professor	DEFERIDO(A)	
000489	LARISSA DE RAMOS MACHADO DA SILVA	Terapeuta Ocupacional	DEFERIDO(A)	
000713	LARISSA FERNANDA BACH ALVES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002352	LARISSA RAFAELLI FERREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001545	LAYANE GALVÃO DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002412	LEANDRO BIANCHINI	Advogado	DEFERIDO(A)	
001166	LEIDIANE CASTANHA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000801	LEILA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001735	LEONARDO LUIZ DE MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000549	LETÍCIA CAROLINE DA LUZ	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000442	LETICIA FERNANDES RIBEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000565	LETÍCIA RAFAELI DE OLIVEIRA DOS REIS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002413	LIDIANE APARECIDA RODRIGUES POSS	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001312	LIGIA MARIA STUBERT DA SILVA	Biólogo	DEFERIDO(A)	
000738	LILIAN LEAL DOS SANTOS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002092	LINDAMIR SIQUEIRA SANTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000147	LIRIANE APARECIDA SANTANNA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001697	LISSANDRO RODRIGUES DE MELLO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002064	LORAINE DE FATIMA MIRANDA SANTANA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000511	LORIANE GUEDES	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000982	LUANA DE FÁTIMA SKORIE	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002315	LUANA THAMIRIS GRAEBIN DE BRITO GONÇALVES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002418	LUANE MENEZES TEIXEIRA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001341	LUCAS RAFAEL DE BASTOS	Operador de Máquinas	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001343	LUCAS RAFAEL DE BASTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001784	LUCIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA	Médico Veterinário	DEFERIDO(A)	
000931	LUCIA DE LIMA FERNANDES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000962	LUCIA DE LIMA FERNANDES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000291	LUCIANA LIMA DE CARVALHO	Professor	DEFERIDO(A)	
001576	LUCIANA SOUSA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001325	LUCIANA TRZASKOS	Professor	DEFERIDO(A)	
000979	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000224	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001824	LUCIANE DE CALAZ	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000754	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com

				renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000759	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002363	LUCINEIDE CICERA DA SILVA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002017	LUDIMYLA PASSOS SILVA	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001206	LUDYAN SOUZA OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001827	LUIS FERNANDO CANCI DE MOURA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001305	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000295	LUIZ BERNARDI	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000143	LUIZA MARIA URBAN DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001854	MADARA MOJANA SARCO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002355	MAIARA DOS SANTOS COLACO MAZUR	Professor	DEFERIDO(A)	
002397	MAIARA JAMILE MOURA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002350	MAIARA LARISSA MATOS IEGER	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001416	MAIARA ROCHA COLAÇO FRAGOSO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001525	MAIARA ROCHA COLAÇO FRAGOSO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001192	MAICON DIONE FIGURA SANTOS CARDOSO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001121	MAINARA MARIA DA CRUZ	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000186	MARCELI PROENCIO COSTA LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000643	MARCELO SIQUEIRA DE ABREU	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001660	MARCIANA MAURER AGUIAR	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001390	MARCIELLI REGINA ZACLIKEVIC	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000852	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000853	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000260	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000480	MARCOS DE PAULA E SILVA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001882	MARCOS DE PAULA E SILVA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000519	MARCOS QUEIROZ DA SILVA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001002	MARCOS ROBERTO CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002178	MARCOS VENICIO DE SOUSA	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
002404	MARCOS VINICIUS BUBNA	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	
002133	MARIA APARECIDA BURCKHARDT	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001323	MARIA CECÍLIA ROLAND	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000828	MARIA CIRLEIDE SANTANA PINHEIRO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002077	MARIA EDUARDA DE LIMA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001330	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001110	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001497	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002002	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000367	MARIA ENAÊ FERNANDES	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000791	MARIA FERNANDA DE BASTOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000795	MARIA FERNANDA DE BASTOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001724	MARIA FRANCIELLY DA SILVA RIBEIRO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000540	MARIA LUCIANA PEDROSO DE ALMEIDA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000699	MARIA LUISA WEISS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001300	MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000483	MARÍA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000769	MARIA SIMONE XAVIER DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001985	MARIANA DE SOUZA PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002321	MARIANA SUREK GONÇALVES DA SILVA	Nutricionista	DEFERIDO(A)	
002075	MARIANA VIEIRA BASTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
001658	MARIANE DA MAIA RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000505	MARIELE DA SILVA PIRES	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000400	MARILENE APARECIDA SOUZA DE MELO	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002080	MARILENE BORA DA ROCHA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002093	MARILENE BORA DA ROCHA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000198	MARINA LEÃO REIS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000146	MARIZETE DE SOUSA E SOUSA	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001070	MARLI HELENA BATISTA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001071	MARLI HELENA BATISTA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000655	MARTA TERESINHA RIBEIRO DA LUZ	Professor	DEFERIDO(A)	
001563	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS	Advogado	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001103	MATHEUS SILVA CAMPOS	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
000956	MATHEUS VINICUS ALCIDES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000950	MAYARA ADRIANA VIEIRA BRANDAO	Contador I	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001981	MAYRA DE SOUZA PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

000739	MICHELE APARECIDA DE ANDRADE	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000177	MICHELE FERREIRA DA SILVA RAMOS	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000380	MICHELI FATIMA DE OLIVEIRA CHEDELISKI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000807	MICHELLE LOPES GALIKOSKI	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001634	MIRIÃ CAMILO DANTAS DA SILVA DEDA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000547	MIRIAN PRISCILA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002005	MISLAINE JOSÉ DA SILVA SANTANNA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000421	NAELY CRISTHINA FRAÇA TABORDA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000223	NATALI CRISTINA CARDOSO BARTH	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001412	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001415	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Contador I	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001433	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001205	NATHAN RODRIGUES DOURADO DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002356	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001821	NEOVANI MARTINS TAVARES DOS SANTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001696	NICOLE DOMBROSKI	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000133	NICOLE FERNANDA ALVES JAVORSKI OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001511	NICOLE VITORIA ZANELLA DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001674	NICOLLY VITORIA DE OLIVEIRA DEPAULA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000615	NILVA CLAUDIANE BERNARDO	Professor	DEFERIDO(A)	
000987	NILVA CORRÊA PINTO	Professor	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001847	NYCOLE STEPHANIE FERREIRA DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001055	ONILDE BUFFA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000311	ORLEI DZIURKOWSKI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002195	PAMILY MARTINS DA CUNHA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002196	PAMILY MARTINS DA CUNHA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001688	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000717	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000718	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001960	PATRICIA DE JESUS DE CALAZ DA CRUZ	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001979	PATRÍCIA PIRES PINTO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001008	PATRÍCIA REGINA COLAÇO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001396	PATRICIA SVIERDOSKI	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001226	PATRICK HENRIQUE SIQUEIRA PALOSCHI	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001419	PAULO ROBERTO BARBOSA JUNIOR	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002379	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001629	PEDRO GABRIEL NICOLAU PINHEIRO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001630	PEDRO GABRIEL NICOLAU PINHEIRO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000383	PEDRO DE SOUZA GALVÃO JUNIOR	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001657	PEDRO EMANOEL PERES DIANI	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002390	PETERSON LUIS NOGUEIRA ROGACIANO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002291	PRISCILA CRUZ LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002160	PRISCILA LOPES DA VEIGA ORGANEK	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000905	PRISCILA SOARES COBERTINI RAMALHO	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001045	RAFAEL AMORIM DE SOUSA	Engenheiro Civil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000624	RAFAEL FREIRE DA SILVA	Operador de Máquinas	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000720	RAFAEL FREIRE DA SILVA	Operador de Máquinas	DEFERIDO(A)	
000259	RAFAEL MERLIN VERNILLO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001053	RAFAELA MEIRELES SOARES	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001287	RAIANE DAMARI SOUZA DO NASCIMENTO	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001771	RAQUEL SANTOS COSTA	Professor	DEFERIDO(A)	
000980	REGINALDO RICARDO DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000226	REGINALDO RICARDO DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000653	RENATA FREITAS COPERTINO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001665	RHAIANE CAROLINE RABITCH	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000711	RICARDO MANSSUR DE MODESTI	Motorista II	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000566	RICKSON ALAN NASSIN	Advogado	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001180	RICKSON DERIK HOLANDA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000151	RITHIANE FAIAL MACIEL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000756	ROBSON DE AMORIM OLIVEIRA	Eletricista de Instalações (edifícios)	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000454	RODRIGO BATISTA DA SILVA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002267	RODRIGO HADDAD DE SOUZA DE CARVALHO	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002320	RONALDO GONCALVES DA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001667	ROSA DOMANSKI	Advogado	DEFERIDO(A)	
000149	ROSA MARIA PASSARINHO MELO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000254	ROSANA CASSIA DE SOUZA PAES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002245	ROSANA DOS SANTOS FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001776	ROSANGELA CARDOSO ALVES FRIEDRICH	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

001790	ROSANGELA DOS SANTOS ANTONIACOMI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000306	ROSÂNGELA SUTIL DE OLIVEIRA	Professor	DEFERIDO(A)	
000776	ROSANNA ANGELL RENATA N SÊNA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001007	ROSANNA ANGELL RENATA N SÊNA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000239	ROSEANNE CRISTINA HERBERT FARIA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001507	ROSEMEIRE SOUZA GOMES RAMOS	Professor	DEFERIDO(A)	
000794	ROSEMERI DE SOUZA QUINCOZES	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000740	ROSENI MORESCO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001144	ROSIANE RIBEIRO GONCALVES	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001145	ROSIANE RIBEIRO GONCALVES	Professor	DEFERIDO(A)	
001427	ROSILDA MACHADO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002332	ROSILENE SOARES AGUIAR CURUCA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001449	ROSINELI DO CARMO	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001100	ROSINES DE SOUZA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001025	ROSIVANE DOS SANTOS SILVA NOGA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001026	ROSIVANE DOS SANTOS SILVA NOGA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001856	RUTHI TABORDA MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000336	SAMANTHA DE LIMA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000553	SAMARONE DE SOUSA CRISTO DORIA	Arquiteto	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000495	SAMIA DO VALE GURGEL	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000496	SAMIA DO VALE GURGEL	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002189	SAMUEL NASCIMENTO DE PAULA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000586	SANDRA MARIA ALMEIDA DA SILVA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001650	SANTA LUZIA KUKA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002199	SARA MOREIRA SANTOS	Biólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002200	SARA MOREIRA SANTOS	Biólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001314	SAYONARA CONCEIÇÃO WOZHIAK	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000824	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHÃES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001009	SHARA EDUARDA BARBOSA DE RAMOS	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000933	SHEILA BOHRER DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000418	SHEILA DIAS DOS SANTOS	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
000707	SHEILA LUCIA DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000419	SILMARA DE LOURDES PEDROSO DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001975	SILMARA MENDES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000517	SILMARA PEREIRA MORAES DE QUEIROZ	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
002098	SIMONE CONSTANTINO BELLEI	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	
000452	SIMONE DA ROCHA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000846	SÌNDI HELEN SARMENTO DE SOUZA LIMA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000499	SOCIENARAY CRISTINA HARTMANN	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001306	SONIA DO NASCIMENTO BRAGA WINCK	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001770	SONIA DO ROCIO MARCELO RODRIGUES	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000831	SOPHIE EMANOELI ALMEIDA ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001258	STEFANI NAARA RAMOS BATISTA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002240	STEFANIE LEYSER	Psicólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001783	STEPHANE DE OLIVEIRA CARNEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000856	STEPHANY CRISTINE SKOCYNSKI GABRIEL	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
002328	SUELEN ROSA DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
000435	SUELEN SOUZA DE OLIVEIRA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
000450	SUELLEN SCHENOVEBER FERNANDES DOS SANTOS DE MEDEIROS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001036	SUSAN KEILA PEDREIRA LIMA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000725	SUZAMARA LEMOS DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000469	TAINARA ABREU FRANÇA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
002137	TAINARA ABREU FRANÇA	Professor	DEFERIDO(A)	
000434	TAINARA GUEDES DOS REIS DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002362	TALITA DE OLIVEIRA VAZ SILVA COSTA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001593	TANIA DANIELE DE LIMA DA LUZ	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001256	TASSIA MARIA DANTAS CRUZ	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000398	TASSIA THAMARA MARTINS	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000811	TATIANA SANTOS SKOVRONSKI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000365	TATIANE APARECIDA SIMOES DE LIMA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000463	TATIANE KEPPES TABORDA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001815	TATIARA TABORDA COLACO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000817	TAYANNE RAWYLLA SANTOS MONTEIRO	Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000803	TAYNARA CAROLINA LIMA MARTINS	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame

000806	TAYNARA CAROLINA LIMA MARTINS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002007	TAYNARA EDUARDA BUENO DOS SANTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
002213	THAIS CORTES DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002329	THAIS DE OLIVEIRA ANTUNES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000473	THAIS DE OLIVEIRA ANTUNES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001050	THALIA MONTEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000823	THIAGO ANTUNES SKOVRONSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000606	THIAGO GOMES DE ALMEIDA	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
000965	ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001155	ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
002296	VALDINEI RYBINSKI	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000384	VANDA DE ALMEIDA CAMARGO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000140	VANDERLEIA REGINA PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002419	VANESSA JOANA DA ROCHA WOJCIK	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001315	VANESSA SARMENTO MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000181	VANESSA SARMENTO MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000281	VÂNIA APARECIDA DE CARVALHO DELLAQUA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000286	VANUSA MARIA WENGRZYNSKI	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000871	VANUSA MARIA WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001309	VERIDIANE DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001796	VERIDIANE CAVALHEIRO DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002115	VICTORIA KAIS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001574	VITÓRIA CRISTINA DE JESUS GOMES SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000815	VIVIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001565	VIVIANE SANTOS DA SILVA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
001566	VIVIANE SANTOS DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000256	WALLACE BRASILINO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000865	WALQUIRIA DO ROSARIO WENGRZYNSKI	Professor	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000869	WALQUIRIA DO ROSARIO WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
002405	WEBERT ALEX DOS SANTOS BENETTI	Médico III	DEFERIDO(A)	
000300	WELLINGTON APARECIDO HOY	Motorista II	INDEFERIDO(A)	Mais de uma inscrição deferida no certame
000316	WELLINGTON APARECIDO HOY	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002043	WELLINGTTON FELIPE BASSANI DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000443	WENDER HABECK DE ARAUJO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000520	WESLEY QUEIROZ ALENCAR	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000277	WILLIAN ANGELO DELLAQUA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002294	WILLIAN BORTOLOTTO	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002295	WILLIAN BORTOLOTTO	Técnico em Informática	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001198	YASMIN MORATO WOLSKI	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EB3E6A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS							
CONTRATO 2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
96	LEON INDUSTRIA E EMPACOTADORA DE ALIMENTOS LTDA	PREGÃO N° 14/2026	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	01/07/2026	01/07/2026	07/07/2027	R$ 11.396,00
97	JAS DISTRIBUIDORA LTDA						R$ 150.976,00
98	54.481.709 EULARIANE RENATA DA SILVA ZETYCHI						R$ 12.478,00
99	JAQUELINE SPERANÇA	CREDENCIAMENTO Nº 01/2026	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL	06/07/2026	06/07/2026	06/07/2027	R$ 0,0
100	CASA DE REPOUSO SAGRADO CORAÇAO DE JESUS	CREDENCIAMENTO Nº 02/2026	CONTRATAÇÃO DE ILPI	06/07/2026	06/07/2026	05/07/2027	R$ 79.200,00
126	METALURGICA SILLOTT LTDA	PREGÃO N° 30/2026	AQUISIÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE	19/08/2026	19/08/2026	19/08/2027	R$ 50.000,00
127	MÉRITO CONSULTORIA ASSESSORIA OCUPACIONAL E SERVIÇOS LTDA	PREGÃO N° 23/2026	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	18/08/2026	21/08/2026	21/08/2027	R$ 184.000,00
128	AUTO POSTO JUELI LTDA	Pregão n° 30/2024	COMBUSTIVEIS PARA USO DA FROTA MUNICIPAL	15/07/2024	21/08/2026	18/11/2026	R$ 2.168.952,26

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:C294FD5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PUBLICACOES DE EXTRATOS – ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS							
ATA-2026	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	HOMOLOGAÇÃO	ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
53	ARQUIOBRA REFORMAS E CONSTRUÇÃO LTDA	PREGÃO Nº 15/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	19/08/2026	20/08/2026	20/08/2027	R$ 99.285,00
54	D MARTINS ENGENHARIA E						R$ 280.108,00

	INFRAESTRUTURA LTDA EPP						
55	DPX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA						R$ 83.094,00
56	POLIGONAL ILUMINAÇÃO LTDA EPP						R$ 35.970,00
57	RM COMÉRCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA						R$ 49.350,00
58	STELLAR COMERCIO LTDA						R$ 51.374,50
59	TRIUNFO ILUMINACAO LTDA						R$ 26.440,00
60	ZAGONEL ILUMINAÇÃO S.A,						R$ 81.317,52

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:D90D35B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.058/2026 27/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - ENQUADRAR os servidores/magistério abaixo relacionados e aprovados na Avaliação de Desempenho em conformidade com as **Leis complementares Nº01 e Nº03 de janeiro de 2022, a partir de agosto de 2026.**

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
ADRIANE ZANON DE MOURA	289161	Professor de Educação Infantil	C05	C06
ANDRESSA APPIO	288861	Professor 20H	C05	C06
ANGELICA CARINE SCHMITT	225781	Professor de Educação Infantil	A07	A08
DALCIO KORB	259502	Professor 20H 2º padrão	C05	C06
ELENA MATILDE KRAUSE MACIEL	226081	Professor de Educação Infantil	C07	C08
ELIANE LANDO	225861	Professor de Educação Infantil	C07	C08
ELIS MARINA EMILIANO	195512	Professor 20H 1º padrão	C05	C06
ELIZA REGINA AGUSTINI	288781	Professor 20H	C05	C06
ELIZANDRA APARECIDA WINCK RIZZI	46421	Professor 20H 1º padrão	C15	C16
ELIZETE APARECIDA BUSATTA BARBOSA	288941	Professor de Educação Infantil	C05	C06
FABIANE DOS SANTOS ROBE GIZA	289591	Professor de Educação Infantil	C05	C06
GEANE TERESINHA TORRES OHSE	259412	Professor 20H 2º padrão	C05	C06
ROSANGELA MARIA ROTH PIZZATTO	293781	Professor de Educação Infantil	C05	C06
SANDRA MARLI DOS SANTOS PAGNONCELLI	289081	Professor de Educação Infantil	C05	C06
SINARA CANOVA	256822	Professor 20H 2º padrão	C05	C06

- ENQUADRAR os servidores abaixo relacionados em conformidade com as **Leis complementares Nº01 e Nº02 de janeiro de 2022, a partir de agosto de 2026.**

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
ALDERI DE OLIVEIRA SANTOS	290331	Operador de Maquinas	E07	E08
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA MAYER	292111	Agente Comunitário de Saúde	D07	D08
ANA PAULA CZYCZA	288511	Agente Comunitário de Saúde	E07	E08
ANGELA MARIA WALTER	291731	Técnico em Enfermagem	D05	D06
CAMILA EDUARDA VIANA	292971	Inspetor Sanitário	H04	H05
CLAYTON MIOTO	293941	Motorista	C07	C08
DANIELE DE FATIMA HAGEMANN	291651	Técnico em Enfermagem	D05	D06
DEONILSE DE FATIMA LOPES	292461	Agente Comunitário de Saúde	D07	D08
FRANCIELI CAVAGNOLI	291571	Enfermeira	F05	F06
JOICE FERNANDA PIRES RODRIGUES OLIVEIRA	292201	Agente Comunitário de Saúde	E07	E08
JOSÉ ADILSON DUARTE	292541	Agente Comunitário de Saúde	C07	C08
LUISE SCHIRRMANN DORS	293271	Procurador Jurídico	E05	E06
MARILEI DOS SANTOS	224111	Auxiliar de Serviços Gerais	B07	B08
MARILENE DE FATIMA SOARES	291311	Auxiliar de Serviços Gerais	C06	C07
MARLENE ALVES TRINDADE MERTIN	291221	Auxiliar de Serviços Gerais	C06	C07
NELI DE OLIVEIRA GRAFF	224461	Auxiliar de Serviços Gerais	C08	C09
RAFAELA GAMLA	289751	Odontóloga	F05	F06
PAMELA BONFANTI	290841	Auxiliar de Saúde Bucal	D05	D06
RENATO MULBEIER	290501	Operador de Maquinas	F07	F08
ROSANE FATIMA MANDRIK	226831	Auxiliar de Serviços Gerais	C08	C09
ROSANI FERRAZZA	292711	Agente Comunitário de Saúde	D07	D08
ROSENEIDE SILVEIRA DO NASCIMENTO	3105727	Auxiliar de Serviços Gerais	C03	C04

- ENQUADRAR a servidora/magistério abaixo relacionada e aprovados na Avaliação de Desempenho em conformidade com as Leis complementares Nº01 e Nº03 de janeiro de 2022, com fins retroativos a partir de julho de 2026.

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
JAQUELINE ANDREIA HICKMANN	3105722	Professor de Educação Infantil	C03	C04

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:677F3CF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

A Prefeitura Municipal de Renascença/PR, através da Prefeita Municipal e da Agente de Contratação, nomeada/designada pela Portaria nº 159/2026, nos termos do item 6.2 do Termo de Referência do Edital de Chamamento Público nº 002/2026, **CONVOCA as empresas credenciadas e habilitadas** para a sessão pública de **SORTEIO**, destinada à definição da ordem classificatória.
A sessão será realizada no dia **08/09/2026, às 14h00min**, nas dependências do **Centro de Saúde, Sala de Reuniões**, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 841, Centro, Renascença/PR, sendo **facultada a presença física dos credenciados**.
Nos termos do item **6.2.3 do Termo de Referência**, o sorteio será conduzido pela Comissão de Credenciamento, de forma presencial, **com transmissão simultânea em tempo real por meio eletrônico**, garantindo a publicidade, a transparência e o livre acompanhamento pelos interessados, independentemente de presença física na sessão pública.
A transmissão poderá ser acompanhada por meio do seguinte link:
https://www.youtube.com/@CIDADERENASCEN%C3%87A
As empresas credenciadas e habilitadas até a presente data são as seguintes:

Nº PROTOCOLO	EMPRESA	CNPJ	MÉDICO HABILITADO
4332/2026	BALDESSAR SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	64.339.544/0001-65	*1 - LUAN DA ROSA BALDESSAR*
4352/2026	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.458.003/0001-22	*1 - DAVID BONINI VIEIRA CAMPANHÃ*
4430/2026	C V PANCERA CLÍNICA MÉDICA LTDA	58.014.255/0001-93	*1 - CAROLINE VINTIGUERA PANCERA*
4437/2026	G. LUGNANI LOPES CLÍNICA MÉDICA LTDA	53.404.933/0001-00	*1 - GABRIEL LUGNANI LOPES*
4481/2026	FLD SAÚDE INTEGRADA LTDA	60.849.995/0001-91	*1 - FLAVIA LUIZA DAMO*
4495/2026	GFC CLÍNICA MÉDICA LTDA	58.510.002/0001-00	*1 - GALEANO FERRAZ DA CUNHA*
4544/2026	REAL SAÚDE GESTÃO LTDA	25.126.895/0001-36	*1 – PABLO DO NASCIMENTO DE LIMA 2 – DAYAN RIBEAUX GONZALEZ*
4547/2026	DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	42.435.382/0001-26	*1 – BRAIAN RODRIGUES CAMPOS*
4583/2026	MARIA LUISA BASEGGIO LTDA	59.885.018/0001-60	*1 – MARIA LUISA BASEGGIO*
4595/2026	OTAVIO A S BALDISSERA CLINICA MÉDICA LTDA	58.070.659/0001-02	*1 – OTAVIO AUGUSTO SPOLTI BALDISSERA*
4708/2026	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	19.850.311/0001-78	*1 - LUARA AP. TEIXEIRA GONÇALVES 2 - CAIO MARIS PRETTI 3 - MARCELO DE ALMEIDA COSTA 4 - PAULO HENRIQUE ROCHA DE CARVALHO 5 - EVELYN RODRIGUES DE ANDRADE 6 - IGOR VINICIUS CAVALCANTE GOIS 7 - CARLA LUCILENE TOMALACK DOS ANJOS 8 - EDNA MARQUES BENEDITO*
4728/2026	KAMILLA ISABEL NARDI LTDA	57.661.450/0001-42	*1 – KAMILLA ISABEL NARDI*
4729/2026	LUMED – CLÍNICA MEDICA LTDA	33.704.539/0001-80	*1 – LUZVIA CORREA COLUMBIE*
4781/2026	MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA	42.488.597/0001-05	*1 - ADRIANO PAVAN RODRIGUES DE BARROS 2 - ALI SAID NETO 3 - ANDRESSA MAISA SCHNEIDER 4 - GUSTAVO AFFONSO DOS SANTOS*
4782/2026	MEDECIN GESTÃO DE SAÚDE DE IMAGEM LTDA	54.658.840/0001-75	*1 - ALCIDES JOSÉ BRANCO FILHO 2 - CLAUDIA SAVARIS BRANCO*
4784/2026	ALVES & FREITAS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	28.459.025/0001-77	*1 – LETICIA FREITAS 2 – EDUARDO AUGUSTO SOUZA ALVES*
4794/2026	ESFERA SAÚDE LTDA	37.600.279/0001-54	*1 – THIAGO AUGUSTO DA SILVA BACHIO 2 – THAIS CAROLINA DA SILVA BACHIO 3 – MATEUS LEMES DE MELO BRUM*
4818/2026	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14	*1 – GUILHERME ERDMANN MAIA 2 – GIELY DEISY DA CUNHA 3 – DANIELLY MAXIMINO DA ROCHA*
4832/2026	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	*1 – LUIZ FELIPE FERREIRA RIBEIRO 2 – HENRIQUE MATHEUS CAMARGO*
4847/2026	INVICTUS GESTÃO EM SAÚDE S/S LTDA	26.775.172/0001-20	*1 - BRUNA FERNANDA DYSARZ MORETTI 2 - DIOGO DE FRANÇA SOUZA CAMARGO 3 - ELBER HENRIQUE DUMKE 4 - ROGER DONIZETI CARVALHO MEDEIROS*
4848/2026	KR SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	50.795.142/0001-60	*1 – MARCELO OSÓRIO CASSIANO*
4857/2026	KJR GESTÃO, VIDA E SAÚDE S/A	35.157.507/0001-38	*1 – YOLIMA JIMENEZ PENA*
4880/2026	NEOMED GESTÃO CLÍNICA E SAÚDE S/A	26.714.417/0001-00	*1 - JORGE WALDINO ESCOBAR SANTACRUZ 2 - ADRIANE MELO 3 - HUGO CESAR PIVA*
4881/2026	LITOMEDIC SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	46.461.363/0001-25	*1 – ANDRE LUIZ BALLIANA 2 – FERNANDA LUDER 3 – MARYE ARCANE SOUSA SANTOS*
4882/2026	ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA	44.889.935/0001-46	*1 – ANTONIO FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA 2 – EDSON LUIZ ZEMIANI 3 – MATHES WALDOW PAREDES*
4883/2026	DIRETRIZ SERVIÇOS MÉDICOS, CONSERVAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	15.352.600/0001-96	*1 – JOÃO PAULO RODRIGUES 2 – GABRIELA LUIZA VAZQUEZ*
4884/2026	GR SAÚDE LTDA	18.990.522/0001-43	*1 – RAMONN RAYNIB BRITO DE BARROS VARELA 2 – THIAGO JUNIOR ALVES DOS SANTOS 3 – THELMA LILIAN SANT ANA DE SOUZA*
4895/2026	VÉRTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	66.430.492/0001-63	*1 – ANA FLÁVIA CURY IVANTES 2 – RHYLLARI MAZZOTI MINUCI*
4903/2026	NICARETA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	62.165.200/0001-51	*1 – GABRIELA LUIZA VAZQUEZ NICARETA*
4904/2026	MEDFÁCIL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	46.695.791/0001-12	*1 – DIOGENES ROSSI 2 – PEDRO JOSÉ RICHARD 3 – FREDERICKA WALESKA STRICKERT*
4905/2026	ESSENCIAL MED. SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	59.677.869/0001-18	*1 – PHYETRA PERRI LADEIA BENHOSI 2 – PEDRO JOSÉ RICHARD 3 – JOÃO ANTÔNIO BREDA NETO*

Renascença, 27 de agosto de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:AC503209

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 261/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 261/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: CARMEN JULIA DO NASCIMENTO				CPF: 015.373.329-29		
Função: SECRETÁRIA MUNICIPAL				Unidade de Lotação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Município de destino: FOZ DO IGUAÇU						
Local do Evento: RECANTO CATARATAS THERMAS RESORT & CONVENTION - AV. COSTA E SILVA, 3500 -						
CAMPOS DO IGUAÇU- FOZ DO IGUAÇU - PR						
Saída: 31/08/2026				Chegada: 03/09/2026		
Motivo do Deslocamento:						
II SEMINÁRI DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS MUNICÍPIOS: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$450,00		
N° Diárias sem Pernoite: 03				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias: R$1.125,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 24 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:36AF5F62

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 262/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 262/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: PATRICIA MARIA GONÇALVES				CPF: 008.168.859-82		
Função: PEDAGOGA				Unidade de Lotação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Município de destino: FOZ DO IGUAÇU						
Local do Evento: RECANTO CATARATAS THERMAS RESORT & CONVENTION - AV. COSTA E SILVA, 3500 -						
CAMPOS DO IGUAÇU- FOZ DO IGUAÇU - PR						
Saída: 31/08/2026				Chegada: 03/09/2026		
Motivo do Deslocamento:						
II SEMINÁRI DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS MUNICÍPIOS: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$380,00		
N° Diárias sem Pernoite: 03				Valor Unitário da Diária: R$190,00		
Valor Total das Diárias: R$950,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 24 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:6DE80E11

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 263/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 263/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: LEANDRO JUNIOR ROCHA BARROS			CPF: 073.632.979-08			
Função: MOTORISTA			Unidade de Lotação: PREFEITURA MUNICIPAL			
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ - CURITIBA -PR						
Saída: 17/08/2026			Chegada: 18/08/2026			
Motivo do Deslocamento:						
LEVAR EXPOSITORES DO MUNICÍPIO EM CURITIBA NA APRESENTAÇÃO DO RIQUEZAS DO VALE NA ALEP- PR.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$450,00			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$225,00			
Valor Total das Diárias: R$675,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

E/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:33BB1C5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 264/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí – Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 264/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: LEANDRO JUNIOR ROCHA BARROS			CPF: 073.632.979-08			
Função: MOTORISTA			Unidade de Lotação: PREFEITURA MUNICIPAL			
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: CRC						
Saída: 25/08/2026			Chegada: 25/08/2026			
Motivo do Deslocamento:						
LEVAR SERVIDORA PARTICIPAR DO CURSO PROGOV CONTROLADORIA INTERNA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 00			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$225,00			
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 25 de AGOSTO de 2026.

Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:B907256D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO
JUSTIFICATIVA DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) foi elaborado para o período de 2023 a 2025, orientando a implementação das ações intersetoriais voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Município de Rio Branco do Sul.
Durante sua vigência, as ações previstas foram monitoradas pelos órgãos responsáveis, permitindo avaliar os resultados alcançados, identificar avanços, adequar estratégias e revisar metas de acordo com as necessidades da população e a realidade da gestão municipal.
Considerando a publicação do **Decreto Municipal nº 8.293/2026**, que estabelece que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá vigência **quadrienal**, torna-se necessária a atualização do presente Plano, com a prorrogação de sua vigência e a revisão das metas e ações estratégicas, garantindo sua compatibilidade com o novo período de planejamento.
A presente atualização não altera os princípios, diretrizes e objetivos do Plano, mas promove a adequação das metas, indicadores e ações executadas, incorporando os resultados obtidos no período de 2023 a 2025 e assegurando a continuidade das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com a legislação vigente e com os instrumentos municipais de planejamento.
Dessa forma, esta atualização visa fortalecer a gestão intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurar o acompanhamento permanente das ações desenvolvidas e garantir a continuidade das estratégias voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável para toda a população do Município.
Diante do exposto, segue as metas constantes no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e suas atualizações.

6. AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Com base no Decreto Federal nº 7.272/2010 e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, foram elencadas as diretrizes para este Plano Municipal de SAN, apresentadas abaixo:
I- Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
II- Promoção do abasteciemnto e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica;
III-Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
IV- Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indigenas e assentados da reforam agrária;
V- Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurnaça alimentar e nutricional;
VI- Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade sufuciente, com prioridade para as famílias em situção de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
VII-Apoio à iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociaçõe internacionais;
VIII- Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASÍLIA, 2010).

DIRETRIZ 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁ-VEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos saudáveis dos escolares, através de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que supram suas necessidades nutricionais durante o período letivo.	ODS 1; ODS 2; ODS 4	SEMED SEMSA SMAPA	Programa mantido em execução, garantindo a oferta regular da alimentação escolar e o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas unidades escolares. Mantida a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em percentual superior ao mínimo legal, contribuindo para a promoção da alimentação adequada e saudável. Meta atualizada para continuidade em 2026.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destinar gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável e aquelas atendidas pela rede da assistência social, por meio dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.	ODS 1; ODS 2;	SMASH SEMSA	O atendimento continua sendo realizado por meio do Programa Compra Direta Paraná. Permanecem as ações de aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar.

				Meta atualizada e mantida.
Cesta Verde	Promover a complementação à alimentação saudável, com a distribuição de produtos hortifrútis a famílias em situação de insegurança alimentar e risco nutricional.	ODS 1; ODS 2	SMASH SEMSA SMAPA	O projeto permanece em fase de estruturação e captação para viabilização da execução. Meta atualizada para continuidade da implantação para outro período.
Programa Bolsa-Família	Visar à promoção social das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e risco no Município. Criar e estabelecer uma rede de proteção às famílias por meio de um conjunto de ações planejadas.	ODS 1, ODS 10	SMASH SEMSA	Programa em funcionamento, mantendo o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social. Meta atualizada e mantida.
Programa Estadual Leite das Crianças	Auxiliar na redução das deficiéncias nutricionais da população infantil.	ODS 1; ODS 2	SMASH SEMSA SMAPA	Programa mantido em execução, atendendo regularmente as famílias beneficiárias, com distribuição aproximada de 25 mil litros de leite por mês. Meta atualizada e mantida.
Armazém da Família	Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que oferece alimentos básicos e de primeira necessidade, produtos de limpeza e higiene pessoal, a preços em média 30% mais baixos que no mercado tradicional.	ODS 1, ODS 2	SMAPA	Programa em pleno funcionamento, ampliando o acesso da população à alimentação de qualidade com preços subsidiados. Atualmente atende aproximadamente 1.500 famílias por mês. Meta atualizada e mantida.
Programa de Dietas Especiais	Atender solicitações de dietas especiais para usuários que não conseguem suprir suas necessidades energéticas via alimentação ou dependem de fórmula industrializada para manter seu estado nutricional.	ODS 1, ODS 2, ODS 3	SEMSA SMASH	
Atendimento de Alimentação e Nutrição no Hospital Municipal	Garantir aporte calórico, protéico e de nutrientes de forma individualizada para melhor recuperação do estado nutricional.	ODS 1, ODS 3	SEMSA SMASH	
Atendimento Nutricional (UBS)	Avaliar o estado nutricional do paciente através de anamnese, exame fisico, composição corporal e exames laboratoriais.	ODS 1, ODS 3	SEMSA SMASH	
Cozinhas Comunitárias	Desenvolver atividades de inclusão social produtiva, fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária e ações de educação alimentar e nutricional.	ODS 1, ODS 2, ODS 4, ODS 12	SMASH SEMED SEMSA SMAPA	O Município ainda não dispõe de Cozinha Comunitária. Permanece como meta a busca de recursos e oportunidades para futura implantação.

DIRETRIZ 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, inclusive os de base agroecológica.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁ-VEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Feira Municipal de Agricultura Familiar	Valorizar os produtores rurais, a identidade local e estimular a comercialização de produtos regionais, em um ambiente atrativo e de sociabilidade.	ODS 1; ODS 2; ODS 12	SMAPA SMASH /SEMED	Ação mantida, com realização de feiras periódicas para incentivo à comercialização da agricultura familiar. Meta atualizada e mantida.
Compra de Alimentos Diretamente da Agricultura Familiar	Aumentar a porcentagem de aquisição de produtos da agricultura familiar, através de Programas (PNAE, Cesta Verde entre outros).	ODS 1; ODS 2; ODS 12	SMAPA SMASH SEMED	Mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar para os programas institucionais, preservando percentual superior ao mínimo legal no PNAE. Meta atualizada e mantida.
Plantio de Mudas de Árvores Nativas	Tem como objetivo a recomposição da Mata Ciliar na localidade da Pinta. Conscientizar os moradores locais sobre a proteção e conservação de nascentes e do solo em propriedades rurais, garantido a segurança do consumo de alimentos aos moradores.	ODS 12; ODS 13; ODS 15	SEMMA SMASH	Ação mantida e efetuado campanha de concientização ambiental com os moradores da região. Meta atualizada e mantida.
Banco de Alimentos	Reduzir perdas e desperdicio de alimentos e promover o direito humano à alimentação adequada, mediante a integração regional e nacional.	ODS 1, ODS 2, ODS 12	SMASH SMAPA SEMED	Atendimento parcial, com recebimento e redistribuição de alimentos próprios para consumo destinados às famílias em situação de vulnerabilidade. Meta atualizada e mantida.

DIRETRIZ 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e do direito humano à alimentação adequada.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁ-VEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Hortas Comunitá-rias e Escolares	Como instrumento pedagógico de ensino ao escolar e a população em geral.	ODS 1; ODS 2; ODS 4; ODS 12	SEMED SMAPA	Ação mantida e em execução. Meta atualizada e mantida.
Cursos de Capacitação (SENAR)	I — Produção artesanal de alimentos; II — Produção Animal; III — Produção Vegetal.	ODS 4	SMAPA	Continuidade das capacitações voltadas aos produtores rurais. Meta atualizada e mantida.
Oficinas em Educação Alimentar e Nutricional Para	Contribuir para a promoção e a proteção da saúde, através da alimentação adequada e saudável.	ODS 3; ODS 4	SEMED	Continuidade das ações de educação alimentar na rede de

Toda Rede de Ensino				ensino. Meta atualizada e mantida.
Capacitação Para Todos os Profissiona-is da Rede Municipal de Ensino	Capacitar profissionais para que sejam agentes transformadores e disseminadores de educação alimentar e nutricional no âmbito escolar.	ODS4	SEMED	Capacitações mantidas conforme cronograma anual. Meta atualizada e mantida.
Educação Ambiental para Escolares, Agricultores e a População em Geral	Mostrar aos alunos e agricultores a importancia e demonstrar experimentos que comprovem a efetividade da vegetação na preservação da água e do solo. Conscientizar a população sobre os danos que a poluição por esgotos e resíduos sólidos causam na água e no solo e consequentemente, na produção de alimentos.	ODS 4, ODS12	SEMMA SMAPA	Continuidade dos projetos de educação ambiental junto às escolas e produtores rurais. Meta atualizada e mantida.

DIRETRIZ 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional, voltadas aquilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.

Não se aplica.

DIRETRIZ 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às deamis políticas de segurança alimentar e nutricional.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁ-VEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Reativação do SIM/POA - Serviço de Inspeção Municipal/Produtos de Origem Animal	Assegurar a qualidade sanitária dos produtos alimenticios que são produzidos em nosso município e que chegam até a mesa do consumidor.	ODS 3, ODS 12	SMAPA	Processo de fortalecimento do Serviço de Inspeção Municipal mantido, visando ampliar a segurança sanitária dos produtos de origem animal. Meta atualizada e mantida.
Certificação Orgânica	Assegurar por escrito que determinados produtos, processos ou serviços obedeçam às normas e práticas da produção orgânica.	ODS 3, ODS 12	SMAPA	Continuidade do apoio às propriedades participantes do Programa Paraná Mais Orgânico. Diversas propriedades certificadas. Meta atualizada e mantida.
Vacinação Contra Brucelose (zoonose)	A Brucelose (brucellasp) é uma Zoonose, que pode ser transmitida ao ser humano, causando patologias severas. Faz-se importante e necessaria a vacinação.	ODS 3, ODS 12, ODS 15	SMAPA	Ação mantida pelo Departamento de Veterinária da SMAPA, em conformidade com a legislação e sob monitoramento da ADAPAR. Meta atualizada e mantida.
Atendimen- to Clinico em Animals de Produção	Realizar anaminese dos animais, avaliando os parametros fisiológicos, análise de histórico clínico e vacinações.	ODS 3, ODS 12, ODS 15	SMAPA	Atendimento veterinário mantido por meio da equipe técnica da SMAPA. Meta atualizada e mantida.

DIRETRIZ 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hidrica e para produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁ-VEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Abasteci-mento de Água no Interior	Os sistemas de abastecimento de água abastecem aproximadamente 800 familias nas localidades rurais do município, através de poços artesianos, minas d'água e caminhão pipa.	ODS 1 ODS 3 ODS 6	SMAPA	Mantidas as ações de abastecimento das comunidades rurais, incluindo a manutenção dos sistemas existentes e ampliação da infraestrutura hídrica quando necessária. Meta atualizada e mantida.

DIRETRIZ 7 – Apoio às iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.

Não se aplica.

DIRETRIZ 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

PROGRAMA/ AÇÕES	OBJETIVOS/METAS	OBJETIVOS DE DESENVOLVI-MENTO SUSTENTAVEL (ODS)	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS E PARCEIROS	ATUALIZAÇÃO
Realização de visitas técnicas em todas as unidades escolares e beneficiárias do PNAE.	Garantir a segurança alimentar das refeições oferecidas nas unidades escolares.	ODS 3 ODS 4	SEMED	Acompanhamento e monitoramento mantidos, garantindo a qualidade da alimentação escolar. Meta atualizada e mantida.
Implantação e consolidação da Política de SAN	Articulação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimertar e Nutricional e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.	ODS, 1, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 12	SEMED SMAPA SEMSA SMASH	Mantidas as reuniões do COMSEA e da CAISAN, com atualização da legislação municipal, acompanhamento do Plano Municipal de SAN e fortalecimento da gestão intersetorial. Meta atualizada para o período de prorrogação.

Segue o link do Plano Muncipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2023/2025 https://riobrancodosul.atende.net/subportal/smapa

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A9532C59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 209/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2026

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de manutenção de veículos de leve e médio porte com fornecimento de peças.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	20,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA BRAVO TRAILER	65,33	ICO SERVICE CAR LTDA
2	40,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA BRAVO TRAILER	84,35	ICO SERVICE CAR LTDA
3	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA BRAVO TRAILER	5.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
4	100,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA CHEVROLET	63,04	ICO SERVICE CAR LTDA
5	250,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA CHEVROLET	65,77	ICO SERVICE CAR LTDA
6	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA CHEVROLET	80.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
7	60,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA CITROEN	61,37	ICO SERVICE CAR LTDA
8	150,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA CITROEN	74,53	ICO SERVICE CAR LTDA
9	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA CITROEN	25.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
10	60,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA FIAT	61,48	ICO SERVICE CAR LTDA
11	150,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA FIAT	69,87	ICO SERVICE CAR LTDA
12	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA FIAT	223.500,00	ICO SERVICE CAR LTDA
13	40,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA FORD	96,20	ICO SERVICE CAR LTDA
14	70,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA FORD	70,99	ICO SERVICE CAR LTDA
15	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA FORD	18.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
19	30,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA NISSAN	98,46	ICO SERVICE CAR LTDA
20	50,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA NISSAN	67,93	ICO SERVICE CAR LTDA
21	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA NISSAN	20.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
22	30,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS PEUGEOT	95,89	ICO SERVICE CAR LTDA
23	96,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS PEUGEOT	115,68	ICO SERVICE CAR LTDA
24	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS PEUGEOT	25.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
25	290,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA RENAULT	58,39	ICO SERVICE CAR LTDA
26	800,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA RENAULT	69,21	ICO SERVICE CAR LTDA
27	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA RENAULT	125.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
28	479,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA VOLKSWAGEN	57,76	ICO SERVICE CAR LTDA
29	1.396,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA VOLKSWAGEN	66,04	ICO SERVICE CAR LTDA
30	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS - VEÍCULOS MARCA VOLKSWAGEN	220.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA
37	40,00	H	MÃO DE OBRA ELÉTRICA - VEÍCULOS MARCA MITSUBISHI	84,65	ICO SERVICE CAR LTDA
38	60,00	H	MÃO DE OBRA MECÂNICA - VEÍCULOS MARCA MITSUBISHI	84,64	ICO SERVICE CAR LTDA
39	1,00	UN	PEÇAS E ACESSÓRIOS -VEÍCULOS MARCA MITSUBISHI	60.000,00	ICO SERVICE CAR LTDA

Rio Negro, 24 de agosto de 2026 –

SHEILA CRISTINE SCHITT DUMS –
Agente De Contratações

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:11C38166

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 250/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 122/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, manutenção, inspeção, reparos e adequações no sistema de captação e drenagem de águas pluviais do prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro/PR.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	SRV	MANUTENÇÃO E CONSERV. BENS IMÓVEIS - Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, manutenção, inspeção, reparos e adequações no sistema de captação e drenagem de águas pluviais (calhas, águas-furtadas, rufos e condutores) do Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro/PR, edificação caracterizada como patrimônio histórico municipal. **Local de execução:**Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro/PR. O serviço compreende a execução completa das atividades necessárias ao pleno funcionamento do sistema de drenagem pluvial do imóvel, incluindo, no mínimo: • Limpeza manual de calhas em cobre; • Remoção de folhas, galhos e demais resíduos acumulados; • Limpeza e desobstrução de águas-furtadas, rufos e condutores; • Inspeção técnica completa do sistema de drenagem; • Correção de vazamentos e falhas identificadas durante a execução; • Ajustes de caimento, fixação e alinhamento de componentes; • Reinstalação ou reposicionamento de peças deslocadas; • Substituição pontual de trechos danificados, quando necessário; • Disponibilização de equipamentos e mão de obra especializada para trabalho em altura (NR-35); • Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados; • Emissão de relatório técnico com registro fotográfico das condições identificadas e serviços executados. Os quantitativos estimados são de aproximadamente 350 metros lineares de calhas em cobre, 100 metros lineares de águas-furtadas, 75 metros lineares de rufos e elementos complementares, além de condutores verticais e horizontais conforme necessidade identificada em campo. A altura média da edificação é de aproximadamente 16 metros, a ser confirmada em levantamento técnico. A quantidade estimada corresponde a 01 serviço global. **Observações:** • A vistoria técnica prévia será obrigatória para adequada formulação da proposta. A empresa deverá apresentar, antes do início dos serviços, Plano de Manutenção contendo a metodologia executiva a ser adotada, equipamentos e sistemas de acesso em altura, Análise Preliminar de Riscos (APR), Mapa de Riscos da atividade, relação dos EPIs e EPCs a serem utilizados e medidas de segurança do trabalho, em conformidade com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-06, NR-18 e NR-35; • O imóvel possui características históricas, devendo ser integralmente preservados seus elementos arquitetônicos originais durante a execução dos serviços; • A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral dos serviços,	22.500,00	L. M. E. LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
			incluindo mão de obra, deslocamento, materiais, ferramentas, EPIs, EPCs, encargos e tributos; • Fica estabelecido que a contratada será responsável pelo fornecimento, montagem, operação e desmontagem de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em altura, tais como andaimes, plataformas elevatórias ou outros meios de acesso, em conformidade com as normas de segurança do trabalho aplicáveis, especialmente a NR-35, sendo vedada a utilização de equipamentos da Administração pública. • Prazo de entrega: 30 dias.		

Rio Negro, 27 de agosto de 2026 -

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F6A86ED1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 022/2026 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 025/2025 REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: PHENIX CONSTRUTORA LTDA,** com sede na Rua Ubatumirim Lotufo Garcez, nº 58, Loteamento Parque Piracangaguá, município de Taubaté - SP, registrada no CNPJ /MF sob nº **53.987.549/0001-88**, neste ato representada por **FRANKLIN CARDOSO DO NASCIMENTO,** inscrito no CPF nº **026.388.394-93**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO** Por solicitação da CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, considerando a justificativa apresentada pela Administração, ficam redimensionados os serviços para a **CONSTRUÇÃO/FECHAMENTO DAS LATERAIS DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CELSO CATALAN**, nos termos e condições estabelecidos neste Termo Aditivo:

Produtos/Serviços **que constam** da planilha orçamentária e/ou projeto e não serão necessários para a conclusão da obra.

Código	Serviço	Unid	Qtde	Preço Unit.	Valor Total
	SERVIÇOS PRELIMINARES	-	-	-	-
93402	GUINDAUTO HIDRÁULICO PARA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CONTAINER SANITÁRIO	CHP	2,00	R$ 291,38	R$ 582,76
	FECHAMENTO METÁLICO DA QUADRA				
CP-20	TELA PLÁSTICA PARA ISOLAMENTO DA OBRA	M2	6,02	R$ 484,15	R$ 2.914,58
	MURO DE DIVISA - FUNDOS				
1114	RUFO INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	24,00	R$ 25,57	R$ 613,68
98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	6,00	R$ 49,64	R$ 297,84
	MURO DE DIVISA - DIREITA				
1114	RUFO INTERNO DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	16,17	R$ 25,57	R$ 413,46
98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	4,04	R$ 49,64	R$ 200,54
VALOR TOTAL A ADITAR					R$ **5.022,86**

Produtos/Serviços **que constam** da planilha orçamentária e são insuficientes para a conclusão da obra.

Código	Serviço	Unid	Qtde	Preço Unit. R$	Valor Total
	REVESTIMENTO DO MURO DA QUADRA				
87888	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	229,68	R$ 9,79	R$ 2.248,54
104973	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM PÉ-DIREITO DUPLO ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	229,68	R$ 37,48	R$ 8.608,41
VALOR TOTAL A SER GLOSADO					R$ **10.856,95**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto, o presente Termo Aditivo promoverá a glosa de**R$ 5.022,86 (cinco mil e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos)**e acrescentará ao valor contratual a importância de**R$ 10.856,95 (dez mil oitocentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**, resultando em um acréscimo líquido de**R$ 5.834,09 (cinco mil oitocentos e trinta e quatro reais e nove centavos)**ao valor contratual. 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 1269 – 06.002.12.361.0004.1104.4.4.90.51.05 – Fonte 10190 – Superávit. **CLÁUSULA TERCEIRA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro**,** 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7D79F4F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 2 AO CONTRATO N.º 099/2025 REF. INEXIGIBILIDADE N.º 52/2025

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, inscrita no CNPJ 76.002.641/0001-47, neste ato representado (a) pelo (a) Prefeito Municipal **Sr. ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador da cédula de identidade nº 2773957 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 936.249.729-87, **PODER CONCEDENTE**, por intermédio da Secretaria Municipal De Obras, Serviços Urbanos e Habitação, com sede na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, pelo Secretário Municipal **Sr. Maicon Aleffer do Prado**, nomeado através a portaria n°11/2025, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 99/2025, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições seguintes: **CONCESSIONÁRIA RN ILUMINA SPE LTDA**, com sede Rua André de Barros, 226, Sala 1405, Andar 14 Cond. Novo Centro Ed, Município de Curitiba - PR, CEP: 80010-080, inscrita no CNPJ sob n° 58.474.804/0001-02, representada, nos termos do seu Estatuto Social, pelos Srs. **IVAN LUIZ ALVES MARTINS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 1240795-5 e inscrito no CPF/MF sob o n° 531.218.309-10 e **FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 8845194-5 e inscrito no CPF/MF sob o n° 047.840.889-70.INSTITUICAO FINANCEIRA CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, instituição autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, com sede em Setor Bancário Sul Quadra 4, Município de Brasília, CEP: 73.000-001, inscrita no CNPJ sob o n°. 00.360.305/0001-04, neste ato representado pelo Sr.**

VITOR CARLOS DE SOUZA FREITAS**, Bancário, portador da cédula de identidade RG n° 8150770-8 inscrito no CPF/MF sob n° 047.578.629-70, residente e domiciliando em Avenida Saturnino Olinto, nº 1851 – apto 401 – Campo do Gado, na qualidade de** Gerente Geral de Rede. O MUNICIPIO, o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a INSTITUIÇAO. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 99/2025, por parte da Administração, com anuência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, visando o reajuste, conforme item 14 contrato, a partir do dia 1º/09/2026. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A partir de 1º de setembro de 2026, o valor unitário dos serviços será reajustado de R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) para **R$ 554,59 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos)**, em decorrência da aplicação do índice de **4,64%**, correspondente à variação do IPCA/IBGE no período. Considerando o período remanescente de **228 meses**, o reajuste representa um acréscimo mensal de R$ 24,59 (vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos) e, consequentemente, um **acréscimo de R$ 5.606,52 (cinco mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e dois centavos)** ao valor contratual.

Item	Qtd	Un.	Especificação	Preço Unitário	Valor reajustado IPCA 4,64%	Valor do acréscimo	Valor reajustado para 228 meses
1	228	meses	Serviços de Administração de Contas de Terceiros, vinculados ao Contrato de PPP - Concessão Administrativa para Prestação dos Serviços de Iluminação Pública deste Município	R$ 530,00	R$ 554,59	R$ 24,59	R$ 126.446,52

2.1 As despesas provenientes do referido termo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: **1019 – 13.002.25.752.0002.2.055.3.3.90.67.83.99 – Fonte 507. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Rio Negro PR, 27 de agosto de 2026

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:FEDD05D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 413, 26 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 1.721.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 1.721.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e um mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.01.04.122.0002.2.138	3.3.90.46.00.00.00	000	R$ 17.000,00
07.01.26.782.0007.2.032	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 42.000,00
08.01.12.361.0008.6.037	3.1.90.04.00.00.00	104	R$ 300.000,00
08.01.12.361.0008.6.037	3.1.90.13.00.00.00	104	R$ 40.000,00
08.01.12.365.0008.6.060	3.1.90.04.00.00.00	103	R$ 180.000,00
08.01.12.365.0008.6.039	3.1.90.11.00.00.00	104	R$ 230.000,00
08.01.12.365.0008.6.039	3.1.91.13.00.00.00	104	R$ 30.000,00
08.01.12.367.0008.6.041	3.1.90.04.00.00.00	104	R$ 50.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.94.00.00.00	101	R$ 50.000,00
08.02.12.365.0008.6.044	3.1.90.94.00.00.00	101	R$ 4.000,00
08.02.12.365.0008.6.061	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 200.000,00
08.02.12.365.0008.6.061	3.1.90.94.00.00.00	101	R$ 50.000,00
08.02.12.367.0008.6.104	3.1.90.94.00.00.00	101	R$ 75.000,00
09.01.10.301.0009.6.106	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 130.000,00
09.01.10.301.0009.2.046	3.1.90.16.00.00.00	303	R$ 14.000,00
09.01.10.301.0009.2.046	3.1.90.94.00.00.00	303	R$ 4.000,00
09.01.10.301.0009.2.046	3.1.91.13.00.00.00	303	R$ 50.000,00
09.01.10.301.0009.2.046	3.3.90.46.00.00.00	303	R$ 80.000,00
09.01.10.302.0009.2.134	3.1.90.94.00.00.00	000	R$ 10.000,00
11.01.27.812.0011.6.107	3.1.90.16.00.00.00	000	R$ 10.000,00
12.01.22.122.0012.2.063	3.1.90.13.00.00.00	000	R$ 15.000,00
14.01.13.392.0014.2.072	3.1.90.13.00.00.00	000	R$ 10.000,00
29.01.04.122.0022.2.141	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 100.000,00
29.01.04.122.0022.2.141	3.1.91.13.00.00.00	000	R$ 30.000,00
TOTAL			**R$ 1.721.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
03.01.02.062.0003.2.009	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 52.000,00

08.01.12.361.0008.6.037	3.1.90.11.00.00.00	104	R$ 340.000,00
08.01.12.365.0008.6.039	4.6.90.71.00.00.00	103	R$ 180.000,00
08.01.12.365.0008.6.039	3.1.90.04.00.00.00	104	R$ 260.000,00
08.01.12.367.0008.6.041	3.3.90.46.00.00.00	104	R$ 50.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.04.00.00.00	101	R$ 179.000,00
08.02.12.361.0008.6.043	3.1.90.11.00.00.00	101	R$ 200.000,00
09.01.10.302.0009.2.134	3.1.90.11.00.00.00	303	R$ 144.000,00
09.01.10.303.0009.2.088	3.3.90.46.00.00.00	303	R$ 4.000,00
09.01.10.305.0009.2.051	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 130.000,00
12.01.22.661.0012.2.064	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 20.000,00
13.01.20.606.0019.2.067	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 30.000,00
14.01.13.392.0014.2.072	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 50.000,00
16.01.04.122.0016.2.077	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 32.000,00
17.01.04.122.0017.2.078	3.1.90.11.00.00.00	000	R$ 50.000,00
TOTAL			**R$ 1.721.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 1.721.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e um mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
02.01	3.3	000	Agosto	R$ 17.000,00
07.01	3.1	000		R$ 42.000,00
08.01	3.1	104		R$ 650.000,00
08.01	3.1	103		R$ 180.000,00
08.02	3.1	101		R$ 379.000,00
09.01	3.1	000		R$ 140.000,00
09.01	3.1	303		R$ 68.000,00
09.01	3.3	303		R$ 80.000,00
11.01	3.1	000		R$ 10.000,00
12.01	3.1	000		R$ 15.000,00
14.01	3.1	000		R$ 10.000,00
29.01	3.1	000		R$ 130.000,00
TOTAL				**R$ 1.721.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
03.01	3.1	000	Agosto	R$ 52.000,00
08.01	3.1	104		R$ 600.000,00
08.01	3.3	104		R$ 50.000,00
08.01	4.6	103		R$ 180.000,00
08.02	3.1	101		R$ 379.000,00
09.01	3.1	303		R$ 144.000,00
09.01	3.3	303		R$ 4.000,00
09.01	3.1	000		R$ 130.000,00
12.01	3.1	000		R$ 20.000,00
13.01	3.1	000		R$ 30.000,00
14.01	3.1	000		R$ 50.000,00
16.01	3.1	000		R$ 32.000,00
17.01	3.1	000		R$ 50.000,00
TOTAL				**R$ 1.721.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:112AFE84

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 414 26 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei 4.360 de 19/12/2025— Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam Reestimadas as Receitas de Transferências Correntes na Fonte de Recursos – 306 Per Capita SAMU, conforme a seguir demonstrado:

Decreto n.414 26/08/2026 j. n.3604 de 27/08/2026 - Fonte 306							
Red	**Código**	**Descrição**	***Valor Orçado**	****Valor Arrecadado até 08/2026**	***** Valores Atualizados**	****** Excesso de Arrecadação no Exercício**	*******Excesso de Arrecadação aberto**
215	1.7.3.9.99.0.1.01.00.00.00.00	Per Capita SAMU	16.000,00	1.061.427,25	658.001,71	403.425,54	403.425,54
TOTAL			16.000,00	1.061.427,25	658.001,71	403.425,54	403.425,54
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº Lei 4.360 de 19/12/2025;							
** Valor da receita Arrecadada até 08/2026							
*** Valor atualizado pelos Decretos nº 222 de 27/04/2026, n° 366 26/05/2026							
**** Excesso de Arrecadação no Exercício;							
*****Excesso de Arrecadação aberto.							

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 302.000,00 (Trezentos e dois mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.302.0009.2.126	3.1.90.11.00.00.00	306	R$ 270.000,00
09.01.10.302.0009.2.126	3.1.91.13.00.00.00	306	R$ 30.000,00
09.01.10.302.0009.2.126	3.3.90.46.00.00.00	306	R$ 2.000,00
TOTAL:			**R$ 302.000,00**

Art. 3º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 302.000,00 (Trezentos e dois mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 306 Per Capita SAMU.

Art. 4º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 302.000,00 (Trezentos e dois mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	3.1	306	Agosto	R$ 300.000,00
09.01	3.3	306		R$ 2.000,00
TOTAL				R$ 302.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:9D7FFED5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2025

Ref. Pregão Eletrônico nº 102/2025

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa M & Z PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 52.283.903/0001-20, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 2.550, Centro, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86.600-027, Fone (43) 3015-3476 / 99640-8388 / 99614-0862, e-mail viniciuszanin.martinelli@hotmail.com, representada pela Senhora FRANCIELE CRISTINA DOS SANTOS MARTINELLI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica aditivado o prazo desta ata de registro por mais 12 (doze) meses, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21 e o art. 55 do Decreto Municipal nº 388/2024, haja vista que o preço encontra-se dentro do valor de mercado e atende ao interesse público como vantajoso, mantendo o valor ofertado e renovando as quantidades originais de abertura.
Considerando que o vencimento deste pregão ocorrerá em 28/08/2026, o presente aditivo terá vigência de 29/08/2026 a 28/08/2027.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total
1	PAR	100,00	61500	PLACAS PARA VEÍCULOS PADRÃO MERCOSUL (OFICIAL), 40 CM DE COMPRIMENTO POR 13 CM DE LARGURA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 748 - 30/11/2018 - COTRAN.	219,00	21.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 27 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	___
Prefeito Municipal De Rolândia	***M & Z PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefe de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:1A0F9197

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 46/2026

Expirado o prazo recursal, torna-se público a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto em favor da(s) empresa(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL	DESCONTO PROPOSTO %
1	1	Peças e insumos para sistemas de ar-condicionado de veículos, destinados à manutenção preventiva, corretiva e recuperativa de veículos leves, médios e pesados, multimarcas e modelos, incluindo componentes elétricos e afins, com aplicação de desconto sobre a Tabela AUDATEX.	63.457.962 DOUGLAS HENRIQUE TOMKIEL	1,0	200.000,00	200.000,00	55%
1	2	Serviços especializados de manutenção preventiva, corretiva e recuperativa em sistemas de ar-condicionado automotivo, incluindo diagnóstico, desmontagem, montagem, instalação, substituição de peças, componentes elétricos e demais serviços correlatos, para veículos leves, médios e pesados, multimarcas e modelos, com aplicação de desconto sobre a Tabela AUDATEX.	63.457.962 DOUGLAS HENRIQUE TOMKIEL	1,0	150.000,00	150.000,00	62%

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
63.457.962 DOUGLAS HENRIQUE TOMKIEL	350.000,00

Salto do Lontra, 27 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:DD2EBEF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA **,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 43/2026
Licitação n°: 24/2026
Modalidade: Dispensa
Data da Homologação: 21/08/2026
Data de adjudicação: 21/08/2026
Objeto homologado: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, visando a correção de vazamentos, limpeza de calhas e instalação de rufos nas coberturas do Ginásio de Esportes Municipal Roque Fortunato Ottenio (Zicão) e da Quadra de Esportes Corujinha

KAIZENBLOCK LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Fornecimento e instalação de rufos de fechamento	Engenharia	MT L	120,00	53,00	6.360,00
1	2	Fornecimento e instalação de rufos de vedação	Engenharia	MT L	270,00	52,20	14.094,00
1	3	Mão de obra para instalação de rufos e limpeza pontual Mão de obra para instalação de rufos e limpeza pontual	Engenharia	SER	1,00	4.167,50	4.167,50
1	4	Mão de obra para limpeza completa Mão de obra para limpeza completa do telhado e calhas, incluindo reaperto e substituição de parafusos	Engenharia	SER	1,00	9.802,80	9.802,80

TOTAL	34.424,30

Valor homologado: 34.424,30

Santa Amélia, 21 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:6D9A0913

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 568/2026

Onde se lê

B	Matheus Perole de Oliveira	Professor	Foz do Iguaçu/Pr	01 a 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 1.125,00
C	Cassia Lemes Maciel	Professora	Foz do Iguaçu/Pr	01 a 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 1.125,00
D	Ana Carolina Maluta	Professora	Foz do Iguaçu/Pr	01 a 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 1.125,00

Leia-se

B	Matheus Perole de Oliveira	Professor	Foz do Iguaçu/Pr	01 e 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 450,00
C	Cassia Lemes Maciel	Professora	Foz do Iguaçu/Pr	01 e 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 450,00
D	Ana Carolina Maluta	Professora	Foz do Iguaçu/Pr	01 e 03/09/2026	BDE8E15	Participar de capacitação	R$ 450,00

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:A8E4F418

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 577/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Priscila Loren Santana de Abreu Ribeiro	Psicóloga	Cornélio Procópio – PR	BCI-9842	Participar de capacitação	R$ 45,00	28/08/2026
B	Sidneia Moreira do Prado	Assistente Social	Cornélio Procópio – PR	BCI-9842	Participar de capacitação	R$ 45,00	28/08/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:871A4AF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 578/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de administração

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Claudecir Vanzela	Motorista de veiculos pesados	Londrina – PR	UBD7J70	Levar veiculo para revisão e manutenção	R$ 45,00	01/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:07BD71E5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 579/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	objetivo	Valor	Data
A	Luan José Vilalva	Agente Comunitário de Saúde	Cornélio Procópio/ PR	BEP 8A06	Participar de capacitação	45,00	03/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B7BF0D5F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 580/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
I – Secretaria Municipal de Esporte
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Wellinton Selestino da Silva	Motorista de veículos pesados	Uraí/ PR	28/08/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$ 45,00
B	Celso Amaro	Motorista de veículos leves	Ribeirão do Pinhal / PR	30/08/2026	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00
C	Nathan Campos Neves	Técnico Desportivo	Arapongas / PR	29/08/2026	UBD-7J70	Acompanhar atletas	R$45,00
D	Sidnei Pereira	Motorista de veículos pesados	Arapongas / PR	29/08/2026	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 27 de Agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:DDABB102

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS PROCESSO SELETIVO DE APRENDIZAGEM - PREFEITURA DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR

ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Processo Seletivo de Aprendizagem - Prefeitura de Santa Izabel do Oeste - PR

Processo seletivo 1 - Sala 1

Nº	Nome completo	CPF	E-mail
1	Kamily Vitória da Luz Gonçalves	093.592.589-97	daluzgoncalvesk@gmail.com
2	Luiza De Oliveira Signori	133.220.299-30	Luizasignori04@gmail.com
3	Miguel Lo Gamla	115.809.499-08	miguellogamla@gmail.com
4	Adrieli Carmelini Furquim dos santos	115.430.039-07	adrieli.furquim.santos@escola.pr.gov.br
5	Matheus Henrique Chagas de Araujo	125.400.969-80	matheushenriquearaujo31@gmail.com
6	Gustavo Rafael De Oliveira Rigo	137.638.609-75	gustavorigo782@gmail.com
7	Henrique dos santos camargo	100.906.729-09	henriquecamargo.pai@gmail.com
8	Maria Salete de Barros Bello	118.709.449-84	maria.barros.bello.salete@gmail.com
9	Ana julia Serafini	121.047.989-30	serafinianajulia392@gmail.com
10	Nicolly Ivanir Gamla Antunes	118.571.809-50	antunesnicolly07@gmail.com
11	Isabelly Possolli	130.144.339-50	isabellypossolli36@gmail.com
12	Emanuelle Vitoria Martins	107.437.629-32	emanuelle88martins@gmail.com
13	Gabrielly Becchi Azambuja	063.672.029-27	Julianiazambuja8@gmail.com
14	Victoria Isabelle dos santos da Silva	122.746.259-05	elis205elisangela@gmail.com
15	Thauany Victoria Flausino Nunes	118.079.069-30	thauanynunes12345@gmail.com
16	Leonardo Fardo Massoline	079.749.749-82	fardoleonardo34@gmail.com
17	Pedro Henrique Ramos Lazzari	115.765.019-81	ramoslazzari@gmail.com
18	Marlon Giareta	046.426.850-81	giaretamarlon67@gmail.com
19	Sarha Sophie Brandelero Bielak	122.747.459-86	sarhabielak19@gmail.com
20	Kyara Olivia Alves de Cesaro	117.897.909-13	kyara.decesaro02@gmail.com
21	Mateus Zerbielli Gomes	117.909.099-37	mateuszerbielli0@gmail.com
22	gabriely nicole da silva	104.644.629-08	silvagabriely2000@gmail.com
23	Maria Vitoria Dal Molin da Silva	128.473.389-00	dalmolmaria23@gmail.com
24	Camila Moraes Alves	115.880.849-65	marluze.m.alves@gmail.com
25	Pietro Antonio Cichocki Spadotto Barros	116.668.869-04	supermenebarbie@gmail.com

Processo seletivo 2 - Sala 2

Nº	Nome completo	CPF	E-mail
1	Kayc Willian da Silva Antunes	124.524.729-80	Antunes.kayc11@gmail.com
2	Carlos Henrique de Oliveira	090.731.449-06	carloshenrique28080@gmail.com
3	Gabriel Abrão Bilibio	115.481.409-29	gabrielfbilibio170@gmail.com
4	Murilo Rosa Fontana	036.231.051-39	murilofontana@outlook.com
5	Sara Aline Rodetes de Melo	116.773.679-62	alinerodetesdemelosara@gmail.com
6	Samuel de Oliveira Borges	118.866.809-90	samuelborges123br@gmail.com
7	Giovana Diehl Borges	054.422.080-35	giovanadiehl1402@gmail.com
8	ALISSON FELIPE RODRIGUES	052.478.459-00	joaolorena197@gmail.com
9	Victor Antônio Dionísio	116.536.069-16	tais.spz2@gmail.com
10	Giovana Rosa Fontana	087.027.919-00	gi.meleta@gmail.com
11	Giulia Tonial Porto	115.511.989-40	giulia.porto@escola.pr.gov.br
12	Pedro Henrique Correa Couto	133.426.589-59	phcorreacouto@gmail.com
13	Isadora Lukasieviez Da Fonseca	119.384.739-73	isadora.lukasieviez.fonseca@escola.pr.gov.br
14	Henrique Fagundes Alves	118.600.979-95	fagundesrique8@gmail.com
15	Grazielly Maria pilar fortes	117.262.069-55	graziellyfortes32@gmail.com
16	TAYNARA VALESKA DREHER RAIHER	119.589.499-65	taynaradreher86@gmail.com
17	Rafael Batistella Dos Santos	109.943.659-18	sueli.batistella@escola.pr.gov.br
18	Joao Leonardo Niesvinski Marcotto	099.292.549-51	Joao.marcotto@escola.pr.gov.br
19	Catharina Giordani De Sant'Anna	118.402.199-63	catharina.giordani08@gmail.com
20	Adrian Estrai	119.148.559-57	adrianestrai025@gmail.com
21	Jullia Martins Leite	098.551.939-89	julliamartinsleite@gmail.com
22	Estefani Ingracio Kessler	117.960.469-57	estefanikessler@gmail.com
23	GABRIEL PASQUALI PASSAURA	150.159.299-86	rfapasquali@gmail.com
24	Jhenifer Anahi Dezan	103.882.799-07	jheniferdezan@gmail.com
25	Patricia dos Santos Dallagnol	115.928.449-01	pdossantosdallagnol@gmail.com

Processo seletivo 3 - Sala 3

Nº	Nome completo	CPF	E-mail
1	Renan Gabriel Mello Walter	115.821.609-29	mellobia1994@outlook.com
2	Emanuel de campos de Carli	081.876.759-69	camposgrazi12@gmail.com
3	Bruno Kemper Bigaton	098.918.499-45	brunokbigaton@gmail.com
4	Arthur Testa	106.262.529-38	testaarthur243@gmail.com
5	Henrique Gabriel Kindzerski Pchebichewski	124.709.579-74	henrique.g.k.pchebichewski@gmail.com
6	ARTHUR LUIZ FUNGHETTO	083.307.811-94	funghettoarthur@gmail.com
7	DANIEL CHICOCKI RIBEIRO	133.492.269-14	daniel.chicocki.ribeiro@escola.pr.gov.br
8	Flavia tamilys casteli tozzi	027.146.850-56	Jessicacasteli98@gmail.com
9	Maria Eduarda Kiedes Crisóstomo	106.886.809-09	mariakiedes01@gmail.com
10	Maria Eduarda Niesvinski Marcotto	099.292.459-60	maria.niesvinski3001@gmail.com
11	Maria Fernanda Czarnobai	151.330.429-14	czarnobainanda@gmail.com
12	Kauany De Castro Baú	122.097.059-08	Kauany.bau2@gmail.com
13	Luiz Otávio Sinhori da Silva	120.014.539-90	luizsinhori40@gmail.com
14	Luiz Fernando Miranda de Freitas	154.712.619-17	luizinhozl2222@gmail.com
15	Leticia Sayuri Koike Dal Molin	462.740.918-40	koikeleticia2009@gmail.com
16	Lavinia Cichocki Spadotto Barros	116.668.639-63	barroslavinia48@gmail.com
17	Eduardo Gabriel Duarte Forlin	127.187.929-81	blackzim.gt@gmail.com
18	Maria Emanuelly Jacuboski Babinski	097.477.229-17	emanuelymaria070@gmail.com
19	Julia Kasper Vidal	103.859.209-70	kvidaljujuba@gmail.com
20	Ester Gabriele dos Santos Correa	115.908.499-81	estercorrea294@gmail.com
21	Lucas Masckio Berte	124.733.219-57	lucasberte632@gmail.com
22	Isabel dos Santos Robe Giza	114.985.699-86	fagiza4901@gmail.com
23	Pedro Henrique de Farias Baldo	117.022.539-02	fariaspedro19082011@gmail.com
24	isabelly nunes cardoso	092.425.159-06	cardosoisabelly537@gmail.com
25	Ana Julia Dal Molin	135.700.689-60	ana.julia.molin1@gmail.com

Processo seletivo 4 - Sala 4

Nº	Nome completo	CPF	E-mail
1	Marcielli da Rosa dos Santos	117.044.909-36	marciii2009@gmail.com
2	Murilo Gabriel Fortes Gebing	121.642.719-47	murilogebing29@gmail.com
3	Heron Dellabeta Fardo	103.836.499-00	heronfardo18@gmail.com
4	Luísa Gabriela dos santos de David	038.520.340-35	pageldossantosdaniela@gmail.com
5	Maria Helena Ragonha Piccoli	111.683.629-70	oficiaalmary@gmail.com
6	Ana Clara Rodrigues de Almeida	121.863.059-09	rodriguesalmeidaana772009@gmail.com
7	Ana Kauane Rogoski Roque	120.130.019-32	kauaneana453@gmail.com
8	Andrielly da Costa dos Santos	122.815.519-46	Andriellydacostadossantos6@gmail.com
9	Bianca Isabele de Lara	800.343.179-45	Morgan80lllllll@gmail.com
10	Clara Antunes Pires	124.730.469-80	antunespiresclara@gmail.com
11	Davi Gabriel dal magro Scalco	104.958.599-23	daviscalco2@gmail.com
12	Eduarda Camilli de Godoy	139.696.429-06	eduardacamilli1408@gmail.com
13	FABIANA BERTE TESTOLIN	115.810.099-09	f.testolin@escola.pr.gov.br
14	Felipe Eduardo lazeri	110.809.519-46	felipeeduardolazeri@gmail.com
15	Geovane Ajala Leão	714.508.341-83	ajalaflavia1@gmail.com
16	Gustavo Zancanaro	117.309.979-45	gustavohiniyadre@proton.me
17	Henzo Pyetro Walendolf da silva	104.477.119-46	henzo.valendolf.silva@escola.pr.gov.br
18	Isabelli Testa Oberosler	116.831.859-94	ibeli7667@gmail.com
19	Isadora ribeiro da silva	124.511.599-52	isadoraribeiro01313@gmail.com
20	Izabela Fachin Bednoski	117.873.589-33	fachinizabela@gmail.com
21	João Pedro da rocha miotto	144.167.309-18	Joaopedrodarochamiottomiotto@gmail.com
22	Jonathan Felipe Neitzke Saugo	114.900.529-76	Jonathansaugo9@gmail.com
23	Julia Vitória Dos Santos Pereira	120.762.189-71	taianerspereira@gmail.com
24	Kauan Gabriel lorenzi da silva	165.554.639-29	kauan.lorenzi.silva@escola.pr.gov.br
25	lívia maria falcão da costa	115.337.679-20	liviafalcao874@gmail.com

Processo seletivo 5 - Sala 5

Nº	Nome completo	CPF	E-mail
1	Luiz Otávio da Silva veiga	127.105.459-00	Luiz.silva.veiga@escola.pr.gov.br
2	maisa tainá padilha de almeida	117.718.739-65	maisatainapadilha@gmail.com
3	marcelly França Santos	529.426.378-54	marcellysantos2169@gmail.com
4	Maria vitoria de lima de oliveira	115.259.849-00	adelinamarta49@gmail.com
5	Miguel Bechi Calegari	094.066.199-38	bechicalegarimiguel@gmail.com
6	Mirian Izabeli Antunes	145.248.709-03	mirian.izabeli.antunes@escola.pr.gov.br
7	Natalia Miranda correia	115.799.419-90	nataliamiranda012@gmail.com
8	Otavio Forlin Molinete	116.096.379-76	otaviomolinete@gmail.com
9	Sara Cristina dos Santos Pilar	120.656.489-02	sara.cristtina06@gmail.com
10	Sibely Marina do Rosario França	122.226.899-02	Sibely.franca@escola.pr.gov.br
11	Sophia Cichocki	100.612.679-10	cichockisophia@gmail.com
12	Sther Maria Marchesan Morawski	117.858.549-25	S7herr@gmail.com
13	Thaiane Dionísio	118.782.489-52	thaianedionisio88@gmail.com
14	Thaliana Viktoria Alves	122.289.379-75	thay46521@gmail.com
15	thaynara Carolina	115.173.829-80	thaynara.calegari72@gmail.com
16	Ulises Rogelio Munhoz de Souza	035.265.851-72	andreamunhozdesouza@gmail.com
17	Valmir Soeth junior	147.621.099-32	valmirsoeth3@gmail.com
18	Vanuza richter da luz	115.499.439-28	vanuzarichterdaluz@gmail.com
19	Vitoria Fontoura de Lima	049.683.819-99	elisandrecristiane@gmail.com

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:16228247

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO DE APRENDIZAGEM - PREFEITURA DE SANTA IZABEL DO OESTE - PR

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Processo Seletivo de Aprendizagem - Prefeitura de Santa Izabel do Oeste - PR

Nome completo	Nascimento	Idade	E-mail	Escolaridade	Situação
Jonathan Felipe Neitzke Saugo	23/03/2008	18	jonathansaugo9@gmail.com	Ensino Médio Completo	Em Processo
Clara Antunes Pires	28/11/2007	18	antunespiresclara@gmail.com	Ensino Médio Completo	Em Processo
Pedro Henrique Ramos Lazzari	07/05/2009	17	ramoslazzari@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Sara Cristina dos Santos Pilar	11/12/2006	19	sara.cristtina06@gmail.com	Ensino Superior Cursando	Em Processo
Gabriel Abrão Bilibio	17/08/2009	17	gabrielfbilibio170@gmail.com	Ensino Técnico Cursando	Em Processo
Pietro Antonio Cichocki Spadotto Barros	19/01/2010	16	supermenebarbie@gmail.com	Ensino Técnico Cursando	Em Processo
Henrique dos Santos Camargo	03/07/2008	18	henriquecamargo.pai@gmail.com	Ensino Superior Cursando	Em Processo
Jullia Martins Leite	10/08/2008	18	julliamartinsleite@gmail.com	Ensino Superior Cursando	Em Processo
Leonardo Fardo Massoline	31/07/2007	19	fardoleonardo34@gmail.com	Ensino Superior Cursando	Em Processo
Isadora Lukasieviez da Fonseca	06/10/2011	14	isadora.lukasieviez.fonseca@escola.pr.gov.br	Ensino Técnico Cursando	Em Processo
Maria Helena Ragonha Piccoli	23/01/2008	18	oficiaalmary@gmail.com	Ensino Superior Cursando	Em Processo
Sibely Marina do Rosario França	17/11/2006	19	sibely.franca@escola.pr.gov.br	Ensino Médio Completo	Em Processo
Giselen Silva Soeth	11/09/2002	23	giselensoeth501@gmail.com	Ensino Médio Completo	Reprovado Interno
Felipe Eduardo Lazeri	24/03/2004	22	felipeeduardolazeri@gmail.com	Ensino Médio Completo	Em Processo
Giovana Diehl Borges	14/02/2006	20	giovanadiehl1402@gmail.com	Ensino Médio Completo	Em Processo
Kayc Willian da Silva Antunes	23/02/2011	15	antunes.kayc11@gmail.com	Não informado	Em Processo
Kamily Vitória da Luz Gonçalves	03/07/2010	16	daluzgoncalvesk@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Pedro Henrique Correa Couto	09/01/2010	16	phcorreacouto@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Giovana Rosa Fontana	05/02/2009	17	gi.meleta@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Ana Julia Serafini	05/10/2011	14	serafinianajulia392@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Mateus Zerbielli Gomes	20/08/2011	15	mateuszerbielli0@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Taynara Valeska Dreher Raiher	22/07/2009	17	taynaradreher86@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Joao Leonardo Niesvinski Marcotto	30/01/2009	17	joao.marcotto@escola.pr.gov.br	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Thauany Victoria Flausino Nunes	01/04/2009	17	thauanynunes12345@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Sara Aline Rodetes de Melo	10/01/2012	14	alinerodetesdemelosara@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Arthur Testa Rudnick	09/05/2012	14	testaarthur243@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo

Camila Moraes Alves	15/04/2012	14	marluze.m.alves@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Thaliana Viktoria Alves	11/01/2012	14	thay46521@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Maria Salete de Barros Bello	04/01/2012	14	maria.barros.bello.salete@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Completo	Em Processo
Isabelly M Possolli	02/07/2010	16	isabellypossolli36@gmail.com	Não informado	Em Processo
Thaiane Dionísio	13/05/2011	15	thaianedionisio88@gmail.com	Não informado	Em Processo
Isabelly Nunes Cardoso	22/06/2009	17	cardosoisabelly537@gmail.com	Não informado	Em Processo
Carlos Oliveira	28/09/2009	16	carloshenrique28080@gmail.com	Não informado	Em Processo
Matheus Henrique Chagas de Araujo	12/12/2011	14	matheushenriquearaujo31@gmail.com	Não informado	Em Processo
Marlon Giareta	15/04/2009	17	giaretamarlon67@gmail.com	Não informado	Em Processo
Maria Vitoria Dal Molin da Silva	07/05/2012	14	dalmolmaria23@gmail.com	Não informado	Em Processo
Héron Fardo	18/09/2009	16	heronfardo18@gmail.com	Não informado	Em Processo
Estefani Ingracio Kessler	24/09/2010	15	estefanikessler@gmail.com	Não informado	Em Processo
Leticia Koike	19/12/2009	16	koikeleticia2009@gmail.com	Não informado	Em Processo
Bruno Kemper Bigaton	23/04/2011	15	brunokbigaton@gmail.com	Não informado	Em Processo
Vitoria Fontoura de Lima	17/05/2012	14	elisandrecristiane@gmail.com	Não informado	Em Processo
Flavia Tamilys Casteli Tozzi	08/05/2012	14	jessicacasteli98@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Maisa Tainá Padilha de Almeida	27/07/2010	16	maisatainapadilha@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Ester Gabriele dos Santos Correa	10/07/2012	14	estercorrea294@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Kauany de Castro Baú	17/08/2011	15	kauany.bau2@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Isadora Ribeiro da Silva	20/09/2010	15	isadoraribeiro01313@gmail.com	Ensino Fundamental I Cursando	Em Processo
Ana Clara Rodrigues de Almeida	07/07/2009	17	rodriguesalmeidaana772009@gmail.com	Não informado	Em Processo
Luvas Masckio Berte	19/10/2008	17	lucasberte632@gmail.com	Não informado	Em Processo
Sther Maria Marchesan Morawski	19/10/2009	16	s7herr@gmail.com	Não informado	Em Processo
Patricia dos Santos Dallagnol	06/04/2004	22	pdossantosdallagnol@gmail.com	Não informado	Em Processo
Otavio Forlin Molinete	03/08/2009	17	otaviomolinete@gmail.com	Não informado	Em Processo
Kyara Olivia Alves de Cesaro	02/01/2010	16	kyara.decesaro02@gmail.com	Não informado	Em Processo
Jhenifer Anahi Dezan Weber	19/01/2007	19	jheniferdezan@gmail.com	Não informado	Em Processo
Fabiana Berte Testolin	22/04/2009	17	f.testolin@escola.pr.gov.br	Não informado	Em Processo
Isabel dos Santos Robe Giza	05/11/2010	15	fagiza4901@gmail.com	Não informado	Em Processo
Davi Gabriel Dal Magro Scalco	16/09/2011	14	daviscalco2@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Luiz Fernando Miranda de Freitas	17/09/2008	17	luizinhozl2222@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Thaynara Carolina	15/11/2010	15	thaynara.calegari72@gmail.com	Não informado	Em Processo
Bianca Isabele de Lara	21/03/2010	16	morgan80lllllll@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Gabrielly Becchi Azambuja	16/09/2010	15	kamilabecchi16@icloud.com	Não informado	Em Processo
Marcelly França Santos	29/07/2010	16	marcellysantos2169@gmail.com	Não informado	Em Processo
Nicolly G Antunes	10/12/2011	14	antunesnicolly07@gmail.com	Não informado	Em Processo
Natalia Miranda Correia	25/12/2008	17	nataliamiranda012@gmail.com	Não informado	Em Processo
Giulia Tonial Porto	23/03/2011	15	giulia.porto@escola.pr.gov.br	Não informado	Em Processo
Murilo Rosa Fontana	15/11/2006	19	murilofontana@outlook.com	Não informado	Em Processo
Julia Vitória dos Santos Pereira	20/09/2006	19	juliavs9pereira@gmail.com	Não informado	Em Processo
Eduardo Gabriel Duarte Forlin	14/10/2011	14	blackzim.gt@gmail.com	Não informado	Em Processo
Maria Vitoria de Lima de Oliveira	05/10/2010	15	adelinamarta49@gmail.com	Não informado	Em Processo
Valmir Soeth Junior	11/07/2011	15	valmirsoeth3@gmail.com	Não informado	Em Processo
Henrique Fagundes Alves	12/06/2009	17	fagundesrique8@gmail.com	Não informado	Em Processo
Emanuel de Campos de Carli	14/04/2011	15	camposgrazi12@gmail.com	Não informado	Em Processo
Samuel de Oliveira Borges	21/09/2011	14	samuelborges123br@gmail.com	Não informado	Em Processo
Adrieli Carmelini Furquim dos Santos	09/04/2011	15	adrieli.furquim.santos@escola.pr.gov.br	Não informado	Em Processo
Luiz Otávio da Silva Veiga	25/08/2010	15	luiz.silva.veiga@escola.pr.gov.br	Não informado	Em Processo
Maria Eduarda Kiedes	06/11/2007	18	mariakiedes01@gmail.com	Não informado	Em Processo
Daniel Chicocki Ribeiro	05/01/2010	16	daniel.chicocki.ribeiro@escola.pr.gov.br	Não informado	Em Processo
Alisson Felipe Rodrigues	21/03/2011	15	joaolorena197@gmail.com	Não informado	Em Processo
Miguel Lo Gamla	21/06/2012	14	miguellogamla@gmail.com	Não informado	Em Processo
Rafael Batistella dos Santos	09/01/2012	14	sueli.batistella@escola.pr.gov.br	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Andrielly da Costa dos Santos	13/12/2011	14	andriellydacostadossantos6@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Izabela Fachin Bednoski	03/07/2012	14	fachinizabela@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Valéria Vansetto Gogemeski	05/02/2013	13	renatavansetto@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Lavinia Cichocki Spadotto Barros	27/07/2012	14	barroslavinia48@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Mirian Izabeli Antunes	19/07/2012	14	mirian.izabeli.antunes@escola.pr.gov.br	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
João Gabriel Alves Stuani	19/04/2013	13	giuliamaikellyalves@outlook.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Renan Gabriel Mello Walter	18/05/2012	14	mellobia1994@outlook.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Luiz Antonio Dias Defante	07/03/2013	13	defantedefante91@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Luiz Otávio Sinhori da Silva	19/12/2011	14	luizsinhori40@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Antonio Hoeltgebaum Coelho dos Santos	29/12/2012	13	designercaren2019@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Izabelly Gonçalves Campos	07/06/2013	13	goncalvescamposizabelly@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Emily Gabrieli dos Santos Vilante	20/09/2012	13	amanda.goncalves09022007@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
João Vitor Damin Amora	20/12/2013	12	kelvinmichael10030@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Pedro Emanuel Ferreira Prestes	09/10/2012	13	angelaruzyckiadelar@hotmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Henrique Gabriel Kindzerski Pchebichewski	23/11/2011	14	henrique.g.k.pchebichewski@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Victoria Isabelle dos Santos da Silva	26/07/2012	14	elis205elisangela@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Julia Kasper Vidal	02/06/2011	15	kvidaljujuba@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Gustavo Rafael de Oliveira Rigo	08/04/2012	14	gustavorigo782@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Maria Fernanda Czarnobai	21/04/2011	15	czarnobaimaria@gmail.com.br	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Kauan Gabriel Lorenzi da Silva	03/11/2011	14	kauan.lorenzi.silva@escola.pr.gov.br	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Luísa Gabriela dos Santos de David	07/12/2011	14	pageldossantosdaniela@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Gabriel Pasquali Passaura	15/02/2012	14	rfapasquali@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Victor Antônio Dionísio	22/06/2012	14	tais.spz2@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Adrian Estrai	14/07/2012	14	adrianestrai025@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Geovane Ajala Leão	08/12/2011	14	leaoflavia92@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Valentina Kindzerski dos Santos	26/11/2012	13	joaocarlosenf@hotmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Arthur Luiz Funghetto	04/10/2011	14	funghettoarthur@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Lívia Maria Falcão da Costa	24/07/2012	14	liviafalcao874@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Emanuelle Vitoria Martins	01/08/2011	15	emanuelle88martins@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Maria Eduarda Niesvinski Marcotto	30/01/2009	17	maria.niesvinski3001@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Gustavo Zancanaro	13/05/2009	17	gustavohiniyadre@proton.me	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Gabriely Nicole da Silva	27/10/2010	15	silvagabriely2000@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Catharina Giordani de Sant'anna	21/06/2011	15	catharina.giordani08@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Sophia Cichocki	02/05/2011	15	cichockisophia@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Marcielli da Rosa dos Santos	22/10/2009	16	marciii2009@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Luiza de Oliveira Signori	04/10/2011	14	luizasignori04@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo

Ana Julia Dal Molin	15/11/2009	16	ana.julia.molin1@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Murilo Gabriel Fortes Gebing	29/10/2010	15	murilogebing29@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Maria Emanuelly Jacuboski Babinski	03/03/2011	15	emanuelymaria070@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Sarha Sophie Brandelero Bielak	19/04/2010	16	sarhabielak19@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Miguel Bechi Calegari	19/05/2010	16	bechicalegarimiguel@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
João Pedro da Rocha Miotto	17/10/2011	14	joaopedrodarochamiottomiotto@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Grazielly Maria Pilar Fortes	05/10/2010	15	graziellyfortes32@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Completo	Em Processo
Vanuza Richter da Luz	02/03/2008	18	vanuzarichterdaluz@gmail.com	Não informado	Em Processo
Isabelli Testa Oberosler	18/01/2009	17	ibeli7667@gmail.com	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Henzo Pyetro Walendolf da Silva	31/08/2010	15	henzo.valendolf.silva@escola.pr.gov.br	Ensino Médio Cursando	Em Processo
Luiza Gabrielly Santos Perón	28/06/2013	13	alinepereira5668@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Reprovado Interno
Ulises Rogelio Munhoz de Souza	13/05/2012	14	andreamunhozdesouza@gmail.com	Ensino Fundamental Ii Cursando	Em Processo
Eduarda Camilli de Godoy	14/05/2008	18	eduardacamilli1408@gmail.com	Não informado	Em Processo
Ana Kauane Rogoski Roque	06/06/2009	17	kauaneana453@gmail.com	Não informado	Em Processo
Pedro Henrique de Farias Baldo	19/08/2011	15	fariaspedro19082011@gmail.com	Ensino Fundamental II Cursando	Em Processo

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:A523AB77

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N°16/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

OBJETO: Credenciamento de agroindústrias e/ou produtores rurais para aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar, para o atendimento ao Programa de Incentivo à Produção de Alimentos, com base na Lei N° 2.492, de 18 de março de 2022, afim de atender às necessidades da Administração Municipal, alimentação escolar, hospitalar e programas da assistência social do Município de Santa Izabel do Oeste, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	CÓD. DESP.	CÓD. ALMOX.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	3.000	Kg	**Morango:** de 1ª qualidade, fresca, tamanho uniforme, não devem estar danificadas, machucadas ou murchas. Acondicionadas em quantidade conforme solicitação em embalagem de polietileno atóxico.	653	40984	29,73	89.190,00
02	3.000	Kg	**Uva in natura**, produto de primeira linha, tamanho médio, sem deformações e contaminações, consistência firme sem indícios de germinação, grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte, condições adequadas p/ consumo.	653	150180	12,61	37.830,00

VALOR TOTAL R$ 127.020,00

Homologo a presente Inexigibilidade de licitação,

Santa Izabel do Oeste - PR, 27 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:08392173

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026. DATA DA REALIZAÇÃO: 27/08/2026.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Avenida do Rosário, nº 228, Centro Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, DISPENSA a Licitação, conforme termos da Lei Federal 13.019/2014, Lei Municipal 1082/2022, Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a favor da empresa **APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES** PR, sito à Av Tancredo Neves, 264 - CEP: 85790000 - bairro: centro cidade/uf: Capitão Leônidas Marques/PR, inscrita no CNPJ sob nº 00.614.178/0001-22, para Prestação de serviços de Educação Especial às pessoas com deficiência Intelectual Múltipla Deficiências e Transtorno Globais do Desenvolvimento, tanto no funcionamento intelectual, como nas relações sociais, saúde e educação que demandam do contexto escolar práticas pedagógicas que possibilitem apoios contínuos, no valor de R$ **75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais),** por um período de **11 meses**, conforme abaixo descrito:

APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE CAPITÃO L MARQUES PR								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	TERMO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - APAE			SR	11,00	6.818,18	75.000,00
TOTAL								75.000,00

As razões que levaram á escolha do contratado, nos termo do art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 37/2025 são: seleção mediante processo de disputa, nos termos do art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 12 e 14 do Decreto Municipal nº 37/2025.
Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, vinte e sete dias de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:3DA5B9C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 86/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 57/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA L R DE OLIVEIRA MAT. DE CONSTRUCAO LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR

Gestão 2025/2028

TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 ao Ata de

Registro de Preço nº. 86/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº. 57/2025, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa L R DE OLIVEIRA MAT. DE CONSTRUCAO LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **L R DE OLIVEIRA MAT. DE CONSTRUCAO LTDA**, CNPJ nº **35.078.991/0001-00**, sediada na **AVENIDA JOSE BATISTA PROENCA, 1249 – ANDAR SUPERIOR B - CENTRO**, CEP: **86.270-000** na cidade **São Jerônimo da Serra / Paraná**, e-mail: oliveiramateriais01@gmail.com, telefone: **(43) 3267-1977/ (43) 99176-1094** representante Sr. **LUCAS RAFAEL DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 10.713.340-2 e do CPF nº 096.788.179-00, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE VERGALHÕES DE AÇO, AÇO CA-50, DE VÁRIAS BITOLAS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**, e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO
O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 86/2026. do Pregão Eletrônico nº. 57/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND	QTD	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
03	**Vergalhão de Aço – Aço CA-50 10 mm –**	Barra	50	R$ 40,40	R$ 2,15 (5,33%)	R$ 42,55

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor total é de **R$ 2.440,25 (dois mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos)** corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre do memorando do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e encontra amparo legal no art.124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 27 de agosto de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal Contratante

L R DE OLIVEIRA MAT. DE CONSTRUCAO LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome:_____ Ass: _____
CPF:

Nome: _____ Ass: _____
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:38EBA6C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 22/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira
Estado do Paraná
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 22/2026

GABINETE DA PREFEITA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026
Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 09/2026 a que se refere o Processo Administrativo 25/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é a **Aquisição de Certificado Digital A3 ICP-Brasil, destinado ao uso de agente público municipal para acesso a sistemas governamentais, assinatura digital de documentos e demais atos administrativos eletrônicos que exijam certificação digital.**

FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET, estabelecida na Rua Landulfo Alves, nº. 198, CENTRO, CEP: 44 600 000, no Município de **Ipirá,** no Estado da Bahia, inscrita no **CNPJ sob nº 56.150.801/0001-98**.

Valor total da despesa: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). **Pagamento:** Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	6,00	UNIDADE	Certificado Digital A3 ICP-Brasil + token validade 12 meses. **MARCA: SYNGULAR MODELO: G&D**	R$ 125,00	R$ 750,00
				VALOR TOTAL DOS ITENS:		**R$ 750,00**
				TOTAL DO PROCESSO:		**R$ 750,00**

São Sebastião da Amoreira - PR, 27 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:9CC7F277

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS DA DISPENSA Nº 17/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2026 – CMS
Fornecedor: **GRÁFICA ARTCOR EXPRESS LTDA.**
CNPJ: 21.510.612/0001-02
Valor Total: R$ 1.790,10 (mil, setecentos e noventa reais e dez centavos)

Item	Especificação do Item	Métrica	Qde.	Valor Unitário	Valor Total
1	**CARTÃO DE VISITA,** com as seguintes características: – tamanho: 90 x 55mm; – papel: couché fosco; – gramatura: 300g; – com verniz – posição: paisagem – impressão: laminação fosca * será 1 (um) pacote com 1.000 (mil) unidades. * A arte será disponibilizada pela CONTRATANTE	Milheiro	1	R$ 440,00	R$ 440,00
2	**IMPRESSÕES PARA HONRARIAS** (A3 para enquadramento), com as seguintes características: – Formato final: A3 (297 x 420 mm) - obrigatória sangria de 3 a 5 mm e marca de corte. – Padrão mínimo: Couché fosco 300 g/m² ou papel artístico livre de ácido (pH neutro); – gramatura ≥ 240 g/m²; – superfície lisa, apto a impressão de alta definição. – Requisito de conservação: papel livre de ácido para evitar amarelamento quando enquadrado; opcionalmente, laminação fosca para proteção contra abrasão e marcas (sem brilho excessivo para uso com vidro). – Impressão: digital ou offset, 4x0 (frente colorida), qualidade fotográfica, gestão de cor CMYK com perfis padronizados, fidelidade ao brasão e às cores institucionais; – Tinta: pigmentada/ resistente à luz (UV), sem desprendimento; – Acabamento: refile preciso (tolerância máxima a ±2 mm), superfície isenta de riscos, manchas, banding ou desalinhamentos; sem orelhas e sem ondulações. – Embalagem e entrega: individual ou em packs rígidos, protegidos contra umidade; cada unidade identificada; entrega plana (sem enrolar) para evitar marcas.	Unidade	30	R$ 15,67	R$ 470,10

3	**BANNER/BACKDROP EM LONA 3,00 × 2,50m** – Material: lona PVC 440 g/m² (ou superior); – superfície fosca para reduzir reflexos, tratamento anti-UV e anti-fungo. – Impressão: digital, resolução mín. 720 dpi (preferencialmente 1.200 dpi), fidelidade cromática com tolerância ΔE ≤ 3 em relação ao arquivo aprovado. – Acabamento: bainha dupla superior/inferior; ilhós metálicos a cada 30 cm em todo o perímetro; cantos reforçados; bordas sem rebarbas. – Dimensão final: 3,00 × 2,50 m, tolerância ±1%. – Acessórios: cordoalhas elásticas/cordas para fixação; embalagem em tubo protetor. – Provas: envio de prova digital (mockup) para aprovação e, quando solicitado, amostra impressa A3 para checagem de cor. – Garantia: 90 dias contra falhas de impressão, delaminação e descolamento de ilhós.	Unidade	1	R$ 880,00	R$ 880,00
Total do Fornecedor:					**R$ 1.790,10**

Valor total desta Ata: R$ 1.790,10 (mil setecentos e noventa reais e dez centavos).

Câmara Municipal de Sarandi, 26 dias do mês de agosto de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:BB15D740

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5169/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 340.897,58 (Trezentos e Quarenta Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Cinqüenta e Oito Centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 340.897,58 (Trezentos e Quarenta Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais e Cinqüenta e Oito Centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0004.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
491	00003-Apoio Financeiro aos Municípios - AFM FR 003 EA	145,79
492	00740-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais EA	8,65
	SUBTOTAL	154,44
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5468	01023-Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19) EA	6,00
5469	01024-Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - L.C nº 173/2020 - Inciso I, art. 5º EA	0,45
5441	01029-Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19) EA	1,69
	SUBTOTAL	8,14
	TOTAL	162,58
Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.365.0011.2029	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL P´RE ESCOLAR	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2291	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	41.391,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
2370	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	490,00
	SUBTOTAL	41.881,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5290	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	222.410,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5320	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	48.421,00
5330	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.361,00
10.005	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VEICULAR	
10.301.0015.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO VEICULAR SAUDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6000	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	19.662,00
	SUBTOTAL	298.854,00
	TOTAL	340.735,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do superavit financeiro de fontes do exercicio anterior (R$ 162,58) e do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
12.365.0011.2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2460	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	490,00
08.003	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0026.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3060	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	41.391,00
	SUBTOTAL	41.881,00
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5450	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.361,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5530	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	290.493,00
	SUBTOTAL	298.854,00
	TOTAL	340.735,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 26/08/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:FC4730F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 90039/2026

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90039/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Teixeira Soares/PR.

CONTRATADA: 68.384.146 BRUNO HENRIQUE JABLESKI, inscrita no CNPJ Nº 68.384.146/0001-11, com sede na Rua Jorge Jose Saliba, 167 – Restinga Mafra/SC, CEP 89302-310.
Valor total: R$ 1.005,00 (Um mil e cinco reais).

68.384.146 BRUNO HENRIQUE JABLESKI						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	12	BLOCO DE RECEITUÁRIO B1, com 20 folhas, conforme portaria 344/98.	UN	150,00	6,70	1.005,00
TOTAL						1.005,00

CONTRATADA: CASTELO GRÁFICA E EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 19.607.649/0001-01, com sede na Rua Doutor Rebouças n.º 632 – Vila Maria – Batatais/SP – CEP 14.315-766.
Valor total: R$ 3.100,00 (Três mil e cem reais).

CASTELO GRAFICA E EDITORA LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	FOLDERS: Papel: Couché fosco 90g Formato: 21x29,7cm Acabamentos: dobra paralela Cores: 4x4 - colorido frente e verso	UN	5.000,00	0,30	1.500,00
1	3	PANFLETO: Em papel couche brilho 90g, TAMANHO 20x14 cm, cores 4x0	UN	10.000,00	0,16	1.600,00
TOTAL						3.100,00

CONTRATADA: CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931, inscrita no CNPJ sob nº 36.510.912/0001-50, com sede na R Baleia Jubarte 386, Bombinhas / SC, CEP: 88215000.
Valor total: R$ 4.344,40 (Quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

CRISTIANO DE OLIVEIRA RISTOW 09020009931						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	9	PASTA CARTÃO SEM ORELHAS PERSONALIZADA 140g, com uma dobra e impressão preta em apensa um lado	UN	5.000,00	0,80	4.000,00
1	13	BLOCO DE RECEITUÁRIO B2, com 20 folhas, conforme portaria 344/98.	UN	20,00	5,90	118,00
1	14	BLOCO DE RECEITUÁRIO A, com 20 folhas, conforme portaria 344/98.	UN	20,00	5,42	108,40
1	15	BLOCO DE RECEITUÁRIO C2 (RETINÓIDES) BLOCO DE RECEITUÁRIO C2 (RETINÓIDES), com 20 folhas, conforme portaria 344/98.	UN	20,00	5,90	118,00

TOTAL	4.344,40

CONTRATADA: ESSENCIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 63.024.736/0001-10, com sede na Rua NOGUEIRA, Nº 845, CONTORNO - Ponta Grossa/PR - CEP 84061-280.
Valor total: R$ 43.619,00 (quarenta e três mil, seiscentos e dezenove reais).

ESSENCIA COMUNICACAO VISUAL LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	8	FAIXA FAIXA: Lona brilho comum 440, cores 4x0, acabamento com bastão madeira lateral com corda para sustentação ou ilhoses nos cantos para amarração.	M²	100,00	23,00	2.300,00
1	10	PLACA DE SINALIZAÇÃO por m², cores 4x0, material PS 3mm, revestimento adesivo Vinil 0.10, acabamento verniz UV	UN	10,00	84,90	849,00
1	11	PLOTAGEM OU ENVELOPAMENTO DE VEÍCULOS calandrado ou cast, de alta aderência, com resistência a intempéries (sol, chuva e lavagens) e proteção UV para evitar desbotamento. Impressão: Em alta resolução e acabamento com laminação (fosca ou brilhante) para proteção extra da tinta. Preparação: Limpeza profunda e descontaminação da superfície do veículo para garantir a aderência do adesivo. Aplicação: Moldagem técnica do material nas curvas, vincos e recortes dos para-choques, portas e capô	M²	300,00	134,90	40.470,00
TOTAL						43.619,00

CONTRATADA: RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 11.412.110/0001-87, com sede na Rua Sete de Setembro, 245 – Vila Tavolaro – Ribeirão Pires – SP – CEP: 09420-400.
Valor total: R$ 6.156,00 (Seis mil, cento e cinquenta e seis reais).

RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA-ME						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CRACHÁ Impressão Digital HD Colorida - Alta Definição. PVC Branco Laminado Brilho 0,76mm, Tamanho 8,6x5,4cm. (Mesma Espessura de Cartão Bancário). Acabamento Cantos Arredondados, Laminação Alto Brilho, Prendedor Jacaré.	UN	200,00	8,65	1.730,00
1	4	CARIMBO PEQUENO Carimbo Automático Personalizado 14X38MM	UN	50,00	16,98	849,00
1	5	CARIMBO MÉDIO Carimbo Automático Personalizado 14X47MM	UN	50,00	22,83	1.141,50
1	6	CARIMBO GRANDE Carimbo Automático Personalizado 38X75MM	UN	50,00	48,71	2.435,50
TOTAL						6.156,00

CONTRATADA: S&S GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.313.810/0001-00, Rua Major Jose Dequech, nº 20, Casa 2, Bairro Santa Felicidade, Curitiba – PR, CEP: 82.410-660.
Valor total: R$ 1.245,00 (mil duzentos e quarenta e cinco reais).

S&S GRAFICA E COMUNICACAO VISUAL LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	7	BANNER Completo Personalizado 100x70cm Arte Inclusa Colorido	UN	50,00	24,90	1.245,00
TOTAL						1.245,00

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais. Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 26 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cladis m Marchinski
Código Identificador:8F78F447

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 298/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 38/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MBV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 41.113.439/0001-08, com sede RUA JOSE CUSTODIO DE OLIVEIRA, 1765, CENTRO, CEP 87300020, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MOIZES BRIZENO VIEIRA, CPF: 593.117.702-72, carteira de Identidade nº 630298105.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA, PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA, REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
04	**NEUROLOGISTA,** Efetuar Serviço Médico ESPECIALIZADO: exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades. Receitas, emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento; Prestar todas as informações médicas necessárias para os prepostos ou funcionários do CONTRATANTE, a fim de possibilitar a continuidade adequada da atenção à saúde do paciente, de acordo com as orientações e fluxos estabelecidos; Preencher os documentos comprobatórios do atendimento, com detalhamento da consulta, atendimento, tratamento, evolução e encaminhamento final, conforme orientações do SUS. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;	UNID	2.500	R$ 80,00	R$ 200.000,00

	Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados TERAPEUTICO SINGULAR (PTS) para os pacientes de acordo com o Protocolo Municipal ou Solicitação da Rede de Atenção. Atendimento a todas as políticas públicas da saúde; Atendimento ao usuário de serviço de saúde: procedimento pertinente à atenção especializada, com base na tabela do SIGTAP; Utilizar e preencher obrigatoriamente o prontuário eletrônico (SIGSS). Horário e Agenda deverá ser agendados na Secretaria de Saúde. Atendimento de consultas em Unidade de Saúde no Município de Terra Boa-Pr O Pagamento será de acordo com a produção (atendimento) A Comprovação será por meio de relatório do sistema SIGSS – Sistema Integrado de Gestão em Saúde.				

Valor esse que será pago em EM ATE 30 DIAS.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de setembro de 2026, com vencimento até 01 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 25 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0FD860E8

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 299/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 38/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: RICARDO VINICIUS BRUNETO LTDA, CNPJ nº 41.500.743/0001-08, com sede RUA INHAUMA, 731, ZONA 03, CEP 87050170, Maringá - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RICARDO VINICIUS BRUNETO, CPF: 070.224.659-08, carteira de Identidade nº 5373350.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA, PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA, REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
05	**OTORRINOLARINGOLOGISTA,** Efetuar Serviço Médico ESPECIALIZADO: exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades. Receitas, emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento; Prestar todas as informações médicas necessárias para os prepostos ou funcionários do CONTRATANTE, a fim de possibilitar a continuidade adequada da atenção à saúde do paciente, de acordo com as orientações e fluxos estabelecidos; Preencher os documentos comprobatórios do atendimento, com detalhamento da consulta, atendimento, tratamento, evolução e encaminhamento final, conforme orientações do SUS. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados TERAPEUTICO SINGULAR (PTS) para os pacientes de acordo com o Protocolo Municipal ou Solicitação da Rede de Atenção. Atendimento a todas as políticas públicas da saúde; Atendimento ao usuário de serviço de saúde: procedimento pertinente à atenção especializada, com base na tabela do SIGTAP; Utilizar e preencher obrigatoriamente o prontuário eletrônico (SIGSS). Horário e Agenda deverá ser agendados na Secretaria de Saúde. Atendimento de consultas em Unidade de Saúde no Município de Terra Boa-Pr O Pagamento será de acordo com a produção (atendimento) A Comprovação será por meio de relatório do sistema SIGSS – Sistema Integrado de Gestão em Saúde.	UNID	2.500	R$80,00	R$200.000,00

Valor esse que será pago em ATE 30 DIAS.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de setembro de 2026, com vencimento até 01 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 25 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:7AA5A39A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 338/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **CASA NONA CECÍLIA ALOJAMENTO LTDA, CNPJ 35.589.204/0001-94** com endereço na R PADRE FRANCISCO JOAO AZEVEDO, 204 - CEP: 80210160 - BAIRRO: JARDIM BOTANICO, neste ato representada por SANTINA SANNY GASPAR ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 573.799.399-04, com domicilio na RUA GENEROSO MARQUES, 700 - CEP: 83601050 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 97/2025, objetivando a **Contratação de empresa para prestação de serviço na modalidade de casa de apoio em Curitiba para alojamento, alimentação e translado de pacientes do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, em atendimento médico na capital do Estado (Curitiba) e cidades circunvizinhas, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Terra Rica, Estado do Paraná.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou o contrato acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais 12 meses, ou seja, até o dia 31/08/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente termo aditivo, fica reajustado o valor unitário da Ata de acordo com o índice INPC de 4,10% e renovados os quantitativos iniciais, conforme segue na tabela abaixo:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	50090	SERVIÇO EM CASA DE APOIO EM CURITIBA - HOSPEDAGEM SEM ISOLAMENTO Serviço de casa de apoio com serviços de recepção, triagem, hospedagem, alimentação e transporte de pacientes, em regime de atendimento 24 horas, conforme termo de referência, para pacientes sem necessidade de isolamento.	PROPRIA	DIÁR	1.500,00	119,52	179.280,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	50091	SERVIÇO EM CASA DE APOIO EM CURITIBA - HOSPEDAGEM COM ISOLAMENTO Serviço de casa de apoio com serviços de recepção, triagem, hospedagem, alimentação e transporte de pacientes, em regime de atendimento 24 horas, conforme termo de referência, para pacientes com necessidade de isolamento.	PROPRIA	DIÁR	200,00	139,66	27.932,00
TOTAL								207.212,00

CLÁUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ 207.212,00 (Duzentos e sete mil, duzentos e doze reais).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 338/2025 de 02/09/2025.

Terra Rica-Pr, 21/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***SANTINA SANNY GASPAR***
Prefeito Municipal	Casa Nona Cecília Alojamento LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:87AA75C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 128/2026
Plataforma: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Dispensa/ Inexigibilidade Por Lote.
Sistema de Registro de Preços

Licitação exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Torna-se público que o Municipio de Terra Rica, por meio do departamento de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica**,** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.
Data da Sessão: 02/09/2026
Horário da Fase de Lances: 09:00 horas.
Duração da Fase de Lances: 06:00 horas.
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1. O objeto da presente dispensa: Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal**.,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.1.1. O objeto será conforme Tabela:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62942	CALÇA BEGE Calça bege de tecido 100% poliéster. Talhe social, com dois bolsos laterais embutidos na parte da frente e dois bolsos embutidos fechados por botões na parte de trás. Cós seccionado, com passantes para cinto, fechado por botões. Braguilha fechada por um zíper localizado no dianteiro da calça. Tamanho 40.	3,00	UNID	139,06	417,18
2	62943	CAMISA BEGE MEIA-MANGA Camisa bege, em tecido 100% poliéster, de talhe esportivo com dois bolsos chapados na parte da frente, fechados por duas portinholas abotoadas, contendo no bolso esquerdo um compartimento para canetas. Frente abotoada por cinco botões: o primeiro aproximadamente a 14cm abaixo do degolo, o último na altura dos quadris e os demais a intervalos iguais. Pala em tecido duplo na parte superior das costas, mangas com bainha dobrada e pespontada e gola com bicos de cantos vivos. Tamanho Nº02.	3,00	UNID	129,63	388,89
TOTAL						806,07
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62940	BONÉ AZUL-MARINHO LISO Em tecido de brim, na cor azul-marinho. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós azul-marinho. Bone todo liso, sem nenhuma identificação.	10,00	UNID	31,74	317,40
TOTAL						317,40
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62939	BONÉ MARINHA MERCANTE COR PRETO Em tecido de brim, na cor preto. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós preto. Na frente do boné, bordados, escrita e logotipo "Marinha Mercante".	2,00	UNID	58,14	116,28
TOTAL						116,28
Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62941	CALÇA MESCLA Calça comprida, azul-mescla, em tecido brim mescla nº 2, cintura normal, cós dobrado possuindo passantes. Dois bolsos dianteiros com abertura inclinada, dois bolsos traseiros com pala chapados de cantos em ângulo. Possui um zíper para fechamento da braguilha e um botão no trespasse do cós. O fechamento é feito com o dianteiro esquerdo sobre o direito. Tamanhos: do 40 ao 50. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de empenho, conforme a necessidade da Administração.	15,00	UNID	139,71	2.095,65
TOTAL						2.095,65
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62944	CAMISETA BRANCA DE MEIA-MANGA Camiseta branca de meia-manga, em tecido 100% algodão, de meia-malha lisa, de corte reto. Gola olímpica, de golo sanfonado. Bainha com pesponto duplo. Tamanhos: do M ao GG. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de empenho, conforme a necessidade da Administração.	15,00	UNID	33,06	495,90
TOTAL						495,90
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62945	CINTO BEGE Cinto bege de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	3,00	UNID	60,17	180,51
TOTAL						180,51
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62946	CINTO PRETO Cinto preto de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	10,00	UNID	61,73	617,30

TOTAL						617,30
Lote: 8 - Lote 008						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62948	INSÍGNIA E DISTINTIVO DE COLARINHO - CAPITÃO FLUVIAL No colarinho, insígnia de metal no lado direito e distintivo da seção no lado esquerdo.	3,00	PAR	15,50	46,50
TOTAL						46,50
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62947	MEIAS PRETAS - PAR Meias pretas - de fio sintético, cano curto terminando em sanfona sem elástico. Tamanho 38-44	12,00	PAR	12,45	149,40
TOTAL						149,40
Lote: 10 - Lote 010						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62949	SAPATO PRETO - PAR Sapato Preto - de couro preto, biqueira redondas em costura; solado de borracha vulcanizada; partes visíveis, na cor preta; salto de borracha preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular. Uso masculino. Tamanho 40.	2,00	PAR	224,89	449,78
TOTAL						449,78

1.1.2. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o Dispensa, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Documento de Formalização da Demanda, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e/ou, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, conforme o caso;
3.8. Juntamente dos documentos de habilitação o licitante apresentará as Declarações exigidas em Edital na forma do Anexo III;

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, conforme Anexo IV, junto aos documentos de habilitação, para possuir o direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.10. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

~~4~~
~~4.4~~
~~4.5~~
~~4.6~~
3.11. Fica facultado ao fornecedor, **caso a opção seja disponível no sistema,** cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.
3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário definidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 centavos (um centavos de reais)
4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
5.3. Estando o preço compatível, será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do Anexo V do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Na mesma oportunidade o fornecedor deverá encaminhar os documentos de habilitação, conforme item 6.1.2.
5.3.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.5.1. contiver vícios insanáveis;
5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
5.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
5.8.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
5.8.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
5.8.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei
5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
5.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
5.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
6.1.2. O Agente de contratação exigirá do fornecedor mais bem classificado o envio dos documentos de habilitação a que se referem esse tópico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, devendo ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, devendo ser encaminhado juntamente com a proposta de preços (conforme *item 5.3)*.
6.1.3. Após o prazo do *item* anterior, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
6.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Ata de registro de Preços ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O Sistema de Registro de Preços adotado como procedimento auxiliar no presente processo licitatório é regulamentado nos termos da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 264/2023.

7.3. A quantidade do objeto por *Lote/item* descrita no Termo de Referência trata da quantidade máxima a ser contratada pela Administração, sem que exista obrigatoriedade de contratação desta quantidade pela Administração Pública.

7.4. Não serão admitidas propostas para de registro de preços em quantidade inferior à quantidade definida no termo de referência

7.5. As condições para alteração ou atualização dos preços registrados, hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor e do registro de preços, penalidades a serem aplicadas em caso de descumprimento da Ata estão descrita nos termos da Minuta da Ata de Registro de Preços.

7.6. Veda-se a participação da Administração Pública em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

7.7. Serão incluídos em cadastro de reserva:

7.7.1. Os licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e

7.7.2. Os licitantes que mantiverem sua proposta original;

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preços;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preços;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Poderá ser aplicada multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato/ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

8.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
8.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.
8.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/ata de registro de preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato/ata de registro de preços ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado na plataforma de dispensa eletrônica, Diário Oficial do Município e sítio eletrônico do órgão público.
9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência Simplificado
ANEXO II	Modelo De Declaração Unificada
ANEXO III	Modelo Padrão De Declaração De Enquadramento – ME/EPP
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	**Ji** Minuta de Ata de Registro de Preços

Terra Rica, 14/08/2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal de Terra Rica

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratações

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

OBJETO: Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal.

Solicitante: Jilberto Izidoro da Silva

Responsável pelo preenchimento: Mayara Carla Alvarez

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Conforme Relatório de Cotação (anexo).

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMOS

Nos termos do art. 72, *caput*, V da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão exigidos, como requisitos de habilitação mínimos para a contratação:
a) Documento constitutivo da empresa;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

c) Certidão Conjunta de quitação de Tributos e contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e regularidade relativa a Seguridade Social (INSS-CND);
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos;
e) Certidão negativa conjunta relativa a débitos junto Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

DO PADRÃO DE REFERÊNCIA DOS UNIFORMES

Os uniformes e acessórios objeto da presente contratação destinam-se aos servidores municipais que exercem atividades de tripulação da Balsa Municipal, desempenhando funções de aquaviários na navegação interior. As especificações técnicas adotadas têm como referência os padrões estabelecidos para os uniformes da Marinha Mercante Nacional, conforme aplicável às atividades desempenhadas.
A referência aos referidos padrões tem por finalidade definir objetivamente as características, modelos e identidade visual das peças necessárias à adequada identificação e padronização dos servidores, devendo os produtos fornecidos atender às especificações constantes deste Termo de Referência e às imagens de referência constantes do Anexo II.

IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62942	CALÇA BEGE Calça bege de tecido 100% poliéster. Talhe social, com dois bolsos laterais embutidos na parte da frente e dois bolsos embutidos fechados por botões na parte de trás. Cós seccionado, com passantes para cinto, fechado por botões. Braguilha fechada por um zíper localizado no dianteiro da calça. Tamanho 40.	3,00	UNID	139,06	417,18
2	62943	CAMISA BEGE MEIA-MANGA Camisa bege, em tecido 100% poliéster, de talhe esportivo com dois bolsos chapados na parte da frente, fechados por duas portinholas abotoadas, contendo no bolso esquerdo um compartimento para canetas. Frente abotoada por cinco botões: o primeiro aproximadamente a 14cm abaixo do degolo, o último na altura dos quadris e os demais a intervalos iguais. Pala em tecido duplo na parte superior das costas, mangas com bainha dobrada e pespontada e gola com bicos de cantos vivos. Tamanho Nº02.	3,00	UNID	129,63	388,89
TOTAL						806,07
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62940	BONÉ AZUL-MARINHO LISO Em tecido de brim, na cor azul-marinho. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós azul-marinho. Bone todo liso, sem nenhuma identificação.	10,00	UNID	31,74	317,40
TOTAL						317,40
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62939	BONÉ MARINHA MERCANTE COR PRETO Em tecido de brim, na cor preto. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós preto. Na frente do boné, bordados, escrita e logotipo "Marinha Mercante".	2,00	UNID	58,14	116,28
TOTAL						116,28
Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62941	CALÇA MESCLA Calça comprida, azul-mescla, em tecido brim mescla nº 2, cintura normal, cós dobrado possuindo passantes. Dois bolsos dianteiros com abertura inclinada, dois bolsos traseiros com pala chapados de cantos em ângulo. Possui um zíper para fechamento da braguilha e um botão no trespasse do cós. O fechamento é feito com o dianteiro esquerdo sobre o direito. Tamanhos: do 40 ao 50. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de empenho, conforme a necessidade da Administração.	15,00	UNID	139,71	2.095,65
TOTAL						2.095,65
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62944	CAMISETA BRANCA DE MEIA-MANGA Camiseta branca de meia-manga, em tecido 100% algodão, de meia-malha lisa, de corte reto. Gola olímpica, de golo sanfonado. Bainha com pesponto duplo. Tamanhos: do M ao GG. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de	15,00	UNID	33,06	495,90

		empenho, conforme a necessidade da Administração.				
TOTAL						495,90
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62945	CINTO BEGE Cinto bege de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	3,00	UNID	60,17	180,51
TOTAL						180,51
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62946	CINTO PRETO Cinto preto de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	10,00	UNID	61,73	617,30
TOTAL						617,30
Lote: 8 - Lote 008						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62948	INSÍGNIA E DISTINTIVO DE COLARINHO - CAPITÃO FLUVIAL No colarinho, insígnia de metal no lado direito e distintivo da seção no lado esquerdo.	3,00	PAR	15,50	46,50
TOTAL						46,50
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62947	MEIAS PRETAS - PAR Meias pretas - de fio sintético, cano curto terminando em sanfona sem elástico. Tamanho 38-44	12,00	PAR	12,45	149,40
TOTAL						149,40
Lote: 10 - Lote 010						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62949	SAPATO PRETO - PAR Sapato Preto - de couro preto, biqueira redondas em costura; solado de borracha vulcanizada; partes visíveis, na cor preta; salto de borracha preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular. Uso masculino. Tamanho 40.	2,00	PAR	224,89	449,78
TOTAL						449,78

DAS IMAGENS DE REFERÊNCIA

As imagens constantes do **Anexo II – Imagens de Referência dos Uniformes e Acessórios** possuem caráter exclusivamente ilustrativo e têm por finalidade auxiliar na compreensão das características visuais, modelo, formato e padrão pretendidos pela Administração.
As imagens não constituem indicação de marca, fabricante ou fornecedor, sendo admitidos produtos de qualquer procedência que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
Em caso de eventual divergência entre a imagem de referência e a descrição técnica do respectivo item, **prevalecerão as especificações constantes da descrição técnica do Termo de Referência.**
Os produtos fornecidos deverão apresentar características visuais compatíveis com as imagens de referência, observadas as especificações técnicas, materiais, cores, dimensões, acabamentos e demais requisitos estabelecidos para cada item.
Para os itens que contenham símbolos, inscrições, insígnias ou distintivos, a imagem deverá ser observada como referência quanto ao desenho, disposição e padrão visual, em conjunto com a descrição técnica do respectivo item.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

a) O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 meses, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• LOCAIS DE ENTREGA

a) Os bens serão entregues, no local indicado na Solicitação, no local ou dentre os locais listados abaixo *(o local da entrega dentre os listados será apresentado na Requisição de Empenho/ Requisição de Compra)*:

· **Prefeitura,** localizado no endereço: Avenida Claudio Soletti, 1120, Terra Rica/PR;

Horário de funcionamento: 07h30 – 11h30 e 13h00 – 17h00.

• PRAZO DE ENTREGA

I -O prazo de entrega será de 20 dias, a contagem do prazo de entrega terá início à partir do recebimento da *Requisição de Empenho* ou documento equivalente.

II - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que a empresa apresente pedido formal de prorrogação com a devida motivação por escrito instruída com os documentos que se fizerem necessários e o pedido seja aprovado pelo Gestor ou Fiscal responsável.

• GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

I – Os materiais deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

II - No caso de substituição do bem, o substituído terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

III – Durante o período de garantia ou assistência técnica, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento da garantia.

IV - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por
parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

V - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

VI - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

• DO RECEBIMENTO

I – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata de registro de preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

II – Disposição na Nota Fiscal ou documento que o acompanhe de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota opera efeitos de recebimento legal do objeto, que impedem sua devolução ou substituição não produzirão quaisquer efeitos jurídicos. Eventual assinatura ou visto na Nota Fiscal pelo recebedor significará única e exclusivamente o recebimento provisório do objeto.

III – Até o recebimento definitivo do objeto, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando entregues em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou quando desatenderem os requisitos mínimos de qualidade para uso do objeto.

IV – Em havendo irregularidade do objeto, conforme *inciso* anterior, o fornecedor será notificado via A.R. ou *e-mail* e terá o prazo de 05 dias para a substituição do objeto, às suas custas, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções administrativas.

V - No caso de indícios de irregularidade do objeto, seja em relação a quantidade entregue, seja em relação à qualidade ou dimensões, em relação à parte do objeto entregue, será notificada a empresa (via A.R. ou *e-mail*), na forma do *inciso* anterior, bem como, solicitado à empresa a emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa (regular) do objeto para liquidação e pagamento, conforme art. 143 da Lei 14.133/21.

VI - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação devidamente documentada.

VII – A notificação encaminhada para o fornecedor, nos termos do *inciso IV* interrompe o prazo para o recebimento definitivo do objeto, desde sua emissão até a solução fornecida pela empresa. Na hipótese de substituição do objeto ou entrega de parcela faltante, o prazo para o recebimento da parcela substituída ou entregue será iniciado novamente em sua integralidade.

VIII – A referida notificação contará no mínimo com: Identificação da empresa; Identificação do processo licitatório; identificação da Requisição de Compra ou Empenho ou Nota Fiscal do Objeto; Identificação da parcela do objeto em que se constatou vício qualitativo, dimensional ou quantitativo; Descrição do vício; Prazo para regularização ou substituição; Identificação do notificante; Data.

IX – O recebimento definitivo do objeto, não isenta o fornecedor de responsabilidade legal pelo Objeto nos termos do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor ou outro dispositivo legal aplicável.

• LIQUIDAÇÃO

I – Após o recebimento definitivo do objeto, a Nota Fiscal junto com a documentação de aceite do objeto, será encaminhado para o Departamento competente para fins de verificação se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

II - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Poder Público;

III – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que será conferida pela Administração na oportunidade da liquidação;

IV – Constatada irregularidade fiscal do fornecedor, este será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias realizar a regularização fiscal necessária;

V – Persistindo a irregularidade, a Administração Pública tomará as providências necessárias para a rescisão contratual, assegurado o contraditório e ampla defesa do fornecedor.

VI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços

• DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão realizados à partir do décimo quinto dia do mês subsequente a data do *recebimento definitivo* do objeto.

II – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

DAS OBRIGAÇÕES

• DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

I - Efetuar a entrega de produto(s) que esteja(m) em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, sob demanda do órgão, nas quantidades e locais indicados m estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, bem como, em condições de qualidades adequadas ao seu uso;

II- Substituir às suas expensas o(s) material(is) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação ou desgastes prematuros;
III - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s) fornecidos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor abrigando-se a, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas aqueles que apresentarem avarias ou defeitos; indicados, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta;
IV - Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários,
fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

V - Garantir que o(s) produto(s) fornecido(s) à Administração esteja(m) em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
VI - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VII - Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à administração, a preposto seus ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato/ata de registro de preços, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

VIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das
obrigações decorrentes da aquisição;
IX - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os direitos e obrigações assumidas por força de contrato/ata, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
X - Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

XI – Informar e manter atualizado o endereço físico e eletrônico (*e-mail)* à Administração para serem utilizados como canais oficiais de comunicação entre as partes. As comunicações encaminhadas aos endereços informados terão presunção de recebimento pelo fornecedor para fins de efeitos legais.

XII - Comunicar à Administração, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorrida durante o fornecimento dos produtos contratados prestando os esclarecimentos julgados necessários;

XIII - Manter durante toda a execução as condições da habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, devendo fornecer os documentos e certidões que comprovem às condições, sempre que solicitado.

• DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

I - Conferir minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s)
provisoriamente com as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II - Proporcionar as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações do fornecedor, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de
Administração e endereço de cobrança;

III – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, por meio de fiscais especialmente designados.

IV - Efetuar o pagamento da fatura de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira e demais condições legais e editalícias;
V - Permitir aos funcionários do fornecedor (devidamente identificados) acesso às dependências da administração, caso necessário.

VI – Notificar e comunicar a existência de vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas do fornecedor.

VII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Apenas serão considerados recebidas as solicitações encaminhadas aos meios de comunicação oficial do Poder Público.

DA FISCALIZAÇÃO

I – A fiscalização do fornecimento ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:

· *Nome: Jilberto Izidoro da Silva, cargo/função: Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos.*

IV - São atribuições do(s) fiscal(is) da ata de registro de preços:

a) Acompanhar o fornecimento, responsabilizando-se pelo recebimento provisório e definitivo do objeto;

b) Acompanhar o cumprimento das condições do instrumento convocatório e contratual ou instrumento que o substitua, bem como, verificação do cumprimento das obrigações pelo prestador de serviços;

c) Registrar ocorrências e eventos relevantes à execução do contrato ou ata, com a descrição do que for necessária para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Emissão de notificação conforme tópico “Do recebimento”, ou em constatada irregularidade, falha ou falta no cumprimento das obrigações do instrumento convocatório e/ou contratual, com auxílio da Procuradoria Jurídica e Departamento de Compras.

e) Informar ao gestor do contato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

f) Quando do recebimento definitivo, encaminhar as Notas Ficais, com registro do recebimento definitivo, ao Departamento de Compras para a liquidação e pagamento.

V – O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Terra Rica, 10/08/2026

JILBERTO IZIDORO DA SILVA
Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos

MAYARA CARLA ALVAREZ
Assistente Administrativo

Apêndice I do Termo de Referência – IMAGENS DE REFERÊNCIA DOS UNIFORMES E ACESSÓRIOS

LOTE 01 - CALÇA BEGE E CAMISA BEGE DE MEIA-MANGA

LOTE 02 - BONÉ AZUL-MARINHO LISO

LOTE 03 - BONÉ MARINHA MERCANTE COR PRETO

LOTE 04 - CALÇA MESCLA

LOTE 05 - CAMISETA BRANCA DE MEIA-MANGA

LOTE 06 - CINTO BEGE

LOTE 07 - CINTO PRETO

LOTE 08 - INSÍGNIA E DISTINTIVO DE COLARINHO - CAPITÃO FLUVIAL

LOTE 09 MEIAS PRETAS - PAR

LOTE 10 - SAPATO PRETO - PAR

Apêndice II do Termo de Referência

MINUTA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Minuta elaborada em atendimento aos critérios e parâmetros definidos nos termos da Lei 14.133/21.

OBJETO: Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal.
Solicitante: Jilberto Izidoro da Silva

Responsável pelo preenchimento: Mayara Carla Alvarez

• NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme Solicitação.

• DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

Conforme Solicitação.

• ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Nome	Quantidade	Unidade de medida
CALÇA BEGE	3,00	UNID
CAMISA BEGE MEIA-MANGA	3,00	UNID
BONÉ AZUL-MARINHO LISO	10,00	UNID
BONÉ MARINHA MERCANTE COR PRETO	2,00	UNID
CALÇA MESCLA	15,00	UNID
CAMISETA BRANCA DE MEIA-MANGA	15,00	UNID
CINTO BEGE	3,00	UNID
CINTO PRETO	10,00	UNID
INSÍGNIA E DISTINTIVO DE COLARINHO - CAPITÃO FLUVIAL	3,00	PAR
MEIAS PRETAS - PAR	12,00	PAR
SAPATO PRETO - PAR	2,00	PAR

• ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total para a contratação pretendida é de R$ 6.000,00, conforme Termo de Cotação e documentos de pesquisa de mercado (anexos).

• JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A adjudicação dos objetos será **por grupo(s) de item(ns), para parcela do objeto (LOTE 1), e para o restante dos lotes será por item(ns) unitário(s) separadamente.**

Justificativa:

Ante a natureza do(s) objeto(s) demandado(s), entendo que o critério de adjudicação deva ser por grupo(s) de item(ns) para o lote 1, vez que a camisa bege e a calça bege serão agrupadas em um mesmo lote por constituírem peças complementares de um mesmo conjunto de uniforme utilizado pelos servidores do transporte hidroviário municipal. O agrupamento objetiva assegurar a padronização visual do conjunto, especialmente quanto à tonalidade das peças, qualidade dos materiais, acabamento e apresentação, evitando diferenças significativas decorrentes do fornecimento por empresas distintas. Além disso, as peças pertencem ao mesmo segmento de confecção de uniformes profissionais, de modo que o agrupamento não representa, em princípio, restrição indevida à competitividade, uma vez que fornecedores do ramo possuem capacidade para confeccionar e fornecer ambas as peças. Dessa forma, o agrupamento mostra-se técnica e operacionalmente adequado, preservando a uniformidade necessária ao conjunto.

• DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal por 12 meses, prorrogáveis por igual período até o limite de 12 meses. A solução encontrada atende a demanda de reposição das peças atualmente desgastadas e ao atendimento das futuras necessidades decorrentes da ampliação do quadro de servidores. Sendo que os uniformes objeto da presente contratação destinam-se aos servidores municipais que exercem atividades de tripulação da Balsa Municipal, os quais desempenham funções de aquaviários na navegação interior, sujeitas à fiscalização da Autoridade Marítima. Dessa forma, as especificações técnicas foram elaboradas tomando como referência os padrões estabelecidos para os uniformes da Marinha Mercante Nacional, buscando assegurar adequada identificação funcional, padronização visual e compatibilidade com as atividades desenvolvidas

CONCLUSÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Terra rica, 07/08/2026

JILBERTO IZIDORO DA SILVA
Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos

MAYARA CARLA ALVAREZ
Assistente Administrativo

ANEXO - II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 22/2026
OBJETO: **Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal.**
Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

1) A ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3) Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4) Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5) O cumprimento dos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, em caso de tratarem-se de profissionais organizados em coopertativa;

6) Não enquadra-se em situação de vedação a participação no processo licitatório, nos termos do *item 2.7.* e seguintes do Edital;

7) Declaramos os meios de contato oficiais da empresa e seu respectivo endereço, para fins de toda e qualquer comunicação oficial a ser tratada entre o licitante e eventual contratado/ detentor de ata de registro de preços. As comunicações, intimações ou notificações enviadas pelo e-mail e/ou por correspondência aos endereços indicados serão considerados como recebidos. Eventuais alterações deverão ser previamente comunicadas à Administração.

E-mail:
Telefone:
Endereço (completo com CEP):

8) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9) Declaramos para os fins de direito, em relação ao presente processo licitatório e eventual instrumento contratual ou congênere firmado à partir dele, queo(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc**.**

....., ..., ... de .....
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO - III

EDITAL DE PREGÃO Nº 22/2026
OBJETO: **Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal.**

Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP/EQUIPARADAS

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que:

1) Se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (que atende aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

2) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3) Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., ..., ... de .....
.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – IV
Modelo de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem por objeto a Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal., conforme segue:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62942	CALÇA BEGE Calça bege de tecido 100% poliéster. Talhe social, com dois bolsos laterais	3,00	UNID	139,06	417,18

		embutidos na parte da frente e dois bolsos embutidos fechados por botões na parte de trás. Cós seccionado, com passantes para cinto, fechado por botões. Braguilha fechada por um zíper localizado no dianteiro da calça. Tamanho 40.				
2	62943	CAMISA BEGE MEIA-MANGA Camisa bege, em tecido 100% poliéster, de talhe esportivo com dois bolsos chapados na parte da frente, fechados por duas portinholas abotoadas, contendo no bolso esquerdo um compartimento para canetas. Frente abotoada por cinco botões: o primeiro aproximadamente a 14cm abaixo do degolo, o último na altura dos quadris e os demais a intervalos iguais. Pala em tecido duplo na parte superior das costas, mangas com bainha dobrada e pespontada e gola com bicos de cantos vivos. Tamanho Nº02.	3,00	UNID	129,63	388,89
TOTAL						806,07
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62940	BONÉ AZUL-MARINHO LISO Em tecido de brim, na cor azul-marinho. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós azul-marinho. Bone todo liso, sem nenhuma identificação.	10,00	UNID	31,74	317,40
TOTAL						317,40
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62939	BONÉ MARINHA MERCANTE COR PRETO Em tecido de brim, na cor preto. Copa formada por seis triângulos com dimensões e no ponto de união dos vértices dos triângulos, parte externa mais alta da copa, é aplicado um ilhós preto. Na frente do boné, bordados, escrita e logotipo "Marinha Mercante".	2,00	UNID	58,14	116,28
TOTAL						116,28
Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62941	CALÇA MESCLA Calça comprida, azul-mescla, em tecido brim mescla nº 2, cintura normal, cós dobrado possuindo passantes. Dois bolsos dianteiros com abertura inclinada, dois bolsos traseiros com pala chapados de cantos em ângulo. Possui um zíper para fechamento da braguilha e um botão no trespasse do cós. O fechamento é feito com o dianteiro esquerdo sobre o direito. Tamanhos: do 40 ao 50. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de empenho, conforme a necessidade da Administração.	15,00	UNID	139,71	2.095,65
TOTAL						2.095,65
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62944	CAMISETA BRANCA DE MEIA-MANGA Camiseta branca de meia-manga, em tecido 100% algodão, de meia-malha lisa, de corte reto. Gola olímpica, de golo sanfonado. Bainha com pesponto duplo. Tamanhos: do M ao GG. Os tamanhos e respectivos quantitativos serão definidos no momento da emissão de cada requisição de empenho, conforme a necessidade da Administração.	15,00	UNID	33,06	495,90
TOTAL						495,90
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62945	CINTO BEGE Cinto bege de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	3,00	UNID	60,17	180,51
TOTAL						180,51
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62946	CINTO PRETO Cinto preto de cadarço misto de poliamida e algodão, com 3,3cm de largura e, aproximadamente, 2,5mm de espessura. Fechado por uma fivela retangular, de metal amarelo.	10,00	UNID	61,73	617,30
TOTAL						617,30
Lote: 8 - Lote 008						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total

1	62948	INSÍGNIA E DISTINTIVO DE COLARINHO - CAPITÃO FLUVIAL No colarinho, insígnia de metal no lado direito e distintivo da seção no lado esquerdo.	3,00	PAR	15,50	46,50
TOTAL						46,50
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62947	MEIAS PRETAS - PAR Meias pretas - de fio sintético, cano curto terminando em sanfona sem elástico. Tamanho 38-44	12,00	PAR	12,45	149,40
TOTAL						149,40
Lote: 10 - Lote 010						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	62949	SAPATO PRETO - PAR Sapato Preto - de couro preto, biqueira redondas em costura; solado de borracha vulcanizada; partes visíveis, na cor preta; salto de borracha preta; atado com cinco laçadas de cadarço preto de formato tubular. Uso masculino. Tamanho 40.	2,00	PAR	224,89	449,78
TOTAL						449,78

Informar o valor final do prêmio máximo de cada item.

Validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **Dispensa**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2023.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – V
Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Pregão Nº 22/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, endereço - Av. Claudio Domingos Soletti, 1120, Cep - 87.890-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Empresa **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, CNPJ nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, com sede na <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, neste ato representada por <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, com CPF/MF sob nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>, resolvem celebrar a presente Ata para Registro de Preços <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>, em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e alterações, e ainda de conformidade com a documentação constante no Dispensa N° 22/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ata trata do(a) Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal.. Conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Terra Rica a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para a realização dos serviços/produtos do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

2.1. Conforme Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. Conforme Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E ALTERAÇÃO
4.1. Os preços para os bens/serviços registrados são os constantes da proposta apresentada no Dispensa nº 22/2026, conforme discriminação abaixo:

<ITENS.CONTRATO#T>

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer alteração ou atualização nas seguintes hipóteses (hipóteses de acréscimo de valor):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

d) ocorrência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, desde que devidamente comprovado;

4.3. Para realização da alteração de valores deverá ser realizado o procedimento e atendidos os requisitos dos arts. 19, 20 e 21 do Decreto Municipal nº 264/2023. Os valores poderão eventualmente sofrer redução, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, nos termos e condições do art. 21 do Decreto Municipal nº 264/2023.

4.4. A revisão de preços será feita, observando os requisitos e critérios dispostos no referido Decreto Municipal.

4.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto registrado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 As O fornecedor receberá Requisição de Empenho e devendo atende-la, nos prazos, locais e formas previstas na Requisição e Termo de Referência.

5.2. O fornecedor deverá cumprir as cláusulas da presente Ata, as disposições do Termo de Referência e demais disposições do Edital Licitatório.

5.3. O fornecimento será gerido e fiscalizado conforme "Modelo de Gestão de Ata", previsto no Termo de Referência.

5.4. A fiscalização exercida no fornecimento do objeto não exclui a responsabilidade da detentora da ata de registro de preços, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Para despesas realizadas à partir dos valores registrados em Ata, poderão ser utilizadas as seguintes dotações orçamentárias:

<DOTACOES.CONTRATO#T>

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

7.1. O recebimento ocorrerá conforme Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8. Os preços inicialmente registrados são fixos não sofrerão reajuste no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (Data do Relatório de Cotação).

8.1. Após o interregno do *item* anterior, poderá ser concedido o reajuste de valores, desde que o fornecedor formalmente o requeira, nos termos do art. 19 e seguintes do Decreto Municipal nº 264/2023, observado o disposto nos *itens* subsequentes.

8.2. Para fins de reajustamento de valores, será aplicado o índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. Os valores não serão reajustados, quando o fornecedor concorrer ou der causa à mora na execução do objeto.

8.2.2. Os valores não serão reajustados em caso de a aplicação do reajuste resultar em valor superior ao de mercado, ou na hipótese de o(s) fornecedor(es) em cadastro de reserva apresentarem proposta mais vantajosa à Administração, conforme art. 20 do Decreto Municipal nº 264/2023

8.3. Não será concedido reajuste, com efeitos retroativos, em nenhuma hipótese.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, poderá ser a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, injustificadamente;

b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, injustificadamente, de forma que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

e) praticar ato fraudulento na execução da ata;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o fornecedor descumprir condições da ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” e “c” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b” e “c”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será considerado haver inexecução total da ata;

2. quando a ata exigir garantia , moratória de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor total da ata, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover o cancelamento do registro do fornecedor por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 22 do Decreto Municipal nº 264/2023

3. compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da ata, no caso de sua inexecução inexecução total da ata.

9.3 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de dano causado ao Ente Público (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora

ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o Administração, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, prorrogável por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/21, contado à partir da publicação de seu extrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços e seus preços registrados serão cancelados, quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou incidir nas condutas descritas no *item 9.1.* da CLÁUSULA NONA deste instrumento.

b) Não retirar Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

c) Sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

d) Não aceitar manter os preços registrados, em caso de ter indeferido pedido de alteração de valores, por não preencher as condições para alteração de valores, observado o art. 20, § 5º do Decreto Municipal nº 264/2023;

11.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DE PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que em conformidade com o Decreto Municipal nº 264/2023:

a) Por interesse público, desde que devidamente comprovado e justificado;

b) A pedido de fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado;

c) Na hipótese de pedido de alteração de valores, quando na negociação de valores, nos termos do art. 20 do Decreto Municipal nº 264/2023, restar comprovada vantagem econômica no cancelamento do valor registrado, ou no cancelamento seguido de contratação de fornecedor do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços.

d) Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, e não houver êxito na negociação com o fornecedor para redução do preço registrado, nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 264/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os termos dessa Ata vinculam-se às condições e disposições, conforme do Edital Licitatório, em especial, ao Termo de Referência, considerado, para todos os efeitos como parte integrante da relação entre as partes.

13.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

13.3. As características e condições do objeto devem obedecer, no que não for contrário ao Edital e Ata de Registro de Preços, às disposições da proposta apresentada pelo fornecedor, no certame licitatório.

13.4. Elege-se o foro da Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para qualquer demanda que envolva a presente Ata de Registro de Preços e demais obrigações dela decorrentes.
E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da prefeitura municipal de Terra Rica - Pr.

Terra Rica – PR, 18/08/2026 (dezoito dias de agosto de 2026).

MUNICÍPIO DE TERRA RICA <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>
Agnaldo de Souza Costa <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF.:

_____

Nome:
CPF.:

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>**.

DOMICÍLIO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>.

OBJETO: Registro de preço para compra de uniformes para os funcionários do transporte hidroviário municipal., Dispensa N° 22/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em <DTHOMOLOGACAOLIC>.

VALOR TOTAL: R$ **<VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: <PRAZOVIGENCIA>, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezoito dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>
<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:F8DD19F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL – D (CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETIVA, LOCAL E HORÁRIO)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

EDITAL – D (CONVOCAÇÃO PARA PROVA OBJETIVA, LOCAL e HORÁRIO)

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ,
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 745, de 17 de julho de 2019, e alterações, na Lei Municipal nº 1066, de 22 de julho de 2026, e na Instrução Normativa nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO PARA A PROVA OBJETIVA do PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO nº 002/2026, destinado à contratação de pessoal por tempo determinado, sob regime jurídico administrativo especial, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme as normas a seguir:

Informamos aos candidatos homologados que a Prova Escrita Objetiva será realizada no dia 30 DE AGOSTO DE 2026, conforme horários e locais abaixo:

LOCAL: **Escola Municipal Professora Abgail Cândido Krasota, Rua Sérvulo Cesar Santos, 5. Centro, CEP: 83.480-000 - Tunas do Paraná**

DATA: 30/08/2026 – PERÍODO DA MANHÃ
- Horário de Realização da Prova: **08h00min às 11h00min**
- **Os portões se abrirão as 07h10min e se fecharão às 07h45min.**
- Após o fechamento dos Portões será proibido o acesso aos Locais de Prova.
- Os candidatos não poderão fazer a prova em horário e data diferente do constante neste Edital.

CARGOS: Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeiro(a), Monitor(a) de Transporte Escolar

DATA: 30/08/2026 - PERÍODO DA TARDE
- Horário de Realização da Prova: **13h00min às 16h00min**
- **Os portões se abrirão as 12h10min e se fecharão às 12h45min.**
- Após o fechamento dos Portões será proibido o acesso aos Locais de Prova.
- Os candidatos não poderão fazer a prova em horário e data diferente do constante neste Edital.

CARGOS: Educador(a) Infantil, Motorista de Automóvel Temporário, Motorista de Caminhão Temporário, Motorista de Transporte Coletivo Temporário, Técnico de Enfermagem de Atenção Básica, Professor(a)

O ENSALAMENTO INDIVIDUAL de cada candidato está disponível no Anexo I deste Edital.

O candidato deverá comparecer ao local designado munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL**:

a) Cédula de Identidade - RG;
b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
d) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97;
e) Passaporte (dentro do prazo de validade)

Serão aceitos documentos digitais, (RG e CNH) desde que apresentados pelo aplicativo oficial do Governo ao fiscal. Não serão aceitas capturas de telas dos aplicativos nem fotos dos documentos.

Após a entrada na sala de aula, o uso do celular continuará vetado e o aparelho deverá permanecer desligado e guardado até o final da prova.

Tunas do Paraná, 26 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

ANEXO 1

PERÍODO DA MANHÃ-08:00 às 11:00
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ABGAIL CÂNDIDO KRASOTA SALA 1

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-1045	ADEMILSON TABORDA DE OLIVEIRA	11/02/1983	XXXXXXXX-73	08:00
26-7973	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	22/08/1992	XXXXXXXX-46	08:00
26-9557	ANA CAROLINA DOS SANTOS DA FONSECA	20/01/1996	XXXXXXXX-40	08:00
26-2250	ANA KIMBERLY DE LIMA FERREIRA	20/06/2002	XXXXXXXX-28	08:00
26-4778	ANA PAULA CARRIEL DOS SANTOS DE PONTES	10/07/1983	XXXXXXXX-62	08:00
26-3436	ANA PAULA DE LIMA FARIA	01/07/1998	XXXXXXXX-74	08:00
26-5197	ANDREI ADRIANO DE GODOI RIBEIRO	23/11/2000	XXXXXXXX-95	08:00
26-8483	ARIELI DA SILVA BONICHESKI	25/03/1998	XXXXXXXX-24	08:00
26-6979	ATIELE GODOI RIBEIRO	28/11/1998	XXXXXXXX-26	08:00
26-4536	BERENICE CASTRO DE OLIVEIRA	05/12/1991	XXXXXXXX-58	08:00
26-2161	BRUNA RAFAELA ROSNER DOS SANTOS	03/04/1995	XXXXXXXX-57	08:00
26-0006	CAIKE RIAN DE MATOS	14/12/2007	XXXXXXXX-48	08:00
26-4166	CAMILA IZIDORO SANTOS	30/05/1996	XXXXXXXX-88	08:00
26-7393	CAMILLY DE LIMA PAIXÃO CONCEIÇÃO	26/10/2007	XXXXXXXX-00	08:00
26-1776	CINTIA CAVALLARI FORTES	25/07/1992	XXXXXXXX-81	08:00
26-5793	CRISTIANE SANTOS GODOI	21/03/1987	XXXXXXXX-95	08:00
26-9579	DAELE CRISTINA DE FREITAS SANTOS	03/08/2003	XXXXXXXX-21	08:00
26-2581	DANIELE DE OLIVEIRA SILVA	07/10/1993	XXXXXXXX-80	08:00
26-1985	DAYANA DOS SANTOS FINAU	11/08/1986	XXXXXXXX-06	08:00
26-8808	DILANE SANTOS OLIVEIRA	31/05/2003	XXXXXXXX-55	08:00
26-1172	DIRCEU MACIEL DE PONTES	15/08/1978	XXXXXXXX-78	08:00
26-3412	DIRLEI APARECIDA PONTES DOS SANTOS OLIVEIRA	04/10/1988	XXXXXXXX-60	08:00
26-7501	DIRLETE SANTOS OLIVEIRA	01/10/1992	XXXXXXXX-96	08:00
26-0962	DIVA DOS SANTOS BELEMER TAVARES	12/07/1983	XXXXXXXX-41	08:00
26-6325	ELAINE APARECIDA ALVARISTO	22/01/1990	XXXXXXXX-57	08:00

SALA 2

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-1965	ELIANE SILVA OLIVEIRA	25/09/1985	XXXXXXXX-05	08:00
26-8602	ELIESER CRISTINA RODRIGUES FORTES	15/05/1974	XXXXXXXX-37	08:00
26-0071	ELOHA CAMYLLI CHIQUITI	23/01/2007	XXXXXXXX-38	08:00
26-4981	ELTON ALVARISTO DE FREITAS	13/04/2009	XXXXXXXX-06	08:00
26-7188	ELZA PRESTES DOS SANTOS	18/03/1974	XXXXXXXX-40	08:00
26-8073	EMANUELE PAULA DE LIMA	09/04/2002	XXXXXXXX-30	08:00
26-5515	EMILI VITORIA RODRIGUES KARAS	01/09/2003	XXXXXXXX-50	08:00
26-8390	ERENILDA ALMEIDA SANTOS	28/05/2000	XXXXXXXX-04	08:00
26-2372	ERICA DOS SANTOS DE ASSIS	14/06/2004	XXXXXXXX-90	08:00
26-6662	ERIKA SILVA DE LIMA	21/05/1999	XXXXXXXX-40	08:00
26-4243	ESTEFANI PRESTES DOS SANTOS	02/03/2000	XXXXXXXX-31	08:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-0383	FERNANDA APARECIDA NEVES FARIAS	30/08/1999	XXXXXXXX-05	08:00

26-7753	FLAVIANE CARDOSO DOS SANTOS	30/06/2005	XXXXXXXX-59	08:00
26-3831	FRANCIELE SOUZA DO NASCIMENTO	30/10/2001	XXXXXXXX-07	08:00
26-2788	GISLAINE TAVARES DE OLIVEIRA	01/03/1994	XXXXXXXX-33	08:00
26-2588	ISABELLY RIBEIRO TEIXEIRA COSTA CORDEIRO	05/05/2008	XXXXXXXX-10	08:00
26-4499	ISRAEL OLIVATI RODRIGUES MACHADO DA SILVA	25/04/1997	XXXXXXXX-38	08:00
26-9666	JACSON DE OLIVEIRA SANTOS	05/04/1990	XXXXXXXX-00	08:00
26-3251	JHENIFFER DOS SANTOS SOARES	21/06/1997	XXXXXXXX-29	08:00
26-9736	JOSÉLIA TEIXEIRA NEVES	30/07/1982	XXXXXXXX-00	08:00
26-4306	JUCIMARA APARECIDA SANTOS	22/07/1986	XXXXXXXX-29	08:00
26-4974	KAIANE DA SILVA LIMA	05/04/2008	XXXXXXXX-59	08:00
26-8694	KAUAN DOS SANTOS NASCIMENTO	24/07/2008	XXXXXXXX-65	08:00
26-3756	KAUANY DOS SANTOS CORDEIRO	10/12/2008	XXXXXXXX-93	08:00
26-2767	KELLY DAYHARA FINAU ASSIS DOS SANTOS	15/10/2006	XXXXXXXX-93	08:00

SALA 3

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-3416	LARISSA RIBEIRO GONÇALVES	29/09/2002	XXXXXXXX-13	08:00
26-9571	LEIDE APARECIDA FERREIRA	11/04/1987	XXXXXXXX-95	08:00
26-6449	LENI APARECIDA BATISTA DOS SANTOS SCHIMERSKI	04/01/1983	XXXXXXXX-41	08:00
26-5011	LILIANE MARIA LOPES DE ALMEIDA CHOCY	14/01/1988	XXXXXXXX-93	08:00
26-5880	LUANA FERREIRA DE OLIVEIRA	25/11/2006	XXXXXXXX-39	08:00
26-0766	LUIZ HENRIQUE CASTRO DOS SANTOS	07/03/2005	XXXXXXXX-64	08:00
26-8814	MAIK APARECIDO DOS SANTOS	12/08/2003	XXXXXXXX-75	08:00
26-5665	MARIA MARTA O PRESTES	29/07/1985	XXXXXXXX-46	08:00
26-4364	MARTA ALVES DOS SANTOS	11/05/1995	XXXXXXXX-60	08:00
26-2993	MILENA CRISTINA BALDÃO	15/10/1993	XXXXXXXX-37	08:00
26-3784	NAYARA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	12/08/1998	XXXXXXXX-08	08:00
26-4387	NOEMI VALENTE DOS SANTOS	01/05/2000	XXXXXXXX-08	08:00
26-5266	NYCOLE VICTORIA SANTOS	19/07/2002	XXXXXXXX-84	08:00
26-0065	PATRICIA PEREIRA DE FREITAS	12/01/2000	XXXXXXXX-05	08:00
26-0704	PAULO RICARDO DOS SANTOS DE MELO	13/11/2000	XXXXXXXX-32	08:00
26-3514	PRICILA DA SILVA DE OLIVEIRA	09/11/1994	XXXXXXXX-90	08:00
26-7927	ROBERT HENRIQUE PENE	21/03/2002	XXXXXXXX-05	08:00
26-5165	ROSANA BUENO DA ROCHA TAVARES	20/07/1983	XXXXXXXX-17	08:00
26-6163	ROSELI BATISTA DE MELO TABORDA	11/09/1964	XXXXXXXX-91	08:00
26-6731	ROSIMERI MOTA DO ESPÍRITO SANTO	18/11/1986	XXXXXXXX-29	08:00
26-0550	ROZENILDA BARBOSA DE SOUZA	01/04/1978	XXXXXXXX-11	08:00
26-1635	SAMOEL ZELENSKI PINHEIRO	06/07/1997	XXXXXXXX-00	08:00
26-4538	SERGIO LUIZ RODRIGUES	01/06/1983	XXXXXXXX-03	08:00
26-8721	SHEILA SILVA DE SOUZA	10/06/1997	XXXXXXXX-38	08:00
26-4705	SIRLETE ALVES	09/07/1986	XXXXXXXX-95	08:00

SALA 4

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-7388	SOLANGE FERREIRA	20/11/1980	XXXXXXXX-60	08:00
26-7067	SUELEM CHIQUITI DE CARVALHO	14/02/2005	XXXXXXXX-74	08:00
26-1943	SUELEM DA SILVA BATISTA LIMA	14/10/1994	XXXXXXXX-57	08:00
26-6117	TAYNÁ PAOLA SILVA DE LIMA	31/05/2001	XXXXXXXX-81	08:00
26-8522	TELMA REGINA SILVA DOS SANTOS	08/08/1987	XXXXXXXX-35	08:00
26-9464	TERESINHA BATISTA DE MELO TEIXEIRA	28/08/1982	XXXXXXXX-50	08:00
26-5637	VALDINÉIA BUENO GALVÃO	29/05/1995	XXXXXXXX-26	08:00
26-5308	VANESSA SANTOS DE MATOS	31/01/2002	XXXXXXXX-85	08:00
26-0274	ZILDA APARECIDA MASSONY DA SILVA	09/03/1972	XXXXXXXX-22	08:00
26-8605	BIANCA CAROLINA DOS SANTOS FORTES	19/06/2005	XXXXXXXX-10	08:00
26-4590	CARLA MARIANA DE LIMA KLEPKA	15/11/1985	XXXXXXXX-08	08:00
26-7557	CRISTIANE DA APARECIDA JOAQUIM DE SOUZA	04/12/1980	XXXXXXXX-24	08:00
26-0338	CRISTIANE DE PONTES MORAES	26/02/1985	XXXXXXXX-14	08:00
26-0615	DANIELE BATISTA DE LIMA SANTOS	31/12/1996	XXXXXXXX-27	08:00
26-3310	DÉBORA DE JESUS ARAGAO	17/04/1982	XXXXXXXX-70	08:00
26-0247	DINALVA ALMEIDA DA SILVA PONTES	06/10/1975	XXXXXXXX-71	08:00
26-0673	ELENIR DE OLIVEIRA CORDEIRO	19/03/1970	XXXXXXXX-20	08:00
26-6270	ELISABETE GONÇALVES DANTAS SANTOS	05/06/1986	XXXXXXXX-80	08:00
26-2130	EVA PONTES DE PAULA DOS SANTOS	30/11/1990	XXXXXXXX-50	08:00
26-7824	GISLAINE RIBEIRO DE LIMA	10/10/2000	XXXXXXXX-00	08:00
26-1608	JÉSSICA CRISTINA PEREIRA SPINELLI	29/01/1998	XXXXXXXX-41	08:00

SALA 5

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-2953	JOSELI ALEXANDRE DE GODOI	01/09/1976	XXXXXXXX-69	08:00
26-3607	KETLYN DOS SANTOS SCHIMERSKI	31/08/1999	XXXXXXXX-36	08:00
26-7421	MIRIAM BONETE	02/12/1989	XXXXXXXX-41	08:00
26-4032	MYLENE APARECIDA NEVES FARIAS	28/08/2002	XXXXXXXX-18	08:00
26-1739	PRISCILA FERNANDES DAVE	26/04/1996	XXXXXXXX-88	08:00
26-4254	QUESIA BERTIOTI SILVA CASTRO	08/10/1987	XXXXXXXX-89	08:00
26-5546	RICARDO CESAR TEIXEIRA SANTOS	18/12/2002	XXXXXXXX-07	08:00
26-6833	ROSINETE GALVÃO DA SILVA	25/12/1984	XXXXXXXX-19	08:00
26-8226	SONALE MONTEIRO DA SILVA	27/05/1974	XXXXXXXX-88	08:00
26-9491	SUELEN DA MOTA TABORDA	24/10/1995	XXXXXXXX-10	08:00
26-4459	VALDINÉIA MOTA DO ESPÍRITO SANTO	18/03/1983	XXXXXXXX-00	08:00
26-4615	ADRIELE DA LUZ DE OLIVEIRA	05/04/2005	XXXXXXXX-82	08:00
26-0457	ADRIELI ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	24/09/1998	XXXXXXXX-46	08:00
26-7361	ALANA VIDAL DOS SANTOS	24/08/2008	XXXXXXXX-57	08:00
26-5718	ALEHANDRA VICTORIA SYKACZ MORAES	01/05/2005	XXXXXXXX-41	08:00

26-7966	ALESSANDRA DA MOTA TABORDA	30/04/1997	XXXXXXXX-44	08:00
26-5071	AMANDA ASCKI MARTINS DOS SANTOS	05/11/2002	XXXXXXXX-45	08:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-7632	ANA CAROLINE LIMA SILVA	13/04/2002	XXXXXXXX-62	08:00
26-6744	ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA REIS	29/03/2004	XXXXXXXX-86	08:00
26-2447	ANA FLÁVIA PEREIRA DE PONTES	20/06/2001	XXXXXXXX-54	08:00
26-7572	ANA GREICE DOS SANTOS	18/10/2003	XXXXXXXX-66	08:00
26-1166	ANA RITA GONCALVES	27/07/1995	XXXXXXXX-61	08:00
26-2911	ANDREZA APARECIDA CHAMBERLAIN	14/05/2001	XXXXXXXX-64	08:00
26-5910	ANGÉLICA PAULISTA DOS SANTOS	13/10/1995	XXXXXXXX-57	08:00
26-2803	APARECIDA PAULISTA DOS SANTOS DE PAULA	11/10/1973	XXXXXXXX-58	08:00

SALA 6

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-4968	ARIELI OLIVEIRA DOS SANTOS	28/08/2008	XXXXXXXX-06	08:00
26-0905	BÁRBARA DOS SANTOS FORTES	04/06/2007	XXXXXXXX-99	08:00
26-3605	BEATRIZ MARTINS TAMURA	17/01/1996	XXXXXXXX-64	08:00
26-0367	BIANCA MÔNICA DOS SANTOS RODRIGUES	19/08/2007	XXXXXXXX-02	08:00
26-7136	CATIA REGIELE FOGAÇA	18/09/2008	XXXXXXXX-00	08:00
26-3035	CIBELE APARECIDA SANTOS OLIVEIRA	24/04/1999	XXXXXXXX-66	08:00
26-1983	CRISLAINE APARECIDA DE JESUS	16/10/1994	XXXXXXXX-90	08:00
26-7235	DAMARIS DE JESUS ARAGAO	04/01/2007	XXXXXXXX-62	08:00
26-9753	DANIELE DOS SANTOS BATISTA	07/11/1992	XXXXXXXX-75	08:00
26-3072	DANIELE MARTINS PINHEIRO	17/07/1991	XXXXXXXX-75	08:00
26-1891	DIENIFER CAROLINA ARAÚJO CZERVINSKI	23/10/1995	XXXXXXXX-07	08:00
26-3517	ELAINE DE MELO VIDAL	14/07/2000	XXXXXXXX-00	08:00
26-8148	ELEONICE DE OLIVEIRA LIMA	19/11/1979	XXXXXXXX-89	08:00
26-4067	ELIZABETH DE OLIVEIRA PRESTES	12/09/1979	XXXXXXXX-80	08:00
26-5978	ELVIS LENO LEITE OUYAMA	06/12/1984	XXXXXXXX-10	08:00
26-1489	EMELY CRISTINE COELHO	03/05/1996	XXXXXXXX-26	08:00
26-5563	ESTEFANY JULIANA DE OLIVEIRA AKYOSHI	18/12/2007	XXXXXXXX-88	08:00
26-7843	EVELLIN DOS SANTOS LANHOSO	30/06/2000	XXXXXXXX-84	08:00
26-8841	FABIANA SILVA SANTOS	05/01/1986	XXXXXXXX-07	08:00
26-1707	FERNANDA DOS SANTOS RAMOS	12/01/2006	XXXXXXXX-06	08:00
26-4700	FRANCELINA ROSA ALMEIDA	08/101986	XXXXXXXX-48	08:00
26-4022	FRANCIELE FRANCO DOS SANTOS	18/04/1994	XXXXXXXX-33	08:00
26-9006	FRANCISLAINE DE JESUS	08/07/1989	XXXXXXXX-61	08:00
26-6280	GABRIELLY LOPES ZANARDINE	18/10/2006	XXXXXXXX-00	08:00
26-7416	GEISSE FERNANDA DE PONTES FARIAS	08/07/1999	XXXXXXXX-83	08:00

SALA 7

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-0577	GEISSIANE DIAS PEREIRA	01/02/2008	XXXXXXXX-85	08:00
26-3440	GENI DE PAULA PACHECO MAIA	28/06/1964	XXXXXXXX-34	08:00
26-1993	GLAUCIANE DA CRUZ DE SOUZA	11/11/1996	XXXXXXXX-65	08:00
26-6421	GREYCI KELLIN PAIM PRESTES	08/06/2001	XXXXXXXX-95	08:00
26-7854	GUILHERME HENRIQUE STRAUB MACHADO	22/05/2002	XXXXXXXX-35	08:00
26-5695	INGRID ANITA CORDEIRO ARAÚJO	28/02/2005	XXXXXXXX-80	08:00
26-4150	INGRID VITÓRIA DIAS DE JESUS	26/11/2004	XXXXXXXX-93	08:00
26-4995	IVANILDA MATIAS SANTOS	10/12/1978	XXXXXXXX-48	08:00
26-4175	IVONETE ANTUNES TEIXEIRA	01/08/1995	XXXXXXXX-90	08:00
26-6345	JAINE DA SILVA MARTINS DOS REIS	15/09/1999	XXXXXXXX-22	08:00
26-5307	JAINE DE FÁTIMA PEREIRA DOS SANTOS	10/07/1996	XXXXXXXX-45	08:00
26-3044	JAINE DE PAULA BARBOSA	11/08/1993	XXXXXXXX-25	08:00
26-5367	JANAINE DOS SANTOS	24/09/1992	XXXXXXXX-28	08:00
26-0368	JERUSA DOS SANTOS SOARES	30/04/2000	XXXXXXXX-40	08:00
26-8425	JÉSSICA AKYOSHI DOS SANTOS	27/08/1993	XXXXXXXX-14	08:00
26-5764	JÉSSICA VALENTE DOS SANTOS	02/07/1994	XXXXXXXX-04	08:00
26-2201	JOICE LALESCA	29/11/1995	XXXXXXXX-48	08:00
26-8476	JOSIELE CRISTIANE DA ROSA GONÇALVES	19/02/1995	XXXXXXXX-82	08:00
26-2992	JOSILAINE BATISTA DE SOUZA	21/11/1991	XXXXXXXX-56	08:00
26-3131	JOSILAINE DE LIMA DOS SANTOS PAULA	09/04/2001	XXXXXXXX-99	08:00
26-4671	JOYCE KELLY GARCIA TAVARES	18/02/2008	XXXXXXXX-65	08:00
26-1698	JULIA LETICIA DE LIMA PEREIRA	20/09/2007	XXXXXXXX-38	08:00
26-6197	JULIANE CAROLINE STRAUB SANTOS	10/03/1997	XXXXXXXX-75	08:00
26-4261	JULLIA CAROLINA AMARAL BATISTA DE PAULA	06/06/2005	XXXXXXXX-73	08:00
26-6862	KARINA DA SILVA LIMA	08/06/1997	XXXXXXXX-64	08:00

SALA 8

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-1861	KAROLAINE FERNANDA TETZLAFF	14/04/1999	XXXXXXXX-75	08:00
26-4859	KETELYN SABRINA DA SILVA DOS SANTOS	11/04/2005	XXXXXXXX-99	08:00
26-5336	LIDUINA OLIVEIRA TRINDADE	22/07/1992	XXXXXXXX-79	08:00
26-7719	LISIANE APARECIDA OLIVEIRA CORDEIRO	26/06/1984	XXXXXXXX-53	08:00
26-3561	LUANA DE CASTRO DE OLIVEIRA	29/10/2000	XXXXXXXX-01	08:00
26-9067	LUANA FONTOURA DOS SANTOS	26/01/2001	XXXXXXXX-97	08:00
26-3861	LUCAS OLIVEIRA DE SOUZA		XXXXXXXX-60	08:00
26-5740	LUCIANE STRAUBE RIBEIRO	30/10/1991	XXXXXXXX-28	08:00
26-7717	MAELY MIGUEL DOS SANTOS	08/12/2008	XXXXXXXX-74	08:00

26-6367	MARGARETH PONTES DOS SANTOS	08/12/1991	XXXXXXXX-95	08:00
26-1138	MARILDA MARINDA DE PAULA	20/08/1991	XXXXXXXX-90	08:00
26-9974	MARIZA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	06/10/2001	XXXXXXXX-00	08:00
26-8708	MARTA DO ROSARIO BARBOSA DOS SANTOS	28/05/1990	XXXXXXXX-70	08:00
26-7398	MAYELEN DE CRISTO RIBEIRO SANTOS	08/01/1999	XXXXXXXX-66	08:00
26-5483	MAYLLA DE ASSUNÇÃO CORDEIRO	24/01/2005	XXXXXXXX-02	08:00
26-8751	MICHELLE VETTER KRAUSE	10/04/2004	XXXXXXXX-05	08:00
26-1951	MONIQUE MENDES SEVERINO	21/10/2006	XXXXXXXX-17	08:00
26-7053	NATHIELI PATRICIA SILVA DE LIMA	07/02/1997	XXXXXXXX-43	08:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-3083	ORIANE ZELENSKI PINHEIRO	05/06/1986	XXXXXXXX-52	08:00
26-5974	PAOLA GONÇALVES CARNEIRO	12/10/2003	XXXXXXXX-39	08:00
26-3028	PATRICIA ILISANDRA OLIVEIRA SILVA	31/08/1999	XXXXXXXX-76	08:00
26-6148	PAULA IZABELA OLIVEIRA SILVA	12/09/1995	XXXXXXXX-32	08:00
26-1196	PAULA KAMILE DE SOUZA SOARES	27/11/2007	XXXXXXXX-29	08:00
26-3969	RAFAELA NICOLE FONSECA DA SILVA	04/02/2003	XXXXXXXX-13	08:00
26-8238	RALYSSA FRANCO MACHADO	10/07/2008	XXXXXXXX-12	08:00

SALA 9

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-6656	SABRINA APARECIDA AKYOSHI DOS REIS	04/12/2007	XXXXXXXX-40	08:00
26-9646	SABRYNA CRISTINA ROSA VIEIRA	03/03/2008	XXXXXXXX-61	08:00
26-7197	SAMUEL DE SOUZA BURKNER	10/03/2006	XXXXXXXX-99	08:00
26-7721	SELMA MARIA PINTO DE PAULA	25/06/1996	XXXXXXXX-13	08:00
26-7972	SILVANE DA SILVA DE OLIVEIRA	24/07/1992	XXXXXXXX-32	08:00
26-0174	SIMONE ANDRADE GONÇALVES DE LIMA	02/07/1988	XXXXXXXX-80	08:00
26-4336	TAISE DA SILVA	12/05/1996	XXXXXXXX-22	08:00
26-0026	TALIA PEREIRA DO NASCIMENTO	14/11/2001	XXXXXXXX-70	08:00
26-8012	TAMIRES ADELINE RODRIGUES SANTOS	29/01/1997	XXXXXXXX-08	08:00
26-5776	TAMIRES DE JESUS SANTOS	10/02/2009	XXXXXXXX-79	08:00
26-1217	TATIANE DA SILVA BELEMER PAULISTA	27/05/1988	XXXXXXXX-77	08:00
26-7043	TATIANE MONTEIRO GERALDINO	21/05/2001	XXXXXXXX-06	08:00
26-3241	THAYNA APARECIDA DA CUNHA	21/08/1999	XXXXXXXX-63	08:00
26-7242	THAYNARA ORLIKOSKI NEVES	13/04/2004	XXXXXXXX-03	08:00
26-7423	VALÉRIA DA SILVA	08/09/1988	XXXXXXXX-45	08:00
26-8221	VANESSA DE MACEDO LIMA	10/11/1992	XXXXXXXX-10	08:00
26-8176	VANESSA DE PAULA WARENHUK	13/03/1994	XXXXXXXX-67	08:00
26-6871	VANESSA DOS SANTOS WELCHE	18/07/2003	XXXXXXXX-27	08:00
26-8062	VANESSA LOURENÇO SOARES	09/06/2000	XXXXXXXX-18	08:00
26-5868	VANI DE SOUZA BATISTA	04/02/1993	XXXXXXXX-42	08:00
26-6085	VIVIANE DE CARMO SYKACZ ALVES	07/12/1992	XXXXXXXX-88	08:00
26-8137	VIVIANE TABORDA DE FARIAS DE MORAES	27/07/1987	XXXXXXXX-56	08:00
26-4525	ZELIA PEDROSO DE LIMA FORTES	03/06/1982	XXXXXXXX-83	08:00

PERÍODO DA TARDE – 13:00 às 16:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-9540	ALZIMARA DOS SANTOS SOUZA OLIVEIRA	26/10/1992	XXXXXXXX-82	13:00
26-7839	AMABILLY BELEMER TAVARES	17/07/2002	XXXXXXXX-35	13:00
26-8195	ANDRIELE APARECIDA DE JESUS	14/02/2005	XXXXXXXX-76	13:00
26-8638	ARILDA SANTOS DA LUZ	03/01/1996	XXXXXXXX-70	13:00
26-7942	BRUNA MERI MIRANDA	07/06/1999	XXXXXXXX-39	13:00
26-5117	BRUNA MERI MIRANDA DOS SANTOS	07/06/1999	XXXXXXXX-39	13:00
26-4594	CLAUDINEIA DA SILVA BONICHESKI	30/08/1991	XXXXXXXX-11	13:00
26-5270	DANIELE FORTES DE SOUZA	11/01/1999	XXXXXXXX-77	13:00
26-2289	JAINE APARECIDA DOS SANTOS	09/01/1996	XXXXXXXX-55	13:00
26-0069	JÉSSICA SANTOS DE RAMOS	10/08/2006	XXXXXXXX-20	13:00
26-9209	JOICE DE FÁTIMA DOS SANTOS BONETE	01/09/1999	XXXXXXXX-81	13:00
26-2630	KETELIN MAIARA BONETE SANTOS	19/09/2002	XXXXXXXX-46	13:00
26-3357	LUCIANA RIBEIRO TEIXEIRA	17/07/1985	XXXXXXXX-85	13:00
26-7410	MARIANE DE JESUS DE LIMA RIBAS	21/12/2001	XXXXXXXX-22	13:00
26-9846	NAIMARA DA SILVA FARIAS	19/03/1987	XXXXXXXX-93	13:00
26-9533	NATIELE DOS SANTOS DA LUZ	10/09/2001	XXXXXXXX-71	13:00
26-8125	REGIANE APARECIDA SOUZA DE PAULA	15/09/1996	XXXXXXXX-81	13:00
26-5434	SUELI MARIA DE PONTES SANTOS	04/09/1994	XXXXXXXX-60	13:00
26-8193	TAINA LAIS LAURENCIO	28/12/1995	XXXXXXXX-88	13:00
26-0469	VANESSA FERNANDA DOS SANTOS BONETE	02/05/1992	XXXXXXXX-19	13:00
26-0068	ZÉLIA APARECIDA VIDAL	08/02/1976	XXXXXXXX-08	13:00
26-2547	ADENIR FREITAS CORDEIRO	27/04/1985	XXXXXXXX-98	13:00
26-1835	ALCIONE OLIVEIRA DOS SANTOS	26/03/1989	XXXXXXXX-76	13:00
26-0874	ANDRÉ FLORÊNCIO DE PAULA	21/10/1995	XXXXXXXX-20	13:00
26-8271	CARLA CARINE CORDEIRO DOS SANTOS	16/05/1995	XXXXXXXX-30	13:00

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ABGAIL CÂNDIDO KRASOTA SALA 1

SALA 2

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-3265	CARLOS DENER DA SILVA MACIEL	13/05/1995	XXXXXXXX-70	13:00
26-9951	CARLOS EDUARDO GONÇALVES VIEIRA	02/01/1985	XXXXXXXX-74	13:00
26-3824	CÍCERO ARAUJO DE LIMA	13/02/1963	XXXXXXXX-00	13:00
26-7409	ELIAS FARIA PAULA	01/07/2002	XXXXXXXX-01	13:00

26-0096	ELIAS VIEIRA MARINHO	29/07/1997	XXXXXXXX-78	13:00
26-2977	ELIZEU CARDOSO DE SOUZA	10/12/1989	XXXXXXXX-29	13:00
26-5615	FELIPE CORDEIRO SANTOS	07/08/2003	XXXXXXXX-82	13:00
26-3878	FERNANDO JOSÉ BONETE	11/07/1965	XXXXXXXX-72	13:00
26-9165	GABRIEL ALMEIDA CORDEIRO	11/07/2002	XXXXXXXX-27	13:00
26-8059	GABRIELI ANATOLIA SYKACZ DE SOUZA	01/08/2002	XXXXXXXX-17	13:00
26-7417	GEOVANI DE MELO DA SILVA	21/02/1986	XXXXXXXX-12	13:00
26-9446	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS FARIAS	03/03/2006	XXXXXXXX-16	13:00
26-3281	HELEN RIBEIRO DOS SANTOS	23/12/2006	XXXXXXXX-01	13:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-3549	HELLEN CRISTINA DE SOUZA DOS SANTOS	06/11/1998	XXXXXXX-05	13:00
26-1917	JAQUELINE PEDROSO BERTIOTI	28/07/1994	XXXXXXXX-73	13:00
26-8016	JHENIFER GONÇALVES DE MEIRA	19/10/2005	XXXXXXXX-86	13:00
26-9837	JOSE BENEDITO DE LIMA FREITAS	31/10/1990	XXXXXXX-05	13:00
26-2846	JULIANA ROBERTA DOS SANTOS TEIXEIRA	29/07/1999	XXXXXXXX-44	13:00
26-9405	KAIK SILVA MACEDO	29/11/2005	XXXXXXXX-25	13:00
26-4436	LAUDICEIA LOPES BRANCO	28/07/1982	XXXXXXXX-00	13:00
26-5905	LEANDRO PEREIRA DOS REIS	08/07/1994	XXXXXXXX-42	13:00
26-5350	LUCAS RIBEIRO FILUS	24/10/2003	XXXXXXXX-50	13:00
26-5529	LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES DA CRUZ	12/07/1987	XXXXXXXX-38	13:00
26-2145	MARCELO DOS SANTOS MACHADO	01/11/1974	XXXXXXXX-04	13:00
26-6810	MARCOS ANTÔNIO FARIAS DE PAULA	24/12/1996	XXXXXXXX-90	13:00

SALA 3

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-8415	MARCOS MOREIRA	09/12/1972	XXXXXXXX-78	13:00
26-8891	MARCOS SILVA MACHADO	16/10/1992	XXXXXXXX-74	13:00
26-7915	NEITON WEDECH SANTOS	06/02/1980	XXXXXXXX-75	13:00
26-0401	NOEL GALVÃO DOS SANTOS	27/09/1976	XXXXXXXX-25	13:00
26-9386	OSCAR ALVES DE LIMA	11/05/2005	XXXXXXXX-57	13:00
26-5986	PAULO HENRIQUE DE PAULA ROCHA	03/02/1999	XXXXXXXX-70	13:00
26-7912	PEDRO FRANCO JUNIOR	26/02/1999	XXXXXXXX-35	13:00
26-0149	RENAN DOS SANTOS DE MELO	26.03.2002	XXXXXXXX-05	13:00
26-2531	RODRIGO DO ROSARIO RIBEIRO	11/08/1983	XXXXXXXX-83	13:00
26-0458	RUBENS JOSÉ OTTMANN JUNIOR	04/02/1961	XXXXXXXX-10	13:00
26-2751	THALES DOS SANTOS NASCIMENTO	30/08/2005	XXXXXXXX-75	13:00
26-0423	VALMIR BRAS DE SOUZA	03/03/2002	XXXXXXXX-47	13:00
26-3401	VINICIOS CEZAR FILIPAK	15/08/1998	XXXXXXXX-12	13:00
26-6865	WELLINGTON BIORA MACHADO	25/11/1999	XXXXXXXX-02	13:00
26-6845	WESLEY DE MACEDO LIMA	01/05/2005	XXXXXXXX-40	13:00
26-9241	WILIAN DOS SANTOS RAMOS	10/03/2003	XXXXXXXX-83	13:00
26-0013	ALCEU JOSE TEIXEIRA DE JESUS ARAUJO	17/09/1981	XXXXXXXX-14	13:00
26-7102	DIOISEFER DE OLIVEIRA DOS SANTOS	26/07/2000	XXXXXXXX-54	13:00
26-9958	EDILENE TAVARES DE SOUZA	18/03/1984	XXXXXXXX-79	13:00
26-9616	EVERTON LOPES DA SILVA	28/04/1987	XXXXXXXX-44	13:00
26-8753	ILAN DE MELO SANTOS	22/05/2003	XXXXXXXX-54	13:00
26-9936	IRINEU GASPAR LINS	19/09/1985	XXXXXXXX-51	13:00
26-5710	JOÃO CARLOS BELEMER LIMA	31/03/1996	XXXXXXXX-90	13:00
26-2730	JOSE DA SILVA LIMA	13/09/1975	XXXXXXXX-98	13:00
26-3326	NATANIEL RODRIGO DA CRUZ	29/12/1993	XXXXXXXX-21	13:00
26-1387	OSMAR DOS SANTOS BELEMER	05/08/1981	XXXXXXXX-90	13:00

SALA 4

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-9299	RÔMULO DOS SANTOS OBLADEN	29/12/2000	XXXXXXXX-92	13:00
26-7985	RONALDO PAULISTA DOS SANTOS	26/03/1997	XXXXXXXX-80	13:00
26-6799	VICTOR MANOEL DE FRANÇA	18/10/2002	XXXXXXXX-44	13:00
26-7890	ACIR PEREIRA DE LIMA	07/09/1975	XXXXXXXX-85	13:00
26-0870	ADENILSON INÁCIO	02/07/1977	XXXXXXXX-06	13:00
26-7876	ADMILSON VIEIRA MARINHO	16/06/1957	XXXXXXXX-53	13:00
26-7662	ALDEMIR DOS SANTOS DE SOUZA	10/07/1978	XXXXXXXX-85	13:00
26-2504	ANDREI DE BARROS RAZOTO	23/01/2005	XXXXXXXX-31	13:00
26-3029	CAIQUE REDIS	11/02/1994	XXXXXXXX-08	13:00
26-4044	CARLOS MACHADO FERNANDES	12/09/1971	XXXXXXXX-34	13:00
26-3289	CLAUDINEI DE MARINS	25/08/1973	XXXXXXXX-10	13:00
26-3713	CLEVESON NIELSEN ARMSTRONG	23/08/1984	XXXXXXXX-05	13:00
26-5888	DAVI PRESTES DE ACUNÇAO	10/01/1990	XXXXXXXX-57	13:00
26-1915	DAVI PRESTES DE ASSUNÇÃO	10/01/1990	XXXXXXXX-57	13:00
26-5796	DAVID ARCANJO DE OLIVEIRA	20/08/1985	XXXXXXXX-12	13:00
26-5999	DAVID WILLIAN SERBELO DOS SANTOS	20/05/2002	XXXXXXXX-82	13:00
26-3947	ELISEU ZELINSKI PINHEIRO	17/08/1983	XXXXXXXX-84	13:00
26-0707	JOELSSON BELEMER LIMA	02/08/1993	XXXXXXXX-56	13:00
26-8388	LEANDRO LIMA DA PAZ	19/03/1992	XXXXXXXX-62	13:00
26-5050	LUCAS DA SILVA SOUZA	26/09/1997	XXXXXXXX-84	13:00
26-7466	LUCIANO LUCIDIO DE BRITO OLIVEIRA	18/01/1993	XXXXXXXX-59	13:00
26-6889	OZAHIR SANTOS DA SILVA	15/07/1987	XXXXXXXX-84	13:00
26-5809	PERLA SHAYANE MACHADO DOS SANTOS	15/06/1992	XXXXXXXX-23	13:00
26-4212	VALDERI DOS SANTOS SILVA	05/10/1991	XXXXXXXX-48	13:00

SALA 5

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-8809	VALDINEI MATIAS DE LARA	02/08/1989	XXXXXXXX-05	13:00
26-4654	AMANDA BATISTA GUARTYS	22/02/2000	XXXXXXXX-41	13:00
26-9231	ANDERSON SANTOS DE MATOS	17/07/1995	XXXXXXXX-23	13:00
26-6470	BIANCA CECILIA SILVA DANTAS	23/12/1998	XXXXXXXX-97	13:00
26-4929	CRISTIANE APARECIDA	12/08/1976	XXXXXXXX-08	13:00
26-7341	DANIELE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	20/10/1985	XXXXXXXX-98	13:00
26-9550	ELISANGELA PEREIRA BARBOSA	14/02/1984	XXXXXXXX-80	13:00
26-2039	EMILLY NATÁLIA DA ROSA DE OLIVEIRA	16/09/2006	XXXXXXXX-88	13:00
26-0400	EVELIN APARECIDA DE SOUZA SANTOS	10/10/2000	XXXXXXXX-83	13:00
26-1437	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	29/08/1997	XXXXXXXX-44	13:00
26-2994	FLÁVIA KALINE DE LIMA CAMPOS	11/05/2001	XXXXXXXX-00	13:00
26-4461	IRENE APARECIDA RODRIGUES DE LIMA DO NASCIMENTO	21/07/1974	XXXXXXXX-24	13:00
26-5111	ISABEL SILVA DE SOUZA	27/07/1981	XXXXXXXX-70	13:00
26-5355	IVONETE PRESTE TEIXEIRA DOS ANJOS	07/02/1984	XXXXXXXX-30	13:00
26-3277	JAQUELINE GALVÃO DE OLIVEIRA	11/05/1989	XXXXXXXX-50	13:00

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-1949	JEILE PRODOSSIMO	04/01/2001	XXXXXXXX-45	13:00
26-5040	JEOVANA SANTOS DE LIMA	26/01/2000	XXXXXXXX-10	13:00
26-3410	JOSIANE SILVEIRA DOS SANTOS DA ROSA	21/09/1984	XXXXXXXX-00	13:00
26-5459	JÚLIA LIMA DA CRUZ	14/03/2000	XXXXXXXX-30	13:00
26-3930	JUNIOR DE SIQUEIRA CORDEIRO	28/04/1981	XXXXXXXX-07	13:00
26-9066	KELI CAROLINE PAIM VALCANAIA	11/01/2003	XXXXXXXX-90	13:00
26-0964	LEA CRISTINA SANTIAGO SCHIMERSKI	01/05/1983	XXXXXXXX-75	13:00
26-1814	LEANDRO CESAR MORAES	01/05/1975	XXXXXXXX-68	13:00
26-0081	LEIDIANE ALELUIA	12/07/2007	XXXXXXXX-92	13:00
26-8010	LUCIMERI ALBERTI	03/08/1958	XXXXXXXX-68	13:00

SALA 6

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-7838	MAIARA DE PONTES FERNANDES	22/07/2002	XXXXXXXX-45	13:00
26-6919	MARCIELI DOS SANTOS DE OLIVEIRA	23/07/1997	XXXXXXXX-85	13:00
26-9451	MARCOS PAULO VIANA	15/10/1974	XXXXXXXX-49	13:00
26-8662	MARIA APARECIDA MELO DA CRUZ	16/12/1997	XXXXXXXX-67	13:00
26-5595	MARINA MACHADO ANDRADE DE MORAIS	25/06/2007	XXXXXXXX-81	13:00
26-7274	NELSIANE KARINE SOUZA ALVES	28/01/1997	XXXXXXXX-99	13:00
26-6954	ROSILDA MELO DA CRUZ	15/08/1984	XXXXXXXX-70	13:00
26-7469	ROSIMAR HONORIO COELHO ROCHA	22/06/1978	XXXXXXXX-98	13:00
26-2640	VERA ALCIDIA BANDEIRA DE CASTRO	21/03/1961	XXXXXXXX-94	13:00
26-9920	ALEXANDRA CAMARGO GERENT	23/01/1982	XXXXXXXX-03	13:00
26-6990	ARIELI CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	10/02/1995	XXXXXXXX-83	13:00
26-6390	ARIETA OLIVEIRA SANTOS	06/09/1986	XXXXXXXX-26	13:00
26-3388	BRUNA MARA DE CASTRO BASSETTI DOS SANTOS	29/03/1989	XXXXXXXX-74	13:00
26-4991	DANIELE ARAUJO GONÇALVES	16/04/1982	XXXXXXXX-07	13:00
26-5184	EDICLÉIA FILUS	21/01/1978	XXXXXXXX-26	13:00
26-8495	EDILAINE MIRANDA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	26/06/1990	XXXXXXXX-12	13:00
26-6023	EDIMARA ASSUNÇÃO DE FARIAS DE LIMA	26/12/1995	XXXXXXXX-12	13:00
26-4835	ÉDINA DA SILVA FLORÃO	14/12/1981	XXXXXXXX-66	13:00
26-9315	EDNA MARIA SILVA	28/01/2001	XXXXXXXX-22	13:00
26-3086	ELAINE APARECIDA SANCHES TEIXEIRA	17/05/1993	XXXXXXXX-04	13:00
26-6968	ELAINE CRISTINA DE PONTES SOUZA	08/02/1991	XXXXXXXX-17	13:00
26-7207	ELEN DO ROCIO SANCHEZ ORLIKOSKI	20/07/1982	XXXXXXXX-38	13:00
26-9179	ELISANDRA GONÇALVES CALIXTO	02/12/1983	XXXXXXXX-69	13:00
26-4138	ELLYZAMA MACHADO DOS SANTOS RAMOS	09/07/2001	XXXXXXXX-27	13:00
26-4972	EVERSON PATRICK DA ROSA DE OLIVEIRA	05/03/2025	XXXXXXXX-38	13:00

SALA 7

PROTOCOLO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF	Horário De Início da Prova
26-4037	FABIANE FRON BASSETTI	30/06/2003	XXXXXXXX-00	13:00
26-1278	GISLAINE ALVES DO NASCIMENTO	08/07/1986	XXXXXXXX-50	13:00
26-5867	GISLAINE CASTRO DO AMARAL	12/09/1991	XXXXXXXX-67	13:00
26-6464	GRACIANA FORTES DE OLIVEIRA	28/10/1987	XXXXXXXX-37	13:00
26-9684	INGRID DA ROCHA TAVARES	22/12/2000	XXXXXXXX-06	13:00
26-2778	JENNIFER MARTINS CAMPIOL	12/01/2000	XXXXXXXX-78	13:00
26-5193	JOSIELE OLIVEIRA DA SILVA	29/04/1997	XXXXXXXX-06	13:00
26-3922	LEDIANE DAMARIS DOS SANTOS DOS REIS	14/10/2004	XXXXXXXX-41	13:00
26-5937	LIDIANE TABORDA DE FARIAS	15/08/1985	XXXXXXXX-44	13:00
26-9242	LUCI MARA COSTA DE JESUS STRAUB	22/02/1981	XXXXXXXX-65	13:00
26-6030	LUCIMARA MORAIS DE PAULA MARTINOWITZ	11/03/1986	XXXXXXXX-81	13:00
26-9001	MAGNALENE SANTOS CASTRO	10/07/1983	XXXXXXXX-67	13:00
26-2126	MARCILEIA APARECIDA DE SOUZA	10/07/1980	XXXXXXXX-32	13:00
26-3683	MARINEZ DE LIMA DOS SANTOS	09/10/1992	XXXXXXXX-02	13:00
26-1059	MARIZÂNGELA BALDÃO MORAES	24/03/1978	XXXXXXXX-09	13:00
26-7445	MICHELE CAROLINA DE CRISTO RIBEIRO	29/08/2003	XXXXXXXX-00	13:00
26-3979	PAOLA FLORÃO MUELLER DE ASSUNÇÃO	12/08/2005	XXXXXXXX-69	13:00
26-6781	PRISCILA CASTRO VAZ DE OLIVEIRA	23/04/1988	XXXXXXXX-69	13:00
26-9779	RAFAEL DIAS DUTRA	03/09/2006	XXXXXXXX-60	13:00
26-2155	SILVIA FRAZÃO DOS SANTOS	16/11/2004	XXXXXXXX-19	13:00
26-0452	STEFANY SYKACZ GIRO	08/02/1996	XXXXXXXX-63	13:00
26-4684	TATIANA CHRISTINE TINOCO PONTES	23/11/1977	XXXXXXXX-29	13:00
26-9964	VANILZA MARTINS	03/11/1988	XXXXXXXX-95	13:00

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:887DF006

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 097/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 1.759.173,42** (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1900	00102-Fundeb 40%	23.160,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2860	00102-Fundeb 40%	88.550,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1950	00102-Fundeb 40%	8.345,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2910	00102-Fundeb 40%	4.480,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2960	00102-Fundeb 40%	3.250,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2031	00150-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.175,00
2130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.600,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
5864	00975-CONVENIO ESTADUAL SEAB N°323/2025	690.110,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6341	00992-REPASSE CUSTEIO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	81.588,78
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6402	00991-REPASSE INVESTIMENTO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	682.414,64
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
18.122.1201.2095	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
7010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	

02.062.1301.2033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
7130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	TOTAL	**1.759.173,42**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 214.560,00** (duzentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2230	00102-Fundeb 40%	80.000,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2010	00102-Fundeb 40%	47.785,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
2040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.175,00
12.365.0601.2051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.600,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
6350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
	TOTAL	**214.560,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes livres do orçamento vigente no valor de **R$ 88.000,00** (oitenta e oito mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	88.000,00
	TOTAL	**88.000,00**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 1.456.613,42** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e treze reais e quarenta e dois centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
000150	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00
000975	CONVENIO ESTADUAL SEAB N°323/2025	690.110,00
000991	REPASSE INVESTIMENTO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	682.414,64
000992	REPASSE CUSTEIO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	81.588,78
	TOTAL	**1.456.613,42**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 27 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:1344AF3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 097/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 1.759.173,42** (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1900	00102-Fundeb 40%	23.160,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2860	00102-Fundeb 40%	88.550,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1950	00102-Fundeb 40%	8.345,00
12.365.0601.2040	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2910	00102-Fundeb 40%	4.480,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2960	00102-Fundeb 40%	3.250,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2031	00150-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.175,00
2130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.600,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
5864	00975-CONVENIO ESTADUAL SEAB N°323/2025	690.110,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6341	00992-REPASSE CUSTEIO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	81.588,78
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6402	00991-REPASSE INVESTIMENTO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	682.414,64
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
18.122.1201.2095	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
7010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02.062.1301.2033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
7130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	TOTAL	**1.759.173,42**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 214.560,00** (duzentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2230	00102-Fundeb 40%	80.000,00
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

2010	00102-Fundeb 40%	47.785,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
2040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.175,00
12.365.0601.2051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	13.600,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
6350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
	TOTAL	**214.560,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes livres do orçamento vigente no valor de **R$ 88.000,00** (oitenta e oito mil reais), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	88.000,00
	TOTAL	**88.000,00**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 1.456.613,42** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e treze reais e quarenta e dois centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
000150	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00
000975	CONVENIO ESTADUAL SEAB N°323/2025	690.110,00
000991	REPASSE INVESTIMENTO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	682.414,64
000992	REPASSE CUSTEIO SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE DO PARANA	81.588,78
	TOTAL	**1.456.613,42**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 27 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:723961A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 91/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo/PR.

DETENTORA DA ATA: BRINCAMENTE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 67.239.762/0001-16, com sede localizada na Rua Duque de Caxias, Nº 271, no Município de Pitanga/PR, CEP 85.200-041, neste ato representada por Juliana Oliveira de Jesus, portadora do CPF/MF sob o nº 055.983.169-27.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS LÚDICOS, TERAPÊUTICOS, TESTES PSICOLÓGICOS E MATERIAIS ESPORTIVOS em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.125/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 91/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 02						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	CAIU PERDEU Jogo com peças de madeira, contém 54 peças, 54 blocos de madeira e 01 suporte cartonado para guardar as peças. É um jogo educativo que faz com que a criança se esforce para montar uma torre sem deixar nenhum bloquinho de madeira cair, e tem como objetivo estimular o equilíbrio, coordenação motora e percepção da criança. Um jogo para divertir, interagir e desenvolver sua capacidade de estratégia e coordenação motora.	JUNGES	UND	4,00	21,63	86,52
2	DOMINÓ Jogo de Dominó Profissional de Osso Estojo Com 28 Peças Dominó 10mm Dominó De Osso Profissional Premium Capa 28 Peças Grande 9mm. Perfeito ao encaixe nas mãos, com 9 milímetros de espessura. Possui protetor de metal no centro da peça, auxiliando a proteger contra riscos e facilitando a movimentação das peças. Capas em 4 cores (Conforme disponibilidade): Azul, Preto, Verde e Vermelho.	WESTERN	UND	2,00	41,88	83,76

3	JOGO ASSOCIANDO NÚMEROS E QUANTIDADES TURMA DA MONICA-20 PEÇAS O jogo contribui com as habilidades operatórias de aprender a pensar através da associação dos números com a quantidade de ilustrações correspondentes. Indicado para crianças a partir dos 4 anos de idade. Possui 20 peças em madeira.	XALINGO	UND	1,00	46,49	46,49
4	JOGO DA MEMóRIA Idade: a partir de 10 anos 48 peças, temática diversa como fundo do mar, heróis, etc. Trabalhar a memória visual, a atenção e a concentração, encontrando, reconhecendo e associando pares de formas contribuindo para o desenvolvimento cognitivo da criança.	GGB PLAST	UND	8,00	17,53	140,24
5	JOGO DE CARTAS Jogo de cartas com 112 peças, cores variadas. Nesse jogo podemos trabalhar com a diferenciação de cores e números, jogo de cartas, cada carta possui um número e uma cor diferente. Sugestão de marca UNO	MATTEL	UND	4,00	29,05	116,20
6	JOGO PIZZARIA MALUCA O jogo Pizzaria Maluca (Grow) é um jogo de tabuleiro infantil para 2 a 6 jogadores (a partir de 6 anos) onde o objetivo é ser o primeiro a completar sua fatia de pizza com cinco ingredientes. Os jogadores rolam dados, movem peões, coletam ingredientes e enfrentam cartas de "sorte ou azar" que fazem ganhar ou perder itens. Sugestão de marca: Grow	GROW	UND	1,00	80,45	80,45
7	JOGO PULA-MACACO Jogo com peças de plástico, contém 40 peças, jogo educativo cujo objetivo é promover a coordenação motora, a concentração e a socialização	ESTRELA	UND	3,00	56,00	168,00
8	JOGO PULA PIRATA BARRIL Contém na embalagem: 1 pirata, 1 barril, 24 espadinhas. Objetivo educacional: Desenvolver coordenação motora, foco e reação rápida nas crianças.	ESTRELA	UND	1,00	98,95	98,95
9	JOGO QUEM SOU EU? 1 ampulheta, 30 cartas, 4 cinta para cartas e 1 manual de instrução.	GGB PLAST	UND	1,00	96,70	96,70
10	JOGO QUEM SOU EU? Tipo de jogo: estratégia Componentes: 2 tabuleiros, Brinquedo Infantil, Cartinhas Personagem, Educativo, Jogos Infantil, jogos de inteligência e raciocínio, jogo de adivinhação, desenvolvimento cognitivo, aprendizagem lúdica, alfabetização divertida, jogo de perguntas e respostas. Sugestão de marca; foryou 2 shop Editora: art brink	GGB PLAST	UND	3,00	24,95	74,85
11	JOGO TUNEL DO TEMPO Autor: Maria Salete Areneles-Loli. Editora: Sapiens	GGB PLAST	UND	1,00	250,00	250,00
12	LOTO LEITURA 130 PEÇAS Jogo educativo Loto Leitura com 130 peças de madeira. Caixa com tampa de madeira. Brinquedo/jogo educativo que estimula o reconhecimento das letras e palavras. Auxilia na alfabetização e interação entre as crianças.	CARLU	UND	1,00	49,73	49,73
13	LOTO NUMÉRICA 50 PEÇAS EM MADEIRA É um material de apoio pedagógico que desenvolve a capacidade da criança a realizar operações matemáticas básicas. A brincadeira funciona como um bingo, são 5 placas coloridas grandes (15x15cm) com a operação de adição e subtração, e 45 peças coloridas pequenas (4x4cm) com os números que serão os resultados da conta que estarão na placa grande, assim coloque o resultado correto em cima. Podendo jogar individual ou em grupo, é uma forma divertida para aprender matemática e a desenvolver o raciocínio lógico.	CARLU	UND	1,00	63,54	63,54
14	QUEBRA-CABEçA Quebra-cabeça com 300 peças, a partir dos sete anos, com temáticas diversas como sistema solar, filme divertidamente, oceano.	GGB PLAST	UND	2,00	22,99	45,98
15	QUEBRA-CABEÇA Conjunto de quebra-cabeças Tangram, quebra-cabeça de formas geométricas em blocos de madeira 3D	CARLU	UND	2,00	29,11	58,22
16	QUEBRA-CABEÇA Quebra-cabeça com 30 peças, a partir dos quatro anos, com temáticas diversas como sistema solar, filme divertidamente, oceano.	NIG	UND	2,00	42,37	84,74
17	QUEBRA-CABEÇA Quebra-cabeça com 500 peças, a partir dos sete anos, com temáticas diversas como sistema solar, filme divertidamente, oceano.	TOYSTER	UND	2,00	28,49	56,98
18	QUEBRA-CABEÇA Quebra cabeça com 100 peças aproximadamente de animais, paisagens, sistema solar, filme divertidamente, oceano.	TOYSTER	UND	5,00	35,99	179,95
19	QUEBRA-CABEÇA Quebra cabeça com 36 peças de animais ou paisagens	XALINGO	UND	2,00	24,95	49,90
20	QUEBRA-CABEÇA 12 PEÇAS Com 12 peças de madeira, temática: animais, dinossauros. A prática regular de quebra-cabeças estimula a memória visual e espacial. Ao observar a imagem que está sendo montada, a criança armazena informações em sua memória de curto prazo e faz conexões com peças já encaixadas	JUNGES	UND	1,00	46,95	46,95
21	QUEBRA-CABEÇA 60 PEÇAS Com 60 peças, temática: patrulha canina, dinossauro, fantasia (fadas) sistema solar, filme divertidamente, oceano. A prática regular de quebra-cabeças estimula a memória visual e espacial. Ao observar a imagem que está sendo montada, a criança armazena informações em sua	TOYSTER	UND	3,00	48,50	145,50

	memória de curto prazo e faz conexões com peças já encaixadas.					
22	XADREZ/ DAMA Jogo 4 em 1 (xadrez, ludo, damas e trilha) um jogo tradicional de tabuleiro com estojo em madeira MDF. Acompanha kit de peças em plástico (rei 5,6 cm) e regras básicas. Tamanho do tabuleiro 27x27 cm.	JUNGES	UND	2,00	69,27	138,54
Valor total do lote: 2.162,19						
LOTE 04						
1	ALFABETO Alfabeto Interativo Móvel: Explore o Alfabeto Interativo Móvel, composto por 130 peças coloridas em MDF, criando um ambiente envolvente para o aprendizado das letras. Estimulação Infantil: Ideal para estimular o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. Recomendado a Partir dos 3 Anos: Projetado especialmente para crianças a partir dos 3 anos, proporcionando um começo divertido e educativo na jornada da alfabetização.	CARLU	UND	4,00	162,00	648,00
2	ALFABETO SILÁBICO Confeccionado em MDF 150 peças medindo 4 x 4 cm, composto por sílabas e letras, serigrafado com tinta ultravioleta atóxica Embalagem: caixa de M.D.F; com tampa serigrafada medindo 18 x 18 x 6 cm; lacrada com película de PVC encolhível Cor do produto: Multicolorido Nome do modelo: Alfabeto Silábico	CARLU	UND	2,00	122,40	244,80
3	BALDE MASSA DE MODELAR 1,5KG Massa de modelar macia, maleável, não tóxica, acondicionada em balde plástico com tampa, contendo aproximadamente 1,5 kg. Produto indicado para atividades lúdicas e pedagógicas, auxiliando no desenvolvimento da coordenação motora, criatividade e expressão emocional. Cores variadas, de fácil manuseio e limpeza. Produto certificado conforme normas vigentes de segurança para brinquedos (INMETRO ou equivalente). Referência: Acrilex – Balde Grande Massas Soft ou equivalente em qualidade, desempenho e características.	ACRILEX	UND	6,00	66,20	397,20
4	BLOCOS DE MONTAR 500 PEÇAS Modelo: Bolsa Coleção: Kit com 500 peças Componentes do brinquedo: peças coloridas. Sugestão de marca; LucToys Linha: Bloc Slim	LUCTOYS	UND	2,00	199,85	399,70
5	BRINQUEDOS DE ENCAIXE COLORIDOS EM MADEIRA Jogo educativo desafio das cores, tabuleiro em MDF e peças de encaixe (bastões ou pinos), dados e fichas de cores.	YINS	UND	3,00	73,38	220,14
6	CAMINHÃO BRINQUEDO Infantil, com caçamba, tamanho 24cmx12cm	SILMAR BRIQUEDOS	UND	1,00	57,56	57,56
7	CARRINHO BRINQUEDO Infantil, jeep trilha, tamanho 24cmx12cm	SILMAR BRIQUEDOS	UND	1,00	31,51	31,51
8	CASINHA DE BONECA COMPLETA COM MOBILIÁRIO CASINHA DE BONECA COMPLETA COM MOBILIÁRIO (INDICAÇÃO CARLU BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS).	BOHNEY	UND	1,00	509,95	509,95
9	TRATOR BRINQUEDO Infantil, tamanho 24cmx12cm	SILMAR BRIQUEDOS	UND	1,00	48,15	48,15
Valor total do lote: 2.557,01						
LOTE 05						
1	BRINQUEDO PEDAGÓGICO MADEIRA ALINHAVO PRIMEIROS LAÇOS 3D 8P O Alinhavo Primeiros Laços é um brinquedo educativo encantador, ideal para crianças que estão desenvolvendo a coordenação motora fina e habilidades manuais. Com peças coloridas e formas envolventes, o jogo estimula o aprendizado de maneira lúdica e criativa. Este conjunto traz 2 alinhavos montáveis em formato de tênis e mais 8 peças auxiliares, proporcionando uma experiência interativa onde os pequenos podem praticar o ato de amarrar laços, além de se divertir enquanto aprendem.	BRINCADEIRA DE CRIANÇA	UND	1,00	40,57	40,57
2	CASA TERAPÊUTICA Material: Madeira de Compensado, Pinos, Madeira MDF – Teto. Tinta PVA acrílica não tóxica. Mobilia com 21 peças. Cozinha: Armário, Pia, Fogão com bujão de gás, mesa com 04 cadeiras, geladeira. Sala: Televisão, mesa de centro, 03 sofás e 03 almofadas. Quarto de Casal: cama com estofado, guarda roupas, camiseiro, banqueta. Quarto do bebê: Cama, cômoda. Banheiro: Vaso sanitário, porta papel, caixa D'água, lavatório, espelho, porta toalha, cortina do Box. Dependências: cozinha, banheiro, 2 quartos e sala de estar. Todos os móveis são soltos exeto o banheiro. Escada móvel, as porta abrem. A casinha é enviada montada. Medidas da casinha fechada: Altura 30 cm, comprimento 30 cm e largura 24 cm. Peso: 3,5Kg.	BOHNEY	UND	3,00	382,67	1.148,01
3	FAMÍLIA TERAPÊUTICA Bonecos de madeira e tecido, articulados, personalizados conforme característica e pintados com tinta à base d´água atóxica. Composto por 7 personagens: Vovô, Vovó, Papai, Mamãe, Bebê, Menina e Menino Embalagem: caixa deM.D.F; com tampa serigrafada medindo 30 x 16 x 5 cm; lacrada com película de PVC encolhível	CRLU	UND	3,00	144,99	434,97
4	JOGO HORA DO RUSH Tente escapar do trânsito com a Hora do	BRINQMIX	UND	1,00	47,41	47,41

	Rush. Jogo vai ajudar a desenvolver concentração, foco e raciocínio lógico. Objetivo educacional: Melhorar habilidades de concentração e raciocínio lógico Faixa etária recomendada: A partir de 6 anos. Itens inclusos: 1 tabuleiro, 2 caminhões, 2 ônibus, 12 carrinhos, 40 cartas desafio. Composição/Material: Plástico. Embalagem: Cartonado					
5	JOGO PALAVRA SECRETA Jogo de Tabuleiro, 7+ Anos Uma carta é virada com figuras e uma fórmula. Um exemplo de uma FOCA e uma BANANA. De FOCA a criança subtrai FO, de BANANA, ela subtrai NA. O resultado é CA + BANA = CABANA. Após decifrar o segredo, é preciso ser rápido para bater no alvo e ganhar pontos. Palavra secreta. Um jogo que auxilia no desenvolvimento do raciocínio de forma inteligente e dinâmica. Componentes: 1 tabuleiro, 1 alvo, 66 cartas, 4 peões, 1 dado, 1 conjunto de adesivos para o dado e 1 manual de instruções.	GROW	UND	1,00	67,50	67,50
6	JOGO PINGUIM NUMA FRIA QUEBRA GELO Itens inclusos: 01 Pinguim; 02 Picaretas; 01 Roleta; 24 Blocos; 01 Base com quatro pés. O Jogo desenvolve o raciocínio para criar estratégias.	ART	UND	2,00	34,13	68,26
Valor total do lote: 1.806,72						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 91/2026
GESTORES: Anselmo Roque Miranda e Silvane Rickli Horst Schneider;
FISCAIS: João Carlos Pacheco, Caroline Patricia Paim e Silvia Seiffertt de Almeida;
VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 25/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:E0947F1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 91/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo/PR.

DETENTORA DA ATA: FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 41.227.145/0001-07, com sede localizada na Rua Jacob Porsak, Nº 437, no Município de Maringá/PR, CEP 87.053-360, neste ato representada por Bruno Bertolasce, portador da cédula de identidade Nº 14.517.215-2 SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 115.915.329-90.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS LÚDICOS, TERAPÊUTICOS, TESTES PSICOLÓGICOS E MATERIAIS ESPORTIVOS em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, autuado na forma do Processo Administrativo nº 4.125/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 91/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 06						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	BAMBOLÊS Bambolê em material leve e resistente, utilizado em atividades físicas e recreativas, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, flexibilidade e condicionamento cardiovascular.	REISES	UND	40,00	3,07	122,80
2	BOLAS DE FUTSAL Bola oficial de futsal, confeccionada em material resistente, indicada para atividades que promovem coordenação motora, equilíbrio, condicionamento físico e fortalecimento dos membros inferiores.	MAGUSSY	UND	20,00	39,95	799,00
3	BOLAS DE VOLEIBOL Bola oficial de voleibol, confeccionada em material sintético resistente, indicada para atividades que desenvolvem coordenação motora, precisão, controle e fortalecimento dos membros superiores.	MAGUSSY	UND	20,00	44,20	884,00
4	COLCHONETES Colchonete em material resistente e de fácil higienização, destinado à realização de exercícios no solo, proporcionando conforto, segurança e proteção durante atividades físicas.	ORTOBOM	UND	20,00	45,44	908,80
5	CONES Cone plástico de sinalização esportiva, utilizado para demarcação de espaço em treinos, contribuindo para o desenvolvimento da agilidade, coordenação motora, velocidade e organização de circuitos.	LCM	UND	20,00	6,26	125,20
6	ELÁSTICO EXTENSOR FUNCIONAL Elástico extensor com resistência progressiva, indicado para exercícios de fortalecimento muscular global, melhora da resistência, alongamento e reabilitação funcional.	AOPE	UND	30,00	28,54	856,20
7	MINI BAND Elastico	VOLLO	UND	40,00	14,67	586,80

	Faixa elástica de resistência (mini band), utilizada em exercícios funcionais para fortalecimento e tonificação muscular, auxiliando na reabilitação, mobilidade e ativação de membros superiores e inferiores.					
Valor total do lote: 4.282,80						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 91/2026
GESTORES: Anselmo Roque Miranda e Silvane Rickli Horst Schneider;
FISCAIS: João Carlos Pacheco, Caroline Patricia Paim e Silvia Seiffertt de Almeida;
VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 25/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:88526C65



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO I

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)
	LIQUIDADAS													
	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.698.946,48	1.725.102,63	1.666.006,04	1.661.882,46	1.736.281,99	3.306.698,23	1.720.045,43	1.831.269,08	2.153.013,92	402.079,54	1.927.178,15	1.922.017,17	21.750.521,12	33.527,41
Pessoal Ativo	1.240.593,16	1.251.586,37	1.306.840,25	1.302.716,66	1.352.480,76	2.620.590,50	1.381.134,86	1.449.321,01	1.776.380,35	14.547,98	1.543.801,40	1.540.670,35	16.780.663,65	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.108.898,53	1.115.419,57	1.164.968,52	1.158.889,52	1.206.522,67	2.347.254,11	1.216.621,32	1.271.350,31	1.601.171,59	5.837,00	1.366.274,49	1.350.823,17	14.914.030,80	0,00
Obrigações Patronais	131.694,63	136.166,80	141.871,73	143.827,14	145.958,09	273.336,39	164.513,54	177.970,70	175.208,76	8.710,98	177.526,91	189.847,18	1.866.632,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	329.268,86	329.169,53	328.137,11	328.137,12	352.772,55	655.079,05	334.570,57	350.919,39	345.604,89	360.842,88	347.225,89	349.535,96	4.411.263,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	263.011,26	262.911,93	261.879,51	261.879,52	286.514,95	465.982,65	262.942,37	281.701,74	276.387,24	276.387,24	272.090,09	278.697,31	3.450.385,81	0,00
Pensões	66.257,60	66.257,60	66.257,60	66.257,60	66.257,60	189.096,40	71.628,20	69.217,65	69.217,65	84.455,64	75.135,80	70.838,65	960.877,99	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	129.084,46	144.346,73	31.028,68	31.028,68	31.028,68	31.028,68	4.340,00	31.028,68	31.028,68	26.688,68	36.150,86	31.810,86	558.593,67	33.527,41
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	52.430,98	335.265,10	345.039,44	334.668,95	359.430,64	662.174,16	355.999,44	355.287,60	619.743,13	360.842,88	391.163,01	381.121,00	4.553.166,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	50.912,98	4.577,57	15.384,33	5.013,83	5.140,09	4.059,11	19.807,87	2.747,21	17.675,61	0,00	42.316,12	29.964,04	197.598,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	1.518,00	3.036,00	1.621,00	1.621,00	256.462,63	0,00	1.621,00	1.621,00	273.572,63	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	329.169,53	328.137,11	328.137,12	352.772,55	655.079,05	334.570,57	350.919,39	345.604,89	360.842,88	347.225,89	349.535,96	4.081.994,94	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.646.515,50	1.389.837,53	1.320.966,60	1.327.213,51	1.376.851,35	2.644.524,07	1.364.045,99	1.475.981,48	1.533.270,79	41.236,66	1.536.015,14	1.540.896,17	17.197.354,79	33.527,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**39.412.792,03**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**2.625.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**100.000,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**36.687.792,03**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**17.230.882,20**	**46,97**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**19.811.407,70**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**18.820.837,32**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**17.830.266,93**	**48,60**
Notas Explicativas		
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null		27/08/2026 - 08:11:01

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:5E21FD46

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2026 ANEXO V

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ										
PODER EXECUTIVO										
ESTADO DO PARANÁ										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO 2026/SEMESTRAL JANEIRO-JUNHO										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃODISPONIBILIDADE LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**2.293.920,70**	**47.737,03**	**817.283,29**	**193.318,21**	**163.532,80**	**0,00**	**1.072.049,37**	**2.248.062,19**	**0,00**	**-1.176.012,82**
Recursos Não Vinculados de Impostos	1.730.252,10	44.122,53	750.812,58	179.576,82	163.532,80	0,00	592.207,37	2.231.138,51	0,00	-1.638.931,14
Outros Recursos não Vinculados	563.668,60	3.614,50	66.470,71	13.741,39	0,00	0,00	479.842,00	16.923,68	0,00	462.918,32
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	11.651.489,24	2.433,60	491.482,40	25.160,79	0,00	0,00	11.132.412,45	24.143.585,79	0,00	-13.011.173,34
Recursos Vinculados à Educação	696.986,06	853,41	5.267,82	4.492,74	0,00	0,00	686.372,09	374.832,41	0,00	311.539,68
Transferências do FUNDEB	583.810,65	243,41	0,00	0,00	0,00	0,00	583.567,24	341.716,05	0,00	241.851,19
Outros Recursos Vinculados à Educação	113.175,41	610,00	5.267,82	4.492,74	0,00	0,00	102.804,85	33.116,36	0,00	69.688,49
Recursos Vinculados à Saúde	4.952.196,23	0,01	439.114,02	0,18	0,00	0,00	4.513.082,02	1.808.358,08	0,00	2.704.723,94
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	4.942.279,71	0,00	439.114,02	0,00	0,00	0,00	4.503.165,69	1.808.358,07	0,00	2.694.807,62
Outros Recursos Vinculados à Saúde	9.916,52	0,01	0,00	0,18	0,00	0,00	9.916,33	0,01	0,00	9.916,32
Recursos Vinculados à Assistência Social	683.692,41	134,52	12.564,16	9.938,49	0,00	0,00	661.055,24	2.225.703,57	0,00	-1.564.648,33
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	4.712.422,59	1.444,69	11.493,46	8.524,43	0,00	0,00	4.690.960,01	19.734.559,09	0,00	-15.043.599,08
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	4.403.853,10	0,00	0,00	60,67	0,00	0,00	4.403.792,43	19.715.949,74	0,00	-15.312.157,31
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	308.569,49	1.444,69	11.493,46	8.463,76	0,00	0,00	287.167,58	18.609,35	0,00	268.558,23
Demais Vinculações Legais	16.083,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.083,74	0,00	0,00	16.083,74
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	6.853,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.853,93	0,00	0,00	6.853,93
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	9.229,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.229,81	0,00	0,00	9.229,81
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	426.575,41	0,97	23.042,94	2.204,95	0,00	0,00	401.326,55	132,64	0,00	401.193,91
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPO NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a – (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃODISPONIBILIDADE LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
Recursos Extraorçamentários	163.532,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.532,80	0,00	0,00	163.532,80

Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	11.425.964,90	96.378,86	0,00	1.812,18	0,00	0,00	11.327.773,86	0,00	0,00	11.327.773,86
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	11.425.964,90	96.378,86	0,00	1.812,18	0,00	0,00	11.327.773,86	0,00	0,00	11.327.773,86
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	25.371.374,84	146.549,49	1.308.765,69	220.291,18	163.532,80	0,00	23.532.235,68	26.391.647,98	0,00	-2.859.412,30
Notas Explicativas										

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:413CDAA9

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO I

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ							
PODER EXECUTIVO							
ESTADO DO PARANÁ							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.887.256,25	85.133.367,87	8.964.992,94	10,53	33.940.508,55	39,87	51.192.859,32
RECEITAS CORRENTES	37.599.032,95	38.871.334,05	8.274.342,94	21,29	20.929.975,48	53,84	17.941.358,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.773.977,65	1.773.977,65	434.532,67	24,49	1.018.191,55	57,40	755.786,10
Impostos	1.579.471,98	1.579.471,98	325.652,01	20,62	887.055,35	56,16	692.416,63
Taxas	192.692,78	192.692,78	108.880,66	56,50	131.136,20	68,05	61.556,58
Contribuição de Melhoria	1.812,89	1.812,89	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812,89
CONTRIBUIÇÕES	1.370.380,01	1.370.380,01	241.268,28	17,61	690.498,80	50,39	679.881,21
Contribuições Sociais	1.256.756,21	1.256.756,21	211.996,94	16,87	605.844,72	48,21	650.911,49
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	113.623,80	113.623,80	29.271,34	25,76	84.654,08	74,50	28.969,72
RECEITA PATRIMONIAL	588.397,49	663.397,49	427.088,22	64,38	1.369.717,36	206,47	-706.319,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.759,46	1.759,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759,46
Valores Mobiliários	586.638,03	661.638,03	427.088,22	64,55	1.369.717,36	207,02	-708.079,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.039,00	7.039,00	13.020,00	184,97	13.020,00	184,97	-5.981,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.539,00	4.539,00	13.020,00	286,85	13.020,00	286,85	-8.481,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.044.725,19	33.188.026,29	7.014.230,43	21,13	17.546.895,67	52,87	15.641.130,62
Transferências da União e de suas Entidades	22.086.788,42	22.700.788,42	4.954.580,71	21,83	12.077.608,99	53,20	10.623.179,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.809.094,04	7.338.395,14	1.448.790,89	19,74	3.744.287,46	51,02	3.594.107,68

Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.148.842,73	3.148.842,73	610.858,83	19,40	1.724.999,22	54,78	1.423.843,51
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.814.513,61	1.868.513,61	144.203,34	7,72	291.652,10	15,61	1.576.861,51
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	728,68	10.728,68	97.886,40	912,38	108.155,40	1.008,10	-97.426,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.813.784,93	1.857.784,93	46.316,94	2,49	183.496,70	9,88	1.674.288,23
RECEITAS DE CAPITAL	39.288.223,30	46.262.033,82	690.650,00	1,49	13.010.533,07	28,12	33.251.500,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	37.388.223,30	44.362.033,82	690.650,00	1,56	13.010.533,07	29,33	31.351.500,75
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	960.019,00	0,00	-960.019,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	37.388.223,30	44.362.033,82	690.650,00	1,56	12.050.514,07	27,16	32.311.519,75
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.047.325,21	2.047.325,21	288.412,59	14,09	824.213,85	40,26	1.223.111,36
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	78.934.581,46	87.180.693,08	9.253.405,53	10,61	34.764.722,40	39,88	52.415.970,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	78.934.581,46	87.180.693,08	9.253.405,53	10,61	34.764.722,40	39,88	52.415.970,68
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	78.934.581,46	87.180.693,08	9.253.405,53	10,61	34.764.722,40	39,88	52.415.970,68
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.927.749,23	0,00	0,00	4.927.749,23	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	4.927.749,23	0,00	0,00	4.927.749,23	100,00	0,00

Reabertura de Créditos Adicionais²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	76.047.545,80	89.148.206,65	27.526.107,40	52.679.870,68	36.468.335,97	8.434.591,79	26.372.603,44	62.775.603,21	25.059.407,13	26.307.267,24
DESPESAS CORRENTES	34.433.374,62	37.152.446,44	6.794.316,91	21.245.593,93	15.906.852,51	7.042.908,91	18.830.449,76	18.321.996,68	17.925.167,48	2.415.144,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.156.689,96	21.330.189,96	3.790.075,30	11.253.458,27	10.076.731,69	3.736.008,75	9.762.143,47	11.568.046,49	9.690.752,71	1.491.314,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	35.102,10	35.102,10	7.194,38	22.925,28	12.176,82	7.194,38	22.925,28	12.176,82	22.925,28	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.241.582,56	15.787.154,38	2.997.047,23	9.969.210,38	5.817.944,00	3.299.705,78	9.045.381,01	6.741.773,37	8.211.489,49	923.829,37
DESPESAS DE CAPITAL	39.860.441,63	50.977.082,11	20.731.790,49	31.434.276,75	19.542.805,36	1.391.682,88	7.542.153,68	43.434.928,43	7.134.239,65	23.892.123,07
INVESTIMENTOS	39.115.497,01	50.232.137,49	20.555.713,55	31.065.268,11	19.166.869,38	1.215.605,94	7.173.145,04	43.058.992,45	6.920.626,55	23.892.123,07
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	744.944,62	744.944,62	176.076,94	369.008,64	375.935,98	176.076,94	369.008,64	375.935,98	213.613,10	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.753.729,55	1.018.678,10	0,00	0,00	1.018.678,10	0,00	0,00	1.018.678,10	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.887.035,66	2.960.235,66	202.657,48	597.453,52	2.362.782,14	201.385,99	495.471,38	2.464.764,28	474.020,17	101.982,14
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	78.934.581,46	92.108.442,31	27.728.764,88	53.277.324,20	38.831.118,11	8.635.977,78	26.868.074,82	65.240.367,49	25.533.427,30	26.409.249,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	78.934.581,46	92.108.442,31	27.728.764,88	53.277.324,20	38.831.118,11	8.635.977,78	26.868.074,82	65.240.367,49	25.533.427,30	26.409.249,38
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.896.647,58	0,00	9.231.295,10	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	78.934.581,46	92.108.442,31	27.728.764,88	53.277.324,20	38.831.118,11	8.635.977,78	34.764.722,40	0,00	34.764.722,40	26.409.249,38
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	11.618,20	29.646,84	-29.646,84	-3.585,74	42.730,52	-42.730,52	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.047.325,21	2.047.325,21	288.412,59	0,14	824.213,85	0,40	1.223.111,36
RECEITAS CORRENTES	2.047.325,21	2.047.325,21	288.412,59	0,14	824.213,85	0,40	1.223.111,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.047.325,21	2.047.325,21	288.412,59	0,14	824.213,85	0,40	1.223.111,36
Contribuições Sociais	2.047.325,21	2.047.325,21	288.412,59	0,14	824.213,85	0,40	1.223.111,36
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (l) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.887.035,66	2.960.235,66	202.657,48	597.453,52	2.362.782,14	201.385,99	495.471,38	2.464.764,28	474.020,17	101.982,14
DESPESAS CORRENTES	2.887.035,66	2.960.235,66	202.657,48	597.453,52	2.362.782,14	201.385,99	495.471,38	2.464.764,28	474.020,17	101.982,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.247.129,71	1.320.329,71	202.657,48	597.453,52	722.876,19	201.385,99	495.471,38	824.858,33	474.020,17	101.982,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.639.905,95	1.639.905,95	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00	0,00	1.639.905,95	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:5690AE39

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO III

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Abril 2026	Maio 2026	Junho 2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.514.546,83**	**3.889.124,61**	**3.714.426,90**	**3.899.024,68**	**3.644.262,29**	**5.378.888,27**	**3.669.160,02**	**3.802.526,76**	**3.561.149,14**	**3.526.370,61**	**4.959.725,58**	**4.329.814,33**	**48.889.020,02**	**44.561.776,29**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.207,75	205.323,42	214.691,29	236.604,00	96.783,11	219.045,11	103.227,47	129.988,95	128.249,11	222.193,35	98.823,82	335.708,85	2.095.846,23	1.773.977,65
IPTU	3.685,94	66.537,69	66.149,87	8.883,02	4.874,87	11.129,28	1.506,69	3.155,10	1.424,67	12.649,24	10.427,95	125.269,71	315.694,03	184.671,14
ISS	14.760,09	15.073,04	18.620,72	50.354,55	13.603,47	23.469,06	8.624,53	15.619,36	28.965,46	44.340,24	13.152,13	23.577,55	270.160,20	268.649,49
ITBI	18.025,91	3.913,74	8.719,06	29.231,04	1.893,24	1.843,39	0,00	15.797,48	22.726,44	2.965,53	3.290,81	5.988,24	114.394,88	309.238,30
IRRF	64.940,95	64.704,47	73.785,55	141.287,49	72.373,99	173.671,49	92.095,99	91.078,61	72.562,47	147.891,53	59.505,92	84.439,70	1.138.338,16	816.913,05
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.794,86	55.094,48	47.416,09	6.847,90	4.037,54	8.931,89	1.000,26	4.338,40	2.570,07	14.346,81	12.447,01	96.433,65	257.258,96	194.505,67
Receita de Contribuições	100.873,00	99.861,89	99.010,05	101.801,97	153.498,40	110.050,39	106.397,34	109.208,86	112.460,17	121.164,15	123.480,48	117.787,80	1.355.594,50	1.370.380,01
Receita Patrimonial	197.636,76	213.761,05	220.907,90	236.209,67	300.730,88	259.743,09	234.327,27	199.966,29	274.861,34	233.474,24	242.297,92	184.790,30	2.798.706,71	663.397,49
Rendimentos de Aplicação Financeira	197.636,76	213.761,05	220.907,90	236.209,67	208.730,88	259.743,09	234.327,27	199.966,29	274.861,34	233.474,24	242.297,92	184.790,30	2.706.706,71	661.638,03
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.000,00	1.759,46
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.340,00	8.680,00	13.020,00	7.039,00
Transferências Correntes	4.089.413,40	3.059.954,38	3.159.215,49	3.030.155,74	3.073.140,78	4.357.169,29	3.212.172,59	3.344.512,92	3.014.268,71	2.865.285,01	4.367.044,16	3.662.383,24	41.234.715,71	38.878.468,53
Cota-Parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	22.398.715,54
Cota-Parte do ICMS	405.257,72	483.876,47	594.994,44	539.067,86	502.311,32	637.071,84	544.642,74	434.549,42	603.332,75	557.919,62	452.875,29	586.010,64	6.341.910,11	7.012.723,00
Cota-Parte do IPVA	214.297,66	19.717,13	29.477,55	14.590,47	9.736,33	10.885,94	164.668,95	48.939,12	38.677,32	32.601,06	27.360,28	15.791,29	626.743,10	350.000,00
Cota-Parte do ITR	883,42	1.363,45	119.842,42	646.434,66	280.103,81	48.547,94	47.427,32	56.627,33	6.042,27	16.329,86	11.498,14	15.950,45	1.251.051,07	1.068.965,68
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	7.145,72	7.893,25	8.370,63	8.027,48	7.934,06	9.610,56	7.193,90	7.549,25	7.473,03	6.573,91	7.899,88	10.549,91	96.221,58	87.080,60
Transferências do FUNDEB	248.072,18	232.856,01	223.733,01	259.776,62	241.711,45	274.734,39	377.492,33	270.549,20	265.611,68	304.078,20	367.743,13	296.534,06	3.362.892,26	3.390.564,49

Outras Transferências Correntes	1.269.268,28	815.912,05	281.350,20	287.024,78	297.867,73	584.776,20	298.811,99	298.445,05	744.031,48	359.347,95	1.577.157,50	712.007,02	7.526.000,23	4.570.419,22
Outras Receitas Correntes	21.415,92	310.223,87	20.602,17	294.253,30	20.109,12	432.880,39	13.035,35	18.849,74	31.309,81	84.253,86	123.739,20	20.464,14	1.391.136,87	1.868.513,61
DEDUÇÕES (II)	**575.830,96**	**899.473,72**	**624.354,45**	**999.022,09**	**786.290,38**	**1.193.194,51**	**740.414,71**	**778.321,38**	**675.928,21**	**733.165,03**	**728.366,68**	**741.865,87**	**9.476.227,99**	**9.151.756,81**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	93.835,21	94.051,20	93.139,14	93.759,37	94.554,49	100.145,69	94.288,48	95.113,05	99.271,22	105.175,03	108.665,14	103.331,80	1.175.329,82	1.256.756,21
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	15.922,80	282.578,96	15.896,18	271.459,42	64.754,92	427.971,40	631,30	15.001,15	15.586,08	55.848,66	15.848,32	15.848,32	1.197.347,51	1.803.555,33
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	113.423,57	120.606,37	122.831,13	137.132,52	120.268,69	132.531,80	138.321,35	113.103,51	160.145,89	131.769,62	119.424,60	91.917,40	1.501.476,45	401.003,03
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	352.649,38	402.237,19	392.488,00	496.670,78	506.712,28	532.545,62	507.173,58	555.103,67	400.925,02	440.371,72	484.428,62	530.768,35	5.602.074,21	5.690.442,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.938.715,87**	**2.989.650,89**	**3.090.072,45**	**2.900.002,59**	**2.857.971,91**	**4.185.693,76**	**2.928.745,31**	**3.024.205,38**	**2.885.220,93**	**2.793.205,58**	**4.231.358,90**	**3.587.948,46**	**39.412.792,03**	**35.410.019,48**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	1.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	1.125.000,00	0,00	2.625.000,00	394.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.938.715,87	2.889.650,89	3.090.072,45	2.900.002,59	2.857.971,91	4.185.693,76	2.928.745,31	3.024.205,38	2.485.220,93	2.793.205,58	3.106.358,90	3.587.948,46	36.787.792,03	35.016.019,48
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	2.938.715,87	2.889.650,89	3.090.072,45	2.900.002,59	2.857.971,91	4.185.693,76	2.928.745,31	3.024.205,38	2.485.220,93	2.793.205,58	3.006.358,90	3.587.948,46	36.687.792,03	34.916.019,48
Notas Explicativas														

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:2F3CF61A

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO VII

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c + d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**145.346,68**	**1.135.753,74**	**1.133.418,80**	**0,00**	**147.681,62**	**40.368,01**	**5.597.154,28**	**5.248.830,18**	**5.248.560,38**		**263.023,21**	**410.704,83**
PODER EXECUTIVO	**145.346,68**	**1.135.753,74**	**1.133.418,80**	**0,00**	**147.681,62**	**40.368,01**	**5.597.154,28**	**5.248.830,18**	**5.248.560,38**		**263.023,21**	**410.704,83**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**184.977,37**	**184.977,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**145.346,68**	**1.320.731,11**	**1.318.396,17**	**0,00**	**147.681,62**	**40.368,01**	**5.597.154,28**	**5.248.830,18**	**5.248.560,38**		**263.023,21**	**410.704,83**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null											24/08/2026 - 09:10:52	
Notas Explicativas												

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:B56E825E

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO XII

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.579.471,98	1.579.471,98	887.055,35	56,16
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	184.671,14	184.671,14	154.433,36	83,63
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	309.238,30	309.238,30	50.768,50	16,42
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	268.649,49	268.649,49	134.279,27	49,98
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	816.913,05	816.913,05	547.574,22	67,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.452.211,22	28.552.211,22	14.593.857,04	51,11
Cota-Parte FPM	20.033.441,94	20.033.441,94	10.885.373,31	54,34
Cota-Parte ITR	968.965,68	1.068.965,68	153.875,37	14,39
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	328.038,02	93,73
Cota-Parte ICMS	7.012.723,00	7.012.723,00	3.179.330,46	45,34
Cota-Parte IPI-Exportação	87.080,60	87.080,60	47.239,88	54,25
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**30.031.683,20**	**30.131.683,20**	**15.480.912,39**	**51,38**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.598.325,20	4.616.825,20	2.179.767,11	47,21	1.697.249,05	36,76	1.686.275,89	36,52	482.518,06
Despesas Correntes	4.595.069,60	4.342.569,60	1.908.747,42	43,95	1.640.044,05	37,77	1.629.070,89	37,51	268.703,37
Despesas de Capital	3.255,60	274.255,60	271.019,69	98,82	57.205,00	20,86	57.205,00	20,86	213.814,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.243.683,99	2.107.483,99	1.492.710,33	70,83	1.200.445,11	56,96	1.182.696,55	56,12	292.265,22
Despesas Correntes	2.240.428,39	2.103.928,39	1.491.410,33	70,89	1.200.445,11	57,06	1.182.696,55	56,21	290.965,22
Despesas de Capital	3.255,60	3.555,60	1.300,00	36,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	2.018,26	2.018,26	44,75	2,22	44,75	2,22	44,75	2,22	0,00
Despesas Correntes	2.018,26	2.018,26	44,75	2,22	44,75	2,22	44,75	2,22	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**6.844.027,45**	**6.726.327,45**	**3.672.522,19**	**54,60**	**2.897.738,91**	**43,08**	**2.869.017,19**	**42,65**	**774.783,28**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.672.522,19	2.897.738,91	2.869.017,19
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	245.449,22	245.449,22	245.449,22
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**3.427.072,97**	**2.652.289,69**	**2.623.567,97**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		2.322.136,86	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	1.104.936,11	330.152,83	301.431,11
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**22,14**	**17,13**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	2.322.136,86	3.427.072,97	1.104.936,11	0,00	245.449,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350.385,33
Empenhos de 2024	4.326.836,98	6.517.251,79	2.190.414,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.190.414,81
Empenhos de 2023	4.133.099,22	5.675.267,13	1.542.167,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.542.167,91
Empenhos de 2022	3.552.162,88	6.266.807,04	2.714.644,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.714.644,16
Empenhos de 2021 e anteriores	2.793.616,35	4.745.160,87	1.951.544,52	8.537,94	0,00	0,00	8.537,94	0,00	0,00	1.951.544,52
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	125.391,44	125.391,44	125.391,44	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**125.391,44**	**125.391,44**	**125.391,44**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.275.756,44	2.590.756,44	2.459.100,86	94,92
Proveniente da União	1.783.756,44	2.098.756,44	2.127.668,86	101,38
Proveniente dos Estados	492.000,00	492.000,00	331.432,00	67,36
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	75.000,00	234.863,97	313,15
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.275.756,44**	**2.665.756,44**	**2.693.964,83**	**101,06**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.704.710,11	5.162.559,93	3.831.960,89	74,23	2.050.784,42	39,72	1.626.156,61	31,50	1.781.176,47
Despesas Correntes	1.704.710,11	3.199.659,93	1.871.976,86	58,51	1.653.415,92	51,67	1.473.416,91	46,05	218.560,94
Despesas de Capital	0,00	1.962.900,00	1.959.984,03	99,85	397.368,50	20,24	152.739,70	7,78	1.562.615,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	525.040,49	526.840,49	409.285,59	77,69	389.556,09	73,94	389.556,08	73,94	19.729,50
Despesas Correntes	525.040,49	525.040,49	407.525,59	77,62	387.796,09	73,86	387.796,08	73,86	19.729,50
Despesas de Capital	0,00	1.800,00	1.760,00	97,78	1.760,00	97,78	1.760,00	97,78	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	46.005,84	75.505,84	58.555,68	77,55	51.103,57	67,68	36.617,37	48,50	7.452,11
Despesas Correntes	46.005,84	75.505,84	58.555,68	77,55	51.103,57	67,68	36.617,37	48,50	7.452,11
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.275.756,44**	**5.764.906,26**	**4.299.802,16**	**74,59**	**2.491.444,08**	**43,22**	**2.052.330,06**	**35,60**	**1.808.358,08**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.303.035,31	9.779.385,13	6.011.728,00	61,47	3.748.033,47	38,33	3.312.432,50	33,87	2.263.694,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.768.724,48	2.634.324,48	1.901.995,92	72,20	1.590.001,20	60,36	1.572.252,63	59,68	311.994,72
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	48.024,10	77.524,10	58.600,43	75,59	51.148,32	65,98	36.662,12	47,29	7.452,11
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**9.119.783,89**	**12.491.233,71**	**7.972.324,35**	**63,82**	**5.389.182,99**	**43,14**	**4.921.347,25**	**39,40**	**2.583.141,36**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	2.275.756,44	5.764.906,26	4.299.802,16	74,59	2.491.444,08	43,22	2.052.330,06	35,60	1.808.358,08
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**6.844.027,45**	**6.726.327,45**	**3.672.522,19**	**54,60**	**2.897.738,91**	**43,08**	**2.869.017,19**	**42,65**	**774.783,28**
Notas Explicativas									
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null									24/08/2026 - 09:42:35

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:485AE6C6

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
REPUBLICAÇÃO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2026 ANEXO XIII

MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2026/BIMESTRAL MAIO-JUNHO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 — R$ 1,00)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:1AB633B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
ANEXO AO DECRETO 512/2025

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.

ANEXO 1.
GESTÃO DE DOCUMENTOS

1.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilita garantir a padronização dos documentos
recebidos e arquivados na sede do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, definindo a metodologia a ser utilizada. Algumas rotinas devem ser adotadas no registro documental, afim de que não se perca o controle, bem como surjam problemas que facilmente poderiam ser evitados. Os arquivos possuem duas finalidades: a primeira é servir à administração da entidade que o produziu; a segunda é servir de base para o conhecimento da história desta entidade.

1.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se a rotina de gestão documental do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, sendo que a documentação deve ficar sob responsabilidade do serviço.

1.3 Definições
“Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991).

1.4 Usuários Principais
Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

1.5 Procedimento
A função principal dos arquivos é possibilitar o acesso às informações que estão sob sua responsabilidade de guarda, de maneira rápida e precisa. Os documentos da fase corrente possuem grande potencial de uso para a instituição produtora, e são utilizados para o cumprimento de suas atividades administrativas, como a tomada de decisões, avaliação de processos, controle das tarefas, etc. As principais atividades desempenhadas nesta fase são: protocolo, arquivamento, empréstimo, consulta e destinação.

1.5.1 Protocolo
Executa as atividades de receber os documentos, registrar em caderno de protocolo numerado com a identificação dos documentos, remetente e identificação do recebedor (nome e assinatura). Após, os documentos são numerados conforme sua ordem de chegada ao livro de protocolo e arquivados nas pastas, separado por tipo de documento.

1.5.2 Arquivamento
O arquivamento consiste na guarda dos documentos em lugar próprio, como caixas e pastas, em mobiliários específicos, como estantes e arquivos de aço. Para que os arquivos se tornem acessíveis é necessário que eles sejam corretamente armazenados de maneira a agilizar sua recuperação. Antes do arquivamento, os documentos devem ser devidamente classificados de acordo com a função ou atividade a que se referem.
Para que os documentos de arquivo estejam acessíveis é necessário que eles sejam bem ordenados e arquivados. O arquivamento é feito por meio de método de ordem numérica.

Pasta da empresa
Cada empresa registada ao SIM recebe um número (cronológico) e seus arquivos (pastas) ficam vinculadas a este número, devendo ser organizado e arquivado da seguinte forma:
Processo de registro de estabelecimento: Processo onde consta a documentação mínima para registro dos estabelecimentos, conforme solicitação do SIM, que está descrito em procedimento no Anexo nº 02. O processo de registro, deverá ter todas as folhas carimbadas, rubricadas e numeradas em ordem cronológica. Esse arquivo possui as seguintes subdivisões:
Documentos atualizados: Pasta destinada a todos os documentos renováveis que constam no processo de adesão.
Alteração de Projetos: Os projetos de alterações e/ou ampliações, juntamente com os demais documentos descritos no Anexo nº 02 devem ser arquivados em ordem cronológica. Os projetos devem ser verificados (carimbados, assinados, datados) e aprovados pelo SIM.
Registros de fiscalização: São utilizados para registro das atividades de fiscalização realizadas pelo serviço de inspeção no estabelecimento (Modelo 1.6.1). Quando do estabelecimento de abate, pode ser utilizado para registro de fiscalização a planilha de condenação de vísceras, indicando o horário de início e termino do abate. Todas as folhas devem ser carimbadas e assinadas. Serão arquivados em ordem cronológica.
Memorial de fabricação e rotulagem de POA. Processo onde constam os produtos que a empresa produz. Nesta pasta deve ser arquivado os documentos de registro dos produtos fabricados pela empresa onde os mesmos devem estar carimbados e assinados, incluindo o Certificado - parecer favorável à fabricação (Modelo 3.7.3), obedecendo ao arquivamento pela ordem de aprovação do registro do produto. Exemplo:
Memorial descritivo de produtos
Linguiça Colonial
Linguiça de Carne Suína Congelada
Linguiça Toscana Resfriada
Coletas fiscais. Esse arquivo possui as seguintes subdivisões:
Laudos de Análises Microbiológicas fiscais dos produtos e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, os laudos das análises microbiológicas devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
Laudos de Análises Físico-químicas fiscais dos produtos e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, as análises físico-químicas devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
Laudos de Análises fiscais de Água e respectivos SOA - Solicitação Oficial de Análise: Respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, as análises de água devem ser arquivadas em ordem cronológica, devem estar verificadas (carimbadas, assinadas e datadas).
Relatórios de Supervisão: devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados, assinados e rubricados em todas as páginas por todos os envolvidos na supervisão.
*Supervisão dos Estabelecimentos Registrados no SIM: Todos os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM devem ser supervisionados (Modelo 1.6.2).
Plano de ação para a correção das não conformidades apontadas no relatório de supervisão devem ser arquivadas juntamente com o seu respectivo relatório: Devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados pela empresa. Para este procedimento deve ser utilizado o Plano de ação (Modelo 1.6.3). Após verificar a efetividade da ação corretiva, o fiscal deve finalizar o documento no campo de verificação através de assinatura com a data.
Relatório de não conformidade (RNC): devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados pelo SIM e pelo responsável da empresa. Após verificar a efetividade da ação corretiva, o fiscal deve finalizar o documento no campo de verificação através de assinatura com a data. A numeração dos RNCs deve seguir uma sequência única por empresa.
Autos de Infração/Interdição/Apreensão/Suspensão: devem ser arquivados em ordem cronológica, onde os mesmos devem estar carimbados e assinados.
Planilhas de Inspeção/fiscalização: realizadas pelo fiscal do SIM. Estas devem ser divididas em sub processos, quando necessário e arquivadas em ordem cronológica, onde as mesmas devem estar carimbadas e assinadas. Exemplos (cujos alguns Modelos encontram-se ao final de cada Anexo):
Planilhas de Verificação Oficial das áreas de inspeção in loco e documental
Planilha de PPHO - Liberação de Abate
Verificação oficial de Formulação de Produtos: respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, a verificação oficial de formulação de produtos deve ser efetuada pelo fiscal do SIM, arquivados em ordem cronológica, carimbados, assinados, datados e informando a RNC e/ou auto de infração/interdição/apreensão/suspensão, quando houver não conformidades).
Verificação oficial de Aferição de Peso/Volume: respeitando o programa de trabalho estabelecido pelo SIM, a verificação oficial de aferição de peso/volume deve ser efetuada pelo fiscal do SIM, arquivados em ordem cronológica, carimbados, assinados, datados e informando a RNC e/ou auto de infração/interdição/apreensão/suspensão, quando houver não conformidades).
Regime especial de Fiscalização - REF: O procedimento deve ser realizado conforme descrito no Anexo nº 05. Devem ser arquivados em ordem cronológica. Devem estar verificados (carimbados, assinados, datados).
Documentos gerais protocolados: Item destinado para arquivar os documentos gerais enviados pela empresa. Todos os documentos recebidos devem receber uma numeração contínua, conforme a sequência do livro de protocolo. Todos os documentos devem estar assinados pelos responsáveis da empresa. Quando for o caso, informar o número do respectivo ofício expedido pelo SIM (em resposta).

*Procedimento exclusivo para as atividades em Abatedouros:

Planilha de Inspeção ante-mortem e Planilha de condenações de vísceras: devem ser realizadas a cada abate pelo fiscal do SIM, em ordem cronológica. Devem estar carimbadas e assinadas.
Laudos de Condenações de Carcaças: devem ser realizados a cada abate pelo fiscal do SIM, em caso de condenações, em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados.
Dados Nosográficos: Realizados e arquivados pelo fiscal do SIM, mensalmente, em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados. Nos dados nosográficos, constam as estatísticas de abate, que são alimentadas pelas planilhas de inspeção ante-mortem (Modelo 1.6.4), relatório de condenações de carcaça e seus respectivos julgamentos (Modelo 1.6.5). Todas as informações contidas nas planilhas e relatórios devem ser compiladas gerando os dados nosográficos (Modelo 1.6.6) pelo responsável do SIM, sempre no começo do mês, referente ao mês anterior. Após preenchido e assinado pelo responsável do SIM, deve ser arquivado.

1.5.3 Documentos do SIM

a) Ofícios Expedidos: Pasta destinada para arquivar todos os ofícios expedidos pelo SIM, que são discriminados em um livro específico, contendo o número e ano, a data, destinatário, assunto e assinatura do responsável pelo SIM. Todos os ofícios (Modelo 1.6.7) devem seguir uma numeração contínua, por ano, conforme sequência do livro de ofícios expedidos. Devem ser arquivados em ordem cronológica, contendo data, nome e assinatura do recebedor.

b) Documentos recebidos: Pasta destinada para arquivar os documentos recebidos pelo SIM que não tenham pasta especifica, excetuando os recebidos e arquivados na pasta especifica das empresas. Todos os documentos recebidos devem receber uma numeração contínua, conforme a sequência do livro de protocolo.

c) Registro de reuniões: Pasta destinada para arquivar as memórias das reuniões realizadas pelo SIM. O registro deve apresentar convocação, lista de presença, fotos, material utilizado e ata da reunião realizada. Arquivado em ordem cronológica. Devem estar carimbados e assinados pelo SIM (Modelo 1.6.8).

d) Registro de ações de combate à clandestinidade e educação sanitária: Pasta destinada para arquivar as ações de combate à clandestinidade e educação sanitária realizadas pelo SIM. Os registros devem ser arquivados em ordem cronológica e devem estar carimbados e assinados.

e) Registro de treinamentos, capacitações e participações em eventos: Pasta destinada para arquivar os registros de convocação, lista de presença, fotos, material utilizado, programação do treinamento/capacitação e certificados de participação (Modelo 1.6.8). Arquivado em ordem cronológica.

f) Controle dos Dados estatísticos: O estabelecimento deve encaminhar ao SIM os relatórios de produção e comercialização até o décimo dia útil de cada mês subsequente. Devem estar carimbados e assinados. As informações contidas nos relatórios devem ser compiladas pelo responsável do SIM, sempre no começo do mês, referente ao mês anterior, gerando os dados estatísticos mensais. Os relatórios recebidos devem ser arquivados. O relatório anual dos dados estatísticos deve ser assinado pelo responsável do SIM e arquivado. Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.

g) Controle dos RNCs emitidos: Os RNCs devem ser registrados em planilha específica separados por empresa. Esse documento deve conter, no mínimo, o número do RNC, a data em que foi gerado, elemento de controle, a principal não conformidade, prazo para correção e a situação (data e resultado da verificação oficial – atendido ou não atendido). A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.

h) Controle dos Autos: Os autos devem ser registrados em planilha específica. Esse documento deve conter, no mínimo, o número do SIM, o número do Auto, a data em que foi gerado, a não conformidade que motivou o auto, a penalidade aplicada e a situação/decisão. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.

i) Banco de Dados de Registro de Estabelecimentos: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, nº do SIM, data de registro inicial do estabelecimento, endereço completo, telefone, e-mail, responsável legal, responsável técnico, data/protocolo do último projeto aprovado, situação (ativo, suspenso, interditado, paralisado, cancelado), classificação (de acordo com o decreto municipal), espécies abatidas e capacidade de abate (quando couber). Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.

j) Banco de Dados de registro de produtos: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, SIM/SUSAF, classificação, nº do registro do estabelecimento, categoria, padrão de nomenclatura, denominação de venda, marca, tipo de embalagem, apresentação (peso), data de registro do produto, nº do registro do produto, validade (dia, mês, ano), status (ativo, cancelado). Esse procedimento deve ser realizado por meio informatizado.

k) Controle das frequências de fiscalizações/inspeções. Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: identificação do estabelecimento, mês de fiscalização/inspeção programada e data de execução, e justificativa para fiscalização/inspeção não realizada. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.

l) Controle das coletas fiscais: Deve possuir planilha específica, contendo no mínimo os seguintes dados atualizados: razão social/nome, CNPJ/CPF, classificação, nº do SIM, categoria produto, denominação de venda do produto, nº de registro do produto, mês de coleta programado, data da coleta realizada, nº SOA, n° laudo, tipo de análise realizada (microbiológico / físico-químico), resultado das análises (conforme /não conforme), parâmetro(s) violado(s), ação fiscal (RNC/Auto/etc.) e justificativa para análises não realizadas. A critério do serviço, esse procedimento pode ser realizado por meio informatizado.

m) Educação sanitária e Combate às atividades clandestinas: Deve possuir planilha específica, contendo a programação de atividades de educação sanitária e combate às atividades clandestinas.

n) Controle de treinamento, capacitações, reuniões técnicas e participações em eventos: Deve possuir planilha específica, contendo a programação de treinamento e capacitações e participações em eventos.

1.5.4 Empréstimo

Quando solicitado um empréstimo ou devolução de documentos, será feito por meio de ofício expedido pelo SIM.

1.5.5 Destinação

Alguns documentos têm valor temporário e outros permanentes e jamais devem ser eliminados. O valor do documento é determinado em função de todas as suas possíveis finalidades e também do tempo de vigência dessas finalidades. Todos os documentos que possuem data de validade devem ser atualizados quando esta expirar, sendo responsabilidade das empresas seu encaminhamento ao (SIM).

Os documentos devem ficar arquivados num prazo mínimo de 5 (cinco) anos. Após este período, seu destino será analisado pelo órgão onde se encontram os documentos.

1.6 Modelos

MODELO 1.6.1 – REGISTRO DE FISCALIZAÇÃO

Dia:	Mês:	Ano:	Hora Inicial:	Hora Final:

Unidade:	**N° Registro no SIM:**

Principais atividades realizadas e/ou Assuntos abordados:

Principais pessoas contatadas:

Total de pessoas envolvidas:	

Servidor SIM **(Assinatura e Carimbo)**	**Representante do Estabelecimento** **(Assinatura)**

MODELO 1.6.2 – RELATÓRIO DE SUPERVISÃO EM ESTABELECIMENTO

Dia:	**Mês:**	**Ano:**

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	**Classificação:**
Médico Veterinário(a) Oficial:	
Supervisor(es)/Auditor(es):	

1. ATENDIMENTO DO ESTABELECIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DO SERVIÇO OFICIAL				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
1.1	Plano de Ação			
1.2	Cumprimento do plano de ação			

2. AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
2.1	Se as mesmas estão de acordo com o projeto aprovado;			
2.2	Se forro, teto, paredes e piso, equipamentos e utensílios são de material durável, impermeável e de fácil higienização;			
2.3	Se existem sujidades, formação de condensação, neve ou gelo;			
2.4	Se a vedação das aberturas (portas, janelas, etc.), se o escoamento de água e outros fatores podem prejudicar as condições higiênico-sanitárias do processo produtivo;			
2.5	Se a disposição dos equipamentos instalado não geram contra fluxo;			
2.6	Se as condições gerais de manutenção são adequadas e se suas dimensões são compatíveis com as atividades nelas desenvolvidas;			
2.7	Se o acabamento, a natureza das soldas e os materiais constituintes dos mesmos podem alterar as matérias-primas e os produtos acabados;			
2.8	Volume da produção é compatível com as instalações;			
2.9	Inspecionar o ambiente externo e interno, de forma a identificar a existência de condições que favoreçam ao abrigo ou à reprodução de pragas;			
2.10	Se o pessoal que trabalha, direta ou indiretamente com matérias primas e produtos obedecem às práticas higiênicas;			
2.11	Se os verificadores e monitores dos autocontroles têm conhecimento sobre as funções que executam e se estão capacitados para realizá-las;			
2.12	Se durante as manipulações e processamentos existem cuidados de forma a prevenir contaminações cruzadas, evitando-se acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando-se contra fluxos;			
2.13	Se todas as superfícies dos equipamentos, utensílios e instrumentos, que entram em contato com matérias-primas e produtos são mantidas em condições adequadas de limpeza e sanitização;			
2.14	Se as matérias primas recebidas de outros estabelecimentos são acompanhadas dos respectivos documentos exigidos por lei para o transporte e recepção;			
2.15	Se as matérias primas, ingredientes e produtos produzidos estão devidamente identificadas, permitindo a rastreabilidade;			
2.16	Se a empresa dá destino correto à matéria prima e de acordo com o planejado no autocontrole;			
2.17	Se as matérias primas apresentam suas embalagens íntegras;			
2.18	As temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação;			
2.19	Se os instrumentos de controle de processos estão identificados, calibrados e/ou aferidos;			
2.20	Se os produtos são fabricados de acordo com as formulações aprovadas pelos Serviços de Inspeção e se atendem o RTIQ;			
2.21	Avaliar de forma objetiva se a recepção, a descarga e os procedimentos de condução, insensibilização e sangria são realizados de forma adequada.			

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.

ANEXO 2.

REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS E AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PROJETOS

2.1 Objetivos

Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite avaliar, aprovar ou alterar os projetos dos estabelecimentos registrados ou que serão registrados pelo SIM.

2.2 Definição

Consideram-se projetos, tudo aquilo que faz parte do processo de edificação dos estabelecimentos.

2.3 Aplicação
A todos os estabelecimentos registrados do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, aos que pretendem se registrar e ao responsável do SIM.

2.4 Usuários Principais
Médico Veterinário do SIM e responsáveis pelo estabelecimento.

2.5 Procedimento
Para o Registro de Estabelecimentos, junto ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, se faz necessário cumprir uma série de normas para elaboração de um processo no qual deve constar todas as etapas de aprovação do estabelecimento.

2.5.1 Registro do Estabelecimento
A solicitação de registro deve ser efetuada pelo responsável legal do estabelecimento ao SIM, acompanhada dos seguintes documentos:

Requerimento de solicitação de registro no SIM (Modelo 2.6.2);
Requerimento de aprovação prévia do terreno/estabelecimento preexistente (Modelo 2.6.3);
Requerimento de aprovação do projeto de construção (Modelo 2.6.4);
Plantas:
situação - escala 1/500;
baixa com lay out em escala - escala 1/100;
planta de corte
de fluxo de produção e de movimentação de colaboradores com setas - escala 1/100;
Detalhes de equipamentos - escala 1/10 ou 1/100;
Representar na planta baixa a localização dos ralos, pontos de água quente e fria, tubulação de condução de alimento (exemplo: leite, soro, mel), assim como canalização de vapor;
Memorial descritivo da construção (Modelo 2.6.5);
Memorial Econômico-Sanitário (Modelo 2.6.6);
Documento de liberação do Órgão competente de Fiscalização do Meio Ambiente (Licença Prévia/Licença de Instalação/Licença de Operação/Comprovação de Conformidade Ambiental, conforme o caso);
ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região;
Contrato social e alterações ou CADPRO;
Inscrição no CNPJ ou CPF;
Termo de compromisso no qual o estabelecimento concorda em acatar as exigências estabelecidas na legislação do Serviço de Inspeção Municipal SIM, sem prejuízo de outras exigências que venham a ser determinadas (Modelo 2.6.7).

2.5.2 Aprovação do terreno
É realizada mediante o requerimento dirigido ao responsável pelo SIM, bem como informar a quem se dirigir para fazer contatos na localidade (endereço, telefone, etc). A construção dos estabelecimentos poderá ser autorizada dentro do perímetro urbano, suburbano ou rural, depois de ouvidas as autoridades públicas, Prefeitura Municipal e Órgão Controlador do Meio Ambiente.
A área do terreno deve ser compatível com o estabelecimento, prevendo-se futuras expansões. É recomendado um afastamento de 10m (dez metros) dos limites das vias públicas ou outras divisas, salvo quando se tratar de estabelecimentos já construídos, que tenham condições fáceis de entrada e saída, bem como circulação interna de veículos.
As áreas, com pátio e vias de acesso, devem ser pavimentadas e urbanizadas, evitando a formação de poeira e facilitando o escoamento das águas. As demais áreas devem receber jardinagem completa ou equivalente.
Outros aspectos de fundamental importância na elaboração do projeto, devem ser observados quanto à posição da indústria:
Facilidade na obtenção da matéria-prima;
Localização em ponto que se oponha aos ventos dominantes que sopram para a cidade;
Terreno seco, sem acidentes, de fácil escoamento das águas pluviais, não passíveis de inundações;
Afastadas de fontes poluidoras de qualquer natureza;
Facilidade de acesso;
Facilidade de fornecimento de energia elétrica e meios de comunicação;
Facilidade no abastecimento de água potável;
Facilidade no tratamento e escoamento das águas residuais;
Facilidade na delimitação da área.

Após inspecionada a área para a finalidade proposta, o fiscal do SIM efetua a aprovação através do Laudo de Inspeção de Terreno/Estabelecimento preexistente (Modelo 2.6.8).

2.5.3 Aprovação do projeto
O complexo industrial deve ser compatível com a capacidade de produção, que varia de acordo com a classificação do estabelecimento.

As plantas descritas em 6.1, item 04, devem seguir as seguintes cores:
Estabelecimentos novos - cor preta;
Estabelecimentos a reconstruir, reformar ou ampliar:

Cor preta - para partes a serem conservadas;
Cor vermelha - para partes a serem construídas;
Cor amarela - para partes a serem demolidas.

As plantas ou projetos devem conter ademais:
Orientação;
Posição da construção em relação às vias públicas e alinhamento dos terrenos;
Localização das partes dos prédios vizinhos, construídos sobre as divisas dos terrenos.
No processo de aprovação das plantas, o responsável pelo SIM deve avaliar o cumprimento à legislação higiênico sanitária e de inspeção de POA, bem como se atende as normas de construções vigentes e, utilizar o Modelo de Check-list de Análise de Projeto (Modelo 2.6.9) para avaliação das mesmas. Este documento serve para definir se a planta contempla as áreas mínimas de cada classificação de estabelecimento assegurando processo inócuo. Outras exigências podem ser feitas, face a localização e classificação do complexo industrial.
O projeto completo deve ser entregue na sede do Serviço de Inspeção Municipal, em que a unidade será construída, retornando para fins de conhecimento ao estabelecimento e para início das obras, se aprovado pelo órgão de fiscalização. Durante o desenvolvimento das obras, o SIM pode fazer visitas para vistoriar os trabalhos de construção. Nenhuma alteração pode ser procedida no projeto aprovado previamente, sem a devida consulta ao órgão fiscalizador.
Após o término das obras, o responsável pelo estabelecimento deve solicitar a vistoria do fiscal do SIM para constatar a compatibilidade das obras com o projeto aprovado e as condições gerais para início das atividades, emitindo Laudo Técnico Sanitário do Estabelecimento (Modelo 2.6.10), o qual também deve ser anexado ao processo de registro.
Todos os projetos aprovados pelo SIM, devem ter todas as folhas rubricadas, assinadas e carimbadas e devem ser arquivados conforme estabelecido em procedimento de gestão de documentos.
2.5.4 Alteração de projetos
Quando o responsável pelo estabelecimento desejar realizar reforma e/ou ampliação deve solicitar ao SIM a aprovação. Para isso, deve encaminhar os seguintes documentos:
Requerimento de aprovação do projeto de construção (Modelo 2.6.4);
Planta baixa em folha A4 com as alterações conforme item 2.5.3;
Memorial Descritivo de Construção (Modelo 2.6.5);
Memorial Econômico Sanitário (Modelo 2.6.6);
ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região;
Cronograma de obras.
Após aprovação prévia pelo SIM da planta baixa em A4, o responsável pelo estabelecimento deve encaminhar para confecção da planta final, seguindo o descrito anteriormente em 2.5.1 - item d) e enviar novamente para o SIM para aprovação final.

2.5.5 Conclusão do registro do estabelecimento
Para a conclusão do registro do estabelecimento junto ao SIM, devem ser entregues os seguintes documentos, conforme Planilha de Verificação de Conformidade Documental para Registro de Estabelecimento no SIM/POA - Modelo 2.6.1:
Alvará de funcionamento;
Laudo de análise de água (Físico Química e Microbiológica);
Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/DRT;
Programas de Autocontrole – PAC, conforme Anexo 7.
Após o estabelecimento receber o Registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e estar ciente das legislações que regem o SIM, o mesmo recebe o certificado de registro, com seu respectivo número (Modelo 2.6.11). O certificado é concedido por tempo indeterminado, porém pode ser cancelado a qualquer tempo a pedido da empresa. Quando houver alterações na razão social da empresa, na classificação ou em outras informações, o certificado deve ser atualizado.
O estabelecimento registrado ou alterado deve ser cadastrado no Banco de Dados de registro de estabelecimentos (Anexo 1).

2.6 Modelos

MODELO 2.6.1 – PLANILHA DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTO NO SIM/POA

Interessado:	***Processo número:**

Documento		**Número Folha no Processo**	**Data de Entrega**	**Assinatura do Interessado**
01	Requerimento de solicitação de registro no SIM (2 vias).			
02	Requerimento de aprovação prévia do terreno/estabelecimento preexistente (2 vias).			
03	**Laudo de Inspeção Prévia de Terreno ou de estabelecimento.			
04	Documento de liberação do Órgão competente de Fiscalização do Meio Ambiente (Licença Prévia/Licença de Instalação/Licença de Operação/Comprovação de Conformidade Ambiental, conforme o caso).			
05	Requerimento de aprovação do projeto:			
06	- Plantas: situação - escala 1/500; baixa com *lay out* - escala 1/100; corte; fluxo de produção e de movimentação de colaboradores - escala 1/100; detalhes de equipamentos - escala 1/10 ou 1/100.			
07	Memorial Descritivo de Construção (2 vias).			
08	Memorial Econômico-Sanitário (2 vias).			
09	ART do engenheiro responsável pelo projeto - CREA da região.			
10	**Aprovação do projeto: CHECK-LIST PLANTA.			
11	**Laudo Técnico Sanitário do Estabelecimento.			
12	Contrato social e alterações ou CADPRO			
13	Inscrição no CNPJ ou CPF.			
14	Alvará de funcionamento.			
15	Laudo de análise de água (físico-química e microbiológica).			
16	Anotação ou Declaração de Responsabilidade Técnica (ART/DRT).			
17	Programas de Autocontroles.			
18	Termo de compromisso com o SIM.			
19	**Certificado de registro no SIM.			

*o número do processo deve ser o número de registro do SIM / ano vigente. **Realizado pelo Médico Veterinário do SIM.

Observações:

Assinatura e carimbo do responsável:

Data:

MODELO 2.6.2 – REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n° _____, responsável legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, localizada no endereço _____, no município de _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA).

Nestes termos.

Pede deferimento.

Local e data.

Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.3 – REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO PRÉVIA DO TERRENO/ESTABELECIMENTO PREEXISTENTE

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n° _____, desejando construir um(a) (classificação do estabelecimento) _____, localizado no endereço _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. se digne vistoriar o terreno/estabelecimento preexistente e autorizar a preparação dos documentos necessários para a construção do referido estabelecimento industrial.

Nestes termos.

Pede Deferimento.

Local e data.

Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.4 – REQUERIMENTO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO

Ilmo. Sr. Responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Eu, _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n° _____, representante legal do estabelecimento _____, que se localizará no endereço _____, vem mui respeitosamente requerer de V. Sa. aprovação das plantas e memoriais descritivos de construção e econômico-sanitário em Anexo, visando o registro do mesmo nesse Órgão.

Para tanto, anexa plantas e demais documentos necessários.

Nestes termos.

Pede Deferimento.

Local e data.

Assinatura do Requerente

MODELO 2.6.5 – MEMORIAL DESCRITIVO DE CONSTRUÇÃO

Nome do proprietário interessado e ou razão social do estabelecimento;
Endereço completo;
Duração provável da obra (meses);
Classificação do estabelecimento pretendido/construído/em construção;
Responsável pelo projeto (CREA), número de ART;
Área do terreno;
Área a ser construída ou já construída;
Área útil destinada ao estabelecimento (área de circulação);
Tipo de delimitação utilizada no terreno da indústria para impedir o acesso de animais e pessoas estranhas ao estabelecimento;
Possibilidades de ampliações (se possuir, identificar e mensurar a área de ampliação);
Afastamento das vias públicas (informar a distância das construções da empresa em relação as vias públicas);
Constituição das paredes, teto e piso em todas as dependências, informando as diferenças dos materiais utilizados nas diversas áreas. Junção entre as paredes e o piso da área de produção;
Revestimento em geral, incluindo as paredes externa;
Portas e esquadrias (dimensões e material) áreas de manipulação devem possuir portas de fechamento automático, com perfeita vedação quando fechadas. Informar o sistema de proteção contra insetos nas aberturas para a área externa, informar a inclinação dos parapeitos chanfrados;
Descrever a altura do pé direito de cada uma das áreas construídas;
Informar a área de cada dependência do estabelecimento (salas, câmaras, depósitos, estruturas anexas, etc).
Informar as dimensões e material de construção das câmaras de refrigeração;
Descrever sistema de geração de energia, quando existir;
Plataformas de recepção de matéria prima e expedição de produtos acabados (cobertura e piso);
Descrever o sistema de trilhagem aérea (informar a distância entre trilhos e o teto, paredes e piso, descrever a localização dos locais com a presença de trilhos);
Informar o tipo de iluminação de cada área, intensidade de cada área (Lux) quando necessário, tipo de proteção contra estilhaços em caso de quebra e quedas, posição das luminárias;
Descrever as instalações de água (tipo de tubulação; tipo, localização e capacidade dos reservatórios);
Informar a declividade do piso e Modelo de escoamento das águas residuais;

Sistema de esgoto (tipo de canaletas e ralos utilizados, sistema de tratamento de efluentes);
Pavimentação externa (de toda área destinada à circulação de pessoas e veículos);
Área dos vestiários e dos sanitários (dimensionar de acordo com a capacidade máxima de contratação de funcionários relacionados por sexo), informar a distância da área de produção, número de chuveiros. Sanitários separados dos vestiários.
Observações gerais da construção.

_____, ____ de _____ de 20___

Assinatura do Proprietário

Assinatura do Engenheiro Responsável
CREA no: _____

MODELO 2.6.6 – MEMORIAL ECONÔMICO SANITÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

SIM do Estabelecimento:	Número do processo:
Razão social:	
CNPJ:	Propriedade: ( ) Própria ( ) Arrendada
Denominação comercial:	

2. LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Município:		UF:
Caixa Postal:	Telefone fixo:	
E-mail:	Celular:	

3. CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Denominação:

4. REPRESENTANTE LEGAL
Nome:

CPF:

5. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:	
CPF:	
Formação:	Número no Conselho Regional:

6. CAPACIDADE APROXIMADA DO ESTABELECIMENTO

Recebimento (Kg/L/Un/Dia):	Estocagem estática (Kg/L/Un/Dia):

7. NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS

Masculino:	Feminino:

8. INSPEÇÃO MUNICIPAL
Possui instalações destinadas à Inspeção Municipal: SIM ( ) NÃO ( )
Descrição das Instalações do SIM (dependências, área, piso, sanitário, vestiário, etc):

9. PRODUTOS QUE PRETENDE FABRICAR / FRACIONAR

Denominação do produto	Unidade de Medida
01.	
02.	
03.	
04.	
05.	
06.	
07.	
08.	
09.	
10.	
11.	
12.	

9. DESCRIÇÃO DOS FLUXOS DE PRODUÇÃO

Descrição (descrever como será o processo de fabricação, do recebimento de matérias primas à expedição, de todos os produtos que pretende produzir, incluindo os critérios se segurança de tempo e temperatura a serem utilizados como garantia de segurança dos produtos):

10. MEIOS DE TRANSPORTE (matéria prima e produtos)

Descrição:

11. PROCEDÊNCIA DA MATÉRIA PRIMA

Descrição:

12. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Denominação	Quantidade	Capacidade de Operação (hora)
01.		
02.		
03.		
04.		
05.		
06.		
07.		
08.		

13. NATUREZA DO PISO E MATERIAL DE IMPERMEABILIZAÇÃO DAS PAREDES

Descrição:

14. NATUREZA DO TETO

Descrição:

15. NATUREZA E REVESTIMENTO DAS MESAS PARA MANIPULAÇÃO

Descrição:

16. INFORMAÇÕES SOBRE VESTIÁRIOS E SANITÁRIOS

Descrição:

17. ÁGUA DO ESTABELECIMENTO

Descrição:

18. DESTINO DADO ÀS ÁGUAS SERVIDAS

Descrição:

19. BARREIRAS SANITÁRIAS
Descrição (todos os acessos devem possuir barreira sanitária contendo lavador de botas e mãos, detergentes, sanitizantes, papel toalha ou secador de mãos eficaz):

20. ESPÉCIES QUE PRETENDE ABATER (QUANDO APLICÁVEL)*

Espécie	Capacidade/Dia	Velocidade de Abate Cabeça/Hora

*** De acordo com o licenciamento ambiental**
AUTENTICAÇÃO

Data	Carimbo e assinatura do Responsável Legal	Carimbo e assinatura do Responsável Técnico

***Rubricar todas as páginas do Memorial**

MODELO 2.6.7 – TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, abaixo assinado(a), inscrito(a) no CPF sob nº _____, proprietário do estabelecimento _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____ ME COMPROMETO a acatar todas as exigências contidas na Lei Municipal n°_____, de _____, que cria o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) e no Decreto Municipal n°_____, de _____, que regulamenta a Lei nº ..., de ... de ... de ..., que dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, o Decreto 9.013, de 29 de março de 2017 e suas alterações, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, as legislações e os regulamentos técnicos de produção, sem prejuízo de outros que venham a ser determinados. E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Local e data.

Assinatura do Proprietário

MODELO 2.6.8 – LAUDO DE INSPEÇÃO DE TERRENO/ESTABELECIMENTO PREEXISTENTE

Nome do proprietário do terreno
Localização do terreno: Endereço
Área total disponível
Área a ser utilizada na construção
Perfil do terreno, assinalado os acidentes e sua natureza
Detalhes sobre facilidades de escoamento das águas pluviais
Existência de prédios limítrofes, especificando sua natureza
Localização urbana, suburbana ou rural e distância de vias públicas
Existência nas proximidades, de estabelecimentos que produzam mau cheiro, indicando natureza e distância do local
Distância entre o futuro estabelecimento e rios perenes para escoamento das águas residuais
Existência de fonte produtora de água para abastecimento (nascente, rio, poços, rede da cidade); especificando abundância provável e detalhes sobre possibilidade de poluição
Outros detalhes de importância que forem observados
Conclusões

_____, ____ de _____ de 20___

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9a – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS

Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Plataforma de recebimento			
Câmara de matéria prima resfriada			
Câmara de matéria prima resfriada para aves			
Câmara de matéria prima congelada			
Câmara de matéria prima congelada para aves			
Câmara e/ou ante câmara de descongelamento			
Câmara e/ou ante câmara de descongelamento para aves			
Câmara de produtos prontos congelados			
Câmara de produtos prontos resfriados			
Câmara de salga			
Câmara de cura			
Sala de desossa			
Depósito de envoltórios			
Depósito de ossos e rejeitos			
Sala de industrialização			
Sala de carne moída			
Sala para manipulação de carne de aves			
Fumeiros (defumadores ou estufas)			
Ante sala para fumeiros			
Depósito para lenha			
Sala para depósito de produtos defumados/maturados			
Câmara de maturação (dessecação)			
Sala de cozimento			
Banharia			
Setor de cristalização de banha			
Charqueada			
Depósito de temperos/condimentos			
Depósito de embalagens primárias e etiquetas			
Área de embalagens primárias			
Depósito de embalagens secundárias			
Área de embalagens secundárias			
Plataforma de expedição			
Sala de higienização de caixas e utensílios			
Depósito de caixas e utensílios limpos			
Lavatório de mãos nas áreas de manipulação/produção			
Água quente e fria para limpeza dos setores			
Sistema de aquecimento de água (caldeira / outro _____)			
Vestiários separados para cada sexo			
Sanitários separados para cada sexo			
Sede administrativa			
Sede do SIM			
Depósito de materiais de limpeza			
Área para higienização de veículos			
Lavanderia			
Refeitório			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

•
•

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9b – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE AVES
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de caixas de transporte de aves e local para armazenamento de caixas limpas			
Área para higienização de veículos			
Fábrica e silo de gelo			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Plataforma de recepção das aves			
Área de insensibilização			
Túnel de sangria			
Área de escaldagem e depenagem			
Área de evisceração			
Departamento de inspeção final - DIF			
Resfriamento de carcaça (pré- chiller e chiller)			
Sistema de gotejamento			
Sala de cortes (espostejamento)-climatizada			
Sala para embalagem de produtos			
Túnel de congelamento			
Câmara de resfriamento			
Câmara de estocagem de congelados			
Câmara de estocagem de resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Esterilizadores de facas			
Mesas adequadas à atividade			
Depósito de resíduos (vísceras, condenações, penas)			
Sala cozimento de produtos			
Sala para lavagem de equipamentos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Depósito para embalagens secundárias			
Depósito para condimentos			
Área para expedição			
Área de industrialização climatizada			
Sanitários e Vestiários separados por sexo			
Área de acesso de funcionários da área limpa com gabinete sanitário			
Área de acesso de funcionários da área suja com gabinete sanitário			
Escritório/ administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Sala para higienização de caixas e utensílios de uso interno			
Sala para depósito de caixas e utensílios de uso interno			

Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9c – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE BOVINOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária para área limpa (lava botas, lavatório de mãos)			
Barreira sanitária para área suja (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de veículos			
Plataforma de recebimento de matéria prima			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Currais (disponibilidade de água)			
Área de banho de aspersão (corredor de abate)			
Box de insensibilização			
Canaletas de sangria: local para depósito do sangue			
Canaletas de vômito			
Depósito de couro			
Depósito de sal			
Sala de chifre e cascos			
Sala de triparia (área suja e área limpa, quando houver beneficiamento de tripas)			
Sala de bucharia com área limpa			
Área de evisceração (início da nórea)			
Mesa de inspeção das vísceras			
Departamento de inspeção final - DIF			
Câmara de sequestro do DIF			
Mesas adequadas às atividades			
Esterilizadores de faca			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação			
Sala dos miúdos			
Câmara de resfriamento de carcaças (-1 a 1ºC)			
Sala de cortes/desossa climatizada			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos congelados			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Sala de higienização de caixas e utensílios			
Sala de depósito de caixas e utensílios higienizados			
Sala de salga e área de varais - charqueada			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			

Área para embalagem primária			
Depósito para embalagens secundárias			
Área para embalagem secundária			
Depósito para condimentos			
Plataforma para expedição			
Sanitários separados por sexo			
Vestiários separados por sexo			
Escritório/administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9d – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE SUÍNOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária para área limpa (lava botas, lavatório de mãos)			
Barreira sanitária para área suja (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de higienização de veículos			
Plataforma de recebimento de matéria prima			
Caldeira (água quente e fria no interior da indústria)			
Pocilgas (cobertura e disponibilidade de água)			
Corredor de abate com área de banho de aspersão			
Box de insensibilização			
Área de sangria e local para depósito do sangue			
Área de lavação de carcaças (após sangria e escaldagem)			
Área de escaldagem (necessário tanque de escaldagem)			
Área de depilagem			
Área de chamuscamento			
Área de evisceração (linhas de inspeção)			
Mesa de inspeção das vísceras			
Departamento de inspeção final - DIF			
Depósitos de resíduos do abate			
Mesas adequadas às atividades			
Esterilizadores de faca			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação			
Água quente e água fria no interior da indústria			
Sala de vísceras vermelhas			

Triparia – zona suja e zona limpa (quando houver beneficiamento de tripas)			
Câmara de resfriamento de carcaças			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos congelados			
Câmaras frigoríficas para estocagem de produtos resfriados			
Câmara de cura/conservação massas			
Câmara para estocagem de matéria prima congelada			
Câmara para estocagem de matéria prima resfriada			
Sala de cortes/desossa (climatização)			
Sala para cozimento de produtos			
Sala de defumação com ante-sala (fumeiros ou estufas)			
Sala de maturação/secagem			
Sala de depósito de produtos defumados/maturados			
Banharia			
Sala para higienização de caixas e utensílios			
Sala de depósito de caixas e utensílios			
Sala de salga			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem primária			
Depósito para embalagens secundárias			
Área para embalagem secundária			
Depósito para condimentos			
Depósito de envoltórios			
Área para expedição			
Sanitários separados por sexo			
Vestiários separados por sexo			
Escritório/administração			
Sala do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal
MODELO 2.6.9e – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

GRANJA LEITEIRA, QUEIJARIA, POSTO DE REFRIGERAÇÃO E UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE E DERIVADOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recebimento do Leite com projeção da cobertura para abrigar os veículos			
Laboratório Físico-químico			
Área para o tanque de recepção ou silo de resfriamento do leite			

Dependência para lavação dos vasilhames/latões e sala de guarda dos vasilhames/latões higienizados			
Espaço reservado para o Conjunto de pasteurização a placas			
Sala para higienização de caixas plásticas			
Sala para guarda de caixas plásticas limpas			
Sala de industrialização (Mesas adequadas para manuseio, tanques para coagulação de queijos, dreno-prensa, conjunto de prensas, conjunto de formas para queijo, máquina para moldagem da mussarela, etc.)			
Depósito para insumos (com óculo de abastecimento)			
Câmara de salga do queijo			
Câmara de secagem do queijo			
Câmara(s) de maturação dos queijos			
Sala em conjunto para iogurte e bebida láctea			
Sala para manteiga			
Sala para doce de leite, requeijão e queijo fundido			
Sala em conjunto para ricota e queijo minas			
Sala para queijo ralado			
Sala de fatiamento dos queijos climatizada			
Sala para embalagem do produto (embalagens primárias)			
Depósito para embalagens primária e rotulagens			
Sala para embalagem secundária			
Depósito para embalagem secundária			
Câmara (s) de estocagem de produto (s) pronto (s)			
Área de expedição com projeção da cobertura para abrigar veículos			
Depósito de soro de leite			
Sistema de aquecimento de água (Caldeira/outro_____)			
Área de lavação e higiene de veículos transportadores de matéria-prima			
Água fria e quente abundante em todas as dependências de manipulações e preparo de produtos comestíveis e não comestíveis			
Sanitários e vestiários separados para cada sexo			
Escritório / administração			
Sede do SIM			
Depósito de produtos de limpeza			
Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Refeitório			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9f – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE ABELHAS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Setor de recepção de melgueiras (só os quadros das melgueiras podem ter acesso à área de manipulação)			
Laboratório para análises de rotina (matéria-prima)			
Barreira sanitária (em todos os acessos ao interior da indústria; preferencialmente uma única entrada)			

Sistema de aquecimento de água (Caldeira/outro_____)			
Setor de manipulação, equipamentos (Centrífuga, Decantador, Filtro – peneira ou Filtro sob pressão, Mesa coletora, Homogeneizador do mel (manual/mecânico), Envasador)			
Setor de descristalização			
Setor de lavação dos vasilhames e utensílios			
Setor de guarda de materiais higienizados			
Depósito para embalagens e rotulagens de uso diário			
Sala para armazenamento do produto pronto/expedição			
Área de expedição com projeção da cobertura para abrigar veículos			
Depósitos de Embalagem primária			
Depósitos de Embalagem secundária			
Sanitários separados para cada sexo			
Vestiários separados para cada sexo			
Escritório / administração			
Depósito de produtos de limpeza			
Refeitório			

Lavanderia			
Cerca de delimitação do estabelecimento			
Pavimentação das áreas de circulação de pessoas e veículos			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9g – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

ABATEDOURO FRIGORIFICO DE PESCADO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO E PRODUTOS DE PESCADO, ESTAÇÃO DEPURADORA DE MOLUSCOS BIVALVES, BARCO FÁBRICA
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	SIM	NÃO	*NA
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recepção da matéria-prima coberta (câmara de espera, tanque de depuração, equipamento de lavagem - cilindro, esteira)			
Tanque de insensibilização			
Área para lavagem de caixas da área externa e local para armazenamento das caixas limpas			
Fábrica e/ou silo de gelo			
Sala de evisceração/filetamento			
Área para depósito de resíduos			
Sala específica para manipulação de moluscos			
Túnel de congelamento			
Depósito para ingredientes			
Sala para cozimento de produtos			
Sala para embalagem primária (ou envasamento) dos produtos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem secundária			
Depósito de embalagem secundária			

Câmara de estocagem de produto pronto resfriado			
Câmara de estocagem de produto pronto congelado			
Área para expedição coberta			
Sala de higienização de equipamentos e utensílios			
Sala de guarda de equipamentos e utensílios higienizados			
Escritório / administração			
Vestiários separados para cada sexo			
Sanitários separados para cada sexo			
Depósito de produtos de limpeza			
Lavanderia			
Refeitório			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.9h – CHECK-LIST DE ANÁLISE DE PROJETO

GRANJA AVÍCOLA E UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE OVOS E DERIVADOS
Nome do proprietário ou Razão Social:
Classificação do estabelecimento pretendido:
Endereço:
Data:

REQUISITOS	**SIM**	**NÃO**	***NA**
Barreira sanitária (lava botas, lavatório de mãos)			
Área de recepção da matéria-prima coberta			
Área de depósito da matéria-prima			
Câmara de resfriamento matéria prima			
Câmara de congelamento matéria prima			
Área e equipamento para ovoscopia (galinha)			
Área para limpeza e classificação dos ovos			
Sala específica para cozimento de produtos e descasque dos ovos			
Sala de quebra de ovos (climatizada)			
Sala de pasteurização			
Setor industrialização (ovos desidratados, ovos liofilizados/liofilização, esterilização)			
Lavatórios de mãos nas áreas de manipulação (devidamente equipados)			
Depósito para ingredientes			
Sala para embalagem primária (ou envasamento) dos produtos			
Depósito para embalagens primárias e rotulagens			
Área para embalagem secundária			
Depósito de embalagem secundária			
Depósito para produtos prontos			
Área para expedição coberta			
Sala de higienização de equipamentos e utensílios			
Sala de guarda de equipamentos e utensílios higienizados			
Câmara de resfriamento produtos prontos			
Câmara de congelamento produtos prontos			
Depósito de produtos de limpeza			
Depósito de resíduos			
Escritório / administração			

Sanitários separados para cada sexo			
Vestiários separados para cada sexo			
Lavanderia			
Refeitório			

*NA: não se aplica

( ) **APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima identificada, fica APROVADO junto ao SIM o presente projeto uma vez que atende às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devendo, no entanto, ser providenciado o descrito abaixo.

( ) **NÃO APROVADO**: Após análise da documentação, memorial econômico sanitário e plantas industriais da empresa acima citada, fica NÃO APROVADO junto ao SIM, uma vez que, para o atendimento às normas técnicas de construção e boas práticas de fabricação, devem ser corrigidos ou esclarecidos o descrito abaixo.
Itens a serem corrigidos:

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.10 – LAUDO TÉCNICO SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO
Estabelecimento/denominação:
Endereço completo:
Número SIM:
Classificação do Estabelecimento:
Registrado? SIM ( ) NÃO ( ) Data do Registro:
Localização: Zona urbana ( ) Suburbana ( ) Rural ( )
Circulação de veículos internos: SIM ( ) NÃO ( )
Pavimentação das áreas circundantes: SIM ( ) NÃO ( )
Condição do responsável pela exploração: Proprietário ( ) Arrendatário ( )
Inspeção permanente ( ) Inspeção periódica ( )
Detalhes de construção: Ano de construção: Ano da última reforma:
Estilo da construção: Vertical ( ) Horizontal ( )
Apreciação geral da construção Boa ( ) Regular ( ) Precária ( )
Tem Responsável Técnico, à frente da direção dos trabalhos industriais: Sim ( ) Não ( )
2. CAPACIDADE DO ESTABELECIMENTO
Funciona sábados, domingos e feriados: Sim ( ) Não ( )
Capacidade máxima de recebimento em quilos ou litros:
Produção diária em quilos ou litros: Produção mensal em quilos ou litros:
Número de operários: homens mulheres
Meio de transporte da matéria prima: Rodoviário ( ) Ferroviário ( ) Tração animal ( )
Outros ( ):
3. DEPENDÊNCIAS
Plataforma de recepção de matéria prima: Sim ( ) Não ( )
Independente da expedição: Sim ( ) Não ( )
Natureza do piso: Paralelepípedo ( ) Ferro ( ) Concreto ( ) Gressit ou similar ( ) Lajotas ( )
Liga de epoxi ( ) Outros ( ):
Pé-direito conforme projeto aprovado? Sim ( ) Não ( )
Altura da plataforma conforme projeto aprovado? Sim ( ) Não ( )
Impermeabilização das paredes: Gressit ou similar ( ) azulejo ( ) cimento liso ( ) outros_____
Cobertura: Estrutura: Metálica ( ) Telhas a vista ( ) Alumínio ( ) Amianto ( ) Lage ( )
Lavagem de utensílios: Sim ( ) Não ( ); Manual ( ) Mecânica ( )
Instalações d'água para limpeza Sim ( ) Não ( )
Instalações de vapor para limpeza: Sim ( ) Não ( )

Escoamento das águas de limpeza: Suficiente ( ) Insuficiente ( ) Precário ( )
Iluminação artificial satisfaz: Sim ( ) Não ( )
Iluminação natural suficiente: Sim ( ) Não ( )
Laboratório de recepção:
Características físicas satisfatórias: Sim ( ) Não ( )
Equipamentos para análises de rotina: Completos ( ) Incompletos ( ) Ausentes ( )
Número de analistas:

4. EXPEDIÇÃO
Dimensões suficientes: Sim ( ) Não ( )
Características físicas regulamentares: Sim ( ) Não ( )
Estado geral de conservação e higiene satisfazem: Sim ( ) Não ( )

5. SISTEMA DE FRIO
Estado geral de conservação, manutenção, higiene do local e equipamentos satisfatórios:
Sim ( ) Não ( )

6. PRODUÇÃO DE VAPOR
Caldeira: Sim ( ) Não ( ); Baixa pressão ( ) Alta pressão ( )
No corpo do edifício: Sim ( ) Não ( )
Alimentação: Óleo ( ) Lenha ( )
Pressão de vapor suficiente: Sim ( ) Não ( )

7. DEPENDÊNCIAS AUXILIARES
Sede para inspeção: Sim ( ) Não ( )

Vestiários e sanitários com dimensões suficientes:
Vestiários e sanitários separados do corpo industrial: Sim ( ) Não ( )
Almoxarifado: Sim ( ) Não ( )
Escritório: Sim ( ) Não ( )
Local para refeições: Sim ( ) Não ( )

8. ÁGUA DE ABASTECIMENTO
Procedência: Rede pública ( ) Poço raso ( ) Poço profundo ( ) Superfície ( )
Tratamento: Sim ( ) Não ( )
Volume disponível suficiente: Sim ( ) Não ( )
Qualidade dentro dos padrões físico-químicos regulamentares: Sim ( ) Não ( )
Qualidade dentro dos padrões microbiológicos regulamentares: Sim ( ) Não ( )
Data de remessa da última amostra de água para exame laboratorial:

9. REDE DE ESGOTOS
Tratamento prévio: Sim ( ) Não ( )
Vazão suficiente: Sim ( ) Não ( )
Tanque de sedimentação: Sim ( ) Não ( )

10. FORÇA E LUZ
Constância: Permanente ( ) Lapsos ocasionais ( ) Falta ( )
Carga: Suficiente ( ) Insuficiente ( )
Gerador próprio: Sim ( ) Não ( )

11. MEIO DE TRANSPORTE DE MATÉRIA PRIMA

Caminhão: Isotérmico ( ) Comum ( ) Unidade frigorífica ( ) CO2 ( )
Local para lavagem de veículos: Sim ( ) Não ( ); Satisfaz ( ) Insatisfaz ( )

12. MEIO DE TRANSPORTE DE PRODUTOS

Veículo: Isotérmico ( ) Comum ( )

13. DELIMITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO
Cerca: Muro ( ) Outros ( ):
14. CONCLUSÃO:

( ) Estabelecimento compatível com o projeto aprovado e possui condições gerais para início das atividades.
( ) Estabelecimento NÃO compatível com o projeto aprovado, deverá providenciar a correções descritas abaixo para então solicitar nova vistoria:

Local e data

Fiscal do SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 2.6.11 – CERTIFICADO DE REGISTRO

CERTIFICADO

Certifica que a empresa_____, localizada em _____, n°_____, no Município _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____ é um empreendimento registrado no Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) de _____, registrado sob o n° _____, classificado como _____ . O estabelecimento foi inspecionado, encontrando-se apto as condições higiênicas e sanitárias, a produzir e comercializar os produtos de origem animal descritos no certificado de registro de produtos emitido pelo SIM.

_____, ___de _____ de 20_____.

_____
Médico Veterinário Responsável pelo SIM
CRMV n° _____

3. AVALIAÇÃO DOS AUTOCONTROLES DA EMPRESA (AVALIAÇÃO DOCUMENTAL)				
No	**Requisito**	**Conforme**	**Não conforme**	**Não aplicável**
1.	**PAC 01 – Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração)***			
1.1	Programa descrito;			
1.2	Registros;			
1.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
1.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
2.	**PAC 02 - Água de abastecimento***			
2.1	Programa descrito;			
2.2	Registros;			
2.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
2.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
3.	**PAC 03 – Controle Integrado de Pragas***			
3.1	Programa descrito;			
3.2	Registros;			
3.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
3.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
4.	**PAC 04 – Higiene Industrial e Operacional***			
4.1	Programa descrito;			
4.2	Registros;			
4.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			

4.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
5.	**PAC 05 – Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários***			
5.1	Programa descrito;			
5.2	Registros;			
5.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
5.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
6.	**PAC 06 – Procedimentos Sanitários Operacionais**			
6.1	Programa descrito;			
6.2	Registros;			
6.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
6.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
7.	**PAC 07 – Controle de Matéria Prima***			
7.1	Programa descrito;			
7.2	Registros;			
7.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
7.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
8.	**PAC 8 – Controle de Temperatura***			
8.1	Programa descrito;			
8.2	Registros;			
8.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
8.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
9.	**PAC 10 – Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC**			
9.1	Programa descrito;			
9.2	Registros;			
9.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
9.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
10.	**PAC 11 – Análises Laboratoriais – Autocontrole***			
10.1	Programa descrito;			
10.2	Registros;			
10.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
10.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
11.	**PAC 12 – Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude**			
11.1	Programa descrito;			
11.2	Registros;			
11.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
11.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
12.	**PAC 13 – Rastreabilidade e Recolhimento**			
12.1	Programa descrito;			
12.2	Registros;			
12.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
12.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
13.	**PAC 14 – Bem Estar Animal**			
13.1	Programa descrito;			
13.2	Registros;			
13.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
13.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			
14.	**PAC 15 – Identificação, Remoção, Segregação e Destinação do Material Especificado de Risco - MER**			
14.1	Programa descrito;			
14.2	Registros;			
14.3	Efetividade na execução do Programa de Autocontrole;			
14.4	Compatibilidade entre a situação na indústria e os registros da empresa.			

*Essenciais para o registro no SUSAF.

DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES (NC)

Item	**Não Conformidade**

CONCLUSÃO

( ) **O estabelecimento possui o controle referente aos programas que atendem os elementos de inspeção avaliados no presente relatório.**

( ) e está apto a integrar/se manter no SUSAF/PR.
( ) **O estabelecimento apresenta indício de perda de controle nos programas que atendem aos seguintes elementos de inspeção:**
Nesse caso, a empresa tem ____ **dias** para retomar o efetivo controle dos programas que atendem aos elementos acima listados. Caso contrário o Serviço Oficial poderá concluir que o estabelecimento não evidencia o controle do processo.
( ) **O estabelecimento não evidencia o controle do processo (autocontrole)**. AS AÇÕES FISCAIS TOMADAS DURANTE A SUPERVISÃO seguem o descrito na legislação municipal.

DESCRIÇÃO

Nome	Assinatura	Entidade

Todas as folhas do presente relatório devem ser rubricadas pelo (s) supervisor(es) e responsável legal da indústria. Uma via deste relatório ficará arquivada no SIM e a outra entregue ao responsável legal pela indústria.

MODELO 1.6.3 – PLANO DE AÇÃO PARA A CORREÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE SUPERVISÃO

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	

Item	Não conformidade	Correção / Ação corretiva	Prazo	Parecer Fiscal do SIM quanto a ação corretiva e prazo	Verificação Oficial	
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
				( ) Favorável ( ) Não favorável - refazer	Ação foi efetiva? SIM ( ) NÃO ( ) RNC:	Data: Assinatura:
Data de aprovação do plano:						
Assinatura do Representante legal do estabelecimento:						
Assinatura do Responsável Técnico:						
Assinatura do Fiscal do SIM:						

MODELO 1.6.4 – PLANILHA DE INSPEÇÃO ANTE-MORTEM

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Data:	**Hora:**

ANIMAIS LIBERADOS PARA A MATANÇA NORMAL

Número da GTA	Número de Animais

ANIMAIS DESTINADOS À MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Quantidade / Identificação dos Animais	Causas	

ANIMAIS RETIDOS PARA EXAME NO CURRAL DE OBSERVAÇÃO

Quantidade / Identificação dos Animais	Causas

FÊMEAS REFUGADAS

Por parto recente (número) / Identificação dos Animais	Por gestação adiantada (número) / Identificação dos Animais

ANIMAIS MORTOS NOS CURRAIS

Quantidade / Identificação dos Animais	Providências tomadas

ANIMAIS MORTOS EM VIAGEM

Quantidade / Identificação dos Animais	Providências tomadas	

AVALIAÇÃO DO BEM ESTAR
OBSERVAÇÕES

Fiscal SIM/POA
MODELO 1.6.5a – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM SUÍNOS

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Localizações / Data das condenações do abate:	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO GTA																	**TOTAIS**	
CABEÇA/NODOS LINFÁTICOS DA PAPADA																		
CONTAMINAÇÃO																		
RINITE ATRÓFICA																		
ABSCESSO																		
CISTICERCOSE																		
SARCOSPORIDIOSE																		
LÍNGUA																		
CONTAMINAÇÃO																		
ABCESSO																		
GLOSSITE																		
CISTICERCOSE																		
SARCOSPORIDIOSE																		
MELANOMA																		
ÚTERO																		
CONTAMINAÇÃO																		
METRITE																		
CORAÇÃO																		
CONTAMINAÇÃO																		
PERICARDITE																		
ENDOCARDITE																		
CISTICERCOSE																		
SARCOSPORIDIOSE																		
MELANOSE																		
CISTO HIDATICO																		
HOMORRAGIA																		
PULMÃO																		
CONTAMINAÇÃO																		
ASPIRAÇÃO DE SANGUE																		
CONGESTÃO																		
PNEUMONIA																		
PNEUMONIA ENZOÓTICA																		
ENFISEMA																		
ATLECTASIA																		

FÍGADO																
CONTAMINAÇÃO																
CONGESTÃO																
MIGRAÇÃO LARVAL																
PERIHEPATITE																
HEPATITE																
CIRROSE HIPÁTICA																
BAÇO																
CONTAMINAÇÃO																
CONGESTÃO																
ESPLENITE																
INTESTINO, ESTÔMAGO, PÂNCREAS, BEXIGA																
CONTAMINAÇÃO																
PNEUMATOSE																
ENTERITE																
LINFADENITE																
ASCARIDIOSE																
PERITONITE																
GASTRITE																
PANCREATITE																
CISTITE																
RIM																
CONTAMINAÇÃO																
CISTO URINÁRIO																
CONGESTÃO																
ISQUEMIA																
NEFRITE																
CARCAÇA																
CONTAMINAÇÃO																
CONTUSÃO																
ABCESSO																
ADERÊNCIA																
SARNA																
MELANOMA																
MELANOSE																

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.5b – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM BOVINOS

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Localizações / Data das condenações do abate:	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO GTA							**TOTAIS**
PATAS							
FEBRE AFTOSA							
ABCESSO							
CABEÇA							
CONTAMINAÇÃO							
ABSCESSO							
CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
LÍNGUA							
CONTAMINAÇÃO							
ABCESSO							
GLOSITE							

CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
ÚTERO							
CONTAMINAÇÃO							
METRITE							
CORAÇÃO							
CONTAMINAÇÃO							
PERICARDITE							
CISTICERCOSE							
SARCOSPORIDIOSE							
PULMÃO							
CONTAMINAÇÃO							
ASPIRAÇÃO DE SANGUE							
CONGESTÃO							
PNEUMONIA							
TUBERCULOSE							
FÍGADO							
CONTAMINAÇÃO							
CONGESTÃO							
MIGRAÇÃO LARVAL							
PERIHEPATITE							
HEPATITE							
CIRROSE HEPÁTICA							
TELEANGIECTASIA							
BAÇO							
CONTAMINAÇÃO							
CONGESTÃO							
ESPLENITE							
ESTÔMAGO							
CONTAMINAÇÃO							
ESTOMATITE							
BEXIGA							
CONTAMINAÇÃO							
PÂNCREAS							
PARASITAS							
INTESTINO							
CONTAMINAÇÃO							
PNEUMATOSE							
ENTERITE							
LINFADENITE							
ASCARIDIOSE							
RIM							
CONTAMINAÇÃO							
CISTO URINÁRIO							
CONGESTÃO							
ISQUEMIA							
NEFRITE							
CARCAÇA							
CONTAMINAÇÃO							
CONTUSÃO							
ABCESSO							
ADERÊNCIA							
ICTERÍCIA							
ADIPOSANTOSE							
PERITONITE							

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA
MODELO 1.6.5c – PLANILHA DE CONDENAÇÕES DE VISCERAS EM FRANGOS DE CORTE

Estabelecimento:	
N° Registro no SIM:	
Lotes (GTA):	
Hora do início do abate:	**Hora do término do abate:**

LESÃO

	GTA											
CONDENAÇÃO	**TOTAL**	**%**	**PARCIAL**	**%**	**TOTAL**	**%**	**PARCIAL**	**%**	**TOTAL**	**%**	**PARCIAL**	**%**
Abcesso												
Aerossaculite												
Artrite												
Aspecto repugnante												
Caquexia												
Celulite												
Colibacilose												
Contaminação												
Contusão / fratura												
Dermatose												
Escaldagem excessiva												
Evisceração retardada												
Neoplasia (tumor)												
Salpingite												
Sangria inadequada												
Septicemia												
Síndrome ascítica												
Síndrome hemorrágica												

DESTINO DAS VÍSCERAS CONDENADAS:

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.7 – LAUDO DE CONDENAÇÕES E APROVEITAMENTO CONDICIONAL DE CARCAÇAS

Estabelecimento:
N° Registro no SIM:
Espécie:
Data:

IDENTIFICAÇÃO (GTA)	JULGAMENTO	DESTINO

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.6 – DADOS NOSOGRÁFICOS

MÊS DE REFERÊNCIA:
Estabelecimento:
N° Registro no SIM:
Espécie:

QUANTIDADE DE ANIMAIS ABATIDOS

DATA	QUANTIDADE
	TOTAL:

QUANTIDADE DE VÍSCERAS CONDENADAS

DATA	VÍSCERAS	CAUSAS	QUANTIDADE
			TOTAL:

QUANTIDADE DE CARCAÇAS CONDENADAS

DATA	CAUSAS	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUANTIDADE
			TOTAL:

Assinatura e carimbo do Fiscal SIM/POA

MODELO 1.6.7 – MODELO DE OFÍCIO

Oficio, N° _____/20___

____, __ de _____ de 20__.

Ao Senhor (a) _____, responsável pela empresa_____ situado na (endereço completo) ____ no município de _____, Estado do Paraná.

Assunto:

Prezado Senhor (a),

Por meio deste, o Serviço de Inspeção do Município de _____, vem respeitosamente perante vossa senhoria...

Atenciosamente,

Fiscal SIM/POA
Carimbo do Fiscal

MODELO 1.6.8 – LISTA DE PRESENÇA

Data:	Carga horária:
Responsável:	
Conteúdo / Assunto:	
Material utilizado:	

PARTICIPANTES:

Nome	CPF	Entidade	E-mail	Assinatura

FOTOS:

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 3.
REGISTRO DE PRODUTOS E CONTROLE DE RÓTULOS

3.1 Objetivos

Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite garantir a padronização da rotulagem, das empresas registradas, enviada ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definindo a metodologia a ser utilizada. Algumas rotinas devem ser adotadas no registro documental, afim de que não se perca o controle, bem como surjam problemas que facilmente poderiam ser evitados. Todos os produtos entregues ao comércio devem estar identificados através de rótulos registrados no SIM, quer quando destinados ao consumo, quer quando se destinem a outros estabelecimentos.

3.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se a todas as empresas registradas no SIM, sendo que a documentação de registro em duas vias, deve ficar arquivada na sede do SIM e a outra na empresa.

3.3 Usuários principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico, responsável pelo SIM.

3.4 Procedimento
A função principal do registro de produtos e do controle de rótulos registrados, é esclarecer sobre o processo de fabricação do produto, bem como sua avaliação, aprovação e controle da logomarca do SIM.

3.5 Registro de produto
Entendendo-se como tal, a aprovação dos memoriais descritivos de fabricação dos produtos e seus respectivos rótulos, do que trata o Título VII, Capítulo I, do Decreto n° 9.013/2017.

Avaliação dos Memoriais Descritivos: todos os produtos que a empresa pretende fabricar devem ser registrados através de memoriais descritivos de fabricação e rotulagem (Modelo 3.7.1), os mesmos devem ser entregues ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM em 02 vias. O Médico Veterinário responsável deve fazer a avaliação conforme a legislação pertinente, utilizando o check-list de rotulagem (Modelo 3.7.2), mas não se restringindo a ele, e dará o parecer final quanto ao registro do produto. Após avaliados e aprovados as vias serão distribuídas na sede do SIM e a outra na empresa. Todas as vias devem estar assinadas e rubricadas pelos representantes da empresa ao entregar no serviço. O SIM fará sua avaliação e também deverá rubricar todas as páginas, e assinar e carimbar no respetivo campo. Após aprovados, o certificado de produtos deverá ser atualizado conforme Modelo 3.7.3, sendo que o produto deve ser cadastrado ou alterado no Banco de Dados de registro de produtos (Anexo 1).
Avaliação de produto não regulamentado: destinado à avaliação de produtos que não possuem regulamento técnico de identidade e qualidade – RTIQ. Para a aprovação do produto não regulamentado, deve ser encaminhado o memorial descritivo de fabricação e rotulagem, juntamente com os documentos e informações previstas no artigo 429 do Decreto Federal n° 9013/2017 e atendimento das diretrizes do MAPA, quando houver. Disponível em: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sgsi/login. Após o registro do produto a empresa terá 30 dias para apresentar Laudo de análise Microbiológica o qual atesta a inocuidade, e o Laudo Físico Químico atendendo o padrão que foi descrito no memorial.
Avaliação da inocuidade e qualidade do produto para produção: Após a avaliação e aprovação do memorial e do rótulo, o fiscal do SIM deverá efetuar análise oficial microbiológica e físico-química conforme programa de trabalho do SIM.
Frequência das atualizações: O registro do produto deve ser renovado a cada 10 (dez) anos por solicitação do estabelecimento, no mínimo, 180 dias do seu vencimento. Os memoriais devem ser atualizados sempre que houver renovação ou alteração de processo de fabricação, alteração de croqui de rótulo, registro e/ou adição de rótulos.

3.6 Fiscalização de rotulagem aprovada
O Serviço de Inspeção de Municipal – SIM efetua a fiscalização dos rótulos aprovados através da verificação in loco na empresa, onde deverá coletar uma amostragem e avaliar se os rótulos em uso são idênticos aos aprovados no SIM.
A verificação dos rótulos deve ser realizada no mínimo anualmente e o SIM deve dispor de registros auditáveis para comprovação. Em caso de constatação de não conformidades, o fiscal deve lavrar RNC. Dependendo da não conformidade encontrada, outras ações podem ser tomadas a juízo do SIM.

3.7 Modelos

MODELO 3.7.1. MODELO DE RÓTULO — PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL
Serviço de Inspeção Municipal — SIM Clevelândia/PR

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM
NOME DO PRODUTO
[DENOMINAÇÃO DE VENDA DO PRODUTO]
Exemplo:
QUEIJO MUSSARELA
Peso Líquido: 500 g
INFORMAÇÕES DO PRODUTO
Ingredientes:
[Relacionar todos os ingredientes em ordem decrescente de proporção.]
ALÉRGICOS:

[CONTÉM LEITE E DERIVADOS.]
[CONTÉM ... / PODE CONTER ..., quando aplicável.]
CONSERVAÇÃO:
Manter sob refrigeração entre [*] °C e [*] °C.
VALIDADE:
[/ /____]
LOTE:
[_____]
DATA DE FABRICAÇÃO:
[/ /____]
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO
Fabricado por: [RAZÃO SOCIAL]
CNPJ: [../__-__]
Endereço: [Rua/Avenida, nº, Bairro, Clevelândia – PR]
CEP: [_____ - ___]
IDENTIFICAÇÃO SANITÁRIA
Registrado no Serviço de Inspeção Municipal – SIM de Clevelândia/PR
REGISTRO SIM Nº [____]
INFORMAÇÃO NUTRICIONAL
Porções por embalagem: [*]
Porção: [*] g]

Informação nutricional	Quantidade por porção	%VD*
Valor energético	[___] kcal	[___]%
Carboidratos	[___] g	[___]%
Açúcares totais	[___] g	—
Açúcares adicionados	[___] g	[___]%
Proteínas	[___] g	[___]%
Gorduras totais	[___] g	[___]%
Gorduras saturadas	[___] g	[___]%
Fibra alimentar	[___] g	[___]%
Sódio	[___] mg	[___]%

* Percentual de valores diários fornecidos pela porção.
"Não contém quantidade significativa de [nutriente, quando aplicável]."
MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA – PR
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM
REGISTRO Nº [_____]
Observação: o modelo deve ser ajustado ao produto específico e às exigências de rotulagem aplicáveis à sua categoria, além das exigências estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 512/2025 e pelo Serviço de Inspeção Municipal de Clevelândia.
MODELO 3.7.2 – MEMORIAL DE FABRICAÇÃO E ROTULAGEM DE POA

Sr. Fiscal, a firma abaixo qualificada, através do seu Representante Legal e do seu Responsável Técnico, requer que seja providenciado no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, o atendimento da solicitação especificada neste documento, comprometendo-se a cumprir a legislação em vigor que trata do assunto, atestando a veracidade de todas as informações prestadas e a compatibilidade entra as instalações e equipamentos do seu estabelecimento industrial abaixo discriminado e a proposta aqui apresentada.			
Número SIM do Estabelecimento	No Sequencial do Rótulo	Data de entrada no SIM	Data de Aprovação do SIM

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Produtor Rural:
Inscrição Estadual:	Classificação do Estabelecimento:
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Município:	UF:
Telefone Fixo:	Celular:
Whatsapp:	E-mail:

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

( ) Registro ( ) Registro de produto não regulamentado ( ) Alteração de processo de fabricação e/ou composição do produto ( ) Alteração de croquis do rótulo ( ) Adição de rótulos		
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO		
Nome:	Marca:	
Característica do Rótulo	Característica da Embalagem Primária	Característica da Embalagem Secundária
( ) Impresso na embalagem ( ) Etiqueta adesiva ( ) Etiqueta afixada (grampeada ou amarrada ( ) Etiqueta lacre ( ) Gravado em relevo ( ) Litografado / gravado a quente ( ) Outros:	( ) Metal ( ) Vidro ( ) Isopor ( ) Papel ( ) Envoltório natural / artificial ( ) Plástico ( ) Outros:	( ) Ausência de embalagem ( ) Papelão ( ) Plástico ( ) Outros:

CONTEÚDO: PESO / VOLUME	
Quantidade de produto acondicionado:	Unidade de medida:

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE	
Data de fabricação e validade: ( ) dd/mm/aa ou ( ) dd/mm/aaaa	Local e forma de indicação:
FORMA DE APRESENTAÇÃO DO LOTE	
( ) Data de fabricação / Lote ( ) Número sequencial (1, 2, 3...)	Informação de como é expresso / composto o lote de produção:

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO (ordem decrescente)		
Matéria Prima	**Kg ou L**	**%**
Subtotal		
Ingredientes / Aditivos (função, nome e INS) Quando os aditivos estiveram em mix, a empresa deve, obrigatoriamente, descrever cada ingrediente do mix separadamente, apresentando a quantidade e a porcentagem isolada de cada um dos ingredientes do mix. Para a descrição na lista de ingredientes (ordem decrescente) os ingredientes adicionados mais de uma vez devem ser somados.	**Kg ou L**	**%**
Subtotal		

Lista de Ingredientes (mencionar conforme a lista de ingredientes no rótulo):
Processo de Fabricação (mencionar local, tipo de equipamento, tempo e temperatura de todas as etapas da produção, de acordo com a legislação. Descrever as temperaturas dos produtos e as temperaturas dos locais aonde são manipulados. Informar a referência legal do produto (RTIQ, Decretos, etc).
Método de Controle de Qualidade e Análises de Controle Microbiológico e Físico Químico (para produtos sem RTIQ devem ser informados os padrões microbiológicos e físico químicos comprovados por meio de laudos de análises).
Sistema de Embalagem (Envasamento) e Rotulagem (descrever o método de embalagem primária: embalagem a vácuo, selado a quente, atmosfera modificada, embalagem termoencolhível).
Armazenamento / Estocagem (mencionar local, temperatura do local, tempo de estocagem e forma de acondicionamento).
Meio de Transporte do Produto para o Mercado Consumidor (descrever o tipo de veículo, forma de acondicionamento, temperatura do produto e do ambiente onde é transportado).
AUTENTICAÇÃO (assinatura e carimbo)

Data	Responsável Legal	Responsável Técnico
APROVAÇÃO (assinatura e carimbo)		
Data	Responsável do SIM	

Parecer Técnico **( ) Aprovado ( ) Reprovado, devido a:**	

MODELO 3.7.2 – *CHECK LIST* DE ROTULAGEM

Razão Social: N° Registro no SIM:			
Produto: No Registro do Produto:			
Data:			
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRODUTOR	**C**	**NC**	**NA**
Razão social ou nome empresarial (conforme CNPJ ou CPF)			
Endereço completo			
Classificação do estabelecimento no SIM conforme a Legislação Municipal			
CNPJ ou CPF			
Informações do importador (quando aplicável)			
Marca comercial do produto			
Autorização do uso da marca comercial de terceiros (neste caso, o documento deve estar registrado e autenticado em cartório)			

Expressão “INDÚSTRIA BRASILEIRA”			
“Fabricado por” e “Para” ou “Fracionado por”; “Embalado por” (quando aplicável)			
Número da Inscrição Estadual (IE) Número do telefone para contato ou SAC (conforme Decreto 6523/08)			
NOMENCLATURA OFICIAL DO PRODUTO			
Denominação de venda oficial (RTIQ, Resolução 1/2003 – MAPA ou decreto 9.013, Diretrizes);			
Informar o tipo de apresentação (resfriado, congelado) ao final da nomenclatura oficial no caso de embutidos cárneos (exemplo: LINGUIÇA MISTA CONGELADA)			
Além da denominação de venda oficial, pode ser empregada uma denominação consagrada, de fantasia, de fábrica ou uma marca registrada (facultativo) – exemplo: denominação de venda oficial – Linguiça de carne suína resfriada; Nome fantasia – Linguiça aperitivo/Linguiça de churrasco.			
Informar o termo “temperada” e/ou “recheada” para carnes (conforme IN n° 17/2018); seguindo o exemplo: CARNE CONGELADA TEMPERADA RECHEADA DE SUÍNO SEM OSSO – PICANHA			
Uso do nome regional entre parênteses, após nome oficial, exclusivo para cárneos (Resolução 1/2003 MAPA)			
Forma de apresentação do produto na embalagem (Fatiado, Picado, moído), não podendo constar na nomenclatura oficial quando não estiver previsto em RTIQ			
Localizado no painel principal, em destaque, uniforme em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres			
Em destaque, Igual a maior fonte e no mínimo 1/3 do tamanho da marca (IN 22/2005)			
Tamanho da letra utilizada deve ser proporcional ao tamanho utilizado para a indicação da marca comercial ou logotipo, caso existam			
Conter a expressão "TIPO", quando o alimento for fabricado segundo tecnologias características de diferentes lugares geográficos, para obter alimentos com propriedades sensoriais semelhantes àquelas que são típicas de certas zonas reconhecidas, quando aplicável (RDC n° 727/2022, ANVISA)			
Utilização do nome comum e respectivos nomes científicos para as principais espécies de peixes de interesse comercial destinados ao comércio nacional (IN 53 de 01/09/2020)			
Denominação de venda: a denominação de venda do produto é Peixe Congelado, acrescido, independentemente da ordem, da forma de apresentação e nome comum da espécie em caracteres uniformes em corpo e cor (Avaliar artigo 12 e seus parágrafos da IN 21 de 31 de maio de 2017)			
LISTA DE INGREDIENTES	C	NC	NA
De acordo com o Regulamento Técnico e Memorial Descritivo de Rotulagem (IN n° 22/2005 ANVISA)			
Lista de ingredientes deve ser indicada no rótulo, em ordem decrescente de quantidade, sendo que os aditivos devem ser citados com função, nome e número de INS após os demais ingredientes			
Quando forem utilizados dois ou mais aditivos alimentares com a mesma função tecnológica e para os quais existem limites máximos numéricos estabelecidos, a soma das quantidades destes aditivos no produto pronto para o consumo não pode ser superior ao maior limite estabelecido para o aditivo permitido em maior quantidade (RDC 272, art. 3º.)			
A concentração de aditivos deve respeitar os limites estabelecidos (RDC nº 272, 14/03/2019 - ANVISA e RTIQ)			
De acordo com o Regulamento Técnico de Aditivos Aromatizante (RDC Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2007 ANVISA)			
Utilização da Maltodextrina, dextrina e outros açúcares em produtos cárneos Nota técnica n° 001/2015 CGI/DIPOA, somente em casos previstos nos RTIQ			
Fichas técnicas dos aditivos anexadas ao memorial: verificar relação de ingredientes informados e suas quantidades, alergênicos, transgênicos e demais informações importantes			
Obrigatoriedade da inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de alimentos quando da alteração de sua composição conforme IN 67 de 01 de setembro de 2020			
Quando para um ingrediente composto for estabelecido um nome em uma norma do CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS ou em um Regulamento Técnico específico, e represente menos que 25% do alimento, não será necessário declarar seus ingredientes, com exceção dos aditivos alimentares que desempenhem uma função tecnológica no produto acabado			
É informado o nome cientifico da espécie doadora do gene responsável pela modificação expressa do OGM (Organismo Geneticamente Modificado) da seguinte forma: ‘’Após o nome do ingrediente’’ no painel principal ou nos demais painéis quando do produto com ingrediente único			
CONTEÚDO (VOLUME / PESO)			
Localizado no painel principal em contraste com o fundo (fácil visualização)			
Tamanho dos caracteres de acordo com o volume/peso de produto] (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, tabela II)			

Tabela II

Conteúdo Líquido (g ou mg)	Altura mínima dos algarismos (mm)
Menor ou igual a 50	2
Maior que 50 e menor ou igual a 200	3
Maior que 200 e menor ou igual a 1000	4
Maior que 1000	6

O uso da expressão que precede o valor indicativo de quantidade, como “PESO LÍQUIDO”, “CONTEÚDO LÍQUIDO”, etc., não é obrigatório (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, item 4.1)			
A indicação quantitativa dos produtos pré-medidos deve ser expressa no Sistema Internacional de Unidades (SI), de acordo com: (Portaria nº 249, de 09 de junho de 2021, item 2.6) I - os produtos pré-medidos que se apresentam na forma sólida ou granulada ou em gel devem ser comercializados em unidades de massa; II - os produtos pré-medidos que se apresentam na forma líquida devem ser comercializados em unidades de volume.			
Queijos sem peso padronizado: “DEVE SER PESADO EM PRESENÇA DO CONSUMIDOR” e peso da embalagem; Portaria INMETRO nº 25/1986			
Produtos Cárneos: Peso líquido no ponto de venda (Venda por Peso); (Portaria INMETRO nº 19, de 07 de março 1997)			
Produtos cárneos com perda de peso por desidratação: “DEVE SER PESADO EM PRESENÇA DO CONSUMIDOR”; (Portaria INMETRO nº 19, de 07 de março 1997)			
“PESO DA EMBALAGEM”, exceto para pré-medidos (Portaria 25/1986 e 19/1997 - INMETRO)			
Carne moída para varejo conteúdo máximo 1kg. Para venda institucional poderão ser admitidas embalagens superiores a 1 Kg, sendo que a espessura deve ser igual ou menor a 15 cm não sendo permitida a venda no varejo (Portaria 664/2022, MAPA)			
Os dizeres "PROIBIDO O FRACIONAMENTO" deverão constar com caracteres destacados em corpo e cor, no painel principal do rótulo de carne moída (Portaria 664/2022, MAPA)			
Os dizeres "PROIBIDA A VENDA A VAREJO" deverão constar com caracteres destacados em corpo e cor, no painel principal do rótulo de carne moída, quando as embalagens tiverem peso superior a 1kg (um quilograma) (Portaria 664/2022, MAPA)			
Produtos com conteúdo padronizado (filé de pescado congelado, leite líquido e manteiga) (Portaria nº 153/2008 INMETRO)			
Obrigatoriedade de informar a alteração quantitativa do produto embalado. (Portaria n° 392 de 29/09/2021)			
CONSERVAÇÃO DO PRODUTO			
Informação de temperatura máxima e mínima de conservação antes e após a abertura da embalagem (IN 22/2005 MAPA)			

Prazo de validade antes e após a abertura da embalagem; RDC nº 727 da ANVISA (2022)			
Temperatura de conservação de acordo com espécie e tipo de produto (RTIQ)			
DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE			
Formato de apresentação dos caracteres;(IN 22/2005 MAPA)			
Data de fabricação (IN 22/2005 MAPA)			
Prazo de validade (uma das expressões padronizadas pela IN22/2005 MAPA)			
Lote (Exemplo: L (código), Validade/L, ou Data de Fabricação/L) RDC nº 727 da ANVISA (2022)			
IDENTIFICAÇÃO DE REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL			
Carimbos conforme os Modelo oficiais, com dizeres e forma de acordo com padrão do SIM (Decreto Municipal)			
Tamanho do carimbo do SIM de acordo com o volume de produto acondicionado (Decreto Municipal) **- Produtos de peso até 1Kg: 2,5cm de diâmetro; forma circular;** **- Produtos de peso acima 1Kg: 3,5cm de diâmetro; forma circular.**			
Expressão de registro de rótulo sem abreviações e com as siglas correta "REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL SOB Nº ___/___"			
Registro único: para cortes cárneos diferentes, e ou mesmo produto com pesos diferentes (exemplo: Queijo mussarela – pesos líquidos 150g, 200g, 500g			
INFORMAÇÃO NUTRICIONAL			
É declarado o valor energético e os nutrientes obrigatórios na seguinte ordem: valor energético, Carboidratos, açúcares totais, açúcares adicionados, proteínas, Gorduras totais, saturadas, trans e Fibra Alimentar em gramas(g) e Sódio e miligramas(mg) (RDC nº 360/2003 e RDC 727/2022, ANVISA)			
Uso da Tabela Nutricional Simplificada; "Não contém quantidade significativa de..... (Nutrientes obrigatórios)			
Quando for declarada a quantidade de açúcares e ou polióis e ou amido e ou outros carboidratos, presentes no alimento, esta declaração deve constar abaixo da quantidade de carboidratos, da seguinte forma (RDC nº 360, 23/12/2003) **1. Carboidratos..... g, dos quais:** **A. açúcares..... g** **B. polióis..... g** **C. amido..... g** **D. outros carboidratos ...g (devem ser identificados no rótulo). OU** **2. A quantidade de açúcares, polióis, amido e outros carboidratos pode ser indicada também como porcentagem do total de carboidratos.** **3. Quando for declarada a quantidade de gordura(s) e ou o tipo(s) de ácidos graxos e ou colesterol, esta declaração deve constar abaixo da quantidade de gorduras totais, da seguinte forma:** **A. Gorduras totais..... g, das quais:** **B. gorduras saturadas..... g** **C. gorduras trans..... g** **D. gorduras monoinsaturadas g** **E. gorduras poliisaturadas... g** **F. colesterol..... mg**			
As cifras e as unidades de medida (gramas (g) e miligramas (mg) deverão ser declaradas de acordo as disposições da RDC nº 360/2003, ANVISA			
Declaração de vitaminas e minerais somente se presentes em quantidades igual ou maior a 5% da ingestão diária recomendada por porção indicada (RDC nº 360/2003, ANVISA)			
Valor energético e os valores dos nutrientes condizentes com o produto pretendido, respeitando a variação máxima permitida pela RDC n° 360/2003, ANVISA. **Fórmula: Valor de referência no Anexo A -------- 100%** **Valor declarado na tabela ---------- x**			
A Tabela Nutricional deverá ser apresentada de acordo com os Modelos aprovados pela RDC nº 360/2003 (vertical A ou B ou linear), sendo que o Modelo linear só poderá ser utilizado se não houver espaço suficiente na rotulagem			
A informação correspondente à rotulagem nutricional deve estar redigida no idioma oficial do país de consumo (espanhol ou português), sem prejuízo de textos em outros idiomas e deve ser colocada em lugar visível, em caracteres legíveis e deve ter cor contrastante com o fundo onde estiver impressa (RDC n° 360/2003, ANVISA)			
A informação nutricional será expressa como "zero" ou "0" ou "não contém" para valor energético e ou nutrientes quando o alimento contiver quantidades menores ou iguais as estabelecidas como "não significativas" de acordo com a tabela do item 3.4.3.2 da RDC n° 360/2003, ANVISA			
Informação de porção e medida caseira de 100g para efeito do cálculo do valor energético e nutrientes (RDC 727/2022, ANVISA)			
Informação Nutricional Complementar (INC) verificar se comparativo ou absoluto, light, magro, vitaminado, baixo em gorduras, entre outros, de acordo com a RDC Nº 54, 12/11/2012			
Declaração do valor energético e percentual de valor diário em números inteiros conforme item 3.4.3 da RDC n° 360, 23/12/2003			
Alimentos para dietas com restrição - "DIET" (Portaria n° 29, 03/01/1998); Alimentos especialmente formulados para atender necessidades de pessoas em condições metabólicas específicas, p.ex: diabéticos, gestantes, entre outros.			
INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS			
Descrição de "CONTÉM GLÚTEN" ou "NÃO CONTÉM GLÚTEN" para todos em destaque, nítido e de fácil leitura; (LEI Nº 10.674, DE 16 DE MAIO DE 2003)			
A expressão do glúten deve estar indicada após as informações de: **1. Alérgicos** **2. Lactose**			
Instruções de preparo, uso e conservação obrigatórias na rotulagem de produtos de carne crua suína e de aves (RDC nº 459, 21/12/2020)			
Carne moída com peso até 1kg deve conter a expressão "PROIBIDO O FRACIONAMENTO"; carne moída acima de 1Kg deve conter a expressão "PROIBIDA A VENDA NO VAREJO" (Portaria 664/2022, MAPA)			
Corantes artificiais: expressão "Colorido Artificialmente" (Decreto nº 986, 21/10/1969)			
Adição de aromas de acordo RDC nº 02/2007 (tabela orientativa a seguir)			

Finalidade do aroma no produto	**Classificação do aroma**	**Designação ou Painel Principal**	**Painel Principal**
Definir / Conferir sabor a um alimento	Natural	Sabor	Contém aromatizante
	Artificial	Sabor artificial de	Aromatizado artificialmente
	Idêntico ao natural	Sabor	Contém aromatizante sintético idêntico ao natural
Reforçar ou reconstituir sabor de um alimento	Natural	Nome do produto	Contém aromatizante
	Artificial	Nome do produto	Aromatizado artificialmente
	Idêntico ao natural	Nome do produto	Contém aromatizante sintético idêntico ao natural
Conferir sabor não específico	A indicação do uso de aroma deve constar na lista de ingredientes conforme determina a RDC 727/2022, ANVISA		

Mistura de aromas, para indicação do aroma na rotulagem do alimento deve ser seguida a orientação do item 2.4 da Resolução RDC nº. 2/2007			
Indicar no painel principal do rótulo logo abaixo do nome do produto, em caracteres uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, letras em caixa alta e em negrito, a expressão: CONTÉM GORDURA VEGETAL (quando aplicável) (IN22/2005)			
Leites: Avisos Importantes (Lei nº 11265, 03/01/2006)			
Dizeres Obrigatórios Bebidas Lácteas (RTIQ – IN nº 16, 23/08/2005)			
Dizeres iogurte (RTIQ – IN nº 46, 23/10/2007), entre outas informações			
Doce de Leite "exclusivo para uso industrial" (Portaria nº 354, 04/09/1997)			
Informações obrigatórias para rótulo de Ovos (RDC nº 35, 17/06/2009)			
Nomenclatura de ovos (Resolução nº 1, de 9 de Janeiro de 2003)			
Os ovos devem conter as seguintes instruções de conservação e uso (RDC 727/2022, ANVISA): I - "O consumo deste alimento cru ou mal cozido pode causar danos à saúde"; e II - "Manter os ovos preferencialmente refrigerados"			
Indicar o prazo de validade para cada temperatura, por meio das expressões "validade a - 18º C (freezer): ...", "validade a - 4º C (congelador): ...", e "validade a 4º C (refrigerador)", seguida da declaração da data de validade (RDC 727/2022, ANVISA)			
As carnes suínas cruas, incluindo miúdos, toucinho, pele, embutidos, carne moída e produtos cárneos moldados, e as carnes de aves cruas, incluindo miúdos e produtos cárneos à base de carne moída ou picada de aves, devem conter a declaração das instruções de preparo, uso e conservação (RDC 727/2022, ANVISA)			
"CONTÉM LACTOSE" com os dizeres em caixa alta, negrito, cor contrastante com o fundo do rótulo e altura mínima de 2mm, imediatamente após ou abaixo da lista de ingredientes antes ou após os alérgicos, nunca inferior a letra utilizada na lista de ingredientes. No caso de embalagens com área de painel principal igual ou inferior a 100 cm2, a altura mínima dos caracteres é de 1mm (Lei nº 13.305, de 4 de Julho de 2016; RDC n° 136 de 08/02/2017)			
Regulamento técnico referente a alimentos para fins especiais, para dispor sobre os alimentos para dietas com restrição de lactose (RDC nº 135 de 08/02/2017); Observação: quando de dietas com restrição de lactose ocorre alteração da tabela nutricional, devendo ser informada galactose, lactose, e outros carboidratos			
Os alimentos que contenham ou sejam derivados dos principais alimentos que causam alergias alimentares, conforme lista contida no Anexo III da RDC 727/2022 da ANVISA, devem conter as seguintes advertências, conforme o caso: I - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIASALIMENTARES)"; II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAMALERGIAS ALIMENTARES)"; ou III - "ALÉRGICOS: CONTÉM (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIASALIMENTARES) E DERIVADOS". No caso dos crustáceos, a declaração das advertências deve incluir o nome comum das espécies, da seguinte forma, conforme o caso: I - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)"; II - "ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE CRUSTÁCEOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)"; ou III - "ALÉRGICOS: CONTÉM CRUSTÁCEOS E DERIVADOS (NOMES COMUNS DAS ESPÉCIES)".			
Nos casos em que não for possível garantir a ausência de contaminação cruzada por alérgenos alimentares dos principais alimentos que causam alergias alimentares listados no Anexo III da RDC 727, deve ser declarada a advertência "ALÉRGICOS: PODE CONTER (NOMES COMUNS DOS ALIMENTOS QUE CAUSAM ALERGIAS ALIMENTARES)".			
Na rotulagem do mel deve constar a advertência "Este produto não deve ser consumido por crianças menores de um ano de idade" (RIISPOA, Art. 460)			
Mel de uso industrial: deve conter a expressão "proibida a venda fracionada" (RIISPOA)			
A água adicionada aos produtos cárneos deve ser declarada, em percentuais, na lista de ingredientes (RIISPOA)			
Quantidade de água adicionada for superior a 3% deve ser informado, adicionalmente, no painel principal da rotulagem (RIISPOA)			
Os produtos cárneos que contenham carne e produtos vegetais devem dispor nos rótulos a indicação das respectivas percentagens (RIISPOA)			
Expressões em destaque para alimentos que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de um por cento do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto, no painel principal e em conjunto com o símbolo, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: "(nome do produto) transgênico", "contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s)" ou "produto produzido a partir de (nome do produto) transgênico"			
Alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previstos: "(nome do animal) alimentado com ração contendo ingrediente transgênico" / "(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico"			
Uso do símbolo transgênico conforme Portaria n° 2658, de 22 de dezembro de 2003;			
Produtos cárneos temperados: Condimentos em solução, deve ter o percentual de solução adicionada e sua respectiva composição declarada no painel principal do rótulo, em caracteres de mesmo realce e visibilidade, acompanhando a denominação de venda (IN nº 17/2018, Art. 12)			
DIZERES, INFORMAÇÕES E IMAGENS NÃO PERMITIDAS			
Qualquer representação que torne a informação falsa, incorreta ou insuficiente; (IN 22/2005 MAPA)			
Que induza ao erro, confusão ou engano sobre a procedência, qualidade, etc.;(IN 22/2005 MAPA)			
Destaque a presença ou ausência de componentes intrínsecos ao produto;(IN 22/2005 MAPA)			
Que faça alusão à Bandeira Nacional e ou símbolos oficiais (Lei nº 5.700 de 01/09/1971, art. 31)			
Informar "IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA", quando aplicável – (LEI nº 8078, 11/09/1990, art. 37)			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode conter vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do alimento			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode atribuir efeitos ou propriedades que não possuam ou que não possam ser demonstradas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode destacar a presença ou a ausência de componentes que sejam intrínsecos ou próprios de alimentos de igual natureza, exceto nos casos previstos em normas específicas RDC 727/2022, ANVISA e IN 22/2005, MAPA)			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode veicular qualquer tipo de alegação relacionada à ausência de alimentos alergênicos ou alérgenos alimentares, exceto nos casos previstos em normas específicas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode ressaltar, em certos tipos de alimentos processados, a presença de componentes que sejam adicionados como ingredientes em todos os alimentos com tecnologia de fabricação semelhante			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode ressaltar qualidades que possam induzir a engano com relação a reais ou supostas propriedades terapêuticas que alguns componentes ou ingredientes tenham ou possam ter quando consumidos em quantidades diferentes daquelas que se encontram no alimento ou quando consumidos sob forma farmacêutica			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode indicar que o alimento possui propriedades medicinais ou terapêuticas			
A rotulagem dos alimentos embalados não pode aconselhar seu consumo como estimulante, para melhorar a saúde, para prevenir doenças ou com ação curativa			
Não são permitidas alegações como "sem conservantes", "sem corantes artificiais", "contém corantes naturais", entre outras semelhantes; (Informe técnico nº 70 de 19/01/2016)			
ORTOGRAFIA, UNIDADES DE MEDIDA E TAMANHO DA LETRA			
Ortografia revisada e na língua oficial do país			
Unidades de medidas oficiais (Sistema Internacional de Unidades - SI) e Unidade de medida de massa em caracteres minúsculos			

Tamanho da letra igual ou maior que 1mm conforme IN 22/2005 do MAPA e RDC 727/2022 da ANVISA			
MEMORIAL DE FABRICAÇÃO E ROTULAGEM DE POA			
Todos os campos obrigatórios preenchidos adequadamente			
A composição do produto está de acordo com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade			
O processo descrito e informações atendem aos regulamentos oficiais específicos			
Está devidamente com as páginas rubricadas e com a assinatura dos responsáveis			
Quando não possui RTIQ cumpre os itens dos artigos			

C: conforme; NC: não conforme; NA: não aplicável

Data	Assinatura e carimbo do responsável

MODELO 3.7.3 – CERTIFICADO (PARECER FAVORÁVEL À FABRICAÇÃO)

CERTIFICADO

Certifico que os produtos da empresa_____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, localizada no município de_____, portando o registro de inspeção nº_____ foram avaliados pelo Fiscal de Inspeção _____, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária n°_____.
A avaliação quanto à conformidade do memorial descritivo de fabricação, seguiu os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade (RTIQ), além de *Check List* de rotulagem conforme legislação especifica vigente. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM é FAVORÁVEL a fabricação dos seguintes produtos:

DENOMINAÇÃO DE VENDA DO PRODUTO	NÚMERO DO REGISTRO DO PRODUTO	MARCA DO PRODUTO	TIPO DE EMBALAGEM	APRESENTAÇÃO (PESO)	DATA DO REGISTRO	DATA DA ALTERAÇÃO	VALIDADE DO REGISTRO

Local e data

Fiscal do SIM/POA

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 4.
COLETAS FISCAIS

4.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite garantir a padronização das coletas oficiais e envios de amostras para análises físico químicas e microbiológicas de alimentos e água de abastecimento dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM. São descritos os procedimentos realizados para a coleta de amostras, transporte, plano de amostragem e ações a serem tomadas pelo SIM em casos de desvios.

4.2 Aplicação
Este procedimento aplica-se ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM, sendo que os laudos das análises devem ficar arquivados no SIM.

4.3 Definições
A obtenção correta das amostras, seu transporte para o laboratório e sua preparação para análise são etapas fundamentais para a obtenção de um resultado confiável. A exatidão dos resultados obtidos depende da execução correta dessas três etapas.

4.4 Usuários Principais
Fiscais do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Responsável pelo estabelecimento e Responsável Técnico.

4.5 Procedimento

4.5.1 Coleta de amostras fiscais de alimentos
As amostras para exame microbiológico devem ser separadas daquelas destinadas ao exame físico-químico. A critério do fiscal do SIM, a mesma caixa pode conter mais de uma amostra, desde que sejam respeitados os critérios de natureza do produto (temperatura de conservação), acondicionamento e separação.

Sempre que possível às amostras devem ser enviadas em sua embalagem original, para evitar modificações em suas características originais e possíveis contaminações. Quando tal procedimento for inviável, em função do volume mínimo disponível para colheita, aceita-se o fracionamento, sendo que o mesmo deve ser efetuado por colaborador da empresa capacitado, acompanhado pelo fiscal do SIM. Cabendo nesse caso, ao fracionador da amostra, toda responsabilidade pela modificação das características iniciais do produto.

4.5.2 Solicitação Oficial de Análise (SOA)
A Solicitação oficial de análise é o documento que acompanha as amostras para análise conforme Modelo 4.14.1. As SOAs devem seguir sequência numérica anual para todas as empresas. O fiscal deve confeccionar SOAs separados para análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos e da água de abastecimento.
Observação: o fiscal deve descrever na SOA o nome e o código da análise conforme consta no site do MAPA em Análises laboratoriais.

Materiais necessários:
- Solicitação oficial de análise (SOA) - (Modelo 4.14.1);
- Caixas Isotérmicas;
- Swabs de esfregaduras, quando aplicável;
- Gelo ou outra substância refrigerante;
- Embalagens plásticas;
- Fita adesiva;
- Papel toalha;
- Álcool;
- Lacre numerado.

4.6 Procedimento de Coleta para Análises Microbiológicas e Físico Químicas de Alimentos
A responsabilidade pela coleta é do fiscal do SIM, sendo que sempre que possível, esse procedimento deve ser realizado na presença do responsável da empresa conforme o § 1° do art. 471 do decreto 9.013/2017. O fiscal deve atentar-se ao tipo de amostra coletada e o dia da semana em que a mesma chegará ao destino, evitando assim o descarte da amostra pelo laboratório.
O responsável pela coleta dos produtos deve ter alguns cuidados de Boas Práticas durante o procedimento, tais como: lavar as mãos ao manusear os produtos, limpar com papel toalha ao redor da embalagem e também passar álcool para assepsia da embalagem. As amostras devem ser acondicionadas em recipientes limpos e íntegros, na quantidade requerida pelo laboratório. O responsável pela coleta deve preencher a Solicitação Oficial de Análise (SOA) em uma via, sendo que a 1ª (primeira parte) deve ser anexada ao produto e enviada ao laboratório e a 2ª (segunda parte) deve ficar sob posse de quem coletou (fiscal do SIM). O produto deve ser colocado em uma segunda embalagem de plástico, fechado com lacres numerados de identificação do Serviço de Inspeção e acondicionado dentro de caixa isotérmica com gelo, se necessário (observar que os produtos devem ser mantidos sob refrigeração desde a saída da indústria até a chegada no laboratório). Após esse procedimento, deve lacrar a caixa com fita adesiva e colocar a identificação do laboratório (destinatário) e da empresa (remetente) na parte superior.
A responsabilidade pelo envio é da empresa. Encaminhar para o laboratório o mais breve possível. Os custos das análises bem como o transporte são, obrigatoriamente, responsabilidade da empresa, conforme artigo ____ do decreto municipal.
Para o procedimento de coleta de amostras de superfície de carcaça, o fiscal do SIM deve solicitar que a empresa providencie o material necessário. Alguns cuidados devem ser tomados para garantir que a amostra seja transportada entre 1°C e 8°C. É importante assegurar que não ocorra o congelamento da amostra durante o transporte ao laboratório. Para tanto, recomenda-se o uso de folha de papelão entre os pacotes de gelo-gel e a amostra, evitando o contato direto e, consequentemente, o seu congelamento.
Particularidades:
- Quanto a análise físico-química, devem ser guardadas duas amostras para contraprova do mesmo lote em caso de resultados não conformes. Estas amostras devem ser lacradas isoladamente pelo fiscal e armazenadas sob responsabilidade da empresa. Uma amostra é para a contraprova da empresa e outra do SIM. Não há contraprovas quando:
a quantidade ou a natureza do produto não permitirem;
o produto apresentar prazo de validade exíguo, sem que haja tempo hábil para a realização da análise de contraprova, ou seja, prazo de validade remanescente igual ou inferior a 45 dias contado da coleta;
tratar-se de análises fiscais realizadas durante os procedimentos de rotina de inspeção oficial;
forem destinadas à realização de análises microbiológicas, por ser considerada impertinente a análise de contraprova nestes casos.
Se tratar de ensaios para detecção de analitos que não se mantenham estáveis ao longo do tempo.

4.7 Procedimento para coleta de amostras de carcaças e meia carcaças, com ou sem pele em abatedouros frigoríficos
A coleta de amostras para análise de carcaças e meia carcaças, com ou sem pele em abatedouros frigoríficos, pode ser realizada de duas formas: coleta através de swabs ou coleta de cortes.
Coleta através de swabs: será realizada por esfregadura de superfície das carcaças e/ou meia carcaças, após resfriamento, perfazendo um total de (400cm2) quatrocentos centímetros quadrados, com o uso de esponjas estéreis, hidratadas com volume conhecido de diluente e livres de biocidas.
Coleta através de cortes: será realizada a coleta de vários pequenos cortes das carcaças e/ou meia carcaças, após resfriamento, totalizando uma amostra de no mínimo (500g) quinhentas gramas, os quais serão colocados em sacos plásticos estéreis.
Deve ser realizada a esfregadura e/ou a coleta de cortes nos seguintes locais:
- Para carcaça de suíno abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo pernil, barriga, lombo e região axilar;

- Para carcaça de bovino abrangerá quatro pontos da carcaça, sendo alcatra, vazio, peito e pescoço.

4.8 Procedimento de coleta de amostras de leite cru refrigerado para estabelecimentos que beneficiam lácteos
Deve ser coletada amostra de leite cru refrigerado nos estabelecimentos que recebem leite da propriedade e de terceiros ou somente recebam de terceiros e que não possuem laboratório físico químico completo.
Os parâmetros solicitados estão previstos no artigo 31 da Instrução normativa nº 77 de 26/1/2018, sendo que a frequência da coleta do leite cru refrigerado deve estar prevista no programa de trabalho do serviço de inspeção municipal, no mínimo uma vez por ano.

4.9 Padrões Microbiológicos e Físico-Químicos
As análises requeridas devem seguir os padrões de referência conforme o Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017, e suas alterações; Instrução Normativa nº 161, de 1º de julho de 2022, que estabelece as lista de padrões microbiológico para alimentos; Regulamentos Técnicos de identidade e qualidade (RTIQ), Instrução Normativa n° 76 de 26 de Novembro de 2018, e suas alterações; RDC n° 272, de 14 de março de 2019 - uso de aditivos alimentares autorizados para uso em carnes e produtos cárneos; demais legislações pertinentes a padrões de análises físico-químicas e microbiológicas; site do Ministério da Agricultura, em Análises Laboratoriais, acesso em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtosanimal/analises-laboratoriais.

4.10 Frequência das Coletas
Deve ser realizada ao menos uma análise oficial microbiológica e físico química de cada produto registrado e da água de abastecimento, anualmente. Conforme o número de produtos, as coletas devem ser divididas no ano, através do cronograma descrito nos Programas de Trabalho do Serviço de Inspeção Municipal. O SIM poderá estipular outra frequência de coleta, desde que baseada em análise de risco.
Caso a empresa não disponha, em seu estoque, do produto a ser coletado, o fiscal deve registrar a justificativa da não realização da coleta. O fiscal deve ainda manter um controle atualizado das análises pendentes e efetuá-las assim que houver disponibilidade de produto em estoque.
Em casos de resultados de análises microbiológicas não conformes, as novas amostras devem ser coletadas de forma representativa onde o “n” (número de amostras) deve estar conforme parâmetros informados no site do MAPA, disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/analiseslaboratoriais.

4.11 Ações Fiscais Mediante Resultados Não Conformes
O fiscal do SIM é o responsável pela avaliação do laudo e sempre que verificar não conformidade deve informar imediatamente a empresa através de documento por escrito.
O SIM deve avaliar se a empresa contempla no seu Programa de Autocontrole ações para desvio de análises;
O SIM pode não adotar ações fiscais quando o estabelecimento for capaz de comprovar que identificou e sanou o problema que levou ao resultado em desacordo da análise oficial, mediante registros de controles auditáveis e análises microbiológicas ou físico químicas laboratoriais (de controle da empresa de acordo com o respectivo programa de autocontrole), no período de ocorrência do desvio identificado pela análise oficial. Neste caso, o Responsável Técnico deverá apresentar relatório anexando todos os documentos que comprovem o saneamento das irregularidades, para avaliação do SIM.
Quando o estabelecimento não for capaz de comprovar, que identificou e saneou o problema que levou ao resultado em desacordo da análise oficial, o SIM deve tomar as seguintes ações:

4.11.1 Para análises Microbiológicas
a) Lavrar RNC;
b) Solicitar a suspensão da produção do produto envolvido através do Auto de Suspensão;
c) Notificar, através de oficio, o recolhimento do lote do produto envolvido conforme o descrito no programa de autocontrole da empresa;
d) Lavrar Auto de infração;
e) Após a empresa ter tomado as ações corretivas, o fiscal do SIM deve enviar amostra representativa do produto para análise oficial de um novo lote. O lote produzido deve ficar sequestrado, sob custódia da empresa, e a produção do produto deve permanecer suspensa até que o resultado da análise apresente-se conforme os padrões exigidos e o SIM faça a liberação;
f) Após a apresentação de laudo em conformidade pela empresa, o fiscal do SIM deve emitir documento de liberação da produção e retorno das atividades.

Particularidade para produtos maturados acima de 30 dias:
g) Para esses produtos deve seguir o descrito acima, porém não deve ser suspensa a produção.

4.11.2 Para Análises Físico Químicas
a) Lavrar RNC;
b) Dependendo a causa, grau do desvio, o risco a saúde pública e gere engano ao consumidor, a critério do fiscal do SIM poderão ser adotadas as ações abaixo:
c) Solicitar a suspensão da produção do produto envolvido através do Auto de Suspensão;
d) Lavrar Auto de infração dependendo a causa e grau de desvio;
e) Dependendo a causa, grau do desvio e sempre que comprometer a saúde do consumidor, o SIM deve solicitar através de ofício, o recolhimento do lote do produto, conforme o descrito no programa de autocontrole da empresa;
f) Quando aplicável, a pedido da empresa ou a critério do SIM podem ser enviadas as contraprovas para análise; nesses casos, quando a contraprova apresentar-se conforme os padrões exigidos na legislação é efetuada a liberação da produção;

g) Nos casos em que não existe contraprova ou a contraprova apresente-se não conforme, as empresas devem tomar as ações corretivas e o fiscal do SIM deve enviar amostra de novo lote do produto para análise oficial. O lote produzido deve ficar sequestrado, sob custódia da empresa, e a produção do produto deve permanecer suspensa até que o resultado da análise apresente-se conforme os padrões exigidos e o SIM faça a liberação;
h) Após verificação do laudo pelo fiscal do serviço de inspeção, deve ser emitido documento de liberação e/ou desinterdição da produção e retorno das atividades, conforme julgar necessário.

Particularidade para produtos maturados acima de 30 dias:
i) Para esses produtos deve seguir o descrito acima, porém não deve ser suspensa a produção.

4.12 Recorrência de não conformidades para resultado de analise Microbiológica e Físico Química
Após a verificação do segundo resultado insatisfatório de lotes consecutivos, do mesmo produto e para o mesmo parâmetro, deve ser instaurado o Regime Especial de Fiscalização (REF), conforme descrito no item 5.7 do ANEXO 5.

4.13 Procedimentos de Coletas para Análise Microbiológica e Físico Química de Água de abastecimento
Observação: Caso o SIM possua o mesmo entendimento que o MAPA, de que as coletas de amostras oficiais de água de abastecimento para ação de vigilância da qualidade da água são de competência dos Órgãos de Saúde Pública, no âmbito da Portaria GTM/MS n° 888, de 2021, e, por esta razão, não estão previstas no cronograma de coleta anual do SIM, deverá incluir o seguinte texto:
"Com a publicação da Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021, que trata da potabilidade da água, o SIM não realizará coletas de amostras oficiais de água de abastecimento dentro do cronograma de coleta anual do SIM.
Contudo, poderá, em situações excepcionais, coletar amostras para verificar a qualidade da água em estabelecimentos sob o SIM, a fim de subsidiar a fiscalização. Logo, as orientações abaixo devem ser consideradas para as situações de excepcionalidade das coletas oficiais de água.
Além disso, caberá ao SIM realizar a verificação oficial in loco do plano de amostragem do estabelecimento que se baseia na avaliação da identificação dos pontos de coleta de consumo da água nas áreas de produção industrial de produtos comestíveis, e na mensuração direta dos parâmetros de cloro residual livre e pH em conformidade com as normativas do MAPA."
As amostras oficiais de água devem ser coletadas em pontos localizados nas áreas de produção.
Para estas análises serão utilizados equipamentos mensuradores do cloro e pH, conforme recomendação técnica do fabricante, sendo que estes devem possuir certificado de calibração válido e os reagentes devem estar dentro do prazo de validade.

4.13.1 Material Necessário
- Solicitação oficial de análise (SOA);
- Álcool 70%;
- Gaze ou algodão hidrófilo;
- Isqueiro;
- Frascos específicos para cada tipo de análise. Observação: O cloro presente na água coletada para análise microbiológica deve ser neutralizado imediatamente através da adição de tiossulfato de sódio, para impedir a continuação de seu efeito bactericida sobre a microbiota presente.

4.13.2 Procedimentos de Coleta
Cuidados necessários: na hora da coleta assegurar-se que a torneira e as mãos não toquem a parte interna do frasco e da tampa. Amostras não analisadas imediatamente devem ser estocadas sob refrigeração de 1°C a 5°C, nunca congelar as amostras.

4.13.3 Coleta da Água de Abastecimento
Limpeza da torneira: abrir a torneira e deixar a água escoar por um período de 1 a 2 minutos antes da coleta, fechar a torneira; com auxílio de uma gaze ou algodão umedecido em solução detergente neutro diluído friccionar toda a extensão da torneira interna (bocal) e externamente retirando poeira e sujidades; enxaguar abundantemente retirando todo o residual de detergente.
Desinfecção da torneira: embeber um algodão ou gaze em álcool 70% e friccionar toda extensão da torneira durante (1 a 2 minutos). Se a torneira for de metal ou aço inox, flambar, com auxílio de uma chama a parte interna e externa da torneira, durante 40 segundos.
Coleta da Água: Após limpeza e desinfecção, abrir a torneira e deixar escoar a água da tubulação por um período de 1 a 2 minutos; abrir o frasco estéril e coletar rapidamente a amostra, até a altura do gargalo; fechar o frasco imediatamente.
O responsável pela coleta deve preencher a Solicitação Oficial de Análise (SOA) em uma via, sendo que a 1ª (primeira parte) deve ser anexado ao frasco e enviada ao laboratório e a 2ª (segunda parte) deve ficar sob posse de quem coletou (fiscal do SIM). O frasco deve ser colocado em uma segunda embalagem de plástico, fechado com lacres numerados de identificação do Serviço de Inspeção e acondicionado dentro de caixa isotérmica com gelo.

4.13.4 Transporte das Amostras
A empresa deve enviar ao laboratório no menor tempo possível, nunca exceder 24 horas entre coleta e chegada ao laboratório para águas tratadas.
O transporte deve ser feito no máximo a 5º C (utilizar recipiente isotérmico com gelo).

4.13.5 Cuidados Gerais
- As amostras devem ser acondicionadas em recipientes limpos e íntegros, no volume requerido pelo laboratório;
- Nunca congelar a amostra;
- Cuidar para que não vaze;
- Certificar-se que a mesma foi bem identificada;
- Não abrir os frascos até o momento da coleta;
- Evitar que a tampa entre em contato com qualquer objeto;
- Ser breve na coleta.

4.13.6 Análises Requeridas
- Para as empresas registradas no SIM com abastecimento de água pública deve-se solicitar no mínimo as análises listadas a seguir assinaladas com asterisco (*);
- Para as empresas abastecidas de água proveniente de fonte ou poço, solicitar todas as análises;
- Para os Serviços de Inspeção que possuem mensuradores de Cloro e pH de precisão (com certificado de calibração e desde que os reagentes estejam dentro do prazo de validade) é facultativa a solicitação de ambas as análises, pH e cloro residual livre, em laboratório terceirizado, devendo constar o resultado da análise realizada in loco na Solicitação Oficial de Análise no campo “Observações”. Nos demais casos, é obrigatória a solicitação dessas análises juntamente com as demais aos laboratórios terceirizados.

PRODUTO	ANÁLISE	PARÂMETRO	REFERÊNCIA LEGAL
Água de abastecimento	Microbiológica	* *Escherichia coli*	Portaria GM/MS n° 888
		* Coliformes totais	
	Físico-Química	Alumínio	
		Amônia (como NH3)	
		* Cloro residual livre	
		Cor	
		Dureza total	
		Ferro	
		Nitrato	
		Nitrito	
		* pH	
		Sólidos dissolvidos totais	
		* Turbidez	

4.13.7 Ações fiscais mediante resultados não conformem
Em caso de constatação de não conformidade nas análises laboratoriais de água, o servidor do SIM deve notificar imediatamente a empresa e dependendo a causa e grau do desvio, se gerar algum risco a saúde do consumidor, suspender a produção dos produtos.
- Verificar se as ações para água de abastecimento com resultado insatisfatório estão descritas no Programa de Autocontrole da empresa.
- Lavrar RNC (obrigatório)
- Auto de Infração dependendo a causa e grau de desvio.
- Após a empresa ter tomado as ações corretivas, o fiscal do SIM deve enviar outra amostra de água de abastecimento para análise oficial.
- Se o resultado da nova análise da água estiver conforme, o SIM deve emitir ofício de liberação da produção (quando aplicável).
- A critério do SIM, em conformidade com a Portaria GM/MS n° 888, de 4 de maio de 2021, caso seja observada a ocorrência de resultados não conformes com o padrão de potabilidade da água ou outros fatores de risco à saúde, é possível determinar a ampliação do número mínimo de amostras, o aumento da frequência de amostragem e a realização de análises laboratoriais de parâmetros adicionais.

4.14 Modelos

"

MODELO 4.14.1 – SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISES – SOA

	PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM** **SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE** **SOA**	**01. LABORATÓRIO** **( ) MICROBIOLOGIA** **( ) FÍSICO-QUÍMICA**	**03. No DA SOA/ANO**
		02. RESPONSÁVEL PELA COLETA	04. No DO SIM

05. PRODUTO	06. REGISTRO DO PRODUTO	07. MARCA	08. CNPJ
09. ESTABELECIMENTO	10. ENDEREÇO		

11. DATA FABRICAÇÃO	12. DATA VALIDADE	13. No LOTE	14. TAMANHO DO LOTE	15. DATA E HORA DA COLETA DA AMOSTRA	
No DO LACRE:			No DO LACRE DAS CONTRAPROVAS:		
16. TEMPERATURA/CONDIÇÕES DA AMOSTRA NA COLETA:					17. DATA DA REMESSA:
TEMPERATURA (oC):	( ) CONGELADO SÓLIDO	( ) CRISTAIS DE GELO	( ) RESFRIADO	( ) AMBIENTE	
18. ANÁLISE(S) REQUERIDA(S) – CÓDIGO(S)					
19. OBSERVAÇÕES					
20. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA			21. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SIM		
22. DATA E HORA DO RECEBIMENTO DA AMOSTRA			23. IDENTIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO		
24. TEMPERATURA/CONDIÇÕES DA AMOSTRA NO RECEBIMENTO:					
TEMPERATURA (oC):	( ) CONGELADO SÓLIDO	( ) CRISTAIS DE GELO	( ) RESFRIADO	( ) AMBIENTE	( ) DECOMPOSIÇÃO
25. OBSERVAÇÕES					
26. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:					
LOGOTIPO DO MUNICÍPIO	**PREFEITURA MUNICIPAL DE _____** **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM** SOLICITAÇÃO OFICIAL DE ANÁLISE - SOA				27. No DA SOA/ANO
28. PRODUTO			29. DATA DO ENVIO		30. No SIM
31. ANÁLISE(S) REQUERIDA(S)					
No DO LACRE:			No DO LACRE DAS CONTRAPROVAS:		
32. ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA					

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.

ANEXO 5.

COMBATE A FRAUDES

5.1 Objetivos

Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilite ao Serviço de Inspeção combater as fraudes garantindo a qualidade dos produtos de origem animal.

5.2 Aplicação

Aplica-se a todas as atividades de fiscalização realizadas pelo Serviço de Inspeção as quais tenham envolvimento direto ou indireto com o processo de produção de produtos destinados à alimentação.

5.3 Definições

Fraude alimentar: Comete-se fraude alimentar quando um alimento é deliberadamente produzido com a intenção de se obter lucro através do engano do consumidor.

Constitui fraude em alimentos as alterações, adulterações e falsificações realizadas com a intenção de obter maiores lucros. Essas alterações podem ser feitas através de processos que visam atribuir aos produtos qualidades e requisitos que não possuem ou ocultar más condições estruturais e/ou sanitárias deles.

A Indústria é responsável pela qualidade dos processos e produtos através dos programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelos estabelecimentos, visando assegurar a qualidade higiênico-sanitária de seus produtos (BPF - Portaria MAPA nº. 368/1997, PPHO - Resolução nº. 10/2003 DIPOA/SDA).

5.4 Usuários Principais

Fiscais do Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

5.5 Procedimento

Para o controle e combate às fraudes nos produtos de origem animal, são utilizados métodos, como coleta de amostra de produtos para análise físico-química, verificação do controle de formulação dos produtos, verificação da aferição de peso, inspeções e fiscalizações de rotina, supervisões, ações de combate às atividades clandestinas de obtenção, comércio e desenvolvimento de atividades de educação sanitária.

5.5.1 Análises Físico Químicas

Produtos acabados são coletados e enviados aos laboratórios para a realização de análises físico-químicas, através do cronograma estabelecido no programa de trabalho do fiscal do SIM.

5.5.2 Verificação do Controle de Formulação

A verificação do controle de formulação é realizada como forma de evitar adulterações quanto aos ingredientes e matérias primas utilizadas na fabricação (Modelo 6.8.1). A verificação do controle de formulação deve ser realizada conforme o cronograma estabelecido no Programa de Trabalho anual do SIM. A formulação deve ser a mesma aprovada pelo SIM.

5.5.3 Verificação da Aferição de Peso e Volume
Somente utilizada para produtos com peso líquido (pré-medidos) ou volume líquido, pesando no mínimo 5 (cinco) amostras de um mesmo produto por verificação, buscando-se verificar se o peso declarado no rótulo condiz com o verificado in loco (Modelo 5.8.2). O controle de aferição de peso/volume deve ser realizado conforme o cronograma estabelecido no Programa de Trabalho anual do SIM.

5.5.4 Outros Métodos de Combate à Fraude
Também são avaliados os métodos de controle de rastreabilidade da empresa, conforme o PAC referente do estabelecimento.
Durante as fiscalizações de rotina ou supervisões são avaliadas a procedência e integridade da matéria prima, data de validade dos produtos e insumos, conservação dos rótulos, embalagens e etiquetas.

5.6 Ações Fiscais

5.6.1 Desvio de Análises Físico Químicas
- Procedimento descrito no Anexo 4.

5.6.2 Desvio na Formulação dos Produtos, Aferição do Peso, entre outros
- Avaliar o programa de autocontrole da empresa verificando se está prevista ação em caso de desvio;
- Apreensão do lote eou rotulagem;
- Lavrar Relatório de Não Conformidade (RNC), e nos casos em que o desvio possa lesar o consumidor deve ser lavrado auto de Infração, ou interdição ou suspensão.

5.7 Regime Especial de Fiscalização (REF)
Regime Especial de Fiscalização (REF) é o conjunto de procedimentos a que serão submetidas às empresas registradas junto ao SIM/POA, em caso de reincidência nas violações das normas de industrialização dos produtos de origem animal, os quais caracterizem fraude, falsificação, adulteração, violação dos parâmetros microbiológicos ou outras situações que julgar necessário.
Para esta finalidade é considerada reincidência a verificação de não conformidades a partir do segundo resultado seguido insatisfatório do mesmo parâmetro para o mesmo produto, comprovados através de análises oficiais microbiológicas, ou físico químicas, ou comprovação de suspeitas de alteração.

5.7.1 Implantação do REF
A implantação do REF se dará mediante comunicação do SIM a empresa e após a lavratura do auto de infração, nos casos em que não tenha sido aplicado anteriormente, seguida da aplicação de uma ou mais medidas a seguir, definidas pelo SIM:
Interdição parcial ou total do estabelecimento, através de auto de interdição conforme Anexo 7, Modelo 7.5.1;
Apreensão dos produtos, embalagens e rótulos em estoque, através do auto de apreensão conforme Anexo 7, Modelo 7.5.2;
Suspensão da expedição e comercialização do produto ou da produção, através de ofício;
Apreensão dos lotes envolvidos e solicitação de ações corretivas e recolhimento, conforme descrito no Programa de Autocontrole da empresa;
Lacração das instalações e/ou equipamentos;
Acompanhamento fiscal do(s) processo(s) de fabricação do(s) produto(s);
Outras medidas corretivas, a juízo do SIM de acordo com a não conformidade detectada nos termos da legislação.

5.7.2 Finalização do REF
A finalização do REF se dará mediante:
Apresentação de resultado satisfatório de 3 (três) lotes consecutivos compostos por 05 amostra de cada lote. A coleta das amostras deve ser realizada pelo fiscal do SIM. Os lotes produzidos devem ficar sequestrados até o recebimento dos laudos destes lotes;
A comercialização dos lotes produzidos com resultado satisfatório durante o REF deve ser autorizada pelo fiscal do SIM após o recebimento do laudo.
A finalização do REF será formalizada com a conclusão do processo pelo fiscal do SIM, através de ofício emitido pelo SIM.
A reincidência acarretará novo estado de REF, independente das demais sanções previstas na legislação vigente e a critério do SIM/POA.
5.8 Modelos

MODELO 5.8.1 – VERIFICAÇÃO DO CONTROLE DE FORMULAÇÃO DE PRODUTOS

Realizado pelo responsável pelo serviço de inspeção. O controle de todos os produtos deve ser realizado durante o ano. Quando for constatada não conformidade, um relatório de não conformidade (RNC) deve ser preenchido.
Estabelecimento: Registro no SIM:
Produto: No Registro:
Data: Responsável:

Ingredientes	Quantidade (kg ou L)	%

Atende o RTIQ do Produto: C ( ) NC ( ) NA ( )
Conforme memorial de registro do produto: C ( ) NC ( ) NA ( )
Os mix utilizados apresentam a composição declarada no registro do produto:
C ( ) NC ( ) NA ( )
C: conforme; NC: não conforme; NA: não se aplica
Observações:

Fiscal do SIM/POA

MODELO 5.8.2 – CONTROLE DE AFERIÇÃO DE PESO
Aferição do peso líquido: pesando no mínimo 5 (cinco) amostras de um mesmo produto por verificação, buscando examinar se o peso descrito condiz com o verificado. Quando constatar não conformidade, preencher um Relatório de Não conformidade (RNC).
Estabelecimento: Registro no SIM:
Data: Responsável:

Data	Produto	Peso Bruto	Peso Líquido	Peso da Embalagem ou Recipiente	C/NC/NA

C: conforme; NC: não conforme; NA: não se aplica

Fiscal do SIM/POA

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 6.
PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE

6.1 Objetivos
Estabelecer um procedimento que possibilite aos estabelecimentos
sob fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal – SIM a implantar
e executar, de forma compulsória, os autocontroles como pré-requisitos para seu registro no serviço de inspeção municipal.
Estabelecer um procedimento operacional padrão de verificação oficial dos programas de autocontrole que contemplam a verificação local e documental pelo fiscal do SIM.

6.2 Definição
Os programas de autocontrole – PAC, são usados para se ter um controle do processo de produção. São procedimentos que se fundamentam na inspeção contínua e sistemática de todos os fatores que, de alguma forma, podem interferir na qualidade higiênico-sanitária dos produtos expostos ao consumo da população. São programas descritos pelo estabelecimento com o objetivo de esclarecer a forma para garantir o cumprimento das BPF, além de outros controles necessários para cada tipo de estabelecimento. Os PAC são o instrumento de gerenciamento de todo o processo de produção voltados para a sanidade e qualidade.

6.3 Usuários Principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico e fiscal do SIM.

6.4 Procedimentos Gerais
Os autocontroles determinados para os estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal compreendem os principais procedimentos das Boas Práticas de Fabricação – BPF e Procedimentos Padronizados de Higiene Operacional – PPHO.
Todo processo de produção é composto de diversos subprocessos, os quais influenciam na qualidade do produto final. Segundo a Norma Interna DIPOA/SDA no 1/2017, empresas de produtos de origem animal devem implementar, executar e ser submetidos rotineiramente a verificações, avaliações e revisões dos seguintes Programas de Autocontroles:
Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração);
Água de Abastecimento
Controle Integrado de Pragas

Higiene Industrial e Operacional
Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários
Procedimentos Sanitários Operacionais
Controle da matéria-prima (inclusive aquelas destinadas ao aproveitamento condicional), ingrediente e material de embalagem
Controle de temperaturas
Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
Análises laboratoriais (Programas de autocontrole)
Controle de formulação de produtos e combate à fraude
Rastreabilidade e recolhimento
Bem-estar animal
Identificação, remoção, segregação e destinação do material especificado de risco (MER)
As agroindústrias integrantes do SIM devem desenvolver e implantar os elementos mínimos elencados em Portaria que estabelece os requisitos e critérios para adesão dos Municípios ou Consórcio de Municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com atenção especial à Agricultura Familiar e de Pequeno Porte no Estado do Paraná – SUASA-SUSAF-PR, destacados no Anexo 1 (Modelo 1.6.2). O SIM deve definir, junto as agroindústrias, cronograma para a implementação dos demais autocontroles.
Os autocontroles devem constar em documentos que expliquem como são realizados os procedimentos de recepção até a expedição. Devem ser descritas as frequências de monitoramento e como os mesmos são feitos, quais as atitudes a serem tomadas quando ocorrerem desvios dos limites, condições e situações aceitáveis e quem são os responsáveis por tais monitoramentos. Nos autocontroles de todas as etapas dos processos industriais deve-se responder às seguintes questões: O que monitorar? Quando monitorar? Como monitorar? Quem monitorar? Ou seja, deve-se identificar a ação/atividade, qual ou quais as pessoas envolvidas e responsáveis por elas, como serão realizadas, em quais locais e em que tempo/etapa do processo produtivo/industrial. Devem ser criados formulários ou planilhas de controles para uso nas verificações e monitoramentos. Os erros feitos durante o seu preenchimento devem ser corrigidos de forma que o Serviço de Inspeção possa identificar o que foi escrito errado e a consequente correção.
Os procedimentos de autocontrole devem ser descritos em forma de documentos auditáveis e praticáveis pelas empresas, conforme estrutura de Programa de Autocontrole (Modelo 67.5.1).
Quando houver mudanças estruturais, operacionais ou de fluxograma, o PAC deve ser atualizado.

6.4.1 Implantação dos Programas de Autocontrole pelos Estabelecimentos

1	**Manutenção (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração)**

Objetivo geral
Garantir que as instalações, equipamentos e seus utensílios estão localizados, projetados e construídos de forma a permitir a fácil manutenção e higienização, e funcionam de acordo com o uso pretendido e de forma a minimizar a contaminação cruzada, estão em condição sanitária e de operação e tecnicamente confiável.
Estabelecer procedimentos de:
Manutenção de setores com equipamentos, instalações e utensílios incluindo forro, paredes, piso, drenos e outras estruturas eventualmente presentes;
Iluminação natural ou artificial com intensidade suficiente, de acordo com a natureza da operação, inclusive nos pontos de inspeção ou reinspeção.
Ventilação natural ou mecânica de forma a minimizar a contaminação por meio do ar, controlar a temperatura ambiente, a umidade e os odores que possam afetar os produtos de origem animal e impedir que o ar flua de áreas contaminadas para áreas limpas, bem como impeça a formação de condensação.
Sistema de recolhimento de águas residuais que facilite o recolhimento e capaz de drenar o volume produzido, bem como se é capaz de prevenir eventuais refluxos de água que possam contaminar a rede de abastecimento de água potável.
Calibração ou aferição de instrumentos ou equipamentos, que garantam seu funcionamento de acordo com o uso pretendido e se estão devidamente identificados.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
A natureza das instalações como, por exemplo, forro, teto, paredes, pisos, portas, janelas e outros pertinentes das áreas internas e externas;
A natureza dos equipamentos e utensílios;
Os tipos de manutenção preventiva e corretiva de instalações e equipamentos;
A localização, do tipo de iluminação (natural e artificial) e da constituição das luminárias, incluindo a forma de proteção em todos os setores, quando necessário;
A intensidade (em lux) da iluminação, frequência e modo de avaliação, quando necessário;
O sistema de ventilação incluindo os métodos utilizados para prevenção e controle visando evitar a formação de vapores, condensação e gelo incluindo, quando aplicável, janelas, telas, cortinas de ar, cortinas de plástico (PVC transparente) e exaustores em todos os setores;
A previsão da formação de vapores, condensações e gelo em áreas específicas e o controle para evitar alteração das matérias-primas e produtos;
O sistema de drenagem das águas residuais contemplando ralos, canaletas, declividade do piso e fluxo das águas servidas;
Os métodos utilizados para prevenção e controle visando evitar a formação de água residual, presença de resíduos sólidos e o refluxo de gases no piso e nos equipamentos.
O conceito de calibração e aferição;

Como ocorre a identificação de todos os instrumentos de controle utilizados, as respectivas faixas de uso, os desvios aceitáveis e a frequência de aferição e calibração;
O procedimento de aferição e calibração dos instrumentos.

2	Água de Abastecimento

Objetivo geral
Estabelecer procedimento de controle da água de abastecimento utilizada nos processos de limpeza e sanitização de instalações, equipamentos e utensílios, que, em diversas situações, suas superfícies entram em contato com as matérias-primas, produtos e embalagens, além de muitas vezes participar na diluição de ingredientes e aditivos, servindo de veículo. O controle da qualidade da água utilizada pelos estabelecimentos é fundamental para os processos fabris garantirem inocuidade.
Garantir a disponibilidade de água potável para o desenvolvimento de suas atividades, com instalações adequadas para seu armazenamento e distribuição. Observando se dispõem de água em quantidade e qualidade suficiente às suas necessidades de limpeza e sanitização, também para o preparo de soluções utilizadas nos processos produtivos e nas análises laboratoriais de controle de processos, devendo ainda, atender à legislação vigente do órgão competente.
Manter a potabilidade da água utilizada em todos os processos realizados no estabelecimento, com identificação dos pontos de coleta de água e mensuração do cloro residual livre e pH. Para garantia do processo, periodicamente, os estabelecimentos devem analisar a água coletada na rede de distribuição.
Descrever o tipo de fonte de água de abastecimento, se fonte própria (manancial de superfície e /ou subterrâneo) ou rede pública. Neste caso, deve-se conhecer a bacia de captação da água, identificando-se possíveis fontes causadoras de poluição, como outras indústrias, atividades agrícolas e o consequente uso de agrotóxicos, etc. Com base nessas informações, a empresa determina a frequência das análises de controle e seu monitoramento.
Quando a origem da água é a rede pública de abastecimento, por sofrer tratamento em estação própria à finalidade, os estabelecimentos devem dar atenção ao seu armazenamento e distribuição, procurando identificar falhas que possam levar à sua contaminação.
Quando necessário, descrever o método de cloração da água, a qual pode ser feita de forma automática, através de cloradores eletrônicos ou por pastilhas, com dispositivos de alerta sonoro e/ou visual que sejam acionados quando ocorrerem problemas de funcionamento. Descrever a frequência da realização de análises da água de abastecimento como parte de seus autocontroles. A quantidade de cloro e pH deve ser de acordo coma legislação vigente. Quando a cloração da água se fizer necessária, o monitoramento do cloro residual livre torna-se também obrigatório, com frequência mínima diária, podendo ser maior, conforme a especificidade de cada estabelecimento e produção.
Para evitar possíveis acúmulos de contaminações nos locais onde a água fica estagnada deve ser avaliado se a rede hidráulica, é projetada, construída e mantida de forma a não apresentar pontos de pressão negativa no sistema, evitando-se a entrada de contaminações por sucção quando da ruptura de tubulações. Nos casos em que isso seja impossível, devem ser instalados dispositivos eliminadores de vácuo, mantendo a pressão interna das tubulações sempre positiva.
Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
O sistema de captação de água de abastecimento, contemplando tipo de fonte, vazão, quantidade de reservatórios, capacidade;
Os métodos utilizados para o tratamento da água de abastecimento;
Como é realizada a identificação de todos os pontos de água do estabelecimento;
O procedimento de mensuração do cloro residual livre e pH;
O procedimento de higienização dos reservatórios de água e gelo;
O procedimento de coleta, da periodicidade e dos materiais necessários para envio de amostras de água de abastecimento e gelo para análise microbiológica e físico-química.

3	Controle Integrado de Pragas

Objetivo geral
Evitar a formação de condições que favoreçam o desenvolvimento/alojamento de insetos e roedores, além de evitar que tais pragas tenham acesso às áreas industriais.
Descrever se as áreas externas são mantidas livres de acúmulos de água, resíduos de alimentos, se não apresentam situações ou locais que possam servir de abrigos para insetos e roedores, assim como situações que propiciem a reprodução destes.
Garantir que as armadilhas luminosas para atrair insetos estão instaladas em locais que não sejam visíveis da área externa das indústrias, não sendo recomendada sua instalação nas dependências em que sejam manipulados ou armazenados matérias-primas, ingredientes, embalagens e produtos.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Como é realizado o monitoramento do ambiente interno e externo visando identificar condições favoráveis ao abrigo ou proliferação de pragas;
As armadilhas (portas iscas, iscas luminosas, entre outros) e barreiras físicas contra o acesso de pragas instaladas no estabelecimento;
A identificação do mapa de iscas (porta iscas numerados com mapa de armadilhas e layout da empresa);
A frequência do monitoramento do controle;

Os produtos químicos utilizados no estabelecimento devidamente registrados em órgão competente, constando indicação de uso. Caso a empresa possua prestação de serviço terceirizado, a mesma deverá apresentar a descrição no próprio manual.

4	**Higiene Industrial e Operacional**

Objetivo Geral
Descrever os procedimentos padronizados de higiene operacional - PPHO de forma a estabelecer uma rotina de ações para evitar a contaminação direta ou cruzada e alterações indesejadas nas matérias-primas e produtos, preservando suas qualidades originais antes, durante e depois das operações industriais.
Evitar qualquer tipo de contaminação nas matérias-primas e produtos, causadas pelo contato com superfícies de equipamentos, utensílios, instrumentos e manipuladores.
Garantir que o ambiente está sob controle, diminuindo os riscos de contaminações e garantindo a inocuidade de suas matérias-primas e produtos, através de procedimentos pré-operacionais de limpeza e sanitização.
Descrever como é o controle do monitoramento dos procedimentos padronizados de higiene pré-operacional (PPHO pré-operacional) e são realizados logo após o término da limpeza, e se os monitoramentos dos procedimentos operacionais (PPHO operacional) são realizados durante a produção ou nos intervalos de almoço ou troca de turno de trabalho.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
O conceito de higienização pré-operacional e operacional;
A frequência do procedimento pré-operacional, contemplando as etapas de limpeza e desinfecção de todos os setores, equipamentos e utensílios. Os procedimentos de higienização descritos no programa devem prever a metodologia empregada e suas etapas, material utilizado, tempo de contato, tipo e concentração dos agentes saneantes;
A frequência do procedimento operacional, contemplando as etapas de limpeza e desinfecção dos setores, equipamentos e utensílios. Os procedimentos de higienização descritos no programa devem prever a metodologia empregada e suas etapas, material utilizado, tempo de contato, tipo e concentração dos agentes saneantes;
Como os produtos químicos e utensílios utilizados são armazenados e identificados e separados das áreas de manipulação de alimentos;
A lista atualizada de todos os produtos químicos utilizados no estabelecimento, devidamente aprovados pelos órgãos competentes para indústria de alimentos, especificando princípio ativo, finalidade, concentração, diluição e forma de uso, com apresentação da ficha técnica dos produtos químicos utilizados.

5	**Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários**

Objetivo Geral
Garantir que todas as pessoas, ao sair dos vestiários e sanitários e ao adentrarem às áreas de produção, além disso, sempre que necessário, realizem a antissepsia ou lavagem seguida de desinfecção das mãos e antebraços. Para isso, em cada local citado, devem estar instaladas torneiras e pias com sabão líquido antisséptico ou sabão líquido neutro e produto desinfetante para mãos, papel toalha não reciclado e lixeira com tampa sem acionamento manual ou secador automático, em número suficiente, devendo elas estar posicionadas estrategicamente.
Nas entradas às áreas de produção, deve-se também garantir equipamentos para a higiene de botas, quando necessário, ou áreas para a troca e guarda de calçados, quando a atividade assim permitir.
Descrever o procedimento de lavagem das mãos, prevendo-se situações em que seja necessário o uso de luvas. Quando do uso destas, além das mãos e antebraços, também elas devem ser objeto de lavagem e desinfecção. Todas as pessoas, que de uma forma ou outra, estejam envolvidas na recepção, processamento, industrialização, transformação, embalagem, armazenagem, carregamento e transporte, devem manter a higiene adequada.
Garantir que os hábitos higiênicos do pessoal sejam adequados, não podendo os manipuladores: espirrar, tossir, falar sobre matérias-primas e produtos de origem animal, nem coçar ou tocar em locais contraindicados, dessa forma, diminuindo o risco de contaminações de matérias-primas e produtos de origem animal.
Descrever se o uniforme do pessoal é de cor clara, com frequência definida de troca se houver necessidade e naqueles casos em que ocorra a contaminação do mesmo, de forma a evitar a contaminação cruzada com matérias-primas, embalagens e produtos. Nas ocasiões em que outros dispositivos precisam ser utilizados para evitar essa contaminação, como, por exemplo, o uso de aventais, deve haver essa previsão nos autocontroles.
Nos casos em que um mesmo operário, quando factível, trabalhe numa área suja e numa área limpa, como, por exemplo, recepção e produção, a troca de uniformes é imprescindível, cada vez que o mesmo entre na área de produção, assim sendo para a lavagem e desinfecção das mãos e antebraços.
Avaliar a saúde dos operários, devendo os mesmos só serem admitidos nas áreas de manipulação de matérias-primas e produtos, depois da apresentação da carteira de saúde ou atestado de saúde ocupacional, devendo constar a expressão “apto a manipular alimentos”.
Quando da presença de doenças infecciosas, feridas abertas, lesões purulentas, ou quando o operário for portador inaparente ou assintomático de doença ou agente causador de Doença Transmitida por Alimentos (DTA), ou outra fonte de contaminação, que possam causar risco à saúde, deve ele ser afastado da função até enquanto o risco persista. Os documentos de controle da saúde dos operários devem estar à disposição do SIM, devendo os estabelecimentos ter planilhas de controle, onde conste a relação dos funcionários, a data de renovação dos exames médicos e consequentemente da carteira ou atestado de saúde.
Procedimento descrito quanto aos treinamentos dos funcionários contemplando os assuntos abordados. As empresas também devem treiná-los no desempenho dos monitoramentos e das verificações dos autocontroles e de seus registros, na tomada de decisões quando da ocorrência de desvios dos programas, assim como para terem ciência de sua importância para o cumprimento das metas. Todos esses treinamentos e registros devem constar nos autocontroles.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:

As boas práticas de manipulação e fabricação pelos manipuladores, abordando correta higienização de mãos e antebraços, luvas, botas e uniformes;
Os uniformes, contemplando composição, cor (setor/função), frequência de troca, lavagem, uso de materiais descartáveis (luvas, avental, máscara e outros) e local de guarda;
O controle de saúde dos manipuladores (atestado ou carteira de saúde com a informação de apto a manipular alimentos) que trabalhem ou circulem em áreas de manipulação, contemplando a relação de todos os funcionários e o prazo de validade do exame;
As normas sanitárias para colaboradores e visitantes;
Os procedimentos de higiene e dos hábitos higiênicos dos manipuladores;
A frequência da capacitação sobre procedimentos de boas práticas de manipulação e fabricação, higiene e hábitos higiênicos para os colaboradores;
Os procedimentos e a frequência da capacitação para os monitoramentos e verificadores dos autocontroles;
Os procedimentos de prevenção de risco de contaminação direta ou cruzada dos alimentos quando na ocorrência de lesões, doenças, ou em casos de portadores de agentes de DTA.

6	**Procedimentos Sanitários Operacionais - PSO**

Objetivo Geral
Manter todas as superfícies de equipamentos, utensílios, instrumentos de trabalhos e outros, que entram em contato com matérias-primas e produtos, limpos e sanitizados. Manter as instalações, equipamentos, utensílios, instrumentos e outros, que não entram em contato direto com matérias-primas e produtos, mas que podem participar de alguma forma para que ocorra contaminação cruzada nestes, limpos e sanitizados na frequência necessária, de forma a mantê-los em condições higiênico-sanitárias satisfatórias.
Manter as matérias-primas e produtos de origem animal protegidos de qualquer tipo de alterações durante as recepções, os processamentos, manipulações, armazenamentos, carregamentos, transbordos e transportes, devendo esses itens constar nos autocontroles dos estabelecimentos. Descrever se na recepção das matérias-primas existem cuidados para que as mesmas não sejam contaminadas e se as matérias-primas e produtos são separados entre eles de forma correta e de acordo com sua natureza, temperatura e embalagens e se são identificados.
Estabelecer procedimento de prevenção quando durante as manipulações e processamentos ocorrerem contaminações cruzadas, evitando acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando contra fluxos.
Manter os veículos transportadores de matérias-primas e produtos projetados, construídos e mantidos em condições higiênico-sanitárias e com temperatura para transporte adequada, apresentando-se com paredes lisas, de fácil limpeza, totalmente vedadas, de maneira a não permitir a entrada de pragas, poeiras e outros contaminantes e a saída de líquidos.
Manter os equipamentos de geração de frio e de controle de temperatura dos veículos transportadores de matérias primas e produtos funcionando de maneira correta.
Verificar se os produtos químicos utilizados nas limpezas, os sanitizantes, os coadjuvantes de fabricação e outros similares utilizados pelas indústrias, são preparados e armazenados de maneira que não sofram alterações nas suas condições ideais de uso, não alterem matérias-primas e produtos e não gerem situações que possam comprometer as boas condições higiênico-sanitárias das operações.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os procedimentos sanitários operacionais – PSO desde a recepção da matéria prima, produção e expedição;
A frequência e dos monitoramentos utilizados para controlar os procedimentos sanitários operacionais – PSO;
A capacitação sobre procedimentos sanitários operacionais, monitoramentos e das verificações dos autocontroles e de seus registros previsto em cronograma.

7	**Controle de Matéria Prima**

Objetivo Geral
Documentar os procedimentos de controle na recepção das matérias-primas, de forma a detalhar sua origem, as condições de armazenamento, a integridade das embalagens e recipientes, sua identificação, as temperaturas de armazenamento e as situações de risco de contaminação cruzada, sendo esses itens também aplicáveis aos ingredientes, e aos materiais das embalagens e rotulagem, quando for o caso.
Descrever os cuidados nos procedimentos de manipulação das matérias-primas durante as transferências para as diversas seções das indústrias, de forma a preservar a integridade das embalagens e recipientes, evitando a exposição do conteúdo, de forma a prevenir possíveis contaminações, verificando as condições de manutenção de estrados e prateleiras de depósito.
Controle da manutenção das embalagens, identificando situações em que elas possam sofrer contaminações físicas, químicas e/ou biológicas, devendo mantê-las em local limpo, seco, protegido de poeira, insetos, roedores, e de outras pragas, ou outras situações que possam gerar contaminações cruzadas ou alterações das matérias-primas, ingredientes e produtos. Manter as embalagens que entram em contato direto com os produtos armazenadas em local separado, de forma isolada e mantidas dentro de suas embalagens originais, protegidas de possíveis contaminações ambientais. As embalagens danificadas, perfuradas, rasgadas ou que de outra forma se apresentem inadequadas para uso, devem ser inutilizadas. As embalagens secundárias também devem ser armazenadas em local separado.
Quanto aos ingredientes, as indústrias devem armazená-los em local próprio para esse fim, isolados, devendo-os manter em suas embalagens originais e, quando houver necessidade de transferência para outras embalagens ou recipientes, devem ser retiradas quantidades suficientes apenas para seu uso no período imediato, sempre as mantendo em ambiente limpo, seco, protegido de poeiras, insetos e roedores e de outras condições que possam ocasionar contaminações e/ou alterações nas suas características originais. Os ingredientes devem ser registrados ou dispensados de registro, ainda, deve existir indicação de órgão oficial competente que respalde seu uso nas condições indicadas pelos estabelecimentos em seus autocontroles.
Os estabelecimentos que recebem leite como matéria-prima devem cumprir o que determina a Instrução Normativa no 77, de 26 de novembro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou outras normas que venham a substituí-la. Descrever o plano de qualificação de fornecedores de leite conforme o guia orientativo do MAPA e/ou Manual de qualidade do leite, dependendo do tipo do estabelecimento, com critérios para seleção e destinação da matéria prima de acordo com a legislação vigente, entre outros itens descritos na norma e em ofícios internos.

Descrever os procedimentos de rastreabilidade dos produtos, permitindo a recuperação do histórico, da aplicação ou da localização de uma atividade, ou um processo, ou um produto, ou uma organização, por meio de informações previamente registradas. Estabelecer os procedimentos de rastreabilidade dos produtos de origem animal, bem como da matéria-prima e ingredientes que lhe deram origem, em todas as etapas da produção e distribuição. Podem ser utilizados os Modelos de planilhas de controle de recepção de matéria prima (Modelo 6.5.2), produção (Modelo 6.5.3) e expedição (Modelo 6.5.4).

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os critérios utilizados para seleção dos fornecedores e cadastro de fornecedores;
As características observadas durante o recebimento da matéria prima, ingredientes e embalagens, constando a origem ou registro dos produtos em órgão competente, finalidade e instruções de uso;
O modo de armazenamento das embalagens, dos ingredientes e matérias primas;
Os cuidados com as embalagens dos ingredientes ou matéria prima, cujo conteúdo foi utilizado parcialmente, devendo estes ser mantidos fechados, identificados e armazenados em local adequado, respeitando a validade após aberto;
Os métodos de rastreabilidade e do controle de estoque.

8	**Controle de temperatura**

Objetivo Geral
Descrever as formas de controle da manutenção das temperaturas nos ambientes, de maneira que não se alterem as temperaturas das matérias primas, ingredientes e produtos.
Manter a temperatura ambiente controlada, para que não ocorram alterações nas matérias primas, ingredientes e produtos. Nas situações em que não existam equipamentos para registro constante das temperaturas, as mesmas devem ser controladas através de verificações/inspeções frequentes e consequentes registros de seu controle.
Avaliar se as temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação.
Estabelecer os mecanismos de controle da variação das temperaturas e mecanismos para identificar quando os mesmos não estejam funcionando de forma correta, de maneira que possam ser tomadas medidas corretivas o mais rápido possível, evitando situações que permitam alterações nas matérias primas, ingredientes e produtos.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Ambientes, equipamentos, operações e produtos / matérias primas que necessitem do controle de temperatura;
As frequências de todas as mensurações de temperaturas relacionadas ao controle do processo em todas as suas etapas.
Observação: é importante que as temperaturas obedeçam às legislações vigentes ou, na ausência destes, se são fundamentadas com base técnico-científica.

9	**Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC**

Objetivo Geral
Estabelecer um sistema de análise que identifica perigos específicos e medidas preventivas para seu controle, objetivando a segurança do alimento, e contemplando para a aplicação nas indústrias, os aspectos de garantia da qualidade e integridade econômica.
Estabelecer procedimentos de verificação dos Pontos Críticos de Controle – PCC. Baseia-se na prevenção, eliminação ou redução dos perigos em todas as etapas da cadeia produtiva.
Constitui-se de sete princípios básicos, a saber:
1. identificação do perigo e estabelecimento das medidas preventivas de controle;
2. identificação do ponto crítico de controle (PCC);
3. Estabelecimento do limite crítico;
Determinação dos procedimentos de:
4. Monitoramento;
5. Ações corretivas;
6. Verificação;
7. Registros.
A empresa deve fornecer as condições para que o Sistema de APPCC seja implantado e cumprido. Os procedimentos de controle da qualidade, baseados no APPCC, devem ser específicos para cada indústria, cada produto ou categoria.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
As etapas para elaboração e implantação do plano APPCC, conforme o Codex Alimentarius, normas ABNT ou internacionais, metodologia cientificamente reconhecida ou legislação vigente;
As formas de controle dos Pontos de Controle e dos Pontos Críticos de Controle levantados.

10	Análises Laboratoriais – Autocontrole

Objetivo Geral
Descrever a programação das coletas de amostras para cada produto, matéria prima e água de abastecimento para envio a laboratórios que realizam análises microbiológicas, físico-químicas e outras.
Manter o plano de amostragem atualizado, descrevendo quais as análises que serão realizadas e as frequências de coleta para monitoramento da qualidade e da inocuidade e também quais as atitudes a serem tomadas quando da identificação de resultados não conformes nessas análises, tudo isso de acordo com a legislação em vigor. Realizar análises nos próprios estabelecimentos, como é o caso das indústrias que recebem leite em natureza, devendo existir laboratórios aparelhados o suficiente para realização das análises mínimas necessárias e pessoas treinadas para tal.
Manter o manual de bancada atualizado, nos casos em que devam ser realizadas análises de monitoramento no próprio estabelecimento, contemplando o treinamento de todos os envolvidos nesse setor e suas reciclagens, assim como os registros das análises realizadas.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os produtos registrados e matérias primas e os tipos de análises a serem realizadas, estipulando a frequência e a quantidade de produtos a serem coletados conforme disposto nas legislações vigentes ou normas complementares;
Os requisitos de análises de água de abastecimento a serem realizadas, estipulando a frequência;
Cronograma de coleta de amostras;
Ações a serem adotadas frente a relatórios de ensaios não conformes.

11	Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude

Objetivo Geral
Apresentar a forma como os estabelecimentos monitoram e registram os procedimentos de controle de formulação dos produtos e suas frequências, as medidas preventivas para evitar que os mesmos sejam fabricados em desacordo com as fórmulas aprovadas e as medidas corretivas quando são verificadas essas situações.
Elaborar os produtos de acordo com os memoriais descritivos aprovados e manter os produtos fabricados de acordo com as formulações aprovadas.
Determinar o modo de controle sobre as formulações a fim de se obter produtos de acordo com a composição aprovada no memorial descritivo de rotulagem, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, prevenindo à fraude econômica.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os produtos formulados indicando lote e quantidade da matéria prima, ingredientes e aditivos que o compõe, bem como planilhas de controle de pesagem;
Procedimento de controle das fichas técnicas utilizadas nos produtos.

12	Rastreamento e Recolhimento

Objetivo Geral
Manter os procedimentos de rastreabilidade dos produtos de origem animal, bem como da matéria-prima e ingredientes que lhe deram origem, em todas as etapas da produção e distribuição.
A rastreabilidade pode ser realizada a partir do produto final elaborado até sua matéria-prima ou a partir da matéria-prima utilizada até o produto elaborado.
A avaliação da rastreabilidade deve ainda compreender as etapas de segurança definidas e validadas pelo estabelecimento no sentido de resguardar seu processo/produto do uso de matérias-primas não autorizadas ou habilitadas para determinado produto ou mercado.
O estabelecimento deve dispor de programa de recolhimento e, em caso de não conformidade detectada que motive o recolhimento, deve oferecer evidências de que a produção foi devidamente recolhida e se recebeu a destinação adequada.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os procedimentos que determinam os lotes dos produtos;
O processo de expedição dos produtos que asseguram sua rastreabilidade;
A composição da equipe de rastreamento e recolhimento;
A metodologia de rastreamento e recolhimento;
O destino dos produtos recolhidos;
A frequência de testes de rastreamento.

13	**Bem-Estar Animal**

Objetivo Geral
Estabelecer condições que evitem o sofrimento desnecessário dos animais destinados ao abate.
Estabelecer os procedimentos adotados referente ao transporte, desembarque, lotação, descanso, condução, imobilização/ contenção, insensibilização, sangria, escaldagem / esfola que atendam a legislação pertinente.

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever:
Os procedimentos de transporte, desembarque, lotação, jejum, descanso, condução, imobilização / contenção, insensibilização, sangria, escaldagem / esfola, de acordo com a legislação.

14	**Identificação, Remoção, Segregação e Destinação do Material Especificado de Risco (MER)**

Objetivo Geral
Estabelecer procedimentos adequados de produção para assegurar a efetiva identificação, remoção, segregação e inutilização dos produtos e partes animais especificados abaixo, contemplando medidas mitigadoras de contaminação cruzada e demais medidas corretivas e preventivas, caso constatados desvios, em conformidade com a legislação vigente: Portaria SDA n° 651/2022, Ofício Circular n° 67/2022/DAS/DAS/MAPA, e Ofício Circular n° 35/2022/CGI/DIPOA/DAS/MAPA:

ESPÉCIE	ÓRGÃOS, PARTES OU TECIDOS ANIMAIS	IDADE
Bovinos e bubalinos	Amígdalas (tonsilas palatinas e linguais) e Íleo distal (70 cm)	Qualquer
	Encéfalo, olhos e medula espinhal	Igual ou superior a 30 meses

Objetivos Específicos
O estabelecimento deve descrever os procedimentos operacionais relacionados aos MER, com registros diários auditáveis, contemplando:
Identificação, remoção e segregação dos MER durante o abate;
Registro da quantidade retirada por abate (correlação peso/n° de animais abatidos);
Inutilização mediante incineração, aterramento sanitário ou outro tratamento aprovado pelo órgão competente;
Medidas mitigadoras de contaminação cruzada e demais medidas preventivas e corretivas, caso constatados.

6.4.2 Verificação Oficial dos Autocontroles Implementados pelas Empresas
Os Serviços de Inspeção dos municípios passam a adotar, como atividade de rotina a verificação oficial da implantação e execução dos programas de autocontroles nas indústrias sob suas responsabilidades, de acordo com este anexo.
Para fiscalizar a execução dos autocontroles utilizam-se as chamadas áreas de inspeção. Através destas, inspeciona-se o processo de produção e verifica-se os registros de monitoramento dos programas de autocontrole feitos pelas empresas, devendo os fiscais do Serviço de Inspeção ter conhecimento prévio dos mesmos para a execução das tarefas.
A verificação dos registros deve focar ainda na sua autenticidade, devendo-se atentar para itens como a maneira que as informações são apresentadas, existência de rasuras, eventuais correções de informações.

6.4.2.1 As frequências da verificação oficial local, documental e os Modelos de planilhas a serem utilizados são os seguintes:

Verificação Oficial Local
A verificação oficial local no estabelecimento com inspeção periódica deverá ser feita em cem por cento das áreas, devendo-se observar a funcionalidade e a operacionalidade do estabelecimento. A frequência será mensal ou definida conforme cálculo do risco estimado associado ao estabelecimento, utilizando como referência o Manual para cálculo do risco estimado associado a estabelecimentos do MAPA que considera o volume de produção (a ser readequado para a realidade do SIM), o risco inerente ao produto e o desempenho do estabelecimento (https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/Inspe%C3%A7%C3%A3o-Animal/calculo_risco_estabelecimento_poa). A frequência da verificação oficial local nos estabelecimentos com inspeção permanente será mensal. Os registros das verificações devem ser anotados na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção Local e Documental (Modelo 6.5.5).
A fiscalização local pode seguir o fluxo da matéria-prima, iniciando-se pela área externa e sequencialmente voltando-se para as áreas internas do estabelecimento, desde a recepção de matérias primas e ingredientes até a e expedição dos produtos, avaliando-se todas as áreas contempladas nos memoriais e plantas arquitetônicas aprovados e processos de registro dos produtos fabricados, conforme a classificação do estabelecimento.
Para abatedouros o Serviço de Inspeção deve verificar as condições gerais de higiene antes do início de cada abate, o PPHO pré-operacional, para isso deve utilizar a planilha de Procedimentos Padronizados de Higiene Pré-operacional – PPHO (Liberação de abate) (Modelo 6.5.6).

Verificação Oficial Documental
A verificação oficial documental no estabelecimento com inspeção permanente deverá ser feita com frequência mínima, trimestral, de modo que todos os elementos de controle sejam verificados pelo fiscal, no mínimo uma vez ao ano.

Para estabelecimento com inspeção periódica, os elementos de controle deverão ser verificados na mesma frequência de fiscalização, de modo que que todos os elementos de controle sejam verificados pelo fiscal, no mínimo uma vez ao ano.
Os registros das verificações devem ser anotados na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção Local e Documental (Modelo 6.5.5).
A verificação oficial documental consiste em ponderar se os registros da empresa refletem as situações encontradas pelo serviço de inspeção quando da fiscalização. No entanto, o fiscal de inspeção deve ter conhecimento do conteúdo do programa de autocontrole da empresa para fins de auxiliar no diagnóstico das não conformidades constatadas (por exemplo: programa de autocontrole incompleto, não conformidades de monitoramento, não conformidades de registro, não conformidades na execução de medidas corretivas e correta destinação de produtos no caso de identificação de não conformidades).
Essa fiscalização deverá ser realizada conforme programa de trabalho do SIM e os registros das mesmas devem ser feitos na Planilha de Verificação Oficial das Áreas de Inspeção In Loco e Documental (Modelo 6.5.5).

6.4.2.2 Os procedimentos adotados pelos fiscais nas verificações oficiais locais estão descritos a seguir.

Verificação Oficial da Manutenção
Na fiscalização da manutenção, que inclui instalações, equipamentos e utensílios, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
As instalações estão de acordo com o projeto aprovado;
Forro, teto, paredes e piso são de material durável, impermeável e de fácil higienização e se há necessidade de reparos;
A vedação das aberturas (portas, janelas, etc.), e outros fatores podem prejudicar as condições higiênico-sanitárias do processo produtivo;
Os locais de manipulação, de processamento, de estocagem de matérias primas e produtos comestíveis são isolados dos produtos não comestíveis;
Os locais onde são manipulados matérias-primas e produtos acabados, nas diferentes fases da produção, são isolados uns dos outros, de forma a prevenir/reduzir contaminações de uns para outros;
As instalações (estruturas, salas, depósitos) são mantidas em condições aceitáveis e se suas dimensões são compatíveis com as atividades nelas desenvolvidas;
A empresa executa as manutenções preventivas e corretivas de acordo com o descrito no programa;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa.
Os equipamentos e utensílios foram projetados e construídos de maneira a facilitar sua limpeza/sanitização e se não causam alterações às matérias-primas/produtos quando do seu uso nas respectivas atividades laborais;
Os equipamentos são fáceis de desmontar e se a empresa o faz na frequência prevista para limpeza/sanitização;
Os equipamentos foram instalados em locais que permita ao Serviço de Inspeção avaliar as condições sanitárias;
Os equipamentos precisam de reparos, dando atenção às superfícies que entram em contato com as matérias-primas e alimentos;
Equipamentos/utensílios usados no armazenamento de não comestíveis são instalados/operados de maneira tal, que não exista risco de contaminação cruzada para as matérias primas e produtos em fabricação ou acabados e se os mesmos estão identificados como de uso exclusivo para não comestíveis;
Existem desgastes nos equipamentos que comprometem a eficiência da limpeza;
O acabamento, a natureza das soldas e os materiais constituintes dos mesmos podem alterar as matérias-primas e os produtos acabados;
Os equipamentos ou utensílios são passíveis de transferência de resíduos e odores às matérias-primas e produtos e se os lubrificantes utilizados são apropriados à situação.

Na fiscalização da manutenção, que inclui vestiários, sanitários e barreiras sanitárias, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Há ausência de comunicação direta com seções de matérias-primas e produtos comestíveis;
São em número suficiente e tem dimensões adequadas às necessidades;
Foram projetados e construídos de forma a permitir boa manutenção das condições higiênico-sanitárias das instalações;
As condições higiênicas são mantidas nessas instalações;
As barreiras sanitárias estão adequadas, com os equipamentos e dispositivos necessários para a higienização dos calçados e mãos (detergente líquido neutro e sanitizante ou antisséptico, toalhas de papel descartável, não reciclado ou outro sistema seguro para a secagem das mãos), água potável de fluxo contínuo, sem torneiras com fechamento manual e se estas higienizações são realizadas na forma e na frequência adequadas;
Os uniformes são trocados nos vestiários de forma correta e na frequência adequada e especificada pelos estabelecimentos;
Existe separação entre as roupas civis e as de uso industrial;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui o sistema de iluminação, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Existe iluminação nas diferentes áreas da indústria;
A cor e a intensidade da luz são adequadas, se permitem boa avaliação das condições higiênico-sanitárias das instalações, equipamentos, utensílios, matérias-primas e produtos;
As luminárias são dispostas de forma a fornecer iluminação uniforme, sem que haja formação de zonas de sombra;
Todas as luminárias são providas de protetores contra a quebra das lâmpadas ou dotadas de lâmpadas não explosivas;
Nas áreas obrigatórias é previsto o monitoramento dos LUX;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;

A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui águas residuais, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Todo o volume de águas residuais é drenado;
Na recolha das águas residuais, estas não entram em contato com a água de abastecimento;
As águas residuais não contaminam equipamentos e utensílios;
As instalações foram projetadas e construídas facilitando o recolhimento das águas utilizadas;
Quando houver possibilidade de contaminação da água de abastecimento pelas águas residuais, existem dispositivos que previnam tal situação;
As águas residuais se deslocam em contra fluxo em relação à produção, quando descarregadas diretamente no piso;
Os ralos da indústria possuem sifões evitando o refluxo;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Na fiscalização da manutenção, que inclui calibração e aferição de instrumentos, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Os instrumentos de controle de processos estão identificados;
Há registro da última e data prevista para a próxima aferição ou calibração;
Há assinatura do responsável pela aferição ou calibração na etiqueta de identificação ou outra forma que a substitua;
O cronograma de calibração e aferição está sendo cumprido, ou seja, se as calibrações e aferições são realizadas na forma e frequência descritas;
Quando ocorrem desvios, são tomadas as devidas ações corretivas e preventivas;
A empresa define qual o desvio aceitável dentro da faixa de uso do instrumento/equipamento;
Quando for o caso, as calibrações são realizadas em instituições especializadas e credenciadas por órgão regulador competente e se existem documentos que comprovem tais calibrações.

Verificação Oficial da Água de Abastecimento
Na fiscalização do controle da captação, tratamento e distribuição da água de abastecimento, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Os reservatórios apresentam-se em condições higiênico-sanitárias adequadas;
As redes de alimentação e distribuição de água da indústria estão de acordo com o que foi projetado e aprovado e se os pontos de coleta de água estão identificados;
Existem eliminadores de vácuo, quando necessários e se existem fins de linhas bloqueados;
A água tem pressão e temperatura adequadas nas diferentes áreas de manipulação, processamento de matérias-primas, produtos e demais setores da indústria;
Quando da existência de recirculação de água, como no uso de trocadores de calor, a mesma mantém suas características originais de qualidade;
Quando há água de reuso esta é mantida livre de patógenos e coliformes fecais;
O volume de água tratada é suficiente para a demanda das indústrias;
O teor de CRL e pH apresenta-se em níveis adequados;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial do Controle Integrado de Pragas
Na fiscalização do controle integrado de pragas o Serviço de Inspeção deve verificar:
O ambiente externo, de forma a identificar a existência de condições que favoreçam ao abrigo ou à reprodução de pragas;
As áreas internas, buscando indícios da presença de pragas;
Se, quando o controle de pragas for realizado por empresa terceirizada, verificar o licenciamento da mesma junto ao órgão competente;
Verificar se os produtos químicos usados no controle das pragas estão autorizados para tal e se o armazenamento dessas substâncias é feito em local e forma adequada e se há controle restrito das mesmas nas indústrias;
Verificar se a empresa terceirizada realiza as visitas nas frequências previstas;
Se há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
Se a empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial Higiene Industrial e Operacional
Na fiscalização do PPHO – limpeza e sanitização pré-operacional – o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Os estabelecimentos executam os procedimentos de limpeza e sanitização pré e operacionais previstos nos autocontroles;
Não existam resíduos de matérias-primas e produtos e/ou equipamentos contaminados após as operações de limpeza e sanitização;
Há previsão de monitoramentos diários nos autocontroles e de que os mesmos sejam cumpridos;

Quando ocorrer contaminações ou outro tipo de alteração de matérias-primas e produtos, são tomadas ações corretivas de forma a restaurar as condições sanitárias ideais e que sejam adotadas também ações preventivas;
Há compatibilidade entre os registros de monitoramento e a situação da empresa;
A empresa executa os procedimentos de acordo com o descrito no programa.

Verificação Oficial da Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários
Na fiscalização do controle da higiene, hábitos higiênicos, treinamentos e saúde dos operários, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
O pessoal que trabalha, direta ou indiretamente com matérias-primas e produtos, em qualquer fase do processo de produção/fabricação obedecem as práticas higiênicas para que não causem alterações em matérias-primas e produtos;
Assiduamente, os operários exercitam lavagem e desinfecção das mãos e antebraços antes de entrarem nas áreas de manipulação e se a higiene corporal e outros aspectos relacionados a ela são praticados de forma rotineira;
Os uniformes utilizados apresentam-se limpos e se são trocados e utilizados nas áreas e períodos previstos e restritos às respectivas atividades;
Nos casos aceitáveis, os operários que trabalham em diversas áreas das indústrias procedem à troca de uniformes antes de adentrarem às chamadas “áreas limpas”;
Os verificadores e monitores dos autocontroles têm conhecimento sobre as funções que executam e se estão capacitados para realizá-las;
Na descrição dos autocontroles de treinamento dos funcionários são previstos/descritos procedimentos de treinamentos que abordem assuntos relacionados a garantir a inocuidade das matérias-primas e produtos e se os mesmos são satisfatórios para tal;
Os funcionários recebem treinamentos nas frequências previstas, se os mesmos são adequadas e se existem registros desses treinamentos;
Todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente com matérias-primas e produtos de origem animal, dentro das áreas industriais, possuem atestados ou carteiras de saúde que comprovem estarem habilitados a manipular alimentos.

Verificação Oficial dos Procedimentos Sanitários Operacionais - PSO
Na fiscalização dos procedimentos sanitários das operações - PSO o Serviço de Inspeção deve verificar se:
Na recepção das matérias-primas existem cuidados para que as mesmas não sejam contaminadas;
Durante as manipulações e processamentos existem cuidados de forma a prevenir contaminações cruzadas, evitando-se desnecessários acúmulos de embalagens, de matérias-primas e produtos, evitando-se contra fluxos;
As matérias-primas e produtos são separados entre eles de forma correta e de acordo com sua natureza, temperatura e embalagens e se são identificados;
Todas as superfícies dos equipamentos, utensílios e instrumentos, que entram em contato com matérias-primas e produtos são mantidas em condições adequadas de limpeza e sanitização, de forma que não existam condições higiênico-sanitárias inadequadas que possam causar situações de risco para os mesmos;
Os equipamentos, utensílios, instrumentos e outros afins, como por exemplo, torneiras, mangueiras, válvulas de controle de fluxo, que não entram em contato com matérias-primas, ingredientes e produtos, são mantidos em condições higiênicas;
Os agentes de limpeza, sanitizantes e produtos químicos, assim como lubrificantes e outros, são atóxicos ou próprios para uso em situações de manipulação/elaboração de alimentos;
Os vapores que entram em contato direto com os produtos são filtrados de forma adequada;
Os recipientes são adequados e resistentes ao uso, se não alteram as matérias-primas e produtos, se são de fácil limpeza e higienização e se são mantidos em bom estado de conservação;
A embalagem secundária é realizada em ambiente separado;
Os produtos na expedição e antecâmaras ficam em períodos mínimos, suficientes apenas para conferir as condições higiênico-sanitárias;
Os equipamentos de geração de frio e os veículos transportadores de matérias primas e produtos são projetados, construídos e mantidos em condições higiênico-sanitárias e com temperatura para transporte adequadas, se apresentam paredes lisas, de fácil limpeza, totalmente vedadas, de maneira a não permitir a entrada de pragas, poeiras e outros contaminantes e a saída de líquidos;
Nos autocontroles os PSO descritos são suficientes e adequados.

Verificação Oficial de Matéria Prima
Na fiscalização do controle de matérias primas, ingredientes e material de embalagem, o Serviço de Inspeção deve verificar se:
As matérias primas recebidas de outros estabelecimentos são acompanhadas dos respectivos documentos exigidos por lei para o transporte e recepção;
As matérias primas, aditivos e ingredientes estão devidamente identificadas e dentro do prazo de validade, se são de uso conhecido e aprovado pelo serviço através dos memoriais de registro de produtos (se possui ficha técnica anexada as mesmo), permitindo a rastreabilidade;
A empresa, quando da recepção, realiza as análises mínimas necessárias para a seleção da matéria prima, através de métodos e testes amparados pela legislação, respeitando os programas da empresa e que confiram resultados confiáveis;
Os resultados mensurados atendem à legislação, de maneira que preserve a qualidade dos produtos e a saúde dos consumidores;
A empresa dá destino correto à matéria prima e de acordo com o planejado no autocontrole;
As matérias primas apresentam suas embalagens íntegras;
Matérias primas e produtos são mantidos em temperaturas adequadas à sua natureza e organizados, de forma que não dificultem os trabalhos dos Serviços de Inspeção;

Os veículos transportadores de matérias primas e produtos apresentam-se em boas condições de conservação, com os produtos devidamente organizados em seu interior, se a temperatura do veículo é controlada e se os mesmos são vedados à entrada de pragas e sujidades, assim como à saída de líquidos;
O uso e a manipulação dos ingredientes estão de acordo com as instruções de uso na formulação aprovada e se são mantidos no local de preparação dos produtos em quantidades suficientes à sua utilização e por períodos restritos;
Os ingredientes são mantidos em local separado, em condições higiênicas e, quando preparados previamente, são em quantidades o suficiente apenas para um único uso;
Na ocorrência de não conformidades, quando do uso de ingredientes, são tomadas atitudes corretivas e preventivas adequadas que evitem a recorrência;
As embalagens originais dos ingredientes os acompanham até o local de preparação da formulação dos produtos;
Se é avaliado o destino de ingredientes e produtos quando apresentam suas embalagens rompidas;
As embalagens recebidas estão íntegras e se conferem efetivamente proteção aos produtos;
As embalagens secundárias são utilizadas de forma ordenada, na quantidade estritamente necessária, com os devidos cuidados, de forma a evitar carrear contaminações e de acordo com o fluxo de produção;
As empresas mantêm atualizados os cadastros dos produtores fornecedores de matéria prima quando necessário;
No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se as empresas fornecedoras de leite cru refrigerado atendem às exigências legais no que se refere à captação de leite e se as mesmas possuem registros desses atendimentos;
No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, quando do recebimento de leite de produtores, se as empresas possuem programa de coleta a granel e se nele está previsto um programa de educação continuada;
No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se o programa de educação continuada descreve as ações sobre os produtores que não conseguem atingir os padrões estabelecidos pela Instrução Normativa n° 77/2018 do MAPA e se o mesmo é efetivo.
No caso de estabelecimentos que beneficiem leite e derivados, se os mesmos enviam, na frequência mínima exigida, amostras de leite dos tanques das propriedades fornecedoras para análises aos laboratórios da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite (RBQL);
O que é verificado pelos Serviços de Inspeção durante as fiscalizações das áreas de inspeção está de acordo com os registros dos estabelecimentos.

Verificação Oficial do Controle de Temperatura
Na fiscalização do controle das temperaturas, os Serviços de Inspeção devem observar se:
As temperaturas mantidas nos ambientes, equipamentos, matérias primas e produtos que fazem parte do processo industrial estão de acordo com o que é exigido pela legislação ou descrito nos programas de autocontroles;
Os registros são automatizados, quando possível ou necessário;
Quando da verificação de não conformidades os estabelecimentos adotam ações corretivas e preventivas eficientes com elas com embasamento técnico-científico e legal;
As temperaturas aplicadas/mantidas nos ambientes garantem a inocuidade e a não alteração das matérias primas, ingredientes e produtos para seu processamento ou consumo;
Os estabelecimentos aferem as temperaturas indispensáveis ao controle dos processos, em todas as etapas, nas frequências e no número previsto nos autocontroles;
Os instrumentos, equipamentos e dispositivos de controle de temperatura são regularmente aferidos e calibrados e se há registros dessas operações;
Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
Na fiscalização do Sistema APPCC, os Serviços de Inspeção devem observar se:
O programa APPCC atende as exigências de legislação e/ou científicas e metodológicas utilizadas;
Os perigos identificados são significativos e possuem medidas preventivas de controle adequadas;
Os pontos críticos de controle (PCC's) estão identificados;
A empresa controla 100% os pontos críticos de controle (PCC's);
Os pontos de controle (PC) são controlados apenas com as boas práticas de fabricação (BPF) e se estão identificados no programa;
Os registros de monitoramento dos PCC's existem e são adequados;
Há pertinência dos limites críticos estabelecidos;
As ações corretivas retomam o controle do processo;
Os monitores são capacitados para a realização dos monitoramentos e ações corretivas;
As verificações são adequadas aos PCs e PCCs;
Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial das Análises Laboratoriais
Na fiscalização das Análises Laboratoriais (autocontrole), os Serviços de Inspeção devem observar se:
As análises de parâmetros físico-químicos e microbiológicos dos produtos e da água de abastecimento, incluindo água potável e gelo, são realizadas nas frequências previstas e cumprem as especificações aplicáveis aos produtos acabados conforme disposto na legislação vigente;
As ações adotadas pela empresa frente a resultados não conformes são adequadas;

O manual de bancada, quando da existência de laboratórios de análises, está à disposição dos analistas;
Os procedimentos estão de acordo com o manual de bancada;
Os analistas dominam as técnicas realizadas;
Existe manual de bancada, se o mesmo contempla as análises mínimas exigidas por lei e se as mesmas são realizadas baseadas em metodologias científicas reconhecidas;
Existem registros dos treinamentos dos laboratoristas;
Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Controle de Formulação de Produtos e Combate à Fraude
Na fiscalização do controle de formulação de produtos e combate à fraude, os Serviços de Inspeção devem observar se:
As empresas elaboram os produtos de acordo com os memoriais descritivos aprovados pelos Serviços de Inspeção e garantem a identidade, qualidade, segurança higiênico sanitária e tecnológica de produto de origem animal;
Os produtos são fabricados de acordo com as formulações aprovadas pelos Serviços de Inspeção;
Há registros que comprovem o controle do uso de matérias primas e ingredientes, com identificação dos respectivos lotes. Se os aditivos e ingredientes foram adicionados respeitando a concentração ou quantidades aprovadas. Se a matéria-prima empregada corresponde realmente a declarada seja na sua natureza ou quantidade (Exemplo: troca de espécies do pescado, uso de CMS em quantidade acima do permitido ou em produtos em que seu uso é proibido, adição de soro de leite, adição de temperos seja por injeção ou tumbleamento;
Nos casos em que são constatadas falhas na fabricação ou erros de formulação, é dado o destino correto, de acordo com a legislação e previsto no programa de autocontrole, aos produtos adulterados;
As empresas possuem registros de controle de entradas, saídas e uso dos ingredientes;
Esses registros são compatíveis com os gerados nas demais etapas de fabricação;
Os programas das empresas fazem previsão de medidas preventivas e corretivas nos casos em que são constatadas falhas na fabricação ou erros de formulação;
Os resultados das análises laboratoriais e controles de formulação são compatíveis com os memoriais aprovados.

Verificação Oficial do Controle de Rastreabilidade e Recolhimento
Na fiscalização do controle de rastreabilidade e recolhimento, os Serviços de Inspeção devem observar se:
Os procedimentos implantados permitem rastrear o recebimento de matéria prima, ingredientes e aditivos, além do processo de produção e expedição dos produtos;
A empresa, em seus autocontroles, prevê destino adequado quando da observação de não conformidades nas matérias primas, ingredientes e material de embalagem;
Durante a verificação da rastreabilidade e possível fazer os testes de rastreabilidade progressiva e regressiva.
A unidade descreve em seu autocontrole o procedimento de recolhimento, e em casos de não conformidade detectadas que motive o recolhimento, se a produção foi devidamente recolhida e se recebeu a destinação adequada, através de registros auditáveis;
Os registros feitos pelos estabelecimentos estão de acordo, quando comparados com os registros dos Serviços de Inspeção.

Verificação Oficial do Controle do Bem-Estar Animal
Na fiscalização do controle do bem-estar animal, os Serviços de Inspeção devem observar se:
O atendimento de legislações específicas, como a Portaria n° 365, de 16 de julho de 2021;
De forma objetiva se a empresa controla o manejo dos animais durante o transporte, recepção, descarga, descanso, jejum, procedimentos de condução, insensibilização e sangria;
A implantação e manutenção do programa de autocontrole por parte das empresas de abate sob o ponto de vista humanitário.

Verificação Oficial do Controle do Material Específico de Risco
Na fiscalização do controle do MER, os Serviços de Inspeção devem observar se:
O plano de recolha do MER está sendo cumprido em todas as etapas e está atendendo o disposto em legislação vigente (identificação, segregação e inutilização);
O procedimento é realizado conforme descrito no Programa de Autocontrole;
Os colaboradores dominam as técnicas de remoção;
Recipientes e utensílios são identificados e exclusivos para essa finalidade;
O material de risco é descartado da forma correta e separado dos demais produtos não comestíveis.
6.4.4 Atualização dos Programas de Autocontrole
Os programas de autocontrole devem ser atualizados sempre que a empresa ou o serviço verifique que o mesmo não está sendo eficiente (recorrência de não conformidades) ou quando ocorrerem modificações na estrutura, fluxo, processos, utensílios e demais casos.
Os ajustes em planilhas que não impliquem em alterações na descrição dos PAC não necessitam ser aprovados pelo SIM, nos demais casos, a empresa deve enviar ao SIM o PAC, em duas vias com as alterações para nova avaliação e aprovação.

6.4.5 Relatório de Não Conformidade – RNC

Os fiscais dos Serviços de Inspeção devem relatar aos responsáveis legais e responsáveis técnicos das empresas as não conformidades verificadas durante suas fiscalizações. O documento utilizado para a comunicação das não conformidades é o Relatório de Não Conformidade – RNC (Modelo 6.5.7).
No RNC deve constar a data da comunicação, o número sequencial do relatório seguido do ano, a hora em que a não conformidade foi verificada, para qual estabelecimento, informando seu número de registro, e a quais pessoas é destinado, seus respectivos cargos, qual a legislação descumprida e quais os itens dos programas de auto controle infringidos, devendo também citar a não conformidade verificada e a ação fiscal imediata (quando se aplicar) e ainda deve constar a assinatura e carimbo.
O RNC poderá ser lavrado em qualquer momento da fiscalização, quando identificado uma não conformidade, sendo está embasada nos autocontroles das empresas, instruções de trabalho e nas legislações pertinentes.
O(s) RNC(s), quando entregue(s) aos interessados, deverá(ão) ser acompanhado(s) de documento que registre sua entrega (Modelo 6.5.8), listando-o(s) por seus respectivos números sequenciais anuais (por exemplo: 023/2020, 024/2020) e tendo por fim a assinatura do responsável por sua recepção no estabelecimento. As empresas têm prazo de até 5 (cinco) dias úteis para responder aos RNC ou o fiscal responsável pela emissão do RNC determinará o tempo máximo para que o mesmo seja respondido, nunca podendo ser superior ao prazo estipulado anteriormente.

6.4.6 Medidas Cautelares
Quando forem registrados RNCs por um mesmo motivo, recorrente, que não seja considerado crítico, poderá ser lavrado, em duas vias, de Auto de Infração (conforme Modelo 7.5.4 do Anexo 7), ficando a critério do serviço de inspeção. Nesse caso, os RNCs devem ser citados como elementos de convicção no Auto de Infração.
Nos casos em que a não conformidade seja crítica, podendo comprometer a inocuidade e qualidade dos produtos e colocar em risco a saúde pública, deverá ser preenchido o Auto de Infração já com o primeiro RNC, sempre em duas vias.
Além do auto de infração, outras medidas cautelares poderão ser adotadas a critério do serviço de inspeção.

6.5 Modelos

MODELO 6.5.1 – PROGRAMA DE AUTOCONTROLE

Logotipo da Empresa	PROGRAMA DE AUTOCONTROLE NOME DO PAC	Revisão _____ Data: mm/aaaa Página: 00 de 00

Cabeçalho: neste item se apresentam as informações da empresa e a identificação do autocontrole, assim como data de elaboração, número da revisão e de páginas. Está presente em todas as páginas do documento.

PROGRAMA DE AUTOCONTROLE 00
NOME DO PAC

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovado por:	Aprovação do SIM:

Rodapé: Neste item são identificadas as pessoas e suas funções na empresa em relação às responsabilidades assumidas no desenvolvimento dos programas. Presente em todas as páginas do documento. Deve ser assinado por todos os responsáveis.

1. Apresentação da empresa
Neste item devem ser descritos as informações do estabelecimento como Razão social, endereço, CNPJ, etc.
Quando todos os PAC são armazenados em uma única pasta, apenas uma única folha de apresentação pode ser elaborada para todo o conjunto, e os demais arquivos podem ser iniciados a partir do próximo item (objetivos).

2. Objetivos
2.1 Objetivo Geral
2.2 Objetivos específicos (facultativo)

3. Documentos de Referência
3.1 Legislação Aplicável: Legislação obrigatória e coerente com o programa que está sendo descrito
3.2 Documentos Complementares Aplicáveis: Alguma legislação para complementar o que está sendo descrito no programa, quando necessário.

4. Campo de Aplicação
Neste item deve ser descrito aonde este programa de autocontrole será aplicado, qual área, equipamento, utensilio, instalação, entre outros.

5. Definições
Neste item deve ser colocado as definições de palavras e termos técnicos que compõem o programa que está sendo descrito, cujo entendimento é indispensável para a sua devida compreensão e aplicação.

6. Descrição do Procedimento

Neste item deve ser descrito detalhadamente o procedimento que será realizado in loco, descrevendo o monitoramento real e o que de fato é conveniente ao programa em questão. A descrição deve ser de forma objetiva, clara e condizente com o que é praticado no estabelecimento, deve ser colocado neste item itens a serem controlados, bem como as condições que devem existir ou ser mantidas, para garantir a eficácia do autocontrole. Não descrever procedimentos sem nexo ou que não tenha a ver com o programa que está sendo descrito, atentar- se muito a este item, pois é um dois mais importantes na estrutura de um PAC, é nele que devem constar as informações necessárias para que todos que leem o programa possam entender como o procedimento é realizado.

7. Monitoramento
Nesse item deve ser descrito os passos para realizar um monitoramento adequado, preciso e auditável. O procedimento de monitoramento pode ser descrito nas planilhas para facilitar o trabalho do monitor, quando necessário. Deve incluir:
O que monitorar: deve se descrever o item que está sendo monitorado; seja objetivo e claro.
Frequência: deve se descrever qual período que é realizado o monitoramento.
Como monitorar: deve se descrever como que o item é monitorado a forma de aplicação; seja detalhista, claro e objetivo.
Responsável por monitorar: deve se descrever qual a pessoa que realiza o controle do item monitorado, de preferência indique pessoas que sejam detalhistas, perfeccionistas e que tenham mente aberta para aprender.
Não conformidade: deve se descrever qual o problema que foi verificado ao realizar o monitoramento, de forma clara e objetiva.

8. Ações Corretivas
As ações corretivas definem quais as medidas a serem tomadas quando existirem não conformidades. São divididas em ações imediatas (correções) e ações planejadas (ou ações corretivas propriamente ditas).
Ações imediatas: descrever neste item qual é ação a ser tomada imediatamente diante da não conformidade detectada.
Ações planejadas: descrever neste item a ação a ser tomada a fim de prevenir sua recorrência.

9. Avaliação da Efetividade do PAC
Neste item deve se fazer uma avaliação geral dos programas implantados buscando alternativas para eliminar as não conformidades que ocorrem frequentemente. Citar quais as ações da gerencia do estabelecimento frente aos problemas, como por exemplo, reuniões com funcionários do setor que mais tem problema, contratação de empresa consultora para melhorar os processos, etc. Deve-se fazer registro das ações e arquivar as mesmas para possível analise do fiscal.

10. Verificação
Neste item deve ser descrito como é realizada a verificação do processo e análise dos registros do monitoramento dos programas de autocontroles aplicados na empresa. É realizada pelo Responsável Técnico, e geralmente realizada mensalmente. Também pode fazer parte da verificação o programa de coleta e análise microbiológica de alimentos e superfícies da empresa.

11. Anexos
Neste item deve ser descritas quais as planilhas que estão em Anexo ao programa e que foram citadas durante o texto. É constituído basicamente pelas planilhas de monitoramento de cada autocontrole, e o que mais se fizer necessário, anexar ao programa.

12. Registros das Alterações
Neste item são indicadas as evidências da análise crítica, da aprovação, do status e da data da revisão, do procedimento documentado. São apontadas as alterações realizadas.
Cabe à empresa escolher o local de inclusão das alterações do documento.

13. Informações Adicionais
Neste item são descritas informações adicionais que a empresa julgar necessário, de forma facultativa.

MODELO 6.5.2 – RELATÓRIO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIA PRIMA

Relatório de Recebimento de Matéria Prima					
Estabelecimento:			Registro do SIM:		
Data	Nome do Fornecedor e no da nota fiscal	Matéria Prima	Quantidade	No do registro de Inspeção	Responsável

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

ANEXO 6.5.3 – RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Relatório de Produção		
Estabelecimento:	Registro do SIM:	Mês/Ano:

Data	Produto a ser produzido	Matéria Prima utilizada	Quantidade	Lote	Responsável

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

MODELO 6.5.4 – RELATÓRIO DE EXPEDIÇÃO

Relatório de Expedição					
Estabelecimento:				Registro do SIM:	Mês/Ano:
Data	Produto expedido	Quantidade	Lote	Comprador (nome e endereço)	Responsável

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

MODELO 6.5.5 – PLANILHA DE VERIFICAÇÃO OFICIAL DAS ÁREAS DE INSPEÇÃO IN LOCO E DOCUMENTAL

LISTA DE FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INSPEÇÃO IN LOCO E DOCUMENTAL Manutenção de instalações, equipamentos e utensílios (incluindo iluminação, ventilação, águas residuais e calibração); Água de Abastecimento; Controle Integrado de Pragas; Higiene Industrial e Operacional; Higiene e Hábitos Higiênicos dos Funcionários; Procedimentos Sanitários Operacionais; Controle da matéria-prima (inclusive aquelas destinadas ao aproveitamento condicional), ingrediente e material de embalagem; Controle de temperaturas; Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle; Análises laboratoriais (Programas de autocontrole); Controle de formulação de produtos e combate à fraude; Rastreabilidade e recolhimento; Bem-estar animal; Identificação, remoção, segregação e destinação do material especificado de risco (MER).		
Estabelecimento:	Registro do SIM:	
Endereço:	Data:	
Local / Área Verificação	Equipamentos / Utensílios / Instalações / Procedimentos	C / NC / NA
Item não conforme	Descrição da Não Conformidade	
Item não conforme	Ação fiscal in loco	
Assinatura e Carimbo do Fiscal de Inspeção:		

MODELO 6.5.6 – PLANILHA DE PPHO– LIBERAÇÃO DE ABATE

Procedimento Padrão de Higiene Pré-Operacional – Liberação de Abate		
Estabelecimento:	Registro do SIM:	
Endereço:	Data:	
Instruções de preenchimento: identificar a razão social do estabelecimento, seu número de registro no SIM, o Município e Estado e a data de fiscalização. Marcar na respectiva coluna a hora da verificação documental e a conformidade (C), não conforme (NC) ou não aplicável (NA). De acordo com o verificado, na coluna AI/IU'S será identificada a área de inspeção e a unidade de inspeção indicando a não conformidade no campo "descrição da não conformidade". Assinar e carimbar. Frequência: sempre que houver abate.		
Avaliar se: Os estabelecimentos executam os procedimentos de limpeza e sanitização operacionais previstos nos autocontroles; Não existam resíduos de matérias-primas e produtos e/ou equipamentos contaminados após as operações de limpeza e sanitização; Há previsão de monitoramentos diários nos autocontroles e de que os mesmos sejam cumpridos fielmente; Quando ocorram contaminações ou outro tipo de alteração de matérias-primas e produtos, são tomadas ações corretivas de forma a restaurar as condições sanitárias ideais e que sejam adotadas também ações preventivas; No caso do item anterior, seja dado o destino correto às matérias primas e produtos.		
Área de Inspeção	Unidades de Inspeção	C / NC / NA
Item não conforme	Descrição da Não Conformidade	
Item não conforme	Ação fiscal in loco	

Assinatura e Carimbo do Fiscal de Inspeção:	

MODELO 6.5.7 – RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE

RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE - RNC		
1. Data e hora:	2. Relatório no:	3. Estabelecimento e no do SIM:
4. Para (nome e cargo):		
5. Embasamento legal (RIISPOA, legislação municipal, PAC, outras):		
6. Descrição da não conformidade (NC):		
7. Reincidente: NÃO ( ) SIM ( ) – Quando reincidente, informar o número dos RNC anteriores que apontaram a não conformidade:		
8. Ação fiscal imediata:		
9. Assinatura do Veterinário ou Funcionário do Serviço de Inspeção:		
10. Data limite para a devolução do RNC respondido:		
11. Resposta do Gerente do Estabelecimento (ações imediatas):		
12. Resposta do Gerente do Estabelecimento (cronograma de ações planejadas):		
Este documento é uma notificação escrita da falha em atender as exigências regulamentares podem resultar em adicional ação administrativa e legal.		
13. Assinatura do Gerente do Estabelecimento:		14. Data:
15. Assinatura de verificação do Veterinário ou Funcionário do SIM: ( ) Efetivas ( ) Não Efetivas Novo RNC no: _____		16. Data:

MODELO 6.5.8 – MODELO DE ENTREGA DE RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE

Ao Senhor(a)
_____

Prezado(a) Senhor(a),

Por meio deste, entrego a relação de Relatório(s) de Não Conformidade (RNC), identificado _____, na unidade _____, localizado _____. O relatório de não conformidade em Anexo é referente ao n°_____, onde a empresa deve apresentar o(s) plano(s) de ação(ões) imediata(s) e planejada(s) para os mesmos. Os relatórios devem ser respondidos e entregues ao serviço de inspeção até a data de _____.

_____, _____ de _____ de 20___.

Atenciosamente,

Assinatura e Carimbo do Fiscal de Inspeção

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 7.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Objetivos
Estabelecer o procedimento operacional padrão que possibilita regulamentar as penalidades que serão aplicadas quando da ocorrência de infrações pelos estabelecimentos.

7.2 Definição
Consideram-se infrações o ato ou efeito de infringir as regras.

7.3 Aplicação
Aplica-se a todos os estabelecimentos registrados no SIM, responsáveis do SIM e Assessores Jurídicos, Secretários de Agricultura de Prefeitos dos Munícipios conveniados.

7.4 Procedimentos para Aplicação de Sanções
Na Lei de criação do serviço de inspeção - SIM do município são previstas as sanções legais conforme o que segue:

Art. 12. O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:

I - Advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - Multa, que varia entre 5 e 120 UFM, nos casos não compreendidos no inciso I;

III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - Suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e

V - interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 2º As multas previstas no inciso I serão agravadas até o grau máximo, nos casos de:

I - artifício;

II - ardil;

III - simulação;

IV - desacato;

V - embaraço; ou

VI - resistência à ação fiscal.

§ 3º O valor da multa será definido levando-se em conta:

I - as circunstâncias atenuantes ou agravantes; e

II - a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 4º A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 5º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.

§ 6º Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.

§ 7º As sanções previstas no caput serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.

§ 8º Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

7.4.1 Das Responsabilidades
Serão responsabilizadas pela infração, para efeito da aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:
I. Fornecedoras de matérias-primas ou de produtos de origem animal, desde a origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados no SIM/POA;

II. Proprietárias, locatárias ou arrendatárias de estabelecimentos registrados no SIM/POA onde forem recebidos, manipulados, beneficiados, processados, fracionados, industrializados, conservados, acondicionados, rotulados, armazenados, distribuídos ou expedidos matérias-primas ou produtos de origem animal;
III. Que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.
A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias-primas.

7.4.2 Das Medidas Cautelares
Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o SIM/POA deverá adotar, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:
I - apreensão do produto, dos rótulos e embalagens;
II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas;
III - coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais;
IV - determinar a realização pela empresa de coleta de amostras para análises laboratoriais, a serem realizadas em laboratório próprio ou credenciado.
§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.
§ 2º As medidas cautelares devem ser proporcionais e tecnicamente relacionadas aos fatos que as motivaram.
§ 3º Quando a apreensão de produtos for motivada por deficiência de controle de processo de produção, as medidas cautelares poderão ser estendidas a outros lotes de produtos fabricados sob as mesmas condições.
§ 4º As medidas cautelares adotadas cujas suspeitas que levaram a sua aplicação não forem confirmadas serão levantadas.
§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada.
§ 6º Quando for tecnicamente pertinente, a liberação de produtos apreendidos poderá ser condicionada à apresentação de laudos laboratoriais que evidenciem a inexistência da irregularidade.
§ 7º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.
O SIM poderá determinar que o estabelecimento desenvolva e aplique um plano de amostragem delineado com base em critérios científicos para realização de análises laboratoriais, cujos resultados respaldarão a manutenção da retomada do processo de fabricação quando a causa que motivou a adoção da medida cautelar for relacionada às deficiências do controle de processo de produção. As amostras de que trata o caput serão coletadas pela empresa e as análises serão realizadas em laboratório próprio ou credenciado.

7.4.3 Das Infrações
Constituem infrações ao disposto no Decreto, além de outras previstas:
I - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA, quando houver aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias primas, dos produtos ou dos funcionários;
II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
III - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
IV - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA;
VII - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados no SIM/POA;
VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
XII - reutilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
XIII - não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do seu âmbito de comercialização;
XV - fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;
XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;
XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos na legislação;
XVIII - sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse aos órgãos fiscalizadores e ao consumidor;
XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;
XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
XXI - adulterar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
XXIII - embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;

XXIV - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;
XXV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
XXVI - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XXVII - utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
XXVIII - fraudar documentos oficiais;
XXIX- não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
XXX - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares;
XXXI - prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;
XXXII - por aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade;
XXXIII - importar matérias-primas ou produtos de origem animal adulterados;
XXXIV - iniciar atividade sem atender exigências ou pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;
XXXV - utilizar de forma irregular ou inserir informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas ao SIM/POA;
XXXVI - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM/POA;
XXXVII - receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
XXXVIII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
XXXIX - não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.
Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:
I - apresentem-se alterados;
II - apresentem-se adulterados;
III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;
IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;
V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;
VI - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos em normas complementares e em legislação específica;
VII - revelem-se inadequados aos fins a que se destinam;
VIII - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;
IX - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;
X - apresentem embalagens estufadas;
XI - apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;
XII - estejam com o prazo de validade expirado;
XIII - não possuam procedência conhecida; ou
XIV - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.
Outras situações não previstas nos incisos de I a XXXIX podem tornar as matérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos pelo SIM/POA.
Além dos casos acima, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos neste Decreto e em normas complementares;
II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofos seja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; ou
III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores. IV - são ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:
I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;
II - apresentem sinais de deterioração;
III - sejam portadores de lesões ou doenças;
IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;
V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados pelo SIM/POA;
VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca;
VII - apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
II - mumificação ou estejam secos por outra causa;
III - podridão vermelha, negra ou branca;
IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
V - sujidades externas por materiais estercorais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
VI - rompimento da casca e estejam sujos; ou
VII - rompimento da casca e das membranas testáceas;
VIII - são também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:
I - provenha de propriedade interditada pela autoridade de saúde animal competente;
II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou
IV - revele presença de colostro.
O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.
Também considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando:
I - não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.
Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares. Para efeito das infrações, as matérias primas e os produtos são considerados alterados ou adulterados.
São consideradas alteradas as matérias primas ou os produtos que não apresentem condições higiênico sanitárias adequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco a saúde pública.
São considerados adulterados as matérias primas ou os produtos de origem animal:
I – fraudados:
a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos, não atendendo ao disposto na legislação específica;
b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração;
c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto
d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas essenciais para qualidade ou identidade do produto;
e) os produtos que sofram alterações na data de fabricação, na data ou no prazo de validade.
II – falsificados:
a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas neste Decreto, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM/POA;
b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM/POA e que se denominem como este sem que o seja;
c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto
d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;
e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade;
f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.
O SIM/POA com base no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá normas complementares, os critérios de destinação de matérias-primas e de produtos julgados impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentem, incluídos sua inutilização, o seu aproveitamento condicional ou sua destinação industrial, quando seja tecnicamente viável.
Enquanto outras normas não forem editadas, o SIM/POA poderá:
I - autorizar que produtos julgados impróprios para o consumo, na forma que se apresentam, sejam submetidos a tratamentos específicos de aproveitamento condicional ou de destinação industrial que assegurem a eliminação das causas que os motivaram, mediante solicitação tecnicamente fundamentada;
II - determinar a condenação dos produtos a que se refere o inciso I.
O disposto acima não se aplica aos casos de aproveitamento condicional de que trata o artigo 172 e suas alterações.
Nos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:
I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e
II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias primas e dos produtos para fins não comestíveis.

7.4.4 Das Penalidades
As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
Aos infratores dos dispositivos contidos na presente Instrução e de atos complementares que forem expedidas visando o seu cumprimento, serão aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras penalidades:
I - advertência quando o infrator não tiver agido com dolo ou má fé;
II - multa:
1. **LEVE -** No valor de 5 a 30 UFM :
a) Construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA;
b) Não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
c) Utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
d) Expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
e) Ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
f) Elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA;
g) Expedir produtos sem rótulos ou produtos que não tenham sido registrados no SIM/POA;
h) Deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares.
2. **MODERADA -** No valor de 31 a 60 UFM:
a) Desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
b) Desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
c) Omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
d) Receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
e) Utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
f) Não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
g) Adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do seu âmbito de comercialização;
h) Fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;
i) Elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;
j) Prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;
k) Apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade.
3. **GRAVE -** No valor de 61 a 100 UFM:
a) Utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos em normas complementares;
b) Sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM/POA e ao consumidor;
c) Fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;
d) Ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
e) Adulterar matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
f) Simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
g) Embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
h) Desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;
i) Produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
j) Utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ousem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
k) Utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM/POA e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
l) Fraudar documentos oficiais;
m) Não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
n) Prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM/POA;
o) Receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar,
p) Acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;
q) Descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
r) Não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.
III - apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;
V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.
As multas previstas serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.
A suspensão de atividades de que trata o inciso IV e a interdição de que trata o inciso V do caput serão levantadas nos termos do disposto no art. 517 e art. 517-A do decreto 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Se a interdição total ou parcial não for levantada, após doze meses, será cancelado o registro ou o relacionamento do estabelecimento.
As sanções de que tratam os incisos IV e V poderão ser aplicadas de forma cautelar, sem prejuízo às medidas cautelares previstas no art. 495 do decreto nº9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.
Aos que cometerem outras infrações a este Decreto ou às normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre dez e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes.
a) São consideradas circunstâncias atenuantes:
I - o infrator ser primário na mesma infração;
II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;
III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;
IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé;
V - a infração ter sido cometida acidentalmente;
VI - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator;
VII - a infração não afetar a qualidade do produto; (Decreto 10.468, 2020).
VIII - o infrator comprovar que corrigiu a irregularidade que motivou a infração, até o prazo de apresentação da defesa;
IX - o infrator ser estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos agropecuários que se enquadra nas definições dos incisos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006
b) São consideradas circunstâncias agravantes:
I - o infrator ser reincidente específico;
II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;
III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;
IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;
V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;
VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;
VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou
VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.
As penalidades a que se refere a presente instrução serão aplicadas, sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais. As multas a que se refere a presente instrução serão dobradas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando essa medida couber, nem tampouco o isentam de ação civil e criminal.
As multas a que se refere esta instrução não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro ou do relacionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.
I - considera-se reincidência, para os fins desta instrução, o novo cometimento, pelo mesmo transgressor, de infração pela qual já tenha sido autuado, julgada, e que não haja mais cabimento de qualquer recurso administrativo.
II - a ação civil e criminal cabe não só pela natureza da infração, mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.
III - a ação civil e criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM/POA.
IV - a suspensão da atividade do estabelecimento, a interdição e o cancelamento do registro ou relacionamento são de competência do responsável do SIM/POA.
Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.
Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor da União que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 7.889, de 1989.
Será aplicada a suspensão da atividade, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos no artigo 514 e 515 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Será aplicada a interdição total ou parcial, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos 517 e 517 - A do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Será aplicada a cassação do registro, sem prejuízo a outras sanções, os casos previstos 519 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.
Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento, a respectiva localização e a firma responsável.

7.4.5 Do Auto de Infração
O descumprimento às disposições do decreto e às normas complementares será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração.
O auto de infração deve ser lavrado pelo Médico veterinário do Serviço de Inspeção Municipal, devendo ser claro e preciso, sem rasuras nem emendas, e deve descrever a infração cometida e a base legal infringida.
O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar a infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representantes da firma e por duas testemunhas.
*Nota: Sempre que o infrator se negar a assinar o auto de infração, será feita declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias ao proprietário da firma, responsável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante aviso de recebimento – AR.

No caso de infratores indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido ou na impossibilidade da cientificação, a ciência será efetuada por publicação oficial. A assinatura e a data apostas no auto de infração por parte do autuado, ao receber sua cópia, caracterizam intimação válida para todos os efeitos legais.
A autoridade que lavrar o auto de infração deve extraí-lo em 02 (duas) vias, sendo que a primeira será entregue ao infrator e a segunda ao SIM/POA.
O infrator deverá entregar a defesa por meio de cópia física e deverá observar o horário de atendimento ao público do local a ser entregue, não será aceito defesa entregue por meios virtuais.
O infrator poderá apresentar defesa ao órgão que lavrou o auto, em até 15 (quinze) dias após a lavratura do auto de infração, cuja decisão, em primeira instância, caberá ao Secretário da Agricultura do Município.
Após ciência da decisão proferida pelo Secretário da Agricultura do Município, caberá a empresa recurso em face da mesma, em única e última instância, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja decisão final caberá ao Prefeito Municipal e/ou Vice-prefeito.
A defesa apresentada pelo infrator será, em qualquer caso, protocolada no SIM/POA, onde constará a identificação do servidor e a data de recebimento, e após, encaminhado ao Secretário da Agricultura do Município. O mesmo será feito com relação a recurso, porém este deve ser encaminhado ao Prefeito Municipal.
Não serão conhecidos a defesa ou recurso interpostos:
I - fora do prazo;
II - entregues por meios virtuais;
III - perante órgão incompetente;
IV - por pessoa não legitimada;
V - após exaurida a esfera administrativa.
Julgado em definitivo o auto de infração e aplicada multa à autuada, a decisão será encaminhada ao setor responsável que procederá a cobrança da multa. O Município deve converter o valor da multa em UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).
O infrator, uma vez multado e encerrado o processo administrativo terá 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa e exibir ao SIM/POA o competente comprovante de recolhimento à repartição.
O não recolhimento da multa no prazo legal implica na cobrança fiscal a ser promovida pelo respectivo Município, por meio da constituição de certidão de dívida ativa. Neste caso, poderá ser determinada a suspensão das atividades do estabelecimento.
A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências que a tenham motivado, dando quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo do SIM/POA, ser novamente multado no dobro da multa anterior, ter as atividades suspensas ou cancelado o registro ou relacionamento do estabelecimento.
Os servidores do SIM/POA, quando em serviço da fiscalização têm livre entrada a qualquer dia e hora, em quaisquer estabelecimentos produtos de origem animal registrados no serviço de inspeção.
O valor das multas cobradas através de autos de infração, deverá ser destinado e vinculado ao setor do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA, a ser utilizado na compra de equipamentos para uso do serviço de Inspeção.

7.4.6 Dos Documentos
Para fins de interdição total ou parcial de estabelecimento, utiliza-se o AUTO DE INTERDIÇÃO, conforme Modelo 7.5.1.
Para fins de apreensão de produtos, utiliza-se o AUTO DE APREENSSÃO, conforme Modelo 7.5.2.
Para fins de suspensão de atividade, utiliza-se o AUTO DE SUSPENSÃO, conforme Modelo 7.5.3.
Para fins de infração deve ser utilizado o AUTO DE INFRAÇÃO, conforme Modelo ANEXO 7.5.4.

7.5 Modelos

MODELO 7.5.1 – AUTO DE INTERDIÇÃO

AUTO DE INTERDIÇÃO

No _____/_____

No dia _____de _____de _____, ás _____horas, no Município de _____ no estabelecimento denominado _____, registrado no SIM nº_____, de propriedade de_____. O serviço de inspeção SIM/POA, abaixo nominado e assinado, lavra o presente auto de interdição por constar _____ interditando _____, de acordo com o disposto (embasamento legal) _____. O mesmo fica proibido de _____ por um período _____. O presente auto de interdição, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, lido e achado conforme, vai assinado pelo inspetor veterinário do SIM, pelo(a) proprietário(a) do estabelecimento ou responsável, ao qual será entregue a segunda via.

Assinatura e identificação do **Autuante**:_____
Data: _____de _____ de _____

Assinatura e identificação do **Autuado**:_____
Ciente, recebi a 2ª via em _____/_____/_____

Testemunhas:

MODELO 7.5.2 – AUTO DE APREENSÃO

AUTO DE APREENSÃO

No _____/_____

Nome ou Razão Social:	
Endereço / Bairro / Cidade:	
CNPJ:	No Registro SIM:
Produto(s) Apreendido(s) e Quantidade(s)	
Total: _____Kg	
Do que, para constar, lavrei este Auto de Apreensão em 2 (duas) vias, dando cópia ao infrator, ficando os mesmos cientes de que a comercialização, aproveitamento ou inutilização dos produtos apreendidos fica condicionada à liberação pelo Serviço de Inspeção Municipal.	
Assinatura e identificação do Autuante: **Data: _____/_____/_____**	
Assinatura e identificação do Autuado: **Ciente, recebi a 1ª via em: _____/_____/_____**	
Testemunhas:	

MODELO 7.5.3 – AUTO DE SUSPENSÃO

AUTO DE SUSPENSÃO

No _____/_____

No dia _____de _____ de_____, as _____horas, no Município de _____, no estabelecimento denominado_____, registrado no SIM nº_____, de propriedade de_____. O serviço de inspeção SIM/POA, abaixo nominado e assinado, lavra o presente auto de suspensão por constar _____ suspendendo _____, de acordo com o disposto (embasamento legal) _____. O mesmo fica proibido de _____ por um período _____. O presente auto de suspensão, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, lido e achado conforme, vai assinado pelo inspetor veterinário do SIM, pelo(a) proprietário(a) do estabelecimento ou responsável, ao qual será entregue a segunda via.

Assinatura e identificação do **Autuante**:_____
Data: _____de _____ de _____

Assinatura e identificação do **Autuado**:_____
Ciente, recebi a 2ª via em _____/_____/_____

Testemunhas:

MODELO 7.5.4 – AUTO DE INFRAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO
No _____/_____

Nome ou Razão Social:	
Endereço / Bairro / Cidade:	
CNPJ:	No Registro SIM:
Dispositivo Legal ou Regulamentar Infringido (Capitulação):	
Descrição da Infração:	
Elementos de Convicção:	
Do que, para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (duas) vias, encaminhando cópia ao infrator, ficando o mesmo ciente de que poderá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ciente ou do recebimento deste, apresentar defesa escrita, como dispõe a portaria Nº 44 da Lei 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do autuado.	
Assinatura e identificação do Autuante:	

Data: _____/_____/_____
Assinatura e identificação do Autuado: **Ciente, recebi a 1ª via em: _____/_____/_____**
Testemunhas:

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 8.
EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMBATE ÀS ATIVIDADES CLANDESTINAS

8.1 Objetivos
Estabelecer procedimentos preventivos de saúde à população com base na educação sanitária e combate às atividades clandestinas.

8.2 Definição
Considera-se Educação Sanitária toda prática educativa com objetivo de induzir a população ou manipuladores de alimentos a adquirir hábitos que promovam a saúde e evitar doenças.
Considera-se produto de origem animal clandestino todo aquele não foi submetido à inspeção industrial ou sanitária do órgão de inspeção competente.

8.3 Aplicação
Aplica-se a todos os responsáveis do SIM e Secretário de Agricultura.

8.4 Procedimentos
Para o combate as atividades clandestinas de obtenção e comércio de produtos de origem animal, devem ser realizadas atividades para conscientização da população quanto ao risco do consumo de produtos sem inspeção e/ou procedência. Para isso podem ser realizadas reuniões e palestras para os estabelecimentos que produzem e/ou comercializam produtos de origem animal, produtores e público em geral, além do desenvolvimento de ações em conjunto com órgãos de interesse.
Neste mesmo princípio, outra atividade que deve ser desenvolvida é de Educação Sanitária, através de panfletagem, reportagens em jornal, entrevistas em rádio, palestras, entre outras.
A frequência e programação das ações de combate as atividades clandestinas de obtenção e comércio de produtos de origem animal e educação sanitária será estabelecida pelo SIM.

Referente ao Decreto 512 de 12 de dezembro de 2025.
ANEXO 9.
FISCALIZAÇÃO

9.1 Objetivos
Orientar a execução das atividades de inspeção e fiscalização de estabelecimentos de produtos de origem animal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal assegurando a eficácia dos controles oficiais e promovendo a uniformidade dos procedimentos executados pelos servidores do SIM.

9.2 Usuários Principais
Responsável pelo estabelecimento, responsável técnico e fiscal do SIM.

9.3 Procedimentos Gerais
O SIM é o responsável pela inspeção e fiscalização nos estabelecimentos registrados junto à Secretaria de Agricultura, seguindo as determinações estabelecidas no decreto municipal que abrangem todo o processo de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte.
A inspeção e fiscalização deve abranger requisitos da inspeção tradicional e de autocontroles, sendo realizada em caráter permanente nos estabelecimentos que abatem as diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis; e realizada em caráter periódico nos demais estabelecimentos registrados. Estes requisitos incluem:
a. Inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais
b. Verificação do cumprimento da legislação no que diz respeito ao procedimento de registro dos estabelecimentos (projetos e afins) e ao registro dos produtos beneficiados (avaliação e afins);
c. Coleta de amostras para as análises fiscais e avaliação dos resultados, visando a verificação da conformidade dos produtos (identidade e qualidade) e o combate à fraude;
d. Acompanhamento e verificação dos mapas estatísticos com dados de recebimento, produção, destinação e comercialização dos produtos;
e. Acompanhamento da resolução das não conformidades (verificação oficial dos planos de ação/resposta do RNC emitido), incluindo a apuração de investigação de denúncias de consumidores;
f. Verificações Oficiais dos Programas de Autocontrole das empresas; e
g. Adoção de ações fiscais (medidas cautelares, auto de infração, interdição total ou parcial, apreensão ou condenação de produtos, entre outros).

9.4 Bases para a Fiscalização

É fundamental que o servidor competente detenha pleno conhecimento da legislação e das normas deste SIM relacionadas à área técnica específica, assim como das respectivas instruções e diretrizes estipuladas/adotadas pelo SIM.
A frequência da fiscalização nos estabelecimentos de inspeção periódica será mensal, ou definida conforme análise de risco, utilizando como referência o Manual para cálculo do risco estimado associado a estabelecimentos do MAPA (https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/home) que considera o volume de produção (a ser readequado para a realidade do SIM), o risco inerente ao produto e o desempenho do estabelecimento.
A fiscalização e a inspeção nos estabelecimentos de inspeção permanente serão realizadas sempre que houver abate.
O cumprimento do cronograma de fiscalização será registrado nas planilhas de controle das frequências de fiscalizações/inspeções.
As não conformidades identificadas devem ser registradas nos documentos oficiais do SIM conforme previstos nos anexos desse decreto. A descrição de cada não conformidade constatada durante os procedimentos de fiscalização deve ser objetiva, clara e específica, de modo que todos sejam capazes de compreender objetivamente qual é a não conformidade em causa e, dessa forma, ser possível atuar sobre tal.
O estabelecimento tem o prazo de 10 dias para apresentação de plano de ações corretivas/preventivas com prazo para execução frente as não conformidades notificadas, quando não se tratar de ações que exijam respostas imediatas.
O resultado da avaliação pelo SIM das medidas corretivas/preventivas proposto pelo estabelecimento deve ser comunicado ao estabelecimento. O SIM acompanhará a sua execução.
As ações fiscais adotadas devem ser firmadas através dos documentos padronizados que constam nos anexos do decreto.

9.5 Mapas Estatísticos
Os mapas de abate, produção e comercialização devem ser avaliados. Assim como, o atendimento da obrigação do estabelecimento fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM.
A avaliação dos mapas estatísticos tem como objetivo verificar se há compatibilidade entre as espécies/matérias-primas recebidas, sua produção, estoque e comercialização.
A avaliação dos dados nosográficos e planilhas de condenações de vísceras e laudo de condenações de aproveitamento condicional de carcaças tem como objetivo avaliar os dados da Guia de Trânsito Animal (GTA) do lote abatido, informações do abate (data, número de animais, SIM, detalhamento do sexo dos animais abatidos, peso etc.) e das destinações que ocorreram no abate.
A análise dos volumes recebidos, produzidos e comercializados podem revelar indícios de que o estabelecimento está trabalhando de forma incompatível com a capacidade declarada nos memoriais aprovados, produzindo produtos em desacordo com o autorizado e incompatíveis com a estrutura aprovada no registro do estabelecimento ou, ainda, recebendo matéria-prima de origem não permitida.
Nestes casos, o fiscal deverá adotar as ações fiscais cabíveis para restabelecimento do aprovado pelo SIM e cumprimento das normas técnicas.

9.6 Registro do Estabelecimento
O fiscal do SIM deve avaliar se o projeto do estabelecimento a ser fiscalizado se encontra devidamente aprovado e cumpriu todos os requisitos quando da sua aprovação e classificação. Esta avaliação inclui confrontar as capacidades previstas de processamento, fluxo e instalações aprovadas com o verificado in loco na fiscalização.
Além disso, deve ser verificado no processo de registro do estabelecimento se os documentos (memoriais e plantas) estão atualizados conforme sua realidade atual.
Os fiscais irão avaliar se as instalações e equipamentos estão de acordo com o declarado nos memoriais aprovados pelo SIM. Eventuais não conformidades devem ser registradas e devem ser adotadas as medidas cautelares e demais ações que forem necessárias.
Em caso de não cumprimento do estabelecido, o fiscal deverá verificar se existem prazos acordados e documentados previstos para conclusão de obras ou instalação de equipamentos. Inexistindo tais documentos que comprovem as solicitações pelo estabelecimento, deve-se adotar as ações pertinentes, observando principalmente se a situação coloca em risco a condição higiênico-sanitária dos produtos elaborados.
No caso de verificação in loco de divergências com o processo de registro do estabelecimento aprovado, que não impliquem aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias-primas dos produtos ou dos funcionários, o estabelecimento será notificado e deverá atualizar seu processo de registro junto ao SIM, podendo ter suas atividades suspensas caso seja identificado risco de contaminação dos produtos.

9.7 Documentos de Referência
Estão disponíveis no Portal de manuais de processos da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA (https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/home), manuais de procedimento de inspeção e fiscalização em estabelecimentos sob inspeção federal que possuem o objetivo de orientar a execução das atividades de inspeção e fiscalização nas diversas áreas de atuação no âmbito do Serviço de Inspeção Federal.

AVES: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de aves e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).
CARNES: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de carnes e produtos cárneos em estabelecimentos registrados sob inspeção federal (SIF).
LEITE: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de leite e derivados em estabelecimentos registrados sob inspeção federal (SIF).
OVOS: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de ovos e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).
PESCADO: Manual de procedimentos de inspeção e fiscalização de pescado e derivados em estabelecimentos sob inspeção federal (SIF).

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:D6B10782

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
37°ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL_EXERCÍCIO DE 2026

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.
Responsável: Kamila Fernanda de Oliveira Sanson.
PROCESSO Nº. 6679/2026

1.OBJETO
Mesa Elétrica com Sistema de Elevação Automático para utilização em lâmpadas de fenda, ceratômetros e autor refratores, no valor total estimado de R$ 5.000,00.

2.JUSTIFICATIVA

A inclusão do item Mesa Elétrica com Sistema de Elevação Automático para utilização em lâmpadas de fenda, ceratômetros e autorrefratores no Plano de Contratações Anual – PCA justifica-se pela necessidade de disponibilizar estrutura adequada, segura e ergonômica para a instalação e utilização dos equipamentos destinados à realização de exames oftalmológicos. O equipamento é essencial para proporcionar ajuste preciso de altura e posicionamento dos equipamentos oftalmológicos, permitindo maior conforto e segurança tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes durante a realização dos procedimentos. O sistema de elevação motorizado possibilita adequar a altura da mesa às diferentes necessidades de atendimento, contribuindo para melhores condições ergonômicas e para a adequada execução dos exames. A aquisição também visa garantir suporte seguro aos equipamentos, considerando a necessidade de capacidade mínima de 50 kg, além de alimentação elétrica compatível para lâmpadas de fenda e demais equipamentos utilizados no atendimento oftalmológico. A estrutura em aço, o tampo em material compatível e o acabamento com tinta epóxi favorecem a durabilidade, resistência e facilidade de higienização do equipamento, características importantes para utilização em ambiente assistencial. A disponibilização da mesa elétrica contribuirá para a melhoria da infraestrutura dos serviços de oftalmologia, possibilitando a instalação adequada dos equipamentos, maior eficiência na realização dos exames e melhores condições de atendimento aos usuários do serviço de saúde. A aquisição também busca reduzir riscos relacionados ao Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://palmeira.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=4e67048b-e8eb-4191-ba6a-b828c2b90259 posicionamento inadequado dos equipamentos e proporcionar maior funcionalidade ao ambiente de atendimento. A exigência de garantia mínima de 12 meses, instalação, assistência técnica e substituição de peças e componentes defeituosos, bem como de manual em português e registro na ANVISA, tem por objetivo assegurar a qualidade, a segurança, a regularidade sanitária e a continuidade de funcionamento do equipamento durante sua utilização. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e pertinente para assegurar a adequada estruturação e manutenção dos serviços de atendimento oftalmológico, contribuindo para a qualidade, segurança, eficiência e continuidade dos exames realizados pela unidade de saúde, razão pela qual se justifica sua inclusão no Plano de Contratações Anual – PCA.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 27 de agosto de 2026.

Osmair Lederer

ANEXO 12 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	N°. CONTRATO/ATA	DATA DE VENCIMENTO	PREVÊ PRORROGAÇÃO?	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE
ANÁLISE DE ÁGUA	RENOVAÇÃO	1567/2024	OUTUBRO/ 2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO/ 2025	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.936,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO (CORRETIVA)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	NOVEMBRO/2025	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS MANIPULADOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	DISPENSA	NOVEMBRO/2025	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO/2025	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	ALTA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS III	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	JANEIRO/ 2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO/2025	FEVEREIRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 2.100.000,00	ALTA

ALUGUEL GERAL - LOCAÇÕES SERVIÇOS DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA	R$ 350.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS - SOLUÇÕES OFTÁLMICAS	CONTRATAÇÃO	PREGÃO 52	MAIO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JANEIRO	MARÇO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
MATERIAIS EDUCATIVOS EM GERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	MÉDIA
CÂMARAS DE MONITORAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	ALTA
MATERIAIS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO/EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 100.000,00	ALTA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS II	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	MARÇO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	ALTA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS IV	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	ABRIL/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 500.000,00	ALTA
KIT LANCHE	CONTRATAÇÃO	x	ABRIL/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	MÉDIA
PEÇAS/EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	61 e 62	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 110.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	49, 50 e 51	MAIO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 128.000,00	ALTA
SONÔMETRO (AFERIÇÃO DE RUÍDOS)	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.049,49	MÉDIA
REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	75/2025	JUNHO/2026	SIM	DISPENSA	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 600,00	ALTA
CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA P/ SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (CIRURGIA BUCOMAXILO FACIAL)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	CREDENCIAMENTO	MARÇO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	ALTA
FRALDAS GERIÁTRICAS	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	207 e 208	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.000.000,00	ALTA
UNIFORMES PARA SERVIDORES/CAMPANHAS/OUVITEEN	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	MARÇO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100.000,00	MÉDIA
OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO	CONTRATAÇÃO	221	JULHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	MATERIAL DE CONSUMO/ MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 751.556,51	ALTA
PALESTRAS, WORKSHOPS, CONSULTORIAS, CURSOS E DEMAIS FERRAMENTAS DE TREINAMENTO	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	MÉDIA
EXAMES DE IMAGEM (RAIO X e ECOGRAFIA)	CONTRATAÇÃO	1181/2021	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.130.000,00	ALTA
CARIMBOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	152 e 153	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	JULHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 34.000,00	MÉDIA
MÉDICOS CLÍNICOS GERAIS I	RENOVAÇÃO	1282 e 1283	JUNHO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO	MAIO	JULHO	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 3.083.109,12	ALTA
MANUTENÇÃO/BATERIAS CÂMARAS INDREL	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 100.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO /BATERIAS CÂMARAS BIOTECNO	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 150.000,00	ALTA
INSUMOS PARA ESTOMIAS E ACESSÓRIOS PARA PROTEÇÃO DE PELE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	209,210 E 211	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.000.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES I	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE	R$ 400.000,00	ALTA
MATERIAL PARA GRUPOS TERAPÊUTICOS (CAPS)	CONTRATAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	MÉDIA
EXAMES DE IMAGEM	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	JULHO/2026	SIM	CREDENCIAMENTO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000.000,00	ALTA
PEÇAS/EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	63 e 64	x	SIM	DISPENSA	JUNHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 350.000,00	ALTA

CREDENCIAMENTO MÉDICOS II	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	CREDENCIAMENTO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DE CORRENTES DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 4.000.000,00	ALTA
OVITRAMPAS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	EQUIPAMENTO/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00	MÉDIA
PERSIANAS, LONGARINAS, DEMAIS MOBILIÁRIOS	RENOVAÇÃO/CONTRATAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500.000,00	ALTA
TABLET E ACESSÓRIOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAL PERMANENTE	R$ 260.000,00	MÉDIA
EXAMES LABORATORIAIS (EXAMES GERAL)	CONTRATAÇÃO	x	OUTUBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 6.000.000,00	ALTA
TESTES PSICOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00	MÉDIA
MATERIAIS TERAPÊUTICOS PARA EQUIPE MULTI	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	MÉDIA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS I	CONTRATAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.825.450,00	ALTA
FORNECIMENTO DE ÁGUA ESF WITMARSUM	RENOVAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	AGOSTO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 9.408,00	ALTA
EXAMES ESPECIALIZADOS - EPIDEMIO/DISPENSAÇÃO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	1453	OUTUBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 460.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE GRADIL E GRADES PARA PORTAS E JANELAS	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 200.000,00	ALTA
MATERIAL E MEDICAMENTO, HOSPITALARES DE USO GERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA / CONSUMO	R$ 62.000,00	ALTA
CATETER HIDROFÍLICO/ BOLSAS PARA OSTOMIA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.700.000,00	ALTA
SOROS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO	R$ 130.000,00	ALTA
EXAMES DE ELETRO COM LAUDO	RENOVAÇÃO	1339/2022	NOVEMBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 53.256,00	ALTA
GESTÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	RENOVAÇÃO	1330/2022	NOVEMBRO/2025	SIM	INEXIGIBILIDADE	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.200.000,00	ALTA
CURATIVOS ESPECIAIS E INSUMOS (AMBULATÓRIO DE PELE)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO	FEVEREIRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 315.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOLDOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200.000,00	ALTA
COMPUTADORES/NOTEBOOK	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 300.000,00	ALTA
TONERS E CARTUCHOS	CONTRATAÇÃO	438/2024	DEZEMBRO	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	ALTA
SERVIÇOS DE CHAVEIRO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 8.000,00	BAIXA
LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA EVENTOS	RENOVAÇÃO/CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	MÉDIA
MATERIAIS PARA DECORAÇÕES DE EVENTOS/CAMPANHAS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 50.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO DE EVENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	BAIXA
BRINDES/LEMBRANCINHAS PARA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL BEM OU	R$ 20.000,00	BAIXA

EVENTOS/CAMPANHAS								SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
OBJETOS DE MULTIMÍDIA (MICROFONE, CAIXAS DE SOM, MULTIMÍDIA, TRIPÉ PARA FILMAGEM E OUTROS)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00	MÉDIA
PLASTIFICADORA/GUILHOTINA PARA PAPEL/PARAFUSADEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00	MÉDIA
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SAÚDE	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000.000,00	MÉDIA
MATERIAIS TERAPÊUTICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 70.000,00	MÉDIA
EQUOTERAPIA PARA USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	BAIXA
VIAGENS E PASSEIOS COM USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 13.390,00	MÉDIA
COMPRA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO/EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00	MÉDIA
EPI'S PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	ALTA
SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO PARA EQUIPAMENTOS DA VISA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	MÉDIA
MATERIAIS DE DECORAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	NOVEMBRO	JANEIRO	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 31.000,00	ALTA
SERVIÇO DE CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA PORTAS E JANELAS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 300.000,00	ALTA
RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS,, ÁLCOOL	CONTRATAÇÃO	x	x	CREDENCIAMENTO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO	x	x	CREDENCIAMENTO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO E PAGAMENTO DE TAXAS DE RATEIO	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 4.219.720,92	ALTA
CONFECÇÃO DE TALONÁRIOS PARA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	ALTA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	ALTA
TAGS DE PEDÁGIOS E PLANOS DE MENSALIDADE	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DECORRENTES DE ORDEM JUDICIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE INSUMOS	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 65.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/ OU MATERIAIS – VIA DETERMINAÇÃO JUDICIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA/CONSUMO	R$ 30.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES OFTÁLMICAS II	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	ALTA
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x		A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 77.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS I	CONTRATAÇÃO	x	JULHO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.200.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS II	CONTRATAÇÃO	x	JULHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	R$ 350.000,00	ALTA

								GRATUITA		
MEDICAMENTOS III	CONTRATAÇÃO	x	NOVEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES I,II,III,IV DE USO GERAL	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE	R$ 2.000.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	ABRIL	MATERIAL/SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 650.000,00	ALTA
GALÕES DE ÁGUA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	ALTA
MATERIAIS MÉDICOS	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMAMENTE	R$737.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS II	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	AGOSTO	OUTUBRO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$380.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODA E DEMAIS ITENS, CONFORME EMENDA IMPOSITIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	AGOSTO	OUTUBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$151.884,58	ALTA
AQUISIÇÃO DE MESA ELETRICA COM SISTEMA DE ELEVAÇÃO AUTOMATICO PARA UTILIZAÇÃO EM LAMPADAS DE FENDA	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	DISPENSA	A DEFNIR	A DEFINIR	MATERIAL PERMANTE/MATERIAL DE CONSUMO	R$5.000,00	ALTO
VALOR ESTIMADO	R$ 67.421.360,62									
TOTAL ESTIMADO:								R$ 67.421.360,62		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:CAB79CEB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
38°ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL_EXERCÍCIO DE 2026

38º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável: Joceli Gomes Cunha.
PROCESSO Nº. 6514/2026

1.OBJETO
Contratação de serviço de acolhimento em Casa de Apoio.

2.JUSTIFICATIVA

Solicitamos a presente alteração para cumprimento de Ordem Judicial Processo n° 0001847-27.2026.8.16.0124.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 27 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER

ANEXO 09 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	Nº. CONTRATO/ATA	DATA DE VENCIMENTO	PREVÊ PRORROGAÇÃO?	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	RENOVAÇÃO	45/2024	22/03/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS	RENOVAÇÃO	1539 E 1540/2024	18/07/2026	SIM	ADITIVO	JUNHO	JULHO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE	RENOVAÇÃO	312/2024	13/09/2026	SIM	ADITIVO	AGOSTO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU	R$ 22.000,00	ALTA

SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO NATALIDADE								SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO CIDADANIA	RENOVAÇÃO	x	x	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 230.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O POSTO DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO	RENOVAÇÃO	1479/2024	06/02/2026	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 24.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ÓRGÃO GESTOR	RENOVAÇÃO	1293/2022	22/07/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 42.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS	RENOVAÇÃO	1319/2022; 1466/2023; 1502/2024	11/10/2026; 05/12/2026; 02/04/2026	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA O ÓRGÃO GESTOR	CONTRATAÇÃO	1529/2024	1529/2026	NÃO	PREGÃO OU DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA MÓVEIS	RENOVAÇÃO	1392/2023 E 1529/2024	30/03/2026 E 23/06/2026	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR EVENTOS TEATRAIS TEMÁTICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 20.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES PARA CURSOS, CAPACITAÇÕES E EVENTOS DE CURSOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TRABALHADORES DO SUAS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA PARA OS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTILHAS TEMÁTICAS SOBRE OS SERVIÇOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	BAIXA
PAGAMENTO DE ANUIDADE COGEMAS	RENOVAÇÃO	1449/2023	24/10/2025	SIM	ADITIVO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVELAÇÃO DE FOTOS E AQUISIÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS	RENOVAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	212/2051; 213/2024; 214/2024; 215/2024; 216/2024; 217/2024; 218/2024; 219/2024 E 220/2024	07/08/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 5.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	202/2024; 203/2024; 205/2024; 206/2024 E 154/2025	23/06/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 70.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VESTUÁRIOS CALÇADOS E ACESSÓRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS PARA DECORAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA	R$ 3.000,00	BAIXA

SOCIAL								JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FAIXAS PERSONALIZADAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS	CONTRATAÇÃO	084; 085; 086; 087; 088 E 089/2024	24/04/2025	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	ABRIL	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 28.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PALESTRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RAMPA COM ACESSIBILIDADE PARA O CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS NATALINOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	ABRIL	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OFICINAS PARA GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 45.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA OS GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	AGOSTO	NOVEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 4.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O CADASTRO ÚNICO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE MÚSICO, DUPLA OU BANDA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 35.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TENDAS E OUTROS MATERIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE	R$ 15.000,00	ALTA

								TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE BAILES MENSAIS	RENOVAÇÃO	97/2025	22/07/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PORTA DE MADEIRA NA SEDE DO CONSELHO TUTELAR	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TELA DE PROJEÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS PERSONALIZADOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS DE SOM E MICROFONES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MARÇO	JUNHO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONSOLE VIDEOGAME E OUTROS JOGOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MAIO	AGOSTO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE/ MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE CAMA, MESA E BANHO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DRYWALL, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 60.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E ITENS MEDICAMENTOSOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA EVENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE RESTAURANTE, PIZZARIA, LANCHONETE E SORVETERIA PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CORTE DE CABELO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 300,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DA MULHER E DA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 36.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$2.500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	X	X	X	INEXIGIBILIDADE	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$400.000,00	ALTA
OBRA EM ESPAÇO ALOCADO PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	X	X	X	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	SETEMBRO	JANIERO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$250.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DO COMPLEXO DA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	X	X	X	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	AGOSTO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$7.000.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE APOIO.	CONTRATAÇÃO	X	X	X	DISPENSA	AGOSTO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	R$108.000,00	ALTA
TOTAL ESTIMADO:								R$9.157.800,00		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:3FBF69F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR							
CONSOLIDADO							Data: 27/08/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2026
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	50.000.000,00	92.824.952,05	16.467.640,92	17,74	34.968.659,89	37,67	57.856.292,16
RECEITAS CORRENTES	50.000.000,00	51.343.135,20	9.957.255,45	19,39	27.427.171,38	53,42	23.915.963,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.382.000,00	4.457.133,81	1.013.639,37	22,74	3.521.028,38	79,00	936.105,43
Impostos	3.511.000,00	3.586.133,81	914.165,75	25,49	3.187.069,40	88,87	399.064,41
Taxas	669.000,00	669.000,00	99.473,62	14,87	319.894,03	47,82	349.105,97
Contribuição de Melhoria	202.000,00	202.000,00	0,00	0,00	14.064,95	6,96	187.935,05
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	654.000,00	654.000,00	217.505,17	33,26	582.931,58	89,13	71.068,42
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	100.000,00	100.000,00	1.128,57	1,13	2.821,42	2,82	97.178,58
Valores Mobiliários	554.000,00	554.000,00	216.376,60	39,06	580.110,16	104,71	-26.110,16
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	30.937,10	30,33	71.062,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	30.937,10	30,33	71.062,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.662.000,00	45.930.001,39	8.721.215,24	18,99	23.255.585,39	50,63	22.674.416,00
Transferências da União e de suas Entidades	20.323.000,00	20.780.361,89	4.380.761,27	21,08	11.539.378,16	55,53	9.240.983,73
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.639.000,00	17.449.639,50	3.344.639,39	19,17	8.838.003,26	50,65	8.611.636,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Outras Instituições Públicas	7.700.000,00	7.700.000,00	995.814,58	12,93	2.878.203,97	37,38	4.821.796,03
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	4.895,67	2,45	36.688,93	18,34	163.311,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	4.895,67	0,00	16.688,93	0,00	-16.688,93
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	41.481.816,85	6.510.385,47	15,69	7.541.488,51	18,18	33.940.328,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.190.000,00	388.150,00	32,62	388.150,00	32,62	801.850,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	1.190.000,00	388.150,00	32,62	388.150,00	32,62	801.850,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	40.291.816,85	6.122.235,47	15,19	7.153.338,51	17,75	33.138.478,34
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	266.037,14	166.915,10	62,74	166.915,10	62,74	99.122,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	40.025.779,71	5.955.320,37	14,88	6.986.423,41	17,45	33.039.356,30
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	50.000.000,00	92.824.952,05	16.467.640,92	17,74	34.968.659,89	37,67	57.856.292,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	50.000.000,00	92.824.952,05	16.467.640,92	17,74	34.968.659,89	37,67	57.856.292,16
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	----	0,00	----	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	50.000.000,00	92.824.952,05	16.467.640,92	17,74	34.968.659,89	37,67	57.856.292,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.744.556,92	----	----	6.744.556,92	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	6.744.556,92	----	----	6.744.556,92	----	----
Reabertura de Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	49.950.000,00	100.626.473,24	14.924.346,72	32.398.376,16	68.228.097,08	11.959.111,23	28.782.495,12	71.843.978,12	27.540.157,42
DESPESAS CORRENTES	47.092.500,00	53.436.372,48	8.362.230,96	23.256.057,02	30.180.315,46	7.765.820,34	22.009.000,85	31.427.371,63	21.456.607,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.155.430,00	26.784.342,79	4.330.403,83	12.514.927,49	14.269.415,30	4.330.403,83	12.514.927,49	14.269.415,30	12.175.620,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.887.070,00	26.602.029,69	3.981.827,13	10.691.129,53	15.910.900,16	3.385.416,51	9.444.073,36	17.157.956,33	9.230.986,84

DESPESAS DE CAPITAL	2.857.500,00	47.190.100,76	6.562.115,76	9.142.319,14	38.047.781,62	4.193.290,89	6.773.494,27	40.416.606,49	6.083.549,67
INVESTIMENTOS	1.862.500,00	45.684.100,76	6.046.115,76	7.636.319,14	38.047.781,62	3.857.290,89	5.447.494,27	40.236.606,49	5.040.542,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	995.000,00	1.506.000,00	516.000,00	1.506.000,00	0,00	336.000,00	1.326.000,00	180.000,00	1.043.007,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	50.000.000,00	100.676.473,24	14.924.346,72	32.398.376,16	68.278.097,08	11.959.111,23	28.782.495,12	71.893.978,12	27.540.157,42
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	50.000.000,00	100.676.473,24	14.924.346,72	32.398.376,16	68.278.097,08	11.959.111,23	28.782.495,12	71.893.978,12	27.540.157,42
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	2.570.283,73	----	----	6.186.164,77	----	7.428.502,47
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	50.000.000,00	100.676.473,24	14.924.346,72	34.968.659,89	----	11.959.111,23	34.968.659,89	----	34.968.659,89
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:31:49.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:FBEA05DF

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR										
CONSOLIDADO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								Exercício de 2026		
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")								R$ 1,00		
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	49.950.000,00	100.626.473,24	14.924.346,72	32.398.376,16	100,00	68.228.097,08	11.959.111,23	28.782.495,12	100,00	71.843.978,12
LEGISLATIVA	2.445.000,00	2.445.000,00	267.455,22	833.620,72	2,57	1.611.379,28	267.455,22	833.620,72	2,90	1.611.379,28
AÇÃO LEGISLATIVA	2.445.000,00	2.445.000,00	267.455,22	833.620,72	2,57	1.611.379,28	267.455,22	833.620,72	2,90	1.611.379,28
ADMINISTRAÇÃO	6.423.670,00	6.691.415,90	757.258,42	4.062.159,55	12,54	2.629.256,35	747.789,00	4.047.312,13	14,06	2.644.103,77
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	775.000,00	775.000,00	150.208,32	345.911,85	1,07	429.088,15	150.208,32	345.911,85	1,20	429.088,15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.088.670,00	5.356.415,90	514.049,75	3.316.109,08	10,24	2.040.306,82	513.097,53	3.312.768,86	11,51	2.043.647,04
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	560.000,00	560.000,00	93.000,35	400.138,62	1,24	159.861,38	84.483,15	388.631,42	1,35	171.368,58
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.980.000,00	9.145.211,25	990.811,29	1.796.060,16	5,54	7.349.151,09	905.293,15	1.698.622,02	5,90	7.446.589,23

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	436.000,00	629.471,12	45.909,43	156.622,06	0,48	472.849,06	40.980,30	151.692,93	0,53	477.778,19
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	259.000,00	5.579.653,09	432.486,82	490.257,29	1,51	5.089.395,80	440.292,75	486.143,22	1,69	5.093.509,87
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.285.000,00	2.936.087,04	512.415,04	1.149.180,81	3,55	1.786.906,23	424.020,10	1.060.785,87	3,69	1.875.301,17
SAÚDE	13.286.847,50	16.344.995,07	3.162.168,58	8.346.174,87	25,76	7.998.820,20	2.913.199,43	8.054.046,99	27,98	8.290.948,08
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	50.000,00	50.000,00	0,00	16.009,75	0,05	33.990,25	0,00	16.009,75	0,06	33.990,25
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.308.000,00	4.453.858,78	981.106,01	1.873.930,49	5,78	2.579.928,29	953.066,50	1.845.885,62	6,41	2.607.973,16
ATENÇÃO BÁSICA	8.223.847,50	11.136.136,29	2.148.950,93	6.278.698,11	19,38	4.857.438,18	1.950.674,88	6.038.475,99	20,98	5.097.660,30
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	500.000,00	500.000,00	32.111,64	175.536,52	0,54	324.463,48	9.458,05	151.675,63	0,53	348.324,37
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	155.000,00	155.000,00	0,00	2.000,00	0,01	153.000,00	0,00	2.000,00	0,01	153.000,00
EDUCAÇÃO	17.674.482,50	20.377.106,61	2.625.050,21	7.525.917,71	23,23	12.851.188,90	2.435.296,28	6.830.849,73	23,73	13.546.256,88
EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ENSINO FUNDAMENTAL	17.464.482,50	19.721.906,61	2.620.306,46	7.517.351,95	23,20	12.204.554,66	2.430.552,53	6.822.283,97	23,70	12.899.622,64
DEMAIS SUBFUNÇÕES	190.000,00	635.200,00	4.743,75	8.565,76	0,03	626.634,24	4.743,75	8.565,76	0,03	626.634,24
CULTURA	20.000,00	20.000,00	0,00	2.850,00	0,01	17.150,00	0,00	2.850,00	0,01	17.150,00
DIFUSÃO CULTURAL	20.000,00	20.000,00	0,00	2.850,00	0,01	17.150,00	0,00	2.850,00	0,01	17.150,00
URBANISMO	890.000,00	32.201.499,82	3.524.321,58	3.770.503,07	11,64	28.430.996,75	3.217.012,68	3.454.042,87	12,00	28.747.456,95
INFRA-ESTRUTURA URBANA	190.000,00	31.431.555,80	3.361.385,97	3.363.936,27	10,38	28.067.619,53	3.061.280,17	3.063.830,47	10,64	28.367.725,33
SERVIÇOS URBANOS	700.000,00	769.944,02	162.935,61	406.566,80	1,25	363.377,22	155.732,51	390.212,40	1,36	379.731,62
AGRICULTURA	2.130.000,00	6.106.767,53	546.226,51	854.736,85	2,64	5.252.030,68	304.712,40	603.338,44	2,10	5.503.429,09
EXTENSÃO RURAL	2.130.000,00	6.106.767,53	546.226,51	854.736,85	2,64	5.252.030,68	304.712,40	603.338,44	2,10	5.503.429,09
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
ENERGIA	356.000,00	371.627,98	21.622,78	36.886,52	0,11	334.741,46	21.622,78	36.886,52	0,13	334.741,46
ENERGIA ELÉTRICA	356.000,00	371.627,98	21.622,78	36.886,52	0,11	334.741,46	21.622,78	36.886,52	0,13	334.741,46
TRANSPORTE	3.044.000,00	5.587.849,08	2.413.432,13	3.873.466,71	11,96	1.714.382,37	760.730,29	2.154.925,70	7,49	3.432.923,38
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.044.000,00	5.587.849,08	2.413.432,13	3.873.466,71	11,96	1.714.382,37	760.730,29	2.154.925,70	7,49	3.432.923,38
ENCARGOS ESPECIAIS	700.000,00	1.335.000,00	616.000,00	1.296.000,00	4,00	39.000,00	386.000,00	1.066.000,00	3,70	269.000,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	700.000,00	1.335.000,00	616.000,00	1.296.000,00	4,00	39.000,00	386.000,00	1.066.000,00	3,70	269.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SAÚDE	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	**50.000.000,00**	**100.676.473,24**	**14.924.346,72**	**32.398.376,16**	**100,00**	**68.278.097,08**	**11.959.111,23**	**28.782.495,12**	**100,00**	**71.893.978,12**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:38:24.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:5F0F8D45

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN - PR														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 A JUNHO/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.495.230,24**	**4.968.446,87**	**5.687.198,41**	**4.178.314,60**	**5.750.936,12**	**11.852.441,91**	**5.355.294,09**	**5.121.698,26**	**4.671.982,23**	**5.033.144,53**	**5.197.516,64**	**6.136.454,77**	**68.448.658,67**	**58.943.135,20**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	332.061,58	119.337,99	460.967,25	313.824,05	550.126,05	1.305.764,00	585.521,93	529.630,46	617.114,88	775.121,74	601.966,12	411.673,25	6.603.109,30	4.457.133,81
I.P.T.U.	59.590,97	34.509,70	37.689,33	39.850,09	9.788,69	14.818,84	16.282,49	53.003,17	88.536,30	271.105,72	53.557,24	41.980,26	720.712,80	975.000,00
I.S.S.	196.561,63	34.087,90	161.058,85	87.666,48	264.192,20	268.695,58	386.733,15	287.364,39	327.277,00	190.096,80	268.950,13	101.708,18	2.574.392,29	901.133,81
I.T.B.I.	34.876,18	20.043,17	50.000,42	32.946,48	99.938,32	22.768,85	21.336,75	900,00	27.066,57	33.000,06	34.122,34	24.092,97	401.092,11	810.000,00
I.R.R.F.	19.881,77	23.669,03	204.604,64	134.426,37	155.070,80	978.607,89	129.535,18	134.854,23	135.041,84	170.770,00	186.954,38	202.800,25	2.476.216,38	900.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.151,03	7.028,19	7.614,01	18.934,63	21.136,04	20.872,84	31.634,36	53.508,67	39.193,17	110.149,16	58.382,03	41.091,59	430.695,72	871.000,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	36.001,79	176.120,75	46.497,69	52.876,55	68.433,67	620.603,08	90.796,64	83.465,57	98.149,78	93.014,42	85.738,11	131.767,06	1.583.465,11	654.000,00

Rendimentos de Aplicação Financeira	34.692,65	175.735,71	45.419,57	52.414,50	68.356,66	620.603,08	90.796,64	83.062,51	97.504,88	92.369,53	85.335,05	131.041,55	1.577.332,33	554.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.309,14	385,04	1.078,12	462,05	77,01	0,00	0,00	403,06	644,90	644,89	403,06	725,51	6.132,78	100.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.937,10	0,00	0,00	0,00	0,00	30.937,10	102.000,00
Transferências Correntes	4.127.166,87	4.672.988,13	5.179.733,47	3.801.523,59	5.132.376,40	9.926.074,83	4.669.545,14	4.477.569,07	3.955.653,49	4.143.805,63	4.505.356,74	5.592.574,46	60.184.367,82	53.530.001,39
Cota-Parte do F.P.M.	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,25	1.259.293,56	1.711.807,71	2.768.565,48	1.771.935,36	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	21.969.311,75	19.740.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.565.821,25	1.260.677,16	1.546.094,72	1.403.291,36	1.308.249,37	1.656.629,91	1.449.594,17	1.158.597,10	1.608.607,79	1.487.527,14	1.207.457,59	1.562.423,49	17.214.971,05	18.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	46.618,35	46.749,68	26.623,82	37.003,68	42.024,77	44.417,72	488.500,74	131.979,28	133.253,81	88.030,97	68.190,92	47.146,82	1.200.540,56	1.500.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	1.474,09	7.329,84	30.210,70	279,11	87,80	64,84	490,38	35,95	249,21	674,79	446,80	41.343,51	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	18.476,79	20.409,74	21.644,09	0,00	0,00	0,00	19.180,40	20.127,81	19.924,59	17.527,35	21.062,70	28.128,19	186.481,66	400.000,00
Transferências do FUNDEB	420.863,07	393.546,87	381.935,97	448.227,42	414.874,16	475.149,91	575.570,44	422.028,49	412.696,61	473.109,78	541.816,05	453.998,53	5.413.817,30	7.715.000,00
Outras Transferências Correntes	130.898,99	1.451.794,57	1.294.657,78	623.496,87	1.655.141,28	4.981.224,01	364.699,19	516.492,46	432.034,56	488.926,77	743.644,75	1.474.890,76	14.157.901,99	6.075.001,39
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	10.090,41	0,00	0,00	9.430,38	96,06	1.064,08	21.202,74	4.455,67	440,00	46.779,34	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	**553.315,78**	**565.529,29**	**562.289,48**	**546.008,46**	**612.472,59**	**893.905,01**	**745.855,03**	**707.810,26**	**622.184,25**	**636.353,64**	**643.979,06**	**732.736,90**	**7.822.439,75**	**7.600.000,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	553.315,78	565.529,29	562.289,48	546.008,46	612.472,59	893.905,01	745.855,03	707.810,26	622.184,25	636.353,64	643.979,06	732.736,90	7.822.439,75	7.600.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.941.914,46**	**4.402.917,58**	**5.124.908,93**	**3.632.306,14**	**5.138.463,53**	**10.958.536,90**	**4.609.439,06**	**4.413.888,00**	**4.049.797,98**	**4.396.790,89**	**4.553.537,58**	**5.403.717,87**	**60.626.218,92**	**51.343.135,20**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	200.000,00	800.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.941.914,46	4.402.917,58	5.124.908,93	3.632.306,14	5.138.463,53	10.658.536,90	4.609.439,06	4.413.888,00	4.049.797,98	4.396.790,89	4.253.537,58	5.203.717,87	59.826.218,92	51.343.135,20
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	61.046,29	205.046,29	145.858,78
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	83.871,71	58.920,21	57.684,00	0,00	103.527,60	0,00	0,00	0,00	55.114,00	61.598,00	55.114,00	475.829,52	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.941.914,46	4.319.045,87	5.065.988,72	3.574.622,14	5.138.463,53	10.555.009,30	4.609.439,06	4.269.888,00	4.049.797,98	4.341.676,89	4.191.939,58	5.087.557,58	59.145.343,11	51.197.276,42
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:31:46.														
Nota(s) Explicativa(s):														

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F7A17944

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR													
CONSOLIDADO													
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												Exercício de 2026	
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO													
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
JANEIRO A JUNHO 2026 / MÊS JUNHO 2026													
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)												R$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2025 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	2.839.169,00	2.837.777,13	0,00	1.391,87	0,00	387.764,30	379.475,29	379.475,29	0,00	8.289,01	9.680,88	
PODER EXECUTIVO	0,00	2.839.169,00	2.837.777,13	0,00	1.391,87	0,00	387.764,30	379.475,29	379.475,29	0,00	8.289,01	9.680,88	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	32.134,23	32.134,23	0,00	0,00	0,00	3.507,55	0,00	0,00	0,00	3.507,55	3.507,55	
PODER EXECUTIVO	0,00	2.807.034,77	2.805.642,90	0,00	1.391,87	0,00	384.256,75	379.475,29	379.475,29	0,00	4.781,46	6.173,33	
Total (III) = (I + II):	**0,00**	**2.839.169,00**	**2.837.777,13**	**0,00**	**1.391,87**	**0,00**	**387.764,30**	**379.475,29**	**379.475,29**	**0,00**	**8.289,01**	**9.680,88**	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:38:38.													
Nota(s) Explicativa(s):													

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:056A6DB3

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR				
CONSOLIDADO				Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO / BIMESTRE MAIO - JUNHO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**3.511.000,00**	**3.586.133,81**	**3.187.069,40**	**88,87**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	975.000,00	975.000,00	524.465,18	53,79
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	810.000,00	810.000,00	140.518,69	17,35
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	826.000,00	901.133,81	1.562.129,65	173,35
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	900.000,00	900.000,00	959.955,88	106,66
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**38.000.000,00**	**38.000.000,00**	**20.444.596,14**	**53,80**
Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	10.885.373,31	60,47
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	1.961,97	1,96
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	957.102,54	63,81
Cota-Parte ICMS	18.000.000,00	18.000.000,00	8.474.207,28	47,08
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	125.951,04	31,49
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**41.511.000,00**	**41.586.133,81**	**23.631.665,54**	**56,83**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.667.847,50	5.692.981,31	4.098.430,61	71,99	3.861.478,49	67,83	3.791.052,54	66,59
Despesas Correntes	5.537.847,50	5.487.847,50	4.036.202,46	73,55	3.816.074,83	69,54	3.745.648,88	68,25
Despesas de Capital	130.000,00	205.133,81	62.228,15	30,34	45.403,66	22,13	45.403,66	22,13
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	4.308.000,00	4.308.000,00	1.873.930,49	43,50	1.845.885,62	42,85	1.838.846,89	42,68
Despesas Correntes	4.258.000,00	4.258.000,00	1.873.930,49	44,01	1.845.885,62	43,35	1.838.846,89	43,19
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	360.000,00	360.000,00	137.997,89	38,33	115.196,15	32,00	115.196,15	32,00
Despesas Correntes	350.000,00	350.000,00	137.997,89	39,43	115.196,15	32,91	115.196,15	32,91
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	55.000,00	55.000,00	2.000,00	3,64	2.000,00	3,64	2.000,00	3,64
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	2.000,00	40,00	2.000,00	40,00	2.000,00	40,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	50.000,00	50.000,00	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02
Despesas Correntes	50.000,00	50.000,00	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**10.540.847,50**	**10.565.981,31**	**6.128.368,74**	**58,00**	**5.840.570,01**	**55,28**	**5.763.105,33**	**54,54**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**

	(d)	(e)	(f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.128.368,74	5.840.570,01	5.763.105,33
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	100.146,38	100.146,38	100.146,38
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**6.028.222,36**	**5.740.423,63**	**5.662.958,95**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.544.749,83
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**2.483.472,53**	**2.195.673,80**	**2.118.209,12**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**25,51**	**24,29**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos do exercício de referência 2026	3.544.749,83	6.028.222,36	2.483.472,53	0,00	100.146,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.583.618,91
Empenhos do exercício anterior 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	5.822.574,95	6.048.422,75	225.847,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.847,80
Empenhos de 2023	4.148.495,94	6.712.463,79	2.563.967,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.563.967,85
Empenhos de 2022 e anteriores	4.888.351,78	7.782.256,65	2.893.904,87	0,00	30.672,38	0,00	0,00	0,00	0,00	2.924.577,25
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.794.000,00	5.388.753,63	4.147.065,37	76,96
Proveniente da União	2.413.000,00	2.551.608,00	1.782.676,16	69,86
Proveniente dos Estados	381.000,00	2.837.145,63	2.364.389,21	83,34
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	42.000,00	42.000,00	91.856,20	218,71
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.836.000,00**	**5.430.753,63**	**4.238.921,57**	**78,05**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.556.000,00	5.443.154,98	2.094.723,40	38,48	2.091.453,40	38,42	2.091.453,40	38,42

Despesas Correntes	2.556.000,00	2.927.811,61	1.232.053,72	42,08	1.228.783,72	41,97	1.228.783,72	41,97
Despesas de Capital	0,00	2.515.343,37	862.669,68	34,30	862.669,68	34,30	862.669,68	34,30
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	145.858,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	145.858,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	140.000,00	140.000,00	37.538,63	26,81	36.479,48	26,06	36.479,48	26,06
Despesas Correntes	140.000,00	140.000,00	37.538,63	26,81	36.479,48	26,06	36.479,48	26,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.796.000,00**	**5.829.013,76**	**2.132.262,03**	**36,58**	**2.127.932,88**	**36,51**	**2.127.932,88**	**36,51**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.223.847,50	11.136.136,29	6.193.154,01	55,61	5.952.931,89	53,46	5.882.505,94	52,82
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	4.308.000,00	4.453.858,78	1.873.930,49	42,07	1.845.885,62	41,44	1.838.846,89	41,29
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	500.000,00	500.000,00	175.536,52	35,11	151.675,63	30,34	151.675,63	30,34
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	155.000,00	155.000,00	2.000,00	1,29	2.000,00	1,29	2.000,00	1,29
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	50.000,00	50.000,00	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02	16.009,75	32,02
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**13.336.847,50**	**16.394.995,07**	**8.260.630,77**	**50,39**	**7.968.502,89**	**48,60**	**7.891.038,21**	**48,13**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:36:08.								
Notas:								
[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.								
Nota(s) Explicativa(s):								
PAULO FRONTIN, 27/08/2026								

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:500BBE47

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN - PR														
CONSOLIDADO														Exercício de 2026
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2025 - JUNHO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA	1.693.416,54	1.826.172,80	1.860.865,94	1.875.418,39	1.896.276,95	3.685.567,55	1.877.094,98	1.986.390,75	1.983.651,35	2.337.386,58	2.151.123,98	2.179.279,85	25.352.645,66	0,00

COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo	1.693.416,54	1.826.172,80	1.860.865,94	1.875.418,39	1.896.276,95	3.685.567,55	1.877.094,98	1.986.390,75	1.983.651,35	2.337.386,58	2.151.123,98	2.179.279,85	25.352.645,66	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.426.237,05	1.554.987,20	1.320.824,44	1.343.341,94	1.620.304,86	3.020.365,00	1.512.069,32	1.650.900,07	1.654.040,55	1.940.953,57	1.792.849,58	1.818.616,77	20.655.490,35	0,00
Obrigações Patronais	267.179,49	271.185,60	540.041,50	532.076,45	275.972,09	665.202,55	365.025,66	335.490,68	329.610,80	396.433,01	358.274,40	360.663,08	4.697.155,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	314.568,61	9.783,84	10.509,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.861,82	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	314.568,61	9.783,84	10.509,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.861,82	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.693.416,54	1.511.604,19	1.851.082,10	1.864.909,02	1.896.276,95	3.685.567,55	1.877.094,98	1.986.390,75	1.983.651,35	2.337.386,58	2.151.123,98	2.179.279,85	25.017.783,84	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**60.626.218,92**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**800.000,00**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	**205.046,29**	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	**475.829,52**	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	**0,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**59.145.343,11**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**25.017.783,84**	**42.30%**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**35.487.205,87**	**60%**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**33.712.845,58**	**57%**

LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**31.938.485,28**	**54%**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN. Emissão: 27/08/2026, às 08:26:33.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F4FE4D66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PCA 2027 DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Nº do item	Tipo do item	Renovação de contrato	Descrição sucinta do objeto	Estimativa de valor anual da contratação (R$)	CR	Data desejada para contratação ou aquisição	Grau de prioridade da contratação ou aquisição	Unidade requisitante	Tem vinculação ou dependência com outro	Justificativa da necessidade da contratação
1	Compra	NÃO	Perifericos de informatica	R$ 25.000,00	44	jan/27	Alto	SMAD	Não	Considerando o desgaste natural decorrente dos computadores, notebooks e rede lógica, a aquisição de materiais de instalação, equipamentos, periféricos e ferramentas é imprescindível para a manutenção tanto preventiva quanto comum do uso diário, contribuindo para uma gestão moderna e eficiente.
2	Serviços	SIM	Associações (AMP, Amlipa, CNM Confed. Nacional dos Mun)	R$ 75.000,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	Associações, AMP, AMLIPA, CNM.
3	Compra	NÃO	Materiais de limpeza e higiene	R$ 97.594,00	44	jan/27	Alto	SMAD	Não	Para assepsia dos predios públicos.
4	Compra	NÃO	Computadores, notebooks, tabletes e monitores inclináveis	R$ 100.000,00	53	jan/27	Alto	SMAD	Não	A aquisição é imprescindível para o adequado aparelhamento do parque de informática, contribuindo para uma gestão moderna e eficiente
5	Compra	NÃO	Materiais Permanentes	R$ 150.000,00	53	jan/27	Médio	SMAD	Não	A aquisição de variados materiais permanentes justifica-se a fim de proporcionar melhores estruturas de trabalho aosservidores/funcionários, bem como possibilitar melhoramento no atendimento e segurança institucional.
6	Compra	NÃO	Materiais de Expediente	R$ 115.000,00	44	jan/27	Alto	SMAD	Não	São materiais necessários para desenvolvimentos das atividades administrativas corriqueiras.
7	Serviço	NÃO	Material Gráfico	R$ 20.000,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	A contratação se justifica devido às inúmeras e diversas demandas na área deimpressões gráficas dentro da Prefeitura de Pontal do Paraná, compreendendo os trabalhos deprodução e impressão de cartazes, banners, folders, adesivos, banners, adesivos, entre outrosserviços que poderão surgir.
8	Serviço	SIM	Cartório	R$ 11.500,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	Manutenção dos serviços de tabelionatos, cartórios.
9	Serviço	SIM	Sistema - banco de preços	R$ 8.600,00	50	jan/27	Alto	SMAD	Não	Para levantamento de orçamentos para licitações.
10	Serviço	SIM	Gerenciamento e Publicação online de atos oficiais	R$ 13.000,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	Publicidade dos atos públicos. Para cumprimento da legislação.
11	Serviço	SIM	Publicação no Diário Oficial da União	R$ 10.000,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	Publicidade dos atos públicos, principalmente os ligados a licitações.
12	Compra	NÃO	Alimentos não perecíveis - Café e Açucar	R$ 40.000,00	44	jan/27	Alto	SMAD	Não	Justifica-se pela necessidade do suprimento das demandas cotidianas quanto ao consumo de café, nas dependências da Prefeitura.
13	Serviço	SIM	Água e esgoto	R$ 650.000,00	49	jan/27	Alto	SMAD	Não	Necessidade contínua de saneamento básico.
14	Compra	NÃO	Água mineral 500 ml e Galão de 20 litros	R$ 15.000,00	44	fev/27	Alto	SMAD	Não	Justifica-se pela necessidade do suprimento das demandas cotidianas quanto ao consumo de água e gás (GLP), bem como na manutenção das atividades de cozinha nas dependências das Secretarias Municipais
15	Compra	NÃO	Gás (GLP) de 13 kg	R$ 9.000,00	44	fev/27	Alto	SMAD	Não	Justifica-se pela necessidade do suprimento das demandas cotidianas quanto ao consumo de gás (GLP), bem como na manutenção das atividades de cozinha nas dependências das Secretarias Municipais
16	Serviço	SIM	Energia Elétrica	R$ 530.000,00	49	fev/27	Alto	SMAD	Não	Energia Eletrica para os prédios públicos.
17	Serviço	SIM	Estagiários	R$ 285.000,00	49	fev/27	Médio	SMAD	Não	Promover ao estaudante, estagiário, treinamento prático em sua formação profissional, propiciando aprendizado útil na formação em suas áreas acadêmicas e/ou técnicas e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da profissão.
18	Serviço	SIM	INternet para o Servidor	R$ 52.500,00	50	fev/27	Alto	SMAD	Não	Ativo tecnológico que permite a conexão da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná ao mundo da internet por meio de uma conexão física de cabo de fibra ótica.
19	Compra	NÃO	Material para Alvenaria, Elétrica e Hidráulica	R$ 60.000,00	44	mar/27	Alto	SMAD	Não	Manutenção e reparos dos prédios públicos.
20	Serviço	SIM	Rastreamento Veicular	R$ 83.000,00	49	abr/27	Alto	SMAD	Não	Justifica-se para controle da frota de veículos municipais.
21	Serviço	SIM	Internet Banda Larga	R$ 24.600,00	50	abr/27	Alto	SMAD	Não	Disponibilizar internet aos setores e servidores para o desenvolvimento das demandas de trabalho.
22	Serviço	SIM	Serviços de Postagem	R$ 31.250,00	49	abr/27	Alto	SMAD	Não	Correspodência via Correios.
23	Serviço	NÃO	Roçadas	R$ 90.000,00	49	abr/27	Alto	SMAD	Não	Manutenção das áreas verdes nos prédios públicos e vias públicas.
24	Serviço	SIM	Terceirização de Mao de Obra -	R$ 500.000,00	48	abr/27	Alto	SMAD	Não	A contratação é necessária para a execução de serviços internos imprescindíveis ao funcionamento

			Limpeza							dos setores, cujo desempenho é atribuição de funções não previstas no plano de cargos do município.
25	Obra	NÃO	Reforma Sede da Prefeitura	R$ 640.000,00	42	mai/27	Alto	SMAD	Não	Armazenamento organizado e sistematizado dos bens materiais, de consumo aquiridos para atendimento das demandas das secretarias.
26	Compra	NÃO	Letreiro - para a Sede da Prefeitura	R$ 50.000,00	49	mai/27	Alto	SMAD	Não	Identificação do Paço Público Municipal.
27	Serviço	SIM	Plataforma WEB - Protocolo	R$ 75.000,00	50	mai/27	Alto	SMAD	Não	Para atendimento do Decreto Municipal n.º 9460 de 03 de fevereiro de 2021, que estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o Sistema Eletrônico de Informações (protocolo digital) ferramenta de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos. Visa economia em impressões, redução
28	Serviço	SIM	Locação de Veículos	R$ 121.000,00	46	jun/27	Alto	SMAD	Não	Em razão da grande demanda de serviços administrativos e ocasionais, que superam a capacidade operacional da frota municipal.
29	Serviço	SIM	Web site	R$ 20.000,00	50	jul/27	Alto	SMAD	Sim	Realiza a hospedagem de website (Sítio Eletrônico) responsivo e personalizado da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, com sistema para gerenciamento de conteúdo (CMS), hospedagem em banco de dados, para adequação as Leis Vigentes.
30	Serviço	SIM	Software Gestão Pública	R$ 1.010.000,00	50	jul/27	Alto	SMAD	Não	Os sistemas de gestão informatizados são imprescindíveis para a manutenção das rotinas de serviços e controles de bancos de dados, históricos e relatórios, o objetivo da contratação é facilitar as atividades do dia a dia, tornado a gestão mais eficaz e eficiente.
31	Serviço	NÃO	Serviço de Telefonia fixa e móvel	R$ 215.000,00	49	jul/27	Alto	SMAD	Não	atender não só as necessidades dos servidores públicos no desenvolvimento de suas rotinas de trabalho, mas também para atender com excelência os munícipes, com telefonia fica e móvel. Pois, há a necessidade de comunicação interna, entre os servidores públicos, bem como para atender a terceiros (munícipes, empresas, empresas ou pessoas de outras cidades, etc.).
32	Serviço	NÃO	Limpeza de Caixa d´àgua, caixa de gordura dedetização e desratização	R$ 10.000,00	49	ago/27	Alto	SMAD	Não	Adequar os ambientes de trabalho às normas sanitárias, prevenindo doenças e problemas de saúde.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:90201613

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 61, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 61, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Altera o anexo único da Resolução CR 24, de 27 de maio de 2026.

O CONSELHO DE REGULAÇÃO (CR), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,
CONSIDERANDO a necessidade de atualização do anexo único da Resolução CR nº 24, de 27 de maio de 2026, em razão da adesão de novos municípios à regulação, com a consequente inclusão das respectivas datas de fiscalização;
CONSIDERANDO que o Conselho de Regulação do Orcispar manifestou decisão favorável em sessão realizada no dia 26 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar o anexo I da Resolução CR nº 24, de 27 de maio de 2026, que dispõe sobre o Plano de Fiscalização Trienal do Orcispar.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá (PR), 26 de agosto de 2026.

THIAGO B. MARIN
Presidente do Conselho de Regulação Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Anexo Único
Plano de Fiscalização Trienal 2026 a 2028
Agosto, 2026
Índice
1 Corpo Técnico de Regulação e Fiscalização..... 5

1.1 Diretoria 5
1.2 Equipe Técnica..... 5
2 Introdução..... 6
3 Programação técnica de fiscalização..... 6
4 Considerações Finais..... 8

1 Corpo Técnico de Regulação e Fiscalização

1.1 Diretoria

Rogel Martins Barbosa Diretor de Regulação e Fiscalização

1.2 Equipe Técnica

Renata Alves Perez Coordenadora de Fiscalização
Karen Tauani dos S. S. Moreira Analista de Fiscalização e Regulação
Pedro Leonardo Vieira Andrade Técnico em Saneamento
Orcispar – Órgão Regulador de Saneamento do Paraná
Avenida Colombo, no. 6460 – Zona 07 – Maringá/Paraná – CEP: 87.030-120 Telefone: (44) 3123-2830

2 Introdução

O Órgão Regulador de Saneamento do Paraná (ORCISPAR) constitui entidade de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico em 59 municípios associados. Fundamentado nas Leis Federais nº 11.107/2005 e nº 11.445/2007, bem como nos Decretos nº 6.017/2007 e nº 7.217/2010, o órgão viabiliza a gestão associada dos serviços públicos, tendo o Conselho Superior de Regulação como sua instância máxima de deliberação técnica.

A atuação do ORCISPAR abrange 54 contratos de programa relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 24 contratos voltados ao manejo de resíduos sólidos urbanos e 20 contratos referentes à drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Nesse contexto, sua estrutura institucional tem por finalidade estabelecer padrões de qualidade, definir diretrizes regulatórias e assegurar o cumprimento de metas, por meio de ações contínuas de fiscalização, garantindo que a prestação dos serviços ocorra com eficiência, regularidade e conformidade com os requisitos técnicos e operacionais.

Para além de sua função normativa, o ORCISPAR promove o fortalecimento do controle social e da transparência, mediante a realização de consultas e audiências públicas. A atividade fiscalizatória, por sua vez, configura-se como instrumento essencial para assegurar que os serviços de saneamento básico — abrangendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana — sejam prestados de forma adequada, segura e em consonância com as políticas públicas municipais e as normas técnicas vigentes.

3 Programação técnica de fiscalização

O Cronograma de Fiscalização é documento detalhado com as datas e cronograma analítico das fiscalizações. Além do mais, é composto por um conjunto de ações fiscalizatórias e suas respectivas atividades, com a finalidade de monitorar a prestação de serviços dentro de cada segmento operacional que compõe os sistemas de abastecimento de água, esgoto, resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.

A programação de fiscalização foi elaborada conforme a Portaria nº 02/2026 do ORCISPAR, que dispõe sobre o Procedimento Operacional Padrão (POP) referente ao Plano de Fiscalização, no âmbito do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná (ORCISPAR). Algumas datas de fiscalização foram programadas para 2029 para respeitar os prazos da Portaria nº 02/2026 do ORCISPAR.

Abaixo segue o plano de fiscalização trienal:

Tabela 01: Plano Trienal de Fiscalização

Região Geográfica	Municípios	ÁGUA E ESGOTO			RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA			DRENAGEM		
		ATO	FI	FC	ATO	FI	FC	ATO	FI	FC
Norte Central Paranaense	Alvorada do Sul	09/11/2026	09/11/2027	13/11/2028	-	-	-	-	-	-
	Ângulo	2026	02/03/2027	20/03/2028	-	-	-	-	-	-
	Colorado	16/11/2026	16/11/2027	16/11/2028	2025	10/05/2027	15/05/2028	-	-	-
	Flórida	2026	09/03/2027	13/03/2028	19/10/2026	18/10/2027	18/10/2028	19/10/2026	18/10/2027	18/10/2028
	Ibiporã	2026	16/03/2027	27/03/2028	-	-	-	-	-	-
	Iguaraçu	2026	23/03/2027	22/03/2028	25/11/2026	25/11/2027	27/11/2028	25/11/2026	25/11/2027	27/11/2028
	Jaguapitã	2026	25/03/2027	29/03/2028	-	-	-	-	-	-
	Jataizinho	2026	30/03/2027	10/04/2028	07/12/2026	07/12/2027	07/12/2028	07/12/2026	07/12/2027	07/12/2028
	Kaloré	09/06/2026	07/06/2027	12/06/2028	-	-	-	-	-	-
	Lobato	15/09/2027	09/10/2028	08/10/2029	13/01/2026	18/01/2027	19/01/2028	13/01/2026	18/01/2027	19/01/2028
	Marialva	21/09/2027	23/10/2028	29/10/2029	-	-	-	-	-	-
	Marumbi	14/12/2026	14/12/2027	14/12/2028	2025	20/01/2027	24/01/2028	12/12/2025	20/01/2027	24/01/2028
	Miraselva	2026	18/03/2027	24/03/2028	-	-	-	-	-	-
	Munhoz de Mello	16/06/2026	15/06/2027	19/06/2028	-	-	-	-	-	-
	Nossa Senhora das Graças	19/10/2026	19/10/2027	19/10/2028	-	-	-	-	-	-
	Pitangueiras	15/06/2026	21/06/2027	21/06/2028	-	-	-	-	-	-
	Prado Ferreira	2026	17/03/2027	29/03/2028	-	-	-	-	-	-
	Sarandi	18/08/2027	21/08/2028	18/09/2029	-	-	-	-	-	-
	Sertanópolis	30/06/2026	05/07/2027	10/07/2028	-	-	-	-	-	-

	Abatiá	13/09/2027	18/09/2028	17/09/2029	-	-	-	-	-	-
	Andirá	23/11/2026	29/11/2027	29/11/2028	2025	29/11/2027	29/11/2028	-	-	-
	Bandeirantes	01/09/2027	04/09/2028	10/09/2029	01/09/2026	06/09/2027	12/09/2028	01/09/2026	06/09/2027	12/09/2028
	Itambaracá	15/12/2027	13/12/2028	13/12/2029	-	-	-	-	-	-
	Nova Fátima	11/06/2026	26/07/2027	24/07/2028	02/09/2026	08/09/2027	13/09/2028	02/09/2026	08/09/2027	13/09/2028
	Nova Santa Bárbara	22/09/2027	27/11/2028	29/11/2029	-	-	-	-	-	-
	Ribeirão Claro	2026	22/07/2027	19/07/2028	-	-	-	-	-	-
	Santa Cecília do Pavão	07/12/2026	07/12/2027	18/12/2028	-	-	-	-	-	-
	Santo Antônio do Paraíso	2026	13/04/2027	11/04/2028	-	-	-	-	-	-
	São Jerônimo da Serra	2026	07/04/2027	12/04/2028	-	-	-	-	-	-
	São Sebastião da Amoreira	-	-	-	2025	19/08/2026	25/08/2027	-	-	-
	Sertaneja	24/11/2026	23/11/2027	23/11/2028	-	-	-	-	-	-
	Sabáudia	-	-	-	01/12/2026	01/12/2027	01/12/2028	01/12/2026	01/12/2027	01/12/2028
Noroeste Paranaense	Cruzeiro do Sul	-	-	-	05/10/2026	05/10/2027	05/10/2028	05/10/2026	05/10/2027	05/10/2028
	Japurá	2026	16/08/2027	21/08/2028	14/12/2026	14/12/2027	18/12/2028	14/12/2026	14/12/2027	18/12/2028
	Jardim Olinda	27/08/2026	30/08/2027	24/08/2028	2025	11/09/2026	30/08/2027	11/09/2026	30/08/2027	31/08/2028
	Jussara	17/11/2027	14/11/2028	23/11/2029	2025	26/08/2026	31/08/2027	26/08/2026	31/08/2027	06/09/2028
	Maringá	-	-	-	26/10/2026	25/10/2027	16/10/2028	-	-	-
	Paranapoema	2026	11/08/2027	14/08/2028	-	-	-	-	-	-
	Presidente Castelo Branco	20/07/2026	21/07/2027	26/07/2028	-	-	-	-	-	-
	Santa Isabel do Ivaí	2026	10/08/2027	22/08/2028	11/08/2026	10/08/2027	22/08/2028	11/08/2026	10/08/2027	22/08/2028
	Santa Mônica	10/09/2026	09/08/2027	28/08/2028	-	-	-	-	-	-
	São Jorge do Ivaí	2026	11/02/2027	21/02/2028	13/10/2026	20/10/2027	25/10/2028	13/10/2026	20/10/2027	25/10/2028
	Tapejara	17/08/2026	24/08/2027	29/08/2028	-	-	-	-	-	-
	Terra Rica	26/11/2026	25/11/2027	30/11/2028	-	-	-	-	-	-
Oeste Paranaense	Entre Rios do Oeste	2026	05/04/2027	24/04/2028	21/12/2026	21/12/2027	21/12/2028	21/12/2026	21/12/2027	21/12/2028
	Marechal Cândido Rondon	27/09/2027	02/10/2028	15/10/2029	-	-	-	-	-	-
	Mariluz	14/09/2026	20/09/2027	25/09/2028	-	-	-	-	-	-
	Mercedes	2026	08/04/2027	27/04/2028	2025	22/12/2027	22/12/2028	16/12/2026	22/12/2027	22/12/2028
	Pato Bragado	17/09/2026	06/04/2027	18/10/2028	-	-	-	-	-	-
	Quatro Pontes	17/12/2026	13/12/2027	19/12/2028	-	-	-	-	-	-
	Tupãssi	16/12/2026	16/12/2027	20/12/2028	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste Paranaense	Peabiru	18/10/2027	27/10/2028	30/10/2029	-	-	-	-	-	-
Centro-Sul Paranaense	Boa Ventura de São Roque	2026	24/06/2027	13/07/2028	30/11/2026	30/11/2027	30/11/2028	30/11/2026	30/11/2027	30/11/2028
	Porto Barreiro	15/03/2027	30/03/2028	19/03/2029	2025	21/06/2027	10/07/2028	2025	21/06/2027	10/07/2028
	Turvo	17/06/2026	23/06/2027	12/07/2028	28/07/2026	28/07/2027	10/08/2028	28/07/2026	28/07/2027	10/08/2028
Campos Gerais	Antonina	06/12/2027	11/12/2028	17/12/2029	-	-	-	-	-	-
	Campo Largo	-	-	-	22/10/2026	14/10/2027	23/10/2028	-	-	-
	Dr. Ulysses	2026	08/11/2027	28/11/2028	-	-	-	-	-	-
	Jaguariaíva	25/10/2027	06/11/2028	26/11/2029	-	-	-	-	-	-

Nota: ATO (Avaliação Técnico Orientativa); FI (Fiscalização Inicial) e FC (Fiscalização Conclusiva) Fonte: elaborado pela autora (2026)

4 Considerações Finais

O Plano de Fiscalização visa assegurar a qualidade dos serviços regulados, admitindo revisões periódicas ou motivadas por alterações substanciais. Para cada atividade prevista no cronograma, será emitido o respectivo relatório de fiscalização, complementado, conforme a necessidade, por notas técnicas ou demais documentos pertinentes ao objeto fiscalizado.

Para cada procedimento, deverá ser autuado um processo administrativo específico, instruído com todos os documentos e informações coletadas durante os trabalhos. Por fim, as etapas subsequentes à fiscalização deverão observar estritamente as diretrizes estabelecidas nos manuais de fiscalização vigentes

RENATA ALVES PEREZ
Coordenadora de fiscalização

Resolução Orcispar n°61 /2026

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:40B479F6